



CONGRESSO NACIONAL

46.^a LEGISLATURA 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA

ANAIIS DO SENADO

41.^a A 51.^a SESSÕES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 043

SÁBADO, 17 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 41ª SESSÃO, EM 16 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 127/80; Projeto de Resolução nº 109/80; Mensagens nºs 381, 397 e 403/81; e Projetos de Lei do Senado nºs 107 e 09/80.

1.2.2 — Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1982, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que isenta de contribuição previdenciária a construção de casa popular destinada a residência própria.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR GABRIEL HERMES — Atuação política e administrativa desenvolvida pelo Marquês de Pombal, no extremo-norte do País, ao ensejo do transcurso do 2º centenário de seu falecimento.

SENADOR BERNARDINO VIANA — Solução imediata para os problemas do Município de Pedro II — PI.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Solicitando da Mesa autorização para obtenção de informações administrativas junto ao PRODA-SEN.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Retificação de noticiário tendencioso, veiculado no jornal "DF Repórter", envolvendo o nome de S. Exª, a propósito da apreciação, pelo Senado, do nome do Dr. Oscar Dias Corrêa para o STF.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do direito tributário, e dá outras providências. *Apreciação sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 47/82.*

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. *Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 35/82.*

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Lisura de atos administrativos levados a efeito pela atual Mesa Diretora do Senado, a propósito de críticas sobre os mesmos. Necessidade da reformulação do sistema tributário nacional.

SENADORA EUNICE MICHILES — Término da fase final das negociações realizadas nos Estados Unidos da América do Norte, para a celebração de contrato de financiamento pelo Banco Mundial ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas.

SENADOR FRANCO MONTORO — Documento aprovado pela III Assembleia de Igrejas do Regional Sul I — CNBB, do Estado de São Paulo, intitulado "Fraternidade e Violência".

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO: ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Humberto Lucena, pronunciado na sessão de 15-4-82.

Do Sr. José Lins, pronunciado na sessão de 15-4-82.

3 — RETIFICAÇÃO

Ata da 37ª Sessão, realizada em 14-4-82

4 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL DO SENADO

Nº 10, de 1982

5 — CONVÊNIO

— Termo de convênio que entre si celebram o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Senado Federal.

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS POLÍTICOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 41ª SESSÃO, EM 16 DE ABRIL DE 1982
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura
— EXTRAORDINÁRIA —
PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — José Lins — Dinarte Mariz — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Franco Montoro — Affonso Camargo — José Richa — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 127, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça. Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 127, de 1980, que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir ao Tribunal Superior do Trabalho a competência para expedir instruções regulando as eleições sindicais".

Relator: Senador Aloysio Chaves

O projeto em exame, de iniciativa do ilustre Senador Orestes Quêrcia, propõe modificações na legislação trabalhista, objetivando inserir ali normas pertinentes às eleições sindicais e conferindo ao Tribunal Superior do Trabalho competência para expedir instruções nesse sentido.

Em nosso ordenamento jurídico, os sindicatos constituem entidades submetidas a controle administrativo, cabendo ao Estado disciplinar sua atividade associativa. As eleições sindicais têm caráter de ato administrativo e as instruções a eles pertinentes constituem atribuições de natureza eminentemente normativa.

Atribuir-se ao Superior Tribunal do Trabalho competência para expedir instruções sobre eleições sindicais seria, a rigor, delegação de poder, o que, na forma prevista em nossa Carta Política, somente se admite em casos estritos e específicos.

De fato, cabendo à Justiça do Trabalho a função constitucional de "conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e, mediante lei, outras controvérsias oriundas de relação de trabalho" (art. 142 da Constituição Federal), a adjudicação de uma competência estranha às suas explícitas finalidades — como sugere o projeto — constituiria violação manifesta à preceituação constitucional, a qual, como salientado, não outorga a essa esfera judiciária poder de atuação administrativa junto a entidades ou pessoas.

Do exposto ressalta, de forma incontestada, a inconstitucionalidade e a injuridicidade do projeto, razão por que opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, 14 de abril de 1982. — *Lenoir Vargas, Presidente, em exercício. Aloysio Chaves, Relator — José Lins — Moacyr Dalla — Bernardino Viana — Raimundo Parente — Aderbal Jurema — Dirceu Cardoso, com restrições.*

PARECER Nº 128, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça. Sobre o Projeto de Resolução nº 109, de 1980, que "dá nova redação às letras "a" e "b" do artigo 402 do Regimento Interno do Senado Federal".

Relator: Senador Lenoir Vargas

A proposição sob nosso exame, de autoria do ilustre Senador Itamar Franco visa à produção de alterações regimentais referentes ao procedimento do Senado na escolha, proposta pelo Executivo, de futuros membros do Poder Judiciário, a fim de que se ouça, de ofício, a Ordem dos Advogados do

Brasil, obrigatória a convocação do indicado para audiência da respectiva Comissão.

Justificando o projeto, salienta o seu eminente Autor que busca fazer com que a indicação refuja aos interesses partidários, pois a missão a exercer é daquelas que exigem imparcialidade e independência, além do que, sabatinando o candidato, o Senado deixaria de ser simples homologador da indicação do Executivo, tanto mais quanto já é ouvida a opinião de um eminente colegiado de juristas, quando a citada indicação se referisse ao plano estadual.

No texto regimental vigente, tanto essa convocação do candidato é facultativa, como o processo não depende de nenhuma audiência de qualquer órgão estranho ao Poder Legislativo.

Alega, ademais, a Justificação, que o Senado Federal não dispõe daqueles instrumentos que possibilitam ao Executivo informar-se a respeito do desempenho do candidato à função judiciária, salientando:

"Dentre as entidades passíveis de emitirem um juízo abalizado a respeito de assunto de tal importância está sem dúvida a Ordem dos Advogados do Brasil. Este órgão, é bom que se lembre, já tem no âmbito estadual uma competência fixada pela lei fundamental no que tange ao processo de seleção e escolha de magistrados."

Assim, ao emprestar-lhe missão consultiva, no processo de escolha dos magistrados federais, o Senado não apenas prestigiaria a OAB, mas dela obteria preciosos informes para a formação do seu julgamento do candidato.

No que tange à audiência obrigatória e não facultativa acrescenta a Justificação:

"entendemos ainda imprescindível que o candidato seja ouvido pela Comissão, pois é através da inquirição pessoal que os Senhores Senadores poderão fixar um critério preciso a respeito da escolha presidencial. Se o próprio Regimento Interno entende necessária a presença física de pessoas que irão desempenhar cargos dos quais são demissíveis "ad nutum", não vemos como se poderia ter por dispensável o comparecimento daqueles que serão nomeados vitaliciamente."

Essa ampla defesa do mérito da proposição não encontra, desenganadamente, amparo constitucional, restando, ademais, injurídica a proposição.

Em se tratando de competência *privativa* do Senado Federal (item III do art. 42 da Constituição) não pode haver autolimitações regimentais.

Salvo os casos de delegação legalmente autorizadas, a competência privativa é irrenunciável, não se podendo, portanto, fazer depender, no caso, a apreciação da indicação, de um parecer da Ordem dos Advogados do Brasil, por mais respeitável que seja esse eminente colegiado. Essa audiência prévia estaria, incontestavelmente, mutilando a competência do Senado.

Poder-se-ia, no entanto, alegar que o opinamento da OAB não vincularia o julgamento da Comissão. Então, se assim é, ter-se-á, apenas, procrastinado a escolha, o que fere, o princípio jurídico da economia processual.

Aduza-se que o Regimento ensina, atualmente, a audiência ou a colaboração de "qualquer órgão de outro Poder", nos termos do seu artigo 164, item II.

Ora, a Ordem dos Advogados do Brasil configura-se num órgão de classe, com atribuições específicas, entre as quais a Constituição nem a legislação ordinária em vigor prefiguram a posição de instância consultiva de nenhuma das Casas do Congresso Nacional.

Advirta-se, também, que se a Ordem dos Advogados do Brasil pudesse impugnar candidatos à magistratura, estar-se-ia sobrepondo ao Judiciário.

Mesmo que decidida a impugnação pela Comissão do Senado, a simples sugestão contida nos informes da OAB tornaria os advogados signatários do documento impugnador indiciados como, suspeitos para atuar na jurisdição do magistrado finalmente escolhido, o que viria em seu próprio prejuízo ou do seu cliente.

Quanto à alegação de que o Senado não dispõe de informações necessárias ao melhor conhecimento das qualidades do candidato indicado, o artigo 402 do Regimento, em sua letra "d", admite a requisição de informes, julgados necessários, às autoridades competentes.

Portanto, se restasse provada a alegação de mérito, segundo a qual o Senado tem apenas servido de órgão homologador das escolhas presidenciais,

tal fato não defluiria de imprevisão regimental, a corrigir-se pela alteração proposta.

A participação do Executivo e do Legislativo na escolha de altos magistrados tem feição política, interessa ao equilíbrio dos poderes, prende-se ao sistema de freios e contrapesos em que se fundamenta a sua tripartição, não podendo implicar no predomínio de um sobre o outro, mas a exigir mútua concordância.

Qualquer providência tendente a quebrar essa harmonia, resultaria em prejuízo da interdependência, princípio basilar da nossa sistemática constitucional.

Apelar-se, no caso, à ingerência de organismos externos ao Executivo e ao Legislativo, por mais respeitáveis, resultaria em contrariar-se o princípio secularmente aceito na doutrina política e sempre inscrito em nossas Constituições, da harmonia dos Poderes.

De outro lado, a Constituição, no art. 113, itens I a III, já dá à magistratura as garantias suficientes à sua independência, ou seja, a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade dos vencimentos.

Convém salientar, ademais, que a Ordem dos Advogados do Brasil já participa, em grau primário, da seleção dos candidatos à magistratura de carreira, na primeira instância.

Também duvidoso que aquele colégio de magistratura postulante pretendesse prestar à nova assessoria, vista como desnecessária e até mesmo impertinente, dada a notoriedade dos candidatos, com renome nacional.

Audiência supérflua, no mínimo, seria a primeira vez que veríamos uma autarquia participando do trabalho de elaboração legislativa, obrigatoriamente.

Inconstitucional e injurídico, preliminarmente, além de inconveniente no mérito, pois não preenche lacuna regimental, somos pela rejeição do Projeto de Resolução nº 109, de 1980.

Sala das Comissões, 14 de abril de 1982. — *Aloysio Chaves*, Presidente — *Lenoir Vargas*, Relator — *Moacyr Dalla* — *Bernardino Viana* — *Aderbal Jurema* — *Dirceu Cardoso*, com restrições — *Raimundo Parente* — *José Lins*.

PARECERES Ns 129, 130 e 131, DE 1982

PARECER Nº 129, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 381, de 1981 (nº 576/81 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal do Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Bernardino Viana

Nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, o Senhor Presidente da República encaminha ao Senado Federal, proposta no sentido de que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, mediante contrato junto à Caixa Econômica Federal, com a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado ao financiamento da construção e equipamento de escolas rurais, naquele Município.

2. As condições da operação são as seguintes:

Características da operação:

"A — Valor: Cr\$ 3.619.000,00;

B — Prazos:

- 1 — de carência: 12 meses;
- 2 — de amortização: 120 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 6% a.a.;
- 2 — correção monetária equivalente a 20% do índice das ORTNs;

D — Garantia: vinculação de quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);

E — Destinação dos recursos: construção e equipamento de escolas rurais de 1º grau."

3. Ao processo foram anexados os seguintes elementos fundamentais, indispensáveis para análise da espécie:

a) Parecer do órgão financiador, concluindo que a operação sob exame é viável econômica e financeiramente;

b) Lei Municipal nº 03, de 20 de maio de 1981;

c) Exposição de Motivos nº 341/81, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Senhor Presidente da República, comunican-

do que o Conselho Monetário Nacional, ao examinar o presente pleito, concluiu pelo deferimento do pedido na forma do art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal.

d) parecer do DEMOB — Banco Central do Brasil, favorável ao pleito.

4. Por força das disposições contidas no art. 2º da Resolução nº 93, de 1970, não se aplicam os limites fixados no art. 2º da Res. nº 62, de 75, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

5. Segundo dados do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, o Município não possuía em 31-8-81 nenhuma dívida consolidada interna contratada e que, com a realização do empréstimo pretendido, o seu endividamento *permaneceria* contido nos tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III do artigo 2º da Resolução nº 62/75, segundo quadro que apresentou.

6. Assim, não vemos óbices à aprovação do pleito em exame, razão por que, atendidas as exigências constantes nas normas vigentes para operações da espécie e no Regimento Interno, apresentamos para tanto o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Artigo 1º É a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí, Estado do Piauí, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção e equipamento de escolas rurais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Artigo 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — *José Richa*, Presidente — *Bernardino Viana*, Relator. — *José Caixeta* — *Benedito Canelas* — *Luiz Cavalcante* — *Lomanto Júnior* — *José Lins*.

PARECERES Ns 130 E 131, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 22, de 1982, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí (PI) a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 130, DE 1982

Da Comissão da Constituição e Justiça

Relator: Senador Bernardino Viana

A Comissão de Economia apresenta projeto de resolução que, na forma do seu art. 1º, autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí, Estado do Piauí, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS, destinada à construção e equipamento de escolas rurais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2º da Resolução nº 93, de 1975 (alterou a Resolução nº 62, de 1975), pois os recursos serão provenientes da Caixa Econômica Federal, com recursos do FAS e dessa forma, considerada extralimite.

3. No processo, encontram-se os seguintes documentos e referências principais:

a) Lei Municipal nº 3, de 20 de maio de 1981, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 341/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer, do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Imobiliários — que concluiu pelo deferimento do pedido.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu as normas legais (Resolução nºs 62, de 1975 e 93, de 1976 e, ainda, o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 17 de março de 1982. — *Aloysto Chaves*, Presidente. — *Bernardino Viana*, Relator. — *Franco Montoro*, com restrições. — *Aderbal Jurema* — *Dirceu Cardoso*, com restrições. — *José Fragelli* — *Almir Pinto* — *Martins Filho* — *Moacyr Dalla* — *Raimundo Parente*.

PARECER Nº 131, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Raimundo Parente

A Comissão de Economia, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 381, de 1981, do Senhor Presidente da República, apresentou projeto de resolução que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Grande do Piauí, Estado do Piauí, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 3.619.000,00 (três milhões, seiscentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS; destinada à construção e equipamento de escolas rurais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

2. Na forma do art. 2º, item IV, da Resolução nº 132, de 1979, do Senado Federal, as proposições que envolvam operações de crédito internas e externas, de qualquer natureza, em que um ou mais municípios sejam parte interessada, deverão merecer estudo e parecer desta Comissão.

3. O projeto em pauta está relacionado com a construção e equipamento de escolas rurais, naquele Município.

4. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução de autoria da Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Lomanto Júnior*, Presidente. — *Raimundo Parente*, Relator. — *Almir Pinto* — *Alberto Silva* — *Gastão Müller* — *Aderbal Jurema* — *Tarso Dutra* — *Luiz Fernando Freire* — *Affonso Camargo*.

PARECERES Nºs 132, 133 E 134, de 1982

PARECER Nº 132, DE 1982

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem nº 397, de 1981 (nº 596/81 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG), a elevar em Cr\$ 522.770.000,00 (quinhentos e vinte e dois milhões, setecentos e setenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Gabriel Hermes

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) autorizada a elevar em Cr\$ 522.770.000,00 (quinhentos e vinte e dois milhões, setecentos e setenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 500.000 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.045,54 em julho/81.

Considerando, no entanto, que o Departamento de Operação com Títulos e Valores Mobiliários, após exame efetivado no pleito "concluiu pela redução do financiamento para até Cr\$ 424.010.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões e dez mil cruzeiros) (equivalente a 405.541.634 UPC de Cr\$ 1.045,54, em julho/81 para evitar dificuldades na execução orçamentária da interessada nos próximos exercícios e que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/SAREM) informou: "nada ter a opor quanto à realização da operação em causa, até o limite de 406.000 UPC, equivalente a Cr\$ 503.192.340,00, considerado o valor da UPC de Cr\$ 1.239,39 em outubro/81, o que corresponderia a Cr\$ 424.489.240,00, considerada a UPC de Cr\$ 1.045,54, em abril/81, temos que o montante da operação endossado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, deve manter-se nos seguintes parâmetros:

Características da Operação:

A — Valor: Cr\$ 424.489.240,00 (correspondente a 405.541.634 UPC de Cr\$ 1.045,54 em jul/81);

B — Prazos:

- 1 — de carência: 36 meses;
- 2 — de amortização: 240 meses;

C — Encargos:

- 1 — juros de 5% a.a. (4% a.a. + 1% a.a. pelo repasse);
- 2 — correção monetária trimestral, conforme as variações da UPC;
- 3 — taxa de administração: 1% sobre cada liberação;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: implantação do Programa de Complementação Urbana — CURA, naquele Município.

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O Processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

- a) Lei nº 2.073, de 20 de maio de 1980, autorizadora da operação;
- b) Exposição de Motivos (EM nº 379/81) do Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e
- c) parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I e III do art. 2º da Res. nº 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Res. nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além das características da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) a elevar em Cr\$ 424.489.240,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 424.489.240,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado à implantação do Programa de Complementação Urbana — CURA, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — *José Richa*, Presidente — *Gabriel Hermes*, Relator — *Luiz Cavalcante* — *José Caixeta* — *Benedito Canellas* — *Bernardino Viana* — *Lomanto Júnior*.

PARECERES Nºs 133 E 134, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 23, de 1982, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) a elevar em Cr\$ 424.489.240,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 133, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Tancredo Neves

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 397/81 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) a contratar operação de crédito no valor Cr\$ 424.489.240 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil duzentos e

quarenta cruzeiros) destinada à implantação do Programa de Complementação Urbana — CURA, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não-observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — *Lenoir Vargas*, Presidente — *Tancredo Neves*, Relator — *José Fragelli* — *Aderbal Jurema* — *José Lins* — *Raimundo Parente* — *Bernardino Viana* — *Almir Pinto* — *Dirceu Cardoso*, com restrições.

PARECER Nº 134, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Raimundo Parente

O Projeto de Resolução sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 397/81 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) a contratar operação de crédito no valor Cr\$ 424.489.240,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil duzentos e quarenta cruzeiros) destinada à implantação do Programa de Complementação Urbana — CURA, naquele Município.

2. Na forma do art. 2º, item IV, da Resolução nº 132, de 1979, do Senado Federal, as proposições que envolvam operação de crédito internas e externas, de qualquer natureza, em que um ou mais municípios sejam parte interessada, deverão merecer estudo e parecer desta Comissão.

3. O projeto em pauta está relacionado com a execução do Projeto CURA naquele Município.

4. A proposição mereceu da Comissão de Constituição e Justiça o encaminhamento favorável, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

5. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução de autoria da Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982 — *Lomanto Júnior*, Presidente — *Raimundo Parente*, Relator — *Almir Pinto* — *Alberto Silva* — *Gastão Müller* — *Aderbal Jurema* — *Tarso Dutra* — *Luiz Fernando Freire* — *Afonso Camargo*

PARECERES Nºs 135, 136 E 137, DE 1982

PARECER Nº 135, DE 1982

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem nº 403, de 1981 (nº 602/81, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador José Lins

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Patu (RN) autorizada a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

2. Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 9.691.100,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 24 meses;

2 — de amortização: 144 meses;

C — Encargos:

1. — juros de 6% a.a.;

2. — correção monetária: 40% do índice de variação trimestral das ORTN;

D — Garantia: quotas do Fundo de Participação dos Municípios — FPM;

E — Destinação dos recursos: construção de um Centro de Abastecimento."

3. Segundo o parecer apresentado pelo Órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei nº 193, de 7-4-81, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 373/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.

5. Considerando todo o endividamento da referida municipalidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Artigo 1º É a Prefeitura Municipal de Patu, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de um Centro de Abastecimento, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Artigo 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — *José Richa*, Presidente — *José Lins*, Relator — *Luiz Cavalcante* — *Lomanto Júnior* — *Benedito Canelas* — *Bernardino Viana* — *José Calixta*.

PARECERES Nºs 136 E 137, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 24, de 1982, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 136, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Raimundo Parente

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 403/81 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros) destinada à construção de um Centro de Abastecimento, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 3 de março de 1982. — *Aloysio Chaves*, Presidente — *Raimundo Parente*, Relator — *Benedito Canelas* — *Lenoir Vargas* — *Bernardino Viana* — *Humberto Lucena* — *José Fragelli* — *João Calmon* — *Mocyr Dalla*.

PARECER Nº 137, DE 1982**Da Comissão de Municípios***Relator: Senador Raimundo Parente*

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do Projeto de Resolução, em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Patu (RN) nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.691.100,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil e cem cruzeiros), destinada à construção de um Centro de Abastecimento, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada será de grande impacto sócio-econômico para a Região.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Lomanto Júnior*, Presidente — *Raimundo Parente*, Relator — *Almir Pinto* — *Alberto Silva* — *Gastão Müller* — *Aderbal Jurema* — *Tarso Dutra* — *Luiz Fernando Freire* — *Afonso Camargo*.

PARECERES NºS 138, 139, 140 E 141, DE 1982

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 107, de 1980, que veda a prática do pugilato a menores de 18 anos e dá outras providências.

PARECER Nº 138, DE 1982**Da Comissão de Constituição e Justiça***Relator: Senador Hugo Ramos*

1. O Projeto de lei, ora tratado, de autoria do nobre Senador Afonso Camargo, visa proibir a prática do pugilato a menores de 18 anos.

2. A proposição legislativa em foco disciplina matéria de competência da União Federal e do legislador ordinário (letra "c", inciso XVII, art. 8º, da Constituição Federal), vez que cuida da defesa e proteção da saúde.

3. Não verificamos no Projeto inconstitucionalidade, injuridicidade ou falta de técnica legislativa. Relativamente aos demais aspectos da proposição legislativa, melhor dirão as doudas Comissões especializadas, que a esta sucederão no respectivo exame.

4. Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 18 de junho de 1980. — *Henrique de La Rocque*, Presidente — *Hugo Ramos*, Relator — *Nelson Carneiro* — *Cunha Lima* — *Lázaro Barboza* — *Aloysio Chaves* — *Murilo Badaró* — *Bernardino Viana* — *Aderbal Jurema* — *Lenoir Vargas* — *Almir Pinto* — *Amaral Furlan*.

PARECER Nº 139, DE 1982**Da Comissão de Legislação Social***Relator: Senador Jutahy Magalhães*

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Afonso Camargo, visa proibir a prática do pugilato a menores de 18 anos, tornando, igualmente, obrigatória a indicação, na televisão, de censura para essa faixa etária, nas transmissões em que figure a referida disputa.

2. Na Justificação, aduz o Autor: "No caso específico do pugilato, o seu exercício não apresenta a finalidade acima explicitada, isto é, não há características esportivas, pois não é a simples superação do outro, mas é a superação dele com a finalidade precisa de lhe causar danos físicos. Há técnicas, regulamentos, convenções que visam reduzir ao mínimo os danos; mas isto não exclui que a vontade seja a de causar danos."

3. Em sua passagem pela douda Comissão de Constituição e Justiça foi o Projeto considerado constitucional, jurídico, de boa técnica legislativa, e, como tal, aprovado.

4. A matéria da proposição é das mais polêmicas. Há os que são favoráveis à proibição de luta de boxe não apenas entre menores de 18 (dezoito), anos, mas até para adultos, sem exceção para quaisquer faixas etárias, devido aos acidentes a que estão sujeitos os lutadores, e que, vez por outra, de fato ocorrem em algumas lutas.

Somos favoráveis à proibição da profissionalização e transmissão de lutas, pela TV, com a participação de menores de 18 anos. Não consideramos, porém, necessário proibir lutas entre menores de 18 (dezoito) anos — amadores. cremos, no entanto, que seria conveniente estabelecer uma idade limite: 16 anos, para demonstrações públicas (sem TV).

Outros tipos de luta também ocasionam a satisfação dos espectadores quando um dos contendores é derrubado, ou jogado para fora do ringue, como as lutas livres, o judô, etc.

O boxe, dentro das regras dos jogos olímpicos, não tem o caráter de selvageria que algumas lutas demonstram, sendo, portanto, mais consentâneas com a realidade, restrições mais moderadas, que evitem, não propriamente a prática de maneira absoluta, mas a propaganda incentivadora desse esporte junto aos menores.

5. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto, com a apresentação do seguinte Substitutivo que veda apresentação, pela televisão, de espetáculo de pugilato entre menores de 18 anos:

EMENDA Nº 1-CLS**(Substitutivo)**

Dê-se ao Projeto a seguinte redação:

Veda a apresentação, pela televisão, de qualquer espetáculo de pugilato entre menores de 18 anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as emissoras de televisão proibidas de apresentar, sob qualquer forma de divulgação, espetáculo de pugilato entre menores de 18 anos.

Art. 2º Os transgressores desta Lei serão punidos, na primeira infração, com a suspensão de suas atividades pelo período de 24 horas e, na reincidência, por 72 horas, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis aos responsáveis pelos eventos delituosos decorrentes da prática do ilícito.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1980. — *Helvádio Nunes*, Presidente — *Jutahy Magalhães*, Relator — *Humberto Lucena* — *Eunice Michiles* — *Franco Montoro*.

PARECER Nº 140, DE 1982**Da Comissão de Constituição e Justiça***Relator: Senador Orestes Quércia*

Volta o Projeto a esta Comissão, em virtude de oferecimento de Substitutivo pela douda Comissão de Legislação Social, no final de seu parecer.

2. Na análise do Projeto, Relator o ilustre Senador Jutahy Magalhães, acentua-se: "O boxe, dentro das regras dos jogos olímpicos, não tem o caráter de selvageria que algumas lutas demonstram, sendo, portanto, mais consentâneas com a realidade restrições mais moderadas, que evitem, não propriamente a prática de maneira absoluta, mas a propaganda incentivadora desse esporte junto aos menores."

3. A alteração básica contida no Substitutivo consiste em substituir a vedação da prática de pugilato entre menores de 18 anos pela vedação de sua transmissão ou divulgação pela TV, atenuando-se, ainda, a punição por eventual infração da norma.

A exemplo do Projeto, o Substitutivo é irrepreensível sob o aspecto jurídico-constitucional.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Substitutivo, por constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 1981. — *Aloysio Chaves*, Presidente — *Orestes Quércia*, Relator — *Nelson Carneiro* — *Lenoir Vargas* — *Murilo Badaró* — *João Calmon* — *Almir Pinto* — *Hugo Ramos* — *José Fragelli* — *Raimundo Parente* — *Bernardino Viana*.

PARECER Nº 141, DE 1982**Da Comissão de Educação e Cultura***Relatora: Senadora Eunice Michiles*

O Projeto em exame, de autoria do ilustre Senador Afonso Camargo, visa a proibir a prática do pugilato a menores de 18 anos, tornando também obrigatória a indicação, na televisão, de censura para menores dessa idade, nas transmissões das lutas.

Em sua justificativa, o autor do projeto diz que: "Esporte é uma forma de exercício físico com a finalidade de manter e melhorar o organismo humano. O esporte comporta também uma atividade de tipo agonístico, isto é, uma atividade através da qual o homem quer superar certos limites. O limite pode ser a superação do adversário, ou a superação do próprio recorde. Esta tendência de forçar os limites pode ser considerada como a expressão psico-física da transcendentalidade da pessoa humana".

Diz, ainda, o autor do Projeto que o esporte implica, também, em alguns riscos, como o enfraquecimento das próprias forças físicas como decorrência

de uma excessiva intensidade de aplicação inapta às características do próprio organismo e riscos de traumas ou morte devido à periculosidade da atividade.

Portanto, é necessário prudência por parte do desportista para não danificar o próprio organismo.

Vejamos agora o que é o pugilato; segundo Aurélio, "pugilato é a luta com os punhos, luta a socos". O seu exercício não é simples superação do outro, mas a superação dele com a finalidade de lhe causar danos físicos.

Segundo o autor do projeto, no pugilato, as capacidades físicas se medem diretamente na supremacia física sobre o adversário, que se exprime no dano físico que se está em grau de acarretar ao outro. Portanto a meta é a maior quantidade de danos ao outro litigante.

Citá, ainda, o Senador Affonso Camargo as causas que tornam o pugilato popular, enumerando-as em: *agressividade latente e reprimida* em cada um de nós; a *concorrência*, considerando o outro como rival e visando a destruí-lo; e, finalmente, o fenômeno psicológico da *Projeção*, mecanismo intrapsíquico de defesa que está presente naqueles pais que projetam nos filhos suas iras, agressividades e frustrações.

Na Comissão de Legislação Social, foi aprovado Substitutivo que visava a substituir a vedação da prática do pugilato entre menores de 18 anos pela proibição de sua transmissão ou divulgação pela TV, atenuando-se, ainda, a punição por eventual infração da norma sob a justificação de que o boxe, dentro das regras dos jogos olímpicos, não tem o caráter de selvageria que algumas lutas demonstram, sendo, portanto, mais consentânea com a realidade a proibição da propaganda incentivadora desse esporte junto aos menores.

Em que pesem as razões do ilustre relator na Comissão de Legislação Social, achamos que não se justifica o ensino e o treinamento para agredir e causar danos a outro. Pugnamos por atividades esportivas, educativas e construtivas.

Isto posto, e por considerarmos que o Projeto de Lei nº 107, de 1980, do Senador Affonso Camargo, vem ao encontro dos anseios gerais da população brasileira, somos pela sua aprovação, rejeitando-se a emenda substitutiva da Comissão de Legislação Social.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — Aderbal Jurema, Presidente — Eunice Michiles, Relatora — João Calmon — Laélia de Alcântara — João Lúcio — Franco Montoro.

PARECERES NºS 142, 143 e 144, DE 1982

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1980, que "revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968".

PARECER Nº 142, DE 1982 Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Aloysio Chaves

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Paulo Brossard, objetiva revogar a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que trata do preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

Na justificação, salienta o Autor que a experiência veio demonstrar que o referido diploma legal não correspondeu às expectativas, tendo — como acentua —, ainda agora contra ela se manifestado a Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, e a opinião, em geral, é contrária à disposição em tela, que assegura lugar na Universidade a candidatos que a ela não teriam acesso, em detrimento de estudantes intelectualmente habilitados.

Para corroborar seu entendimento, anexa recortes do noticiário de jornais gaúchos, repudiando o que denominam de "Lei do Boi", por assegurar vantagens nos exames vestibulares aos filhos de proprietários rurais que se candidatem aos cursos de agronomia e veterinária, em detrimento de outros estudantes que tenham tais especialidades como primeira opção.

Realmente, não nos parece que a medida tenha produzido reais frutos em benefício da agricultura nacional, nem que haja contribuído para a fixação dos favorecidos no campo, sabido que é de fato, o quanto os centros urbanos atraem, no Brasil, os jovens oriundos das escolas de formação agrícola.

Deferida, no entanto, a apreciação do mérito às doudas Comissões de Agricultura e de Educação e Cultura, e como não existem óbices quanto ao aspecto jurídico-constitucional, o nosso Parecer é pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 21 de maio de 1980. — Henrique de La Rocque, Presidente — Aloysio Chaves, Relator — Leite Chaves — Hugo Ramos — Aderbal Jurema — Lenoir Vargas — Amaral Furlan — Helvídio Nunes — Moacyr Dalla — Raimundo Parente — Nelson Carneiro.

PARECER Nº 143, DE 1982. Da Comissão de Agricultura

Relator: Senador José Caixeta

Esta Comissão começou, na sessão de 27 de agosto de 1980, a examinar o projeto de lei que agora retorna a debate.

Na primeira oportunidade, o ilustre Senador Pedro Pedrossian, então Relator da matéria, opinou pela audiência dos Ministérios da Agricultura e da Educação. É que o objetivo da proposição é revogar a chamada *Lei do Boi* que, regulamentada pelo Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968, dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

Pelos referidos textos legais, os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de agricultura e veterinária, mantidos pela União, devem reservar, anualmente, cinquenta por cento de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos de agricultores, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% a agricultores ou filhos de agricultores, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

Tal preferência abrange os portadores de certificado de conclusão de segundo ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de agricultura e veterinária, mantidas pela União.

Inegavelmente, a Lei nº 5.465/68 foi concebida na ilusão de que o homem rural que desejasse ganhar especialização, e tivesse preferência nos estabelecimentos de ensino, se esforçaria, ganharia formação adequada e retornaria para o campo, onde aplicaria os conhecimentos e a técnica adquiridos.

Sucedo que, apesar das facilidades e da preferência concedida por Lei, o estudante rural, além de não se aprofundar na formação profissional, deixou de atender ao princípio do retorno ao campo. Com isso, centenas de estudantes capazes foram sendo preteridos, perdendo a educação profissional em áreas de fronteira agrícola e pastoril ampla.

O presente projeto de lei foi apresentado objetivando corrigir a distorção provocada pela Lei. A imprensa do País tem demonstrado, com estatísticas indelmentáveis e não desmentidas pelos órgãos governamentais, o desperdício dos candidatos preferenciais e o descaminho que tomam, após formados.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator da matéria, Senador Aloysio Chaves, com a sua autoridade de antigo Reitor da Universidade Federal do Pará, assinala que a *Lei do Boi*, efetivamente, não produziu os frutos que dela eram esperados, em benefício da agricultura nacional.

A Primeira Secretaria da Mesa enviou ao órgão competente do Poder Executivo os Ofícios SM/467, de 10 de setembro de 1980; SM/528, de 9 de outubro de 1980, sem ter obtido qualquer resposta.

Dessa forma, decorrido o prazo regimental, sem que tenham sido atendidos os apelos do Senado Federal, cabe a esta Comissão examinar a proposição.

O projeto em exame restabelece o direito de quem se esforça, de quem estuda, de quem adquire conhecimento para enfrentar os exames vestibulares das Universidades.

A *Lei do Boi*, pelas distorções e quebra de incentivo e estímulo ao estudante esforçado, pode, inclusive, ser inquinada de inconstitucional. Porém, esta é questão de outro órgão técnico.

No mérito, a manutenção da *Lei do Boi* só prejuízos acarreta à agricultura e à pecuária nacionais.

Somos, portanto, pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 1981. — Leite Chaves, Presidente — José Caixeta, Relator — José Richa — Benedito Canelas.

PARECER Nº 144, DE 1982

Da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Senador Franco Montoro

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Paulo Brossard, objetiva revogar a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que trata do preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola.

Em sua justificação o autor diz que:

"A experiência veio demonstrar que a Lei nº 5.465 não correspondeu às louváveis intenções do autor do Projeto nº 998, de 1968. Ainda agora contra ela se manifestou a Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul, e a opinião geral é contrária à disposição em tela, que assegura lugar na Universidade a candidatos que a ela não teriam acesso, em detrimento de estudantes intelectualmente habilitados."

Junta, ainda, o Senador Paulo Brossard, recortes de jornais do Rio Grande do Sul, que repudiam a chamada *Lei do Boi*, por assegurar vantagens nos exames vestibulares a uma determinada classe de pessoas. A lei assegura nos estabelecimentos de ensino médio agrícola e nas escolas superiores de

agricultura e veterinária, mantidas pela União, cinquenta por cento das vagas a candidatos agricultores ou filhos de agricultores, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% a agricultores ou filhos de agricultores, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

No entanto, em que pese a elogiável intenção do legislador, que pretendeu dar ao homem rural especialização, fixando-o à terra, tal lei não produziu os benefícios esperados à agricultura nacional, e sim distorceu o direito de quem estuda e se esforça para ser aprovado nos exames vestibulares das Universidades.

O projeto em exame pretende corrigir as distorções provocadas pela lei, restabelecendo o direito de quem adquire conhecimentos para enfrentar os exames de ingresso nos cursos superiores.

A *Lei do Boi* desestimula e tira o incentivo do estudante brasileiro favorecendo algumas classes, sem trazer os benefícios de que dela se esperava.

Isto posto, e por considerar que o presente projeto corrigirá as distorções havidas no ensino pela aplicação da Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Aderbal Jurema*, Presidente — *Franco Montoro*, Relator — *Laélia de Alcântara* — *João Lúcio* — *João Calmon* — *Eunice Michiles*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Sobre a mesa projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 1982

Isenta de contribuição previdenciária a construção de casa popular destinada a residência própria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º Não será devida contribuição previdenciária na condição do que se dispuser em regulamento, quando:

I — a construção de tipo econômico for efetuada sem mão-de-obra assalariada, no regime de mutirão, comprovado previamente perante o órgão arrecadador da previdência social;

II — a construção de tipo econômico, mesmo não atendida a condição prevista no inciso anterior, se destinada à residência de quem não tiver outra propriedade e não exceder a 60 m² de área construída.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A legislação orgânica da previdência social (Lei nº 3.807/60), ao estabelecer a obrigatoriedade de contribuições pelo trabalho assalariado em obras de construção, reforma ou acréscimo de imóveis, já teve, ela mesma, a preocupação de isentar do pagamento certos tipos de construção popular que mereciam ficar imunes de encargo. Tanto que, pelo § 4º do art. 79, na redação dada pela Lei nº 5.890, de 1973, estabeleceu que não seria devida a contribuição previdenciária quando a construção, de tipo econômico, fosse efetuada sem mão-de-obra assalariada, no regime de mutirão...”

Mas, tal dispositivo tem-se mostrado ineficaz relativamente aos objetivos que inspiraram o legislador, não só porque há um rigor excessivo de parte dos órgãos arrecadadores da previdência quanto à classificação de construção de tipo econômico, como também o parâmetro consignado na lei não basta para o alcance social desejado.

Conforme lembram os nobres Vereadores Wilther Nogueira e José Migliácio, em Requerimento apresentado à Câmara Municipal de Ourinhos, na maior parte das vezes a fiscalização da previdência social tem-se mostrado insensível às dificuldades com que cada trabalhador constrói a sua casa própria, exigindo muito e nada perdoadando, talvez em razão do fato de que os fiscais somam pontos pelos levantamentos e autuações que realizam.

Assim, o ideal seria que, além da referida isenção às casas de tipo econômico construídas em regime de mutirão, a legislação também contemplasse aquelas de até 60 m², que são típicas construções econômicas e que, pelo tamanho, bem denotam a fragilidade financeira do proprietário e sua família.

Sala das Sessões, 15 de abril de 1982. — *Franco Montoro*.

LEGISLAÇÃO CITADA

“Art. 79. A arrecadação e o recolhimento das contribuições e de quaisquer importâncias devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social serão realizadas com observância das seguintes normas”:

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupo hoje a tribuna para prestar homenagem aos nossos queridos irmãos da pequenina grande nação portuguesa.

O futo liga-se a duas convocações, Sr. Presidente, uma do Sr. Embaixador de Portugal que nos convida para a inauguração de Exposição Histórico-Documental Luso-Brasileira, no Salão Negro do Congresso Nacional, no dia 22 de abril, Dia da Comunidade Luso-Brasileira, exposição organizada pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, com documentos de séculos que honraram a vida desta Nação tão ligados à vida do Brasil.

De outra parte, Sr. Presidente, é o Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará que também nos convoca a colaborar com festividades que fará realizar em homenagem ao Marquês de Pombal, no segundo centenário do falecimento desse grande lusitano, em 8 de maio próximo.

Sr. Presidente, honra-nos a nós brasileiros termos o nosso continente descoberto por esse país que nos deixou uma tradição de harmonia, de trabalho e de solidariedade para com todos os povos. O nosso País o devemos em sua extensão ao povo português, povo irmão e amigo.

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador Gabriel Hermes, conceda-me um aparte?

O SR. GABRIEL HERMES — Com muita honra, nobre Senador,

O Sr. Aloysio Chaves — O registro que V. Exª faz merece realmente a atenção do Senado. A exposição que será inaugurada no dia 22 deste mês, nesta Casa, é a mais importante já levada a efeito no Brasil, com documentos históricos preciosos emitidos de Portugal à Embaixada em Brasília, como uma demonstração de apreço desse país irmão às comemorações de 22 anos da inauguração de Brasília. E o segundo centenário do falecimento do Marquês de Pombal, que V. Exª assinala, é um episódio histórico que não está limitado à Nação portuguesa. A Amazônia, em particular, durante o Consulado pombalino, recebeu os benefícios extraordinários que à ação lúcida deste grande estadista imprimiu aos destinos de Portugal e as Terras Ultramarinas. Seu irmão, Mendonça Furtado, como Capitão-General do Grão-Pará, realizou uma administração extraordinária, inédita sob vários aspectos, na Amazônia, para a sua ocupação e sobretudo com uma experiência agrícola que frutificou, que prosperou e deixou marcos indelévels na história da evolução econômica da região amazônica. Portanto, oportuno o registro que V. Exª faz e desejo associar-me ao pronunciamento de V. Exª, congratulando-me com a Nação portuguesa, sobretudo na pessoa do seu eminente embaixador acreditado junto ao Governo brasileiro, pela exposição desses documentos e, também, quanto à efeméride que V. Exª acaba de assinalar de tão alta significação para a história das relações luso-brasileiras.

O SR. GABRIEL HERMES — Muito obrigado, nobre Senador.

Sr. Presidente, por todos os motivos nós nos sentimos bem em participar das duas comemorações.

Uma abrange sem dúvida a história do Brasil, porque toda a história do Brasil está bastante ligada à história de Portugal.

A segunda, Sr. Presidente, prende-se a esses bravos irmãos lusitanos do Pará, a quem estou tão ligado por um longo convívio, principalmente nesta minha segunda atividade, na indústria e no comércio. Sócio benemérito da Associação Comercial do Pará, sou também ligado a algumas instituições portuguesas, presidente da Federação das Indústrias, dentro destas entidades quantos companheiros tenho eu, filhos de Portugal, e bons brasileiros. Tão bons brasileiros, Sr. Presidente, que até ao organizarem no Pará o seu Conselho da Comunidade Luso-Brasileira, eles colocaram embaixo do emblema da associação esta expressão: “Servir ao Brasil, dignificando Portugal”.

E na carta em que me encaminharam, dizem eles:

8 de abril de 1982.

Exmº Sr.

Senador Gabriel Hermes

Nesta

Excelência:

Na reunião mensal deste Diretório, realizada na noite de ontem, o Sr. José de Oliveira Mendes, nosso 2º Vice-Presidente, deu

conhecimento do interesse manifestado por V. Ex^a de proferir, no Senado Federal, um discurso sobre a figura do Marquês de Pombal, cujo 2º centenário de falecimento transcorre no dia 8 de maio próximo. Pelo propósito de V. Ex^a, este Diretório antecipa seus melhores agradecimentos.

É desejo do Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará comemorar condignamente a data da morte do grande estadista, cuja administração está hoje plenamente consagrada. Uma das homenagens previstas é a publicação do discurso proferido no dia 8 de maio de 1882, data do centenário do falecimento de Pombal, por Rui Barbosa, no Imperial Teatro Pedro II. Com este ato, deseja este Diretório, não somente lembrar a figura gigantesca de Sebastião José de Carvalho e Melo que, na opinião de um de seus biógrafos, foi maior que seu tempo, mas também homenagear um dos mais lídicos artifícios da língua portuguesa, fazendo distribuir esta obra, que reputamos uma jóia autêntica e de inestimável valor por escolas, colégios, universidades e associações luso-brasileiras, dando ensejo, enfim, a que as novas gerações dela tomem conhecimento e a admirem.

Segundo nos informou o Sr. Oliveira Mendes, estaria V. Ex^a propenso a tomar a seu cargo a publicação do referido discurso, valendo-se das prerrogativas que o cargo de Senador Federal lhe confere junto aos serviços de imprensa daquela Casa. Para o efeito, tomamos a liberdade de enviar-lhe uma cópia xerográfica do discurso, tirada da 1ª "Edição Especial" publicada com o título "Centenário do Marquês de Pombal".

Desejariamos ter condições de distribuir a obra impressa, por ocasião da solenidade que faremos realizar no dia 8 de maio vindouro, no Salão Nobre do Grêmio Literário e Recreativo Português. Ficaremos imensamente gratos a V. Ex^a se as providências para impressão forem tomadas com a possível brevidade.

Junto com nossa grande admiração, aceite V. Ex^a os protestos de nossa elevada estima e distinto apreço.

Pelo Diretório — Victor Constante Portela, Presidente — Casiano Pinto da Silva, 1º-Secretário.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a?

O SR. GABRIEL HERMES — Ouço já V. Ex^a?

Ora, Sr. Presidente, a minha admiração pelo Marquês de Pombal, vem de longe.

Sócio, hoje correspondente, por estar com residência longe do Pará, do Instituto Histórico e Geográfico do meu Estado, tenho lido muito do que se refere à vida de Marquês de Pombal, ao seu período tão dramático e tão brilhante da História de Portugal. Tudo, Sr. Presidente, que me foi possível, li, principalmente pelo que significa para a Região Amazônica, como vou mostrar, em pequena síntese, ao relatar a passagem desse vulto histórico, desse homem extraordinário, desse homem forte, que um dia, quando parecia que Lisboa acabava, quando muitos fugiam, ele chamava a si todas as forças da Nação, e transformava, e reconstruía, e dava novamente a Portugal a sua bela Capital, rediviva, forte, eterna.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GABRIEL HERMES — Ouço V. Ex^a?

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador Gabriel Hermes, V. Ex^a se refere a um episódio que realmente retrata, por corpo inteiro, a figura do grande estadista que foi o Marquês de Pombal. Lisboa foi atingida simultaneamente pelo terremoto, pelo incêndio e pelo maremoto, com a destruição da parte principal da cidade, que era o seu núcleo comercial, com milhares de vítimas. Alguém aflito se aproximou do Marquês de Pombal e lhe perguntou: "Excelência, o que se há de fazer?" Ele respondeu, fria e objetivamente: "Enterrar os mortos e cuidar dos vivos". Essa área toda foi reconstruída e ainda hoje observa a mesma composição arquitetônica da época em que o Marquês de Pombal a restaurou. Há dois séculos serve a Lisboa, porque Pombal, como estadista, teve uma visão clara do futuro. A História registra os grandes episódios políticos em que se viu envolvido o Marquês de Pombal e a acusação, fundamentada ou não, pois a dúvida até hoje perdura, de sua inspiração e a sua participação, ainda que por via indireta, no atentado contra D. José I, que tinha, na realidade, por objetivo extinguir a fina flor da nobreza portuguesa, entre eles os Távoras. O tempo apagou tudo isto. O que ficou do Marquês de Pombal foi a obra administrativa extraordinária que ele realizou, atestando o seu porte de estadista, logo recebendo a consagração das gerações. O julgamento histórico que só a perspectiva do tempo permite fazer com isenção reservou-lhe, em Lisboa, o maior monumento, existente nessa cidade, dedicado ao Marquês de Pombal, tornando, assim, patente o reconhecimento e a gratidão da nação portuguesa a esse seu grande filho. Era o regis-

tro que desejava fazer, para me incorporar, desta forma, ao brilhante pronunciamento que V. Ex^a está realizando, nesta tarde, no Senado Federal.

O SR. GABRIEL HERMES — Muito obrigado, mais uma vez, nobre Senador Aloysio Chaves. Antes mesmo de fazer um breve registro do que significou para a consolidação de mais da metade das terras brasileiras, que é a Amazônia, o que se deve ao pulso seguro de Marquês de Pombal, ouço o nobre colega Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Com o aparte do nobre Senador Aloysio Chaves praticamente deveria até desistir, porque S. Ex^a nos deu uma aula sobre a História portuguesa e sobre a vida do Marquês de Pombal. Desejava apenas, nobre Senador, dizer que V. Ex^a faz muito bem em trazer à Casa este assunto, porque devemos, a cada instante, renovar aqueles laços de amizade que nos unem ao povo português. As nossas Histórias se entrelaçam. Tivemos, mesmo após a Independência, o mesmo rei o mesmo imperador — D. Pedro I do Brasil era D. Pedro IV de Portugal. Nossas Histórias estão tão entrelaçadas. Este exemplo de D. Pedro I veio no futuro mostrar a amizade que sempre nos uniu — enquanto o seu corpo repousa no solo brasileiro, o seu coração está na cidade do Porto.

O SR. GABRIEL HERMES — Muito grato, nobre Senador Jutahy Magalhães.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou apenas relatar, em síntese, algumas atividades ocorridas no período pombalino, o período do Marquês de Pombal na vida das duas Nações, sobretudo na Região Amazônica, há até algumas coisas que precisavam ser lidas por nós, os brasileiros, nesta altura do século já tão distante, em que temos tantos problemas a resolver, ligados principalmente às riquezas naturais do nosso País.

A luta de Pombal foi admirável. Em sua época, Portugal estava tremendamente dominado pela influência, pelo domínio da Inglaterra. Até o ouro do Brasil caminhava quase que diretamente para as arcas da monarquia inglesa. As atividades industriais de Portugal desapareciam, eram dominadas pelo poderio da Inglaterra. O comércio também. Tudo influenciava Portugal. Contra tudo isso se revoltou Pombal, levantando o seu povo, para que Portugal pudesse repelir aquele domínio econômico, lamentavelmente desastroso para a grande nação portuguesa. Isto hoje também serve de lição para nós, no nosso anseio de desenvolvimento.

Sr. Presidente, ligando agora as minhas palavras à solicitação dos meus queridos amigos e companheiros da comunidade luso-brasileira do Pará, vou atendê-los, fazendo constar no meu discurso, e transcrita com ele, no seu final, a bela peça, o imponente discurso proferido pelo nosso grande Rui Barbosa no centenário do Marquês de Pombal, no Imperial Teatro Pedro II, em 1882.

Vou dizer alguma coisa da influência de Pombal para a consolidação da Amazônia portuguesa, e brasileira, hoje, a tudo muito ligado à sexta década do século XVIII, que vai de 1751 a 1759. Isto tem um valor histórico extraordinário para os dois povos, nesta época de tantos empreendimentos políticos e administrativos que se desenvolveram em todo mundo português, e que se estenderam acentuadamente à Amazônia, ao Nordeste. Foram empreendimentos políticos e administrativos que estão registrados nesse conjunto de três volumes, (além de outros trabalhos) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por Marcos Carneiro de Mendonça a "Amazônia na Era Pombalina" São as cartas numerosas que foram endereçadas pelo irmão do Marquês de Pombal o Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, cujo nome está tão ligado a nossa Amazônia, acentuadamente ao nosso Pará. Ao nosso Pará, porque ele mudara a Capital portuguesa colonial do Brasil para Belém. Suas atividades, as suas ações, as suas medidas de defesa da terra se desenvolveram no extremo norte, o Grão-Pará, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, São José do Rio Negro. Foi Sr. Presidente, um decênio de realizações que, no dizer do grande historiador Oliveira Lima, se notabilizou porque desenvolvia justamente uma região como a Amazônia, que, na época, mais ocupou a atenção da metrópole com especial desvelo do grande estadista que durante uma parte do Século XVIII despertou Portugal de seu letargo.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GABRIEL HERMES — Já ouviu V. Ex^a, com muito prazer. Essa extensa área do Brasil-colônia, conforme documentam as inúmeras cartas trocadas pelo Marquês de Pombal com o seu irmão, o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Estado do Grão-Pará, essa extensa área — repito — representou uma faixa do território, assinalada não só por conflitos entre o Poder Civil e os que ainda desejavam tomar pedaços do Brasil, e não o fizeram porque esse punhado de bravos portugueses não consentiram, ajudados, já nessa altura, pelos brasileiros, os nossos índios.

Mas este punhado, Sr. Presidente, nos deixou uma lição para a história do Brasil: lutaram muito contra o poder civil, o de nações invasoras, a Companhia de Jesus. Foram lutas dramáticas, lutas tremendas, principalmente quando levantava, o Marquês de Pombal, o que ele, Pombal, chamou de sua luta contra o contrabando, as fraudes, o comércio ilícito e as interferências indevidas ao poder da Coroa.

Ouçó, com prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Jorge Kalume — Prezado Senador Gabriel Hermes, quero cumprimentá-lo por este oportuno pronunciamento, principalmente rememorando os feitos do grande estadista que foi o Marquês de Pombal. Posso dizer a V. Ex^a, em abono à tese que está esposando, que o Marquês de Pombal foi, efetivamente, o precursor do desenvolvimento social e econômico da nossa grande Amazônia. Já, naquela sua época, ele previu e fez o desenvolvimento agrícola, criando colônias agrícolas para o seu povoamento e mandou construir fortes, como V. Ex^a bem sabe, como o de Óbidos, Amapá, Príncipe da Beira, lá em Mato Grosso, e outros mais nas fronteiras de Venezuela e Colômbia, num total de 26, para garantir a integridade física daquele continente de água e céu. Portanto, neste momento em que V. Ex^a está lembrando o nome do grande estadista Pombal, quero cumprimentá-lo por este feliz e oportuno pronunciamento.

O SR. GABRIEL HERMES — Muito grato a V. Ex^a, meu caro amigo, nobre Senador Jorge Kalume.

Sr. Presidente, vale a pena acentuar, mesmo em síntese, porque esta passagem da administração do Marquês de Pombal e a do seu irmão, o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, marcaram, Sr. Presidente, a posse definitiva do Brasil a esta vasta Região Amazônica, e marcaram de maneira tão grandiosa quanto grande é a terra que hoje é nossa.

Sr. Presidente, podemos visualizar a importância das realizações quando visitamos nosso País em nossas inúmeras viagens. E lembramos de como ficávamos comovidos, cada vez que parávamos em frente a um dos monumentos de defesa do Brasil, desta época grandiosa, deste período pombalino. Lembramos a Fortaleza de Macapá, lá no extremo com a Guiana Francesa, marcando a ponta de fixação do nosso território. Lá longe visitamos, certa vez e ali chegamos atendendo a um convite deste extraordinário brasileiro que foi Assis Chateaubriand, o Forte Príncipe da Beira onde se ergueram como pilares mestres da rede de fortificações criada pelo Gabinete de Pombal, rede que, no dizer do eminente historiador Marcos Carneiro de Mendonça, "tinha de permeio os fortes de São Joaquim, São José de Marabitanas, São Gabriel da Cuchoeira, Tabatinga e Bragança, depois do que, e só então, todas as terras situadas ao norte do rio Amazonas, passaram de terra de ninguém a serem terras verdadeiramente luso-brasileiras."

A transferência da capital de São Luís do Maranhão para Belém do Pará, a par daquela cadeia de fortificações na região, marca outro importante fato da administração pombalina.

Ali se fixando, fixava-se também a defesa de toda a Região Amazônica, fechava-se a invasão dos adversários normais de Portugal, naquela época; os franceses, os holandeses, os ingleses, para que não pudessem se fixar na terra brasileira.

Cabe salientar ainda que aquela transferência se efetivou por ter se dado a abertura do caminho do Mato Grosso por via fluvial, através dos rios Amazonas, Madeira e Guaporé, por haver sido fundada a antiga Vila Bela, e, ainda, por se ter criado, para maior segurança dessa importante região, a Capitania de São José do Rio Negro.

Pesquisando, como o fez Oliveira Lima durante muitos anos, os interessantes documentos sobre o Brasil no Museu Britânico, onde teve oportunidade de compulsar os códices da vasta correspondência mantida por Pombal com seu irmão, é pesquisando esses documentos, que poderemos aquilatar o valor da obra deste insigne estadista e a importância da história amazônica, no século XVIII.

De fato, foi nesta região, durante o Brasil-Colônia, que graves problemas surgiram para a administração pombalina. Foi nela que nasceram as grandes Companhias Gerais de Comércio, criadas diretamente pelo Gabinete de Pombal. É estudando este período rico de nossa História, que podemos averiguar melhor, o que foi na Amazônia e para a Amazônia feito pelo mesmo Gabinete e pelos seus representantes autorizados, e, só assim, podemos visualizar, historicamente, a tentativa de realização do sonho longamente acentuado pelo Rei D. José e por Pombal, de fundar em plagas brasileiras o Grande Império Português da América.

Não podíamos, porém, nestas breves palavras que proferimos neste momento sobre a atuação de Pombal em nosso País, deixar de nos referir à política pombalina na chamada questão dos jesuítas, onde acabou Pombal por impor a autoridade constituída, que tinha que ser, e que passou, efetivamente, a ser, respeitada e obedecida.

A respeito do problema Pombal-Companhia de Jesus, o nosso muito conhecido historiador Arthur Cezar Ferreira Reis observa que ele "não nasceu com o Marquês". "Suas raízes são distantes no tempo e não se restringem também a Portugal ou à Península, mas a toda a Europa, sendo, antes, fruto de uma renovação dos costumes ou atividades políticas e espirituais".

De fato, o século XVIII, século de Pombal, convém não esquecermos, foi um século de crise, de intensa crise, que levou à Independência dos Estados Unidos e à Revolução Francesa.

A respeito, a carta endereçada a Pombal pelo seu irmão, governador do Grão-Pará, datada de 8 de novembro de 1753, é altamente elucidativa do problema dos índios, escravos e religiosos da Companhia de Jesus.

Cabe, também, aqui, destacar a política de Pombal referente aos direitos e deveres do homem da colônia, cujos princípios foram implantados na Região Amazônica. Prova disso são os alvarás de lei 6 e 7 de junho de 1755, e que representam dois importantes documentos de alforria dos índios.

Estas e outras iniciativas da administração de Pombal, ao lado da danosa dualidade de poderes, levaram Marcos Carneiro de Mendonça a assinalar o "engrandecimento patente que se pôde notar naquela região", ao tempo do Governo do Marquês de Pombal.

Importa realçar, enfim, o empenho de Pombal em assegurar a integridade do território nacional brasileiro, considerando, em 1751, danosas as entradas de holandeses pelo Rio Tacutu, formador do Rio Negro, e criando novos povoados para impedir essas entradas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Comemora-se, no próximo dia 8 de maio, o 2º Centenário de falecimento do Marquês do Pombal.

Dos dirigentes do Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará a que estou ligado por laços de grande amizade e admiração, recebi carta, em que solicita fosse por mim destacada, ainda que brevemente, a profícua administração daquele grande estadista.

Desejando contribuir para uma mais condigna comemoração da data da morte deste grande estadista, "cuja administração está hoje consagrada nos fastos de nossa História, desejo, Senhor Presidente e, Senhores Senadores, que a este meu discurso seja apensado o discurso pronunciado a 8 de maio de 1882, no Centenário do Marquês de Pombal, no Imperial Teatro Pedro II.

Concluo congratulando-me com a Embaixada de Portugal e com a Comunidade Luso-Brasileira do Pará e do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GABRIEL HERMES EM SEU DISCURSO:

Rui Barbosa

O MARQUÊS DE POMBAL

Discurso pronunciado a 8 de maio de 1882 por parte do Clube de Regatas Guanabarenses, no Centenário do Marquês de Pombal, no Imperial Teatro Pedro II. A 1ª edição "edição especial", é datada de 1882, tip. de G. Leuzinger & Filhos, com o título *Centenário do Marquês de Pombal*.

Edição autorizada pelo Ministério da Educação e Saúde

CENTENÁRIO DO MARQUÊS DE POMBAL

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Todas as notas da elegia das aflições humanas soluçam no quadro de suprema angústia, que, num dia inolvidável, apavorou, há cento e vinte sete anos, essa gloriosa extrema europeia dos Lusíadas.

Onde a terra se acaba, e o mar começa. (1)

Esse largo sorriso, azul como a onda jônia, da Europa ao Oceano, deslizado em curvas graciosas à foz sussurrante do Tejo, anegra-se e contrai-se numa expressão de inenarrável desespero. Era a manhã de Todos os Santos, em 1755. Uma convulsão atroz agita a soberba cidade em violentas contorções. O solo desloca-se, gemendo, nos espasmos de um fenómeno assombroso, cujo círculo de oscilações estende-se de Dantzig a Marrocos, da Inglaterra a Madrid, enturgesce as caldas de Poplitz na Boêmia, turva, na Escócia, as águas do lago Lhomond, revolve o Mediterrâneo, nas costas da Berberia, encapela as meigas enseadas da Madeira, e, respondendo, numa repercussão espantosa, o Atlântico, vem, do outro lado, ecoar nas Antilhas o ulular longínquo da catástrofe.

Dir-se-ia que "essas trombeta de horrendas maldições", em que fala Shakespeare, estrugindo das colinas desvairadas do glorioso rio do Gama, convoca os dois continentes ao sagrado horror do inaudito cataclismo.

(1) Camões — *Lus. III* — xx.

A cabeça da grande Lusitânia vacila, como se a embriaguez do misticismo devoto a sacudisse no delírio de uma visão de Apocalipse. As abóbadas dos templos confundem sob as mesmas ruínas as imagens e os crentes, a hóstia e os levitas, o sangue dos fiéis e o da vítima incruenta; as ruas sulcam-se em abismos; os palácios desabam trovejando; a casaria, esboroando-se numa sucessão infinita de fragores indizíveis, desaparece na voragem, na confusão e no incêndio, que açoita com as asas rutilantes as trevas desse círculo dantesco.

De um lado, as chamas parecem destinadas a fundir a antiga capital do Ocidente, como o fogo macedônio amalgamara outrora num metal único o ouro, a prata e o bronze das estátuas de Corinto; do outro, quinze metros acima das mais altas marés, a enchente, instantânea, minaz, caótica, infernal, abisma navios e navios em repentinos sorvedoiros, engole em cada assalto milhares e milhares de homens.

Quatro vezes a alucinada vaga humana desaparece entre a vaga marinha e a vaga terrestre, que nalguns minutos devoram doze mil almas; enquanto a vivuvez, a orfandade, a miséria, e o crime se levantam por entre os esqueletos hirtos das casas aluídas; enquanto o infortúnio universal liberta os forçados e os escravos, criaturas e vítimas de uma ordem social gangrenada até ao coração; enquanto o assassínio, a prostituição e o roubo laceram as entranhas e disputam os restos da cidade violada e delirante. No meio desse conflito gigantesco de todos os elementos e de todos os terrores, entre essa luta de todas as tempestades da natureza com todas as desgraças do destino humano; sob um céu que atormenta forrado do chumbo das suas nuvens contra as lágrimas da terra; quando o dia foge, e o chão falta debaixo dos pés; quando a opulência desaparece, esmigalhada, enlameada, calcinada pelas fendas do solo; quando a razão se apaga em todos os espíritos; quando a loucura do medo enche o vazio deixado pela inteligência ausente, — de sobre essa imensa superfície devastada uma individualidade se levanta, exprimindo a luz, a calma, a força, a soberania da consciência do homem, ereta, augusta, salvadora. Tal imperturbavelmente imóvel, através da noite, sobre a cratera acesa do Hecla solitário, quando a lava entornada queima de redor os campos, e destrói ao longe os últimos vestígios da vida, a incommensurável coluna de fogo que se alonga para os céus, indiferente aos mais ríspidos ventos, enquanto o bramido formidável do fenómeno subterrâneo parece ameaçar a subversão do mundo.

Durante meses trepida ainda o chão; mas ao marquês de Pombal o ânimo não titubeia nunca. O povo, a nobreza, a corte refugiam-se nos subúrbios; desamparam os lares; acampam em barracas; porque cada rua é uma vala, cada vivenda um sepulcro hiante, cada teto a loisa iminente de um túmulo. Mas a sege do ministro de ferro, seu domicílio, sua tenda, sua secretaria durante a semana terrível, só não está onde não esteja o perigo. O rei, em desalento, escreve a sua irmã, a rainha de Espanha: "Eis onde me paro, monarca sem capital, sem súditos, sem vestidos." (1)

Mas o inalterável secretário, colosso impassível da justiça e da reparação entre as ruínas, promete a si mesmo; entre a devastação geral, multiplicar-lhe a riqueza perdida, restituir-lhe a nação alienada por opressões corruptoras, reintegrar-lhe a autoridade de um cetro que D. João III abdicara nas mãos de uma influência ominosa. A fábula grega representava arfantes debaixo das raízes do Etna, sob o granito das montanhas incendiadas, os filhos enormes do céu e da terra, acometedores do deus dos deuses: dir-se-ia que, para primeiro operário na debelação dos nubes falsos do novo paganismo, o terremoto viera desentranhar do seio misterioso do planeta o braço de uma dessas potências fulminadas pela usurpação antiga, a alma de um titã.

A conflagração evoca, e revela magicamente o herói. Nada lhe escapa à mão de aço, à providência oniparente, ao gênio que reviveu Lisboa, cuja reconstrução parecia impossível ao embaixador francês. Centenas de decretos, em poucos dias, lhe borbotam da mente. Sepulta os mortos; acode aos feridos; leva o conforto aos agonizantes; improvisa hospitais; alberga os desabrigados; concentra, e prepara para a repressão as forças militares; congrega e divide em distritos os magistrados; pune os perversos com a severidade inexorável imposta pela ocasião; impede a deserção da cidade pelo povo; dá pão aos famintos; veda os monopólios; obriga ao trabalho os ociosos; atalha a saída aos víveres; cria celeiros; recolhe as preciosidades dispersas; evita a infecção pestilenta; defende o litoral contra os piratas argelinos; reimplanta a confiança nos ânimos espavoridos. Daquele mundo, que figurava desabar, aquele homem, aquela personalidade só, foi o eixo, a força equilibrante; sua razão e sua energia eram os pólos da nova ordem, que se ia alevantar sobre as ruínas. Fossem quais fossem, depois, os seus erros, ainda quando a sua glória se resumisse nessa página, os milagres operados ao seu aceno naquela crise, as calamidades incomparáveis que preveniu, o aniquilamento que obistou, o

oceano de lágrimas que soube enxugar bastariam para lhes inscrever indelevelmente o nome entre os imperecíveis benfeitores do gênero humano.

Mas esse espetáculo, grandioso entre os mais trêmulos da história, foi apenas um lampejar na longa fulguração daquela vida. E é essa imagem vasta como um século que eu deveria fixar hoje no momento de um discurso! Como se a palavra dispusesse de um raio do sol, para debuxar numa lâmina de alguns centímetros e imensidade do horizonte.

Essa existência, pois, não vos venho eu recontar, nem narrar a obra estupefata do gigante. Nessa longa serrania de alcantis vertiginosos e profundos algares, procuraremos apenas, com o pensamento, de cima em cima, conjecturar, daquelas eminências, o alcance da cintilação sideral, que as coroa, e perguntar às grutas dos seus flancos o segredo das sombras adormecidas nos refolhos do fraguado.

Pombal não é um homem: é uma idade, uma antecipação do futuro, bem que não incólume da eiva inevitável do seu tempo. Daí a multiplicidade espantosa de faces, em que se desenha o seu caráter.

Uma espécie de lenda envolve as apartadas origens da sua ascendência. A erudição, que não me cabe apreciar, desafiçada, ou entusiástica, ora a liça, no Oriente, à descendência dos príncipes herodianos da Judéia, ora a vem entroncar em nossas florestas, entre os chefes da raça dominante dos tabaíras. Não é, porém, nossa missão explorar as fontes obscuras da torrente.

Que foi neto de um juiz é certo, e filho de um capitão de cavalaria. Como que do magistrado herdou a rigidez tranqüila, a impassibilidade nas durezas da repressão; do soldado, a bravura, ora calma, ora impetuosa, conforme a conjuntura lhe punha à prova a paciência; ou o arrojo. Falam dele os contemporâneos como de um dos mais belos homens da sua época: porte avantajado; robustez excepcional; inteligência descortinadora; na memória portentoso; o império na frente, no gesto, na estatura; altivo e ameno; insinuante e audaz; irritável e capaz de ternura; reunindo a resignação à atividade, a madureza ao ímpeto, a sensibilidade à aspereza, a dissimulação ao arrebatamento; possuído, avassalado pela sua idéia, uma idéia superior sempre, e servindo-a inflexivelmente, ora pela força dos golpes de Estado, ora pela preparação de laboriosas medidas administrativas, ora pelas tortuosidades subterrâneas da diplomacia.

Diplomata foi, que não cedeu talvez a nenhum da sua época. Sete anos, de 1738 a 1745, representou a coroa de Portugal perante Jorge II. Hábil e feliz nas suas negociações, pôde acompanhar de perto uma das fases mais vivas da história da Inglaterra. A mediocridade dos sucessores de Guilherme III e os talentos extraordinários da geração de estadistas que se lhe seguiu, acabaram de implantar naquele país o governo de partido, indistinto ainda sob o reinado de Ana, separando o ministério do conselho privado e a política da prerrogativa, acentuando a organização do regimen de gabinete, abrindo a era do constitucionalismo parlamentar, entregando o poder à responsabilidade ministerial. Assistiu ali o plenipotenciário de D. João V às memoráveis lutas parlamentares de Walpole, à ebulição guerreira contra a Espanha, à queda do vigoroso ministro, em 1742, perante a maioria dos comuns, ao advento do ministério Carteret, à ascensão do duque de Newcastle, a essas batalhas, enfim, pela administração do Estado, pelejadas na tribuna e decididas nas assembléias eletivas do povo. Afirmam que foi impermeável a esse ambiente. A mim me parece antes havê-lo dominado a convicção de que aquele ar não encontraria em sua pátria pulmões preparados para a combustão do oxigênio respirado nas margens do Tâmesis por uma nação onde o protestantismo e as instituições locais alimentaram as fortes qualidades da independência popular. A meu ver, é mais que duvidosa a utilidade de que o "grande marquês" se tivesse deixado saturar dos elementos da atmosfera constitucional. Impregnação pelo espírito das formas inglesas, cujo idioma nunca aprendeu, a sua energia ter-se-ia provavelmente debilitado para o embate contra os grosseiros vícios da reação que apodrecia a nacionalidade lusitana. Um espírito educado nas tradições da Magna Carta e do Bill dos Direitos seria exótico e estéril ante a invencível ignorância de uma aristocracia corrompida, a inconsciência de um povo imbecilizado pela crendice, a altanería de um clero todopoderoso, a fraqueza de uma dinastia decadente. (2) O Portugal servil das especulações britânicas, o Portugal monástico, dissoluto e sangrento de Odívelas, da Inquisição e dos Jesuítas estava demandando aquele homem assim: a revolução, por assim dizer, encarnada, com os seus ângulos violentos e as suas grandezas deslumbrantes.

É singular que uma índole talhada para esse papel fosse capaz dos dotes que descobriu a sua missão à corte brilhante de Maria Teresa. Na espinhosa mediação diplomática em que representou o soberano português entre a cória romana e a imperatriz-rainha, coube-lhe a palma de resolver a dificuldade com aplauso de ambas as partes desavindas, redigindo as bases do tratado de

(3) É digno de estudo o quadro de herança psicológica e fisiológica na casa de Bourgogne e sua antiga degenerescência desde Sancho I, exposto no livro do Dr. Paul Jacoby: *Études sur la sélection dans ses rapports avec L'hérédité chez l'homme* (Paris, 1881), págs. 372-380.

(2) Lord Mahon: *History of England*. (Tauchnitz ed.) Vol. IV, pág. 63.

12 de março entre Roma e Viena. Novos louros o deviam coroar, pouco depois, na questão suscitada pela hospitalidade de Benedito XIV contra o eleitor de Mogúncia. A resistência da Santa-Sé desarmou-se ao influxo moderador do estadista, que por tão profundos golpes no Vaticano se havia de assinalar mais tarde, mas cuja passagem pelos negócios internacionais da igreja com os países alemães deixou por toda a parte uma tradição de doçura, de paciência, de benignidade e de paz.

Eis o homem que assumia a pasta de estrangeiros e da guerra, em 2 de agosto de 1750, quarenta e oito horas depois de extinta a triste existência de D. João V. Bem pouco tempo lhe foi preciso para, sem que recebesse, nem requettesse, nunca o título de primeiro-ministro, dominar o soberano, absorver em si a política, e personificar o Estado.

Essa obscuridade toldava todas as perspectivas do governo. O absolutismo, disciplinado no confessionalismo, gafara a nação até os ossos. Uma acahanhada e odiosa minoria, representada pela coroa, por uma fidalguia depravada, por um clero corroído de vícios ignóbeis, devorava quase de toda em toda a substância do país. Numa população de pouco mais de dois milhões de indivíduos, cerca de duzentos mil, a décima parte, consistiam em monjes, monjas e padres. O escândalo de uma devoção, que não era senão o manto da mais abjeta imoralidade na justiça, na administração, na família, na igreja, depauperava no corpo e na alma a pátria de tantos assombros históricos, essa descendência de heróis que honrariam a grande idade da Grécia. O beatério era a maior das artes e quase a única preocupação social. As procissões, as romarias, as festas religiosas sobrecarregavam a miserável multidão proletária com o imposto da ociosidade forçada. O duque de Châtelet ouviu a um pobre mestre carregado de família esta dolorosa exclamação: "Grande Deus! Oito dias santos em quinze dias! Será possível que esta seja a vossa vontade?" (*) Uma terça parte de Portugal era propriedade da sotaína; as outras duas pertenciam a um trono quase mendicante sob a sua apulência e a uma aristocracia envidada e envilecida. O ouro do Brasil iludia o governo ignaro da metrópole com a mais falsa das miragens da riqueza, enquanto a escravaria levava aos costumes nacionais esse contacto de poluição inevitável, com que os oprimidos, por uma fatalidade superior, se vingam da opressão. Da agricultura existia apenas o mais boçal dos rudimentos. A indústria era nula. O comércio estava monopolizado pela Inglaterra, que lhe impunha os seus tecidos, sob as cláusulas calamitosas do tratado de Methuen; que lhe fazia, em troca de uma ridícula compensação, o favor de consumir os seus vinhos; que espremia sob o peso das comissões e do câmbio os lavradores portugueses; que absorvia a produção das colônias. Em 1754 teve o rei que contrair um empréstimo de quatrocentos mil cruzados, para ocorrer às necessidades de sua casa. A polícia reduzia-se a uma fatora de crimes, a um elemento de desordem; a nobreza contava nas suas fileiras os arruaceiros mais célebres e os mais temidos malfeteiros do reino. As perseguições tinham proscrito a raça inteligente e industriosa dos filhos de São, que foram levar a prosperidade a outras regiões. A soberania do Estado sumira-se a tal ponto na sua baixa condição de feudatário às explorações de Roma, que o sucessor de D. João V, desse autômato do clero, em cujos dias se consumiram mais de oitenta mil libras de um tesouro exausto na estulta instituição da *Patriarcal*, careceu de declarar por um decreto a sua prerrogativa de edificar templos no território do seu país sem o prazo-me da tãra.

Que gênio poderia pôr limites a essa decomposição senil, fixar nesse corpo os últimos resquícios de vida, restituir ao poder a sua autoridade, à nação a sua energia? A tempera de Pombal não era das que hesitam.

A sujeição mercantil e sacerdotal de sua pátria captou-lhe absorvientemente todas as faculdades. Essa superestrutura parasitária do clericalismo com os seus oitocentos estabelecimentos religiosos num país inculto e despojado, essa concentração exclusivista de todos os interesses comerciais nas mãos de um povo ambicioso e assimilador, como a Inglaterra, imprimiram desde o começo às idéias do estadista a direção radical que caracteriza o seu gênio.

Precursor do século XIX em tantas das suas aspirações preponderantes, a sua administração econômica infelizmente gira de ordinário nos erros de seus contemporâneos. No propósito de reagir contra os ingleses, senhores absolutos de todo o comércio português, intermediários em todas as suas transações, contra esses invasores, "que vinham até dentro de Lisboa roubar-lhe o comércio do Brasil", contra esses armadores insaciáveis, cujas frotas cruzavam o oceano carregadas da opulenta produção do outro continente, contra essa indústria que vestia Portugal, contra esse gabinete de Londres, ante quem o de Lisboa "não tinha voz deliberativa", contra esses banqueiros, para cujas arcas se escoava o ouro brasileiro, e, no intento, por outra parte, de extinguir a tirania exercida nas colônias americanas pelo industrialismo jesuítico, entregou-se rasgadamente a uma política protetora em vastas proporções;

proibiu a exportação do numerário; demarcou limites e condições à vinicultura; organizou largas companhias, como a do Alto Doiro, a do Maranhão e Grão-Pará, a de Pernambuco e Paraíba; subordinou a um privilégio o comércio com o Oriente; favoreceu estabelecimentos fabris, criados ou subsidiados pelo erário nacional; impôs mercados públicos à venda dos cereais. Sem dúvida os frutos dessas reformas não corresponderam à energia despendida, conquanto não fossem de todo infecundas. Sem dúvida essas medidas parece obedecerem a um preconceito; a confiança no protecionismo. Esse preconceito, porém, era tanto mais natural, quanto imbuíu, por assim dizer, todo o século passado, e ainda, em grande parte, o século atual. Estadistas como Sully, Colbert, Necker, Bonaparte ressentiram-se profundamente dessa falsa concepção. Locke ainda acreditava na teoria da *balança comercial*. Quase todos os governos europeus tinham vedado saída aos metais preciosos. Dos contemporâneos que mais odiaram, e dos que mais admiraram o grande ministro, libelistas e apologistas aderiram igualmente ao édito proibitório de Pombal. Falam em Quesnay, em Turgot, em Adam Smith! Mas os principais atos protecionistas do ministro português se decretaram entre 1752 e 1756. Ora, só em 1756 saíram, pela primeira vez, a lume, na *Enciclopédia*, as doutrinas econômicas de Quesnay. As verdades ensinadas por Turgot acerca de liberdade de circulação dos cereais não passam pelo critério da experiência, senão com a sua intendência de Limoges em 1761 e o seu ministério em 1774, no meio de resistências vigorosas; e tanto não estavam acreditadas, ainda após essa prova, que a ignorância de seu tempo lhe atribuiu a penúria de 1775. Quanto a Adam Smith, só em 1776 se deu a prelo o seu livro *Da riqueza das nações*. Os monopólios e as proibições de Pombal, pois, longe de se filiarem a ilusões já anacrônicas nessa quadra, eram apenas a germinação natural das sementes que a política europeia esparzia quase por toda a parte. O "espírito protetivo" florescia a pleno. O Estado e a igreja exerciam a alta tutela sobre as relações individuais. Daí para cá é que a ciência entrou a vibrar-lhe os primeiros golpes. E quem não conhece a tenacidade, ainda hoje, da escola proibitiva? Há quarenta anos, quando muitos, estadistas como lord Melbourne, então chefe do gabinete, a *sir James Graham* não qualificaram os princípios, que pouco depois triunfaram, da escola de Manchester como a maior das demências já sonhadas pelo homem? Não vaticinaram que eles arruinariam o país, extinguiriam a agricultura, derruiriam as instituições religiosas e civis, fariam retroceder a civilização britânica às suas origens primitivas? (*) Pois não estamos presenciando o espetáculo do protecionismo entronizado nos Estados Unidos, a despeito da sua ação retardatária no progresso econômico do país, exemplificada ali melhor do que em parte nenhuma? (**) Pois não será fato correntemente em nossos próprios dias a contribuição com que têm cooperado para o protecionismo, nas colônias inglesas, o juízo, emitido por homens da altura de Mill, de que a imposição de direitos protetores, como instrumento auxiliar a novas indústrias num país novo, constitui um expediente temporariamente justificável? (†) Mas, senhores, todos esses desvios contra as leis naturais são emanações, mais distanciadas, mas não menos genuínas, da erronia que inspirou ao grande chanceler de D. José essas providências coercitivas.

Excessiva severidade é, pois, o argüí-lo por aí de falta de critério científico. (‡) Tam pouco será lícito acusar de absolutas as suas opiniões. Tanto o não eram, que não estendeu a idéia das companhias privilegiadas às regiões coloniais, como a Bahia e o Rio de Janeiro, onde o comércio prosperava. Chegou, até, a entrever a liberdade econômica. Não pôs dúvida em reconhecer que "na liberdade está a alma do comércio." (¶) Aplicou-a mesmo, sem restrições, ao trato mercante entre Goa e Moçambique. Reduziu e simplificou as taxas sobre o fumo e o açúcar, em 1751. Enfim, pelos alvarás de 10 a 27 de setembro de 1875 estabeleceu a liberdade de comércio e navegação com as possessões insulares e continentais de Portugal no Atlântico. Contradições é claro. Mas, bem-vindas contradições! Contradições que demonstram não ser o seu espírito alheio, nos assuntos econômicos, à orientação liberal. E quem não sabe que de incongruências dessas não se escoimam os mais eminentes fundadores da ciência? Pois esse mesmo Adam Smith, o patriarca da liberdade comercial, não defendeu contraditoriamente as Leis de Navegação, repudiadas pela Inglaterra dois anos depois e sob o mesmo impulso da revogação das leis cereais? Não as fêveceu estribado em razões de conveniência nacional, quando a história desde a nascerça dessas instituições proibitivas mostrava as suas desvantagens estrondosas? E, se ainda na esfera da alta especulação científica, os espíritos mais adiantados não escapam às seduções retrógradas, como estranhar que cedesse ao pensamento dessas excessões opressivas o atleta de gênio, em recontros furiosos, entre os vícios de uma nacionali-

(5) Henry Ashworth: *Cobden and the League*, pág. 42.

(6) James E. Thorold Rober: *Cobden and modern political opinion*. Lond., 1873, pág. 40.

(7) Henry Fawcett: *Free trade and protection*, London, 1879, chap. 1.

(8) Teófilo Braga: *Questões de Literatura e Arte Portuguesa*, pág. 328.

(9) *Alvará de 3 de maio de 1757*.

(4) *Voyage du ci-Devant duc de Châtelet en Portugal*. A Paris, 1793, Tom. 1, pág. 53.

dade sem seiva, procurando com sobre-humano esforço pontos de apoio no terreno lodacento de uma época incapaz de compreendê-lo?

Tenho pressa, senhores, em chegar aos fatos culminantes desta vida, cuja grandeza não coube no seu século. Não me deterei, pois, nas suas reformas fiscais, onde assentou a mão, exterminando de uma vez a praga assoladora dos vinte e dois mil coletores, que sugavam a fazenda; reduzindo a um e meio por cento as despesas de arrecadação; guerreando as sinecuras, e estabelecendo a contabilidade regular do Estado. Tão pouco vos ocuparei com a organização do exército e da marinha, devida à onímoda capacidade do seu gênio e à onipotente ténpera da sua vontade. Dias antes do passamento de D. João V, os corsários argelinos vinham ainda aferrar às costas portuguesas, ao alcance dos seus fortes silenciosos. O povo que, durante dois séculos, arrastara pela imensidade dos mares o manto de uma esplêndida soberania, não tinha nem canhões para defender a honra do seu litoral, nem construtores para os seus navios, nem transportes para os produtos das suas colônias, nem esquadra capaz de sustentar no mínimo encontro a dignidade do seu glorioso pavilhão. Mais ou menos análoga era a condição das forças de terra. Dentro em poucos anos o talento regenerador do possante estadista mudara a face das cousas: a artilharia, o recrutamento, o exército, a armada, as fortificações, os arsenais, na Europa, na África, no Brasil sentiram por toda a parte a mão do prodigioso ditador, cujo tino na percepção das necessidades militares conquistou-lhe a admiração de técnicos provetos e célebres como o conde de Schaumburg-Lippe; cuja intuição de governo, nas especialidades mais inacessíveis, o habilitou a escrever e legislar sobre as coisas da Índia, onde nunca esteve, como se a conhecesse pelo mais profundo estudo local da sua natureza, das suas instituições, do seu povo.

Da sua energia nos certames internacionais, quando a diplomacia deixava o campo às armas, também não direi. Sua ousadia, sua plácida intrepidez, seu desembaraço entre os perigos, a incitação crescente do seu denodo na razão direta dos obstáculos, a instantaneidade da sua ação criadora improvisando em meses, na guerra de 1762 contra o Pacto de Família, num país talado, miserável e ermo, um exército de cinquenta mil homens maravilham, eletrizam ainda hoje a posteridade. Nem afagos de aliados o cativaram nunca; nem houve superioridade inimiga, que lhe alterasse o sangue-frio. A sua resposta às exigências humilhantes da aliança franco-espanhola é heróica. O seu rompimento com a Espanha em 1776, contra os conselhos instantes da Inglaterra, é temerário como as inconsiderações do patriotismo e da honra; mas a resolução tenaz do seu propósito nesse extremo encobre o segredo de um cálculo perdido no naufrágio que truncou aquela vida. O que é certo é que mediu sempre o pundonor de sua terra pela altivez da sua frente. Durante o seu reinado trintenário, o mundo é testemunha de

*Que a pátria que de um fraco fio pende.
Sobre seus duros ombros a sustenta.* (10)

Em suma, porém, esses troféus não pertencem à nossa festa; porque não interessam a humanidade. Esta é a pátria, a glorificação, o culto que celebramos aqui. A filosofia anunciava, ontem apenas, esta época, em quase plena realidade já hoje: a do reconhecimento religioso do gênero humano para com os benfeitores da civilização. Eis o que confere direito a esse imortal de encher este recinto, e possuir agora aqui todas as almas. Na epopéia da sua campanha contra o jesuitismo, contra as desigualdades de casta, na enorme galeria das suas reformas sociais está a síntese do seu gênio, a expressão histórica do seu nome, a fórmula radiante da sua contribuição para o progresso.

A *Companhia* de Santo Inácio envolvera Portugal numa atmosfera tumular. Em condições mais propícias que noutro qualquer ponto da Europa se exercera ali o seu processo de cadaverizar a criatura humana. O "curto juízo" de D. João III entregara-lhe o reino em 1540. Três anos bastaram para que a formidável potestade negra alastrasse toda a superfície do país; vinte e cinco, para que os seus colégios cobrissem até aos confins o território nacional. O ensino oficial caiu-lhe todo nas mãos: deu-se-lhe, em 1555, o *Colégio das Artes*, porta inevitável para as faculdades jurídicas e canônicas, e, em 1559, o Colégio de Évora, transformado em universidade; concedeu-se aos professores da Ordem a gratuidade dos graus universitários; equipararam-se os títulos doutorais da religião de Loiola aos de Coimbra; reconheceu-se-lhe o privilégio exclusivo do magistério público; vinculou-se à sua teologia a instrução inteira, impondo-se aos estudantes e aos doutorandos o juramento de um dogma seu.

O mundo conhece hoje, felizmente, a política, a fé e a pedagogia de Loiola. A pedagogia e a fé são para a Ordem de Jesus apenas instrumentos da sua política, imensa política, que tende ao governo dos Estados pela posse absoluta das almas. A substituição da liberdade pela obediência, da inteligência pela confiança, da consciência pelo confissãoário, da moral pelo probabilis-

mo, do sentimento religioso pelo pietismo mecânico; tais os grandes traços dessa concepção inimitável, que veio achar na península ibérica um terreno admiravelmente preparado pelas invasões, pelas guerras religiosas, pelas comções geológicas, pela pobreza e incultura do espírito popular. A gramática, a retórica, a escolástica, o casuísmo: eis os elementos dessa ginástica formal, em que os gerais da Ordem ainda hoje confessam, consistir o programa das suas escolas, e cujo tremendo pensamento é matar a vida psicológica das faculdades individuais, a personalidade íntima do homem, sob um regime de movimentos automáticos, enviscerados pelo hábito de uma disciplina engenhosa e perseverante. Milton deixou resvalar um reflexo celeste sobre a revolta do seu Satã, decaído, fulminado, mas reaspirando à luz pela liberdade. Em torno, porém, da imagem desta organização, cujo ideal é destronizar do homem os elementos divinos da humanidade, pela asfixia da vontade pessoal, pela supressão ob-reptícia da verdade e da razão; em torno dessa imagem tudo é caliginoso como a insânia e o cativo. Dir-se-ia o "exército das trevas", de que fala a Bíblia.

Para não despertar a investigação filosófica, é preceito, nas suas aulas, evitar questões acerca da natureza de Deus. A religião, ensinada pela *Summa* de Canisio, tem, ainda assim, o mais acanhado lugar nas classes. (11) Em compensação, os exercícios devotos ramificam-se infinitamente por toda a extensão dos seus métodos, como no corpo animal o sistema sangüíneo e o sistema nervoso.

Essa influência desastrosa predispuera Portugal para a anulação de 1580, e perpetuou depois da revolução emancipadora de 1640 a decadência política e social da nação. Os diretores espirituais tomaram conta facilmente dos reis e dos príncipes, Simão Rodrigues, o companheiro de Francisco Xavier, foi logo, em 1543, o preceptor do príncipe herdeiro, e a rainha submeteu-se à direção de um jesuíta. Ao beato e incapaz D. João III sucedeu D. João IV, criatura da *Companhia*. Em D. João V, o antecessor de D. José, tinham subido ao trono a indolência, a superstição e a sensualidade. Essa atmosfera de mundanidade e santimônia casava singularmente bem com a índole do jesuitismo, sua origem. Tendo invadido noutros países o movimento científico, que timbravam em senhorear, os padres da *Companhia*, em Portugal, distinguiram-se por essa ignorância que pasmara, na Espanha, o duque de Saint-Simon. Ali pode-se dizer, como da nação vizinha, "quanto mais aprendia um homem, menos sabia". (12) Pos bem: essa perversão organizada e beatificada nacionalizara-se no país, absorvera-o, quebrando a virilidade popular, transformando num fantasma de vícios e andrajos a aristocracia, vilipendiando o trono, infamando os altares.

Portugal descera a um simples logradouro da família de Loiola. Era, como já disse alguém, "*cousa da Companhia*". (13) Imaginai agora, no seio de um povo amolgado, havia dois séculos, a essa pupilagem, a posição do grande ministro, deliberado, frio, indômito no seu plano, como um pincaro alpestre, inabalável entre as tempestades desencadeadas, a fitar ao longe as primeiras claridades de um dia distante, concebendo, iniciando, consumando a empresa de varrer da face da civilização essa força vitoriosa, habituada a arcar, ora com o trono dos césares, ora com o dos papas, essa milícia da usurpação teocrática, que o mundo vira preconizar, no concílio tridentino, a infabilidade pontifícia, e aliar-se indiferentemente contra o pontificado, as liberdades galicanas, personificadas em Luís XIV.

Decerto, um movimento de fermentação antiteológica percorria a sociedade europeia durante o século XVIII; e Pombal recebera a impressão dessa corrente. Nem esse fenómeno ainda começara a abalar a raiz das superstições religiosas na massa popular. Assim, enquanto na Espanha se escreviam panfletos atribuindo o terremoto de 1755 à aliança de Portugal com a herege Inglaterra, em Londres se proibiam as mascaradas, pelo receio de que as profanidades carnavalescas acarretassem à Inglaterra a mesma calamidade que enlutara Portugal. (14) Contudo, os primeiros sintomas da deslocação revolucionária já eram sensíveis. Mas Portugal estava fora da linha isotérmica dessa revolução. No meio, pois, de uma nacionalidade que nem a suspeitava, é que o grande estadista ousou alçar o governo à altitude do seu atrevimento, para dar à história o espetáculo desse duelo estranho de um homem, de uma convicção, de uma vontade, contra uma legião que tinha por trincheiras a convivência inerte do povo, educado num regime de domesticidade monacal.

Começou por demitir a *Companhia*, em 1757, do confissãoário, e defender-lhe ingresso nos paços reais; medida a que só dez anos mais tarde se afoitava, na Áustria, a imperatriz-rainha. A esse raio seguiu-se o clarão de uma nova ameaça, e, logo depois, outra centelha fulminante. Em 1758, graças

(11) Huener: *Les jésuites*, Trad. par Alf. Marchand. Paris, 1875. Vol. I, pág. 152.

(12) "The more a man was taught, the less he would know." Buckle: *History of Civilisation in England*. Leipzig, 1865. Vol. 4, pág. 94.

(13) Oliveira Martins: *História de Portugal*. Tom. II, pág. 77.

(14) Lord Mahon: *History of England*. Vol. IV, Pág. 64.

(10) Camões: *Lusíadas*, VIII, XXVIII.

à tenacidade inquebrantável de Pombal, um breve de Benedito XIV nomeava o cardeal Saldanha visitador e reformador da Ordem nos domínios portugueses, e, dois meses após, um edital do patriarca de Lisboa privava os padres da Sociedade de Jesus do exercício de confessar e pregar. Pombal não disfarçava as suas intenções: o desígnio firme de banir do reino essa conspiração permanente contra o país foi comunicado à Santa Sé. Na opinião "de Sua Majestade, cinquenta anos de guerra com qualquer das maiores potências europeias seriam menos perniciosos à sua autoridade que a presença dos jesuítas".⁽¹⁵⁾ O sequestro dos bens da *Companhia* foi decretado em janeiro de 1759. Aos 5 de outubro desse ano estourou a grande detonação da procela, com o ato da expulsão, seguido, em fevereiro de 1761, pelo confisco das propriedades da Ordem. Em fins do ano de 1759 não havia um jesuíta nos territórios do reino.⁽¹⁶⁾

Sabe-se que só em 1764 a França desfechou esse golpe, e a Espanha em 1767.

Apenas esses dois Estados acabam de imitar o exemplo do governo português, já o preclaro ministro de D. José os convida a outro cometimento com vezes mais agigantado: o de arrancarem ao papa a extinção do jesuitismo. Essa tentativa, iniciada em 1764 perante a corte francesa, renova-se em 1767 ante os dois reinos. Choiseul recusa, para não anuir senão depois do assentimento de Castela; mas ambos esses governos fogem à ação, e não se abalançam aos seus riscos, enquanto a obstinação de Clemente XIII em revogar a bula de deposição do infante de Parma não obriga as três cortes da casa de Bourbon, em 1768, a exigirem como solução decisiva a medida reclamada, havia quatro anos, pelo estadista português, retardada pelas hesitações dos gabinetes de Versailes e Madrid, e cedida, enfim, sob a mais violenta pressão internacional, por Ganganelli, a quem, tal qual sucedera a Benedito XIV, não se fez esperar a misteriosa morte dos papas infensos ao jesuitismo. Por esse triunfo, que a filosofia de hoje reconhece como "o mais capital, a todos os respeito, de quantos até então, desde o protestantismo, ocorreram no Ocidente"⁽¹⁷⁾, sete anos lidara o ilustre marquês. Se interesses internacionais, pois, venceram a indiferença primitiva da França e da Espanha, e estreitaram a final a Santa Sé nas intimidades vigorosas da liga hispano-francesa, não é menos certo que essa coligação achou amadurecido o fruto e prestes a cair. A Pombal cabe, portanto, a glória da iniciativa, da fé pertinaz, do empenho contínuo, da intransigência irredutível. Foi o primeiro homem de Estado que levantou a mão contra a prole de Loiola, e desde então não depôs as armas, enquanto não viu prostrado o colosso.

Por entre essa irradiação há pontos opacos: o cárcere da Junqueira, o suplicio de Malagrida, a execução dos Távoras.

Não era dado àquele século de estuante transição chegar aos grandes resultados humanitários sem teríveis descontos de desumanidade e barbaria. A flor desse sentimento de inviolabilidade da pessoa humana, que, sob as leis atenienses, arremessava ao mar a estátua de Teógenes, culpada de esmagar na queda um inimigo do atleta de Tasos, não resiste ao ímpeto dessas épocas de revoltas transformações sociais. Os tempos de hoje haviam de vê-la revigar; mas naqueles mesmos que mais contribuíram para esta reumanação da nossa espécie, bem longe estava então esse sentimento da delicadeza com que atua na civilização hodierna.

A perpetração de um atentado contra a vida de el-rei, a existência de uma descomunal conjuração contra o trono, a culpabilidade de uma conspiração fração da nobreza parecem hoje demonstradas por uma série de provas suficientes. Ao menos os contemporâneos o creram. O embaixador francês, por exemplo, era dessa opinião. A cumplicidade dos jesuítas é atestada pelo juízo de Acciajuoli, representante então da cúria em Lisboa.⁽¹⁸⁾ Longe de mim, porém, não obstante, a intenção de absolver o cadafalso, a fogueira e a roda. Mas, há cem anos, essas invenções da selvageria ainda não tinham perdido a sua atualidade como instrumentos de governo. Já a filosofia acendia contra elas o seu facho. Mas a filosofia pouco mais era então que um ponto luminoso no céu, mórmente para esse aquartelamento do fanatismo que se chamava Portugal.

Essas ferocidades pareceram merecidas ao duque de Châtelet, que viajou àquele país, quando já o marquês não o governava.⁽¹⁹⁾ Ao ministro inglês, cuja correspondência as descrevia, nem as execuções de 1757, nem as de 1758 provocaram a mínima palavra de censura. Entretanto, foram atrozes. Mas quem desconhece a gravidade excepcionalmente aterradora dos crimes de

lesa-majestade naqueles tempos? Quem não sabe a comoção produzida ainda hoje pelas tentativas regicidas? A tortura é uma abominação bestial. Mas essa França mesma, de onde Voltaire desfechava as farpas da sua indignação e do seu desdém contra o governo português, vira justificar, por motivo análogo, precisamente em 1757, na praça da Greve, a Pedro Damians, cujo suplicio, de uma cruzeta incomparável, fez recuar de horror o verdugo. O ano de 1766 presenciou o de La Barre, barbaridade contra a qual a coragem de Voltaire lhe conquistou a mais imarcescível das palmas. A Prússia, ainda sob o reinado atual, requintava com os tratos a pena de morte. Nos Estados do papa o suplicio do cavalete até ao meado do século XIX, sob Gregório XVI, funcionava entre os instrumentos ordinários da justiça.⁽²⁰⁾ A chama dos *quemadepes* estalou, na Espanha, até 1781.⁽²¹⁾ De todas as influências sociais, o elemento teológico foi o que, nos últimos séculos, mais concorreu para destruir entre os homens o sentimento da santidade da vida humana.

Eis o meio que encontrou de redor de si o marquês de Pombal. Sabe-se que o antecessor do soberano em cujos dias reinou o grande estadista mandara queimar o poeta Antônio José, réu de uma espirituosa ficção alusiva ao monarca do cômico tipo do *Grande Governador da Ilha dos Lagartos*. Ainda em 1741 o padre Loureiro e, em 1744, Pedro Hennequin, dois pacientes de alienação religiosa, expiaram no fogo a epidemia jesuítica. Imaginemos agora a situação do ministro de D. José. Acusam-no de não ter conhecido a clemência. Se não se soubesse que a crítica, ainda nos críticos mais efêmeros, se resente de pequeninas veleidades peculiares ao ofício, estranhável seria que precisamente os que mais insistem na realidade da lei sociológica da ação do meio sobre as coisas e os homens, sejam os que não perdoem ao mais notável estadista do século XVIII o não sair ilibado de todas as máculas do seu tempo. Exigir, nas condições de um destino tão excepcional, a benevolência filosófica de Voltaire casada a essa exuberância de energia, a esse temperamento de combate que caracteriza aquele extraordinário extirpador de abusos seculares é converter em possibilidade o mais quimérico dos entes de razão. Um lutador não é um apóstolo. A quadra não podia, nem admitir um desses espíritos de conciliação e indulgência convenientes às idades tranqüilas e civilizadas. A alma batalhadora daquele homem não era feita para esses áureos períodos, cismados pelo poeta, em que o bem e a paz se estendam através do globo como um raio de luz.⁽²²⁾ O seu governo foi uma refrega contínua, no seio de uma nação paralisada, contra forças que a esmagavam sob o peso de uma onipotência bissecular; e entre as desigualdades dessa temerosa peleja seria sobrenatural fugir às exigências odiosas da guerra, em que tantas vezes se tocam a iniquidade e o direito.⁽²³⁾

Figurai a sua posição: um reinado vacilante, tendo trás si duzentos anos de podridão e jesuitismo; diante um futuro carregado de funestos agoiros; em torno uma vasta muralha de lama, com que o misticismo e a miséria do povo, a ignorância alvar, a impudente imoralidade, o cruel parasitismo do clero e da fidalguia tinham gasto dois séculos em defender e circunvalar o reino contra a civilização alvorecente. E dizei-me: nesse combate de um gênio contra essa massa informe, de onde se banira a consciência, a generosidade e o pudor, que milagre da razão poderia afugentar a violência?

Em Malagrida a ciência vê hoje um idiota. E o espetáculo da demência supliciada faz tremer. Mas esta percepção cem anos atrás não era clara como hoje. O delírio místico tornara-se uma enfermidade, que os jesuítas alimentavam preciosamente no povo, e de que foi vítima boa parte dos seus propagadores. A discriminação entre o estado moral e o estado patológico não se podia fazer nitidamente aos olhos de um espírito profunda e justamente prevenido como o do marquês, em quem, de mais a mais, dominava a convicção da hipocrisia da roupeta inimiga, e que no autor da *Vida de Sant'Ana* via juntar-se ao fanático o conspirador. Daí a sua frieza inexorável nesse processo, que entregou à inquisição. Era de um só revés um golpe na inquisição e um golpe no jesuitismo.

Senhores, não panegirizo: explico as resultantes de uma situação incomparável e a ação às vezes irresistível do meio sobre o homem. A justiça está em reconhecer ao herói a glória dos atos em que ele rompia com o seu tempo, e levar à conta do tempo a responsabilidade dos males em que o seu espírito obedecia às tradições da sua época.

O jesuitismo, na pessoa de um dos mais puros representantes da mórbida e deprimente piedade do seu culto, perecia às mãos da sua própria moral.

(15) Carta de Pombal ao embaixador português em Roma, Dom Francisco de Almeida. V. F. Luis Gomes: *Le marquis de Pombal*. Lisbonne, 1869. Pág. 168.

(16) *Voyage de ci-devant due de Châtelet*, Tom. I. Pág. 58.

(17) A. Comte: *Cours de philosophie positive*. Ed. de E. Littré. Paris, 1879. Tom. VI. Pág. 282.

(18) John Smith: *Memórias do Marquês de Pombal*. Trad. de Fonseca e Castro, Lisboa, 1872. Pág. 134.

(19) *Voyage de ci-devant due de Châtelet en Portugal*. Tom. I. Pág. 133.

(20) Ed. About: *La question romaine*. Bruxelles, 1856. Pág. 168.

(21) Buckle: *History of civil in England*. Vol. IV. Pág. 112.

(22) When shall all men's good

Be each man's rule, and universal peace

Lie like a shaft of light across the land.

Tennyson: *The Golden Dream*.

(23) I swear to you lawful and lawless war

Are scarcely even akin.

Tennyson: *Maud*. part. II.

Apesar das dessemelhanças, antipatias e combates ulteriores, há, na origem, entre a instituição de Inocêncio III e a de Loiola, uma profunda relação de homogeneidade. A doutrina da extirpação da heresia pela destruição do herege teve nos canonistas de Santo Inácio os seus mais sábios apologistas. O ímpio, segundo eles, não tem direito nem à pátria, nem ao contato com os homens, nem à propriedade, nem à personalidade civil, nem à vida, nem ao amor de seus filhos, que merecem o céu denunciando o progenitor incrédulo, e deixando-o expiar à fome. A prole de um condenado não tem jus a um óbolo da fortuna de seus pais. Nulo e írrito é o ato do soberano temporal, que limite a alçada do Santo-Ofício. A *Ratio Studiorum*, que proíbe aos discípulos da Ordem os espetáculos públicos e as festas, autoriza-os a espaiarem saboreando o suplício dos descrentes. Eis o evangelho da inquisição; eis, igualmente, o Alcorão dos teólogos da *Companhia*. Ativos divulgadores da crença na feitiçaria e no endemoninhamento, ainda hoje propagada pela teologia de Gury, sobre o nome da sua Ordem recai o martírio de dezenas de milhares de inocentes vítimas imoladas pelos santos tribunais da fé. Diante disto, quando contra o jesuitismo capitulado em blasfêmia e feitiçaria a magistratura ortodoxa levanta a fogueira abençoada pelo jesuitismo contra a impiedade — a consciência moderna recua, horroriza-se, fulmina; mas dir-se-ia ouvir pairar nos ares este grito lancinante da tragédia antiga:

“São os mortos que matam os vivos!” (24)

Pronunciar entre as magnificências de uma festividade como esta o nome execrável da inquisição é suscitar um espectro. Crer-se-ia que toda esta pompa se obumbra, e emudece, para deixar sentir ao longe o ranger das polés, o estalar dos ossos, o gotejar do sangue e a crepitação das fogueiras. As chamas dos queimadouros espelham-se até nas águas do Ganges, e tingiram com os seus clarões as florestas da América. A só administração de um inquisidor, Torquemada, na Espanha, em 18 anos destruiu quatorze mil e quatrocentas famílias, degradando e condenando à prisão perpétua noventa e sete mil e trezentas pessoas, assando vivas dez mil e duzentas. (25) Esse flagelo, tão sedento de sangue, como de ouro, “tão notável pela sua crueldade, quanto pela sua corrupção” (26), que acariciava com hecatombes humanas as núpcias dos reis e os nascimentos dos príncipes (27), encheu, durante quatro séculos, o mundo com as suas atrocidades e as suas espoliações. Os regulamentos do Ministro de D. José, em Portugal, cortaram-lhe as garras, e apagaram-lhe o brandão homicida. Destituindo-o da preeminência religiosa, reduzindo-a à simples magistratura civil, humanizando-lhe as regras do processo, e proibindo-lhe os autos-de-fé, as reformas de Pombal “significavam uma profunda revolução no regime do Santo Ofício”. (28)

Revolução foi o gênio desse estadista, em quase todos os assuntos onde penetrar. Mas nada o coloca mais indisputavelmente na primeira plana, entre os grandes reformadores sociais, do que a sua reorganização do ensino, do que a lucidez com que compreendeu que a instrução popular e o derramamento da ciência são a chave das finanças do Estado. A experiência diariamente nos está mostrando, ainda um século depois de Pombal, quão difícil é de penetrar essa evidência no espírito dos homens de governo. “Da cultura das ciências”, dizia ele, “depende a felicidade das monarquias”. Oh! quão sólida não fora a estabilidade das monarquias, se ligassem a sua existência à execução séria deste princípio sobre todos civilizador! Mas, naquele caráter, da opinião à ação não mediava um ápice. Em 1766 fundou o Colégio dos Nobres. Em 1772, por um só ato, instituiu 837 cadeiras públicas de instrução primária e secundária. Imaginaí, no meio do marasmo nacional daquele tempo, o arrojo inconcebível dessa medida, que inaugurava a escola essencialmente popular, firmando o princípio da gratuidade do ensino. Quatro anos antes principiara esse impulso com a reforma da Universidade de Coimbra. Por toda a superfície da península, a instrução científica não existia. Em 1786 um célebre escritor castelhano, comparando as matemáticas à alquimia, ufanava-se da ignorância delas em sua pátria, como sinal irrefragável da sua superioridade sobre as outras nações. Nos meados desse século não havia em toda a Espanha um químico prático. Mais de cento e cinquenta anos depois de Harvey ainda se desconhecia ali a circulação do sangue. A Universidade de Salamanca, em 1771, recusara entrada, pública, desdenhosa e terminantemente, aos descobrimentos de Newton, Gassendi e Descartes, por se não coadunarem com Aristóteles. Em Portugal os estudos universitários vegetavam sob a rotina teológica, do mesmo modo como os colégios eram monopólio das ordens religiosas, e as raras escolas primárias não passavam, digamos assim, de estabelecimentos diocesanos, sob a direção dos clérigos e a inspeção

dos bispos. O apreço que o ministro de D. José ligava às reformas do ensino, afirma-se altamente na solenidade das circunstâncias da sua viagem a Coimbra, para inaugurar a universidade remodelada pelas suas idéias. Foi uma espécie de excursão triunfal. A família real acompanhou-o até Vila Nova. O alvará dava-lhe o caráter de *rei e soberano senhor* da universidade. A reorganização desse instituto, na qual escritores de hoje têm reconhecido a profundidade de uma revolução, acrescentava ao programa dos cursos a história natural e as matemáticas, que o clero anatematizou de ímpias. Num breve espaço de tempo, surgiram oitenta cadeiras de ciências, de humanidades, de artes de aplicação; estabeleceu-se um observatório; levantaram-se museus de história natural, de instrumentos químicos, de medicina. Portentosa força de intuição, que só avaliará perfeitamente quem tenha ensejo de palpar, e experimentar ao vivo a desesperadora tenacidade com que o obscurantismo, nas mais esclarecidas esferas, sorri hoje mesmo do valor prático da ciência, e nega-lhe os meios de vida! Cada tentativa reformista de Pombal, porém, percorria vastos segmentos de horizontes desconhecidos. Ele discerniu admiravelmente o automatismo da pedagogia jesuítica; empreendeu seriamente libertar a instrução da curatela clerical; reconheceu à ciência a sua dignidade no ensino; aos professores cometeu contra a sua época o absurdo monstruoso de estender foro de fidalguia, e iniciou o pensamento, praticado hoje em grande escala pelos povos mais livres, digno de adoção em todos, de um imposto que constitua o patrimônio inviolável da instrução popular. “Viris atrevidos” (29), que denotam nesse estadista uma capacidade, cujo defeito real consistia em ser descompassadamente superior à sociedade a que o nascimento o condenara.

Sua audácia centuplica-se em altanadas criações, uma após outras. Dá para a liberdade da palavra e a emancipação da imprensa o primeiro passo, secularizando a censura, e abolindo o *Índice*. Leva a ação repressiva das leis ao recesso, até então inviolável, dos conventos, fazendo penetrar a justiça nas enxovias monásticas, antigo receptáculo de perversidades indescritíveis. Extingue, em matéria tributária, as imunidades clericais. Da infinidade de confrarias que, em prejuízo do trabalho e dos costumes públicos, inundavam o reino, deixa apenas quatro. Põe termo peremptoriamente à ignomínia de uma especulação inveterada, que se praticava com as filhas das melhores famílias brasileiras, expatriadas daqui sob o pretexto de educarem-se, para se condenarem na metrópole à torpe clausura dos conventos. Contém o abuso dos legados a estabelecimentos religiosos, monomania geral, que explorava as famílias, nutrido a ociosidade e o fanatismo. Amplia as leis de amortização. Desfecha golpe fatal na instituição dos morgados. Acaba com a iniquidade da prisão por dívidas contra os devedores de boa-fé. Proclama a nobreza de profissão comercial, para cujo desenvolvimento se esforça, com a sua eficácia habitual, instituindo o ensino dessa especialidade. Inaugura o princípio da concorrência e igualdade de todos os cidadãos perante os cargos do Estado, abolindo o *direito consuetudinário*, que consagrava a hereditariedade dos empregos.

A fama da sua sábia energia ressoa por toda a parte. A Inglaterra ouve dos seus representantes admirados a notícia das suas inovações poderosas no direito civil. A Áustria copia as suas reformas no ensino. A sua política iniciadora é acompanhada curiosamente pela corte de Viena. A magnitude dos seus atos e a força do seu ânimo captam-lhe a estima da heroína Maria Teresa. O núncio, expulso por ele, rende homenagem à sua discrição e ao seu civismo. Choiseul, seu émulo e desafiado, reconhece na sua ombridade o único elemento de resistência existente em Portugal contra as pretensões inglesas. O orgulho patriótico, em suma, se a vida palpitasse no seio da pátria portuguesa, teria de que dilatar o peito recebendo no ouvido ávido os ecos repercutidos do seu nome:

“*Que regio in terris nostri non plena laboris!*” (30)

Na história geológica, entre o mundo vivo de épocas remotas, encontramos muitas vezes antes de hoje, esboçados por caracteres comuns em criaturas antigas. A essas formas orgânicas, que anunciam de longe a vida atual, dão os naturalistas o nome de *espécies proféticas*. Na história do homem também, de vez em quando, a imensos intervalos, divisareis o fenómeno, não de gêneros, mas de individualidades proféticas, que, à distância, prenunciam as idéias e esboçam as instituições vindouras. Uma dessas grandes profecias vivas do futuro humano é o marquês de Pombal.

As exposições, esses jogos olímpicos da ciência e do trabalho, esses imensos conselhos da civilização moderna, têm o seu ponto de partida, a sua primeira vertente no ministério do marquês de Pombal. Vinte e três anos antes que a França celebrasse comuna dessas auspiciosas revistas da prosperidade

(24) Esquilo: Orestia.

(25) Llorente, t. I, pág. 280.

(26) Ersk. May: *Democracy in Europe*. Vol. I. London, 1877, página 267.

(27) Genet: *Lamorte et le diable*. Paris, 1880. Pág. 689.

(28) Latino Coelho: *História Política e Militar de Portugal*. Lisboa, 1874. Pág. 27.

(29) Camões: *Lusíadas*. VIII, XXXVI.

(30) Virg: *Enéid*, I, 460.

pública o sétimo aniversário das instituições republicanas, já o exemplo surgiu em Portugal. A honra da prioridade não se lhe pode mais negar. A primeira exposição industrial da Europa, fê-la, em 1755, o ministro de D. José. ⁽³¹⁾ Essa ideia, que das exposições nacionais se transformou nas exposições universais, e das exposições transitórias se fixará nas exposições permanentes, essa ideia, uma das que não cessarão de aprofundar o seu alveio, alargar as suas margens pelas gerações além, deve o berço ao restaurador de Lisboa. Podem-lho disputar, como se discute a nascente dos Amazonas e dos Nilos; mas a verificação está feita; o amor-próprio há de ceder à verdade; e, de nação em nação, de século em século, a grande artéria derramadora de inteligência e felicidade entre os povos murmurará o nome do iniciador.

O regime opressivo das desigualdades sociais não cessa de aluir-se, arrebatado pela torrente reformadora. Vai-se a malfazeja distinção entre *cristãos novos e velhos*, que dividia a nação em dois povos, "pondo-se cobro à matança e ao roubo de mais de dois séculos". ⁽³²⁾ Abrangendo num olhar contínuo os dois continentes, a sua política transpõe os oceanos, para comunicar ao Oriente e ao Ocidente os benefícios da sua infatigabilidade civilizadora. Um alvará de 1761 decreta a mais perfeita igualdade perante a lei entre os indígenas da Ásia lusitana e os portugueses nascidos no reino. Já muito antes (1775) fora promulgada a emancipação dos índios do Pará e Maranhão, ordenando-se, dois anos depois, a criação nesse governo, de duas escolas, para os dois sexos, em cada povoado.

Não é, porém, somente entre as selvas e os páramos longínquos do Brasil, que se exercia o seu pensamento libertador. Os ventos de África tinham disseminado pelas costas de Portugal o pólen negro do cativo. Que audatório ouvirá aqui este nome sem um longo estremecimento? Essa peste, ai de nós! filha do tráfico assassino, entrelaça-se à nossa sociedade nascente como vegetação de lianas malditas, que nos amarelece e desfolha na primavera a flor da nossa nacionalidade. Boa parte dessa semente de infortúnio, espalharam-na, à travessia, os sopros do oceano. De quarenta milhões de homens roubados à humanidade pela pirataria negra, calcula-se que oito, oito milhões, dormiram o sono da redenção no seio desses "Mudos do mar incorruptível", ⁽³³⁾ que entre as tristezas do drama helênico flutuam nos lamentos da Pérsia. Não: o mar já não é mudo para os homens, nem a voz das suas ondas é mais ininteligível para as nações; porque oito milhões de almas povoam a sua tranqüila imensidade, sussurram na esteira dos pavilhões livres o cântico incessante do resgate, e onde quer que uma vaga se estenda pelas praias de um povo soberano, murmura continuamente a queixa acusadora das suas agonias. Esse mar é o remorso e a súplica, é a reivindicação e a força, é a lição e o perigo: esse mar é a consciência universal.

O marquês de Pombal teve a bondade e a vontade precisas para abrir em seu país um rasgão luminoso nessa "rede da escravidão, a que nada fuge, nem a idade madura, nem a infância". ⁽³⁴⁾ Dois atos legislativos (juntamos a melodia dessas datas à música desta festa), um de 19 de setembro de 1761, outro de 16 de janeiro de 1773, desprenderam-se, e irradiaram, como duas estrelas nas perspectivas sombrias do futuro português. O primeiro — era a condenação do tráfico — declarava livres *ipso facto* os escravos que tocassem o solo do reino; o segundo — era a emancipação da fonte humana — libertava a maternidade nas escravas. Só vinte e um anos depois a ideia abolicionista frutificava em França; só cinquenta anos além triunfava na Inglaterra; só setenta e cinco anos mais tarde vingava na Dinamarca, e na Holanda só após oitenta e sete. Quanto ao tráfico, foram precisos ainda trinta e três anos para que a Grã-Bretanha o proibisse, e cinquenta e sete, para que essa ideia penetrasse na legislação brasileira. A ingenuidade da prole dos escravos esperou ainda um século, antes que as nossas leis a acolhessem. Quem uma vez leu o *Agamemnon*, de Ésquilo, nunca mais esquecerá "o sinal inflamado", mensageiro da notícia da vitória dos aqueus sobre a cidade de Priamo, que, aceso por Hefestos no cimo do Ida, passa de monte em monte, de promontório em promontório, flameja no topo do Ato, "transpõe de um salto possante a garupa dos mares; paira, como sol, dourando os rochedos de Macista"; atea-se às margens do Euripo; dardejia, "como a lua cintilante", através das planuras de Asopus; arde, turbilhoando, na grimpada do Epiglancto, e vence, inextinguível, o golfo de Sarônica, até desenhá-lo resplendente aos olhos da atalaia inquieta dos Átridas. Assim o fanal de liberdade arvorado pelo grande iniciador na extrema ocidental da Europa, há mais de cem anos, se reproduz, crescendo,

de reforma em reforma, de conquista em conquista, de esplendor em esplendor, de país em país, de geração em geração, até aos nossos dias e às plagas de nossa terra. Somente no alto do Aracné, no último posto, no mais vizinho de Árgos, onde as esperanças e os receios agitam as almas, não coruscou ainda "a chama da boa nova", que as sentinelas indefesas da ideia anunciada anelam cá de baixo.

Eis a obra do marquês de Pombal. Que dirá, pois, que este nome não pertence ao patrimônio e à honra do gênero humano?

Decerto, não foi pela soberania do povo que ele trabalhou; e a destruição geral dos privilégios feudais e clericais, a que se liga à sua memória, não tendia diretamente senão ao engrandecimento da coroa. Mas de democrata não era o seu papel, nem podia ser esse o caminho primitivo para a reação contra a múltipla tirania que aniquilava o país. Não foi, pois, um operário da democracia, que era impossível entre os seus contemporâneos; mas, concentrando no ministério todas as prerrogativas soberanas, realizou, pela primeira vez, naquele país, o exemplo completo do poder ministerial governando em nome do rei. Sua missão não podia ser outra; e essa, entre as circunstâncias de então, requeria faculdades estupendas, que ninguém, havia séculos, reunira ali com ele. Não compreendeu a liberdade política, que não estava de sação em sua terra, e que para outras, mais felizes e educadas, só mais tarde amaneceu nas instituições. Mas a liberdade civil, a igualdade social e a fraternidade humana devem-lhe serviços, que o tempo, em vez de delir, avultará sempre.

Coubes-lhe a insigne fortuna de servir sob um rei, sincero e perseverante, a quem não agradavam as normas, tão comuns e tão fáceis às coroas, de dividir, e corromper, para imperar; sob um rei, cuja viriude, admirável entre príncipes cifrou-se no tino com que avaliou a capacidade do grande estadista, na firmeza com que soube confiar no seu gênio, na isenção com que deixou exercer a soberania do Estado quem a podia dignificar. Camões, cuja inspiração fica sempre na sua altura, quando se fala de Pombal, Camões diria:

Escolheu bem com quem se levantasse,

Para que eternamente se ilustrasse. ⁽³⁵⁾

Quando a noite eterna desceu sobre os olhos de D. José, o negrume da reação começou a se adensar no horizonte português. "A demência, conselheira de opróbrio, origem fatal de todos os males", ⁽³⁶⁾ era a inspiração do novo governo. A cúria recebeu para logo o mimo de quarenta mil libras, em indenização das despesas com os roupetas expelidos do reino pelo marquês. A *Companhia* de Lioila, sem mais satisfações nem vênias da coroa, voltou ao seu antigo ninho. Fechou-se o teatro lírico, e fervilharam francos os conventos. A consciência do rei e a da rainha pertenciam cada uma ao seu confessor. A nova soberana, infelizmente, não podia compreender que não é possível, ao mesmo tempo, ser beata e regedora de Estados. Os Távoras reabilitaram-se por um simulacro de processo. O jesuitismo tropudava.

E começou o suplício de Pombal.

Depois da agonia do rei, a ingratidão, vilã do cardeal Cunha. A demissão, solicitou-a o marquês; mas só se lhe concedeu afritivamente retardada. Para lhe ladrar à honra, não faltaram dessas criaturas do lodo, de que, a propósito dos delatores na peste de Milão, dizia Manzoni que, "diventando infami, remanevano oscuri." A filha de D. José degradou-o a réu. Um processo mesquinho, acintoso, cruciante, um interrogatório de quatro meses, pregou-o enfermo; exausto, desmaiado, quase expirante muitas vezes, ao banco de acusado. A sua defesa, moderado e ativo documento do vigor de seu espírito e da sua probidade, cancelaram-lha, queimaram-lha solenemente, por ordem real, com pena de prisão contra os advogados. Como condição de vida para o quase moribundo patriota, para o augusto desterrado, exigia a medicina uma viagem a Coimbra: recusou-se-lhe. Os sicofantas vozearam clamores de morte contra a sua cabeça: contrariou-se-lhes a sede, mas apertando dia a dia os tratos morais à nobre vítima, até arrancarem ao torturado um gemido de misericórdia, como o santo-ofício extorquirá à Galileu a retratação. Então baixou esse decreto inominável, que só a irresponsabilidade mental pode escusar, perdoadando, em nome do governo português, ao marquês de Pombal!

Esse ato era o sudário de um reinado, que passou por aquele país como a longa sombra de um sonho mau pelas paredes de um claustro.

Descendo lentamente os olhos da eminência daquele vulto até à justiça absurda e impotente da tirania que o pretendeu medir, e descoroar, acode-me, senhores, à mente um quadro de tempos, que só a ciência pode reviver: o da morosa tartaruga terrestre, na idade longínqua dos mamíferos fósseis, arrastando-se aos pés do Himalaia.

Faz hoje um século que a morte o tomou no regaço, para o entregar à história. Adormeceu tranqüilamente, como o oceano passa do crepúsculo à

(31) Liquida este ponto o escrito Primeira exposição industrial, do Sr. Joaquim da Silva Melo Guimarães, na "Revista da Exposição Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1879" (pág. 292), publicação fundada pelo Dr. Domingos, J. B. de Almeida.

(32) O. Martins: Op. cit. Tom. II. Pág. 169.

(33) Ésquilo: Os Persas.

(34) Ésquilo: Agamemnon.

(35) Lusíadas, VIII, VIII.

(36) Ésquilo: Agamemnon.

noite. Foi nos braços de sua família, de quem soube ser pai estremecido e exemplar.

Um abuso de severidade, que entre os contemporâneos era pequenez, e entre alguns de hoje tem chegado a ser moda, nega-lhe sensibilidade e coraçaõ.

Senhores, a sua política teve algumas vezes uma expressão de impiedade e fereza. Mas é à luz dos sentimentos e costumes do século XIX, que o temos de sentenciar? Para a insolente fidalguia da sua época a vida de um fâmullo ou de um plebeu não valia mais que um instante de cólera, ou um movimento de despeito. Ante as doutrinas do fanatismo clerical, naqueles dias, a proteção das leis à vida do herege era um escândalo. O confessorário só não absolvía a resistência contra a orgia mística, contra a imoralidade sob as hediondas formas daquele tempo. Ao grande ministro coube lutar contra esse acompadramento monstruoso. A clava que varre os estábulos de Áugias, não o faz impunemente. Não se desvia sem violência o curso do Alfeu. Nos três primeiros quartéis do século XVIII não houve talvez governo que não deixasse vestígios de maldade e de sangue. Vede esse grande Frederico II, que professava a humanidade e a filosofia; que fez do seu reino o asilo da liberdade religiosa. Liberal e filântropo, ele praticava no exército a crueldade mais brutal. Sua legislação militar era uma exceção truculenta à benignidade geral do seu governo. O açoite, pelos menores delitos revestia-se de uma ferocidade tal, que o soldado prussiano olhava a morte como a menor das duas penas. É que, "segundo o princípio dominante em toda a política de Frederico, quanto maior fosse a dureza para com o exército, tanto mais possível era a bondade para com as outras classes".⁽³⁷⁾ Assim o marquês de Pombal acreditava sinceramente na necessidade de ser implacável com o jesuitismo voraz e a fidalguia desprezível, para apoiar no trono consolidado a sua alavanca igualista e libertadora.

Errarei? Mas, em todo o caso, não é pelas necessidades deste século que havemos de aquilatar as necessidades do seu. O mesmo escrúpulo que nos inibiria então de absolver, inibe também de condenar. A ciência, estudando os vulcões, ignora até hoje se a temperatura que, nas profundezas do abismo, perpetua no estado de fusão as massas incandescentes é a temperatura natural ao interior da terra, ou a resultante das reações químicas produzidas pelos fenômenos invisíveis. Da mesma sorte não seria fácil discriminar precisamente nos erros daquela vida: o que é próprio à natureza do seu caráter, e o que provém da reação das influências estranhas sobre a sua individualidade. Contudo, na maior parte, a ação necessitante do meu sobre ele é visível; e tão grosseiro erro fora não perceber entre o que toca a essa personalidade original elementos alheios, quanto confundir, nas vertentes do Vesúvio, as torrentes lodosas acumuladas, e precipitadas pelas tempestades exteriores com os produtos eruptivos arremessados do íntimo pelo foco impenetrável.

O que é certo é que a petulância da reação não ousou julgar a Pombal. O decreto de 16 de agosto não é uma sentença; é um subterfúgio maligno, que pretende envolver sob a mercê o estigma. É o indulto antes do julgamento.

Por honra da coroa de Portugal, a reparação não tardou muito, e com a magnificência de uma apoteose. Maus oficiais, que se não atreveram a afrontar o dia, tinham arrancado, em 1777, à estátua de D. José a efigie do ministro que o salvara de confundir-se com os seus predecessores. Sob Maria II, um decreto firmado por D. Pedro de Bragança verbera como "ingratidão incrível" o decreto que ultrajara o marquês de Pombal, e glorifica solenemente em Sebastião José de Carvalho e Melo "o português que mais honrou a nação no século passado".⁽³⁸⁾ Em consequência mandava restaurar no monumento a imagem brônzea do estadista, e ordenara que se lhe esculpisse "por baixo" a data de 12 de outubro de 1833. Doze de outubro era o aniversário natalício de Pedro de Bragança, o Pedro IV de Portugal, o Pedro I do Brasil.

Eis uma ação verdadeiramente real! Se é que a verdadeira e única realza está, como eu penso, na superioridade às paixões ordinárias. Esse príncipe, que cingira duas coroas, compreendeu que nada é mais nocivo à monarquia do que o rigimen da injustiça e a predileção pelas mediocridades; e quis demonstrar à posteridade que tinha alma bastante para vingar contra os erros dos reis o merecimento e o patriotismo insultados. Compreendeu que as culpas reais, se escapam à punição dos contemporâneos, não evitam o látigo da história; e não quis para a sua dinastia a solidariedade num dos delitos mais graves contra a verdade que se têm perpetrado do alto dos tronos. Compreendeu que, se o berço da púrpura, não dá a imortalidade; e quis mostrar que a data do nascimento de um príncipe não pode honrar-se melhor do que inscrita num monumento a um grande homem.

A "raça da água" ⁽³⁹⁾ parecia extinta desde Camões na velha Lusitânia. Pombal, porém, que era dessa estirpe, estendeu do Indo ao Paraguai a pode-

rosa envergadura das suas asas. Imaginou reavivar na pátria as antigas tradições de altivez, de força de civilização. Acreditou que a exceção enorme de um gênio fosse capaz de suprir a esgotada vitalidade de um povo. A pátria, que não compreendia o poeta, muito menos acompanhou o estadista, que lhe devassava o mundo novo da revolução, como o Gama lhe abriu o hemisfério do Oriente. Mas esse nome, cuja soberania as selvas da América sentiram, como as sirtes do promontório africano a audácia do Gama, e os mares da Índia as harmonias homéricas de Camões, não se perderá. Por assim dizer, o poema humanitário do Portugal moderno compõe-se de três personificações, de três almas, de três bronzes, de três cantos: o nauta, o épico, e este, o estadista: o martelo do jesuitismo, o golpeador da escravidão, o "pionneer" da instrução popular.

Acima das camadas atmosféricas, em cujo seio respira a nossa vida, alarga-se a imensidade azul superior, por onde se roçaga o manto cambiante da luz, de onde se despeda a púrpura e o ouro dos arrebóis, onde a imagem da grande flor luminosa da noite, a formosa magnólia celeste, descerra as suas pétalas de prata. É lá que abrem os olhos, e respiram as montanhas. Assim, em torno da atmosfera comum das idéias de cada século, se superpõe umas às outras as regiões mais altas do progresso humano. Para lá nos vai sucessivamente erguendo a evolução interior da espécie. Mas há entidades privilegiadas, saliências audazes, que, infringindo as leis do alteamento gradual, deixam abaixo de si o ambiente contemporâneo, para elevar a fronte até à atmosfera de outra idade. Mais tarde, de uma eminência superior, de um século futuro, como nós do de hoje, o espectador verá flutuarem pelas encostas do maciço granítico espessas aglomerações de trevas; e, no perfil do gigante, a seção que pertencia à sua época; a outra, a do seu gênio, a da sua vocação, arroja-se acima das nuvens, à região livre da luz, procurando o anil dos espaços sidéreos.

De lá é que o vulto do marquês de Pombal se projeta sobre o século XIX, sobre a humanidade, sobre esta segunda pátria da língua e da alma portuguesa, para onde ele cogitara em transportar os penates da antiga glória lusitana, sobre a solenidade maravilhosa deste centenário, primeiro elo na cadeia de aclamações crescentes, que, por cima dos séculos, através das lutas e reações obscurantistas, há de levar a tua imortalidade, ó prodigioso reformador, até onde chegar a história das duas nações que te coroam hoje aqui nesta fraternização sublime!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana, por cessão do nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. BERNARDINO VIANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O tema que vou abordar hoje prende-se unicamente a problemas e coisas de minha terra que encerram peculiaridades comuns a outras cidades do Nordeste. Trago-os à consideração de meus ilustres pares para reflexão e debate.

Reservei dois dias da Semana Santa para visitar a uma das cidadezinhas do meu Estado. Foi a sexta e o sábado da Paixão. Refiro-me à encantadora Pedro II. Plantada em uma das subidas do grande planalto da Serra dos Matões, já na divisa do Piauí com o Ceará, o município tem alguns problemas que requerem solução imediata, até por questão de sobrevivência e caridade dos poderes constituídos. Mas estas soluções não têm chegado porque os Poderes Públicos não ouvem os clamores das autoridades locais e de seu representante máximo na Câmara Federal, o nobre Deputado Milton Brandão. Esses clamores são também o de uma população que vive apavorada com o fantasma da seca. Chove a alguns quilômetros do município, chuvas copiosas como as que, recentemente, encheram o açude de Campo Maior. Mas Pedro II sofre uma seca terrível que dizimou as lavouras e está abatendo os rebanhos. Urge, Senhor Ministro do Interior, o restabelecimento das frentes de emergência.

A água para beber está rareando, as fontes d'água secando e a cidade vive sobressaltada.

Iniciaram a construção do açude do Mamoeiro e muitos acreditam que chegaram mesmo a realizar 50% das obras, mas, de repente, foram paralisadas porque apresentaram vazamento das águas acumuladas. Em face disso, optaram por outro açude, o da Joana, um pouco mais distante — 2 quilômetros — do que o do Mamoeiro que fica a 12 quilômetros do centro da cidade. Mas, da opção, não se tem notícia nem da elaboração do projeto quanto mais do início das obras. Nós, Sr. Ministro do Interior, Sr. Presidente do DNOCS, gostaríamos de saber o que ocorre com a definição dos açudes ou se há outro veículo que dê solução ao problema do abastecimento d'água da cidade.

Reclama-se, também, a construção do trecho da BR-404 que liga Pedro II a Crateús. A única empresa de ônibus que faz a linha entre as duas cidades, suporta prejuízos diários com consertos e desgastes de seus veículos. Uma ponte no riacho Macambira que dista 32 km de Pedro II, e razoável conserva na estrada, resolveria problema que se arrasta há anos, apesar dos reclamos

(37) Macaulay: *Frederic the Great. (Biographical essays.* Taweh. ed. pag. 36).

(38) As palavras entre aspas são textuais no decreto de 12 de outubro de 1833.

(39) Esquilo: *As Quêforas.*

do ilustre Deputado Milton Brandão e dos quotistas da Empresa de Transportes Barroso Ltda.

Agora é a vez do Senhor Ministro Eliseu Resende, dos Transportes, falar e agir no sentido de autorizar ao DNER, seção do Piauí, a fazer o mínimo, ou seja, a ponte sobre o riacho Macambira e a conserva do trecho Pedro II/-Cratêus.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. BERNARDINO VIANA — Pois não.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Bernardino Viana, nasci em Cratêus, num recanto de terra que já pertenceu ao Piauí e que, há anos atrás, foi trocado pelo Porto de Amarração. Piauí era um estado interior, não tinha mar e aquela área, hoje pertencente ao Município de Cratêus, onde nasci, passou a pertencer ao Ceará em troca do Porto de Amarração, que foi cedido ao Piauí. Cratêus já se integrava, comercialmente, com uma vasta área do seu Estado. Essa integração, daí em diante, nunca deixou de existir, de tal modo que aquela cidade agora, é, praticamente capital de uma grande região, abrangendo o centro-oeste do Ceará e do centro-leste do Piauí. Essa estrada a que V. Ex* se refere, Cratêus a Pedro II, é uma velha aspiração do povo daquela região. Ainda há pouco tempo, eu mesmo fui ao DNER conversar com o Ministro Eliseu Resende, pedir a S. Ex* a construção pelo menos, do trecho referente à subida da Serra de Tucuns, entre Cratêus e a fronteira do Piauí. Agora V. Ex* faz referência a um pedido semelhante, feito pelo seu Estado. Desejo me solidarizar com V. Ex* e fazer meu o seu apelo, junto ao DNER e junto ao Ministro Eliseu Resende, para que adote, no menor prazo possível, as providências cabíveis para construir essa estrada.

O SR. BERNARDINO VIANA — Muito obrigado, Senador José Lins. A solidariedade de V. Ex* vai ajudar, por certo, a que unindo esforços, possamos, juntamente com o Deputado Milton Brandão, que é filho da terra de Pedro II, conseguir que o Ministro Eliseu Resende faça, pelo menos, essa obra de arte e conserva desse trecho, o que colocaria a estrada em condições de tráfego. Muito obrigado a V. Ex*

A bela cidade de que falo tem 14 mil habitantes. Por estar plantada num planalto é plana e recebe as brisas do Atlântico, motivo por que seu clima é saudável e pouco sujeito a oscilações.

Há no seu seio morno variadas espécies de pedras preciosas e semipreciosas, destacando-se dentre estas a opala. Essa pedra tão da predileção dos orientais é encontrada em quase todo o território do município. Acha-se, ocasionalmente, quando se cava o chão para enfiar um poste ou se perfura um poço. Mas, na verdade, há jazidas famosas naquela boa terra. Já se chegou a encontrar pedra pesando 4 quilos e 700 gramas. E vale ressaltar que nossa opala é a melhor do mundo, com seu ponto de fusão inigualável. O interessante em tudo isso é que o povo de Pedro II pouco se beneficia desta fabulosa riqueza. Ela sai para os portos de exportação e daí para o exterior sem sofrer lapidação ou beneficiamento e, como consequência, não incide sobre o faturamento a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), incide, apenas, o Imposto Único sobre Minerais (IUM), cuja participação do município na cobrança é, praticamente, nula. Atualmente, há quatro firmas estrangeiras e uma brasileira com alvarás de pesquisa e/ou decretos de lavra, mas a situação permanece inalterada.

Ao tempo em que fui Secretário de Indústria e Comércio, denunciei o fato do Ministério das Minas e Energia, mas não encontramos receptividade, sob a alegação de que, na legislação que regulamenta as atividades de mineração, não há dispositivo que obrigue o produtor a beneficiar o produto ou parte dele antes de exportá-lo.

Sei que o assunto merece ser estudado na área daquele Ministério para que se encontre uma saída que maiores benefícios leve ao Município. A incidência fiscal com a elevação do IUM, com taxa superior a do ICM, poderia ser um caminho certo a ser tomado, uma vez que a lapidação ou beneficiamento do mineral no local da mina criaria novos e oportunos empregos. Enquanto isso, verei se uma modificação no Código de Mineração poderá solucionar o problema.

O Sr. José Lins — V. Ex* me permite outro aparte, nobre Senador?

O SR. BERNARDINO VIANA — Pois não.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Bernardino Viana, V. Ex* fere um assunto de suma gravidade. Refiro-me à exploração e ao comércio clandestino de pedras preciosas e semipreciosas no Brasil. V. Ex* sabe que mesmo aqui, nos arredores de Brasília, esse comércio é amplo. Em Minas Gerais, várias cidades são por ele afetadas. No Nordeste, além de outros, existe o exemplo da opala do Piauí, opala excepcional, cuja exploração poderia estar prestando um bom serviço à economia do seu Estado. Esse problema já foi objeto de es-

tudos pelo Governo do Estado e pela SUDENE, mas como V. Ex* diz, ainda hoje não foi solucionado convenientemente. Eu vi, nobre Senador, na Austrália, onde há, também, jazidas de boa qualidade de opala, o aproveitamento dessas pedras preciosas, com rendimento extraordinário na área do turismo, exatamente o objetivo do hotel a que V. Ex* se referiu, a ser implantado naquela região. Aproveito a oportunidade, para chamar a atenção, para propor ao Ministério das Minas e Energia que dê curso ao trabalho que vem sendo desenvolvido por alguns dos seus técnicos, referente à exploração e ao comércio clandestino de pedras preciosas, para que se adote uma providência mais consentânea com a dimensão desse problema.

O SR. BERNARDINO VIANA — Exatamente, nobre Senador José Lins. Atualmente, um grama de opala está custando Cr\$ 1.600,00 e a quantidade que sai de lá, é muita; cerca, por exemplo, na última estatística de que disponho, de 5.800 quilos de opala saem da região; toda essa opala sem ser lapidada ou beneficiada. Propus, numa época quando Secretário da Indústria e do Comércio, que se fizesse uma legislação que obrigasse o produtor a beneficiar um percentual de sua produção, para que desse emprego aos residentes no local da mina, mas até agora essa providência não saiu. Eu vou estudar, com a Assessoria Legislativa do Senado, se eu posso legislar sobre o assunto, e, podendo, darei entrada a um projeto.

A construção de um hotel na cidade é outra reivindicação. A realização desse sonho já está bem encaminhada pela Empresa de Turismo do Piauí (PIENTUR), com solução a curto prazo.

Por outro lado, os comerciantes e artesãos reivindicam uma agência do Banco do Brasil para aquela praça. Alegam que a agência do BRADESCO, ali sediada, opera preferencialmente com vendas ao consumidor, e o Posto Avançado do Banco do Estado do Piauí, com agricultores e pecuaristas. Em razão disso, o crédito para desconto de legítimos efeitos comerciais inexistente. O Banco do Brasil deliberou criar a agência, mas o Conselho Monetário Nacional indeferiu a pretensão. Solicito, neste ensejo, que o colendo Conselho reveja a sua posição.

Mas, neste itinerário, não poderia deixar de dizer algumas palavras sobre o artesanato de Pedro II. Realmente, são admiradas e muito procuradas as redes, cobertores, franjas e tantas outras peças interessantes que são ali elaboradas. Mas o que mais admira é o preço de venda desses produtos. Compra-se no mercado rede de ótima qualidade e perfeito acabamento por apenas 3 mil e 800 cruzeiros.

O Hospital de Santa Cruz, construído com recursos da Misereor alemã, é uma obra de grande porte não só pela construção em si, mas pela moderna tecnologia e os equipamentos que oferece. Por falta de contrapartida de recursos financeiros do Governo brasileiro, o tão prestimoso hospital pode fechar. O déficit mensal de custeio supera a um milhão de cruzeiros, apesar de aquela entidade receber remédios e outros recursos materiais da Alemanha. Em Ofício nº 516/0000/171, de 28-8-81, a Diretoria do Hospital solicitou credenciamento do INAMPS, via Superintendência do Piauí, mas, até agora, não obteve resposta do Senhor Ministro Jair Soares da Previdência Social. Aproveito a oportunidade para rogar-lhe o deferimento do pedido, por ser essa Casa de Saúde tão útil e necessária a uma vasta Região.

A eletrificação rural, também tão ansiosamente desejada pelos proprietários rurais daquele município, está a cargo das Centrais Elétricas do Piauí S.A. (CEPISA). O Plano já foi elaborado para todo o Estado, mas a sua execução depende dos recursos financeiros de empréstimo externo que o Governo do Estado já conseguiu negociar, mas ainda não foi contratado porque o Senado Federal não concedeu a autorização constitucional solicitada, por razões do conhecimento de todos.

Estes, em linhas gerais, os obstáculos que enfrenta o município de Pedro II. Eles foram trazidos à minha consideração em reunião realizada na noite de Sexta-Feira Santa no Clube Social daquela cidade por figuras das mais representativas da sociedade local: empresários, profissionais liberais e políticos sem distinção de agremiação partidária a que pertenciam. Como se viu do presente relato, os obstáculos são fáceis de ser removidos, já que não exigem soma apreciável de recursos para a sua solução. Diante disso, fica o meu apelo aos ministérios e órgãos responsáveis no sentido de que atendam às reivindicações daquela população aflita, mas laboriosa e amante da terra que lhe deu berço.

Muito obrigado, Sr. Presidente! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma breve comunicação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 31 do mês passado, fiz um requerimento à Mesa, solicitando que me fosse fornecida a relação dos primeiros 46 funcionários nomeados pela

Mesa, constante a autorização do Ato do Presidente, nº 11, de 1982, publicado no *Diário do Congresso Nacional*, seção II, página 684, de quarta-feira, 24 de março de 1982.

Decorreram, portanto, Sr. Presidente, 16 dias e eu não consegui nem o relatório do Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, SAMS, nem o relatório que capeou essa derrama das primeiras nomeações, porque dizem que segunda-feira nós vamos conhecer outra relação de 78 a 80 beneficiários. E assim, de uma em uma, nós chegaremos ao número desejado que a Mesa quer para engrandecer o Senado Federal.

Sr. Presidente, não tendo nem resposta, nem providência nenhuma da Mesa, entrei com requerimento hoje, pedindo que me seja fornecida, remetida, dada ou concedida autorização para que eu me sirva dos serviços do PRODASEN, porque, de fato, procurei o PRODASEN, hoje, e lá o Diretor disse que não podia fornecer nada porque o seu serviço está sujeito à Terceira-Secretaria, que está afeta à Superintendência do ilustre Senador Itamar Franco.

Então, Sr. Presidente, dou razão ao Diretor do Serviço. Ele não pode fornecer os dados — não era dado nenhum, queria saber o número de funcionários. Nem isso eu consegui. Tenho uma relação, Sr. Presidente — e eu quero crer que não seja exata — conseguir daqui, dali, aos trancos e barrancos. Isso tudo vai ser objeto de estudos.

Queria que o PRODASEN me fornecesse a relação, não pôde; nem sei se tem também, é possível até que não tenha e disse que não podia me fornecer. Mas estou de acordo com o Diretor, não pode fornecer, porque é um serviço afeto à Terceira-Secretaria, e ela não me deu ordem para apanhar esses dados.

Sr. Presidente, entrei com um requerimento hoje, que já recebeu o despacho de V. Exª, pedindo que os serviços do PRODASEN me fossem postos à disposição para informações. Não quero descobrir segredo nenhum, não quero saber nome de funcionário, parentes de Senador. Quero saber o número de funcionários e outras coisas mais. Quero crer, Sr. Presidente, que só por via judicial — já estou pensando nisso — para conseguir que o PRODASEN me forneça o número de funcionários. Eu tenho aqui uma relação, que eu acho não é bem fiel, julgo que faltam dados. Requeri à Mesa, hoje, dia 16 de abril; dezesseis dias depois do primeiro requerimento, para que me mandassem o relatório da Mesa para que eu pudesse examiná-lo. Encareço a V. Exª que me seja fornecido com certa urgência — urgência aqui é mais dez dias, uma coisa assim, tempo para que chegue ao Presidente, e essa via da Mesa chegue até a Secretaria da Presidência, isso leva 5 ou 6 dias, porque o funcionário custa a caminhar daí até lá. No primeiro dia vai até ali, deixa e descansa; "pernas para o ar porque ninguém é de ferro"; no segundo dia anda mais 50 metros, para outra vez; no terceiro dia, para outra vez, e assim por diante. Leva 6 dias para chegar às mãos do Presidente. O Presidente também está cansado, não está muito disposto a atender à solicitação do Senador, também demora a despachar e vai me chegar aqui, às mãos, quase na véspera do encerramento da Sessão Legislativa.

Eu poderia forçar, por via judicial, solicitar para me fornecer. Já é uma providência difícil, morosa, problemática, temerária.

Então, Sr. Presidente, encareço a V. Exª, que tem sido um homem liberal. Não quero descobrir segredo nenhum do Senado, mas desejava, apenas, que o PRODASEN me fornecesse o número de funcionários. Aí, em vez de buscar junto ao Presidente, eu iria buscar no PRODASEN o número de funcionários, porque uns dizem que são 2.500; outros, 2.800; outros, 3.500; e outros já estão dizendo que anda por volta de 4 mil funcionários. Agora, com os 46, já arredondou para 4 mil. Mais os 78 que vêm agora, segunda-feira, vai para 4 mil e 78. E assim vai.

Então, Sr. Presidente, já que despachou à consideração da Mesa, eu pediria a V. Exª que me fossem postos à disposição os serviços do PRODASEN para informações ao exercício do meu mandato. Não quero descobrir nada mais do que isso.

É a comunicação que faço, certo de que V. Exª, que despachou tão prontamente o meu requerimento à consideração da Presidência e essa consideração demora muitos dias — só o funcionário vai gastar alguns dias para levá-la até à mesa do Presidente, e o Sr. Presidente vai gastar outros tantos dias para considerar, para perquirir, para perscrutar o que pode haver no PRODASEN que eu não possa conhecer. "Há mais segredos entre o Cêu e a Terra de que não suspeita a nossa vã filosofia", já dizia Shakespeare. Mas, aqui não tem Shakespeare nenhum, mas brasileiros falando até o português.

Então, Sr. Presidente, eu desejava que me fosse permitido acesso, ouça bem, Sr. Presidente, acesso ao PRODASEN, como a qualquer mortal lá de fora, a mim Senador, no uso e gozo do meu mandato — não sei se já está *sub judice*.

É a reclamação que faço na sessão de hoje, porque quero estudar algumas decisões da Mesa, primeiro, os 46 que entraram pelo Ato nº 11, em que foi deferida a competência ao Vice-Presidente da Casa; os 78 que vêm aí, já estão engatilhados, já estão no estaleiro, já estão fazendo a carreira para entrar dentro d'água e assim outros até que nós inteiremos 4 mil e tantos funcionários ou mais. Ninguém sabe. Tenho aqui, mas estou desconfiado que os dados não são exatos.

E finalmente, Sr. Presidente, melancolicamente, resignadamente, São Franciscamente, humildemente, me seja dado acesso ao PRODASEN, um dos Departamentos do Senado Federal, já que não tenho acesso à Secretaria da Mesa, me seja dado ao PRODASEN! Uma hora ser-me-á dado acesso e essa hora há de soar aqui na Casa! O gonzo há de anunciar esta alvorada festiva quando eu tiver acesso a esses dados que secretamente, me são proibidos, em virtude da disposição da Mesa em não querer me atender, mas tem que me atender.

Esta a comunicação que faço. Não há discurso nenhum a fazer, só esta comunicação: quero acesso ao PRODASEN não para descobrir segredos do Senado, porém desejo saber o número de funcionários. Só isso. Quando indago ninguém sabe. Tem, mas falta gente da obra; no da obra falta o engenheiro; no do engenheiro falta o não sei quem, o qual está na Europa; o outro está no Rio de Janeiro, não se sabe quantos: se são 40, 50, 90 ou 102. Ninguém sabe o certo. Eu quero saber. São tantos na Gráfica, tantos no PRODASEN, tantos na Obra, tantos na Administração, tantos gozando férias na Europa, França e Bahia, tantos com bolsas, toda essa gente aí. Só isso é o que quero saber. O nosso Senado, o Senado de V. Exª e o meu, o Senado que tem que ser do povo brasileiro, o qual paga para que ele funcione. Portanto, tem o direito de saber tudo que se passa, tudo que se nomeia, tudo que se paga, tudo que transcorre! Tudo, Sr. Presidente, que palpita na vida desta Casa. Nada pode deixar de ser posto à mostra desde que o representante do povo o solicite. Nada. Não sendo assim é porque há algo de podre no reino da Dinamarca.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para uma brevíssima comunicação.

O SR. ITAMAR FRANCO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de usar da palavra por deferência de V. Exª, apenas gostaria de dizer ao Senador Dirceu Cardoso que, realmente, a Superintendência do PRODASEN hoje está entregue à Terceira-Secretaria. Só hoje e agora à tarde tomei conhecimento do desejo do Senador Dirceu Cardoso de conhecer o PRODASEN nos seus aspectos funcionais. Quero declarar aqui, Sr. Presidente, a V. Exª e ao nobre Senador Dirceu Cardoso que o serviço que tenho a honra de dirigir está à disposição de S. Exª Nós lá não temos segredos. Particularmente, durante a minha administração, Senador Dirceu Cardoso, nenhum funcionário foi admitido no PRODASEN. V. Exª terá a qualquer hora que queira o devido acesso ao Serviço de Processamento do Senado Federal porque essa é a nossa obrigação e esse Serviço está à disposição dos Srs. Senadores da Casa.

O Sr. Dirceu Cardoso — Eu só quero saber o número de funcionários. Só isso.

O SR. ITAMAR FRANCO — Mas, Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna é que deparei hoje no DF-Repórter, editado pelo jornalista Luiz Gutemberg, com a seguinte notícia:

"QUEM VOTOU CONTRA?"

Placar da aprovação pelo Senado, do ex-Deputado udenista Oscar Correa para ministro do Supremo: 38 a favor, 1 contra. Quem impediu a consagração unanimidade esperada? Como a votação foi secreta, jamais será possível identificar quem apertou o tecla "não".

E veja, Sr. Presidente, a suposição grave, triste do editor do jornal:

No terreno das hipóteses, supõem alguns que o único voto contrário foi o do Senador Itamar Franco (PMDB — MG).

E continua o editor:

"O motivo: na manhã de quarta-feira, a Comissão de Relações Exteriores rejeitou a sugestão de Itamar, que propôs como norma o comparecimento obrigatório àquele órgão das pessoas indicadas para ministros dos tribunais superiores."

Sr. Presidente, é uma notícia que entristece particularmente ao representante de Minas Gerais, o qual foi o único a comparecer na votação do Ministro, hoje Ministro, podemos dizer assim, porque já foi aprovado pelo Senado Federal, do então ex-Deputado Oscar Dias Correia.

Recordo-me, Sr. Presidente, de que na sessão secreta, quando o Senador Dirceu Cardoso encaminhava a votação, algumas vezes tive a oportunidade de aplaudir S. Ex^a...

O Sr. Dirceu Cardoso — Muito bem! É verdade.

O SR. ITAMAR FRANCO ... na sua exposição acerca da personalidade de Oscar Dias Correia. Vejam Srs. Senadores — e esta não digo que foi a minha sorte, porque tenho a minha tranquilidade e a minha consciência em paz — conversei com o Senador Jutahy Magalhães, a quem expus o meu voto favorável a essa grande personalidade mineira. Tive também por interferência do Senador José Lins, de levar a S. Ex^a alguns esclarecimentos sobre a vida de Oscar Dias Correia. E mais ainda: quando estava aqui no corredor, o Presidente da Casa ainda brincou comigo: "Veio votar num mineiro?" Eu ainda disse: "Vim, Presidente, vim aqui para votar em Oscar Dias Correia". O meu voto a Oscar Dias Correia seria a descoberto: nós não teríamos nada contra S. Ex^a.

O Sr. Dirceu Cardoso — Muito bem!

O SR. ITAMAR FRANCO — Espero que o editor, o jornalista Luiz Gutemberg, que creio ser um homem responsável, possa amanhã retificar essa notícia maldosa, mentirosa e que não deve ser nunca levada para o terreno das hipóteses. Ele podia ter destacado que o único representante de Minas Gerais nesta Casa presente foi realmente o Senador Itamar Franco — e ele podia ter destacado isto! — que deu o voto favorável a Oscar Dias Correia!

Sr. Presidente, é verdade que, não na Comissão de Relações Exteriores, mas na Comissão de Constituição e Justiça, havia um projeto de nossa autoria, o qual manda ouvir os Ministros para debate nesta Comissão de Constituição e Justiça, pois entendemos que isto é um ato que devia existir, devia ser obrigatório e foi rejeitado esse projeto!

O Sr. Dirceu Cardoso — E foi defendido, lá, veementemente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Senador Dirceu Cardoso.

Sr. Presidente, para não confundirmos a rejeição do projeto com a atuação da nossa vida partidária e particularmente com os homens de Minas Gerais que merecem o nosso voto, o meu voto, Sr. Presidente, gostaria que constasse dos Anais do Senado. Não precisaria dizê-lo e nem pedir que constasse: foi favorável. E a esperança de que o editor e jornalista Luiz Gutemberg possa um dia deixar de ficar no terreno das suposições sobretudo quando é uma suposição mentirosa e maldosa. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O nobre Senador Dirceu Cardoso enviou à Mesa requerimento que, nos termos regimentais, vai ao exame da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há *quorum* para deliberação.

Em consequência, deixam de ser submetidas ao Plenário as matérias da pauta, uma vez que todas dependem de votação, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável;

— de Saúde, favorável; e

— de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.053 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e

— de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresentam.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de iniciar o pronunciamento que pretendo fazer hoje, gostaria de referir-me a essa questão de contratações de funcionários pela atual Mesa.

Não aceito, sem protesto, Sr. Presidente, de qualquer um, seja companheiro nosso, seja alguém da imprensa, seja algum representante do povo da

outra Casa, ou de onde for, que possa acusar esta Mesa de fazer qualquer panamá, porque nós, que fazemos parte desta Mesa, sabemos perfeitamente o quanto o nosso Presidente, o Senador Jarbas Passarinho, tem feito com que nós evitemos, inclusive, preencher aqueles cargos necessários. Foram feitas as contratações no setor específico do Serviço Médico, setor dirigido pelo nobre e digno representante do PMDB nesta Casa é que participa da Mesa, como representante da Oposição. E eu não sei, Sr. Presidente, como se queira eivar de qualquer irregularidade a ação dirigida pelo Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Dirceu Cardoso — V. Exª me permite um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Darei o aparte à V. Exª

O Sr. Dirceu Cardoso — Bem, V. Exª diz que não é um panamá. Bom, também quarenta e seis nomeações não vão constituir o Canal do Panamá, mas pode ser o Canal do Suez, pode ser um suzinho...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª limite-se à matéria do seu aparte.

O Sr. Dirceu Cardoso — Eu estou com o aparte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª está com o aparte, mas seja educado. Comece por aí.

O Sr. Dirceu Cardoso — Não grite, porque não me faz calar. Isso aqui não é a Bahia. Não grite!

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Aqui é o Senado Federal e temos de respeitar um ao outro.

O Sr. Dirceu Cardoso — Não grite, porque não abaixo a minha voz por causa do grito de V. Exª. Não grite. Calma! Tenha calma, sofreie o seu mandonismo, porque não adianta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Tenho de manter a calma?

O Sr. Dirceu Cardoso — E se não tiver, tem que manter mesmo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Se não tiver o quê?

O Sr. Dirceu Cardoso — Se não tiver a calma, tem que mantê-la. Ora, esta, o que V. Exª está pensando? O que é isto?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nobre Senador, conclua o seu aparte.

O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. Presidente, o que eu pedi foi isto:

"O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, com base na delegação de competência contida nos artigos... ambos da Comissão Diretora:

Considerando a absoluta necessidade do serviço demonstrada pelo Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, reconhecida pela Comissão Diretora em sua segunda reunião ordinária, realizada a 18 de março de 1982, e à vista do caráter de emergência de que se reveste a situação

Resolve:

Autorizar a contratação, pelo prazo determinado de onze meses...

Onze meses, Sr. Presidente. Então, por que isto tudo? Então, pedi, Sr. Presidente, este relatório da SAMS. Eu quero saber por que quer o Diretor do SAMS, que é um médico, sabe que tem urgência de se contratar motorista, de se contratar atendente, de se contratar recepcionista, de se contratar sete telefonistas? Que Diretor de Serviço de Assistência Médica, que tem a visão conjunta dos problemas do Senado Federal? Que relatório é este? Mas esse relatório não me veio às mãos até hoje.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, ninguém está escondendo os fatos que se passam aqui no Senado. V. Exª sabe perfeitamente que esses atos estão publicados no *Diário do Congresso Nacional* — Seção II, no dia 24 de março. Portanto, são atos públicos, conhecidos por qualquer um que deseje examinar o que se faz aqui neste Senado.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não permito mais, não Senhor. V. Exª, no meu discurso, pode ter certeza de que jamais interferirá.

O Sr. Dirceu Cardoso — Então, está fugindo ao debate.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª fique calado, e que a Mesa não aceite que essas palavras do Senador, sem a minha autorização, constem dos Anais. O Senador Dirceu Cardoso não pode interferir no meu discurso sem licença. Tem que respeitar o orador que está na tribuna e não pode falar sem a permissão do orador. (O Sr. Presidente faz soar a campainha.) Aqui, Sr. Presidente, há alguém que acredite que há órgãos que permitem que se vá

para Washington, quando na realidade não temos nenhum Mr. Smith? Nós temos aqui cidadãos de bem, nós temos aqui Senadores que trabalham pela República, com noticiários de jornais fornecidos pelos Senadores. Nós estamos aqui, e temos que dar o testemunho de que esta Casa muitas vezes fica vazia porque ninguém suporta mais a palavra do Senador Dirceu Cardoso. É quem tem esvaziado este plenário. Da mesma maneira que alguns meses atrás dizia que ia ser bombardeada a sua casa, agora fica inventando que segunda-feira próxima nós teremos aqui novas nomeações. Fala assim para depois, quando não existirem essas nomeações, dizer que deixaram de existir por causa da sua interferência.

Nós estamos cansados desse achincalhe.

O Sr. José Lins — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Senador Jutahy Magalhães, V. Exª permite que o Senador José Lins use a palavra?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Darei o aparte a S. Exª com muito prazer, se me for solicitado.

O Sr. José Lins — (Peça ordem.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª que leia o texto do Regimento Interno, referente a apartes e que a Mesa o aplique aqui, nessa ocasião. É muito importante que haja o mínimo de condições de entendimento para que o pensamento de cada um possa ser claramente exposto. Já que acredito que se trata, aqui, no caso do Sr. Senador Jutahy Magalhães e do Sr. Senador Dirceu Cardoso, de pessoas que estão interessadas em esclarecer um assunto importante, não havendo, portanto, nenhuma necessidade de que se passe à agressão, através de apartes. Peço, portanto, a V. Exª que leia o texto do Regimento referente ao pedido de apartes e que os colegas o observem textualmente, podendo naturalmente, cada um, depois, responder o discurso do outro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Fique certo V. Exª de que a Mesa assegurará a palavra do orador que se encontra na tribuna. Mas, atendendo a solicitação de V. Exª, cito o Regimento Interno, que, no seu art. 16, inciso X, letra a, diz textualmente:

o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;

E, também, a letra e

e) se o orador recusar permissão para o aparte, este não será publicado;

Eu dei ciência ao nobre Senador Dirceu Cardoso e espero que S. Exª compreenda a nossa situação e atenda ao Regimento.

O Sr. José Lins — Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Continua com a palavra o nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, para concluir este preâmbulo do meu pronunciamento, desejo dizer apenas, a V. Exª, Srs. Senadores, de que esta Mesa não tem nada a esconder. O Sr. Senador Jarbas Passarinho é um homem de bem e que merece o respeito de todos nós.

Portanto, Sr. Presidente, tenho que, não em nome da Mesa porque não estou, aqui, querendo representar ninguém, porque V. Exª a representa tão bem, mas a Mesa atual, como as demais que nos antecederam, é composta de homens que merecem respeito dos seus pares e não serem achincalhados, como algumas vezes se procura fazer.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ... ainda estou ouvindo vozes. Quando falam tanto em respeito a Regimento, continuo ouvindo vozes sem serem autorizadas por nós.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Peço ao nobre Senador Dirceu Cardoso que respeite o orador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Veja, Sr. Presidente, a insistência de que fatos estão sendo ocultados. Esses fatos que S. Exª diz que estão sendo ocultados estão publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, do dia 24 de março de 1982.

Prossigo, Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Crescem e se multiplicam atualmente, as preocupações e discussões acerca de uma reforma tributária. Tanto na imprensa, quanto no Congresso e, agora, no âmbito do próprio Poder Executivo, inúmeras vezes se vêm manifestando sobre o assunto, algumas sustentando a necessidade de uma revisão profunda, outros a de simples ajustes, mas, de um modo geral, todas propugnando por uma alteração do sistema tributário.

Em diversas ocasiões, o Ministro Delfim Netto abordou a questão, dizendo-se favorável às mudanças pretendidas. Recentemente, em entrevista concedida ao *Correio Braziliense*, publicada na edição de 28 de março último, referia-se o Ministro do Planejamento à criação de um grupo de trabalho, encarregado de elaborar um anteprojeto da reforma tributária, a ser submetido, proximamente, ao Congresso.

De sorte que, não há mais dúvida quanto à urgência dessas medidas e a grande atualidade do tema.

Sendo assim, e considerando, ainda, um antigo desejo de nos pronunciarmos sobre o assunto, vamos fazê-lo agora, com prováveis desdobramentos posteriores.

Pretendemos oferecer modestas contribuições às idéias e às proposições que se formam neste momento, partido de um exame crítico do sistema tributário como se encontra estruturado em nível constitucional, num triplice enfoque político, econômico e financeiro. Estabelecidas essas premissas críticas gerais, passaremos a examinar questões específicas, relacionadas com a aplicação do sistema, nas esferas federal, estadual e municipal.

2. O sistema tributário atual originou-se, como é sabido, do modelo introduzido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1965, que implantou a então chamada Reforma Tributária, na Constituição de 1946.

Convém lembrar que, antes da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, nunca tivemos um sistema tributário propriamente. Os textos constitucionais, até aquela emenda, apresentavam normas sobre tributos, com a única preocupação de fixar as competências da União, dos Estados e Municípios em matéria tributária. Faziam, portanto, apenas a discriminação de rendas provenientes da cobrança de tributos, em relação às esferas do poder tributante da Federação. Mas, afora isso, nenhuma daquelas Constituições chegou a estabelecer um conjunto de normas e princípios de natureza tributária, estruturado de forma que se lhe pudesse atribuir a qualidade de um verdadeiro sistema. Isto só ocorreu, realmente, com a referida Emenda nº 18, de 1965, que dispôs, pela primeira vez, sobre um sistema tributário nacional, cuja vantagem inicial, indiscutível, foi a de neutralizar, senão eliminar, os conflitos de competência impositiva e as duplas ou múltiplas incidências, até então comuns, entre os poderes tributantes, por força da rígida e explícita divisão de competência que foi estabelecida.

Esta vantagem inicial, todavia, fez-se acompanhar de uma característica marcante, identificada, de pronto, por alguns dos principais especialistas na matéria.

Foi o caso do saudoso professor baiano, Amílcar de Araújo Falcão, reconhecido como um dos maiores tributaristas brasileiros de todos os tempos, catedrático da antiga Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, prematuramente falecido.

O brilhante professor, a propósito do sufocante centralismo, que caracterizava o nascente sistema tributário nacional, pronunciou-se, pioneiramente, com estas palavras: "... paternalista e centralizador, esmagando a autonomia dos Estados e Municípios..."

De fato, o centralismo financeiro do novo sistema apresentava-se como sua característica fundamental.

Mas, por que paternalista e centralizador, como o chamou Amílcar Falcão? Porque a discriminação de rendas — ou seja, a partilha das rendas tributárias — da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, atribuiu aos Estados-membros e aos Municípios impostos que, financeiramente, não lhes assegurariam recursos suficientes, tanto assim que o novo mecanismo de transferências e participação na receita da União foi instituído para compensar, de certa maneira, essa insuficiência.

Como resultado, teríamos o enfraquecimento do próprio princípio federativo.

Nisso, resumem-se as primeiras críticas à Reforma Tributária de 1965.

3. Aonde chegamos? Há, realmente, um centralismo financeiro, em decorrência do que a hipertrofia da União está desnaturando a Federação? Nesse panorama, qual a posição dos Estados e Municípios e quais as possíveis alternativas, no plano financeiro? Haveria, hoje, de fato, a necessidade de uma nova reforma tributária?

Estas são as questões que deveremos examinar.

4. A estrutura de um sistema tributário, como de resto a de um sistema político, da organização do Estado, etc., é tarefa de ordem constitucional.

Portanto, à Constituição cabe ditar o modelo e os princípios fundamentais do sistema adotado.

Temos, em vigor, o sistema tributário da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, com ligeiras modificações posteriores, onde encontramos definidos os aspectos básicos da matéria, tais como: as espécies de tributos do sistema e sua conceituação jurídico-constitucional; a delimitação rígida da competência privativa, da competência comum, da residual e da cumulativa; as limi-

tações do poder de tributar, destacando-se a imunidade recíproca e as imunidades específicas de certos impostos; os fundos de participação; as modalidades e critérios de distribuição da receita tributária; etc...

De tudo isso, o que mais importa, para o assunto que pretendemos enfocar, são os efeitos financeiros do sistema vigente. Para tanto, apenas um desses pontos, em princípio, nos vai interessar, que é o da atribuição constitucional da competência tributária aos entes tributantes, ou seja, a discriminação de rendas.

Esta corresponde à chamada receita autônoma ou própria, advinda da arrecadação dos impostos privativos de cada esfera de governo.

Tais impostos privativos estão arrolados, taxativa e rigidamente, nos artigos 21 a 24 da Constituição, de cuja análise não nos ocuparemos no momento, convido, entretanto, ressaltar, desde já, a competência substancialmente mais ampla da União.

Além desses impostos privativos, constituem, também, receita própria os demais tributos (taxas e contribuição de melhoria) de competência geral, arrecadados no âmbito das correspondentes atribuições de cada ente tributante, vale dizer, no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Aos Estados, Distrito Federal e Municípios, ao lado dessa receita autônoma, isto é, daquela proveniente dos poucos tributos de imposição privativa, é destinada parte de arrecadação de alguns impostos federais, através dos mecanismos de participação e distribuição da receita federal.

Com essa visão geral das fontes de receita tributária própria e transferida, previstas na Constituição, vamos retomar o tema do centralismo financeiro, analisando, primeiramente, a estrutura financeira típica dos Estados Compostos, comparando-a com a dos Estados Unitários.

5. A estrutura financeira dos Estados de tipo federativo (compostos) correlaciona-se com sua própria estrutura política. Isto é: às duas ou mais esferas de poder político relativamente autônomas, assegura-se uma necessária e correspondente autonomia financeira.

Esta, por sua vez, se concretiza mediante a atribuição, aos poderes federados, de competência para instituir tributos, arrecadar, administrar e despendar renda própria, tendo em vista o respaldo financeiro, indispensável para configurar e garantir aquela autonomia política.

Por outras palavras, a estrutura financeira de uma Federação repousa na estratificação política do Estado, assegurando a relativa autonomia das ordens parciais da Federação, mediante o reconhecimento e a garantia de uma atividade financeira própria de cada esfera de poder, observados os limites legais.

Evidentemente, o aspecto mais relevante dessa atividade financeira e que se constitui no ponto de maior interesse para os entes dotados desse poder político-financeiro é, precisamente, sua plena capacidade de obter receita derivada da imposição de tributos.

Isto ressalta a peculiaridade da estrutura financeira do regime federativo, que é o de não ser essencialmente centralista. Pelo contrário, a estrutura financeira da Federação deve ser, naturalmente, difusa, como difusa é sua estrutura política.

Apesar disso, nos diversos Estados Federativos (compostos), o centralismo financeiro mostra variações sensíveis, na medida em que a estrutura política se apresenta também diversificada, ora reconhecendo-se ampla autonomia aos entes periféricos (estrutura difusa ou centrífuga), ora fortalecendo-se o Poder Central e, conseqüentemente, reduzindo-se a autonomia periférica (estrutura centralista ou centrípeta).

6. Já se pode perceber, daí, que a idéia de centralismo é ínsita ao conceito de regime unitário, onde não se cogita da divisão do poder político, nem, por via de conseqüência, de partilha de rendas por diferentes autonomias financeiras.

No regime unitário, o Estado é um todo indivisível politicamente, ou, quando muito, composto por meras repartições administrativas.

Desse modo, a discriminação de rendas dos Estados ditos compostos (federações) não se justifica naqueles de tipo unitário, no que concerne ao verdadeiro respaldo financeiro da autonomia político-administrativa, que é exatamente aquilo que representa a discriminação de vendas.

Podemos nos convencer, portanto, de que o centralismo financeiro é congênito ao Estado de tipo unitário, sendo suas possíveis difusões simples expedientes de natureza administrativa, visando a aperfeiçoar a máquina arrecadadora ou a dirigir, convenientemente, porção de recursos a esta ou àquela divisão administrativa do Estado, como estratégia da política global adotada.

A diferença, pois, entre um e outro, consiste em que, no Estado Federativo (composto) a divisão de rendas é consectário financeiro da autonomia política das ordens componentes da Federação, enquanto, no Estado unitário, há apenas um poder político e a renda desse poder único é dividida entre as unidades administrativas, tendo em vista a conveniência dessa divisão.

De acordo com o que dissemos, resta-nos afirmar e enunciar o objetivo fundamental de uma discriminação de rendas, que é o de se ajustar, da forma mais realista possível, às necessidades financeiras dos entes federados.

Esta forma realista, por seu turno, implica uma otimização da repartição das rendas tributárias, a ponto de se destinar a cada qual dos poderes tributantes federados um substancial aporte de recursos, adequado às suas realidades e capaz de satisfazer, plenamente, suas necessidades financeiras.

Imaginar-se uma discriminação de rendas ideal e perfeita é quase impossível, mas buscar-se um ponto ótimo da repartição de receitas é tarefa inerente a um processo de aperfeiçoamento, que se deve objetivar.

No caso brasileiro, a atual discriminação de rendas tributárias atende a este objetivo e se revela adequada à satisfação das necessidades da Federação?

7. Alguns especialistas, como Josaphat Linhares, por exemplo, repetem o Francesco Mitti, afirmam que os teóricos das finanças erram ao atribuir excesso de rigor científico a fenômenos financeiros e tributários, quando estes possuem natureza contingente e provisória.

Nesta linha de raciocínio, o citado autor diz o seguinte:

"Incorreram neste erro os que implantaram no País o sistema tributário consagrado na Emenda Constitucional nº 18, julgada racional, mas que, embora apresentando incontestáveis aperfeiçoamentos ao sistema anterior, chocou-se com as condições econômicas de grande parte dos Estados da Federação..." (in "A Reforma Tributária e sua Implicação nas Finanças dos Estados e Municípios", Fundação Getúlio Vargas, Rio, 1973, pág. 96).

A ser correta a observação, acrescentaríamos que não só os Estados, mas, igualmente, os Municípios sofreram o impacto da reforma. O autor mencionado excluiu os municípios desse resultado negativo, porque, em seu livro, ele defende a tese de que a reforma tributária não lhes trouxe qualquer prejuízo de ordem financeira, chegando mesmo a propugnar pela alteração de sua estrutura político-administrativa, de maneira que eles passassem a ser considerados simples autarquias territoriais. É bom frisar que não concordamos, absolutamente, com esta tese, não só do ponto de vista político como em relação ao perfil técnico-jurídico da figura pretendida.

Quanto ao sentido crítico do excesso de rigor científico da reforma tributária, de 1965, e em abono da opinião de Josaphat Linhares, ter-se-ia manifestado o insigne mestre Amílcar Falcão sobre a Emenda Constitucional nº 18:

"... esta adotou, no particular, um critério de auto-suficiência e de plenitude muito pouco científico e que somente seria aceitável no pressuposto de que esse diploma se destine a ter vida efêmera..." (Josaphat Linhares, obra citada, pág. 97).

Devemos observar, de passagem, que os referidos autores, ao criticarem o excessivo rigor científico do sistema implantado, deviam estar considerando, tão-somente, os aspectos econômico-financeiros da questão. Quanto a isso podemos concordar. Mas, com referência aos aspectos jurídicos, sem dúvida que se impõe o maior grau possível de rigor científico, sob pena de incorrerem no grave equívoco de tomarmos as vicissitudes como regra geral e a estabilidade como a exceção.

Mas, voltando ao ponto central de nossas considerações, queremos dizer que, em termos financeiros, no sistema tributário vigente, é óbvio que a União detém a maior e mais substancial parcela da renda tributária nacional.

Entretanto, ser óbvio, neste caso, não significa ser lógico. É preciso examinar a lógica do sistema. E tal exame se fará, no contexto histórico das discriminações constitucionais das rendas tributárias, considerando-se, sobretudo, a conjuntura político-econômica em que se realizaram.

8. Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, pode-se constatar que, sob a Constituição de 1946, até o advento da Emenda nº 18, houve um equilíbrio satisfatório da discriminação de rendas, entre as três esferas de poder tributante, ao menos em nível teórico.

Mas, é de notar-se que, naquela conjuntura, o Município constituía a verdadeira base do nosso sistema federativo. Não quer isto significar que o poder se manifestasse, inequivocamente, de baixo para cima. A verdade, porém, é que o Município mantinha uma importância fundamental de natureza política, de tal maneira que ele se apresentava como uma espécie de ponto de equilíbrio da Federação. Esta situação poder-se-ia traduzir numa regra, pela qual se afirmasse que, fortalecido o Município na sua autonomia geral (política, administrativa e financeira), fortalecidos estariam os Estados e, por consequência, a União. A concepção era, portanto, a de que fortalecido o mais fraco, fortalecido o mais forte. O fortalecimento da Federação se manifestaria do menor para o maior, de baixo para cima, do mais fraco para o mais forte. E, desse modo, fortalecidos politicamente os Estados e os Municípios, fortalecidos, também, financeiramente.

A partir de 1964, tivemos uma mudança radical na feição do quadro federativo brasileiro. A filosofia que inspirou o modelo federativo de 1946 apresentava, então, novas diretrizes. A concepção não era mais tridirecional. Passou a ser unidirecional, voltada para o fortalecimento compacto do poder federal, da União. A idéia predominante era a de que a União não deve refletir o desenvolvimento, mas, ao contrário, imprimi-lo, isto é, dirigi-lo de cima para baixo. A fórmula de 46 mudou, passando-se a adotar a tese de que fortalecido o mais forte, fortalecido o mais fraco e, assim, a própria Federação.

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo o prazer.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Jutahy Magalhães, esse tema tem sido objeto de comentários no Congresso Nacional, de profundas críticas ao Governo. É um tema maduro para ser considerado pelo Executivo, é um tema complexo. V. Exª hoje faz uma análise percutiente da matéria. Considero o discurso de V. Exª uma contribuição importante para a abertura do debate que certamente se seguirá sobre a questão tributária aqui, no Congresso Nacional. Parabenizo V. Exª Aproveito a oportunidade do discurso de V. Exª — talvez nada possa acrescentar — para chamar a atenção...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª sempre tem algo a acrescentar.

O Sr. José Lins — Muito obrigado a V. Exª Chamo a atenção para um aspecto importante da ampla reforma do poder de interferência do Governo, do Poder Público, sobre a distribuição dos meios, não só decorrentes de tributos como de todos os meios, de todos os recursos que hoje estão disponíveis pelo Poder Público para a execução da sua tarefa. Chamo a atenção para este aspecto, porque hoje, na realidade, o orçamento da União é apenas uma parcela, e relativamente pequena, dos recursos que são controlados pela União. Os recursos hoje manejados pelo Poder Público são muito mais amplos do que aqueles que decorrem da política fiscal do governo, dos tributos. Ao se fazer uma análise da política tributária ou uma reforma do Sistema Tributário Nacional, é indispensável analisar todo o sistema de poupança que é canalizado para a mão do Governo, para investimentos, de modo que o Governo possa utilizar a reforma para cumprir os seus objetivos principais, que são: primeiro, garantir a ordem e a justiça; segundo, promover o desenvolvimento. E quando se fala em promover o desenvolvimento, é claro que aqueles que menos têm hoje devem merecer um pouco mais, já que o Estado deve tender a ajudar a todos, de modo a pretender não o igualitarismo total, que seria impossível, mas reduzir, como se faz hoje, com pouco sucesso, as diferenças entre regiões, entre pessoas, entre indivíduos. É muito importante que esses objetivos sejam atingidos, e ainda que esse objetivo fundamental — o da busca de maior equilíbrio no bem-estar das populações ao longo do País, seja também atingido. Minha idéia é que, ao se analisar a reforma tributária, também se analise todo o sistema de recursos atualmente manejados pelas instituições paraestatais, que somam muito mais do que o orçamento, a fim de se obter um resultado equânime com as necessidades tanto das pessoas físicas como dos Estados e regiões do País.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª, nobre Senador José Lins. V. Exª sempre traz contribuições valiosas, quando aparteia os oradores que estão na tribuna.

O Sr. Itamar Franco — V. Exª me permite?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sempre digo que realmente temos que discutir muito esta questão no Congresso, e daqui deverão surgir várias idéias para o aperfeiçoamento da política tributária do nosso País. Temos que estabelecer, de início, uma filosofia; se devemos acreditar no fortalecimento da base da Federação, que são os municípios, ou se devemos manter como uma consequência de um ato de Governo, de uma decisão de Governo, o fortalecimento e a centralização do poder da União.

O Sr. José Lins — V. Exª tem toda razão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — São dois os sistemas que temos que discutir para ver qual o melhor, aquele que atende mais as necessidades e aos interesses do País.

O Sr. José Lins — V. Exª sabe que o sistema atual é muito mais...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — De saída, V. Exª pode dizer que talvez começemos a discordar daí em diante. Mas, no meu entendimento, o sistema deve fortalecer muito financeiramente os municípios brasileiros.

O Sr. José Lins — Mas, concordo absolutamente com V. Exª

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Fico mais satisfeito de ouvi-lo.

O Sr. José Lins — Ainda mais, alego que o sistema atual é o mais dirigido, talvez mais adequado ao Estado unitário do que uma Federação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sim, mas aí, dentro de um princípio paternalista, porque como V. Exª sabe os tributos arrecadados chegam na base de pouco mais de 5%. Então, vê V. Exª que se fôssemos estabelecer esse percentual sobre os outros orçamentos que V. Exª levantou agora, aqui, a respeito de que nós temos, realmente, mais do que um orçamento, temos outros orçamentos pela frente...

O Sr. Lomanto Júnior — Pelo contrário, o orçamento paralelo é bem maior de que nossa dívida...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Exato. V. Exª veria que o percentual iria baixar muito, se levássemos em consideração o orçamento paralelo.

V. Exª diz bem que foi uma filosofia do Governo no momento que estabeleceu a Emenda Constitucional nº 18. O Dr. Roberto Campos, que espero venha a ser nosso colega aqui no próximo ano, teve como idéia transferir para os municípios, recursos através da ação da União, estabelecendo os programas de execução de obras e benefícios àqueles municípios. Então, é uma ação, poderíamos chamar de paternalista ou poderíamos dar outra designação, mas ficaria sempre na dependência de uma ação política da União; se deveria ou não transferir para determinado município, recursos suficientes para que esses municípios pudessem executar obras.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, estariam, hoje, os municípios, de chapéu na mão, procurando os governadores e os governadores procurando o Presidente da República.

Senador Lomanto Júnior, permita antes que eu conceda o aparte ao Senador Itamar Franco, que já o havia pedido.

O Sr. Itamar Franco — Senador Jutahy Magalhães, V. Exª faz uma análise judiciosa da chamada reforma tributária, o Senador José Lins prefere chamar de ampla interferência do Governo Central. O Senador José Lins, como sempre, rodeia, rodeia, através do seu pensamento mas não vai ao fundo da questão.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não apoiado!

O Sr. Itamar Franco — S. Exª devia ter dito o seguinte: que a Federação hoje, no Brasil, só existe no papel, essa é que é a verdade. Essa é uma verdade cristalina que o Governo só está enxergando agora, às portas das eleições. V. Exª, há pouco, disse aí, por exemplo, que gostaria...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Discordo dessa afirmativa de V. Exª.

O Sr. Itamar Franco — Eu sei que V. Exª não vai concordar com as minhas afirmativas. Mas, como me concedeu o aparte, tenho que externar o meu pensamento. V. Exª, há pouco, falou e deu um exemplo prático que me permite até estender um pouco mais a minha intervenção ao discurso de V. Exª, quando se referiu à possível presença do Dr. Roberto Campos no Senado Federal. Oxalá isso não aconteça, porque evidentemente nós pretendemos eleger um Senador pela Oposição. Mas, esse homem hoje tem dito o quê? Ele deixou de ser um técnico burocrata, hoje Embaixador em Londres, e começou a percorrer os municípios do seu Estado. Começou a sentir de perto o mal que está fazendo neste País esse centralismo econômico dirigido por um governo, em determinada época, mais autoritário do que está hoje. Só agora, às vésperas das eleições, o Dr. Roberto Campos, pretendente ao cargo de Senador da República, tem a percepção, a sensibilidade de verificar que essa reforma implantada através da Emenda nº 18/65, ela deveria ter sido modificada na dinâmica do tempo e não agora. E nós assistimos o quê? O colega de V. Exª, o nobre Senador Helvídio Nunes, há quanto tempo defende, deste plenário. E ainda debatemos no outro dia — a reformulação do ICM? Um homem do Governo, um homem que pedia, inclusive, essa reformulação da sistemática do ICM, em função dos Estados nordestinos empobrecidos. E o Governo tem assistido e criticado a nós outros por avançarmos contra esse centralismo econômico. Mas, de qualquer forma, o Governo avança. E a vantagem, Senador Jutahy Magalhães, de eleições, e a vantagem do regime democrático, quando o Governo é chamado a um embate eleitoral, um embate importante, como é o de 1982, é que ele tem que voltar à realidade das praças públicas, dos comícios, ele não pode ficar nos gabinetes fechados. Aí o Governo tem que tentar, ainda que engatinhando, esta reforma, como V. Exª diz muito bem, tem que defender, sobretudo o município, a base da pujância, a base da renovação das lideranças, porque é no pequeno município que se formarão as futuras lideranças deste País. Portanto, nós precisamos desta reformulação tributária, o mais rápido possível. Desculpe a extensão do aparte, somente para dar dois exemplos com relação ao ICM, já trazidos a esta Casa: a revista pornográfica não paga o Imposto de Circulação de Mercadorias, o material escolar paga; o restaurante popular paga o Imposto de Circulação de

Mercadoria e o restaurante para turista não paga. E assim era, inclusive com o comércio de jóias e o comércio de ouro, existente no País. Portanto, meus parabéns a V. Exª Mas, oxalá o Governo de V. Exª tenha a sensibilidade, depois de tantos e tantos anos, de que essa reforma é imprescindível, não apenas às portas das eleições.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Itamar Franco, V. Exª veio, também, abrilhantar o meu pronunciamento a respeito dessa momentosa questão da reforma tributária. V. Exª acusa o Governo de estar examinando esse problema porque estamos num ano eleitoral. Mas, V. Exª citou o pronunciamento, que todos nós aplaudimos, do Senador Hervídio Nunes, e V. Exª há de se recordar que a Oposição criticou o Governo, exatamente porque iria levar um ano para enviar a reforma para ser discutida no Congresso. Este Governo paga por ter cão ou por não ter cão. Se enviar este ano, está tomando uma medida eleitoral, se demorar para enviar no próximo ano, então está contra o interesse dos municípios.

O Sr. Itamar Franco — Não! Permite um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vê V. Exª que há uma certa incoerência.

O Sr. Itamar Franco — Não. V. Exª me desculpe Senador Jutahy Magalhães. Desculpe-me mais uma vez a interrupção ao discurso de V. Exª. Ao contrário, Senador Jutahy Magalhães, desde que aqui chegamos em 1975, todos os Senadores da Oposição...

O Sr. Lomanto Júnior — E do Governo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Da Oposição e do Governo, diz bem o Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Itamar Franco — Todos os Senadores de Oposição têm mostrado ao Governo...

O Sr. Lomanto Júnior — E do Governo também. Sou autor de um...

O Sr. Itamar Franco — Senador Lomanto Júnior, daqui a pouco chego lá. Por enquanto tenho que falar da Oposição, ainda não sou Governo. Quando eu for Governo, falarei do Governo. Ainda não conheço essa sombra fresca de pertencer ao Poder, Senador, acho que ainda está muito longe. Não sei se vou conhecer essa sombra gostosa de pertencer ao Governo. Espero que a partir de 1983, quem sabe? Já no meu Estado tenho lá minhas dúvidas, mas, quem sabe, em outros Estados teremos oportunidade? Mas, de qualquer forma, Senador Jutahy Magalhães, nós não somos contra. Nós gostaríamos que ela já tivesse se processado há 7 ou 8 anos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Desculpe-me interromper o seu aparte, mas V. Exª tem razão; os Senadores da Oposição, os Deputados da Oposição, os Senadores do Governo, os Deputados do Governo...

O Sr. Itamar Franco — Mas o Governo não foi sensível.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — ...estão lutando há muito tempo para modificar...

O Sr. Itamar Franco — É a última interrupção que faço, apenas para dizer o seguinte: que nós da Oposição quando pedimos isso ao Governo, está certo que o Governo não queira atender às nossas vozes, não seja sensível ao nosso pensamento. Mas o que é exatamente triste é isso: quando o homem do Governo pede e ele não o atende, ele não é sensível, exatamente mostra o quê? que o Partido de V. Exª é apenas um Partido que coonesto o Governo na Casa, mas não exerce uma ação efetiva para essas mudanças, lamentavelmente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Veja V. Exª, nobre Senador Itamar Franco, que nós podemos discordar, inclusive dessa parte final do aparte de V. Exª. Porque, Deputado Federal, eleito em 1974, ao chegar nesta Casa, em 1975, tive a preocupação de apresentar uma emenda constitucional, aumentando o Fundo de Participação de 5 para 10%. Tive a sorte apenas pelas circunstâncias do momento, porque o Sr. Senador Marcos Freire a apresentou no Senado, naquela época apresentava-se separadamente, e eu apresentei na Câmara, por coincidência no mesmo dia. Ele levou a vantagem de o Senado ser menor do que a Câmara para conseguir o número de assinaturas necessário. Mas, o Governo foi atento a essa reivindicação. A reivindicação não era minha nem do Sr. Senador Marcos Freire, era uma reivindicação das duas Casas do Congresso, de todos os Partidos, na época da ARENA e do MDB. E o Presidente Geisel, por uma determinação própria, porque tive conhecimento, inclusive, da reunião de S. Exª com os Ministros da área financeira, os Ministros da área financeira discordando dessa medida e o Presidente Geisel, por uma determinação pessoal, mandou que fosse atendida essa pretensão. Então foi feito um substitutivo às essas emendas, de autoria do então Senador Petrólio Portella, para que aqui, através do Senado, surgisse um substitutivo

que fizesse a revisão desse Fundo de Participação, gradualmente, passando para 5,6,7 até 9% V. Ex* há de convir, que não é suficiente.

O Sr. Itamar Franco — É evidente que não é suficiente. Quando V. Ex*, há pouco, se referia num debate com o Senador Lomanto Júnior, que é um grande municipalista — nós reconhecemos no Senador Lomanto Júnior isto — mas hoje a receita, digamos, proveniente de todas as rendas nacionais dos municípios brasileiros não atinge nunca a 5%; é muito menos que 5%.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, com todo o prazer, lamento apenas ter demorado um pouco.

O Sr. Itamar Franco — Eu é que lamento a interrupção a V. Ex*

O Sr. Lomanto Júnior — Eu peço desculpas por dar um aparte longo, tal a importância do seu discurso. E eu considero o problema transcendental; eu considero o problema vital; eu considero o problema mais importante, até mesmo superando a inflação, eu considero a discriminação de rendas o mais importante problema brasileiro. Esse é o desafio ao qual nós, secularmente, vimos sendo submetidos. Desde o Brasil Colônia ao Brasil República, passando pelo Império, os municípios são sempre a *célula mater* da Nação; configuram-se nos textos constitucionais belas expressões quanto a sua autonomia, mas, eles não têm passado de letra morta em nossas Constituições. Eu pensei que era o mais tenso dos políticos brasileiros, neste momento, e confesso que estou realmente sob uma forte dose de tensão, mas, tal é o entusiasmo com que o Senador Itamar Franco apátrteia, hoje ele fez injustiças mas às vezes até interpretando mal, como ocorreu num debate com S. Ex*, quanto à Previdência Social, interpretando mal até um elogio, uma referência, ou, não digo uma defesa do seu comportamento, mas uma justificativa e até um aplauso. Senador Itamar Franco, a política mineira está mais tensa do que a política baiana pelo que estou vendo. Sinto não ter aqui um vetor, um meio de aferir, mas vejo que S. Ex* está numa tensão muito grande, o que é natural, o que é comum aos políticos do seu temperamento, vibrátil, entusiasta. Com este aparte, voltarei ao Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Itamar Franco — Eu responderei a V. Ex* depois, num aparte?

O Sr. Lomanto Júnior — Senador Jutahy Magalhães, V. Ex* pronuncia hoje um discurso que a Nação inteira quer ouvir, desde o mais modesto município, perdido lá nas fronteiras do País, até a mais populosa capital brasileira. O drama que vem sofrendo, a corrosão que se vem processando, sobretudo na economia municipal, é algo que estremece. Este País deixou de ser uma Federação. Ninguém pode atentar contra ela. Pois bem, nós, Poder Executivo, nós, Poder Judiciário, nós, Poder Legislativo, estamos atentando contra a Federação brasileira, aquilo que é intocável em nossa Constituição. Não temos mais federação, os municípios estão reduzidos a indigentes, e os Governadores a exercerem o tráfico de influência para conseguir aquilo que lhes pertence.

O Sr. Itamar Franco — Particularmente na Bahia, não é Ex*?

O Sr. Lomanto Júnior — São todos, não só o da Bahia, mas todos estão nessas condições. O que eu posso afirmar é o seguinte: este assunto eu me debruço sobre ele.

O Sr. Itamar Franco — Todos os Governadores, nomeados.

O Sr. Lomanto Júnior — Durante todos os meus trinta e cinco anos de vida pública venho mostrando que não é possível, jamais este País alcançará o seu desenvolvimento pretendido, porque nenhuma Nação o conseguiu. As nações desenvolvidas são aquelas que fortalecem as suas unidades, e, até, numa comparação física, numa comparação humana, nós vamos verificar que, quando nós debilitamos a célula o organismo enfraquece; o todo debilita-se e morre. Assim estão os municípios que são as células da Nação. O Estado ainda tem o prestígio. Eu confesso a V. Ex* que a figura do Estado não me empolga, eu vejo o Estado assim como uma espécie de intermediário. Num País como este eu preferiria que ele se transformasse numa república municipalista, onde a descentralização se impõe pelas distâncias, se impõe...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex* é do estilo francês.

O Sr. Lomanto Júnior — Exatamente, V. Ex* lembra muito bem! Se impeco pelos costumes. Temos apenas algumas diferenças de outros países porque falamos a mesma língua, mas ninguém pode comparar — se V. Ex* visitarem o Rio Grande do Sul, verificarão que é um outro país, comparando-se com o Piauí ou mesmo com a minha Bahia; a topografia é diferente, os hábitos são diferentes, tivemos uma sorte e isso nos creditamos à colonização portuguesa, tivemos a unidade com a mesma bandeira, com a mesma língua que ainda salvou um pouco a situação deste país continental. Ou se faz uma reforma séria, pois reforma capenga não devemos aceitar. Este Código Tributário

Nacional foi votado, instituído, no Governo Castello Branco, e os principais responsáveis pela sua elaboração foram duas grandes figuras da vida pública brasileira: o Embaixador Roberto Campos e o Dr. Otávio Gouvêa de Bulhões, Assessorados por grandes figuras que conheço. Participei, levei a minha opinião como ex-Presidente da Associação Brasileira de Municípios e, à época, como Governador de Estado. Ou se faz uma reforma séria, ou se analisa o que é o orçamento do País, como bem disse o Senador José Lins. Talvez, o mais insignificante seja o orçamento fiscal, o orçamento diretamente arrecadado pela República, se acrescentarmos a este orçamento os recursos da Previdência Social, se levarmos a ele o que tem o poder do Banco do Brasil, se nós levarmos a ele todas as empresas estatais, toda esta parafernália de siglas que têm recursos próprios, que têm arrecadações próprias, que têm poder próprio. E só quem tem poder é quem manipula, é quem pode pagar. Ora, o município perdeu toda a sua condição de esfera de poder. O prefeito, hoje, é um simples executor de minguadas parcelas que chamo de migalhas do banquete orçamentário do País, recebendo — aliás neste ponto a Revolução foi muito benéfica. Quando eu era prefeito nós tínhamos 10% do imposto sobre a renda e mais 20% sobre o excesso de arrecadação do Estado. O Estado não pagava e isto eu paguei, não podia deixar de pagar, como Governador, já que eu defendia, mas era letra morta na Constituição. Poucos se interessavam, era um tributo aliás valioso, mas que nunca chegava aos cofres do município. O Imposto de Renda crescia, não tanto quanto agora, mas chegava fora de hora; o Fundo Rodoviário, chamado Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes, esse também chegava, nem se diga, ninguém sabe. Mas o município tinha naquela época, um imposto próprio — que era o imposto sobre indústrias e profissões. Então, o município de qualquer maneira se safava, pelo menos para aqueles pagamentos do funcionalismo, ele tinha assegurado, com o seu tributo próprio que era o imposto sobre indústrias e profissões para manter esse poder. Acabaram com todos os impostos municipais. Se não me engano, hoje, estão reservados aos municípios dois tributos insignificantes: Bens de Serviço e Predial, todos dois impostos diretos e anti-sociais. Às vezes o prefeito tem que cobrar de um miserável que só tem uma pequenina casa, enfim, impostos anti-sociais, pequeninos e antipáticos. Reservou-se à União a parte do leão — os grandes impostos. Aos Estados ainda se deixou o imposto substituindo o Imposto de Vendas e Consignações pelo ICM. Pois bem, Senador, o que é preciso, como disse o Senador José Lins, não é ver o Orçamento da República. Não. Quem manipula o orçamento da Previdência? A União. Quem manipula o orçamento da PETROBRÁS? A União. Quem manipula o orçamento do Banco do Brasil? A União. E aí eu citaria, talvez, uma centena de siglas e de instituições com poderes, inclusive a CEPLAC, até há bem pouco tempo tínhamos um imposto que agora, voltou.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Voltou para a União, para a União para poder tirar da Bahia.

O Sr. Lomanto Júnior — É verdade. Então o que é preciso é que não se faça um remendo nesse Código Tributário. Estou pretendendo, Senador Jutahy Magalhães, organizar um seminário a respeito e quero a sua colaboração e a dos Senadores José Lins, Itamar Franco e dos companheiros que se empolgam com esse problema. A Comissão de Municípios foi o instrumento que eu encontrei para cuidar da questão: primeiro, apresentei na Câmara dos Deputados uma reforma tributária, não foi aprovada. Trouxe ao Senado a minha sugestão, fruto de um estudo de vários tempos e de vivência, não só estudo, vivência, repito: prefeito, vereador, governador, convivendo com a realidade. Nada. Então, pensei, tenho que criar um instrumento ao menos que seja um foro de debate para, constantemente, examinar a problemática municipal. Então na Comissão de Municípios — já que o assunto está aflorando e não pode e nem deve ser da competência exclusiva do Executivo, porque nós vamos também levar as nossas sugestões e a sua aprovação, naturalmente, passará pelas duas Casas do Congresso — eu pretendo fazer uma semana de debates intensivos, trazendo Dr. Otávio Gouveia de Bulhões e o Dr. Roberto Campos para que estes homens expliquem as razões do Código Tributário Nacional que, na época foram muito melhores e oportunas porque, pelo menos com a Revolução, pagava-se em dia. Eu me recordo, Sr. Senador, e vou contar apenas este fato: fiz uma marcha sobre este Congresso. Presidente da Associação Brasileira de Municípios que eu era, eu trouxe para Brasília...

O Sr. Itamar Franco — V. Ex* não era subversivo, fazendo marchas sobre o Congresso?

O Sr. Lomanto Júnior — Subversivo não era uma palavra proibida ainda naquele tempo.

O Sr. Itamar Franco — Ah! muito bem.

O Sr. Lomanto Júnior — Mas como dizia, Presidente da Associação eu convoquei os Prefeitos e os vereadores do Brasil inteiro e, cerca de quatro mil prefeitos e vereadores se concentraram — o Senador Dirceu Cardoso deve es-

tar lembrado disso — e, aqui, era Presidente do Congresso o Senador Moura Andrade. Tramitava, na ocasião, emenda no Congresso e que dormia nas intermináveis gavetas da burocracia brasileira. Então, eu fui à Comissão de Orçamento e permitiram que o modesto — eu antes de chegar ao Senado já tinha falado no Senado — Prefeito de Jequié e Presidente da Associação levasse o seu ponto de vista àquela comissão e, em quarenta e oito horas, como era rápido, nós reformamos a Constituição brasileira, aumentando a cota do Imposto de Renda para os Municípios e atribuindo uma percentagem sobre o Imposto de Consumo. Em quarenta e oito horas o Congresso Nacional, repito, votou uma reforma constitucional, objetivando isto. Vou concluir porque este deverá ser assunto de um discurso que pronunciarei e já tomei o precioso tempo do brilhante discurso de V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Estou ouvindo atentamente o aparte de V. Ex^a e sei que V. Ex^a é um entusiasta nessa questão.

O Sr. Lomanto Júnior — Muito obrigado, V. Ex^a tem sido um dos baluartes nessa luta. Então, eu pretendo trazer o professor Delfim Netto, o Dr. Ernane Galvêas, o prefeito de um pequeno município para mostrar a dura realidade. Ele, para pavimentar uma rua tem, hoje, a obrigação de atrasar um ou dois meses o pagamento do funcionalismo. Se ele fizer uma obra maior aí, então, o atraso é maior. Enfim, o prefeito, hoje, está jungindo apenas a pequenas esmolas que a União entrega e a um centralismo desgraçado, que é pior do que o da União, que é o centralismo dos Estados. Os Estados utilizam os recursos apenas para fazer política. Os Estados utilizam, hoje, os recursos que lhes são entregues pela União — e eles são órgãos de repasse, instrumentos de repasse, para fazer política e até se condicionam às assinaturas de compromissos para um convênio de um dinheiro que é seu, do município, que não foi dado pelo Estado, mas foi apenas por uma via indireta, que é o Estado, mas que é dado pela União. Por isso que eu me rebelo um pouco. Essa figura do Estado é a figura antipática do intermediário; sempre atrasa, sempre especula, sempre prejudica. Eu conto com V. Ex^a: vamos fazer um seminário para ouvir essa gente, para debater com esses homens. Vamos ouvir o prefeito de uma grande cidade, de uma grande capital, para que eles digam os dramas. Vamos convidar os governadores de um pequeno, médio e grande Estados e vamos, então, aferir as dificuldades de hoje. A reforma tributária não será, como o Senador José Lins aqui lembrou, apenas considerações. O de que a União precisa compreender é que o tributo é arrecadado lá, no município, que o tributo é gerado no município. A única realidade histórica, política e geográfica é o município. Então, esse município que arrecada, que produz as rendas e essas rendas são canalizadas para Deus sabe a onde! Enquanto não há no município o mínimo que o indivíduo precisa para sobreviver, que é o serviço de abastecimento de água, nós gastamos o dinheiro do mundo todo. Aliás, certa feita, quando chegou aqui o Presidente da Alemanha, disse: "este é um País muito rico e vejo que o meu País é um país muito pobre. É um que tem, talvez, uma condição única em todo o mundo: está construindo dois metrô". E ele, então, dizia quanto tempo Berlim lutou para ter o seu metrô. Evidentemente, nós precisamos construir as grandes Itaipus, nós temos que construir as grandes usinas hidrelétricas, mas temos que disciplinar isso, estabelecer um critério de prioridade. O problema de abastecimento d'água é vital para o indivíduo, sem isso ele não vive. Pode ter até muita energia, mas ele não vive se não tiver uma água tratada, pois ele morrerá de verminose. Pois bem, Senador Jutahy Magalhães, vamos debater este assunto, levar a sério. Remendo eu não aceitarei! Ou fazemos uma reforma tributária séria, para colocar o Brasil nos trilhos do seu desenvolvimento, ou não vamos aceitar a opinião desses tecnocratas que, já yiciados, empedernidos, endurecidos e insensíveis, pensam que o Brasil se circunscreve a Brasília, Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo.

O Sr. Itamar Franco — Acho melhor V. Ex^a mudar para a Bancada da Oposição.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Lomanto Júnior a Presidência está a avisar que o meu tempo já se esgotou.

O Sr. Lomanto Júnior — Vou concluir. Para isso quero dizer a dramática situação dos municípios. Eu disse, aqui, um percentual errado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume. Fazendo soar a campainha.) — Efetivamente o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O Sr. Lomanto Júnior — Eu informei a V. Ex^a um percentual errado.

O Sr. Itamar Franco — V. Ex^a errou no percentual.

O Sr. Lomanto Júnior — Eu disse que 5%...

O Sr. Itamar Franco — É menos de 5%, Ex^a

O Sr. Lomanto Júnior — Serão 5% se considerarmos o orçamento tributário que é um dos menores do País. Se incluímos nesse bolo toda a renda,

toda esta parafernália de fontes de arrecadação que o País tem, os municípios, Senador Jutahy Magalhães, não sei se estão recebendo, hoje, 0,5%. Enfim, as migalhas. Cumprimento V. Ex^a pelo seu brilhante discurso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu o cumprimento pelo seu (risos), que me deu muito prazer ouvi-lo como aparte, mais foi um brilhante discurso a respeito dos municípios brasileiros.

O Sr. Lomanto Júnior — Muito obrigado. E vou fazer aqui uma declaração.

O Sr. Itamar Franco — Cuidado com o governador da Bahia.

O Sr. Lomanto Júnior — Não pensem V. Ex^s que eu aceitei as imposições dos tecnocratas. Na hora em que se vai estudar a reforma do Código Tributário Nacional, que eu vá aceitar pequenos remendos ou ajestamentos. Ou se faz um Código Tributário Nacional à altura da realidade brasileira e não se combaterá jamais a inflação, ou teremos a nossa dívida externa sempre aumentada, um país em profundo desequilíbrio. São frágeis os pés dos municípios, mas só através desses frágeis pés é que caminhará esta gigante Nação.

O Sr. Itamar Franco — Então vote na Oposição, Senador Lomanto Júnior.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Lomanto Júnior, foi com grande satisfação, realmente, que eu recebi a interferência de V. Ex^a neste pronunciamento do seu colega de Bancada. Eu sabia, Senador Lomanto Júnior, que se V. Ex^a estivesse na Casa, fosse onde fosse, e ouvisse falar em reforma tributária e problemas municipalistas, V. Ex^a viria aqui.

Veja V. Ex^a que fico satisfeito e recebo apenas como homenagem da nossa amizade e não pelo conteúdo do pronunciamento. V. Ex^a há de verificar que este pronunciamento de hoje será desdobrado em outros. E o próximo, aí é que vou ter um aparte maior ainda de V. Ex^a, pois ele será especificamente sobre os municípios.

O Sr. Lomanto Júnior — O aparte só é grande quando o discurso é notável.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a pode ter certeza de que, embora não aceitando esta frase, a não ser por uma gentileza de V. Ex^a, pode ter certeza que o parte foi recebido com muito carinho e com muito interesse pelo seu colega.

Senador Lomanto Júnior, não preciso comentar o aparte de V. Ex^a. Aquilo que V. Ex^a declarou, muitos de nós aqui defendemos essas idéias, os adjetivos, os qualificativos podem mudar, mas o ideal de todos, da grande maioria de nós que aqui estamos, principalmente daqueles como V. Ex^a, como eu e como outros que vieram de vereador municipal, pois nosso primeiro mandato foi de vereador num pequeno município, sabemos o que representa para essas unidades uma reforma que realmente venha a atender às necessidades.

Façamos, também, um pouco de justiça ao Dr. Roberto Campos e ao Dr. Gouvêa de Bulhões porque, naquela época, eles já tinham dados os 10% para os municípios. Eles foram cortados, posteriormente, para 5% e apenas 15 anos depois é que estamos voltando àqueles 10% iniciais.

O Sr. Lomanto Júnior — Foi um período enorme.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Veja V. Ex^a o esforço que fizemos, Senadores de todos os partidos, Deputados de todos os Partidos, para que isso fosse alcançado. Outro trabalho terá que ser feito, mas aí concordo plenamente com V. Ex^a. Quando estudarmos a reforma tributária não poderemos ficar apenas circunscritos a um aspecto dessa reforma, temos que examinar todos os problemas em conjunto.

O Sr. Lomanto Júnior — Já ouvi de uma das mais importantes autoridades financeiras do País, em conversa, quando eu disse que agora iríamos fazer uma reforma tributária no País, ouvi o seguinte: Não. Nós vamos fazer um ajustamento. Esse ajustamento eu não aceito, como homem do Governo e com o seu Vice-Líder.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Exatamente. Devemos fazer uma reforma, reforma que venha atender às necessidades do País.

Lamento apenas, nobre Senador Lomanto Júnior, não discordar, lamento não acreditar em que se transforme em realidade o seu desejo, de que o discurso sobre este assunto seja ouvido em todos os municípios do País. E V. Ex^a, infelizmente, há de verificar que quando tratamos aqui de assuntos como este, não há ressonância. Agora, se aqui discutimos, se aqui brigamos, se aqui ofendemos, se aqui atingimos outras pessoas, V. Ex^a pode ter certeza de que amanhã terá um grande destaque.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, com a sua benevolência, da Mesa, irei concluir este pronunciamento:

Produzida esta alteração no plano da política global, da mesma forma, no plano financeiro, a União tornou-se o ponto de equilíbrio, de convergência e de sustentação do sistema.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Perdoo-me, nobre Senador Itamar Franco. Realmente tinha esquecido, peço a V. Ex^a que me desculpe.

Com a benevolência da Mesa, concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Itamar Franco — Sr. Senador Jutahy Magalhães, não pretendo responder ao aparte do Sr. Senador Lomanto Júnior, mas apenas dizer que é interessante a gente ouvir o debate entre dois Senadores do Governo sobre a reforma tributária, é mais do que interessante, é altamente produtivo que se escute dois Senadores do Governo debatendo uma reforma que o Governo não tem a sensibilidade de realizar; quando vejo dois Senadores do Governo defendendo critérios de aspectos revolucionários, quando a Revolução, em 1968, cortou dos municípios brasileiros 50% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador, V. Ex^a pode ter certeza...

O Sr. Itamar Franco — Deixe-me terminar o meu aparte, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Desculpe-me V. Ex^a

O Sr. Itamar Franco — O Senador Lomanto Júnior fez um discurso de Oposição. É por isso que, realmente, o Governador da Bahia tem de temê-lo como candidato. Se S. Ex^a vai ao palanque dizer o que ele falou aqui no Plenário do Senado, evidentemente a Oposição baiana vai vencer as eleições. Oxalá o Governo de V. Ex^a tenha realmente a sensibilidade de entender, de uma vez por todas, que é necessário mudar o centralismo econômico que aí está...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a pode ter certeza de que nós chegaremos a atingir nosso objetivo. Poderemos não atingir o ideal, mas atingiremos aquilo que seja possível fazer de acordo com os interesses nacionais.

V. Ex^a pode ter certeza também, Senador Itamar Franco, de que não é o fato de sermos Senadores do Governo — e Deputados do Governo, como já fomos também — que nos impede de fazermos certas críticas a determinados aspectos da política nacional.

Essa crítica ao corte de 10% já foi feita por nós, como também a crítica de muitos outros desvios que nós tivemos em 1968, com a criação do AI-5. Meu primeiro pronunciamento na Câmara dos Deputados foi contra o AI-5, em 1975.

Então veja V. Ex^a que o Código Tributário, como eu disse neste pronunciamento, veio melhorar muito a situação anterior. Não é o ideal mas realmente vem melhorar o aspecto.

O Sr. Itamar Franco — Vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares, Senador Jutahy Magalhães. O Governo não é sensível às reivindicações de V. Ex^a; e não tem recebido as críticas da Oposição. V. Ex^a é um homem do Governo, é um Senador da República. O que o Governo faz para atender aos reclamos do Legislativo, Ex^a? O Senador Lomanto Júnior acabou de se referir aí, esqueceu apenas de dar cifras, que o orçamento das estatais brasileiras atinge a 19 trilhões de cruzeiros, sequer fiscalizado pelo Congresso Nacional, enquanto o Orçamento Fiscal, este sim, aprovado pelo Congresso Nacional, é da ordem de 4 trilhões de cruzeiros, praticamente igual ao da Previdência Social, que não passa pelo Congresso Nacional. Esta é a realidade, Senador Jutahy Magalhães, não vamos nos iludir, não vamos iludir o povo. Isso precisa ser modificado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a, Senador Itamar Franco, mais uma vez, para o meu prazer, interferiu no meu pronunciamento. Mas pode ter certeza, mesmo estando este aspecto fora da temática do meu pronunciamento de hoje, de que os Governos da Revolução muito fizeram pelo desenvolvimento do País. Se V. Ex^a desejar dados comparativos, para não nos alongarmos, pois já passamos em muito do nosso tempo, V. Ex^a pode procurar nos Anais desta Casa um pronunciamento meu do dia 31 de março, em que apresentei inúmeros dados comparativos do que era antes e o que é hoje a situação do País.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para concluir.

Ela passou a absorver a maior fatia da arrecadação tributária, seja porque lhe incumbem maiores encargos seja porque a própria filosofia dos dispêndios públicos tende a obedecer critérios de dirigismo federal, seja, enfim, porque a União transformou-se no coração (ou no "cérebro") do sistema.

Isso ainda não nos permitira concluir se o melhor modelo, no plano financeiro, teria sido o de 1946 ou é aquele introduzido com a Revolução de março de 1964.

A nosso ver, qualquer conclusão seria aqui precipitada, porque entendemos que o problema se coloca menos no plano conceptual, portanto teórico, do que no plano de sua aplicação prática. A realidade é que o sistema de 1946 — se assim podemos chamar a estrutura de tributação prevista naquela época, conforme já salientamos antes — talvez não tenha funcionado porque também não existia uma estrutura administrativa de arrecadação definida e aparelhada, nos três níveis de governo. Daríamos como exemplo o imposto sobre a renda, que, instituído antes de 1946, jamais chegou a ser cobrado convenientemente até 1964.

Hoje, ao contrário, conhecemos a eficiência da máquina arrecadadora federal, e mesmo da estadual, embora uma grande parte dos municípios brasileiros ainda se ressinta desse avanço administrativo.

Quer dizer, o resultado prático da aplicação do sistema tributário vigente é, sem dúvida alguma, um indicador objetivo e positivo do acerto da reforma de 1965. Mas, nem por isto, o sistema é ideal ou adequado à realidade em que se encontram as finanças dos Estados e Municípios.

Nesse contexto, a dependência financeira dos Estados e Municípios à União não é um fenômeno desvinculado do modelo político como um todo. Ao contrário, parece constituir-se dos propósitos governamentais.

Isto se torna patente com o mecanismo das transferências e/ou das participações.

Ainda mais: a dependência financeira à União se manifesta de forma acentuada, sobretudo se considerarmos que, embora com competência privativa para arrecadarem os impostos que lhes são próprios, como o ICM e o ISS, os Estados e Municípios não têm autonomia legislativa sobre os mesmos. A esta questão voltaremos adiante.

O centralismo financeiro, somado ao centralismo normativo, é, pois um fato indiscutível.

A isto, já em 1972, se referia o jurista Antonio Roberto Sampaio Dória, salientando que o centralismo financeiro é acompanhado de uma densa concentração de poderes, expressa sobretudo pela acentuada "uniformidade normativa".

O mesmo autor notava que "o aspecto negativo dessa atração centrípeta é o de que, como o poder tende sempre a se concentrar, não há contrapesos ou freios a excessos provetura praticado" (in "Discriminação de Rendimentos Tributários", José Bushatsky Editor, São Paulo, 1972, pág. 182).

Em relação a este aspecto, prossegue o Professor Sampaio Dória, considerando que "...seria desejável um movimento de retorno a alguma autonomia financeira local em matéria de definições fiscais de interesse puramente regional, abrandando-se a atrofia em que se encontram e modelando-se a política federal com maior flexibilidade de acomodação às peculiaridades das sub-regiões agro-econômicas. Afinal, não é possível admitir-se que toda e qualquer medida financeira local haja de ter ressonância ou efeitos nacionais, a justificar uma supervisão paternalística da União". (obra citada, pág. 183).

Essas ponderações, feitas há dez anos, significavam, à época, além da grande preocupação com os rumos do centralismo financeiro, um exercício de extrema perspicácia ante um quadro ainda nebuloso, mas cuja evolução confirma, hoje, o seu acerto.

Tornando ainda mais explícita sua opinião acerca do futuro, então reservado àquela rigorosa centralização financeira, dizia o citado professor que ela tenderia a abrandar-se, progressivamente, na medida em que transcendesse os objetivos que a induziram. Afirmou, textualmente, que "o próprio caráter hipotrofiado em que se exerce a hegemonia financeira federal é impeditivo... de sua perpetuação. Os ajustes gradativos, conducentes ao ponto de equilíbrio que, dentro das novas estruturas históricas, o autêntico federalismo de integração pressupõe, serão liberados pelo movimento pendular insito a todos os fenômenos sociais" (obra citada, pág. 216).

Com o passar do tempo, foi o que realmente ocorreu. Diversas medidas, tendentes a esses ajustes gradativos, foram tomadas, sem que, no entanto, produzissem o principal efeito esperado, que era o abrandamento da sufocante centralização financeira, cada vez mais restritiva da autonomia de Estados e Municípios.

9. Hoje, generalizaram-se as manifestações a favor de uma nova reforma tributária. Sobre tudo a partir do final do ano passado, os jornais vêm publicando, quase diariamente, editoriais, entrevistas com autoridades governamentais, artigos assinados por Secretários de Fazenda, Professores, Especialistas, enfim opiniões as mais variadas sobre o assunto, todas, de um modo geral, concordando num ponto: a necessidade de uma nova reforma.

Aqui surge uma outra questão, a de saber-se se bastariam ajustes e algumas revisões, ou teríamos que partir, efetivamente, para uma reforma em

profundidade. As opiniões a respeito têm sido bem diferentes. A exemplo, nota-se na palavra dos Secretários de Fazenda dos Estados uma preocupação especial com a concentração de renda, a par das constantes e renovadas queixas em relação à sistemática do ICM. Isto revela uma visão parcial do problema que limita as reivindicações sobre a reforma do sistema e esses pontos de maior interesse regional.

Há casos, porém, como o do excelente artigo do atual Secretário da Fazenda de Minas Gerais, publicado no *Correio da Bahia*, de 5-11-81, onde encontramos um apreciável diagnóstico da situação, vista no seu conjunto, preferindo aquele Secretário optar por uma revisão ou ajustamento do sistema a uma verdadeira reforma radical. Sua opinião se embasa em conceitos solidamente construídos, enfatizando a prestabilidade do sistema tributário nacional, uma vez que ele se apresenta compatível com o quadro político atual, não obstante exista inadequação na repartição de rendas e encargos. De outro lado, para ele, o sistema se mostra, apesar de tudo, capaz de servir como instrumento viável das políticas no campo econômico e social.

De fato, é de se reconhecer que o sistema vigente não é imprestável. Ao contrário, merece subsistir intocável em boa parte de seus pontos fundamentais.

Entendemos, porém, que em alguns aspectos, principalmente os relativos à discriminação constitucional de rendas, a própria filosofia do sistema deve ser alterada, sob pena de tornarmos inviável o tão desejado e indispensável desenvolvimento harmônico da Federação brasileira. Além disso, problemas específicos, relacionados com a sistemática de certos tributos, particularmente alguns impostos, precisam ser revistos, tanto no plano jurídico, como em suas motivações e justificações econômicas e financeiras, ora com o objetivo de imprimir maior progressividade à tributação, ora com o fim de reduzir a carga fiscal, ou de diminuir os desequilíbrios inter-regionais, tudo, enfim, tendente à maior racionalidade do sistema tendo em vista a consecução da meta principal, que é a justiça fiscal.

Serão, certamente, medidas gerais, que visem a flexibilizar o sistema, e nível constitucional com repercussão direta na melhoria das condições econômico-financeiras dos Estados e Municípios. De outra parte, nos âmbitos federal, estadual e municipal, algumas modificações já se tornam imperiosas, especialmente no campo do imposto sobre a renda, do ICM, do ISS e outros tributos.

Pretendemos tratar dessas questões, separadamente, em pronunciamentos subsequentes, oferecendo as sugestões que se nos apresentem melhores.

Por ora, a título de introdução às nossas posteriores considerações, fica a convicção da necessidade de uma reformulação do sistema tributário nacional.

Era o que tínhamos a dizer. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com muita satisfação que registro nos anais desta Casa, a fase final das negociações em Washington — USA, no dia 26 do corrente, do Contrato de Financiamento pelo Banco Mundial ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas — PDRI.

Nesta oportunidade queremos nos reportar às ações que foram desenvolvidas, e que tornaram realidade esse sonho do povo Amazonense, na busca de melhores dias para a nossa gente sofrida do interior, especialmente para os pequenos agricultores.

Numa visita em 1979 do Presidente Mac Namara, do Banco Mundial, ao Amazonas, foi apresentado a ele pelo Governador José Lindoso uma proposta de financiamento para um PDRI na região do médio Amazonas, que obteve excelente acolhida por parte da Presidência e da área técnica daquele Banco.

Dado o primeiro passo, visto que o BIRD financia parte do Projeto, o assunto foi levado ao Presidente João Figueiredo que mostrando sua determinação de apoiar permanentemente o Amazonas, autorizou a continuação dos entendimentos, sob a supervisão do Ministro Delfim Netto, que determinou fosse o assunto conduzido pelo IPEA/IPLAN e pela SUBIN. Aqui é necessário afirmar que o apoio do Ministro Delfim Netto, que acreditou no Projeto, foi, neste caso, decisivo.

Cabia a partir daquele momento, ao Estado e mais especificamente à Secretaria de Produção Rural do Estado, apoiada pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola, como apoio das demais Secretarias de Estado, superar as dificuldades para elaboração do Projeto, que pelas exigências feitas pelos técnicos do Banco Mundial, naquele momento, eram quase intransponíveis. É importante frisar que essas dificuldades foram superadas graças a determinação da área técnica do Estado, notadamente da CEPA-Amazonas, e

aqui vale a pena registrar o esforço de pessoas que, embora não amazonenses, vestiram nossa camisa com amor e determinação, entre eles eu citaria os Drs. Manoel Felipe Rego da CEPA, requisitado do Governo do Estado do Ceará e José Matias Pereira, requisitado do IPEA. A eles fica pois registrada a nossa gratidão pela ajuda e o esforço dispendido na área técnica.

Aos demais técnicos que do Projeto participaram, especialmente aos amazonenses, fica também registrado nosso reconhecimento pelo esforço e a boa vontade, para superar as dificuldades encontradas, numa demonstração de que nossa equipe técnica possui condições de se igualar em termos de capacidade, aos Estados mais avançados do País.

Essa foi a primeira batalha vencida pela área técnica do Amazonas, e outras serão ganhas, tenho a certeza, com a elaboração de outros PDRI's para outras áreas carentes de nosso grande Estado.

Esse projeto busca melhorar a renda e a qualidade de vida dos pequenos agricultores, e a promover a produção de bens, especialmente de alimentos, visando o abastecimento de Manaus.

Encontra-se em fase de implantação em área dos municípios de Manacapuru, Careiro, Urucará, Parintins e Barreirinha e sua concepção representa um grande avanço em termos de promover uma intervenção de forma ordenada e racional no setor primário do Estado. Dentro desse Projeto será ainda beneficiado o Município de Tefé, área selecionada para a implantação do Pólo Dendezeiro do Amazonas.

O número de agricultores beneficiados diretamente pelo Projeto é de 9.500 pequenos produtores agrícolas, e abrange uma área total de 16.000 Km², localizada nos 6 municípios citados, com uma população de 140 mil habitantes, sendo que, desse total, 65% vive na área rural.

O volume de recursos a ele destinado está na ordem de US\$ 128,1 milhões, numa estimativa preliminar, o que demonstra a importância e o vulto do Projeto para o Estado do Amazonas.

Seu campo de atuação é completo, como prestação de serviços agrícolas, regularização fundiária, recursos naturais pesquisas adaptativas, produção de sementes, extensão rural, comercialização e transportes. Promoverá ainda apoio na área de crédito rural, investimento e custeio, bem como atuará na área de saúde e educação, entre outras atividades.

Podemos afirmar portanto, que o Governo do Estado, com apoio do Governo Federal, está criando as condições necessárias para beneficiar sem paternalismo os pequenos agricultores, que é a parcela mais carente da área rural, na busca inclusive de impedir o êxodo rural, especialmente para Manaus.

No momento em que concluímos esse pronunciamento, não poderíamos deixar de registrar com ênfase a participação e apoio também dado pela área política do Estado e pela bancada federal a esse Projeto.

Não podemos negar porém, que o maior mérito do sucesso desse empreendimento é o do Governador José Lindoso, que lutou com todas suas forças para tornar realidade a aprovação desse Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado, que será, sem dúvida, um vigoroso instrumento para o desenvolvimento de nossa área rural.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

CONTRIBUIÇÃO À LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA

A violência é hoje um problema que atinge todas as camadas da população brasileira, de modo particular nos grandes centros urbanos. E, na luta que os mais expressivos segmentos da sociedade empreendem para minorá-lo, a Igreja ocupa lugar de destaque.

Inúmeras e valiosíssimas são as contribuições que nestes últimos anos a CNBB e outras instituições religiosas têm emprestado para uma reflexão serena e para uma ação decidida contra a violência. E, entre estas, destacamos a ação dos Bispos paulistas, que já na III Assembleia de Igrejas do Regional Sul I — CNBB, do Estado de São Paulo, realizada em Itaici, em fins de 1980, publicava documento contendo profundas reflexões sobre a insegurança e a violência que atinge o povo brasileiro.

O documento, intitulado "Fraternidade e Violência", examina não só a violência da criminalidade, da insegurança, mas, principalmente, a violência da marginalização, do desemprego, do salário aviltante, da penúria, da subalimentação, do analfabetismo. Os Bispos paulistas situam, com muita propriedade, a origem dessa violência no modelo econômico e social brasileiro, que privilegia o rico em detrimento do pobre; que concentra a riqueza nas mãos de poucos às custas da miséria da maioria; que suprime a participação

do povo nas decisões políticas; que reprime movimentos populares de reivindicação e arrasta líderes sindicais aos tribunais.

A lucidez da análise e o valioso testemunho da Igreja de São Paulo justificam a transcrição desse importante documento nos Anais do Senado, especialmente no instante em que assistimos consternados o acentuado aumento da violência em nossas cidades:

FRATERNIDADE E VIOLÊNCIA

Introdução

1. Reunidos, em Assembléia Geral, em Itaici, de 5 a 7 de novembro de 1980, como Pastores conscientes das necessidades do Povo de Deus que nos foi confiado, nós, Bispos do Estado de São Paulo, refletimos sobre a insegurança e a violência que vêm crescendo em nosso País, de modo particular nos grandes centros, atingindo todas as camadas da população.

Verificamos também, como sinal de esperança, a ação do Espírito de Deus que anima as Comunidades eclesiais, suscitando pessoas e grupos comprometidos com a justiça e a solidariedade.

2. Agredido pela violência, o povo, ao mesmo tempo que sofre na própria carne as consequências da injustiça, resiste com persistência e busca sobreviver. Foi profundo o sentimento que tocou o Papa João Paulo II ao falar aos camponeses do Nordeste, constatando que eles "enfrentam situações particularmente dolorosas de marginalização, penúria, subalimentação, insalubridade, analfabetismo, insegurança e precisam daquela palavra de conforto, de esperança e de orientação que um Pai deve de modo particular aos filhos mais abandonados e mais provados pela vida". (Homilia em Recife, n.2.)

3. Como pastores, partilhemos da angústia comum e querremos convidar as comunidades cristãs e os homens de boa vontade para uma reflexão serena e para uma ação decidida que nos permitam sair desta espiral da violência.

4. Em Puebla constatavam os Bispos da América Latina que, dos vários países, "sobe ao céu um clamor cada vez mais impressionante. É o grito de um povo que sofre e pede justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais do homem e dos povos" (nº 87).

5. Recordavam ainda que Medellín já apontara o fato de que "um clamor surdo brota de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte" (nº 88).

"O clamor pode ter parecido surdo naquela ocasião, agora é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador" (nº 88).

6. A Televisão assim como o Rádio e a Imprensa não só mostram, cada dia, assaltos, roubos, seqüestros e fuzilamentos, mas muitas vezes incentivam a violência.

Para corrigir esses males a população, deixada no desamparo, vem, em muitos lugares, fazendo justiça com as próprias mãos, ou aprovando tacitamente a ação do Esquadrão da Morte. Não falta quem peça novas leis que aumentem o poder repressivo da polícia, limitando ainda mais os direitos dos cidadãos, quanto à inviolabilidade do domicílio, quanto à prisão dos menores e dilatando o prazo de incomunicabilidade dos detidos.

7. A situação de violência e suas raízes não vêm de hoje. No passado, a escravidão submeteu a dura brutal violência indígenas e sobretudo africanos. Hoje, os trabalhadores sentem-se herdeiros diretos dessa situação do passado: a escravidão pesa agora sobre os ombros de uma grande camada da população que é assalariada, de modo especial, sobre os subempregados e desempregados.

8. A violência surge do coração do homem, que se fecha ao amor e a justiça, em egoísmo individuais ou coletivos, cristalizando-se em estruturas sócio-econômicas iníquas.

9. A violência contra os pobres agravou-se nos últimos anos por conta do modelo sócio-político, cuja meta principal é um desenvolvimento erroneamente formulado como desenvolvimento econômico, que concentra as riquezas nas mãos de poucos às custas da miséria e pauperização da maioria.

10. A Doutrina da Segurança Nacional, profundamente antidemocrática, alimenta o abuso e poder e a violação dos direitos humanos. O Estado, preocupado com a própria segurança, esquece-se dos direitos mais elementares dos cidadãos e deixa de oferecer ao povo condições de vida condizentes com a dignidade humana.

11. O modelo econômico e político que, no passado, foi excludente, impedindo qualquer participação da massa escrava, hoje, suprime a participação Ampla do Povo nas decisões políticas e permite apenas uma integração controlada de uma parte das classes populares, deixando para a maioria, marginalização e miséria.

O Papa Paulo VI lembrava que "não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos" (PP, nº 33) e a CNBB afirma que "...a marginali-

zação tende a crescer na medida em que as grandes decisões são tomadas em função de interesses de classes e de grupos e não em função dos interesses de todo o povo" (Exigências cristãs de uma ordem política, nº 22).

12. No campo, o atual modelo privilegia a grande empresa rural e agora, de modo crescente, as multinacionais. Índios, posseiros e pequenos proprietários vêm-se cada vez mais acuados. Denúncia a CNBB: "Violências de toda ordem se cometem contra esses últimos para expulsá-los da terra. Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais, até forças policiais, oficiais de justiça e até juizes. Não raro observa-se a anomalia gravíssima da composição de forças de jagunços e policiais para executar sentenças de despejo" (Igreja e problemas de terra, nº 28).

13. No campo político, a abertura trouxe alguns benefícios, como a anistia e o abrandamento da censura à grande imprensa. A pequena imprensa, porém, continua submetida à discriminação governamental e atentados, até hoje não esclarecidos. A mesma complacência permitiu a escalada de atentados a pessoas e instituições, culminando com mortes dolorosas. A abertura não chegou ainda para os movimentos populares.

14. As manifestações pacíficas de professores, estudantes, bancários, associações de bairro e movimentos populares de reivindicação têm sido objeto de violência sem par. De modo particular a violência da repressão se abateu sobre os operários em greve no ABC e em São Paulo, sobre os camponeses em greve na zona canavieira de Pernambuco. Violência de patrões, da segurança das fábricas, da polícia, de forças paramilitares e do próprio Ministério do Trabalho, intervindo nos Sindicatos e destituindo diretorias eleitas pelos trabalhadores.

15. Pessoas e instituições, que têm ficado do lado dos marginalizados em suas lutas e na defesa de seus direitos, vêm sendo freqüentemente caluniadas e intimidadas. Usam-se ameaças e fomenta-se o medo para impor recuos aos povos e desorganizar a sua ação.

16. A inflação dos preços, sobretudo de alimentos, transportes, bens e serviços de primeira necessidade é também uma forma de violência particularmente grave para os assalariados das classes popular e média, e para os aposentados em geral.

Essas classes sofrem a violência de uma economia de mercado, onde prevalece a criação artificial de necessidades supérfluas.

17. O desemprego crescente tornou-se fonte de angústia e desespero para os trabalhadores e suas famílias.

18. Sem resolver os problemas que afligem o povo, o Governo incentiva a ilusão dos ganhos fáceis através das Loterias Estadual, Federal, Esportiva e da Loto, verdadeiras fábricas de ilusão que drenam os recursos da população.

19. Em nossa sociedade competitiva e agressiva, as vítimas maiores da violência vêm sendo a família e, dentro delas, as mulheres, duplamente marginalizadas e os menores carentes e abandonados.

Insistimos em denunciar a campanha covarde que procura destruir, já nas crianças, valores fundamentais da vida humana, através da pornografia e imoralidade, a serviço de interesses econômicos. Isto gera, igualmente, a busca desenfreada do prazer, que provoca violentos conflitos sentimentais e familiares, e até a supressão da vida indefesa, através do aborto.

20. O Estatuto dos Estrangeiros é outra face da mesma violência do sistema, que contraria a opinião e a tradição do próprio povo brasileiro de acolhida fraterna a pessoas de outras raças e países, permitindo decisões das autoridades, sem apreciação do poder jurídico.

Alega-se a semelhança com a lei de outras nações e esquece-se o direito que o Brasil tem de defender em seu Estatuto uma nova Ordem Internacional, baseada na solidariedade e fraternidade entre todos os homens. A nova lei espalhou o desassossego e o pânico entre milhares de estrangeiros.

21. O quadro sombrio de nossa realidade apresenta comumente situações de violências, decorrentes do abuso de poder econômico ou político, usado em detrimento da comunidade como um todo e exercido muitas vezes com impunidade.

A Palavra de Deus

22. A Palavra de Deus, nos convoca de modo claro e incisivo, pedindo que não fechemos nosso coração à angústia e necessidade do irmão. Seria fechar o coração ao próprio Deus, pois é ele "quem faz justiça ao órfão e à viúva; ama o estrangeiro ao qual Ele dá pão e agasalho" (Dt. 10,18).

23. É o mesmo Deus que, ao ver a miséria do seu povo, convoca Moisés para a tarefa de libertação: "O clamor dos filhos de Israel chegou até mim e vi a opressão que lhes fazem os egípcios. Vai, eu te envio ao Faraó para fazer sair do Egito, o meu povo, os filhos de Israel" (Ex.3, 9-10).

E o mesmo Deus nos proclama na Lei: "Não haja, pois, pobres no meio de vós" (Dt 15,4).

E se por acaso se encontrarem pobres, "...não endureçais vosso coração e nem se feche a vossa mão para o irmão pobre, mas lhe abrirei a mão e emprestar-lhe-eis o que lhe falta" (Dt 15,9).

24. O salário é sagrado para o pobre que não pode sobreviver sem sua paga diária: "Não explorarás o trabalhador humilde e pobre, quer seja teu irmão, quer seja um estrangeiro, que mora contigo na terra e está dentro de tuas portas, mas pagar-lhe-ás no mesmo dia o preço do seu trabalho, antes do sol posto, porque é pobre, e espera com impaciência este salário. Assim ele não clamará contra ti ao Senhor" (Dt 24,15-15).

25. Os Profetas, por sua vez, se levantam em nome de Deus contra os que "vendem o pobre por um par de sandálias e esmagam a cabeça dos pequenos" (Am 2,6-7), contra os que "ajuntam casa a casa e acrescentam campo a campo a ponto de ocupar todo o espaço e se tornarem os únicos habitantes do país" (Is 5,8) e lembram que a religião agradável a Deus é "parar de fazer o mal, aprender a praticar a justiça, socorrer o oprimido, ser justo para com o órfão e apoiar a causa da viúva" (Is 1,16-18).

26. Deus se apresenta como defensor dos pobres e oprimidos e Jesus se diz unido pelo Espírito de Deus para "anunciar a boa nova aos pobres, aos cativos à libertação, aos cegos o retorno à vista, a liberdade aos oprimidos e proclamar um ano da graça do Senhor" (Lc 4,18-19).

27. O Apóstolo Paulo, mesmo não podendo mudar de pronto uma situação de fato, nega uma a uma, as razões que eram usadas para justificar a exploração do trabalho escravo, a dominação de classes, a desigualdade entre o homem e a mulher e a suposta superioridade de raça, cultura ou religião: "Não há judeu nem grego, não há escravo nem homem livre, não há homem nem mulher. Todos vós sois um só em Jesus Cristo" (Gal 3,28).

28. Para substituir essas estruturas elitistas, almejamos uma sociedade nova, sem violência, que só será construída, se nos abirmos ao mandamento maior: "Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros" (Jo 13,34), recordados de que "sabemos que passamos da morte à vida se amamos nossos irmãos" (Jo 3,14). O mesmo Apóstolo João também nos adverte: "Se alguém, possuindo os bens deste mundo, vê o seu irmão na necessidade e lhe fecha o coração, como permanecerá nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos em palavras, nem de língua, mas por ações e em verdade (Jo 3,17-18).

29. Convidados, pois, por este Deus que nos pede a justiça para construirmos a paz, que nos convida ao perdão e à mansidão, mas ao mesmo tempo condena o que explora e oprime, busquemos caminhos que nos levem à superação da injustiça e da violência.

Pistas de ação

30. Os caminhos que poderão conduzir a uma transformação progressiva de nossa sociedade exigem estudos e participação de todos os setores sociais. Não cabe apenas à Igreja a apresentação das possíveis soluções. Mas a mensagem do Evangelho tem certamente uma força iluminadora suficiente para inspirar o ânimo das pessoas de boa vontade na formulação das propostas corajosas que defendem a dignidade da criatura humana. Eis a palavra do Papa João Paulo II aos jovens de Belo Horizonte: "Tudo isso, essa tremenda e valiosa experiência, me ensinou que a justiça só é verdadeira se baseada nos direitos do indivíduo. E que esses direitos só serão realmente reconhecidos, se for reconhecida a dimensão transcendente do homem criado à imagem e semelhança de Deus, chamado a ser seu filho e irmão dos outros homens, e destinado a uma vida eterna. Negar essa transcendência é reduzir o homem a instrumento de domínio cuja sorte está sujeita ao egoísmo e ambição de outros homens, ou à onipotência do Estado totalitário, erigido em valor supremo".

A luz dessa inspiração sugerimos:

I — No âmbito eclesial:

31. Como importa, antes de tudo, que a atuação da Igreja para superar a problemática da violência, se volte para a formação de uma nova mentalidade, recomenda-se que todo o processo de evangelização e catequese tenha em conta as orientações de Puebla, especialmente em relação à visão cristã da dignidade humana (321-339).

32. Para criar uma consciência crítica, a catequese em suas várias fases e formas, especialmente, da infância e adolescência, deve incluir explicitamente a consciência e a defesa dos direitos humanos, decorrente da dignidade de filhos de Deus.

33. No mesmo sentido, a formação dos leigos em geral, e, sobretudo, dos agentes de pastoral, deve aprofundar, à luz da mensagem de Jesus Cristo e da Igreja, as suas responsabilidades sociais e profissionais, relacionadas com a superação das opressões.

34. Proponha-se ao nosso povo a sistemática já elaborada e vivenciada pelos Movimentos de Não-Violência, através de gestos concretos, que anun-

ciem a mensagem de justiça e de paz do Evangelho para a melhor realização dos valores do Reino de Deus entre os homens.

35. Dada a importância dos meios de comunicação social na formação da opinião pública, recomenda-se utilizar todas as formas e veículos de comunicação ao alcance da comunidade (folhetos, volantes, salas de TV e de leitura para o povo) a fim de torná-la cada vez mais conhecedora da realidade social, econômica e política. Sejam aproveitadas essas oportunidades para desenvolver a consciência do mesmo povo, através de debates sobre os valores e contravalores dessa realidade e das interpretações veiculadas pelos meios de comunicação social.

36. Como a violência não pode ser combatida, sem que se respeitem e estimulem as organizações de base, recomenda-se o estímulo e apoio às Comunidades Eclesiais de Base e grupos de vivência cristã, como forma de participação do laicato na missão da Igreja.

37. Proponha-se às comunidades particularmente, como tema de reflexão, a relação íntima entre fé e ação libertadora para a transformação das estruturas sociais.

II — No âmbito social

38. Não se porá fim à violência generalizada sem uma corajosa e urgente mudança de estruturas que atinja o modelo econômico e político em que "o luxo de uma minoria constitui um insulto à miséria das grandes massas (PP nº 3).

Particularmente é necessária esta mudança em certas leis, de que a Lei de Segurança Nacional é um exemplo deplorável, as quais, enquanto protegem o Estado e grupos dominantes, desprotegem o cidadão e pisam os direitos dos fracos, dos pobres e dos estrangeiros.

39. Procure-se a esse respeito, promover a revisão urgente do Estatuto dos Estrangeiros, contrário às tradições brasileiras de acolhimento aprovado pela mera formalidade do decurso de prazo.

40. Recomenda-se especialmente que, na hipótese específica da expulsão de estrangeiros, a lei defina quais as condutas consideradas nocivas ao interesse nacional. Admita-se nesses casos, o exercício do direito de defesa perante o Judiciário, como o único poder responsável pela apreciação das lesões aos direitos individuais. Por ser evidentemente uma pena, não pode a expulsão ser imposta sem um regular processo judicial.

41. A gravidade da problemática da violência exige uma completa e rápida atuação do Poder Judiciário. Para esse fim, julga-se necessário que o Estado ofereça condições de efetiva independência da Magistratura, proporcionando-lhe os recursos humanos e materiais imprescindíveis ao exercício de sua missão.

42. Chega-se à conclusão de que essas e outras reformas caracterizam a necessidade de uma ampla revisão das estruturas constitucionais do País, legitimada pela vontade popular. Só assim se obterá maior aproximação do almejado regime democrático.

43. Mesmo na situação atual, apela-se para os responsáveis pela administração pública a que contemplem, na distribuição de recursos, os setores de educação e saúde com verbas mais condizentes com as necessidades básicas do povo. Assim se atenderá devidamente aos justos clamores de professores e estudantes, favelados e moradores da periferia.

44. Outro setor exige significativo atendimento: o do homem do campo. A ele falta o apoio de uma infra-estrutura de previdência social, de serviços de saúde, de saneamento básico. Essas providências, acrescidas de uma conveniente assistência técnica para o trabalho agrícola, contribuirão para uma digna e produtiva permanência do homem no campo.

45. Procure-se, finalmente, apoiar e incentivar os movimentos populares e outros que se empenham na nobre luta pela justiça.

46. Reconhecendo o valor da contribuição dos estudiosos das ciências humanas para a atuação da Igreja, apoiamos a publicação de um estudo a cargo do Secretariado Regional, com a colaboração da Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

47. Ao terminar estas reflexões e recomendações sobre situações tão tristes e amargas de nossa realidade, queremos lembrar, como o fizemos ao início, que o cristão é homem de esperança. Nada disso, nos deve desanimar frente ao futuro. O testemunho vivo de pessoas e grupos de nossas comunidades revelam vivências, por vezes heróicas, para dizer sempre a verdade, lutar pela justiça evangélica e praticar o amor na comunhão, inclusive, de bens, repartidos entre todos. Esses nossos irmãos sintam nossa palavra de estímulo para prosseguir nesse testemunho. Que todos renovemos nossa fé e confiança à sua missão com a confiança posta na fidelidade de seu fundador e no poder do espírito" (Puebla, 209). A Virgem Maria, mãe dos pobres e dos aflitos "faça que esta Igreja a exemplo de Cristo, servindo constantemente o homem,

seja a defensora de todos, em particular dos pobres e necessitados, dos socialmente marginalizados e espoliados". (João Paulo II, em Aparecida).

Itaici, 7 de novembro de 1980.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O Sr. Senador Franco Montoro encaminhou à Mesa projeto, cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 259, III, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente. A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão de segunda-feira próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Economia*; e
- de *Finanças*.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Saúde*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Serviço Público Civil*; e
- de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Serviço Público Civil*, contrário; e
- de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se à sessão às 17 horas e 15 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 15/4/82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não é de hoje que venho insistindo na tese senão da revogação pura simples, pelo menos de uma substancial reformulação da Lei de Segurança Nacional, como forma de caminharmos realmente para a plenitude do Estado de Direito no Brasil.

A verdade incontestável é que apesar da revogação dos Atos Institucionais e dos Decretos-leis nºs 477 e 228, ainda persistem, em nossa ordem jurídica, verdadeiras anomalias que são o caldo de cultura do autoritarismo cabloco que ainda nos governa, mesmo nos chamados tempos de abertura. Refiro-me à lei de Segurança Nacional, à Lei de Imprensa, à Lei de Greve, à Lei Complementar das Inelegibilidades e a lei Falcão, todas elas diplomas legais draconianos que, ao longo do tempo, vêm fazendo as suas vítimas e, por que não dizer, os seus mártires.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a propósito da Lei de Segurança Nacional até personalidades ligadas ao sistema dominante de poder têm preconizado a sua revisão, como por exemplo, só a título de ilustração, o General Reinaldo Melo de Almeida, Ministro do Supremo Tribunal Militar e o próprio Presidente desta Casa, o Senador Jarbas Passarinho que, hoje, em declaração à imprensa, prega a necessidade pelo menos da tipificação dos crimes contra a Segurança Nacional, como desfecho de uma ampla reforma constitucional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda ontem três jornalistas militantes que fazem e dirigem a "Hora do Povo" caíram nas malhas finas da Lei de Segurança Nacional, seguindo o mesmo destino de dezenas de brasileiros que têm sido processados com base nessa famigerada lei de exceção, entre os quais alguns parlamentares da maior evidência como Ulysses Guimarães, Genival Tourinho e Cristina Tavares, para citar apenas alguns.

Refirir-me aos jornalistas Claudio Cardoso Campos, Pedro de Camargo e Ricardo Lessa Rodrigues, que foram condenados a dois anos e três meses de reclusão, sem direito a suspensão condicional da pena, pelo Supremo Tribunal Federal, por terem sido responsabilizados, como diretores da "Hora do Povo", pela publicação de certas matérias.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mim me parece que realmente a denúncia desses jornalistas e a sua conseqüente condenação ou não, deveria se arrimar na Lei de Imprensa, mesmo sendo também ela outro diploma legal de exceção, e não na Lei de Segurança Nacional, como aliás argumentou a sua defesa. A prosperar esse procedimento judicial de se condenar jornalistas pela Lei de Segurança Nacional, creio, *data venia*, deste Supremo Tribunal Federal, que estaremos prestando um desserviço à causa democrática.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muito prazer.

O Sr. Teotônio Vilela — Senador Humberto Lucena, eu quero me associar às suas palavras de solidariedade aos jornalistas que foram condenados e à rápida análise que faz sobre a Lei de Segurança Nacional. Na verdade, essa doutrina de segurança nacional é uma doutrina voltada contra o social, voltada contra a Nação, procurando, única e exclusivamente, salvaguardar o Estado. É a velha luta do arbítrio: reforçar, dar autodefesa ao Estado contra os interesses da Nação. Nós vamos ter amanhã, por exemplo, o julgamento dos sindicalistas. O Superior Tribunal Militar vai julgar, amanhã, o Luiz Inácio da Silva e mais dez sindicalistas que entraram em greve em São Bernardo, a famosa greve de São Bernardo, por maiores salários. Entretanto, estão respondendo pela Lei de Segurança Nacional, quando há uma lei de Greve. V. Ex^a, ainda há pouco, levantava a questão da Lei de Imprensa para os jornalistas, como a da Lei de Greve para os assalariados. A Lei de Segurança Nacional é, portanto, um atentado à sociedade brasileira, um atentado às liberdades individuais. É ela que hoje caracteriza a feição ditatorial do poder, porque ditadura é todo o governo que adota orientação de lutar contra as liberdades individuais. É o que estamos assistindo hoje. Quero, portanto me solidarizar com o discurso de V. Ex^a e daqui enviar também a minha manifestação de apreço e de solidariedade aos jornalistas condenados, como daqui quero fazer, desde já, um apelo à Justiça Militar para que ela, na verdade, devolva ao seu verdadeiro leito qualquer tipo de crime que porventura tenham cometido os sindicalistas e, nesse caso, só poderiam responder através da Lei de Greve. Porque o que desejamos é, na verdade, Sr. Presidente, para esta Nação, paz e sinceridade. No momento em que pudermos praticar a justiça com base na sinceridade e no desejo de paz, teremos uma Nação muito melhor. Jamais esta Nação poderá se modificar através de métodos de perseguição ao indivíduo, quer pelas suas opiniões emitidas, quer pelas suas reivindicações de sobrevivência.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — As palavras de V. Ex^a, eminente Senador Teotônio Vilela, que é um cavaleiro andante da democracia no Brasil, que está em toda parte onde se faz necessário para defender os direitos humanos, porque tenho acompanhado, e todo o nosso Partido, a sua peregrinação por este País afora, enriquece o meu pronunciamento, dá-lhe maior dimensão. E, no caso específico dos sindicalistas do ABC, V. Ex^a foi testemunha auricular e visual dos acontecimentos. V. Ex^a, o nobre Senador Franco Montoro, se não me engano, também o Senador Orestes Quêrcia, estiveram presentes de corpo e alma no teatro dos acontecimentos e, portanto, têm toda a condição para dizer do comportamento daqueles líderes que, hoje estão também, infelizmente, envolvidos num processo injusto por conta da draconiana Lei de Segurança Nacional.

V. Ex^a falou na Lei de Greve, mas eu já havia dito no meu discurso, que ela faz parte de um elenco de leis que precisam ser modificadas ou revogadas, sem o que não alcançaremos no Brasil um verdadeiro Estado de Direito. Tanto é verdade o que afirmo, que o Senador Aloysio Chaves, da Bancada do PDS, tomou a si a iniciativa de um projeto de lei, que nós da Oposição apoiamos unanimemente, no sentido de uma reformulação total da atual Lei de Greve no Brasil, sem que S. Ex^a apesar de seus vastos conhecimentos em matéria de Direito do Trabalho, até hoje, tivesse a ventura de ver a sua proposição aprovada na Câmara dos Deputados, por não receber o sinal verde do Palácio do Planalto.

O Sr. Aloysio Chaves — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio Chaves — Eminente Líder Humberto Lucena, lamento que a tônica do discurso de V. Ex^a tenha sido a decisão ontem proferida pelo Supremo Tribunal Federal, porque essa decisão foi, no recurso extraordinário, de decisão do Superior Tribunal Militar.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Recurso ordinário.

O Sr. Aloysio Chaves — Recurso extraordinário. A matéria é constitucional e recurso ordinário não subiria ao Supremo Tribunal Federal. O recurso é oriundo da Auditoria para o Superior Tribunal Militar.

O SR. HUMBERTO LUCENA — No Supremo foi anunciado como recurso ordinário. Eu assisti ao julgamento.

O Sr. Aloysio Chaves — O Superior Tribunal Militar, como poucas vezes já procedeu até hoje, agravou a pena imposta na Auditoria, para dois anos e três meses. Da decisão do Superior Tribunal Militar houve recurso para o Supremo Tribunal Federal que ontem julgou e manteve a decisão da Justiça Militar, decisão essa proferida em processo no qual foram caluniados — não injúria, atribuiu-se a essas pessoas a prática de crime — ex-Presidente da República como o ex-Presidente Médici, o ex-Presidente Geisel, como o Presidente Figueiredo, Ministros de Estado, o Presidente desta Casa, o Orador

que ora dá aparte a V. Ex^a, como sendo possuidores de contas em bancos da Suíça. Um insulto, uma calúnia contra a qual se rebelou esta Casa, no momento em que aqui proferiu um discurso indispensável, com todo o nosso apoio, o nobre Senador Jarbas Passarinho. A lei de Segurança Nacional pode ser, sob alguns aspectos, uma lei que precise ser revista, necessariamente revista com o processo de abertura política, mas o que não podemos absolutamente encampar é a prática de delitos dessa natureza. E, quando chamados à Justiça para provar aquilo que realmente espalharam por todo o País, manchando e tentando manchar a reputação alheia, a honra e a dignidade de homens públicos brasileiros, não se faz esta prova, e no momento em que há a condenação, nós procuramos derivar para justificar a conduta dessas pessoas, alegando que esta lei é injusta, leonina, draconiana. V. Ex^a, a seguir, fez outras referências, mas, neste aparte, desejo apenas ponderar a V. Ex^a o seguinte: realmente sou o autor de um projeto de lei que mereceu a aprovação unânime do Senado Federal. Como já declarei antes, repito aqui, o projeto é de minha responsabilidade pessoal, não o apresentei na condição de Vice-Líder, não o apresentei mediante prévia consulta ao Governo, não cobrei do Governo nenhum compromisso e o Governo não o tem, poderá aprovar ou rejeitar como julgar oportuno. Acho que deveria ser aprovada esta lei para substituir a de nº 4.330, de 1964. Mas, esta Lei de Greve que está em vigor, que o Governo tem aplicado com extrema tolerância, como já foi comprovado aqui, esta lei resultou de uma deliberação do Congresso Nacional, foi aprovada pelo Congresso Nacional e baseada, sobretudo, no longo e brilhante parecer do Deputado Ulisses Guimarães. Portanto, dizer que a lei é draconiana, acho que é um exagero, dizer que a lei está desatualizada e precisa ser revista, concordo inteiramente com V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu a considero draconiana e desatualizada. É a minha opinião pessoal e do meu Partido, nobre Senador Aloysio Chaves. E só o fato de V. Ex^a ter tido a iniciativa de alterá-la substancialmente comprova que ela não atende às aspirações das classes trabalhadoras.

O Sr. Aloysio Chaves — Desculpe-me por interrompê-lo mais uma vez, mas o que me levou a apresentar este projeto de lei foi, eminente Líder Humberto Lucena, o fato de que a norma constitucional que dispõe a respeito do direito de greve, que estava inserido na Constituição de 1946, ter sido posteriormente alterada na Constituição de 1967. Portanto, a Lei nº 4.330 foi elaborada em função do preceito constitucional então vigente. A alteração desse preceito impunha necessariamente a reformulação da lei, além de adequá-la à realidade brasileira deste momento e, sobretudo, ao processo de abertura política. Peço *venia* para também divergir de V. Ex^a e não considerá-la draconiana. Nenhuma lei fruto da ditadura nem do arbítrio resultou da deliberação livre do Congresso Nacional, baseada, lastreada sobretudo, no erudito e brilhante parecer do Deputado Ulisses Guimarães.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu prefiro ficar com o ex-juiz e professor de Direito do Trabalho do que propriamente com o Senador e com o político. O que recolho da iniciativa de V. Ex^a é uma tentativa de modificação da lei, que acolhemos com muito agrado e por isso aprovamos o seu projeto por unanimidade. Agora, se a Câmara não o aprova porque o Governo não recebeu bem a iniciativa de V. Ex^a, isso aí é outro problema, não quero entrar nesse assunto, pois ele diz respeito à economia interna do seu Partido e do Governo.

O Sr. Franco Montoro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Quanto ao que V. Ex^a declarou a respeito desse recurso que levou o Supremo Tribunal Federal a condenar os jornalistas da *Hora do Povo*, não estou comentando os fatos que motivaram o processo, mas, simplesmente, registrando e lamentando o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional e, ao mesmo tempo, aproveitando para verberar contra esse diploma legal, como têm feito dezenas de brasileiros ilustres, entre os quais, repito, o General Reynaldo Mello de Almeida, Ministro do Supremo Tribunal Federal, e o próprio Senador Jarbas Passarinho que, ainda hoje, concede entrevista em torno do assunto.

Agora o que eu quis deixar claro é que me pareceu que jamais se deveria — como em outros casos, em que os nossos companheiros de lutas democráticas têm sido vítima — enquadrar esses jornalistas na Lei de Segurança Nacional. Para isso existe a Lei de Imprensa. V. Ex^a falou aí em injúria, difamação e calúnia, pois que se processassem esses jornalistas através da Lei de Imprensa; esta foi a tese defendida pela sua defesa perante o Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Aloysio Chaves — Não, a prática desse jornalista lembra o Tartufo, de Molière: "Caluniai, caluniai que alguma coisa há de ficar". Porque a notícia, como foi estampada, teve ampla divulgação nacional, a condenação seria registrada em duas linhas, um tópico da imprensa a ser registrado hoje ou amanhã.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas V. Ex^a acha que um fato...

O Sr. Aloysio Chaves — Mas aí é irresponsabilidade total.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas V. Ex^a não falou em injúria, difamação e calúnia. São crimes comuns...

O Sr. Aloysio Chaves — São crimes comuns que podem ser agravados e ter uma outra tipificação na Lei de Imprensa, quando eles atentam contra determinadas autoridades no Brasil ou em qualquer outro país.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas aí há o exagero da Lei de Segurança Nacional. Isso é só no Brasil.

O Sr. Aloysio Chaves — V. Ex^a está fazendo uma afirmação que não pode ser generalizada...

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas não conheço país nenhum no mundo onde injúria, difamação ou calúnia à autoridade sejam consideradas crime contra a segurança nacional. Se V. Ex^a discorda, traga, aqui, os textos do Direi^{ro} Comparado para nos provar.

O Sr. Aloysio Chaves — Eu posso apresentar a V. Ex^a normas semelhantes na legislação...

O SR. HUMBERTO LUCENA — Isso é fruto dos nossos juristas caboclos, a partir de 1964, de acordo, aliás, com a filosofia da Escola Superior de Guerra.

Ouçõ, agora, o aparte do nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — Nobre Senador Humberto Lucena, V. Ex^a colocou muito bem o problema, diante de uma tese fundamental e de importância grave para todo o País: o enquadramento entre delitos considerados de ofensa à segurança nacional, violações da legislação trabalhista, da legislação de imprensa e de outros ramos especializados do Direito. Nós estamos, hoje, em todos os setores da vida jurídica do Brasil, ouvindo manifestações de juizes e, até como lembra V. Ex^a no seu discurso, de um Presidente do Superior Tribunal Militar...

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ex-Presidente.

O Sr. Franco Montoro — Ex-Presidente — portanto, exerceu a função de Presidente — o apelo no sentido de que nós não temos a normalidade jurídica. Não se pode, de forma alguma, considerar crime de segurança nacional ou atentado à segurança nacional, por exemplo, o fato de um líder sindical ou a diretoria de um sindicato dar cumprimento a uma deliberação da assembleia sindical. Se houver infração da legislação trabalhista é perante aos tribunais do trabalho que a matéria deve ser enfrentada. Da mesma maneira em relação à Lei de Imprensa. Há, realmente, um excesso e, seguramente, toda a consciência jurídica nacional protesta contra esse absurdo de se enquadrar como crime contra a segurança nacional aquelas violações da legislação ordinária. Aproveito a oportunidade para cumprimentar V. Ex^a pela elevação com que colocou o texto; se houver violação de outro setor, poderão ser tomadas as providências devidas para punição pela legislação competente. Quero, também, antecipar, nesse aparte que faço a V. Ex^a, um apelo ao Superior Tribunal Militar que, amanhã, julgará um caso típico e da maior seriedade: mais de uma dezena de líderes sindicais estão sendo processados perante o Superior Tribunal Militar, por se considerar a pretensa violação de uma legislação trabalhista, como ofensa à segurança nacional. Quero informar a V. Ex^a que fui testemunha nesse processo, e realmente o enquadramento da atuação daqueles líderes sindicais dentro da Lei de Segurança Nacional é uma violência. E nós temos a certeza de que amanhã a Justiça Militar brasileira, pelo seu órgão maior de hierarquia, irá repor nos seus devidos termos aquele problema. De modo nenhum pode ser considerado crime contra a segurança nacional o fato de um líder sindical dar cumprimento a uma deliberação do seu sindicato. Aproveito este aparte para formular, da tribuna do Senado, como fez o Senador Teotônio Vilela, um apelo e a manifestação da nossa esperança de que amanhã o Superior Tribunal Militar restabeleça a ordem jurídica, afastando da Lei de Segurança Nacional a discussão de um caso que é tipicamente trabalhista.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Eu transformo o apelo de V. Ex^a e do nobre Senador Teotônio Vilela num apelo de toda a Bancada do PMDB no Senado Federal...

O Sr. Franco Montoro — Parabéns a V. Ex^a

O SR. HUMBERTO LUCENA — ... ao Superior Tribunal Militar, por se tratar de um processo eminentemente de perseguição política. O que se pretende, neste instante, é intimidar a classe trabalhadora brasileira, em pleno processo chamado de abertura. O que prova, nobre Senador, que nós estamos num processo de abertura tímido e restrito, que não corresponde às aspirações do povo brasileiro, que deseja uma democracia plena, sem adjetivos,

dentro da qual possamos promover o bem-estar de todos, com desenvolvimento e justiça social.

O Sr. Lázaro Barboza — Permite V. Ex^a um aparte, eminente Líder?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agora ainda mais, quanto à Lei de Segurança Nacional, só para provar as suas demasias, os seus exageros, os seus absurdos, eu lembraria a V. Ex^a que há pouco dias se tentou envolver, no processo contra a Deputada Cristina Tavares, o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, pelo simples fato de o nosso companheiro maior haver se solidarizado com a Deputada pernambucana, porque ela fora enquadrada também na Lei de Segurança Nacional. Veja bem V. Ex^a aonde chegamos.

O Sr. Franco Montoro — É o regime de insegurança da população.

O SR. HUMBERTO LUCENA — E aonde poderemos chegar. Ouço o nobre Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza — Eminente Senador Humberto Lucena, congratulo-me, também, com V. Ex^a pelo seu brilhante discurso que espelha o ponto de vista de toda a Oposição brasileira. E lembro ainda que a Lei de Segurança Nacional, às vezes, chega a suprir, com vantagens, o famigerado AI-5, de que ninguém tem saudades neste País. Há cerca de duas semanas ocupei a tribuna do Senado, fazendo a defesa do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do meu Estado, o Dr. Vanderlei Medeiros; também levado às barras do Superior Tribunal Militar, enquadrado que está sendo na Lei de Segurança Nacional, por supostas ofensas ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. V. Ex^a diz muito bem: se excessos há, nesta área ou naquela, que esteja aí uma legislação democrática adequada para coibir abusos. Não podemos nos conformar com as colocações do eminente Senador Aloysio Chaves quando, por exemplo, invocou aqui o caso dos chamados depósitos em contas secretas na Suíça, que se brândiu também contra aqueles profissionais da imprensa. Aliás, a propósito dos depósitos em contas secretas na Suíça, eu me permito dizer, à guisa de apreciação do aparte do eminente Senador Aloysio Chaves, que, como diziam os romanos: "A mulher de César não basta ser honesta, ela tem que mostrar ser honesta". Tramita nesta Casa, há quase dois anos, um projeto de minha autoria proibindo depósitos em contas secretas no exterior e instrumentalizando a lei, para que os maus brasileiros não continuem carreando para lá dinheiro que deveria estar aqui; dinheiro de negociata, como está fartamente provado, inclusive em relatório do Partido Socialista Helvético, que chegou ao ponto de votar naquele país uma lei criando um tributo sobre os depósitos em conta secreta, sob a alegação de que a bandeira helvética não poderia continuar cobrindo o dinheiro do furto que busca a proteção do anonimato. Esse projeto tramita aqui há dois anos, e embora o próprio Senador Aloysio Chaves tenha insistido mais de uma vez pela sua aprovação, até hoje, nobre Senador Humberto Lucena, ele não chegou ao Plenário.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a contribuição de V. Ex^a esperando que se aprove sem mais delongas esse projeto que é da maior importância para o País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Aliás, a *Hora do Povo*, segundo os seus colaboradores e dirigentes, é "clara, aberta e incisiva oposição ao Governo". Mas, por outro lado, dizem eles que o "jornal vem se batendo denodadamente para que as transformações que o país precisa se deem por via pacífica, ao contrário do que arbitrariamente se nos imputa" e, mais ainda, "é publicamente notório o empenho do nosso jornal em que os problemas do nosso país encontrem solução através da realização de eleições as mais limpas e livres possíveis, bem como o nosso engajamento nessa campanha eleitoral".

O fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que o constante enquadramento na Lei de Segurança Nacional de jornalistas e políticos, de linha oposicionista autêntica, revela à sociedade que estamos muito longe, mas muito longe mesmo, de conquistarmos o verdadeiro Estado de Direito no Brasil, pois dada essa parafernália jurídica que instrumenta o Estado na defesa de uma pseudo-segurança nacional, o que está mesmo é inquietando o povo, cujos direitos individuais e sociais são permanentemente postergados, apesar de inscritos solenemente até na Carta outorgada pelos três Ministros Militares de 1969.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos esses episódios deproráveis demonstram claramente o desespero em que se encontram os donos do poder de perderem o controle da situação política nacional, com a esmagadora derrota que o povo lhes inflingirá nas eleições de 15 de novembro deste ano, malgrado todas as manipulações dos lamentáveis e revoltantes casuístas eleitorais.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Depende da Mesa, nobre Senador, porque já fui advertido do meu tempo. Se o Sr. Presidente concordar com o aparte eu o concederei.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concordo, tendo em vista que V. Ex^a pela primeira vez está apartando.

O Sr. Lomanto Júnior — Agradeço a generosidade da Mesa. Nobre Senador, Líder da Maioria, Líder do PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ainda não sou Líder da Maioria.

O Sr. Lomanto Júnior — E não será tão cedo.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a é quem está dizendo.

O Sr. Lomanto Júnior — E não será tão cedo.

O SR. HUMBERTO LUCENA — A voz do povo é a voz de Deus.

O Sr. Lomanto Júnior — Nobre Senador, conheço a formação moral, a formação jurídica, a formação diria mesmo espiritual de V. Ex^a que tem ao longo desse nosso convívio nesta Casa, demonstrado equilíbrio, demonstrado, sem dúvida alguma, ou sem prejuízo da função ou da sua missão de oposicionista, agora guindado à Liderança da Oposição, eu o considero um homem equilibrado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado.

O Sr. Lomanto Júnior — E hoje estou surpreso, enormemente surpreso — esta é a expressão — em V. Ex^a não reconhecer que nós ingressamos naquilo que V. Ex^a chamou e nós proclamamos de estado de direito: o Congresso funcionando com as suas prerrogativas, se diminuídas compete a nós fazer com que elas sejam restabelecidas. Mas o Congresso funcionando livremente.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas não o conseguimos restabelecer, até hoje.

O Sr. Lomanto Júnior — A imprensa livre, não há presos políticos neste País, a anistia foi ampla, a mais ampla possível. O Governo busca por todos os meios aperfeiçoar o sistema democrático, e não há uma palavra de estímulo ao Governo. Se vamos votar a anistia, lembro-me da noite tenebrosa, em que parecia até estarmos votando a lei da pena de morte ou a pior lei de instituição do arbítrio. Se o Governo atendendo — é verdade! às aspirações populares assegura ao País a liberdade de imprensa, a mais ampla liberdade de imprensa, até mais ampla do que em países considerados democratas, até suplantando insultos, agressões, injúrias e infâmias, como nós alguns dos Senadores dentre os quais eu me encontro — fui insultado e injuriado por um desses jornais — e nenhuma providência de ordem punitiva para que se coibisse o abuso da agressão, da injúria, da infâmia, foi tomada porque o País está vivendo na mais ampla democracia. Evidentemente posso até concordar com V. Ex^a em que a nossa Lei de Segurança mereça algumas modificações para ajustar-se à conjuntura democrática.

O SR. HUMBERTO LUCENA — A que estamos vivendo?

O Sr. Lomanto Júnior — Concordo com V. Ex^a de que ainda temos muito a fazer, mas já fizemos muito mais do que temos a fazer: vamos realizar eleições livres, as mais livres, porque até os projetos considerados casuísticos por V. Ex^a são projetos que obedeciam à Oposição. E a Oposição está a vangloriar-se de quando em vez das medidas tomadas pelo Governo, o qual ao invés de beneficiar o seu Partido irá beneficiar o Partido da Oposição. Numa coisa V. Ex^a precisa nos ajudar, a Oposição tem um dever, tem a obrigação de nos ajudar, é fazer com que criemos um clima capaz de termos eleições livres porque este é o desejo do povo brasileiro comandado e diria mesmo; inspirado pelo próprio Presidente João Figueiredo. Com este aparte quero dizer a V. Ex^a que o seu discurso foge àquele equilíbrio, tão conhecido por todos nós, do antigo membro da bancada do MDB e do PMDB, ele realmente destoa hoje daquele integrante de ontem guindado à condição de Líder hoje. (Não apoiado!) Não podemos aceitar as críticas acres e injustas que V. Ex^a dirige ao Governo, ao Partido a que pertencemos, porque estamos realizando — isto sim, — e o povo brasileiro sabe, um grande esforço para fazer deste País uma democracia, enfrentando todos os óbices, até o desestímulo da Oposição.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Avalio, nobre Senador Lomanto Júnior, se V. Ex^a estivesse satisfeito com a situação baiana! Porque tanto ardor na defesa do Governo me deixa atônito.

O Sr. Lomanto Júnior — Estou apenas justificando.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Já concedi o aparte a V. Ex^a agora cabe-me respondê-lo. V. Ex^a quer ser, agora até o fiscal do meu discurso de Líder da Oposição. V. Ex^a quer que eu venha à tribuna bonzinho, equi-

libradíssimo, para fazer um pronunciamento de agradecimento ao Governo, pela abertura, por tudo que está aí. Enquanto isso os nossos companheiros tombam pelo meio do caminho, caindo na tessitura ardilosa da Lei de Segurança Nacional. Como é que pode, Sr. Presidente? Nós, da Oposição, estamos aqui cumprindo com o nosso dever, sabemos que é um dever duro, mas um dever indeclinável de patriotas e de democratas. E nós agradecemos as lições dos senhores do PDS.

Praza aos céus, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que haja eleição livre e limpa, pois nós vamos dar um banho de votos no Governo. O povo brasileiro é que vai dar a devida resposta, a 15 de novembro deste ano, ao Senador Lomanto Júnior e aos seus companheiros. Se é que S. Ex^a não estará amuado lá nas suas fazendas, solitário, apenas acompanhando os acontecimentos, por ter sido marginalizado da sucessão baiana pelos casuísmos do Governo e pelo todo-poderoso Governador da Bahia.

Concluo, Sr. Presidente:

Se, realmente, estivéssemos em tempos de abertura, de real democratização do País, esses retrocessos terríveis não ocorreriam, porque, pelo contrário, o que se procuraria era assegurar, cada vez mais, o espaço certo e amplo para a imprensa que nos países mais adiantados do mundo democrático, como os Estados Unidos da América do Norte, é publicamente reconhecido como o Quarto Poder.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao registrar lamentável condenação desses jornalistas da "Hora do Povo", a quem levamos a solidariedade da Oposição e particularmente do PMDB no Senado Federal, termino apelando ao Senado e à Nação, por uma ampla campanha pela total reformulação da Lei de Segurança Nacional, o que só será possível, a meu ver, num contexto mais amplo da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que, insisto em afirmar, é o único caminho para a legitimação do poder político no Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA
SESSÃO DE 15-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORA-
DOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. JOSÉ LINS — (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Trago ao conhecimento do Senado dois documentos que me chegaram às mãos, ainda ontem, e que passarei a ler.

O primeiro, Sr. Presidente, é uma carta que me é dirigida pelo Prefeito Municipal de Catanduva. E peço desculpas por ler o primeiro trecho que se refere a mim mesmo. Diz essa carta:

Of. nº especial

Catanduva, 30 de março de 1982.

Ao Senhor

Senador José Lins

Senado Federal — Ed. Principal

70160 — Brasília — DF.

JLS/jem

Senhor Senador da República:

Aprendi a admirá-lo em todos estes anos de vida pública. Sinto-me, contudo, decepcionado pela não-apreciação, através do Senado, do Projeto SAS-CEF beneficiando Catanduva com implantação de emissários que despoluirão centro e periferia da cidade.

Por favor, faça algo por nós! Esta obra não ficará pronta até o final de minha gestão e não tenho interesse pessoal nela; apenas como município.

Agradeço sensibilizado. — Dr. Warney Agudo Romão, Prefeito Municipal.

O segundo documento, Sr. Presidente, é também uma carta que me foi entregue pelo prefeito da cidade de Rio Claro, em São Paulo, e que hoje coordena os pedidos dirigidos ao Senado, pelos vários prefeitos municipais do País, referentes a empréstimos. Essa carta é assinada pelo Prefeito Waldemar Costa Filho, de Mogi das Cruzes, e é dirigida ao Prefeito do Rio Claro. Diz o documento.

Ofício nº 838/82-GPE

Em 2 de abril de 1982.

Excelentíssimo Senhor

Demerval da Fonseca Nevoeiro Júnior

Digníssimo Prefeito Municipal de Rio Claro

CEP 13.500 — Rio Claro — SP

Senhor Prefeito:

Recebi seu ofício datado de 18 de março último, dando-me ciência do enorme atraso nos Programas de Investimentos das Ad-

ministrações Municipais, em razão da obstrução desenvolvida no Senado Federal, retardando sistematicamente em deliberar sobre aprovação de empréstimos aos Municípios.

Prefeito:

Estou cansado e desiludido com o nosso Senado Federal. O processo desta Prefeitura já vem se arrastando por quatro anos e dois meses. Já recorri a todos quantos poderia recorrer, inclusive estive em Brasília e posteriormente enviei Vereadores para tratar pessoalmente do assunto. Nada consegui.

Creio que os Senhores Senadores têm muitas preocupações, não dispondo de tempo suficiente para se dedicarem à Causa Pública, cuidando dos assuntos de interesse dos Municípios, pois, creio que o tempo deles é dedicado somente à política.

Finalmente, nada conseguindo, como derradeira providência, enviei ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, telex datado de 13 de janeiro deste ano, solicitando sua interferência na solução do assunto (cópia anexa).

No entanto, até a presente data não recebi qualquer resposta a respeito.

Em anexo, remeto a Vossa Excelência, extrato de andamento do processo de interesse desta Prefeitura, no Senado Federal, cujo pedido de autorização é de real interesse público da classe menos favorecida, que é a construção do Centro Municipal de Assistência Social — Creche — Casa do Menor e Casa do Ancião.

Prefeito:

Não conte com o meu apoio, pois não vou recorrer a mais ninguém, cansei.

Atenciosamente, — **Waldemar Costa Filho**, Prefeito Municipal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é essa hoje, a situação, é esse o conceito do Senado Federal perante os Municípios brasileiros.

Fica aqui a minha preocupação, mais uma vez externada com esse problema. Deixo também, Sr. Presidente, a minha integral solidariedade ao movimento que vem sendo feito por Prefeitos de todos os Estados, no sentido de que o Senado passe a olhar esta questão com mais cuidado e, sobretudo, com mais responsabilidade.

Os prejuízos causados pelo Senado, por não apreciar esses empréstimos, são imensos. Já estão os programas de habitação, de água, de esgoto, da casa própria, de postos de saúde, de escolas, todos eles parados há quase dois anos, porque o Senado não cumpre o dever de votá-los. Costuma-se culpar a Maioria por isso. É uma injustiça. O Regimento não nos permite chegar à votação dessas matérias.

Mas, se todos os meus apelos se perdem, em vão, neste recinto, que pelo menos os apelos patéticos das Prefeituras, prejudicadas na condução de programas tão importantes para as classes mais pobres, como é o caso de Rio Claro que deseja construir creches, uma casa de menores e uma casa do anciano, que pelo menos esses apelos, repito, possam ajudar o Senado a adquirir a sua sensatez e a evitar que o conceito desta instituição decaia tanto perante os Municípios e perante o povo.

Era o que desejava dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

ATA DA 37ª SESSÃO, REALIZADA EM 14-4-82 (Publicada no DCN-Seção II, de 15-4-82)

RETIFICAÇÃO

No Projeto de Lei do Senado nº 47/82-DF, que dispõe sobre a criação de cargos na categoria de Técnico de Controle Externo, do Grupo-Atividades de Controle Externo, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências:

Na página 1012, 1ª coluna, no art. 9º, constante do art. 2º do Projeto,

Onde se lê:

“Art. 9º ... de Controle Externo poderão ser aprovados,...

Leia-se:

“Art. 9º ... de Controle Externo poderão ser providos,...

PORTARIA Nº 10, DE 1982

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, resolve: só permitir consignações para empréstimos à Caixa Econômica Federal e ao Instituto de Previdência dos Congressistas, salvo casos excepcionais, a critério do Diretor-Geral;

Suspender por prazo indeterminado as consignações a outras entidades. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de abril de 1982. — **Aiman Nogueira da Gama**, Diretor-Geral.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E O SENADO FEDERAL, NA FORMA QUE SE SEGUE.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, fundação instituída pela Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974, com sede em Brasília-DF, na Av. W/3 Norte, Quadra 507, Bloco B, inscrito no CGC/MF sob o nº 33.654.831/000136, doravante denominado simplesmente CNPq, neste ato representado por seu Presidente, Professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, e o Senado Federal, doravante denominado simplesmente Senado, neste ato representado por seu Presidente, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, resolvem celebrar o presente Convênio, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O objetivo do presente Convênio é regular as ações e procedimentos básicos a serem desenvolvidos pelo Senado e o CNPq, visando a implementação do “Projeto de Apoio à Pesquisa sobre dados Biográficos dos Senadores do Império e da República”.

CLÁUSULA SEGUNDA

Da Clientela

2.1 — Poderão se inscrever no Projeto estudantes de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado e de graduação, ciclo profissional, em História, que possam apresentar:

a) alunos de pós-graduação: — projeto de dissertação/tese sobre História Parlamentar do Brasil;

b) alunos de graduação: — projeto de pesquisa em nível de iniciação científica, na Área de História do Parlamento Brasileiro.

2.2 — Os projetos referidos nos itens a e b supra deverão guardar consonância com o Projeto objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da seleção dos candidatos e divulgação dos resultados

3.1 — a seleção dos candidatos à bolsa de Iniciação Científica será processada em comum acordo entre a Superintendência de Desenvolvimento Científico do CNPq e o setor responsável para este fim junto à Presidência do Senado, através de representantes que serão indicados pelas partes;

3.2 — a seleção dos candidatos a auxílio-financeiro no nível de pós-graduação será processada pelos membros do Comitê Assessor do CNPq da área de Ciências Sociais;

3.3 — a divulgação dos resultados da seleção será processada de acordo com as normas em vigor no CNPq.

CLÁUSULA QUARTA

Do acompanhamento e avaliação

4.1 — o acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisa, em nível de Iniciação Científica, serão processados em comum acordo entre a CCHS/CNPq e o setor responsável para este fim junto à Presidência do Senado, através de representantes que serão indicados pelas partes;

4.2 — o acompanhamento e avaliação das dissertações/teses, em nível de pós-graduação, serão processados pelo Comitê Assessor da área de História do CNPq.

CLÁUSULA QUINTA

Das responsabilidades das partes

5.1 — O presente Termo gera as seguintes responsabilidades para o CNPq e para o Senado:

5.1.1 — Obrigam-se o CNPq e o Senado, objetivando a operacionalização dos trabalhos, a avaliar e controlar, através de seus Representantes no presente Convênio, as atividades a serem desenvolvidas e implementadas em todas as etapas do Projeto.

5.1.2 — Caberá ao CNPq, em especial:

a) conceder, mensalmente, bolsas de estudo para os selecionados a nível de graduação, e, auxílios financeiros para os selecionados a nível de pós-graduação, de acordo com os valores e condições estabelecidos pela sua Superintendência de Desenvolvimento Científico — SDC;

a.1) a previsão do número de Bolsas e Auxílios e dos custos para sua regularização, no valor atual, é a seguinte:

a.1.1) 50 (cinquenta) Bolsas de Iniciação Científica — Cr\$ 6.900,00 x 6 meses = Cr\$ 2.070.000,00 (dois milhões e setenta mil cruzeiros);

a.1.2) 12 auxílios financeiros — Cr\$ 200.000,00 x 12 meses = Cr\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil cruzeiros);

b responsabilizar-se, perante o Senado, pelo atendimento de todas as exigências legais e condições para a regularidade das bolsas e auxílios que conceder aos participantes.

5.1.3 — Caberá ao Senado, em especial:

Apoiar e acompanhar o desenvolvimento das atividades deste Convênio, proporcionando as condições necessárias para a sua realização, de conformidade com os critérios estabelecidos pelos Partícipes.

5.1.4 — Mediante Termo Aditivo poderão os Partícipes estabelecer uma contrapartida aos recursos financeiros ora alocados pelo CNPq, a ser prestada pelo Senado, nas condições que resultar da avença.

CLÁUSULA SEXTA

Da publicação dos trabalhos

6.1 — Qualquer publicação baseada em atividades decorrentes do presente Convênio deverá trazer referência escrita, no corpo da obra, ao apoio recebido do CNPq. Quando se tratar de publicações destinadas à venda, vigorará o regime de co-edição com o CNPq, cabendo ao autor, a título de direitos autorais, o equivalente a 10% (dez por cento) do preço de capa dos exemplares efetivamente vendidos. Em qualquer caso, resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas de tais atividades serão de exclusiva responsabilidade do autor e não deverão ser apresentadas de modo a parecerem representar ponto de vista do CNPq e/ou do Senado.

6.2 — Os trabalhos técnico-científicos resultantes do presente Convênio, publicados em revistas técnico-científicas, deverão fazer referência expressa ao CNPq, ao qual serão enviados 3 (três) exemplares de cada publicação.

CLÁUSULA SÉTIMA

Da vigência e prorrogação

7.1 — O prazo de vigência do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a iniciar-se na data de sua firmatura, podendo ser prorrogado e/ou ter alteradas suas condições, por comum acordo entre os Partícipes, mediante celebração de Termos Aditivos ao mesmo.

CLÁUSULA OITAVA

Da rescisão

O presente Convênio poderá ser rescindido mediante denúncia de qualquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA NONA

Do arbitramento do foro

9.1 — Para dirimir qualquer questão oriunda ou decorrente do presente Convênio, que não puder ser solucionada administrativamente por entendimento direto entre os Partícipes, fica eleito o foro da cidade de Brasília-DF.

E, por se acharem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para fins de direito e serviços.

Brasília, de de 1982. — Pelo CNPq *Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque*, Presidente — Pelo Senado *Jarbas Gonçalves Passarinho*, Presidente — Testemunhas: *Ivando Cunha Lima* — *José Duarte*.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 044

TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1982

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.885, de 29 de setembro de 1981, que “eleva o adicional do Imposto de Renda de que trata o § 2º do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.704, de 23 de outubro de 1979, para as instituições que relaciona”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.885, de 29 de setembro de 1981, que “eleva o adicional do Imposto de Renda de que trata o § 2º do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.704, de 23 de outubro de 1979, para as instituições que relaciona”.

Senado Federal, 19 de abril de 1982 — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1982

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.884, de 17 de setembro de 1981, que “acrescenta parágrafos ao artigo 4º do Decreto-lei nº 1.798, de 24 de julho de 1980, que estabelece limite de remuneração mensal para os servidores da Administração Federal”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.884, de 17 de setembro de 1981, que “acrescenta parágrafo ao artigo 4º do Decreto-lei nº 1.798, de 24 de julho de 1980, que estabelece limite de remuneração mensal para os servidores da Administração Federal”.

Senado Federal, 19 de abril de 1982. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1º, da Constituição, e eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1982

Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.886, de 26 de outubro de 1981, que “modifica a redação de dispositivo do Decreto-lei nº 1.691, de 2 de agosto de 1979, que altera a legislação da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências”.

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei nº 1.886, de 26 de outubro de 1981, que “modifica a redação de dispositivo do Decreto-lei nº 1.691, de 2 de agosto de 1979, que altera a legislação da Taxa Rodoviária Única, e dá outras providências”.

Senado Federal, 19 de abril de 1982. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 42ª SESSÃO, EM 19 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Aviso do Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Nº 147/82, encaminhando ao Senado nova redação dos arts. 2º e 7º do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 1977, em virtude

de da existência de imperfeição decorrente de lapso na tradução do texto original, em espanhol.

1.2.2 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 49/82, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o enquadramento sindical dos rurícolas da lavoura canieira como trabalhadores rurais.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 90/82, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado cópias das atas das sessões em que foram aplicadas sanções aos responsáveis que discrimina bem como o quadro-resumo dos recursos providos no período de 2 a 23 de março deste ano, por aquela Corte de contas.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — Semana do Índio.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Comentários sobre declarações do Deputado Herbert Levy, publicadas em órgão da Imprensa, a respeito da adoção do voto facultativo.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Crise internacional envolvendo a Inglaterra e a Argentina pela posse das ilhas Falkland/Malvinas. Centenário de nascimento de Monteiro Lobato.

1.2.5 — Fala da Presidência

— Referente ao esvaziamento que vem ocorrendo nas Sessões do Senado, a propósito de aparte dado pelo Senador Nelson Carneiro ao discurso do Senador Itamar Franco.

— Atinente ao não acolhimento, pelas razões que expende, do Requerimento nº 62/82, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, de convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre assunto que especifica, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores.

1.2.6 — Discurso do Expediente (Continuação)

SENADOR PASSOS PÓRTO — Necrológico do pintor José de Dornes.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Aniversário de nascimento do ex-Presidente Getúlio Vargas.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Prioridade que deveria ser dada para leitura de Mensagens Presidenciais que submetem à deliberação do Congresso Nacional textos de decretos-leis.

1.2.7 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 50/82, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a retribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos, nos casos de remarcação ilegal.

— Projeto de Lei do Senado nº 51/82, de autoria da Sra. Senadora Laélia de Alcântara, que acrescenta artigo à Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do direito tributário, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 47/82.**

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. **Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 35/82.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ADERBAL JUREMA — Convênio firmado entre o Senado e o CNPq destinado a levantar dados biográficos dos Senadores brasileiros do Império e da República.

SENADOR ALBERTO SILVA — Omissão da Imprensa nos trabalhos da Convenção do PMDB, no Piauí.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Posse do Engº Celso Mello de Azevedo no cargo de Secretário de Estado de Obras Públicas de Minas Gerais.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Discriminação contra a mulher engenheira no mercado de trabalho.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA Sessão. ENCERRAMENTO**2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR**

— Do Sr. José Lins, pronunciado na sessão de 29-3-82.

3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO

Nº 14, de 1982.

4 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Ata de reunião do Conselho.

5 — ATAS DE COMISSÕES**6 — MESA DIRETORA****7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

ATA DA 42ª SESSÃO, EM 19 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO E LENOIR VARGAS

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — José Lins — Dinarte Mariz — Martins Filho — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furian — Henrique Santillo — José Fragelli — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

E lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO DO MINISTRO CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 147/SUPAR/82, de 19 de abril, encaminhando ao Senado nova redação dos arts. 2º e 7º do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre

de 1977, em virtude da existência de imperfeição decorrente de lapso na tradução do texto original, em espanhol.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 1982

Dispõe sobre o enquadramento sindical dos rurícolas da lavoura canavieira como trabalhadores rurais.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º São considerados, para fins de enquadramento sindical, como integrantes da categoria profissional dos trabalhadores rurais, os rurícolas que exercem atividades na lavoura canavieira.

Art. 2º A Comissão de Enquadramento Sindical, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência desta lei, adotará as providências cabíveis relativas ao enquadramento a que alude o artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo deste projeto de lei é dar uma solução justa ao problema do enquadramento sindical dos rurícolas que trabalham na lavoura de cana-de-açúcar.

Hoje tanto a categoria profissional dos trabalhadores rurais quanto a dos empregados na indústria de alimentação disputam sua inclusão nas respectivas categorias.

A nosso ver não há dúvida de que os trabalhadores na lavoura canavieira são, efetivamente, trabalhadores rurais, e como tais devem ser enquadrados. A legislação atual, no entanto, os considera industriários, enquadrados na categoria profissional dos empregados na indústria de alimentação.

É evidente que tais trabalhadores laboram na terra, em uma cultura tipicamente agrícola, sendo, por conseguinte, homens do campo.

De conformidade com o estatuído no art. 2º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob dependência deste e mediante salários.

Por outro lado, o art. 2º do Decreto nº 73.626, de 12 de fevereiro de 1974 estabeleceu que considera-se empregador rural a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de preposto e com o auxílio de empregado. E o § 4º desse artigo preceitua que não será considerada indústria rural aquela que, operando a primeira transformação do produto agrário, altere a sua natureza, retirando-lhe a condição de matéria-prima.

Desses dispositivos resulta que, pela natureza do serviço prestado pelos que trabalham na lavoura canavieira, estes são, patentemente, trabalhadores rurais, e como tais devem ser enquadrados, para efeito de sindicalização.

A presente proposição inspirou-se em sugestão que nos foi oferecida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaú, Estado de São Paulo. O assunto já foi debatido e aprovado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — e tem parecer favorável do Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Alencar Rossi.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1982. — *Franco Montoro*

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Através do Aviso nº 90/82, de 12 do corrente, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhou ao Senado cópias das Atas das Sessões em que foram aplicadas sanções aos responsáveis que discrimina bem como o quadro resumo dos recursos providos no período de 2 a 23 de março deste ano, por aquela Corte de Contas.

O expediente foi encaminhado com Ofício, à Comissão de Finanças, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Nação brasileira, coerente com a sua tradição e num gesto de reconhecimento, está comemorando a Semana do Índio, iniciada dia 13 deste mês, com a inauguração, pelo Ministro Mário David Andreazza, da exposição de

trabalhos artesanais indígenas. Sente-se que as nossas autoridades sempre se preocuparam com esses elementos merecedores do nosso carinho e da nossa estima filial, pois foram os nossos primitivos povoadores.

Lanço meu olhar no mapa do território pátrio e, num relance, sinto que em toda a sua área já existiram índios. Mas a ignorância do passado contribuiu para uma falta de reflexão em favor desse povo inocente e merecedor do nosso amparo. Somente com a presença na selva, em missão oficial, de Cândido Mariano Rondon — o Marechal Rondon — que trazia nas suas veias o sangue tupiniquim, é que os silvícolas passaram a receber um tratamento ditado pelo bom senso. Inspirado por Rondon, criou-se, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios. As demarques tiveram início no governo Afonso Pena, mas o organismo só foi materializado pelo Decreto Federal nº 8.072, no Governo do Presidente Nilo Peçanha, com a incumbência de defender os indígenas contra o extermínio e a opressão, dando-lhes meios para adotar as artes e indústrias da sociedade brasileira, porém sem a responsabilidade de catequeses.

Em 1967, essa entidade foi extinta, criando-se a Fundação Nacional do Índio, instituída pela Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, fundiu os antigos Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPi) e o parque Nacional do Xingu — foi criada para unificar os órgãos incumbidos de dar execução à política indigenista do Governo. É a entidade encarregada de tutelar o índio, gerir o seu patrimônio, prestar-lhe assistência educacional, enfim, zelar de todas as formas pelos interesses do índio, exercendo para isso poderes especiais. A estrutura administrativa da FUNAI tem no Posto a sua unidade básica. O Posto Indígena é, portanto, o verdadeiro executor da política indigenista. A FUNAI conta atualmente com 117 Postos espalhados pelo Brasil e recebe cooperação ponderável dos seguintes órgãos governamentais: Ministério da Aeronáutica, através do Correio Aéreo Nacional (CNA); Ministério da Marinha, através de lanchas-hospitais que trafegam pelo rio Amazonas e seus afluentes; Ministério do Exército, através principalmente de suas unidades de fronteiras; Ministério da Saúde, através do Serviço de Unidades Aéreas Sanitárias (SUAS) e da Fundação Especial da Saúde Pública (FESP). Além dessas organizações, a FUNAI mantém contato com as seguintes instituições: nacionais — Museu Goeldi, Museu Nacional, Museu Paulista, universidades, missões religiosas de diversos credos etc.; estrangeiras — UNESCO, Instituto Indigenista Interamericano, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto Lingüístico de Verão, Smithsonian Institution, Peace Corps, missões religiosas estrangeiras e instituições científicas e culturais diversas, e em 1973, nasceu o Estatuto do Índio.

Na publicação "A Verdade Sobre o Índio Brasileiro" editada pela FUNAI, li acerca do índio, tudo o que já se disse a respeito, enfim, como o índio é. Na verdade, mesmo considerada a sua condição selvagem, nota-se que ele obedece a uma estrutura moral digna de ser meditada.

Transcreverei pequeno trecho, pelo alto significado de que se reveste a sua conduta, como homenagem neste dia máximo que lhe é dedicado. Eis:

O namoro é respeitoso e, quando noivos, os arroubos maiores se limitam aos beijos nas faces. Entre os índios do Xingu, após o casamento o casal vai morar com os pais da moça, aos quais deverá prestar serviços por cerca de um ano, findo o qual poderá voltar à sua casa ou à sua aldeia, levando a mulher e o filho recém-nascido.

O divórcio é normalmente aceito, podendo a iniciativa partir de qualquer das partes, salvo raras exceções. Um dos motivos mais justos é a não existência de filhos após um período de dois ou três anos. Quando isto acontece, o casal se separa, indo cada um tentar em outra companhia o filho que não tiveram juntos. No caso do divórcio de casal com filhos, eles ficam com a mãe.

O índio é um homem eminentemente livre e respeitável. Age por si e desconhece qualquer autoridade que lhe determine o que fazer. Desde cedo a criança é educada dentro de um sistema no qual é completamente respeitada e aprende a sua importância dentro da comunidade, passando, já desde os 12 e os 13 anos, quando conhece todos os segredos e tradições da tribo, a agir como um adulto. O índio nunca bate no filho. E, em contrapartida, os filhos evitam qualquer coisa que possa magoar os pais.

Existem no Brasil cerca de 160 grupos tribais, a maioria com população inferior a mil indivíduos, com hábitos e línguas diferentes. Posso dizer que todos os nossos governantes têm sido sensíveis no sentido de se buscar um *modus-vivendi* entre os interesses dos índios e aqueles que penetram a floresta em busca de terras, para transformá-las em campos pastoris e agrícolas. E à FUNAI cabe a responsabilidade monumental de proteger o silvícola em todos os setores e aspectos, inclusive o religioso e o ideológico, civilizando-o sem a perda de seus costumes e tradições.

Bem podemos avaliar o significado desse trabalho verdadeiramente hercúleo, entre tribos das mais variadas e de hábitos diferentes, como se fosse uma babel. Mas enfrentando esse elenco de fatores e a incompreensão que às vezes desponta, a FUNAI, através de seus funcionários, cumpre a sua tarefa. Saliente-se a ação civilizatória dos missionários que desde a descoberta do Brasil não regatearam esforços no sentido de levarem a imagem de Deus a esses seres afastados da civilização.

A FUNAI, entidade subordinada ao Ministério do Interior, apesar das dificuldades naturais que enfrenta, principalmente a falta de recursos financeiros, procura corresponder à sua destinação, olhando o nosso Índio, dando-lhe condições para integrá-lo a uma nova vida, porém preservando seus costumes. Tem recebido auxílio de outros Ministérios, especialmente o da Aeronáutica, Marinha e Exército, para levar a cabo a sua tarefa de proteger o Índio.

Saúdo o índio brasileiro — alicerce da pátria — na pessoa do eminente Ministro Mário Andreazza, que não tem vacilado no sentido de lhes dar assistência plena. No dia 13 deste mês, voou até o Parque Indígena do Xingu, onde foi levar, com a sua presença, a certeza do apoio permanente ao Índio. E não poderei omitir o trabalho que vem desempenhando o atual presidente da FUNAI, Coronel Paulo Moreira Leal, dando um novo impulso, com seu reconhecimento patriótico, a esse trabalho, tendo a seu lado auxiliares dignos como o Dr. Luiz Amaral e os Coronéis Luiz Corrêa, Zanoni Hausen e Ivan Tancredo. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante, por cessão do nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O *Jornal de Brasília* da última quarta-feira, dia 14, em sua primeira página, sob o título "PDS pode fechar questão para voto facultativo", diz literalmente:

"O Deputado Herbert Levy (PDS — SP) afirmou ontem que o Governo poderá fechar questão para aprovação do seu projeto que institui o voto facultativo no País. O parlamentar paulista fez esta declaração após encontro com o presidente nacional do PDS, Senador José Sarney, que assegurou que o diretório nacional do partido governista já havia encampado a proposição e espera vê-la aprovada antes das eleições de novembro."

Ao comentar essa notícia começo por apontar a grave incoerência de pretender-se aprovar o voto facultativo mediante a obrigação de se votar a favor dele.

Sou pelo voto facultativo. Não transiro, porém, a quem quer que seja a faculdade de decidir como eu deva votar. Se chegar à triste contingência de não poder expressar livremente o meu voto, terei, sofrido a pior das violações dos fundamentais direitos do homem, que é a violação da consciência, "coisa pior do que a morte", no dizer recente do Papa João Paulo II. E, no meu próprio dizer, coisa que é verdadeiro estupro mental.

La conscience est la pensée de Dieu — dizem os franceses. Assim, o recurso à "questão-fechada" que a todos obriga a votar da maneira decidida por uns poucos ou por um só, é frontalmente anticristão, pois leva alguns ao pecado, obrigando-os a repudiarem a voz da consciência — ou seja, o pensamento de Deus —, tal qualmente como se os compelissem a mentir, a trair ou a roubar.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o partido dos meus sonhos seria aquele cujos estatutos assegurassem expressamente o voto absolutamente livre a todos os seus filiados, em quaisquer circunstâncias.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins. (*Pausa.*)

S. Ex^a está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. (*Pausa.*)

S. Ex^a está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O Itamar Franco (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao longo dos inúmeros pronunciamentos que tenho feito nesta Casa versando sobre política externa, venho alertando para o perigo que representa para a paz mundial a situação de iniquidade, de injustiça e de crescente desigualdade em termos materiais a que são relegadas duas terças partes da humanidade. As nações que hoje compõem o bloco conhecido como de países desenvolvidos devem, em grande parte, sua prosperidade e progresso à explo-

ração predatória dos recursos humanos e materiais levada a efeito pelas potências coloniais ao longo dos últimos séculos. Se por razões sobejamente conhecidas o colonialismo como forma de estrutura do poder mundial teve de ceder passo, as consequências nefastas de sua atuação se fazem ainda sentir de forma particularmente intensa. Por outro lado, cumpre reconhecer que a ordem que se seguiu não modificou a essência das relações de dominação outrora existentes, antes foram substituídas por outras mais sutis e, quiçá, por isto mesmo, mais perigosas.

Aqueles segmentos autenticamente democráticos que prezam o indivíduo enquanto ser humano e que em consequência não admitem que o relacionamento entre os povos ou entre os homens possa assentar-se apenas na força, repelem, de forma veemente, as alianças espúrias que ao longo dos anos se formaram entre os centros mundiais de poder e a periferia que os sustenta. São numericamente grupos que pouco representam, tanto lá como cá, mas que por deterem o comando de todo o processo político e econômico acabam por impor sua vontade à revelia e, às vezes, mesmo com o desconhecimento da grande maioria. Os responsáveis pela manutenção da amplamente repudiada ordem internacional não são, na mesma perspectiva, definidos apenas em termos de nacionalidade. Eles constituem uma autêntica "classe mundial" perfeitamente identificada pela natureza dos interesses e privilégios que defendem.

O movimento dialético que impulsiona a evolução social, como a ciência está a demonstrar, gera as inevitáveis contradições que acabam por provocar mudanças no *status quo* reinante. Assim é que os governos implantados em diversas regiões menos favorecidas do mundo, embora intimamente ligados aos interesses dos grandes centros financeiros, acabam por entrar em conflito com estes por força das próprias crises internas que a política adotada gera. Os reflexos domésticos de uma orientação administrativa voltada para o favorecimento exclusivo de pequenos setores da sociedade aliados ao grande capital internacional fazem-se sentir, em prazo mais ou menos longo, no campo social. A maioria da população passa a representar simples massa de manobra utilizável pelas oligarquias segundo suas conveniências e interesses. A inevitável consequência é o agravamento de um já catastrófico quadro social que tende a deteriorar-se dia-a-dia enquanto não houver uma radical mudança de métodos e de prioridades.

O processo de descolonização que se desenvolveu com particular intensidade ao longo da década de 1960 fez surgir uma consciência universal voltada para os problemas que afligem os povos e as regiões menos favorecidas. Toda uma nova "ideologia" desenvolvimentista fez-se presente a partir da formação do "grupo dos 77" que passou a deter praticamente o monopólio das reivindicações terceiro-mundistas. Os países que integram esta ainda mal definida categoria, na sua quase totalidade, passaram a adotar o discurso proposto por esta força cultural emergente no cenário externo. Muitos governos, entretanto, assim procedem por simples efeito de retórica, na ânsia de capitalizar simpatias internas ou mesmo por mera comodidade a fim de não se posicionarem de forma isolada e contra a "maré histórica". No íntimo, não sentem qualquer afinidade com as forças sociais que tais teses visam beneficiar ou promover. Assim é que surge uma nova contradição neste complexo quadro político, a saber, a oposição existente entre os propósitos da política externa de certos países do terceiro mundo e os fatos concretos que marcam o seu dia-a-dia.

Assistimos hoje ao desenrolar de uma lamentável sucessão de eventos no âmbito do Atlântico Sul, os quais, se não forem objeto de uma pronta ação mediadora eficaz, correm o risco de transformar a área num permanente foco de tensão mundial. Refiro-me, como todos já haverão de ter percebido, à inopinada invasão das ilhas Falkland/Malvinas pelas forças militares da Argentina. Ninguém ignora que o motivo invocado para justificar ação de tamanho porte constituiu mero pretexto capaz de ensejar uma operação que veio a criar um espírito de união nacional em torno de um governo cuja conduta estava a merecer repulsa por parte de amplos setores da sociedade portenha. A repressão de cunho administrativo policial que as autoridades britânicas implantadas nas ilhas levaram a termo contra um grupo de operários argentinos que procediam ao desmantelamento de uma estação pesqueira não poderia de forma alguma, a mais ingênua das pessoas, afigurar-se como afronta suficientemente grave para ensejar uma autêntica mobilização nacional em termos militares. Tal como se sucederam os fatos, tudo leva à convicção de que o desembarque maciço de tropas no arquipélago obedeceu a um plano de ataque prévia e cuidadosamente elaborado.

Sr. Presidente, siga nesta ordem de idéias para exatamente chegar ao problema do Atlântico Sul e das Malvinas, e digo que é difícil avaliar no momento presente se as autoridades militares argentinas efetivamente esperavam a reação oferecida pelos britânicos. Em qualquer caso, o fato é que

deparamo-nos, no momento, com uma grave crise regional que corre o risco de assumir proporções mundiais à medida que o tempo flui.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, no uso de suas atribuições institucionais de órgão mantenedor da paz e da segurança tomou conhecimento do fato e, considerando ter ocorrido um "rompimento da paz" com a "invasão no dia 2 de abril de 1982 pelas forças armadas argentinas" da região das Ilhas Falkland, deliberou o seguinte:

1 — exigir a imediata cessação das hostilidades;
2 — exigir uma imediata retirada de todas as forças argentinas das Ilhas Falkland; e

3 — instar os governos da Argentina e do Reino Unido a buscarem uma solução diplomática para suas diferenças e a respeitarem plenamente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

Veja, Sr. Presidente, uma coisa interessante: quando se fala em política externa no plenário do Senado Federal, comparo o seu desinteresse com o desinteresse que tem pelas coisas de Brasília que, aliás, no dia 21 vai completar 22 anos de existência. A política externa, que deveria ser ponto principal, sobretudo no Senado Federal, não merece a mínima atenção da Casa. Assim também com os problemas atinentes a Brasília.

Com este trabalho sobre as Ilhas Malvinas, Sr. Presidente, continuo insistindo na necessidade de que o Congresso Nacional tome conhecimento da política externa, particularmente o Senado, mesmo que os Srs. Senadores por ela não se interessem neste instante, ou quase sempre; mesmo que, na sua maioria, não tenham o mínimo interesse quanto a política internacional brasileira.

Cheguei mesmo a apresentar um projeto de lei dispondo sobre o envio regular de informações a respeito da evolução da política externa. Esse projeto encontra-se na mão do Senador Murilo Badaró, que é o seu relator. No seu art. 1º diz o seguinte:

"O Ministério das Relações Exteriores enviará, bimensalmente, informações ao Congresso Nacional da sua política exterior, na forma do disposto na presente lei."

Não sei mesmo se vale a pena o Itamarati se dar ao luxo de enviar ao Senado Federal esses relatórios.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O Sr. Henrique Santillo — Gostaria, através deste aparte, nobre Senador Itamar Franco, de concordar com V. Exª, plenamente. Estou certo de que a Bancada oposicionista unanimemente estará concordando com suas palavras, porque V. Exª fere nesse seu pronunciamento duas questões importantíssimas e fundamentais: a primeira delas é a questão da crise nas Ilhas Malvinas que, quer queiramos ou não, acabará tendo efeitos no Brasil, como efeitos terá em toda a América Latina e em todo o Terceiro Mundo, porque coloca na ordem do dia internacional a discussão de todos os graves problemas do Terceiro Mundo frente ao imperialismo que existe. Existe de mil e uma formas diferentes que sofrem um processo de sofisticação, que ora se faz mais duramente, com a pata mais pesada, ora com subterfúgios os mais diversos, mas que está sempre existente nas relações entre o Norte e o Sul neste mundo. Ao mesmo tempo, V. Exª fere uma outra questão fundamental para o País, que é a da participação do Congresso Nacional na vida nacional, em todos os interesses para a vida nacional e, sobretudo, em política externa, como bem disse V. Exª É praticamente impossível, inclusive, dissociar os interesses internos com os da política internacional de qualquer país, do relacionamento nacional com os demais povos. Agora mesmo estamos ouvindo as discussões que estão se fazendo sobre o retorno de determinadas prerrogativas para o Congresso Nacional, prerrogativas que já deveriam ter sido conquistadas há mais tempo, mas que, por força de posicionamento do partido majoritário, nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, não conseguimos ainda. Praza aos céus que consigamos, agora, neste ano eleitoral de 1982. E V. Exª tem sido um dos Parlamentares que mais tem se destacado nesta luta em todo o Congresso Nacional, tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados. V. Exª tem, com insistência e com veemência, colocado esse problema através da tribuna do Senado Federal e do Congresso Nacional. E, agora, mais ou menos, coloca a questão da participação do Senado Federal, desta Casa, na discussão das questões internacionais vividas pelo País, uma delas muito emergente, a crise no cone sul, a crise no Atlântico Sul, a crise das Malvinas, a crise entre a Argentina e a Inglaterra, de que o País, por mais que queira evitar, não conseguirá sob o impacto de seus efeitos. E eu gostaria, portanto, de me solidarizar com V. Exª e ao mesmo tempo conclamar, com V. Exª, o Senado Federal para esta participação; para que possa vir a esta Casa, para um depoimento importante, o Ministro das Relações Exteriores; para que S. Exª possa discutir com os Senadores, nós que representamos os diver-

sos Estados da Federação brasileira e, portanto, os interesses de toda a Nação, tanto quanto a Câmara dos Deputados. Mais uma vez deixo registrada a minha solidariedade e o meu apoio ao discurso de V. Exª.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, nobre Senador Henrique Santillo. Veja V. Exª, quanto ao problema das prerrogativas; que esta é uma prerrogativa que o Senado tem de influir da política externa. Não apenas na escolha de chefes de missões diplomáticas, na escolha de embaixadores. Mas, ao que parece, o Senado da República só se interessa, realmente, na Comissão de Relações Exteriores, por escolher este ou aquele embaixador, este ou aquele chefe para esta ou aquela missão diplomática. É o que estamos assistindo. Senador Henrique Santillo, e o esvaziamento no Congresso Nacional e, particularmente, do Senado Federal, não por culpa apenas da Constituição, que nós sabemos que foi uma Constituição outorgada. Nós, particularmente, que defendemos a Assembléia Nacional Constituinte, sabemos muito bem deste ponto.

Não adianta falar em reforma da Constituição, Sr. Presidente, não adianta falar em Assembléia Nacional Constituinte se nós, Senadores da República, que temos o dever, o direito até, perante a Constituição, de influir na política internacional, nós não queremos fazê-lo. Pede-se o comparecimento do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores e marca-se a sua presença para a semana que vem. Por quê? Porque nesta semana há um feriado, dia 21 é feriado, e o Sr. Ministro de Estado não comparecerá ao Senado, porque, talvez, S. Exª fosse falar para dois ou três Senadores se tanto. Parece, realmente, que não há interesse do Senado Federal em ouvi-lo. Vou fazer justiça ao Sr. Ministro de Estado. Eu, que sou da Oposição, tenho que fazer justiça a esse Ministro de Estado que, imediatamente convocado pela Comissão por nossa proposta, prontificou-se a vir imediatamente ao Senado Federal — pelo menos pelas informações que tenho. Não estou, neste instante culpando o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores; ao contrário, acho que S. Exª não precisa vir porque não há mesmo interesse do Senado Federal em se aprofundar na política internacional. Desculpe-me V. Exª, nobre Senador Henrique Santillo, mas a verdade é esta; não há interesse por parte dos Srs. Senadores em debater a política do sistema brasileiro. Não digo que devam prestar atenção ao meu discurso, porque não são obrigados a prestar atenção ao discurso deste ou daquele Senador. Um fato marcante é que não se quer trazer ao Plenário do Senado este assunto.

Sr. Presidente, eu iria falar sobre o centenário de Monteiro Lobato. Aliás, eu deveria ter iniciado pelo centenário de Monteiro Lobato, grande escritor brasileiro que tanto encantamento trouxe a todos nós, na nossa infância, e que, hoje, mais do que nunca, está presente pela sua posição corajosa, pela sua posição de lucidez, sobretudo pela frase que deixou muito viva na memória de todos nós: "As crianças nós não devemos mentir". Mas não só às crianças. Eu acho que num país que caminha para sua normalidade democrática, não se deve mentir a ninguém.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Um minutinho nobre Senador, com muito prazer.

A propósito, Sr. Presidente, das comemorações de Centenário de nascimento de Monteiro Lobato, passo a ler o editorial da *Folha de S. Paulo* do dia 18, porque eu, como representante de Minas Gerais, não gostaria de deixar de registrar nos Anais do Senado acontecimento tão relevante:

LOBATO, 100 ANOS

Nem sempre a obra mais difundida de um autor, e que termina por celebrizá-lo, reflete a amplitude e riqueza do conjunto de seu trabalho. Se Monteiro Lobato — cujo centenário de nascimento hoje se comemora — pode ser considerado, com toda a justiça, como o mais importante nome da literatura infantil brasileira, há outros aspectos de sua vida e obra que não são suficientemente conhecidos e avaliados.

O imortal criador de "Jeca Tatú" e dos personagens do "Sítio do Pica-pau Amarelo" não se limitou a escrever histórias para crianças. Além de uma obra literária que abarca o conto, o romance, o ensaio e a crônica, Monteiro Lobato exerceu intensa atividade como tradutor e editor. Antes da Editora "Monteiro Lobato e Cia" — mais tarde transformada na Companhia Editora Nacional — nossos livros eram impressos em Portugal. Foi ele, portanto, quem criou um mercado editorial no Brasil, quem primeiro acreditou no surgimento de uma nova classe média, ávida de instrução e de cultura, e que devorou seus livros. Em 1943 ela já vendera mais de um milhão de volumes, o que permite avaliar, melhor do que as cifras atuais (mais de 15 milhões de exemplares de sua obra vendidos até

hoje), a importância de sua contribuição como primeiro empresário na área da cultura.

Polêmico e sempre engajado, Monteiro Lobato foi simultaneamente conservador e pioneiro, convencional em literatura e ativista enquanto cidadão, a ponto de ter sido preso duas vezes, sob Getúlio Vargas, devido às posições que defendia com relação à exploração do petróleo nacional e à indústria siderúrgica.

Múltiplo e contraditório, Monteiro Lobato permanecerá como símbolo de uma época em que São Paulo e o Brasil viveram momentos de grandes incertezas e profundas alterações políticas e sociais: a primeira metade deste século. Incertezas e mudanças que ele tão bem expressou em sua obra e, sobretudo, em sua própria vida.

Ex do caderno "Cultura", de *O Estado de S. Paulo*, extraído do seguinte trecho:

Nas Idéias de Jeca Tatu (1919), reunião de breves ensaios que escreveu ao tempo em que editava a Revista do Brasil, Lobato evidencia mais uma vez a preocupação de encontrar soluções possíveis, uma vez libertada a ação dos entraves do sonho, para nossos problemas mais graves. Mas aí também, como em tudo quanto projetou, em termos de arte literária, exprimi uma fúndia ojeriza a toda cópia, ao que ele denominou o "transplante e o plágio" com os quais a *intelligentsia* tupiniquim tanto gostou, sempre, de trabalhar, numa triste submissão ao modelo estrangeiro.

Mas também aí, nesa condenação, ele distinguiu perfeitamente os dois campos em que lhe aprazia atuar — o da vida social e o da vida literária. Quanto à primeira, isto é, na confusão dos problemas de ordem utilitária, não vacilava em advogar calorosamente o óbvio — a conveniência de aproveitarmos tudo quanto a ciência havia produzido. Haja vista a sua fascinação pelo que nesse terreno se fizera, depois da Primeira Grande Guerra, nos Estados Unidos. Atraído pelo *homo faber*, a exemplo de Ford, e pelos cientistas do tipo de Edison, o nosso Lobato centrou a sua atenção, durante largos anos, em dois assuntos capitais para a economia brasileira: a criação da grande siderurgia e a exploração do petróleo, numa época em que o nosso nativismo se recusava a explorar, ou deixar que explorassem, as reservas de ferro de Minas, enquanto o poder público se mantinha indiferente à prospecção geológica destinada a descobrir lençóis petrolíferos.

Antes de terminar o meu pronunciamento sobre a política externa, ouço V. Ex.* com muito prazer, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — Senador Itamar Franco, acho muito justo o estrilo — digamos assim, pois não me ocorre outra palavra — de V. Ex.* contra o nosso alheamento a grandes temas nacionais e internacionais. Eu já disse e tenho comigo como firme convicção: ninguém reintegra este Congresso na amplitude das suas ansiadas prerrogativas, que não nós próprios, pela nossa própria ação. E no momento em que o Congresso Nacional trata de elevar o número de sua representação, nesta e na outra Casa — e digo com certo constrangimento —, me parece que o problema não é tanto de quantidade: o problema é bem mais de assiduidade e produtividade. Obrigado a V. Ex.*

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu é que agradeço a V. Ex.*, Senador Luiz Cavalcante.

E veja, Sr. Presidente, eu talvez não devesse repetir isto no plenário do Senado Federal. Outro dia, numa Comissão Mista, presidida pelo Senador Lourival Baptista, fui obrigado a ficar contra um companheiro de Partido, quando se referiu ele ao Congresso Nacional como um circo e, dizia ele, um circo bem pago. Eu tive que ir contra este colega, porque evidentemente nós temos que preservar, queiramos ou não, a nossa instituição. O Congresso Nacional, quer queiram alguns ou não, teve, tem e terá, no campo da normalidade democrática, no exercício democrático da nossa Nação, uma função primordial, e ninguém vai substituir o Congresso Nacional. É claro que ele hoje está enfraquecido não só face a essa constituição outorgada que aí está, sobretudo no campo do relacionamento econômico. Mas nós também, Senador Luiz Cavalcante, enfraquecemos o Congresso Nacional, não apenas com a nossa ausência, Sr. Presidente, não apenas com a ausência aos debates, mas sobretudo porque ainda não se percebeu que nós estamos caminhando para novos tempos, que há uma nova geração aí, que há gente querendo participar, que a Nação exige uma participação. Mas antes de exigirmos a participação do povo, nós que aqui estamos representando o povo porque aqui viemos pelo voto direto, nós temos as nossas obrigações a cumprir. E quando vejo V. Ex.* na Presidência, Sr. Presidente, me lembro também do meu caso. Sou muitas vezes criticado no meu Estado, porque nestes sete anos me dediquei integralmente a exercer o meu mandato como Senador da República,

porque entendi que um milhão e meio de mineiros me mandaram a este Senado para cumprir, em Brasília, a minha obrigação. É por isso que há vereadores em Minas Gerais, é por isso que há deputados estaduais em Minas Gerais. E eu tento aqui, Sr. Presidente, ainda que com sacrifício de uma campanha que se aproxima, difícil para mim, cumprir com a minha obrigação.

Mas há de chegar o dia, Sr. Presidente, em que o povo brasileiro vai entender exatamente isso, que Brasília não se resume a um simples aeroporto, para que nas terças, quartas ou quintas, nós parlamentares, Senadores e Deputados, estejamos aqui apenas três dias para cumprir as nossas obrigações. Meu Estado está próximo, em 60 minutos de voo estou na Capital do meu Estado: a de V. Ex.* está mais distante. Não, somos eleitos para um mandato federal. Mas nós, um dia, haveremos de modificar isso. E essa pregação, independente da condição que terei na minha campanha em Minas Gerais, eu vou mostrar — e, se o povo mineiro não me reconduzir é outro problema, Sr. Presidente — que durante sete anos, contando com a inteligência que Deus me deu, tentei cumprir a minha obrigação no Senado Federal, a minha obrigação como representante do Estado, que é o Estado de Minas Gerais.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex.* me dá licença de um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Acredito que o povo mineiro fará justiça a V. Ex.* pela sua presença nesta Casa. Todos nós compreendemos o esforço com que V. Ex.* nestes sete anos, tem debatido os problemas nacionais com a maior independência e a maior bravura. Mas esta era uma Casa de debates. Foi assim que a conheci quando aqui cheguei, nos começos de 1971, quando o plenário era quase que integralmente cheio e os debates se travavam com a maior vivacidade entre Senadores de ambos os Partidos de então. Infelizmente, esse tempo foi passando e, como aparteia, aqui, entre murmúrios, o nobre Senador José Fragelli, isso ocorria quando não havia a abertura política, quando apenas dois Partidos se digladiavam, um modesto partido de 7 Senadores da Oposição contra 59 da Situação. Mas, em todo caso, era um fórum de debates, e uma característica dos parlamentos modernos é trazer ao debate os grandes problemas nacionais. Este é o problema que está sendo esquecido no Brasil: deixamos de ser o fórum de debates e passamos a ser uma sucessão de monólogos em que raramente um ou outro Senador intervém para discordar das teses apresentadas por outro colega. Tenho a convicção de que o futuro Senado, aquele que sairá das urnas de 15 de novembro, e no qual espero que V. Ex.* esteja integrado, o futuro Congresso restabelecerá aquela antiga tradição e se converterá naquilo que deve ser, um fórum onde se debatam todos os problemas nacionais com os aplausos e as divergências inevitáveis.

O SR. ITAMAR FRANCO — Oxalá assim seja, Senador Nelson Carneiro. Nós, particularmente, que não estávamos em 1971 no Senado, mas que sempre acompanhamos a vida de V. Ex.* grande líder que foi aqui e ainda o é, V. Ex.* na sua longa vida pública foi sempre um homem de combate, um homem de frente, um homem que participou ativamente da nossa vida pública. Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.*

Oxalá, V. Ex.* tenha razão de que o novo Senado que virá, a partir de 1983, possa se transformar naquilo que todos queremos, naquele grande foro de debates, porque é isso que espera o povo brasileiro.

Continuo, Sr. Presidente, para dizer o seguinte:

Acreditamos que a questão da soberania territorial sobre as referidas dependências deva ser objeto seja de solução acordada bilateralmente, seja de decisão proferida por órgão dotado de poderes judicante. Por outro lado, seria impróprio que terceiros países intervissem na contenda assumindo a defesa de uma ou outra tese que todos sabem serem contestáveis, quer no plano político, quer no plano jurídico. Julgamos que atitudes de tal sorte nada contribuem para o deslinde pacífico da questão.

A ameaça de transformar-se o Atlântico Sul num palco de confrontação bélica é, o que talvez seria mais grave, num permanente foco de tensão internacional, não pode ser ignorada ou menosprezada pela diplomacia daqueles países que circunvizinham a área. O noticiário jornalístico está a revelar que um crescente número de grandes potências passaram a intervir de forma direta ou indireta no confronto que a princípio opunha apenas dois países. É um sinal eloquente do crescente perigo que nos ameaça.

Os fatos que chegaram ao nosso conhecimento ao longo dos últimos dias nos levam a crer que é chegado o momento de uma ação mais concreta e firme por parte da diplomacia daqueles países que correm o risco de serem envolvidos numa disputa entre potência colonial e regime autoritário cuja representatividade popular é, no mínimo, duvidosa. O ponto de partida destas iniciativas há de se exigir-se o cumprimento da resolução nº 501/82 do Conselho de Segurança que hoje parece merecer o consenso geral, inclusive dos beligerantes. Caso, entretanto, estas tentativas se revelem infrutíferas, impõe-se

acionar novamente o órgão máximo da Organização das Nações Unidas a fim de que, usando dos poderes conferidos pelo artigo 42 da Carta, faça valer pelos meios coercitivos que se fizerem necessários a sua inquestionável autoridade. Num momento como este, a inércia ou a diplomacia do oportunismo se asseveram uma atitude extremamente, perigosa pois podem levar nações que nada têm em comum com os interesses em jogo a se envolverem num litígio de perspectivas sombrias.

O art. 42 diz que:

No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no art. 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

É o que diz, Sr. Presidente, o art. 42, da Carta das Nações Unidas, que neste instante eu invoco em relação ao problema das Malvinas.

Em passado recente, forças políticas do próprio continente assediaram o governo brasileiro no sentido de participar de entendimentos que levariam à criação de um organismo de defesa do Atlântico Sul. Felizmente, as *démarches* resultaram infrutíferas, pois este tipo de entidade iria servir muito mais para policiar os movimentos políticos internos do que para proteger a vastidão oceânica contra um inimigo que só existe na mente fértil dos que alimentam este tipo de proposta.

A América Latina de um modo geral e o Cone Sul de forma particular, nos últimos tempos, vem sendo assolado por regimes títeres que, eles sim, constituem um grande perigo para as autênticas aspirações populares. A transferência do foco de tensão internacional para este hemisfério teria como consequência imediata o fortalecimento daquelas forças que a maioria deseja neutralizar por estarem a impedir o progresso das populações como um todo.

Trabalhar em favor do avanço das forças populares e progressistas no momento é enviar esforços no sentido de pôr um termo às ameaças de beligerância evitando desta forma que esta região do globo venha a se transformar em mais um peão no perigo e sinistro jogo de poder que a todos ameaça.

Sr. Presidente, evidentemente que o ponto de vista de um Comandante — em — Chefe da Esquadra Americana, do Almirante Harry D. Train II, feito em 10 de novembro, em setembro do ano passado, em Nova Orleans, vale a pena ser transcrito nos Anais do Senado Federal. S. Ex^a diz o seguinte, entre outras coisas, num texto extraído de "Um desafio para o Novo Mundo":

Nas suas notas ao 6º Simpósio Internacional de Poder Naval, o Almirante Hayward predisse que o Atlântico Sul seria a próxima área de maior poder de confrontação. Estamos cientes de que os soviéticos têm operado a partir de bases na África Ocidental nos últimos 10 anos — e com crescentes atividades e influências.

As realidades da geografia não mudaram desde a II Guerra Mundial. O que mudou é que nós e nossos aliados tornamo-nos ainda mais dependentes do comércio transoceânico para nossa sobrevivência. Nós, no mundo livre, deparamos com um competidor que tem um poder relativo maior do que o dos nossos adversários em 1940. Ao mesmo tempo, temos visto declinar nosso poder naval e desaparecer nossa margem de superioridade marítima.

Este o depoimento de um Almirante da Esquadra Americana, quando nós demonstramos a nossa esperança de que o Atlântico Sul não sirva, nessa divisão bipolar em que o mundo se encontra hoje, teatro para esse tipo de operação. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ITAMAR FRANCO EM SEU DISCURSO.

O PONTO DE VISTA DOS ESTADOS UNIDOS

Brasil e Argentina são altamente dependentes das rotas de importação/exportação, e o interesse que têm em proteger o Atlântico Sul corresponde aos nossos interesses em termos de segurança. Essa parte do Atlântico Sul é também um ponto estratégico para as forças navais dos EUA em trânsito para o Oceano Índico e a região do Golfo Pérsico. E, poderia ser uma importante rota para as embarcações — comerciais ou de guerra — grandes demais para atravessar o Canal do Panamá. (...)

O desafio para garantir a proteção à travessia marítima do Atlântico Sul aumenta quando se considera que as rotas entre o Cabo da Boa Esperança e vários portos da Costa Leste e do Golfo, nos EUA, têm aproximadamente 7 mil milhas. (...)

Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai são membros do *South Atlantic Maritime Area Command* — CAMAS (Comando da Área Marítima do

Atlântico Sul) — que cuida da cooperação do desenvolvimento de planos e da realização de exercícios para a proteção da navegação na área. (...)

Tenho tentado chamar a atenção para as ameaças atuais e futuras a este hemisfério — não só de uma perspectiva histórica e geográfica, mas também de um ponto de vista estratégico. Gostaria de abrir um parêntese e rever rapidamente alguns aspectos esquecidos de nosso passado recente — especificamente, a espécie de ameaças que se concretizaram muitas vezes nas duas Guerras Mundiais, com resultados graves para as Américas no Atlântico Sul e em águas territoriais da América do Sul e Bacia do Caribe. *Nem todas as batalhas do Atlântico ocorreram ao Norte do Trópico de Câncer.*

Como já mencionei, a rota básica para o escoamento do óleo do Golfo Pérsico para os EUA e a Europa Ocidental passa pelo Cabo da Boa Esperança e corta o Atlântico. Em caso de guerra na Europa, é indispensável para a OTAN contar com caminho livre para o óleo do Golfo Pérsico e matérias-primas estratégicas da África. A importância crítica desta rota foi amplamente reconhecida pelos alemães, e sua vulnerabilidade largamente explorada pelos submarinos e ataques de superfície nas duas Guerras Mundiais.

Embora seja somente um *post-scriptum* da história da I Grande Guerra, navios alemães vagaram pelo Atlântico Sul e Bacia do Caribe tão bem como nos Oceanos Pacífico e Índico. O mais bem sucedido — o *Emden* — destruiu ou capturou 21 navios durante dois meses.

Uma atividade que parece ter sido convenientemente esquecida desde a II Guerra Mundial é a batalha do Atlântico Sul. Uma considerável parte da tonelagem perdida na região não se deveu à ação de submarinos, mas a ataques de superfície — por couraçados de bolso ou navios mercantes equipados com canhões, numa forma de "guerrilha marítima". Inúmeros destes navios mereceram o crédito de terem afundado perto de 100 mil toneladas de embarcações aliadas. Talvez o mais conhecido, *Atlantis*, tenha afundado 140 mil toneladas.

Para permitir uma comparação, só uns três ou quatro submarinos norte-americanos conseguiriam, sozinhos, afundar esta tonelagem durante toda a guerra.

Diante da ameaça alemã de controlar o Atlântico Sul, tornou-se necessário para os aliados desenvolver numerosas bases em ilhas. Menciono este fato agora porque ele parece igualmente aplicável hoje. Numa guerra futura, as maiores batalhas para o controle do Atlântico não se darão unicamente ao Norte do Trópico de Câncer, como a OTAN espera.

Estas lições da História não foram esquecidas pelos soviéticos. Eles reuniram recursos e tomaram as iniciativas nesta área para capitalizar as "lições aprendidas" e evitar cometer o mesmo engano fatal que finalmente custou tão caro aos nazistas. Construíram uma força submarina de tamanho sem precedentes em tempo de paz (e desenvolveram e construíram um impressionante aparato de cruzadores anti-submarinos para proteger seus próprios submarinos); estão em processo de estabelecer bases através do Atlântico (de Luanda e Conakry para as Ilhas Canárias e Cabo Verde) e seu primeiro cruzador movido a energia nuclear, o *kirov*, está no mar e aparentemente é preparado para amplas operações em climas quentes.

Nas suas notas ao 6º Simpósio Internacional de Poder Naval, o Almirante Hayward predisse que o Atlântico Sul seria a próxima área de maior poder de confrontação. Estamos cientes de que os soviéticos têm operado a partir de bases na África Ocidental nos últimos 10 anos — e com crescentes atividades e influências.

As realidades de geografia não mudaram desde a II Guerra Mundial. O que mudou é que nós e nossos aliados tornamo-nos ainda mais dependentes do comércio transoceânico para nossa sobrevivência. Nós, no mundo livre, deparamos com um competidor que tem um poder relativo maior do que o dos nossos adversários em 1940. Ao mesmo tempo, temos visto declinar nosso poder naval e desaparecer nossa margem de superioridade marítima.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Srs. Senadores, creio não ser exorbitante do meu direito, e, ao contrário, ser pertinente ao meu dever de Presidente da Casa, que deve zelar pelo respeito às prerrogativas do Senado e às imunidades dos Srs. Senadores, fazer um breve comentário em relação a uma parte do discurso do nobre Senador Itamar Franco, e aos apartes que S. Ex^a recebeu.

Aqui cheguei, no meu primeiro mandato em 1967, e encontrei uma aguerrida representação das Oposições — se não estou equivocado, elas abrangiam 20 Srs. Senadores — mas só tive chance de passar aqui 15 dias, passei 7 anos do meu primeiro mandato fora.

No Executivo, tive oportunidade de várias vezes ser convocado, ora para o plenário da Câmara dos Deputados, ora para Comissões técnicas; debates houve que eu sustentei durante dez horas seguidas. E percebi a vitalidade do Congresso Nacional. Ao chegar no último ano do meu primeiro mandato, aqui encontrei uma reduzida Bancada da Oposição — eram apenas sete Sena-

dores — e na altura, se não estou equivocado, exatamente liderados por esta invulgar figura de Parlamentar que é o Senador Nelson Carneiro. E continuava a discussão, o Senado como fórum de debates e, não obstante a existência de uma lei de exceção dura, a coragem dos Srs. Senadores não lhes impedia o caminho da tribuna e a liberdade da palavra.

Todo o período de renovação do Senado por 1/3 ou pelos 2/3 naturalmente se reflete sobre a presença dos Srs. Senadores, mas apenas nesses anos eleitorais e próximo à campanha. Em 1974, reconduzido, iniciamos aqui uma atividade a partir de 1975, e os Srs. Senadores que estão presentes, entre eles o Senador Itamar Franco, eleito na mesma oportunidade que eu, não de estar lembrando que este Senado foi palco de discussões veementes mas parlamentares de tardes de debates que eu diria, sem exagero, verdadeiramente gloriosas — galerias, tribunas repletas e o plenário repleto.

Portanto, gostaria só de chamar a atenção dos meus colegas para o fato mais recente da vida deste Senado. Haverá outras razões pelas quais este plenário anda vazio, não são só aquelas que talvez tenham sido afloradas no momento em que nós fazemos uma análise necessariamente superficial, porque quando o nobre Senador José Fragelli sussurava, ainda há pouco, ao Senador Nelson Carneiro, que apartava o nobre Senador Itamar Franco — eu pude ouvir bem daqui, embora não estivesse ao microfone, S. Ex^a disse: “É a abertura!” E a abertura deveria, ao contrário, produzir muito maior discussão do que o momento em que o Senado estava sob o jugo de uma lei muito dura, que fora feita contra ele, tipicamente contra ele.

Quando assumi a Presidência, por várias vezes recebi os Srs. Senadores de ambos os Partidos — éramos apenas dois então, e depois três, com o Partido Popular — que se queixavam amargamente da inutilidade das suas presenças no plenário do Senado. Recebi queixas de Senadores adoentados, que se deslocavam com dificuldade para esta Casa, e eram impedidos de votar, ou de usar da palavra, após a Ordem do Dia. E isto entre oposicionistas e governistas — é o testemunho que devo dar neste instante — porque me diziam: que me adianta inscrever, estar presente à sessão, aguardar o seu término, inscrever-me para garantir a palavra, se eu não chego a usá-la devido aos mecanismos que transformam a Ordem do Dia, ao ser iniciada às 15:30 horas e ir até às 18:30 horas, mesmo com prorrogação, sem solução?

Então, há coisas para as quais gostaria de chamar a atenção dos meus ilustres colegas, porque o Senado, desgrazadamente, no momento em que o presido, tem sido objeto de comentários extremamente desairosos por parte de uma parcela significativa dos que fazem a opinião pública. Chega-se a dar a impressão de que todos, menos um, não cumprem o seu dever nesta Casa, o que é absolutamente falso, o que é absolutamente irrealístico e apartado da verdade.

Tenho, sabe Deus com que esforço, me mantido aparentemente à distância, mas não estou, de coisas que se passam, agressões que são feitas nesta Casa — e ainda há pouco o nobre Senador Itamar Franco, com a bravura que todos lhe reconhecemos, teve a coragem de discordar de um próprio colega que chamava o Senado de circo. Mas há momentos em que me pergunto se as acusações que passam por julgadas não o passam porque justamente silenciámos. A ação de correção do Presidente do Senado é muito duvidosa. O que o Regimento me permite é dizer “Atenção”, se dizer o nome do Senador que não esteja procedendo corretamente; depois, se ele prosseguir, chamar “Atenção” e nomear a pessoa e, finalmente, cassar a palavra e mandar retirar-se do plenário. Espero que não haja necessidade de fazermos, porque à hora que fizermos será apenas uma questão de convenção entre pessoas civilizadas, pois se não for respeitada, não vai ser respeitada mesmo, e a solução será interromper a sessão, porque não se passará naturalmente a uma ação mais agressiva e mais violenta.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O nobre Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB, apresentou requerimento que foi mandado incluir pelo ilustre colega Passos Pôrto na Ordem do Dia, em 15 do corrente mês, em que S. Ex^a convoca o Sr. Ministro das Relações Exteriores a comparecer à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, para debater a crise gerada com a invasão das Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul.

É a oportunidade de, complementando o discurso do nobre Senador Itamar Franco, da discussão que aqui se fez, dar uma decisão a esse respeito. Lastimo fazê-lo na ausência do Líder, mas que está representado pelos seus vice-líderes.

O Regimento da Casa só prevê duas formas de um Ministro de Estado ser convocado: Ou ele é convocado pelo senador — qualquer senador pode fazê-lo; ou ele é convocado por iniciativa de uma comissão. Em todos os casos, mediante o julgamento do Plenário, a aquiescência ou não do Plenário.

A iniciativa da Comissão não pode ser feita a partir do Plenário, por um membro não participante da comissão, ainda que Líder seja.

Já há aqui praticamente uma jurisprudência firmada, aliás num caso suscitado pelo nobre Senador Itamar Franco, com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que tem o nº 616/80, e que foi aprovado.

Ainda há pouco o nobre Senador Itamar Franco dizia que o Ministro das Relações Exteriores até se antecipou, oferecendo-se para participar da reunião da comissão. A questão estaria apenas em corrigir o verbo. Não se trata de convocar, mas de convidar. Convidado, S. Ex^a se antecipa e vem.

Acho até, pela experiência que hoje tenho desta Casa, que não é das maiores, mas não é das menores, que a convocação para uma Comissão dá oportunidade aos Srs. Parlamentares, particularmente, no caso aos Srs. Senadores, para debater com muito mais profundidade uma matéria, do que o Ministro de Estado que chega ao plenário, circunscrito àquelas regras do Regimento, que são feitas muito mais para favorecer o Ministro de Estado do que para favorecer o senador, especialmente o de Oposição.

Então, de conformidade com decisão da Presidência tomada na sessão de 17 de junho de 1980, segundo à qual a convocação de Ministro de Estado para comparecer às comissões técnicas da Casa deve ser entendida de acordo com as normas estabelecidas no art. 164 do Regimento Interno, isto é, de que a iniciativa da convocação deve partir da própria comissão, entendimento este apoiado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 616, de 1980, prolatado em decorrência de recurso interposto naquela ocasião, a Presidência determinou a devolução do Requerimento nº 62, de 1982, ao seu autor, Senador Humberto Lucena.

A Presidência também confirma a informação dada pelo Senador Itamar Franco, de que o Ministro das Relações Exteriores informou ao Presidente Luiz Viana, da Comissão de Relações Exteriores, que está pronto para aceder ao convite da Casa.

De maneira que eu solicitaria, através da Comissão de Relações Exteriores, se ultimassem esses contatos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os Anais do Senado vão guardar a memória do pintor José de Dome, falecido quinta-feira em Cabo Frio, o pintor da alma popular brasileira. Nasceu em Estância — Sergipe, filho de Dometila, uma tecelã como milhares que viveram e morreram nos teares das fábricas de tecido do Nordeste, ele fixou na sua arte o caráter figurativo das cenas que marcaram a sua infância naquela cidade tão cheia de colorido, de vida e de tradição.

Depois da infância pobre em Estância ele, como quase todos os artistas sergipianos, se transferiu para Salvador, onde montou um ateliê no Rio Vermelho e começou a pintar para a Bahia. Jorge Amado, nas primeiras páginas de “Dona Flor e seus dois maridos”, atribui a ele a autoria de um retrato da heroína daquele consagrado romance baiano.

Foi a partir, entretanto, Sr. Presidente, de sua primeira exposição individual no Rio, em 1964, que o nome de José de Dome consagrou-se nacionalmente, com suas crianças tristes, caçacas de barcos ao sol, redes de pesca, coxias, em cores fortes, com acentuada predominância de tons de amarelo e vermelho.

Em 1965, ele se mudou para Cabo Frio, reencontrando-se com seu ambiente favorito: o sol, o vento, o mar, os pescadores. Quem o visse naquele litoral luminoso, miúdo, tostado do sol, velhas bermudas e descalço, tomando cerveja com os pescadores, não teria dúvidas de que se tratava de um deles. Difícil imaginá-lo, no entanto, autor de exposições no Belvedere da Sé em Salvador e nas Galerias Macunaíma, Goeldi, Bonino, Santa Rosa e Copacabana — Palácio no Rio de Janeiro. Na Galeria Cândido Portinari, no Peru, e Cosme Velho, em São Paulo.

Quem visse aquela figura inexpressiva não acreditaria que ali estava um dos melhores artistas da sua geração. Surgiu e se afirmou com sua pintura figurativa, o que correspondeu à própria reafirmação da pintura, num momento em que a vanguarda a declarava morta. Deixou uma obra de raízes tradicionalistas, mas de grande força telúrica. Foi um dos que mais lutou para fazer uma pintura brasileira litorânea. Captou, como ninguém, as cenas e os tipos brasileiros. Era um pintor genuíno, intuitivo, um dos mais valiosos e expressivos de todos os tempos.

Na sua pintura mais recente, vinha-se dedicando às séries das Prostitutas e dos Garotos. Lembranças doces e amargas da sua vivência nas terras de Sergipe.

Guardo dele, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a sua exposição em Brasília, a convite do então Senador Leandro Maciel. Mais do que a exposição, ficou em mim a lembrança de uma pessoa simples, extremamente amável. E para os que o conheciam ainda mais, me diziam, que era uma figura de

grande dignidade, um dos raros casos em que a estética brasileira se unia a um comportamento ético. Às vezes até parecia um príncipe indiano.

Ao consignar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em nome do meu Estado, o seu desaparecimento, gostaria de dizer que tive a imensa honra de ter sido seu contemporâneo e a desengañada alegria de tê-lo conhecido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro, para uma comunicação.

O SR. NELSON CARNEIRO (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, todo dia 19 de abril, nosso saudoso colega Ruy Carneiro ocupava esta tribuna. Por sua morte, sucedeu-lhe, nesta mesma data, o nosso saudoso e querido companheiro Adalberto Sena. Na ausência dos dois, cumprio o dever de, continuando uma tradição de muitos anos aqui estabelecida, registrar o nascimento do Presidente Getúlio Vargas.

Estive entre os que na mocidade, ainda estudante de Direito, foram convocados pela pregação da Aliança Liberal. Mas já em 1931, sob a liderança de J.J. Seabra, de Getúlio Vargas me afastei, quando para a Bahia foi nomeado o interventor, que não era do agrado de nossos correligionários.

Já em seguida me integrei na campanha pela Constituinte, e nunca mais nos aproximamos politicamente, ainda que, por vezes, nos tivéssemos encontrado no curso das nossas atividades políticas. Lembro-me até, a título de curiosidade, de que, numa solenidade que as senhoras promoveram no Palácio Itamarati, havia apenas dois homens: o Presidente Getúlio Vargas e eu. Isso depois de 1950. Sorridente, ele me disse: "O Sr. quer tomar o meu eleitorado?" Eu disse: Não, Senhor Presidente, o Senhor é que está querendo tomar o meu.

Mas ao registrar aqui mais um aniversário do Presidente Getúlio Vargas, cujos erros todos nós conhecemos, cujos excessos praticados todos nós combatemos — e eu os combati de 1931 até o dia do seu desaparecimento — não posso deixar de lembrar que foi no seu período, nos seus longos 15 anos de Governo, que o Brasil votou algumas leis que se tornaram patrimônio deste País e mudaram de alguma sorte o seu destino. Realmente, foi sob sua inspiração e em consequência da pregação da Aliança Liberal que se instituiu o voto secreto e se criou a Justiça Eleitoral. Foi também em seu Governo, ainda, que, sob a lúcida supervisão de Lindolfo Collor, se divulgou a Consolidação da Lei do Trabalho.

Mas os seus mais notáveis serviços, aqueles que vão ficar além dos erros e apesar dos equívocos e excessos praticados, aqueles que vão ficar porque marcam a tendência nacionalista do povo brasileiro, são a criação da Siderúrgica, em Volta Redonda, da PETROBRÁS e da ELETROBRÁS. São os três marcos de uma tendência nacionalista, da busca do Brasil em defesa da sua própria política econômica, do seu próprio desenvolvimento, da sua libertação.

Por esses motivos, e também para honrar a memória de Ruy Carneiro, para honrar a memória de Adalberto Sena, pedi a palavra para fazer este registro, lembrando, neste dia de seu aniversário, o Presidente Getúlio Vargas. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo, para uma breve comunicação.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Deu entrada no Congresso Nacional, no dia 27 de janeiro do corrente ano, o Decreto-lei nº 1.910, de 30 de dezembro de 1981, que estabelece uma série de modificações, alterações na legislação previdenciária do País.

Lamentavelmente, até a presente data, esse decreto não pôde ser lido perante o Congresso Nacional e, portanto, não foi possível dar início à sua tramitação efetiva.

Há cerca de 15 dias, Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem tentando justificar à Mesa a necessidade de dar-se uma certa prioridade à leitura das mensagens encaminhando os decretos-leis presidenciais, por um motivo muito simples: é que esses decretos têm vigência, começam a vigorar, começam a produzir efeitos a partir da data de sua publicação e, mais, pela Constituição do País, mesmo que revogados pelo Congresso Nacional, os efeitos advindos de sua vigência até a revogação não poderão ser considerados nulos. Por esse motivo, sobretudo para resguardar os interesses da sociedade brasileira, eu acredito que o Congresso Nacional deva dar prioridade à leitura dessas mensagens encaminhando os decretos-leis.

Mas, levantam-se contra esse Decreto-lei nº 1.910 todos os sindicatos de trabalhadores do País, todas as associações de aposentados, todos os empresários do País, enfim, até o momento, pelo menos, a não ser o próprio Ministro da Previdência e Assistência Social e o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a não ser essas duas pessoas, au-

xiliares diretos do Executivo federal, mais ninguém veio a público para defender as alterações que ele acabou instituindo.

Todos nós, creio eu, estamos recebendo manifestações de todos os sindicatos deste País e de todas as associações de aposentados deste País contrárias à aprovação do Decreto-lei nº 1.910.

Uma dessas manifestações foi realizada pelo Conselho das Entidades de Aposentados do Estado de São Paulo e mais 23 sindicatos de trabalhadores daquele Estado e uma carta foi enviada a Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Faço até questão de, brevemente, ler um dos tópicos dessa carta:

"Os aposentados repudiam o Decreto-lei nº 1.910 por diversas e superiores razões: pela sua inconstitucionalidade, porque os aposentados já recolheram suas contribuições, pelo menos durante 30 anos de trabalho; porque o benefício, a aposentadoria, já é pago com desconto de 8%; porque os aposentados, pensionistas e trabalhadores não podem compensar o aumento das contribuições, como fazem os patrões, que o repassam aos preços das mercadorias, o que vem agravar ainda mais o custo de vida elevado."

O Governo, ao contrário, deveria isto sim, cuidar de melhorar o poder aquisitivo dos aposentados, visto que estes constituem importante parcela da população no mercado consumidor, pois é indiscutível que propiciar maior poder aquisitivo significa consumir mais, o que permite aumentar a produção, beneficiando a todos com a ampliação de mercado de trabalho, ao invés da política recessiva que tem gerado o desemprego. O Governo, ao invés de taxar os minguados proventos dos aposentados, a maioria inferiores a um salário mínimo, deveria taxar, isto sim, a jogatina oficializada no País, loteria esportiva, loteria federal e estadual e a última modalidade de jogo, a lota.

Sobretudo a loteria esportiva, cabe-nos registrar, com pesar, o que resolveu, recentemente, o Governo da União. Os clubes de futebol, antigos devedores da Previdência, ao invés de serem executados em suas dívidas, vão ainda receber dinheiro, participando da arrecadação das apostas desse jogo.

Outro fato que surpreende os trabalhadores é a notícia da venda da Companhia Federal de Seguros, uma empresa de resultados positivos, da qual a Previdência é detentora de 99% das ações, sendo esta uma das grandes fontes de receita da instituição.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Exª

O Sr. Itamar Franco — É sobre esse aspecto da Companhia Federal de Seguros. Desejo apenas lembrar que há um projeto de nossa autoria aprovado aqui no Senado Federal e que está hoje na Câmara dos Deputados, revogando exatamente a venda...

O SR. HENRIQUE SANTILLO — V. Exª me aparta oportunamente para dizer uma verdade e de iniciativa de V. Exª

Mas, vejo, na *Folha de São Paulo* de hoje, a seguinte manchete:

INAMPS ABANDONA OS SEUS PRÉDIOS.

E diz:

José Ortiz

Inúmeros prédios do Ministério da Previdência Social, localizados na área central da cidade, zona de incrível valorização imobiliária, sobretudo com a inauguração, brevemente, da estação República do Metrô, estão com andares inteiros desocupados, sujeitos a deterioração, ou alugados por preços irrisórios, quase de graça, apesar da tão falada crise financeira do sistema previdenciário.

Lojas, escritórios e até clubes de cartado (jogo de baralho) são os inquilinos privilegiados da Previdência, em edifícios que poderiam estar ocupados por clínicas médicas do INAMPS, ou postos de atendimento a pensionistas e aposentados do INPS, como o prédio 125, de 14 andares, da rua Conselheiro Crispiniano, ou os edifícios 250 e 208 da 24 de maio.

O órgão da Previdência encarregado de administrar os imóveis — Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) — não tem um levantamento de todos os edifícios e terrenos que possui em São Paulo, quantos foram vendidos ou estão alugados nem quem são os compradores ou inquilinos."

Sr. Presidente, esta situação de descalabro não se encontra apenas em São Paulo, esta situação se encontra em todos os Estados da Federação, apesar do Ministério da Previdência e Assistência Social manter um onerosíssimo e sofisticado serviço de computação, que é o DATAPREV, que, na verdade, não tem servido para nada, a não ser mesmo — e atente os Srs. Senadores para o que vou dizer — para, através de um de seus terminais, instalado no próprio gabinete do Ministro da Previdência e Assistência Social,

comunicar-se com presteza imediata e com muita freqüência com o seu próprio Estado, de que é candidato a Governador. É esta a grande questão!

Vejam bem, colocar, imediatamente, o Decreto-lei nº 1.910 à apreciação do Congresso Nacional me parece uma prioridade da qual nós não podemos nos afastar, a Presidência desta Casa não pode se afastar, a Mesa do Senado não pode se afastar. O Regimento Interno é claro: um Decreto-lei não poderia ficar sem ser lido mais de cinco dias no Congresso Nacional. Reconheço, no entanto, a existência de um volume extraordinariamente grande de matérias a serem lidas perante o Congresso Nacional. Mas, não posso concordar com que os projetos de lei enviados ao Congresso Nacional, sob regime de urgência, possam ter prioridade sobre mensagens encaminhando Decretos-leis. É o que a Mesa do Senado tem realizado: tem dado prioridade aos projetos de lei, que têm tramitação por decurso de prazo, portanto, enviados em caráter de urgência. Sabemos perfeitamente que o tempo da urgência só começa a contar depois da leitura da mensagem. Além do mais os projetos de lei de autoria do Poder Executivo não entram em vigência senão após a aprovação no Congresso Nacional. O mesmo não acontece com os decretos-leis. Estes começam a vigor logo a partir de sua publicação. Portanto, reter os projetos de lei no Congresso Nacional sem a leitura, sem que se dê início a sua tramitação, me parece que não está de acordo com os interesses da sociedade brasileira.

Eu coloco, mais uma vez, em pauta, em discussão um deles, importantíssimo, que passou a gerar efeitos a partir de 1º de janeiro, que é o Decreto-lei nº 1.910. Estabelece desde o dia 11 de janeiro do corrente ano um aumento na alíquota dos previdenciários, um aumento na alíquota dos empresários, pago à Previdência Social, bem como descontos a meu ver extorsivos, sobre os parques vencimentos dos pensionistas e dos aposentados deste País. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 1982

Dispõe sobre a retribuição de medicamentos e produtos farmacêuticos, nos casos de remarcação ilegal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Sem prejuízo das sanções legais em vigor, toda vez que a fiscalização competente constatar remarcação ilegal nos preços dos medicamentos e outros produtos vendidos em farmácias e estabelecimentos similares, fará imediata e circunstanciada comunicação ao fisco para que esse imponha tributo sobre as diferenças apuradas.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de sessenta (60) dias.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Acolho, com a apresentação deste projeto de lei à consideração da Casa, sugestão do Sr. Kurt Budberg, residente em Mata de São João, Estado da Bahia, para quem o Ministério e as secretarias de Fazenda dos Estados estão sendo lesados, diariamente, em milhões e milhões de cruzeiros pela prática da remarcação em remédios e demais produtos vendidos em farmácias e estabelecimentos comerciais similares.

Com efeito, os medicamentos e demais produtos farmacêuticos têm, ao serem adquiridos pela farmácia, fixados os seus preços "de fabricação" e de "venda ao consumidor". Os tributos (IPI, ICM, particularmente) são, evidentemente, impostos com base em tais preços que, uma vez remarcados ilegalmente, apenas fazem aumentar o lucro do comércio farmacêutico, sem que o fisco participe da elevação do respectivo valor.

O projeto visa a ser uma solução prática para o problema apontado.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1982. — *Nelson Carneiro.*

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 1982

Acrescenta artigo à Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS —, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado o seguinte artigo à Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974:

"Art. 8º A Presidência da Caixa Econômica Federal publicará semestralmente balanço patrimonial, econômico e financeiro (análítico e sintético), acompanhado de Relatório detalhado, dos recursos repassados por esta Lei, provenientes da renda líquida das

Loterias Esportiva e Federal que for recebida ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que institui o FAS, estabelece que os seus recursos são constituídos de dotações orçamentárias da União, estabelecidas, anualmente, dos recursos destacados nos orçamentos operacionais da CEF e da renda líquida das Loterias Esportiva e Federal. (Art. 2º.)

De acordo com o Decreto-lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975, aquela renda líquida, recolhida ao FAS, será diretamente repassada, pela Caixa Econômica Federal, aos Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde e da Previdência e Assistência Social.

As aplicações a cargo da CEF feitas sob a forma de financiamento e destinadas, sobretudo, a projetos de interesse do setor público, nas áreas da saúde e saneamento, da educação e da Previdência Social, por isso que são de interesse público e provêm das economias do público, não podem ser desconhecidas desse mesmo público.

O projeto substancia medida de inquestionável sentido moralizador e de alto alcance social e democrático.

Sala das Sessões, 19 de abril de 1982. — *Laélia de Alcântara.*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.168, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1974

Cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e dá outras providências.

Art. 2º Constituem recursos do FAS:

I — a renda líquida das Loterias Esportiva e Federal, na forma da legislação específica em vigor;

II — recursos destacados para esse fim nos orçamentos operacionais da Caixa Econômica Federal;

III — recursos de dotações orçamentárias da União, estabelecidas anualmente, em montantes que guardem relação direta com as previsões de distribuição dos prêmios brutos das loterias, no respectivo exercício;

IV — outros recursos, de origem interna ou externa, inclusive provenientes de repasses ou financiamentos.

§ 1º A Caixa Econômica Federal, pela execução das tarefas pertinentes à exploração das loterias esportiva e federal, caberá a comissão de 20% (vinte por cento) sobre a renda bruta respectiva.

§ 2º Do percentual referido no parágrafo anterior, a Caixa Econômica Federal retirará o valor destinado à Comissão de Revendedores e demais despesas com os serviços lotéricos.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Os projetos que vêm de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há "quorum" para deliberação.

Nestas condições, as matérias da pauta de hoje, todas dependentes de votação, deixam de ser submetidas ao Plenário, ficando sua apreciação adiada para a sessão ordinária de amanhã.

São os seguintes os itens cuja votação é adiada:

1.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça;

— de Economia; e

— de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECERES, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Há oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema,

O SR. ADERBAL JUREMA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Poder Legislativo é sempre vulnerável às críticas num regime de liberdade de imprensa, porquanto se trata de um Poder eminentemente democrático e desarmado. De qualquer forma, está sempre sendo alvo de reparos e de críticas por parte não apenas da imprensa nacional, como também da imprensa nos Estados, quer seja ela falada, televisada ou escrita.

Por isto, Sr. Presidente, é que venho a esta tribuna para trazer ao conhecimento da Nação que também nesta Casa se trabalha, não apenas no sentido da confecção de leis, mas no sentido cultural, no sentido da preservação da memória histórica dos companheiros que por aqui passaram. Quero assinalar o convênio que a atual Mesa do Senado, tendo à frente o Senador Jarbas Passarinho, assinou com o CNPq, Centro Nacional de Pesquisa, para pesquisar nos Estados dados complementares ao projeto de biografia dos Senadores brasileiros do Império da República. Já há um trabalho inicial, nesta Casa, que agora recebe o reforço de apoio à pesquisa através desse convênio, convênio que vem consolidar a colaboração que o CNPq vinha prestando ao projeto de biografia dos Senadores brasileiros e que permitiu a conclusão de levantamentos em torno de representantes de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia. O termo assinado pelo Sr. Senador Jarbas Passarinho e pelo Dr. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque é, sem dúvida, um passo enorme na preservação da memória do Parlamento.

Na verdade, o Senado já realizou um levantamento sobre todos os seus membros, cerca de 900, desde o Império até agora, desde 1824, quando se criou a instituição. Contudo, a documentação disponível, nos centros de documentação a nível de Brasília, foi considerada insuficiente para completar o trabalho, razão pela qual identificou-se a necessidade de envolvimento das Universidades Federais, que para isso terão a colaboração técnica do CNPq, além de subsídios de Bolsas de Iniciação Científica a seus alunos que queiram participar do trabalho.

Esse convênio, no valor de Cr\$ 4.470.000,00, inclui, além das bolsas, auxílio financeiro a 12 projetos de dissertação, em nível de pós-graduação, sobre o parlamento, levando-se em conta a crítica das informações reunidas no Projeto.

Os dados já coletados se encontram implantados em computador e constitui o BSEN, Banco de Dados Biográficos dos Senadores Brasileiros.

Destes dados, além de informações de referência sobre atividades parlamentares, profissionais e administrativas, constam, também, indicação de publicações de autoria do parlamentar e aquelas sobre ele escritas por terceiros.

Este é um projeto inédito no gênero. Permite a atualização constante por computador, que pode classificar as informações segundo o interesse da pesquisa, e prevê também, a publicação de livros sobre a matéria.

O Projeto foi concebido e é coordenado pelo Gabinete do Presidente do Senado.

Interessante verificarmos a Estatística de Dados Biográficos registrados no Banco de Dados "BSEN":

ESPECIFICAÇÕES	IMPÉRIO	REPÚBLICA	TOTAL
Nível Educacional Universitário . . .	179	455	634
Exerceram somente um Mandato Senatorial . . .	221	433	654
Exerceram somente dois Mandatos Senatoriais . . .	1	150	151
Exerceram três ou mais Mandatos Senatoriais . . .	0	52	52
Exerceram cargo de Secretário de Estado ou equivalente . . .	7	130	137
Exerceram cargo de Governador de Estado . . .	107	217	324
Exerceram cargo de Presidente de Província . . .	95	0	95
Exerceram cargo de Ministro de Estado ou equivalente . . .	114	78	192
Foram Deputados - Provincial ou Estadual . . .	75	254	329
Foram Deputados - Geral ou Federal . . .	171	349	520
Foram punidos, presos, exilados, cassados, etc. . .	1	20	21
Softeram atentados, fatais ou não . . .	1	2	3
Foram filhos de família proeminente . . .	153	201	354
Fizeram casamento proeminente . . .	105	101	206
Tinham fortuna pessoal abastada ou opulenta . . .	153	191	344
Foram professores, tendo outra atividade . . .	29	146	175
Foram somente professores . . .	2	3	5
Foram escritores ou publicaram obras . . .	4	12	16
Exerceram atividades jornalísticas ou possuíam jornal . . .	26	191	217
Não professavam a Religião Católica . . .	4	2	6
Foram declarados nações . . .	19	15	34

E assim, Sr. Presidente, dados curiosos, como o mais velho Senador do Império foi João Lins Vieira Cansanção, que faleceu com 96 anos.

SENADORES BRASILEIROS

Distribuição por Profissões

Os mais novos quando tomaram posse.	José Martiniano de Alencar.
Império.	Império. (38 anos)
República.	Vicente Machado da Silva
	Lima. (34 anos)
Os mais velhos quando tomaram posse.	Antonio Carlos Ribeiro de
Império.	Andrada Machado e Silva
República.	República. (72 anos)
	Cristiano Benedito Ottoni
	República. (51 anos)
Os que faleceram mais jovens.	Florêncio Carlos de Abreu e
Império.	Silva. (42 anos)
República.	Theodoro Alves Pacheco.
	República. (40 anos)
Os que faleceram com idade mais avançada.	João Lins Vieira Cansanção
Império.	de Sinimbu. (96 anos)
República.	Miguel do Nascimento
	Fernandes Távora (96 anos)
Vida média dos Senadores Brasileiros.	
Império.	Império. (52 anos)
República.	República. (59 anos)

Obs: Resultados obtidos a partir da versão preliminar, ora em revisão, do Banco de Dados "DECN".

SENADORES BRASILEIROS

Distribuição por Unidades Federativas

REG.	UNIDADE FEDERATIVA	QUANTIDADES		
		IMPÉRIO	REPÚBLICA	TOTAL
NORTE	AC - Acre	-	6	6
	AM - Amazonas	2	33	35
	PA - Pará	6	26	32
	TOTAIS	8	65	73
NORDESTE	AL - Alagoas	6	34	40
	BA - Bahia	26	32	58
	CE - Ceará	17	32	49
	MA - Maranhão	13	27	40
	PB - Paraíba	7	31	38
	PE - Pernambuco	23	34	57
	PI - Piauí	3	28	31
	RN - R. Grande. Norte	6	30	36
	SE - Sergipe	5	30	35
	TOTAIS	106	272	378
CENTRO-OESTE	GO - Goiás	4	31	35
	MS - M. Grosso Sul	-	3	3
	MT - Mato Grosso	5	19	24
	TOTAIS	9	53	62
SUL	ES - Espírito Santo	3	29	32
	CE - Guanabara	-	6	6
	MG - Minas Gerais	42	33	75
	RJ - Rio de Janeiro	23	35	58
	SP - São Paulo	15	30	45
	TOTAIS	83	133	216
SUL	PR - Paraná	2	36	38
	RS - R. Grande Sul	10	29	39
	SC - Santa Catarina	4	25	29
	TOTAIS	16	90	106
DF - Distrito Federal		-	22	22
	Não Identificados	-	5	5
	TOTAIS GERAIS	222	646	868

PROFISSÕES	QUANTIDADES		
	IMPÉRIO	REPÚBLICA	TOTAL
Advogados.	50	269	319
Comerciantes.	9	38	47
Engenheiros.	9	68	77
Funcionários Públicos.	122	168	290
Industriais.	4	67	71
Médicos.	10	96	106
Militares.	28	75	103
Proprietários Rurais.	60	88	148
Professores.	31	150	181
OUTRAS.	12	54	66
TOTAIS	335	1073	1408

TOTAIS DE SENADORES	222	646	868
---------------------	-----	-----	-----

observ: A diferença entre os totais acima deve-se ao fato de que um mesmo Senador pode exercer mais de uma atividade profissional.

Por aí se vê o trabalho que o Senado está realizando. Esse projeto que acabo de anunciar, e que para sua complementação foi feito um convênio com o CNPq para que possamos ter, de fato, uma memória parlamentar que possa, no futuro, servir de incentivo aos que se dedicarem a estudar os pró-homens do Império da República, escolhendo na documentação, no banco de dados, aqueles que merecem ser destacados pela sua vida pública dedicada ao País. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para uma breve comunicação que eu classificaria como um registro e um protesto.

O registro é anunciando que, ontem, no meu Estado, realizou-se a Convenção de Incorporação para eleição do Diretório Regional do Partido Popular e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. E o registro é o fato de ter sido, na História Política do Piauí, talvez a maior convenção que já se realizou naquele Estado, com o comparecimento maciço de todos os convencionais, geralmente homens pobres, considerando que o Piauí é um Estado longilíneo e que tem, do litoral até o extremo sul, quase 1400 quilômetros, compareceram convencionais de quase todos os municípios do Estado e os seus suplentes, para uma convenção notável e que durou das 9 horas da manhã, encerrando-se no horário previsto pela Lei, às 5 da tarde, mas se prolongando até às 9 horas, isto é, 12 horas seguidas sem ninguém arredar pé. Este o registro.

E o protesto é porque vejo hoje, nos jornais do País, o anúncio desta convenção em todos os Estados, com exceção do Piauí. E, exatamente, entendo por quê. A oligarquia do meu Estado detém o poder sobre a imprensa falada, escrita e televisada e nessa convenção notável, por todos os presentes declarada como a maior que já se realizou naquele Estado, a mais importante, e ali não havia nenhum representante da imprensa local.

Mas, o que é de se estranhar é que não havia também representantes da imprensa de fora, quer dizer, dos grandes jornais do País, numa Capital como a do Piauí: nenhum jornal, nenhum representante! Porque, e aqui é que vai o meu protesto e, ao mesmo tempo, uma lembrança aos diretores dos grandes jornais do País: mandem fazer uma revisão nos seus representantes no Piauí, ao menos mandem como notícia: Houve uma convenção notável, todos as Oposições reunidas, sem nenhum desentendimento, porque todos estão dispostos a lutar contra a oligarquia reinante.

Mas, nenhum representante dos jornais do sul do País, nem *O Globo*, nem *Jornal do Brasil*, nem *Folha de S. Paulo*, nem *O Estado de S. Paulo*, nin-

guém. E que esses representantes, parece-me também estão sob o guante da oligarquia, têm ordem de não comparecer onde houver uma reunião de representantes da Oposição. Ali havia Deputados Federais, Deputados Estaduais, Senador, representantes de indústrias, de empresários, enfim, representantes de toda uma sociedade como a do Piauí que se opõe à oligarquia e, no entanto, nenhum representante da imprensa, nenhuma notícia, silêncio total.

Por isso eu quero fazer este registro aqui para que saia, na *Hora do Brasil*, que houve a convenção.

Eu que fui Governador do Piauí e acompanho a vida política do meu Estado desde quando fui prefeito, duas vezes, da sua maior cidade, sei dos acontecimentos políticos e posso registrar que foi a maior convenção que já houve naquele Estado, mas, também, foi o maior silêncio que já pesou sobre um acontecimento político no Piauí.

Daí, o protesto e o lembrete aos Mesquitas do Estado de S. Paulo que mandem saber quem é o seu representante no Piauí, que deve estar comprado pela oligarquia; o *Jornal do Brasil*, *A Folha de S. Paulo*, *O Globo*. Os locais não, porque estes já vivem assalariados pelo Palácio.

Nós, então, decidimos fazer um boletim, que é a maneira com que podemos divulgar os atos políticos do nosso Partido, no Piauí. Cada vez que há um acontecimento desses nós fazemos uma cópia, um panfleto e vamos distribuindo de casa em casa, em todos os municípios do Estado.

Este é o retrato de que o Piauí precisa mudar urgentemente de Governo. Porque, ao tempo em que fui governador, a primeira coisa que fiz foi abrir as janelas do Piauí para o País e para o mundo e dar liberdade total para a imprensa dizer o que bem pensasse sobre o Governo que estava ali, e não havia perseguição e não havia nenhuma força coercitiva como está lá hoje. Hoje é um regime fechado.

Acredito que a Polônia comparada com o Piauí é um País muito aberto, o Piauí é mais fechado do que a Polónia, sob o Governo do Sr. Lucídio Portela. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A posse do engenheiro Celso Mello de Azevedo no cargo de Secretário de Estado de Obras Públicas de Minas Gerais, recentemente ocorrida, além de evidenciar a lúcida sensibilidade e capacidade de liderança do Governador Francelino Pereira, foi, sobretudo, pelo acerto dessa feliz escolha, uma decisão política de mais alta importância pelas suas repercussões — tanto no âmbito estadual, como no plano nacional.

Ex-Prefeito de Belo Horizonte, Celso Mello de Azevedo vinha desenvolvendo uma consagrada e fecunda gestão como Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, caracterizada pela grande envergadura de empreendimento de decisiva importância para o desenvolvimento econômico do Estado.

Mas, podemos afirmar sem receio de contestação, que aquelas repercussões foram particularmente expressivas fora das fronteiras de Minas Gerais, em todas as Prefeituras e Câmaras Municipais do Brasil, porque Celso Mello de Azevedo foi eleito, num pleito memorável, Presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM) por ocasião do Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1956.

Já por essa época, Celso Mello de Azevedo havia conquistado a estima, o respeito e a admiração de todos os prefeitos e vereadores, como o autêntico e insubstituível líder do municipalismo brasileiro.

A excepcional categoria de Celso Mello de Azevedo como administrador, símbolo e líder do verdadeiro municipalismo; — legítimo patrimônio moral da Nação Brasileira, — levou-o à presidência da Associação Brasileira de Municípios (ABM), — missão que desempenhou com eficiência, dignidade e compostura.

São estes os motivos que me levam à tribuna do Senado Federal para, nos limites deste conciso pronunciamento, congratular-me com o Governo e o Povo de Minas Gerais, no momento em que Celso Mello de Azevedo é convocado para dar prosseguimento, como Secretário de Estado, à sua brilhante e fecunda trajetória de homem público, que tem o privilégio de ser, ao mesmo tempo, um técnico excepcionalmente capaz, dotado de rara sensibilidade política e, sobretudo, um cidadão exemplar, — modelo de probidade e patriotismo, a serviço do bem-estar da sua terra e da sua gente.

Encerrando estas breves considerações, desejo acentuar que o municipalismo brasileiro está de parabéns e poderá, a partir de Minas Gerais, ressurgir fortalecido para uma nova arrancada, no sentido de atingir os verdadeiros objetivos dos quais, inexplicavelmente, se afastou, nestes últimos anos.

Conforme asseveram os mestres em páginas inesquecíveis, — João Barbalho e Rui Barbosa, — “O Município é a Pátria em miniatura”, e ... “a Pátria é a Família ampliada”.

Se são exatos estes postulados que caracterizam as comunas como centros da prosperidade nacional, e pólos de irradiação do desenvolvimento global do País, não há dúvida de que está chegando a hora de uma reformulação integral, no concernente ao comportamento e atuação das entidades municipais.

Urge, de fato, transportar os conceitos e ideais do verdadeiro Municipalismo, — consubstanciados nos textos das “Cartas de Princípios, Direitos e Reivindicações”, esquecidas e marginalizadas, para o terreno concreto das providências práticas.

Refiro-me, Senhor Presidente, ao Municipalismo que vem de Domingos Jaguaribe e Tavares Bastos, no Império; e de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier, entre outros.

Municipalismo do qual Celso Mello de Azevedo é o líder incontestável, e que podemos resumir em poucas palavras: Autonomia e Desenvolvimento auto-sustentado dos Municípios; Reforma Tributária, através de uma nova Discriminação de Rendas no texto da Carta Magna; a Operação Município; a Fundação Pró-Município; o Banco dos Municípios — em síntese, a erradicação dos fatores de atraso e empobrecimento que, esvaziando os Municípios, transformam o admirável e singelo ideário municipalista em abstrações jurídicas e teorias de difícil exequibilidade.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A discriminação da mulher no Brasil, embora venha sendo um pouco contida pela legislação igualitária mais recente, continua a reduzir as possibilidades do trabalho feminino, principalmente no campo universitário. Assim, a mulher engenheira é muito discriminada no mercado de trabalho. Representando cerca de seis por cento de todo o contingente de trinta e cinco mil a quarenta mil engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, sem contar os de Volta Redonda, com sindicato próprio, não têm participação proporcional nas tarefas práticas da carreira.

Falamos sobre o assunto, disse Mário Werneck, presidente da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro:

“Elas são mais aceitas para trabalhar em projetos, em laboratórios e no ensino. Quando se trata de missões que impliquem em viajar e executar obras, são preteridas. É por isso que há mais mulheres do que homem procurando cursos de pós-graduação. Num mercado competitivo, não só elas conseguem o primeiro emprego com a bolsa de estudo da pós-graduação, como adquirem mais um diploma para lutar no mercado de trabalho.”

Enquanto isso, uma pesquisa feita pelo Sindicato dos Engenheiros, em 1980, mostrou que as mulheres em geral ganham, na profissão, menos que os homens. Enquanto trinta e oito por cento destes recebem mais de três salários mínimos profissionais, portanto, mais de trezentos mil cruzeiros mensais, apenas onze por cento das mulheres conseguem atingir essa faixa salarial. E enquanto apenas 5,3% dos homens percebiam menos de um salário mínimo profissional, onze por cento das mulheres estavam nessa faixa. O certo é que setenta e sete por cento das engenheiras ganhavam, em 1980, entre um a três salários mínimos profissionais.

As próprias empresas, segundo a Secretaria da Bolsa de Emprego do Clube de Engenharia, recomendam, quando oferecem vagas: “Não manda mulher, só homem”.

A engenheira Márcia de Souza Alges, formada em eletrônica, é bolsista do Centro de Pesquisas da ELETROBRÁS, para pós-graduar-se, depois que, atendendo a um anúncio que oferecia emprego de 290 mil cruzeiros na área de microprocessadores, ouviu a resposta:

“Em primeiro lugar, queremos experiência de no mínimo cinco anos. Em segundo lugar, só aceitamos homens.”

Enquanto isso, a Bolsa de Empregos do Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, que nos últimos seis meses foi procurada por 554 profissionais desempregados, encaminhou 197, dos quais apenas 101 ficaram empregados. Deles 56 eram engenheiros civis, 23 elétricos, 9 mecânicos, 5 químicos, quatro eletrônicos, 2 de telecomunicações e 2 de minas.

Queremos louvar a iniciativa do Clube de Engenharia: é preciso orientar os colegas para os empregos existentes. Mas, seria necessário iniciar-se uma campanha contra a discriminação das engenheiras. Do contrário, dentro em breve, quase todos os profissionais da classe, de nível universitário, com cur-

sos de mestrado e doutorado, serão mulheres. E terminarão tomando conta da quase totalidade das vagas no ensino superior de engenharia, porque pura e simplesmente não conseguiram empregar-se como engenheiras, sem pós-graduação.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

- PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

- PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

- PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

- PARECERES, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

- PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

- PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 29-3-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORA- DOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há poucos dias, o nobre Senador Henrique Santillo pronunciou-se, neste plenário, sobre a questão dos empréstimos.

Pela primeira vez vislumbrei na Oposição um sinal de que percebe a injustiça cometida contra os Estados e Municípios, contra populações carentes que dependem, em grande parte, desses recursos.

Congratulo-me por isso com S. Exª...

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Exª um aparte, antes de iniciar, para que pudéssemos colocar alguns pingos em alguns ii?

O SR. JOSÉ LINS — O aparte, antes que eu inicie, será impossível. Mas atendo a V. Exª

O Sr. Henrique Santillo — É óbvio que V. Exª entendeu. Antes de V. Exª adentrar no mérito de seu discurso, V. Exª começou dizendo que a Oposição, através da minha palavra, acaba por reconhecer, nesse discurso, que estava sendo injusta, o que não é verdade.

O SR. JOSÉ LINS — Não é bem assim, nobre Senador. Aguarde mais um pouco.

O Sr. Henrique Santillo — Não é verdade, V. Exª sabe da posição do PMDB, da Oposição, quanto a esses empréstimos. V. Exª sabe perfeitamente que a Oposição está cansada de dizer aqui, desta tribuna, a V. Exªs que considera esses empréstimos até nefastos, prejudiciais. O que eu disse, naquela ocasião, foi que em alguns casos especialíssimos — e citei dois, o caso do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros de Porto Alegre — que em alguns casos especialíssimos, mesmo levando-se em conta que o correto seria que esses Estados tivessem condições de equipar os seus Corpos de Bombeiros, porque arrecadam taxas próprias, especiais, para tanto; levando-se em conta isso, estaríamos dispostos a votar esses projetos. Então, V. Exª não venha dizer que a Oposição reconheceu que é justa, porque, se há alguém injusto aqui, é a Bancada do PDS, que apoia este Governo que é injusto por si só e por natureza.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, é impossível, diante disso, expor qualquer idéia, analisar qualquer problema. A Oposição não admite discutir nada.

O Sr. Henrique Santillo — Bem, se V. Exª começar dizendo a verdade, ninguém vai incomodá-lo.

O SR. JOSÉ LINS — Não concedi novo aparte a V. Exª. Peço-lhe desculpas. Preciso de uma oportunidade para dizer o que penso.

Dizia, Sr. Presidente, que li o último discurso do Senador Henrique Santillo, no qual S. Exª levantou a questão dos empréstimos. Nesse discurso vis-

lumbrei uma possibilidade de que se pudesse analisar, seja em parte, seja totalmente, essa momentosa questão. S. Ex^a porém, nega, peremptoriamente. Alega que se referiu apenas a dois. Tira-me, de saída, toda a esperança. Sinto profundamente que, no momento em que me aproximo, na hora em que buscamos nos entender, S. Ex^a reaja, com três ou quatro pedras na mão, antes mesmo que eu diga a que vim.

O Sr. Henrique Santillo — Permite-me V. Ex^a um rapidíssimo aparte? Esteja certo que o meu aparte será mais breve do que os de V. Ex^a

O SR. JOSÉ LINS — Se V. Ex^a quer discutir com calma, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Henrique Santillo — Essa questão de jogar pedras não é problema meu. V. Ex^a me concede o aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Analiso com isenção de ânimo. Peço apenas reciprocidade.

O Sr. Henrique Santillo — Se V. Ex^a me concede o aparte, o aparte é meu.

O SR. JOSÉ LINS — Cabe a mim concedê-lo, nobre Senador.

O Sr. Henrique Santillo — Se V. Ex^a me conceder o aparte, ele será meu.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a o tem, pelo menos neste instante.

O Sr. Henrique Santillo — Aí já será problema seu, eu reconheço. Eu disse isso, porque V. Ex^a iniciou suas palavras dizendo que a Oposição havia reconhecido...

O SR. JOSÉ LINS — Nada insinuei. Vislumbrei apenas, nobre Senador...

O Sr. Henrique Santillo — Não, V. Ex^a...

O SR. JOSÉ LINS — ...a idéia, a possibilidade, de um entendimento. V. Ex^a me entende mal...

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a disse o seguinte: "Eu vislumbrei a possibilidade de entendimento, porque, afinal, pela primeira vez, um parlamentar..."

O SR. JOSÉ LINS — Sim. Um parlamentar da Oposição falou em aprovar um empréstimo...

O Sr. Henrique Santillo — ...usou da tribuna para reconhecer que estava sendo injusto. Isso não é verdade.

O SR. JOSÉ LINS — Vislumbrei também esse reconhecimento...

O Sr. Henrique Santillo — Isso não é verdade, V. Ex^a sabe muito bem e estou reparando o equívoco cometido por V. Ex^a, porque é um direito que tenho.

O Sr. Gilvan Rocha — Exatamente, Senador José Lins. Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Peço a V. Ex^a que me ouça.

Sr. Presidente, não vale a pena conceder apertes, pelo menos antes de entrar no corpo do discurso. A questão é de tempo.

O Sr. Gilvan Rocha — V. Ex^a não foi feliz em sua manifestação.

O SR. JOSÉ LINS — Isso foi bom Sr. Presidente, porque este Plenário e o País todo se conscientizou de que a Oposição é obstinadamente contrária à aprovação desses empréstimos. Não venha ela, depois, alegar que quem não quer, quem não se esforça por aprová-los somos nós.

Fica definitivamente esclarecida qual é a verdadeira posição da Oposição a respeito dos empréstimos.

O Sr. Gilvan Rocha — Sem aparte, V. Ex^a tem direito a dizer tudo.

O SR. JOSÉ LINS — Eu concederei o aparte a V. Ex^a logo que me for possível, não desejo ser impedido de falar.

O Sr. Gilvan Rocha — Mas V. Ex^a já anunciou que não permitirá. Portanto, nem vou pegar o microfone.

O SR. JOSÉ LINS — A decisão é de V. Ex^a

Mas, Sr. Presidente, eu tinha vislumbrado, mas noto agora, que me enganei, redondamente; a Oposição não tem o menor interesse em analisar o problema. O problema, porém, existe — existe e é grave. Mas é preciso que este País se conscientize a respeito de quem está a favor e de quem está contra o povo.

Eis alguns dos telegramas que acabo de receber, o primeiro deles, do ilustre Governador Amaral de Souza, do Estado do Rio Grande do Sul, é do seguinte teor:

"Telegrama

Exm^o Sr. Senador

José Lins (PDS — Ceará)

Senado Federal

Brasília-DF

De Palegre RS NR 0463-220382-0930HS

GGAT 289/82 — 22-3-82. — Espero Vossência vg compreenda sentido et Justiça vg mais este apelo Senado et aprove projetos resolução interesse Rio Grande do Sul vg tramitam nessa colenda e respeitada casa pt como ex-Vereador vg ex-Deputado Estadual vg ex-Deputado Federal por oito anos vg período que tive honra integrar Congresso Nacional vg reitero meu apreço Poder Legislativo vg instituição sem a qual não pode existir democracia pt Mesmo tempo vg também expresso convicção que nem Poder Legislativo vg Executivo ou Judiciário jamais vg poderão transformar-se em instrumento perturbação vida político administrativa vg prejudicando povo pt Com toda lealdade esclareço vg atitude Senado não votando projetos Resolução já aprovados Assembléia Legislativa Estadual está prejudicando povo gaúcho pt Estou enfrentando greve magistério vg reclamando maiores salários vg pagamento diferença meses janeiro et fevereiro pt Enquanto enfrento esta paralisação vg Senado ainda não votou projeto resolução nº 108/81 para que Governo Estado RGS possa emitir ORTEs valor 10 bilhões cruzeiros vg recursos necessários vg normalizar fluxo financeiro tesouro Estado pt Espero ser entendido pelo ilustre Senador pt Tenho certeza merecer apreço nossos ilustres Senadores vg não se trata de problema pessoal do Governador vg não sou candidato para posto eletivo estou apenas procurando cumprir meu dever pt Certo compreensão Vossência apresento CDS-SDS José Augusto Amaral de Souza pt Governador Estado RS pt"

Fique o Governador do Rio Grande do Sul ciente da posição que a Oposição assume com relação a esse pleito cujo objetivo é atender às necessidades do povo gaúcho.

O segundo telex é do Prefeito Municipal de Rio Claro, São Paulo, Sr. Dermeval da Fonseca Nevoeiro Júnior, e está vasado nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor

Dr. José Lins

DD. Senador de

Brasília

Ilustre Senador

Encarecemos a Vossa Excelência em sendo possível, a devida interferência junto a seus ilustres pares, no sentido de aprovar o Projeto de Resolução do Senado Federal que eleva o limite de endividamento da Prefeitura Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Tendo o referido Projeto sido aprovado pelas Comissões Técnicas da mais alta Corte Legislativa da República, quer nos parecer que os méritos da aplicação dos recursos, bem como a capacidade de amortizá-los, já devam ter sido avaliados.

Parece-nos portanto, ilustre Senador que, a não aprovação pelo Senado de tais projetos, é retardar benefícios a brasileiros, desconsiderar as Comissões Técnicas do Senado que avaliaram os pedidos, e ainda contribuir para ampliar ainda mais o desemprego.

Por todas estas razões encarecemos a Vossa Excelência, levar a seus ilustres pares, da urgente necessidade em aprovar não apenas o nosso RP projeto de todos os Estados e Municípios que encontram-se nessa Casa.

Temos a certeza que Vossa Excelência saberá agir com a firmeza própria dos brasileiros para solução deste angustiante problema. Atenciosamente.

Dermeval da Fonseca Nevoeiro Júnior

Prefeito Municipal de Rio Claro — SP."

Quero dizer a S. Ex^a, daqui desta tribuna, que o seu apelo ao Senado não encontra ressonância na Oposição. Só obstinação e má vontade.

O terceiro telex, é do Prefeito Municipal de Umuarama. Diz o Prefeito:

Senador José Lins

Senado Federal

Brasília — DF

Encontra-se em fase de apreciação por parte da Comissão, de Economia desse Senado, um processo deste município encampan-

do pedido de empréstimo junto ao BNH — Banco Nacional da Habitação, Projeto CURA, cujos recursos serão carreados em obras de vital importância. A esta cidade, sabedores que Vossa Excelência em um dos dignos membros da referida Comissão, a qual está hierarquizado o referido processo, apelamos a Vossa Excelência em nome de mais de 120.000 habitantes, o comparecimento de sua digna pessoa à reunião daquela Comissão no próximo dia 24, quarta-feira, às 9:00 horas, para deliberação da referida matéria. À guisa de esclarecimento, como reforço a presente postulação, informamos Vossa Excelência que Umuarama é uma das principais cidades do Estado do Paraná cujo vertiginoso crescimento em curto espaço de sua existência, faz com que a iniciativa privada caminhe disparadamente na frente em confronto às disponibilidades orçamentárias no Município, razão primordial e básica do pedido de empréstimo paupado, corporificando obras, principalmente, de combate a erosão, que é o grande flagelo desta comunidade, cujo combate não comporta obras paliativas. Por força desse crescimento, Umuarama é cidade pólo de toda esta vasta e rica região, dentro do programa, inclusive, da SUDESUL, servindo de apoio em todos os estratos sócio-econômicos ao sul de Mato Grosso e ao vizinho País, o Paraguai. Portanto, este nosso pedido essencial em todas suas linhas, os interesses não só deste Município, pela importância que representamos perante as demais comunidades. Assim, Senhor Senador, contamos com o elevado descortino público de Vossa Excelência, aliado a sua reconhecida sensibilidade, comparecendo à reunião daquela Comissão no próximo dia 24, cujo apoio será revertido em proveito de uma população operosa que contribui para o engrandecimento de nossa pátria.

Cordiais Saudações, — *Jorge Vieira*, Prefeito Municipal de Umuarama em exercício."

Eis, Sr. Presidente, mais um apelo veemente de uma comunidade aflita, para resolver os problemas do seu povo.

Estou certo, Srs. Senadores, de que todos precisam, urgentemente desses recursos. Eu mesmo tenho dito desta tribuna que, hoje por força do sistema tributário, a União é rica, os Estados são pobres e que os pequenos Municípios vivem na mais dolorosa miséria.

A reforma tributária, não há dúvida, é uma necessidade, por ela tenho-me interessado visando encontrar uma maneira de solucionar os graves problemas da receita das comunidades. Mas, Sr. Presidente, é preciso considerar melhor essa questão. As receitas dos Estados e Municípios provêm de três origens. Essas origens são: 1º — os tributos diretamente arrecadados; para muitos Estados e para quase todos os Municípios, hoje essa parcela é relativamente pequena. Mas, agora os tributos diretos há a receita proveniente dos fundos federais. Esses fundos constituem, atualmente, uma parcela importantíssima da renda. Refiro-me, por exemplo, ao Fundo de Participação dos Estados, ao Fundo de Participação dos Municípios e ao Fundo Especial cujos recursos provêm do Imposto de Renda e do IPI; refiro-me aos Fundos Rodoviários Estaduais e Municipais, cuja aplicação é, obrigatoriamente, feita no setor de estradas; refiro-me ao Fundo de Mineração, e a outros tantos fundos.

Mas, há ainda, Sr. Presidente, uma terceira fonte de recursos que são exatamente os empréstimos. Os empréstimos constituem, atualmente, talvez, a maior contribuição para a solução dos problemas municipais. Muitos não se aperceberam de que a administração pública mudou. É agora completamente diferente daquela que tínhamos há vinte anos atrás. Hoje, o enfoque da administração é muito mais amplo. Examinemos melhor esse assunto.

Até alguns anos atrás, os problemas de energia eram tratados exclusivamente a nível municipal. Cada município teria que adquirir o seu próprio conjunto motor-gerador, teria que comprar o óleo ou a lenha de sua caldeira; tinha que fazer a sua própria instalação para servir à unidade municipal e só, e exclusivamente, àquela unidade municipal. E o que se fazia para a sede do Município, ter-se-ia que repetir em todos os distritos desse município.

Ora, Sr. Presidente, hoje a solução é outra, completamente diferente. Não se resolve mais o problema da energia, nos municípios, através de uma ação isolada, específica de cada uma dessas comunidades.

Hoje, Paulo Afonso, só para dar um exemplo, gera energia e a leva a todo o Nordeste brasileiro. Todas as cidades do Nordeste, sem exceção, e muitos dos seus distritos tiveram o seu problema energético resolvido exatamente, não por verbas coletadas na administração municipal, ou na administração do distrito; tiveram o seu problema de luz e de energia para a indústria

ou para a agricultura resolvido por uma empresa que serve à Região e — por que não dizer? — ao País, já que todo o sistema de fornecimento de energia do País está hoje interligado. É como se fossem as veias e os capilares de um organismo. Não se admite mais a solução do problema energético, com instalações isoladas, de nível municipal. E com que recursos se faz isso, Sr. Presidente? Com recursos de fundos nacional e estaduais, com o apoio de grandes unidades de geração que servem a todas as comunidades interiores.

Essa solução — mais ampla e definitiva, tem sido muito mais eficiente.

O que se fez depois da criação da ELETROBRÁS no campo da energia elétrica é realmente, extraordinário. Hoje não há nenhuma cidade do Nordeste brasileiro que não tenha luz; que não disponha de energia 24 horas por dia, para apoiar o seu desenvolvimento.

Esses fundos, esses recursos e portanto esses empréstimos são essenciais para a solução dos problemas das comunidades.

E o que dizer, Sr. Presidente, dos recursos de crédito concedidos a Estados e municípios para solucionar o problema das comunicações? Quem, em sua consciência, neste País, pode negar que passamos daquela solução acanhada, pequena, isolada, pela qual cada município procurava estabelecer suas próprias linhas telefônicas, pela qual cada um tentava solucionar, sozinho, o seu problema interno esquecido ou incapaz de resolver a questão crucial da interligação de sua sede com os outros milhares de municípios do País e do Mundo? Claro, já não é tempo de se darem soluções parciais e isoladas a uma questão que exige soluções universais. Por isso o Governo Federal, em muito boa hora, instituiu um esquema diferente, um sistema que vai ao encontro do município, mas para interligá-lo com o resto do País e com o Mundo.

E aí estão, Srs. Senadores, milhares e milhares de cidades e até de distritos: já não há, em Alagoas, por exemplo, para citar um pequeno Estado, nenhum município que não esteja ligado à rede de comunicações do País, e isso já há algum tempo. Não há, praticamente, no Ceará, um distrito que não disponha, pelo menos, de um monocal; já não falo dos municípios, refiro-me, inclusive, aos distritos. E com que, Sr. Presidente? Com recursos de programas especiais, que apoiam os Estados, e as prefeituras! A administração mudou, e não estamos notando isso. Estamos descaracterizando a análise de um problema que é fundamental, que é crucial para o sucesso da ação administrativa apegados que ficamos a uma obstrução do pior sentido político que é a obstrução inconsequente.

Mas, Sr. Presidente, não é somente quanto à energia e quanto às telecomunicações. Tomemos como novo exemplo os sistemas de abastecimento de água. Às vezes um município não dispõe de uma fonte de água. O manancial é, por exemplo, um rio que serve a vários municípios. A solução do problema não pode ser, mais uma vez, local.

Lembro-me que, quando fui Secretário de Obras do Ceará, havia no Nordeste quase 40 instituições ligadas à questão do abastecimento d'água e dos esgotos. E elas vinham, Sr. Presidente, cada uma delas mendigar aqui, no Congresso Nacional, uma pequena verba para cada um daqueles municípios onde atuavam. E essas verbas saíam às migalhas, e os projetos rolavam anos e anos nas prateleiras quando eram iniciados, ainda exigiam lustros, decênios, para serem concluídos.

Quem poderia negar que o Governo, de uma vez por todas, passou a borraça nessa pletera de órgãos que, afinal de contas, não podiam, — não por culpa deles — nunca, solucionar esses problemas, para instituir um modelo novo?

Estão aí os recursos do Fundo de Garantia, colocados no Banco Nacional da Habitação, servindo não só aos operários mas, também, ao povo, sob a forma de empréstimos, para a construção de redes de água e esgoto em todos os municípios deste País. Agora mesmo foi inaugurada a rede de abastecimento do município de número dois mil. No Nordeste tínhamos, em 1960, apenas cerca de 100 cidades com precários serviços de água. Hoje, mais de 1.500 cidades bebem água tratada e encanada.

Esses recursos são, portanto, essenciais. Não estamos fazendo nenhum favor, não estamos praticando nenhum descabimento em manter o fluxo desses empréstimos.

E o que dizer, Sr. Presidente, da casa própria? Uma parcela desses mesmos recursos do Fundo de Garantia, apóia também, através de empréstimos, um programa nacional, cujos efeitos atingem o País inteiro. É dinheiro dos operários que vai ser aplicado num importantíssimo objetivo de caráter social, beneficiando, por outro lado, em grande parte, aos próprios operários.

Quantas casas se construíram, neste País, nesses últimos anos, com o apoio desses recursos? No entanto o Senado, há um ano e meio, Sr. Presidente, fez estancar o fluxo desses empréstimos sob a alegação de que eles são inflacionários, ou de que os prefeitos são desonestos. Por onde anda a sinceridade dessa Oposição, que acusa, ao mesmo tempo, o Governo de não prestigiar as administrações municipais?

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a me permite, agora, um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a está analisando, a meu ver, do seu ponto de vista, corretamente, a constituição desses fundos todos que foram se fazendo no País para, inclusive, centralizar decisões — sabe bem V. Ex^a — nos setores de energia elétrica, de telecomunicações e habitacional. Agora, eu perguntaria a V. Ex^a: o que tem a ver isso com todos esses empréstimos que estão aí, em pauta, para aprovação aos estados e municípios? Não, esses empréstimos não tratam disso. V. Ex^a sabe que, em alguns casos tratam-se de algumas obras de infra-estrutura e para as quais não há qualquer fundo — águas pluviais, meio-fio, sarjeta, calçamento de ruas, e construção de estádios, também. Para os Estados, construção de algumas estradas, pavimentação de algumas rodovias, mas também outras obras que, também, são consideradas superfúas.

Estamos fazendo uma análise de processo por processo, de projeto de resolução por projeto de resolução, e já temos condições de analisá-los. Veja bem V. Ex^a que eu não estaria concordando com V. Ex^a com a relação que se pretende fazer entre esses empréstimos e todo esse processo que V. Ex^a acaba de descrever, contra os quais, veja bem V. Ex^a, eu não teria nada, pelo contrário, teria apenas de elogiar, a ressaltar, a louvar, não fora isso tudo enquadrado num contexto nacional que criou uma centralização excessiva nas mãos do Governo da União, quanto, até mesmo, à aplicação desses recursos todos, desses fundos, extremamente grandes. Mas não é o caso. Não estaríamos aqui, neste momento, penso eu, para discutir isso, porque V. Ex^a está levantando o problema desses empréstimos aos municípios e aos estados. Esses empréstimos que aí se encontram não se relacionam com esses problemas. Não se relacionam com a energia elétrica aos municípios; não se relacionam com obras de saneamento, diria melhor, não de saneamento como um todo, mas, pelo menos, com água potável e esgoto sanitário para os municípios; não se relacionam com o problema da habitação, que tem uma outra política e sobre a qual o município não interfere. Então, a questão não é esta. Há, aí, uma porção de empréstimos para estradas vicinais, para pavimentação de rodovias, para construção de estádios ou para reparação de estádios de futebol. Há empréstimos para construção de escolas municipais. Já estive estudando vários desses processos em que se incluem construção de escolas municipais. Estou aqui para dizer isso a V. Ex^a Porque isso mesmo — veja bem V. Ex^a — é que estaríamos dispostos — como disse a V. Ex^a — a verificar caso por caso, incluindo, obviamente, sobretudo os empréstimos internos às pequenas e médias prefeituras deste País. Então, V. Ex^a esteja certo de que quando a Oposição tomou a iniciativa de ocupar a tribuna para dizer que estava disposta a analisar caso por caso, e entrar num acordo com o PDS para que esses casos pudessem ser aprovados, ela o estava fazendo conscientemente, não vislumbrando qualquer proveito eleitoral — não é o caso. Não temos nenhuma intenção nisso, pelo contrário, se a intenção fosse essa estaríamos aprovando, às enxurradas, todas as solicitações nesse sentido.

O SR. JOSÉ LINS — Agradeço a intervenção de V. Ex^a Mas, nobre Senador, não sei se V. Ex^a se recorda do que disse no seu primeiro aparte, quando do início do meu discurso.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Ex^a um aparte, só para esclarecer?

O SR. JOSÉ LINS — Não quero, no caso, abrir contenda. Imagino que V. Ex^a teria uma certa boa-vontade para analisar caso por caso.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a não me permitiu concluir o aparte naquela ocasião.

O SR. JOSÉ LINS — Desculpe, pensei que V. Ex^a o houvesse concluído.

O Sr. Henrique Santillo — Não. Apenas quis fazer ver que V. Ex^a não estava sendo justo quando afirmou, no início de suas palavras, que a Oposição veio de público, aqui desta Casa, para reconhecer que estava sendo injusta. Não é esse o caso.

O SR. JOSÉ LINS — Não. Eu não quis dizer isso.

O Sr. Henrique Santillo — Disse, Ex^a

O SR. JOSÉ LINS — Questão de interpretação...

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a disse que achava decididamente...

O SR. JOSÉ LINS — Não o desejei. V. Ex^a me permite explicar?

O Sr. Henrique Santillo — Bom. S. V. Ex^a não o disse, como está afirmando agora, tudo bem. Não há problema. A grande questão é esta que já foi colocada por mim, em nome do PMDB, nesta tribuna; estamos dispostos a analisar caso por caso.

O SR. JOSÉ LINS — Muito bem! V. Ex^a se posiciona e não o faz de modo diferente do que eu imaginei. Pessoalmente, vislumbrei naquelas suas

palavras uma possibilidade — uma possibilidade, não um compromisso — e por isso é que estranhei que V. Ex^a me contestasse com tanta veemência, quando a minha intenção era outra, era até de uma aproximação no sentido de buscar uma posição comum.

Mas quero chamar a atenção para um ponto essencial. Tenho a impressão de que V. Ex^a não se apercebe de que esses empréstimos ora negados são, na sua grande maioria, exatamente para esses programas a que estou me referindo. Os empréstimos do BNH são destinados à água, a esgoto, a saneamento, a desenvolvimento urbano, como é o caso do Projeto CURA, que se dirige para as áreas e populações periféricas, as mais pobres das cidades, e assim por diante.

O Sr. Henrique Santillo — Sei. Mas não são diretamente aplicados nos casos antes indicados por V. Ex^a

O SR. JOSÉ LINS — Desculpa-me V. Ex^a, mas são exatamente ali aplicados.

O Sr. Henrique Santillo — Nem em rede de energia elétrica, nem em rede de água potável, e nem em telecomunicações.

O SR. JOSÉ LINS — Senador Henrique Santillo, todos esses programas, além do objetivo principal — casa, esgoto, saneamento etc. — envolvem também as instalações complementares referentes, por exemplo, à energia, saúde, educação etc. Além disso há uma diversidade muito grande de empréstimos: não vou repetir os campos abrangidos pelos recursos do BNH. V. Ex^a os conhece. Os empréstimos do FAS se aplicam, por sua vez, em outra gama de objetivos. Os empréstimos do BID, do Banco Mundial e do BNDE abrangem de tudo, até mesmo estradas, energia e comunicações. A própria educação, tão reclamada pela Oposição depende substancialmente desses empréstimos.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a me permitiria mais uma vez, um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Henrique Santillo — Rápido, breve. V. Ex^a vai ter bastante tempo, é bom que a gente discuta. Tenho a impressão que aí é que está a grande questão. V. Ex^a disse que aí é que está a solução desse problema. Nós achamos que não. Nós achamos o contrário. Achamos que esses empréstimos, às enxurradas como estão sendo feitos, estão sendo realizados, e como antes, no passado, eram autorizados pelo Senado, e ao contrário de resolver o problema, estão apenas procrastinando a solução do problema, protelando a solução do problema que é muito sério. V. Ex^a está fazendo um discurso muito bem arrumado que merece louvor. Mas V. Ex^a está dando a impressão de que os municípios estão muito bem, o que não é verdade...

O SR. JOSÉ LINS — Ao contrário, nobre Senador...

O Sr. Henrique Santillo — ... os municípios, as comunidades municipais, porque V. Ex^a diz que em todos os municípios têm isso, em todos os municípios têm aquilo...

O SR. JOSÉ LINS — O que eles têm é falta disso, é falta daquilo, nobre Senador, problemas para os quais V. Ex^as estão negando dinheiro.

O Sr. Henrique Santillo — Não tem nada a ver. Eu discordo de V. Ex^a...

O SR. JOSÉ LINS — Como não tem nada a ver?

O Sr. Henrique Santillo — Não tem nada a ver com telecomunicações, não tem nada a ver com rede de energia elétrica...

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^a tem o direito de ser obstinado.

O Sr. Henrique Santillo — ... não tem nada a ver com água e esgoto, que também não necessita de autorização desta Casa para que o Estado, através do fundo próprio, transfira recursos às empresas estaduais que são de economia mista, sabe muito bem V. Ex^a O caso porém é este, veja bem: O SANEAGO, em Goiás, que é uma empresa de economia mista, assina seus contratos de empréstimos com o BNH, sem que seja necessária a autorização desta Casa. Sabe muito bem V. Ex^a

O SR. JOSÉ LINS — Como assim? V. Ex^a pode repetir? Eu não entendi.

O Sr. Henrique Santillo — O SANEAGO, que é uma empresa de economia mista, do meu Estado, que trata do problema de água e esgoto, promove seus contratos de financiamentos com o BNH, sem necessitar da autorização do Senado para fazer.

O SR. JOSÉ LINS — Não é assim, nobre Senador...

O Sr. Henrique Santillo — Agora, o FAS, sim; o Projeto CURA, sim; o FAS também da Caixa Econômica. Concordo com V. Ex^a Eu vou concluir o meu aparte e quero dizer a V. Ex^a que ao contrário de resolver o problema, na

verdade isso, nos últimos 10 anos sobretudo, levou os municípios brasileiros a um empobrecimento terrível, porque ao mesmo tempo em que eles têm de entrar nessa roda viva, nessa ciranda do endividamento, endividamento esse que obrigatoriamente terão de pagar e estão tentando fazê-lo com os recursos da comunidade, estão aumentando essas dívidas, o serviço dessas dívidas e, ao mesmo tempo, arrefecendo o ânimo e desmobilizando-se para uma luta que deveria ser a correta, a de uma reforma tributária e fiscal que lhes desse condições de atender a essas necessidades, sem precisar de maiores recursos como este a que V. Exª se refere. Eu não estou me referindo ao planejamento global desses grandes serviços. Eu concordo com isso, é óbvio. Eu fui prefeito de uma cidade, e não foi há mais de vinte anos não, Exª, fui prefeito de uma cidade agora, há bem pouco tempo, e portanto conheço bem os problemas da administração municipal. Agora, esteja certo V. Exª, não estou contra isto. É óbvio que tem de haver um planejamento geral para o problema da energia elétrica, tem de haver um planejamento geral e de execução para o problema de água e esgoto, para telecomunicações etc. Não sou contra isto. Sou contra o arrefecimento da luta dos municípios por uma reforma tributária que lhes desse condições de atender às suas necessidades sem precisar de entrar nessa ciranda terrível do endividamento.

O SR. JOSÉ LINS — Responderei a V. Exª por partes. Em primeiro lugar, quero deixar muito claro que, quando V. Exª diz que esses empréstimos nada têm a ver com a questão que estamos levantando, V. Exª não tem a menor razão. Tem muito a ver, e tem a ver diretamente.

O Sr. Henrique Santillo — Alguns nada têm a ver nem indiretamente.

O SR. JOSÉ LINS — Em segundo lugar, diz V. Exª que essas soluções não resolvem. Bom, se essas soluções não resolvem, isto é, se a aplicação de recursos, com objetivos especificamente dirigidos, não resolve o problema, é porque nada mais o resolverá!

O Sr. Henrique Santillo — É porque esses empréstimos já foram feitos às carraças e nada resolveram.

O SR. JOSÉ LINS — Dizer que esses empréstimos estão tornando os municípios endividados, é outra coisa que não tem sentido. É claro que todo empréstimo aumenta momentaneamente, a dívida. Mas V. Exª, como legislador, como político, como homem que procura entender com mais profundidade a natureza das questões há de saber que este não é nem o objetivo e nem o efeito essencial e permanente dos empréstimos. Sua grande consequência é bem outra. Aliás, nem todos esses empréstimos têm como responsáveis imediatos os cofres públicos. Vários deles afetam diretamente os usuários de serviços. Por exemplo, quando se faz água, quando se estabelece um programa de água em uma cidade qualquer, todo o resgate do empréstimo é baseado na receita direta da empresa concessionária do serviço.

O Sr. Henrique Santillo — Não é para isso, Exª.

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª me permita. Sou homem afeito a análises dessas questões e muitas vezes lidei com esses programas. Conheço em profundidade esses problemas, desde os tempos em que fui Secretário de Estado por três vezes...

O Sr. Henrique Santillo — V. Exª sabe que as obras de saneamento não são cobradas às comunidades.

O SR. JOSÉ LINS — Há pouco tempo um projeto interessante passou pela Comissão de Economia. Se não me engano o nobre Senador Luiz Cavalcante discutiu a sugestão nele proposta, da inclusão dos custos de urbanização no preço da casa própria, construída com empréstimos do BNH. Alguns Senadores achavam que os governos estaduais deviam arcar diretamente com aqueles custos. Outros discordavam disto. Opinavam que, devido a carência de recursos, ao invés de as populações desses conjuntos esperarem pela coleta dos impostos para dispor dos benefícios da urbanização, seria preferível que incluíssemos esses custos no próprio custo da habitação.

Essas questões, nobre Senador, têm de ser analisadas com profundidade e é este o meu objetivo.

Não sou candidato a nada, poderia até sê-lo, mas não sou, não tenho portanto, interesse eleitoral, ainda que legítimo.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Com prazer, concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Mauro Benevides — V. Exª faz muito bem em não pleitear nenhuma posição no Ceará, sobretudo a de Governador, porque da forma como foi procedido aquele acordo, como conheço V. Exª, sei que V. Exª o repeliaria, com a altivez e a dignidade que lhe são proverbiais.

O SR. JOSÉ LINS — Não sei se V. Exª pretendeu fazer-me um elogio; o que sei é que V. Exª encaixou bem, a sua crítica.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ LINS — Ouço V. Exª

O Sr. Henrique Santillo — Vou apenas dizer a V. Exª que, não com essa resposta ao Senador Mauro Benevides, mas anteriormente, V. Exª acabou por concordar comigo...

O SR. JOSÉ LINS — Isso não é um mal para mim, nobre Senador. Honra-me poder concordar com V. Exª, sempre que possível.

O Sr. Henrique Santillo — ... quando disse que o eminente Senador Luiz Cavalcante, numa das Comissões desta Casa, com toda a sua preocupação com os problemas brasileiros, com os problemas das comunidades municipais, discutiu essa questão de se tentar incluir no custo das habitações aos usuários o serviço de urbanização. É sinal de que não é incluído, e é verdade. O Estado não recebe nem o município recebe...

O SR. JOSÉ LINS — V. Exª se engana. Os governos estaduais acabam por contrair outros empréstimos, na mesma hora, para esse fim.

O Sr. Henrique Santillo — ... sobretudo os municípios que urbanizam estas áreas não têm como receber isso dos usuários, a não ser através de taxas e impostos que, realmente, não condizem com os custos das obras realizadas. Então V. Exª acaba de concluir comigo que, na verdade, esses empréstimos se referem sobretudo a construção de obras de urbanização, de algumas obras de infra-estrutura que não são cobradas aos usuários, mas também de obras supérfluas. Eu estou catalogando-as e as trarei a V. Exª, são também de muita coisa supérflua. Tem escolas, hospitais, postos de saúde, estradas vicinais, obras de infra-estrutura que não são cobradas aos usuários e, portanto, um motivo a mais no endividamento excessivo dos municípios através de empréstimos. Os municípios, a meu ver, teriam de ter condições de participar deste bolo fiscal tributário suficientemente para atender a essas necessidades sem se endividar, pois o endividamento também onera as comunidades, porque é através da cobrança de taxas e impostos que a comunidade municipal acabará pagando os custos deste financiamento.

O SR. JOSÉ LINS — Agradeço o aparte de V. Exª

As desculpas que a Oposição tem dado para obstruir a votação desses empréstimos são as mais variadas. Eu citaria aqui apenas algumas das mais repetidas: a de que é melhor fazer uma reforma tributária. Este é um argumento que está sempre à frente dos demais. Não daremos agora, diz a Oposição, os recursos que eles querem, embora estejam aqui disponíveis, porque queremos esperar a reforma tributária. Não queremos dar. Queremos dar outros, este não. Agora não!

Outro argumento surrado é o da inflação: os empréstimos são inflacionários! Não se diz que esses empréstimos representam benefícios. Que eles representam, por exemplo, obras, como diz o nobre Senador Henrique Santillo, muitas vezes, obras de urbanização, mas sempre obras em benefício da comunidade: não se diz que criam empregos, mas diz-se que as medidas contra a inflação que o Governo adota, não servem, porque prejudicam a criação de empregos. É um círculo vicioso, do qual não sabem sair.

O terceiro argumento que a Oposição sempre usa, é esse, o do endividamento, como se o endividamento fosse um mal em si. Não se diz que esses empréstimos antecipam o desenvolvimento, a melhoria do nível de vida e do nível de renda que, por sua vez, ajuda a pagar mais impostos.

São esses argumentos todos, nobre Senador, já passados e repassados. E não há fundamentos neles.

Finalmente, o último tipo de desculpa é esse: falta objetividade dos empréstimos. A Oposição quer, então, que o prefeito ou o governador faça o que ela deseja — não o que vem proposto pelo prefeito ou pelo Governador. Nunca aceita o plano de aplicação como este é indicado pelo administrador. Passa a criticar a Prefeitura ou o Estado que, ao invés de fazer uma escola, deveria fazer um hospital; ou ao invés de um hospital, deveria fazer uma estrada; ou ainda, ao invés de uma estrada, deveria fazer uma escola ou um hospital. Outras vezes o argumento é outro; ah! o dinheiro não é brasileiro, é estrangeiro; este País já deve demais, dizem eles.

Estes são os argumentos da Oposição diariamente repetidos uma vez, duas, três, dez. Como resultado, o prejuízo que isso está causando aos Estados e aos municípios é tremendo.

Não estão, em consequência, paralisados apenas os grandes programas das administrações municipal e estadual, referentes à energia, telecomunicação, água, esgoto, e habitação. Também a construção de estradas, nobre Senador. E quem negará que as estradas são essenciais à circulação das riquezas. Quando a produção fica ilhada, sem vias de escoamento ou à margem das estradas de terra onde milhares de caminhões estacionam à espera de ajuda para desempear o tráfego, todos se voltam contra o Governo. Quando,

porém, desejam-se construir ou melhorar as rodovias alegam, por mera intransigência, que o dinheiro vai ser mal aplicado, que o empréstimo endivida, que ao invés de estradas, deveriam fazer outras coisa qualquer. Mas há casos ainda mais tristes, Sr. Presidente. Por exemplo quando se trata de empréstimos do FAS, da Caixa Econômica, destinados à educação, à saúde, a pequenas escolinhas do interior. Ainda aí a Oposição não contemporiza; não percebe que nega o que há de mais sentido e esperado por essas comunidades interioranas. Onde está então a sua sensibilidade política? Será que não deveríamos, que não teríamos a obrigação jogar até a nossa eleição para garantir esses benefícios? Quando falo assim, dizem que estou fazendo demagogia. A demagogia porém, não é a minha intenção. Defendo apenas os interesses do povo. Para demonstrá-lo passarei a ler aqui, os apelos que recebo, de toda a parte, para conhecimento desta Casa.

Vou terminar Sr. Presidente, chamando a atenção da Oposição para um outro aspecto inaceitável de suas desculpas, a que já antes me referi. Toda vez que analisa esses empréstimos, a sua tendência é criticar o plano de aplicação, a origem e a sua natureza. Mas há uma outra objeção, ainda mais comprometedora: alegam que não se deve, sobretudo num ano eleitoral, conceder recursos aos prefeitos, porque irão aplicá-los contra os seus adversários políticos: porque irão desviá-los, como puderem, para as eleições de seus candidatos.

Sr. Presidente, nada mais injusto do que um prejulgamento faccioso e generalizado.

Para quem crê na democracia e na liberdade responsável — isso é um absurdo. É uma aberração. Acusar de corruptos, por antecipação, a todos esses prefeitos é uma injustiça inominável. Onde está o sentimento democrático desses Senhores? Temos ou não temos que confiar nesses administradores até que eles provem que são desonestos? Julgá-los, por antecipação malversadores de recursos públicos, é descrer do próprio homem, portanto, acusar-se a si mesmo.

O Sr. Henrique Santillo — Antes de V. Ex^a concluir, eu gostaria de ter mais um aparte, já pedindo, antecipadamente, as devidas desculpas.

O SR. JOSÉ LINS — Concedo o aparte a V. Ex^a com todo prazer.

O Sr. Henrique Santillo — É que V. Ex^a, mais uma vez, está sendo injusto. V. Ex^a está catalogando uma série de razões que a Oposição terá levantando contra os empréstimos, e coloca, entre elas, a de que, generalizadamente, a Oposição acusa os prefeitos e os governadores de corruptos.

O SR. JOSÉ LINS — Alguns têm dito isso pela Oposição. É uma das alegações que tenho ouvido contra os empréstimos.

O Sr. Henrique Santillo — Isso não é verdade. Não corresponde à verdade.

O SR. JOSÉ LINS — É verdade, posso prová-lo a V. Ex^a.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a sabe que isso não corresponde à verdade.

O SR. JOSÉ LINS — Não corresponde à verdade, mas alegam!

O Sr. Henrique Santillo — Não! V. Ex^a teria que verificar isso, porque as alegações que foram feitas da tribuna do Senado até o momento pela Oposição, foram alegações específicas. Já ouvi acusações da Oposição aqui contra alguns governadores, mas especificamente. O governador do estado X ou Y. Generalizadamente nunca ninguém fez essa acusação.

O SR. JOSÉ LINS — Se digo isso nobre Senador Santillo, é porque já ouvi de membros da Oposição — inclusive nas Comissões — acusações dessa natureza. Não generalizo quanto aos Senadores opositores. Eu estou aqui simplesmente constatando fatos.

O Sr. Henrique Santillo — Quero deixar bem claro a V. Ex^a e a esta Casa que esse não é o pensamento da Liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ LINS — No entanto, V. Ex^a não pode responder por cada um.

O Sr. Henrique Santillo — Eu posso responder pela Liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ LINS — Reconheço e agradeço a V. Ex^a

O Sr. Henrique Santillo — Este não é o pensamento da Bancada do PMDB, não é o pensamento da Liderança do PMDB. Há acusações de corrupção contra alguns Governadores? Há. Existem. Mas são especificadas. Sempre foram especificadas.

O SR. JOSÉ LINS — Aliás, nesse caso, sempre por atos passados.

O Sr. Henrique Santillo — E já houve acusação de corrupções contra alguns prefeitos? Sim. Já houve, mas foram bastante definidas, bastante identi-

ficadas. De modo geral, não. Generalizadamente, nunca. Agora, V. Ex^a acaba de dar também — desculpe-me Ex^a, mas sou obrigado a dizer — V. Ex^a, ao dizer que a Oposição está permitindo fazer isso, que a Oposição está permitindo fazer aquilo, — pelo amor de Deus! — V. Ex^a está dando uma demonstração de fraqueza...

O SR. JOSÉ LINS — É mera suposição de V. Ex^a

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a está dando uma demonstração de fraqueza enorme, em nome da sua Bancada que é majoritária nesta Casa. Ora, a Oposição tem tido o mérito que, a meu ver, a respeito disso, não se lhe pode tirar, que é o de ter levantado o problema e ter feito com que cada projeto de resolução referente a empréstimos seja hoje melhor estudado pelo Senado. V. Ex^a sabe disso. Antes, esses projetos eram todos aprovados — eu diria — automaticamente. Hoje, já não são mais e nem serão.

O SR. JOSÉ LINS — Há quase dois anos não o são. É verdade! V. Ex^a confirma.

O Sr. Henrique Santillo — E não o serão, esteja certo V. Ex^a A Oposição, volta a dizer, está disposta a analisar, caso por caso, projeto por projeto, porque aí sim, se V. Ex^a provar, demonstrar à Oposição que o projeto "X" tem a sua relevância, tem sua importância, estou certo, a Oposição estará colaborando com o PDS, que é maioria nesta Casa e, portanto, aprovando.

O SR. JOSÉ LINS — Senador Henrique Santillo, V. Ex^a acabou de fazer uma declaração que quero registrar. A de que a Maioria não aprovará os projetos. E não aprovará por quê? Porque mesmo pondo aqui o número necessário de Senadores para aprová-los, não chegaremos jamais a votá-los, e V. Ex^a sabe disso. Isso desmoraliza uma outra alegativa da Oposição que não tem o menor fundamento: a de que bastaria a presença da Maioria para aprovar esses projetos. Infelizmente não é assim. O regimento interno atual não nos permite. Cada um dos 30 Senadores da Oposição pode discutir cada projeto por 30 minutos. Tem, depois 10 minutos para encaminhar a votação. Só com isso lá se vão 1.200 minutos, ou seja 20 horas, fora as questões de ordem, maliciosamente levantadas, para consumir as 24 horas do dia, impedindo a votação das matérias.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a está exagerando. Não é tanto. Não são os 30 Senadores a discutir e a encaminhar a votação. Chegamos, no máximo, a 15 Senadores.

O SR. JOSÉ LINS — Permite-me V. Ex^a continuar. Isso já foi demonstrado aqui. Mas o pior não é isso. O pior é que, interrompida a sessão pela exaustão do tempo, no dia seguinte iniciada outra sessão, tudo recomeçará de novo, porque já não se conta o tempo perdido, mas sofridas horas de sessão anterior. Ora, se este Regimento não permite que a vontade da Maioria seja consignada na votação, este Regimento tem que ser mudado. Ele não é um instrumento de democracia.

Não passa de uma arma de ditadura à disposição de uma minoria encastelada.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a esteja certo de uma coisa: existe aí uma comissão, inclusive, com membros opositores e do Partido de V. Ex^a, analisando este projeto.

O SR. JOSÉ LINS — Desconheço a existência dessa comissão.

O Sr. Henrique Santillo — O Líder de V. Ex^a entrou em contato com o Líder da Bancada opositora e estabeleceram isso. A Oposição já indicou os seus membros. Não sei se o Partido de V. Ex^a fez o mesmo.

O SR. JOSÉ LINS — Não tive conhecimento dessa decisão.

O Sr. Henrique Santillo — Agora, existindo essa Comissão para analisar, inclusive a sugestão de V. Ex^a, se a Oposição concordar com ela esteja certo V. Ex^a, ela virá aqui para aprovar. Mas, há muitos pontos — como sabe V. Ex^a — há muitos pontos com os quais a Oposição não concordará.

O SR. JOSÉ LINS — Isso sei eu. É esse o papel da Oposição. O que condeno é a radicalização. Dois anos de prejuízos para a administração pública, enquanto o Senado não vota um só empréstimo. Aí está a pauta! Desde que abrimos os trabalhos desta sessão legislativa, não votamos um só projeto, nas sessões ordinárias.

Sr. Presidente, vou terminar. Não abusarei demais da paciência de V. Ex^a Vislumbrei, no discurso de V. Ex^a Senador Henrique Santillo, a possibilidade de um diálogo em torno desse momentoso problema. Vejo porém que não há esperança. Não poderemos jamais aceitar imposições da Oposição. Aceitaremos, porém, o diálogo aberto, amplo e democrático.

O Sr. Henrique Santillo — Sim. Eu não — veja bem...

O SR. JOSÉ LINS — Não se trata de aprovar 2 empréstimos escolhidos. O problema não é de interesse particular; é de interesse geral.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a não tem nem razão de voltar a isso. Acabei de dizer, com todas as letras, que não se trata apenas de dois, mas de projeto a projeto.

O SR. JOSÉ LINS — Espero, Sr. Presidente, se houver realmente boa vontade da Oposição...

O Sr. Henrique Santillo — E são 236.

O SR. JOSÉ LINS — ... que essa questão seja analisada imediatamente, porque, a partir do dia 15 de maio, nenhum governo poderá assinar qualquer contrato de empréstimo a não ser 3 meses depois das eleições de outubro. Nem contratarão empréstimos, nem farão nomeações e nem demissões.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a me permite, rapidamente?

O SR. JOSÉ LINS — Com prazer.

O Sr. Henrique Santillo — Sim. Porque V. Ex^a, mais uma vez, não teria razão para afirmar isso. No final da semana passada, eu mesmo me dirigi a V. Ex^a para lhe dizer que a Bancada da Oposição se reuniria amanhã, às 18 horas e 30 minutos, para decidir essa questão. E V. Ex^a está sabendo disso.

O SR. JOSÉ LINS — E é por isso que falo hoje, que adianto a V. Ex^a a minha opinião. Julgo oportuno chamar a atenção de todos, quanto a essa questão fundamental. Não defendo a aprovação indiscriminada de empréstimos. Mas espero um esforço consciente em benefício dessas populações que aí estão, perplexas, a esperar por nós. Testemunho disso são os inúmeros telegramas que nos chegam de todos os recantos do País. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

ATO DO PRESIDENTE Nº 14, DE 1982

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 52, item 38 do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, resolve declarar aposentado, compulsoriamente, a partir de 14 de abril de 1982, Victor Coelho Pessoa, Assistente de Plenário, Classe Especial, Referência NM-30, do Quadro Permanente do Senado Federal, com base nos artigos 101, inciso II e 102, inciso II da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 403, inciso I, § 1º, 406 e 392, § 4º da Resolução SF nº 58, de 1972, com proventos proporcionais ao tempo de serviço e a gratificação adicional a que tem direito, nos termos do artigo 3º da Lei nº 5.903, de 1973 e o artigo 10 da Lei nº 4.345, de 1964.

Senado Federal, 19 de abril de 1982. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Ata da 39ª Reunião do Conselho de Supervisão do PRODASEN

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às 14:30 horas, na sala de reuniões da Comissão de Administração do Senado Federal, reúne-se o Conselho de Supervisão do PRODASEN, sob a Presidência do Dr. Aiman Guerra Nogueira da Gama, Diretor-Geral do Senado Federal e Vice-Presidente do Conselho. Presentes os Conselheiros Dr. Pedro Cavalcanti D'Albuquerque Netto, Dr. Nerione Nunes Cardoso, Dr. Luiz Carlos Lemos de Abreu e Rui Oscar Dias Janiques. Abrindo os trabalhos o Senhor Presidente pergunta aos presentes sobre a necessidade de ser feita a leitura da ata da reunião anterior, tendo em vista que a mesma foi distribuída com antecedência. Os Senhores Conselheiros dispensam a leitura da mesma que é colocada em votação e aprovada por todos os presentes. Passa-se, em seguida, ao segundo item da pauta, Processo nº PDO739/81-2, referente à situação funcional do Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira. O processo volta ao Conselho de Supervisão por solicitação do Diretor-Executivo do PRODASEN para esclarecer entendimentos da administração do PRODASEN a respeito das decisões do Conselho de Supervisão, tomadas na reunião anterior. O Dr. Aiman Guerra Nogueira da Gama lê o seu parecer para o Conselho concluindo, diante da decisão anterior do Conselho de Supervisão e do parecer da Consultoria Geral do Senado Federal, que: a) os cálculos dos pagamentos a serem feitos ao Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira devem ter por base a data em que foi exonerado pelo Presidente e o emprego de Diretor-Executivo do PRODASEN; b) a quantia paga ao ex-servidor, pelo seu posicionamento como "Consultor", deve ser deduzida da importância que lhe é devida; c) se porventura o PRODASEN tiver pago durante o período mais do que lhe é devido, a importância paga a mais poderá ser devolvida parceladamente, como permite o Regulamento Administrativo; d) não é cabível devolução das importâncias pagas pelo Senado, uma vez que feitas de acordo com a lei, não acatando da Diretoria Executiva do PRODASEN para que fosse considerada como "de fato" a vinculação do servidor ao órgão no período compreendido entre a sua exoneração pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal do emprego de Diretor-Executivo em 25-8-81 até a deci-

são tomada pelo Conselho de Supervisão do PRODASEN em 21-12-81, que considerou seu posicionamento como Consultor do órgão como nulo. Colocado em votação, é o parecer do relator aprovado por unanimidade. Passa-se, em seguida, ao terceiro item da pauta, referente ao Processo nº PD0058/82-1, que trata da solicitação do Senhor Diretor-Executivo do PRODASEN para o pagamento da Gratificação Especial para os servidores do órgão, tendo em vista a Convocação Extraordinária do Congresso Nacional em valor igual a um (01) mês de remuneração. A palavra é concedida ao relator do processo, Conselheiro Dr. Luiz Carlos Lemos de Abreu que lê o seu parecer, concluindo ser favorável à concessão da gratificação em valor correspondente a um mês de remuneração pelos serviços prestados pelos servidores do PRODASEN durante a Convocação Extraordinária do Congresso Nacional no período de 6-12-81 a 15-1-82, sem prejuízo do direito ao gozo de férias que lhes são devidas e atendida à conveniência da Administração do Órgão. O assunto é colocado em discussão. Após longas apreciações pelos demais membros do Conselho, conclui-se que a solicitação do Diretor-Executivo não pode ser atendida por não existir respaldo legal dentro do Regulamento Administrativo do PRODASEN. O Senhor Presidente franqueia a palavra para apreciação de outros assuntos. Não havendo quem queira utilizá-la, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião. E, para constar, eu, Ana Maria Merlo Marengo, Secretária do Conselho de Supervisão, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho. Brasília, 29 de janeiro de 1982. — *Aiman Guerra Nogueira da Gama*, Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN, em Exercício — *Pedro Cavalcanti D'Albuquerque Netto* — *Nerione Nunes Cardoso* — *Luiz Carlos Lemos de Abreu* — *Rui Oscar Dias Janiques*.

COMISSÃO DE FINANÇAS

2ª Reunião, realizada em 25 de março de 1982

Às dez horas do dia vinte e cinco de março de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, José Fragelli, Bernardino Viana, Almir Pinto, Afonso Camargo, Martins Filho, José Lins, Tancredo Neves e José Richa, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Amaral Furlan, Amaral Peixoto, Tarso Dutra, Mauro Beneditos, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Teotônio Vilela, Franco Montoro e Mendes Canale.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições:

Ofício "S" nº 02/82 — Do Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,0 milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar importação de equipamento para reaparelhamento do Corpo de Bombeiros.

Relator: Senador Tancredo Neves

Parecer: Favorável, na forma do Projeto de Resolução apresentado.

Conclusão: Aprovação do parecer, tendo voto com restrições do Senador Afonso Camargo.

Ofício "S" nº 36/81 — Do Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Norte, solicitando autorização do Senado Federal para contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 20,0 milhões de dólares norte-americanos, destinada a Programa de Investimentos daquele Estado.

Relator: Senador Martins Filho

Parecer: Pela audiência do Governo do Estado.

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 13/79 — Acrescenta parágrafos ao art. 20 e dá nova redação ao art. 586, ambos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Relator: Senador Martins Filho

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 56/81 — Dispõe sobre a gratuidade na expedição de documentos pelas repartições públicas, nos casos e condições que especifica.

Relator: Senador José Fragelli

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 16/80 — Permite às empresas contarem em dobro as despesas tributáveis efetuadas com o emprego de estudantes universitários.

Relator: Senador José Lins

Parecer: Favorável ao projeto e à Emenda nº I-CE

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei da Câmara nº 22/81 — Dispõe sobre a licença motivada por interesses particulares, dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Relator: Senador Raimundo Parente

Parecer: Contrário

Conclusão: Aprovação do parecer.

Projeto de Lei do Senado nº 56/77 — Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, e o Projeto de Lei do Senado nº 62/77 — que dispõe sobre a contagem em favor dos segurados do INPS do tempo de serviço público estadual e municipal.

Relator: Senador José Richa

Parecer: Pelo arquivamento

Conclusão: Aprovação do parecer.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Affonso Camargo que, mais uma vez, justifica a necessidade de se fazer uma reforma tributária para acabar com as dificuldades encontradas pelos Estados e Municípios.

Em aparte, o Senador José Lins concorda com o ponto de vista do Senador Affonso Camargo, mas lembra que os Estados e Municípios estão com sérios problemas devido à não liberação de seus empréstimos, internos e externos, por parte desta Casa do Congresso.

Fica adiada para a próxima reunião, o OFS nº 19/81.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA

EM 30 DE MARÇO DE 1982

Às dezesseis horas do dia trinta de março de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de reuniões da Comissão de Economia, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Bernardino Viana, Mauro Benevides, Martins Filho, Roberto Saturnino, Otávio Cardoso, José Lins, Lourival Baptista e Affonso Camargo, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Raimundo Parente, Lomanto Júnior, Amaral Furlan, Amaral Peixoto, Almir Pinto, Pedro Simon, Teotônio Vilela, Franco Montoro, Tancredo Neves e Mendes Canale.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da ata da reunião, anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

A seguir, são apreciadas as seguintes proposições:

Projeto de Lei da Câmara nº 01/82 — Autoriza a criação de municípios no Território Federal de Roraima e dá outras providências.

Relator: Senador Bernardino Viana

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Ofício "S" nº 19/81 — Do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando ao Senado Federal, o Relatório sobre as contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1980, e o respectivo projeto de Parecer Prévio.

Relator: Senador Mauro Benevides

Parecer: Favorável

Conclusão: Aprovação do parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1982

Às nove horas do dia vinte e quatro de março de mil novecentos e oitenta e dois, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores José Richa, Presidente; Alberto Silva, Lenoir Vargas, Bernardino Viana, Benedito Ferreira, Luiz Cavalcante, José Fragelli Gabriel Hermes e Marcos Freire, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Lins, Milton Cabral, Roberto Saturnino e Pedro Simon.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e comunica que a pauta da reunião está bastante extensa, em razão da quantidade de projetos distribuídos à Comissão.

A seguir o Senador Bernardino Viana solicita a palavra e sugere que os projetos referentes a empréstimos a Estados e Municípios, que têm pareceres favoráveis, sejam apreciados em bloco. O Sr. Presidente consulta os membros da Comissão e a sugestão é aprovada por unanimidade.

Passa-se, então, à apreciação da pauta:

Projeto de Decreto Legislativo nº 9/80.

Aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável ao Projeto.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Projeto de Decreto Legislativo nº 21/81.

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa concluído em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.

Relator: Senador Luiz Cavalcante.

Parecer: Favorável ao Projeto.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 386/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.241.055.262,08.

Relator: Senador Gabriel Hermes.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 320/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Venturosa (PE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 5.009.600,00.

Relator: Senador Marcos Freire.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 383/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 319.360.800,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 272/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Guaxupé (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 184.350.600.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 373/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Nioaque (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 20.194.000,00.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 226/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ponta Porã (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 23.000.000,00.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 380/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Brilhante (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 76.958.000,00.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 366/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Eldorado (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 41.695.800.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 237/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Amambai (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 83.280.700,00.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 353/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de Pernambuco (PE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 18.714.000,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 391/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 579.100.100,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 334/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de Pernambuco (PE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 541.000.400,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 359/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Candelária (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 56.965.900,00.

Relator: Senador Lenoir Vargas.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 402/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Palmitos (SC) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 59.270.108,58.

Relator: Senador Lenoir Vargas.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 357/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Bataiporã (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 5.221.500,00.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 355/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Anaurilândia (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.890.000,00.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 405/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Ternos (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 19.153.400,00.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 372/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Jateí (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 5.603.000,00.

Relator: Senador José Fragelli.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 378/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal da Cidade do Recife (PE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 30.092.600,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 374/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Nova Resende (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 65.067.975,00.

Relator: Senador Lenoir Vargas.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 406/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Umuarama (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 368.515.376,59.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 368/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 309.072.881,25.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 404/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Poconé (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 138.164.974,38.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 364/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 37.576.000,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 400/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Moji Guaçu (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 627.324.000,00.

Relator: Senador Alberto Silva.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 10/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Aquino (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 34.224.000,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 365/81.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Dourados (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 253.028.000,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 17/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 495.756.000,00.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 11/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Gurupi (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 14.422.000,00.

Relator: Senador Benedito Ferreira.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Mensagem nº 16/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rialma (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 38.265.000,00.

Relator: Senador Benedito Ferreira.

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

O Sr. Presidente concede vista da Mensagem nº 19/82; do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr.

Ministro da Fazenda, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.616.164.560,00, ao Senador Alberto Silva.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1982

Às nove horas do dia trinta e um de março de mil novecentos e oitenta e dois, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Luiz Cavalcante, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Bernardino Viana, José Lins, Affonso Camargo, Teotônio Vilela e Alberto Silva, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores: José Lins, Lenoir Vargas, Milton Cabral, Benedito Ferreira, Roberto Saturnino, Pedro Simon, José Richa e José Fragelli.

Ao constatar a presença de número regimental, o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

São apreciadas as seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 36/81.

Homologa o Ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), na forma da legislação em vigor.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Projeto de Decreto Legislativo nº 33/81.

Ratifica o texto do Acordo Internacional da Borracha Natural de 1979, aprovado na IV Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Borracha Natural, realizada em Genebra, Suíça, de 24 de setembro à 5 de outubro de 1979, e que foi subscrito pelo Brasil em 30 de junho de 1980.

Relator: Senador Bernardino Viana.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Antes de encerrar a reunião o Sr. Presidente comunica à Comissão, que o Ministério das Relações Exteriores, entrou em contato com a Secretaria da Comissão, no sentido deste órgão técnico receber no dia quinze de abril próximo, às dez horas, o Sr. Manfredo Massioti, Representante da comunidade Econômica Européia para a América Latina, que fará uma visita a esta e a Comissão de Relações Exteriores do Senado, e então ambas, receberiam o ilustre visitante. A Comissão acolhe por unanimidade a sugestão.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 1982

Às dezessete horas do dia quatorze do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, reúne-se a Comissão de Redação, presentes a Senhora Senadora Laélia de Alcântara e os Senhores Senadores João Calmon, Aderbal Jurema, Moacyr Dalla e Saldanha Derzi.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Murilo Badaró, Vice-Presidente.

A Comissão procede à eleição do Presidente, para preenchimento da vaga ocorrida em virtude do falecimento do Senador Adalberto Sena. Distribuídas as cédulas, é designado o Senador João Calmon para escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Senadora Laélia de Alcântara 4 votos
Senador Aderbal Jurema 1 voto

É declarada eleita Presidente a Senadora Laélia de Alcântara.

Assumindo a Presidência, a Senadora Laélia de Alcântara agradece a escolha de seu nome para exercer o cargo e, em seguida, designa o nobre Senador Mauro Benevides para ocupar, na vaga de Suplente, o lugar do Senador Evandro Carreira.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Fátima Abrahão Kohlrausch, Assistente, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes. — João Calmon — Moacyr Dalla — Laélia de Alcântara — Aderbal Jurema.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 045

QUARTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 43ª SESSÃO, EM 20 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Ns 69 e 70/82 (ns 154 e 155/82, na origem), de agradecimento de comunicações.

— Ns 68/82 (nº 143/82, na origem), referente à escolha do Senhor Italo Zappa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China.

1.2.2 — Ofícios do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal

— Ns S/9/82 (nº 22/82-P/MC, na origem), encaminhando ao Senado cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 95.598-4, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 940, de 27 de novembro de 1978, do Município de Aguará, daquele Estado.

— Ns S/10/82 (nº 23/82-P/MC, na origem), encaminhando ao Senado cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 96.392-8, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei Municipal nº 253, de 2-12-77, do Município de Populina, daquele Estado.

1.2.3 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Mensagens ns 349 e 358/81; e Projetos de Decreto Legislativo ns 40, 39, 29, 28, 35, 27 e 26/81.

1.2.3 — Expediente recebido

Lista nº 2, de 1982

1.2.4 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 52/82-Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS.

1.2.5 — Comunicações da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados

Substituições de membros em Comissão Mista.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — “Dia do Diplomata”.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Aplicação do Tiar, invocado pela República Argentina, no caso da crise nas Malvinas.

SENADOR NELSON CARNEIRO — 22º aniversário de Brasília.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do direito tributário, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** por falta de “quorum” para votação do Requerimento nº 47/82.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de “quorum”.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de “quorum”.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de “quorum”.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de “quorum”.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º-salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de “quorum”.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de “quorum”.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências. **Discussão adiada** por falta de “quorum” para votação do Requerimento nº 35/82.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Movimento grevista reivindicatório dos professores de Goiás. Reivindicações dos servidores públicos da Prefeitura de Goiânia.

SENADOR LUIZ FERNANDO FREIRE — Crise das Ilhas Malvinas.

SENADOR AGENOR MARIA — Quadro das dificuldades enfrentadas pelo operariado, diante da manutenção do atual modelo brasileiro de desenvolvimento.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Prometendo abordar, oportunamente, pelas razões que oferece, informações remetidas a S. Ex^a, atinentes a ato administrativo do Senado Federal.

SENADOR ALBERTO SILVA — Consenso da Convenção realizada pelo PMDB piauiense, a propósito de informações distorcidas veiculadas pela Imprensa.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Defesa da regulamentação da aposentadoria especial do professor.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Apelo ao Ministro da Educação e Cultura no sentido de propiciar à pesquisa básica na área das ciências sociais, recursos necessários para a análise dos projetos tecnológicos.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Situação dos servidores públicos, mostrada pelo Censo promovido pelo DASP.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 43ª SESSÃO, EM 20 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SRS. PASSOS PÓRTO E ITAMAR FRANCO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Henrique Santillo — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 69/82 (nº 154/82, na origem), de 19 do corrente, relativa à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nºs 487, de 1980; 70 e 74, de 1981.

Nº 70/82 (nº 155/82, na origem), de 19 do corrente, relativa à aprovação das matérias constantes das Mensagens da Presidência da República nº 361, 362 e 417, de 1981.

MENSAGEM

Do Senhor Presidente da República submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 68, DE 1982

(Nº 143/82, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o art. 42, item III, da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Italo Zappa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da China, nos termos dos arts. 21 e 22 do Decreto nº 71.534, de 12 de dezembro de 1972.

Os méritos do Embaixador Italo Zappa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de abril de 1982. — *João Figueiredo*.

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae:

Embaixador Italo Zappa.

Nascido em Comuna de Paola, Itália, 30 de março de 1926 (brasileiro, de acordo com o art. 115, letra "b", da Constituição de 1937).

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Faculdade de Direito, Rio de Janeiro.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio-Branco.

Cônsul de Terceira Classe, 6 de outubro de 1952.

Cônsul de Segunda Classe, merecimento, 19 de julho de 1956.

Primeiro-Secretário, merecimento, 30 de setembro de 1961.

Conselheiro, título, 23 de novembro de 1966.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 28 de novembro de 1968.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 9 de dezembro de 1975.

Chefe, substituto, da Divisão do Orçamento, 1953.

Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração, 1953.

Chefe, interino, da Seção de Organização, 1954.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Internacionais, 1962.

Chefe da Divisão de Conferências, organismos e Assuntos Gerais, 1962.

Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior, 1963.

Chefe da Divisão de Orçamento, 1966/67.

Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1967/68.

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, 1969.

Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania, 1974/77.

Genebra, Vice-Cônsul, 1955/56.

Genebra, Cônsul-Adjunto, 1956/57.

Washington, OEA, Segundo-Secretário, 1957/59.

Buenos Aires, Segundo-Secretário, 1960/61.

Montevideu, Primeiro-Secretário, 1963/64.

Montevideu, Chefe, interino, do SEPRO, 1964.

Lima, Primeiro-Secretário, 1964/65.

Washington, OEA, Ministro-Conselheiro, 1970/73.

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1970 e 1974.

Maputo, Embaixador, 1977/81.

Lesoto, Embaixador, cumulativamente, 1978/81.

XVIII Conferência Internacional de Instrução Pública, Genebra, 1955 (membro).

IX Reunião do Grupo de Trabalho das Partes Contratantes do GATT, para Problemas de Comércio de Produtos de Base, Genebra, 1955 (representante-suplente).

XIX Conferência Internacional de Instrução Pública, Genebra, 1956 (observador).

XXXIX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 1956 (membro).

Reunião do Comitê dos "Vinte e Um", do Conselho da OEA, Washington, 1958 (membro).

III Reunião do CIES, Lima, 1964 (membro).

Reunião da Comissão Especial para a elaboração do anteprojeto de Reforma da Carta da OEA, Panamá, 1966 (membro).

III Conferência Interamericana Extraordinária, Buenos Aires, 1967 (membro).

XI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Membros da OEA, Punta del Este, 1967 (membro).

Reunião dos Chefes de Estados Americanos, Punta del Este, 1967 (membro).

XI Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, Washington, 1967 (membro).

Reunião Extraordinária do CIES, Washington, 1970 (delegado).

I, II e III Períodos Extraordinários, e I e II Períodos Ordinários de Sessões da Assembleia Geral da OEA, 1973 (delegado).

XXVII Assembleia Geral da ONU, Nova Iorque, 1972 (delegado-suplente).

Sessões da Comissão Especial criada no III Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, 1973 (representante-suplente).

IV Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da ONU, Atlanta, 1974 (delegado).

V Período de Sessões da CEPAL, Petrópolis, 1953 (membro).

À disposição do Presidente do Líbano em visita ao Brasil, 1954.

Grupo de Trabalho de Estudos de Regulamentação e Execução da Reforma do Ministério das Relações Exteriores, 1961 (membro).

II Conferência Interamericana Extraordinária, Rio de Janeiro, 1965 (membro).

O Embaixador Italo Zappa se encontra, nesta data, no Ministério das Relações Exteriores aguardando designação.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 23 de março de 1982. — *Guilherme Luiz Leite Ribeiro*, Chefe da Divisão do Pessoal.

(*À Comissão de Relações Exteriores.*)

Ofícios do Presidente do Supremo Tribunal Federal

Nº S/9/82 (nº 22/82-P/MC, na origem), de 19 de abril, encaminhando ao Senado cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 95.598-4, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 940, de 27 de novembro de 1978, do Município de Aguai, daquele Estado.

(*À Comissão de Constituição e Justiça.*)

Nº S/10/82 (nº 23/82-P/MC, na origem), de 19 de abril, encaminhando cópias das notas taquigráficas e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 96.392-8, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 5º, da Lei Municipal nº 253, de 2-12-77, do Município de Populina, daquele Estado.

(*À Comissão de Constituição e Justiça.*)

PARECERES

PARECERES NºS 145, 146 E 147, DE 1982

PARECER Nº 145, DE 1982

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem nº 349, de 1981 (nº 540/81 na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador *José Caixeta*

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) autorizada a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

2. "Característica da operação:

A — Valor: Cr\$ 7.279.000,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 03 anos,

2 — de amortização: 12 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a., cobrados trimestralmente,

2 — correção monetária de 40% do índice de variação das ORTNs;

D — Garantia: vinculação de cotas do Fundo de Participação dos Municípios — FPM;

E — Destinação dos recursos: construção de galerias pluviais."

3. Segundo o parecer apresentado pelo Órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei nº 35, de 5-10-79 autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 315/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite que, por força das disposições contidas no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Alexânia, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de galerias pluviais, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — *José Richa*, Presidente — *José Caixeta*, Relator — *Benedito Canelas* — *Bernardino Viana* — *Luiz Cavalcante* — *Lomanto Júnior* — *José Lins* — *Gabriel Hermes*.

PARECERES NºS 146 E 147, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 25, de 1982, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a elevar em Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 146, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador *Moacyr Dalla*

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 349/81, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros) destinada à construção de galerias pluviais, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbices à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 17 de março de 1982. — *Aloysio Chaves*, Presidente — *Moacyr Dalla*, Relator — *Franco Montoro*, com restrições — *Almir Pinto* — *Dirceu Cardoso*, vencido — *Aderbal Jurema* — *Bernardino Viana* — *Raimundo Parente* — *Martins Filho* — *José Fragelli*.

PARECER Nº 147, DE 1982
Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Almir Pinto

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do Projeto de Resolução, em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Alexânia (GO), nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 7.279.000,00 (sete milhões, duzentos e setenta e nove mil cruzeiros), destinada à construção de galerias pluviais, naquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada será de grande impacto sócio-econômico para a Região.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Lomanto Júnior*, Presidente — *Almir Pinto*, Relator — *Alberto Silva* — *Gastão Müller* — *Luiz Fernando Freite* — *Aderbal Jurema* — *Tarso Dutra* — *Raimundo Parente* — *Afonso Camargo*.

PARECERES Nºs 148, 149 E 150, DE 1982
PRECER Nº 148, DE 1982

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem nº 358, de 1981 (nº 553/81 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO) a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador José Caixeta

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, Estado de Goiás, autorizada a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), destinada à construção de guias, meios-fios e lavanderia pública.

“2. Característica da operação:

A — Valor: Cr\$ 10.692.000,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 1 ano;

2 — de amortização: 10 anos;

C — Encargos

1 — juros de 6% a.a., cobrados trimestralmente;

2 — correção monetária: 40% do índice de variação das ORTNs, calculada no último dia de cada trimestre civil e capitalizada durante todo o período de vigência do contrato;

D — Garantia: vinculação de cotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: construção de guias, meios-fios e lavanderia pública.”

3. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei Municipal nº 546, de 07 de agosto de 1980, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 320/81) do Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil, favorável ao pleito.

4. Do estudo da viabilidade apresentado pelo Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes itens para a análise da capacidade de pagamento da entidade:

4.1 — Dados relativos ao balanço de 1980.

Valor: Cr\$ mil

D1 — Receita Total	18.516,8
D2 — Operações de Crédito	—
D3 — Líquida (D1 — D2)	18.516,8
D4 — Índice de Correção	1,6592
D5 — Receita Líquida Corrigida (D3 x D4)	30.723,1

4.2 — Limites Operacionais (art. 2º da Res. nº 62/75).

Valor: Cr\$ mil

E1 — Montante Global (70% do D5) (item I) 21.506,1

E2 — Crescimento Real Anual (20% do D5) (item II) 6.144,6

E3 — Dispendio Máximo (15% de D5) (item III) 4.608,5

E4 — Responsabilidade por Títulos (35% de D5) (item IV) —

4.3 — Posição da dívida interna — De acordo com os registros do Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários, a interessada não possui dívida consolidada interna.

5. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Res. nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

6. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

7. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO) a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de guias, meios-fios e lavanderia pública, naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — *José Richa*, Presidente — *José Caixeta*, Relator — *Benedito Canelas* — *Bernardino Viana* — *Luiz Cavalcante* — *Lomanto Júnior* — *José Lins* — *Gabriel Hermes*.

PARECERES Nºs 149 E 150, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 26, de 1982, da Comissão de Economia que “autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre (GO) a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna”.

PARECER Nº 149, DE 1982.

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Moacyr Dalla

Apresentado pela Comissão de Economia, o projeto de resolução em exame autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de guias, meios-fios e lavanderia pública, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976 — alterou a Resolução nº 62, de 1975 — pois os recursos serão provenientes do Banco Nacional da Habitação e, dessa forma, considerada extralimite.

3. A operação foi autorizada pela Lei Municipal nº 546, de 7 de agosto de 1981, constando no processo mais os seguintes documentos:

a) Exposição de Motivos (EM nº 320/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o pleito ao Senhor Presidente da República, favorável;

b) Parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável;

c) Parecer da Diretoria do Banco Central do Brasil, concluindo pelo encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu às normas legais (Resoluções nºs 62, de 1975 e 93 de 1976), e, ainda, o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 17 de março de 1982. — *Aloysio Chaves*, Presidente — *Moacyr Dalla*, — Relator — *Raimundo Parente* — *Martins Filho* — *Lázaro Barboza*, com restrições — *Franco Montoro*, com restrições — *Dirceu Cardoso*, com restrições — *Aderbal Jurema* — *Almir Pinto* — *José Fragelli*.

PARECER Nº 150, DE 1982.
Da Comissão de Municípios

Relator: Senador *Almir Pinto*

A Comissão de Economia, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 358, de 1981, do Senhor Presidente da República, apresentou projeto de resolução que autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, Estado de Goiás, nos termos da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 10.692.000,00 (dez milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de guias, meios-fios e lavanderia pública, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

2. Informa o Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários que a assunção dos compromissos decorrentes das operações sob exame não deverá acarretar à Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

3. A proposição mereceu da Comissão de Constituição e Justiça o encaminhamento favorável, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

4. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Lomanto Junior*, Presidente — *Almir Pinto*, Relator — *Alberto Silva* — *Gastão Müller* — *Aderbal Jurema* — *Tarso Dutra* — *Luiz Fernando Freire* — *Raimundo Parente* — *Afonso Camargo*.

PARECERES Nºs 151 e 152, DE 1982.

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1981 (nº 95-B, de 1981-CD), que “aprova o Texto do Protocolo de Emenda que modifica o artigo 14 da Convenção para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimos, de 23 de setembro de 1910, concluído em Bruxelas, a 27 de maio de 1967”.

PARECER Nº 151, DE 1982
Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Senador *Mauro Benevides*

De conformidade com o disposto no artigo 44, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Protocolo de Emenda que modifica o artigo 14 da Convenção para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimos de 23 de setembro de 1910, concluído em Bruxelas, a 27 de maio de 1967.

A referida Exposição de Motivos nos traz a conhecimento que “pelo Decreto nº 10.773, de 18 de fevereiro de 1914, o Governo brasileiro promulgou a Convenção para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimos.

Posteriormente, em 27 de maio de 1967, foi assinado, também em Bruxelas, um Protocolo de Emenda que modifica o Artigo 14 da aludida Convenção.

Na sua nova redação, o Artigo 14 estende as disposições da Convenção de 1910, que visavam unicamente aos serviços prestados por navios de empresas privadas, aos serviços de assistência ou salvamento prestado por um vaso de guerra ou a um navio de Estado, ou um navio fretado ou operado por um Estado, ou por outra pessoa de Direito Público.

Consultada, a Marinha brasileira emitiu parecer, endossado pelo Ministério dos Transportes, no qual se manifesta favorável a que o Brasil adira ao Protocolo em apreço”.

Em vista do acima exposto, e diante da competência Regimental desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, na forma em que se encontra no Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1981.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1981. — *Luiz Viana*, Presidente — *Mauro Benevides*, Relator. — *Moacyr Dalla* — *Lourival Baptista* — *Aloysio Chaves* — *Tancredo Neves* — *João Calmon* — *Lomanto Junior* — *Nelson Carneiro* — *Bernardino Viana*.

PARECER Nº 152, DE 1982

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Relator: Senador *Alberto Silva*

No dia 27 de maio de 1967, os países signatários da Convenção Internacional para Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimos decidiram emendá-la, para o fim de ampliar os efeitos do art. 14.

Referida Convenção foi assinada em Bruxelas, a 23 de setembro de 1910, e o dispositivo emendado visava (1) aos serviços prestados por navios de empresas privadas, (2) aos serviços de assistência ou salvamento prestados por navio de guerra a outro navio de guerra ou a navio mercante pertencente ao Estado, operado ou afretado pelo Estado ou por pessoa de Direito Público.

A Emenda ao art. 14 daquela Convenção, cujo texto o presente projeto de decreto legislativo pretende aprovar, é esta:

Art. 14. As disposições da presente Convenção aplicam-se também aos serviços de assistência ou de salvamento prestados por ou a um vaso de guerra ou um navio de Estado ou uma pessoa de direito público.

As ações propostas contra um Estado devido a serviços de assistência ou salvamento prestados a um vaso de guerra ou a um navio afretado exclusivamente a um serviço público não-comercial, por ocasião do evento ou do ajuizamento da instância, só serão apresentadas perante Tribunais do citado Estado.

Cada Alta Parte Contratante se reserva o direito de determinar se, e em que proporções, o art. 11 se tornará aplicável aos navios mencionados no segundo parágrafo do presente Artigo.

Na exposição de motivos que acompanha a mensagem presidencial, informa o Ministério das Relações Exteriores que, “atualmente, os serviços de salvamento marítimo de bens e propriedades vêm sendo executados pelo Ministério da Marinha, mediante tarifas muito inferiores aos preços do mercado, uma vez que estão voltadas precipuamente para a indenização de custos”. E assinala que o Ministério da Marinha pretende adotar diretrizes, objetivando “estimular a participação da iniciativa privada nacional nas referidas atividades de reformulação da presente política de remuneração dos serviços de salvamento, a qual não permite à empresa privada brasileira fazer face à concorrência do Estado”.

Tanto o Ministério da Marinha quanto o Ministério dos Transportes opinaram favoravelmente a que o Brasil firmasse o Protocolo que a proposição em exame aprova.

Assim sendo, somos pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Luiz Cavalcante*, Presidente em exercício — *Alberto Silva*, Relator — *Lázaro Barboza* — *Aloysio Chaves* — *Lomanto Junior*.

PARECERES Nºs 153 E 154, DE 1982

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1981 (nº 88-B, de 1981-CD), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Coordenação de Consignações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz), concluído em Montevideu, a 8 de julho de 1980”.

PARECER Nº 153, DE 1982

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Senador *Lourival Baptista*

Atendendo ao disposto no artigo 44, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo firmado entre o Governo da Argentina, Brasil e Uruguai para a Coordenação das Consignações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz) — oitenta e oito e cento e oito Megahertz — concluído em Montevideu a 8 de julho de 1980.

Acompanha a matéria Exposição de Motivos elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores, na qual o Senhor Ministro informa que o desenvolvimento dos sistemas de radiocomunicações no Brasil, Uruguai e Argentina vem exigindo que procedimentos sejam estabelecidos para que os serviços das Administrações de telecomunicações dos três países não se interfiram mutuamente nas regiões fronteiriças.

Com esse objetivo, o Acordo em apreço deverá regular as consignações e uso dos canais de radiodifusão sonora em frequência modulada na faixa de ondas métricas (88-108 MHz), em zonas de coordenação pré-estabelecidas.

O presente Acordo visa, ainda, ao estabelecimento de parâmetros de procedimento, através dos quais se garantirá a boa qualidade dos serviços.

O referido ato estabelece, por outro lado, um sistema de consulta permanente através do qual as Administrações deverão trocar informações e cooperar entre si, com vistas a reduzir ao mínimo as interferências prejudiciais e obter a máxima eficiência no uso do espectro radioelétrico.

Ante à minuciosa exposição do Acordo ora sob nosso exame e tendo em vista a competência regimental desta Comissão, opinamos pela aprovação do texto na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1981.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1981. — *Luiz Viana*, Presidente — *Lourival Baptista*, Relator — *Moacyr Dalla* — *Aloysio Chaves* — *Tancredino Neves* — *Lomanto Júnior* — *Bernardino Viana* — *Nelson Carneiro*.

PARECER Nº 154, DE 1982

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Relator: Senador Alberto Silva

O presente projeto de decreto legislativo aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Coordenação de Consignações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz) concluído em Montevideu, a 8 de julho de 1980.

Nos vinte e um artigos e quatro apêndices, o Acordo estabelece normas a serem aplicadas nas zonas de coordenação constituídas por faixas cuja largura, na forma do art. V, corresponde às seguintes características:

1) para o limite terrestre: à largura da faixa medida, a partir do território de cada um dos países signatários;

2) para o limite lacustre, fluvial ou marítimo: à largura da faixa medida a partir da costa do país vizinho.

Quanto à largura da faixa medida, desde o ponto limite de emissão até o território de cada país, o Acordo estabelece:

a) para as estações de alta potência — em que se incluem as de Classe I — 395 km;

b) para as estações de média potência — categoria que abrange as estações de classes II e III — 373 km;

c) para as estações de baixa potência — as de classe IV e V — 124 km, quando os canais forem de 201 a 220, e 330 km, para os canais de 291 a 300 na numeração.

São previstas, no Acordo, a potência efetiva irradiada, a altura média da antena e a distância de contorno, a fim de serem as estações classificadas e protegidas.

A tolerância de frequência, tanto quanto o desvio e a polarização, estão fixadas no ato internacional em exame, que é de toda conveniência para o nosso país.

Somos, portanto, pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Luiz Cavalcante*, Presidente em exercício — *Alberto Silva*, Relator — *Lázaro Barboza* — *Aloysio Chaves* — *Lomanto Júnior*.

PARECERES NºS 155 e 156, DE 1982

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1981 (n-1 107-b, de 1981-CD) que aprova o texto das notas trocadas em 16 de junho e 16 de julho de 1980, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, pelas quais foram introduzidas modificações no texto do Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois países”.

PARECER Nº 155, DE 1982

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Senador José Richa

Atendendo ao dispositivo constitucional do artigo 44, inciso I, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto das notas trocadas em 16 de junho e 16 de julho de 1980, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos.

nos, em Brasília, pelas quais foram introduzidas modificações no texto do Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois países.

Acompanha o texto, Exposição de Motivos elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores, onde é salientado que “a emenda que dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo I do Convênio, visa conferir maior flexibilidade ao cumprimento daquele ato internacional, para melhor atender aos interesses dos transportadores brasileiros e mexicanos, na defesa da participação das bandeiras dos dois países no tráfego marítimo entre o Brasil e o México”.

A iniciativa da nova redação coube ao Governo mexicano, cuja conclusão adquiriu a seguinte forma:

“Parágrafo 4 — Cada Parte Contratante poderá autorizar, mediante comunicação prévia à autoridade marítima competente da outra Parte Contratante, a cessão, por armadores de sua bandeira, de até 10% (dez por cento) da parte correspondente a sua quota de 50% (cinquenta por cento), a armadores de terceira bandeira, com preferência a armadores dos países membros da ALALC. No entanto, cada Parte Contratante reconhece a faculdade da outra Parte Contratante de dispor de sua quota segundo o seu interesse. Essa cessão não invalida as responsabilidades das Partes Contratantes em todos os termos deste Convênio.”

No exame da matéria, verificamos que suas normas atendem aos usos já consagrados pelo Direito Internacional, preservada a soberania de cada parte e reciprocidade de tratamento.

Em face ao exposto, opinamos pela aprovação do Acordo sob exame, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1981.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1981. — *Luiz Viana*, Presidente — *José Richa*, Relator — *Lourival Baptista* — *Moacyr Dalla* — *Aloysio Chaves* — *Nelson Carneiro* — *João Calmon* — *Lomanto Júnior* — *Bernardino Viana*.

PARECER Nº 156, DE 1982

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Relator: Senador Lomanto Júnior

O Projeto de Decreto Legislativo em exame aprova o texto das notas trocadas em 16 de junho e 16 de julho de 1980, em Brasília, entre os Governos do Brasil e do México, pelas quais foram introduzidas modificações no texto do convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois países.

Na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores ao Senhor Presidente da República, encaminhando a matéria, está expressa a informação de que:

“Como resultado de negociações levadas a cabo entre autoridades marítimas brasileiras e mexicanas, no Rio de Janeiro, no período de 30 de julho a 3 de agosto de 1979, foi decidido emendar parte do Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos desde 29 de outubro de 1975.”

Pela emenda realizada, é conferida nova redação ao ponto 4 do Artigo I do Convênio, com vistas a proporcionar maior flexibilidade ao cumprimento do ato internacional em questão, “para melhor atender aos interesses dos transportadores brasileiros e mexicanos, na defesa da participação das bandeiras dos dois países no tráfego marítimo entre o Brasil e o México”.

Segundo a modificação introduzida, “cada Parte contratante poderá autorizar, mediante comunicação prévia à autoridade marítima competente da outra Parte Contratante, a cessão, por armadores de sua bandeira, de até 10% (dez por cento) da parte correspondente a sua quota de 50% (cinquenta por cento), a armadores de terceira bandeira, com preferência a armadores dos países membros da ALALC. No entanto, cada Parte Contratante reconhece a faculdade da outra Parte Contratante de dispor de sua quota segundo o seu interesse. Essa cessão não invalida as responsabilidades das Partes Contratantes em todos os termos deste convênio”.

Atendendo a dispositivo constitucional, a matéria veio ao Congresso. Na Câmara dos Deputados teve tramitação tranqüila, de 28-8 a 5-10-81, com audiência das Comissões de Transportes e de Constituição e Justiça, daquela Casa. No Senado, já houve sobre ela pronunciamento da Comissão de Relações Exteriores, que examinou os aspectos formais da alteração feita no Convênio Brasil-México de Transporte Marítimo. No parecer, adotado pela Comissão, disse o relator, o eminente Senador José Richa, haver verificado que “suas normas atendem aos usos já consagrados pelo Direito Internacional, preservada a soberania de cada parte e reciprocidade de tratamento”.

Cabe, pois, agora, a esta Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas o necessário estudo das eventuais implicações das mudanças redacionais introduzidas no ponto 4 do Artigo I do Convênio, face ao interesse brasileiro, no que diz respeito ao transporte marítimo Brasil-México.

Abrindo nossas considerações sobre esse aspecto específico da matéria sob enfoque, observaremos, inicialmente, que diplomas legais de qualquer natureza ou acordos vigentes no âmbito bi ou multilateral, são elencos de normas de comportamento sob o teste permanente de sua própria vigência. A realidade, ou a dinâmica dos fatos novos, incumbe-se de revelar as disposições inócuas ou negativas dos diferentes instrumentos que disciplinam a vida interna ou o relacionamento internacional. E desde o momento em que é constatada a impropriedade de qualquer ponto dos mesmos, o interesse público reclama sua pronta alteração. Foi o que houve neste caso de que ora tratamos.

A intensidade do intercâmbio comercial Brasil—México tornou-se maior nos últimos anos — dentro da expansão geral que o nosso País tem logrado promover nas suas exportações. Face a isso impôs-se uma alteração no texto do Convênio de Transporte Marítimo vigente, para melhor atender aos interesses dos transportadores brasileiros e mexicanos, na defesa de participação das bandeiras dos dois países no tráfego marítimo entre os mesmos.

A inovação, sem sombra de dúvida, foi inspirada no propósito de um melhor ajustamento de interesses entre as Partes Contratantes em questão, no importante item relativo ao transporte das mercadorias, nos dois sentidos, admitindo uma flexibilidade, não reconhecida na redação anterior, que satisfaz ao interesse de ambos os países.

Opinamos assim, de conformidade com o exposto, pela aprovação do texto das notas trocadas em 16 de junho a 16 de julho de 1980, em Brasília entre os Governos do Brasil e do México, pelas quais foram introduzidas modificações no texto do Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois países — nos termos do Projeto de Decreto Legislativo examinado.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Luiz Cavalcante* Presidente, em exercício — *Lomanto Júnior* Relator — *Lázaro Barboza* — *Aloysio Chaves* — *Alberto Silva*.

PARECERES NºS 157 E 158, DE 1982

Sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1981 (Projeto de Decreto Legislativo nº 106-B, de 1981-CD), que aprova os textos das Resoluções A4-1, que modifica o artigo 13, e A4-3, que introduz o artigo 12-bis no Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil — CLAC, aprovadas pela 4ª Assembléia do referido organismo internacional, realizada em Bogotá, de 1ª a 5 de dezembro de 1980.

PARECER Nº 157, DE 1982

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Senador Lomanto Júnior.

Nos Termos do que dispõe o artigo 44, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, com Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, os textos das Resoluções A4-1, que modifica o artigo 13, e A4-3, que introduz o artigo 12-bis ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil — CLAC, aprovadas pela 4ª Assembléia do referido organismo internacional, realizada em Bogotá, de 1ª a 5 de dezembro de 1980.

Quatro considerações justificam a decisão tomada através da Resolução A4-1:

- que é conveniente obter uma maior e mais equitativa representação geográfica no Comitê Executivo da CLAC;
- que é necessário lograr o *quorum* mínimo estabelecido no Regulamento Interno da CLAC para as Reuniões do Comitê Executivo;
- que se deve assegurar que, das reuniões do Comitê Executivo, participem as mais altas Autoridades Aeronáuticas designadas pelos Estados eleitos pela Assembléia para integrar o referido Comitê;
- que o Estatuto da CLAC pode ser emendado por maioria de dois terços dos Estados membros (artigo 25) e, no caso do Regulamento Interno da CLAC, a Assembléia poderá reformar total ou parcialmente o referido regulamento por maioria de dois terços dos Estados membros representados (artigo 44).

Alegadas tais razões, a Resolução A4-1 decidiu fixar a redação do artigo 13 do Estatuto da CLAC na seguinte forma redacional, em que aparecem grifadas as partes que sofreram alteração:

"1) Aprovar a seguinte emenda ao Estatuto da CLAC, para que tenha vigência imediata:

Artigo 13 — Em cada reunião ordinária, a Assembléia:

- a) elegerá seu Presidente e quatro Vice-Presidentes, levando em consideração uma adequada representação geográfica e, em geral, o princípio de rotatividade e a contribuição que cada Estado tenha efetuado ao transporte aéreo da Região.

- b) estabelecerá o programa de trabalho a ser desenvolvido até o final do ano em que se espera tenha lugar a próxima Assembléia Ordinária."

Quanto à Resolução A4-3, sobre a qual o Congresso deverá também manifestar-se, está ela expressa do seguinte modo:

"1) Emendar o Estatuto da CLAC, inserindo, após o Artigo 12, o seguinte novo Artigo, para que tenha vigência imediata:

"Artigo 12 bis — Em certas circunstâncias e quando o Comitê Executivo o estime conveniente, poder-se-á adotar uma resolução ou recomendação sobre um determinado assunto que tenha sido convenientemente examinado pelos órgãos da CLAC e pelos Estados membros, mediante voto por correio. Nesse caso, será necessária a aceitação expressa de, pelo menos, dois terços dos Estados membros para que a resolução ou recomendação seja adotada.

2) A presente emenda ao Estatuto da CLAC entrará em vigor definitivamente quando 13 Estados-membros tenham depositado o respectivo instrumento de aprovação na Secretaria de Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos".

Os motivos que fundamentaram essa inovação no texto estatutário da CLAC estão consubstanciados nas seguintes razões:

— que o artigo 12 do Estatuto da CLAC estabelece que as conclusões, recomendações ou resoluções da CLAC serão tomadas por deliberação da Assembléia, na qual cada Estado terá direito a um voto;

— que em certas circunstâncias se faz necessário adotar uma resolução ou uma recomendação sobre um determinado assunto convenientemente examinado pelos órgãos da CLAC e pelos Estados-membros, sem que se justifique seja convocada uma Assembléia Extraordinária.

— que nesses casos, e com caráter de excepcionalidade, poder-se-ia recorrer ao sistema do voto por correio, como procedem outros Organismos Regionais.

Na sua exposição de motivos, o Senhor Ministro das Relações Exteriores explica que os documentos ora examinados resultaram de trabalho desenvolvido na 4ª Assembléia da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil — CLAC, realizada em Bogotá, em dezembro de 1980, na qual a Delegação brasileira se fez representar pela Comissão de Estudos Relativos à navegação Aérea Internacional — CERNAI, e pelo Ministério das Relações Exteriores. E acrescenta que, tendo em vista a natureza do Estatuto da CLAC, é necessária a aprovação formal dos textos das referidas emendas pelo Congresso Nacional, dentro do que dispõe o artigo 44, inciso I, da Constituição Federal.

Pelos subsídios apresentados e analisados, consideramos correto o processamento das alterações que constituem objeto das Resoluções ora submetidas à consideração desta Casa — depois de aprovadas na outra Casa do Congresso.

Óbvio, outrossim, somos levados a admitir, pelo próprio enunciado das ditas alterações, o fato das mesmas serem coincidentes com o interesse nacional brasileiro.

Opinamos assim, na linha do exposto, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1981 que aprova os textos das Resoluções A4-1, que modifica o artigo 13, e A4-3, que introduz o artigo 12-bis no Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil — CLAC, aprovadas pela 4ª Assembléia desse organismo internacional, realizada em Bogotá, de 1ª a 5 de dezembro de 1980.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1981. — *Luiz Viana*, Presidente — *Lomanto Júnior*, Relator — *Lourival Baptista* — *Moacyr Dalla* — *Tancredo Neves* — *Saldanha Derzi* — *Bernardino Viana* — *Aloysio Chaves* — *Amaral Peixoto*.

PARECER Nº 158, DE 1982

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Relator: Senador Lázaro Barboza

O projeto de decreto legislativo que vem ao estudo desta Comissão aprova os textos das Resoluções A4-1 e A4-3, que alteram o Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, introduzindo-lhe um art. 12-bis e modificando-lhe a redação do artigo 13.

Tais alterações foram aprovadas pela Quarta Assembléia da referida organização internacional, tornando-se, agora, a manifestação do Congresso Nacional, uma vez que o Estatuto da CLAC é aprovado pelo Decreto Legislativo nº 86, de 25 de novembro/74.

A necessidade do artigo 12-bis foi demonstrada porque, em determinadas situações, deve ser permitida a aprovação de uma resolução, recomendação ou conclusão, sem necessidade de convocar-se Assembléia Extraordi-

nária. Nesse caso, o sistema adotado foi o de voto pelo correio, como vem sendo adotado em outros Organismos Regionais.

Quanto à conveniência da alteração do art. 13, justifica-se pela necessidade de maior e mais equitativa representação geográfica no Comitê Executivo da CLAC.

A matéria foi aprovada pelos Órgãos Técnicos e pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Nesta Casa, manifestou-se favoravelmente a Comissão de Relações Exteriores.

Ambas as alterações realizadas no Estatuto da CLAC são úteis. No caso do voto pelo correio, vem sendo, tal providência, adotada por um número cada vez maior de organismos internacionais. Ainda mais quando o assunto objeto do voto está amplamente examinado e discutido.

Quanto à maior representatividade geográfica, o artigo 13 do Estatuto manda que, em cada reunião ordinária, a Assembleia eleja seu Presidente e quatro Vice-Presidentes, dentro do princípio de rotatividade e da contribuição que cada Estado tenha efetuado ao transporte aéreo da região.

Somos, portanto, pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Luiz Cavalcante*, Presidente em exercício — *Lázaro Barboza*, Relator — *Aloysio Chaves* — *Lomanto Júnior* — *Alberto Silva*.

PARECERES N^{os} 159 e 160, DE 1982

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo n^o 35, de 1981, (n^o 86-B, de 1981-CD), que "aprova o texto das notas trocadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980, que introduzem modificações no Convênio sobre Transporte Marítimo, concluído entre os dois países a 25 de abril de 1974".

PARECER N^o 159, DE 1982

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: *Senador Bernardino Viana*

O Senhor Presidente da República, atendendo ao disposto no artigo 44, inciso I, da Constituição Federal, submete à aprovação pelo Congresso Nacional, o texto das Notas Trocadas com o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980, que introduzem modificações no Convênio sobre Transporte Marítimo, concluído entre os dois países, a 25 de abril de 1974.

Conforme Exposição de Motivos que acompanha a matéria, "as alterações no texto do Convênio, introduzidas de acordo com o disposto no artigo 18, inciso e, visam a explicitar e definir com maior clareza seus objetivos, enfatizando a necessidade de oferecer aos usuários um serviço de transporte marítimo mais eficiente. Nesse sentido, o artigo 3^o foi modificado, para que o prazo de demora nos embarques seja menor, e o artigo 4 sofreu alteração para garantir, inequivocamente, os embarques em navios de terceira bandeira, quando não houver disponibilidade de navios de bandeira brasileira ou chilena.

As duas outras modificações, no artigo 1^o, parágrafo 5^o, e no artigo 12, objetivaram a determinação mais precisa dos limites do Convênio, excluindo no seu âmbito os granéis, o petróleo, seus derivados líquidos por destilação primária e o gás natural, e os casos nos quais as Partes dispensam a aprovação das tarifas de fretes pelas referidas autoridades marítimas.

Ao analisarmos o interesse de se alterar o Convênio de Transporte Marítimo entre o Brasil e Chile, verificamos que ficam mantidas as condições de nação mais favorecida e a reciprocidade de tratamento, sendo, no entanto, uma abertura para que nações de terceira bandeira tenham uma participação maior nesse meio de transporte.

Acreditando ter o Ministério das Relações Exteriores do Brasil bem analisado os vários aspectos das alterações, somos pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Decreto Legislativo n^o 35, de 1981.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1981. — *Luiz Viana* Presidente — *Bernardino Viana* Relator — *Saldanha Derzi* — *Amaral Peixoto* — *Aloysio Chaves* — *Tancredo Neves* — *Moacyr Dalla* — *Lomanto Júnior* — *Lourival Baptista*.

PARECER N^o 160, DE 1982

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Relator: *Senador Lázaro Barboza*

Vem à consideração deste Órgão Técnico o texto das notas trocadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, modificando o Convênio sobre Transporte Marítimo, vigente desde janeiro de 1975.

O projeto de decreto legislativo que aprova o ato internacional em referência mereceu o apoio das Comissões e do Plenário da Câmara dos Deputados, assim como da Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

As notas, cujo texto é submetido ao Congresso Nacional, objetivam a explicitar e definir, com maior clareza, os fins do Convênio, enfatizando a necessidade de oferecer aos usuários um serviço de transporte marítimo mais eficiente.

A modificação realizada no art. 3^o do Convênio visa a menor demora nos embarques, e as alterações no art. 4^o são para garantir os embarques de terceira bandeira, quando não houver disponibilidade de navios de bandeira brasileira ou chilena.

O objetivo da modificação no parágrafo 5^o, do art. 1^o, é excluir do Convênio os granéis, o petróleo e seus derivados líquidos por destilação e o gás natural. Já no art. 12, a alteração trata da aprovação das autoridades marítimas competentes das partes contratantes, para que possam vigor as tarifas de fretes, salvo se uma das partes notificar à outra sua decisão de não submetê-las à aprovação das respectivas autoridades.

Caso sejam aprovadas, as alterações, de que trata o texto em estudo, passam a constituir parte integrante do Convênio Brasil-Chile de Transporte Marítimo.

Do ponto de vista desta Comissão, o texto das notas em apreciação nenhum prejuízo traz aos interesses brasileiros. Pelo contrário, deixa explicitados detalhes que pareciam obscuros.

Opinamos, portanto, pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1982. — *Luiz Cavalcante*, Presidente, em exercício — *Lázaro Barboza*, Relator — *Aloysio Chaves* — *Lomanto Júnior* — *Alberto Silva*.

PARECERES N^{os} 161 e 162, DE 1982

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo n^o 27, de 1981, (n^o 101-B, de 1981 — CD) que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, pelo qual se coordena a distribuição de canais para o Serviço Móvel Marítimo, na faixa de 2.065 a 2.107 KHZ, concluído em Montevideu, a 8 de julho de 1980".

PARECER N^o 161, DE 1982

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: *Senador Nelson Carneiro*

Atendendo a dispositivo constitucional, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo firmado entre os Governos das Repúblicas da Argentina, do Brasil e do Uruguai, no qual se coordena a distribuição de canais para o Serviço Móvel Marítimo, na faixa de 2.065 a 2.107 KHZ, concluído em Montevideu, a 8 de julho de 1980.

Em Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem do Senhor Presidente, o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores lembra que "o desenvolvimento dos sistemas de radiocomunicações no Brasil, Uruguai e Argentina vem exigindo que procedimentos sejam estabelecidos para que os serviços das Administrações de Telecomunicações dos três países não se interfiram mutuamente nas regiões fronteiriças".

Com esse objetivo, o Acordo em apreço deverá regular a operação das estações de barco e das estações costeiras previstas no número 200 do Regulamento de Radiocomunicações, na faixa de 2.065 a 2.107 KHZ.

O ato em questão foi elaborado nos termos da Convenção Internacional de Telecomunicações realizada em 1973 em Málaga — Torremolinos, das normas técnicas do Regulamento de Radiocomunicações — 1976 e da Junta Internacional de Registro de Frequência — 1968.

Trata-se de um acordo que visa ao estabelecimento de parâmetros de procedimento, a fim de se garantir a qualidade dos serviços e um sistema de consulta permanente, com troca de informações e cooperação mútua, tendo em vista a redução de interferências prejudiciais no uso do espectro radioelétrico.

Suas normas atendem ao usual já consagrado pelo Direito Internacional, preservada a soberania de cada parte e reciprocidade de tratamento.

No exame da matéria, entendemos nada haver a ser oposto à sua aprovação, na forma do Projeto de Decreto Legislativo n^o 27, de 1981.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1981. — *Luiz Viana*, Presidente — *Nelson Carneiro*, Relator — *Bernardino Viana* — *Moacyr Dalla* — *Lourival Baptista* — *Aloysio Chaves* — *Tancredo Neves* — *João Calmon* — *Lomanto Júnior*.

PARECER Nº 162, DE 1982**Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas****Relator: Senador Luiz Cavalcante**

Com treze artigos e um apêndice, é submetido à deliberação do Congresso Nacional, pelo Presidente da República — em obediência à norma constitucional — o texto do acordo entre Argentina, Brasil e Uruguai, que coordena a destruição de canais para o Serviço Móvel Marítimo, na faixa de 2.065 e 2.107 quilohertz.

A matéria foi aprovada pelas Comissões e pelo Plenário da Câmara dos Deputados, merecendo, também, o apoio da Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

De essencialidade reconhecida, o Serviço Móvel Marítimo obedece a critérios técnicos em que são observadas as áreas de serviço, a potência, a largura da faixa ocupada, a tolerância de frequência, as radiações não-essenciais, as antenas, as relações de proteção, a separação, em distância, entre estações costeiras e os tipos de emissão. Por isso mesmo existe um plano de distribuição de canais, que são indicados no nº 200 do Regulamento de Radiocomunicações. Esse regulamento fixa as normas, e a utilização de frequências se faz mediante notificação antecipada do plano de distribuição.

Qualquer nova consignação ou modificação no plano deve ser motivo de estudo antecipado, que apreciará, inclusive, as interferências prejudiciais, com o objetivo de que sejam eliminadas.

Foi considerando que o número de canais disponíveis segundo o nº 200 do Regulamento de Radiocomunicações não satisfaz plenamente as necessidades argentinas, brasileiras e uruguaias, que as partes resolveram utilizar mais dois canais: 1) do Rio Grande ao Norte, Brasil, com a frequência de 2069,9 KHz; 2) de bella Unión a Chuy, exceto Montevideu, no Uruguai, com frequência de 2076,9 KHz.

Os benefícios que o Serviço Móvel Marítimo presta à navegação oceânica são de todos conhecidos.

No acordo firmado pela Argentina, pelo Brasil e pelo Uruguai, objetiva-se maior eficiência de tal serviço.

Opinamos, pois, pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Aloysio Chaves*, Presidente, em exercício — *Luiz Cavalcante*, Relator — *Lázaro Barboza* — *Lomanto Júnior* — *Alberto Silva*.

PARECERES Nºs 163 E 164, DE 1982

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1981 (nº 104-B, de 1981-CD) que “aprova o texto da Convenção internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo — SAR, concluída em Hamburgo, a 27 de abril de 1979, entre o Brasil e diversos países”.

PARECER Nº 163, DE 1982**Da Comissão de Relações Exteriores****Relator: Senador Tancredo Neves**

Atendendo ao disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo — SAR, concluída em Hamburgo, a 27 de abril de 1979, entre o Brasil e outros países interessados.

Instruindo o interesse nacional na ratificação do texto, argumenta o Senhor Ministro das Relações Exteriores em Exposição de Motivos que acompanha a matéria que “o referido ato internacional fundamenta-se no espírito de solidariedade que sempre conduziu os homens do mar a prestar assistência a todos os que se achem em perigo de vida como decorrência de sinistros marítimos, e consolida muitas das práticas já adotadas pela Marinha brasileira nos serviços de busca e salvamento.

Em essência, segue as normas jurídicas instituídas pela Convenção Internacional para Salvamento da Vida Humana no mar, de 1974, e pela Convenção sobre a Aviação Civil, de 1944, documentos legais dos quais o Brasil é parte. O instrumento em apreço prevê a definição das Áreas marítimas de alto mar como regiões de responsabilidade de determinados países, para efeito de busca e salvamento marítimos, bem como o estabelecimento das linhas limítrofes entre tais regiões por acordos entre os países interessados. Já em 1978, o Governo brasileiro comunica à IMCO sua aceitação da responsabilidade pelas operações de busca e salvamento marítimos nas áreas delimitadas por aquela Organização.

Na parte introdutória da presente Convenção são feitas considerações sobre as diversas Convenções Internacionais, cuja especial importância à prestação de Assistência a pessoas em perigo no mar e dos dispositivos adequados, eficazes e vigilantes da costa marítima são devidamente tratados.

Estudando seus artigos, verificamos que as normas ali contidas foram redigidas segundo os preceitos consagrados nessas ocasiões.

Conforme exposição que acompanha a matéria “os serviços acima referidos já vêm sendo efetivamente prestados pelo Governo brasileiro, através dos Ministérios da Aeronáutica, das Comunicações e da Marinha, os quais emitiram parecer favorável à ratificação, pelo Brasil, da Convenção”.

Nada encontrando que possa ser oposto ao ato em pauta, somos pela sua aprovação, na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1981.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 1981. — *Luiz Viana*, Presidente — *Tancredo Neves*, Relator — *Moacyr Dalla* — *Lomanto Júnior* — *Lourival Baptista* — *Aloysio Chaves* — *Amaral Peixoto* — *Saldanha Derzi* — *Bernardino Viana*.

PARECER Nº 164, DE 1982**Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas****Relator: Senador Lázaro Barboza**

A importância que se dá, internacionalmente, à assistência a pessoas em perigo no mar e ao estabelecimento, por todos os Estados costeiros, de dispositivos adequados e eficazes para a vigilância da costa e de serviços de busca e salvamento, levou grande número de países a firmarem a Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo.

Tal instrumento resultou da Conferência Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, realizada em 1979, e na qual se verificou a necessidade da coordenação das atividades relacionadas com a segurança no mar e sobre o mar, entre diversas organizações inter-governamentais.

O projeto de decreto legislativo que vem ao exame deste Órgão técnico aprova o texto da aludida Convenção e já mereceu o apoio das Comissões e do Plenário da Câmara dos Deputados, bem como da Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

Fundamenta-se, pois, o ato internacional em exame, no espírito de solidariedade que sempre existiu entre os homens do mar, que socorrem a quantos se encontrem em perigo de vida, como resultado de sinistros marítimos.

Na essência, a Convenção em estudo obedece às linhas já definidas pela Convenção Internacional para Salvamento da Vida Humana no Mar, assinada em 1974, e pela Convenção sobre a Aviação Civil, firmada em 1944. De ambos os instrumentos legais o Brasil faz parte.

Entretanto, a Convenção em debate prevê a definição das áreas marítimas de alto mar como regiões de responsabilidade de determinados países, para efeito de busca e salvamento marítimo, bem como o estabelecimento das linhas limítrofes entre tais regiões por acordos entre os países interessados.

A convenção preconiza sistemas de salvamento em âmbito nacional, bem como o controle da posição de navios mercantes.

O sistema de controle apontado pela Convenção permitirá maior eficácia aos serviços de salvamento da vida humana no mar. Aliás, já vêm sendo adotadas medidas de tal ordem, pelo Governo brasileiro, por intermédio da Marinha, da Aeronáutica e do Ministério das Comunicações.

Tendo em vista a importância do ato internacional em discussão, opinamos pela aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Luiz Cavalcante*, Presidente, em exercício — *Lázaro Barboza*, Relator — *Aloysio Chaves* — *Lomanto Júnior* — *Alberto Silva*.

EXPEDIENTE RECEBIDO**LISTA Nº 02, DE 1982****Em 20 de abril de 1982**

Convites ao Senhor Presidente do Senado Federal:

- do Ministro das Minas e Energia — DF;
- da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais — MG;
- da Câmara Municipal de Betim — MG;
- da Associação Médica Brasileira de Belém — PA;
- da Loja Maçônica Luz e Caridade — Vila Rondon — PA;
- da ABEF — Universidade Federal da Paraíba — Patos — PB;
- da Câmara Municipal de Mauá — RJ;
- da Sociedade de Medicina e Cirurgia — RJ;
- do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — RJ;
- do Lar de Santo Antônio dos Excepcionais — Porto Alegre — RS;
- do Vereador Aureliano Soares de Andrade — SP;
- da Companhia de Força e Luz de Campinas — SP;
- da Associação Comercial de Santos — SP;

Relatórios:

- da Secretaria de Planejamento da Presidência da República — DF;
- do Banco Central do Brasil — DF;
- do Banco Interamericano de Desenvolvimento — RJ;
- da Embratel — RJ;
- da Light — RJ;

Manifestações sobre Projetos:

- do Governo do Estado do Amapá — AP, solicitando inclusão na Ordem do Dia do PR nº 199/81;
- da Câmara Municipal de Macapá — AP, solicitando apreciação urgente do PLC 65/81;
- do Sindicato de Professores de Volta Redonda — RJ, solicitando aprovação do PL 5.102/81;
- da Confederação Nacional das Profissões Liberais — RJ, contrária ao PL 444-A/79;
- do Sindicato dos Distribuidores e Vendedores de Jornais e Revistas no R. G. do Sul — RS, solicitando especial atenção ao PL nº 146/78;
- da Federação das Associações Comerciais — RS, solicitando estudo do PLN 26/81;
- da Associação Profissional de Contadores de Porto Alegre — RS, solicitando rápida aprovação do PLS 309/79;
- da Câmara Municipal de Diadema — SP, solicitando rápida tramitação do PL 31/80;
- Fundação Universidade do Rio Grande — RS, solicitando informação referente ao PL 11/67;
- da Secretaria de Educação e Cultura do Espírito Santo — ES, solicitando aprovação do PL 77/81;
- da Associação Comercial de Porto Alegre — RS, solicitando informação referente ao PL 5.515/81;
- da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — SP, contrária ao PLC 111/81;
- do Conselho Regional de Técnicos de Administração — SP, contrária ao PL 595/79;

Manifestações sobre o PLS 321/81:

- da Câmara Municipal de Taubaté — SP;
- da Prefeitura Municipal de Marília — SP;
- da Associação Comercial — RS;
- da Câmara Municipal de Londrina — PR;
- da Câmara Municipal de Piracicaba — SP;

Diversos:

- da Câmara Municipal de Coari-AM, comunicando a posse do 1º Suplente do PP;
- do Governador do Estado de Mato Grosso — MT, solicitando apoio ao Ofício S/30 de 1981;
- da Assembleia Legislativa do Estado do Pará — PA, solicitando providências para o colégio Paes de Carvalho;
- do Sindicato dos Trabalhadores de bloco dos Portos de Paranaguá e Antonina — PR, comunicando transformação da Associação para Sindicato;
- da Associação Brasileira de Cervejas — RJ, solicitando rápida aprovação do Projeto de Lei que aumenta o Capital da Embrafilme;
- do Instituto dos Advogados Brasileiros — RJ, solicitando a elaboração e estudo de Projeto de Lei visando o Salário Mínimo profissional do Advogado;
- da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando providências ao projeto que regulamenta a profissão de fonoaudiólogo;
- do Sindicato dos Empregados em estabelecimentos Bancários de Santa Maria — RS, solicitando aumento de leito hospitalar em Santa Maria;
- da Câmara Municipal de Vereadores de Bagé — RS — propondo o envio de um expediente sugerindo a proibição de venda de terras brasileiras a grupos estrangeiros;
- da Prefeitura Municipal de Candelária — RS, solicitando aprovação da Lei Orgânica do Ministério Público;
- da Assembleia Legislativa de Florianópolis — SC, solicitando providências na revogação do artigo 566 da CLT;
- da Câmara de vereadores de Joinville — SC, contrária ao reajuste na base de 91,39%, dos aluguéis de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º - Secretário.

*É lido o seguinte***PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 1982-Complementar**

Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Sobre as prestações ou quaisquer direitos devidos aos empregados, em decorrência desta lei complementar, não incidirão contribuições previdenciárias nem estão sujeitos ao Imposto de Renda.

Parágrafo único. Aos beneficiários desta lei, porém, é facultado reclamar na Justiça do Trabalho a comprovação ou o cumprimento, pelo empregador, das obrigações que ora lhe são cometidas.”

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Embora unificados através da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público continuam sendo disciplinados, quanto a certos aspectos peculiares aos trabalhadores em geral e aos servidores públicos, pela legislação original que os instituiu, ou seja, pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970 e pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, respectivamente.

A alteração aqui preconizada diz respeito tão-somente a direitos atribuíveis a trabalhadores celetistas, de modo que necessário se torna viabilizá-la através da Lei Complementar nº 7/70.

E o que se quer, em síntese, é que, no caso de a empresa empregadora deixar de cumprir suas obrigações para com o PIS-PASEP, o trabalhador prejudicado tenha a quem reclamar, dirigindo-se à Justiça do Trabalho.

Até aqui tal procedimento é impossível, justamente em razão de omissão da lei.

Sala das Sessões, 20 de abril de 1982. — *Nelson Carneiro.*

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE SETEMBRO DE 1970**

Art. 10. As obrigações das empresas, decorrentes desta Lei, são de caráter exclusivamente fiscal, não gerando direitos de natureza trabalhista nem incidência de qualquer contribuição previdenciária em relação a quaisquer prestações devidas, por lei ou por sentença judicial, ao empregado.

Parágrafo único. As importâncias incorporadas ao Fundo não se classificam como rendimento do trabalho, para qualquer efeito da Legislação Trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal e não se incorporam aos salários ou gratificações, nem estão sujeitas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Ofício nº 047/82

Brasília, 20 de abril de 1982.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que substituirei o Deputado Juarez Furtado na Comissão Mista encarregada do estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1982, que assegura aposentadoria à mãe de pessoa excepcional ou ao responsável legal que a substitua, alterando a redação do item XIX, artigo 165, do texto constitucional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — *Carlos Sant'Ana*, Líder em exercício do PMDB. Ofício nº 048/82

Brasília, 20 de abril de 1982.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que os Deputados Adhemar Santillo, Antônio Mariz, Jackson Barreto e Ronan Tito foram indicados por esta Liderança para substituírem os Deputados Modesto da Silveira, Carlos Cotta, Antônio Russo e Aldo Fagundes, respectivamente, na Co-

missão Mista encarregada do estudo e parecer sobre a Mensagem Presidencial nº 86/82, na origem, 06/82-CN, Projeto de Lei nº 03/82 que, "dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — *Carlos Sant'Ana*, Líder em exercício do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Ministério das Relações Exteriores, sob os melhores auspícios, está comemorando o Dia do Diplomata, em homenagem à data natalícia do seu Patrono, o Barão do Rio Branco — José Maria da Silva Paranhos — paladino da nossa diplomacia. Das mais justas e merecidas essas lembranças de quem tanto realizou pelo Brasil numa época difícil, quando ainda éramos um país subdesenvolvido, sujeito às injunções de toda ordem, e o tato do estadista que chefiava o Itamaraty, com a sua invulgar maestria, inteligência e persuasão, dava-lhe os trunfos que soube colecionar em nosso favor.

Todas essas qualidades, reconhecidas no meio diplomático, eram intrínsecas no *primus inter pares* da nossa diplomacia e o *deu sterninus* das fronteiras, como o cognominou Rui Barbosa.

Corroborando esta minha afirmativa, bastaria uma frase do Barão do Rio Branco, que extraí do livro do seu biógrafo Luís Viana Filho, para definir sua grandeza e seu brilhantismo, pelo ensinamento que encerra: "Não fazemos questão de território; fazemo-la de brasileiros".

Através desse seu admirável tirocínio, sobrepujou incompreensões e dificuldades de toda ordem, especialmente nas questões fronteiriças, pelas quais se tornou credor da gratidão da Pátria, sem ostentar vitórias, um aspecto próprio da sua índole.

Fernando Antônio Raja Gabaglia, em seu livro "Fronteiras do Brasil," registra a questão relativa ao rio Oyapoc, na qual o Barão do Rio Branco foi nomeado, em 1898, para defender a causa do Brasil. O seu trabalho foi "de tal ordem que o colocam entre os grandes geógrafos, cartógrafos, historiadores e diplomatas".

Some-se a esse seu desempenho o caso acreano, que teve um desfecho feliz em 1903, com o majestoso Tratado de Petrópolis. Não é sem justificada razão que o imponente Palácio do Governo do Estado do Acre, construído nas gestões de Hugo Ribeiro Carneiro e José Guimard dos Santos, denomina-se Palácio Rio Branco; e a própria Capital tem seu nome, em respeito e reconhecimento a quem beneficiou aquela terra. Por isso dizemos que a obra de Rio Branco à frente do Itamaraty, durante 10 anos, foi de tal magnitude que jamais será olvidada. Criou raízes que mantêm firme a diplomacia brasileira.

O jornal *O Paiz*, que circulou na antiga Capital, em seu número de 10 de fevereiro de 1928, portanto há 54 anos, evocando a data do falecimento do homenageado de hoje, registrou que "O nome do barão do Rio Branco não precisa ser encarecido e louvado — que nele está toda uma gloriosa evocação de inteligência, de cultura, de sábio conhecimento dos homens e dos problemas do seu tempo".

E adiciona:

"Restaurador pacífico dos direitos da Pátria, ele se tornou o maior patrono e defensor das nossas fronteiras, que foi fixando e demarcando com o só recurso dos documentos históricos, sem eiva de má fé ou relance de intenção agressiva."

As lições, das mais sábias, deixadas pelo nosso inextinguível Chanceler plasmaram as nossas lindas nessa difícil tarefa de conduzir os assuntos da intrincada política internacional. E os seus seguidores têm, nos ensinamentos do Barão do Rio Branco, a base e a doutrina como suporte dos sucessos alcançados pelo nosso país.

O diplomata é a linha avançada da pátria; e poderíamos dizer com acerto que no exterior ele reflete a imagem do Brasil. Por isso dizemos que os nossos diplomatas daqui e de além fronteiras têm sabido corresponder aos nossos anseios, honrando a nossa tradição. E o Ministro Saraiva Guerreiro, como o responsável pelo êxito da nossa diplomacia, graças à sua sólida cultura, oculada no seu aspecto sóbrio e modesto, se enfileira entre os grandes valores da diplomacia brasileira, com uma competência já tantas vezes demonstrada na condução da nossa política externa, sob a diretriz do honrado Presidente João Figueiredo.

Sempre atento e acompanhando o desempenho do Itamaraty, sinto-me orgulhoso de fazer este registro, em homenagem a esses incansáveis batalha-

dores anônimos do fortalecimento da nossa amizade e sadia convivência entre os povos e as nações do mundo.

Muito obrigado! (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tentarei complementar o discurso que iniciei ontem sobre o problema internacional criado pelas Malvinas, hoje comentando exatamente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, invocado pela República da Argentina.

Recordo-me, Sr. Presidente, de que o Decreto nº 25.650, de 12 de outubro de 1948, mandava o Brasil executar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente.

Já o Decreto nº 26.428, de 9 de março de 1949, assinado pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo Chanceler Raul Fernandes,

"tornava a entrada público em vigor do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência inter-americana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente".

E aqui é interessante observar que quando o Presidente Dutra baixou esse decreto, ao se referir aos países que haviam aceitado esse acordo, notava-se a ausência exatamente da República da Argentina, que possivelmente poderia, posteriormente, ter aderido ao Tratado.

O Decreto do Presidente Dutra dizia exatamente o seguinte:

DECRETO Nº 26.428, de 9 DE MARÇO DE 1949

Torna pública a entrada em vigor do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência inter-americana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo sido depositados na União Panamericana, em Washington, os Instrumentos de ratificação, por parte dos Governos da República Dominicana, do Panamá, da Colômbia, dos Estados Unidos da América, de Honduras, de El Salvador, dos Estados Unidos do Brasil, de Haiti, do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, dos Estados Unidos Mexicanos e da Costa Rica do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de setembro de 1947, por ocasião da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, e promulgado pelo Decreto nº 25.660, de 13 de outubro de 1948:

Torna público que o referido Tratado, nos termos de seu Artigo 22, entrou em vigor, com relação aos países acima mencionados a 3 de dezembro de 1918, data do depósito do instrumento de ratificação por parte do último dos citados Governos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1949, 128ª da Independência e 61ª da República.

EURICO G. DUTRA

Raul Fernandes

No instante em que o Governo brasileiro baixava esse decreto, a República da Argentina ainda não havia firmado esse Tratado.

Posteriormente, através do Decreto Legislativo nº 58/77, desta vez assinado evidentemente como um decreto legislativo pelo Senador Petrônio Portella, o Senado dizia o seguinte:

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 1977

Aprova o texto do Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Art. 1º É aprovado texto do Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), celebrado em São José da Costa Rica, a 26 de julho de 1975.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de junho de 1977. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

Sr. Presidente, é importante recordar, em parte, o que seja esse tratado, porque é exatamente o que se vai proceder em Washington, a partir de hoje, a solicitação da República da Argentina na aplicação desse Tratado.

Vamos ver, Sr. Presidente, que a situação brasileira, além da situação americana, também será uma situação delicada, porque o Brasil reconhece a soberania das Ilhas Malvinas, pretendida pela Argentina, e ao reconhecer essa soberania, Sr. Presidente, ele vai se deparar com alguns aspectos atinentes a esse Tratado, e pode haver, evidentemente, algumas contradições.

Não sabemos, a esta altura, qual será a posição do Governo brasileiro, porque, lamentavelmente, como disse ontem aqui no plenário do Senado, não só pelo desinteresse da Casa, mas também por falta de informações, o Congresso Nacional, particularmente o Senado da República, é pouco informado sobre a política externa brasileira.

Veja, Sr. presidente, que ainda ontem lembrávamos que apenas na próxima terça-feira, quando possivelmente só nos trará histórias, S. Ex^a o Ministro de Estado das Relações Exteriores estará comparecendo ao Senado, e eu tive a ocasião de afirmar, e reafirmo hoje, que não por culpa de S. Ex^a o Sr. Ministro de Estado, mas sobretudo por um desinteresse grande, o que é anormal, do Senado da República.

Portanto, não sabemos qual seria a posição do Governo brasileiro hoje, e nos próximos dias, em relação à evocação desse Tratado pela República da Argentina.

Mas vale destacar exatamente alguns aspectos sérios com que o Brasil vai se deparar. Vejamos o que diz o art. 1º do tratado:

"As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e obrigam-se, suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça nem ao uso da força, de qualquer forma incompatível com as disposições das Cartas da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas ou deste Tratado."

E aqui, então, Sr. Presidente, vale a pena lembrar o que foi dito também ontem, aqui na sessão plenária do Senado, que, a 2 de abril de 1982, o Conselho de Segurança das Nações Unidas deliberava o seguinte:

- 1 — exigir a imediata cessação das hostilidades;
- 2 — exigir uma imediata retirada de todas as forças argentinas das Ilhas Falkland (para a ONU, elas assim se denominam);
- 3 — Instar os governos da Argentina e do Reino Unido a buscarem uma solução diplomática para suas diferenças e a respeitarem plenamente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

É claro que se poderia dizer que a partir de 1960 a Organização das Nações Unidas tem quase que reconhecido juridicamente os movimentos de libertação, sobretudo aqueles visando exatamente à descolonização que ainda se encontra na face da terra. É defesa que aqueles estudiosos do Direito Internacional admitem: que a ONU, a partir de 1960, tem reconhecido esses movimentos de libertação. E poder-se-ia alegar que nesse caso seria um movimento de libertação o avanço das tropas militares argentinas sobre as Ilhas Malvinas.

Mas é verdade, Sr. Presidente, que mesmo nessa interpretação dos estudiosos da política internacional, o Conselho de Segurança deliberou exatamente o seguinte:

- 1 — exigir a imediata cessação das hostilidades;
- 2 — exigir uma imediata retirada de todas as forças argentinas das Ilhas Falkland.

O art. 3º, Sr. Presidente, do TIAR, vai nos obrigar a um outro exame mais apurado por parte do Itamarati, quando deparmos com o seguinte:

1. As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado Parte será considerado como um ataque contra todos os Estados Partes e, em consequência, cada um delas se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque no exercício do direito imane de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

No parágrafo 2º deste art. 3º, encontramos o seguinte:

2. Por solicitação do Estado ou dos Estados Partes diretamente atacados por outro ou outros Estados Americanos, e até que o Órgão de Consulta previsto neste Tratado tome uma decisão cada um dos Estados Partes poderá determinar, segundo as circunstâncias, as medidas imediatas que adote individualmente, em cumprimento da obrigação de que trata o parágrafo precedente.

Sr. Presidente, não sabemos a que ponto também a Argentina vai exigir a aplicação do TIAR, mas podemos, a esta altura, considerar altamente dramá-

tica a própria posição brasileira em relação a esse tratado que o Governo brasileiro reconhece.

O parágrafo 3º deste artigo, Sr. Presidente, diz o seguinte — e aí é importante destacar:

Em caso de ataque armado de origem extracontinental contra um ou mais Estados Partes, e até que o órgão de Consulta tome uma decisão, cada um dos Estados Partes poderá determinar, segundo as circunstâncias, por solicitação do Estado ou dos Estados Partes atacados, as medidas imediatas que adote no exercício de seu direito de legítima defesa individual ou coletiva, de acordo com o Artigo 51 da Carta das Nações Unidas e com a obrigação estabelecida no parágrafo 1º deste Artigo.

O parágrafo 5º diz:

O estipulado neste Artigo aplicar-se-á a todos os casos de ataque armado que se efetue contra um Estado Parte, na região descrita no Artigo 4º ou em território sob a plena soberania de um Estado Parte.

Ao que parece a Argentina poderia solicitar o art. 6º. No entanto, no § 6º do art. 3º, já encontramos:

"Poderão ser aplicadas as medidas de legítima defesa de que trata este Artigo, até que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tenha tomado as medidas necessárias para manter a paz e a segurança internacionais."

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, eminente Senador.

O Sr. Luiz Cavalcante — Poderia V. Ex^a me fazer o favor de repetir o primeiro dispositivo que V. Ex^a leu, pelo qual as nações latino-americanas obrigam-se a não recorrer à força?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não, com muito prazer, Senador Luiz Cavalcante.

Lendo para V. Ex^a, é exatamente a atenção que chamo, que houve uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas, ao mesmo tempo, o Brasil reconhece a soberania das Ilhas Malvinas para o Brasil, e para a ONU chamadas de Ilhas Falklands. Diz o seguinte o art. 1º:

"As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e obrigam-se, suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça nem ao uso da força, de qualquer forma incompatível com as disposições das Cartas da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas ou deste Tratado."

O Sr. Luiz Cavalcante — Muito grato a V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador Luiz Cavalcante, V. Ex^a pinça exatamente o art. 1º, que considero da maior importância e que poderá colocar o nosso País numa posição difícil, pois — como eu disse — se o Brasil reconhece a soberania das Ilhas Malvinas — é reconhecida, o Governo brasileiro tem reconhecido essa soberania — e, ao mesmo tempo, se reconhecemos essa soberania e se entendemos que esta é uma forma de libertação contra o colonialismo, é claro que não saberíamos — e aí é que está a dúvida até agora não esclarecida, e talvez até com razão, pelo próprio Itamarati — qual seria a posição brasileira: ao reconhecer a soberania estaríamos nós, implicitamente, também, reconhecendo que se trata de um movimento de libertação? Se esta for a concepção do Itamarati, concepção que o Congresso não conhece e, evidentemente, é um caso que merece estar sendo conduzido desta forma, dentro da área diplomática, aí se torna difícil que o Brasil não venha a ter que aceitar, caso o governo argentino reclame, a própria utilização de força na defesa da República Argentina.

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Ex^a podia permitir — no azado momento — que eu expressasse a minha opinião, a minha desvaliosíssima opinião a respeito?

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Luiz Cavalcante, é com prazer que debato com V. Ex^a. Já tive ocasião de dizer, não que seja um assunto árido, mas é assunto que, lamentavelmente, pouco interessa ao Senado Federal. E sempre há aquela esperança, quando falamos em Assembleia Nacional Constituinte, quando falamos na reforma da Constituição. Tenho, para mim, que o Senado Federal há de ter outra disposição dentro do sistema bicameral brasileiro. O Senado Federal talvez tenha que se libertar de algumas coisas, a que hoje estão sujeitas a sua aprovação e a sua discussão, para que realmente retome, sobretudo no campo das relações exteriores, aquela convicção que entendemos que o Senado da República deva ter. Portanto, é sempre um prazer ouvir V. Ex^a.

O Sr. Luiz Cavalcante — Muito obrigado, eminente Senador Itamar Franco.

Em primeiro lugar, por ordem cronológica, ou hierárquica, as nações americanas obrigaram-se a não recorrer à força, pelo menos a não tomar a iniciativa de recorrer à força. Então, me parece que esse artigo precede qualquer outro dispositivo. Inegavelmente. Assim, não pode a Argentina, a meu ver, exigir das nações americanas que a acudam agora, que venham em socorro dela, porque, na verdade, a agressora foi a nação argentina. Foi ela quem entendeu de fazer justiça com as próprias mãos. É verdade que o colonialismo é hoje coisa terrivelmente anacrônica. Mas aí está a ONU, Organização das Nações Unidas, para resolver as pendências. Era o caso de a Argentina, então, submeter à Alta Corte Mundial a sua justa pretensão, e não tomar a iniciativa de conquistar à força aquele terreno que reivindica. A Argentina aí está cometendo uma terrível incoerência contra ela mesma. É que em 1902, eminente colega, ficou famosa a Doutrina Drago, do então Chanceler argentino Luiz Maria Drago, que investiu furiosamente contra nações européias — se não me engano Alemanha, Inglaterra e Itália — que bloquearam e canhonearam mesmo as costas da Venezuela, para obrigá-la a pagar uma dívida que não tinha honrado em tempo. Então, Luiz Maria Drago, esse meu ilustre xará, tornou famosa a sua Doutrina, a Doutrina que caracteriza a veemência com que a Argentina se opôs à agressão. Pois bem, agora a Argentina está num papel inverso, pois a agressão partiu dela. E tendo sido ela a agressora, repito, me parece que desobriga o Brasil e as demais nações de a considerarem a nação agredida, porque, a iniciativa da força foi da República irmã. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a, Senador Luiz Cavalcante.

Vejamos a gravidade do problema: quando — e até cansativamente, eu sei — insisto aqui, no plenário do Senado, e hoje tenho que fazê-lo através do Senado, porque, lamentavelmente faço parte da Mesa Diretora — evidente que falo lamentavelmente com o devido respeito — e não faço parte da Comissão de Relações Exteriores do Senado, lá fui apenas outro dia, para solicitar a presença do nosso Chanceler aqui — vamo-nos deparar com uma posição difícil. O Congresso Nacional tem que estar perfeitamente informado, porque, diferentemente da Argentina, com Carta outorgada ou não, estamos sob uma Constituição. Lá, o governo argentino pode enviar tropas sem consultar ninguém, porque o governo de lá vive hoje sob um autoritarismo presente. Aqui, no Brasil, não. A Constituição brasileira é clara — nenhum envio de tropas será feito sem o Congresso Nacional opinar. Esta é uma realidade, Senador Luiz Cavalcante, que pode estar presente dentro de poucos dias, e quando o Congresso Nacional vai-se informar, em duas horas, em meia hora sobre a autorização de envio de tropas, se for o caso? Da sua Marinha de Guerra, possivelmente? Da sua Aeronáutica ou do seu Exército?

É por isto que trago este assunto — e esperamos nós que isso não aconteça — sempre na esperança de que a paz predomine, que o bom senso predomine entre as nações, mas, de qualquer forma, só a invocação desse tratado hoje, praticamente pela madrugada, e já hoje uma reunião, em Washington, pela Argentina, pode amanhã o Brasil ser chamado, para não ficar fora da comunidade latino-americana, a intervir no processo. Se a mediação americana falhar e se os britânicos resolverem realmente investir nessa região do Atlântico Sul, o Congresso Nacional vai ter que se deparar com a situação de fato. É por isso, nobre Senador Luiz Cavalcante, que, às vezes, trazemos estes assuntos, porque pode não acontecer nada, mas o Congresso terá que opinar, se for o caso, sobre o envio de tropas. A Constituição é clara neste aspecto. Nós vivemos sob uma ordem ainda não totalmente democrática, mas nós já avançamos no processo de abertura.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite-me ainda uma intervenção? (*Assentimento do orador.*) A questão, para nós brasileiros, é tanto mais difícil — e não podemos olvidar isso — porque anos atrás, mas não há cento e cinquenta anos, conforme data a posse das Malvinas pela Inglaterra, há muito menos tempo do que isso, a Argentina reivindicou a posse do chamado Território das Missões, no Rio Grande do Sul.

O SR. ITAMAR FRANCO — E vale a lembrança de V. Ex^a

O Sr. Luiz Cavalcante — É verdade que vou aventar uma simples hipótese, uma hipótese demasiado temerária, mas não podemos deixar de levá-la em consideração: e se amanhã a Argentina se julgar suficientemente forte e resolver, também, construir outra situação de fato e invadir o antigo Território das Missões anexando-o ao seu território?

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente, nobre Senador Luiz Cavalcante, isso que tentamos, dentro do fluxo de informações que temos e que é pouco, mostrar que não é possível, na aproximação do fim deste século,

com o século XXI às nossas portas, recorrer ao uso da força, das forças militares para anexar este ou aquele território. V. Ex^a lembra muito bem o que poderia ocorrer, eventualmente, pois esperamos que não aconteça.

O Sr. Agenor Maria — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não.

O Sr. Agenor Maria — Nobre Senador Itamar Franco, eu acho, na realidade, oportuno V. Ex^a trazer ao debate, nesta Casa, o problema das Malvinas. Entendo, nobre Senador Itamar Franco, que, segundo o tratado dos países dessa área, a Argentina estaria na obrigação de participar a todos esses países o que ela tinha em mente, que era invadir as Malvinas. Se ela não tomou a iniciativa de participar a esses países e invadiu as Malvinas, à revelia de qualquer um deles, esses países estão desobrigados de correr o risco que ela está correndo. A minha impressão é que esse tratado que V. Ex^a tem em mãos não nos obriga, diante do fato consumado, a acompanhar o tresloucado gesto da Argentina. A obrigação dela, na minha concepção, era entrar em entendimento com os países da América e saber que providências deveria tomar, para chegar a essa providência que tomou, de comum acordo com todos eles. Não à revelia desses países, temerariamente, tomar essa medida, criando uma situação de fato e obrigando a todos nós a incorrer nesse erro tresloucado que pode reservar ao Mundo uma terceira guerra mundial. Muito obrigado, nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Agenor Maria, veja V. Ex^a exatamente a delicadeza do problema.

O Sr. Paulo Brossard — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, ouço o nobre Senador Paulo Brossard.

O Sr. Paulo Brossard — Não era a minha intenção interromper o seu discurso, oportuno e importante...

O SR. ITAMAR FRANCO — É sempre um prazer ouvir V. Ex^a

O Sr. Paulo Brossard — ... senão que estava a ouvi-lo com a maior atenção. Mas o nobre Senador Luiz Cavalcante lhe deu um aparte que, de certa forma, me levou a violentar-me...

O SR. ITAMAR FRANCO — Nós temos que agradecer, em nome do Senador Luiz Cavalcante...

O Sr. Paulo Brossard — ... solicitando a V. Ex^a esta permissão de interferir no seu discurso. É que o nosso eminente colega por Alagoas lembrou que, em tempos idos, há menos de 150 anos, Brasil e Argentina tiveram um litígio de caráter fronteiriço, o problema das Missões. Problema que já se discutia ao tempo do Império, que a República quis resolvê-lo, e pretendeu mesmo fazê-lo. Quando, ainda sob o Governo Provisório, o Ministro das Relações Exteriores, Quintino Bocaiúva, foi a Buenos Aires e, lá, celebrou um tratado com a Argentina, pondo fim ao litígio, tratado esse que o Senado republicano não aprovou, porque, naquele tempo, o Senado não aprovava todos os atos do Poder Executivo. E o signatário desse tratado era o Patriarca da República, era Quintino Bocaiúva, Senador também. Pois bem, como o Senado brasileiro deixou de ratificar, de cancelar o tratado, celebrado e assinado pelo Ministro Quintino Bocaiúva, a questão foi colocada em termos de um juízo arbitral, que foi julgado pelo Presidente dos Estados Unidos da América do Norte. O advogado do Brasil, ou o defensor dos interesses brasileiros, foi o Barão do Rio Branco; o advogado, defensor, dos interesses argentinos, foi Estanislao Zeballos. Como sabe V. Ex^a e a Casa, a sentença do juiz arbitral foi favorável ao Brasil. Este o episódio, aqui lembrado pelo Senador Luiz Cavalcante. Mas, se me permite, não há similitude entre as duas situações, entre a situação das Missões ou do que foi o caso das Missões com a situação das ilhas Malvinas. A situação das ilhas Malvinas é uma situação que eu chamaria de litigiosa. Nunca houve, ao que eu saiba, uma decisão da Justiça internacional ou de um acordo internacional que fizesse as vezes de uma transação ou de uma composição. Não é o caso, dado o litígio Brasil-Argentina, a respeito da fronteira entre os dois países. Ali ambos os países convencionaram colocar o problema sob a decisão de um juízo arbitral, que foi proferido e ambas as partes aceitaram, como não podiam deixar de aceitar. De modo que aqui no caso Brasil-Argentina existe uma solução internacionalmente consagrada e irreversível. Não se trata de uma situação litigiosa. A situação litigiosa havia; deixou de haver no momento em que as partes colocaram a disputa sob um julgamento, que foi proferido, a sentença foi prolatada e, desde então, jamais se questionou sobre o assunto. Quando nós tivemos a questão com a Grã-Bretanha, nos limites com a Guiana Inglesa, e quando os interesses do Brasil, magistralmente defendidos por Joaquim Nabuco, foram, iniquamente, confiscados pela decisão do Rei da Itália, de juiz arbitral que, como se sabe, deixou de acolher

o parecer dos juristas a que tinha incumbido de preparar, de elaborar a sentença, para dividir, salomonicamente, a área entre os dois países, uma fórmula cômoda, mas injusta, dando à Grã Bretanha mais do que a Grã-Bretanha defendera, o Brasil teve que honrar o seu compromisso e aceitou, como não poderia deixar de aceitar, aquela sentença iníqua, sentença injusta, sentença moralmente indefensável, mas que os interesses políticos do Rei da Itália fizeram lavar. De modo que me pareceu conveniente fazer uma observação, pelo menos à guisa de reflexão ou de indagação. Quer-me parecer que não existe similitude, já não digo que não existe identidade, mas acho que não existe, sequer, similitude, entre o problema Argentina-Grã-Bretanha, em relação às ilhas Malvinas ou às ilhas Falklands e a situação que existiu entre o Brasil e a Argentina, em relação aos seus limites, as suas fronteiras. Era apenas esta a observação que me pareceu conveniente ponderar.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço, em primeiro lugar, ao nobre Senador Luiz Cavalcante que, no seu aparte, pôde, não diria, despertar o nobre Senador Paulo Brossard, mas pôde permitir ao Senado Federal que, com as suas luzes trouxesse S. Ex^a, ele com a inteligência que todos nós reconhecemos, de homem que conhece perfeitamente os problemas de ordem internacional, que o Senado Federal está realmente apto para debater esses assuntos. Só não o faz, quando não quer.

Entendi, Senador Paulo Brossard, que não houve, no pensamento do Senador Luiz Cavalcante, nenhuma similitude entre o problema das Malvinas e o das Missões. S. Ex^a, e ele poderá dizer melhor do que eu, quis mostrar que, às vezes, mesmo as decisões das altas cortes, através do arbítrio internacional, podem ser desrespeitadas quando há governos fortes, quando há crises em governos que pretendem, sempre, empregar a força. E nós temos hoje, nas Américas, sobretudo na América Latina, vários pontos que estão sendo discutidos e esse aspecto das ilhas Malvinas pode, amanhã, suscitar a esse ou àquele partido que, se se usa a força e é beneficiado pelo uso da força, o uso da força vale e muitas dessas forças poderão ser utilizadas independentemente do arbítrio internacional.

Eu creio que este deve ter sido o pensamento do Senador Luiz Cavalcante, mas vejo que S. Ex^a já levantou seu microfone e eu lhe darei, com muito prazer, o aparte.

O Sr. Luiz Cavalcanti — Eu só queria lembrar a frase do Chanceler argentino Estanislau Zeballos, quando ele teve conhecimento do laudo do presidente americano, laudo favorável ao Brasil. A frase foi a seguinte: "O meu país prefere ter cabeça de mosquito do que cauda de elefante." isto tem uma significação muito grande: mostra com que *fair-play* (por antifrase) a Argentina acolheu a decisão favorável ao Brasil. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço mais uma vez, Senador Luiz Cavalcante.

Sr. Presidente, vou encerrar o meu pronunciamento, que outro objetivo não teve que chamar, mais uma vez, a atenção do Senado Federal para a gravidade do problema. E, principalmente, Sr. Presidente, mostrar aos Srs. Senadores que, mais do que nunca, é preciso uma constância e uma participação cada vez mais efetiva na política externa brasileira. Ainda hoje V. Ex^a, tão logo iniciada a sessão, lia, através de um ofício da Presidência da República, a designação para mais uma chefia diplomática no exterior. Esta tem sido, praticamente, a nossa posição: vamos aprovar a indicação de um chefe de missão diplomática na Comissão de Relações Exteriores, vamos aprová-la no plenário e aí acaba a participação do Senado no problema da política externa.

As luzes vermelhas indicam que o meu tempo está findo, Sr. Presidente. Eu vou encerrar dizendo que a Argentina, ao pedir essa reunião, em Washington, coloca o Brasil, por certo, numa posição difícil. Coloca o Congresso Nacional numa posição de expectativa, porque, quer queira ou não, ele terá que votar qualquer autorização de envio de tropas a uma situação de beligerância. E foi por isto que, ontem, ao terminar o meu discurso, citei o art. 42 da Carta das Nações Unidas, que, se falhar a mediação americana, deverá ser aplicado. E não custa nada lembrá-lo ao Senado, encerrando este meu pronunciamento:

"Artigo 42

No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no art. 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas."

Sr. Presidente, seria uma força internacional formada pelos próprios países latino-americanos mais pertos do problema.

O nosso interesse é que o Atlântico Sul não se transforme, Sr. Presidente, como disse ontem, em mais um peão entre aqueles que querem cada vez mais se bitolar à Rússia ou aos Estados Unidos. Sr. Presidente, participando, uma vez, de reunião das Nações Unidas, pude observar que as armas convencionais, estas podem ser discutidas no grande plenário das Nações Unidas, mas as armas estratégicas, as armas nucleares, só através do Plano Salte, só através dos Estados Unidos e da União Soviética. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Fernando Freire. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Cumpre registrar o 22º aniversário da fundação de Brasília. Muitos dos que aqui estão participaram da sua instalação. Neste momento, ao recordar essa efeméride da cidade e do País, justo será que se lembre a figura do seu idealizador, o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Houve tempo em que um orador, desta tribuna, se congratulou com a comemoração de mais um aniversário de Brasília, mas teve a capacidade de, descrevendo tudo quanto aqui ocorreu, silenciar o nome do seu construtor. Modesto Líder da Minoria, ocupei a tribuna para dizer apenas o seguinte: Sr. Presidente, acabamos de ouvir uma oração em que se falou da Bíblia sem citar Jesus Cristo.

Os tempos mudaram. Hoje, a Nação já reverencia, toda ela, afastadas as divergências políticas do passado, o seu saudoso Presidente. O memorial Juscelino Kubitschek é uma contribuição do Governo e do povo para perpetuar a memória do grande estadista.

Mas, ao fazer este registro, Sr. Presidente, quero lembrar aqueles modestos candangos que carregaram em suas mãos os materiais de construção, inventando meios de carregar pelas escadarias o material que as máquinas americanas não conseguiam levar ao teto. Houve até um momento, Sr. Presidente, em que uma determinada firma, que trazia para um desses edifícios grandes vigas de ferro, viu que o guindaste não conseguia levar essas vigas ao teto. E foram os candangos, homens vindos de todo o Brasil, principalmente do Norte, Nordeste, Goiás, Minas Gerais que, nos ombros carregaram as vigas, para que elas pudessem ser colocadas nas alturas dos imóveis.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — com muito prazer.

O Sr. Gastão Müller — Senador Nelson Carneiro, V. Ex^a disse uma verdade, como se diz na gíria, nua e crua: dissociar Brasília de Juscelino Kubitschek é uma heresia. E já se praticou essa heresia para satisfazer os poderosos de um certo momento, neste Congresso Nacional, nas suas duas Casas. Acho que Brasília, como cidade, é muito mais importante, não como fim, mas como meio. Quer dizer, o desenvolvimento dos nossos Estados, o do Senador Santillo e do meu, Mato Grosso e Goiás, foi feito em termos de velocidade de corrida de automóveis, como as do nosso campeão Piquet e, naturalmente, foram progressos em função de Brasília. Então, além de ser uma bela cidade, uma obra de arte da genialidade dos grandes idealizadores, da parte concreta da cidade, e do estadismo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, Brasília tem essa função benemérita de integrar o Brasil em si mesmo e ser o grande portal, depois de outros portais, na conquista da integração nacional.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito obrigado. V. Ex^a antecipou um aspecto que me cumpria focalizar.

Mas, tenho dois outros aspectos, Sr. Presidente; um deles é a punição ao homem que vive em Brasília, a punição cívica daquele que não pode sequer votar e cujo título de eleitor apenas lhe serve para colocar nos quadros ou guardar nas gavetas, porque o cidadão que nasceu em Brasília ou para aqui transferiu o seu título não tem direito de votar.

E hoje, a Comissão Especial que vai dar parecer sobre o projeto relativo à mensagem presidencial, e de que é relator o Deputado Jorge Arbage, certamente irá rejeitar uma emenda de minha autoria que autoriza todo o cidadão residente em Brasília, tenha ele ou não título transferido para esta cidade, o direito de votar não só para Deputado Federal, mas também para Governador, vice-Governador, Deputado Estadual e Senador dos seus

Estados. Sei que a emenda será, como todas as outras, rejeitada, porque a punição cívica que pesa sobre o cidadão de Brasília se prolongará por muito tempo.

Finalmente, Sr. Presidente, nesta breve referência a uma efeméride tão grata ao desenvolvimento do País, a multiplicação de oportunidades para todo o interior brasileiro, eu queria me referir ao constante desinteresse na aprovação de um projeto, de minha autoria, que assegura aos pioneiros de Brasília o direito de continuar morando em Brasília até a morte. Porque, pela aposentadoria, eles são violentamente afastados das suas casas depois de seis meses que é o prazo legal. O homem que veio para Brasília não tem o direito de se aposentar no serviço público porque perde a casa onde mora, não tem sequer o direito de morrer, pois que a viúva e os filhos são despejados. Esses são os prêmios que o Governo dá aos que construíram com o seu sacrifício, com o seu idealismo, com o seu suor, com o seu denodo a Capital do Brasil.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Henrique Santillo — Eminentíssimo Senador Nelson Carneiro, V. Exª, nesta véspera de comemoração de mais um aniversário de Brasília, usa a tribuna para ressaltar alguns aspectos importantíssimos da presença da Capital do País neste Planalto Central, neste centro do Brasil, neste coração geográfico do Brasil. Gostaria eu de, apoiando-o inteiramente, solidarizando-me inteiramente com as suas palavras, com as suas colocações, ressaltar também, como bem disse V. Exª, a injusta punição cívica a que submetem ainda quase dois milhões de brasileiros aqui residentes. Mas, nobre Senador, estou convencido de que cada vez mais intensamente estará esta mesma população mobilizando-se nas suas cidades satélites desassistidas, superpovoadas, aqui no Plano-Piloto privilegiado, organizando-se no sentido de conquistar sua representação política, conquistar aqui a eleição dos prefeitos destas cidades satélites, de uma assembleia legislativa que possa fiscalizar, no futuro, este Governo do Distrito Federal, que possa legislar em nome desses milhões de brasileiros. E também uma representação nesta Casa e na outra Casa no Congresso Nacional. Estou certo também que um dia haveremos de conseguir até mesmo a eleição direta do Governador do Distrito Federal, porque este é um direito inalienável de seu povo e da sua população: o de eleger pelo voto direto e livremente o seu governante. De modo que, aproveito, com a permissão de V. Exª, esse seu brilhante e oportuníssimo discurso, para mais uma vez colocar aqui essa necessidade, a necessidade da luta dos partidos políticos também, nesse processo de mobilização da população pela conquista da representação política para Brasília. O nosso Partido, o PMDB, tem esse compromisso. Os demais Partidos opositoristas, todos eles, têm esse mesmo compromisso. Estou certo de que, um dia, o próprio Partido do Governo há de reconhecer a justiça contida nesse mesmo compromisso.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço penhoradamente a V. Exª a contribuição que traz ao meu discurso. Realmente, quando a cidade do Rio de Janeiro era a Capital do Brasil, ali se elegiam não só os representantes ao Senado Federal, como também os membros à Câmara dos Deputados. Houve até um Governador, eleito pelo voto direto, que foi o saudoso Dr. Pedro Ernesto.

Portanto, é — e repito — uma punição cívica, não só evitar que o cidadão de Brasília vote como também evitar que o cidadão de Brasília seja eleito.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Exª um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não.

O Sr. Itamar Franco — Para cumprimentar, também, V. Exª que iniciou dizendo de Brasília, e de Brasília logo associamos a memória desse grande mineiro e grande patriota que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, um homem de visão, um grande estadista. Mas, Senador Nelson Carneiro, eu gostaria de reforçar a tese do Senador Henrique Santillo, porque tive ocasião de apresentar duas emendas à Constituição, propondo, exatamente, a criação de uma assembleia em Brasília. É este o grande vazio que se depara quando ela vai completar vinte e dois anos. E o que nós temos assistido, nobre Senador Nelson Carneiro, é que o Senado Federal teima, e digo teima porque ele não tem estrutura adequada para continuar legislando sobre as coisas de Brasília. Não estou culpando a Comissão do Distrito Federal, não estou acusando os Srs. Senadores, mas a verdade é que nós Senadores, durante grande parte dos nossos trabalhos no Senado, estamos preocupados com as coisas dos nosso Estados de origem. Nós aqui chegamos, às vezes, com um completo desconhecimento do que se passa em Brasília. Já tive ocasião de dizer aqui que a nós pode não interessar o problema do calçamento, da água, da luz, do esgoto, mas ao cidadão brasileiro, que mora numa superquadra dessas, numa cidade dessas afastadas, a ele interessa o problema do lixo, que não pode ser dito aqui no Plenário do Senado Federal, ou se for dito, acontece como lembrei

ontem, ninguém presta atenção, ninguém invoca esses problemas. Portanto, Senador Nelson Carneiro, a oportunidade do discurso de V. Exª, e na minha opinião, o grande vazio dos vinte e dois anos, é exatamente a falta de sensibilidade das nossas autoridades maiores, para dar uma representação política a Brasília. Enquanto não houver essa representação política, os brasilienses ficarão como estão, afastados do poder de decisão e, muito pior, desassistidos naquelas reivindicações mais primárias de todos eles.

O SR. NELSON CARNEIRO — Agradeço a V. Exª a sua intervenção porque ia fazer referência exatamente às iniciativas de sua autoria para que Brasília tivesse uma representação no Congresso Nacional e até uma assembleia legislativa. Nada disso foi aprovado. São passados vinte e dois anos. Façamos votos para que, muito em breve, estas esperanças se tornem realidade. Porque, se nós nos lembrarmos o montante do orçamento que se aplica em Brasília e o número de seus habitantes, se verá que essa imensa multidão, hoje, já maior do que um milhão e meio de habitantes, necessita de ter representantes que expressem seus pensamentos, suas vontades e suas aspirações.

Sr. Presidente, quero concluir fazendo votos para que, no dia 21 de abril, ao lembrarmos o sonho generoso de Tiradentes e seus companheiros de martírio e glória, também pensemos que é preciso dar aos que moram em Brasília o direito de ter voz no Congresso Nacional e de lutar, eles mesmos, pelas aspirações das gentes que eles representam. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há "quorum" para deliberação.

Em consequência, todas as matérias da Ordem do Dia, dependentes de votação, têm sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

São os seguintes os itens cuja apreciação é adiada.

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Economia*; e
- de *Finanças*.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Saúde*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
— de Legislação Social, favorável; e
— de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça;
— de Legislação Social;
— de Serviço Público Civil; e
— de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
— de Legislação Social, favorável;
— de Serviço Público Civil, contrário; e
— de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que acrescenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Encerrada a Ordem do Dia volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os povos organizados costumam revogar, na prática, as leis injustas. Penso eu que um dos exemplos mais característicos da atualidade é a revogação da Lei Falcão, pela utilização dos meios de comunicação para entrevistas e debates políticos. Mas também tem sido de muita atualidade, neste País, de certo modo, a revogação de uma outra lei extremamente injusta, que é a lei de greve pelos movimentos sociais.

É bom que se diga, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que os movimentos sociais neste País, sobretudo nos dois últimos anos, têm procurado adquirir um comportamento extremamente amadurecido, evitando provocações de quaisquer ordens e apenas se estimulando na defesa dos reais interesses das classes ou das categorias profissionais que eles representam. Mesmo neste País, não foram poucos os movimentos grevistas que, de certo modo, estão colaborando, efetivamente, com a revogação, na prática, da injusta lei de greve deste País.

Há um setor trabalhista neste País, proibido, terminantemente, por essa lei injusta, de fazer greve: é o setor dos servidores públicos, de qualquer categoria profissional ou de qualquer nível da administração pública. No entanto, não poucas vezes, professores, médicos e outras categorias profissionais de servidores públicos, têm lançado mão, forçados pela circunstância e pela opressão, têm, como disse, lançado mão do movimento grevista.

Tivemos, há bem pouco tempo, a greve dos médicos do Estado do Rio de Janeiro, a maior parte dos quais diretamente ligados ao serviço público. Tivemos, há bem pouco tempo, por exemplo, uma greve quase nacional dos professores; tivemos uma particularmente aqui, em Brasília, às portas do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto.

No meu Estado, os professores das redes estaduais e municipais de ensino, nos últimos três anos, já se obrigaram a lançar mão da greve através do Centro de Professores do Estado de Goiás, por duas vezes.

Há bem poucos dias, ocupei esta tribuna para relatar ao Senado a situação de miserabilidade dos professores do meu Estado, e a veemência natural com que colocavam suas justíssimas reivindicações à mesa. A primeira e a principal delas era de solicitar do Governador nomeado daquele Estado que os ouvisse. Esta era uma primeira reivindicação: uma audiência com o Governador para discutir sobre a mesa seus problemas.

Afirmei, na ocasião, isso há trinta dias, que não sendo recebidos para o diálogo solicitado, estes professores, mais de 30 mil, não veriam outro caminho que não a decretação democrática, através de assembléia, de um movimento grevista. E a isso foram levados, Sr. Presidente, e há três dias encontram-se em greve, e hoje já se encontram paralisadas quase todas as escolas da rede estadual de ensino do meu Estado. Dos 30 mil professores, 20 mil já se encontram paralisados, três dias após a decretação desta greve.

Desta tribuna, eu enfatizo meu apoio integral e incondicional a esses 30 mil meus coestaduanos, injustiçados por salário de miséria, desvalorizados pelo posicionamento antidemocrático e incompreensível de um governo estadual. É lógico que, mais uma vez, esse movimento poderá ser declarado ilegal, porque assim o estabelece a injusta e draconiana Lei de Greve, defasada da realidade social em que vivemos, da realidade político-social que vive o País. Ainda assim, estou certo, lhes sobrará coragem para continuar organizando-se e mobilizando-se porque todos nós cremos, ou pelo menos todos nós de bom senso cremos que há de passar por aí a conquista de uma efetiva democracia para este País, de tal sorte que os trabalhadores nela possam interferir como força majoritária.

O Sr. Evandro Carreira — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço o eminente Senador Evandro Carreira, Líder do PT, nesta Casa.

O Sr. Evandro Carreira — Nobre Senador Henrique Santillo, no momento em que V. Exª enfoca o problema gravíssimo de miserabilidade em que vivem os professores do Estado de Goiás, assim como os de todo o Brasil, mas que em Goiás tiveram a coragem de reagir, através de um movimento paralista perfeitamente legal e justo, quando V. Exª traz à baila o assunto, eu quero hipotecar a V. Exª, em nome do Partido dos Trabalhadores, toda a solidariedade dos trabalhadores brasileiros. Essa lei é injusta e através do seu guante — um guante pretoriano! — atribui uma ilegalidade, um aspecto político à greve, quando ela não é nada mais nada menos do que um esforço, do que um anseio de alcançar justiça social. Porque, não é possível que os professores de um Estado como o de Goiás, pretendendo inicialmente discutir em mesa com o Governo, a sua situação de miserabilidade, sejam impedidos e enquadrados numa lei absurda, draconiana, verdadeiramente fora de lugar. V. Exª tem o nosso apoio incondicional. Meus parabéns, ilustre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Agradeço imensamente o aparte valiosíssimo de V. Exª eminente Senador Evandro Carreira que, nesta Casa, representa agora o Partido dos Trabalhadores. Partido que estou certo, absolutamente certo, juntamente com o PMDB e com os demais Partidos oposicionistas, congraçar na defesa intransigente dos interesses das massas trabalhadoras brasileiras. Compreendemos nós todos que este País vive um período especialíssimo de sua história porque desta feita as grandes maiorias brasileiras, sempre ausentes do processo decisório de governo neste País — sempre ausentes porque oprimidas, porque marginalizadas do processo de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil — desta feita, ao que me parece, todos esses setores levantam a cabeça, começam a compreender, a ter força suficiente para dar um salto de qualidade e mudar, na essência, o regime e o sistema econômico, injusto e infquo a que nos submeteram, a todos os brasileiros.

Eu disse que, a cerca de trinta dias, viria a esta tribuna para fazer uma breve análise de problema dos professores do País e ao mesmo tempo denunciar a injustiça que estava sendo cometida contra os professores do meu Estado, os quais estavam relutando em decretar ou declarar-se em greve e que acabaram forçados a isso. Agora, ao mesmo tempo em que eles já em greve têm, desta tribuna, o meu apoio, o seu apoio eminente Senador Evandro Carreira, estou certo de toda a Oposição, venham mais uma vez, para mais um alerta, desta feita também do meu Estado, Estado que pretendo continuar representando nesta Casa, com muita honra.

Sabemos todos nós que neste contexto de dificuldades vividas pelos trabalhadores brasileiros, sem sombra de dúvida este é um setor, o qual tem sido imensamente prejudicado, o setor dos servidores públicos deste País, os quais não têm tido reajustes consentâneos ao processo de desvalorização da

moeda e que têm, portanto, sofrido uma perda a cada ano, imensa, do seu poder aquisitivo. E é uma massa extremamente grande de brasileiros, é um número extraordinariamente grande de brasileiros. Porque, afinal de contas, todo o pessoal que serve ao Governo no da União, em seus mais diversos setores, todos que servem às administrações estaduais também em os seus mais diversos setores, o pessoal que serve às administrações municipais, nos três níveis da Administração Pública deste País, realmente estão passando dificuldades ingentes. Têm sempre, quando nós colocamos essa questão aqui em discussão, ressaltado que há uma minoria de privilegiados — uma minoria que vive até muito bem — para a qual o próprio Governo encontra uma série de estratégias para compensá-los, através das mais diferentes gratificações ou dos mais diferentes processos de ressarcimento. Mas a imensa maioria, a imensa multidão dos servidores públicos, esta continua sendo prejudicada, principalmente levando-se em conta que, a essas alturas com a inflação aí, às raias de 100% ao ano, continuam tendo reajustes anuais apenas! Apenas de ano em ano!

Trago a esta Casa mais um alerta, e desta feita dos servidores públicos da Prefeitura Municipal da Capital do meu Estado. Saibam os eminentes Senadores, meus eminentes pares, que estes servidores públicos, em número de quase 8 mil, portanto, representando quase 8 mil famílias goianienses, há um ano e meio não têm nenhum reajuste salarial, nenhum reajuste de vencimentos. Há um ano e meio percebem os seus salários com o mesmo valor nominal: isso com o processo de inflação avassaladora, isso com o aumento do custo de vida capaz de preocupar, hoje, não apenas aos trabalhadores, mas até mesmo os estratos superiores das classes médias brasileiras cujo nível médio de vida é relativamente bom; mas estes servidores municipais que, há um ano e meio, não têm um reajuste sequer em seus salários há meses, há vários meses lutam através de sua Associação por um reajuste, por mínimo que seja, reajuste que lhes tem sido sistematicamente negado. E eu aqui desta tribuna digo ao Srs. Senadores que, mais uma vez neste setor, uma parcela dos servidores públicos deste País decretar-se-á em greve, e que esta greve mais uma vez será considerada ilegal! E estou certo de que muitos poderão ser demitidos, outros tantos transferidos. Um número maior ainda serão prejudicados pelos mais diferentes modos possíveis, porque assim tem sido a Administração Pública neste País, em todos os níveis. Desta forma tem-se comportado o Governo, em relação àqueles que tentam se mobilizar para reivindicar os seus direitos mais legítimos. Gostaria Sr. Presidente, ao mesmo tempo que faço este alerta, de solicitar das autoridades lá do meu Estado que compreendam a situação de mais de 8 mil dos seus servidores, e lhes concedam este reajuste justo, porque caso contrário, nos limites, nas fronteiras da fome aguda não há de lhes restar outra alternativa senão, em assembléia, declararem uma greve e, portanto, colaborarem, eles também, com mais um passo no sentido de, na prática, ser revogada uma lei injusta, defasada da realidade político-social vivida pelo País, que é a chamada Lei de Greve.

Peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, faça incluir neste meu breve pronunciamento, não apenas carta encaminhando-me este memorial, assinada pelo funcionário público Elísio Gonzaga da Silva, Presidente da Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Goiânia, mas também o próprio memorial constando dele uma tabela de vencimentos irrisórios, miseráveis mesmo, recebidos por aqueles servidores. Enquanto isto, Sr. Presidente, não são poucos os que, apaniguados, afilhados políticos do Governo do meu Estado, conseguem ali, através das empresas de economia mista que se utilizam, de forma incontrolável neste País, do processo de contratação a níveis salariais ao alvitre da autoridade que contrata, conseguem, como disse, contratos polpudos para aparecerem lá apenas de 30 em 30 dias para receberem o contracheque e embolsarem os sacrificados recursos de nossa gente, os miseráveis recursos de nosso povo.

Fica, portanto, aqui registrado o meu repúdio ao afilhadismo, aos cabides de empregos em que transformaram a administração pública neste

País, o meu repúdio à proporção de ociosos que oneram a máquina administrativa deste País, já extremamente pesada sobre os ombros da sociedade brasileira, e, ao mesmo tempo, a minha solicitação no sentido de que esses servidores públicos, trabalhadores honestos, pais de famílias em dificuldades, sejam imediatamente atendidos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, (*Muito bem!*)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. HENRIQUE SANTILLO EM SEU DISCURSO:

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GOIÂNIA

Goiânia, 15 de abril de 1982

Senhor Senador,

Conforme nossos entendimentos por telefone, estamos remetendo-lhes o material que retrata a situação dos Servidores da Prefeitura de Goiânia, diante da inércia e irresponsabilidade do prefeito de Goiânia, perante os trabalhadores do poder público municipal.

Desta feita rogamos ao ilustre Senador que tome posição no Congresso Nacional a favor desta classe sofrida e desamparada pelos políticos governamentais.

Contando certo com seu valioso apoio, desde já agradecemos a atenção.

— *Elísio Gonzaga da Silva*, Presidente.

CARTA ABERTA

Nós, servidores públicos municipais, através de nossa entidade representativa, vimos a público denunciar a insuportável situação que atravessa nossa categoria.

Em 1981, agravou-se um processo crônico, que já se desenvolvia, de achatamento de nossos salários, através da concessão de reajustes-salariais sempre muito abaixo dos índices inflacionários (mesmo os oficiais) e ainda abaixo dos reajustes do salário mínimo.

A tal ponto chegou o aviltamento da remuneração do servidor que, em janeiro de 1981, o menor salário pago na Prefeitura de Goiânia era de Cr\$ 5.200,00, enquanto o salário mínimo regional era de Cr\$ 4.795,00, sendo que hoje apenas 386, dos 6 mil servidores do município, estão com os salários acima do mínimo regional.

Essa situação injusta e desumana torna-se ainda pior quando pensamos que os servidores públicos constituem uma das poucas categorias que foram alijadas dos reajustes semestrais. Como se o aluguel, a luz, o transporte, o leite só aumentassem de 15 em 15 meses, como nossos salários. Mas os preços sobem semanalmente, a carestia é a pior de nossa História. Se já é difícil viver com um reajuste a cada seis meses, é impossível sustentar uma família com um reajuste a cada 15 meses.

Como ápice do desprezo e descaso com que são tratados os servidores, a Prefeitura Municipal diz que estuda um reajuste desde o ano passado, mas não oferece nenhuma conclusão objetiva, nem acena com qualquer esperanças. Dessa forma, usuário do Serviço Público, não é possível prestar o atendimento que você merece.

Não estamos dispostos mais a suportar calados que o Governo Municipal condene milhares de famílias a passarem fome e a viverem em condições subhumanas.

Nós, servidores, vamos lutar por nossos direitos e por um reajuste salarial digno e nos lembraremos bem daqueles que se colocaram como inimigos dos servidores e do povo brasileiro.

Contamos com o apoio do povo goianiense sua compreensão para uma luta que, temos certeza, não é só nossa, mas que se vincula à luta de todo um povo por justiça e liberdade.

Goiânia, 15 de abril de 1982. — *Elísio Gonzaga da Silva*, Presidente.

POLÍTICA SALARIAL DA PREFEITURA DE GOIÂNIA
NÍVEL MÉDIO

Nºs Servidores	% Quadro	Salário Atual
		Cr\$
2.761	49%	10.200,00
1.813	33%	10.572,00
162	3%	17.100,00
FISCALIZAÇÃO		
176		28.000,00
64		64.000,00
NÍVEL SUPERIOR		
5		40.000,00
11		45.000,00
11		50.000,00
45		60.000,00

Obs: Cerca de 400 Servidores contratados nas Empresas Públicas Municipais estão à disposição da Administração Direta (Prefeitura de Goiânia), com ônus p/ Prefeitura em torno de Cr\$ 15.000.000,00 mensal.

O salário médio do Servidor da Prefeitura (administração direta) é de Cr\$ 13.780,00.

O salário médio dos Servidores das Empresas Públicas Municipais é de Cr\$ 37.500,00.

TABELA DE VENCIMENTOS E SALÁRIOS

DO PESSOAL DA PREFEITURA GOIÂNIA

(a partir de 1-1-81)

Grupos Ocupacionais	Níveis	Quantif.	Salário Tabela	Salário Mínimo
Serviços Administrativos	1	91	6.000,00	10.200,00
	2	29	6.600,00	10.200,00
	3	14	7.400,00	10.200,00
	4	73	9.000,00	10.200,00
	5	16	11.000,00	—
	6	5	13.900,00	—
	7	32	17.100,00	—
Total de Servidores		250		
Artesanato	1	47	6.200,00	10.200,00
	2	34	6.850,00	10.200,00
	3	26	8.300,00	10.200,00
	4	8	10.500,00	—
Total de Servidores		115		
Serviços Operacionais	1	1.850	5.200,00	10.200,00
	2	89	5.700,00	10.200,00
	3	113	6.300,00	10.200,00
	4	6	7.200,00	10.200,00
	5	128	8.200,00	10.200,00
	6	102	9.300,00	10.200,00
	7	17	10.500,00	—
	8	0	12.000,00	—
Total de Servidores		2.325		
Atividades Técnico Profissionais	1	0	8.200,00	10.200,00
	2	0	9.000,00	10.200,00
	3	0	10.500,00	—
	4	13	12.100,00	—
	5	9	14.400,00	—
	6	74	17.100,00	—
Total de Servidores		96		

Atividade de Nível Superior	1	18	40.000,00	
	2	9	45.000,00	
	3	2	50.000,00	
	4	36	60.000,00	
Total de Servidores		65		
Fiscalização Tributária	1	37	62.300,00	
	2	15	62.900,00	
	3	12	63.900,00	
Total de Servidores		64		
Fiscalização Urbana	1	50	25.850,00	—
	2	43	25.900,00	—
	3	26	26.100,00	—
	4	7	26.300,00	—
	5	43	27.500,00	—
	6	46	28.500,00	—
Total de Servidores		215		
Magistério (Auxiliares Administrativos)	1	9	5.200,00	10.200,00
	2	7	6.900,00	10.200,00
	3	206	8.700,00	10.200,00
	4	1	12.200,00	—
Total de Servidores		223		
Professores de 1º Grau (1ª à 4ª)	2.000	10.571,00	—	
	600	170,00 p/aula	—	
	5	28.000,00	—	
	23	28.000,00	—	
	2.628			

Observações:

a) Os Salários atualmente em vigor foram reajustados a partir do dia 1º de Janeiro de 1981;

b) O Total de Servidores da Administração direta é de 5.981, incluindo o pessoal do magistério;

c) Apenas 386 Servidores da Prefeitura ganham salário superior ao salário mínimo regional, ou seja de Cr\$ 11.000,00 a 60.000,00 mensal.

Jornal O Popular 15-4-82

**ELÍZIO COMENTA OS
SALÁRIOS PEQUENOS**

A Prefeitura de Goiânia conta com aproximadamente 6.200 servidores. Deste total, cerca de 82 por cento estão recebendo vencimentos equivalentes ao salário mínimo regional, que é de Cr\$ 10.200,00.

A afirmação é do presidente da Associação dos Funcionários Públicos da Prefeitura de Goiânia, Elízio Gonzaga da Silva, destacando que em administrações anteriores "nunca se pagou o salário mínimo ao funcionalismo público goianiense", e que o menor salário pago pela administração municipal era superior ao mínimo regional.

Salários Baixos

Na tabela de vencimentos do funcionalismo público da Prefeitura de Goiânia, há níveis que vão de um a sete. Explicou ele que, do nível de um a cinco os vencimentos do funcionalismo igualam-se ao mínimo regional; do cinco ao sete, os salários variam de 12 mil a 17.100 cruzeiros, sendo este último o maior salário que a administração municipal de Goiânia paga atualmente ao seu pessoal de nível médio. Mesmo assim, esse maior salário para nível médio atinge apenas a três por cento do total.

Quanto ao pessoal de nível superior, Elízio Gonzaga informou que os salários variam de 40 mil a 60 mil cruzeiros, havendo servidor no final de carreira com mais de 35 anos de serviço efetivo, percebendo 60 mil cruzeiros. Isso, apesar de possuir nível superior e estar sujeito a uma jornada de oito horas diárias.

Contratações

Frisou o presidente da Associação dos Funcionários Públicos da Prefeitura de Goiânia que, com a criação das empresas públicas, a administração da Capital tem contratado pessoas "sem o menor critério". Enfatizou que esses novos servidores entram "pelas portas do fundo" e com salários três e até quatro vezes maiores do que os percebidos pelos serviços da

administração direta. Exemplificando, disse que há procuradores ganhando atualmente 60 mil, enquanto essas pessoas contratadas "sem maiores critérios" têm salários acima de 160 mil cruzeiros. Isso, apesar da Prefeitura já estar contando com excesso de pessoal.

Disse mais, que um datilógrafo da administração direta está ganhando atualmente Cr\$ 10.200,00, enquanto outro na mesma função, contratado pelas empresas, ganha 45 mil cruzeiros. Também os contratados pelas empresas são postos à disposição da administração direta, com salários maiores, recebendo ainda reajustes semestrais para a execução das mesmas tarefas que as executadas pelos servidores da administração direta.

Há 18 meses

Segundo o presidente da Associação dos Funcionários Municipais, o último reajuste de vencimentos na Prefeitura foi concedido há 18 meses, no máximo de 82 por cento. Ressaltou que nos últimos 33 meses, foi concedido somente esse reajuste.

Por esse motivo, frisou Elízio Gonzaga, os servidores da Prefeitura de Goiânia vivem hoje "em estado de penúria", estando obrigados a contrair empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, descontados em folha de pagamento, pagando juros, para a compra de alimentos.

O resultado, enfatizou, é que "hoje 187 funcionários da Prefeitura estão morando em barracos improvisados em lotes invadidos. Eles dirigem-se para o trabalho munidos de suas marmitas, transformando-se em bóias-frias, porque em suas repartições não existem meios para que os mesmos esquentem a comida. Eles não podem tomar suas refeições em casa devido ao alto custo das passagens de ônibus".

Funcionalismo

ELÍZIO CRITICA POLÍTICA SALARIAL DA PREFEITURA

"Já vamos para a segunda quinzena de abril e até hoje a Prefeitura Municipal de Goiânia não se dignou a abordar sobre o reajustamento salarial dos servidores municipais para o corrente ano.

Enquanto isso, os barnabês do município que estão com os seus salários congelados desde janeiro de 1981, quando foi dado o último reajuste, são forçados a conviver com uma inflação de 146% fazendo das tripas o coração para suportar a tremenda queda do poder aquisitivo de seus vencimentos.

Creemos que já é demais. O menosprezo e enervante indiferentismo da Prefeitura de Goiânia para com a sorte e o bem-estar daqueles que formam a coluna mestra da administração, já ultrapassaram os limites da resignação e da paciência" — disse ao *TopNews* o presidente da Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Goiânia, Elízio Gonzaga da Silva.

"Os federais, os servidores de outros Estados e de inúmeros municípios já tiveram recompostos os seus salários a partir de janeiro, e mesmo antes, enquanto os servidores municipais de Goiânia continuam recebendo a mesma remuneração de 15 meses passados! Ninguém tem nervos nem estômago de aço para aguentar tamanha carga de desdém que vem caracterizando a política de pessoal da administração atual", desabafa o presidente Elízio.

Política

"A Prefeitura de Goiânia que está extremamente absorvida por uma campanha política eleitoral de grande envergadura, esquece e menospreza o pessoal caseiro, aquele que faz o arcabouço de uma boa administração: os 6 mil servidores que representam o contingente respeitável de mais de 18 mil eleitores!

Numa empolgante jornada de proselitismo — diz ele — os nossos governantes vão semeando propagandas pelos quatro cantos, enquanto os trabalhadores do serviço público continuam comendo o pão que o diabo amassou, lançados em extrema penúria, despojados das armas imprescindíveis para enfrentar com dignidade a constante e impopular política econômica do país", afirma Elízio.

"Tal estado de coisa não pode persistir — prossegue — isto em proveito do próprio governo e em benefício da própria administração. Três anos passados e os servidores não têm recebido a menor atenção do governo municipal, não se podendo apontar, mesmo, até agora, a implantação de medida administrativa alguma que, de um modo geral, viesse beneficiar o funcionalismo, a não ser aquelas que se originam de normas federais. Isto não mencionando os reajustes salariais periódicos que durante 33 meses só foi concedido uma vez, em níveis bem abaixo dos índices inflacionários, numa política de arrocho salarial sem precedentes. É bom lembrar que nos anos de 1980 e 1981 os servidores municipais tiveram apenas o ridículo aumento de 82%.

Aí estão os professores municipais a implorar por uma revalorização decente de sua remuneração que, no momento, é de apenas um salário mínimo! Não adianta semear escolas se não se remunerar condignamente os executores do ensino. Os médicos, os advogados, os engenheiros, enfim todos os trabalhadores do município estão aí clamando por melhores salários, ou seja por salários mais justos."

Revalorização

Afirma ainda o presidente Elízio. "A verdade é que os preços dos bens de consumo, água, luz, impostos, aluguéis e transportes continuam em avassaladora ascensão, determinando a consequente elevação da taxa inflacionária, a despeito das notícias oficiais contraditórias.

Pois bem, diante de tal quadro — assinala — os vencimentos dos servidores precisam ser urgentemente revalorizados em bases equânimes, plausíveis e perfeitamente factíveis dentro das previsões orçamentárias, isto é, em bases compatíveis com o índice inflacionário do período — Janeiro/81 a Março 82, que, como se sabe, aproxima-se a 146%. A Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Goiânia e a maioria dos vereadores de Goiânia cansaram de pleitear a implantação do reajuste a partir de janeiro e, posteriormente, a vigorar em 1º de março. Porém, a esta altura dos fatos, ninguém mais espera que isso possa acontecer, baseado principalmente na manifesta insensibilidade do governo municipal para com o problema.

Agora, na antevéspera da remessa ao Legislativo da tão propalada mensagem do reajuste, a Associação, interpretando o pensamneto dos servidores, aguarda, pede e exige que o índice do percentual a ser fixado seja idêntico ao da queda do poder aquisitivo dos salários, de modo que o valor de compra dos vencimentos (abril/82) se iguale aos de janeiro/81).

Exige-se apenas o que é justo e rigorosamente necessário, a fim de que seja mantido um relativo equilíbrio no deficitário orçamento dos servidores municipais.

O presidente da entidade faz mais essa afirmação: "Não pleiteamos a recomposição das defasagens salariais ocorridas nestes últimos 10 anos, que como todos sabem, atingem a mais de 200 por cento. Mas, por outro lado, não podemos concordar nem aceitar a eclosão de novas defasagens. A sobrevivência condigna do elemento humano que efetivamente trabalha para a prosperidade de Goiânia deve ser preservada a todo custo", concluiu o presidente da entidade, Elízio Gonzaga da Silva.

TABELA DE VENCIMENTOS E SALÁRIOS			
GRUPOS OCUPACIONAIS	NÍVEIS	QUANTITAT.	SALÁRIOS
Serviços Administrativos	1	91	6.000,00
	2	29	6.600,00
	3	14	7.400,00
	4	73	9.000,00
	5	16	11.000,00
	6	05	13.900,00
	7	32	17.100,00
Artesanato	1	47	6.200,00
	2	34	6.850,00
	3	26	8.300,00
	4	02	10.500,00
Serv. Operacionais	1	1850	5.200,00
	2	89	5.700,00
	3	113	6.300,00
	4	06	7.200,00
	5	128	8.200,00
	6	102	9.300,00
	7	17	10.500,00
	8	0	12.000,00
Atividades Técnico	1	0	8.200,00
	2	0	9.000,00
	3	0	10.500,00
Profissionais	4	13	12.100,00
	5	09	14.400,00
	6	24	17.100,00

TABELA DE VENCIMENTOS				
Grupos Ocupacionais	Níveis	Quantidades	Cont. Tabela Salários	Salários e vencimentos com salário mínimo atual
Fiscalização Urbana	1	30		22.850,00
	2	43		23.900,00
	3	26		26.100,00
	4	7		26.500,00
Atividade de Nível Superior	1	43		27.500,00
	2	46		28.500,00
	3	18		40.000,00
	4	9		43.000,00
Fiscalização Tributária	1	15		50.000,00
	2	36		60.000,00
	3	12		62.300,00
	4	12		62.900,00
Assessoria do Magistério	1	37		62.900,00
	2	15		62.900,00
	3	9		62.900,00
	4	7		62.900,00
Prof. de 1.º Grau de 1.ª a 4.ª série	1	206		1.200,00
	2	7		4.900,00
	3	206		8.700,00
	4	8		12.250,00
Prof. de Ensino Médio		2.000	2.000,24 horas anuais	10.571,00
Supervisão Pedagógica		600	600(10,00 x 108 rublos por mês)	18.360,00
Unidades Laboracionais		1		28.000,00
Total		22		28.000,00
Total		5.972		

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nobre Senador Henrique Santillo, V. Exª será atendido, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Fernando Freire.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nos últimos dias, o noticiário internacional vem-se dedicando quase que exclusivamente ao intrincado e difícil incidente ocorrido nas Ilhas Falkland ou Malvinas. O incidente, que por si só já era de extrema gravidade, para nós brasileiros vem revestido de características que o tornam muito mais grave e de muito maior importância, uma vez que a questão deixou de ficar restrita aos dois países originalmente em disputa, alastrando-se aos demais membros da comunidade internacional, e já envolvendo perigosamente o Brasil.

Longe de mim, Sr. Presidente, pretender traçar ou sugerir estratégias diplomáticas, políticas ou militares neste meu pronunciamento. Não. Simplesmente, o que me traz a esta tribuna é a minha preocupação como cidadão brasileiro e a minha responsabilidade como parlamentar, que me determinam a trazer à atenção desta Casa e, conseqüentemente da Nação, o agravamento das posições assumidas pelos países envolvidos na situação de guerra no Atlântico Sul e suas possíveis conseqüências pelo envolvimento direto ou indireto do Brasil no problema.

Temos à beira da guerra dois países com quem mantemos relações em todos os níveis, e que, como duas nações amigas, merecem de nossa parte não só os esforços possíveis para ajudá-los a encontrar os seus pontos de entendimento, como a nossa compreensão, igualmente amiga, para as razões que possam apresentar na defesa de suas atitudes. Entretanto, Sr. Presidente, não poderemos deixar de tomar uma posição nesta questão, mesmo que, coerentes com nosso princípio de justiça, desagrademos a qualquer das partes envolvidas no litígio.

Nossa postura, até e especialmente, em virtude de nossa posição na América Latina e no mundo, deve ser clara, objetiva, não dissimulada e corajosa. Não se esperaria do Brasil, pelo que dizemos que somos, pelo que os outros países acreditam que devemos ser, um posicionamento dúbio ou evasivo, e que a médio ou curto prazo somente nos diminuiria no conceito internacional.

Quer queiramos ou não, não poderemos deixar de fazer parte do problema das Falkland-Malvinas. É um assunto demasiadamente importante para dele não participarmos, e ocorre demasiadamente perto de nossas fronteiras para que possamos ignorá-lo.

É absolutamente indispensável que participemos do problema, sem que nos deixemos levar por sentimentos emocionais de momento, quando poderemos assumir posições de risco sem o cálculo de conseqüências, que fatalmente nos trariam desastrosos resultados no futuro.

As posições históricas de um país não são assumidas para marcar somente um momento, e sim para marcar sua própria história.

Em nome de um aparente interesse nacional momentâneo, não se poderia justificar de nossa parte nenhuma atitude menos justa, nenhum comportamento parcial, nenhum procedimento moralmente menos defensável.

A justiça, não há fronteiras que a limitem. É como a verdade, que é única e universal, e não propriedade de pessoas, grupos ou nações.

Vivemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sob a permanente agressão de declarações de paz proferidas diariamente em todos os lugares onde se decide fazer a guerra. Os sonhos de uma paz mundial caminharam por toda a História quase que paralelamente aos mais trágicos acontecimentos bélicos da humanidade.

Já na Idade Média, quando era preconizado um único império cristão para todo o mundo, procurava-se encontrar um meio de promover a existência de um organismo suscetível de congregar as nações civilizadas sob uma mesma jurisdição. Desde Pierre Dubois, no século 12, até Jean-Jacques Rousseau, Kant, James Mill, e o próprio Marx, até os nossos dias, os argumentos para a necessidade do estabelecimento de uma paz permanente entre as nações, foram uma tecla das mais feridas.

Centenas de anos se passaram, até que o temor dos resultados da guerra, que praticamente todos os países já haviam experimentado na própria carne, fez com que, emergindo de uma Segunda Guerra Mundial, as nações constituíssem um organismo que fosse capaz de presumivelmente garantir-lhes a paz.

O ideal da organização internacional destinada ao entendimento entre os povos encontrou com a criação da Organização das Nações Unidas, a sua mais efetiva e esperançosa expressão.

Não raras foram as vezes em que foi a ONU chamada para evitar grandes conflitos. Ainda estão vivos na nossa memória os movimentos das forças da ONU chamadas a intervir nas crises da Coreia, Suez, São Domingos, Palestina e outras. Se maiores sucessos não foram obtidos, certamente que o enorme e exaustivo trabalho das Nações Unidas desenvolvido a serviço da paz foi sempre o melhor caminho, mesmo nas mais difíceis soluções.

E agora, Sr. Presidente, com um mundo já em acentuada crise em todos os seus setores, necessitando o melhor do esforço de cada um para amenizar as dificuldades de todos, temos às nossas portas a iminência de um conflito de conseqüências imprevisíveis, quando a intolerância, o espírito militarista e a falta de senso político conseguiram transferir dos centros mais nevados do mundo para o Atlântico Sul o eixo das tensões internacionais.

A história destas ilhas, Sr. Presidente, já é antiga.

A ocupação e primeiro desembarque no arquipélago data de 1690, pela Inglaterra. O nome Falkland foi então dado às ilhas como homenagem ao então tesoureiro da Armada Inglesa, o Visconde de Falkland.

Alguns anos depois, em 1764, uma pequena colônia francesa ali também se estabeleceu, sendo subseqüentemente transferida à Espanha, enquanto os ingleses novamente marcavam sua presença nas ilhas, através de um núcleo nas Ilhas Saunders, a que chamaram de Port Egmont.

Em 1770 os espanhóis compeliram os ingleses a abandonarem as ilhas, o que quase levou os dois países à guerra. A ameaça de um conflito que à época pouco interessava em termos políticos e econômicos às duas nações, ajudou na solução da questão, quando a Espanha devolveu a Inglaterra o que lhe havia tomado.

Em 1774, pelas dificuldades econômicas na manutenção das ilhas, a Inglaterra retirou-se de Port Egmont, deixando, entretanto, como era costume da época, uma placa de chumbo onde declarava serem as Ilhas Falkland propriedade da Coroa Britânica.

Em 1820, a Argentina, que quatro anos antes, em 1816 havia se tornado independente da Espanha, desembarcou nas ilhas proclamando sua soberania sobre aquele território nomeando um governador para a área, apesar dos protestos britânicos.

Poucos anos depois, 1832, voltaram os ingleses para recuperar o que julgavam seu. Desocuparam sem disparar um tiro os argentinos das ilhas e estabeleceram as normas que passaram a vigorar desde então com a efetiva ocupação e posse do arquipélago.

Durante 50 anos, a Coroa Britânica concedeu ajuda econômica às Falkland, quando a partir de 1885 as ilhas dispensaram qualquer tipo de ajuda econômica, uma vez que já eram auto-suficientes, situação que perdura até hoje.

Estes, Sr. Presidente, em rápidos traços, os fatos históricos das ilhas Falkland ou Malvinas.

Apesar da aparentemente tranqüila posição da Inglaterra naquele território, a Argentina por diversas vezes reclamou a soberania sobre a região sob fundamentos diversos, especialmente sustentando que era detentora dos direitos de sucessão dos territórios espanhóis no século dezoito. Esta posição rejeitada pelo Império Britânico, levou ambos os países a desagradáveis e difíceis escaramuças diplomáticas ao correr dos anos.

A Assembléia da ONU aprovou em 1965 uma resolução convidando tanto a Argentina como a Inglaterra para discutirem dentro da Organização, a fórmula para o encontro de uma solução que atendesse especialmente aos habitantes das ilhas.

Entre 1968 e 1976, alguns progressos foram feitos, chegando mesmo os dois governos a firmar tratados diversos como assistência médica e educacional assim como acordos postais e até mesmo acordos para a construção de bases militares da Argentina, como o aeroporto militar do Cabo Pembroke, construído com financiamento concedido pelo governo inglês.

Até mesmo as lições de geografia, quando era ensinada aos alunos que as ilhas chamavam-se Falkland ou Malvinas, sugeriu que apesar dos reclamos de soberania, uma certa paz e harmonia pairavam naquela região.

Eis então, Sr. Presidente, que abruptamente explode no noticiário internacional a notícia da invasão das ilhas por forças argentinas. Como deveria ser esperada, após o protesto de seu governo, vem a Inglaterra mobilizar em tempo recorde a sua frota, dirigindo-se ao Atlântico Sul, transformado de uma hora para outra, em teatro de guerra.

Fossem as ilhas em disputa localizadas no Sudeste asiático o Brasil teria menor ou nenhuma participação no problema. Apesar de membro da ONU, não teria o Brasil a ameaça de diretamente envolver-se na questão. Ocorre que, localizadas aonde estão, o incidente das Ilhas Falkland, ameaça não somente aos países que as desejam, mas, o pior e mais grave, ameaça o nosso País e o resto da comunidade latino-americana e internacional.

Devemos considerar, Sr. Presidente, não mais as causas, mas já agora os efeitos do projetado conflito. Somos ainda, observadores, e nos seria até facultado uma opinião pessoal a respeito de nossas preferências pelas razões de um ou outro país. O que não poderemos admitir como possível, seria o nosso envolvimento no processo militar em andamento, através do apoio do Brasil a uma das nações envolvidas, através de um engajamento a posição de forças assumida por países que não nos consultaram sobre suas intenções.

Não é necessário maior informação a respeito das razões fundamentais sobre a fulminante ação argentina na invasão das ilhas. Qualquer pessoa razoavelmente informada, sabe que a nobre nação argentina não atravessa seus melhores dias. Qualquer pessoa razoavelmente sensata, entende que a aventura Argentina poderá somente distrair por algum tempo o povo argentino, colocando-o sob uma aparente união nacional de apoio ao governo impopular que o governa, como um perigoso artifício que visa esconder a situação real da nação, agora mais agravada pela reação inglesa numa escala que não se supunha fosse atingir.

O resultado, Sr. Presidente, aí está. Argentina e Inglaterra, às portas da guerra.

As manifestações mundiais de condenação ao gesto argentino não foram suficientes para sensibilizar o governo daquele país para pôr fim à situação de força nas ilhas. A cada momento estreitam-se as já apertadas saídas honrosas para ambas as partes, especialmente para o governo argentino, que instilou na nação um falso sentimento de nacionalidade ultrajada, criando para si próprio um beco sem saída, um caminho sem volta, resultado de uma

perigosa aventura destinada a encobrir as angústias que afligiam o país, angústias estas que não se encontravam nas Malvinas.

A hora é difícil, Sr. Presidente. Difícil porque a consciência determina que o passo mal dado, deve ser repensado, e se possível, ainda corrigido.

Não vejo como, Sr. Presidente possa o governo argentino sair desta difícil situação, sem sofrer sérios danos ao seu sistema. Mas o pior, o mais grave, e o mais perigoso momento para o nosso país é agora quando as sombras de uma aliança militar do Brasil com a Argentina, vem sendo insistentemente insinuadas.

E sob qual fundamento é invocada a nossa condição de aliado da grande nação argentina na solitária e ousada empreitada em que se lançou? Mera solidariedade de vizinhos? Conveniências de ordem política? Conveniências de ordem econômica? Acordos que assinamos e nós obrigamos a cumprir? Os compromissos de solidariedade são sempre muito relativos. Enquanto em 1942 nossos navios eram torpedeados na guerra contra o nazi-facismo, os nossos vizinhos vendiam carne e trigo aos nossos inimigos...

Seria de conveniência política do regime brasileiro, magnificamente conduzido pelo Presidente da República no sentido de plena democracia, apoiar um ato de força de flagrante violação do direito internacional, executado por um governo que, à falta de melhores condições de vida a oferecer aos seus cidadãos, oferece-lhes sonhos que poderão transformar-se em terríveis pesadelos?

Seria da conveniência econômica do Brasil, uma aliança militar com a Argentina, que nos últimos cinco anos importou do Brasil 400 milhões de dólares a mais do que a Inglaterra, tradicional fonte de créditos para o nosso País?

Qual o tratado que determina que nos comprometamos com a Argentina nessa questão? O TIAR, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro? Não Sr. Presidente, Srs. Senadores. Não poderia um tratado celebrado por países membros da Organização das Nações Unidas sobrepor-se à Carta Magna da própria Organização das Nações Unidas. Cabe, para melhor entendimento do tratado, um esclarecimento quanto às suas origens e o seu posterior desenvolvimento.

O antigo sonho mundial de que se constituísse um organismo que congregasse todos os países, teve o seu elemento detonante em Simon Bolívar, que em 1826, no Congresso do Panamá lançou o ideal de um grupo interamericano unificado.

Nasciam ali as bases do Pan-americanismo.

Na Primeira Conferência Internacional Americana, em Washington, em 1980 constituiu-se a União Internacional das Repúblicas Americanas e o Escritório Comercial das Repúblicas Americanas. Seria aquele organismo, o embrião da OEA.

Em 1945, ocorreu a reunião do México, onde as nações americanas subscreveram um documento segundo o qual cada nação americana garantiria as fronteiras da outra. Este documento, conhecido como a Ata de Chapultepec, transformar-se-ia em 1947/48 no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, ou Tratado do Rio de Janeiro.

Mas entre a Ata de Chapultepec e o Tratado do Rio de Janeiro, ocorreram alguns fatos históricos da maior importância relacionados com o futuro, e que são fundamentais na análise do caso das Ilhas Falkland.

Quando foram elaborados os planos para a criação da ONU em Dumbarton Oaks, no ano de 1944, as nações americanas com exceção dos Estados Unidos, ficariam mais preocupadas do que satisfeitas. Isto porque quando o rumo das discussões ficou evidente, achavam os países americanos que a existência de um grupo interamericano não lhes traria benefícios, mas ao contrário, seria prejudicial aos seus interesses pela emergência do novo grupo de Nações vitoriosas da Segunda Guerra Mundial.

Uma organização de nações, onde as grandes potências teriam no Conselho de Segurança o poder de veto ilimitado, e fazendo parte deste conselho, apenas um país americano desagradou aos países do grupo. Em virtude do desagrado da comunidade americana, foi convocada uma reunião dos estados americanos no México, que resultou na citada Ata de Chapultepec.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Exª uma ligeira interrupção?

O Sr. LUIZ FERNANDO FREIRE — Pois não, Senador, Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema — Senador Luiz Fernando Freire, eu estava no meu gabinete, ouvindo o discurso que V. Exª pronuncia nesta tarde, e me apressei em chegar ao plenário para congratular-me com V. Exª, pela oportunidade de suas palavras. Alguns companheiros já abordaram o assunto, e inclusive na Comissão de Relações Exteriores o Senador Itamar

Franco fez uma solicitação através do Presidente Luiz Viana Filho, para que o Sr. Ministro das Relações Exteriores compareça à Comissão e nos dê informes — na linguagem moderna — dos meios necessários, para que o Senado acompanhe o problema das Malvinas, que V. Ex^a vem abordando com muita sensatez e inteligência. Em verdade, todos nós estamos desejando uma só coisa, aquela palavra que fez de Pablo Picasso o seu grande realizador plástico: Paz. Esta paz não pode ser perturbada, sobretudo quando nos lembramos da tradição da América do Sul que, neste século, não tem anotado nenhuma perturbação de vulto no relacionamento entre as nações sul-americanas e com outros povos. V. Ex^a, analisando com segurança, citando fatos, louvando-se na história, traz, para esta Casa, um grande tema, e devemos fazer coro com V. Ex^a no sentido de que em pouco tempo possamos, aqui, nos congratular com a Argentina e com a Inglaterra por terem encontrado um denominador comum que é, sem dúvida, a paz. Receba V. Ex^a, o mais jovem parlamentar do Senado da República, a nossa solidariedade e a nossa admiração pelas palavras sensatas que vem pronunciando nesta tarde.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Fico muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Aderbal Jurema, pelo seu aparte, assim como temos especial motivo de satisfação de ver na Presidência da Casa, por ocasião do meu discurso, o nobre Senador Itamar Franco, que já se ocupou deste tema que aqui estou tratando.

Continuo, Sr. Presidente, referindo-me ainda à Ata de Chapultepec. A assinatura desta Ata pela totalidade dos países, com exceção da Argentina, que, curiosamente, não estava presente, criou um embaraço na ocasião, uma vez que fazia nascer dentro de um Organismo mantenedor da paz, um outro Organismo também mantenedor da paz, só que de uma forma mais hermética, uma vez que seria uma Organização seletiva, somente composta por Estados americanos. Apesar da discordância dos Estados Unidos, que defendiam que quem deveria ser responsável pela paz deveria ser a ONU, as outras nações praticamente impingiram aos EEUU a aceitação da proposta da Ata de Chapultepec sob a ameaça de não subscreverem a carta da ONU. Acontece que a carta proposta da ONU não reconhecia grupos regionais. Estava criado um impasse, que somente foi solucionado com a redação e inclusão na Carta das Nações Unidas, dos arts. 51 e 52, que dizem:

“Art. 51. Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de autodefesa individual ou coletiva no caso de ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho da Segurança tome as providências necessárias à manutenção da paz e da segurança internacional.”

E em seu art. 52, o seguinte:

“Nada na presente Carta impede a existência de arranjos ou Organizações Regionais dedicados a assuntos relacionados com a manutenção da paz e da segurança internacional adequados à ação regional.”

Dentro, pois, destas cláusulas é que ficaram existindo o Tratado do Rio de Janeiro, o Tratado da OTAN e outros semelhantes. Em outras palavras, poderiam os Estados americanos defender-se mutuamente e aliar-se contra qualquer agressor, no entanto, dava-se garantia a todo e qualquer país-membro das Nações Unidas de que não seria impunemente agredido por forças americanas ou de qualquer outra proveniência.

A idéia original da Ata de Chapultepec e a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro, o TIAR, fizeram com que, de uma forma mais organizada e atualizada, fosse fundado em Bogotá, em 1948, o novo Organismo que congregaria os países americanos, a Organização dos Estados Americanos, que, funcionando como um Organismo de características regionais dentro da ONU, promoveria a cooperação política, econômica, social e jurídica entre as repúblicas americanas, assim como asseguraria a manutenção da paz e da segurança continental. Nas diversas oportunidades em que Estados americanos recorreram à OEA, não se furtou a Organização a desempenhar com brilho o papel a que se havia proposto e que havia determinado a sua criação.

Agora, Sr. Presidente, insinua-se um possível recurso da Argentina à OEA, solicitando o apoio militar das demais nações americanas, invocando, para tanto, o Tratado do Rio de Janeiro, o TIAR. Entretanto, o que ocorre, Sr. Presidente, é que a Argentina não é país invadido, e sim o país invasor nesta questão, sendo que sua solicitação não teria como obter apoio daquela Organização, cujos artigos são claros na qualificação do que é uma nação agredida e do que é nação agressora. No episódio das ilhas, a Argentina violou não somente o Tratado do Rio de Janeiro, como a Carta da OEA e a própria Carta das Nações Unidas.

Curioso seria supor-se que um tratado só serviria para justificar os acertos de cada nação e sem condenar os erros por elas cometidos!

A Argentina desconheceu e violou o Tratado do Rio de Janeiro, desde o seu primeiro artigo, que diz:

“Art. 1º As altas partes contratantes condenam formalmente a guerra e se obrigam, nas suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça nem ao uso da força, de qualquer forma incompatível com as disposições da Carta das Nações Unidas ou do presente Tratado.”

O artigo 8º do TIAR diz o seguinte:

“Art. 8º Para os efeitos deste Tratado, as medidas que o Órgão de Consulta acordar, compreenderão uma ou mais das seguintes: a retirada dos chefes de missão; a ruptura das relações diplomáticas; a ruptura das relações consulares; a interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas ou radiotelegráficas e só então e finalmente — o emprego de forças armadas.”

Como é do conhecimento de todos, a Argentina não seguiu nenhum destes passos. Limitou-se a, sem qualquer aviso ou declaração de suas intenções, ocupar com suas tropas de assalto o território das ilhas.

Quanto à caracterização do que consiste um ato de agressão, assim se expressa o art. 9º do TIAR:

“Art. 9º Além de outros atos que, em reunião de consulta, possam ser caracterizados como de agressão, serão considerados como tais: A) o ataque armado não provocado por um Estado contra o território, a população ou as forças terrestres, navais ou aéreas de outro Estado; B) a invasão, pela força armada de um Estado, do território de um Estado americano pela travessia das fronteiras demarcadas de conformidade com um tratado, sentença judicial ou laudo arbitral, ou, na falta de fronteiras assim demarcadas, a invasão que afete uma região que esteja sob a jurisdição efetiva de outro Estado.”

Está pois, mais do que claro, segundo os princípios da OEA, que a Argentina constitui-se, no caso das Ilhas Falkland, em nação agressora, e, como tal, apesar de haver invadido território de uma nação não americana, moralmente impedida de solicitar préstimos ou apoios de qualquer natureza a qualquer dos Organismos internacionais dos quais seja membro, ou de receber apoios isolados das demais nações americanas.

O Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim, advertia que se abandonássemos o ideal da harmonia e da paz para o Mundo em que vivemos, onde a verdade deve ser igual para todos, teremos perdido a luta pela vida. Não sacrificar um princípio de justiça em favor de uma manobra política, faz parte desta luta.

Resta-nos esperar, Sr. Presidente, que os detonadores desta angustiante questão reciclem seus passos, revejam suas posições, reexaminem as consequências desta aventura, ou, então, preparem-se para responder perante a História não somente pelos sofrimentos e desganhos a que submetem o seu próprio povo, como aos danos que criminosamente causaram aos demais Membros da Comunidade das Nações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Luiz Fernando Freire — José Lins — Gilvan Rocha — Amaral Peixoto — Amaral Furlan — Gastão Müller — Saldanha Derzi — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

Compareceram após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Com a palavra o nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Volto à tribuna, mais uma vez, para tratar do problema do desemprego e, muito especialmente, das altas taxas de juros que incidem sobre as operações financeiras, ainda mais grave, sobre os impostos que giram nessas operações.

Os impostos sobre operações financeiras geraram, em 1980, uma renda da ordem de 10,8%, quando os produtos industrializados, naquele mesmo ano, geraram, 27,5% do total da receita. Em 1981, portanto o ano passado, a

renda dos produtos industrializados caiu para 27,2%, e a renda dos impostos sobre operações financeiras elevaram-se de 10,8% para 14,5%. Já agora, no primeiro trimestre, por incrível que possa parecer, a renda auferida pelo Governo quanto aos impostos sobre operações financeiras foi maior do que a auferida sobre os produtos industrializados. Isto demonstra que a renda do Governo sobre operações financeiras vai passar tão-somente a ser a segunda renda do País, depois do imposto sobre a renda, numa demonstração patente de que o modelo econômico do Governo tem como objetivo singular defender a agiotagem que impera em nosso País.

O quadro que tenho em mãos demonstra esta realidade. Pois, vejamos: a receita dos produtos industrializados caiu, a dos produtos de exportação caiu de 9% para 7,5%; o desemprego aumentou no Brasil. E o meu Nordeste? Em toda a área do Nordeste pontifica a descapitalização. No setor rural a situação é tremendamente triste. O médio proprietário de terra do Nordeste não só se descapitalizou, a situação do pequeno e do médio proprietário de terras do Nordeste é mais do que delicada, proletariou-se a pequena e média agricultura do Nordeste.

O encarecimento dos juros, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com o enxugamento do meio circulante quase que mensalmente pelo Governo, vem criando uma situação mais do que delicada. O juro está gerando, por mais incrível que possa parecer, mais renda financeira do que a produção.

Isso é grave, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se a renda do financeiro é maior do que a produção, para onde vamos ser arrastados?

São esses os problemas que precisam ser debatidos com a profundidade que eles requerem, nesta Casa, pois não podemos ficar com mais de cem milhões de pessoas dependendo de um trabalho a cada dia mais difícil.

Elevou-se, no mês passado, para 10% o número de desempregados no Brasil. E por quê, Sr. Presidente, Srs. Senadores? Porque a poupança ociosa está aí já com mais de três trilhões de cruzeiros a gerar renda, sem produzir quase nada.

A pequena e média indústria brasileira está aí sem capital de giro e sem poder realmente produzir.

Diariamente, se acompanha pela Imprensa a situação delicada e crucial daqueles que querem trabalhar e produzir em nosso País.

A Folha de S. Paulo, de domingo, traz esse quadro terrível que mostra o caminho perigoso a que nos está levando esse modelo econômico que conseguiu, por incrível que possa parecer, elevar o financeiro acima do econômico. Quem tem, no Brasil de hoje, uma estrutura econômica e não dispõe de capital de giro próprio corre o risco de, trabalhando, por incrível que isto pareça, perder o que tem. É fácil explicar: a rentabilidade do econômico é quase um nada, mas a rentabilidade do financeiro sobe assustadoramente. Daí a situação da maioria dos empresários industriais, rurais do nosso País, que não dispõem de capital de giro próprio.

Isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desmotiva, tira o entusiasmo da produção e cria essa situação singular de se ver o dinheiro a gerar mais lucros do que a produção. Mas não podemos ser uma Nação de agiotas. Temos de criar um modelo onde a produção, pelo menos, corra paralela com o lucro do capital. O que não é possível é que o dinheiro financeiro possa ficar com tudo, em detrimento tão-somente do trabalho e da produção. Daí por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é importante que esta Casa sinta esse problema, porque o modelo econômico é este que aí está, que dá oportunidade a alguns, poucos, a ganhar demais, em detrimento da maioria que está aí a trabalhar e a sofrer fome.

Leio nos jornais que o maior salário mínimo do País, a partir de 1º de maio, vai para Cr\$ 16.596,00 e o menor salário vai para Cr\$ 13.920,00. O meu Rio Grande do Norte fica com esse salário de Cr\$ 13.920,00, que, descontando-se o imposto social, os encargos sociais, no valor de Cr\$ 1.113,60, deixa o operário com um salário, a partir de maio, de Cr\$ 12.806,40, com uma diferença, para o Estado de São Paulo, ou seja, o Sudeste, na ordem de Cr\$ 2.461,92. É outro paradoxo. Como se entende o operário do Rio Grande do Norte ter um salário inferior ao salário do Sudeste, se 70% do que ele consome é produzido no Sudeste e, conseqüentemente, é comprado mais caro no Nordeste?

De forma que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que estão aí os paradoxos. O modelo econômico a gerar, infelizmente, para o financeiro mais lucro do que a produção. O salário criando uma situação delicada, pois o salário mínimo no País não oferece as mínimas condições para quem vive em função desse salário. E o modelo tributário agravando essa situação paradoxal.

O Governo elevou, só de impostos de cigarros, do ano passado até hoje, em menos de 16 meses, em mais de 300%. Interessante é os cigarros dos grãos, os cigarros mais caros, ter a mesma taxa de pior cigarro. Os mais miseráveis deste País estão pagando o mesmo imposto que pagam os mais

ricos, porque, por incrível que possa parecer, no Brasil é assim, o Governo socializa os prejuízos e capitaliza os lucros.

Infelizmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ninguém sabe para onde estão sendo capitalizados os lucros, porque o que se vê é o que está aí. É uma soma de empréstimos, diariamente, e vários Ministros viajando pelo exterior, em busca de mais empréstimos. A nossa balança de serviços já agora a demonstrar uma necessidade, só no pagamento de juros, superior a 10 bilhões de dólares, afora os encargos da dívida, em termos de pagar alguma coisa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, este modelo econômico e esse modelo tributário, geram a miséria, o desemprego, a fome e o endividamento da Nação, aniquilando, vergonhosamente, o direito da família brasileira, da grande família assalariada, pois a grande família assalariada está nesse homem de salário mínimo, a massa de trabalhadores do País, 67%, ganha apenas um salário mínimo. E quem ganha um salário mínimo neste Brasil, por incrível que possa parecer, hoje, não pode ter mais um lar, hoje, não pode ter mais uma família. Quem é que pode casar, hoje, neste País, percebendo um salário de Cr\$ 12.806,40, que vai ser o salário do Rio Grande do Norte e do Nordeste a partir de 1º de maio? 12 mil, 806 cruzeiros e 40 centavos é o líquido a ser recebido pelo assalariado; não é o subassalariado, não, é o assalariado.

Este o quadro terrível que trago, na tarde de hoje, à tribuna, para ver se o Governo enxerga alguma coisa, consegue escutar, para encontrar uma maneira de sairmos dessa camisa de força na qual marchamos, dia a dia, para uma catástrofe inevitável, se continuar a imperar esse modelo que atenta contra a própria segurança nacional.

O Sr. Almir Pinto — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer, nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Agradeço a V. Exª, porque o pensamento de V. Exª casa-se com o meu, no que diz respeito ao salário-mínimo.

O SR. AGENOR MARIA — Muito obrigado.

O Sr. Almir Pinto — Nunca entendi, nobre Senador Agenor Maria, a razão dessa discriminação do salário mínimo. Aliás, eu conversava há pouco com o nobre colega Senador Gastão Müller, sobre o fato de que já tivemos uma gradação mais longa, parece que seis salários mínimos, para todo o Brasil, regiões diferentes e, já agora, no Governo Figueiredo, essa gradação chegou a 3 e nós, no Nordeste, pegamos o *mínimo minimorum*. Então, não entendo, uma Região, como a nossa, que está no quarto ano de estiagem, porque este ano, na verdade — já até estou preparado para um ligeiro pronunciamento, nesta Casa — este ano choveu um pouco mais, ou melhor, está chovendo um pouco mais do que em 1981, e é um dos anos de pique de 5 anos de estiagem, previsto pelo CTA, vamos ter alguma coisa. Mas quando há, na verdade, a falta de chuva, quando nós do Nordeste nada produzimos, compramos tudo mais caro, porque vem de São Paulo, vem de todos os Estados, importado. Então, nos Estados produtores, que têm o produto mais barato, o salário mínimo é maior; os outros Estados, que já vão comprar importado, quer dizer, o produto já mais caro, o salário mínimo é menor. Então, não entendo. V. Exª tem razão em debater este assunto, e discordo, frontalmente, dessa gradação. Acho que o Presidente está lutando e deve, antes de sair do Governo, unificar este salário mínimo, para que ele seja ou maior para o Nordeste, ou então igual para todo o País. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. AGENOR MARIA — Eu é que agradeço, Senador Almir Pinto. V. Exª, Senador do PDS, com assento na Bancada do Governo, mas tem no seu coração,...

O Sr. Almir Pinto — Mas, não me impede de reconhecer essa discriminação que acho odiosa.

O SR. AGENOR MARIA — ...nos seus sentimentos, o brio, e o sentimento mais alto de colocar, acima do interesse do seu Partido, o interesse do País. Eu me congratulo com V. Exª, e estimaria que esse fosse o pensamento de toda a Bancada do Governo, pois só assim, talvez, o Governo se sentisse pressionado para desfazer, de uma vez por todas, um modelo econômico que penaliza quem trabalha, quem produz em nosso País. Veja bem V. Exª, Senador Almir Pinto, o Imposto de Renda, em nosso País, ele penaliza muito mais o trabalho, do que a renda do capital.

Por incrível que possa parecer, não tem sentido um imposto criado para penalizar a renda, penalizar o trabalho. Por quê? Porque infelizmente, nobre Senador Almir Pinto, este País adotou um modelo, onde quem tem o dinheiro tem direito a tudo, e quem não tem o dinheiro não tem direito a nada.

Vivemos, Senador Almir Pinto, subordinado a uma estrutura diabólica; de um lado as multinacionais, ganhando rios de dinheiro, e do outro as

estatais, e PETROBRÁS, e ELETROBRÁS, empresas monstruosas que cresceram tanto que o nosso Tribunal de Contas está aí, incapaz de poder fiscalizar as suas contas. Nós temos dois brasis: um Brasil rural, e um Brasil urbano. Nós temos dois brasis, um Brasil da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS, um Brasil que vende serviço e que tem tudo, e um outro Brasil que presta serviço do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura e não tem nada.

Pode, nobre Senador Almir Pinto, um funcionário do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde, funcionários da mesma categoria, da PETROBRÁS e ELETROBRÁS, serem diferentes? Por quê? Porque, na realidade, esta a grande verdade, nós temos dois brasis: o Brasil das estatais, que prestam serviços, das estatais que vendem serviços; ao ponto de criar uma situação mais do que paradoxal. No ano passado, aumentaram trimestralmente o custo da energia. Mas, meu Deus, por que trimestralmente aumentar o custo da energia? A energia hidráulica é a mais barata do mundo. Mas por que elevar o preço, se o Governo sabe que a cada dia que as coisas sobem é menos farinha na mesa do desgraçado operário deste País? Por que elevar? Elevar o preço para que possam arrecadar mais dinheiro e manter a energia nuclear! Mas, meu Deus, por quê? Por que a energia nuclear, agora, às custas do operário que está faminto? Por que essa energia às custas da penalização ecológica do nosso País? Pois os custos não são só sociais, Senador Almir Pinto, são os custos ecológicos; e também não são só os custos sociais e ecológicos, mas também os custos de nossas riquezas que estão fugindo por entre nossos dedos, através de contratos miseráveis feitos lá fora. Está aí Carajás, legado pelos nossos antepassados e por eles defendido, e nós estamos entregando de mãos beijadas. Uma tonelada de minério de ferro, como está sendo vendida, custa a menos do que um pacote de cigarro. Vamos começar a produzir minério de ferro, em Carajás, em 1985, e já estamos vendendo o futuro de Carajás.

Precisamos, neste Plenário, debater estes problemas que angustiam a Nação, debater estes problemas que, na realidade, são muito mais importantes para o Brasil; porque acima do interesse partidário, ideológico, está o interesse da barriga do povo brasileiro, que passa necessidade. A classe média está aí jogada, espoliada, espezinhada, asfixiada, com o telefone no cadeado.

E eu perguntaria: e desaparecendo a classe média brasileira, que é que vai conservar este *status quo* que está aí? Não podemos continuar à mercê de uma politichal infernal, que ilude, que corrompe, que degride! Não, nós precisamos, acima de tudo, colocar o interesse na Nação acima de tudo isso.

O Governo fala em modificar a tributação. Nós precisamos mudar o modelo; não é modificar, é mudar, erradicar este modelo, não só o modelo tributário mas o modelo econômico; e acabar, de uma vez por todas, com esse vício que envenenou a Nação, deprimiu a Nação e tiram qualquer resquício de sentimento maior, levando-nos à incerteza que corrói, à incerteza que dilui, à incerteza que maltrata, à incerteza que mata os nossos princípios e as nossas esperanças.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a me permite?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Henrique Santillo — Quero, eminente Senador Agenor Maria, reportar-me a uma passagem anterior do seu discurso, quando V. Ex^a se referia ao problema do salário mínimo; quando V. Ex^a verbera contra a injustiça do salário mínimo, neste País, V. Ex^a o faz em nome de todo o PMDB. Estou certo.

O SR. AGENOR MARIA — Muito obrigado.

O Sr. Henrique Santillo — Particularmente, entendo que já teríamos, há muito tempo, condições neste País de estabelecer um salário mínimo unificado para todo o Território Nacional. Isso sim é que seria justiça. Além do mais, quero, também, através deste aparte, ao pronunciamento de V. Ex^a, protestar contra a forma como o salário mínimo se estabeleceu agora, há bem pouco. Nesses últimos semestres, o Governo, sistematicamente, tem estabelecido o reajuste do salário mínimo sem que se acrescesse os 10% sobre o índice nacional dos preços ao consumidor, o que é uma outra grave injustiça: porque as próprias estatísticas das instituições oficiais é que estão aí a desmentir aqueles que afirmavam não ser salário mínimo, no Brasil de hoje, um piso salarial importante; porque, segundo eles, a esmagadora maioria dos brasileiros assalariados já estaria com outro piso salarial acima do salário mínimo. Isso não é verdade. É a própria Fundação IBGE, através do Censo de 1980, a que acaba V. Ex^a de se referir, que nos fornece esses dados que devem ser indelmentáveis: é de que mais de um terço de toda a população assalariada, deste País, sobrevive com salários inferiores a um salário mínimo. Então, veja bem V. Ex^a, é mais de um terço da massa trabalhadora

assalariada, deste País, que está na dependência do estabelecimento do novo salário mínimo para ter um reajuste salarial justo. Além do mais sabemos que, no decorrer desses últimos dez anos, sobretudo, e até um período um pouco maior, tivemos neste País, uma defasagem muito grande entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo real; os reajustes foram durante boa parte desse tempo em que vivemos um verdadeiro totalitarismo, num certo período da nossa história bem recente, o reajuste do salário mínimo foi sempre inferior ao reajuste do custo de vida, portanto, levando a uma defasagem que acabou causando um processo de grande injustiça social. Eu me solidarizo com V. Ex^a e ao mesmo tempo lhe digo que do mesmo modo verbero com as palavras idênticas e com a mesma veemência com que V. Ex^a o faz, contra todas as injustiças sociais que estão sendo impostas ao povo brasileiro.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Henrique Santillo, que é monstruoso é que o nosso Ministro do Planejamento, Delfim Netto, nega os 10% de direito, e nega voluntariamente, sem dar a mínima satisfação, quando ele sabe que o residual depõe exclusivamente contra o operário. A inflação de janeiro, fevereiro e março, nesse modelo que não pode mais ter o nome de milagreiro nem de milagroso, foi 5,.... em janeiro, 6,.... em fevereiro e 7,2 agora em março. Dando esse percentual de 39,1% sobre o salário, eles apenas estão dando o que subiu no custo de vida nesse semestre; mas é de se perguntar, e o residual fica contra o operário? Mas meu Deus, não tem sentido que a importância de doze mil, oitocentos e seis cruzeiros possa representar alguma coisa de dar a este operário o direito de poder sonhar com um lar com a família. Mas meu Deus, onde está esse Governo? Sessenta e sete por cento do povo brasileiro ganha salário mínimo, ou abaixo do salário mínimo, que é o subsalário. Se a família é a célula mater da sociedade, e essa gente não pode mais ter uma família, não pode mais ter um lar, não pode casar, não pode ter filhos, eu lhes digo está tudo perdido, porque, se não pode mais ter uma lar, uma família, vai ter qualquer coisa. Daí crescendo, assustadoramente, nas megálopoles, o crime, a prostituição, porque o que cresceu mais neste País, nos últimos dez anos, foi a prostituição. O que diz o Sr. Delfim Netto aqui:

“O Ministro do Planejamento, Delfim Netto, disse ontem em Brasília que a fixação do salário mínimo em primeiro de maio próximo será feita exatamente como ocorreu no ano passado. Com isso descartou a possibilidade do reajuste ficar 10% acima do INPC.”

Ora, meu Deus, porque o descarte. Nobre Senador Henrique Santillo, eu sou homem do Nordeste, é uma felicidade poder lhe afirmar que venho das origens mais humildes do povo brasileiro. A minha bisavó, por parte de pai, foi pega a dente de cachorro. Era uma mulata. Como Senador da República, não fujo às minhas origens. Convivo com o meu povo e sinto, a cada dia que converso com ele, o sentimento de tristeza, de intranquilidade, de pessimismo, que vai pelo coração de nossa gente.

Não tenho feito outra coisa desta tribuna, senão pedir ao Governo que dê a essa gente apenas o direito de viver como gente. Só isso. O que eles querem é ter o direito de, trabalhando, poder ter alguma dignidade. O que eles querem é que, trabalhando, eles possam dizer: eu sou pobre, mas vivo às minhas custas, porque é isto que dá a esse trabalhador, a maioria ignorante, analfabeta, a motivação para trabalhar.

Mas, meu Deus! Se eles perdem a motivação pelo trabalho, pelo salário miserável, baixo, o que vai acontecer com um homem pobre, analfabeto, ignorante, perdendo o interesse pelo trabalho? Ele fica sem opção. E, ficando sem opção, quais são as alternativas? Pedir, beber ou, então, assaltar. É o que está acontecendo no Brasil. Perdemos diariamente a nossa segurança. Um governo que não pode oferecer segurança não pode oferecer nada.

Não sei se estou sofrendo dos nervos, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Mas, quando vou a São Paulo, que subo sozinho no elevador, subo com medo, porque estão assaltando dentro dos elevadores.

Esses assuntos precisam ser debatidos aqui, porque esse modelo econômico e o modelo tributário, repito, atentam contra a segurança nacional.

O que diz este outro jornal a respeito do que faz o Governo ultimamente:

“O negócio está tão apertado que o Banco Central, na Cartão-circular nº 74, expedida quarta-feira, atrelou mais um pedaço da poupança estocada em fundos de pensão (do gênero fechado) na aplicação compulsória em títulos da dívida pública (federal e estadual).

Ou seja: um ativo de poupança voluntária, que no mundo inteiro é utilizado para irrigar o capital de risco do sistema, pelos canais do mercado de ações no Brasil é desviado para o financiamento dos rombos de caixa do setor público — poupança

seqüestrada do capital para o crédito, gerando mais renda do que produto."

É isso aí, Senador Henrique Santillo, mas esses assuntos não encontram hoje nem quem possa defender.

O plenário está aí, quase vazio, os Senadores do Governo não têm como me contestar e, o pior, estamos num ano eleitoral, a descrença é geral, o Governo diz que está com a mão estendida mas a Lei Falcão está aí impedindo que nós, políticos, possamos levar, através do rádio e da televisão, a nossa mensagem e o que se vê é uma luta tenaz daqueles que podem e têm dinheiro na aquisição de comprar o mandato. Mas, comprar o mandato para que, para representar o povo desta tribuna? Não. Comprar o mandato para ter esse mandato, ou como vaidade, ou como defesa dos seus interesses subalternos.

Democracia na minha concepção não é isto, representar povo não é isto. Representar povo é acima de qualquer interesse, por grande que ele possa ser, deve prevalecer o interesse maior, que é o interesse da Nação.

Estou há mais de 7 anos no Senado, todos aqui me conhecem. Não tenho rádio, não tenho jornal, não tenho dinheiro. Devo ser candidato, possivelmente, a deputado federal e acho que vou perder. Por que vou perder a eleição? Sou de um Estado carente e pobre. Fui procurado há quinze dias por alguns cabos eleitorais de chefes políticos para apoiar prefeitos. Apoiar prefeito do Nordeste é ter dinheiro para gastar e eu não tenho. E respondi para eles o seguinte: vocês têm que procurar um candidato a deputado federal que tenha dinheiro, porque eu não posso, estou com 56 anos de idade, não vou hipotecar um pequeno patrimônio que tenho pra fazer a campanha. O que eu peço a vocês, quando contratarem algum deputado que vocês possam votar nele, é que respeitem o meu voto; deixem o eleitor que queira realmente sufragar o meu nome sufragá-lo.

Mas eu pergunto, será que eles vão deixar? Eu acredito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o povo brasileiro precisa, precisa mais do que nunca, conhecer os seus direitos públicos e lutar por eles. Ele precisa gostar da política, conhecer a política e acompanhar, votando. Se não quer votar no fulano ou no sicrano porque não acredita neles, vote nos novos, sempre votando nos novos, porque é uma maneira de protestar. Votar em branco, anular o voto, é uma maneira de manter esse *statu quo*.

Nós precisamos dessas eleições de 1982. Nós precisamos ganhar essas eleições. Por que precisamos ganhar essas eleições? Por que acredito que vá mudar alguma coisa? Não vai mudar quase nada! Mas muda uma coisa, muda a mentalidade de que o brasileiro não conhece. Fica provado que o brasileiro conhece e quer protestar votando, porque a beleza da democracia é essa, que a mão que coloca lá para cima é a mesma que coloca lá para baixo.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a reforma tributária, a verdadeira, precisa ser feita dentro da verdade, à luz da verdade, porque no Brasil de hoje o trabalho paga mais Imposto de Renda do que o lucro dinheiro.

Esse comentarista diz o seguinte:

"...existem sérias distorções na legislação do Imposto de Renda, cuja incidência sobre os rendimentos do trabalho é muito mais elevada do que sobre os ganhos de capital.

Finalmente, o atual sistema é excessivamente centralizador, eliminando, praticamente, qualquer autonomia por parte dos Estados e Municípios."

Eliminando a tal ponto, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, que o Rio Grande do Norte, por exemplo, produz algodão fibroso e quando exportamos um quilo de algodão mocó, fibra 38/40, que só tem semelhante no Egito, vendemos a pluma para o Sudeste, ficam 12% do resultado dessa venda para o Estado produtor. Digamos que se venda a pluma a cem cruzeiros; o Rio Grande do Norte fica com o equivalente a 12 cruzeiros. Quando o Rio Grande do Norte importa a linha produzida com esse tipo de algodão, ela custa Cr\$ 1.000,00 e nós deixamos para o Estado exportador da manufatura os mesmos 12%, ou seja, quando exportamos o algodão, recebemos 12% sobre 100, equivalente a Cr\$ 12,00 e quando importamos a linha, pagamos Cr\$ 1.000,00 e deixamos só em tributo para o Estado que produziu a manufatura, o equivalente a Cr\$ 120,00, isto é nós pagamos mais tributo para importar a manufatura da matéria-prima que exportamos do que todo o valor da matéria-prima.

Esta é uma realidade chocante, daí por que os Estados produtores de matérias-primas, no Brasil — Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Sergipe, Pará, — se encontram em uma situação aflitíssima. O meu Rio Grande do Norte, este ano, tem um déficit superior a 4 bilhões e meio de cruzeiros.

Em alguns meses do ano, os Estados produtores de matérias-primas importam mais tributos do que exportam. Daí por que precisamos, a todo

custo, desta Casa, pressionar o Governo para que esse modelo tributário seja modificado, sob pena de acabar de uma vez por todas com a Federação, com a autonomia da Federação, com o direito de cada Estado ter vida própria, porque o que se está criando são Estados totalmente dependentes do Governo.

Antes de concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamo a atenção da Casa para este quadro que demonstra, na realidade, a assertiva das minhas observações: o Imposto de Renda aumentando, o IOF — Imposto Sobre Operações Financeiras — aumentando, e o Imposto sobre Produtos Industrializados, sobre exportações, diminuindo.

Ora, se a produção está diminuindo e o imposto está aumentando, como se entende o lucro aumentando? Porque ninguém vive de lucro; uma nação vive do que produz.

Este pronunciamento tem como objetivo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, trazer ao Plenário da Casa um assunto que considero da maior importância.

Vou concluir porque, infelizmente, o PDS — o Partido do Governo — não tem como debater o problema e eu, com estas palavras, acho que por uma questão de desengano de consciência, cumpro com a minha obrigação.

Muito obrigado. (*Muito bem!*)

O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Recebi, há poucos minutos, as informações que havia solicitado há vinte dias sobre as quarenta e seis nomeações de funcionários feitas pela Mesa, atendendo à solicitação do Diretor do Serviço de Assistência do Senado.

Como não se encontram presentes as pessoas interessadas — o Sr. 2º Vice-Presidente e o Presidente, que agora estão se dando ao luxo de ameaçar possíveis Senadores, de fazê-los retirar do plenário, o que é uma afirmação temerária, ousada — eu vou deixar, Sr. Presidente, para comentar as informações na primeira oportunidade em que se acharem presentes esses dois ilustres interessados.

É uma constante da minha formação; não falo na ausência, quero falar cara a cara, frente a frente, *vis-à-vis*, a fim de que se prove se, de fato, a intenção do Presidente é mesmo de pôr para fora do plenário aquele que contrarie o pensamento de S. Ex^a.

Sr. Presidente, foi uma afirmação que li nos jornais de hoje, no avião que me trouxe do Rio de Janeiro, uma afirmação temerária e fácil de se comprovar. Na primeira oportunidade que aqui estiverem presentes, vamos comprovar se se pode fazer, se se pode ter esse procedimento com um Senador da República. Poder é capaz de poder, mas se se pode executar esta ordem... Isso aqui não é um batalhão de cavalaria; aqui é o Senado Federal. Isto aqui não é um regimento de cavalaria, é o Senado Federal. Aqui está um cabinho, humilde e obscuro, mas, para pôr este cabinho para fora, é preciso que se faça muito movimento, Sr. Presidente, muita pancadaria, do contrário não faz.

Assim, fica aprazado para a primeira oportunidade que aqui estiverem presentes, e vamos então, Sr. Presidente, comentar as informações que recebi aqui, há instantes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O Sr. Alberto Silva — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, para uma comunicação.

O SR. ALBERTO SILVA (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eu, ontem, ocupando o microfone aqui no plenário, fiz declarações a respeito da convenção do nosso Partido, lá no Piauí, dizendo que foi a maior convenção que já houve no meu Estado nos últimos anos, e uma das mais importantes, porque reuniu todas as forças de oposição existentes no Piauí para formar um partido coeso, um partido decidido a vencer as eleições, contra a oligarquia que se instalou lá há trinta anos. Estranhava eu o fato de que nenhuma notícia sobre essa convenção havia saído nos jornais. Nos locais, é claro que não iria sair, porque toda a máquina de comunicação do Piauí é controlada pelo Governador, e existem ordens expressas de não noticiar nada a nosso respeito. Mas eu estranhava também que não houvesse notícias nos outros jornais do País e eu chegava até a imaginar que se deveria fazer uma verificação nos representantes dos grandes jornais do Piauí que, parece, estavam, também, a serviço da oligarquia. Creio que isso desencadeou uma verdadeira onda de informações pois os jornais de hoje vêm cheios de notícias sobre a convenção, totalmente distorcidas.

Exatamente para contestar as informações distorcidas é que eu quero fazer esta breve comunicação, dizendo que não houve nada do que os jornais estão noticiando, repetindo, no sentido de que houve deserção, que saíram deputados, pessoas ilustres e líderes. Não houve nada disso. Apenas o ex-Deputado Celso Barros que se desentendeu com o Presidente da sessão, na ocasião, e que se declarou desentendido com a política. Mas, ao que tudo indica, ele já estava desentendido com a política há mais tempo.

Com relação ao Líder do Partido, Deputado João Lobo, o problema era outro e não houve nada disso. O Deputado João Logo está firme na campanha, empenhado para que se vença as eleições no Piauí.

Agora, um recado para o Governador do Piauí que declarou — em tom jocoso — que o seu candidato é tão forte que eu iria retirar a minha candidatura.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso que o Governador do Piauí respeite o homem do seu Estado, e tenha respeito ao dizer palavras como disse aqui aos jornais. Retirar a minha candidatura seria trair o povo do Piauí, que está ansioso — ansioso mesmo — para derrotar aquela oligarquia que há mais de 30 anos infelicitou o Piauí.

Ao Governador do Piauí com suas jocosas expressões nos jornais de Brasília, dizendo que tem um candidato poderoso e forte mandamos apenas um recado: que não leve o seu candidato — que nem brasileiro é, é estrangeiro, ou se é é naturalizado — para dirigir o destino do Piauí, porque existem piauienses mais ilustres, mais fortes e mais desejosos de servir ao Piauí.

Sr. Presidente, este o registro que desejava fazer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Senadores:

O Ministro Jair Soares exerce, certamente, um dos cargos mais espinhosos da presente administração pública federal.

Desafiam-no permanentemente, não só o exercício de uma função tradicionalmente sujeita a pressões de toda ordem, vindas da coletividade inteira, como o principalmente, a "obrigação" de mostrar desempenho eficiente de um mecanismo que todos sabemos emperrado e, além de tudo, a indispensabilidade de convencer um eleitorado sabidamente politizado — o gaúcho — sobre a eficácia de sua atuação à frente dos problemas da previdência e assistência social. Afinal, ele é candidato ao governo do Rio Grande do Sul, opondo-se a nomes de fortíssima penetração.

De qualquer modo, devo dizer que o que me traz hoje à tribuna é mais uma reivindicação, queixa seria melhor dito, à previdência social e, certamente, à atuação do sr. Jair Soares.

Com efeito, os professores do Distrito Federal, através de seu órgão de classe — o Sindicato dos Professores do Distrito Federal — fazendo-me, um de seus porta-vozes, solicitam providências urgentes, por já tardas, no sentido de ser regulamentada a aposentadoria especial do professor (aos vinte e cinco anos para as mulheres e aos trinta para os homens), aprovada pelo Congresso em junho de 1981.

Os professores do DF são, como se sabe, em sua esmagadora maioria, regidos pela CLT e, assim, não têm podido usufruir dessa brilhante conquista da classe, uma vez que a administração da Previdência Social não tomou as providências que, certamente, lhe cabem na regulamentação da matéria.

O chamado "pacote previdenciário", que não trouxe benefício para ninguém, não encontrou nenhum entrave burocrático à sua implantação e, mesmo sem o aval do Congresso — asseveram os professores de Brasília — já está tirando parte dos minguados e corroídos salários da categoria.

Fica aqui, pois, a queixa e junto com ela o pedido para que se tomem as medidas necessárias à regulamentação da emenda constitucional garantidora do benefício à classe dos professores. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desde a última semana, vivem um clima de insegurança várias instituições dedicadas ao campo social e à história, em termos de pós-graduação, com o Instituto Universitário de Pesquisas, o Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o Museu Nacional e outras, ameaçadas no prosseguimento dos seus programas por falta de verbas.

Dependem esses centros acadêmicos da Financiadora de Estudos e Projetos, órgãos vinculados ao Ministério do Planejamento, de quem receberam, há poucos dias, notícias segundo as quais perderão o chamado "apoio institucional", responsável pela garantia do seu funcionamento.

Reunidos, durante quatro horas, no início deste mês, com o Presidente da FINEP, Gerson Ferreira Filho, os diretores executivos Olavo Brasil de Lima Júnior, Arlindo Rodrigues e Celso Cruz, juntamente com dirigentes universitários e o representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do Rio de Janeiro, Ênio Candoti, não ficaram tranquilos quanto àquela insegurança, declarando o primeiro: "Estamos nos sentindo como baratas tontas".

Os pedidos de ajuda para os projetos, junto à FINEP, são feitos por Ministérios, empresas estatais, instituições particulares e centros acadêmicos, somando a última cifra noventa bilhões para um orçamento de apenas trinta e cinco bilhões de cruzeiros.

Havendo muitos pedidos e poucos recursos, o Presidente da FINEP revelou a intenção do Governo no sentido de cortar a ajuda, principalmente em setores não prioritários, excluídos a agricultura, a energia e a exportação.

Segundo o Professor Simon Schwartzmann "é mais fácil passar por Brasília, pelo Ministério do Planejamento", um projeto de pesquisa sobre a melhoria de atendimento do INPS do que sobre o movimento operário de 1905; ou então uma pesquisa sobre o impacto do PROÁLCOOL, ao invés de um estudo sobre a saúde pública de São Paulo, na década de vinte.

Segundo a Professora Maria Yeda Linhares, da Universidade Federal Fluminense, a EMBRAPA investiu "uma fortuna no Vale do São Francisco, para aumentar a produção agrícola", com resultados desastrosos, quando, então, se contrataram historiadores e sociólogos para uma pesquisa que explicasse o fato, comprovando-se que, em virtude das condições históricas e sociais da região, nunca daria certo aquele projeto, na forma da sua concepção e execução".

Ora, o Centro de Pesquisas e Documentos de História Contemporânea do Brasil tem importância científica assemelhada à do Museu Nacional e podem suas observações resultar em economia de tempo e recursos do planejamento, graças às retrospecções que está capacitado a fazer, autorizando previsões mais acertadas.

Se a FINEP não quer que ninguém dela dependa para sobreviver e só se interessa pelas soluções econômicas conjunturais, está, implicitamente, desencorajando a pesquisa e documentação em importantíssimos setores da área das Ciências Sociais.

Se, conforme se assegura, tais programas não forem financiados por prazo superior a dois anos, como ocorria até 1980, reduzindo-se esse tempo à metade, dificilmente poderão sobreviver instituições como o CPDOC, que podem oferecer o melhor préstimo às pesquisas histórico-sociais, culturais e econômicas, contribuindo para o equacionamento das soluções desejadas para inúmeros dos nossos problemas.

Os cientistas presentes à reunião ficaram impressionados com o clima de cortesia e boa vontade que a presidiu, mas decepcionados com a decisão de reduzir aqueles recursos, tanto no que tange aos montantes, como no que se refere aos prazos de aplicação.

Diante disso, fazemos um veemente apelo ao Ministério da Educação e Cultura — cujo titular é homem afeito a enfrentar dificuldades e vencê-las — no sentido de propiciar à pesquisa básica na área das ciências sociais, como aquelas feitas pelo CPDOC, os recursos necessários para a análise dos projetos tecnológicos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Pelos dados oficialmente divulgados, — com base nos resultados do Censo dos Servidores Federais promovido pelo DASP, em colaboração com o IBGE e o SERPRO, — em dezembro de 1979 a força de trabalho do Sistema de Pessoal Civil da União compreendia 468.000 servidores, e pouco mais de 12.000 pessoas catalogadas como "mão-de-obra temporária" vinculada a convênios com órgãos da administração direta e autárquica.

O referido Censo, aliás, deve ser considerado como uma das mais positivas e melhores iniciativas do Ministro José Carlos Soares Freire, Diretor-Geral do DASP, encerrando, de uma vez por todas, as suposições e palpites predominantes sobre a matéria, que tinham em afirmar a existência de um "exército de funcionários públicos", de mais de um milhão, somente nos Ministérios, além de quase outro tanto nas Autarquias.

Ninguém sabia ao certo, o número exato dos cargos efetivamente ocupados, circulando versões exageradas, que contribuíam para desmoralizar a Administração Federal perante a opinião pública, e disseminar uma falsa imagem do funcionalismo como um formigueiro humano ocioso, despreparado e altamente dispendioso.

Essa errônea, convicção, deliberada e maliciosamente disseminada pela imprensa, tornava praticamente impossível a execução de uma política salarial justa e mais favorável em virtude dos generalizados receios de que o "excessivo" número dos servidores públicos jamais permitiria melhorar a tradicional precariedade e insuficiência dos respectivos orçamentos, de vez que as receitas tributárias da União não bastariam para atender às reivindicações salariais de um funcionalismo exorbitantemente superdimensionado e voraz.

A divulgação dos dados obtidos pelo referido Censo, autorizada pelo Ministro José Carlos Soares Freire, contribuiu para erradicar semelhante distorção, pulverizando aquelas fastidiosas e reiteradas afirmações quanto à existência de um exército de ociosos.

Acabou-se, e foi definitivamente sepultada, a lenda injuriosa.

Segundo foi apurado pelo Censo, daquele total de 468.000 servidores, 53,9% se vinculavam às atividades prioritárias de educação, saúde, previdência, polícia, fiscalização e arrecadação. Do ponto de vista do sexo, havia 66,2% de homens e 33,8% de mulheres, — outra curiosa revelação, quando se pensava que predominava a quantidade das "Marias Candelárias" sobre os barnabês.

A idade média global dos servidores era de 42 anos, sendo de 49 anos a média do estatutário e 34 anos a do servidor CLT.

Quanto ao regime de trabalho, 51,6% eram servidores CLT e 48,4% estatutários.

Com relação à escolaridade, 96,6% das pessoas possuíam escolaridade entre o 1º grau e o superior, enquanto 3,4% eram apenas alfabetizados, sem nenhum grau de escolaridade.

81,2% do total possuíam de 0 a 5 dependentes e 8,8% têm de 6 a 10 ou mais dependentes.

Em termos de rendimento bruto, expresso em salários mínimos (SMs), tinha o serviço público 33,8% servidores que recebiam até 3 SMs; 42,9% com mais de 2 e até 5 SMs; 22,5% com mais de 5 e até 20 SMs; e 0,8% ganhavam mais de 20 SMs.

Estes poucos indicadores bastam para revelar à Nação a verdadeira fisionomia do funcionalismo público civil da União, em dezembro de 1979.

Desde então, admitido o crescimento normal decorrente do preenchimento das vagas ocorrentes, principalmente através dos concursos do DASP para preenchimento dos cargos desocupados em virtude de falecimento, aposentadoria, exoneração ou demissão dos respectivos titulares, tem o Governo a visão exata e realista da situação do funcionalismo público da União, tanto em termos quantitativos como no tocante aos aspectos qualitativos, dentre os quais o número dos dependentes.

A partir do conhecimento preciso desse problema, que somente seria possível depois daquela exigência preliminar que foi a realização do Censo dos Servidores Públicos, encontra-se agora o DASP em condições de propor, e justificar, a adoção de uma *Política Salarial* adequada às realidades e imperativos da sobrevivência do funcionalismo, cujas dificuldades de vida são idênticas às dos demais trabalhadores em uma conjuntura inflacionária adversa.

Nesse contexto situam-se as velhas reivindicações relativas à concessão de 13º salário — que já é uma conquista obtida pela totalidade dos trabalhadores que mourejam nas empresas privadas ou, mesmo, daqueles 61,6% dos servidores CLT. Somente os estatutários se encontram marginalizados (48,4% dos servidores), no que tange ao 13º salário.

Independentemente dessas impostergáveis medidas, a que se deve acrescentar o reajuste semestral dos salários, fazemos um veemente apelo ao Diretor-Geral do DASP, no sentido de que promova a reformulação que se faz necessária no tocante ao Programa de Aquisição da Casa Própria (PROHASP), objeto de um protocolo de intenções firmado entre o Ministério do Interior, o DASP e o Governo do Distrito Federal.

Em decorrência desse protocolo o BNH e a Caixa Econômica Federal firmaram convênio de Cr\$ 9,9 bilhões para construção de 6.000 Unidades Habitacionais.

A reformulação é pleiteada no sentido de proporcionar aos servidores públicos aposentados que o desejassem, a oportunidade de aquisição de uma Casa Própria adequada às suas possibilidades financeiras, fora dos esquemas coletivos dos conjuntos habitacionais.

Na verdade, a situação dos aposentados é, certamente, o capítulo mais dramático quando se examinam os problemas do funcionalismo.

Sendo as taxas de esperança de vida, atuariamente calculadas, extremamente baixas, os aposentados poderiam aguardar a morte inexorável, que geralmente ocorre quando deixam o serviço público, depois de 35 anos ou mais de exaustivas atividades.

Os aposentados, quase sempre doentes e frustrados, vegetam melancolicamente, sem condições de poder ajudar as respectivas famílias, deixando

para os filhos ou netos, pelo menos o patrimônio de uma modesta casinha, na hipótese em que o PROHASP fosse reformulado.

Estas considerações são oportunas sempre que se examina a situação global do funcionalismo.

Evidentemente, não deve o DASP ser responsabilizado se, até agora, tais problemas continuam aguardando soluções realistas.

O Ministro José Carlos Soares Freire já cumpriu o seu dever, ao encaminhar à aprovação do Presidente da República o anteprojeto do novo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis, depois dos exaustivos estudos que realizou, com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas, do Tribunal de Contas da União, da Consultoria Geral da República, e dos Tribunais Superiores.

O Congresso Nacional deverá, por sua vez, examinar o assunto quando lhe for remetida a Mensagem presidencial sobre a matéria, devendo, nessa oportunidade, acolher as sugestões das associações de classe.

Nesse documento, além do advento de um regime jurídico único, incluirá, sem dúvida, benefícios e vantagens ansiosamente esperadas pelo funcionalismo.

Em diversas ocasiões o Presidente João Baptista Figueiredo asseverou a sua boa vontade, e a disposição do Poder Executivo em acolher várias reivindicações dos servidores públicos.

Finalizando, Senhor Presidente, congratulo-me com o Ministro José Carlos Soares Freire pela sua lúcida e recente decisão autorizando a realização dos *Concursos Nacionais de Monografias*.

Sobre os mencionados Concursos tive a satisfação de apresentar, o Projeto de lei nº 234 de 1980, — e proferi dois discursos, respectivamente a 18 de abril e a 12 de junho de 1980.

A Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP), que vem funcionando com reconhecida eficiência, sob a direção do ilustre Professor Jackson Guedes, foi atribuída a responsabilidade pela execução dos Concursos Nacionais de Monografias.

Instalada em 1981, essa entidade é uma das mais expressivas realizações do Diretor-Geral do DASP a quem se deve, igualmente, o restabelecimento da tradicional Revista do Serviço Público (RSP), editada pela FUNCEP, como órgão vinculado à pesquisa, análise e divulgação no Campo das Ciências Administrativas.

Eram estas, Senhor Presidente, as considerações que desejava formular nesta oportunidade. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — O Senhor Raimundo Parente enviou à Mesa projeto de lei cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 259, III, *a*, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente. A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima quinta-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Economia*; e
- de *Finanças*.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Saúde*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Con-

solidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Serviço Público Civil*; e
- de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Serviço Público Civil*, contrário; e
- de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 046

SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

I — ATA DA 44ª SESSÃO, EM 22 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 42/82 (nº 1.781/79, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que instituiu o Código da Propriedade Industrial, estabelecendo a competência da Justiça do Trabalho nos casos que especifica.

— Projeto de Lei da Câmara nº 43/82 (nº 5.437/81, na Casa de origem), que dispõe sobre o número dos Deputados Federais e Estaduais candidatos à reeleição, introduzindo modificações no Código Eleitoral.

1.2.2 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1982, de autoria do Sr. Senador Raimundo Parente, que assegura à filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público permanente, a pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.

— Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1982, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que considera perigosas, para efeito da vantagem adicional prevista em lei, as atividades dos manobreiros pátios e guarda-chaves ferroviários.

1.2.3 — Leitura de Resolução

Nº 1, de 1982, que prorroga por 30 dias o prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Esvaziamento de poder político do Congresso Nacional.

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder — Encaminhamento à Mesa, do Requerimento nº 64/82, de convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores, para comparecer ao plenário do Senado, a fim de debater a crise gerada com a invasão das Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul.

SENADOR JORGE KALUME — Dia de Tiradentes. 22º aniversário de criação de Brasília e do jornal *Correio Braziliense*.

SENADORA LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Realidade da Comunidade Silvícola do País, focalizada por ocasião da 13ª Reunião Nacional de Antropologia, realizada na Semana do Índio, na cidade de São Paulo.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Centenário de nascimento de Monteiro Lobato.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do direito tributário, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 47/82.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 35/82.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ALMIR PINTO — Problema da estiagem do Nordeste. Memorial elaborado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Ceará, apresentando sugestões com relação a modificações no Programa de Emergência.

SENADOR EVANDRO CARREIRA — Lançamento da candidatura do Sr. Luiz Inácio da Silva ao Governo do Estado de São Paulo.

SENADOR ROBERTO SATURNINO — Considerações sobre o conflito envolvendo a Inglaterra e a Argentina.

SENADOR ADERBAL JUREMA — Providências adotadas pelo Ministério da Educação e Cultura, com vistas à restauração do edifício da Faculdade de Direito do Recife. Congratulando-se com o Governador Marco Maciel pelo lançamento da candidatura dos Srs. Roberto Magalhães e Gustavo Krause, para disputarem nas próximas eleições os cargos de Governador e Vice-Governador, respectivamente.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Homenagem prestada pela Universidade de Southern, localizada na Califórnia — EUA, em memória do escritor Alberto Guerreiro Ramos.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Endossando apelo dirigido pelo Governador do Estado do Amazonas a autoridades do Governo Federal, em defesa dos interesses dos jaticultores amazonenses.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 44ª SESSÃO, EM 22 DE ABRIL DE 1982 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PASSOS PÓRTO, GILVAN ROCHA
E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Passos Pôrto — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Tancredo Neves — Henrique Santillo — Benedito Caneças — Gastão Müller — Saldanha Derzi — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 1982 (Nº 1.781/79, na Casa de origem)

Altera dispositivo da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que instituiu o Código da Propriedade Industrial, estabelecendo a competência da Justiça do Trabalho nos casos que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 42 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, fica acrescentado do seguinte parágrafo:

"Art. 42.

§ 4º A Justiça do Trabalho é competente para julgar dissídios instaurados com base no *caput* deste artigo ou em qualquer disposição legal que envolva a participação do empregado em lucros obtidos pelo empregador com a exploração de invento do primeiro, realizado durante a vigência do contrato de trabalho."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.772, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1971

Institui o Código da Propriedade Industrial e dá outras providências.

TÍTULO I Dos Privilégios

CAPÍTULO XIV

Do Invento Ocorrido na Vigência de Contrato de Trabalho ou de Prestação de Serviços

Art. 40. Pertencerão exclusivamente ao empregador os inventos, bem como os aperfeiçoamentos, realizados durante a vigência de contrato expressamente destinado a pesquisa no Brasil, em que a atividade inventiva do assalariado ou do prestador de serviços seja prevista, ou ainda que decorra da própria natureza da atividade contratada.

§ 1º Salvo expressa disposição contratual em contrário, a compensação do trabalho ou serviço prestado será limitada à remuneração ou ao salário ajustado.

§ 2º Salvo ajuste em contrário, serão considerados feitos durante a vigência do contrato os inventos, bem como os aperfeiçoamentos, cujas patentes sejam requeridas pelo empregado ou pelo prestador de serviços até um ano depois da extinção do mesmo contrato.

§ 3º Qualquer invento ou aperfeiçoamento decorrente de contrato, na forma deste artigo, será obrigatória e prioritariamente patentado no Brasil.

§ 4º A circunstância de que o invento ou aperfeiçoamento resultou de contrato, bem como o nome do inventor, constarão do pedido e da patente.

Art. 41. Pertencerá exclusivamente ao empregado ou prestador de serviços o invento ou o aperfeiçoamento realizado sem relação com contrato de trabalho ou prestação de serviços ou, ainda, sem utilização de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.

Art. 42. Salvo expressa estipulação em contrário, o invento ou aperfeiçoamento realizado pelo empregado ou pelo prestador de serviços não compreendido no disposto no art. 40, quando decorrer de sua contribuição pessoal e também de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, será de propriedade comum, em partes iguais, garantido ao empregador o direito exclusivo da licença de exploração, assegurada ao empregado ou prestador de serviços a remuneração que for fixada.

§ 1º A exploração do objeto da patente deverá ser iniciada pelo empregador dentro do prazo de um ano, a contar da data da expedição da patente, sob pena de passar a exclusiva propriedade do empregado ou do prestador de serviços o invento ou o aperfeiçoamento.

§ 2º O empregador poderá ainda requerer privilégio no estrangeiro, desde que assegurada ao empregado ou prestador de serviços a remuneração que for fixada.

§ 3º Na falta de acordo para iniciar a exploração da patente, ou no curso dessa exploração, qualquer dos co-titulares, em igualdade de condições, poderá exercer a preferência, no prazo que dispuser a legislação comum.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 1982

(Nº 5.437/81, na Casa de origem)

Dispõe sobre o número dos Deputados Federais e Estaduais candidatos à reeleição, introduzindo modificações no Código Eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 100 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, instituidora do Código Eleitoral, passa a vigorar com o § 5º conforme reescrito, e acrescido do parágrafo que se lhe segue:

"Art. 100.

§ 5º Após o sorteio efetuado nos termos deste artigo, os Partidos conservarão, sempre que possível, as mesmas séries.

§ 6º Os Deputados Federais e Estaduais e os Vereadores, inclusive os suplentes que durante a legislatura tenham exercido o mandato em qualquer época, são candidatos natos à reeleição e têm assegurado o direito de concorrer com o mesmo número da eleição anterior, salvo opção em contrário."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral.

PARTE QUARTA*Das Eleições***TÍTULO I***Do Sistema Eleitoral***CAPÍTULO I***Do Registro dos Candidatos*

Art. 100. Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional, deferidos todos os pedidos de registro, o Tribunal Regional ou Juiz Eleitoral reservará para cada Partido, por sorteio, em sessão ou em audiência realizada na presença dos candidatos e Delegados de Partido, uma série de números a partir de 100 (cem).

§ 1º Na mesma sessão, ou audiência, que deverá ser anunciada e comunicada aos Partidos na forma prevista no § 3º do art. 104, serão sorteados os números que devem corresponder a cada candidato.

§ 2º Nas eleições para Deputado Federal e Vereador, se o número de Partidos não for superior a 9 (nove), a cada um corresponderá obrigatoriamente uma centena, devendo a numeração dos candidatos ser sorteada a partir da unidade, para que ao primeiro candidato do primeiro Partido corresponda o nº 101 (cento e um), do segundo partido 201 (duzentos e um) e assim sucessivamente.

§ 3º Concorrendo 10 (dez) ou mais Partidos, a cada um corresponderá uma centena a partir de 1.101 (mil cento e um), de maneira que a todos os candidatos sejam atribuídos sempre 4 (quatro) algarismos, suprimindo-se a numeração correspondente à série 2.001 (dois mil e um) a 2.100 (dois mil e cem), para reiniciá-la em 2.101 (dois mil cento e um) a partir do décimo Partido.

§ 4º Na mesma sessão, o Tribunal Regional sorteará as séries correspondentes aos Deputados Estaduais, observando, no que couber, as normas constantes dos parágrafos anteriores, e de maneira que a todos os candidatos sejam atribuídos sempre número de 4 (quatro) algarismos.

LEI Nº 4.961, DE 4 DE MAIO DE 1966

Altera a redação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

Art. 21. É acrescentado ao art. 100 o seguinte parágrafo:

"§ 5º Após o sorteio efetuado nos termos deste artigo, os Partidos conservarão sempre que possível as mesmas séries e os candidatos à reeleição o mesmo número, salvo em relação a estes os que optarem por novo número."

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Expediente lido à vai publicação. Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 1982

Assegura à filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público permanente, a pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que "dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

Parágrafo único. A filha solteira, maior de vinte e um anos, somente perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente, mesmo que o segurado haja falecido anteriormente à vigência da presente Lei."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência, no artigo 5º determina considerar família — para os efeitos da percepção da pensão vitalícia, e da pensão temporária — os beneficiários que menciona, aditando no parágrafo único:

"A filha solteira, maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente."

Existe antigo preceito jurídico a recomendar que não se deve fazer retroagir os efeitos da lei para prejudicar a quem quer que seja.

Não entenderam assim os aplicadores do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373/58, e quando esta entrou em vigor, as filhas solteiras dos segurados, na faixa etária indicada, se seus genitores já haviam falecido, não passaram a receber a aludida pensão temporária.

Hoje, dado o longo tempo que decorreu da data do diploma legal alterando, são pouquíssimas as filhas solteiras maiores de 21 anos em condições de serem contempladas com a lei consecutória. Mas estas, justamente pela avançada idade em que se encontram, devem quanto antes virem a ser amparadas.

Com essa atitude o Congresso Nacional corrigirá a má aplicação de um dispositivo legal, fazendo justiça a essas filhas solteiras que desde 1958 aguardam, pacíficas e confiantes, que seus direitos sejam reconhecidos.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1982. — **Raimundo Parente.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.373, DE 12 DE MARÇO DE 1958

Art. 5º

Parágrafo único. A filha solteira maior de 21 (vinte e um) anos, só perderá a pensão temporária quando ocupante de cargo público permanente.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, DE 1982

Considera perigosas, para efeito da vantagem adicional prevista em lei, as atividades dos manobeiros pátios e guarda-chaves ferroviários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São consideradas perigosas as atividades exercidas pelos manobeiros pátios e guarda-chaves ferroviários, para efeito de recebimento do adicional de periculosidade prevista em lei.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Procuo atender, com a apresentação deste projeto, reivindicação de antigos manobeiros pátios e guarda-chaves da estrada de ferro da Companhia Vale do Rio Doce.

O trabalho por eles desempenhado, desde o Espírito Santo até Minas Gerais, no contato permanente com cargas ferroviárias as mais diversas e perigosas, é, efetivamente passível de configurar o perigo a que alude a lei para o fim de propiciar aos exercentes o direito a um adicional em seus salários.

Entretanto, o fato de a sua atividade não estar mencionada expressamente no quadro elaborado pelas autoridades do MTb, tem impedido o gozo de tal direito.

É o que aqui se busca alcançar.

Sala das Sessões, 22 de abril de 1982. — *Nelson Carneiro.*

(*AS Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Os projetos que vêm de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

E lida a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1982

Prorroga, por 30 (trinta) dias o prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 01, de 1.980, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

O Senado Federal resolve:

Artigo Único. É prorrogado por 30 (trinta) dias, nos termos do art. 178 do Regimento Interno, o prazo concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 01, de 1980, destinada a examinar a violência urbana, suas causas e consequências.

Orestes Quêrcia — José Lins — Gastão Müller — João Calmon — Martins Filho — Luiz F. Freire — Luiz Cavalcante — Eunice Michiles — Passos Pôrto — Gilvan Rocha — Dinarte Mariz — Jorge Kalume — Itamar Franco — Lomanto Júnior — Bernardino Viana — Laélia Alcântara — Lourival Baptista — Moacyr Dalla — Saldanha Derzi — Jutahy Magalhães — Alberto Silva — Nelson Carneiro — Evandro Carreira.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O documento lido contém subscritores em número suficiente para constituir, desde logo, Resolução do Senado, nos termos regimentais.

Será publicada para que produza os devidos efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A impressão nítida que se tem, Sr. Presidente, é de que brigamos pelo varejo e o atacado continua sendo decidido de forma unilateral, exclusiva, fechada, pela tecnocracia. Nos últimos dias tem sido ressaltada a discussão, a respeito do esvaziamento do Congresso Nacional. Alguns referem-se ao esvaziamento físico do Congresso Nacional, ao esvaziamento dos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Gostaria de referir-me mais, e muito mais, ao esvaziamento político, ao esvaziamento de poder, ao vazio de poder político que impregna o Congresso Nacional: esta e a outra Casa. Há motivos para isso, há causas para isso tudo, nesse processo vivido pela sociedade brasileira, pelas instituições nacionais de relativa abertura; isto se tem feito com certa nitidez na área política, permanecendo intensa, permanecendo refratária qualquer tipo de abertura na área econômico-social. Nessa, continua o Governo impermeável à participação do conjunto da sociedade e, principalmente, do Congresso Nacional.

O processo de tomada de decisões na área econômica continua extremamente fechado nas mãos de alguns poucos tecnocratas, hoje, todos sabemos, em torno do Sr. Ministro do Planejamento. O Governo nessa área, sobretudo na área do econômico-social, continua legislando sozinho. O Executivo Federal continua legislando com exclusividade, quer através dos decretos-leis enviados ao Congresso Nacional, os quais não podem ser emendados e têm a sua aprovação por decurso de prazo, quer através dos decretos presidenciais, portarias ministeriais, atos declaratórios ou resoluções de grupos de trabalho da área econômica ou de conselhos interministeriais.

Ao mesmo tempo em que a sociedade discute, no plano político, a importante realização das eleições no corrente ano é, mais importante ainda esse processo inteiro de abertura que ela vem conquistando, paulatinamente, sobretudo nos últimos dois anos na área econômica o Governo tem-se fechado mais, tem-se trancado mais.

A propósito, inclusive, eu vejo hoje, no *Correio Braziliense*, no seu caderno "Brasil 82", um trecho que, a meu ver, retrata este quadro. Lá, numa de suas páginas, o *Correio Braziliense* nesse caderno diz:

"Desde agosto a discrição é uma norma de trabalho dentro do Palácio do Planalto. As informações somente são liberadas depois

do fato consumado. Antes disso são segredos guardados sob sete chaves, segredos de Estado mesmo, que não podem transpirar."

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço o eminente Senador Luiz Cavalcante, com prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Pela parte inicial do pronunciamento de V. Exª parece que ficou subentendido, pelo menos por mim ficou entendido, que V. Exª considera a maior ou menor afluência ao plenário como o varejo, e as decisões do Governo, o atacado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Apenas para que V. Exª me compreenda melhor, e o responsável sou eu que não me fiz entender, queria dizer a V. Exª que não é isso. Nós estamos discutindo aqui, com a presença maior ou menor ao plenário, de nós todos, questões que muitas vezes são o varejo. E o atacado, na verdade, continua o Governo decidindo por si só e com exclusividade.

O Sr. Luiz Cavalcante — Pois bem, meu eminente colega, então prossigo eu, e prossigo inteiramente à vontade, porque nenhum de nós aqui é mais presente a este plenário do que V. Exª. Não só presente ao plenário, como presente também aos microfones. Mas, eminente colega, faço uma associação muito íntima entre a presença do parlamentar no plenário, sua atuação, e o prestígio da instituição. Eu não dissocio as duas coisas. Ainda hoje um dos jornais, não me lembro qual deles — leio seis pela manhã — dá o retrato de uma das Casas, em plena sessão, com apenas um dos membros da Casa presente. Ora, isso causa uma terrível, uma dolorosíssima impressão aos leitores e ao povo brasileiro, e disso se aproveitam os tecnocratas, o Governo mesmo, para ser mais corajoso para decidir, como V. Exª o diz, passando por cima dos nossos cadáveres, impondo suas decisões à revelia das nossas vontades. Mas, também, em boa parte, tomando suas decisões por causa da grande ausência dos parlamentares nesta trincheira que é nossa: o microfone. Obrigado a V. Exª.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Tenho o máximo prazer em concordar inteiramente com V. Exª, com tudo que V. Exª disse. Eu só acrescentaria o seguinte: há causas para isso. Há relações de causas e efeitos que explicam isso. A meu ver há duas causas principais, entre tantas que existem. A primeira delas é o vazio de poder, é a frustração do parlamentar, é o parlamentar saber que as suas discussões são quase sempre ociosas, é o parlamentar reconhecer, frustrado, que existe uma legislação inteira tornando o Congresso Nacional vazio de poder. Esta é uma das causas.

A outra, eu gostaria de dizer rapidamente, até já publiquei, através da imprensa, o que acho disso, o que entendo como uma segunda grande causa para esse esvaziamento inclusive físico, da presença do parlamentar, do desestímulo do parlamentar, que é também uma certa falência de representatividade. Todos nós fomos eleitos ainda sob a égide do AI-5, da Lei Falcão, e de toda uma legislação excepcional, antes da anistia. Portanto, há uma certa falência de representatividade que, ao meu ver, estará sendo completada com as eleições de 82 e, principalmente, com as eleições de 86, porque sabemos que os efeitos do pacote de abril perdurarão até 1986, infelizmente.

Mas, veja bem, concordo plenamente com V. Exª: a presença do parlamentar é fundamental quer aqui, quer na Câmara dos Deputados.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Exª outro aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Agora, tenho consciência de que vou percutir um ponto terrivelmente antipático — bem o sei — mas, por felicidade minha não tenho constrangimento, porque, e não por coincidência, os presentes aqui, nesta oportunidade, são costumeiramente os mais presentes. Quero, porém dizer a V. Exª que fui Deputado Federal lá no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, nas eleições de 1958, iniciando o meu mandato em janeiro de 1959. E lá, Deputados, como também na Casa além, no Palácio Monroe, que era a Casa dos Senadores, nas duas Casas só se fazia jus ao *jeton* se o Deputado ou Senador comparecesse às sessões. Felizmente, por um lado, e infelizmente, por outro, isso caiu em desuso, e hoje tanto faz estar-se aqui como tomando banho de mar em Copacabana: o precioso *jeton* vem de qualquer maneira. Isto, eminente colega, é preciso reconhecer, é causa muito preponderante do esvaziamento costumeiro desta e da outra Casa. Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Eu concordo mais uma vez com V. Exª só que, veja bem, eu gostaria de deixar bem claro, eu acho que essa causa apontada por V. Exª é uma das causas do esvaziamento, sem dúvida, mas, uma muito maior que essa, a meu ver, volto a dizer, posso estar equivocado, é a ausência do poder decisório do Congresso Nacional. É o desestímulo provocado pela ausência do poder decisório.

É óbvio que nós outros que aqui comparecemos fazemos das tripas coração para estarmos aqui presentes às sessões, mesmo sabendo, tendo cons-

ciência de quantas e quantas vezes a nossa permanência aqui é ociosa e também ociosas tornam-se nossas palavras.

Isso não ocorre com a esmagadora maioria. Na medida em que o Congresso Nacional conquistar o poder que ele precisa ter, o poder que lhe foi usurpado, na medida em que isso ocorrer, e estou certo que a partir das eleições de 1982 nós teremos um novo período importante, uma nova fase importante da existência dessa instituição, na medida em que isso ocorrer, necessariamente estarão presentes aqui todos os parlamentares, porque estarão eles convencidos de que a sua presença aqui é importante para que participem das decisões, estejam aqui sendo ouvidos permanentemente como um representante de uma parcela de população. E veja bem, eu sou daqueles que advoga aqui, inclusive tenho advogado desta tribuna, não apenas a existência da democracia representativa através do Congresso Nacional, mas também a necessidade de movimentos sociais que tornem também a democracia de certo modo direta. Mas, veja bem, é indispensável para qualquer democracia, a meu ver, um Congresso Nacional fortalecido, e só um Congresso Nacional fortalecido é que há de estimular a participação dos representantes. Veja bem, não estou defendendo-os, os omissos, de modo algum, condeno-os também. Creio mesmo que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados ainda assim deveriam estar sempre repletos de representantes do povo. Mas de qualquer modo há explicações, há causas que precisam a meu ver ser defendidas.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço o meu eminente Líder com prazer.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex^a faz um pronunciamento muito oportuno, no exato momento em que a imprensa vem insistindo no esvaziamento do Poder Legislativo, e de passagem devemos lembrar que entre os fatores que V. Ex^a aponta está também o ano eleitoral, sobretudo quando depois de 15 anos se realizam pela primeira vez eleições diretas para governadores de Estado, o que implica numa mobilização muito grande do povo em todos os Estados. Mas o que eu queria era, neste instante, incluir no seu pronunciamento um apelo veemente a todas as lideranças partidárias, para que nós encontremos uma fórmula através da qual possamos restaurar de uma vez por todas as nossas prerrogativas e atribuições perdidas desde os idos de 1964, desde o amesquinamento do Poder Legislativo pelos vários atos institucionais, até a Carta outorgada de 1969, que nos aniquilou completamente com Poder. Portanto, se eu por exemplo não concordo em que este Congresso, que está em fim de mandato, deva ter a tarefa de realizar uma ampla reforma constitucional, como se está por aí anunciando, sobretudo quando se trata de uma reforma constitucional, nitidamente casuística que pretende tão-somente esconder seu real objetivo que é o de evitar que por maioria absoluta o futuro Congresso, que há de ser um Congresso de maioria oposicionista, consiga abrir maiores espaços para a democratização do País, admito que pelo menos esta reforma que nos restitua as nossas prerrogativas e atribuições seja votada ainda este ano, porque aí nós iríamos para as eleições de 15 de novembro para eleger novos representantes no Senado e para a Câmara, já com o Poder Legislativo totalmente restituído no seu prestígio perante o povo brasileiro.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Veja V. Ex^a como o tema é empolgante, e não poderia ser de outra forma. Iniciei minhas palavras analisando rapidamente a competência atual do Congresso Nacional, à guisa de introdução, para um pronunciamento que eu pretendia fazer esta tarde a respeito dos grandes projetos governamentais, projetos estes decididos unilateralmente, com exclusividade, pela tecnocracia fechada, sem que desta decisão participe o Congresso Nacional e muito menos a sociedade brasileira no seu conjunto.

Mas o tema é empolgante porque a conquista de uma democracia efetiva há de passar por aí, há de passar por um fortalecimento efetivo do Congresso Nacional, do Poder Legislativo, sem sombra de dúvida.

Eu estava iniciando para dizer justamente que o Governo Federal já tem decidido, ou em fase de quase conclusão quanto a decisões, cerca de 33 gigantescos projetos de investimentos neste País para os próximos 10 anos. Projetos gigantescos estes, em que apenas eles se prevêem o investimento, com juros, dos gastos financeiros de cerca de 320 bilhões de dólares até o ano de 1992, em média — alguns menos, outros um pouco mais. E isto tudo, que estará definindo a economia nacional por várias décadas, está sendo decidido de forma autocrática, ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira convive com o processo de conquista democrática inegável no campo político. Isto é uma contradição do regime a que estamos submetidos. Ao mesmo tempo em que a sociedade conquista espaços de participação política, conquista uma abertura nesta faixa, nesta área, na área econômica ou na área do econômico-social as decisões agora continuam mais autocráticas do que antes, mais fechadas do que antes, sem que a sociedade tenha um conjunto de informações, de tal modo a poder fazer um julgamento desses investimentos megalomani-

cos que se prevêem, nem tampouco o Congresso Nacional possui essas informações.

O Sr. Gastão Müller — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Vou conceder o aparte ao eminente Senador Gastão Müller, mas, como eu disse, à guisa de introdução da necessidade de participação do Congresso Nacional no estabelecimento da ordem econômica neste País, eu havia comentado as discussões em torno do esvaziamento do Congresso nesses últimos dias, Ouço V. Ex^a com imenso prazer.

*O Sr. Gastão Müller — Eu estava aqui meio afobado, quase desistindo, porque o meu aparte se refere ao esvaziamento e V. Ex^a o colocou no conteúdo do seu discurso, sempre substancial. Mas, quero dizer que eu não sou dos mais antigos aqui no Congresso Nacional, se bem que já se vão 14 anos, e ainda como Deputado eu propus uma emenda constitucional para o caso específico do ano eleitoral, quando o Congresso não funciona normalmente e, então, vai-se para aqueles artifícios do esforço concentrado, recesso branco, etc. Assim, mais do que esses fatores que V. Ex^a declarou, que são vícios produzidos pelo *statu quo* atual, o ano eleitoral, mesmo antes da Revolução, já havia esse esvaziamento. De modo que eu propus, nessa proposta de emenda constitucional, que no ano das eleições — que agora, de acordo com a Constituição, são de quatro em quatro anos — o Congresso funcionaria de 1º de fevereiro a 31 de agosto, encerrando aí as suas atividades, para que, no vulgarmente chamado por nós de recesso, fôssemos tranquilamente para as nossas campanhas, e reabrisse o Congresso Nacional no dia 22 de novembro para encerrar definitivamente o seu período no dia 22 de dezembro. Esta é a solução para o ano eleitoral, com os vícios atuais e sem os vícios atuais, porque não há força humana que segure neste Congresso Nacional Deputados e Senadores no ano eleitoral, especialmente a partir do recesso de julho.*

O SR. HENRIQUE SANTILLO — V. Ex^a tem inteira razão. Essa, a meu ver, é uma das causas que participam desse feixe de concausas do esvaziamento do Congresso Nacional. Volto a dizer que essa é importante, que a citada pelo nobre Senador Luiz Cavalcante é importante, outra citada pelo nobre Senador Humberto Lucena também é importante, mas continuo achando que as duas mais importantes são essas: ausência de prerrogativas e falência de representatividade, que será readquirida nas eleições de 1982, em parte. Não concordo que as eleições de 1982 façam o Congresso Nacional readquirir *in totum* essa representatividade. Os efeitos do pacote de abril, nesta Casa, sobretudo, continuarão prevalecendo até 1986. E, nós sabemos disso.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Se V. Ex^a me permitir, eu diria mais o seguinte: isso tudo que estamos discutindo aqui significa a necessidade de democratizar as informações para democratizar decisões. É preciso levar o debate a toda sociedade e principalmente ao Congresso Nacional. Esta é uma tarefa urgente e fundamental. A verdade é uma só: o futuro do País, nos próximos decênios, está sendo decidido lá no Palácio do Planalto, através de projetos megalomaniacos, gigantescos, fundados no conceito de Brasil potência, irreal, impraticáveis, inexecutáveis e que têm uma finalidade político-ideológica, volto a dizer, de marcar a imagem de um Brasil potência e esquecermos a miséria, os bolsões de pobreza total e absoluta que convivem conosco.

Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Agenor Maria — Senador Henrique Santillo, V. Ex^a fala sobre o problema a varejo e a atacado. V. Ex^a tem toda a razão. É preciso que se diga também que o Governo que aí está, em 1967, através da modificação da filosofia tributária, acabou de uma vez por todas com a federação, pois tirou dos Estados o direito de independência; o Governo que aí está já vende o futuro de Carajás que só vai começar produzir em 1985, e o Parlamento não tomou nenhuma iniciativa, porque o Parlamento até hoje, infelizmente, é muito mais um poder acorçado para coonestar isto que está aí, do que um poder que transmite, esforça-se no sentido de dar à Nação aquilo que a Nação aspira. Consequentemente, parabeno-me com V. Ex^a, mas acho que o Parlamento brasileiro ou se ergue no sentido de se fortalecer por si mesmo e a nossa força vem de dentro para fora, ou não sei. Senador Henrique Santillo, para onde nós vamos marchar. Congratulo-me com o discurso de V. Ex^a, mas posso afirmar que enquanto prevalecer o interesse pessoal, fisiológico, infelizmente, prevalecerá isso que está aí, em detrimento da Nação e do futuro da própria Pátria. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Obrigado a V. Ex^a

Vejam, Srs. Senadores, pesquisei e alinhei, aqui, alguns desses programas e projetos, e neste meu breve discurso cito-os. Primeiro deles é o Programa Grande Carajás que tem um segmento minero-metalúrgico; um segmento

agroflorestal; infra-estrutura; Projeto Ferro-Carajás; ALBRÁS—ALUNORTE; ALCOA; Tucuruí; Projeto Cobre-manganês e Hidrovias. Total de investimentos previstos: sem juros, 70 bilhões de dólares; com juros, 102 bilhões de dólares.

Programa nuclear: sem juros, 25 bilhões de dólares; com juros, 36 bilhões de dólares.

PROÁLCOOL: sem juros, 8 bilhões de dólares; com juros, 11 bilhões de dólares.

PROCARVÃO: sem juros, 3,3 bilhões de dólares; com juros, 4,5 bilhões de dólares.

Itaipu: sem juros, 10,5 bilhões de dólares; com juros, 15,5 bilhões de dólares. Térmicas a carvão: sem juros, 3,4 bilhões de dólares; com juros, 5 bilhões de dólares.

Outras hidrelétricas: sem juros, 30 bilhões de dólares; com juros, 40 bilhões de dólares.

PETROBRÁS (Bacia de Campos): sem juros, 3,4 bilhões de dólares; com juros, 4,3 bilhões de dólares. Gasoduto Bolívia—Brasil: sem juros, 1 bilhão de dólares; com juros, 1,2 bilhões de dólares.

Xisto betuminoso: sem juros, 1,3 bilhões de dólares; com juros, 1,8 bilhões de dólares.

Ferrovia do Aço: sem juros, 4 bilhões de dólares; com juros, 5,5 bilhões de dólares.

Ferrovia da Soja: sem juros, 2 bilhões de dólares; com juros, 2,8 bilhões de dólares.

Malha Básica Rodoviária: sem juros, 2,5 bilhões de dólares; com juros, 3 bilhões de dólares.

Metrô: sem juros, 5,5 bilhões de dólares; com juros, 7,5 bilhões de dólares.

Programa de Transporte das Regiões Metropolitanas: sem juros, 1,5 bilhão de dólares; com juros, 2 bilhões de dólares.

Telecomunicações: sem juros, 4 bilhões de dólares; com juros, 5 bilhões de dólares.

Programa Portuário de Construção Naval: sem juros, 7 bilhões de dólares; com juros, 9,3 bilhões de dólares.

PROMORAR: sem juros, 2 bilhões de dólares; com juros, 2,7 bilhões de dólares.

PLANASA: sem juros, 12 bilhões de dólares; com juros, 18 bilhões de dólares.

Projeto JICA para os Cerrados: sem juros, 2,5 bilhões de dólares; com juros, 3,2 bilhões de dólares.

PROVÁRZEAS: sem juros, 2,5 bilhões de dólares; com juros, 3,1 bilhões de dólares.

POLONOROESTE: sem juros, 1,4 bilhão de dólares; com juros, 1,9 bilhão de dólares.

PROGRAMA SIDERÚRGICO (Cia. Siderúrgica Tubarão, Aço Minas e outras siderurgias): sem juros, 19 bilhões de dólares; com juros, 25 bilhões de dólares.

Cimento: sem juros, 1,6 bilhão de dólares; com juros, 2,2 bilhões de dólares.

Petroquímica Sul: sem juros, 7,6 bilhões de dólares; com juros, 9 bilhões de dólares.

Apenas alguns que consegui analisar, rapidamente, e pude anunciá-los, aqui, agora, Sr. Presidente.

Isto perfaz um total, para os próximos 10 anos, de 230 bilhões de dólares, sem juros, e de 320 bilhões de dólares com juros.

Destes, o controle privado em 9 projetos, significando 20% do investimento, com um predomínio total das empresas transnacionais em 5 projetos, perfazendo um investimento previsto de 43 bilhões de dólares, sem juros, e 63 bilhões de dólares, com juros. O Estado, pelas previsões, deverá participar com 80% dos investimentos, ou seja, 187 bilhões de dólares sem juros, e 258 bilhões de dólares com juros.

Financiamento previsto para os próximos 10 anos: externo — 88 bilhões de dólares; interno — 88 bilhões de dólares.

Importações previstas para implantação desses projetos nos próximos 10 anos: direta — 62 bilhões de dólares; indireta — 104 bilhões de dólares.

Geração de novos empregos prevista em 1,6 milhão de novos empregos, custando cada emprego cerca de 15 mil dólares de investimento."

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha. Fazendo soar a campanha.) — Solicito a V. Exª, nobre Senador Henrique Santillo, que não conceda mais apartes, e encerre o seu pronunciamento porque o tempo destinado a V. Exª já foi ultrapassado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente. Já concluirei.

A megalomania é de tal ordem que poderia parecer uma irresponsabilidade total. Na verdade, não é. Na verdade, é um tiro de chumbo fino, Sr. Presidente, um tiro para abarcar as mais diferentes possibilidades de desenvolvimento econômico do País nas próximas décadas.

Sabe a tecnocracia, sabe o Governo que isso é inexequível, porque representa um total de 230 bilhões de dólares em investimentos nos próximos 10 anos, o que equivale dizer 50% de toda formação bruta de capital fixo nos próximos 10 anos ou — vejam bem — o total da formação líquida de capital fixo nos próximos 10 anos. Significa que o País, todo ele, teria que se concentrar exclusivamente nesses 33 grandes projetos, evitando qualquer outro tipo de investimento em pequena, média, grande empresa, rural ou urbana. Sabe a tecnocracia melhor do que nós, porque detém poder de informação muito grande, que isso é inexequível, é irrealizável.

Na verdade quem vai decidir depois quais os projetos que deverão ser paralisados, quais que deverão ser acelerados e quais que deverão ser retardados, indicando decisão política de magna importância? É o Congresso Nacional? Não! É a sociedade no seu conjunto? Não! É a tecnocracia? Sim! É o que a tecnocracia pretende — a decisão quanto à observação de prioridades, que é uma decisão política enfiada nas mãos de alguns poucos, que continuam teimando em decidir em gabinetes hermeticamente fechados e isolados do povo e do Congresso Nacional, que pretende e que luta para representar o povo brasileiro.

São projetos faraônicos. É óbvio que o País terá condições de investimentos elevadíssimos nos dez anos seguintes de nossa História. É lógico que definir um investimento nesses projetos precisa ser urgentemente uma competência da sociedade brasileira, através do Congresso Nacional, que precisa readquirir suas prerrogativas, sobretudo quanto ao estabelecimento de uma ordem econômico-social. Isto é muito mais importante do que readquirir imunidades totais para os parlamentares, se bem que eu considere a imunidade total também importante. Lógico, também é importante. No entanto, mais importante do que a imunidade total, mais importante do que essa conquista, é adquirir para a Instituição, para o Congresso Nacional, como um todo, o poder de participar do processo de tomada de decisões quanto a uma ordem econômico-social neste País. É o que a sociedade brasileira está a exigir. Por isso que eu disse que, quantas e quantas vezes, brigamos pelo varejo e o atacado continua sendo decidido por reduzida minoria de tecnocratas, afastada dos interesses do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em mãos tenho recorte de jornal de hoje, onde se publica um trecho da ordem do dia lida hoje pelo Ministro Délio Jardim de Mattos, da Aeronáutica. Neste trecho, diz:

"A verdadeira paz exige, antes de tudo, situações nítidas, propósitos definidos, equilíbrio na avaliação dos direitos e, acima de tudo, coragem para ceder, nos limites da dignidade.

"Não há que se temer a luta, mas os motivos que a inspiram, porque mais arriscado que todos os combates é a paz aparente, a paz do medo, a paz injusta, a paz dos fracos."

Pois há de ser, Sr. Presidente, lutando com nitidez e com coragem contra a paz aparente apenas, inculcada pelo medo pela opressão, pela repressão e pelo processo intimidativo —, que penso eu — o Congresso Nacional precisa levantar a cabeça.

Não se tenha dúvida de que o Congresso não conseguirá conquistar suas prerrogativas sozinho, isolado do povo brasileiro. A conquista de suas prerrogativas há de ser também uma conquista do povo brasileiro, da sociedade brasileira. Por isso, as eleições deste ano são importantíssimas, como serão importantes todas as eleições realizadas neste País no futuro.

O PMDB não aceita isso, o PMDB descre de um processo cuja decisão não possa ser entregue ao povo e aos seus representantes legitimamente eleitos. O PMDB responsabiliza o fracasso total da economia deste País àqueles que, empolgando o poder a partir de março de 1964, não souberam vislumbrar no futuro a necessidade participativa da sociedade brasileira e decidiram, durante 18 anos, em castelos fechados, numa redoma refratária aos interesses do povo.

O PMDB tem alternativas políticas, gerais, alternativas de política econômica e de política social, para serem discutidas pelo conjunto da sociedade brasileira.

Destaco, rapidamente, neste final do pronunciamento, trecho do documento importante do Partido — "Esperança e Mudança", porque há de ser voltando a inculcar no povo a esperança de mudança para melhor que estaremos percorrendo os caminhos para cima. Destaco, portanto, um trecho deste

livreto que enfeixa a alternativa dessa frente democrática que o PMDB pretende ser:

"A democratização substantiva requer ainda mecanismos institucionais que possam canalizar e estimular a participação política nos processos de decisão, ao mesmo tempo em que freiem a prepotência do Executivo face ao Legislativo e ao Judiciário, a concentração desmedida do poder na esfera federal, a irresponsabilidade administrativa da tecnocracia.

De fato, a sociedade contemporânea é permeada em todos os seus planos pela ação reguladora do Estado. Assim, por exemplo, é inimaginável que as decisões empresariais possam se subtrair inteiramente às políticas governamentais nas áreas agrícola, industrial, monetário-financeira, de comércio exterior. É igualmente impossível supor que os sistemas de educação, saúde, habitação, transportes coletivos etc. possam ficar à margem das decisões do Estado. E é, ademais de irrealista, incorreto pensar que as empresas públicas possam ser removidas dos setores estratégicos da economia."

Mais adiante:

"O grande problema a desafiar a imaginação democrática é o de estabelecer o controle público dos processos de elaboração e execução das políticas de Estado, sem prejudicar a agilidade e a eficiência do Poder Executivo. Ou melhor: tratar-se de promover uma reforma das estruturas do Estado de modo a garantir o Planejamento Democrático."

Sr. Presidente, estou certo de que isto passará pelo Congresso Nacional, estou certo de que isto passará pelo fortalecimento do Poder Legislativo. Alguma coisa pode ser feita. É no sentido de concitar a todos nós, de concitarmos-nos a este trabalho, mesmo em ano eleitoral, que, enquanto o Governo pretende decidir sozinho, apertemos a porca, chamemos aqui os Srs. Ministros de Estado — do Planejamento, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, dos Transportes, do Interior —, chamemos aqui esses Ministros que estão decidindo com a sua burocracia, com a sua tecnocracia, mas os chamemos convocando-os, porque este Congresso também não pode continuar sendo o palco, o teatro de vetismo de Ministros. É preciso que eles venham cá para responder a nós outros, parlamentares, aos sindicatos dos trabalhadores, às associações profissionais, aos empresários deste País, aqui, reunidos; convocados responder como o Governo pretende continuar decidindo questões fundamentais para o nosso futuro, muitas das quais estão onerando as gerações futuras de brasileiros, como ele pretende continuar decidindo sozinho, com exclusividade, hermeticamente fechado, porque esta é uma questão que a sociedade brasileira já não está mais a admitir.

Portanto, Sr. Presidente, neste breve discurso, neste breve pronunciamento, por esse motivo, voltarei outras vezes à tribuna para analisar, projeto por projeto, programa por programa destes aqui, para tentar discutir com os meus companheiros, meus pares, esta questão, por esse motivo fundamental, importantíssimo, que é o Governo continuar decidindo — agora, mais do que nunca —, de modo fechado, questões da área econômica e social, num aparente paradoxo, numa aparente contradição com o que a sociedade está conquistando na área política; e que isto que acabo de citar seja o tema central dos debates no Congresso Nacional, durante este ano, até as eleições.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, como Líder.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Numa de nossas últimas sessões, o nobre Senador Itamar Franco, com o seu reconhecido senso de oportunidade, fez um pronunciamento, neste plenário, acerca da gravíssima situação internacional, sobretudo intercontinental, criada a partir da invasão das ilhas Malvinas ou Falkland pela Argentina.

Naquela oportunidade, S. Ex^a teve considerações a respeito do assunto, comentando, inclusive, qual seria a real posição do Brasil face a essa problemática internacional.

O que estamos sentindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que a situação vai agravando-se de tal sorte que poucas são as esperanças, a esta altura, na mediação diplomática dos Estados Unidos da América, através da participação direta e ativa do Secretário Alexander Haig, que se tem esforçado, num constante, num permanente contacto com os governos argentino e britânico, no sentido de uma solução pacífica para o conflito que ganha, a cada dia mais, dimensões internacionais, envolvendo a esta altura a invocação de vários tratados, não só a nível europeu como, também

interamericano. Agora mesmo, a Argentina insiste, através da convocação de uma reunião da OEA, na invocação do chamado TIAR, que é o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. E esta reunião está apazada para a próxima segunda-feira, devendo, segundo anuncia a imprensa, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, viajar, no próximo sábado, para Washington, a fim de participar, em nome do Governo brasileiro, desse importante e decisivo encontro.

Quero, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de passagem neste pronunciamento, estranhar que S. Ex^a, neste exato momento em que o Senado Federal está tão interessado em ouvi-lo, se desloque para o cenário da OEA, sem convidar sequer representantes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional, para acompanhá-lo nesta missão, a fim de que o Congresso Nacional que, pelo texto da nossa Carta vigente, é o Poder competente para autorizar o Presidente da República "a declarar guerra e a fazer a paz", não ficasse fora de um combate mais profundo em torno desse tormentoso e gravíssimo problema de ordem internacional.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, com muito prazer, nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Senador Humberto Lucena, V. Ex^a está cifrando uma situação difícil para a nossa Casa, porque o nosso Ministro das Relações Exteriores desloca-se amanhã para Washington para participar da conferência da OEA, onde S. Ex^a vai, naturalmente, expor e defender os pontos de vista do nosso Governo e é inacreditável que, estando S. Ex^a convocado aqui para que pudesse, em determinado dia que S. Ex^a marcasse, expor também qual o pensamento do Governo nessa grave crise internacional, para cuja solução provavelmente nós seremos chamados e é possível que se invoque também a nossa colaboração a um país sul-americano, tudo isso se faça sem que S. Ex^a venha ao Senado e dê, pelo menos no seu País, qual o pensamento do Governo com relação a esse grave incidente internacional, que pode deflagrar uma crise de consequências imprevisíveis. Isso é que é difícil de estabelecer, a razão, o motivo de S. Ex^a partir para Washington sem vir ao Senado dizer quais as razões, qual o ponto de vista do Brasil, qual a nossa linha internacional, qual a nossa posição na invocação do TIAR, Tratado Internacional de Assistência Recíproca, o que vamos fazer, o que vamos pensar e como vamos agir e antes de nos dizer, S. Ex^a diga lá fora qual o pensamento do Brasil. Isso é que é uma situação paradoxal, mas como a Casa já está habituada a ser relegada a segundo ou terceiro plano, temos que nos jurar a essa situação difícil, insustentável, e deprimente para o Senado da República.

O SR. HUMBERTO LUCENA — As palavras de V. Ex^a inserem-se, perfeitamente, no contexto do discurso que acaba de pronunciar o nobre Senador Henrique Santillo, quando S. Ex^a chamou a atenção de todos nós e da Nação para o crescente esvaziamento do Poder Legislativo.

O que há, nobre Senador Dirceu Cardoso, é um menosprezo pelo Congresso Nacional, e a intervenção de V. Ex^a me leva a dizer que, neste instante, nós da Oposição, se não podemos fazer mais, pelo menos lavramos o nosso protesto, ante esse descaso do Ministério das Relações Exteriores, não só para com o Senado Federal, mas para com todo o Congresso Nacional.

V. Ex^a falou que o Sr. Ministro teria sido convocado. Não foi convocado. S. Ex^a foi simplesmente convidado e já chegarei lá, no final do meu discurso, para abordar este aspecto da questão.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o boletim emitido hoje, pela Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal, no que tange ao noticiário internacional, cuja fonte é a UPI, nos mostra manchetes preocupantes: "Ingleses advertem que podem apelar às armas"; "Estados Unidos advertem que tempo se acaba para resolver crise"; "Galtieri vai às Malvinas reforçar o moral da tropa"; "Parlamento europeu apóia Grã-Bretanha"; "Força Naval inglesa entra em estado de guerra no sábado".

Então, Sr. Presidente, é dramática a situação internacional, neste momento, e mais ainda a situação intercontinental. E o Brasil, portanto, tem uma responsabilidade imensa nisso tudo, porque sem dúvida alguma, hoje é um dos países mais importantes no contexto interamericano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por tudo isso, eu havia, há poucos dias, entregue à Mesa um requerimento, em nome da Liderança do PMDB no Senado, convocando o Sr. Ministro das Relações Exteriores à Comissão de Relações Exteriores do Senado para debater, em profundidade, a crise internacional gerada com a invasão das ilhas Malvinas, ou Falklands, pela

Argentina, e o fiz baseado, sobretudo, no art. 38 da Carta Constitucional outorgada, que diz:

"Os Ministros de Estados serão obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer de suas comissões, quando uma ou outra Câmara, por deliberação da maioria, os convocar para prestarem, pessoalmente, informações acerca de assunto previamente determinado."

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a Mesa, através da palavra do Senador Jarbas Passarinho, não acolheu o requerimento, baseando-se numa decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado a respeito de uma proposição semelhante anteriormente apresentada pelo nobre Senador Itamar Franco. Li o parecer daquele órgão técnico e, Sr. Presidente, Srs. Senadores, evidentemente não a conhecia, não sabia que a Comissão de Constituição e Justiça havia deliberado que, no caso de convocação de Ministros às comissões, a iniciativa só poderia caber aos próprios órgãos técnicos e não ao Plenário do Senado Federal. Isso constitui um absurdo completo, Sr. Presidente, e acho que a Comissão de Constituição e Justiça deveria rever a sua posição: Onde é que está a soberania do Plenário do Senado Federal? Como já mostrei, o texto constitucional é claro e os dispositivos regimentais não ficam atrás.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vim aqui para discutir esse aspecto da questão, até porque o Sr. Presidente se baseou numa decisão da Comissão de Constituição e Justiça. Apenas a comentei de passagem, porque acho que aquele órgão técnico deve se esforçar mais para prestigiar o Senado, para elevar a um patamar mais alto a nossa instituição.

O que desejo hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, já que me foi negado o direito de convocar o Sr. Ministro das Relações Exteriores à Comissão de Relações Exteriores e porque não aceito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ideia de que não se deve convocar Ministros, mas simplesmente convidá-los, como se fossem atos de cortesia, porque isso representa uma *capitio diminutio* para o Poder Legislativo, já que a nossa prerrogativa, a nossa competência é de convocá-los, porque, convocados, são obrigados a comparecer ao Senado, dentro de um prazo determinado, o que desejo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é renovar perante a Mesa, o requerimento de convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores, nos seguintes termos:

"REQUERIMENTO Nº 64, DE 1982

Convoca o Sr. Ministro das Relações Exteriores a comparecer ao plenário do Senado para debater a crise gerada com a invasão das Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul.

Considerando a recente invasão das Ilhas Malvinas, no Atlântico Sul, pela Argentina;

Considerando o imediato revide do governo inglês com o rompimento das relações diplomáticas com a Argentina e o bloqueio naval das Ilhas Malvinas;

Considerando que o Conselho de Segurança da ONU aprovou, recentemente, a imediata retirada das forças argentinas das Ilhas Malvinas;

Considerando que a mediação diplomática dos Estados Unidos da América entre as nações em conflito, até o momento, não surtiu os efeitos desejados;

Considerando que, pelo contrário, a julgá-las pelas últimas declarações do Secretário de Estado Alexander Haig, em Londres, após novas conversações com os governos dos dois países, o confronto tende a se agravar com o risco cada vez maior de efetivas operações de guerra entre a Argentina e a Inglaterra;

Considerando mais que, segundo publicado na imprensa, nota oficial da Inglaterra pressiona o Governo brasileiro no sentido de exercer influência sobre a Argentina e ameaça, inclusive, cancelar o programa de Assistência Tecnológica ao Plano de Renovação dos Meios Flutuantes da Marinha brasileira;

Considerando ainda que a Argentina, com base no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), está solicitando a solidariedade continental;

Considerando afinal que compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar o Presidente da República "a declarar guerra e a fazer a paz";

Requeiro, nos termos do disposto no art. 38 da Constituição Federal, combinado com os arts. 418, 419 e 420 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores a comparecer, em caráter de urgência, ao plenário do Senado Federal, com os seguintes objetivos:

1. Prestar esclarecimentos sobre a gravíssima crise internacional criada com a recente invasão das Ilhas Malvinas, no Atlântico

Sul, pela Argentina, pondo em risco a paz continental e, consequentemente, a própria paz mundial;

2. Esclarecer a real posição do Governo brasileiro face ao conflito entre a Argentina e a Inglaterra, particularmente em face da invocação, pela Argentina, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — TIAR.

Sala das Sessões, vinte e dois de abril de 1982. — *Humberto Lucena, Líder do PMDB.*"

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que este é um assunto que interessa não apenas ao Senado mas a todo o povo brasileiro e, por isso, nós devemos debatê-lo às claras, sem nenhum segredo, porque, afinal de contas, nós estamos numa conjuntura internacional gravíssima e a expectativa popular é muito grande em torno da real posição do Brasil neste conflito entre a Argentina e a Inglaterra.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

OSR. HUMBERTO LUCENA — Pois não. Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Senador, a colocação de V. Ex^a com relação à convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores é magnífica. De fato, nobre Senador, nós estamos vivendo os momentos decisivos de que nos fala Stefan Zweig. Ninguém sabe o que vai acontecer hoje à noite, nem amanhã à noite quando a esquadra inglesa, com um poderio de fogo de terceira esquadra do mundo atingir a área de bloqueio das Malvinas no Atlântico do Sul, oceano que é um *mare nostrum*, também, para o Brasil.

Quando a Argentina invocar o TIAR, parece que está invocando, nós não sabemos, nem a Comissão de Relações Exteriores do Senado sabe coisa alguma a respeito disso, é preciso definir primeiro o que é país agressor, ou o que é agressor em face do TIAR; a definição primeira dos termos antes de discutir o tratado. V. Ex^a colocou muito bem, e é por isto, que julguei que o ministro tivesse sido convocado. Mas, se foi convocado, deveria ter dado uma satisfação ao Congresso Nacional, ao Senado, em sessão secreta se ele quisesse, porque é comum personalidades do Poder Executivo que aqui vêm, fazê-lo em sessão secreta, mas nós Senadores poderíamos ouvir de S. Ex^a que ponto de vista, que linha o Brasil vai defender. Aqui mesmo, no Senado, discursos se fizeram em favor da Argentina, outros contra a Argentina, mas nós não sabemos qual é a linha que nosso País vai tomar. É possível que tenhamos que seguir a linha do nosso País; com ou sem razão, mas nosso País. *Wright or Wrong, my country*, dizem os ingleses. Com razão ou sem razão, nossa pátria primeiro. É preciso que S. Ex^a tivesse essa deferência para com o Senado, viesse aqui e dissesse: nós vamos defender este ponto de vista, pelo menos na OEA, nos Estados Unidos. Lá está se invocando o TIAR, esse famoso tratado de 1967, assinado no Rio de Janeiro, que nos convoca, que nos põe todos em posição de defesa quando um país americano é atacado. Mas é preciso saber se esse país foi atacado ou atacou primeiro. Esta definição é que nós desejávamos saber de S. Ex^a, o Sr. Ministro das Relações Exteriores. Porque, até esta hora, nós não sabemos qual a posição que o País vai defender. E pode ser, ilustre Senador, que hoje à noite, ou amanhã, no mais tardar, quando a vanguarda da esquadra inglesa atingir a área de bloqueio, se houver o primeiro tiro, estará desencadeado um processo de guerra que pode nos envolver a todos e pode ter consequências imprevisíveis. A colocação de V. Ex^a foi muito bem feita, magnífica, foi a colocação de um Líder. V. Ex^a tem dirigido e orientado bem a Bancada das Oposições. E acaba de demonstrar, mais uma vez, com a sua atitude, que está com os pés no chão, tomando atitudes que preservam o bom senso, o patriotismo, e a isenção que possa ter, amanhã, a tomada de posição desta Casa, e em face, em decorrência, em via de consequência, da tomada de posição de nosso País.

OSR. HUMBERTO LUCENA — Muito grato às generosas palavras de V. Ex^a, acerca da minha atuação na Liderança da Bancada. Realmente tenho procurado, na medida de minhas possibilidades, corresponder à confiança que me foi depositada pelos meus nobres companheiros.

De outra parte, eu gostaria de ficar com a observação que fez a V. Ex^a o nobre Senador Alberto Silva, quando se referiu que era uma obrigação do Sr. Ministro das Relações Exteriores o contato, o diálogo com o Senado, com o Congresso Nacional em torno do assunto, sobretudo em véspera de uma viagem de tal importância e de tal gravidade, quando ele vai definir a posição brasileira frente a esse tratado intercontinental que está sendo invocado pela Argentina, em defesa de seus interesses.

O Sr. Dirceu Cardoso — Muito bem! E repito, nas vésperas de uma guerra é na qual vamos ser envolvidos.

OSR. HUMBERTO LUCENA — Justamente, Senador Dirceu Cardoso, para discutir todos esses aspectos é que acho imprescindível, não o convite, porque não estamos aqui para fazer cortesia a Ministros, mas a convo-

cação, nos termos da Constituição e do Regimento, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos ao Senado Federal. Já que a comissão não o fez, faço eu aqui, como Líder, em nome da Bancada do PMDB, no Senado Federal. E mesmo que S. Ex^a, atendendo ao honroso convite, que lhe foi feito pela Liderança do PDS e pela Presidência da Comissão de Relações Exteriores, chegue a ir àquele órgão técnico, isso não o impedirá de vir também ao plenário do Senado, porque aqui é um espaço maior, aqui é onde, realmente, as palavras têm um eco bem mais amplo e S. Ex^a precisa dar uma satisfação imediata ao povo brasileiro, que está, a esta altura, ansioso, na expectativa de saber qual a real posição do Brasil nesse conflito internacional.

O Sr. Passos Pôrto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço o nobre Senador Passos Pôrto.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Humberto Lucena, desejo dizer a V. Ex^a que estou de pleno acordo com o texto do seu requerimento apresentado hoje, convocando o Sr. Ministro das Relações Exteriores. Afinal de contas, o Senado é o órgão que está incumbido, dentro dos Poderes, de estudar e examinar a política internacional do País. E quanto à política internacional, há outra forma de ser encarada, porque ela está acima dos Partidos. Estamos, realmente, diante de um quadro internacional grave. Mas, eu queria dizer a V. Ex^a e aos oradores que aqui disseram que o Brasil não teria tido uma posição definida, tem, e foi declarada desde o início pelo Chanceler Saraiva Guerreiro, quando afirmou que o Brasil apóia a soberania da Argentina nas ilhas Malvinas. Com o que o Brasil não está de acordo é com a forma de ocupação, porque de uma certa forma a Argentina agrediu, em que pese o apoio do Brasil à política de descolonização, que seria outra coisa. É tradição nossa, sempre em episódios como esse, solicitar a arbitragem internacional. A Argentina nada disso fez e fez realmente uma agressão porque ela fez uma invasão a uma área que estava sob o domínio e soberania de outro país. Quanto ao TIAR, a que o Brasil de imediato aderiu, tanto que o chanceler está seguindo para Washington, o que de uma certa forma vai atrasar a sua vinda ao plenário do Senado, já que ainda vamos votar esse requerimento e ele está viajando hoje. Mas, creio que logo ele retorne virá prestar contas da posição do Brasil. De qualquer forma, temos uma posição clara e definida de que queremos ser mediadores do conflito. Lutamos pela paz, reconhecemos a soberania da Argentina nas Ilhas Malvinas, mas, também somos contra a forma de ocupação, pelo país amigo, daquelas ilhas que eram um protetorado da Inglaterra. Este o pensamento que tenho do episódio. De antemão, declaro a V. Ex^a que apóio o requerimento e se não apóio o outro é porque ele não está dentro do espírito do dispositivo constitucional que privilegia os Ministros e não permite ao Congresso, a não ser através dos órgãos técnicos ou de Plenário, a convocação de Ministros de Estado. Só numa hipótese como esta agora em que V. Ex^a requer, como parlamentar, como Líder de Partido, a convocação dele ao plenário, evidentemente que V. Ex^a está dentro do texto regimental, o que não ocorria com o requerimento anterior.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço o apoio de V. Ex^a à proposição que acabo de apresentar à Mesa, e tenho certeza de que a sua linha de conduta será a mesma da Liderança do PDS e do Governo, nesta Casa, porque não acredito que haja qualquer esforço no sentido de impedir a convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores ao plenário do Senado, para o debate de um assunto de tanta importância.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muito prazer, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Primeiro, faz bem V. Ex^a em convocar o Ministro. E veja, Senador Humberto Lucena, quando V. Ex^a se referiu à divulgação da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal foi pena que V. Ex^a não houvesse complementado a sua leitura na presença da subcomissão do Senado Federal, do subsecretário Thomas Enders, que tão logo regressou da Argentina, foi ao Senado americano para prestar contas. Aqui V. Ex^a diz muito bem, V. Ex^a tem que convocar e eu tenho que convidar. E o debate que se formou em torno do meu requerimento, V. Ex^a já viu qual foi a decisão lamentável da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, proibindo que um Senador, a não ser que faça parte da Comissão de Relações Exteriores, possa convocar o Ministro. Mas, importante é o reparo na fala do nobre Líder do Governo, o nosso colega Senador Passos Pôrto, quando ele diz que a posição brasileira já é conhecida. Em absoluto, ela não é conhecida, ela é contraditória até este instante. Por que ela é contraditória?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Exatamente.

O Sr. Itamar Franco — Porque o País reconhece a soberania das Ilhas Malvinas. Tudo bem. Mas ele, ao mesmo tempo, admitiu agora, nessa reu-

nião de segunda-feira, na reunião dos chanceleres, admitiu a convocação através do TIAR, quando ele contraria o que diz o seu art. 1º. O TIAR só poderá ser invocado quando não se vai contra as resoluções da Carta das Nações Unidas ou qualquer resolução do seu órgão de segurança. E qual foi a resolução do seu órgão de segurança, da ONU? Foi que a Argentina retirasse imediatamente as suas tropas; que as hostilidades fossem cessadas na área. Portanto, o primeiro voto brasileiro dado agora, admitindo a convocação do TIAR, já estabelece uma contradição, pelo menos no nosso espírito, em relação de qual será a postura do Itamaraty. E o que é lamentável, exatamente como diz V. Ex^a, o Ministro foi convidado, e diz que só poderia vir terça-feira; dizem que não foi o Ministro quem falou isso — até quero fazer, daqui, uma justiça talvez a S. Ex^a o Ministro de Estado — ao que parece, o Congresso tinha um feriado no meio da semana, e o Ministro queria vir, mas disse que não haveria Senadores aqui; quer dizer, isto é o que se fala aí. Sempre se fala, nós não temos informações, o fluxo de informações não chega realmente ao Senado. A verdade é que, neste instante, antes de seguir para Washington, o Ministro deveria vir espontaneamente, não precisava ser convocado por V. Ex^a, nem ser convidado por nós outros. S. Ex^a, o Ministro de Estado, teria a obrigação, neste instante, de procurar o Senado da República, de procurar o Congresso Nacional, e dizer que aqui está para debater exatamente um assunto da maior importância, que é o da política externa. Meus parabéns a V. Ex^a, Senador Humberto Lucena, sempre há esperança de que, realmente, o Senado Federal possa, um dia, compreender a importância que tem a política internacional, para o Brasil.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado, nobre Senador Itamar Franco.

Em relação ao aparte do Senador Passos Pôrto, ainda gostaria de dizer que eu não aceito, tranquilamente, a decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, quando, interpretando o art. 38 da Constituição, achou que só as Comissões é que podem ter a iniciativa de requerimento de convocação de Ministro, quando este é claro, já o li e repito:

“Art. 38. Os Ministros de Estado serão obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer de suas comissões, quando uma ou outra Câmara, por deliberação da maioria, os convocar para prestarem, pessoalmente, informações acerca de assunto previamente determinado.”

Por sua vez, o art. 418 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete a qualquer Senador ou comissão convocar Ministro de Estado ao plenário ou à comissão. Daí por que acho, mais uma vez, que a Comissão de Constituição e Justiça não se posicionou bem na matéria e apelo desta tribuna para que reveja o assunto para que possamos alargar...

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Chamo a atenção do nobre Líder, porque estou vendo a insistência de apartes, de que o seu tempo já se excedeu em 10 minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado pela advertência de V. Ex^a, Sr. Presidente. Antes de conceder os últimos apartes, já que se trata de um assunto de vital importância e gravidade, gostaria de ficar ainda com o raciocínio do nobre Senador Itamar Franco, quando S. Ex^a justamente flagra, na posição do Brasil, uma contradição, imensa porque, *data venia* da opinião do nobre Senador Passos Pôrto, não há posição brasileira definida. Tanto não há que o Sr. Ministro está indo para Washington, para uma reunião da OEA, e ninguém sabe ao certo qual será a definição que o Brasil vai ter no plenário da OEA a respeito do acordo chamado TIAR, que está sendo invocado pela Argentina, ao chamar pela solidariedade dos países continentais a sua posição no conflito com a Inglaterra.

Ouç o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Senador, de fato, à Comissão de Constituição e Justiça está faltando sensibilidade em face do grave problema que estamos vivendo. Não devemos nos esquecer de uma coisa: o Atlântico Sul é um grande estreito no qual o Brasil tem obrigações, na divisão de forças navais do mundo, de tomar conta da parte que lhe compete. Não devemos nos esquecer: foi no Atlântico Sul, na Primeira Guerra européia, de 1914 a 1918, que a mesma Inglaterra de hoje quebrou a espinha dorsal da frota corsária alemã, quando afundou o Gueisenau e o Scharnhorst lá em volta das ilhas Falkland, hoje ilhas Malvinas. Na batalha das ilhas Falkland, a Inglaterra quebrou a espinha da frota corsária alemã, encabeçada pelos dois grandes cruzadores da época: o Gueisenau e o Scharnhorst. E na Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra pôs ao fundo também, ou melhor, levou até a inatividade, depois sua própria tripulação pôs ao fundo aquele famoso encouraçado de bolso, que teve o nome do almirante que comandou a esquadra alemã na

Primeira Guerra: o Graf von Spee, o encouraçado de bolso inafundável da Alemanha nazista, em homenagem ao comandante da frota alemã, afundada pela Inglaterra em 1914 a 1918, na batalha das ilhas Falkland. Em Montevideu, ao sair do porto, a esquadra inglesa estava esperando fora das linhas continentais de soberania uruguaia, para levá-lo ao fundo, ao desastre final, o que foi feito pela sua própria tripulação. Graf von Spee foi o comandante da frota alemã, posto ao fundo em 1916, e Graf von Spee II, foi em homenagem ao comandante da frota alemã, posto ao fundo pela sua frota, também um corsário considerado inafundável, às vistas da cidade de Montevideu, afundado pela sua própria tripulação em 1942/1943. Portanto, as ilhas Falkland estão a centenas ou milhares de milhas daquela ponta da África, por onde passam centenas e centenas de petroleiros transportando petróleo, que está movimentando o mundo. Chega-se a admitir que passamos por ali, por dia, quase um milhão de petroleiros, transportando essa força viva que movimenta todo o mundo, todas as pátrias e em todas regiões da Terra. Pois bem, temos que dar cobertura a esse grande estreito nessa faixa que se defronta com a África; portanto, temos que nos definir, logo, de início, nesse conflito que pode romper amanhã, à noite, pode romper hoje, ou pode romper a qualquer momento. Quero crer que, como disse o nobre Senador, nós garantimos a soberania, mas não achamos quem é o agressor. Então não garantimos: damos com a direita e tiramos com a esquerda. O nosso Ministro deveria, perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, dizer: eu vou defender este ponto de vista. É o Brasil que tem que defender isso. A sua colocação foi magistral. Parabéns a V. Ex.^a Nós todos, agora, com o apoio do PDS, estamos de acordo na convocação do Ministro. Agora, ele vem com o caldo requeimado: depois que ele vai dizer lá fora o que o Brasil vai fazer é que vai dizer no Senado o que vamos fazer depois. Mas que é uma situação gravíssima é: V. Ex.^a colocou a nossa posição magistralmente.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Peço ao nobre Líder que conclua a sua oração.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Vou concluir, Sr. Presidente.

V. Ex.^a, nobre Senador Dirceu Cardoso, com as suas palavras, ilustrou bastante o debate sobre este episódio que está abalando o mundo e está emocionando, sobretudo, as Américas, exigindo de nós um posicionamento urgente.

O fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que nós da Oposição, nós, particularmente do PMDB, não poderíamos nos omitir diante dessa gravíssima situação internacional; e aqui estamos para aguardar o apoio do PDS ao nosso requerimento e, portanto, por via de consequência, à presença do Sr. Ministro das Relações Exteriores numa dessas tribunas, para um debate amplo, um debate aberto, em torno da real posição brasileira diante dessa gravíssima crise internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A Mesa acolhe o requerimento de V. Ex.^a e diligenciará a sua inclusão em Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, que falará em nome do Partido Democrático Social.

O SR. JORGE KALUME (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O 21 de abril é uma data marcante para nossa Pátria, pelo significado especial que encerra, ante os acontecimentos que enriqueceram a nossa história.

O sacrifício de Tiradentes — o Alferes Joaquim José da Silva Xavier — conquanto deplorável, contudo é honroso, diante das circunstâncias, como os fatos se sucederam, até o seu enforcamento. Figura máscula, porque deu a vida pela Pátria. Legou-nos um dos mais dignificantes exemplos, por isso deve ser lembrado, não como simples homenagem ao seu estoicismo, ao seu inigualável heroísmo, porém como uma das mais belas páginas da história escritas em prol da nossa Pátria. Daí o título máximo a que fez jus, como o de protomártir da Independência. Tiradentes faz-me lembrar alguns valores da história universal, como Péricles, descrito, entre outros, pelo historiador grego Tucídides porque sua conduta se confunde com a daquele bravo da antiga Grécia. Ilustrei este meu pronunciamento transcrevendo pequeno trecho, daquele historiador, por se me afigurar indispensável. Ei-lo:

“Sua autoridade emanava respeito por ele inspirado e de suas qualidades intelectuais; mostrava-se totalmente desinteressado pelo dinheiro; impunha-se à multidão com segurança: em lugar de deixar-se dirigir por ela, era ele que a dirigia.”

Pois bem, o depoimento desse escritor acerca do seu compatriota também encarna, pelas suas características, o mártir brasileiro. Tiradentes é hoje

Patrono da Nação brasileira, graças ao projeto transformado em lei, de autoria do saudoso Deputado mineiro Último de Carvalho, sancionado pelo Marechal-Presidente Castello Branco em 1965 e eu me orgulho de haver participado da sessão da Câmara que o aprovou. Posso dizer que figuras do porte de um Tiradentes continuam vivas pela sua conduta de patriota nato que soube dignificar-se até na hora final, morrendo bravamente, como bravo o foi, durante o tempo em que conspirou em busca de seu ideal e de seus companheiros da Inconfidência. A descrição que extraí do livro “Autos da Devassa”, corrobora esta minha afirmativa:

“Ligeiramente, subiu os degraus; e sem levantar os olhos que sempre conservou pregados no crucifixo, sem estremecimento algum, deu lugar ao carrasco para preparar o que era necessário; e, por três vezes, pediu-lhe que abreviasse a execução.”

E Brasília! As festas de 22 anos passados continuam ecoando em nossos ouvidos. Era um velho sonho alimentado por gerações de políticos, desde o Brasil-colônia, passando pelo Império, onde o estadista José Bonifácio lutou em defesa da mudança, dentre outros tantos brasileiros. O sonho mais se robusteceu na fase republicana, quando Epiácio Pessoa e o Marechal Eurico Dutra tentaram concretizar o antigo anseio mudancista para o Planalto Central.

As nossas cartas magnas mantiveram o dispositivo constitucional da mudança, como sentinela viva inspiradora de nossos governantes, para que se animassem a materializar essa vontade já fermentada.

Juscelino Kubitschek, porém, que trazia na carne a chama do civismo, filho das Minas Gerais — palco dos grandes acontecimentos cívico-patrióticos — foi contagiado pelo anseio que animou seus antepassados, no sentido de dar maior flexibilidade administrativa ao Brasil, trazendo o seu cérebro para junto do coração do território pátrio que é este Planalto Central. Imbuído de admirável fibra, ousado, possuidor de otimismo contagiante, determinado nas suas ações, com firmeza e tendo na Carta Magna o seu suporte realizou um desejo guardado. Incompreendido, porém, seu gesto, sua persuasão, seu tato político somados a sua determinação convenceram e, finalmente, com o apoio do Congresso Nacional construiu a cidade e transferiu definitivamente a Capital para Brasília.

E aí está Brasília estuante, sorridente, moça ainda com apenas 22 anos, já amadureceu ante os grandes acontecimentos surgidos em seu seio. E Assis Chateaubriand escrevera que:

“Enfim, a única realidade nacional é o perfil de Juscelino Kubitschek atarefado numa obra que ninguém pode negar — a de providenciar botas de sete léguas para um gigante... (o Brasil) caminhar.”

O Sr. Bernardino Viana — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Pois não. Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex.^a, nobre Senador Bernardino Viana, representante do Estado do Piauí.

O Sr. Bernardino Viana — Nobre Senador Jorge Kalume, antes de tudo quero congratular-me com V. Ex.^a, porque focaliza dois eventos de real importância da História do Brasil: o dia consagrado à Inconfidência Mineira e o aniversário de Brasília. Com relação à Inconfidência, toda a Nação brasileira está de olhos voltados para Minas, lembrando o patriotismo de um púgilo de homens, tendo à frente Tiradentes que, há dois séculos, com heroísmo, já lutava pela liberdade de pensamento, de expressão, de palavra, liberdade que atingimos e ampliamos com outros conceitos. Quanto ao aniversário de Brasília, eu diria que é uma obra inequívoca de arrojo, de capacidade de trabalho e de imaginação criadora do povo brasileiro. De arrojo porque, apesar da atitude contestatória de muitos, a determinação do inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek, não o fez recuar da ideia que alimentou ainda na sua campanha eleitoral e que ganhou corpo, após a sua candidatura à Presidência da República. Da sua investidura, da capacidade de trabalho pela rapidez com que foi construída e consolidada a nova Capital. E da imaginação criadora do povo brasileiro pela beleza arquitetônica dos seus prédios públicos e privados, de seus jardins, de seus parques de lazer, de seu conjunto, enfim. Nesta semana em que a encantadora Capital completa seus vinte e dois anos, congratulo-me com V. Ex.^a e, por seu intermédio apresento a minha mensagem de aplauso e de felicitações ao Exm.^o Sr. Governador Aimé Lamaison, ao seu eficiente e laborioso Secretariado, ao funcionalismo do Distrito Federal, ao povo que habita e que nasceu nesta terra tão graciosa os meus efusivos parabéns; a V. Ex.^a as minhas congratulações pelo oportuníssimo pronunciamento que faz. Obrigado.

O SR. JORGE KALUME — V. Ex.^a além de honrar-me com esse seu aparte ilustrou o nosso pronunciamento desta tarde. Muito obrigado.

A cidade se aformoseia, se embeleza e se engalana com as suas administrações, tendo hoje à sua frente a figura de homem simples do Coronel Aimé Lamaison, que ea compreendeu e passou a amá-la. Não poderei deixar de louvar os Governos Revolucionários a partir de Castello Branco, seguido de Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e atualmente do Presidente João Figueiredo, os quais acreditaram nesta obra e a impulsionaram no sentido de vê-la concretizada. Posso afirmar que Brasília foi o marco propulsor do desenvolvimento brasileiro e especialmente das partes mais carentes: o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste. E o ilustre patricio Newton Egydio Rossi, *double* de empresário e poeta, soube entoar um cântico através da sua lira, exaltando Brasília:

"Brasília, sentido universal do amor,
és a sublime Canaã de um novo tempo!
Tuas raízes se encontram
Nas conquistas da História,
Nas caminhadas íngremes das bandeiras,
Nos sonhos de liberdade de um mártir,
Na profecia de um santo,
E na vontade férrea de um estadista
Que, apesar de tudo... te criou e,
Ao som do "Peixe Vivo", te embalou...
E, tendo que partir,
Entregou-te à posteridade
Para que sejas,
Não apenas a capital de um povo,
Mas o centro de uma nova civilização."

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JORGE KALUME — Ouço, com muito prazer, o nobre Senador mato-grossense.

O Sr. Gastão Müller — Senador Jorge Kalume, cabe-me, em nome do PMDB, no momento, diante da ausência momentânea do Senador Humberto Lucena, apoiar as palavras de V. Ex^a, aliás felizes, tanto quanto a data de 21 de abril, em função da morte do nosso Tiradentes, como em relação a Brasília. Já no dia 20, nosso querido Senador Nelson Carneiro já havia assinalado a data da fundação de Brasília que coincide, por determinação do nosso Presidente Juscelino Kubitschek e por determinação histórica, com a data da morte de Tiradentes. V. Ex^a com muita felicidade, com muita propriedade analisou sucintamente os dois fatos. Quero dizer que, também, o aparte do eminente Senador do Piauí foi muito feliz quando analisou a obra imorredoura de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Porque, meu caro Senador Jorge Kalume, falar-se em Brasília sem falar em Juscelino Kubitschek é a mesma coisa que falar sobre a conquista espacial sem falar em Yuri Gagarin, o primeiro homem que subiu ao espaço, filho da União Soviética. São fatos que estão ligados historicamente: Juscelino Kubitschek lançando e fundando a Capital do Brasil novo, cuja integração nós de Mato Grosso e do Acre tão bem a sentimos e lembramos sempre de que Tiradentes foi um homem que se sacrificou pela Pátria, no seu idealismo, na sua paixão pela liberdade, tão bem sintetizada no *libertas quae sera tamen*, da Inconfidência Mineira. Meus parabéns, nobre Senador Jorge Kalume, em nome do PMDB.

O SR. JORGE KALUME — Nobre Senador, toda vez que ocupo esta tribuna e que faço referência à História, costumo dar a Cesar o que é de Cesar, e jamais deixaria de falar no criador de Brasília, Juscelino Kubitschek que inegavelmente foi o cérebro. E V. Ex^a como homem do Centro-Oeste bem compreende as funções de Brasília, o valor que ela teve e tem, para o desenvolvimento daquela sua área que é minha também. Muito obrigado.

Para que o meu hino de louvor ao 21 de abril fique completo há necessidade de registrar outro acontecimento surgido ao lado de Brasília: refiro-me ao jornal *Correio Braziliense* que a inspiração do jornalista Assis Chateaubriand fez nascer neste Planalto para honra e glória de seus habitantes num momento difícil, quando ainda existia o pessimismo acerca da ideia mudancista. Mas Chateaubriand, com aquela vontade férrea que lhe era peculiar, não trouxe a semente, porém a árvore frondosa representada por um jornal que também no século 19 foi um dos suportes da nossa Independência política, através da pena do Hipólito José da Costa que o editou em Londres, em 1808.

O Imperador dos Diários Associados tendo ao lado os príncipes João Calmon, Edilson Cid Varela, Ary Cunha, Maurício Vaitsmam, Sebastião Batista da Silva, (Cecê), João Orlando Barbosa Gonçalves (Gueguê), Adirson Vasconcelos, Alfredo Oblisiner, José Helder de Souza, Arnaldo Paz e, posteriormente, Alberto Sá Filho e Ronaldo Martins Junqueira, fez brilhar na constelação brasiliense essa nova estrela que adormeceu e depois despontou, gigante, em defesa da cidade com o mesmo ímpeto da fase da pré-

independência registrando todos os seus passos tornando-se verdadeiro relíquio que o futuro obrigatoriamente terá de consultar para escrever a história real de Brasília.

Saúdo o *Correio Braziliense*, nas pessoas de seus dirigentes atuais, recordando com saudade a figura singular de seu criador — o jornalista Assis Chateaubriand.

E saúdo também, a cidade, na pessoa do seu dirigente máximo — o Governador Aimé Lamaison e seu secretariado. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência submete ao Plenário a aprovação da prorrogação do período destinado ao Expediente por mais 15 minutos, a fim de que possamos ouvir mais três Srs. Senadores.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a prorrogação queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Concedo a palavra, inicialmente, à nobre Senadora Laélia de Alcântara, para uma breve comunicação.

A SRA. LAÉLIA DE ALCÂNTARA (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"Os índios brasileiros estão em condições muito graves. Sua situação é uma das piores da América Latina". Estas foram as palavras proferidas pelo Vice-Presidente do Conselho Nacional de Coordenação Indígena do Equador, Alfredo Viteri Gualinga, da nação quíchua, que participou, no Brasil, da Semana do Índio, cujo dia foi comemorado no dia 19 deste mês.

Ainda segundo aquela ilustre autoridade, a política brasileira desenvolvida através da FUNAI, é "motivo de preocupação e humilhação" para as nações indígenas da América Latina. "O índio", afirma Alfredo Gualinga, "é tratado como uma criança, um incapaz, não reconhecido como um cidadão brasileiro como os demais, e tem enormes problemas de terra". E os temores maiores desse dirigente indígena é de que outros países da América Latina sigam o triste exemplo brasileiro.

A 13ª Reunião Nacional de Antropologia, realizada na Semana do Índio, em São Paulo, veio demonstrar uma lamentável realidade: a FUNAI foi duramente condenada. Neste conclave puderam os especialistas constatar que a tutela exercida pelo Estado sobre os nossos índios "está totalmente distorcida da realidade, e que seus problemas decorrem de uma política que faz do indígena um ser sem capacidade de autodeterminação". Não só Alfredo Gualinga, mas diversos outros dirigentes brasileiros e estrangeiros puderam ver e sentir, na excursão que empreenderam durante a Semana do Índio por várias cidades e capitais brasileiras, que se encontra limitada a livre organização dos povos indígenas brasileiros, que é patente a discriminação cultural que sofrem e que é condenável a política de controle exercida pela FUNAI.

Em declaração prestada à imprensa brasileira, Alfredo Gualinga solidariza-se com os indígenas brasileiros pela sua inconformidade ante a triste situação em que se encontram e ao mesmo tempo se sente humilhado diante da condição de seres oprimidos em que vivem.

Criticando a política etnológica do Governo brasileiro posta em prática com relação aos índios, Alfredo Gualinga afirma ainda que constitui atentado aos direitos humanos o desrespeito ao princípio de autodeterminação dos povos. E referindo-se particularmente ao Brasil, afirma: "Vejam o exemplo de nossos irmãos brasileiros. Os tukanos, os terenas respeitam a cultura branca, falam o português. Nós falamos o espanhol, porque respeitamos a cultura do homem branco, mas mantemos nosso idioma, o quíchua, e queremos que nos respeitem também, que ensinem às suas crianças a nossa língua, nossos costumes. Não nos interessa a integração imposta, unilateralmente. Querem que deixemos a nossa cultura e pratiquemos a cultura ocidental. Ora, isso se chama etnocídio, genocídio."

Referindo-se ao problema da terra, que, como no Equador, existe em graves proporções, também, no Brasil, Gualinga afirma que os governos precisam saber que a terra indígena sempre foi do índio, e que esse é um direito natural, histórico que ele tem como autóctone.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não se pode pintar a situação de nossos silvícolas com tintas cor-de-rosa. É preciso reconhecer que, até hoje, nossos índios não têm o devido acesso à educação, que suas reservas não são servidas convenientemente de estradas, que seu trabalho ainda é servilmente explorado, que suas terras continuam a ser invadidas por grileiros, e que sobretudo, não lhes foi concedido o direito por que tanto se batem: o de sua autodeterminação.

Sr. Presidente, a reivindicação do direito à autodeterminação dos povos indígenas revela a triste realidade em que ainda vivem: a realidade de um colonialismo vigente no interior de nossa sociedade; colonialismo que se caracteriza por uma política de estratificação social interna, de inocultável racismo interno, e que só encontra seu equivalente na estrutura de exploração

“centro-periferia” de âmbito internacional, uma espécie de chauvinismo e de zelo excessivo pela soberania.

Os índios brasileiros, como os seus irmãos sul-americanos, aspiram por uma autodeterminação que lhes preserve efetivamente a cultura, que lhes proporcione uma integração sócio-econômica adequada, que lhes ofereça condições reais de convívio com a sociedade nacional, sem torná-los mendigos, marginais, crianças, incapazes, eternos tutelados.

Criticando, com sobras de razão, a política da FUNAI, Paulo Suess, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, afirma que “parece uma contradição ideológica fundamental da FUNAI querer conjugar a estagnação política (castração das lideranças) com um desenvolvimento meramente econômico”. Não é por nada, diz aquela autoridade, que todos os grandes projetos da FUNAI fracassaram. Se ela impede a caminhada da União das Nações Indígenas — UNI ou quer miná-la por pelegos, a bomba é que vai explodir na sua própria casa.

Infelizmente, não temos muitos motivos para comemorar com alegria a Semana do Índio. Pelo contrário, a sua situação de vida, as dificuldades inúmeras que continuam a enfrentar, as comunidades indígenas em nosso território, só podem trazer preocupações, e não motivos para festas e loas.

Enquanto as tradições culturais de nossos índios forem sistematicamente descaracterizadas; enquanto ouvirmos notícias de surtos epidêmicos contra os quais nossos índios não possuem defesa e que levam até ao quase extermínio de grupos inteiros; enquanto se verificar uma estranha morosidade na demarcação de áreas destinadas às suas reservas, sujeitas a constantes invasões; enquanto, em suma, inexistir uma assistência real e eficaz por parte dos organismos responsáveis, fatos esses reiteradamente denunciados por antropólogos e indigenistas, não podemos fazer retórica, não temos o direito de fazer apologia dos nossos dirigentes.

É preciso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o Governo mais atento ao problema de nossos índios, que lhes atenda as justas reivindicações sobrejacentes conhecidas, que elimine a série de empecilhos que existe à pesquisa de campo na área indígena.

É preciso, enfim, que o Governo ouça a recomendação dos antropólogos brasileiros sobre a aprendizagem das línguas nativas e a observação sistemática das diversas manifestações de comportamento de nossos índios que estão a exigir longo período de permanência entre as comunidades indígenas. Só assim, como notam os antropólogos, se poderá conseguir “um conhecimento aprofundado da realidade indígena indispensável nas tarefas de delimitação de território, na avaliação dos efeitos dos projetos de desenvolvimento comunitário, nas implicações das iniciativas de exploração de minério, abertura de estradas ou construção de barragens hidrelétricas”.

Era o que eu tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma breve comunicação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 18 do corrente assinalou o Brasil o centenário de um grande brasileiro, José Bento Monteiro Lobato.

Monteiro Lobato, Sr. Presidente, nasceu em Taubaté, São Paulo, em 18 de abril de 1882, foi autor, advogado, fazendeiro, editor, homem de lutas e a primeira bandeira nacionalista que se agitou neste País.

Como o Senado Federal deve ser o ressoador das grandes datas nacionais, por sua vez o amplificador das grandes notícias que sensibilizam a opinião pública da Nação, faço um apelo a V. Ex^a, Sr. Presidente, que é um intelectual e que toma parte nos trabalhos da Mesa; o Senado não pode deixar passar despercebida a data do Centenário de Monteiro Lobato, aquele estilista de “Urupês” e de “Cidades Mortas”, autor da primeira literatura infantil que há na nossa História, onde não contou as meias-verdades, mas as verdades inteiras que as nossas crianças podiam e deveriam saber, ele que immortalizou em “Urupês” aquela figura de Jeca-Tatu, de cócoras à porta de seu rancho, na posição de angústia infinita de si mesmo, na tristeza imensa e na resignação da penumbra do seu esforço diante da grandeza nacional, ele que nessas suas páginas maravilhosas de “Urupês” foi citado por Rui Barbosa que o divulgou, amplificou e lançou no País, consagrando o Jeca-Tatu da inspiração magnífica de Monteiro Lobato.

Este homem, Sr. Presidente, não pode ter o seu centenário passando despercebido à Nação brasileira. O Senado deve registrar essa efeméride que é de todos os brasileiros.

Homem inconformado, lutador de primeira linha, foi ele que lutou pela conquista do nosso programa siderúrgico, o primeiro que falou a favor do ferro que o Brasil precisava para se erguer, para movimentar as suas usinas e fazer a sua indústria siderúrgica. Foi ele, também, Sr. Presidente, aquela voz

desaçaímad e vibrante que nos jornais e nos livros lançou a campanha do “O petróleo é nosso”. Pouco depois abria-se o Poço de Lobato, na Bahia, onde jorrariam os primeiros jatos de petróleo, atrás do qual o Brasil vive até a data de hoje.

Esse, portanto, foi um precursor. Nacionalista da mais vibrante cepa, que, por causa de ser nacionalista, amargou horas sombrias no exílio.

Esse homem, Sr. Presidente, cujo centenário transcorreu a 18 deste mês e deste ano, nasceu em Taubaté, neto do Visconde de Tremembé, criador de figuras inesquecíveis do nosso tempo de infância.

Quem, em criança, não leu uma, duas, três, cinco ou dez obras infantis de Monteiro Lobato?

E hoje a TV Globo mantém um programa de extraordinário alcance para a nossa vida infantil, para a nossa criança, o “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, que é o sítio onde nasceu Monteiro Lobato.

Então, Sr. Presidente, prestando uma homenagem a esse vulto da Literatura Brasileira, que foi o primeiro comerciante em grande escala do livro, Monteiro Lobato e companhia, da Revista do Brasil, de obras fundamentais da nossa literatura, se não foi um grande estilista, foi uma bandeira flamejando ao vento, Sr. Presidente, em favor das causas nacionais e das causas brasileiras.

Assim, Sr. Presidente, é um apelo que faço ao registrar o Centenário de José Bento Monteiro Lobato, um paulista insigne, um brasileiro inolvidável que criou com seus livros, com a sua literatura infantil, com páginas magníficas do “Urupês”, de “Cidades Mortas”, de “Bugrinha”, páginas belas da Literatura Brasileira, que lutou pelo petróleo e pelo ferro, que lutou pelos princípios e pela bandeira nacionalista, porque ele não pode passar, porque nunca passa, porque entre tudo que passa, só a criação do ideal e da alma não passam nunca.

Monteiro Lobato é um nome que não há de passar. Daqui, no próximo Centenário, os Senadores do Brasil festejarão seu bicentenário, desde que nós, em 1982, tivermos, também, tributado a homenagem maior do Senado do Brasil ao grande vulto que foi uma página eloquente da literatura, das lutas, das idéias, dos princípios e do nacionalismo, do bom nacionalismo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Mesa aguarda do Senador Dirceu Cardoso o requerimento por escrito, para que nós possamos dar curso regimental à justa homenagem que o Senado deve prestar ao grande brasileiro e patriota Monteiro Lobato.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há número para deliberação. Em face disso, as matérias constantes da Ordem do Dia, todas pendentes de votação, ficam com a apreciação adiada para outra oportunidade.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

- PARECERES**, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Serviço Público Civil*; e
- de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Serviço Público Civil*, contrário; e
- de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma questão de ordem.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estou acompanhando a presença dos Senadores em Plenário em todas as votações. Não há número, Sr. Presidente, mas gostaria de requerer à Mesa que fosse posto a votos o requerimento do nobre Senador José Fragelli, a fim de que possamos ter conhecimento de quantos Senadores se encontram presentes e de quantos se ausentaram do Plenário, além dos 30 Senadores que passaram pela porta, registrando a sua presença.

Sr. Presidente, estou acompanhando através das folhas de votação, e peço que se digne a Mesa fornecer-me as cópias de todas as votações havidas de março até agora. Tenho umas dez ou quinze, mas gostaria de completar com todas votações, pois estou acompanhando, Sr. Presidente, o fluxo da presença dos Senadores em Plenário, desde a abertura dos nossos trabalhos em 1º de março, e desejaria que me fosse passada às mãos a cópia dessas folhas de votação que o computador ao lado da Secretaria da Mesa registra. Tenho algumas, mas desejaria todas, para examinar, Sr. Presidente, em face de dados, o fluxo de presença dos Senadores em plenário.

Hoje aqui ouvimos, através de discurso magnífico do Senador Henrique Santillo, verberando contra o esvaziamento do Senado. Uma das causas, diz S. Exª e concordando também o Senador Luiz Cavalcante, que essa falta de presença dos Senadores está colocando o Senado em má posição.

Sr. Presidente, soube aqui, há pouco, através do nobre Senador Evandro Carneira, que esteve ontem em São Paulo, que, no dia 27, 300 prefeitos virão ao Senado, encherão estas galerias, estas tribunas e os gabinetes dos Senadores exercendo uma pressão legítima e democrática para que o Senado vote os empréstimos. Portanto, teremos a oportunidade de nos manifestarmos aqui, em plenário, certos de que essas folhas de votação serão o documento básico que teremos para explicar por que o Senado, até hoje, não aprovou os tão sonhados, pretendidos e desejados empréstimos a Estados e Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, a minha questão de ordem tem dois objetivos: primeiro, que se registre, em sessão secreta, a presença dos Senadores, segundo, que me sejam fornecidas cópias das folhas de votação de março até agora, de todas as votações havidas no Senado, a fim de que melhor nos preparemos para o dia 27, com a presença de todos os prefeitos aqui, os interessados nos empréstimos, que querem esse dinheiro agora, porque estão precisando, exatamente às vésperas de eleição. Três anos esperaram, dois anos esperaram, um ano esperaram, agora, 9 meses, eles não querem esperar. É uma sangria desatada, querem esse dinheiro.

Então, precisamos nos preparar para o dia 27 do mês corrente, quando enfrentaremos a pressão de muitas atmosferas, Sr. Presidente, de centenas de atmosferas por polegada quadrada da pele de cada Senador; aquele que for resistente que resista, e aquele que não tiver resistência ceda e dê o dinheiro aos Estados e aos Municípios.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Senador Dirceu Cardoso, V. Exª fez duas solicitações: a primeira, que fizéssemos a votação para que V. Exª tomasse conhecimento daqueles que compareceram. E esclareço a V. Exª que não vai ser possível, na forma do Regimento, porque temos um número de Senadores inferior à maioria indispensável à votação, só temos 30 Srs. Senadores na Casa. Assim, não podemos fazer verificação de *quorum* já que não há número para votação.

Quanto ao seu segundo pedido, V. Exª pode obtê-lo a partir da leitura do *Diário do Congresso Nacional* que, todos os dias, traz o número de Srs. Senadores que compareceram ao Senado e dos que compareceram à votação. Os que votaram SIM e os que votaram NÃO constam do *Diário do Congresso*. De modo que se V. Exª mandar coligar todos esses *Diários do Congresso*, a partir de março, V. Exª terá a relação dos que compareceram ao Senado e dos que compareceram às votações.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Grato, Sr. Presidente, pela informação. Mas, gostaria de merecer mais um favor: não tenho gabinete, estou errando como um inquieto vagalume por esses corredores. Entreguei o meu, quer dizer, comecei a entregar, e vou entregar outras coisas.

O Sr. José Lins — Tem, mas não usa!

O SR. DIRCEU CARDOSO — Então, Sr. Presidente, gostaria que V. Exª solicitasse à Secretaria da Mesa, que tem trinta ou quarenta funcionários, se isso não provocar infarto — se for para adoecer alguém, ou ser alguém hospitalizado por causa desse esforço de recortar esses *Diários* eu não quero. Gostaria, Sr. Presidente, porque eu não tenho como manusear esses *Diários*, passou para mim a hora, agora estou vivendo outras horas e outras vezes que vêm por aí. Gostaria, se não for um pedido abusivo a V. Exª, que mandasse qualquer funcionário da Mesa, da Secretaria da Mesa, não é do seu gabinete e sim da Secretaria da Mesa, que foi constituída para atender a essas coisas, esses pedidos, esses requerimentos, para fornecer os *Diários* em que constem a votação dessas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nobre Senador, V. Exª alega que não tem gabinete, V. Exª tem, pode não querer usá-lo, mas cada Senador tem um gabinete, o Senado põe à disposição dos Senadores um gabinete, com número de servidores, constituído, etc. Mas, eu vou oferecer o meu gabinete para que faça isso, e darei a V. Exª todo esse trabalho que solicitou, dos

Senadores que compareceram, dos Senadores que votaram, já que eu não quero apelar para a Secretaria da Mesa, porque esta serve à Mesa do Senado. A Secretaria do seu Partido podia solicitar à Liderança de seu Partido, mas eu não devo intervir na Liderança de um Partido político. Mas, posso dispor do meu gabinete para V. Ex^a, solicitado aqui, neste instante, ao Presidente eventual. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Encerrada a Ordem do Dia, volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Helvídio Nunes — Amaral Furlan — Jaison Barreto — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Enquanto o plenário do Senado Federal se esvazia, e esse esvaziamento é objeto de comentários e pronunciamentos de vários Senadores da Casa, a tensão no Atlântico Sul está atingindo o seu clímax de hoje para amanhã, com a chegada às ilhas Malvinas da frota inglesa.

Chega ao clímax porque pode acontecer o que todos duvidaram no início da crise, o que parecia inacreditável: a guerra. Uma guerra desastrosa, uma guerra ruínosa para ambos os contendores, uma guerra que por si não resolveria a questão principal, pela qual se desencadearia, a questão da soberania sobre as ilhas; uma guerra que teria desdobramentos e nesses seus desdobramentos poderia trazer consequências catastróficas, na medida em que evoluísse para um conflito Norte/Sul, levando a uma desagregação das relações econômicas e a um esborçoamento do sistema financeiro internacional ou, na medida em que evoluísse para um acirramento do confronto Leste/Oeste, abalando o delicado sistema de equilíbrio, cujo rompimento, todos sabem o que significaria.

Pois, Srs. Senadores, tudo isso pode acontecer, por um caminho, por outro, ou por ambos, exigindo essa atenção que aumente a eficácia da mediação dos Estados Unidos, afinal o grande aliado das duas partes em contenda.

Nós brasileiros sempre reconhecemos o direito argentino sobre as Malvinas, considerada a extensão da plataforma territorial daquele país vizinho, extensão essa ocupada numa operação tipicamente colonialista. O fato ocorreu, é certo, há 150 anos, mas nunca, desde então, nunca foi aceito como consumado pela Argentina, ou reconhecido como legítimo pela comunidade latino-americana.

A Argentina tem tentado a ação diplomática durante muito tempo, durante décadas, e depois do insucesso das demandas apresentadas em fóruns internacionais ou desenvolvidas em negociações bilaterais com a Inglaterra tomou a iniciativa de, pela força, criar o impasse para precipitar a solução sempre postergada.

Não podemos, nós brasileiros, apoiar essa atitude argentina, porque ela contraria, frontalmente, o princípio da solução negociada, da solução não violenta das pendências internacionais.

A agressão partiu, inegavelmente, da Argentina e teve, obviamente, outras razões além das alegadas. Razões políticas de natureza interna, razões próprias de um governo ditatorial, extremamente impopular que entrava numa etapa de tudo isto é inegável, e nós brasileiros temos que condenar essa agressão.

Entretanto, podemos compreender que a inocuidade das tentativas de solução pacífica é algo desesperadora, é algo de inaceitável para os argentinos, constituindo-se, por esse aspecto, razão para uma atitude mais afirmativa, mais forte, destinada a convocar a atenção mundial e apressar a solução que se arrasta por décadas e décadas.

Tendo avançado nessa atitude de força e de afirmação, cabe ao governo Argentino, agora, aceitar os esforços de negociação sabendo que, neste campo, pode contar com a solidariedade da maioria dos povos do mundo e da totalidade da América Latina.

Assumir a posição de intransigência nesta altura em que chegou a tensão, seria mais do que um excesso, seria mais do que um exagero; seria um enorme contra-senso, um erro gravíssimo, pois que colocaria em risco, ao mesmo tempo, a já frágil estabilidade da economia ocidental e o equilíbrio delicado de poder que sustenta a paz mundial. Não ser intransigente, no caso, é aceitar uma fórmula de administração internacional provisória daquelas ilhas, sem arrefecer, obviamente, no seu pleito diplomático, legítimo, até que a questão da soberania seja decidida nos fóruns mundiais. A Argentina tem todas as condições para ver atendidos, a esta altura, os seus direitos tanto tempo sustentados.

Vale repetir e enfatizar que a guerra não resolverá em definitivo a questão da soberania. O país derrotado, o país humilhado recorrerá fatalmente à revanche num conflito por etapas sucessivas de proporções crescentes. A questão da soberania só será resolvida através do reconhecimento internacional.

De outro lado, é preciso dizer que a atitude da Comunidade Econômica Européia, impondo o bloqueio econômico da Argentina, é inaceitável para as Nações da América Latina do Terceiro Mundo, é um gesto tipicamente neocolonialista, odioso e farisaico. Farisaico porque quando houve a invasão do Afeganistão e a interferência soviética na crise polonesa, o embargo foi proposto em relação à União Soviética e foi rejeitado pelas nações européias. Agora, porém, quando se trata de um país do Terceiro Mundo, as velhas nações colonialistas acham de expor suas garras numa atitude odiosa e farisaica que só poderá fazer crescer a solidariedade da América Latina para com a Argentina.

Não haveria, Sr. Presidente, muito mais do que dizer neste momento. A história da pendência e as razões de cada parte, neste momento de hoje, relativamente pouco importam. Importam, sim, importam muito do julgamento que a comunidade internacional fará durante o processo de reconhecimento da soberania.

Hoje, entretanto, é preciso evitar a guerra; hoje, é imperioso evitar a guerra. O Governo brasileiro tem sido sábio nesse ponto, é forçoso reconhecer. Não se intrometeu na questão, não se apresentou como mediador, manteve-se indiferente, dando discretamente apoio à Argentina, como fez agora, recentemente, na convocação da reunião da Organização dos Estados Americanos, e tem se mantido numa posição que coloca o Brasil a salvo de qualquer reprimenda por parte dos contendores, aos quais, no fundo, estamos ligados por uma razão ou por outra.

Acredito, porém, que hoje esse apoio dado à Argentina, de forma ainda que discreta, pode servir de base para um aconselhamento diplomático no sentido de que não haja, por parte do país irmão, uma atitude intransigente em momento tão grave.

O Itamarati, Sr. Presidente, sabe se conduzir. Toda sua tradição e seus êxitos fazem com que pessoalmente possamos confiar na sua competência.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema.

O SR. ADERBAL JUREMA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A esta tribuna por três vezes compareci para reclamar do Ministério da Educação e Cultura, através da sua Secretaria de Cultura, a recuperação do edifício da tradicional Faculdade de Direito do Recife. Se por três vezes, neste semestre, ocupei a tribuna, clamando por providências imediatas, por quanto todos sabemos o que representa para a cultura brasileira a Faculdade de Direito do Recife, de onde saíram homens como Clóvis Beviláqua, como Castro Alves, como Gilberto Amado, para citar apenas três nomes tutelares da intelectualidade nacional.

Sr. Presidente, tive no entanto a alegria de receber esta semana, datado de 30 de março, mas que chegou às minhas mãos nesta última semana de abril, o ofício do secretário da Cultura, para informação daqueles que acompanham com o espírito e com o coração o drama da Faculdade de Direito da minha terra, fiquem esclarecidos diante das providências que estão sendo tomadas.

Diz o Pintor Aloísio Magalhães:

**"SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL"
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA CULTURA**

Of. nº 164/82-SEC/BSB Brasília (DF), 30 de março de 1982
Do: Secretário da Cultura
Ao: Senador Aderbal Jurema
Assunto:

Prezado Senador:

Tendo tomado conhecimento do seu interesse com relação à restauração do edifício da Faculdade de Direito do Recife gostaria de prestar-lhe os seguintes esclarecimentos relativos ao andamento dos trabalhos.

Em 11/09/81, foi assinado um Protocolo de Intenções entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura da Cidade do Recife, com a intervenção da Universidade Federal de Pernambuco e do Centro de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito, cujo objetivo é desenvolver e elaborar o projeto de restauração do edifício da faculdade.

De acordo com esse Protocolo, constituiu-se um Grupo Técnico de Trabalho, com a atribuição de promover o levantamento da edificação e a identificação das suas áreas críticas, e de elaborar o projeto de restauração.

Essa Comissão vem cumprindo um cronograma de trabalho, que, no momento, se encontra na seguinte fase:

Item	Fase	Data de Conclusão
1. Levantamento e Projetos	Elaboração das plantas baixas	16-4-82
	Cortes	14-5-82
	Fachadas	11-6-82
2. Identificação crítica das áreas	Análise do estado atual e transposição para planta	14-6 a 25-6-82
3. Proposta	Arquitetura	11-3 a 25-6-82
	Estrutura	11-3 a 16-4-82
	Elétrica	16-4 a 11-6-82
	Hidráulica	16-4 a 11-6-82
4. Especificação e Orçamento		14-6 a 2-7-82
5. Documento final		de 5 a 23-7-82

Como V. Exª poderá observar, dentro de pouco mais de três meses o projeto de restauração deverá estar concluído, iniciando-se então a fase de licitação para execução da obra.

Devido às dimensões do prédio, à sua complexidade e estado de conservação, a primeira etapa dos trabalhos, de levantamento físico e determinação das condições de estabilidade do monumento, vem se prolongando até o momento, sendo necessário, entretanto, abalizar os trabalhos de restauração, cuja confiabilidade depende do apuro com que tais levantamentos são realizados.

Colocando-me a sua disposição para qualquer outro esclarecimento que julgue necessário, ou para o acompanhamento do andamento dos trabalhos, cumprimento-o cordialmente.

Com o abraço especial do Aloísio Magalhães, Secretário da Cultura.

Sr. Presidente, irei acompanhar os trabalhos da restauração, através de informações que terei visitando o local dos trabalhos, porquanto não foi inútil a minha reclamação. Hoje, de coração limpo e feliz — como diria o escritor Jorge Amado — leio este ofício de Aloísio Magalhães dando conta de que não caiu no vazio a reclamação do Senador pernambucano. E como Senador pernambucano, mudando de assunto, quero congratular-me com o Governador Marco Antônio Maciel pela indicação que fez sábado último de dois no-

mes para compor a chapa de candidatos do Partido: o vice-Governador Roberto Magalhães para governador e o Prefeito do Recife Gustavo Krause para vice-Governador.

S. Exª, em cerimônia simples, de acordo com o seu estilo de governo, anunciou perante o Presidente do Partido Democrático Social Regional, Professor Barreto Guimarães, e perante o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado José Ramos, que fazia aquela indicação à Convenção do nosso Partido para que, democraticamente, nós aceitássemos ou rejeitássemos.

De início eu digo, Sr. Presidente, que a escolha recaiu num dos nomes mais altos da inteligência pernambucana — não apenas da inteligência da Torre de Marfim mas da inteligência de um professor de Direito que já foi Secretário de Educação no Governo do Senador Nilo Coelho; da inteligência de um professor de Direito que quando eu estava na Presidência do Partido era o meu segundo vice-Presidente. Portanto, é um homem do ramo que foi indicado à Convenção do PDS.

E o Prefeito Gustavo Krause para vice-Governador e, sem dúvida, o símbolo do despertar da geração mais moça deste País.

Jovem ainda, pouco mais de 30 anos, o Professor Gustavo Krause foi Secretário da Fazenda no Governo Moura Cavalcanti e, no Governo Marco Maciel vem à frente da Prefeitura Municipal do Recife — daquela cidade que tem o rio do poeta, envolvendo as suas tardes tropicais. Pois bem, Gustavo Krause dedicou-se à periferia de uma cidade que o sociólogo Gilberto Freire já chamou de inchada com um sentido social de administração e hoje uma das esperanças de afirmação política no Estado.

Quero deixar aqui, nesta tarde, as minhas congratulações com o Governador Marco Maciel pela escolha feliz nas indicações para o PDS de Pernambuco. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O nobre Senador Roberto Saturnino já focalizou, na tribuna desta Casa, o falecimento aos 63 anos daquele ilustre escritor e eminente sociólogo, Alberto Guerreiro Ramos, natural da Bahia, falecido aos 63 anos, e brutalmente afastado do convívio dos seus colegas do Parlamento Nacional por força de um ato discricionário, quando representava o Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, quero neste momento deixar nos Anais da Casa a notícia divulgada, hoje, pelo *Jornal do Brasil*, e que leio na íntegra:

"GUERREIRO

A Universidade da Southern California promove hoje uma homenagem ao escritor e sociólogo Guerreiro Ramos, que faleceu em Los Angeles, no dia 6 de abril. O presidente da Universidade, James Zumberge, preparou um discurso cujo texto destaca a incalculável contribuição do professor Guerreiro Ramos para a Universidade. Também falarão professores e alunos da escola de Administração Pública, onde Guerreiro Ramos criou dois cursos muito procurados pelos alunos. Sua filha, Eliana Guerreiro Ramos do Nascimento, falará sobre a vida de seu pai e agradecerá à Universidade por tê-lo recebido, quando ele chegou aos Estados Unidos, em 1966, como exilado político — após ter sido cassado em seus direitos políticos e mandato de Deputado federal."

Vê, V. Exª, Sr. Presidente, que aquele homem banido da vida pública brasileira, por um ato de insensatez governamental, encontrou nos Estados Unidos o campo onde pôde difundir as suas idéias e marcar, de modo indelével, a sua personalidade.

Ao fazer este registro tenho, diante dos meus olhos e da minha saudade, a figura do meu coestaduano e querido amigo Alberto Guerreiro Ramos. Levanto daqui a minha prece para que, onde esteja viva, hoje, um instante de satisfação vendo que, abandonado pelos que não o compreenderam no Brasil, encontrou no campo vasto da cultura americana aquele apoio e aquele estímulo que necessitava para se converter numa grande figura internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os agricultores do meu Estado, especialmente os que se dedicam ao plantio da juta e da malva, que se concentram, em sua maior parte, na região

do baixo Amazonas, estão deveras apreensivos com a perspectiva, este ano, de uma anormal enchente do rio Amazonas e seus afluentes.

A esta altura, Sr. Presidente, o nível das águas já atingiu, ao que normalmente só se registra na primeira quinzena do mês de maio, circunstância que justifica plenamente a preocupação dos plantadores das referidas fibras, todos eles, aliás, já duramente atingidos no ano passado, em face de sérios problemas no processo de comercialização da produção.

Se não forem tomadas, com urgência, por parte das autoridades competentes, as providências que o caso requer, haverá fatalmente — Sr. Presidente e Srs. Senadores — considerável e lamentável quebra na produção das mencionadas fibras, com grandes e graves prejuízos para seus produtores e para a economia do Estado.

Diante disso, Sr. Presidente, queremos, desta Tribuna, endossar o apelo feito pelo Governador do nosso Estado, Prof. José Lindoso, ao Ministro da Agricultura e aos Presidentes do Banco Central e do Brasil, no sentido de que, numa ação conjunta, adotem medidas visando minimizar as consequências da cheia que se prenuncia, determinando, inclusive, pronta e ampla cobertura, pelo PROAGRO, dos prejuízos que ocorrerem.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e

— de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECERES, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e

— de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 047

SÁBADO, 24 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

- 1 — ATA DA 4ª REUNIÃO, EM 23 DE ABRIL DE 1982
- 1.1 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA
- Inexistência de *quorum* para a abertura da sessão.
- 1.2 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.
- 1.3 — Expediente despachado
- 1.3.1 — Ofício do 1º-Secretário da Câmara dos Deputados
- Encaminhando à revisão do Senado autógrafa do seguinte projeto:
- Projeto de Lei da Câmara nº 44/82 (nº 1.802/79, na Casa de ori-

gem), que acrescenta parágrafo ao art. 835 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.

1.3.2 — Projeto de Lei

— Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1982, do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 4ª REUNIÃO, EM 23 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ITAMAR FRANCO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Raimundo Parente — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Amaral Furlan — Benedito Canelas — Gastão Müller — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco). — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Entretanto, não há em plenário o *quorum* mínimo regimental para a abertura da sessão.

Nos termos do § 2º do art. 180 do Regimento Interno, o Expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e

— de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*;

— de *Legislação Social*;

— de *Serviço Público Civil*; e

— de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Serviço Público Civil*, contrário; e

— de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas)

EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 180 DO REGIMENTO INTERNO.

OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos do seguinte projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 1982

(nº 1.802/79, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo ao art. 835 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — *Consolidação das Leis do Trabalho*.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 835 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

“Art. 835

Parágrafo único. Respeitado o disposto neste Capítulo, os empregados que constarem como partes integrantes em processo

trabalhista e tiverem decisões favoráveis a suas pretensões, só poderão ser dispensados:

I — se incursos nas sanções previstas no art. 482; ou

II — a requerimento do próprio empregado.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

(Aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943)

TÍTULO IX

Do Ministério Público do Trabalho

SEÇÃO X

Da Decisão e sua Eficácia

Art. 835. O cumprimento do acordo ou da decisão far-se-á no prazo e condições estabelecidas.

(À Comissão de Legislação Social.)

Projeto encaminhado à Mesa.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 1982

“Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São acrescentados ao art. 8º, após seus incisos I a III, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, os seguintes parágrafos 1º e 2º:

“§ 1º Em qualquer das hipóteses de utilização da conta vinculada, previstas neste artigo, o banco depositário é obrigado a efetuar o pagamento ao empregado habilitado dentro do prazo improrrogável de quarenta e oito (48) horas, contadas a partir da entrega do documento exigível para o saque (AM).

§ 2º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeitará o estabelecimento bancário à pena pecuniária de valor igual à quantia a ser sacada pelo empregado e, na reincidência, ao descumprimento como depositário do FGTS.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Passados já mais de quinze anos de experiência da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, eis que o referido diploma ainda apresenta imperfeições ou omissões, redundando tais falhas, quase sempre, em prejuízo do trabalhador participante do FGTS.

Esta questão dos saques nas contas vinculadas, permitidos através do art. 8º, I a III, da Lei nº 5.107, por exemplo, apesar de a ordem de serviço BNH-FGTS nº 02/78, de 21 de dezembro de 1978, ter procurado disciplinar com certo rigor, impondo aos estabelecimentos bancários o dever de dar imediato cumprimento às obrigações que lhes cabem, o fato é que muitos participantes do FGTS, com direito a levantamento de importâncias em suas contas, continuam a ser desatendidos, menosprezados, desrespeitados.

Os bancos postergam ao máximo possível o pagamento devido.

Impõe-se, por conseguinte, que a própria Lei nº 5.107, de 1966, onde estão consignadas as regras básicas de funcionamento do FGTS, contemple a obrigatoriedade de tais pagamentos se realizarem dentro de um prazo razoável (48 horas), sob pena de multa ou outras sanções, como aqui projetado.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1982. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966 CRIA O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 8º O empregado poderá utilizar a conta vinculada, nas seguintes condições, conforme se dispuser em regulamento:

I — rescindido o contrato de trabalho, seja sem justa causa, provada, esta pelo pagamento dos valores a que se refere o art. 6º ou por declaração da

empresa, ou ainda por decisão da Justiça do Trabalho, seja por justa causa nos termos do art. 483 da CLT, seja por cessação da atividade da empresa ou pelo término do contrato de trabalho por prazo estipulado, ou ainda no caso de aposentadoria concedida pela previdência social, a conta poderá ser livremente movimentada. (Redação dada pelo Dec.-lei nº 1.432, de 5-12-75).

II — no caso de rescisão, pelo empregado, sem justa causa, ou pela empresa, com justa causa, a conta poderá ser utilizada, parcial ou totalmente, com a assistência do Sindicato da categoria do empregado ou, na falta deste, com a do representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), nas seguintes situações, devidamente comprovadas:

a) aplicação do capital em atividade comercial, industrial ou agropecuária, em que se haja estabelecido individualmente ou em sociedade;

b) aquisição de moradia própria e pagamento das respectivas prestações, nos termos do art. 10 desta lei; (Redação dada pela Lei 6.765, de 18-12-79).

c) necessidade grave e premente pessoal ou familiar;

d) aquisição de equipamento destinado a atividade de natureza autônoma;

e) por motivo de casamento de empregado do sexo feminino.

III — durante a vigência do contrato de trabalho, a conta somente poderá ser utilizada na ocorrência das hipóteses previstas nas letras b e c do item II deste artigo.

.....
(As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 048

TERÇA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 45ª SESSÃO, EM 26 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria:

— Projeto de Resolução nº 23/81.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PMDB no Senado

Relação dos Vice-Líderes do PMDB em exercício na presente Sessão Legislativa.

1.2.3 — Leitura de Projeto

Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1982, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre exigência a ser observada pelos estabelecimentos que comercializam carnes e outros produtos alimentícios perecíveis de origem animal.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR ALMIR PINTO — “Dia da Aviação de Caça”.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Encaminhando à Mesa, projeto de lei que fixa as especificações da cédula individual de votação a ser adotada no pleito eleitoral de 1982.

SENADOR LEITE CHAVES, pela Liderança — Crise das Ilhas Malvinas.

SENADOR JORGE KALUME — Dia da Comunidade Luso-Brasileira.

SENADORA LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Observações sobre a assinatura de contrato de financiamento firmado pelo Governo brasileiro no exterior, destinados a projetos da SUNAMAN e da ELETRONORTE, no Estado de Rondônia.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Telex recebido da Associação Paraibana de Hospitais e do Presidente do Sindicato dos Médicos de Campina Grande — PB, a respeito da precariedade da atuação do INAMPS naquela cidade.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Visita realizada pelo Vice-Presidente da República ao Estado de Sergipe, como representante do Presidente João Figueiredo, a fim de presidir a inauguração de obras e melhoramentos de significativa expressão econômica e social naquele Estado.

— Leitura de projeto

1.2.5 — Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1982, de autoria dos Srs. Senadores Itamar Franco e Alberto Silva, que fixa as especificações da cédula individual de votação a ser adotada no pleito eleitoral de 1982.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de

31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do direito tributário, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 47/82.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Merechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria cantábil, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 35/82.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR TEOTÔNIO VILELA — Posição do Governo brasileiro diante do estado de beligerância que se verifica entre a Inglaterra e a Argentina.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Defesa da unificação do salário mínimo.

SENADOR RAIMUNDO PARENTE — Considerações sobre o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado — PDRI, em fase de implementação em municípios do Estado do Amazonas.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Necrológico do Dr. José Leite Maranhão.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Almir Pinto, pronunciado na Sessão de 24-4-82

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 45ª SESSÃO, EM 26 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JORGE KALUME E ITAMAR FRANCO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Humberto Lucena — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Leite Chaves — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES NºS 165 e 166, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 23, de 1981, que "acrescenta parágrafo único ao art. 278 do Regimento Interno".

PARECER Nº 165, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Tancredo Neves

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Itamar Franco, acrescenta um parágrafo único ao art. 278 do Regimento Interno, que dispõe: "Art. 278. Quando os projetos de Lei receberem pareceres contrários, quanto ao mérito, de todas as Comissões a que forem distribuídos, serão tidos como rejeitados e arquivados definitivamente, por despacho da Presidência, dando-se conhecimento ao Plenário e à Câmara quando se tratar de matéria em revisão".

O parágrafo único que o Projeto pretende acrescentar reza: "o disposto neste artigo só se aplica quando os pareceres houverem sido proferidos no âmbito das Comissões competentes".

2. Na Justificação, aduz o Autor: "É com frequência que são suscitadas dúvidas em Plenário quanto à interpretação do art. 278 do Regimento Interno da Casa. Entendem alguns que o referido dispositivo deve ser aplicado não só quando os pareceres são proferidos no âmbito das Comissões competentes mas também quando prolatados oralmente em Plenário."

3. Foram observadas as regras dos §§ 1º e 2º do Regimento Interno. O Projeto desmerece, ademais, quaisquer reparos sob os aspectos jurídico-constitucional ou técnico-regimental.

No mérito, trata-se de proposição de suma oportunidade, pois dirime dúvidas e controvérsias sobre se os pareceres proferidos em Plenário, quando resultantes dos simples votos dos Relatores designados, podem ser levados em conta para efeito do disposto no art. 278 do Regimento Interno, que repete a norma no § 2º do art. 58 da Constituição.

4. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto, por constitucional, jurídico, regimental, de boa técnica legislativa e, no mérito, oportuno e conveniente.

Sala das Comissões, 24 de junho de 1981. — Aloysio Chaves, Presidente — Tancredo Neves, Relator — Franco Montoro — Martins Filho — Hugo Ramos — Moacyr Dalla — João Calmon — Amaral Furlan — Almir Pinto — Raimundo Parente — Bernardino Viana — José Fragelli.

PARECER Nº 166, DE 1982

Da Comissão Diretora

Relator: Senador Jorge Kalume

O Projeto de Resolução nº 23, de 1981, de autoria do nobre Senador Itamar Franco, acrescenta parágrafo único ao art. 278 do Regimento Interno, com a finalidade de só autorizar a sua aplicação "quando os pareceres houverem sido proferidos no âmbito das Comissões competentes".

O art. 278 citado estabelece: "quando os projetos de lei receberem pareceres contrários, quanto ao mérito, de todas as Comissões a que forem distribuídos, serão tidos como rejeitados e arquivados definitivamente, por despacho da Presidência, dando-se conhecimento ao Plenário e à Câmara quando se tratar de matéria em revisão".

Esclarece o Autor, em sua justificação, que o dispositivo legal em epígrafe regulamenta o parágrafo 2º do art. 58 da Constituição. Tendo "determinada a proposição sido exaustivamente debatida no âmbito dos órgãos técnicos competentes e recebido opinião desfavorável da maioria dos respectivos membros, desnecessária seria sua submissão ao Plenário da Casa", uma vez que este presumivelmente se comportaria da mesma forma". Esta presunção, no entanto, no entender do Autor não pode estender-se à hipótese atípica de ser o parecer proferido oralmente em Plenário.

A dita Comissão de Constituição e Justiça opinou pela aprovação do projeto "por constitucional, jurídico, regimental, de boa técnica legislativa e, no mérito, oportuno e conveniente".

Realmente, há necessidade de serem revistas as disposições constantes do art. 278 do Regimento Interno não só pelas razões expostas pelo nobre autor do projeto ora em exame, como também, à vista de polêmicas levantadas em Plenário no referente à sua aplicação.

Estando, entretanto, em estudo, no âmbito da Comissão Diretora, anteprojeto de resolução visando a uma reforma global do Regimento Interno, nosso parecer é no sentido de propor o subestamento do Projeto de Resolução nº 23, de 1981, a fim de que o estudo da matéria nele tratada seja procedido juntamente com as demais alterações pretendidas naquele anteprojeto, conforme nos faculta o disposto no art. 370, item 3 do Regimento Interno.

Sala da Comissão Diretora, 25 de março de 1982. — Jarbas Passarinho, Presidente — Jorge Kalume, Relator — Passos Pôrto — Cunha Lima — Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

OF. GL-PMDB nº 035/82

Brasília, 23 de abril de 1982

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, encaminho a V. Exª e à Mesa do Senado, a seguinte relação dos Vice-Líderes do PMDB, em exercício na Sessão Legislativa de 1982:

Senador Affonso Camargo, Senador Eydiasio Vieira, Senador Gastão Müller, Senador Henrique Santillo, Senador José Fragelli, Senador Lázaro Barboza, Senador Mauro Benevides, Senador Mendes Canale, Senador Orestes Quêrcia, Senador Pedro Simon, Senador Saldanha Derzi.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª os meus protestos de apreço e admiração.

Cordiais Saudações,
Humberto Lucena, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 1982

Dispõe sobre exigência a ser observada pelos estabelecimentos que comercializam carnes e outros produtos alimentícios perecíveis de origem animal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios transformados, de origem animal, especialmente carnes e seus derivados e que os mantêm expostos ao público, são obrigados a também colocar à vista do consumidor os indicadores da temperatura das respectivas vitrinas refrigeradas ou câmaras e balcões frigoríficos.

Art. 2º O desatendimento à determinação da presente lei sujeita o infrator à multa variável entre 100 (cem) e 500 (quinhentas) vezes o maior valor-de-referência, aplicável pela autoridade de fiscalização sanitária competente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Volta e meia somos surpreendidos por notícias dos jornais, dando conta da intoxicação de pessoas por ingestão de produtos alimentícios estragados, que deveriam ser conservados em tal ou qual temperatura, mas não o são em virtude de mera desídia dos estabelecimentos que os comercializam (supermercados, mercearias, armazéns, etc.).

Ainda há pouco, às vésperas do último Natal, ocorria caso mais trágico ainda, eis que teve vítimas fatais, do consumo de um certo tipo de "patê" inteiramente deteriorado que, conforme conclusões da perícia técnica, não fôra conservado como devido.

Tais acontecimentos bem que poderiam ser evitados, com a ajuda interessada do próprio público consumidor, se os estabelecimentos comerciais mantivessem, como aqui determinado, à vista de todos os indicadores da temperatura dos compartimentos em que são guardados ou expostos os mencionados alimentos.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1982. — *Nelson Carneiro.*

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O Senador Dirceu Cardoso encaminhou à Mesa requerimento de informação. Nos termos regimentais, a proposição será despachada pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É indiscutivelmente edificante o culto que prestamos às Forças Armadas do Brasil, pelos seus grandes feitos, assinalados de glórias o que enriquecem as páginas auriluzentes da história pátria.

Este comportamento reflete o respeito e o maior apreço que nutrimos pela Marinha, Exército e Aeronáutica, sentinelas avançadas da nossa soberania, haja vista o real destaque emprestado pela imprensa escrita, falada e televisada quando das comemorações levadas a efeito neste 22 de abril de 1982, que assinalou os 482 anos da descoberta do Brasil, e que se constituiu, também, marco indelével do maior esforço de guerra realizado pela nossa Força Aérea, há 37 anos passados, quando os audazes pilotos do glorioso 1º Grupo Aéreo de Caça cumpriram, com incedível sucesso, as 44 missões que lhe foram confiadas, qual fossem a de evitar a todo custo que o inimigo atravessasse em ordem o Rio Pó, tirando-lhe todas as condições de aglutinação, o que, se acontecesse, seria mais um grande obstáculo a ser vencido pela tropa aliada, ao norte do caudaloso rio.

Foi de tamanha relevância o desempenho dos bravos aviadores brasileiros nas investidas contra alvos inimigos, que valeu aos nossos intrépidos soldados do ar elogiosa citação, proposta pelo Comandante do 350º Regimento de Caça ao General Comandante do XXII Comando Aéreo Tático, que foi assim redigida:

1) "Proponho-vos seja o 1º Grupo de Caça Brasileiro citado pelos relevantes feitos realizados no conflito armado contra o inimigo, no dia 22 de abril de 1945.

2) Seus notórios serviços em batalha, no dia acima mencionado, são provados na presente proposta de citação, mas vos peço a atenção para o espírito que o pessoal tem constantemente demonstrado.

3) Esse Grupo entrou no serviço de combate na época em que a oposição anti-aérea aos caças-bombeiros estava em seu auge. Suas perdas têm sido constantes e pesadas e têm tido poucas substituições. Como seu número cada vez mais diminuía, cada piloto voava mais, expondo-se com maior frequência. Em muitas ocasiões, como Comandante do Regimento, eu retive esses pilotos, quando eles queriam continuar a voar, porque eu acreditava que já haviam transposto o limite de suas possibilidades.

4) A perícia e a coragem demonstradas nada deixam a desejar. Chamo-vos a atenção para a esplêndida exibição do seu excelente trabalho contra todas as formas de interdição e coordenação de alvos.

5) Em minha opinião, seus ataques na região de San Benedetto, no dia 22 de abril de 1945, ajudaram a preparar o caminho para a cabeça-de-ponte estabelecida pelos Aliados, no dia seguinte, na mesma região. Cada ataque foi bem planejado e bem executado. A fim de completar isso, o 1º Grupo de Caça Brasileiro, em seus feitos, excedeu os de todos outros Grupos e sofreu sérias perdas.

6) A superioridade do pessoal de voo e de terra é igualmente demonstrada no completo sucesso aéreo.

7) Acredito estar refletindo o sentimento de todos os que conheceram o trabalho do 1º Grupo de Caça Brasileiro, ao recomendar que eles recebam a Citação de Unidade. Tal Citação é, não só altamente meritória, mas tornar-se-ia carinhosa à lembrança dos brasileiros, na comemoração dos esforços que foram desenvolvidos neste Teatro. — a) *Ariel W. Nielsen*, Coronel de Aviação — Comandante."

Este histórico documento em que se exalta o denodo e valentia do aviador brasileiro, a sua competência e desmedido amor à liberdade, servirá de estímulo aos bravos militares da Força Aérea Brasileira, que dia a dia aperfeiçoam os seus conhecimentos técnicos, diante da crescente evolução da aviação moderna.

Perlustramos a era da aviação a jato, e, para orgulho de todos os brasileiros, dispomos de aviões supersônicos, os velocíssimos Mirage, sediados na vizinha cidade de Anápolis. Se não somos considerados uma potência de grande poder aéreo, é mais pelo fato de sermos um povo de índole pacifista e mesmo por não serem aconselháveis maiores gastos, já que mantemos regularmente aparelhadas as nossas Forças Armadas, por lhes caber a finalidade precípua de garantir a segurança interna e externa e assegurar a soberania da Nação.

A participação do Brasil, como País livre e independente, na Segunda Grande Guerra Mundial, deixou patente a capacidade de ação e a versatilidade de que são capazes os nossos bravos soldados — em terra, no mar e no ar.

A verdade incontestável está no desempenho dos pracinhas brasileiros que escreveram com o seu generoso sangue páginas épicas de heroísmo, em terra e nos céus da Itália.

Como marcos imarcescíveis de sua bravura, basta que se relembrem os encarniçados combates travados nas colinas de Monte Castelo, Castelnuovo e Livorno, quando triunfantes saíram as armas nacionais, na luta pela liberdade.

Nada mais gratificante para mim, Sr. Presidente, do que rememorar, nesta sessão do Senado Federal, aquele passado de glórias, ao mesmo tempo em que planteio a memória de quantos tombaram no campo de batalha na defesa de um ideal que abjurava o nazi-fascismo opressor e totalitário.

As comemorações levadas a efeito na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, a 22 de abril de 1982, traduziram a homenagem do povo brasileiro à sua Força Aérea, em que real destaque coube ao 1º Grupo Aéreo de Caça do Brasil.

Integrado por 48 oficiais, o nosso Grupo de Caça escreveu nos céus da Itália páginas indiscutíveis de heroísmo, no desempenho de missões de guerra, embora, desgraçadamente tenhamos a desdita de assinalar um total de 22 baixas: 5 atingidos pela artilharia anti-aérea inimiga; 8 viram os seus aparelhos derrubados, escapando à morte, utilizando-se de pára-quedas, caindo em território inimigo e feitos prisioneiros de guerra; 6 não tiveram condições físicas para continuar na encarniçada batalha e foram afastados por prescrição médica; e 3 faleceram em acidentes de aviação causados pelo mau tempo.

O solo italiano do Cemitério Brasileiro de Pistóia guardou os restos mortais dos bravos ases, para posteriormente serem trasladados para a cripta do Monumento aos Mortos da II Grande Guerra Mundial, na Avenida Beira-Mar, no Rio de Janeiro, onde repousam os pracinhas que tombaram na luta pela liberdade.

Ao reverenciar a memória dos denodados brasileiros, rogo a Deus que lhes conceda a bem-aventurança de um eterno repouso na Grande Pátria Celeste.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (Pronuncia o seguinte discurso: Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nosso propósito, hoje, é o de apresentar um projeto que fixa as especificações da cédula individual de votação, a ser adotada no pleito eleitoral de 1982.

Sr. Presidente, vale antes recordar que através do Decreto-lei de fevereiro de 1945, do dia 18 precisamente, eram restabelecidas as eleições livres e diretas no Brasil.

Pelo Decreto-lei de maio de 1945, também era instituída a Justiça Eleitoral. Posteriormente, a Lei nº 2582, de 30-8-55, instituiu a cédula única; e a Lei nº 4109, de 27-7-62, instituiu a cédula oficial de votação nas eleições.

Aqui, Sr. Presidente, vale a pena fazer um pequeno comentário sobre a Lei nº 4109, de 27 de julho de 1962, que é a lei, como eu disse, que instituiu a cédula oficial de votação nas eleições pelo sistema proporcional, e dá outras providências.

Eu destacaria, Sr. Presidente, o § 2º do art. 2º:

"Art. 2º "Em se tratando de eleições simultâneas para dois ou mais postos, com a utilização de uma só cédula, deve esta levar, impressa a cores, a lista de advertência, para que se assinala os nomes dos dois Senadores e suplentes da sua escolha, do Governador e do Vice-Governador, do Prefeito e do Vice-Prefeito, conforme o caso."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, já em 1962, ao instituir a cédula oficial, esta lei já previa a utilização de cores na cédula. Portanto, não é uma inovação que vamos propor ao Congresso Nacional e, particularmente, ao Senado Federal, a instituição de cores na cédula oficial. É claro que há outros estudos, inclusive uma outra análise, feita diferentemente do projeto que vamos apresentar, em que a cédula poderia ser colorida, mas cédula separada para cada Partido.

Depois de alguns estudos o Senhor Alberto Silva e eu Sr. Presidente, chegamos à conclusão de apresentar este modelo que vamos encaminhar à Mesa, através de V. Exª, em que tomamos como atenção principal, sobretudo, este instante que se estabelece no País a vinculação total de votos. É claro que se amanhã essa vinculação for, por um projeto, ou por qualquer outra modificação, alterada, esta cédula terá que ser modificada. Mas, de qualquer forma, nós entendemos que, ainda dentro do aspecto convencional que deve ser utilizado nas eleições de 1982 — e daqui a pouco vou entrar, no final do meu pronunciamento, na análise do processo eletrônico que eu pretendo estabelecer para as eleições de 1982 — o processo convencional é o que vai ser adotado ainda em 1982.

Portanto, neste estudo, como eu disse, examinado pelo Senador Alberto Silva e por mim, visamos a duas coisas: a visualização do eleitor através de cores; e dar sempre um sentido horizontal ao eleitor para facilitar a identificação dos seus candidatos. E tivemos o cuidado de destacar o seguinte para o eleitor: "Você não poderá votar em candidatos de Partidos diferentes, escolha, portanto, o seu Partido". No sentido vertical, colocamos a sigla dos Partidos, evidentemente nas cores estabelecidas.

Chegamos a imaginar, Sr. Presidente, que deveríamos colocar as cores dos Partidos e das suas bandeiras, mas seria uma dificuldade muito grande, porque há casos por exemplo como o do PMDB e do PT que têm uma cor preponderante, o vermelho. Então, seria muito difícil colocar o logotipo dos Partidos nessa cédula oficial. Apenas colocamos, então, no sentido vertical o nome dos Partidos com a diferenciação em cores. E aqui vale a seguinte ressalva: é que essa colocação vertical das siglas dos Partidos, bem como as cores, deverão ser sorteadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. É claro que no sorteio que fizemos, coube, na nossa cédula-modelo que vamos apresentar à Mesa, o amarelo para o PP, o lilás ao PT, o azul para o PMDB; o vermelho para o PDS e o verde para o PTB.

Mas, o importante, Sr. Presidente, é, neste instante, um Senador da República ocupar a tribuna para apresentar um modelo de cédula oficial, e é necessário que ele o faça, é necessário que essa contribuição, do Senador Alberto Silva e deste orador, seja examinada pelas comissões técnicas, porque o ato de votar é da maior importância. O eleitor tem que ser esclarecido, tem que ser facilitado o trabalho do eleitor, porque ele, ao entrar naquela cabine, naquele momento, está escolhendo, e pode estar escolhendo o destino político da Nação, o regime que ele pretende, o partido que ele vai querer, dentro do processo democrático vigente, para que venha governar e comandar os destinos de mais de 120 milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, poderia parecer a alguns, ou talvez até a alguns dos Srs. Senadores, que seria desnecessário que um Senador da República ocupasse a tribuna para mostrar a importância da cédula única. Mas o fato é por demais sério e assume proporções importantes, como eu disse, face à vinculação de votos, porque, se nós não esclarecermos e não facilitarmos o eleitor, com essa vinculação que se estabeleceu agora, pela primeira vez, no meu entendimento até de modo antidemocrático, dificilmente o eleitor não terá confusão mental na hora de escolha.

Portanto, Sr. Presidente, é um modelo simples, que se baseia na visualização das cores, baseia-se no sentido da horizontalidade, que é o sentido normal da nossa escrita, da nossa leitura. É claro que, na cédula, o nome do governador já estará impresso, bastará o eleitor assinalar no quadrinho; no caso do Senador, também os nomes já estarão impressos, o mesmo ocorrendo para o caso do prefeito ou prefeitos, porque há sublegendas; para deputado federal e estadual, caberá ao eleitor escrever o nome ou colocar o número do mesmo; no caso de vereador, escrever o nome ou colocar o número.

É este, Sr. Presidente, o modelo que quero encaminhar a V. Exª, através do seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 1982

Fixa as especificações da cédula individual de votação a ser adotada no pleito eleitoral de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A cédula individual de votação a ser adotada no pleito eleitoral que se realizará em 15 de novembro de 1982 obedecerá às especificações constantes do *croquis* anexo.

Art. 2º Os nomes dos candidatos de cada partido aos cargos majoritários serão impressos horizontalmente ao longo da cédula e, a seguir, haverá espaços próprios para o eleitor inserir o nome ou número dos candidatos aos cargos a serem providos pelo sistema proporcional.

§ 1º Nos espaços destinados a votação para os cargos majoritários, haverá um quadrilátero ao lado do nome de cada candidato para indicação da escolha do eleitor. Os quadriláteros serão, em qualquer hipótese, em número idêntico ao de candidatos apresentados por cada partido.

§ 2º O espaço destinado a votação nos candidatos de cada partido terá coloração uniforme, atribuindo-se a cada agremiação partidária uma das seguintes cores: amarelo, verde, azul, vermelho, lilás.

Art. 3º Será inscrita a sigla de cada partido, ao longo do espaço destinado a votação, na margem lateral esquerda da cédula.

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral, até 90 (noventa) dias antes da eleição, promoverá o sorteio da ordem nominal dos partidos na cédula bem como da cor a ser atribuída a cada um.

Art. 5º A cédula eleitoral será encimada com a seguinte advertência:

"ATENÇÃO! Você não poderá votar em candidato de Partidos diferentes. Escolha, portanto o seu Partido."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

As sucessivas alterações introduzidas no ordenamento eleitoral ao longo dos últimos tempos tiveram por consequência imediata transformar o simples ato de votar em delicada e complexa operação. Verificou-se num só turno a escolha de candidatos para todos os níveis.

Instituiu-se a chamada "vinculação total", novidade capaz de acarretar um grande número de votos nulos se não vier a ser devidamente explicada quanto ao seu conteúdo e consequência.

Tem o presente projeto de lei por objetivo fundamental assegurar representatividade e autenticidade ao resultado que advirá em novembro quando da abertura das urnas. Este fim só poderá ser atingido se, dentre outras medidas asseguradoras da lisura do pleito, for adotado um modelo de cédula eleitoral que praticamente impossibilite ao eleitor infringir alguma das inúmeras limitações contidas no quadro legal vigente.

Entendemos que, alinhando os nomes de todos os candidatos de um mesmo partido horizontalmente ao longo da cédula e recobrimo-los de uma coloração uniforme, o que os distinguirá nitidamente dos candidatos de outras legendas, estar-se-á contribuindo substancialmente para evitar tanto o voto nulo como o simples engano do eleitor.

A proposição em pauta contém em anexo um modelo de cédula onde vêm especificadas todas as características pertinentes, e poderá no nosso entendimento, servir ao grande debate para o aperfeiçoamento do processo eleitoral em votação.

É oportuno que o Congresso Nacional se dedique ao estudo da questão, visto as implicações que pode ter para o futuro político da Nação.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1982. — Itamar Franco — Alberto Silva.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Exª um aparte

O SR. ITAMAR FRANCO — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Congratulo-me com V. Exª pela sua notável contribuição, que é também do Senador Alberto Silva, para simplificar o

processo eleitoral brasileiro, sobretudo depois da instituição da chamada vinculação total de votos, que representa uma total inovação completa do sistema brasileiro e que poderá nos levar a milhares — se não milhões — de votos nulos nas próximas eleições de 15 de novembro. Acredito que não só cada um dos Srs. Senadores como as comissões técnicas, de modo geral, que tiverem que opinar sobre a proposição de V. Ex^a, não de se debruçar com interesse numa reflexão profunda em torno do assunto para que possamos chegar a bom termo, aprovando a sugestão de V. Ex^a, que naturalmente deverá ser aperfeiçoada através de emendas dos Srs. parlamentares.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Humberto Lucena, muito obrigado a V. Ex^a. É exatamente essa reflexão que queremos para o projeto, que é uma colaboração que estamos trazendo ao Senado Federal.

É claro que pode não ser um estudo perfeito, mas sobretudo é um estudo que tem a sua racionalidade, como eu já disse, baseado não só no sistema de cores, mas sobretudo no sentido de dar ao eleitor a oportunidade de não se confundir, porque ele terá uma confusão mental, como eu já disse, através dessa malfadada vinculação estabelecida na nossa lei eleitoral.

O Sr. Alexandre Costa — Permite-me V. Ex^a um aparte

O SR. ITAMAR FRANCO — Com prazer.

O Sr. Alexandre Costa — É para louvar o trabalho de V. Ex^a. É uma preocupação justa procurar uma maneira de o eleitor votar certo no candidato de sua preferência. Agora mesmo, em conversa com o Senador Fragelli, apenas tínhamos uma sugestão para dar a V. Ex^a: que fosse trocado o roxo pelo preto, por ser uma cor mais comum. Muito obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Alexandre Costa. V. Ex^a toca num ponto que é fundamental, que é o estudo das cores. V. Ex^a é um engenheiro, um estudioso da Ótica e sabe muito bem que esse estudo é um processo difícil de ser determinado. É claro que nós utilizamos o lilás ou o violeta, ao invés da cor preta, mas de qualquer forma acolho a sugestão de V. Ex^a. Quanto ao problema das cores, há inclusive um estudo do próprio SERPRO que fala numa cédula colorida. As contribuições de V. Ex^a e do Senador José Fragelli já são importantes nessa análise.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex^a um aparte

O SR. ITAMAR FRANCO — Ouço V. Ex^a, Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Quero, primeiro, congratular-me com V. Ex^a e com o Senador Alberto Silva pela idéia que gerou este modelo de cédula. Eu tenho uma curiosidade: V. Ex^a consultou, não como órgão subserviente, mas como de assessoria, o Tribunal Superior Eleitoral?

O SR. ITAMAR FRANCO — Não, Senador Gastão Müller, eu tomei o cuidado, evidentemente, de verificar a legislação brasileira nesse sentido, desde a instituição da cédula única. E tive oportunidade de lembrar aqui que a própria Lei nº 4.109, de 27 de julho de 1962, — veja V. Ex^a a data, de 1962 — já falava na utilização das cores na cédula, sobretudo na cédula oficial, que nós nunca adotamos. O próprio SERPRO, eu sei que tem um estudo, bem diferente do nosso, porque o SERPRO caminha não só no estudo do processamento eletrônico — a que vou me referir daqui a pouco, rapidamente, — mas sobretudo de cédulas separadas.

A grande dificuldade que nós tivemos foi colocar isso numa cédula só, porque se nós deixássemos, no interior, que essa cédula fosse separada deste ou daquele partido, correríamos o risco — não estamos dizendo que aconteceria — de determinado partido não ter sua cédula entregue na hora da votação. A dificuldade foi exatamente esta: estabelecer uma só cédula, no sentido de fixar no eleitor a cor do partido dele. E aí é que vai entrar o Tribunal Superior Eleitoral. Caberá a ele não só o sorteio das cores, mas o sorteio na colocação do partido no sentido vertical. Portanto, a prevalência do Tribunal Superior Eleitoral será tranqüila, e isso visa exatamente a facilitar o trabalho também do Tribunal Regional Eleitoral; sobretudo do Tribunal Superior Eleitoral.

O Sr. Gastão Müller — Muito obrigado a V. Ex^a que já adiantou o que eu iria perguntar; essa posição dos partidos seria em função de um sorteio do Tribunal Eleitoral.

O SR. ITAMAR FRANCO — Evidente, porque sempre parece que um partido estaria ou com uma determinada cor, ou encimando a célula oficial, ou o último, e seria beneficiado.

O Sr. Gastão Müller — O último seria beneficiado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vai caber, claro, por sorteio.

O Sr. Leite Chaves — Senador, eu queria saber se a sua cédula resolve o problema do daltônico e, sobretudo, do daltônico analfabeto.

O SR. ITAMAR FRANCO — Analfabeto, Senador Leite Chaves, creio que não pode ser eleitor...

O Sr. Leite Chaves — Sim. Eu digo o pequeno letrado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Quanto ao pequeno letrado não haveria problema porque ele teria fixação através das cores. V. Ex^a lembra o problema do daltônico. Nós também ficamos preocupados com ele. Se ele é letrado, pelo menos vai ler a sigla do partido dele. Então, não haverá o perigo, porque, no sentido vertical, como disse a V. Ex^a, ele pode confundir o verde, no seu defeito ótico. Mas, sabendo ler, ele vai ver que está escrito aqui, no caso do verde, PTB.

O Sr. Alexandre Costa — Uma cor bonita, a verde.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Alexandre Costa, fiquei preocupado, porque não sei se V. Ex^a gostou do PTB ou da cor verde...

O Sr. Alexandre Costa — Do verde.

O SR. ITAMAR FRANCO — É a cor, não é o partido.

Mas, veja, Senador Leite Chaves, que não há esse problema...

O Sr. Leite Chaves — Congratulo-me com V. Ex^a porque achei um trabalho bem inteligente.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

Sr. Presidente, apenas para encerrar, quero comentar, ainda que ligeiramente, a Mensagem nº 145, do Senhor Presidente da República, que será lida hoje no Congresso Nacional.

Primeiro, estranho que essa mensagem tenha vindo com prazo determinado, tratando de um assunto muito sério.

Esta mensagem dispõe sobre a utilização do processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.

É claro que, de pronto, vamos dizer que nós não somos contra o processamento eletrônico nas eleições. Acho que o País caminhará necessariamente para isso; mas não, Sr. Presidente, faltando sete meses para o processo eleitoral. Acho muito difícil que tenhamos condição de implantar, ainda nas eleições de 1982, o processo eletrônico, não só pela dificuldade que terá o próprio Tribunal Superior Eleitoral, como os Tribunais Regionais Eleitorais. Primeiro, porque não têm o equipamento: terão que comprá-lo e treinar o pessoal. Realmente, Sr. Presidente, nesse ponto a lei, apesar do projeto, no nosso entendimento, ainda ser um projeto vago, estabelece uma coisa importante, no seu parágrafo 1º:

“A autorização do Tribunal Superior Eleitoral será solicitada pelo Tribunal Regional Eleitoral interessado, que, previamente, ouvirá os Partidos Políticos.”

É claro que na hora em que o Partido Político for chamado a opinar — e terá que ser chamado a opinar necessariamente — teremos, inclusive, de dar uma melhor redação aqui, se bem que está bem claro que se tem que ouvir os Partidos Políticos, eles irão encontrar algumas dificuldades que, no meu entendimento, seriam exatamente relacionadas rapidamente, Sr. Presidente. Nós poderíamos ter os computadores para o cadastro de eleitores. Seria possível ainda em alguns Estados se estabelecer o computador para o cadastramento de eleitores. Poderíamos, depois, ter o computador sendo aplicado no processo de apuração de votos, na contagem nominal. Mas, achamos muito difícil, já, estabelecer-se a chamada máquina de votar, que será uma cédula oficial, um cartão perfurado e que é próprio para o processamento eletrônico. Acho isso aí, Sr. Presidente, difícil e sobretudo no interior do Brasil, particularmente no interior de Minas Gerais, o meu Estado, em que o eleitor, já confuso com o sistema de vinculação, iria usar o cartão perfurável. Evidentemente, essa lei vai durar 40 dias no Congresso Nacional, mais alguns dias para ser implantada, às vésperas das eleições, e nós teríamos uma confusão terrível no processamento eleitoral brasileiro, com a própria leitura, a ótica da cédula oficial única, em papel tipo loteria esportiva.

Acredito, Sr. Presidente, e o próprio projeto de lei do Governo fala nisso, que poderíamos ter algumas experiências, em alguns Estados, em algumas capitais, em algumas juntas eleitorais; mas, no seu todo, acho que o sistema convencional é o que irá prevalecer para as eleições de 1982, não só porque não temos os equipamentos, a própria justiça não estará aparelhada a ter esse equipamento, bem como os próprios Partidos Políticos reagirão. Não tendo, talvez, especialistas, irão contratar especialistas e poderão ter até militantes acostumados ao processamento eletrônico; eles temerão utilizar, às vésperas da eleição, esse processo.

É claro que no futuro, teremos os mini ou microcomputadores para registro inclusive dos votos contados nominalmente.

Vejo aqui o Senador Alberto Silva; tive oportunidade de ver que este trabalho foi elaborado com a sua inteligência e com seu imenso propósito de tentar, cada vez mais, facilitar também ao eleitor brasileiro, o qual irá se deparar em 1982 com uma eleição difícil com essa vinculação de votos.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, ao apresentar este projeto elaborado pelo Senador Alberto Silva e por mim, e comentar ligeiramente o sistema de processamento eletrônico que se quer adotar aqui no Brasil.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a um aparte

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Agenor Maria — Senador Itamar Franco, a elaboração desse quadro, no qual o eleitor irá tomar conhecimento e com esse conhecimento ter melhores condições de votar, é oportuna e muito importante para as eleições de 1982. Mas o Governo acabou com o voto de legenda. Esses partidos são embriões de partidos. Eu acredito que até novembro, em alguns desses partidos os candidatos não serão nem conhecidos no Brasil. Muitos eleitores não terão condições de votar no partido, porque não conhecem os candidatos daquele partido. No caso, esse voto seria nulo, porque o voto de legenda desaparece. Eu perguntaria a V. Ex^a se diante do caso, não seria importante o Governo reconhecer que a vinculação total de votos deixa o eleitor brasileiro em uma situação muito difícil. Se os partidos ainda são embriões, o eleitor não pode dar o voto de legenda, e o voto vinculado obriga a pessoa a votar mais no partido do que no candidato, eu perguntaria a V. Ex^a, que é um estudioso do assunto: como fica realmente a situação do eleitor, despreparado, desavisado, a maioria deles sem êlan para as eleições de 1982, em função justamente da falta de um amor maior pelo partidos que ainda não existem? Esta é a minha indagação.

O SR. ITAMAR FRANCO — Senador Agenor Maria, está foi a nossa preocupação. Como V. Ex^a sabe — sabemos todos —, pelo menos até agora, não há regras estáveis. Não quer dizer que não se possa alterar a legislação, no seu sentido. Mas exatamente o modelo que estamos apresentando busca não confundir o espírito do eleitor, não lhe dar uma perturbação mental, no instante em que ele entra na cabina e tem que se deparar exatamente com a vinculação de voto. Ele poderia, se não tivesse uma cédula mais ou menos nesse sentido, votar no candidato a Governador e querer votar num candidato a deputado federal a que ele já está acostumado. Ele vai deparar com algumas peculiaridades importantes, em 1982; é o voto vinculado, a volta da eleição para Governador e pela primeira vez, então, essa vinculação. Ele não vai poder votar num candidato a Senador de um partido e num candidato a Vereador do outro partido. Exatamente, então, ele terá, através dessa cédula, um sentimento de que ele estará errando se fizer isso.

V. Ex^a diz muito bem: nós estamos a poucos meses das eleições. E este tem sido o nosso mal, Senador Agenor Maria; é que o País não tem regras estáveis. É claro que na dinâmica da vida, na dinâmica do processo eleitoral poderia o Brasil ter sua modificação na legislação eleitoral, mas não a sete meses das eleições. V. Ex^a se recorda que, em 1980, a poucos meses das eleições, contra inclusive o mandato de segurança por nós impetrado, pelo Senador Mendes Canale e eu, resolveu-se prorrogar os mandatos de prefeitos e vereadores. Mas o problema é exatamente a dúvida que persistiu no espírito de V. Ex^a é que a cédula visa a coibir ou visa a melhorar o espírito do eleitor.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Senador Itamar Franco, o assunto que me traz novamente a apartá-lo é o seguinte: a apuração eletrônica. Eu acho que, na vida, a natureza nos dá o exemplo de não dar pulos; então, nós temos que ir por etapas, queimando etapas. E há no Código Eleitoral Brasileiro, uma etapa que não foi queimada: é a apuração da eleição, pela própria Junta receptora. Uma das grandes e graves fraudes que têm acontecido neste País — eu fui vítima dela em 1965 — é a apuração, o célebre mapismo. Seria muito mais difícil exercer-se a fraude do mapismo, se a apuração fosse imediatamente após a votação, porque quem pode receber, pode contar. Se houvesse uma pressão, alguma fraude nessa apuração, seria muito menor, mas muito menor que a fraude estabelecida pela máfia que há em todas as cidades nas apurações de votos que decidem a sorte de muitos políticos neste País. Já decidi de muitos, levando-os ao ostracismo definitivo nessa apuração, com os seus mapismos. De modo que a primeira etapa seria estabelecer-se a apuração imediatamente após a votação. É muito simples. Apuram-se os votos com a participação de fiscais dos partidos, com a participação do eleitor da seção que estaria ali vendo a apuração do seu voto e os votos em dúvida seriam postos num envelope, lacrados e enviados à Junta apuradora da Zona, para que fossem apurados. Mas acabar-se-ia com esse mapismo, que é uma das grandes instituições da corrupção na luta pela eleição neste País.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a tem razão. E esse é um antigo desejo que poderia, inclusive, ser estabelecido, como V. Ex^a lembra muito bem e está no próprio Código. Aí sim, Senador Gastão Müller é que poderíamos,

então, tentar prosseguir e aplicar um mini ou microcomputador na contagem nominal dos votos. Estabelecida a contagem, como V. Ex^a disse, na própria Junta eleitoral, então, ao se enviar o resultado, esse resultado seria utilizado num mini ou microcomputador. Mas, evidentemente, tendo a contagem já nominal dos votos feita. Esse, então, era um aspecto que o Governo poderia considerar, aí sim, para 1982, já não digo em todos os Estados, mas todos os tribunais regionais eleitorais, já poderiam talvez estabelecer o microcomputador.

O Sr. Gastão Müller — Aliás, V. Ex^a sabe tanto quanto eu, todos sabem que, na Europa, a apuração é feita assim. Na Itália faz-se a votação, guarda-se tudo aquilo que foi feito na votação e, no outro dia, a junta apuradora vai ao local da votação e ali apura os votos. De modo que é por isso que se vê, sensacionalmente, nos países mais civilizados, mais educados, a apuração rápida, como vimos ultimamente na França entre François Mitterrand e Giscard d'Estaing. Não há segredo nenhum, simplesmente que a apuração é feita pela junta, que recebe os votos e ela mesma os conta.

O SR. ITAMAR FRANCO — Exatamente. A única dificuldade que nós sentimos, pelo menos ao examinar este projeto, que não deveria ter vindo com esse prazo — este projeto de lei vai poder até passar pelo decurso de prazo, o que é um absurdo, mais um absurdo — acho que a dificuldade é ainda a utilização do cartão perfurado, acho que nós não teremos condições humanas, e nem de equipamentos, para aplicá-lo já em 1982.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Ex^a as palavras elogiosas a mim dirigidas com relação a este projeto: mas quero, antes de tudo, cumprimentá-lo pelo êxito que teve em tornar realidade aquela nossa discussão a respeito da necessidade de uma primeira aproximação em relação a uma cédula, para que se possa votar com essa lei da vinculação de votos, e ter tornado, vamos dizer, ter tomado logo uma feição nacional, com a divulgação pela televisão e pelos jornais, posso assegurar a V. ex^a que a aceitação, através de telefonemas que recebi e de várias pessoas com quem tenho conversado, foi muito grande. Este quadro que V. Ex^a acabou mandando desenhar e que, na verdade, está perfeitamente de acordo com o que nós conversamos, permitirá o eleitor não ter dúvidas com relação à vinculação e naturalmente, a essa altura, eu acho que o maior inimigo dessas eleições é não se saber como se vai votar. V. Ex^a deu um passo agigantado no sentido de permitir, pelo menos, que o eleitor, que é quem vai decidir afinal de contas essa eleição, possa ao menos saber votar. O que é pior é essa dúvida que vai persistindo: trabalha contra nós da Oposição, porque se na última hora for decidido como o eleitor vai votar, então a eleição vai ser muito perturbada. Esse quadro, muito bem elaborado por V. Ex^a, define com clareza absoluta, não há como errar nessa eleição. O eleitor entra na cabina — não precisa de duas, nem de três cabinhas, uma cabina só basta — e essa cédula que V. Ex^a acabou de desenhar permitirá ao eleitor votar sem nenhuma dificuldade. Ele sabe qual é a cor do partido da sua escolha e numa linha horizontal ele decide como votar. Parabéns a V. Ex^a Ojalá o Congresso Nacional aceite e afinal de contas vote alguma coisa para que se tenha com que votar no dia das eleições, acabando com a indecisão que aí está.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador Alberto Silva, a idéia é fruto de um trabalho conjunto, da colaboração, da inteligência de V. Ex^a, e partindo de análises e de estudos existentes chegamos a esse tipo simples de cédula. E, claro, com as observações do nobre Senador Leite Chaves de que o analfabeto não vota, porque, lamentavelmente, ainda não se permite o voto do analfabeto. É claro que se lhe fosse permitido o voto, teríamos que examinar outro tipo de cédula.

De qualquer forma, Sr. Presidente e Srs. Senadores, aqui está a nossa colaboração. Uma contribuição sem qualquer sentido senão aquele de facilitar ao eleitor, porque é através do voto desse eleitor que, creio eu, vamos poder mudar o sentido político no nosso Brasil. A democracia se renova através de eleições, a democracia se faz presente quando somos chamados a escolher diretamente, no meu entendimento, os nossos governantes, e se vamos chamar o eleitor às urnas, nós devemos melhor dizer a ele como ele deve, como ele precisa votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves, por delegação da Liderança do PMDB. V. Ex^a disporá de vinte minutos.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como parte inicial das comemorações do Dia da Comunidade Luso-Brasileira, o Governo português, através da sua Embaixada, inaugurou em Brasília, no Salão Negro do Congresso, a Exposição Histórico-Documental Luso-Brasileira, que retrata a história de Portugal no Brasil, "organizada pelo Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa com documentos dos séculos XVI a XIX referentes ao Brasil".

A visita a essa exposição leva-nos a refletir sobre a grandeza de Portugal que, sem as condições tecnológicas dos dias atuais, adentrou-se no mar, descobrindo terras e plantando civilização. É admirável a obra portuguesa, principalmente nesta parte da América do Sul. Sente-se, nessa ação, a energia, a fibra, a inteligência e a cultura de um povo, somadas ao seu desempenho cívico-militar, como fator preponderante para manter intactas as terras descobertas ou conquistadas. Num rápido retrospecto e para melhor elucidar o objetivo deste meu pronunciamento, torna-se necessário buscar o vértice da história, inicialmente com o Almirante Pedro Álvares Cabral, que fincou a cruz do Cristo em Porto Seguro, seguido de Tomé de Souza, Mem de Sá, Martin Afonso de Souza, João Ramalho e tantos outros que disciplinadamente souberam continuar a política ditada pelo seu país e corresponder à confiança de seu Rei nesta Terra da Santa Cruz.

Mas Portugal não ficou apenas na orla marítima. Dilatou, com seu heroísmo, as suas fronteiras, levando as caravelas em busca de mais terras, alcançando o "mar dulce" e seus afluentes da Amazônia, fazendo-a brasileira, com Pedro Teixeira e Castelo Branco.

Entretanto, nestas comemorações do dia da Comunidade Luso-Brasileira, se estamos exaltando a raça irmã, desejamos relembrar a figura de um de seus insígnios membros, o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho Mello) de quem neste ano se completa o bicentenário de falecimento, ocorrido em 1782. E é sobre esta figura ímpar de estadista e de administrador invulgar que tecerei considerações como nosso reconhecimento a Portugal, através desse seu filho, pelo que realizou em favor do Brasil, e em especial da Amazônia.

Quem foi o Marquês de Pombal, tão incompreendido na sua época. Já é hora de evidenciar-se a majestosa obra social, administrativa, econômica e política, que realizou também em favor de nossa pátria. Por isso temos obrigação moral de reverenciá-lo, principalmente nós, da Amazônia, onde a sua ação foi das mais benéficas. Pombal, pelo que empreendeu e fez, mereceu e merece o título de estadista no sentido pleno da palavra, perfeitamente apoiada em sua ação em prol de Portugal e do além-mar. Em seu país, com a firmeza característica de sua personalidade, merece ser relembrada a pujança da sua obra. Reorganizou a instrução pública; reformou a Universidade de Coimbra; reorganizou o exército, sob a orientação do Conde de Lippe; tomou medidas em favor da agricultura, da indústria e do comércio, o que contribuiu para "levantar Portugal do marasmo em que jazia"; criou companhias: as do Grão-Pará, Maranhão e Paraíba e a dos Vinhos do Alto-Douro; instituiu escolas de comércio; fundou a Imprensa Régia, o Colégio dos Nobres, e o Erário. E, numa prova de gratidão, fez erigir em Lisboa a famosa estátua equestre de D. José.

A nossa continental Amazônia muito lhe deve, pois as obras por ele ali realizadas atravessaram os anos e lá se encontram, muitas delas até os nossos dias, afora aquelas perenizadas pelo seu inconfundível valor estrutural. O Marquês de Pombal preocupou-se com a grande área e tomou a iniciativa de povoá-la e integrá-la ao continente e adotou medidas para a sua defesa territorial. Em 1748, criou "as Capitânias de Mato Grosso e Cuiabá, desmembradas da de São Paulo, com a implantação da sua sede em Vila Bela, à margem do Guaporé; e a do Rio Negro, em 1755". Construiu fortes como o do Príncipe da Beira, em terras matogrossenses, Tabatinga, no Amazonas, Obidos, na parte mais estreita do rio Amazonas, o de Macapá, no Território do Amapá e outros mais nas áreas fronteiriças e estratégicas, "providas de bastimentos para caso de guerra".

Teixeira Soares, em seu "Amazônia", registrou que "quando em 1777 o Marquês de Pombal deixou o poder, através da Amazônia portuguesa, existiam nada menos de 26 fortificações, providas de bastimentos para caso de guerra. E mais adiante adicionou que "as numerosas expedições sertanistas, organizadas por ordem do Primeiro Ministro, contribuíram para

conhecimentos geográficos mais exatos dos espaços amazônicos. A Escola Cartográfica, criada por Dom João V, desenvolveu-se no tempo de Pombal. Os geógrafos portugueses do tempo pombalino tiveram especial cuidado em proceder a levantamentos da Amazônia. Deixaram mapas excelentes que ainda hoje surpreendem por sua exatidão. Repetiram as façanhas técnicas que os geógrafos portugueses Vaz Dourado e Teixeira Homem realizaram com o Japão em 1570 e 1590. O próprio Alexandre Rodrigues Ferreira, que fizera sensacional "viagem filosófica" através da Amazônia em 1783, em companhia de dois desenhistas, Freire e Codina, e de um botânico, fora uma criação pombalina. E se fôssemos mais longe, poderíamos dizer, conforme afirmaram certos historiadores, que Pina Manique, o ministro de Dona Maria I, demitido mais tarde por imposição de Lannes, embaixador de Napoleão, nada mais fora que um imitador de Pombal.

O humanismo político de Pombal libertara os índios no Brasil. E é ainda Teixeira Soares quem fala acerca de Marquês de Pombal, para mostrar que ele não foi um despota e nem se empenhava em prender e aterrorizar, como afirmam alguns historiadores. As instruções por ele passadas em 1761 a Joaquim de Melo e Póvoas, Governador do Maranhão, merecem ser aqui reproduzidas:

"A justiça e a paz com que V. Ex.^a governar, o farão igualmente benquisto e respeitado. Engana-se quem entende que o temor, com que se faz obedecer, é mais conveniente do que a benignidade com que se faz amar; pois a razão natural ensina que a obediência forçada é violência, e a voluntária, segura. A jurisdição que El-Rey confere a V. Ex.^a jamais sirva para vingar as suas paixões, porque é injúria do poder usar da espada da Justiça fora dos casos dela. Defenda V. Ex.^a o respeito do lugar pela autoridade de El-Rey, castigando a quem pretender manchá-lo; porém, os seus agravos pessoais saiba dissimular e esquecer-se deles. Quase todos os que governam querem que o lisonjeiem, e sempre ouvem com agrado os elogios que se lhe fazem. Dessa espécie de homens ou de inimigos em toda a parte se encontram, e V. Ex.^a os achará também no seu governo; aparte-os, pois, de si, como veneno mortal. Não altere coisa alguma com força e nem com violência, porque é preciso muito tempo e muito jeito para emendar costumes inveterados, ainda que sejam escandalosos. Quando a razão o permite, é preciso desterrar abusos e destruir hábitos perniciosos, em benefício de El-Rey, da justiça e do bem-comum, mas com muita prudência e moderação, que o modo vence mais que o poder. Em qualquer resolução que V. Ex.^a intentar, observe estas três coisas: prudência para deliberar, destreza para dispor e perseverança para acabar. Quando duvidar, informe-se, pergunte; e para não dar a entender o que quer obrar, figure o caso, como questão, às pessoas que o possam saber para o informarem em termos. Por mão de criados não aceite V. Ex.^a petição e nem requerimento. Tiradas as horas do seu precioso e natural descanso, dê audiências todos os dias e a todos em qualquer tempo que lhe queiram falar, mas tenha ouvido para ouvir o acusador, e outro, o acusado. Não consinta violência dos ricos contra os pobres; de ordinário, os poderosos são soberbos e pretendem destruir e desestimar os humildes. Nunca trate mal de palavras nem ações a pessoa alguma que lhe faça requerimento; o superior deve mandar castigar, mas nunca injuriar com palavras e afrontas, porque os homens, se são honrados, sentem menos o peso dos grilhões e a privação da liberdade, que a decompostura com palavras ignominiosas; e se não são, nenhum fruto se tira em proferir impropérios. É muito prejudicial em quem governa riqueza cega, amor cego e justiça cega."

O Sr. Gabriel Hermes — Permite V. Ex.^a um aparte

O SR. JORGE KALUME — Ouço com prazer, o nobre Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre Senador Jorge Kalume, falar da comunidade luso-brasileira e falar do Marquês de Pombal é sempre oportuno, principalmente nesta semana ou quinquena em que se lembra a passagem desse vulto notável. Notável na História de Portugal e notável na História do Brasil, sobretudo para a Amazônia, onde a passagem do Marquês de Pombal foi marcada pela sua preocupação em fixar as fronteiras de Portugal naquela região, fronteiras essas que até hoje conseguimos manter, o que devemos muito a esse vulto notável, português e brasileiro, e também ao seu irmão que governou o Pará durante um longo período, e que deixou marcada toda aquela obra do Governo do Marquês de Pombal, através de uma coleção maravilhosa de cartas que os brasileiros deveriam ler,

porque nelas ainda têm muito o que aprender. Congratulô-me com V. Ex* pela oportunidade do seu discurso.

O SR. JORGE KALUME — Muito obrigado a V. Ex*. É das mais justas esta homenagem, das lembranças do grande Marquês de Pombal, principalmente pelo que ele fez em favor de nossa região. Há poucos dias, V. Ex* foi muito feliz, usando desta tribuna para homenageá-lo. Agradeço o aparte de V. Ex*.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex* um aparte

O SR. JORGE KALUME — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — A inauguração dessa exposição constitui um marco da presença, no Brasil, de um homem que aqui viveu muitos anos, o atual Embaixador Adriano Carvalho. S. Ex* conhece bem o Brasil, aqui esteve como ministro, como diplomata, antes de ser nomeado Embaixador. Traz, portanto, S. Ex* para o Brasil uma valiosa contribuição, representada por essa exposição a que V. Ex* se refere, e que constitui um marco da cultura portuguesa e, conseqüentemente, da cultura brasileira que dela auferiu melhores resultados.

O SR. JORGE KALUME — Inegavelmente esta exposição, que se encontra no Salão Negro do Congresso Nacional, nos leva ainda mais a admirar a pujança de nossos antepassados portugueses pelo que fizeram em favor do Brasil e — por que não dizer — do mundo, quando na sua época não havia a tecnologia de hoje. Portanto, quero consignar os meus agradecimentos a V. Ex* por esse apoio que está dando à homenagem que estamos prestando nesta tarde.

E não foi sem razão que o estro de Camões exaltou as glórias portuguesas, como no Canto I de *Os Lusíadas*:

"As armas e os Barões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca d'antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras reforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram."

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Saúdo Portugal e especialmente seus filhos que se encontram no Brasil, na pessoa de seu eminente e culto Embaixador, doutor Adriano Carvalho, rendendo nesta oportunidade a minha homenagem de saudade ao seu filho admirável e estadista ímpar que foi o Marquês de Pombal. (*Muito bem!* Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra à nobre Senadora Laélia de Alcântara, para uma comunicação.

A SR* LAÉLIA DE ALCÂNTARA (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O *Jornal do Brasil* de 21 do corrente divulga notícia procedente de Paris, dando conta de que, com taxas de juros privilegiados e prazos de pagamentos de 20 e 10 anos, o Governo brasileiro assinou há dias dois contratos de financiamentos, totalizando 446 milhões e 300 mil dólares, com a comunidade dos bancos franceses para projetos da SUNAMAM e da ELETRONORTE.

Para o nosso Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Netto, a assinatura dos citados contratos constitui mais uma demonstração da confiança que os maiores bancos europeus continuam a depositar nas iniciativas e possibilidades de desenvolvimento do Brasil. Para tanto, reiteradas vezes o Ministro Delfim Netto vem afirmando que o Brasil é um País viável.

Mas, parece-me, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que o problema mais importante, no caso em apreço, não é saber se um consórcio de bancos julga o Brasil uma Nação viável. O ponto mais relevante da questão se me afigura o do critério na destinação dos financiamentos obtidos. Que a SUNAMAM e a ELETRONORTE devam receber prioritariamente os recursos concedidos parece-me ponto pacífico; o que me parece merecedor de sérios reparos é a operação, que, devendo fazer-se através de um crédito comprador de 117 milhões de dólares e aplicados em projeto da ELETRONORTE, subsidiária da ELETROBRÁS, sejam, unicamente, utilizados na compra de equipamentos e na construção da Hidrelétrica Samuel, em Rondônia, Porto Velho, e que deve substituir a termelétrica a petróleo que atualmente serve àquela área da Amazônia.

Mais uma vez, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Acre sofre ignominiosa discriminação com esta falta de critério do Governo no atendimento de uma das áreas de que é mais carente: a energética. Mais uma vez veio confirmar-se

a convicção de que assinaturas de contratos feitas em salas de embaixadas só servem para atender unicamente a objetivos político-eleitorais.

O Acre, Sr. Presidente e Senhores Senadores, lamenta que o Governo tenha perdido excelente oportunidade de atender a um dos mais sentidos reclamos de sua população, que há longo tempo vem sofrendo as agruras da falta de energia elétrica.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Apesar dos recursos complementares que foram destinados à Previdência Social através da decisão do Congresso que se transformou em lei, admitindo a cobrança de um adicional de 20% sobre o IPI dos produtos considerados supérfluos e, mais ainda, através do decreto-lei do Senhor Presidente da República que aumentou as contribuições da Previdência Social dos empregados e empregadores, e criou, inclusive, uma contribuição dos aposentados e pensionistas, a situação da assistência médica da Previdência Social no País continua precaríssima.

A propósito, para ilustrar o que afirmo e para que conste dos nossos Anais, leio dois telegramas que acabo de receber de Campina Grande, na Paraíba.

O primeiro deles diz:

Campina Grande — PB, 14 de janeiro de 1982.

Exmº Sr. Humberto Lucena

Senado Federal

Apelamos patriotismo e espírito de justiça de V. Ex* no sentido de proteger como sempre, justos anseios rede hospitalar paraibana, hoje seriamente ameaçada fechar suas portas, face atraso pagamento INAMPS; acarretando atraso pagamento funcionários, hospitais, obrigações sociais, ameaça corte luz, água, telefone e fornecedores, medida que, mantida implicaria graves prejuízos a nossa comunidade.

Saiba V. Ex* que saberemos ser gratos a esta postulação.

Afetuosos abraços, — Associação Paraibana de Hospitais.

E o segundo está vazado nos seguintes termos:

"Exmº Sr. Senador

Humberto Lucena

Brasília — DF

Os médicos de Campina Grande estão preocupados com as restrições impostas pelo INAMPS na Paraíba, medidas deste porte vem prejudicar os segurados e impedir que os médicos exerçam sua profissão com o mínimo de condições, numa região como a nossa já tão carente e prejudicada em outras atividades.

Houve um corte de 33 por cento no orçamento da Previdência Social na Paraíba, com isto deverão diminuir 40.000 internamentos em clínica médica, 18.000, cirurgias, e 500.000 exames de laboratórios para o ano de 1982, apesar do aumento da população previdenciária.

Solicitamos empenho de V. Ex* junto as autoridades previdenciárias sejam anuladas tão absurdas medidas.

Dr. João Cartaxo Loureiro — Pres. Sindicato dos Médicos de Campina Grande — PB.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está é o resultado da eficiente administração do Sr. Ministro Jair Soares, não do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista, para uma comunicação.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O eminente Vice-Presidente Aureliano Chaves viajou para Sergipe, como representante do Presidente João Baptista de Figueiredo, na última quinta-feira, dia 22 de abril, a fim de presidir, em Aracaju, à inauguração de obras e melhoramentos de significativa expressão econômica e social, pelo vulto das suas repercussões, a curto prazo, no concernente à melhoria dos índices de qualidade de vida do povo sergipano.

Em sua companhia, viajou, também, o ilustre Ministro dos Transportes, Eliseu Resende.

Destacam-se, no conjunto dos empreendimentos inspecionados e recém-inaugurados, a Estação de Tratamento de Água da Adutora do São Francisco e os aglomerados de habitações populares.

A convite do Vice-Presidente Aureliano Chaves, tive a satisfação de integrar a sua comitiva e acompanhá-lo, no decorrer de sua visita oficial a Sergipe, durante a qual cumpriu um intenso programa.

Sinto-me não dever de ocupar a tribuna para tecer algumas breves considerações, em virtude do alcance, da efetiva importância e das dimensões daquelas mencionadas realizações, que deverão contribuir para acelerar o processo do desenvolvimento global de Sergipe e, sobretudo, melhorar as condições de vida de sua laboriosa população.

Com a Adutora do São Francisco, obter-se-á, de imediato, a duplicação da oferta do abastecimento da água destinada a Aracaju e adjacências, possibilitando atender, diretamente, a uma população da ordem de 600 mil habitantes.

Além disso, o volume da água canalizada do Rio São Francisco, a partir de sua captação em Propriá, permitirá, simultaneamente, o atendimento das instalações de subsidiárias da Petrobrás, como a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados e o Projeto Potássio, bem como o fornecimento das instalações industriais, que deverão ser implantadas como decorrência das condições criadas para atrair as indústrias complementares daquelas subsidiárias.

Empreendimento estimado em seis bilhões de cruzeiros, a Adutora do São Francisco é o centro de todo um sistema, cujos principais detalhes técnicos podem ser resumidos nos seguintes itens:

a) Captação — Rio São Francisco (Propriá), com potência instalada de 9.050 CV e vazão de 5.000m³/h em 1ª etapa;

b) Adução I — recalque em aço 0° 900m; L° 23 Km Caixa de Passagem — transição do trecho de recalque por gravidade; estrutura em concreto armado, com 4.000m³ de capacidade de acumulação;

c) Adução II — gravidade em ferro dúctil, 0° 1.000mm e L° 53 Km. Caixa de Quebra Pressão — dispositivo de proteção antigolpe em concreto armado, com capacidade de 2.000m³;

d) Adução III — gravidade em ferro dúctil, 0° 900mm e L° 14 Km;

e) Estrutura de Controle — tem a dupla finalidade de dissipar a energia residual e garantir a vazão constante de entrada na ETA;

f) Estação de Tratamento — ETA

— Capacidade nominal — 2.500m³/h — 1ª etapa.
— 6.000m³/h — 2ª etapa.

Para adequada veiculação da água do Rio São Francisco em Aracaju, foram executadas as seguintes obras, além da Estação de Tratamento:

— Construção da Adutora EEO-R2, com extensão de 6 Km.
— Construção da Adutora EEO-Matadouro, com extensão de Km 79.
— Execução de macrodistribuidores (anéis), compreendendo tubulações dos diâmetros de 600 a 2.000mm, em várias áreas da cidade.

— Construção da Adutora Cabrita/Atalaia, com extensão de 10 Km. Convém acentuar que a captação e utilização das águas do São Francisco tornaram-se providências inadiáveis, no contexto dos Programas de Aproveitamento dos recursos hídricos destinados solucionar os problemas decorrentes das calamidades climáticas que, secularmente, afligem as populações do Nordeste.

Atento a essa imposição e característica das realidades regionais, e havendo no território sergipano micro-regiões e vastas áreas freqüentemente assoladas pela calamidade das secas periódicas, o Governador Augusto Franco considerou, desde o início de sua fecunda gestão, como prioridade essencial do Estado, a construção de um Conjunto de 5 Adutoras — respectivamente a Adutora Sertaneja, a Adutora do São Francisco, a Adutora do Alto Sertão, a Adutora do Agreste e a Adutora do Piauitinga, — com recursos provenientes do Banco Nacional da Habitação (BNH), da Petrobrás e do Governo de Sergipe, merecendo relevo especial, o integral apoio do Presidente João Baptista Figueiredo à execução do programa das Adutoras de Sergipe, principalmente através da permanente e infatigável colaboração do Ministro Mário Andreazza.

Nesse conjunto, a Adutora do São Francisco destaca-se pela sua essencialidade, como fonte adicional de suprimento de água para saneamento básico e abastecimento, é múltiplos aproveitamentos, beneficiando Aracaju e os adensamentos demográficos por onde vai passando, desde as instalações de captação sediadas em Propriá.

Evidentemente, as adutoras, açudes, barragens, cisternas e poços de captação, armazenamento e distribuição de água, são as preliminares básicas para o desenvolvimento integrado de Sergipe e do Nordeste.

O suprimento permanente de água é a precondição essencial para a sobrevivência das populações flageladas, pelo que representa em termos de consumo humano e animal, fomento das lavouras, da criação de gado e do incremento das atividades industriais.

São estas as razões que me levam à tribuna, Sr. Presidente, na certeza de interpretar o justificado regozijo do povo sergipano diante de um empreendimento concreto de vulto, prenúncio de muitos outros que se integrarão num vasto complexo de obras e serviços de abastecimento d'água, irrigação e saneamento básico, de tal forma que, dentro em breve, Sergipe se libertará, definitivamente, dos nefastos efeitos das secas e calamidades climáticas.

Depois da solenidade de inauguração da adutora do São Francisco, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, em companhia do Governador Augusto Franco e do Ministro Eliseu Resende, participou da inauguração da duplicação da BR-235, que devolve a Aracaju, seu poder de aglutinação da vida econômica e social de Sergipe, completando o anel viário de entrada e saída de Aracaju, para o interior do Estado e para os demais estados brasileiros.

A aludida duplicação significa a garantia do permanente acesso a nossa capital.

Logo após, o Ministro Eliseu Resende, em solenidade realizada no Palácio Alípio Campos, presidida pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves, lançou o Programa de Agroviás em Sergipe, assinando convênios com o Governador Augusto Franco no valor de Cr\$ 364 milhões de cruzeiros.

O programa lançado prevê aplicações de Cr\$ 122 milhões na implantação da rodovia SE-200 (Própria-Amparo do São Francisco); Cr\$ 228 milhões na SE-004 (Aracaju-São Cristóvão) e Cr\$ 13 milhões no trecho de entroncamento da BR-101 até São Francisco.

À tarde, encerrou-se o programa da visita oficial do Vice-Presidente Aureliano Chaves, com a solenidade de inauguração do Conjunto Augusto Franco, constituído de 4.510 unidades residenciais; iniciativa de natureza preponderantemente social, destinada a proporcionar habitações condignas às camadas de trabalhadores de baixa renda.

Como se vê, as obras, empreendimentos e serviços que levaram a Aracaju, como representante especial do Presidente João Baptista Figueiredo, o Vice-Presidente Aureliano Chaves e o Ministro Eliseu Resende, demonstram o interesse específico do Governo Federal, que proporcionou os recursos imprescindíveis à sua realização, além de prestigiar, por todos os meios disponíveis, a atuação do Governador Augusto Franco.

Associo-me ao júbilo e aos aplausos do povo de Sergipe, pelos benefícios decorrentes dos citados empreendimentos, congratulando-me, através do Vice-Presidente Aureliano Chaves, com o Governador Augusto Franco e com o Presidente João Baptista Figueiredo.

Aproveitando o ensejo não poderia deixar de enaltecer a excepcional contribuição do Engenheiro João Ednaldo dos Santos, Diretor-Presidente do DESO, cuja infatigável dedicação e reconhecida competência dirigiu a realização do empreendimento, contando com o valioso apoio da sua eficiente equipe de trabalho.

Senhor Presidente,

Finalizando, solicito sejam inseridos ao texto deste pronunciamento, os seguintes documentos:

a) Mensagem do Presidente da República, João Baptista Figueiredo, por ocasião da visita do Vice-Presidente Aureliano Chaves.

b) Discurso do Diretor-Presidente do DESO, Engenheiro João Ednaldo dos Santos, por ocasião da inauguração da Adutora do São Francisco.

c) Discurso do Governador Augusto Franco, por ocasião da referida solenidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

“Brasília, 10 de abril de 1982

Senhor Governador Augusto Franco,

É com grande satisfação que me dirijo ao povo sergipano, através de V. Ex^a, para saudar essa gente cuja força, tenacidade e valores morais se fazem refletir no desenvolvimento evidente do Estado.

Quero deixar gravado na memória de todos, que se o Sergipe caminha progressivamente para ocupar o seu lugar de destaque, como pólo de desenvolvimento do País, é porque cada cidadão sergipano contribuiu com a sua parcela de responsabilidade, de respeito ao solo pátrio e de trabalho incessante.

Congratulo-me com o Governo e com o povo de Sergipe, coesos na luta para construir um futuro melhor, dentro de um estado de democracia plena.

O povo sergipano é depositário da minha confiança na conscientização do futuro democrático da Nação brasileira, na grande marcha para o desenvolvimento social, econômico e político do País, cuja responsabilidade de concretização, cabe a cada brasileiro, como cabe a cada sergipano o orgulho de participar dos objetivos do Governo, cuja prioridade é o bem-estar comum do povo brasileiro. — *João Figueiredo.*"

DISCURSO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA DESO, JOÃO EDNALDO DOS SANTOS, POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA ADUTORA DO SÃO FRANCISCO EM VINTE E DOIS DE ABRIL DE MIL NOVECIENTOS E OITENTA E DOIS.

Gazeta de Sergipe
Aracaju, 23 de abril de 1982

DISCURSO DE JOÃO EDNALDO

No momento em que a maior obra da história de Sergipe é inaugurada, vale ressaltar como tem se desenvolvido em Sergipe, o PLANASA — Plano Nacional de Saneamento.

Sergipe, de acordo com levantamentos anuais realizados pela SUDENE, vem se apresentando com o maior índice percentual de população urbana abastecida.

De fato, apenas 13 das 74 sedes municipais, ainda não contam com sistemas de abastecimento de água. Essas 13 restantes, segundo o plano de obras da Companhia de Saneamento de Sergipe, deverão contar com esses serviços até 1985.

Também, hoje, já são inúmeras as pequenas comunidades: vilas, povoados e lugarejos que contam com esses serviços implantados. Apenas como exemplo, são mais de 30 os pequenos sistemas implantados na região sul do Estado, pelo programa POLONORDESTE: cobrem a mais de três dezenas os povoados abastecidos por subadutoras de até 5km, derivadas da adutora Sertaneja, implantadas com recursos da SUDENE — Plano de Emergência.

Dessa forma, o antigo Departamento Estadual de Saneamento e Obras — DESO, transformado, com o advento do PLANASA, em Companhia de Saneamento de Sergipe, evoluiu, nesses 11 anos de existência, de pouco mais de 30% abastecida, em apenas um sistema (Aracaju), para 54 sedes municipais atendidas, abastecendo cerca de 85% da população urbana de Sergipe.

Ao início de 1979, todo o esforço que vinha sendo realizado pelo DESO recebeu enorme injeção de vitalidade com a transformação dos objetivos da Empresa em meta prioritária do Governo Augusto Franco — o Plano de Adutoras.

Este plano, Senhores e Senhoras, cuja ousadia pode ser medida pelas cifras que o envolve, 13 bilhões de cruzeiros a preços atuais; não é nenhuma utopia, não é mais um plano para ser divulgado como propaganda e depois esquecido; ele vem sendo efetivamente executado. Das 5 grandes adutoras previstas, duas estão executadas, outras duas estão em execução e a última com projeto em fase de negociação dos recursos.

A Adutora Sertaneja, iniciada em administrações anteriores e cuja linha-tronco foi concluída no atual Governo, uma extensão de 166km, levando água do Rio São Francisco para o sertão sergipano, atendendo 9 sedes municipais, e mais 75km de subadutoras, atendendo 33 povoados e fazendas, numa área onde, na maior parte do ano, ela é a única alternativa de água para dessedentação de homens e animais.

A Adutora do Alto Sertão já em execução, com fim da primeira etapa prevista para março de 1983, cuja tubulação vem sendo implantada por administração direta, pela DESO, com recursos do PROHIDRO — SUDENE, emprega mais de 600 pessoas nas frentes de trabalho. Numa primeira etapa, reforçará o sistema de Porto da Folha, abastecerá as sedes municipais de Monte Alegre e Poço Redondo, além de 6 povoados, região situada no semi-árido e que há três anos vem sendo assolada pela seca. Esta também capta água no São Francisco.

A Adutora do Piauitinga, já em execução, e que abastecerá 4 sedes municipais e 5 povoados. A primeira etapa da obra está orçada em 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros, dos quais 25% financiados pelo BNH e 75% do Governo do Estado, via FAE e Fundo Perdido. A primeira etapa deverá estar concluída até março de 83.

A Adutora do Agreste, em fase de aprovação de projeto e negociação de recursos, será iniciada ainda este ano. Reforçará dois sistemas existentes e atenderá seis novas sedes municipais da região central do Estado, que tem como pólo a Cidade de Itabaiana.

Por fim, mas não em último lugar, a magnífica obra agora inaugurada, a Adutora do São Francisco.

Obra que enche de orgulho a quantos dela participaram, de alta magnitude, mesmo quando comparada com outras obras do gênero de Estados maiores e centros mais desenvolvidos.

Com 91km de extensão em tubulações de aço e ferro dúctil de 900mm e 1.000 milímetros de diâmetro, permite ao aracajuano beber água da Serra da Canastra, das Minas Gerais. A captação, com potência total instalada de 9.050 HP, está situada à margem direita do Rio São Francisco, distante 2km da Cidade sergipana de Propriá.

Com uma vazão da primeira etapa corresponderá a 5.000 m³/hora, permite o abastecimento a instalações industriais de elevado significado para o País, como a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da NITROFÉRTIL e o Projeto Potássio da PETROMISA, ambas subsidiárias da PETROBRÁS.

E com sua parcela, reforçará o abastecimento de Aracaju, permitindo à DESO atender a uma demanda correspondente ao dobro da população atual.

A Estação de Tratamento de Água onde ora nos encontramos, tem capacidade para o beneficiamento de 695 litros de água em cada segundo, nessa primeira etapa.

Esta Estação, de técnicas mais modernas, acrescida a um conjunto complementar construído em nossa Capital, compreendendo: reservatórios, subadutoras, estações de bombeamento e cerca de 100km de rede distribuidora — podemos dizer, Aracaju se inscreve hoje no restrito, grupo das comunidades que podem crescer com desenvolvimento. Não mais há falta de água, os constrangedores racionamentos; a partir de agora, água para todos os aracajuanos com 24 horas por dia de pressão na rede, como determinam as mais rigorosas normas da engenharia sanitária. A partir de agora, água em abundância para os bairros periféricos, para os conjuntos habitacionais — construídos e a construir, bem como dará suporte ao crescimento do Parque Industrial de Aracaju, o que implica de forma relevante na absorção de grande número de mão-de-obra.

Os investimentos nesta Estação e nas obras de Aracaju, foram da ordem de um bilhão e meio de cruzeiros, aplicados pelo Governo do Estado.

Para realização das obras de captação e adução, foi fundamental o apoio do BNH e PETROBRÁS aos quais, de público agora agradecemos. Ao BNH, pela decisão de apoiar e financiar o empreendimento, com a significativa quantia de cerca de 4 bilhões de cruzeiros emprestados ao Estado, que, tendo o BANESE como Agente Financeiro, repassou à DESO.

A PETROBRÁS, por viabilizar o empreendimento com a presença de suas subsidiárias como futuros usuários; também por alocar 40% dos recursos necessários à execução das obras de captação e adução, na forma de antecipação de receita tarifária, recursos esses que se elevaram a cerca de dois e meio bilhões de cruzeiros; e, ainda, por alocar na implantação das obras de captação e adução, a sua estrutura de engenharia de construção de oleodutos, SEGEN/COSAL, cuja eficiência mais uma vez ficou patenteada.

Sem sombras de dúvida, a presença da PETROBRÁS na realização do empreendimento, foi fundamental.

Agradecemos à SUDENE — Órgão Técnico do BNH, e que fez o acompanhamento técnico e financeiro do empreendimento.

Em nossos agradecimentos, não poderíamos esquecer a dedicação e o denodo de todos os funcionários da DESO e companheiros de Diretoria, dos integrantes do Grupo Executivo da Adutora do São Francisco, Grupo este criado pelo Governo do Estado para a administração superior da obra; enfim, de quantos participaram direta ou indiretamente desta monumental obra — fornecedores, empreiteiros e consultores.

Agradecemos aos técnicos, da DESO que em tempo recorde trabalhando diuturnamente, conseguiram colocar esta Estação em funcionamento em 72 horas, socorrendo Aracaju que iniciava um período do mês próximo passado.

Propositadamente por fim, para que fique bem vivo na memória de todos, o agradecimento da Companhia de Saneamento de Sergipe ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Augusto do Prado Franco, pelo apoio ... pela confiança em nós depositada... coragem de enfrentar um problema dessa magnitude, e pela disposição de investir em uma só obra recursos da ordem de oito bilhões de cruzeiros, que certamente, dariam maiores dividendos em outras obras de qualquer Governo que, diferentemente de Vossa Excelência, não explicitasse de forma tão veemente os seus objetivos ao afirmar que o "desenvolvimento é o meio. O fim é o homem".

É com imenso orgulho e satisfação, Senhor Governador, que representando a Diretoria e todos os funcionários da Companhia de

Saneamento de Sergipe, ao entregar a Vossa Excelência essa obra, afirmamos:

"MISSÃO CUMPRIDA!!! MUITO OBRIGADO.

*DISCURSO DO GOVERNADOR AUGUSTO FRANCO,
QUANDO DA INAUGURAÇÃO DA ADUTORA DO SÃO
FRANCISCO, EM VINTE E DOIS DE ABRIL DE MIL
NOVECENTOS E OITENTA E DOIS.*

DISCURSO DO GOVERNADOR

Existem obras para as quais as palavras não conseguem expressar o sentimento dos seus realizadores. Esta Adutora do São Francisco é deste tipo de obra, que gratifica o governante e afirma a capacidade de um povo em buscar soluções definitivas para problemas que, ciclicamente, atormentam e maltratam populações inteiras de sergipanos.

A seca tem sido um estigma a marcar a vida dos Estados Nordestinos. Sergipe, de longa data, enfrenta os rigores das estiagens prolongadas e perde parte da sua riqueza. As terras ensolaradas não produzem. Os criadores padecem. A angústia toma conta dos produtores. O choro e a reza, duas formas tocantes de desabafo e de fé, unem sergipanos do Sertão, do Agreste, do Litoral. Agora mesmo, Senhor Vice-Presidente Aureliano Chaves, este Estado sufoca em suas fronteiras o amargor da intempérie, perdendo as forças de sustento das famílias dos pequenos agricultores, diminuindo lavouras, vendo morrer um terço do rebanho bovino.

O homem sergipano, resistente e fervoroso, tem esperado dias melhores, enquanto o Governo do Estado, batendo em todas as portas do Governo Federal, leva o pedido de socorro pela emergência de uma seca que entra no quarto ano consecutivo, minando as forças e as riquezas de Sergipe e dos sergipanos. As terras, as propriedades, as populações, tudo dependendo de providências que respondem, satisfatoriamente, aos interesses do povo.

O Governo de Sergipe sabe que não tem como evitar as secas, mas tudo tem feito para minimizar as suas consequências, preparando uma infraestrutura para resistir aos seus efeitos. O programa de Adutoras que vem sendo sistematicamente desenvolvido é a arma sergipana para combater a calamidade da falta de água para o povo, os criatórios, as pastagens, as lavouras. Doze municípios integram a Adutora Sertaneja, dos quais nove já estão abastecidos. No alto sertão as obras estão levando água a 4 municípios e 16 povoados. Na Zona Oeste, no Agreste de Lagarto, a Adutora do Piauitinga atenderá muito em breve a 4 grandes municípios, dos maiores em rebanho e em atividades agrícolas. A Adutora do Agreste, para a Região de Itabaiana, está em fase de concorrência para garantir água a oito Municípios. Assim, de forma concreta, o Governo de Sergipe, ajudado pelo Governo Federal, através do Ministério do Interior, PORTOBRA e BNH, vem enfrentando o desafio da estiagem e oferecendo soluções que realmente atendem às necessidades sergipanas.

No Governo do Presidente João Figueiredo — o estadista da democracia, e o homem sensível com o sofrimento do povo — foi possível a este Estado executar esta obra que agora se inaugura em presença da ilustre figura do político brasileiro que é Vossa Excelência, Senhor Vice-Presidente Aureliano Chaves, a quem Sergipe rende, neste momento, todas as homenagens de reconhecimento pela lucidez da sua conduta de homem público.

Daqui desta pequena elevação onde está situada a Estação de Tratamento de Água, Vossa Excelência testemunha, com os olhos mineiros, a mais significativa distribuição da riqueza do São Francisco rolando desde as altas montanhas das minas gerais. Esta água que chega a Sergipe cheia de estórias do repertório histórico do Velho Chico, enche de alegria os sergipanos de Aracaju que estavam ameaçados pelas perdas dos mananciais de abastecimento. Chega para nunca mais faltar. Chega para ser, como o Rio sempre foi, um patrimônio valioso dos sergipanos.

Aracaju, abastecido, os projetos de Amônia e Uréia da Nitrofertil e de Potássio da PETROMISA com água suficiente para entrarem em produção, e ainda a expansão industrial que em breve tomará o rumo do município de Nossa Senhora do Socorro, dão bem a dimensão da importância desta obra sonhada e realizada pelos sergipanos, captando o São Francisco em sua ânsia por entrar no mar, para trazê-lo a servir aos mais importantes empreendimentos do desenvolvimento industrial sergipano e ao povo de uma cidade inteira que é a sede do estado e a cabeça administrativa de Sergipe.

Senhor Vice-Presidente, Aureliano Chaves, Sergipe pelo seu Governador, muito se honra em recebê-lo e em tê-lo, neste momento, testemunhando que a água do São Francisco que vem da sua querida Minas Gerais, é como um grande vaso sanguíneo que se projeta do meio do corpo e irriga até as extremidades, oxigenando a vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Sobre a mesa projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1982

Fixa as especificações da cédula individual de votação a ser adotada no pleito eleitoral de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A cédula individual de votação a ser adotada no pleito eleitoral que se realizará em 15 de novembro de 1982 obedecerá às especificações constantes do "croquis" anexo.

Art. 2º Os nomes dos candidatos de cada partido aos cargos majoritários serão impressos horizontalmente ao longo da cédula e, a seguir, haverá espaços próprios para o eleitor inserir o nome ou número dos candidatos aos cargos a serem providos pelo sistema proporcional.

§ 1º Nos espaços destinados a votação para os cargos majoritários, haverá um quadrilátero ao lado do nome de cada candidato para indicação da escolha do eleitor. Os quadriláteros serão, em qualquer hipótese, em número idêntico ao de candidatos apresentados por cada partido.

§ 2º O espaço destinado a votação nos candidatos de cada partido terá coloração uniforme, atribuindo-se a cada agremiação partidária uma das seguintes cores: amarelo, verde, azul, vermelho, lilás.

Art. 3º Será inscrita a sigla de cada partido, ao longo do espaço destinado a votação, na margem lateral esquerda da cédula.

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral, até 90 (noventa) dias antes da eleição, promoverá o sorteio da ordem nominal dos partidos na cédula bem como da cor a ser atribuída a cada um.

Art. 5º A cédula eleitoral será encimada com a seguinte advertência: "ATENÇÃO! Você não poderá votar em candidato de Partidos diferentes. Escolha, portanto, o seu Partido."

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

As sucessivas alterações introduzidas no ordenamento eleitoral ao longo dos últimos tempos tiveram por consequência imediata transformar o simples ato de votar em delicada e complexa operação. Verificou-se num só turno a escolha de candidatos para todos os níveis.

Instituiu-se a chamada "vinculação total", novidade capaz de acarretar um grande número de votos nulos se não vier a ser devidamente explicada quanto ao seu conteúdo e consequência.

Tem o presente projeto de lei por objetivo fundamental assegurar representatividade e autenticidade ao resultado que advirá em novembro quando da abertura das urnas. Este fim só poderá ser atingido se, dentre outras medidas asseguradoras da lisura do pleito, for adotado um modelo de cédula eleitoral que praticamente impossibilite ao eleitor infringir alguma das inúmeras limitações contidas no quadro legal vigente.

Entendemos que, alinhando os nomes de todos os candidatos de um mesmo partido horizontalmente ao longo da cédula e recobrinho-os de uma coloração uniforme, o que os distinguirá nitidamente dos candidatos de outras legendas, estar-se-á contribuindo substancialmente para evitar tanto o voto nulo como o simples engano do eleitor.

A proposição em pauta contém em anexo um modelo de cédula onde vem especificadas todas as características pertinentes, e poderá no nosso entendimento, servir ao grande debate para o aperfeiçoamento do processo eleitoral de votação.

É oportuno que o Congresso Nacional se dedique ao estudo da questão visto as implicações que pode ter para o futuro político da Nação.

Sala das Sessões, 26 de abril de 1982. — Itamar Franco — Alberto Silva.

ATENÇÃO! Você não poderá votar em candidato de Partidos diferentes. Escolha portanto o seu Partido.

AMARELO PDT	GOVERNADOR <input type="checkbox"/>	SENADOR <input type="checkbox"/>	PREFEITO <input type="checkbox"/>	DEPUTADO FEDERAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	DEPUTADO ESTADUAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	VEREADOR NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO
LILÁS PT	GOVERNADOR <input type="checkbox"/>	SENADOR <input type="checkbox"/>	PREFEITO <input type="checkbox"/>	DEPUTADO FEDERAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	DEPUTADO ESTADUAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	VEREADOR NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO
AZUL PMDB	GOVERNADOR <input type="checkbox"/>	SENADOR <input type="checkbox"/>	PREFEITO <input type="checkbox"/>	DEPUTADO FEDERAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	DEPUTADO ESTADUAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	VEREADOR NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO
VERMELHO PDS	GOVERNADOR <input type="checkbox"/>	SENADOR <input type="checkbox"/>	PREFEITO <input type="checkbox"/>	DEPUTADO FEDERAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	DEPUTADO ESTADUAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	VEREADOR NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO
VERDE PTB	GOVERNADOR <input type="checkbox"/>	SENADOR <input type="checkbox"/>	PREFEITO <input type="checkbox"/>	DEPUTADO FEDERAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	DEPUTADO ESTADUAL NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO	VEREADOR NOME DO CANDIDATO Nº DO CANDIDATO

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há número para deliberação. Em face disso, as matérias constantes da Ordem do Dia, todas pendentes de votação, ficam com a apreciação adiada para outra oportunidade.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino

Viana e José Frugelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão — de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Serviço Público Civil*; e
- de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Serviço Público Civil*, contrário; e
- de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, à tarde, assistimos ao discurso do Senador Leite Chaves, em que ele teceu considerações sobre a ameaça de guerra no Atlântico Sul, dado o conflito existente entre a Argentina e a Grã-Bretanha com relação às Ilhas Malvinas.

Há, Sr. Presidente, desde o dia 22, um Requerimento de nº 64, do nobre Senador Humberto Lucena em que ele solicita, na qualidade de Líder do PMDB, o comparecimento do Chanceler Saraiva Guerreiro ao Senado para dar explicações sobre a política brasileira com relação ao conflito.

Queriu, Sr. Presidente, fazer um apelo, em primeiro lugar à Mesa e, em seguida, à Bancada do PDS, no sentido de que acolha esse requerimento, não como um ato de hostilidade. Não é possível que se entenda todo e qualquer requerimento da Oposição como uma atitude danosa ao bom desenvolvimento da vida partidária do PDS. Diante de um fato da maior importância e da maior gravidade, como é o conflito entre Argentina e a Inglaterra, o chamamento do Ministro das Relações Exteriores ao Senado da República que é, na verdade, o *forum* competente para debater questões desta natureza, não é outra coisa senão uma forma de prestigiar a Casa e nos dar meio de divulgação aos acontecimentos externos. A população brasileira está toda ela ansiosa por diretrizes. Ou será que vamos deixar que as coisas corram lá para fora no seio da sociedade, e os conflitos sociais já existentes naturalmente na sociedade brasileira tenham que crescer em face do conflito entre a Inglaterra e Argentina.

Ora, Sr. Presidente, verificamos pelo noticiário de hoje que há uma reunião da OEA: em que, indiscutivelmente, o destino do hemisfério sul será traçado de acordo com o que vier a ser decidido. Por outro lado, todos nós sabemos que a ONU, através do seu Conselho de Segurança, considerou prioritária a retirada dos argentinos, das Ilhas Malvinas, para qualquer tipo de conversa diplomática. De outro lado, a Argentina invocou o Tratado do Rio de Janeiro, chamando para o conflito os demais países da América Latina.

São duas atitudes extremadas; são duas atitudes que nos colocam ou melhor, que fornecem os parâmetros quanto ao prosseguimento desse grave conflito.

Se a ONU, pelo noticiário dos jornais, dá a entender que está complacente com o pensamento da Inglaterra, do Mercado Comum Europeu, dos Estados Unidos e do Japão, do outro lado o Tratado do Rio de Janeiro pode nos levar a uma luta que, inicialmente, se coloca entre Norte e Sul, mas em que no fundo — no fundo, está a velha luta ou a luta latente ou a guerra fria entre Leste e Oeste, ou seja, entre Estados Unidos e Rússia.

E a Rússia, Sr. Presidente, de acordo com os acontecimentos, claramente virá em apoio à Argentina, do mesmo modo que os Estados Unidos terão de ficar, segundo também os informes que obtemos até agora, com a Inglaterra. E eu pergunto: e o Brasil Será que não deverá constituir preocupação para o Senado a situação do Brasil diante desse conflito Será que o Senado ou os homens públicos brasileiros não podem influir através de um debate sereno, numa orientação mais segura para o nosso País Desde a primeira hora deveria ter-se colocado à altura de um mediador, e não à altura de um aliado de a ou de b. Será que o Senado da República não tem condições de influir na formação de uma opinião pública capaz de nos colocar à altura do nosso poder atual Sr. Presidente, ainda há alguns dias passados, o General Coelho Neto exaltava o comércio de material bélico e a indústria bélica brasileira. E acrescentava, quando perguntado por um jornalista sobre o perigo da exportação de armas, acrescentava que se o Brasil não fosse vender armas, outro país estaria vendendo armas. Como se, se alguém não estiver vendendo cocaína, outro país pode exportar ou vender cocaína; como se se um país não estiver agredindo a alguém, outro terá que agredir; um raciocínio mais ou menos por dentro dessa ordem, um raciocínio evidentemente escandaloso.

O que se fala hoje O Que se fala é que o Brasil pode ser um país fornecedor de armas à Argentina. Será, Sr. Presidente, que a questão das Malvinas está colocada em termos comerciais Ou será, Sr. Presidente, que a questão das Malvinas é uma questão muito mais profunda que escapa até aos noticiários dos jornais É uma questão que envolve petróleo, o qual interessa tanto ao grupo ocidental, quanto ao grupo do Leste. Ou será que as Malvinas hoje têm uma posição estratégica capaz de decidir um conflito entre Leste e Oeste, para quem tiver a posse e o domínio do Atlântico Sul Ou será, Sr. Presidente, que a questão das Malvinas está ligada intimamente a interesses que escapam aos comentários normais, ou seja, do equilíbrio interno do país que deflagrou a ocupação das Malvinas, no caso a Argentina, a solução do seu problema político interno e também a solução do seu problema financeiro externo

Sr. Presidente, todas essas indagações nós temos a obrigação de fazê-las. Sabemos que o General Leopoldo Galtieri, antes de derrubar o General Viola — antes de derrubar o General Viola é necessário que se tenha bem fresco na memória o episódio político-militar que antecedeu à posse do General Galtieri — todos nós estamos lembrados de que o General Galtieri, antes de derrubar o General Viola, passou uma longa temporada de estágio no Pentágono. Sabemos que o General Leopoldo Galtieri esteve aqui no Brasil, antes do golpe que desfechou contra o General Viola, longamente, mantendo entendimentos a todos os níveis.

E sabemos, Sr. Presidente, que, inopinadamente, o General Galtieri resolveu ocupar as Ilhas Malvinas, não tanto levando em consideração o problema da soberania que é um problema que está sendo entregue aos foros competentes: a ONU, e a OEA; a Corte de Haia, foros esses que hoje não deram uma palavra final, segura, sobre quem na verdade detém a soberania das Malvinas. Sem alegar essa matéria, simplesmente, um dia o Governo argentino ocupou as Malvinas.

Numa declaração recente, o General Galtieri dirige-se ao seu povo, comunicando que, se a guerra for deflagrada, automaticamente, dará anistia a todos os prisioneiros políticos.

Estou lembrando, Sr. Presidente, esses fatos, para que o governo brasileiro tenha em mente que ser aliado de a ou b, na questão das Malvinas, envolve questões de fundo muito grave.

Hoje, Cuba deu apoio ao governo do General Galtieri. Hoje, a Rússia está condenando a atitude da Inglaterra por ter ocupado as Ilhas Geórgias.

Verifique V. Exª o quadro que está sendo desenhado diante dos nossos olhos de brasileiros, como as posições estão sendo tomadas. E eis a razão de ser do requerimento do nobre Senador Humberto Lucena.

Nós estamos com um conflito em nossas fronteiras. Nós estamos com perspectivas de uma guerra mundial. São águas do Atlântico Sul. Nós sabemos que todos os países estão tomando posição com relação às Malvinas.

E o Brasil Repito! e o Brasil Em primeiro lugar, diz que defende a soberania da Argentina com relação às Malvinas. É uma declaração

subjetiva, inteiramente subjetiva, porque o Governo brasileiro não tem nenhum dado concreto produzido pelos órgãos internacionais competentes para dizer que defende a soberania das Malvinas para as mãos da Argentina.

Por outro lado, é o próprio Governo brasileiro que declara que não concorda, ou não concordou com o ato de guerra da Argentina, ocupando as ilhas Malvinas.

Ora, Sr. Presidente, os fatos estão andando mais depressa do que se supunha e nós não podemos, o povo brasileiro não pode ser surpreendido, como foi surpreendido o povo argentino, por uma declaração extemporânea do Governo brasileiro. Além do mais, tem competência este requerimento do nobre Senador Humberto Lucena, porque o Senado é a Casa que dirá da guerra e da paz. É ela que autoriza o Presidente da República. É, portanto, um dispositivo constitucional. E nós estamos tão alheios aos acontecimentos do Atlântico Sul como qualquer pequenino país do Oriente Médio, qualquer pequenino país da África, Sr. Presidente, porque não temos uma palavra concreta. A palavra concreta que temos do Governo brasileiro é aquela que foi ressaltada, ainda há pouco, aqui, pelo nobre Senador Gilvan Rocha, dita pelo Presidente da República. Perguntado sobre as ilhas Malvinas, Sua Excelência declarou "que não tem namorada nas Malvinas e nem sua mãe mora na Argentina".

Aí está, realmente, a definição do Governo brasileiro, a definição do Presidente da República. Mas, sabe-se — repito — que há uma carta do Senhor Presidente da República ao General Leopoldo Galtieri, como há uma carta do Presidente da República à Primeira-Ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher. Mas, para os brasileiros, o que o Senhor Presidente da República resolveu dizer foi simplesmente essa infeliz *boutade*, ou esse humor negro: "Eu não tenho namorada nas Malvinas e nem minha mãe mora na Argentina". Foi esse o discurso que o Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo encontrou para dizer ao público interno brasileiro. Mas, repito — repito — fez uma carta ao Presidente da Argentina e fez uma carta à Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

Então, o povo brasileiro não tem direito a tomar conhecimento do pensamento do Presidente da República — não! — porque as infelizes palavras que Sua Excelência pronunciou não podemos levar a sério.

Está, portanto, o Presidente da República devendo à Nação brasileira uma palavra séria. Não estamos numa brincadeira; estamos numa guerra deflagrada no Hemisfério Sul, no Atlântico Sul, entre um país como a Inglaterra e outro país como a Argentina. Não é possível que o Presidente da República do Brasil se contente em dizer que não tem uma namorada nas Malvinas e nem sua mãe mora na Argentina.

Estranho, Sr. Presidente, estranho comportamento dessa ordem, diante de tamanha gravidade.

Mas volto, e encerrando as minhas palavras, ao requerimento do nobre Senador Humberto Lucena, fazendo um apelo para que a Mesa o inclua na Ordem do Dia, conforme despacho já exarado pelo Presidente Passos Pôrto e que o PDS, não como um Partido adversário do PMDB, mas como um Partido político tanto quanto o PMDB, venha aliar-se a nós no sentido de que possamos manter um diálogo correto com o Chanceler brasileiro sobre o que ocorre no Hemisfério Sul, sobretudo agora que S. Ex.^a está participando de uma reunião da OEA, que é decisiva com relação ao prosseguimento dessas hostilidades. Mais uma razão para que S. Ex.^a venha ao Senado e conosco converse sobre tão graves assuntos, não no linguajar do Presidente da República, mas no linguajar à altura desses conflitos, próprio desta Casa e próprio da diplomacia brasileira, que tem, em Rio Branco, a figura exemplar, a figura tutelar, que não pode se misturar, Sr. Presidente, com expressões chulas, cuja orientação, na diplomacia brasileira, não pode se confundir com expressões chulas.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex.^a um aparte

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Ouço V. Ex.^a

O Sr. Luiz Cavalcante — Meu querido colega, já é hábito meu: V. Ex.^a nunca discursou neste plenário, que eu não metesse o meu bedelho no seu discurso. Mas, é para definir a minha posição pessoal. Acho que o meu Partido deve se expressar favoravelmente ao requerimento do eminente colega, o Líder de V. Ex.^a, Senador Humberto Lucena. Se o Partido não fechar questão, porque, se fechar, eu deixo de ser Senador para me transformar num mero robô; mas, se isso não acontecer, e espero que não aconteça, eu votarei favoravelmente à convocação do Ministro Saraiva Guerreiro, que, estou de acordo com V. Ex.^a, já vem tarde. Muito obrigado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — E acho sim, nobre Senador, um pouco tarde, porque o que todos nós desejamos, diante de uma ocasião como esta, diante de um conflito como este, é que o Brasil se ponha acima do conflito. Isto foi o que declarei desde a primeira hora: o Brasil tem que ficar acima do

conflito, e não aliado de "a", de "b" ou de "c". Tem todas as condições para ser o mediador, para ser o condutor da paz na América e salvar a humanidade, quem sabe. Mas, o que aconteceu, para tristeza nossa, é que o Brasil simplesmente deu declarações de caudatário, reconhecendo isto ou aquilo, inclusive reconhecendo coisas que não tinha que reconhecer. O Brasil tinha que se sobrepor, dada a sua importância e a capacidade que tem de conduzir o processo político na América do Sul, ele poderia, muitíssimo bem, aconselhar à Argentina ter uma posição tranqüila e, ao mesmo tempo, de força diplomática, porque tem, ninguém desconhece no mundo — e aí sou ousado — o Itamarati, que é uma das nossas glórias, Sr. Presidente, e Srs. Senadores. O Itamarati é, realmente, uma história gloriosa.

E o Itamarati está aí, e todos nós reconhecemos no Chanceler Saraiva Guerreiro uma figura exemplar, um verdadeiro discípulo de Rio Branco, um homem que merece de nossa parte todo o respeito. Então, há muito, já deveríamos ter conversado, há muito já deveríamos saber o pensamento íntimo do Chanceler Saraiva Guerreiro. Está não é uma questão palaciana. Pelo menos inicialmente, não pode ser uma questão palaciana do bem querer de "a", de "b" ou de "c". É uma questão da diplomacia brasileira.

É isso, Sr. Presidente que eu reivindico, para depois se tornar uma questão militar. A vinda do Chanceler Saraiva Guerreiro a esta Casa tem esse acento, e é esse o espírito do requerimento do nobre Líder Humberto Lucena, para que todos possamos pensar juntos, agir para que a opinião brasileira saiba que neste episódio não há PDS, nem PMDB; há a Nação brasileira que tem uma decisão, um pensamento e uma linha de conduta única mas que, ao mesmo tempo, não pode ser emocional, não pode essa decisão, ser tomada mediante qualquer tipo de conversa sem o conhecimento da Nação.

Mais do que nunca, a Nação precisa de esclarecimento.

O Sr. Gabriel Hermes — V. Ex.^a me permite

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre Senador, eu acredito oportunas as palavras de V. Ex.^a Todos nós estamos preocupados com que está ocorrendo no nosso hemisfério. São duas Nações amigas, e, todos nós sabemos o que os brasileiros fazem para aumentar o seu grau de amizade com os povos ingleses e também com os argentinos. Agora, pelo que tenho lido e ouvido, gostaria de ter o esclarecimento, como V. Ex.^a, do próprio grande responsável, que é o nosso chanceler, o Ministro Saraiva Guerreiro. Acho que a presença de S. Ex.^a será útil, e V. Ex.^a faz bem em cobrá-la do Plenário. E, não tenha dúvidas, nós, do PDS, não somos contrários.

O SR. TEOTÔNIO VILELA - Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Hermes — Quero dizer a V. Ex.^a que o Senhor Presidente da República, ao que sei e pelo que a imprensa noticia continuamente, procura, dia a dia, e mais de uma vez por dia, saber tudo o que ocorre e, sobretudo, dar uma orientação, que é a do Itamarati. Nesta fase difícil que atravessamos, digamos, nós, da América do Sul e — por que não dizer — também a velha Inglaterra, o grande desejo do Brasil é conseguir uma linha de conciliação, de entendimento, para que não cheguemos a uma tragédia. Nisso, faço justiça ao Presidente da República.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Pois não, nobre Senador! Eu, como desconheço essas orientações do Presidente da República ao Itamarati, tenho o direito aqui de cobrar, o que é de minha função, que é a função de cada um de nós, a palavra da autoridade competente, que é o Chanceler. Não iríamos chamar o Presidente da República para dar explicações aqui; só poderíamos convocar o Ministro das Relações Exteriores. Porém, não vou, de maneira alguma, pôr em dúvida o patriotismo do Presidente da República. Jamais! Apenas reclamei da expressão que Sua Excelência usou; considero-a infeliz. Mas, que ele deve estar preocupado, não tenho a menor dúvida, pois se Sua Excelência não estiver preocupado não estaria à altura de ser Presidente da República. Portanto, o que me agrada profundamente no aparte de V. Ex.^a é o fato de ouvi-lo dizer que está de acordo em mantermos uma conversa com o Ministro Saraiva Guerreiro, e a palavra de V. Ex.^a é importante nesta Casa.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Ex.^a um aparte

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Pois não, Senador.

O Sr. Lomanto Júnior — É louvável, sem dúvida alguma, a preocupação de V. Ex.^a, nobre Senador, porque todos estamos compartilhando dessas preocupações, sobretudo nós, que pertencemos a uma Casa que tem responsabilidade com a própria composição da diplomacia brasileira. Não há nenhuma ingerência e, digo mesmo, que a iniciativa do Líder da Oposição poderia ser uma iniciativa do Líder do Governo.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Que contaria com o nosso apoio.

O Sr. Lomanto Júnior — Não há de minha parte, por exemplo, nada que possa sentir nisto, senão uma demonstração viva de um dos integrantes do Congresso Nacional, do Senado Federal, com a responsabilidade de liderar uma das expressivas representações deste Senado, em trazer para o diálogo o Chanceler brasileiro. É evidente que as coisas no mundo moderno se processam tão rapidamente que, às vezes, até o simples retardamento, ou o retardamento das providências legislativas, pode ser prejudicial. Daí, infelizmente, estarmos, cada vez mais, caindo onde não desejáramos, o mundo inteiro está revelando a hipertrofia do Poder Executivo, exatamente porque as providências hoje são de segundos, são às vezes até transmitidas pelas vias mais rápidas das comunicações. Estamos querendo esse diálogo com o Ministro, e ele, a esta altura, já está participando de um diálogo maior, na qualidade de Chanceler, já levando até o pensamento da Nação brasileira. Mas, nem por isso, devemos nós, do Poder Legislativo, que não temos esse poder, que não temos essa peculiaridade da rapidez da providência, nos omitir. Daí, às vezes, parecer à opinião pública que somos, às vezes, caudatários; não vejo nada que possa impedir que esse diálogo aqui se realize. Darei a minha contribuição para que ele se efetive porque, verdadeiramente, a situação é profundamente delicada para o Brasil que, nas grandes reuniões, nas grandes decisões universais, não pode ficar ausente. Se ontem, pequenina Nação, se ontem, Nação sem a expressão que ela tem, hoje, de uma verdadeira potência, em todos os setores, econômica, política; se ontem, em Haia, através da figura de um homem que, fisicamente, era pequenino, mas que se agigantou para projetar o nosso País no concerto das nações universais, hoje, mais do que nunca, temos a nossa responsabilidade como Nação, sobretudo, do Continente Latino-Americano, num conflito em que está envolvida uma nação irmã do nosso continente, nossa aliada, nossa vizinha; de certo modo, também temos a Inglaterra, de tradicional amizade e de relações diplomáticas tradicionais, também, com o Brasil. É justo, portanto, que as nossas preocupações se alonguem pela responsabilidade que o Brasil tem, hoje, perante o concerto das nações universais, pelo que representa de Nação líder no continente Latino-Americano. Então, não podemos — como bem disse V. Ex^a — ficar alheios, nem sequer como espectadores, ou até mesmo como aliados; nós temos que tomar aquela posição que se impõe para nós, neste momento, de conduzir o processo e, se necessário, de sermos árbitros, neste momento...

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Correto.

O Sr. Lomanto Júnior — ...de não nos colocarmos numa posição de expectativa ou apenas acompanhando o desenrolar dos acontecimentos porque, o que se configurou de uma invasão a um arquipélago, que pode, para muitos, ser uma coisa de somenos importância, começa a envolver todo o universo, começa a envolver o mundo inteiro, pelas manifestações que diariamente nós estamos tomando conhecimento. Já houve uma ação de guerra. Se houve uma ocupação, no pressuposto de um direito que a nação tinha, quanto àqueles territórios, já houve uma ação de guerra, e nós estamos vendo que o Atlântico Sul está conflagrado, a qualquer momento poderemos assistir a um espetáculo, que jamais desejáramos que ocorresse, bem próximo de nós. Portanto, V. Ex^a pronuncia um discurso oportuno, e V. Ex^a terá, acredito, da parte do nosso Partido, porque eu neste momento falo em meu nome pessoal, a manifestação de apoio, para que possamos dialogar, aqui, esta Casa que tem a responsabilidade e não pode se omitir, neste momento, de participar, de dar a sua contribuição, de levar as suas sugestões e de conhecer as sugestões do Poder Executivo, através do seu Chanceler, para que o Brasil se afirme nesta hora, não como uma Nação indiferente, e não é este, realmente, o desejo do Senhor Presidente da República, que já — como disse V. Ex^a — enviou duas correspondências às duas nações em conflito. Não conhecemos o texto dessas correspondências, mas acredito e estou convencido, pelas preocupações que envolvem, nesta hora, o Presidente da República, pela sua alta responsabilidade de dirigente de uma Nação continente, e de uma Nação que realmente, hoje, se transformou, já não é mais uma potência emergente, mas uma Nação que se afirma, a cada dia, no respeito das demais nações, acredito que a esta preocupação vão se juntar — para amenizá-la — as sugestões do Senado Federal, a contribuição do Senado Federal. Nesta hora não vejo fronteiras entre a Oposição e o Governo. Todos nós temos um só pensamento: o de que o Brasil se saia à altura do seu passado, mas muito mais à altura do seu presente e, mais ainda, do futuro que a ele está reservado, de líder, sem dúvida alguma, sem desejo de hegemonia, mas de líder incontestado do Continente Latino-Americano.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Muito obrigado, nobre Senador Lomanto Júnior.

Portanto, Sr. Presidente, temos mais uma palavra do PDS, garantindo apoio ao requerimento do nobre Senador Humberto Lucena. Creio que poderemos, amanhã, se incluído na Ordem do Dia — e não há outra razão para que não seja incluído, amanhã, na Ordem do Dia — poderemos, amanhã, ter votado esse requerimento.

Se o Sr. Ministro, o Sr. Chanceler se encontra no exterior, na reunião da OEA, todos sabemos que dentro de dois a três dias ele estará de volta ao Brasil e poderemos tê-lo, nesta Casa, o mais breve possível.

Eu me eximo de estender-me em mais considerações porque, Sr. Presidente, não era meu intuito falar sobre as Malvinas, não trouxe outros elementos sobre os quais poderia assentar ou prolongar o meu discurso ou as minhas apreciações sobre o conflito.

Tomando conhecimento do requerimento do nobre Senador Humberto Lucena senti que este era o caminho, o caminho que temos que trilhar, seguir, ouvir o Ministro das Relações Exteriores, a fim de que através da sua palavra, que não é a palavra de um partido político, mas é a palavra da Nação, poderemos então trabalhar a opinião pública para uma atitude que não sabemos, exatamente, até onde ela vai rebentar amanhã. Mas temos necessidade de preparar a Nação para alguma coisa.

Como bem disse o nobre Senador Lomanto Júnior nós não podemos ficar indiferentes, e nem há possibilidade de ficar indiferente, o conflito é nas nossas fronteiras, o conflito se travará, inclusive, em águas brasileiras, não tenho a menor dúvida, tenho certeza disso; se isso vier a ocorrer as nossas águas serão também contaminadas pelo conflito. Portanto, o povo brasileiro tem que estar atento, seguro, com uma decisão tomada com relação ao seu futuro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Teotônio Vilela, apenas a respeito da vinda do Ministro das Relações Exteriores, temos informação de que S. Ex^a já teria manifestado, à Presidência da Comissão de Relações Exteriores, a sua aquiescência em comparecer a esta Comissão para prestar todos os esclarecimentos. Então, acredito, inclusive, que o requerimento do nobre Líder da Minoria seja e é interessante, mas já está atendido pelo Sr. Ministro, que se dispõe a vir a esta Casa, no momento em que a Comissão de Relações Exteriores assim o desejar.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Não tenho a menor dúvida, nobre Senador. Eu fiz questão de frisar, aqui, que não se trata de um documento de Partido; creio que V. Ex^a ouviu o meu discurso, não se trata de um documento de Partido. De maneira que a réplica de V. Ex^a, ao modesto requerimento do nobre Senador, creio que foi, com perdão da palavra, descabida. Porque, inclusive, os outros pronunciamentos, dos outros Srs. Senadores, todos eles foram se incorporando a um pensamento comum.

Se a Comissão de Relações Exteriores já solicitou a presença do Chanceler, creio que seria até de bom-tom que o Presidente da Comissão desse conhecimento ao Senado disso.

Nós não estamos de um problema de jogo de bico. Estamos tratando de um problema da maior gravidade; é uma guerra que está em jogo. Então, não é a decisão íntima, pessoal, doméstica do Presidente da Comissão ou de um membro de uma Comissão que satisfaz. Não. Este é um problema de conhecimento, de conhecimento da Nação.

O Sr. Jutahy Magalhães — Não é doméstico, nobre Senador.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — E é o que estamos reivindicando, inclusive agora...

O Sr. Jutahy Magalhães — Isso já foi dito, inclusive, aqui no plenário, em sessão anterior. Já era do conhecimento, e o próprio Presidente da Casa, quando referiu-se ao Requerimento do Senador Humberto Lucena, manifestou esse pensamento do Ministro, de que já feito qualquer entendimento com a Presidência da Comissão de Relações Exteriores para comparecer a esta Comissão. Portanto, não é uma manifestação secreta nem nada disso, e não é tão descabida. Apenas a minha intenção foi dar esse esclarecimento, que como estou vendo, não foi tão descabido assim, porque V. Ex^a não tinha conhecimento dessa manifestação, em plenário, da aquiescência do Ministro em comparecer a esta Casa.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — De Plenário, eu tinha conhecimento. Mas o que quero dizer é que os acontecimentos estão numa velocidade tal, que se na verdade isso fosse para produzir efeitos rápidos, o Chanceler teria vindo aqui antes de ir para a OEA. Mas este aqui é um documento da Casa. Não é um pedido para quando ele quiser ou quando achar conveniente. Não se trata disso. Aqui é um pronunciamento da Casa. Este é o documento competente para esta hora.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex^a um aparte

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Com muito prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Desejo esclarecer a V. Ex^a que, no caso, há dois aspectos inteiramente diferentes. Desde o começo que insisto na convocação do Ministro, de acordo com a Constituição e com o Regimento: inicialmente, para a Comissão de Relações Exteriores. Tive o meu pedido indeferido, porque só a Comissão poderia convocá-lo, segundo entendimento que a mim me parece errado, data vênica, da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — V. Ex^a apresentou requerimento

O Sr. Humberto Lucena — Apresentei e foi indeferido com base numa decisão da Comissão de Constituição e Justiça, que entende que só a Comissão é que poderia convocá-lo. Não concordo, pois acho que o Plenário é soberano — isso está na Constituição e no Regimento. Em face disso, convoquei-o, por este requerimento, para o Plenário do Senado. Mas o que se dá, nobre Senador Teotônio Vilela, é que alguns Senadores do PDS entendem que não se deve convocar Ministro, mas sim convidá-lo. Então, deixamos de cumprir uma atribuição nossa, constitucional, regimental, que é a convocação dos Ministros de Estado às Comissões ou ao Plenário, para simplesmente convidá-los através de meros atos de cortesia, o que redundaria no que V. Ex^a disse: o Ministro vem, se quiser. Tanto assim que segundo soube, S. Ex^a teria aprazado para vir ao Senado antes da viagem aos Estados Unidos, mas resolveu não vir; achou que deveria ir primeiro aos Estados Unidos para depois vir ao Senado. Se S. Ex^a tivesse sido convocado, aí seria obrigado, sob pena de crime de responsabilidade, a comparecer ao Senado, inclusive num determinado prazo que lhe é assinalado pelo Regimento Interno da nossa Casa. Portanto, aí está a diferença. Agora, entendo que uma coisa não prejudica outra.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Não prejudica.

O Sr. Humberto Lucena — Mesmo que S. Ex^a venha a convite, o que é algo de se estranhar, à Comissão de Relações Exteriores, nada impede que, depois, o Senado aprove o meu requerimento e o convoque ao Plenário, que é um colegiado mais amplo, onde estão todos os Senadores, onde está a opinião pública nas galerias, onde está a bancada de Imprensa, todos os interessados, enfim, em acompanhar o desdobramento dessa gravíssima situação internacional.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Obrigado a V. Ex^a pelos esclarecimentos. Creio que quanto a isso, não vamos mais nos alongar.

Sr. Presidente, espero que o Brasil assumirá a posição que lhe compete. Espero que o Brasil, na verdade, não seja um simples aliado de *a* ou de *b* — repito — mas que, usando da sua importância, da sua força, da sua competência, se situe à altura do que todos nós brasileiros esperamos. E que o requerimento do nobre Senador Humberto Lucena, não obstante a comunicação feita pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, de que a Comissão de Relações Exteriores já fez um convite ao Chanceler Saraiva Guerreiro, seja aprovado o mais rápido possível, a fim de que o Ministro, tão logo chegue ao Brasil de volta da reunião da OEA, compareça ao Senado da República.

Muito obrigado. (*Muito bem!*)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Luiz Fernando Freire — Lomanto Júnior — João Calmon — Amaral Peixoto — Amaral Furlan — Lenoir Vargas — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães. (*Pausa.*)

S. Ex^a declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A unificação do salário mínimo em nosso País tem sido por nós defendida de há muitos anos, inclusive através de sugestões e apoio de proposições submetidas ao Congresso Nacional e, infelizmente, encaminhadas ao arquivo, diante da negativa do Governo à tão necessária e justa medida.

Estivesse em vigor o salário mínimo unificado e não teríamos a imensa migração hoje presente nos grandes centros de pessoas, que não possuindo especialização, se deslocam para o sul do País, onde a mão-de-obra não especializada recebe um tratamento mais humano do que no norte e nordeste.

Já se reduziu para três as regiões de diferenciação do salário mínimo, mas são exatamente nas fontes mais pobres onde se localizam os bolsões de miséria e conseqüentemente os graves problemas sociais que imigram para o centro-sul, injetando no já saturado mercado de trabalho, contínuos contingentes de trabalhadores e, como conseqüência, aumentando em muito o subemprego diante da grande oferta e da pouca procura no mercado de trabalho.

No momento em que o Sr. Ministro do Trabalho, já com estudos prontos, aguarda a presença do titular do Planejamento para definir o número de regiões e os valores a serem implantados do salário mínimo que irá vigorar a partir de 1º de maio próximo, fazemos um apelo ao Ministro Murilo Macedo, no sentido de defender a unificação dos salários, tendo em vista não só a migração, mas ainda os altos custos dos produtos alimentícios naquelas regiões, bastando citar o leite, que custando no sul 52 cruzeiros, é vendido no nordeste por 57 cruzeiros, tudo em razão das secas e das enchentes, que anualmente estão presentes para desespero de nossos irmãos nordestinos.

Embora os técnicos de São José dos Campos afirmem que a situação do nordeste será melhorada em 1985, devemos procurar com medidas efetivas como a que propomos fixar o homem nordestino em sua própria terra, assegurando-lhe meios mínimos de sobrevivência e tirando-lhes da mente a fantasia dos espigões do centro-sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Parente.

O SR. RAIMUNDO PARENTE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Elaborado pela Comissão de Planejamento Agrícola do Amazonas, órgão vinculado à Secretaria de Produção do Estado, já se encontra em fase de implementação em alguns municípios do médio Amazonas, especialmente em Manacapuru, Careiro, Urucará, Parintins e Barreirinha, o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), que beneficiará, inclusive com regularização fundiária, saúde, educação e transporte, cerca de dez mil pequenos agricultores da região.

Representando, segundo um dos seus autores, o lúcido economista José Matias, ex-Secretário de Produção do Estado, "um marco na história agrícola do Estado, pois, através das suas concepções e formas, deverá servir de instrumento para orientar a ocupação efetiva da área", esse Projeto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, está orçado em cento e trinta milhões de dólares, sendo que um terço desse valor será financiado pelo Banco Mundial.

Já no fim do corrente mês, em Washington, com a presença do Governador José Lindoso e de representantes do Governo Federal, serão realizados os entendimentos finais com a alta direção do referido estabelecimento de crédito para liberação da parte que lhe cabe na execução do Projeto, fato que, pela sua alta significação para o Amazonas, apressamo-nos em registrar nesta Tribuna, com louvores a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para sua concretização, em particular ao Chefe do Executivo amazonense.

Finalmente, pelo apoio que deram ao Projeto, numa prova eloqüente do seu interesse em promover a melhoria da renda e da qualidade de vida dos pequenos agricultores amazonenses, queremos nesta oportunidade, em nome dos beneficiados, expressar os nossos sinceros agradecimentos ao eminente Presidente João Figueiredo e ao dinâmico e talentoso titular da SEPLAN, Ministro Delfim Netto.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O recente falecimento, na capital do meu Estado, do Dr. José Leite Maranhão, repercutiu intensamente nos círculos sociais, universitários e culturais do Ceará em razão do prestígio que desfrutava junto à nossa comunidade, granjeado ao longo de várias décadas de exemplar atuação como médico humanitário, como homem de sociedade e como administrador probo e dinâmico.

Já em idade propecta — completara 88 anos — mantinha-se admiravelmente lúcido, o que lhe permitia acompanhar todos os fatos ligados à nossa terra e ao País, cumprindo, ainda, compromissos intelectuais, membro que era da Academia Cearense de Letras.

Como profissional de Medicina, formado na Bahia, projetou-se merecidamente no seio de sua classe, pontificando ao lado de grandes expoentes da geração de que foi contemporâneo, entre os quais os inolvidáveis José Frotá e Antonio Justa.

À frente da Prefeitura de nossa Capital, ofereceu ao desempenho do cargo o melhor de suas energias, imprimindo irrepreensível austeridade aos gastos públicos, com o que reorganizou as finanças municipais, tornando-as em condições de arcar com o pagamento em dia do funcionalismo e a efetuação de obras capazes de concorrer para o desenvolvimento urbanístico de Fortaleza.

Como Presidente do tradicional Clube Iracema, notabilizou-se por uma gestão profícua, assinalada pelos empreendimentos que conseguiu concretizar, dentre os quais a construção de uma sede majestosa, posteriormente transferida para o patrimônio da Edilidade, a fim de servir de sede à Prefeitura e a quase todas as suas Secretarias.

Ascendendo à imortalidade literária, autor que era de alguns livros e de numerosos artigos publicados na imprensa nordestina, Leite Maranhão passou a integrar a Academia Cearense de Letras, honrando e dignificando aquele prestigioso Sodalício no qual tomam assento grandes expressões da inteligência alencarina.

Casado com D. Ercila Botelho Maranhão, legou aos seus filhos Lúcio e Maranhão Filho, ambos médicos, ao advogado Túlio Maranhão e à Sr^a Rute Maranhão Chaves um inestimável patrimônio de grandeza moral e de fidelidade às causas mais nobres, de interesse da coletividade.

Na sua juventude, engajou-se na campanha civilista liderada por Rui Barbosa, cujas idéias passou a defender ardorosamente como tribuno de méritos comprovados.

O magistério constituiu também um dos setores de seu fecundo labor, tanto a nível de ensino normal, como o superior, na Faculdade de Odontologia do Ceará.

Por sua hombridade, cultura, espírito público e devotamento à causa da Medicina, Leite Maranhão sempre mereceu o respeito e a consideração de seus coestaduanos.

Rendo, pois, Sr. Presidente, à memória imperecível do ilustre professor — a quem estive ligado por laços de velha estima — a minha homenagem, revestida da mais profunda saudade. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 22/4/82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Durante a minha permanência de mais de 3 anos no Senado Federal, aqui e ali tenho exposto as minhas preocupações com o Nordeste e, especialmente, no que diz respeito ao meu Ceará.

A regularidade da estação invernos é a responsável pelo equilíbrio sócio-econômico de uma população que ainda busca, na agricultura e na pecuária, a fonte reguladora de sua economia. No entanto, a sua irregularidade tem sido causa, embora de maneira cíclica, do empobrecimento da ensolarada região nordestina.

O Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos, cientificamente, fez uma previsão sobre 5 anos de estiagem no Nordeste, da qual não se poderá retirar uma vírgula sequer do que foi previsto, quando nada até aqui!

O Sr. Alberto Silva — Dá licença para um aparte, nobre Senador

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, nobre Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Eu que, com V. Ex^a, visitei o Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos, e lá constatando exatamente o que V. Ex^a está dizendo, que não se pode retirar uma vírgula do que previu aquele Centro a respeito do que nestes cinco anos está ocorrendo, queria apenas fazer um registro aqui, pois, V. Ex^a e eu fomos relatores daquele documento, desejo expressar aqui exatamente a minha estranheza pelo fato de que, àquela ocasião, quando demos conhecimento inclusive à Casa do que estava ocorrendo, — e lá se vão quase dois anos da nossa visita — alguns governadores, a começar pelo do meu Estado, criticaram acerbamente os técnicos do CTA. E o do meu Estado chegou até a dizer que nuvem não era carneiro para ser tangida, como estava dito no relatório do CTA. Antecipando-me ao que V. Ex^a vai dizer, lamento porque não só o seu Estado sofreu e está sofrendo as consequências dessa irregularidade climática. E ao que sei nenhuma providência foi tomada no sentido de que os recursos totais pedidos pelo CTA chegassem até aquele órgão para minorar a situação do Nordeste. V. Ex^a tem o meu apoio total ao que vai dizer porque já sei que é, exatamente, a respeito da nossa visita, ao CTA, e não das providências que deixaram de ser tomadas.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço e digo que sempre contei com o apoio de V. Ex^a porque, como V. Ex^a há pouco afirmou, fomos companheiros naquela viagem de dois mil quilômetros percorridos entre Fortaleza e Teresina, ao que vimos e assistimos daquela população conflagrada. E tenho sempre a cautela, nobre Senador Alberto Silva, quando falo no CTA, de dar aquela acentuação que ele nos deu, naquele dia de aula que assistimos lá em São José dos Campos.

Tenho dito repetidas vezes — e não me cansarei de fazê-lo — que os técnicos do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos, em São Paulo, nos disseram que iríamos ter, provavelmente, cinco anos de estiagem, com dois anos de piques, 81 e 83; 82 seria quilo que nós chamamos, lá no nosso Nordeste, de um inverno "lavado" — em que não se pode ter certeza do tempo de sua duração; e se de fato ele chegará a ser um inverno criador, e que amenize o sofrimento, a fome da gente nordestina.

Digo isso porque alguns jornais do meu Estado anunciaram que o CTA teria dito que o ano de 1982 seria o pior ano de estiagem. Não, os técnicos não nos disseram isso, pelo contrário, eles disseram que teríamos dois anos de pique: 1981, que de fato foi, e 1983 que poderá ser; mas o que não se pode, Sr. Presidente, é duvidar dos estudos científicos do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos. Está aí tudo direitinho como eles previram; e ainda adiantaram uma coisa: que seca não é só a falta de chuva. Nós podemos ter seca com chuva, como tivemos em 1981, em que os grandes açudes sangraram, lá no Ceará, como aconteceu com os açudes de Orós, e Banabuiú, além de outros pequenos e médios reservatórios. Seca é chover fora de tempo.

O Sr. Alberto Silva — Exatamente. Nobre Senador, apenas para não deixar passar a oportunidade: o que é mais grave de tudo isso é que o documento do CTA foi entregue aos governadores de Estado em junho de 1978.

O SR. ALMIR PINTO — Foi aquela célebre reunião da SUDENE.

O Sr. Alberto Silva — Exatamente. Esse documento foi entregue aos governadores em 1978 e repetido em 1979, prevendo o acontecimento, e pedindo as providências. E nem os Governadores e nem a SUDENE tomaram as providências solicitadas pelo CTA. Isso é o que é mais grave.

O SR. ALMIR PINTO — É um complemento ao que nos disseram os técnicos lá do CTA, e da verdade do que estamos observando e assistindo.

Recordo-me bem de que, naquela ocasião, eles pediram 189 milhões, para 1980, e 89 milhões para 1981.

O Sr. Alberto Silva — Para os dois.

O SR. ALMIR PINTO — Porque o grande problema da seca, da estiagem, da falta de chuva no Nordeste, seria mais ou menos resolvido pelo MOCLIMA, através a formação de nuvens. Porque não adianta, por exemplo, termos os aviões, como tem a FUNCEME, no Ceará, para o bombardeamento das nuvens, se essas nuvens não aparecem. Tanto que, naquela oportunidade, eles usariam um navio desses já encostados da nossa frota, e que seria colocado no Atlântico Leste, e de lá disparariam poeira de carbono que, com evaporação, o aquecimento, o calor oceânico com aquela poeira de carbono, formar-se-iam nuvens, as quais seriam tangidas ao continente, através daquela graça que Deus nos deu, que são os ventos alíseos, que sopram de Norte a Nordeste. Com isso as nuvens seriam tangidas para o continente, na velocidade X; se não caíssem, aí então é que se daria o seu bombardeamento.

Mas o que esto sabendo — e não tivemos mais notícias do CTA — é que teria se concretizado a implantação de uma das 5 estações de rastreamento, na cidade de Petrolina, já que as outras quatro deveriam localizar-se em Feira de Santana, em Caicó, em Jaguaribe e em Picos. Seria interessante V. Ex^a como Presidente da Comissão de Assuntos Regionais do Senado promover uma nova visita a São José dos Campos para nos inteirarmos do que poderá acontecer de novo lá para o nosso Nordeste. Com a implantação das estações de rastreamento os aviões teriam uma orientação segura, não sairiam a catar nuvens aqui e ali, na incerteza; eles sairiam sabendo a posição delas e as bombardeariam. Depois se contaria exatamente com o MODART, que seria, digamos assim, o controlador, o distribuidor das chuvas. E já agora parece que se fala até no MODAEST, em virtude da apreensão do Governador de Pernambuco, de que essas nuvens não fossem levadas às regiões bem chuvosas e provocassem prejuízos na lavoura da região do Brejo. Então MODAEST daria uma orientação a essas nuvens, para serem bombardeadas nos locais mais necessitados.

Como estamos sem notícias lembraria a V. Ex^a a necessidade de entrar em comunicação com o Centro Aeroespacial, e se possível voltarmos lá, porque somos nordestinos e nos interessamos por tudo que diga respeito ao nosso Nordeste. E seria assim uma nova visita, já com esses quatro anos comprovados de seca de acordo com os estudos feitos pelo Centro. Seria, pois, bem interessante que tivéssemos mais essa oportunidade, para sabermos qual o futuro que nos aguarda a partir de 83; como está-se configurando o quadro ecológico do Nordeste brasileiro até o fim desta década.

O Sr. Alberto Silva — Permita-me nobre Senador. (Assentimento do orador.) Realmente V. Ex^a aborda com muita oportunidade o problema. Vou tomar as providências necessárias para, novamente, constituirmos aquela Comissão e fazermos uma visita ao Centro e verificar quais foram as providências tomadas daquela época para cá, o que está previsto, o que se desenvolve na área. Mas o que quero fixar, neste instante, é que de 1978, quando o CTA apresentou o seu programa, e pediu aqueles recursos, de lá para cá o Governo Federal já vai gastando, no Nordeste, quantia que está se aproximando aos setenta bilhões de cruzeiros, para atender a quase um milhão de flagelados, nas frentes de emergência. E o programa do CTA não ultrapassava os quinhentos milhões, nos dois programas. Ora, é esse fato que causa espécie e que não custava nada ter-se dado a um Centro de tamanha importância tecnológica, como é aquele, e com o respaldo honroso do Ministério da Aeronáutica, vamos dizer, com o aval de um Ministério que cria o Instituto Tecnológico, o ITA, que cria a EMBRAER, então tem prestígio nacional para ser o avalista daquele Centro. Não custava nada o Governo Federal ter dado aqueles recursos naquela ocasião, e talvez nós estivéssemos numa situação bem melhor, e não tivéssemos gasto tanto dinheiro, como gastamos, com as frentes de emergência. V. Ex^a aborda com precisão o problema, nesta tarde.

O SR. ALMIR PINTO — A grande verdade, nobre Senador, é que o Governo procurou assistir ao Nordeste. Quanto a isso não há dúvidas, porque o Presidente Figueiredo tem dado toda assistência, através do Ministério competente, o Ministério do Interior, onde vamos encontrar aquela figura exponencial do homem público, que é o Ministro Mário Andreazza, um gaúcho que parece ter sangue nordestino devotado a um trabalho digno de menção.

O Sr. Alberto Silva — Eu reconheço.

O SR. ALMIR PINTO — E, ademais, se a emergência tem apresentado falhas, é muito natural, porque o órgão encarregado de superintender o desenvolvimento do Nordeste foi esvaziado e não pode planejar uma política para o Nordeste, quando eclodisse uma estiagem de cinco anos, como a que vem ocorrendo.

Tenho aqui e no final, se V. Ex^a me permitir, irei pedir a transcrição de um memorial dos engenheiros agrônomos do Ceará sobre a questão da emergência permanente, onde eles dizem como a mesma deverá ser executada.

O Sr. Alberto Silva — Nobre Senador, apenas pediria mais um pouquinho da paciência de V. Ex^a, para fixar a minha posição. Não discuto, como nordestino, como piauiense e ex-governador, e agradeço as providências, como todos os nordestinos agradecem as providências do Presidente Figueiredo e do Ministro Mário Andreazza. Nós todos somos reconhecidos ao esforço feito para ajudar aos flagelados do Nordeste. O que eu quis caracterizar é que talvez se gastasse muito menos do que se gastou....

O SR. ALMIR PINTO — Matéria planejada, planificada....

O Sr. Alberto Silva — ... se ela tivesse sido atendida a tempo. Nem discuto se as frentes de emergência estavam certas ou não, era o dinheiro do CTA no devido tempo.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Senador Almir Pinto, creio que vale uma explicação, neste momento, quanto aos dois programas que foram sugeridos pelo CTA para o Nordeste, aos quais se referia o nobre Senador Alberto Silva. Trata-se do MODARTE — Programa de Modificação Artificial do Tempo e o MOCLIMA — que seria Modificação do Clima do Nordeste, um projeto bem mais ambicioso. O primeiro se refere ao problema da chuva artificial, da nucleação de nuvens e do aumento da precipitação das formações que, digamos, se desenvolvam naturalmente na região. O segundo pretende, além disso, modificar a quantidade de nuvens sobre a região, através da instalação de uma camada de carbono a uma certa altura do Atlântico, o que aumentaria a quantidade de calor sobre a água e uma formação maior de nuvens — é um projeto bem mais ambicioso. Mas posso garantir ao nobre Senador Alberto Silva que o MODARTE, que se refere a um programa que vêm há 10 anos sendo conduzido, teve, com o pedido do CTA, um apoio bem mais amplo. Há cerca de 4 meses o Governo iniciou a instalação de cerca de 10 centros em toda a região, cada um deles dotado de aviões e das condições mínimas necessárias para o ataque às nuvens, ao rebanho de nuvens numa operação que V. Ex^a tão bem conhece. Quanto ao outro, o projeto foi bastante criticado pelo Conselho Nacional de Pesquisa, e acredito que hoje eles estejam fazendo um reexame do assunto com o objetivo de detectar, de chegar a alguma conclusão sobre as vantagens de se aplicar recursos nesse segundo programa que seria o MOCLIMA. Realmente, o Governo deu atenção a esses dois projetos e a nós isso é muito grato, embora naturalmente a gente tenha pressa, porque o sofrimento já vem de longe.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um pequeno registro, nobre Senador

O SR. ALMIR PINTO — Pois não.

O Sr. Alberto Silva — A informação do CTA foi dada em 1978 e V. Ex^a nós dá, para contestação nossa...

O SR. ALMIR PINTO — Acontece que o Senador José Lins não estava presente quando do aparte de V. Ex^a

O Sr. Alberto Silva — Mencionei que todo aquele programa do CTA, inclusive o orçamento que ele pedia para a instalação dos dez centros foi de 1978, isto é, ele alertou o Nordeste e o País que a partir de 1979 ia acontecer o que está acontecendo. Já estamos quase no fim do período e o que estou reclamando foi o atraso das autoridades. Eu diria mesmo, nobre Senador, V. Ex^a que me conhece pessoalmente, que se eu fosse governador do Piauí em 1978, pelo menos no Piauí e com recursos do Governo do Piauí, o CTA teria instalado os centros — digamos que fossem dois no Piauí, dos dez — os dois do Piauí teriam sido montados. O que acho é que houve uma espécie de displicência e descrença dos governadores e seus técnicos, num instituto de tamanha envergadura tecnológica como é o CTA.

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte

O SR. ALMIR PINTO — pois não, Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Não entro no mérito da posição dos governadores. A mim me parece que o programa é mais federal do que propriamente estadual. Mas, em primeiro lugar, o CTA não acertou tanto quanto poderia parecer, porque ele previu que o ano de 1982 seria o pique da época ruim.

O Sr. Alberto Silva — Não, 1981 e 1983.

O Sr. José Lins — Pois bem, de 1981 a 83.

O SR. ALMIR PINTO — Não, 1981 e 1983; são dois anos de pique.

O Sr. José Lins — Pelo gráfico que tenho, pelos estudos que fiz do documento do CTA, o gráfico começa a se agravar a partir de 1979, 1980, 1981 e 1982, já em 1983 tendendo a melhorar — seria 5 anos; atualmente o Centro já propôs que teríamos mais 4 ou 6 anos ruins. Acontece, nobre Senador, que este ano exatamente, o inverno tem sido, pelo menos em alguns Estados, relativamente bom, todos os 93 mil alistados do Piauí já foram desalistados, já foram tirados da emergência e, do Ceará, os 390 mil tiveram uma baixa de 120 mil nestes últimos dias. De modo que, pelo menos nesses dois Estados, o inverno tem sido razoável, há um movimento para que a emergência não seja desmobilizada, mas esta é uma outra questão que certamente merece toda a atenção de nossa parte. Mas, para nosso prazer, digamos assim, porque ninguém quer o mal para a nossa Região, o CTA, a meu ver, não acertou tanto. Era o que eu havia previsto, quando fiz um discurso, em 1980, sobre esse estudo do CTA.

O Sr. Alberto Silva — Gostaria de dizer justamente o seguinte: seria até milagre se um organismo feito por homens...

O SR. ALMIR PINTO — Acontece tanto, não é

O Sr. Alberto Silva — ...por mais conhecimentos que ele tivesse, acertasse 100%. Mas 80% do que o CTA disse aconteceu. E mais, nobre Senador, no meu Estado notícia é muito fácil de dar; o Governador avisa que o Secretário de Agricultura do meu Estado disse que este é um ano fatura. Estou andando no interior do meu Estado, como candidato, como ex-Governador, conheço o meu Estado como a palma da mão — e tenho visto que mais de 50% da lavoura de cana está perdida, nobre Senador, porque há irregularidades.

O SR. ALMIR PINTO — Informo a V. Ex^a que tenho um pedacinho de chão no Ceará — minha cunhada é quem o administra — e, até caiu uma chuva de 78 milímetros e outra de 35; então, milho não haverá; poderá haver feijãozinho, mas milho não.

O Sr. Alberto Silva — Então, aquelas informações do CTA têm 80% de, vamos dizer, possibilidades de acontecer, estão acontecendo. Ora, se alguém me previne que vai haver uma calamidade, no mínimo eu deveria dar um pouco de crédito à importância do Instituto. O que eu quero dizer é que o Instituto tem embasamento científico suficiente e experiência, para dar informações desse tipo. Vamos dizer que no primeiro ano, ninguém acreditasse, mas do segundo ano em diante já é imprevidência não ter feito os 10 centros. O que custava O Governo já gastou mais de 50 bilhões, nobre Senador José Lins; 50 bilhões é muito dinheiro, e o CTA não pedia mais do que 500 milhões. O que custava ter jogado um crédito de confiança de 500 milhões no CTA O Governo do meu Estado pediu 600 milhões para terminar um estádio.

O Sr. José Lins — Senador, eu não discuto esse ponto. Inclusive, quero deixar bem claro que será impossível do Governo Federal desmobilizar emergência onde não houver inverno. Acho que seria um crime fazer isso.

O Sr. Alberto Silva — Não, mas eu não estou falando isso.

O Sr. José Lins — Quero dizer que estou de acordo com V. Ex^a Não se pode desmobilizar a emergência onde não há inverno, que seria o caso dessa área a que o nobre Senador Almir Pinto se refere. O que eu quero dizer a V. Ex^a é que a própria notícia divulgada pelo CTA, de que o Nordeste teria 5 anos de seca, foi uma notícia estranhamente prejudicial. Talvez, em confidência, devesse ter sido estudada, analisada, e o Governo tomar providências de precaução, porque a notícia era terrível. Agora, felizmente, não tivemos, nem vamos ter, esses 5 anos de seca, pelo menos generalizada.

O Sr. Alberto Silva — Mas, ele não disse 5 anos de seca, nobre Senador, ele disse 5 anos de irregularidades. E, mais uma coisa importante, nós que tivemos lá, as informações, nobre Senador José Lins, foram secretas; as primeiras informações do CTA foram em caráter secreto e sigiloso aos governos estaduais e à SUDENE, em 1978, para que tomassem as providências. Só depois, que ninguém falou, e quando já estávamos no ciclo da seca, é que os técnicos do CTA falaram publicamente. Eu gostaria de fazer este reparo.

O SR. ALMIR PINTO — Diante da informação prestada pelo nobre Senador José Lins, de que já o CTA está dando um elastério à previsão, eu voltarei àquele apelo que fiz a V. Ex^a de irmos até lá para sabermos qual o procedimento futuro da ecologia do Nordeste brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a

Mas, Sr. Presidente, continuando, direi justamente isto:

Este ano de 1982, parece o menos mau quanto às precipitações pluviométricas, não oferecendo a escassez que se acentuou em 1981, se bem que prevista para o ano de 1983 irmãos gêmeos, já que os dois foram considerados anos de "píques" da estiagem, dentro do terrível quinquênio de seca e de miséria para o sofrido Médio Setentrional brasileiro.

Fico às vezes assim, a pensar que o meu nobre colega e conterrâneo Senador José Lins, não aceita muito o estudo do CTA. Um dia ele quase que me disse que eu era uma cassandra ..., mas na verdade ele não aceita muito, os estudos de São José dos Campos.

Mas — é preciso que se diga que o ano de 1982 não está tão promissor — como se alardeia — para que induza o Governo Federal a uma "desativação", imprudente da emergência.

Quem visite a área problema, por maior boa vontade que tenha em ver generalizada a estação invernos, até este momento, apenas regular, sente a dura realidade em constatar que, neste mês de abril o "inverno" tem se limitado a chuvas finas e esparsas, não oferecendo margem a muito otimismo.

Lendo os jornais da minha terra, um seu editorialista reportava-se às palavras do Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Ceará —

FAEC — que se constituem numa séria advertência à população nordestina, ao afirmar que não se pode considerar uma coisa certa o inverno, para considerá-lo "pegado", como por lá costuma-se dizer. E pergunta o Presidente da Entidade: "Como considerar definida uma fase chuvosa que não fez ainda água com suficiência em qualquer município. Até hoje, já estamos no final de abril, e como costuma-se dizer: "abril chuvas mil", os grandes açudes ainda não sangraram.

...lembra ainda que até agora a pluviosidade tem sido distribuída de modo a garantir somente o desenvolvimento das plantações em alguns municípios". Já lhes dei notícia que minha cunhada comunicou-me que lá em Ipaumirim — vou localizar o município — talvez tenhamos apenas um pouco de feijão, mas do milho, do arroz, nem se fala.

É certo que este ano de 1982 está se diferenciando dos 3 anos anteriores perfilados neste quinquênio de seca. Assim é que — nos anos de 79, 80 e 81 as chuvas, embora, poucas, foram fortes e fizeram água nos pequenos, médios e grandes açudes, não só favorecendo aos pecuaristas, como ainda, aos 33 milhões de habitantes do Nordeste, que confiam em Deus, rogando-lhe para que a pluviosidade da presente estação invernal, seja copiosa, para que não lhes venham a faltar o precioso líquido. O caso de Fortaleza já citei. Se Fortaleza não estivesse, contando com a água dos dois grandes açudes que foram construídos pelo Governo do Estado, através do Ministério do Interior, os Açudes Gaveão e Pacoti a estas horas a capital cearense estaria morrendo de sede, porque o açude que a abastece, o Acaraú do Meio como sabe V. Ex^a, secou.

O Sr. Alberto Silva — É verdade.

O SR. ALMIR PINTO — Este discurso fiz há uns dez dias, era para ser lido antes da viagem que realizei à Nigéria, mas ainda está atualizado!

Aí está o drama por que vem passando a grande capital baiana — Salvador — sempre banhada por chuvas torrenciais, mas, na hora presente, está com os seus reservatórios a se exaurirem, submetida a um racionamento d'água — e o pior — sem contar no céu com nuvens que possam ser nucleadas!

Dai, Srs. Senadores — a apreensão do nordestino com a notícia da desativação da emergência, diante da irregularidade do inverno.

Esperamos que as chuvas venham a se intensificar em abril — mês de "chuvas mil" — e que se prolonguem, assegurando assim a colheita de uma boa safra, com gêneros alimentícios em abundância; além de uma boa colheita de algodão, caju, cana-de-açúcar, café, e mais, a pecuária, a gerarém riquezas para o Estado. Esta a nossa grande esperança.

Mas, Srs. Senadores — mesmo tudo correndo bem neste ano de 1982, eu pediria a atenção para um movimento que se esboça no Ceará, em que os agrônomos cearenses, num documento que deverá merecer a maior atenção do Governo Federal propõem a "Emergência Permanente" — num combate aos efeitos da seca.

Pedirei a V. Ex^as permissão para ler tão importante sugestão, para que todos tenham conhecimento do seu inteiro teor:

A Associação de Engenheiros Agrônomos do Ceará encaminhou ao Grupo Especial de Socorro às Calamidades Públicas (GESCAP), um documento propondo a transformação do atual Programa de Emergência num Programa Permanente de Combate aos Efeitos da Seca.

A desmobilização do programa atual, segundo o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos, Luís Carlos Regadas, causará sérios problemas de natureza econômico-social à comunidade rural, principalmente aos agricultores sem terras, ou proprietários de minifúndios.

Empobrecimento

No documento entregue ao Secretário da Agricultura e Abastecimento (Presidente do GESCAP), os engenheiros

agrônomos tecem considerações sobre a situação do agricultor cearense, considerando as secas não como causa, mas como um "agravante da miséria preexistente de cerca de 80 por cento da população rural, ou seja, 40 por cento da população regional".

Observa ainda o documento que nos anos de inverno normal o empobrecimento da população rural é constatado devido ao aviltamento dos preços dos produtos na época de safra e carestia dos produtos não agrícolas, além da falta de condições para um trabalho correto na terra, garantindo melhor produtividade.

Estes fatores são oriundos da necessidade imediata de venda da safra, para quitação de compromissos de crédito, e da necessidade de adquirir os produtos necessários à subsistência de comerciantes e outros atravessadores. Assim, os agricultores ficam, muitas vezes, sem condições para se manterem nos períodos de entressafra.

Os agrônomos observam também que as obras e serviços executados pelo Programa de Emergência não tornaram o trabalhador mais forte. Isto porque os maiores benefícios foram para os médios e grandes proprietários, através de dívidas perdoadas e crédito subsidiado.

Alertam ainda que a desmobilização da Emergência afetará o trabalhador sem terra e o pequeno proprietário, porque é sabido que somente após quatro meses de inverno regular a população tem condições de obter uma colheita que assegure sua subsistência. Assim, desmobilizado o programa, até o período da colheita, o agricultor pequeno ou meião não terá condições de sobreviver.

Proposta

Após uma exposição de motivos, os engenheiros agrônomos propõem: 1. A transformação dos recursos atualmente destinados ao pagamento da Emergência em fonte permanente de financiamento aos pequenos produtores sem terra para aquisição de terra própria, articulando este objetivo com os mesmos propósitos contidos no Projeto Ceará e no Projeto Sertanejo, especialmente em seu Extrato 1.2. Além da aquisição de terra este fundo de recursos deverá proporcionar crédito de custeio, na compra antecipada da produção e/ou excedentes da produção. E crédito de investimento para implantação de infra-estrutura nas propriedades adquiridas, pelos produtores sem terra. 3. Nas comunidades mais carentes, o programa poderia também construir, com participação dos agricultores, unidades escolares, de saúde e outras obras consideradas primordiais pelos sindicatos rurais. 4. A assistência técnica às pequenas propriedades e aos beneficiários do programa seria proporcionada pelos engenheiros agrônomos atualmente engajados no programa de Emergência, e outros que certamente seriam necessários contratar com o desenvolvimento do programa.

Segundo o Presidente da Associação, Luís Carlos Regadas, os recursos atualmente empregados na Emergência, que já se prolonga por três anos, não são uma concessão do Governo Federal, e sim uma obrigação de suprir as necessidades mínimas de uma população carente, e mantê-los em aplicações que fortalecessem o agricultor nordestino seria uma exigência justa, que as autoridades nordestinas têm o dever de reivindicar.

Aí está o documento que deverá figurar nas reuniões da SUDENE como uma das principais reivindicações para o Nordeste semi-árido e sofrido!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este seria o pronunciamento que eu deveria ter feito na segunda ou terça-feira da semana santa, mas não houve sessão. Em seguida viajei ao exterior, mas sinto, pelas informações que tenho obtido no meu Estado, que o escrevi há 10 dias atrás, ainda está atualizado.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 049

QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 46ª SESSÃO, EM 27 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício do Governador do Estado do Rio Grande do Norte

— Nº 66/82, encaminhando documentos necessários à instrução do Ofício S/36/81 (nº 153/81, na origem), lido em sessão anterior.

1.2.2 — Ofício da Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás

— Nº 836/82, encaminhando documentos necessários à instrução do Ofício S/41/81 (nº 580/81, na origem), lido em sessão anterior.

1.2.3 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

— Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

— Projeto de Lei da Câmara nº 45/82 (nº 1.898/79, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso sobre as áreas de terras que margeiam as rodovias federais.

— Projeto de Lei da Câmara nº 46/82 (nº 903/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 125 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e revoga a alínea d do § 2º do seu art. 126.

— Projeto de Lei da Câmara nº 47/82 (nº 1.899/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que “dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos”.

— Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 118/74 (nº 914-B/80, na Câmara dos Deputados), que define os crimes de responsabilidade do Governador e dos Secretários do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências.

1.2.4 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 291/79; Mensagens nºs 314, 360, 371, 395, 367 e 401/81; e Projetos de Decretos Legislativos nºs 9/80 e 4/81 (Redações finais).

1.2.5 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 58, de 1982, de autoria do Sr. Senador Bernardino Viana, que altera o art. 47 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração — acrescentando-lhe § 2º e renumerando seu parágrafo único.

— Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1982 — Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.

— Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1982, de autoria da Srª Senadora Laélia de Alcântara, que acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 1.923, de 20

de janeiro de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

1.2.6 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

De substituição de membro em comissão mista.

1.2.7 — Requerimentos

— Nº 65/82, de autoria do Sr. Senador Dirceu Cardoso, solicitando informações ao Banco Central sobre matéria que menciona.

— Nº 66/82, de autoria do Sr. Senador Dirceu Cardoso, solicitando informações sobre matéria legislativa em tramitação.

— Nº 67/82, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena e outros, de homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Plínio Lemos. **Aprovado**, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Srs. Humberto Lucena e Dirceu Cardoso, tendo o Sr. Presidente, em nome da Mesa, se associado às homenagens.

1.2.8 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 117/79, de sua autoria, que dispõe sobre a aplicação, como incentivo fiscal, na área da SUDAM, da totalidade do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal.

SENADORA LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Necrológio da Srª Carlota Pereira de Queiroz.

SENADOR LÁZARO BARBOZA — Movimento grevista desenhado pelo magistério do Estado de Goiás.

SENADOR LUIZ FERNANDO FREIRE — Transcurso da data natalícia do Dr. José Thomas Nabuco.

SENADOR ALMIR PINTO — Centenário de falecimento do naturalista inglês Charles Darwin.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Inauguração da Rádio “Som Brasil”, em Cachoeiro do Itapemirim — ES.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Audiência a ser mantida pelo Sr. José Bernardo Cabral, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, com o Senhor Presidente da República, com a finalidade de convidar Sua Excelência para participar da II Conferência Nacional dos Advogados, a realizar-se no próximo mês na Cidade de Florianópolis.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do direito tributário, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** por falta de “quorum” para votação do Requerimento nº 47/82, tendo usado da palavra o Sr. Lázaro Barboza.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o

comerciário, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 5.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil, e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de "quorum" para votação do Requerimento nº 35/82.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MARCOS FREIRE — Manifestação contrária à aprovação do Decreto-lei nº 1.932/82, que institui incentivo fiscal a projetos de interesse para o comércio exterior do País, situados em áreas da Amazônia Oriental, face a possível evasão de recursos do Nordeste.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Ação da diplomacia brasileira para integração econômica do País com as demais nações latino-americanas.

SENADOR AGENOR MARIA — Esvaziamento econômico dos municípios brasileiros.

SENADOR LEITE CHAVES — Apreciação, pelo Senado, dos pedidos de empréstimos dos municípios e, em particular, os solicitados pelo Governo do Estado do Paraná.

SENADOR ALBERTO SILVA — Redução do preço cobrado pelo "bandeirão" da Universidade Federal do Piauí.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Nota do IBC a respeito da adulteração na comercialização do café moído.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Editorial do *Estado de Minas*, de 28 de março último, intitulado Força da Verdade, de homenagem ao ex-Governador Rondon Pacheco.

SENADOR BERNARDINO VIANA — Pleito de prefeitos de municípios piauienses ao Governo Federal.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Apelo ao Ministério da Previdência e Assistência Social concernente ao desconto de aposentados e pensionistas para a Previdência Social.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES
Do Sr. Evandro Carneira, pronunciado na sessão de 22-4-82.
Do Sr. Leite Chaves, pronunciado na sessão de 26-4-82.

3 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO
Nºs 15 a 18, de 1982

4 — ATA DE COMISSÃO

5 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF
Ata de reunião, realizada em 19-4-82

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 46ª SESSÃO, EM 27 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO, PASSOS PÓRTO, GILVAN ROCHA, CUNHA LIMA E JORGE KALUME

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Aloysio Chaves — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Passos Pôrto — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — José Fragelli — Afonso Camargo — José Richa — Jaison Barreto — Tarso Dutra

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Nº 066/82, de 22 de abril de 1982, encaminhando documentos necessários à instrução do Ofício S/36, de 1981 (nº 153/81, na origem), que solicitou autorização do Senado para que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte possa contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos).

(A Comissão de Finanças.)

OFÍCIO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 836/82, de 31 de março de 1982, encaminhando documentos necessários à instrução do Ofício S/41, de 1981 (nº 580/81, na origem), que solicitou autorização do Senado para que o Governo do Estado de Goiás possa contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares).

(A Comissão de Finanças.)

OFÍCIOS

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos das seguintes matérias:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 1982

(Nº 1.898/79, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a conceder direito real de uso sobre as áreas de terras que margeiam as rodovias federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso sobre áreas de terras às margens das rodovias federais para exploração de culturas temporárias e de árvores frutíferas.

§ 1º O direito real de uso, independentemente de prévia concorrência, será concedido gratuitamente, subordinado a condição resolúvel, não podendo ser transferido por atos entre vivos ou por sucessão legítima ou testamentária.

§ 2º Tem preferência na concessão o proprietário confrontante.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

(A Comissão de Agricultura.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 1982

(Nº 903/79, na Casa de origem)

Dá nova redação ao art. 125 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e revoga a alínea d do § 2º do seu art. 126.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 125 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 125 As licitações para compras, obras e serviços passam a reger-se, tanto na Administração Direta como nas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, pelas normas consubstanciadas neste Título e disposições complementares aprovadas em Decreto."

Art. 2º Revogam-se a alínea d do § 2º do art. 126 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA**DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967**

Dispõe sobre a organização da administração pública, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências.

TÍTULO XII

Das Normas relativas a Licitações para Compras, Obras, Serviços e Alienações

Art. 125 As licitações para compras, obras e serviços passam a reger-se, na Administração Direta e nas autarquias, pelas normas consubstanciadas neste Título e disposições complementares aprovadas em decreto.

Art. 126 As compras, obras e serviços efetuar-se-ão com estrita observância do princípio da licitação.

§ 2º É dispensável a licitação:

d) na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, bem como na contratação de serviços com profissionais ou firmas de notória especialização;

(As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 1982

(nº 1.899/79, na Casa de origem)

— A 16620**Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que "dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos".**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

§ 1º

§ 2º A doença será comprovada mediante atestado médico, fornecido por médico legalmente habilitado para o exercício da profissão, ou por cirurgião-dentista, quando a doença for na sua área de atuação."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949**

Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salários nos dias feriados civis e religiosos.

Art. 6º Não será devida a remuneração quando, sem motivo justificável, o empregado não tiver trabalhado durante toda a semana anterior, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho:

São motivos justificados:

a) os previstos no art. 473 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho;

b) a ausência do empregado, devidamente justificada, a critério da administração do estabelecimento;

c) a paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho;

d) a ausência do empregado, até três dias consecutivos, em virtude de seu casamento;

e) a falta de serviço com fundamento na lei sobre acidente do trabalho;

f) a doença do empregado, devidamente comprovada.

§ 2º A doença será comprovada mediante atestado de médico de instituição de Previdência Social a que estiver filiado o empregado, e, na falta deste e sucessivamente, de médico do Serviço Social do Comércio ou da Indústria, de médico da empresa ou por ela designado; de médico a serviço de repartição federal, estadual ou municipal, incumbido de assuntos de higiene ou de saúde pública, ou não existindo estes, na localidade em que trabalhar, de médico de sua escolha.

§ 3º Nas empresas em que vigorar regime de trabalho reduzido, a frequência exigida corresponderá ao número de dias em que o empregado tiver de trabalhar.

(As Comissões de Saúde e de Legislação Social)

EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 1974

(nº 914-B/80, na Câmara dos Deputados)

Define os crimes de responsabilidade do Governador e dos Secretários do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências.

— Nº 1 —

Suprima-se o art. 6º e seu parágrafo único e dê-se ao art. 5º e seu § 1º a redação abaixo, mantido o seu § 2º:

"Art. 5º O Governador do Distrito Federal e os Secretários do Governo, nos crimes conexos com os daquele, responderão, até 2 (dois) anos após haverem deixado o cargo, pelos atos que, consumados ou tentados, a lei considere crime de responsabilidade praticados no exercício da função pública.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos dirigentes de autarquias, órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal.

— Nº 2 —

Acrescente-se ao projeto, renumerando-se os demais, o seguinte artigo:

"Art. 7º As disposições da presente lei aplicam-se aos Governadores e Secretários dos Territórios Federais."

(As Comissões de Constituição e Justiça e do Distrito Federal.)

PARECERES**PARECERES Nºs 167 e 168, DE 1982**

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 1979, que "institui salário adicional para os trabalhadores que exercem atividade em contato permanente com energia elétrica, em condições de periculosidade".

PARECER Nº 167, DE 1982

da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Bernardino Viana

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Nelson Carneiro, objetiva conceder aos trabalhadores que exercem atividade em contato permanente com energia elétrica, "em condições de periculosidade", uma gratificação adicional de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração percebida e a ser paga, mensalmente, pelos empregadores.

Em resumo, a proposição visa estender aos que trabalham em eletricidade em condições de periculosidade, o mesmo benefício conferido pela Lei nº 2.573/55, aos trabalhadores que prestam serviços em contato permanente com inflamáveis.

No art. 3º, o Projeto considera "como condições de periculosidade, os riscos a que estão sujeitos os trabalhadores, decorrentes da produção, construção, montagem, operação e manutenção de redes elétricas, subestações transformadoras, usinas geradoras de energia elétrica e demais equipamentos, em contato com energia elétrica".

Sem discordarmos das alegações expendidas pelo Autor na Justificação, entendemos, todavia, que a matéria, como está colocada, desatende à sistemática adotada pelo legislador brasileiro, no tocante à espécie, senão veja-

mos: a Constituição, art. 165, item IX, assegura aos trabalhadores dentre outros direitos, à Higiene e à Segurança do Trabalho, enquanto que nos artigos 154 e 441, da CLT, encontramos um longo rol de artigos capitulados nos títulos "Segurança e Higiene do Trabalho" e "Normas Especiais de Tutela do Trabalho".

Tratando-se, portanto, de normas genéricas, a concessão de tal benefício seria discriminatória, por não contemplar outras não menos importantes classes trabalhadoras, igualmente tuteladas pela legislação citada.

Esse é, em linhas gerais, o entendimento expendido pelo ilustre Senador Franco Montoro, na Comissão de Legislação Social, em parecer ao PLS nº 149, de 1976, que dispunha sobre idêntica concessão de gratificação de risco de vida, em favor dos trabalhadores na construção civil, acompanhando, aliás, o voto contrário desta CCJ, quanto ao mérito daquela proposição.

Por tratar-se de matéria semelhante, e não existindo razões para que seja modificada tal inteligência, nossa manifestação é, igualmente no mérito, pela rejeição do projeto, ainda que constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 1979. — *Henrique de la Rocque*, Presidente — *Bernardino Viana*, Relator — *Cunha Lima*, vencido — *Almir Pinto* — *Murilo Badaró* — *Raimundo Parente* — *Amaral Furlan* — *Lenoir Vargas*.

PARECER Nº 168, DE 1982 Da Comissão de Legislação Social

Relator: Senador *Franco Montoro*.

Objetiva o eminente Senador Nelson Carneiro, com o presente projeto, assegurar aos trabalhadores que exercem atividades em contrato permanente com energia elétrica um adicional de 30%, incidente sobre a remuneração percebida.

Esclarece o Autor, em sua "justificativa", que no Quadro Anexo à Lei Orgânica da Previdência Social estão codificadas as atividades consideradas insalubres ou perigosas, assecutorias, portanto, da chamada aposentadoria especial. Entre elas se encontra a referente "aos trabalhos permanentes em instalações ou equipamentos elétricos, com riscos de acidentes", como sejam as exercidas por "eletricistas, cabistas, montadores e outros".

O projeto encontra, assim, sua sustentação jurídica na própria lei. Isto porque, no elenco das atividades insalubres ou perigosas, todas são contempladas com adicionais, variáveis segundo o respectivo grau de risco.

O legislador, porém, separou em diplomas distintos a regulamentação da matéria. Desta forma, enquanto que as atividades insalubres estão minuciosamente relacionadas no "Regulamento de Benefícios da Previdência Social", as atividades perigosas ficaram disciplinadas pela Lei nº 2.573, de 1955, que, se referindo especificamente aos trabalhadores em contato permanente com inflamáveis, deixou, praticamente, a descoberto todos os demais profissões igualmente exercidas em condições de periculosidade.

Tanto é assim que o Tribunal Superior do Trabalho, decidindo reclamação em que trabalhadores da indústria de energia elétrica postulavam o pagamento do adicional, considerou que

"o conceito de trabalho perigoso, a que se refere a Lei nº 2.573/55, não é amplo. Ao contrário. Foi instituído apenas para os trabalhadores que exercem suas atividades em contato permanente com inflamáveis.

Assim, o trabalho em subestação onde existem transformadores de alta tensão não se enquadra no campo da incidência da mencionada lei. O serviço é perigoso, mas o adicional não o alcança" (RR-1514/67)."

Ficaram, portanto, os trabalhadores da indústria da energia elétrica ao desamparo, embora não houvesse uma só voz que não considerasse perigosa a atividade. Era de se esperar, assim, que com a total reformulação do Capítulo V, do Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata das medidas de Segurança e Higiene do Trabalho, fosse a matéria convenientemente disciplinada. No entanto, ao se referir às "atividades ou operações perigosas", o artigo 193 as circunscreveu entre aquelas que "impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos", deixando, mais uma vez, a atividade em energia elétrica excluída do adicional de 30% previsto no § 1º ao referido artigo.

Não se pode dizer que tenha havido intencionalidade nessa exclusão ou que o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, ao regulamentar as leis sobre a matéria, tenham considerado aquela atividade insuscetível do adicional. Isto porque, como foi visto, a periculosidade está reconhecida em normas vigentes, haja vista o próprio Regulamento de Custeio da Previdência Social, Decreto nº 83.081, de 24-1-79, bem recente portanto, que incluiu a Produção

e Distribuição de Energia Elétrica no Grau de risco máximo (taxação de 2,5% sobre as folhas de pagamento) para os fins de contribuição do Seguro de Acidentes do Trabalho (itens 122 e 801.03, do Anexo I).

Ante essa constatação iniludível, claro está que os trabalhadores em serviços de energia elétrica só não têm o direito ao adicional por falta de uma lei que, positivamente, o assegure. Não se diga, à semelhança de projetos que têm tratado desses adicionais, que a solução do problema esteja afeta ao Poder Executivo por força do que dispõe o referido artigo 193 da CLT. Reconhecemos que cabe, realmente, ao Ministério do Trabalho enquadrar as atividades insalubres ou perigosas, fixando-lhes o grau de risco, de acordo com os exames periciais que, por seus setores especializados, procede em cada empresa.

No caso em apreço, porém, tal enquadramento é inviável, exatamente porque o próprio artigo 193 impede a inclusão da "energia elétrica" entre as atividades perigosas ao restringi-las às que "impliquem no contato permanente com inflamáveis ou explosivos". Evidentemente, a energia elétrica não se enquadra em nenhuma dessas hipóteses.

Ante essas considerações, que demonstram a pertinência do projeto, opinamos pela sua aprovação, com a emenda sugerida pelo eminente Senador Aloysio Chaves, no Voto em Separado anexo, aprovada pela Comissão.

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — *Raimundo Parente*, Presidente — *Franco Montoro*, Relator — *Aloysio Chaves* — *Euni e Michiles* — *Lenoir Vargas* — *Gabriel Hermes*, com restrições — *José Fragelli*, com restrições.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ALOYSIO CHAVES

O nobre Senador Nelson Carneiro submete à discussão do Congresso Nacional projeto de lei que visa a assegurar adicional salarial aos trabalhadores que trabalham permanentemente em contacto com a eletricidade.

Justifica o eminente Senador que a lei já garante ao trabalhador adicional no caso de trabalho insalubre, assim como, em condição de periculosidade, no caso de inflamáveis. Deseja, simplesmente, que esse direito seja estendido aos que, no dia-a-dia, estão em contacto permanente com a eletricidade.

Do ponto de vista constitucional e legal não há nenhum óbice, como, aliás, já se manifestou o eminente Senador Bernardino Viana, tanto mais que a Carta Maior, dentre outros direitos, garante ao trabalhador os referentes à higiene e à segurança no trabalho.

Quem quer que esteja familiarizado com a Legislação Social em nosso país deve notar que ela vem conferindo ao homem que trabalha e que é, assim, a força viva do impulso nacional, maior soma de direitos e, talvez, por isso é que Javert de Souza Lima, em alentado trabalho publicado na *Revista Forense*, vol. 194, página 44, sustenta:

"A preocupação fundamental do direito do trabalho de considerar o indivíduo, não abstrata e isoladamente, mas, sim, como integrante de um agrupamento humano — onde as exigências sociais se assemelham, pelo lado econômico-social — reflete-se, de maneira decisiva, no seu alcance político e institucional."

Algumas tentativas têm sido feitas para assegurar ao trabalhador o adicional de que trata o projeto, mas por via de sentença normativa e convenção coletiva de trabalho, pois, no Direito do Trabalho é o Juiz também legislador, toda a vez que estabelece, no uso de poder normativo constitucional, novas condições de trabalho. A convenção coletiva do trabalho, tão usada ultimamente — a negociação coletiva — é instrumento que cria o Direito, porque, como bem acentua Carnelutti — "é ela um híbrido, che ha il corpo dei contratto e l'anima della legge" — e na verdade o é, corpo de contrato mas alma de lei.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que todo trabalho é perigoso. A teoria do risco profissional em que se assentam as leis acidentárias, criando a responsabilidade sem culpa e formando a teoria objetiva, nada mais é do que a proteção de todo o trabalhador em face do risco criado, seja por quem for.

No caso, porém, o risco decorre da natureza da atividade, um risco próximo e não remoto, que não se pode comparar, por exemplo, com os riscos decorrentes da construção civil. É o caso da atividade permanente com inflamáveis, já contemplada com a Lei nº 2.573/55, regulamentada pelo Decreto nº 40.119, de 15 de outubro de 1956, e com as atividades ditas insalubres, assentadas pela Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, e Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938, e inicialmente regulamentada pela Portaria SCM-51, precursora de toda legislação editada posteriormente, criando-se a insalubridade em vários graus, máximo, médio ou mínimo, conforme a incidência insalubre.

Mas não é, como parece evidente, qualquer contacto com a eletricidade que gera o direito. O artigo 3º do projeto tenta explicar a incidência, mas se faz necessário tornar a matéria mais explícita, sem embargo de que o regulamento poderá fazê-lo.

O que a lei deverá proteger é o trabalho sempre que os serviços fiquem expostos à tensão superior a 250 volts, como prevê, aliás, a Lei Orgânica da Previdência Social e consta da justificativa.

Sugiro, deste modo, a seguinte redação para o artigo 3º:

"Art. 3º Consideram-se, para os efeitos desta lei, como condições de periculosidade, os riscos a que estão sujeitos os trabalhadores; decorrentes da produção, construção, montagem, operação e manutenção de redes elétricas, subestações transformadoras, usinas geradoras de energia elétrica e demais equipamentos, em contacto com energia elétrica, desde que em serviços expostos à tensão superior a 250 volts."

Não há negar que o projeto vai onerar as empresas de energia elétrica com o sobre-salário num momento difícil para a economia do país e que esse ônus será repassado para o consumidor final, no caso o usuário, mas não se pode deixar de atender a uma reivindicação justa, eminentemente social.

Não há discriminação entre outras atividades, o que feriria o princípio isonômico de igualdade de todos perante a lei, mas é a própria Constituição que estabelece que os desiguais devem ser tratados desigualmente. A lei, para que se erija num instrumento vivo, deve se adaptar aos fatos, como diria Duguit. Ninguém ignora, em nossos dias, o perigo que advém no trato com a electricidade. É fato dos nossos dias e a lei deve caminhar com os fatos e não deixar que os fatos caminhem adiante dela.

Por todos estes fundamentos, voto pela aprovação do PLS. nº 291, de 1979, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CLS

Dê-se ao artigo 3º do Projeto de Lei nº 291, de 1979, a seguinte redação:

"Art. 3º Consideram-se, para os efeitos desta lei, como condições de periculosidade, os riscos a que estão sujeitos os trabalhadores, decorrentes da produção, construção, montagem, operação e manutenção de redes elétricas, subestações transformadoras, usinas geradoras de energia elétrica e demais equipamentos, em contacto com energia elétrica, desde que em serviços expostos à tensão superior a 250 volts."

Sala das Comissões, 18 de março de 1982. — *Aloysio Chaves*.

PARECERES Nºs 169, 170 e 171, DE 1982

PARECER Nº 169, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 314, de 1981 (nº 493/81, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Patu (RN), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 12.458.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros).

Relator: Senador *José Lins*

Com a Mensagem nº 314/81, o Senhor Presidente da República submeteu à deliberação do Senado Federal, pleito da Prefeitura de Patu (RN), que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, a seguinte operação de crédito:

"Características da operação:

- a — Valor: Cr\$ 12.458.000,00;
- B — Prazos:
 - 1 — de carência: 1 ano;
 - 2 — de amortização: 12 anos;
- C — Encargos:
 - 1 — juros de 6% a.a.;
 - 2 — correção monetária: 20% do índice de variação dos ORTNs;
- D — Garantia: quotas do Fundo de Participação dos Municípios — FPM;
- E — Destinação dos recursos: construção de escolas de 1º e 2º graus nas zonas rural e urbana.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pedido por entendê-lo técnico e financeiramente viável, não devendo os compromissos decorrentes da operação de crédito sob exame acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o empreendimento a ser financiado pela presente operação de crédito se enquadra nas diretrizes operacionais do FAS e tem grande repercussão sócio-econômica para a área beneficiada pelo projeto.

Assim, acolhemos a mensagem nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 27, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 12.458.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Patu, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 12.458.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de escolas de 1º e 2º graus nas zonas rural e urbana, daquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de novembro de 1981. — *José Richa*, Presidente — *José Lins* — Relator — *Gabriel Hermes* — *Alberto Silva* — *Bernardino Viana* — *Lenoir Vargas* — *Benedito Canelas* — *Lomanto Júnior*.

PARECERES Nºs 170 e 171, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 27, de 1982 da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a elevar em Cr\$ 12.458.000,90 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 170, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça.

Relator: Senador *Bernardino Viana*

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, com conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 314/81 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Patu (RN) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 12.458.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), destinada a financiar a construção de escolas de 1º e 2º graus, nas zonas rural e urbana, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também desta Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo nenhum óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1981. — *Aloysio Chaves*, Presidente — *Bernardino Viana*, Relator — *João Calmon* — *Aderbal Jurema* — *Murilo Badaró* — *Benedito Canelas* — *José Fragelli* — *Lenoir Vargas* — *Raimundo Parente* — *Tancredo Neves*.

PARECER Nº 171, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador *Raimundo Parente*

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do Projeto de Resolução em tela, objetiva autorizar à Prefeitura Municipal de Patu (RN), nos termos do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 12.458.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de escolas de 1º e 2º graus nas zonas rural e urbana, daquele município.

A proposição mereceu a acolhida da douta Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada será de grande impacto sócio-econômico para a Região beneficiada pelo investimento.

Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Lomanto Júnior*, Presidente — *Raimundo Parente*, Relator — *Tarso Dutra* — *Luiz Fernando Freire* — *Aderbal Jurema* — *Afonso Camargo* — *Lenoir Vargas* — *Moacyr Dalla* — *Benedito Canelas*.

PARECERES Nºs 172, 173 E 174, DE 1982

PARECER Nº 172, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 360, de 1981 (nº 555/81, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Carai (MG), a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Gabriel Hermes.

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Carai (MG) autorizada a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 35.000 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 1.239,39, em outubro/81.

2. Características das operações:

"OPERAÇÃO I:

A — Valor: Cr\$ 37.181.700,00 (correspondente a 30.000 UPCs de Cr\$ 1.239,39, em out/81);

B — Prazos:

1 — de carência: até 36 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 360 meses;

C — Encargos:

1 — juros: até 1,6% a.a. após a carência;

2 — correção monetária: trimestralmente, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada parcela liberada;

D — Garantias: primeira e especial hipoteca dos lotes de terreno e das habitações a serem construídas, bem como a vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: construção de 100 unidades habitacionais de interesse social, com valores unitários limitados ao máximo de 300 UPCs, destinadas a trabalhadores com renda de até 3 salários mínimos, aos quais o financiamento será transferido após a comercialização de tais imóveis.

OPERAÇÃO II:

A — Valor: Cr\$ 6.196.950,00 (correspondente a 5.000 UPCs de Cr\$ 1.239,39, em out/81);

B — Prazos:

1 — de carência: até 18 meses, contados a partir da última liberação dos recursos;

2 — de amortização: até 360 meses após a carência;

C — Encargos:

1 — juros: 1% a.a. pelo repasse;

2 — correção monetária: trimestral, conforme as variações da UPC;

3 — seguros previstos pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH);

4 — taxa de administração do BNH: 1% sobre cada parcela liberada;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: execução de obras de infraestrutura urbana necessária à construção das 100 unidades habitacionais, objeto da Operação I."

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, as operações de crédito sob exame são viáveis econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei nº 404, de 28-5-81, autorizadora das operações;

b) Exposição de Motivos (EM nº 322/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favora-

velmente ao pleito, formulado conforme o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I e III do art. 2º da Resolução nº 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que por força das disposições contidas no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Resolução nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 28, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Carai (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Carai, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos no valor global acima, junto à Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinados à construção de 100 unidades habitacionais de interesse social, e execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — José Richa, Presidente — Gabriel Hermes, Relator — Luiz Cavalcante — José Caixeta — Benedito Canellas — Bernardino Viana — Lomanto Júnior.

PARECERES Nºs 173 E 174, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 28, de 1982, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Carai (MG) a elevar em Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 173, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Tancredo Neves

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 360/81 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Carai (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) destinada à construção de 100 unidades habitacionais de interesse social e execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — Lenoir Vargas, Presidente, em exercício — Tancredo Neves, Relator — Dirceu Cardoso, com restrições — José Fragelli — Almir Pinto — José Lins — Aderbal Jurema — Raimundo Parente — Bernardino Viana.

PARECER Nº 174, DE 1982
Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Raimundo Parente

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Carai (MG), nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 43.378.650,00 (quarenta e três milhões, trezentos e setenta e oito mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros) destinada a construção de 100 unidades habitacionais de interesse social e execução das obras de infra-estrutura necessárias, naquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada terá grande impacto sócio-econômico para a região.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Raimundo Parente, Relator — Tarso Dutra — Luiz Fernando Freire — Aderbal Jurema — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canelas.

PARECERES Nºs 175, 176 E 177, DE 1982
PARECER Nº 175, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 371, de 1981 (nº 566, de 1981, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Janduí (RN), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.179.000,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil cruzeiros).

Relator: Senador Lomanto Júnior

Com a Mensagem nº 371, de 1981, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal, pleito da Prefeitura Municipal de Janduí (RN), que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

“Características da operação:

- A — Valor: Cr\$ 3.179.000,00;
- B — Prazos:
 - 1 — de carência: 24 meses;
 - 2 — de amortização: 120 meses;
- C — Encargos:
 - 1 — juros de 6% a.a.;
 - 2 — correção monetária: 40% do índice de variação trimestral das ORTN;
- D — Garantia: quotas do Fundo de Participação dos Municípios — FPM;
- E — Destinação dos recursos: construção de uma unidade escolar para ensino de 1º grau”.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pleito, por entendê-lo técnica e financeiramente viável, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o empreendimento a ser financiado pela presente operação de crédito se enquadra nas normas e diretrizes do FAS, e determinará a melhoria das condições sociais na região beneficiada, pela ampliação da estrutura escolar ali destinada ao ensino de 1º grau.

Ante o exposto, somos pelo acolhimento da Mensagem nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 29, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí (RN), a elevar em Cr\$ 3.179.000,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Janduí, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 3.179.000,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna,

a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de uma unidade escolar para ensino de 1º grau, naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — José Richa, Presidente — Lomanto Júnior, Relator — Gabriel Hermes — Luiz Cavalcante — José Caixeta — Bernardino Viana — José Lins — Benedito Canelas.

PARECERES Nºs 176 E 177, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 29, de 1982, da Comissão de Economia que “autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí (RN) a elevar em Cr\$ 3.179.000,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna”.

PARECER Nº 176, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Raimundo Parente

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 371/81, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí (RN) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.179.000,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil cruzeiros) destinada à construção de uma unidade escolar para ensino de 1º grau, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — Lenoir Vargas, Presidente, em exercício — Raimundo Parente, Relator — Aderbal Jurema — José Lins — Tancredo Neves — Bernardino Viana — Dirceu Cardoso, com restrições — José Fragelli — Almir Pinto.

PARECER Nº 177, DE 1982
Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Raimundo Parente

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Janduí (RN), nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.179.000,00 (três milhões, cento e setenta e nove mil cruzeiros), destinada à construção de uma unidade escolar para ensino de 1º grau, naquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada terá grande impacto sócio-econômico para a região.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Raimundo Parente, Relator — Tarso Dutra — Luiz Fernando Freire — Aderbal Jurema — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canelas.

PARECERES Nºs 178, 179 E 180, DE 1982

PARECER Nº 178, DE 1982

da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem nº 395, de 1981 (nº 594/81 na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja “autorizada a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna”.

Relator: Senador José Caixeta

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a

Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) autorizada a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), valor correspondente a 181.850 UPC, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 877,86, em abril/81.

2.

“Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 159.638.841,00 (correspondente a 181.850 UPC, à razão de Cr\$ 877,86 em abril/81);

B — Prazos:

1 — de carência: 12 meses, a partir da conclusão da obra, não podendo ultrapassar 36 meses;

2 — de amortização: 240 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 3% a.a (2% a.a. para o BNH e 1% a.a. para agente),

2 — correção monetária de acordo com o Plano de Correção Monetária (PCM),

3 — taxa de administração de 1% sobre o valor de cada parcela liberada,

4 — taxa de compromisso igual à taxa nominal de juros acrescida de 1%, após 60 dias, sobre a parcela do empréstimo não utilizada na época prevista do cronograma de desembolso;

D — Garantia: vinculação de parcelas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM); e

E — Destinação dos recursos: implantação do Projeto Cura-Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, no Município, na área do Neblina, abrangendo sistema viário, águas pluviais, energia elétrica e lazer.”

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei nº 486, de 12-2-80 autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 367/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário nacional ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + operação sob exame), seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelo item II do art. 2º da Res. nº 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Res. nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30, DE 1982.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Araguaína, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado à implantação do Projeto CURA — Comunidade Urbana para Recu-

peração Acelerada, na área do Neblina, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — José Richa, Presidente — José Caixeta, Relator — Benedito Canelas — Bernardino Viana — Luiz Cavalcante — Lomanto Júnior — José Lins — Gabriel Hermes.

PARECERES Nºs 179 e 180, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 30, de 1982, da Comissão de Economia, que “autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO), a elevar em Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

PARECER Nº 179, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Raimundo Parente

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 395/81 do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros) destinada à implantação do Projeto CURA — Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, na área do neblina, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — Lenoir Vargas, Presidente, em exercício — Raimundo Parente, Relator — Bernardino Viana — Aderbal Jurema — Tancredo Neves — José Lins — Almir Pinto — José Fragelli — Dirceu Cardoso, vencido.

PARECER Nº 180, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Raimundo Parente

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Araguaína (GO), nos termos do que estabelece o art. 2º da resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 159.638.841,00 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros), destinada à implantação do Projeto CURA — Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, na área do Neblina, naquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada terá grande impacto sócio-econômico para a região.

Ante o exposto somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — Lomanto Junior Presidente — Raimundo Parente Relator — Tarso Dutra — Luiz Fernando Freire — Aderbal Jurema — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canelas.

PARECERES Nºs 181, 182 E 183, DE 1982

PARECER Nº 181, DE 1982

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem nº 367, de 1981 (nº 562/81, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Goiutaba (GO) a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador José Caixeta

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a

Prefeitura Municipal de Goiátuba (GO) autorizada a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

2. "Características da operação:

"A — Valor: Cr\$ 13.487.800,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 2 anos;

2 — de amortização: 12 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a., cobrados trimestralmente,

2 — correção monetária: 40% do índice de variação das ORTN;

D — Garantia: vinculação de cotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM); e

E — Destinação dos recursos: construção de meios-fios, sarjetas e galerias pluviais, mercado, sanitário e lavanderia pública e aquisição de equipamento para limpeza urbana."

3. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei Municipal nº 649, de 11 de fevereiro de 1980, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 327/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº. Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) parecer do Banco Central do Brasil, favorável ao pleito.

4. Do estudo de viabilidade apresentado pelo Banco Central do Brasil, destacamos a posição da dívida consolidada interna a saber.

5. Posição da Dívida Consolidada Interna. Em 30-4-81.

Valor: Cr\$ mil

A — INTRALIMITE = 3.444,0

B — EXTRALIMITE = —

C — OPERAÇÃO SOB EXAME = 13.487,8

D — TOTAL GERAL = 16.931,8

6. Tendo em vista a orientação desta Comissão para verificação da capacidade de pagamento do postulante, foi levado em conta a soma do endividamento intra e extralimite.

7. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + operação sob exame), não seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I, II e III, art. 2º, da Res. nº 62, de 1975.

8. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Res. nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

9. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 1982.

Autoriza a prefeitura Municipal de Goiátuba (GO) a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Goiátuba, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), destinado à construção de meios-fios, sarjetas e galerias pluviais, mercado, sanitário e lavanderia pública e aquisição de equipamento para limpeza urbana, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — José Richa, Presidente — José Caixeta, Relator — Benedito Canellas — Bernardino Viana — Luiz Calvalcante — Lomanto Júnior — José Lins — Gabriel Hermes.

PARECERES Nºs 182 e 183, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 31, de 1982, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Goiátuba (GO) a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER Nº 182, DE 1982.

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Raimundo Parente

Apresentado pela Comissão de Economia, o projeto de resolução em exame "autoriza a Prefeitura Municipal de Goiátuba (GO), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), destinado à construção de meios-fios, sarjetas e galerias pluviais, mercado, sanitário e lavanderia pública e aquisição de equipamento para limpeza urbana, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo".

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2º da Resolução nº 93, de 1976 — alterou a Resolução nº 62, de 1975 — pois os recursos serão provenientes da Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do F.A.S., e, dessa forma, considerada extralimite.

3. Anexo ao processado, encontram-se:

a) Lei Municipal nº 649 de 11 de fevereiro de 1981, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 327/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o pleito ao Senhor Presidente da República, favorável;

c) Parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável;

d) Parecer da Diretoria do Banco Central do Brasil, concluindo pelo encaminhamento ao Conselho Monetário Nacional e, posteriormente, à Presidência da República e ao Senado Federal.

4. Há a ressaltar que o Projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu às normas legais (Resoluções nºs 62, de 1975, e 93, de 1976), e, ainda, o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — Lenoir Vargas, Presidente, em exercício — Moacyr Dalla, Relator — Raimundo Parente, Dirceu Cardoso, com restrições — José Fragelli — Almir Pinto — Tancredo Neves — Aderbal Jurema — Bernardino Viana — José Lins.

PARECER Nº 183, DE 1982.

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Lenoir Vargas

A Comissão de Economia, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 367, de 1981, do Senhor Presidente da República, apresentou projeto de resolução que autoriza a Prefeitura Municipal de Goiátuba, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 13.487.800,00 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) destinado à construção de meios-fios, sarjetas e galerias pluviais, mercado, sanitários e lavanderia pública e aquisição de equipamento para limpeza urbana, naquele município.

Informa o Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários que a assunção do compromisso decorrente da operação sob exame não deverá acarretar à Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios, pois considerado todo endividamento do Município (intra + extralimite sob exame), conforme demonstra o quadro constante no parecer da Comissão de Finanças, ele permaneceria contido nos tetos fixados pelos itens I, II e III do art. 2º da Res. nº 62, de 1975, alterada pela de nº 93, de 1976, ambas do Senado Federal.

A proposição mereceu da Comissão de Constituição e Justiça o encaminhamento favorável, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução de autoria da Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Lomanto Júnior*, Presidente — *Lenoir Vargas*, Relator — *Tarso Dutra* — *Luiz Fernando Freire* — *Aderbal Jurema* — *Raimundo Parente* — *Afonso Camargo* — *Moacyr Dalla* — *Benedito Canellas*.

PARECERES N^{os} 184, 185 e 186, DE 1982

PARECER N^o 184, DE 1982.

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem n^o 401, de 1981 (n^o 600/81 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizada a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges (RN), a elevar em Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

Relator: Senador Bernardino Viana

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges autorizada a elevar em Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS.

"Características da Operação:

- A — Valor: Cr\$ 4.397.200,00;
- B — Prazos:
 - 1 — de carência: nihil;
 - 2 — de amortização: 60 meses;
- C — Encargos:
 - 1 — juros de 6% a.a.;
 - 2 — Correção monetária: 40% do índice de variação das ORTN;
- D — Garantia: quotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- E — Destinação dos recursos: aquisição de equipamentos para limpeza pública."

3. Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

- a) Lei n^o 137, de 16-11-80 autorizadora da operação;
- b) Exposição de Motivos (EM n^o 381/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exm^o Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2^o da Res. n^o 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelo item II do art. 2^o da Res. n^o 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2^o da Res. n^o 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2^o da Res. n^o 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N^o 32, DE 1982.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges (RN) a elevar em Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1^o É a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2^o da Resolução n^o 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos

cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS, destinado à aquisição de equipamento para limpeza pública, daquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2^o Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — *José Richa*, Presidente — *Bernardino Viana*, Relator — *Benedito Canellas* — *José Caixeta* — *Luiz Cavalcante* — *Lomanto Júnior* — *José Lins*.

PARECERES N^{os} 185 e 186, DE 1982.

Sobre o Projeto de Resolução n^o 32, de 1982, da Comissão de Economia que "autoriza a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges (RN) a elevar em Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

PARECER N^o 185, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Raimundo Parente

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem n^o 401/81, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges (RN) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros) destinada à aquisição de equipamentos para limpeza pública, daquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2^o da Resolução n^o 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2^o da Resolução n^o 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — *Lenoir Vargas*, Presidente, em exercício — *Raimundo Parente*, Relator — *José Fragelli* — *Almir Pinto* — *José Lins* — *Aderbal Jurema* — *Bernardino Viana* — *Tancredo Neves* — *Dirceu Cardoso*, com restrições.

PARECER N^o 186, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Raimundo Parente

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do projeto de resolução em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Olho D'Água dos Borges (RN), nos termos do que estabelece o art. 2^o da Resolução n^o 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.397.200,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil e duzentos cruzeiros), destinada à aquisição de equipamento para limpeza pública, daquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada terá grande impacto sócio-econômico para a região beneficiada pelo investimento.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — *Lomanto Júnior*, Presidente — *Raimundo Parente*, Relator — *Tarso Dutra* — *Luiz Fernando Freire* — *Aderbal Jurema* — *Afonso Camargo* — *Lenoir Vargas* — *Moacyr Dalla* — *Benedito Canellas*.

PARECER N^o 187, DE 1982

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n^o 9, de 1980 (n^o 44/80, na Câmara dos Deputados.)

Relator: Senador Aderbal Jurema

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n^o 9, de 1980 (n^o 44/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da

República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1982. — *Laélia de Alcântara*, Presidente — *Aderbal Jurema*, Relator — *Saldanha Derzi*.

ANEXO AO PARECER Nº 187, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1980 (nº 44/80, na Câmara dos Deputados.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, na Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1982

Aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 188, DE 1982

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1981 (nº 74/80, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1981 (nº 74/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, concluído em Santiago, a 10 de outubro de 1980.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1982. — *Laélia de Alcântara*, Presidente — *Saldanha Derzi*, Relator — *Aderbal Jurema*.

ANEXO AO PARECER Nº 188, DE 1982

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1981 (nº 74/80, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1982

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Previdência Social, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 1982

Altera o art. 47 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração — acrescentando-lhe § 2º e renumerando seu parágrafo único.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 47 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Mineração — passa a vigor com o acréscimo do seguinte § 2º, renumerado seu Parágrafo único para § 1º:

“Art. 47.

§ 1º

§ 2º Na hipótese de concessão de lavra de pedras preciosas ou semipreciosas, fica condicionada à obrigatoriedade de beneficiamento ou lapidação, dentro dos limites do território do Estado em

que se localize a jazida, de pelo menos 30% do total das substâncias minerais extraídas.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A política de exploração de nossos recursos minerais, embora bem orientada no que tange aos controles burocráticos, mediante normas reguladoras referentes à conceituação de jazida, regime de pesquisa, lavra, servidões, garimpagem etc., no que tange a pedras preciosas e semipreciosas, não corresponde, como devera, aos legítimos anseios das regiões produtoras, as quais, em boa parte, pouco se beneficiam da riqueza produzida. De fato, os Estados produtores quase sempre permanecem no contexto da exploração mineral como meros fornecedores de matéria-prima, uma vez que o produto da extração passa a ser beneficiado ou lapidado fora da região produtora. É evidente que essa política é inconveniente e prejudicial aos Estados onde se acham localizadas essas fontes de recursos, pois sendo evidentemente exauríveis essas formações minerais, dentro em curto lapso de tempo, o que restará para a região produtora será a desolação de terras atingidas pela ação predatória dos trabalhos de extração.

Impõe-se, assim, o estabelecimento de disciplina que, sem ferir o processo de livre empresa, garanta ao Estado produtor de pedras preciosas e semipreciosas uma participação no fluxo dessa riqueza, mediante norma que vincule a concessão de lavra à obrigação de beneficiar ou lapidar a pedra extraída, dentro do território do Estado em que se localizar a jazida. É certo que, com isso, teremos contribuído para o desenvolvimento da região produtora, seja pelas amplas oportunidades econômicas que se constituirão, seja pelos benefícios sociais que advirão em consequência do desenvolvimento tecnológico e da oferta de novos empregos.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1982. — *Bernardino Viana*.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 227 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985 (), (Código de Minas), de 29 de janeiro de 1940*

CÓDIGO DE MINERAÇÃO

Art. 47. Ficará obrigado o titular da concessão, além das condições gerais que constam deste Código, ainda, às seguintes, sob pena de sanções previstas no Capítulo V;

Parágrafo único. Para o aproveitamento, pelo concessionário de lavra, de substâncias referidas no item IV, deste artigo, será necessário aditamento ao seu título de lavra.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Minas e Energia.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 1982 — COMPLEMENTAR

Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 15 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, o seguinte § 7º:

“§ 7º Os sindicatos de trabalhadores rurais poderão colaborar com a previdência social rural na fiscalização relativa à arrecadação das fontes de custeio referidas neste artigo.”

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Tenho a honra de submeter à consideração da Casa — e do Congresso — mais um projeto de lei apresentado por sugestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gaspar, SC.

Nele o que se busca é autorizar os sindicatos de trabalhadores rurais a colaborarem com a previdência social rural na arrecadação de seus recursos, particularmente os relativos às contribuições devidas com base em notas fiscais expedidas por produtores.

Todos sabemos que há muita sonegação na expedição dessas notas fiscais de produtor e que tal sonegação redundará em prejuízo para a previdência rural, principalmente para os segurados que dela dependem.

Certo é, por outro lado, que a previdência rural indisponível de fiscalização eficaz para acompanhar tais atos, podendo, portanto, ser auxiliada pelos sindicatos de trabalhadores rurais.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1982. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 11, DE 25 DE MAIO DE 1971

Art. 15. Os recursos para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural provirão das seguintes fontes:

I — da contribuição de 2% (dois por cento) devida pelo produtor, sobre o valor comercial dos produtos rurais, e recolhida:

a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa que ficam subrogados, para esse fim, em todas as obrigações do produtor;

b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos ou vendê-los, no varejo, diretamente ao consumidor;

II — da contribuição de que trata o art. 3º do Decreto-lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, a qual fica elevada para 2,6% (dois e seis décimos por cento), cabendo 2,4% (dois e quatro décimos por cento) ao FUNRURAL.

§ 1º Entende-se como produto rural todo aquele que, não tendo sofrido qualquer processo de industrialização, provenha de origem vegetal ou animal, ainda quando haja sido submetido a processo de beneficiamento, assim compreendido um processo primário, tal como descascamento, pilagem, descascamento ou limpeza e outros do mesmo teor, destinado à preparação de matéria-prima para posterior industrialização.

§ 2º O recolhimento da contribuição estabelecida no item I deverá ser feito até o último dia do mês seguinte àquele em que haja ocorrido a operação de venda ou transformação industrial.

§ 3º A falta de recolhimento, na época própria, da contribuição estabelecida no item I sujeitará, automaticamente, o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) por semestre ou fração de atraso, calculada sobre o montante do débito, à correção monetária deste e aos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o referido montante.

§ 4º A infração de qualquer dispositivo desta Lei Complementar e de sua regulamentação, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, conforme a gravidade da infração, sujeitará o infrator à multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos de maior valor no País, imposta e cobrada na forma a ser definida no regulamento.

§ 5º A arrecadação da contribuição devida ao FUNRURAL, na forma do artigo anterior, bem assim das correspondentes multas impostas e demais cominações legais, será realizada, preferencialmente, pela rede bancária credenciada para efetuar a arrecadação das contribuições devidas ao INPS.

§ 6º As contribuições de que tratam os itens I e II serão devidas a partir de 1º de julho de 1971, sem prejuízo do recolhimento das contribuições devidas ao FUNRURAL, até o dia imediatamente anterior àquela data, por força do disposto no Decreto-lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 1982

Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado o seguinte artigo ao Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982:

“Art. 5º A Presidência da Caixa Econômica Federal publicará semestralmente balanço patrimonial, econômico e financeiro (análítico e sintético), acompanhado de Relatório detalhado dos recursos que lhe cabe na forma do disposto no § 1º do art. 1º, da renda bruta de cada extração realizada pela Loteria Federal, a que se refere o art. 2º, e dos recursos destinados aos clubes brasileiros de futebol profissional e à Confederação Brasileira de Futebol — CBF, de que trata o art. 3º deste Decreto-lei.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As medidas propostas no presente projeto são altamente moralizadoras e se impõem pela conveniência e mesmo necessidade que há de se dar amplo conhecimento periodicamente ao povo dos recursos provenientes das apostas das Loterias Esportiva e Federal.

No caso do projeto em apreço, os próprios clubes brasileiros de futebol profissional que, como se sabe, enfrentam de longa data sérias dificuldades financeiras, são os primeiros a exigirem a divulgação pormenorizada dos recursos que lhes cabe pelo Decreto-lei nº 1.923/82. Ao público brasileiro interessa, igualmente, conhecer a destinação desses vultosos recursos locados à CBF e aos clubes de futebol profissional.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1982. — Laélia de Alcântara.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO LEI Nº 1.923, DE 20 DE JANEIRO DE 1962

Modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º O § 1º, do artigo 2º, da Lei nº 6.168 1, de 9 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A Caixa Econômica Federal, pela execução das tarefas pertinentes à exploração das Loterias Esportiva e Federal, caberá a comissão de 17,3% (dezesete inteiros e três décimos por cento), no caso da Esportiva, e de 20% (vinte por cento), no caso da Federal, sobre a renda bruta respectiva.”

Art. 2º O artigo 2º do Decreto-lei nº 1.405, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Sem prejuízo da soma dos percentuais assegurados aos Ministérios setoriais contemplados, segundo o disposto nos §§ 1º e 2º, do artigo 4º, da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, fica constituída, como fonte de recursos do FAS, na forma autorizada pelo item IV do artigo 2º, e para efeito das aplicações previstas no item II, do artigo 3º, do mesmo diploma legal, a parcela de 8,125% (oito inteiros e cento e vinte e cinco milésimos por cento) sobre a renda bruta de cada extração realizada pela Loteria Federal, conforme os planos de sorteio.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se renda bruta de cada Concurso de Prognósticos, realizado pela Loteria Esportiva Federal, o valor global das apostas que forem computadas para apuração dos resultados e proclamação dos vencedores.

§ 2º A renda bruta de cada extração, realizada conforme os planos de sorteio da Loteria Federal, é constituída do valor global dos bilhetes que, integrantes da emissão respectiva, forem efetivamente vendidos, a preço de plano.”

Art. 3º Aos clubes brasileiros de futebol profissional, filiados à 1ª Divisão das Federações dos Estados do respectivo desporto e, através destas, à Confederação Brasileira de Futebol — CBF, bem como àquelas Federações, fica assegurada a participação de 5,2% (cinco inteiros e dois décimos por cento) na receita bruta da Loteria Esportiva Federal — LEF.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará o presente Decreto-lei, fixando as normas e critérios para a distribuição dos recursos gerados pela participação de que trata o artigo anterior, entre os beneficiários instituídos, assim como estabelecendo as diretrizes e procedimentos para utilização, aplicação e investimentos dos recursos distribuídos.

Art. 5º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

João Figueiredo — Presidente da República.

Ernane Galvêas.

Rubem Ludwig.

Antônio Delfino Netto.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Os projetos que vêm de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Ofício nº 118/82

Brasília, 27 de abril de 1982.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substi-

tuir o nome do Senhor Deputado Marão Filho, pelo do Senhor Deputado Magno Bacelar, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 5/82-CN, que "altera dispositivos do Decreto-lei nº 32/66, que institui o Código Brasileiro do Ar".

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Passo Pôrto) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos e deferidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 65, DE 1982

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal

Estando em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, solicitação do Banco Central para aprovação de uma emissão de moeda (cruzeiro) referente ao ano de 1979, o Senador que este subscreve requer à Mesa, com apoio do Regimento, sejam solicitadas ao Banco Central as seguintes informações:

- a) Qual o montante das emissões de moeda no ano de 1979?
- b) Qual o montante emitido em 1980?
- c) Qual o montante referente ao ano de 1981?
- d) Qual o volume de cruzeiro já emitido em 1982?

Sala das Sessões, 23 de abril de 1982. — *Dirceu Cardoso*.

REQUERIMENTO Nº 66, DE 1982

Sr. Presidente do Senado Federal:

Com apoio no Regimento, o Senador que este subscreve requer à Mesa, lhe sejam prestadas as seguintes informações:

- a) Relação de todos os empréstimos registrados na Secretaria do Senado até 20 de abril de 1982.
- b) Indicação das datas de ingresso dos mesmos na Secretaria.

Sala das Sessões, 23 de abril de 1982. — *Dirceu Cardoso*.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 67, DE 1982

Senhor Presidente,

Requero a V. Exª, ouvido o plenário, nos termos dos arts. 241, b) e 244, a) do Regimento Interno, sejam prestados à memória do ex-Deputado Federal Plínio Lemos, falecido há poucos dias, em São Paulo e sepultado em Areia, na Paraíba, sua terra natal, as seguintes homenagens:

1. Inserção em Ata de Voto de pesar.
2. Apresentação de condolências à família enlutada e ao Governo do Estado da Paraíba.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1982. — *Humberto Lucena — Cunha Lima — Passos Pôrto — Nelson Carneiro — Dirceu Cardoso — Lomanto Júnior — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante*.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Este requerimento depende de votação, para cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O Sr. Humberto Lucena — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Com a palavra o nobre Senador Humberto Lucena, para encaminhar a votação.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faleceu há poucos dias, no Hospital da Beneficência Portuguesa, em São Paulo, vítima de problemas cardíacos, o ex-Deputado Federal Plínio Lemos, um dos mais operosos parlamentares que a Paraíba já teve na Câmara dos Deputados.

Advogado e homem público, dos mais atuantes nos meios forenses e políticos do meu Estado, Plínio Lemos nasceu em Areia, na Paraíba, onde foi sepultado por uma legião de parentes, amigos e admiradores.

Casado com D. Maria Nina de Almeida Lemos, de tradicional família paraibana, Plínio Lemos recebeu o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, após brilhante curso nas Faculdades de Direito do Recife e de Belo Horizonte.

Eleito constituinte federal em 1946, como ativo participante da luta pela redemocratização do País, no pós-guerra, representou a Paraíba, sob a legenda do Partido Libertador e, mais adiante, da ARENA, durante cinco legislaturas sucessivas.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço V. Exª

O Sr. Aderbal Jurema — Em nome do meu Partido, quero trazer ao discurso de V. Exª a nossa manifestação de pesar pelo desaparecimento do paraibano ilustre que V. Exª agora mesmo está evocando. Todos nós, eu e V. Exª, fomos companheiros de Plínio Lemos, na Câmara dos Deputados, conhecemos de perto a sua atuação em defesa do seu Estado, a sua pertinácia, a sua luta, para que Campina Grande tivesse uma Universidade. Plínio Lemos, de tradicional família paraibana, era, sem dúvida, um dos maiores representantes de uma terra que não tem sido avara em oferecer ao Congresso nomes tutelares. Pois bem, Senador Humberto Lucena, receba no seu discurso a nossa manifestação que peço, através da sua palavra, transmita aos seus familiares, aos paraibanos, independente de cor partidária, a manifestação do Partido Democrático Social que, numa hora destas, junta-se a sua manifestação como Líder do PMDB, para assinalar, nesta Casa, a grande lacuna que Plínio Lemos deixa na política paraibana e brasileira. Assim, fazemos justiça ao homem que sempre se dedicou à causa pública, da qual nunca se afastou, mesmo quando sofria reveses.

O SR. HUMBERTO LUCENA — O aparte de V. Exª, cheio de emoção, é um adendo importantíssimo ao pronunciamento que faço, pois traz em si um depoimento insuspeito sobre a vida de Plínio Lemos, sobre o que ele representou para todos nós como homem público ao longo de sua trajetória no Parlamento brasileiro.

Parlamentar combativo em plenário, o seu grande desempenho, porém, foi no âmbito das comissões, sobretudo na Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, antes de 1964, em cujo seio se destacou pelos lúcidos pareceres que emitia e pela sua obstinada atuação em favor dos interesses da Paraíba e do Nordeste.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Nelson Carneiro — Tive a ventura de ser companheiro de Plínio Lemos na Câmara dos Deputados e dele, como todos os que participaram das sucessivas legislaturas de que ele fez parte, todos guardamos a impressão de um homem valoroso, decidido, probo e dedicado às coisas da Paraíba e do Brasil. Nesta hora, o seu desaparecimento representa uma grande lacuna, não só para o seu Estado como para a vida pública nacional.

O SR. HUMBERTO LUCENA — As palavras de V. Exª, nobre Senador Nelson Carneiro, são mais um apoio inestimável que recebo nesta homenagem que presto, em nome dos meus companheiros de Bancada, e já agora de todo o Senado Federal, à memória de um dos grandes homens públicos brasileiros.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Lomanto Júnior — Nobre Senador Humberto Lucena, tive o privilégio de ter Plínio Lemos como amigo, tive o privilégio — repito — de privar de sua amizade. Recordo-me daquela figura lhana, daquele espírito que era, ao mesmo tempo, combativo mas conciliador; recordo-me da sua figura, na sua inteireza física e na sua inteireza moral, dos nimbos já povoando a sua cabeça a revelarem uma idade que ele ainda não possuía e a contrastarem com a juventude do seu espírito. Nobre Senador, quando eu ainda caminhava para este plenário tomei conhecimento da triste notícia do falecimento de Plínio Lemos e da homenagem que V. Exª lhe estava prestando — e que ainda haveremos de prestar, numa sessão especial — e, assim, apressei os meus passos e só não pedi o aparte imediatamente porque antes de mim o havia feito o eminente Senador Nelson Carneiro, que foi também seu colega e com ele conviveu longos anos. Mas, secundando o nobre apartante, quero dizer a V. Exª, nobre Senador Humberto Lucena, que não é só o Estado da Paraíba, que não são apenas os paraibanos que sofrem com a perda de Plínio Lemos. Plínio Lemos pontilhava neste Brasil inteiro amigos, plantou amizades duradouras, e entre essas tenho a honra de me incluir. Junto, pois, as minhas palavras, como representante do Estado da Bahia, à justa homenagem que V. Exª presta ao grande parlamentar, mas sobretudo ao cidadão, à figura humana excepcional. Tenho certeza de que se abriu uma grande lacuna na família paraibana com a perda irreparável daquele filho admirável que esteve a seu serviço, servindo ao Brasil durante longo tempo. Só me resta, nestas últimas palavras, desejar a Plínio Lemos um lugar reservado aos bons, de homem que acredita que esta vida é uma passagem, mas que a vida eterna que nos aguarda é aquela onde vamos encontrar a justiça, onde vamos receber o prêmio merecido pelos bons serviços que na vida terrena prestamos. Por tudo isso, estou certo de que no lugar dos bons já estará a esta hora, a alma inesquecível de Plínio Lemos.

O SR. HUMBERTO LUCENA — O aparte de V. Ex.^a dá maior relevo às palavras que pronuncio em memória de Plínio Lemos.

Prossigo, Sr. Presidente, para concluir.

Um sem-número de municípios paraibanos receberam de Plínio Lemos grandes benefícios, através de dotações orçamentárias federais, que custearam obras em todos os recantos do Estado.

Na sua vida pública, além de Deputado Federal, Plínio Lemos exerceu os cargos de Prefeito Municipal de Campina Grande, Promotor de Justiça de Minas Gerais e da Paraíba e Oficial de Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas. Na Câmara Federal foi Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e, no âmbito do Congresso Nacional, foi Relator do 2º e 3º Planos Diretores da SUDENE.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao terminar estas palavras, quero salientar, por um dever de justiça, que a Paraíba, com a morte de Plínio Lemos, perde um dos seus filhos mais ilustres, a quem, neste momento, rendo, em nome do seu povo agradecido, um preito de grande saudade. (*Muito bem!*)

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Antigo companheiro de Plínio Lemos na Câmara Federal, na qual permanecemos durante dois mandatos, lado a lado, ele ilustrando a Bancada da UDN, naquele tempo, e nós integrantes da Bancada do velho e glorioso PSD.

Assim, Sr. Presidente, com essa notícia de que Plínio Lemos deixou o nosso convívio, eu não poderia prestar homenagem a ele sentado na minha tribuna, eu quero prestá-la de pé, reverente e contrito diante da sua morte. E dizia, Sr. Presidente, quando ingressei na Câmara Federal, homem maduro, poucas vezes tivemos oportunidade de nos manifestar através de necrológios, porque poucas personalidades ilustres nós então conhecíamos. Hoje, avançado em idade e avançado nos anos de convívio nesta Casa, eu tenho que me habituar com a convivência da morte, já que ela nos acena brandamente, e às vezes violentamente, junto às ramagens da eternidade. Quero prestar a minha homenagem a ele, Deputado Federal pela Paraíba e membro da Comissão de Orçamento, na época em que esta Comissão era a mais importante Comissão do Congresso Nacional, porque dispunha das verbas para atender às solicitações e às reivindicações de áreas estaduais e mesmo dos próprios Estados em toda a Federação brasileira. Plínio Lemos foi um dos mais ativos representantes que conheci na antiga Comissão de Orçamento.

Na Paraíba, destacavam-se Ruy Carneiro, Janduhy e ele, três que já se foram, Sr. Presidente, e que nos esperam. Hoje nós estamos chorando por eles; amanhã outros chorarão por nós.

Quero, reverente, de alma contrita, prestar a minha homenagem a este velho colega que nos deixou, ele que ilustrou — como disse — a Bancada da UDN da Paraíba, filho ilustre do sertão, do Município de Areias, velho promotor de justiça na Paraíba e em Minas Gerais, e que deixou uma folha de serviços prestados à Paraíba e ao Brasil.

Assim, Sr. Presidente, não podia prestar a minha homenagem com um simples voto, associando-me ao necrológio que Humberto Lucena fez do seu companheiro de Partido, ilustre representante da Paraíba naqueles tempos. Quero prestá-la de pé, porque ele merece pelo muito que significou na vida da Câmara naquela época, pelo muito que lutou dentro da Bancada da UDN, pelo muito que porfiou na Comissão de Orçamento, pelo muito que significou como a alma livre, combativa e sempre pronta aos grandes ideais pelos quais ele sempre lutou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Mesa se inscreve nas homenagens prestadas ao grande tribuno e parlamentar paraibano Plínio Lemos, e o Presidente, de maneira especial, por ter sido seu companheiro e amigo durante muitos anos, desde o tempo em que foi Prefeito de Campina Grande e, depois, Deputado Federal pelo Partido Libertador. Foi um companheiro de todas as horas, combativo, lutador e leal. Por isso mesmo, a Mesa do Senado se associa com muita honra e com muito pesar às homenagens feitas, nesta tarde, ao ex-Deputado Plínio Lemos, e fará cumprir a deliberação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Retorno ao assunto relacionado com a Amazônia. Há poucos dias, defendi mais uma vez a necessidade de um tratamento diferenciado em seu favor, como suporte em busca de um desenvolvimento mais acelerado. Diz a História que "as nações verdadeiramente autênticas são as que buscam soluções nacionais para seus problemas básicos". E tem sido esta a conduta do Brasil em relação às suas áreas menos desenvolvidas. Por isso, pedi ao Governo abrigo para minha idéia da Secretaria Especial destinada a gerir diretamente os assuntos amazônicos, apresentados em forma de Proposta de Delegação Legislativa, já aprovada pela Comissão Mista, faltando o julgamento do plenário do Congresso Nacional.

Com regular frequência tenho abordado nesta Tribuna os assuntos de interesse amazônico, muitos dos quais representados pela minhas proposições. Agora é a vez do Projeto nº 117, de minha autoria, encaminhado desde 14 de maio de 1979, dispondo sobre a aplicação, como incentivo fiscal, na área da SUDAM, da totalidade do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal.

Desejei e desejo, com esta mudança, atrair maior soma de recursos financeiros dos Estados mais prósperos que, aplicados convenientemente, satisfaçam ao aplicador, desenvolvem a área beneficiada e por via indireta o Tesouro Nacional. A minha iniciativa é escudada no pensamento do Governo de fazer florescer as regiões mais carentes, como acontece com os Estados e Territórios amazônicos e por um período apenas de dez anos. Não se trata de inovar, mas ampliar as medidas adotadas ali pelos Governos revolucionários.

Para que V. Ex.^{as} possam melhor julgar a minha iniciativa, ofereço-lhes para análise alguns dados concretos baseados em valores de impostos. Em 1977, enquanto o Brasil arrecadou de imposto de renda Cr\$ 98.005.586.000,00, a Amazônia contribuiu com Cr\$ 831.013.000,00, importância inferior a 1% (um por cento) do cômputo geral. Eis aí visualizada a pobreza de uma área que se dispõe de potencialidades econômicas nos três reinos da natureza, contudo ainda é carente no setor empresarial, como força viva para a arrancada desenvolvimentista.

E o quadro continua inalterado, apesar dos esforços do Governo da União, dos Estados e dos Territórios. Informou-me a Secretaria da Receita Federal, dignamente representada pelo tirocinio do Dr. Francisco Neves Dornelles, que em 1979, a arrecadação do Brasil foi de Cr\$ 275.556.000.000,00, o equivalente a 320% sobre 1977, e a Amazônia não conseguiu superar os Cr\$ 2.554.000.000,00, portanto menos de 1% sobre o global desse exercício. Em 1980, o Tesouro alcançou a respeitável soma de Cr\$ 462.766.000.000,00 e a contribuição da Amazônia foi de apenas Cr\$ 5.102.000.000,00, o equivalente a 1,10% do total, quantia insignificante para uma soma tão elevada.

Cada vez mais, ante a realidade, robustece-se em mim a convicção do acerto da providência por mim adotada. E certamente por isso o meu projeto obteve aprovação em todas as comissões técnicas, faltando apenas o julgamento final pelos meus pares em reunião plena. Posso antecipadamente dizer aos que examinaram e deram o seu *veredictum* favorável, que a Amazônia lhes ficou devendo esse inestimável serviço. Confio num desfecho satisfatório, se consideradas as razões por mim apresentadas, pela alta relevância que encerra para uma área necessitada de ajuda substancial, através de iniciativas com sentido social, econômico e financeiro. Na minha justificativa, salientei ser este um modo de não só aumentar o volume de recursos para a área mencionada, bem assim de estabelecer bases mais amplas para a educação do contribuinte, na figura, agora, de investidor. Este é o centro de todo o Projeto: criar o hábito de investimento na área da Amazônia Legal.

O momento é indicado para oferecer outro argumento válido ante a tese por mim esposada. Refiro-me à Zona Franca de Manaus, um ousado passo dado pelo Governo Federal em 1966 em favor do Estado do Amazonas, com salutares reflexos por toda a Amazônia Ocidental. Manaus, num passado recente, era uma cidade apenas risonha, porém inexpressiva no sentido econômico. Com o advento da SUFRAMA, sigla da Superintendência da Zona Franca de Manaus, logo despontaram os seus benéficos efeitos, entre os quais citarei o Distrito Industrial, como uma das molas propulsoras do desenvolvimento regional. E a cidade beneficiada, que em 1970 contava apenas 312.160 habitantes, em 1980, segundo o censo, já agasalhava 642.582 habitantes. E não se diga que esse considerável aumento foi representado pelo êxodo da população interiorana vinda para Manaus, atraída pelos benefícios ali surgidos.

Trago os dados censitários para melhor expressar a realidade. Em 1970 o Amazonas tinha em seu território 955.394 habitantes e em 1980 passou para 1.406.354, equivalente a um aumento de 450.960 habitantes em dez anos, enquanto a Capital, no mesmo período, cresceu 330.422 habitantes. Tive o cuidado de pesquisar para saber a causa do seu crescimento e concluí que os municípios, na sua maioria, alcançaram um crescimento demográfico satisfatório, com exceção de dez, com decréscimo total de 20.186 habitantes, por-

tanto número infinito diante do total dos 44 municípios que compõem o Estado do Amazonas.

Ficou aí provado o acerto da medida que tanto favoreceu o Amazonas, como o Território de Roraima e os Estados de Rondônia e Acre, embora em escala menor. Eis por que decidi persistir e até obstinadamente, com medidas adequadas para uma área incipiente e necessitada de um maior impulso, as quais não têm o escopo de uma nova experiência, porém ampliar aquela já adotada pelos Governos Revolucionários. Dai dizer-lhes que confio num desfecho favorável e que o futuro nos cantará a canção do triunfo. (*Muito bem! Palmas.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE KALU-ME EM SEU DISCURSO:

Autazes	- 1.01	17.824 16.128	1.796
		1.796	
Barcelos	- 0.60	9.685 9.547	138
		138	
	- 2.62	5.758 4.437	1.321
		1.321	
Careiro	- 1.48	40.699 35.389	5.310
		5.310	
Codajás	- 1.14	12.115 10.808	1.307
		1.307	
Japurá	- 1.17	2.405 2.138	267
		267	
Nhamundá	- 1.53	15.537 13.781	1.756
		1.756	
Novo Airão	- 4.91	6.087 3.680	2.407
		2.407	
Novo Aripuanã	- 4.27	16.052 10.417	5.635
		5.635	
Pavini	- 0.27	9.693 9.444	249
		249	20.186

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria — Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — S. Ex^a desiste da palavra. Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra à nobre Senadora Laélia de Alcântara, para uma comunicação.

A SR^a LAÉLIA DE ALCÂNTARA (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mulher, médica e parlamentar.

Segundo esta linha cronológica, ocupo hoje o microfone deste plenário para reverenciar a figura de uma mulher, médica e parlamentar — Carlota Pereira de Queiroz, que, aos 90 anos, no dia 17 do corrente faleceu em São Paulo.

Se assim faço, é porque Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a exercer um mandato legislativo no Brasil. Formada em Medicina em 1926, participou da Constituinte de 1934 e foi deputada federal de 1935 a 1937.

Calculo de suas lutas para transpor barreiras quase intransponíveis na sua época para uma mulher — Faculdade de Medicina e Política.

Em meu nome e em nome das mulheres médicas do Acre Apresento à família de Carlota Pereira de Queiroz nossas mais sinceras condolências.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza, para uma comunicação.

O SR. LÁZARO BARBOZA (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria de proferir discurso com um pouco mais de profundidade, analisando o problema do magistério no meu Estado, que não difere da situação do magistério no País inteiro, mas que é, sem dúvida, mais desalentadora em minha terra.

Entretanto, Sr. Presidente, não dispondo de inscrição que me permita ocupar a tribuna por mais tempo, valho-me desta oportunidade regimental para dizer que não é novidade dizer, em nosso País, o fato de estar a educação palmilhando invios caminhos. Parece até existir um plano adrede preparado, buscando levar o ensino ao descrédito total, já que de há muito ele vem sendo desvalorizado, como se não fosse uma das primeiras prioridades no caminho do desenvolvimento de qualquer nação.

— Estas considerações, Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu as teço para dar conhecimento ao Senado da luta que travam os professores da Rede Oficial de Ensino do Estado de Goiás, que se encontram mais uma vez em greve, por reivindicações as mais justas, reivindicações que, não sendo novas, até hoje não foram atendidas pelo Governo de Goiás, insensível ao drama dos professores e alunos do meu Estado.

E o que querem os professores goianos? Eles lutam, Srs. Senadores, para obter equiparação salarial ao nível dos professores da União, estes mesmos já recebendo muito pouco, insuficiente até para as despesas mais indispensáveis à sobrevivência, neste País de inflação galopante, inflação que devora os salários, corroendo o poder de compra de toda massa trabalhadora do País. Querem também os professores de Goiás se verem libertos da perseguição política de que são hoje vítimas maiores, já que, constantemente, vivem em regime de liberdade política vigiada, violentados na própria consciência, quando, em troca do pão amargo que ganham vendendo os miolos da cabeça, são obrigados a satisfazer os caprichos do Governo e do PDS. Por todos os Municípios de Goiás por onde passa uma personalidade chapa-branca, é comum aos pobres professores da Rede Oficial de Ensino serem obrigados a reunir seus alunos e ir para os aeroportos ou para as praças públicas, a fim de recepcionar tais figuras, cobrindo os claros de povo que não comparece às praças para ver as personalidades ligadas ao Governo. E qualquer gesto de independência do professor em meu Estado é punido com a demissão, pois os homens que governam Goiás temem qualquer manifestação livre com o mesmo pavor que inspiravam as heresias na Idade Média. E um grande número de professores em minha terra tem sido demitido por perseguição mesquinha, e é objetivo da classe em greve obter a readmissão de todos os professores que foram jogados na rua do desemprego de 1978 até a presente data.

Agora mesmo, me parece que ontem ou anteontem, Sr. Presidente, sete professores da Prefeitura Municipal de Goiânia foram demitidos, porque se solidarizaram com os colegas da Rede Estadual de Ensino. Apesar disto, o Centro de Professores de Goiás informa que a paralisação em Goiânia atinge a 95%, e em 65 municípios do Estado a paralisação é praticamente total.

Tratasse o Governo com um mínimo de respeito a abnegada classe dos professores e certamente não seria ela obrigada a recorrer à greve. Mas em Goiás o descalabro é tamanho, Srs. Senadores, que cerca de 4.000 professores estão lecionando sem que, até agora, o Governo tenha-se dignado a contratá-los. Centenas e centenas deles, talvez mais de 1.000, vêm lecionando, prestando o serviço ao Estado, desde 1978, sem que tal situação anômala tenha sido até hoje regularizada. E a contratação desses 4.000 professores que trabalham até hoje sem receber nada dos cofres públicos é uma das exigências da classe que agora se encontra em movimento paredista. Querem ainda os professores que seja aprovado o Estatuto do Magistério e o plano de carreira, e que lhes

seja ainda permitido consignar na folha de pagamento as contribuições que a classe recolhe ao CPG — Centro dos Professores de Goiás, entidade que se vem tornando legendaria na luta pela valorização do professor goiano. O reajuste semestral, o décimo terceiro-salário e o repouso semanal remunerado, bem como o pagamento em dia e o fim do tráfico de influência político-partidária no magistério coroam o rol de reivindicações dos mestres goianos, que já não suportam as condições aviltantes a que têm sido submetidos.

Diante deste quadro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para trazer minha solidariedade, a solidariedade de goiano e de Senador pelo Estado de Goiás, à classe dos professores, que relevantes serviços prestam em todos os quadrantes desta Pátria e que em nenhum lugar deste País, principalmente no meu Estado, não vêm recebendo um tratamento justo das autoridades e do Governo.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Fernando Freire, para uma comunicação.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Aproveito esta oportunidade para deixar consignado, nos trabalhos de hoje da Casa, o transcurso do aniversário do Dr. José Tomás Nabuco, brilhante advogado no Rio de Janeiro, filho do Ministro Joaquim Nabuco.

Além das qualidades de grande advogado, brilhante jurista, o Dr. José Tomás Nabuco é extraordinário pai de família que educa os seus filhos no amor à Pátria e na cultura do seu País e do mundo.

Não poderia deixar de, nesta data em que o Dr. Nabuco completa 80 anos, enviar-lhe desta tribuna — e estou certo que o faço em nome de diversos seus amigos do mundo político — os meus mais sinceros e efusivos votos de felicidades, desejando que o Dr. Nabuco continue ainda por muitos anos em nosso meio, ajudando o seu País, como o fez em diversas oportunidades, não só através das vezes em que participou de movimentos pré-revolucionários e até mesmo revolucionários, como auxiliando o Brasil nos mais diversos acordos internacionais em que também participou.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra, para uma comunicação, ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na última quinta-feira, neste plenário, com muita justeza e senso de oportunidade, foi lembrada a data de nascimento de José Bento de Monteiro Lobato, cujo centenário transcorreu a 18 de abril último.

Por requerimento a ser firmado, já que o fez verbalmente à Mesa do Senado Federal, o nobre Senador Dirceu Cardoso ratificou o seu desejo, que, acredito ser de todos os Srs. Senadores, de que esta Casa do Congresso Nacional preste significativa homenagem àquele que em vida profetizou e, por isto, foi amaldiçoado por uns e enaltecido por outros, a existência de petróleo no Território Nacional.

Hoje, inscrito que me acho para usar da palavra no expediente da presente sessão, espero fazê-lo e o farei lembrando ao Senado, para que fique registrado nos seus anais, um outro centenário, o do falecimento do notável naturalista inglês Charles Robert Darwin, nascido em 1809 e falecido a 19 de abril de 1882.

Tanto o centenário de nascimento de Monteiro Lobato, como o centenário de falecimento de Charles Darwin, vêm os dois eventos magnificamente descritos nas páginas da revista *ISTO É*, biografias magistralmente traçadas, por Sérgio Buarque de Gusmão e Paulo Sérgio Pinheiro, o primeiro reportando-se ao labor científico de Darwin, o segundo realçando a pertinácia e a visão profética de Monteiro Lobato.

Quanto ao nosso inesquecível conterrâneo, deverá caber ao Senador Dirceu Cardoso, o autor do requerimento para que se realize uma homenagem póstuma à sua memória, teremos na palavra do ilustre parlamentar capixaba, um retrato completo do que foi em vida o notável homem de letras, homem público, um misto de conservador e revolucionário.

O meu intento — Sr. Presidente e Srs. Senadores — ao usar da palavra, é fazer um modesto registro, para que conste dos anais do Senado, o que foi em vida a personalidade extraordinária de cientista, e notável naturalista inglês, Charles Roberto Darwin, cujo centenário de morte transcorreu a 19 de abril de 1982.

Desde o meu tempo de ginásio, quando do estudo das Ciências Naturais, ou mais precisamente da Botânica e da Zoologia, os meus mestres se referiam à teoria darwiniana da seleção natural das espécies, e que está esplendidamente descrita no livro que fez publicar em 1859: — “*A Origem das Espécies*” — em que “abriu caminho para investigações mais sólidas sobre o fascinante

momento em que, há bilhões de anos, algumas moléculas se combinaram para forjar a vida na Terra.”

Sérgio Buarque de Gusmão, no seu bem elaborado trabalho sobre Darwin, faz menção ao modo de como ele foi julgado pelo não menos competente naturalista russo-americano Theodosius Dobzhansky, tido como um dos maiores geneticistas do século que perlastamos, ao afirmar que a grande contribuição de Darwin “foi começar a explicar como a vida evoluiu para formas tão bem acabadas, da qual o homem ainda é o melhor exemplo”, isto porque constatava o fato de que, em cada espécie, os indivíduos variam muito entre si.”

Charles Robert Darwin teve, como não podia deixar de ser, os seus seguidores e contestadores. Entre os primeiros vamos encontrar os neodarwinistas, entre estes Dobzhansky, que trabalhou na Universidade de São Paulo e fez pesquisas na Amazônia, no decorrer da década de 50. Liderou a linha mecanicista da evolução, que tinha em Darwin o seu maior defensor.

Contra esta teoria se levantaram os neodarwinistas inovadores capitaneados pelo norte-americano Lewont que reabilitaram a tese da evolução descontinua.

Mais recentemente, a corrente dos criacionistas científicos, liderados por David Baylan, da Universidade de Iowa, sustentam que o universo e a vida surgiram ao mesmo tempo por obras de forças sobrenaturais, no que são refutados por Aldo Malavazi, professor do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, um dos raros brasileiros especializados em evolução.

Acha o nosso cientista, como adepto do neodarwinismo, que os criacionistas não têm qualquer base em que se assente o seu pensamento científico.

Sr. Presidente e Srs. Senadores — li e reli o trabalho de Sérgio Buarque de Gusmão, sobre a figura impressionante de Charles Robert Darwin, inscrito na revista *ISTO É*, e solicito a V. Ex^a que o faça inserir neste meu discurso, como homenagem que achei por bem prestar a um dos maiores naturalistas que o mundo já conheceu. (*Muito bem!*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALMIR PINTO EM SEU DISCURSO:

GLÓRIA A DARWIN

O centenário da morte de um gênio ainda hoje polêmico

Charles Robert Darwin, o naturalista inglês que mudou o curso da ciência ao formular a teoria da seleção natural das espécies, morreu amargando uma desconfortável derrota doméstica. Sua mulher, a piedosa anglicana Emma Wedgwood, não se deixou convencer pelas idéias heréticas que vicejavam em sua casa. E continuou ensinando aos filhos que Deus criou os seres vivos tal como eles se apresentam na natureza.

Foi um tropeço considerável. De resto, porém, Darwin — cujo centenário de morte se completa nesta segunda-feira, 19 — entronizou-se na galeria de gênios da Humanidade, apesar de ter mudado a imagem generosamente sobrenatural que ela havia criado de suas próprias origens. A partir de 1859, com o inquietante livro *A Origem das Espécies*, o naturalista abriu caminho para investigações mais sólidas sobre o fascinante momento em que, há bilhões de anos, algumas moléculas se combinaram para forjar a vida na Terra. “A grande contribuição de Darwin”, disse o cientista russo-americano Theodosius Dobzhansky, um dos maiores geneticistas deste século, “foi começar a explicar como a vida evoluiu para formas tão bem acabadas, da qual o homem ainda é o melhor exemplo”.

Partindo do que era conhecido — uma espécie produz mais indivíduos do que a natureza pode suportar —, Darwin observou que, em cada espécie, os indivíduos variam muito entre si. A natureza é que seleciona os mais aptos à sobrevivência — mas esta “luta pela vida”, ao contrário do que rotineiramente se imagina, não significa que os mais fortes destruam os mais fracos. A teoria da seleção natural, ou persistência do mais apto, indica que alguns indivíduos nascem mais adaptados à sobrevivência — e o melhor atestado desta vitória é deixarem uma farta prole que igualmente produzirá descendentes cada vez mais aptos. Tais variações, explicou Darwin, são contínuas, lentas ao longo de milênios, e vão-se acumulando até produzir novas e mais bem adaptadas espécies.

O ápice da evolução, o homem, proveio de uma espécie indefinida, algo próximo dos antropóides — disse Darwin, com acerto. Ele nunca afirmou que o homem descende do macaco — mas sim que homens e macacos têm um ancestral comum. Hoje, a ciência supõe que o avô do homem foi o *Ramapithecus* — estranho ser peludo, algo parvo, que viveu há 12 milhões de anos. E, se se sabe tanto hoje, deve-se isso em parte à ousadia intelectual do jovem Darwin. Foi na juventude que ele se encaminhou para a pesquisa, depois de abandonar o curso de medicina — sentia náuseas nas aulas de cirurgia.

Pouco depois, Darwin conquistaria um diploma em teologia na Universidade de Cambridge — mas seu fascínio ia para a botânica. Tanto que acei-

tou sem remuneração, aos 23 anos, o cargo de naturalista do navio cartográfico Beagle. O Beagle passou pelo Brasil em 1832 — Darwin fez pesquisas em Fernando de Noronha, Bahia e Rio, sendo famosa sua descrição de nossa floresta tropical —, mas o naturalista só despertou para o estudo da evolução ao chegar às ilhas Galápagos. Neste arquipélago do Pacífico, a 600 quilômetros do Equador, Darwin intrigou-se com a variedade de tentilhões, pássaros marrom-acinzentados que diferiam na forma do bico e nos hábitos alimentares. Ele supôs, então, que os tentilhões tinham uma origem comum, a qual se fora decompondo ao longo dos séculos.

Neste momento, Darwin começou a estruturar as teorias de que as espécies surgiram e se modificaram separadamente. O palpite mais avançado na época era o do francês Jean de Lamarck (1744-1829), segundo o qual a evolução dependia dos hábitos. A girafa alongou o pescoço, dizia Lamarck, de tanto se esticar para comer folhas nas árvores. Com cautela, Darwin rebateu esse disparate — hoje a ciência sabe que uma característica adquirida em vida não se transmite aos descendentes. Mas foi tão atacado que mais tarde reatou esta e outras idéias que havia combatido.

Na verdade, Darwin tinha pouco apoio científico. Desconhecia, por exemplo, os estudos do austríaco Gregor Mendel (1822-1884) sobre as artimanhas dos genes e da hereditariedade. "Se Darwin conhecesse Mendel, pouca coisa seria acrescentada às suas explicações", garante Pierre Thullier, professor de epistemologia e história da ciência na Universidade de Paris. Articular esses dois gigantes da ciência seria tarefa para os neodarwinistas, pesquisadores que a partir dos anos 30 confirmaram as teses de Darwin com algumas correções.

A primeira correção foi exatamente no sentido de desmentir o princípio de Lamarck sobre a hereditariedade dos caracteres adquiridos em vida. As variações nas espécies, segundo a ciência moderna, ocorrem segundo as leis da genética. Ou seja: os genes, ao se desdobrarem para retransmitir as vida, às vezes sofrem variações que tornam os descendentes diferentes. Aos poucos, tais variações produzem novas espécies. Por esta razão todos os homens seguramente carregam muitos dos genes que há 5 ou 6 milhões de anos deram forma a seus ancestrais.

Os neodarwinistas lembram os marxistas: brigam pela herança do mestre, mas divergem nas interpretações. Dobzhansky, que trabalhou na Universidade de São Paulo e fez pesquisas na Amazônia nos anos 50 — ele morreu em 1975 —, liderou uma corrente que confirmava a linha mecanicista da evolução definida por Darwin. Em oposição a ela surgiram os neodarwinistas inovadores, liderados pelo americano R. Lewontin, que reabilitaram a tese da evolução descontínua. Os neodarwinistas inovadores concordam com o essencial dos ensinamentos de Darwin, mas sustentam que a transformação de uma espécie em outra é sempre fruto de um grande salto. Pertencem a essa corrente os pesquisadores do Museu Britânico, que, numa ruidosa exposição de fósseis em 1981, sustentaram que a especiação, ou surgimento de novas espécies, se produz com macroevoluções.

No minucioso, ainda pouco desbravado ramo da genética, essas teorias ora se negam, ora se inter cruzam. O respeitado cientista japonês Moto Kimura preserva do darwinismo as observações sobre as variações — mas nega a ação seletiva da natureza. A seleção, diz Kimura, é meramente casual. Digase, de toda forma, que o evolucionismo, ainda hoje, não é uma unanimidade. Ultimamente, fortaleceu-se nos Estados Unidos a corrente dos "criacionistas científicos". Há cientistas respeitados entre eles, como David Boylan, da Universidade de Iowa.

Os criacionistas científicos sustentam que o universo e a vida surgiram ao mesmo tempo por obra de forças sobrenaturais. E ironizam o determinismo do darwinismo: a evolução de uma mosca não levou, até agora, a nada além de uma mosca.

"Esses criacionistas não têm base nenhuma", refuta o neodarwinista Aldo Malavazi, 31 anos, professor do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, um dos raros brasileiros especializados em evolução. Malavazi atualmente investiga a evolução do bicho da goiaba para a condição de mosca, um estudo que pode render o controle de pragas agrícolas. Portanto, se uma mosca não passará jamais de uma mosca, haveria insetos que, pelo menos, podem aspirar à condição de mosca. Admirador de Darwin, Malavazi sustenta que os progressos da genética apenas têm confirmado as indicações do mestre. "O que tem evoluído muito, nos últimos anos, é a avaliação da forma como se dá a evolução. Mas Darwin já está plenamente confirmado."

Não apenas Darwin. Parte da glória deve ser repartida com outro naturalista inglês, Alfred Wallace (1823-1911), que também esteve na Amazônia no século passado. Em 1858, Wallace escreveu a Darwin pedindo-lhe que publicasse um artigo no qual anunciava nada menos que a teoria da seleção natural das espécies. Foi então que o indeciso Darwin, que adia a divul-

gação de seus estudos durante vinte anos, animou-se a comunicar à humanidade sua verdadeira origem.

Sérgio Buarque de Gusmão

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para uma comunicação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Tivemos oportunidade de assistir, sábado último, em Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, ao lançamento ao ar da terceira estação radiodifusora daquela localidade, que atende pelo prefixo de Som Brasil, Rádio FM, e que está enriquecendo, portanto, o parque de radiocomunicação daquela cidade, que é o cérebro e o coração do interior do Estado do Espírito Santo.

Essa terceira estação de rádio, dirigida pelo idealismo de um jovem, Indalécio Carone Filho, de família tradicional de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, e cujo pai é o diretor-proprietário e presidente da Rádio Cachoeiro de Itapemirim, a mais tradicional, a mais popular e a mais vibrante estação de rádio de todo o Estado do Espírito Santo, nascida, portanto, das lucubrações e dos sonhos desse moço, na Rádio Cachoeiro de Itapemirim, a Som Brasil lançou-se ao ar sábado último com um programa em que tomaram parte diversos intelectuais da terra, lançando-se como mais um veículo e um canal de comunicações no Sul do nosso Estado.

Portanto, quero estender as minhas felicitações, daqui do Senado, a esse jovem que lança a terceira estação de rádio, em vésperas de ser lançada a quarta, o que será dentro de pouco, antes da campanha eleitoral, com que, então Cachoeiro de Itapemirim contará com quatro estações de rádio, mostrando a sua potência, a sua significação, a sua pujança no contexto social, econômico, financeiro, intelectual e cultural do meu Estado.

Daqui, portanto, as minhas homenagens a Indalécio Carone que recebeu, no ato do lançamento, uma mensagem de seu pai, diretor-proprietário da Rádio Cachoeiro, augurando-lhe um futuro cheio de realizações, de felicidades e de triunfos, nascida que foi da Rádio Cachoeiro de Itapemirim, onde continua o seu pai na trincheira, sendo o maior e o mais atuante veículo de propaganda do interior do nosso Estado e fazendo votos para que o filho continue nessa trilha de radiocomunicação, enriquecendo a cultura, a inteligência e o civismo de Cachoeiro de Itapemirim, do Espírito Santo e do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, para uma comunicação.

O SR. NELSON CARNEIRO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No Palácio do Planalto, hoje, chegará um visitante diferente. Não é um político; é o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Não é um político porque S. Ex^a se afastou das lides partidárias desde que o alfanje discricionário o alcançou no pleno exercício do mandato de Deputado pelo Estado do Amazonas. É o ilustre Presidente da Ordem dos Advogados, Sr. José Bernardo Cabral.

Ao referir-me a este fato, quero significar que o Senhor Presidente da República o recebe, exatamente, para que lhe seja feito um convite para participar, no dia 2 de maio, em Florianópolis, da Segunda Conferência Nacional dos Advogados, que tem como tema este palpitante assunto que é a justiça social. Estou certo de que este encontro marcará uma etapa nova no entendimento entre aqueles que lutam pela ordem constitucional do País e o Senhor Presidente da República, que prometeu defendê-la e convertê-la em realidade.

Faço votos, Sr. Presidente, para que desse encontro saia, afinal, o entendimento que todos esperamos entre a Ordem dos Advogados brasileiros, que tem liderado junto com a Associação Brasileira de Imprensa, e os partidos políticos a campanha pela Assembleia Nacional Constituinte, e o Governo do Presidente João Baptista Figueiredo, que se comprometeu a instituir neste País uma democracia. Este fato não podia deixar de ser registrado na tribuna desta Casa onde ecoam todos os anseios e todas as aspirações do povo brasileiro pela integral redemocratização do País. (*Muito bem!*)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Mauro Benevides — Agenor Maria — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Amaral Peixoto — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

Em votação o Requerimento nº 47/82, lido em sessão anterior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA (Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não é de hoje que o PMDB se levanta, nesta Casa, contra a pretensão do Chefe do Poder Executivo em estabelecer uma norma draconiana, no Direito Tributário, para acobertar uma ilegalidade que a maioria dos Estados brasileiros vem praticando na cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias.

No meu Estado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a cobrança do ICM por estimativa, que é feita ao arrepio da Legislação, com base apenas em portaria do Secretário da Fazenda, tem dado razão a reclamações sem conta. E não são poucos os pequenos e médios comerciantes do meu Estado de Goiás, obrigados a cerrar as portas de seus estabelecimentos comerciais, porque a cobrança por estimativa possibilita, como nunca, a perseguição política em cima daqueles pequenos e médios comerciantes que não rezam pela cartilha do Governo.

E agora, para coonestar essa ilegalidade flagrante que vem sendo praticada não apenas pelo Governo de Goiás, mas por vários governos estaduais, encaminha o Senhor Presidente da República a Mensagem nº 114/81, que possibilita, já agora dando uma roupagem legal a essa ilegalidade, que a cobrança do ICM continue a ser feita pelo regime de estimativa, e até mesmo com a substituição do contribuinte, facilitando, assim, a arrecadação do tributo.

Sr. Presidente, uma matéria desta envergadura precisa, realmente, ser objeto de reestudos na Comissão de Finanças; precisa, sobre ela, ser ouvida a opinião de técnicos; sobre ela é preciso se meditar, antes que nós venhamos vestir com roupagem de legalidade um instrumento de ação política que vem sendo usado de maneira abusiva por vários governos estaduais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O Sr. Dirceu Cardoso — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Nobre Senador Dirceu Cardoso, o encaminhamento de votação de requerimentos é limitado à palavra do signatário e de um representante de cada Partido. Já falou um orador pelo PMDB e pode falar um do PDS ou de outro Partido e o autor do requerimento, que é o Senador José Fragelli. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira usar da palavra, passa-se à votação do requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Rejeitado.

O Sr. Dirceu Cardoso — Requeiro verificação.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — V. Exª será atendido.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Como vota o Líder do PDS?

O Sr. Bernardino Viana — Não.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Como vota o Líder do PMDB?

O Sr. Lázaro Barboza — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Agenor Maria
Dirceu Cardoso
Evelásio Vieira
Gilvan Rocha
Itamar Franco
José Richa
Laélia de Alcântara
Lázaro Barboza
Marcos Freire
Mendes Canale
Paulo Brossard
Pedro Simon

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Almir Pinto
Aloysio Chaves
Bernardino Viana
Helmário Nunes
Jorge Kalume
Jutahy Magalhães
Luiz Freire
Martins Filho
Milton Cabral
Moacyr Dalla
Passos Pôrto

ABSTEM-SE DE VOTAR O SR. SENADOR:

Lomanto Júnior

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Votam SIM 12 Senadores e NÃO 11. Houve 1 abstenção. Total: 24 votos.

Não houve quorum.

O Sr. Dirceu Cardoso — Sr. presidente, requeiro a folha de votação.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — V. Exª será atendido.

A Presidência vai suspender a sessão por 10 minutos e acionar as campainhas, para proceder à segunda votação.

(*A sessão é suspensa às 15 horas e 30 minutos e reaberta às 15 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Vai-se passar agora à segunda votação. Feito o pedido de verificação nominal de votação, foi rejeitado simbolicamente o Requerimento nº 47/1982, de autoria do nobre Senador José Fragelli.

Como vota o Líder do PDS?

O Sr. José Lins — Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como vota o Líder do PMDB?

O Sr. Marcos Freire — SIM.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Os Srs. Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Dirceu Cardoso
Laélia Alcântara
Lázaro Barboza
Nelson Carneiro

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Aderbal Jurema
Almir Pinto
Aloysio Chaves
Amarel Peixoto
Bernardino Viana
Gabriel Hermes
Helmário Nunes
João Calmon
Jorge Kalume
José Lins
Jutahy Magalhães
Lomanto Júnior

Lourival Baptista
Luiz Freire
Martins Filho
Milton Cabral
Moacyr Dalla
Passos Pôrto
Raimundo Parente
Teotônio Vilela

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Votaram SIM 4 Srs. Senadores; NÃO, 20 Srs. Senadores. Não houve *quorum*.

Em consequência, a apreciação da matéria fica adiada para outra oportunidade, bem como a dos demais itens da Ordem do Dia, por dependerem de votação.

São os seguintes os demais itens cuja apreciação fica adiada:

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senhor Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Saúde*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 a 816, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480 de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devidos aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Serviço Público Civil*; e
- de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Serviço Público Civil*, contrário; e
- de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Se, cada vez mais, a economia interna dos países sofre o impacto e é determinada pelas áreas de seu comércio exterior, não é menos verdade, embora menos aparente, que a formulação de uma política externa equilibrada e construtiva contribui para a prosperidade e o desenvolvimento das nações.

Muitas vezes, criticamos nossos governantes e diplomatas pelos poucos resultados positivos de nosso intercâmbio com os países latino-americanos.

Parece a muitos inadmissível que o Brasil, ainda não tenha tirado partido da contigüidade geográfica e da quase identidade histórica com os povos irmãos do Continente, formando com eles uma América Latina sólida e harmônica, de considerável poder econômico e mais agressivo poder de barganha frente aos parceiros comerciais mais fortes.

Reclama-se dos insucessos da ALALC que, substituída, recentemente, pela ALADI tentará, dentro de roupagens mais indígenas, tornar realidade os anseios bolivianos de tantos.

Acusa-se o nosso País por grande parte do fracasso da Associação Latino-americana de Livre Comércio; ou porque não teve vontade política suficiente para fazê-la impulsionar, ou porque teceu sonhos de liderança dentro de uma organização que se queria supra-nacional.

Falou-se até que o medo dos Quatro Grandes do Continente, (e entre estes incluía-se, evidentemente, o Brasil) levou os países sul-americanos menores a se associarem no Pacto Andino, que é uma forma de integração econômica, senão política, que vai cumprindo com mais determinação os objetivos colimados.

E talvez todas essas acusações sejam infundadas, pois mesmo diante da resignação à igualdade e de uma evidente vontade política o exercício da integração pode ser tarefa dificilmente atingível.

É o que confirma o nosso Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Saraiva Guerreiro: (!)

“Éramos, em 1960, uma região formada por países que se davam as costas uns aos outros e a seus próprios territórios; nações voltadas para a exportação de matérias-primas para o mundo desenvolvido.”

Sofríamos os vícios herdados de uma economia dependente, e, neste sentido, os primeiros passos de integração com todas as suas limitações foram instrumento importante para construir a consciência de nossas responsabilidades e potencialidades coletivas e a necessidade de nossa autonomia.

Criaram também a consciência de nossos limites.

Exemplo claro disto está na aplicação de um esquema demasiado rígido de integração, desrespeitando a heterogeneidade e os matizes da realidade continental.

Por isto este esquema não funcionou de forma plena e levou à estagnação da ALALC.”

Sem dúvida, a cópia pura e simples de um modelo europeu de integração não poderia ter sucesso entre países que não se conheciam suficientemente, não mantinham um verdadeiro intercâmbio de produtos e, até fisicamente, se mostravam desintegrados.

Grandes rios e bacias hidrográficas banhavam suas terras e mais serviam de limites e fronteiras que de vínculos e atrações entre os povos ribeirinhos.

Nestas condições, não seria concebível desejar-se um máximo de integração econômica, antes de se poder chegar a um mínimo de integração física.

Felizmente, esta lacuna lamentável vai sendo preenchida à medida que ganham vida, implementação e sucesso, o Tratado da Bacia do Prata, que atingiu em vinte e três de abril o seu décimo terceiro ano de existência, bem como o diploma jurídico mais recente, de 1978, denominado "Pacto Amazônico".

E para orgulho de nosso País, de nossa Política Externa e de nossa Diplomacia, esta dupla e necessária integração física americana vai sendo conseguida com sucesso, através de um maior conhecimento e penetração dos sistemas hidrográficos, que o Brasil tem o privilégio de compartilhar com mais onze nações sul-americanas.

Estas conquistas recentes e necessárias representam o fruto de amplas e penosas negociações diplomáticas, cuja iniciativa, muitas vezes, partiu de brasileiros cômicos de sua indispensabilidade para o progresso e o desenvolvimento nacionais, e mais ainda, para qualquer tentativa viável de integração econômica, em nível latino-americano.

Srs. Senadores, quando se evoca o que foi diplomaticamente conseguido, através da assinatura e da vigência dos dois mencionados tratados internacionais, assinados em Brasília, em relação às Bacias do Prata e do Amazonas, não se pode deixar de acreditar nas palavras do Embaixador e ex-Chanceler Mário Gibson Barbosa, no sentido de que o "Itamarati é uma agência a serviço permanente do desenvolvimento" (2).

Não foi pequena a participação brasileira, em termos de realismo e criatividade, na conquista destes textos jurídicos, que propiciam gradativamente a integração física do Brasil com os quatro países vizinhos da Bacia do Prata e com os sete outros, que compõem a Bacia Amazônica.

Foi, em grande parte, por sugestões brasileiras, pacientemente defendidas, que os textos referidos conseguiram institucionalizar o diálogo construtivo das nações ribeirinhas, refletindo idéias jurídicas modernas e desenvolvimentistas, sem deixar de lado os tradicionais princípios do Direito Internacional, que apóiam a soberania territorial dos Estados sobre os seus recursos hídricos.

Para se ter uma idéia mais precisa do jogo de princípios e opções, que estes tratados revelaram, seria necessário fazer aqui uma demonstração sumária de como tem evoluído o Direito Fluvial no mundo contemporâneo.

Pode-se dizer que, nesta matéria, as regulamentações encontráveis nos vários países seguem dois rumos diferentes: ou as regras de um Direito Internacional Clássico ou tradicional ou os princípios mais recentes enunciados por um novo Direito Internacional, atualmente denominado "Direito Internacional do Desenvolvimento".

O Direito Internacional Clássico parte do pressuposto de que a navegação é o uso prioritário e preferencial que os rios internacionais devem comportar, tendo em vista que a liberdade de navegação neles é um direito para todos os povos.

Nesta perspectiva, são os rios internacionais vistos na sua própria individualidade e, classificados de maneira dualista, recebem diferentes tratamentos jurídicos, sob o ponto de vista da soberania territorial dos Estados ribeirinhos.

Os rios internacionais são contíguos ou sucessivos, eis a premissa básica, de onde surgem os corolários seguintes:

Quanto aos rios contíguos, a soberania é compartilhada entre os Estados que ele banha.

E o *Talweg* é a linha demarcatória da área pertencente a cada ribeirão.

E isto impede a qualquer deles a utilização exclusiva do rio e torna necessária a consulta e o acordo prévios a qualquer trabalho ou construção nele executado.

A igualdade de direitos, o respeito recíproco, a comunicação de dados essenciais em boa fé, as vantagens partilhadas, eis a gama de princípios que alicerçam a noção de soberania compartilhada nos rios contíguos.

Em se tratando de rios sucessivos, o ponto de partida é outro, tendo em vista que, relativamente a eles, se admite a idéia de soberania exclusiva, também denominada "soberania territorial absoluta".

O Estado ribeirão pode utilizar as águas de seu rio sem necessidade de consultas a outros interessados, desde que esta utilização se mantenha como "inocente", isto é, que se mostre incapaz de causar prejuízos substanciais a outros.

Mas, estas noções oriundas da idéia de navegação como utilização prioritária dos rios internacionais vai cedendo lugar a uma nova visão das coisas.

E o chamado Direito Internacional do Desenvolvimento vai deixar de se referir a rios (contíguos ou sucessivos) para utilizar o conceito de bacia fluvial.

E isto, depois que se constatou que a navegabilidade não é mais a utilidade principal dos rios, que pode prestar-se a uma série de outras utilizações rentáveis.

Diante disso, deixam-se de lado as eventuais categorias preferenciais de utilização para, independentemente de fronteiras políticas, visar ao desenvolvimento integral das bacias de drenagem.

Assim, a bacia de drenagem seria representada por todo um conjunto de águas, subterrâneas ou de superfície, que alimentam um sistema hidrográfico.

Parte-se do dado natural e geográfico de que uma bacia hidrográfica não conhece fronteiras políticas e merece ser vista no seu conjunto e ser explorada em toda a sua potencialidade.

Estas razões de ordem econômica, tornando-se mais fortes que os imperativos das soberanias dos Estados, levariam estes últimos a entrar em acordos, no sentido de conquistar as riquezas e potencialidades das águas, superando os objetivos restritos da navegação e explorando-as em seus aspectos pluridimensionais.

Vejamos agora como, diante destas duas concepções, o Tratado da Bacia do Prata representa um meio-termo ou um compromisso, que, afinal, dá-nos algumas vantagens da nova noção de bacia fluvial, ao mesmo tempo em que mantém ao Brasil soberania exclusiva ou compartilhada sobre os rios internacionais que banham o seu território.

O Tratado da Bacia do Prata não usa a expressão rios internacionais nem tampouco faz alusão ao conceito de bacia internacional de drenagem, que compreende, como dissemos, águas subterrâneas e de superfície.

Mas, lança mão de um conceito intermediário de bacia fluvial que é suficientemente amplo para compreender rios, afluentes e subafluentes, embora deixando de lado as águas subterrâneas.

Assim, puderam os cinco países da Bacia do Prata declarar no preâmbulo do Tratado de 1969 que estavam "persuadidos de que a ação conjugada permitirá o desenvolvimento harmonioso e equilibrado, assim como o ótimo aproveitamento dos grandes recursos naturais da região e assegurará sua preservação para as gerações futuras através da utilização racional dos aludidos recursos" (3).

Nem poderia ser outro o enfoque jurídico, quando é sabido que "a região conhecida como Bacia do Prata, uma das mais significativas unidades fisiográficas do planeta, inclui, na verdade, duas bacias fluviais, a do Paraná-Paraguai e a do Uruguai, cada uma delas com características e regimes próprios, abrangendo uma vasta área total de 3.100.000km², distribuídos pelos territórios do Brasil, da Argentina, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai". (4)

Além da opção pelo conceito de bacia, é de se ressaltar, no caso em enfoque, outros interessantes aspectos institucionais do sistema.

Seu órgão máximo, deliberativo e decisório, é a Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata, que tem como organismo coordenador, encarregado de implementar suas decisões, o Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC).

Este último é um órgão permanente, onde são representados os cinco países interessados e cujas decisões se alcançam pelo sistema da unanimidade.

E aí se mostra, claramente, a chave do sistema do Prata, que é buscar a cooperação entre os cinco países interessados, através de uma entidade realista e dinâmica, que, não sendo supra nacional, não interfere, de modo algum, com as medidas dos vários Governos em seus territórios, com vistas ao aproveitamento integral dos recursos existentes em suas respectivas áreas de jurisdição nacional soberana.

Para deixar, ainda mais clara, esta possibilidade, os cinco Estados da Bacia do Prata aprovaram, em 1971, a chamada Declaração de Assunção, por via da qual se reintroduziu no sistema do Tratado a distinção clássica dos rios internacionais sucessivos e contíguos.

Eis que a referida Declaração explica:

— nos rios internacionais contíguos, sendo compartilhada a soberania, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido por um acordo bilateral entre os ribeirinhos;

— nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo compartilhada a soberania, cada Estado pode aproveitar as águas, conforme suas necessidades, sempre que não causar prejuízo sensível a outro Estado da Bacia". (5)

E embora pareça incoerente que um mesmo sistema fluvial se beneficie de dois enfoques jurídicos diferentes e opostos, a verdade é que a mescla de conceitos parece estar produzindo bons resultados na prática.

Afirma o Embaixador João Hermes Pereira de Araújo (6) que a referida Declaração de Assunção "é uma das pedras angulares sobre a qual repousa o esquema cooperativo em curso na Bacia do Prata, seja por constituir o dispositivo jurídico que regula a matéria, seja pelo fato de haverem os seus princípios orientado os dois atos internacionais relativos aos aproveitamentos hi-

drelétricos binacionais mais importantes em vigor na região que, expressivamente, a ela se referem: o Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973, entre o Brasil e o Paraguai, e o Tratado de Yacyretá, concluído em 3 de dezembro do mesmo ano, entre a Argentina e o Paraguai".

Srs. Senadores, não há dúvida de que, no que diz respeito ao Brasil, um dos melhores resultados concretos advindos do Tratado relativo à Bacia do Prata refere-se à Itaipu Binacional.

A obra ainda está em fase de elaboração e muitos anos serão necessários para que ela atinja o seu ponto de excelência.

Mas, trata-se de um empreendimento que, se nos custou alguns problemas e desentendimentos (?) com nações vizinhas, é também motivo de justificado orgulho de nossa parte, já que é por todos citado "como um notável trabalho binacional realizado no campo da produção de energia hidrelétrica".

(3)

Tão faraônica nas promessas de energia futura, quanto nos custos e gastos que acarreta à Nação, Itaipu é também notável sob o ponto de vista estritamente legal, em que, novamente, se vê a mescla de princípios antigos e modernos e conformar-lhe o regime jurídico.

Por um lado, ela é reafirmação de princípios tradicionais, quando, realizada para utilizar trecho de um rio internacional contíguo, vale-se do princípio da soberania compartilhada, traçando um sistema muito conhecido e de total paridade entre Brasil e Paraguai, no tocante a direitos e deveres sobre a obra.

Por outro, ela é, em nosso País, o primeiro exemplo de uma empresa que é, ao mesmo tempo, *economicamente internacional e juridicamente internacional*.

E este é um aspecto moderníssimo no regime jurídico de Itaipu, pois, no mundo inteiro, ainda são poucas as empresas que se regem por seus próprios estatutos e atos internacionais, independentemente da aplicação direta de qualquer Direito nacional.

Na maioria dos casos, empresas deste tipo podem exercer atividade econômica em mais de um país, ter entre os seus associados vários países estrangeiros e, ainda assim, serem regidas por um determinado Direito nacional.

O caso de Itaipu é diferente, porque ela não se rege nem pelo Direito brasileiro, nem pelo Direito paraguaio, mas sim, e predominantemente, pelos seus Estatutos e atos constitutivos, livremente deliberados pelas Partes Contratantes.

O General Costa Cavalcanti (*) ressaltou, em conferência, nesta Casa, uma interessante consequência desta sua especificidade, em matéria de relações de trabalho.

Dizia ele:

"A Itaipu não se rege exclusivamente pela legislação brasileira nem pela legislação paraguaia. Tem uma legislação própria, aprovada pelo Congresso Brasileiro e pelo Congresso Paraguaio. O que não está previsto no Protocolo se rege pela legislação do país que dá mais vantagens ao empregado."

E esta é também a razão pela qual as despesas com Itaipu não são passíveis de apreciação pelos Tribunais de Contas dos países respectivos ou por qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito.

Qualquer alteração de seu regime jurídico só poderá ser discutida, em nível diplomático, pelos dois países associados na empresa.

E, uma vez mais, constatamos que foi apreciável, em termos de realismo, descortino e criatividade, a atuação da diplomacia brasileira, na consecução do Tratado de Itaipu.

Foi ela quem soube, com tato e clarividência, transformar uma possível fonte de conflito entre Brasil e Paraguai numa das mais admiráveis empresas binacionais, no terreno da energia hidrelétrica.

Não nos devemos esquecer de que a possibilidade do empreendimento atendeu, de muito, as negociações entre os cinco países platinos, a respeito da exploração de seus recursos comuns.

E surgiu como termo feliz a uma inesperada questão de limites entre o Brasil e o Paraguai, que reclamava para si a posse de Sete Quedas ou de Guafira, como a denominam naquele país.

As reclamações paraguaias iniciaram-se quando era nosso Embaixador em Assunção e Romancista João Guimarães Rosa.

A pendência chegou a final feliz, em 1966, quando, através da chamada "Ata das Cataratas" ou Ata de Iguaçu, Brasil e Paraguai se comprometeram a realizar estudos e levantamentos dos recursos pertencentes em condomínio aos dois países.

Naquele momento, o Embaixador Gibson Barbosa representava nosso País em Assunção, e meu Pai, o General Juracy Magalhães, era o nosso Ministro das Relações Exteriores.

Esta coincidência, que, para mim, é extremamente feliz, explica, se não justifica, o desejo que sinto de compartilhar com os nobres Senadores a leitura de uma passagem de um antigo editorial da "Veja", de 1972: (10)

"Para o Brasil, na próxima década, a gigantesca represa, que deverá domar as águas para levar energia elétrica até São Paulo, será, sem dúvida, um produto de determinação. Um monumento de três bilhões de dólares erguido para glória da técnica e lembrança do esforço de milhares de pessoas que começaram a se embrenhar na mata selvagem, abrindo caminho para as turbinas. E, então, poucos haverão de recordar alguns personagens singulares que, através dos tempos, tendo tomado a habilidade por profissão, garantiram ao País a soberania de seus limites e de seus projetos: *os diplomatas*."

Por oportuno, desejamos reproduzir na íntegra um trecho do depoimento prestado pelo ex-Chanceler Juracy Magalhães ao CPDOC, no qual trata da reunião em Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner, da qual resultou a Ata do Iguaçu, ou Ata das Cataratas:

"JM — De fato o caso do Paraguai veio a ser, isoladamente falando, o mais difícil que enfrentei no Itamaraty, e cujo resultado, por isso mesmo, constitui para mim uma das melhores lembranças de minha gestão diplomática. Embora possa ter sido gerado por fatos anteriores à década de 60, o problema eclodiu em 1962, quando a Embaixada do Paraguai, no Brasil, interpelou o Itamaraty sobre a veracidade de uma notícia publicada em um jornal carioca, de que nosso Ministério das Minas e Energia havia contratado os serviços de um escritório técnico para fazer um estudo preliminar sobre o aproveitamento hidrelétrico do salto das Sete Quedas. Nessa nota, que foi devidamente respondida em setembro do mesmo ano, aquela embaixada ao condomínio de seu país com o Brasil sobre o conjunto das Sete Quedas, o que, à luz dos tratados de fronteira e das demarcações de limites que vigoravam — e continuaram a vigorar — entre os dois países, não podia ser aceito pelo Brasil, que tinha, ele sim, e sem condomínio de parte do Paraguai, indiscutível posse em trecho daquele setor do rio Paraná.

Apesar de ter o Brasil indicado desde o início sua disposição de atender eventual solicitação paraguaia para participar da utilização dos recursos energéticos exploráveis naquele trecho fluvial, o Paraguai tergiversou em sua réplica e não pôde ou não quis evitar que setores da opinião pública de seu país iniciassem iníqua campanha contra os brasileiros e sua legítima posição quanto à demarcação da fronteira. Logo que assumi a direção do Itamaraty, procurei enfrenar-me dos antecedentes desse caso, tratando de evitar a conotação de incidente, e fiz tudo que estava em minhas mãos para, sem desmedro de nossos direitos, demonstrar às autoridades paraguaias que seu país nada tinha a ganhar no confronto com o Brasil e muito lucraria, ao contrário, se se viesse conosco. Em vista da importância do assunto, procurei também manter informada a opinião pública brasileira, naturalmente dentro das normas de moderação e clareza próprias do Itamaraty. Ao Congresso, particularmente, tratei de fornecer todos os esclarecimentos possíveis e, além das exposições que fiz de improviso às Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, bem como do depoimento prestado à primeira delas pelo saudoso Embaixador João Guimarães Rosa, então Chefe do Serviço de Demarcação de Fronteiras, aceitei com prazer uma convocação da Câmara para, em seu plenário, tratar extensa e abertamente o assunto.

Nessa altura, sentindo que o governo paraguaio se esquivava de qualquer fórmula realmente viável de composição de nossos interesses, tomei a iniciativa, naturalmente com a aprovação do Presidente Castello, de propor ao Chanceler paraguaio Raul Sapena Pastor um encontro num ponto de nossa fronteira comum, para fazermos um esforço especial no sentido da harmonização que convinha aos dois países. Reunimo-nos no dia 21 de junho de 1966, alternadamente em Foz do Iguaçu e Porto Presidente Stroessner, tendo eu levado comigo uma delegação que incluía todos os setores interessados do Governo. A reunião não foi fácil, porque o Chanceler paraguaio insistia na tese da indefinição de nossa fronteira no trecho das Sete Quedas, e eu não podia abrir mão da plena vigência do Tratado que definia os limites consagrados na demarcação já efetuada. Houve um momento em que nos abeiramos na ruptura de nossas discussões, quando o Chanceler paraguaio chegou a insinuar, em nome de um suposto espírito de justiça, que aquele Tratado tinha de ser revisto. Aí, dizendo-lhe que conhecia Direito Internacional bastante para saber que um Tratado entre dois países só pode ser revisto por

outro Tratado ou uma guerra, lhe afirmei que o Brasil não tinha condições de aceitar novo Tratado e lhe perguntei se o Paraguai estava em condições de promover uma guerra. Visivelmente surpreso e assustado, o Chanceler paraguaio me indagou se eu lhe estava fazendo uma ameaça, ao que de imediato lhe respondi negativamente, dizendo que apenas pretendia que nossa discussão tivesse uma base realista. Suspenso nosso encontro neste clímax, quando voltamos a nos reunir, mudara por completo a atitude do Chanceler paraguaio e, felizmente, no dia seguinte, 22 de junho, pudemos chegar, em Foz do Iguaçu, ao entendimento corporificado na Ata do Iguaçu (ou das Cataratas), que superou o caso com o Paraguai, abrindo caminho para a grande obra que será a represa de Itaipu e iniciando uma fase inteiramente nova e desanuviada de nossas relações com o Paraguai, que não devem mais sofrer contratempos.

Sei que assumi graves riscos com esse encontro e que muita gente no Brasil discordou da fórmula fraternal de entendimento binacional consagrada na Ata das Cataratas, mas não hesito em considerar essa como uma das grandes realizações da diplomacia inspirada pelo Presidente Castello, da mesma forma como fico satisfeito ao ver que, com o tempo, se desmancharam as incompreensões em torno daquele documento. Não foi à toa que, referindo-se às críticas de início tecidas àquela Ata e fazendo jocosa alusão à forma inovadora de seus romances, o Embaixador Guimarães Rosa disse que aquelas críticas eram naturais, porque ele sabia, por experiência própria, como custam a ser compreendidas as grandes obras...

Se uma ação diplomática, como a que resultou no acordo da Ata das Cataratas, deu margem a explorações dos que costumam criticar tudo que se faz, mais facilmente ainda poderia ser explorada uma frase dita dentro de um contexto, com um determinado objetivo e que até hoje é explorada, expressando um sentido intencionalmente deturpado. Refiro-me à frase "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

Mesmo fugindo ao contexto deste pronunciamento, desejamos mais uma vez conceder a palavra ao ex-Embaixador do Brasil, em Washington, Juracy Magalhães. Diz ele no seu livro "Minhas Memórias Provisórias":

"Antes de ir para Washington, falando num almoço que me ofereceu em São Paulo a Câmara de Comércio Norte-Americana daquela cidade, procurei antecipar essa minha intenção de bem relacionar-me com os americanos e, de coração aberto, pronunciei uma frase que veio a ser muito e maliciosamente deturpada: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil".

Eu estava preocupado com o volume das críticas que eram então feitas na imprensa americana à situação brasileira e, reconhecendo a importância dos Estados Unidos no cenário mundial, marcados naquela época por forte bipolarismo, pretendi apenas dizer que, quando os Estados Unidos tomavam uma atitude certa na política internacional, isso beneficiava o Brasil, como integrante que somos do Mundo Ocidental. Jamais me passou pela cabeça deixar nosso País numa posição de subserviência em relação aos Estados Unidos, e a prova é que sempre agi no sentido estrito do meu pensamento e nunca na linha absurda de sua deturpação."

Como o fez Juracy em carta a um ex-Embaixador americano, fecharemos este parêntese citando João Neves da Fontoura: "O mundo internacional é feito de transigências e de transações necessárias. E com ele e como ele, eu poderia repetir: a campanha da falsidade contra os homens públicos é velha. O que muda é o nome das vítimas, o que permanece é a covardia dos difamadores."

Continuamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Esta habilidade nos negócios diplomáticos levou o Brasil a motivar os países da Bacia Amazônica a concentrarem esforços em vista da assinatura, também em Brasília, de um tratado relativo àquela área imensa e mal povoada.

O *know how* acumulado com as negociações no Prata e a própria implantação de Brasília, no Planalto Central, ponto forçoso de partida na marcha para o oeste, deram à nossa diplomacia o impulso indispensável para o Pacto que, em tempo recorde, se tornou realidade promissora.

Ainda uma vez, a delicada questão da soberania foi tratada com a necessária prudência pelos negociadores.

É o que diz o Ministro Rubens Ricupero: (11)

"As questões de soberania assumem, entretanto três dimensões, que podemos comparar a círculos independentes: a nacional, a bilateral e a regional.

Na esfera nacional, continuarão a ser tratados, exclusivamente, os problemas internos de ocupação e desenvolvimento de recur-

sos naturais, sem influência de terceiros, ainda que membros do Pacto.

Nem o Brasil, nem os demais, terão de ceder a mais ínfima parcela de comando sobre o processo de desenvolvimento do território nacional. Dentro das zonas nacionais, a Amazônia seguirá sendo exclusiva responsabilidade do Governo de cada país.

Pertence à esfera bilateral toda a extensa gama de questões de convivência e vizinhança como os acordos que enumeramos acima. A rigor, tais acordos não pressupõem a existência do Pacto, mas é razoável esperar que, tal como ocorreu no Prata, o mecanismo regional favoreça a multiplicação de esquemas bilaterais.

A esfera regional, finalmente, abrange apenas os aspectos que transcendem um, dois ou três países e dizem respeito à totalidade da Bacia: integração de sistemas de transportes ou questões de navegação, por exemplo".

E pode-se esperar que o Pacto Amazônico saberá despertar idéias, planos e projetos originais, em nível bilateral ou regional, capazes de dar àquela região o desenvolvimento que tanto espera.

Acreditamos, como o Ministro Ricupero, (12) que nesta tarefa de criação do futuro e de invenção da Amazônia "a diplomacia de projeto é a que melhor convém a uma situação de fronteira, onde não valem os métodos de outras terras e tudo tem que ser reaprendido e reinventado."

O mesmo objetivo, se repete na Declaração de Belém, de 24 de outubro de 1980, (13) em que os chanceleres dos Países do Tratado Amazônico desejam ver entrar em operação, tão cedo quanto possível, o mecanismo de colaboração amazônica, instituído pelo Tratado, em 1978.

Não é, pois, pequena a vitória que se prenuncia.

Mas é quase inacreditável, depois de tanta cobiça e interesses voltados à Amazônia inóspira, ver que, através do mero discurso diplomático, aquela região será explorada e valorizada, sob a exclusiva responsabilidade dos países amazônicos, sem intromissão de potências estrangeiras e sem a perda de um palmo sequer de nossas soberanias.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com todo prazer, nobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a, nesta tarde, de exaltação, principalmente, à nossa diplomacia, a referência feita também a Itaipu que, sem favor, é uma das grandes obras do mundo, que conheci em fevereiro deste ano, e que está a cargo da grande figura do General José Costa Cavalcanti. Por fim, V. Ex^a faz uma citação ao Pacto Amazônico, que, inegavelmente foi uma grande vitória da diplomacia brasileira. Quero, além dos cumprimentos, congratular-me com o Itamaraty por esse grande trabalho que tem realizado em favor do Brasil.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a interferência de V. Ex^a, Senador Jorge Kalume, neste pronunciamento, e faço das palavras de V. Ex^a o fecho deste discurso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (*Muito bem! Palmas.*)

NOTAS E REFERÊNCIAS

- (1) Embaixador Saraiva Guerreiro, no Seminário sobre Integração Latino-americana, em Buenos Aires, 30-10-1980, in *Resenha de Política Exterior do Brasil*, nº 27, out.-dez. 1980, p. 58 e 59.
- (2) *Veja* nº 210, 13-9-1972, p. 26.
- (3) Tratado da Bacia do Prata, assinado em Brasília, a 23 de abril de 1969 — preâmbulo.
- (4) Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, conferência sobre a Bacia do Prata, in *Valores e Resumos do Mundo Ocidental*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1978, p. 255.
- (5) Idem, p. 257, A Declaração de Assunção foi aprovada em 1971, em Assunção, quando da IV Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.
- (6) Idem, nota nº 5.
- (7) Houve problemas com a Argentina para a assinatura do acordo tripartite, visando a compatibilização das usinas de Itaipu e Corpus, no Rio Paraná — *V. Jornal de Brasília*, 31-5-1978 — "Brasil adia acordo com a Argentina."
- (8) Embaixador Saraiva Guerreiro, no seminário referido à nota nº 1, p. 58.
- (9) General Costa Cavalcanti, conferência sobre Itaipu binacional, in *Valores e Resumos do Mundo Ocidental*, p. 286.
- (10) *Veja* nº 210, 13-9-1972, p. 22, "A energia do Itamaraty — a batalha diplomática pela construção de Sete Quedas, de 1965 até hoje".
- (11) Ministro Rubens Ricupero, conferência sobre "Cooperação regional na Amazônia", in *Valores e Resumos do Mundo Ocidental*, p. 198.
- (12) Idem, p. nº 200.
- (13) Declaração de Belém, assinada em 24-10-1980 pelos Chanceleres dos Países do Tratado Amazônico, in *Revista de Política Exterior do Brasil*, nº 27, 1980, p. 30.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Encontram-se na casa vários prefeitos de diversos municípios do Brasil. O objetivo da viagem dos Srs. prefeitos à Capital da República, especialmente a vinda dos mesmos, hoje, ao Senado Federal, tem como objetivo pressionar esta Casa no sentido de que o Senado libere os processos de empréstimo que se encontram aqui, alguns deles desde 1980.

Quem lê os noticiários através da imprensa julga que os Senadores da Oposição estão contra esses projetos e que são os responsáveis diretos pela não aprovação dos mesmos até os dias atuais.

Diante do quadro, diante dessa situação, achei por bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vir à tribuna para fazer uma análise minuciosa a respeito desse problema, para que a Nação possa tomar conhecimento de que o responsável direto por esta situação esdrúxula não é o Senado Federal, nem os Senadores especialmente. O responsável direto é o Governo revolucionário que, a partir de 1967, modificou a filosofia tributária, sendo hoje dono da arrecadação de mais de 75% do tributo nacional.

O objetivo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da modificação da filosofia tributária tem como escopo número um dar ao Governo central todos os poderes, especialmente o econômico, no sentido de deixar os Estados e municípios submetidos a este regime de escravidão a que estamos até hoje submetidos, por conta da modificação da filosofia tributária.

O meu Estado, o Rio Grande do Norte, tem um déficit, este ano, de aproximadamente 4 bilhões e meio. Em alguns meses do ano aquele Estado importa mais tributos do que exporta. Todos os Estados produtores de matéria-prima do Brasil, com a modificação da filosofia tributária, em 1967, passaram a empobrecer e uma grande parte de municípios, hoje, não tem mais como se manter como município.

Se esta é a realidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é preciso que seja discutido no Senado, para que os Srs. prefeitos tomem conhecimento de que a responsabilidade não cabe exclusivamente a nós e, especialmente, aos Senadores do PMDB, porque o Governo tem maioria no Senado.

Se dessem a presença aqui, os Srs. Senadores do Governo teriam praticamente aprovado tudo aquilo que interessa ao Governo aprovar. Então, por que responsabilizar a Oposição? Por que os prefeitos virem a Brasília pressionar o Senado Federal?

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Deixe-me concluir este raciocínio e darei o aparte a V. Ex^a

Tenho em mãos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o equivalente a 310 processos, aproximadamente, que vêm desde o começo de 1980 até os dias de hoje; processos que contêm empréstimos em dólares e empréstimos em cruzeiros. Mais de 1 bilhão é quanto significa esta soma astronômica que as prefeituras de vários municípios do interior do nosso País esperam ver aprovada, para que possam, com esse dinheiro, desenvolver as suas metas e atender a projetos de alta prioridade.

Vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, são 310 projetos — alguns deles em dólares e alguns em cruzeiros. Isso demonstra, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a modificação da filosofia tributária, concentrando em mãos do Governo central mais de 65% da arrecadação do tributo nacional, foi uma modificação errada, porque, na realidade, dá ao Governo central o direito de ter a primazia de só poderem governar os Estados aqueles que puderem contar com o beneplácito do Governo central. Quem, neste País, pode governar um Estado como o Maranhão, o Rio Grande do Norte, o Ceará, só com o ICM de matérias-primas, sem contar com o apoio do Governo Federal? Quem? Ninguém pode. Daí por que a mudança? Se a mudança der ao Governo essa primazia, acaba, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a autonomia dos Estados e, conseqüentemente, com a Federação.

A minha presença na tribuna tem como objetivo, justamente, procurar dialogar a respeito dessa realidade.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a, Senador Agenor Maria, está abordando um assunto que hoje está na mente de todos nós Senadores e já foi matéria de discussão, nesta Casa, por diversas vezes. Pessoalmente, também, já tive oportunidade de referir-me à questão da reforma tributária, e voltarei a este assunto mais algumas vezes. Mas, eu tinha solicitado o aparte naquele instante em que V. Ex^a falava sobre a presença, ou ausência, de Senadores

aqui no plenário. Considero, Senador Agenor Maria, que não devemos procurar responsabilizar nem Partido de Governo e nem Partido de Oposição. Todos sabemos que o PDS não poderá, por razões conhecidas, colocar os 34 Senadores necessários para obter maioria sozinho, aqui, nesta Casa, por algum tempo. É um problema de saúde que atinge a alguns companheiros nossos. E, para isso, precisaríamos contar com a colaboração dos Srs. Senadores da Oposição, para formar essa maioria necessária de votos, para aprovarmos essas matérias de empréstimos. O que discordo, Senador, é de fazermos oposição sistematicamente a qualquer tipo de empréstimo. Admito que alguém imagine que um determinado empréstimo não deva ser concedido. Mas, dar-mos caráter geral, fazendo com que todos os empréstimos tenham que ser recusados, sejam eles internos ou externos, disso é que eu discordo plenamente. Acho que deveria ser examinado caso por caso, para verificar aqueles que realmente estão necessitando da nossa aprovação, que é uma determinação legal; tem que ser aprovado pelo Senado, e nós não podemos aqui estar também querendo fazer o papel de Câmara dos Vereadores ou de Assembleia Legislativa. Nós temos uma obrigação legal de nos pronunciar a respeito. Estamos inegavelmente prejudicando centenas de municípios e deixando de criar inúmeros empregos, numa época em que temos tantos desempregados por aí, porque esta falta de recursos, que estão deixando de ser injetados nesses municípios, também é causadora de desemprego por falta de criação de novos empregos.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Jutahy Magalhães, tenho a impressão de que essa astronômica soma de vários pedidos de empréstimo é apenas a consequência, o efeito gerado pela modificação da filosofia tributária.

Não sou contra, absolutamente, os prefeitos que aspiram desenvolver seus municípios; não sou contra aos empréstimos; eu sou contra a medida esdrúxula que, em 1977, modificou a filosofia tributária. Não entendo porque a União deva ficar com mais de 75% da arrecadação do tributo nacional, largando à sua própria sorte centenas e milhares de pequenos municípios e alguns Estados da Federação, porque, como eu já disse desta tribuna: no Rio Grande do Norte, produzimos algodão fibroso; quando exportamos a matéria-prima para o Sudeste, exportamos, por exemplo, a Cr\$ 100,00 o quilo e o Estado produtor da matéria-prima fica com o equivalente a 12%, ou seja, Cr\$ 12,00; quando o Rio Grande do Norte importa a linha produzida com aquela matéria-prima, paga, ao Estado produtor da manufatura, a quantia de Cr\$ 1.000,00, deixando só em tributo o equivalente a 12%, que corresponde a Cr\$ 120,00. De forma, Senador Jutahy Magalhães, que com essa modificação da filosofia tributária, os Estados produtores de matéria-prima importam mais tributos do que exportam, criando esse empobrecimento terrível e acabando com as perspectivas de progresso, de desenvolvimento dos Estados produtores de matéria-prima.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a tem toda razão, concordo plenamente com V. Ex^a e quero dizer a V. Ex^a que, na primeira oportunidade que eu tenha de falar para o Presidente e um outro Senador que me queira ouvir, irei abordar exatamente essa questão, apresentando sugestões para aumentar os recursos atribuídos à área municipal, pois concordo plenamente com V. Ex^a no que diz respeito à distribuição da receita tributária do País. A União não pode ficar com o bolo maior, quase que único, em prejuízo, em detrimento dos municípios e dos Estados mais pobres como, por exemplo, os Estados nordestinos.

O SR. AGENOR MARIA — Se V. Ex^a, como Vice-Líder do Governo, concorda e diz que, na realidade, urge uma mudança, acho que vale a pena estar falando para um Senador e o Presidente, porque o que importa não são os Senadores que estejam presentes; o que importa é o que a imprensa possa registrar; o que importa é o que os Anais do Senado Federal possam registrar. E o que importa é que tenha a voz do Senado, na pessoa de um Vice-Líder do Governo, que, acima do interesse de zelar pelo Governo, zela pela Nação. V. Ex^a dá um exemplo não só de dignidade, não só de apreço, mas de patriotismo, porque V. Ex^a coloca, acima do interesse de servir ao seu Governo, servir à sua Pátria.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a tem que zelar pela Nação e zelar pelo povo.

O SR. AGENOR MARIA — Servir à sua Pátria.

O Sr. Jutahy Magalhães — Bom. Estou servindo às duas coisas, concomitantemente.

O SR. AGENOR MARIA — Eu me sinto, Senador Jutahy Magalhães, muito à vontade e feliz de poder falar num plenário, embora tendo só um Senador, mas um Senador que concorda no sentido de que a modificação da filosofia tributária foi errada e que urge uma providência para que os Estados e

municípios do Brasil possam, de uma vez por todas, ter de volta a sua autonomia econômica, porque, sem liberdade econômica, infelizmente, não há liberdade política.

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Ex.?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — Saiba V. Ex. que estamos de pleno acordo — e isso não é novidade, Senador, porque eu já tive oportunidade de fazer um pronunciamento nesse sentido, mostrando o meu pensamento, de caráter geral, e anunciando que eu voltaria a tratar do problema especificamente municipal, no primeiro pronunciamento, que será o próximo, depois tratarei do problema da área estadual, concordando, em tese, com isso que V. Ex. vem falando. Apenas, posso discordar de uma forma ou de outra, da apresentação da questão. Mas, acho que temos que lutar aqui em conjunto e creio ser esse o pensamento geral do Senado, se não da unanimidade, pelo menos da grande maioria, da necessidade de uma reforma tributária que está sendo reconhecida até pelo próprio Governo. Veja V. Ex. que hoje estão nas páginas dos jornais o noticiário constante a respeito de estudos que já estão sendo realizados e aprofundados pelo Executivo, mostrando a necessidade dessa reforma tributária.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Jutahy Magalhães, a reforma tributária, anunciada pelo Governo, não atende, nem de longe, às necessidades da reforma radical que nós precisamos realizar no Brasil.

O ICM, V. Ex. sabe que ele incide sobre a produção, de modo geral; ele não incide sobre o lucro. Se o agricultor, o produtor de matéria-prima tiver uma safra boa, rentável, ele sofre uma carga tributária de 16% e de encargos sociais de 2,5%, que incidem sobre a produção na mão dele. Mas, se ele tiver uma frustração...

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas não é só o ICM; Senador; tem-se que modificar mais amplamente, não apenas isso.

O SR. AGENOR MARIA — Mas veja bem V. Ex. Deixe-me concluir meu raciocínio. Então, V. Ex. vê como esse modelo é pernicioso. Se o agricultor tem uma boa safra, ele sofre uma carga de 16% de ICM e 2,5% sobre aquela produção. Mas, se ele tem uma frustração de safra, o que acontecerá? Digamos o seguinte: Goiás, este ano, tem uma boa safra, lá se produzem 40 sacos de arroz por hectare, o que é uma produção razoável. O goiano vai sofrer 16% de ICM sobre aquela produção de arroz e 2,5% sobre o encargo social, o que equivale dizer que ele tem uma carga de 18,5% incidindo sobre aquele produto bruto na mão dele. Mas, se ele tiver uma frustração de safra, em vez de produzir 40 sacos, produzir 5, ele vai sofrer a mesma carga. Então, ele vai pagar imposto porque ele trabalhou, produziu, o que é um absurdo, porque a filosofia dos tributos é o cidadão pagar imposto sobre aquilo que ganha. Não se compreende pagar imposto porque se trabalhou, porque se produziu.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex. tem toda a razão e, mais uma vez, nós concordamos; e não é de hoje. Tive a oportunidade de, no Município de Irecê, na presença de representantes do Governo federal, na presença do governador do meu Estado, dizer, em comício, que considerava um dos maiores absurdos o lavrador ter que pagar imposto sobre o seu prejuízo.

O SR. AGENOR MARIA — Muito bem!

O Sr. Jutahy Magalhães — Então, eu solicitava que se examinasse essa questão para ver quais as possibilidades técnicas para evitar que esse imposto incidisse sobre o produto que foi comercializado a preço mais baixo que o da produção e, portanto, incidindo sobre um prejuízo, aumentando mais ainda o prejuízo que o lavrador teve.

O SR. AGENOR MARIA — Muito obrigado a V. Ex.

Desde que aqui cheguei, em 1975, não tem sido outra a minha preocupação senão tratar desses assuntos econômicos e sociais. Acho que o grande problema nosso, no Brasil, felizmente, não é o problema ideológico. O problema é muito mais da ordem de distorção, são os paradoxos, são as leis que afrontam a nossa gente, o nosso povo.

Veja bem V. Ex., o caso da legislação. Temos só uma legislação que manda pagar um salário diferenciado. O salário, quando fixado, o é verticalmente. O Sudeste, agora, vai ficar com dezesseis mil e tantos cruzeiros e o Nordeste com doze mil e poucos cruzeiros. Uma diferença de quase 31%, para menos, no salário do nordestino para o Sudeste ou para o Sul.

E eu me pergunto: por que uma diferença de quase 31%, num salário, se 70% do que consome o nordestino é comprado no Sul e no Sudeste?

Por que o Governo, quando fixa os salários, o faz de cima para baixo e, esse mesmo Governo, quando fixa a Taxa Rodoviária, nos iguala? Por que, nobre Senador Jutahy Magalhães, somos diferentes na hora do salário, e

iguais na hora da obrigação? O que precisamos é que o Governo, honestamente, procure discutir esse programa à luz da razão, porque não há lógica em o Nordeste continuar submisso a ter um salário inferior ao do Sudeste em mais de 30%, na hora que o Governo fixa as taxas, as obrigações, os encargos, igual o Nordeste ao Sudeste.

Ou o Governo vai de encontro a essas causas que geram esses paradoxos, essas distorções, ou não sei, Senador Jutahy Magalhães, para onde seremos arrastados.

O Governo, em vez de tratar do problema maior, fica atrás das picuinhas, fixa atrás das circunstâncias. É o problema desses empréstimos. Esses empréstimos vão duplicar, triplicar, e não sei para onde vamos. O problema é justamente porque o Governo centralizou a arrecadação de um tributo nacional. Ora — meu Deus! — o Governo não pode continuar a impor à Nação um modelo que tem como único objetivo nos empobrecer! Não podemos crescer paraplegicamente; não tem sentido.

Veja V. Ex. que São Paulo está com um superávit extraordinário no ICM. O Governador Paulo Maluf está aí dando presentes e, enquanto o dinheiro sobra nas mãos do Governo de São Paulo, ele falta para pagar os funcionários de vários Estados da Federação. É justo um modelo que dá a São Paulo superávit na receita de ICM, e deixe os Estados produtores de matéria-prima com o desprazer de importar mais tributo, em determinados meses do ano, do que exportar? Não é lógico nem justo, Senador Jutahy Magalhães.

Por que, então, o Governo do Presidente Figueiredo, que já completou três anos, não procurou tratar desse problema? Por que não modificar essa filosofia tributária, um modelo econômico que depõe contra a própria segurança desta Nação? Por que não mudam o modelo? Porque não interessa, porque o Governo quer continuar a ter o direito de ser tudo, centralizar tudo e depender dele a vida ou a morte dos demais.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex. me permite?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer.

O Sr. Jutahy Magalhães — São dois os aspectos nesse aparte. Em primeiro lugar, o problema dos empréstimos. Acho que não deveríamos esperar que se curassem as causas, para tratarmos então dos efeitos porque, se ficarmos esperando que se faça a reforma tributária, que se deem recursos aos municípios, e se prendermos os empréstimos até que isso ocorra, os municípios ficarão exauridos de suas finanças e não terão recursos para nada. A segunda parte é de mostrar que o governo do Presidente Figueiredo, ao contrário do que V. Ex. afirmou, já atingiu diversas metas da sua administração e, agora, está se preparando para atingir mais essa, porque é o próprio Executivo — não que seja o Executivo somente o responsável para fazer a reforma tributária; acho que a maior responsabilidade caberá a nós; nós é que devemos dar as maiores sugestões e influenciar o mais possível na reforma tributária — quem está, a esta altura, criando o debate e levando o assunto a um estudo sério, para trazer o problema para a discussão da Nação, dos segmentos nacionais, a respeito da reforma tributária. Lá na Bahia mesmo está sendo feito, pela Associação Comercial, um simpósio para estudar e levantar sugestões da área, para essa questão palpitante para todos principalmente para nós, do Nordeste.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Jutahy Magalhães, reconheço que é bom o governo central ter o direito de dar o dinheiro a quem quer; está aí o dinheiro a fundo perdido para ele dar a quem entende...

O Sr. Jutahy Magalhães — Veja V. Ex. que nisso estamos de acordo; isso é péssimo, e o próprio governo não está pensando nisso.

O SR. AGENOR MARIA — Reconheço que para ele é bom. Está aí, agora mesmo, o Ministro do Interior com dinheiro para distribuir para os prefeitos... Agora, Senador Jutahy Magalhães, precisamos convir que acima do interesse da política partidária está o interesse da Nação, que fala mais alto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Mas aí V. Ex. não está discordando de mim, portanto não se refira a mim para não dar a impressão de que eu estou discordando de V. Ex. Não estou pensando de maneira diferente de V. Ex.

O SR. AGENOR MARIA — Então, fico muito grato. Se V. Ex. concorda comigo, ótimo.

O Sr. Jutahy Magalhães — Não concordo, mas já disse que já fiz, inclusive, pronunciamento sobre isso, sobre a necessidade e a premência de uma reforma tributária; não apenas do ICM, mas muito mais ampla.

O SR. AGENOR MARIA — Muito bem! Mas, Senador Jutahy Magalhães, quanto aos empréstimos, eu nunca fui contra eles. O que eu acho, é que esses empréstimos estão chegando aqui a mãos cheias e, a cada ano, muito mais, é uma consequência da modificação do modelo da política tributária de

67. Então, temos que ir de encontro às causas que estão gerando esses efeitos porque, se não, estes continuarão crescendo.

Um outro aspecto é o modelo econômico. V. Exª veja bem o seguinte: os que têm uma propriedade no Brasil, uma estrutura econômica que seja industrial ou rural. Quanto à rural, posso dizer porque tenho uma, que não está rendendo 3% ao ano. Repito: a minha estrutura rural não rende 3% ao ano e eu não acedito que haja uma no Nordeste que renda 10%.

O Governo estabeleceu, agora, juros de 45%. Pelo amor de Deus! Se tenho uma estrutura econômica que não me dá 10% de juros ao ano, como é que posso tomar dinheiro emprestado a 45%, para gerar a produção que possa ter rentabilidade de responder pelos encargos destes juros, na ordem de 45%, se não me gera 10% a minha propriedade?

Este é o grande paradoxo do Brasil, os juros excessivos sobrecarregam a economia de uma tal maneira que, vejo na minha área, quem tem condições econômicas e não tem dinheiro, corre o risco de, trabalhando, perder o que tem, porque a rentabilidade do econômico, pelo menos na agricultura, não dá para pagar os juros que estamos pagando.

É um outro modelo que precisa ser mudado. Ou muda o modelo econômico ou a pequena e a média agricultura vão desaparecer, porque a pequena e a média agricultura no Brasil, principalmente da minha área, o Nordeste, não podem responder pela obrigação de juros que estão respondendo.

Os juros de um trator pequeno, para uma propriedade mais de porte médio para baixo do que de médio para cima, vão, hoje, a mais de 600 mil cruzeiros por ano. Então, não podemos mecanizar nem motomecanizar e nem produzir com o braço uma agricultura que era, antes da modificação da política tributária, uma agricultura gravosa, não podemos mais produzir para corresponder à expectativa de produção que o Governo quer, porque nem os juros nem os impostos vão permitir que a pequena e média agricultura possam resistir.

De forma que precisamos, desta Casa, nós que somos o povo, nós que estamos aqui para representar as aspirações do povo, temos que pressionar o Governo para modificar o modelo tributário e o modelo econômico, porque ambos atentam contra a segurança desta Nação; o primeiro, na base da agricultura, e o segundo como um todo. O modelo tributário é esse absurdo que está aí. A pessoa pagando um imposto violento, muitas das vezes sem ganhar dinheiro, produzindo deficitariamente e ainda pagando imposto, quer dizer, pagando imposto porque trabalhou.

No modelo econômico, os juros são absurdos, exorbitantes, para tirar de uma agricultura cada vez mais precária. Leio no *Jornal do Brasil* de hoje, terça-feira.

"A PETROBRÁS ganhou num trimestre o equivalente a 31 bilhões e 146 milhões líquidos, num trimestre; ou seja, ganhou mais do que o ano passado 236,4%."

Mas, meu Deus! É por isso que digo que há dois Brasis: o Brasil que vende serviços, a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, a TELEBRÁS; e o Brasil que dá o serviço, que presta o serviço.

A PETROBRÁS ganhando, num trimestre, o equivalente a 31 bilhões e 146 milhões líquidos, ou seja, 236,4% mais do que no ano passado; e o Ministério da Saúde sem verba; e o Ministério da Educação sem verba; e o Ministério da Agricultura sem condições de operar.

Não é possível continuar à mercê de dois modelos: o modelo do Brasil que vende serviços, o Brasil rico da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS, que ganha esse absurdo, tirando da mesa do desgraçado. E não acredito que alguém esteja ganhando dinheiro neste País. Não conheço um pequeno comércio que esteja dando lucro; não conheço um negócio honesto, no Brasil, que esteja dando o lucro que a poupança oficial está garantindo. Nenhum.

Eu perguntava a um gerente do Banco do Brasil, no ano passado, quando ele me dizia: "Agenor, você vai colocar dinheiro aqui no Recibo de Depósito Bancário — RDB? Vou dar a você 84% livre. Você precisa somente, com 6 meses, capitalizar os juros e terá 84%." "Eu perguntei a ele: "Mas isso é verdade?" "É verdade, lhe darei isso". "Aí eu perguntei: "Qual o negócio honesto, no Brasil, que esteja dando esse lucro?" "Nenhum!"

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Vou permitir; só estou concluindo. Podemos continuar vivendo esse paradoxo? — Podemos continuar lendo, nos jornais, aqui, o lucro de 31 bilhões, ou seja, duzentos e tantos por cento a mais do que no ano passado, na PETROBRÁS, e lá a nossa Secretaria de Agricultura não podendo fazer nada por alguém? O nosso Ministério da Saúde, da Educação sem ter verbas? Podemos continuar à mercê de um modelo que dá o direito de a ELETROBRÁS subir, antecipadamente, quatro vezes o preço da energia? Nós já sabemos que vamos pagar energia a mais do que ano passado. Eu que pago energia rural, lá, que estou pagando, cada ano que pas-

sa, mais energia para produzir menos, pelo amor de Deus, nós não podemos continuar assim.

Então, digo isso aqui, nesta Casa, que representa realmente as aspirações do povo brasileiro, pois o que trago aqui não são problemas de Agenor Maria não, trago aqui problemas do Rio Grande do Norte, da minha agricultura marginalizada; agricultura, Sr. Senador Jutahy Magalhães, em que estão fechando as casas, nas fazendas; e, por incrível que pareça, o Governo comprando terrenos bilionários, na cidade, para construir e colocar, lá dentro, alguém para morar, mas sem lhe poder dar um emprego.

Vejam bem que coisa absurda: as casas das fazendas estão se fechando; só na minha fazenda existem quatro casas fechadas, e o Governo comprando terrenos bilionários, na cidade, para construir mais casas, e para colocar lá uma pessoa para quem não pode arranjar um dia de serviço.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Exª um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer, nobre Senador, pelo Piauí, Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva — Queria apenas corroborar o que V. Exª está dizendo, citando um exemplo do meu Estado, em que a agricultura está se enfraquecendo, o pessoal está deixando o campo e vindo naquela ilusão de encontrar emprego na cidade. E o Governador do meu Estado dá como obra mais importante do seu Governo a construção de conjuntos habitacionais; chega a se intitular campeão das casas populares; e acaba de comprar um terreno, que é um buraco, por 23 milhões, e contratou uma empresa de terraplenagem, que só para entupir o buraco, para construir casas em cima, vai gastar mais de 1 bilhão de cruzeiros. Então, do que V. Exª chamou de terrenos bilionários, está aí um exemplo disso. E a coisa é tão gritante, o terreno é um buraco verdadeiro, que a última chuva que tivemos em Teresina, levou a metade desse aterro, que está se fazendo com o dinheiro do povo, para se construir casas, e as pessoas que vão para essas casas não têm emprego, porque uma Capital como a do meu Estado não tem condições de empregar milhares de pessoas que vêm do campo para ocupar as casas populares. V. Exª tem toda razão quando menciona esse aspecto de construção de casas em cidades, comprando terrenos bilionários, e sem se poder dar emprego a essa população. Enfim, um conjunto habitacional desse vai virar um antro de marginais, sem dúvida alguma.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Alberto Silva, tenho lido ultimamente que o BNH vai, agora, financiar as casas rurais. É uma graça. Porque confesso, no meu Nordeste, nas fazendas, as casas estão sendo fechadas; já estão fechando as casas. O povo está com medo do rogado como o diabo tem da cruz. Ninguém quer ficar no campo, porque nas cidades estão lá os conjuntos habitacionais, com praças, com jardins, com água e saneamento; enfim com tudo, mas não existe emprego. Quero ver de que vai viver aquela multidão.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Agenor Maria, continuo aguardando minha vez.

O SR. AGENOR MARIA — Deixe-me concluir o raciocínio, depois da-rei o aparte a V. Exª

Veja bem o seguinte, Senador Alberto Silva: Natal, hoje, é a cidade dos conjuntos. Pois bem, o povo faz a roça, onde não tem direito a nada, porque na roça é só enxada, é só cobra, é só carrapicho, e estamos conversados. Vem a seca, então o povo sai da roça e vai para Natal. Em Natal estão os conjuntos habitacionais, com água encanada, luz elétrica, uma televisão bonita na praça, uma praça toda bonita; e a pessoa vai morar ali, com tudo isso, mas não tem emprego.

Então, pergunto: está certo ou está errado esse modelo? Está errado, porque num País como o Brasil, um País agrícola por natureza, por vocação, por princípio, não pode jogar sua população camponesa no asfalto, porque esse homem, no asfalto, vai ser um marginal; ele não está preparado para viver no asfalto; não tem uma profissão; vai deixar de ser um produtor para ser um consumidor e, possivelmente, um bandido. Por que ele é um marginal, Senador Alberto Silva? É marginal porque não tem uma profissão, não tem um emprego, e vai ter de assaltar. O que mais cresceu, no País, nestes últimos 10 anos foi o quê? Foi a prostituição, o banditismo, a insegurança. Então esse modelo é errado.

Um outro aspecto é o problema dos juros. Pelo amor de Deus, os juros passaram agora, no Brasil, a ser de 100%. Quando fizeram essa Revolução em 1964, no meu Estado prenderam vários agiotas que emprestavam dinheiro a 4, 5%; prenderam, amarraram, castigaram. Pois bem, quem empresta hoje é o Governo, a 7, 8%. É a usura oficializada. Quem tem dinheiro, no Brasil, está ganhando o que quer; a maioria já está procurando segurança para o seu recurso. Não é mais nem lucro. O lucro é tanto que a preocupação, hoje, é com a segurança do dinheiro. Quem não tem dinheiro está trabalhando e passan-

do fome. Quem tem uma estrutura econômica rural ou industrial e não tem capital de giro, está trabalhando e pagando o que tem, porque a rentabilidade financeira está muito acima da rentabilidade econômica.

Minha presença, na tribuna, deve-se aos prefeitos que estão aqui — eu os vi aqui há poucos instantes, para pressionar esta Casa. Eles deviam pressionar era o Presidente da República, para mudar o modelo econômico que esvaziou os municípios, que empobreceu os Estados e que acaba com a Federação, porque quem está acabando com a Federação é o modelo que atenta contra a própria segurança nacional. Desde o ano passado que solicitei uma CPI para o BNH. Por que eu pedi uma CPI para o BNH? Porque é uma casa de negócios escusos, onde os juros e a correção monetária incidem numa alta anual acima das possibilidades do homem de classe média que compra casa. A classe média brasileira está asfixiada: a casa é do BNH, a prestação a cada ano mais cara, ele está com o cadeado no telefone, está sublocando quartos, os filhos não podem ir mais ao colégio, estão acabando com a classe média brasileira. Em benefício de quem, eu pergunto? Se tudo isso estivesse sendo feito para pagar a nossa dívida, eu acharia até razoável, mas, por incrível que pareça, nós estamos, a cada ano, devendo mais.

Este Governo Revolucionário, que encontrou uma dívida de 3 bilhões e 145 milhões de dólares, está pagando, neste ano de 82, só para cobrir os juros, 10 bilhões; ele precisa, só para pagar os juros da dívida, de 10 bilhões de dólares. Parece mentira, mas é a grande realidade: eles encontraram uma dívida de 3 bilhões e 145 milhões de dólares, e a dívida atual assume uma proporção tal que só o juro é de 10 bilhões de dólares.

Por que o Governo não me aparteia para dizer que estou enganado, que estou sonhando? Não me aparteia, porque sabe que estou certo. A dívida é esta. E por que, se o povo passa fome, se o operário brasileiro com o que ganha, com o salário, não tem condições nem de casar? 67% da população ativa do Brasil ganha salário mínimo e quem ganha salário mínimo, no Brasil, não pode mais ter um lar, não pode mais ter uma família. Se a família é a *célula mater* da sociedade e aquele que trabalha não pode ter uma família, o que é que ele vai ter?

Portanto, o Presidente Figueiredo precisa — se Sua Excelência quer realmente mudar alguma coisa — mudar os modelos econômico e tributário. E os prefeitos que se encontram nesta Casa precisam, ao invés de vir ao Senado Federal, ir à Presidência da República pressionar o Governo para mudar o modelo tributário, para que os Estados e Municípios arrecadem impostos e, através da arrecadação, possam sobreviver. Ninguém sobrevive tomando dinheiro emprestado. Mais cedo ou mais tarde, o volume da dívida é tamanho que leva a pessoa à falência. É o caso do nosso País: 10 bilhões de dólares é a necessidade de dinheiro emprestado para pagar os juros da dívida.

O Sr. Leite Chaves — Senador, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. AGENOR MARIA — Com o maior prazer, Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — V. Ex^a tocou num ponto importante. Veja V. Ex^a que os nossos capitalistas tupiniquins vivem imitando os Estados Unidos em tudo que acham de sua conveniência. Mas naquelas pilastras filosóficas, eles não se inspiram, em instantes como este. Foi o próprio Lincoln quem disse uma vez — e é proverbial a sentença — que ninguém constrói a prosperidade sobre dívida. E aqui no Brasil não se faz outra coisa a não ser dívida. O Ministro Delfim Netto vive como Ministro-carrapeta no mundo, atrás de dinheiro. Onde tem possibilidade de arranjar 100 milhões de dólares, S. Ex^a vai e traz, qualquer que seja o custo. Eu já disse, Ex^a, através de artigo assinado na *Folha de S. Paulo* e aqui no Senado, por diversas vezes, que a maior violência contra o Brasil é esta dívida. Esta dívida está nos acabando, esta dívida está acabando de exaurir as reservas últimas da classe média e do operariado. Esses juros, por exemplo: como é que podemos pagar 23 bilhões de juros, por ano? E o serviço da dívida para o exercício e atualização dessa dívida de 75 bilhões? O governo do PMDB, a primeira coisa que faria, de imediato, seria o parcelamento dessa dívida, seria o reescalonamento. Isso não constitui injúria, não constitui gravame. Nós temos um potencial econômico válido. Agora, o que nós não podemos, é pagar dívida dessa natureza, e o pior: obtendo esses dólares à custa de exportações extremamente ruinosas, de exportações subsidiadas, violentas. O Ministro Delfim Netto diz que é honra nacional pagar, porque o Ministro é muito simpático aos banqueiros com os quais assume compromissos quando contraí dívidas dessa natureza. Já disse uma vez que há uma semelhança muito grande entre uma firma comercial e um país moderno, ainda que um país com essas defasagens a que V. Ex^a se refere. Um comerciante hoje, qualquer que seja, que esteja em boa situação econômica e situação financeira difícil pode recorrer à concordata: é o juiz a dar.

A concordata não é uma ofensa, mas um remédio jurídico assegurado ao comerciante honesto que, por razão relevante, não pode pagar uma obrigação líquida e certa no dia. Uma Nação é a mesma coisa: ela se exercita, financeiramente, ela comercia, ela faz convênios internacionais, faz *joint-ventures*, toma empréstimos, quer dizer, ela pode perfeitamente, sem um compromisso maior, fazer um reescalonamento. Agora, o que não podemos é continuar a pagar essa dívida dessa forma; isto é um verdadeiro desastre, é uma verdadeira ofensa a todos os princípios comenizinhos de economia.

O SR. AGENOR MARIA — Senador Leite Chaves, entre os 310 Prefeitos que solicitam empréstimos, temos aqui Santa Catarina, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, empréstimos em dólares, só o Rio de Janeiro pleiteia um empréstimo de 162 milhões de dólares. Acho que esses empréstimos estão sendo pedidos tendo em vista o esvaziamento desses municípios. O empréstimo não vai render nada, o empréstimo é para atender determinadas obras de necessidades prioritárias desses municípios. O que poderia render seria a arrecadação, mas a arrecadação está ficando com o Governo Central. Então, ou muda esse modelo, ou vão aumentando os empréstimos em dólares e em cruzeiros, em uma tal ordem, que as prefeituras não vão poder arcar com a responsabilidade do pagamento dessas dívidas. O que eu acho conveniente é o Governo, de uma vez por todas, mudar o modelo econômico e o modelo tributário. Se não mudar esses modelos, não vai adiantar nada; não adianta irmos de encontro aos efeitos, temos de ir de encontro às causas.

O que cria espécie é que no Brasil, na minha área, no meu Nordeste, o pobre não pode mais casar, não pode mais ter uma família, os valores éticos e morais da nossa sociedade estão sendo distribuídos: a família, o trabalho, a própria religião estão desaparecendo. O Governo precisa preservar esses valores e a preservação desses valores só é possível através de modelos que equacionem a vida da Nação. Mas, meu Deus, como podemos equacionar a vida de uma Nação, se os modelos atentam contra a própria Segurança Nacional? Se o modelo econômico é o de dar a quem tem dinheiro o direito a lucros astronômicos e a quem só tem o trabalho, a quem só tem a estrutura de uma economia em desenvolvimento, apenas o direito de, trabalhando, perder o que tem?

Não tem sido outra a minha preocupação. Gostaria de aproveitar a oportunidade de termos centenas de prefeitos em Brasília, e por isso vim à tribuna, fazer uma análise dessa realidade, porque a pressão dos Srs. prefeitos deveria ser em cima do Presidente da República, em cima do Governo, para que mude um modelo que atenta contra todos nós.

Um outro aspecto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, do meu pronunciamento, é a respeito do problema do lucro da PETROBRÁS. Vamos voltar aos lucros da PETROBRÁS. A PETROBRÁS ganha este ano, em três meses, o equivalente a 236% a mais do que no ano passado. O óleo diesel, por incrível que pareça, subiu este ano mais do que a gasolina. O óleo diesel é um combustível de progresso, de trabalho, a gasolina é muito mais um combustível de lazer. Se a gasolina é um combustível do lazer e o óleo diesel é o combustível do trabalho, da produção, por que, meu Deus, sobe mais o diesel do que a gasolina? A gasolina, dentro dessa imagem, é um supérfluo; o combustível importante é o diesel, porque todos os caminhões de transporte são movidos a diesel. Os carros de passeio, os Dodge Dart, são movidos a gasolina. Pois bem, os Dodge Dart, movidos a gasolina, tiveram uma alta de gasolina mais barata e o diesel, por incrível que pareça, subiu mais. E subiu mais para que a PETROBRÁS ganhasse mais este ano do que no ano passado? Subiu mais para que a PETROBRÁS em vez de ganhar cento e tantos por cento, ganhasse 263%? É um problema que precisa ser analisado, e não há Senador algum do Governo em plenário, para que me diga que estou enganado, que a página econômica do *Jornal do Brasil*, de hoje, está mentindo, porque está aqui.

Sr. Presidente, vou concluir, porque de uma coisa tenho certeza: com este discurso, eu cumpro com a minha obrigação. Deus disse — está na Bíblia: "Faça por ti, que Eu te ajudarei." Estou fazendo por mim. Trago a denúncia, com fatos, provando o quanto o modelo econômico e tributário é errado e o quanto ele depõe contra a própria segurança do País.

Se o Governo não está aqui para debater comigo, se o Governo não está aqui para dialogar comigo, a culpa cabe a ele. A mim, como representante do povo, estou cumprindo com a minha obrigação, que é trazer, na tarde de hoje, mais uma vez, as minhas preocupações, que tenho certeza são as preocupações de milhões de brasileiros, que trabalham e não têm o direito de ter nem esperança. E quando a esperança acaba nos corações de quem trabalha, sinceramente posso afirmar: não sei para onde estamos indo.

Sr. Presidente, torno a repetir palavras de meu pai, que dizia: "Quem semeia ventos, colhe tempestades." Estamos plantando ventos. Quero saber, Sr. Presidente, o que vamos colher. Muito obrigado. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha). — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, por cessão do Senador Itamar Franco.

O SR. ALBERTO SILVA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quero, fazer aqui um apelo ao Ministro da Educação para um fato que está ocorrendo no meu Estado e de que tive conhecimento hoje à tarde. É com relação àqueles célebres bandejeões das Universidades e que mereceram tanta informação da imprensa do País.

No Piauí, a informação que tenho, agora à tarde, é de que existem 8 estudantes em greve de fome. Há 4 dias que não comem, e a informação é a seguinte: é que o bandejeão, na Universidade do Piauí, custava 8 cruzeiros e passou para 130. Caso idêntico ocorreu na Universidade do Ceará e do Maranhão, mas lá o Reitor, ou o Governador, ou quem quer que seja, solicitou e conseguiu uma redução de 130 cruzeiros para 30 cruzeiros, na Universidade do Ceará, e de 130 cruzeiros para 20 cruzeiros, na Universidade do Maranhão.

Então, o que eu desejava aqui é fazer um apelo ao Ministro da Educação, no sentido de mandar verificar. Sendo o Piauí, dos três, o Estado de menor poder aquisitivo de sua população, que os estudantes tenham um tratamento, pelo menos, similar ao que foi dado ao Ceará e ao Maranhão.

Era a informação que eu desejava prestar e o apelo que faço ao Ministro Rubem Ludwig a respeito da Universidade do Piauí. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Aplaudimos a iniciativa do Instituto Brasileiro do Café, quando se propõe a anunciar os nomes das indústrias que adulteraram o café vendido ao consumidor, informando ainda na mesma notícia hoje divulgada, que "há casos de mistura de cereais, palha de café e resíduos de lavoura, alguns contaminados por fungicidas e outros venenos.

Em 1979, dirigimo-nos ao Instituto Exequiel Dias, em Belo Horizonte, solicitando informações sobre o café vendido em Brasília, já que numerosas pessoas afirmavam que o pó de café aqui comercializado continha impurezas que precisavam ser denunciadas.

Como resposta, foi-nos informado que aquele instituto fornecia ao IBC as informações sobre as análises realizadas e somente o Instituto Brasileiro do Café teria condições de atender nosso pedido. Pouco tempo depois, recebemos a informação de que o café comercializado no Distrito Federal não continha qualquer mistura.

Agora, com a nota oficial do IBC, que acaba de ser publicada, verifica-se que realmente existe, na comercialização do café moído, mistura de produtos, inclusive venenosos, e que são hoje vendidos ao preço de 460 cruzeiros o quilo, já se anunciando sua elevação para 600 cruzeiros o quilo.

Esperamos que o IBC não se limite na distribuição dessa nota e realmente divulgue o nome dos desonestos, aplicando-lhes sanções, que não podem ser outras senão o cancelamento da autorização de funcionamento da torrefação e a respectiva cota de café.

As providências hoje tomadas, nós as desejávamos em 1979 e, mesmo tardiamente, cumpre-nos felicitar o IBC pelas medidas, que devem ser constantes e abranger todo o Território Nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O *Estado de Minas*, em sua edição de domingo, de 28 de março passado, publicou um editorial intitulado "Força da Verdade", cuja transcrição solicito a V. Ex^a, Sr. Presidente, por se tratar, ao mesmo tempo, de um ato de justiça e de merecida homenagem a uma das figuras exponenciais de Minas Gerais, pela sua tradição de excepcional prestígio político, em todo o Estado, e reconhecida capacidade empreendedora.

Refiro-me ao eminente ex-Governador Rondon Pacheco cuja atuação, no plano nacional, é sobejamente conhecida, como ex-Deputado Federal ex-Presidente de Partido e ex-Chefe do Gabinete Civil do Presidente Costa e Silva.

O autorizado editorial do *Estado de Minas* destacou, sobretudo, uma das características de Rondon Pacheco — isto é, o sementeiro de grandes empreen-

dimentos que germinaram e somente agora, decorridos alguns anos, estão produzindo resultados por ele colimados, quando o Governador de Minas Gerais.

Era esta, Sr. Presidente, a breve comunicação que desejava fazer à margem do mencionado Editorial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Estado de Minas — edição de domingo: 28-3-82

FORÇA DA VERDADE

Nunca será demais lembrar, até mesmo pela própria força da verdade, que, sobretudo na administração pública, as realizações maiores devem permanecer, ao longo do tempo, vinculadas — por mérito — àquele que não se poupou em esforços e sacrifícios para efetivá-las. E essa lembrança se impõe, quando nada, por elementar dever de reconhecimento e fidelidade à história.

Completam dez anos de atividades, agora, vários órgãos criados à época do governo Rondon Pacheco, período considerado como um marco no processo de implantação do desenvolvimento mineiro. Um deles é o CETEC, implantado quando o Estado ainda engatinhava no campo da pesquisa tecnológica e que representou a semente da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Neste, como em outros empreendimentos, o então governador pôs todo o seu empenho pessoal, buscando recursos onde quer que fossem possíveis, principalmente no FINEP e junto à Caixa Econômica Estadual, que cedeu o terreno onde hoje se localiza o Centro Tecnológico de Minas Gerais. Eram tempos difíceis nesse setor, que possuía apenas o velho Centro de Tecnologia, já então sem condições de atender às exigências de um Estado que se modernizava e partia para uma agressiva política de industrialização.

No mesmo período governamental, implantou-se a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, fundamental à execução do programa que o Sr. Rondon Pacheco se propunha realizar, com o objetivo de retirar Minas de uma fase em que a ofensiva industrializante ainda não havia conseguido superar o estágio das planificações, em sua maior parte.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais tem origem, igualmente, na mesma administração, sem se falar nas muitas indústrias que se espalharam pelos quatro cantos do Estado, abrindo novos mercados de trabalho e gerando fontes de recursos.

Hoje, decorridos dez anos, o trabalho então realizado se projeta na dimensão dos tempos novos em que vivemos, a testemunhar, no próprio dinamismo de sua ação presente, a visão que inspirou o passado. Um passado que, apesar de bem próximo, precisa ser devidamente destacado, a fim de que Minas não perca a memória, ignorando a força permanente da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardino Viana.

O SR. BERNARDINO VIANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estiveram, nesta Capital, tendo à frente o Ilustre Presidente da Associação dos Prefeitos do Piauí, Sr. Francisco Sampaio, 24 dos 114 ali existentes.

Nesta Capital, mantiveram contato com os Ministérios da área econômica, objetivando angariar recursos financeiros, para realizarem obras em seus municípios e tratando de outros assuntos de interesse público.

A presença deles é um marco indelével da atuação da entidade congregadora da classe, ao mesmo tempo em que leva a nossa imaginação às suas plagas e a uma triste análise das dificuldades que atravessam, após o 3º ano de seca.

Realmente, é digno de pena o empobrecimento do meio rural, tanto no que tange à agricultura, quanto ao que se refere à pecuária.

Na agricultura, as sementes que foram lançadas no chão não germinaram, e o pobre agricultor, em vez de colher os frutos da terra, como esperava, perdeu, em muitos casos, até a própria esperança.

As aguadas naturais estão secando em várias regiões do Estado, principalmente nas áreas limítrofes com os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia.

Há populações apavoradas com a falta d'água. Nesta situação estão as cidades de Pedro II, Paulistana, Caracol, São Raimundo Nonato, Curimatã e tantas outras.

Não são apenas os rebanhos que correm os riscos de serem abatidos pela sede, o próprio ente humano também.

Diante desse quadro, aqui estão alguns dos nossos Prefeitos que vieram em busca de recursos junto ao Governo Federal, contando com o apoio da bancada federal de seu Estado.

Nosso apoio não faltou e estamos dispostos a ajudá-los no que estiver a nosso alcance.

Esperamos, apenas, que as autoridades se sensibilizem com os pleitos apresentados.

É o nosso apelo, a nossa esperança.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, em vigor desde 1º de janeiro do corrente ano e ainda em tramitação no Congresso Nacional, além de majorar as alíquotas das contribuições dos segurados e das empresas à Previdência Social, estabelece também, e de forma extremamente injusta, contribuições dos aposentados em geral e dos pensionistas para custeio da assistência médica, em proporções que variam de 3% a 5% para os primeiros e de 3% para os últimos.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que aposentados e pensionistas já contribuíram, em geral, durante 30 ou 35 anos, com elevada parcela de seu trabalho, para a constituição do Fundo de Assistência e Previdência Social, administrado pelo IAPAS, responsável também pelo custeio da péssima assistência médica oferecida pelo INAMPS, não sendo justo que se lhes tributem onerosamente quando gozam de seu merecido descanso, pago de forma discriminatória pelo INPS. O custeio de sua miserável assistência médica já foi regamente pago durante seus longos anos de trabalho.

A forma como se fazem os cálculos para os proventos de aposentados é altamente lesiva a seus interesses, na medida em que se considera a média de salários dos últimos 36 meses, sobretudo na atual conjuntura, com índices inflacionários (ou o INPC) elevadíssimos. A massa trabalhadora brasileira, já miseravelmente remunerada, vê seu péssimo padrão de vida reduzir-se ainda mais após a aposentadoria. Mais grave ainda é a situação das pensionistas, obrigadas a sobreviver com 50% dos benefícios do esposo.

Já se viu que o Decreto-lei nº 1.910 passou a vigor em 1º de janeiro do ano em curso. No entanto, o Ministério da Previdência e Assistência Social, mesmo contando com seu sofisticado e oneroso sistema de computação — DATAPREV — ainda não deu início ao desconto de aposentados e pensionistas, anunciando que o fará no próximo mês de maio, incluindo-se de uma só vez todos os meses em atraso. Isso significará desconto de 15 a 25% sobre os miseráveis proventos de milhões de pessoas em idade avançada. Há de ser um "prêmio" pelo Ano Internacional das Pessoas Idosas?

Faço um apelo no sentido de que o MPAS não realize o referido desconto, aguardando a apreciação do Decreto-lei nº 1.910 pelo Congresso Nacional. E se, no futuro, tiver de realizá-lo, que o faça de forma parcelada durante os próximos 12 meses. Que seja pelo menos esse o prêmio aos que já deram uma vida inteira de trabalho e sacrifício ao seu País, enquanto não se consiga um pouco menos de injustiça social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Economia; e
- de Finanças.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresentam.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 22-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Compareci, ontem, ao lançamento da candidatura ao governo do Estado de São Paulo do companheiro Luís Inácio da Silva, o Lula, no Bairro de Santo Amaro, no Largo 13 de Maio, e fiquei surpreendido, verdadeiramente estupefacto, diante da multidão que ocorreu àquele encontro do Partido dos Trabalhadores.

Já vinha eu fazendo um diagnóstico muito sério dessa transformação por que passa a consciência nacional, em busca de um desaguadouro autêntico, consistente, para todos os anseios políticos que nos angustiam. E fazia prognósticos verdadeiramente otimistas, mas com o quadro que se me deparou na noite de ontem, levou-me à conclusão absoluta de que a coisa é muito mais profunda e muito mais séria. Sr. Presidente. Vinte mil trabalhadores, estudantes, assalariados, pelos seus próprios meios, a pé, usando ônibus, se deslocaram num fim de tarde de dia feriado, numa tarde onde um grande encontro futebolístico ocorria no Rio Grande do Sul e todos os aficionados do esporte-mãe brasileiro, estavam grudados ao vídeo; o Partido dos Trabalhadores leva a uma concentração 20 mil pessoas, que eu, com a experiência que tenho, constatei: no mínimo 20 mil pessoas se aglomeraram no local, no entanto os jornais tentam minimizar, mas a contradição é tão grande, o desinforme é tão grande, que uns falam em cinco mil, outros falam em doze, outros em quinze, comprovando o interesse absoluto em distorcer a realidade dos fatos.

Sr. Presidente, mais uma vez constata-se que a Nação aguarda um conduto ideológico, ou aguardava, quando agora ele já existe, que é o Partido dos Trabalhadores e nós iremos surpreender. Parece-me até que se a burguesia nacional fosse inteligente deveria apoiar esse projeto; o projeto do Partido dos Trabalhadores, que é exatamente uma organização de baixo para cima para criarmos um socialismo nosso, não macaqueando um outro qualquer, mas elaborado no grande almofariz das lutas políticas nacionais. Esta a proposta do Partido dos Trabalhadores, — um socialismo brasileiro.

E nos surpreendeu também a presença do Sr. Júlio Mesquita, dirigente maior do *O Estado de S. Paulo*, o que muito nos honrou, mais uma prova de que essa burguesia nacional já está se preocupando e se apercebendo da mensagem nossa, a mensagem do Partido dos Trabalhadores, que é uma mensagem nacional, é uma mensagem do trabalhador brasileiro num anseio, numa angústia de se encontrar para acabar, de uma vez por todas, com esse caos administrativo, econômico e político que domina o nosso País.

Sr. Presidente, eu me congratulo com o Partido, que, hoje, me agasalha, me agasalha e onde me encontrei. Congratulo-me com ele e com o lançamento da candidatura desse Líder incontestado, trabalhador autêntico, que é Luís Inácio da Silva, o Lula.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 26-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LEITE CHAVES (Como Líder do PMDB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Eu gostaria de focalizar na tarde de hoje essa delicada questão das Malvinas, das Ilhas Falklands, objeto de grande preocupação nacional, do noticiário internacional e que, por sinal, no nosso boletim da Secretaria de Divulgação, ocupa hoje toda a ordem do dia.

Que importância, Sr. Presidente, pode ter essa guerra para o País? Até que ponto os brasileiros estão a ela indiferentes? Sendo a Argentina vizinha nossa, até que ponto permitem os tratados que a nossa solidariedade se exerce nos organismos internacionais?

Sr. Presidente, este assunto já foi versado aqui na Casa, ao que eu soube, mas ele não foi visto sob um ângulo dos mais fundamentais, que é em que eu pretendo tratar, ou seja, o conflito entre a Inglaterra e a Argentina à luz da Constituição. A OEA haveria de reunir-se hoje, e lá está o nosso Chanceler Saraiva Guerreiro, que tratará do assunto à luz dos tratados. Mas, e à luz da Constituição, qual seria o nosso comportamento?

A Constituição outorga ao Congresso Nacional competência exclusiva para autorizar o Presidente da República a "declarar guerra e fazer a paz". Logo, quando todos os jornais, todas as emissoras de rádio e televisão e o próprio povo não têm outro assunto a cuidar a não ser desse, como pode o Congresso, diariamente, deixar de o considerar? Sobre tudo porque o conflito continua em franco processo de evolução, a ponto de, no noticiário de hoje, dizer, taxativamente, o chanceler argentino que a situação é tecnicamente de

guerra e que, a essa altura dificilmente seria possível uma solução através dos meios diplomáticos internacionais.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Ex^a começou o seu discurso perguntando, em outras palavras, mas o sentido é esse até que ponto o povo brasileiro está participando desta ou daquela opinião. Não foi isso?

O SR. LEITE CHAVES — Exato. Está indiferente, ou atento?

O Sr. Luiz Cavalcante — É a respeito da sua pergunta lançada a nós, do plenário, que eu lembro que *O Estado de São Paulo* de ontem publica uma enquête feita lá em São Paulo, pela qual, se não me engano, 85% das pessoas consultadas manifestaram o desejo de que o Brasil fique fora desse conflito, indiferente a ele. Ele é o depoimento que eu queria dar. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LEITE CHAVES — Muito obrigado a V. Ex^a Mas, Sr. Presidente, a Constituição, no seu art. 7º, diz o seguinte:

"Os conflitos internacionais deverão ser resolvidos por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, com a cooperação dos organismos internacionais de que o Brasil participe.

Parágrafo único. É vedada a guerra de conquista.

E o que é guerra de conquista? Guerra de conquista é aquela travada entre uma ou mais nações em que o objetivo é tomada de território de outra Nação, ou de parte do território que esteja sob a soberania de outra Nação.

Então, Sr. Presidente o Brasil pode guerrear por todos os motivos, mas jamais poderá entrar numa guerra com a finalidade de obter terras de outrem, a qualquer pretexto. A vedação é manifesta.

Se nós não podemos entrar em guerra com a finalidade de ocupação de território de outras nações, nós também não podemos nos associar a quem quer que seja, quando o propósito é este de obter possessões territoriais. Resta examinar, à luz da soberania, qual a posição das nações em conflito em relação às ilhas do extremo sul. Quando há guerra de conquista? Quando alguém pretenda obter pela força território pertencente à soberania de outro país, e quando essa soberania seja incôncusa e indubitosa, e tenha seus atributos característicos de ser imprescritível e inalienável mas também quando haja dúvida acerca dessa soberania. Uma simples dúvida já estabelece que a potência que tem o início da ação, esteja em situação agressora. Então, restaria ao Senado, historicamente, examinar, mesmo perfunctivamente, essa posição. Qual é a posição da Argentina e da Inglaterra em relação às ilhas Falkland? Como é que nós, aqui no Senado, poderíamos aferir da existência da soberania da Inglaterra ou da Argentina sobre elas? Quem é a nação soberana sobre aquela parte territorial que se disputa no extremo do Atlântico Sul?

Sr. Presidente, eu estive fazendo um exame, hoje, em diversos repatórios para essa minha apreciação de hoje. Busquei informes em diversos livros que tratam exaustivamente do assunto, sobretudo no *Center Office of Information de Londres*, e na Enciclopédia Britânica, mas a edição de 61, que é isenta de qualquer prevenção acerca da posição dos dois países nesses últimos anos. Então, fiz uma ligeira sinopse para conhecimento do Senado. É verdade que alguns jornais já trataram dessa matéria sinopticamente, mas de maneira nem sempre completa e correta. Para evitar equívocos cronológicos não me satisfiz apenas com uma fonte, e fui a diversas delas, e constatando o seguinte:

Que as Ilhas Falkland foram vistas pela primeira vez em 1592, por John Davis, um capitão inglês que comandava um navio chamado *Desire*.

O primeiro desembarque se deu em 1960 feito pelo capitão John Strong que deu o nome de Falkland por causa do Visconde de Falkland, cujo nome de batismo era Lucio Karey, Tesoureiro da Marinha Britânica. Foi em sua homenagem que se deu esse nome ao aglomerado ilhéu.

De 1960 até 1764, estiveram os ingleses, sem contestação alguma, ali nas ilhas, porque aquilo é um arquipélago.

Em 1764, uma colônia francesa foi estabelecida na parte este da ilha. Os ingleses ocupavam uma parte, mas os franceses sub-repticiamente aportaram do outro lado, e fizeram instalações. Puseram o nome de "Iles Malouines" que o espanhol traduziram para Ilhas Malvinas, corruptela do francês. A palavra Malvinas não vem do Espanhol, vem do francês, posta por esses franceses que ali aportaram em 1764. Os franceses cederam sua posse aos espanhóis por 24 mil libras, em 1766. Alguns jornais dão esse dado corretamente.

Os espanhóis rebatizaram com o nome de Puerto de Soledad à colônia francesa denominada *Port Louis*. Em 1765, um capitão inglês chamado John Byron fez uma pesquisa total nas ilhas de Falkland, na parte oeste dando o

nome de Port Egmont ao local onde estão hoje as Ilhas Soundeis na parte oeste-norte.

Em 1770, batalha entre ingleses e espanhóis, tentando estes a expulsão daqueles.

Em 1771, os espanhóis devolveram para a Inglaterra o Port Egmont.

Em 1774, os ingleses se retiraram do Port Egmont por economia, as despesas eram muito pesadas para sua manutenção ali, deixando uma placa dizendo que as ilhas eram de propriedade do Rei Jorge III, da Inglaterra.

Em 1811, os espanhóis retiraram as suas instalações do outro lado, daquela parte adquirida dos franceses por 24 mil libras, também por medida de economia.

Em 1820, O Governo de Buenos Aires, que se tinha declarado independente da Espanha, desde 1816, mandou um navio para as ilhas, reivindicando soberania sobre elas, mas sem introduzir qualquer instalação.

Em 1826, o Governo argentino voltou à ilha e fundou o Porto de La Soledad, sob protesto inglês.

Em 1831, um navio americano, chamado Lexsington, destruiu o Porto de La Soledad, em represália pelo aprisionamento de três navios americanos pelos argentinos. Motivo: pesca de focas. Os argentinos diziam ter a exclusividade da pesca naquela região. E esse navio, não satisfeito com isso, destruiu o porto. O comandante destruiu o porto e declarou livre essa parte da ilha de interferência de qualquer governo ou administração.

Em 1883, os ingleses mandaram um navio de guerra e restabeleceram o domínio exclusivo sobre as ilhas.

Em 1914, batalha com os alemães, destruindo os ingleses 4 navios alemães, e colocando um quinto em fuga. Aliás, tenho aqui o croquis da Batalha. Os ingleses tinham esses navios:

O "Invencible", que deu nome ao atual "Invencible" ora em operação na região, "Inflexible", "Glasgow", "Cornwall", "Kent", "Carnarvon".

Os alemães tinham os seguintes navios:

"Scharnhorst", "Gneisenau", "Leipzig", "Nürnberg", "Dresden".

O "Invencible" recebeu 22 tiros, perdeu uma vida e respondeu com 573 tiros de canhão de 12 polegadas de boca. O "Inflexible" recebeu 3 tiros, teve um morto e respondeu com 661 tiros. O "Glasgow" recebeu 2 tiros, perdeu uma pessoa, teve 4 feridos e disparou 316 tiros de canhão de 6 polegadas. O "Cornwall" foi alvejado por 18 tiros, não teve morto nem ferido e respondeu com 1.000 tiros de canhão. O "Kent" foi alvejado 36 vezes, perdeu 4 marinheiros, 12 feridos e respondeu com 646 tiros de canhão de 6 polegadas. Do "Carnarvon" não há registro nem de tiro recebido, nem de tiro dado.

Enquanto isso, o navio alemão *Scharnhorst* foi afundado; o *Gneisenau* também foi afundado pela Marinha inglesa, sendo salvos 187 marinheiros; o *Leipzig* foi afundado, sendo salvos 18 marinheiros; o *Nürnberg* foi afundado, sendo salvos 7 marinheiros. O *Dresden* escapou.

Em 1914, ali se deflagrou uma das maiores batalhas, uma das mais violentas — a Batalha das Falklands. Como se vê a Marinha inglesa estava com um contingente muito grande frente à Esquadra alemã, e, nessa época, a Argentina não invocou nem contestou soberania.

Sr. Presidente, deparamo-nos agora com esta situação.

O Brasil, porque pertence à OEA e tem compromissos, está presente, hoje, em Washington. De acordo com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro — TIAR, qualquer país latino-americano que sofra uma agressão de potência externa recebe a solidariedade das outras nações, inicialmente como intermediação e, depois, para a guerra mesmo.

Neste caso da Argentina, realmente é uma agressão dessas que possam levar à guerra ou da qual tenha o Brasil que participar efetivamente? Se fosse um ataque direto ao território argentino, à própria Argentina, ao *mainland* argentino, quer dizer, à terra firme? Inquestionavelmente, estaríamos nesta contingência, em razão do TIAR. Mas esse ataque às ilhas, dessa forma, é realmente um ataque ao território argentino? A soberania argentina está ali definida?

O *Jornal do Brasil* de ontem traz dois artigos excelentes sobre esta situação: um, assinado por Rosental Calmon Alves — "Crises das Falklands—Malvinas — Quando a Diplomacia é Posta a Pique" — é mais de caráter informativo; outro, de José Honório Rodrigues — "Soberania e Colonialismo." Ambos procuram destacar este aspecto: a responsabilidade do regime militar argentino. O seu desejo de busca ao apoio popular. Aqui diz — estou só citando as fontes — o *Jornal do Brasil*:

Do lado argentino, fontes responsáveis asseguram que sequer houve um planejamento diplomático antes da ação armada, que teria sido decidida no âmbito exclusivamente militar ou seja, sem a aprovação da Chancelaria. O mesmo se pode afirmar sobre a vulnerável área econômica, na qual também não se verificam preparativos especiais: o Ministro de Economia, Roberto Alemann, foi surpreen-

dido com as notícias da invasão logo ao voltar ao país após 10 dias no exterior, tentando renegociar a volumosa dívida externa (34 bilhões de dólares).

No mesmo jornal temos esta informação:

— Uma ação militar como esta não se pode fazer de um dia para o outro, necessita muito tempo de preparação — argumenta um alto funcionário argentino, que, entretanto, se nega a explicar de quanto tempo de preparativos as Forças Armadas precisaram.

Sr. Presidente, temos uma série de informações neste sentido, dando a entender que a determinação foi mais de manutenção de poder, a busca de respaldo popular, através da unificação do povo argentino.

O outro articulista, historiador nacional, termina o seu trabalho, muito interessante, inclusive acerca da validade ou da interpretação do Tratado de Tordesilhas, que o Brasil não respeitou, como a Inglaterra também não, conclui seu trabalho dizendo:

"Não há nenhuma declaração argentina neste sentido.

Deixem de ser militares estes governos da América Latina e civilizem-se, e só aí merecerão crédito na comunidade das nações."

Peco, Sr. Presidente, a transcrição destes documentos, porque têm referências históricas valiosas, para uma análise mais aprofundada, se este problema continuar.

Minha preocupação, Sr. Presidente, é exclusivamente à luz da Constituição. A Constituição, a esta altura, é muito mais importante do que qualquer tratado. A Constituição dá orientação para o Brasil. Então, não podemos tomar qualquer posição sem definir claramente a questão de soberania.

O Senado Federal tem que formar um consenso: há ou não há soberania? Há dúvida sobre essa soberania? É soberania lata no seu sentido? É limitada? É guerra de conquista?

Sr. Presidente, o povo brasileiro está sendo mais sábio ou sabe orientar-se mais pela lógica do que pelo sentimentalismo. Claro que houve manifestações isoladas, mas o Brasil, pelo sexto sentido, reconhece que este caso merece mais reflexão, lógica profunda do que qualquer sentimentalismo, sobretudo agora, quando o processo parece acentuar-se.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Pois não, Senador Teotônio Vilela.

O Sr. Teotônio Vilela — Nobre Senador Leite Chaves, evidentemente esta é matéria altamente delicada. Provavelmente o Senado da República é o fórum mais competente, dentro do País, para fazer qualquer tipo de apreciação ou reflexão sobre o espectro da guerra no Atlântico Sul, portanto, em cima das fronteiras brasileiras. Aproveitando este aparte, lembro a necessidade de o PDS, concordar com o requerimento feito pelo nobre Senador Humberto Lucena, pedindo que viesse até a Casa o Chanceler Saraiva Guerreiro, para conosco ter uma conversa sobre a situação do Hemisfério Sul. Não se trata de dizer que o Senado é a Casa exclusiva para tratar da questão, mas é a Casa que tem mais competência.

O SR. LEITE CHAVES — É competência exclusiva para declaração de guerra num caso dessa natureza, para participar de qualquer ato.

O Sr. Teotônio Vilela — Exato. Então, temos a obrigação de estarmos muito bem informado a respeito do que pensa o Itamarati. Confesso a V. Exª que até agora não sei exatamente se o pensamento do Itamarati é o mesmo pensamento do Palácio do Planalto. Parece que eu estaria dizendo, aqui, um absurdo, mas não há absurdo nenhum nesta afirmação. Afinal de contas, a nossa situação é tão kafkiana que isto é possível. A nossa anormalidade determina coisas desta ordem. Enquanto há toda uma história no Itamarati, uma história, digo mesmo, competente para apreciar coisas desta ordem, o Palácio do Planalto de vez em quando dá uma desgarrada, através dos seus porta-vozes, que ninguém está entendendo para onde é que o País está indo. Há, por exemplo, uma carta do Senhor Presidente da República ao Presidente da Argentina, altamente comprometedor, segundo se diz, como há uma carta do Senhor Presidente da República ao governo inglês, à Primeira-Ministra Margaret Thatcher. E a opinião pública brasileira, que precisa, na verdade, ser orientada, precisa de esclarecimentos, precisa de matéria interna para avaliar a situação que se está configurando em torno de nossas fronteiras? O Poder Legislativo está inteiramente ausente, é um espectador longínquo dos acontecimentos. Então, louvo a presença de V. Exª na tribuna abordando esta matéria e me permitiria apenas lembrar — e confio plenamente no espírito, confio plenamente nos conhecimentos, na intuição, na habilidade do Chanceler Saraiva Guerreiro — que, na reunião da OEA que deverá estar-se realizando a esta hora, o Brasil não pareça simplesmente um modesto aliado dos acontecimentos, como me dá a entender até agora. É preciso que o Brasil

se coloque dentro da sua importância, no contexto do Hemisfério Sul. Ele não está para ser aliado nem de "a" nem de "b", mas a posição, agora, do Brasil, é na verdade a de um país que pode influir na paz e não a de um país que pode estar aliado a um dos dois países que parecem entrar em guerra. A posição do Ministro Saraiva Guerreiro, portanto, hoje, na OEA, vai definir o nosso destino histórico, nos próximos dias. E espero que o Itamarati, com respeito a sua tradição, se mostre à altura dos acontecimentos e que a Casa, o Senado Federal, venha a acolher a sugestão feita pelo nobre Senador Humberto Lucena, no sentido de chamar aqui o Chanceler Saraiva Guerreiro para que, conosco, afinal de contas, estabeleça um diálogo construtivo sobre as dificuldades que estamos vivendo hoje. Ninguém tenha o receio de pronunciar a palavra guerra, porque ela não está na nossa imaginação; ela já está nos mares do Atlântico Sul. O que precisamos fazer, de fato, é encarar a realidade e fazer com que o Brasil assumam uma posição, no momento atual, acima dos acontecimentos, para o bem-estar da coletividade. Portanto, nobre Senador, eu louvo o seu discurso, as suas reflexões, sobretudo quanto ao problema da soberania, mas, no fundo, no fundo, todos nós sabemos que as guerras não começam por um problema de Direito; as guerras sempre começam por um desrespeito total, absoluto às normas jurídicas. E, muitas vezes, começam, como ocorreu nas últimas duas grandes guerras, como nesta atual, sem a gente acreditar, começam por um motivo quase que fútil. Quer dizer, provocar uma guerra mundial por causa de um território longínquo, um território tão sem importância, como é o caso das Ilhas Malvinas, lá perto da Antártida. Na verdade isso parece que não seria o suficiente para o estouro de uma guerra. No entanto, nós já estamos em guerra. Muito obrigado a V. Ex.

O SR. LEITE CHAVES — Isso foi declarado inclusive pelo próprio Chanceler argentino, como V. Ex. pode ver nessas informações que chegam ao Senado, agora.

Nobre Senador, partilho, integralmente, da sua opinião, tanto é que incorporo o seu aparte, com satisfação, ao meu discurso. Deploro, lamento até que o Chanceler tenha saído para uma reunião dessa importância sem que viesse ao Senado. S. Ex. tinha o dever de vir, ainda que a sua presença não fosse solicitada, porque a competência, em casos dessa natureza, de guerra, é exclusiva do Congresso Nacional. Então S. Ex. deveria vir informar, mais ou menos, mesmo porque estão circulando notícias distorcidas a respeito do posicionamento do Executivo, do próprio Itamarati. Há notícias como esta de que, digamos, o Itamarati reconhece a soberania da Argentina sobre isso — pelo menos é o que sai em jornal — mas há também informações em sentido diverso. Se reconhece a soberania, então, ele está, digamos, se engajando nesta guerra, e pode chegar um pedido ao Congresso, a qualquer momento, sem que tenhamos qualquer informação. Eu digo a V. Ex. que as coisas podem refluir, mas da maneira que vão, o confronto está em pleno andamento e, outra coisa, são dois regimes que procuram sobreviver; o povo está alheado disso. Sabe V. Ex. que as consequências funestas para um lado ou para outro poderão levar um gabinete, um regime, a cair. Os jornais estão dizendo isto. E aqui, como V. Ex. vê, como está claro, pessoas assim como José Honório Rodrigues e esta reportagem do *Jornal do Brasil* dizem claramente que é posicionamento militar apenas de um grupo que, através de uma ação dessa natureza, procura fortalecer-se em permanência no poder na Argentina.

Não é a minha opinião, no caso, eu estou apenas tratando aqui de ventilar o assunto para que o Senado se aperceba e volte a tratar disso com mais cuidado.

O Sr. Gilvan Rocha — Permite-me V. Ex. um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Com muito prazer.

O Sr. Gilvan Rocha — V. Ex., acredito mesmo, está falando em nome da média de opinião do Senado. O Senado vê com muita apreensão essas ações militares e volta a insistir na importância do Congresso Nacional na decisão, nesse tipo de coisa que está envolvendo todo o País. Quero aproveitar a fala de V. Ex. para manifestar, de minha parte, também, a preocupação com esse estado praticamente de guerra ao nosso vizinho fronteiriço e chamar atenção, em nome desta Casa, das tradições pacifistas do povo brasileiro, da geração dos jovens brasileiros que não desejam a guerra, sobre o fato de que o Brasil perdeu uma oportunidade histórica de ser o grande mediador nessa contenda.

O SR. LEITE CHAVES — Exato!

O Sr. Gilvan Rocha — Nós não poderíamos, jamais, deixar isto para os Estados Unidos, por nossa importância no Hemisfério Sul, por nossa presença, por nossa participação geográfica na Região e teríamos que ter uma ação mais decisiva e mais ativa. Precisamos fazer com que o representante brasileiro leve a sério essa contenda, leve a sério a nossa tradição pacifista. Não queremos saber dessa guerra. A opinião pública brasileira não deseja imiscuir-se nisso, mas que isto seja feito com seriedade, para que o nosso

Chanceler não repita as palavras do Presidente da República. Não é possível que o nosso Presidente da República, presidente de uma das nações mais importantes do Mundo, diante de um fato consumado, venha à imprensa dizer: "A Argentina não me interessa porque não tenho namorado nas Malvinas, nem minha mãe mora na Argentina." É preciso que este País assumam a seriedade da sua hierarquia de potência emergente, de país importante, que o nosso Chanceler não repita essas palavras do nosso Presidente da República que, parece, mais uma vez, acha que o cargo de Presidente da República é um passatempo ou uma coisa sem maior importância. V. Ex. faz bem em mostrar que, enquanto o Presidente diz coisas desse tipo, o Senado da República está preocupado e pede e assume o seu papel de dizer que o Itamaraty, que perdeu precioso tempo em cima do muro, assumam a nossa condição pacifista e decisiva, pela importância que o nosso País possui, nessa contenda, que não nos interessa nem interessa ao Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Senador Leite Chaves, peço que V. Ex. conclua.

O SR. LEITE CHAVES — Sr. Presidente, eu concluo. Agradeço a V. Ex., Senador Gilvan Rocha, a oportunidade do aparte, a clareza do aparte.

Posso assegurar mais ainda, que se o Brasil tivesse adotado uma definição clara em relação ao caso, uma proclamação clara a respeito da legitimidade ou não da invasão, o caso talvez não tivesse avançado. Estamos sendo omissos. Posso assegurar a V. Ex. que o Brasil não quer saber dessa guerra, nem tampouco os argentinos. Digo a V. Ex., no que me cabe conhecer de fronteiras, do povo, da população, da Argentina, pois o Estado do Paraná é limítrofe da Argentina, que o povo argentino, como aqui está sendo dito, foi apanhado de surpresa. Até mesmo o Ministro da Economia e Defesa não foi ouvido a respeito. Isso está absolutamente claro no jornal que está aqui, eu remeto à V. Ex. a leitura desse artigo de ontem do *Jornal do Brasil*, completado por este outro aqui, e isso merece reflexão. Poderá V. Ex. discordar de uma coisa ou de outra, mas, das informações históricas ninguém pode discordar.

Sr. Presidente, se V. Ex. me permite? Pela importância da matéria, eu ouvirei o Senador Gastão Müller, por Mato Grosso, e concluirei.

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Eu solicitaria a V. Ex. que, após o Senador Gastão Müller, encerrasse seu pronunciamento.

O SR. GASTÃO MÜLLER — Senador Leite Chaves, é para fazer uma justiça histórica aqui no Senado, narrando que, na semana passada, o Senador Itamar, que nos preside no momento, fez um discurso muito substancial sobre o assunto, preocupado com o problema e preocupado com a posição do Congresso Nacional, especialmente do Senado Federal, com a conjuntura. Esse seu pronunciamento, que produziu ou gerou o debate, teve o apoio e a ação imediata do nosso eminente Líder, Senador Humberto Lucena, que defendeu como nós defendemos, a presença aqui, antes de ir para Washington, do nosso eminente Ministro das Relações Exteriores. Mas, infelizmente, S. Ex. viajou sem dar uma satisfação ao Senado. E parece que, até agora, há uma rejeição, por parte da Mesa do Senado, com relação à convocação do Ministro Saraiva Guerreiro para vir a esta Casa. De modo que, na semana passada, quando V. Ex. estava no seu Estado defendendo a sua reeleição, com muita justiça, o Senado, pelos poucos que aqui compareceram, já se preocupava, através da Liderança do PMDB e do eminente Senador Itamar Franco, com o sério problema da presença do Congresso Nacional, especialmente do Senado, diante da grave conjuntura do Atlântico Sul.

O SR. LEITE CHAVES — Estou inteiramente de acordo com o requerimento do Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Com muito prazer, eminente Líder.

O Sr. Humberto Lucena — Desejo felicitar V. Ex. pelo seu pronunciamento, que é dos mais oportunos e bastante lúcido. V. Ex. coloca o problema nos seus devidos termos, analisando com muita propriedade a atual conjuntura internacional decorrente da invasão pela Argentina das Ilhas Malvinas. Comunico a V. Ex. que acabo de fazer um apelo ao nobre Líder da Maioria, Senador Nilo Coelho, para que S. Ex. dê apoio ao requerimento que apresentei à Mesa, como Líder do PMDB, convocando ao plenário do Senado Federal o Sr. Ministro das Relações Exteriores, para aqui prestar os esclarecimentos indispensáveis à Casa e à Nação, em torno desses graves acontecimentos que estão preocupando toda a humanidade.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Ex. Estou de acordo, plenamente, com a convocação. V. Ex. agiu oportunamente. E no que diz respeito à identificação com o meu discurso, me deixa a cavaleiro, mesmo porque V.

Ex* é o Líder da minha Bancada e é por determinação da Bancada que estou proferindo este discurso, hoje.

Sr. Presidente, concluo por dizer o seguinte: não é graciosamente que a lei, a Constituição, cometeu ao Congresso Nacional o dever de se pronunciar sobre a conveniência de declaração de guerra ou a feitura da paz. É porque as consequências funestas do ato quem sofre é o povo. E esta é uma Casa de representação do povo. O Congresso Nacional é o poder diretamente ligado ao povo. Então, este poder constituído pelo povo é que, em última instância, deve dizer da conveniência ou não da aventura de uma guerra, porque são as populações, sobretudo a civil, que sofrem as suas funestas consequências.

Espero, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que outros pronunciamentos venham a ser feitos nesta Casa. Poderemos, a qualquer momento, nos pronunciarmos a respeito disso. E lamento que o Chanceler Saraiva Guerreiro, pessoa que muito estimo e respeito, tenha, mesmo na sua prudência, assumido a responsabilidade de ir ao exterior para uma conferência dessa natureza sem que, espontaneamente, viesse ao Congresso e, pelo menos em caráter secreto, dissesse das suas intenções, das suas preocupações ou do seu posicionamento à Comissão de Relações Exteriores no Senado.

Muito obrigado a V. Ex* (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO:

Jornal do Brasil, 25-4-82

SOBERANIA E COLONIALISMO

José Honório Rodrigues

Toda a questão da disputa sobre as Ilhas Falklands/Malvinas gira em torno da soberania que Inglaterra e Argentina disputam. Ora, a soberania adquire-se ou por se tratar de uma *terra nullius* (terra de ninguém), a chamada *derelicta* (*derelict*, em inglês), abandonada; ou pela guerra e conquista; ou ainda pela herança, por sucessão, que é o principal argumento da Argentina. Ela se considera herdeira dos direitos espanhóis, que seriam os proprietários, independentemente dos direitos de descoberta e primeiro estabelecimento, que já mostramos serem ingleses (*Especial*, 11 de abril). Estes descobriram a terra em 1592 e mantêm uma ocupação descontínua há 390 anos, e uma ocupação contínua há 149 anos.

O direito de herança foi alegado pela Espanha durante a luta com a Inglaterra, mediante o argumento de que ela tinha um direito papal, baseado no Tratado de Tordesilhas, de 1493, que reduzia a América Portuguesa, ou seja, o Brasil, a um território que iria de Belém à Laguna. O Tratado de Paris, de 1763, confirmou o direito inglês às Falklands. E os ingleses afirmaram que não reconheciam o direito papal de dividir o território da América Portuguesa e o da América Espanhola, nem o Tratado de Tordesilhas.

O mesmo fizeram os brasileiros, que sempre desconheciam o Tratado de Tordesilhas, pois a obra dos bandeirantes já havia promovido a expansão territorial, dando ao Brasil a feição que irá assumir pouco adiante. A obra de expansão do território brasileiro é uma obra popular, feita pelo povo brasileiro, pelos bandeirantes, que, tendo partido de São Paulo, nem a língua portuguesa falavam, e sim a *língua geral* adotada para a catequese dos índios pelos jesuítas.

Ao se acordar o Tratado de 1750, que definiu os limites entre a América Portuguesa e a Espanhola, o seu grande feitor foi o brasileiro Alexandre de Gusmão, que criou a doutrina do *uti possidetis* (direito de posse), determinando no artigo 2º "que cada parte há de ficar com o que atualmente possui".

E neste Tratado (chamado de Madri), dizia-se, no artigo 1º, que "o presente Tratado será o único fundamento, e regra que ao diante se deverá seguir para a divisão dos Limites dos dois Domínios em toda a América, e na Ásia, e em virtude disto ficará abolido qualquer direito e ação, que possam alegar as duas Coroas por motivo da Bula do Papa Alexandre VI, de feliz memória, e dos Tratados de Tordesilhas (várias bulas de 1493 a 1506) e de Utrecht de 1713".

Foi no Tratado de S. Ildefonso, de 1777, "tratado leonino e capcioso", nas palavras do Visconde de São Leopoldo, que o Brasil perderia, em relação ao Tratado de Madri, de 1750, o vasto Território das Missões, compreendido pelas margens esquerda do Rio Uruguai, direita do Ibicuí, e esquerda do Papéri-Guaçu. A cidade de S. Borja, entre outras, ficaria sob a dominação castelhana se prevalecesse para sempre tal fronteira.

Assim, o reconhecimento da soberania da Argentina sobre as Ilhas Malvinas/Falklands representa a ressurreição do Tratado de Tordesilhas e a abjuração da obra de expansão territorial feita pelo povo brasileiro. Revivendo os direitos do Tratado de Tordesilhas, como herdeira e sucessora da Espanha, é natural e lógico que amanhã o sonho do Vice-Reinado da Argentina, que nos custou tanto esforço de guerra e diplomacia para vencer, podeira renascer. E então, os argentinos, tais como os hispano-argentinos do século XVIII,

poderiam voltar a pleitear a soberania do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia e de todo o território do Rio Grande do Sul.

Várias vezes lutamos com os argentinos nos campos do sul, no Rio Grande, no Uruguai e no Rio da Prata, em geral. Os hispano-argentinos tomaram conta de mais da metade do Rio Grande do Sul, até o Rio Pardo, e foi somente em 1777 que os expulsamos do Rio Grande do Sul, e somente em 1801 que conquistamos pelas armas o que chamávamos o Território das Missões.

Vem depois a obra do Barão do Rio Branco, 10 anos de disputa diplomática; entre 1902 e 1912, o Barão faz reconhecer a soberania brasileira em todo o território expandido e possuído pelos bandeirantes e seus descendentes. O Barão do Rio Branco ganhou 800 mil Km² de território disputado pelos descendentes dos espanhóis sem disparar um tiro.

Logicamente, reconhecer — repito — a soberania argentina na base da sucessão da Espanha é destruir o esforço de expansão territorial do povo brasileiro e a obra diplomática de Alexandre de Gusmão no Tratado de 1750, e a do Barão do Rio Branco nos acordos que fizeram os outros povos da América do Sul reconhecer o *uti possidetis*, o direito de quem possui, que é um princípio reconhecido hoje até para dirimir questões territoriais internas.

Além disso, daí advém toda a ameaça e risco que corre o Brasil de se ver ameaçado pela renovação do "sonho do Vice-Reinado", a luta pela reconquista pelos argentinos do Rio Grande do Sul, a retomada do território das Missões, e, enfim, a reabertura de todas as questões de limites, inclusive a da Venezuela ao território das Guianas, que nos pertencia e nos foram retiradas pela ação do infeliz árbitro Vitor Emanuel, que dividiu o território em dois pedaços — uma solução salomônica — de modo a satisfazer as pressões inglesas.

Ora, quem declarou a soberania da Argentina às Ilhas foi o ditador Juan Manuel Rosas, contra o qual lutamos desde sua posse (em 1831) até sua queda (em 1851), para a qual concorremos decisivamente. Rosas declarou a soberania argentina sobre as Malvinas/Falklands aos 10 de outubro de 1832, sob protesto do Ministro inglês, e, em 1833, T.S. Onslon, capitão do navio inglês *Clio*, dominava as Ilhas, até hoje ocupadas ininterruptamente pelos ingleses, apesar dos protestos argentinos.

Lord Palmerston, Ministro das Relações Exteriores, quando leu em 1833 o protesto do Ministro argentino em Londres, D. Manuel Moreno, baseado nos direitos de Espanha, contestou-o declarando que "o Governo não permitiria a outro Estado que exercesse um direito privado da Espanha, que a Inglaterra havia negado à própria Espanha".

Quanto ao alegado colonialismo e imperialismo inglês com que se argumenta contra a Inglaterra é bom lembrar antes de tudo que o Governo argentino é um Governo ditatorial, que nega a soberania ao seu povo e que sobre ele exerce um poder recolonizador.

Dê a Argentina ao seu povo a soberania popular, não cometa as torturas e os horrores de um regime fascista, e aí poderá falar em colonialismo externo. Por enquanto a Inglaterra representa o regime democrático, monárquico-constitucional, com todas as garantias e liberdades individuais, enquanto o Governo argentino, como todos os Governos militares ditatoriais da América do Sul são os verdadeiros representantes do colonialismo interno.

Agora, a ação da Argentina contra as Ilhas Falklands representa um caso de colonialismo externo e de imperialismo. O povo das ilhas é inglês, deseja permanecer inglês, e a Inglaterra lhes assegura o direito de autodeterminação, como solenemente declarou nas Nações Unidas (ONU).

Não há nenhuma declaração argentina neste sentido.

Deixem de ser militares estes Governos da América Latina e civilizem-se, e só aí merecerão crédito na comunidade das nações.

José Honório Rodrigues é historiador, professor de doutorado na UFRJ, membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico.

Rio de Janeiro — Domingo, 25 de abril de 1982

Crise das Falklands/Malvinas

QUANDO A DIPLOMACIA É POSTA A PIQUE

Rosental Calmon Alves

Buenos Aires — A invasão militar das Ilhas Malvinas (Falklands) já fora cogitada em outras ocasiões por outros Governos argentinos. Vários Presidentes estiveram com os planos militares em suas mãos nos últimos anos, mas certamente não tomaram essa decisão devido à gravidade das consequências políticas. Agora, porém, quando a ocupação do arquipélago é um fato consumado, observa-se que não só as consequências políticas foram simplesmente ignoradas; houve um acúmulo tal de erros diplomáticos, que levaram a uma crise de nível mundial jamais imaginada.

Do lado argentino, fontes responsáveis asseguram que sequer houve um planejamento diplomático antes da ação armada, que teria sido decidida no âmbito exclusivamente militar ou seja, sem a aprovação da Chancelaria. O mesmo se pode afirmar sobre a vulnerável área econômica, na qual também não se verificam preparativos especiais: o Ministro de Economia, Roberto Alemann, foi surpreendido com as notícias da invasão logo ao votar ao país após 10 dias no exterior, tentando renegociar a volumosa dívida externa (34 bilhões de dólares).

A veterana diplomacia britânica, por sua vez, cometeu erros de cálculo e até ignorou fatos evidentes, como observam analistas de Buenos Aires. Ao começar o incidente das Ilhas Geórgias do Sul — onde um grupo de trabalhadores argentinos desmontava uma velha fábrica, cumprindo contrato assinado na Inglaterra — a reação de Londres foi enérgica e deu um pretexto a Buenos Aires para responder à altura. Em vez de tentar contar discretamente o incidente numa remota ilha gelada perdida no Atlântico Sul, a Inglaterra preferiu advertir gravemente e mandar o navio *Endurance*, uma atitude militar simbólica, pois se trata de um quebra-gelos com pequena guarnição a bordo.

Os diplomatas argentinos argumentam que a atitude inglesa "foi exagerada", pois a reclamação da falta do cumprimento das formalidades de imigração "não procedia, já que os nomes de todos os operários estavam numa lista entregue à Embaixada britânica em Buenos Aires". De toda forma, Londres poderia ter levado em consideração as peculiaridades do atual Governo militar argentino e, particularmente, do atual Presidente da República, o General Leopoldo Fortunato Galtieri.

Para traçar o perfil político e calcular suas reações, um dado fundamental, por exemplo, é considerar o que ocorreu em fins de abril do ano passado, quando um oficial e um suboficial argentinos foram presos no Chile, acusados de espionagem. Impetuosamente, a Argentina fechou a fronteira e mobilizou tropas para as proximidades do Chile. Assim, saltou de uma vez inúmeras escalas diplomáticas de protesto e deixou em aberto praticamente apenas duas: retirar embaixador e declarar guerra.

Na época, informou-se que o responsável direto por essa atitude fora o General Galtieri, então Comandante-em-Chefe do Exército, que passara por cima do Presidente da República, General Roberto Viola, quanto mais a Chancelaria.

As análises britânicas também não levaram em consideração os claros avisos da Argentina, de que estava disposta a tomar atitudes drásticas em relação às Ilhas Malvinas. No início de março, Buenos Aires enviou um ultimato a Londres, advertindo que, se as negociações diplomáticas não tomassem outro rumo, os argentinos se reservariam o direito de procurar outros caminhos. É certo que não pareceria crível, em circunstâncias normais, a possibilidade da invasão, mas a Argentina não vivia circunstâncias precisamente normais.

Os problemas internos do país agravam-se, aproximando-se aceleradamente de um ponto crítico. Qualquer atitude nacionalista serviria para amenizar essa crise interna. Mas os funcionários argentinos rejeitam, e até ridicularizam, a superficial análise propagada no exterior, segundo a qual a decisão de invadir as ilhas fora tomada devido aos problemas internos e, em especial, à situação em que ficou o Governo militar após a violenta repressão aos manifestantes da semiclandestina Confederação Geral do Trabalho.

— Uma ação militar como esta não se pode fazer de um dia para o outro, necessita muito tempo de preparação — argumenta um alto funcionário argentino, que, entretanto, se nega a explicar de quanto tempo de preparativos as Forças Armadas precisaram.

Planos detalhados da invasão, na verdade, não faltavam nos gabinetes militares. Afinal, em suas academias e centros de estudos, seguramente esse assunto servia até mesmo como dever de casa para quem estivesse se formando em temas estratégicos neste país. Pastas confidenciais com planos neste sentido tinham rondado os gabinetes da Casa Rosada várias vezes nos últimos anos.

James Nielsen, edit do jornal *Buenos Aires Herald* (um diário em língua inglesa), declarou que a Chancelaria britânica simplesmente ignorou as evidências de que a invasão militar se consumiria naqueles dias. O jornalista, numa entrevista à BBC, afirmou que Londres poderia ter reforçado a defesa das ilhas e tomado outras atitudes de precaução, mas preferiu não fazer nada, além de, à última hora, procurar o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Àquela altura, o Embaixador britânico na ONU chegou a anunciar que havia indícios da invasão militar. Os indícios eram reais e a invasão se consumou antes de o Conselho de Segurança se reunir.

No primeiro momento, o mundo inteiro parecia condenar a Argentina. A Inglaterra conseguiu que o Conselho de Segurança tomasse seu partido (único voto contrário foi o Panamá) e mandou sua esquadra. A reação militar da Grã-Bretanha à ação militar da Argentina parecia não haver estado sequer nas hipóteses que apressadamente se fizeram em Buenos Aires sobre as conse-

quências da invasão às ilhas. O chanceler Nicanor Costa Mendez disse que ficou "assombrado" com a atitude do Governo da Primeira-Ministra Margaret Thatcher, cujas peculiaridades pareciam ser também ignoradas na Argentina.

Nestes 23 dias em que a crise vem-se arrastando, graças à "velocidade política" da poderosa esquadra britânica, o mundo inteiro foi tomando consciência de que o litígio por umas ilhas semidesertas e geladas, no extremo austral do Atlântico, crescia a proporções jamais imaginadas. De repente, estava em jogo a honra e a estabilidade do sistema defensivo do bloco ocidental, enquanto no plano regional criava-se uma virtual ameaça à própria existência de um dos instrumentos mais importantes do sistema interamericano — o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

E mais: o sistema financeiro ocidental se aproximava lentamente de abalos fortíssimos, pois a dívida externa argentina — tão grande, que o colapso econômico deste país, no caso de uma guerra, pode levar a consequências incontornáveis, no sentido da desestabilização da banca internacional.

O fato de o Secretário de Estado dos Estados Unidos gastar vários dias nesse caso, completando 90 h de conversações e mais de 57 mil quilômetros de voo, demonstra a importância que Washington reservou ao problema. O Presidente Ronald Reagan não teve meias-palavras ao exigir que os russos "caiam fora" da crise, quando já era evidente que a União Soviética estava ajudando os argentinos, ainda que de forma limitada.

O caso das Ilhas Malvinas, antes mesmo de terminar, já pode ser visto como uma derrota para a política externa americana. Diplomatas estrangeiros em Buenos Aires acham que a atitude do Governo militar argentino não teria sido tomada se não estivesse em vigor o estilo agressivo adotado pelo Departamento de Estado, que vinha apoiando intensamente o regime do General Leopoldo Galtieri e considerando até mesmo a possibilidade de que as Forças Armadas argentinas participassem da repressão às guerrilhas da América Central.

Na hora da crise, porém, uma conversa telefônica de quase uma hora de Reagan com Galtieri não foi suficiente para evitar a invasão militar das ilhas. Depois, os argentinos que estavam estimulados e confiantes pelo apoio norte-americano, viram-se sozinho. Haig não veio a Buenos Aires — pelo menos na segunda visita — como um mediador neutro, mas sim como um aliado da Inglaterra e um amigo da Argentina, que queria evitar o encontro.

Mas a crise já se encontrava praticamente num beco sem saída e os argentinos tinham apenas uma remota esperança de solução pacífica, já que criaram uma situação em que não podem dar passos significativos atrás — devido ao nacionalismo radical manifestado a nível popular e dentro das próprias Forças Armadas.

Mesmo assim, Haig conseguiu arrancar algumas concessões, mas deixou Buenos Aires demonstrando, nas entrelinhas de sua mensagem de despedida, que acreditava mais na guerra do que na paz.

Os observadores da política internacional tentam agora calcular as consequências da crise e se vêem diante de um quadro que não dá margens ao otimismo. Quando toda essa confusão terminar, as relações dos Estados Unidos com a América Latina não serão mais as mesmas, o bloco defensivo militar ocidental terá sido atingido de alguma forma, o tratamento dos bancos internacionais com países do Terceiro Mundo terá maiores desconfiâncias. E, na política interna argentina, o Governo Galtieri terá que fazer mudanças drásticas para evitar sua queda.

Rosental Calmon Alves é correspondente do Jornal do Brasil em Buenos Aires.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 15, de 1982

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve conceder dispensa à senhora Elsi Silva do emprego de Assessor Técnico, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a partir de 31 de março de 1982.

Senado Federal, 27 de abril de 1982. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 16, de 1982

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão

Diretora nº 2, de 1973, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de Delza Luiza de Oliveira Machado para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 31 de março de 1982, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Eunice Michiles.

Senado Federal, 27 de abril de 1982. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 17, de 1982

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve conceder dispensa ao senhor Marcos Augusto de Sá Pereira Freire Filho do emprego de Assessor Técnico, sob o regime jurídico da Consolidação

das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a partir de 2 de abril de 1982.

Senado Federal, 27 de abril de 1982. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 18, de 1982

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de Guilherme Brito Lins para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 2 de abril de 1982, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Fernando Freire.

Senado Federal, 27 de abril de 1982. — *Jarbas Passarinho*, Presidente do Senado Federal.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DIRETORA ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA A 18 DE MARÇO DE 1982

Sob a Presidência do Senhor Senador Jarbas Passarinho, Presidente, e com a presença dos Senhores Senadores Passos Pôrto, Primeiro Vice-Presidente, Gilvan Rocha, Segundo Vice-Presidente, Jorge Kalume, Segundo-Secretário, e Jutahy Magalhães, Quarto-Secretário, às vinte horas do dia dezoito de março de mil novecentos e oitenta e dois, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Cunha Lima, Primeiro-Secretário, e Itamar Franco, Terceiro-Secretário.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e concede a palavra ao Senhor Senador Gilvan Rocha, que aborda problemas relativos à Subsecretaria de Assistência Médica e Social, sob a sua supervisão. Em primeiro lugar, trata do espaço físico, que necessita expansão em área vizinha; das ambulâncias adquiridas com a anuência do Senhor Presidente e finaliza enfocando o aspecto referente aos recursos humanos especializados, em falta, sendo indispensável mais elementos qualificados, a fim de que o órgão possa bem desempenhar as suas importantes tarefas.

Com a palavra, o Senhor Presidente trata do problema relativo a pessoal, dando conhecimento à Comissão Diretora dos levantamentos e quadros elaborados pela Subsecretaria de Pessoal, onde constam os pedidos e solicitações dos diversos setores da Casa, tais como datilógrafos, motoristas, agentes de segurança, técnicos para a Subsecretaria de Operação e Manutenção Eletrônica, para a Subsecretaria de Assistência Médica e Social e outros. A Comissão Diretora, após debater a matéria, resolve que nenhuma admissão será feita para os quadros de pessoal do Senado Federal. A solução para as áreas técnicas, carentes de pessoal, poderá ser resolvida mediante a contratação de uma firma de prestação de serviços como a Confederal, sujeito o pessoal a uma prévia verificação de suas qualificações pelos responsáveis técnicos, ou através da contratação de pessoal técnico qualificado, por prazo determinado. Os estudos necessários deverão ser feitos com a indispensável urgência, dada a difícil situação em que se encontram esses órgãos. Com relação ao preenchimento das vagas de Taquígrafo e Bibliotecário, existentes no Quadro Permanente, o Senhor Presidente, dado o pequeno número de vagas e o custo de um concurso público, lembra a possibilidade de se aproveitar candidatos aprovados em concurso público pelo DASP ou pela Câmara dos Deputados, ficando o Senhor Diretor-Geral incumbido de realizar os estudos cabíveis.

Em seguida, o Senhor Presidente lembra que, agora, existem representantes de maior número de partidos políticos, devendo ser regulada a situação dos novos líderes. Desde logo, o Senhor Primeiro-Secretário fica incumbido de, em nome da Comissão Diretora, manter os contatos necessários para a solução do problema das salas necessárias.

Continuando com a palavra, o Senhor Presidente submete à apreciação da Comissão Diretora os seguintes assuntos:

1ª) Minuta de Ato da Comissão Diretora assegurando aos Senhores Senadores que estiverem no exercício de mandato de Secretário de Partido Político o direito a um gabinete nas dependências do Senado, com a lotação de servidores da Casa. Esclarece que, durante o recesso parlamentar, havia auto-

rizado a matéria *ad referendum* da Comissão Diretora. O Ato é referendado e assinado por todos os presentes.

2ª) Expediente do Senhor Senador Itamar Franco, encaminhando minuta de Ato da Comissão Diretora, que altera dispositivos do Regulamento do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, aprimorando e ampliando as hipóteses em que o Conselho de Supervisão do órgão deverá ser obrigatoriamente ouvido. A Comissão Diretora, à unanimidade dos presentes, assina o Ato, que vai à publicação.

3ª) Processo nº PD 0625817, no qual é proposta, pelo PRODASEN, a alienação à CAEEB — Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, empresa de economia mista vinculada ao Ministério das Minas e Energia, de 147 m² de piso elevado, com acessórios, desativados e armazenados pelo órgão proposto. Os Senhores Senadores presentes, à vista do parecer do Diretor-Geral da Casa, aprovam a alienação por unanimidade.

4ª) Projeto de Lei do Senado que reajusta os valores dos vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos da Casa. Tendo em vista tratar-se de matéria que repete idêntico benefício concedido aos servidores do Poder Executivo, os Senhores Membros aprovam o Projeto por unanimidade.

5ª) Processo nº 000273 82 1, onde a servidora Elmara de Magalhães Mello, ocupante do cargo de Datilógrafo, Classe "B", do Quadro Permanente do Senado Federal, requer licença para trato de interesses particulares pelo prazo de setecentos e trinta dias, a contar de 11-3-82. Constando do processo parecer do Diretor-Geral da Casa, dando conta de que assiste à servidora o direito ao que pleiteia, os Senhores Membros aprovam o pedido, sendo o processo deferido pelo Senhor Presidente.

6ª) Expediente do Diretor da Subsecretaria Financeira, no qual expõe plano de dispêndio com a viagem de Senadores e funcionários da Casa que iriam a Albany, N.Y., no mês de fevereiro próximo findo. O Senhor Presidente esclarece que, anteriormente, havia desautorizado a viagem por considerar desaconselhável para o momento pelos motivos que expõe na oportunidade. Debatido o assunto pelos Senhores Membros da Comissão Diretora é mantida a decisão pela totalidade dos presentes.

7ª) Processos do PRODASEN, nºs PD 0535818, PD 0641812 e PD 0361810, referentes às prestações de conta do FUNDASEN dos períodos de 1º/7 a 25-8-81 e 26/8 a 30-9-81 e à proposta orçamentária para o exercício de 1982 e atualização do OPI 82/84, respectivamente. Após debatido os assuntos pelos presentes, os referidos processos são aprovados.

8ª) Processos do CEGRAF nºs 001035 e 001899, nos quais aquele órgão apresenta, respectivamente, sua proposta orçamentária para o exercício de 1982 e alteração do Orçamento do FUNCEGRAF de 1981. Debatidos os processos, são aprovados pela totalidade dos presentes.

9ª) Projeto de Resolução nº 23, de 1981, de autoria do Senhor Senador Itamar Franco, que acrescenta parágrafo único ao artigo 278 do Regimento Interno. O Senhor Senador Jorge Kalume apresenta o seu parecer, no qual reconhece a necessidade de serem revistas as normas do artigo 278, concluindo, entretanto, pelo sobrestamento do projeto, isto pelo fato de existir em estudo, no âmbito da Comissão Diretora, anteprojeto de resolução que visa a uma reforma mais ampla do Regimento Interno, devendo as duas matérias serem apreciadas em conjunto.

O Senhor Primeiro-Vice-Presidente, no uso da palavra, traz à Comissão Diretora solicitações formuladas pelas Assistentes de Plenário e pelos Agen-

tes de Segurança fardados, as quais são entregues ao Senhor Diretor-Geral, para exame.

O Senhor Presidente, em seguida, concede a palavra ao Senhor Segundo-Secretário, que aborda os seguintes assuntos:

1º) Processo nº 002027/81, em que o Centro Gráfico encaminha exposição em relação a débito em aberto do PDS, correspondente a vários trabalhos de impressão realizados. A Diretoria-Executiva do CEGRAF esclarece que, quando um débito permanece sem solução de um balanço para outro, o TCU solicita um pronunciamento sobre as providências adotadas, e lembra débito da extinta ARENA, anistiado pela Comissão Diretora, que autorizou a sua baixa em virtude de ser impraticável o seu recebimento. A Comissão Diretora após discutir a matéria, adota idêntica decisão em relação ao processo em exame e autoriza o Senhor Segundo-Secretário a perdoar débitos dos outros partidos políticos até o mesmo valor.

2º) Processo do Centro Gráfico relativo ao débito em aberto da Fundação Milton Campos, correspondente a impressão de diversos trabalhos durante vários anos e na mesma situação do anterior. A Comissão Diretora, após debater a matéria, concede a anistia do débito, com a condição de que quaisquer trabalhos da Fundação, para o futuro, só poderão ser feitos mediante prévio pagamento.

3º) Ato da Comissão Diretora criando a Coordenação de Recursos Humanos e Culturais. O Senhor Segundo-Secretário esclarece que sempre se preocupou com os aspectos culturais e aprimoramento dos recursos humanos dos servidores da Casa e, sabedor de que esta é, também, uma preocupação do Senhor Presidente, preparou minuta de Ato a respeito criando condições para que o trabalho possa ser desenvolvido. O Senhor Presidente distribui a matéria ao Senhor Segundo-Vice-Presidente para exame e parecer.

Com a palavra, o Senhor Quarto-Secretário, trata dos seguintes assuntos:

1º) Local para se instalar a administração da Subsecretaria das Comissões, bem assim para os Secretários da Comissão Diretora, fora do novo prédio das Comissões, a fim de que este último possa ter a sua destinação normal. Sua Excelência lembra, ainda, a necessidade de três novos gabinetes para os Senadores a serem eleitos pelo Estado de Roraima. Informa à Comissão Diretora que, no final do corredor do edifício onde se encontram os atuais Gabinetes de Senadores, Anexo II do Senado, há uma área que poderia ser aproveitada para se construir um local apropriado para a instalação das administrações e dos Gabinetes antes referidos. Comunica já ter solicitado os estudos necessários.

2º) Problema de incêndio nos prédios do Senado Federal, especialmente Anexo I. A Comissão Diretora, dentro das disponibilidades existentes, autoriza os estudos e a realização das obras que se fizerem necessárias.

3º) Processo nº 004814 80 0, em que Adalizia de Souza Cunha, Taquígrafa Legislativa, Classe Especial, requer sua readaptação para situação mais compatível com a sua capacidade. Esclarece ter recebido o processo de volta e que mantinha seu parecer anterior, favorável. No seu entender, continua em vigor o instituto da transferência, apenas alterado por legislação posterior. Na hipótese, cuida-se da readaptação, justificada por junta médica, que pode ser feita por transferência (Regulamento, art. 332 e seus parágrafos), razão pela qual, o parecer é favorável a essa hipótese — readaptação por meio de transferência para a primeira vaga existente, doravante, para a Categoria de Técnico Legislativo, na referência correspondente à que pertence a requerente. A Comissão Diretora, à unanimidade dos presentes, aprova o parecer e suas conclusões.

O Senhor Presidente, a seguir, usa da palavra e aborda as seguintes matérias:

1º) Programa editorial do Senado. Sua Excelência informa que determinou a realização de estudos, que se encontram em fase de conclusão, para a impressão de obras de preservação da memória nacional sobre os mais importantes vultos ainda vivos, aproveitando os seus conhecimentos e experiência. Assim sendo, os seus testemunhos ficarão a história através de um trabalho do Senado Federal. A Comissão toma ciência da matéria louvando a iniciativa.

2º) O problema de presentes a serem oferecidos a autoridades que visitam o Congresso. Sua Excelência lembra a possibilidade de se imprimir livros sobre a vida do Congresso Nacional. Dessa forma, ao invés de oferecer obras de autores diversos, seria oferecido uma obra típica sobre o Poder Legislativo. A Comissão Diretora aprova a ideia, devendo ser elaborados os estudos necessários.

3º) Protocolo Administrativo. O Senhor Presidente lembra que, em uma de suas visitas às instalações do Senado, havia sido decidido que o Protocolo Administrativo sofreria uma reforma, inclusive com a instalação de um banheiro para seus funcionários. O Senhor Diretor-Geral é incumbido de verificar o que se torna preciso para concretizar a providência.

4º) Vestuário do pessoal. O Senhor Presidente comunica não ter ficado satisfeito com o vestuário recentemente adquirido para o pessoal de portaria e ascensoristas do Edifício Principal e incumbe o Senhor Diretor-Geral de, pessoalmente, adotar as medidas necessárias ao fornecimento de ternos e vestuário em condições satisfatórias àquele pessoal.

O Senhor Diretor-Geral faz entrega, ao Senhor Presidente, do Processo nº 005361 81 8, pelo qual a Subsecretaria de Pessoal propõe várias alterações na Resolução nº 146, de 1980, criando condições mais propícias à sua execução e corrigindo alguns critérios que na prática demonstraram ser inviáveis. Esclarece o Senhor Diretor-Geral que a matéria foi submetida ao exame do Conselho de Administração do Senado, que a aprovou, na forma da minuta de projeto de resolução, em anexo. Na Comissão Diretora, o processo foi distribuído ao Senhor Terceiro-Secretário que solicitou o pronunciamento do Senhor Consultor-Geral, o qual, em seu parecer, manifestou-se pela aprovação da medida nos termos em que se encontra. Informa o Senhor Diretor-Geral que, ante a proximidade de novas progressões e ascensões funcionais e à vista de certas providências a serem tomadas para a sua concretização, a Administração tinha urgência na discussão e solução da matéria, pelo que havia solicitado ao Gabinete do Senhor Terceiro-Secretário o obsequio de manter contato com Sua Excelência, indagando se estava de acordo em que o processo voltasse à Comissão Diretora. Aquele gabinete, posteriormente, havia remetido o processo à Diretoria-Geral com a informação de que Sua Excelência nada tinha a opor à devolução. A Comissão Diretora, à vista dos pareceres favoráveis, aprova a sugestão e assina o projeto de resolução respectivo que é remetido à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, às vinte e duas horas e vinte minutos, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que, eu, Aiman Nogueira da Gama, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, assinada pelo Senhor Segundo-Secretário e pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Senado Federal, 18 de março de 1982. — *Jarbas Passarinho*, Presidente — *Jorge Kalume*, Segundo-Secretário.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL ATA DA 65ª REUNIÃO

Às nove horas do dia dezenove de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, no Gabinete do Diretor Executivo do CEGRAF, sob a Presidência do Senhor Senador Jorge Kalume e presentes os Conselheiros Aiman Nogueira da Gama, Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão e Luciano de Figueiredo Mesquita, presentes, também, Marcos Vieira, Geraldo Freire de Brito, Francisco Olímpio Pereira Marçal e Aloísio Barbosa de Sousa, respectivamente, Diretor Executivo, Diretor Administrativo, Diretor Industrial e Assessor Jurídico do CEGRAF, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Conselheiro Aiman Nogueira da Gama, que emite parecer sobre o processo número 0593/82-CEGRAF, referente a tomada de preços número 001/82, destinada a aquisição de papéis para consumo industrial do CEGRAF. Após minucioso exame da matéria o Conselheiro Aiman Nogueira da Gama concluiu pela homologação da licitação, afirmando que o Conselho de Supervisão poderia aprovar a mesma uma vez que tudo foi feito de acordo com a legislação aplicável à matéria. Antes de concluir o parecer, o Conselheiro recomendou à Direção do CEGRAF, atenção no que diz respeito aos problemas inerentes às transferências dos recursos orçamentários da União, pois como salientou, tem, juntamente com o Senador Jorge Kalume, tomado parte nas negociações com o Ministério da Fazenda a respeito deste assunto. Após estas considerações, o Diretor Executivo pediu a palavra e esclareceu que a licitação em questão necessita ser homologada, uma vez que os nossos estoques de papéis só suportam uma demanda de aproximadamente 45 dias, e que este fato nos impõe a adquirirmos de pronto esta matéria-prima, importante para o processo produtivo. Adiantando ainda que, com relação à situação das transferências de recursos orçamentários, este fato tende a se normalizar, e que apesar dos sérios problemas que estamos atravessando com relação à disponibilidade financeira, o que nos permite dar continuidade

ao processo, caso venha a ser homologado. O Senhor Presidente coloca o parecer em votação, sendo aprovado por unanimidade, ficando a presente licitação homologada. O Senhor Diretor Executivo do CEGRAF, Dr. Marcos Vieira, pede a palavra e comunica aos demais Conselheiros o início das atividades de levantamento da situação das redes elétricas do CEGRAF, por firma especializada, e comunica, também, entrega de ofício ao Diretor-Geral do Senado Federal, Dr. Aiman Nogueira da Gama, onde solicita a designação de um Engenheiro do quadro de servidores do Senado Federal para proceder junto à Comissão do CEGRAF, a avaliação dos edifícios existentes neste Par-

que Industrial. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente retoma a palavra e, agradecendo a presença de todos, declara encerrados os trabalhos. Eu, Maurício Silva, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos demais membros. Brasília-DF., 19 de abril de 1982. — Senador *Jorge Kalume*, Presidente — *Aiman Nogueira da Gama*, Vice-Presidente — *Luiz do Nascimento Monteiro*, Membro — *Sarah Abrahão*, Membro — *Luciano de Figueiredo Mesquita*, membro — *Marcos Vieira*, Membro.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 050

QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1982

BRÁSILIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 47ª SESSÃO, EM 28 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria:

— Mensagem nº 396/81 (nº 595/81, na origem).

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 61/82, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que acrescenta parágrafo ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ FERNANDO FREIRE — Conflito gerado pela posse das Ilhas Malvinas.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Posicionamento de S. Exª com respeito aos pedidos de empréstimos do Estado da Paraíba, em tramitação na Casa, tendo em vista acusações feitas a S. Exª pelo Governador daquele Estado.

SENADOR ALMIR PINTO — Transcrição de narração feita pelo Ex-Presidente Juscelino Kubitschek em seu livro, "Por que construí Brasília", quando da realização da primeira missa em Brasília.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Considerações sobre o relatório apresentado pelo Senador Milton Cabral sobre os trabalhos desenvolvidos na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias sobre o acordo nuclear Brasil-Alemanha.

SENADOR ORESTES QUÉRCIA — Defesa da aprovação de projeto de lei de autoria de S. Exª, em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre critérios democráticos e abertos para o acesso ao rádio e à televisão, com vistas à campanha eleitoral.

SENADOR LÁZARO BARBOZA — Apelo ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, no sentido da instalação, na cidade de Itumbiara-GO, de uma unidade do SENAI de formação de mão-de-obra industrial especializada. Encaminhamento à Mesa de projeto de lei que fixa data para transferência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Santiago Gurgel do Amaral.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.5 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

— De substituições de membros em comissão mista.

1.2.6 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 62/82, de autoria do Sr. Senador Lázaro Barboza, que fixa data para a transferência do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 114/81 — Complementar, de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais do direito tributário, e dá outras providências. **Votação adiada** para reexame da Comissão de Finanças, nos termos do Requerimento nº 47/82, após usarem da palavra os Srs. José Fragelli e Itamar Franco.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências.

cias. **Discussão sobrestada** por falta de "quorum" para votação do Requerimento nº 35/82.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MARCOS FREIRE — Inconstitucionalidade que estaria eivado o Decreto-lei nº 1.937, que dispõe sobre a nomeação de prefeito em município declarado de interesse da segurança nacional.

SENADOR EVELÁSIO VIEIRA — Política habitacional.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Reforma tributária.

SENADOR JORGE KALUME — Necrológio do Sr. Júlio de Oliveira.

SENADOR PASSOS PÓRTO — 22º aniversário de Brasília.

SENADOR FRANCO MONTORO — Apoio às reivindicações dos ferroviários da MAFERSA/SA. 450º aniversário de fundação da cidade de Itanhaém-SP. Dia Nacional da Mulher.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 48ª SESSÃO, EM 28 DE ABRIL DE 1982

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Aviso do Ministro da Fazenda

— Nº 243/82, encaminhando informações daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 209/81.

2.2.2 — Ofício do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados.

Encaminhando à revisão do Senado autógrafo do seguinte projeto: — Projeto de Decreto Legislativo nº 2/82 (nº 126-B/82, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

— Referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2/82, lido no Expediente.

2.2.4 — Requerimento

— Nº 68/82, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38/82 (nº 5.888/82, na origem), que altera a redação do art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 24/82 (nº 79/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República

submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Antônio Carlos de Abreu e Silva, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia. **Apreciado em sessão secreta.**

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 29/82 (nº 93/82, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Sergio de Champerbaud Weguelin Vieira, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Togoleza. **Apreciado em sessão secreta.**

2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto legislativo nº 2/82, em regime de urgência nos termos regimentais. **Aprovado**, após pareceres das comissões competentes. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2/82, em regime de urgência nos termos regimentais. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Lei da Câmara nº 38/82, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 68/82, lido no Expediente. **Aprovado**, nos termos do substitutivo apresentado pelos Srs. Senadores Nilo Coelho e Humberto Lucena, após parecer da comissão competente, tendo usado da palavra na sua discussão os Srs. Evandro Carrera e Nelson Carneiro. À Comissão de Redação.

— Substitutivo do Senado ao Projeto de lei da Câmara nº 38/82, em regime de urgência. **Aprovado**, em turno suplementar. À Câmara dos Deputados.

2.5 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR PEDRO SIMON — Quadro político e social do País.

2.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Marcos Freire, proferido na sessão de 27-4-82.

— Do Sr. Senador Leite Chaves, proferido na sessão de 27-4-82.

4 — INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

— Ata de reunião da Assembléia Geral ordinária.

— Relatório (1º de janeiro a 31 de dezembro de 1981).

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS POLÍTICOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 47ª SESSÃO, EM 28 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PASSOS PÓRTO, GILVAN ROCHA, JORGE KALUME E ALMIR PINTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Aloysio Chaves — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Martins Filho — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Passos Pôrto — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Tancredo Neves — Orestes Quêrcia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — Afonso Camargo — Leite Chaves — Paulo Brossard — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES Nºs 189, 190 E 191, DE 1982

PARECER Nº 189, DE 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 396, de 1981 (nº 595/81, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Itapira (SP), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros).

Relator: Senador Lomanto Júnior

Com a Mensagem nº 396/81, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal, pleito da Prefeitura Municipal de Itapira

(SP), que objetiva contratar junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, a seguinte operação de crédito:

"Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 29.745.360,00 (correspondente a 24.000 UPCs, de Cr\$ 1.239,39 em outubro de 1981);

B — Prazos:

1 — de carência: 24 meses;

2 — de amortização: 216 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 8% a.a. (7% a.a. — BNH; 1% a.a. — Agente Financeiro);

2 — correção monetária: pela variação trimestral da ORTN (UPC);

D — Garantia:

Vinculação das cotas-partes do ICM;

E — Destinação dos recursos:

Execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional General Euclides Figueiredo — Programa FINC, naquele Município."

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pleito, por entendê-lo técnica e financeiramente viável, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o empreendimento a ser financiado pela presente operação de crédito atende ao interesse público e concorrerá para elevar a qualidade de vida de uma parcela da população do Município beneficiário do empréstimo.

Ante o exposto, somos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Itapira, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., esta na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação (BNH), destinado a execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional "General Euclides Figueiredo" — Programa FINC, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de janeiro de 1982. — José Richa, Presidente — Lomanto Júnior, Relator — Gabriel Hermes — Luiz Cavalcante — José Caixeta — Bernardino Viana — José Lins — Benedito Canellas.

PARECERES NºS 190 E 191, DE 1982

Sobre o Projeto de Resolução nº 33, de 1982, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil e trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna."

PARECER Nº 190, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Bernardino Viana

A Comissão de Economia apresenta projeto de resolução pelo qual fica (art. 1º) "a Prefeitura Municipal de Itapira (SP), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A, destinado à execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional "General Euclides Figueiredo" — Programa FINC, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo".

2. Enquadra-se a operação ao disposto no art. 2º da Resolução nº 93, de 1975 (alterou a Resolução nº 62, de 1975), pois os recursos serão prove-

niente do Banco Nacional da Habitação — BNH, e, dessa forma, considerada extralimite.

3. No processo, encontram-se os seguintes documentos e referências principais:

a) Lei Municipal nº 1.481 de 19 de novembro de 1980, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (em nº 369/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) parecer do Banco Central do Brasil — Departamento de Operações com Títulos e Valores Imobiliários — que concluiu pelo deferimento do pedido.

4. Há a ressaltar que o projeto obedeceu o disposto no art. 42, item VI, da Constituição; atendeu as normas legais (Resoluções nºs 62, de 1975 e 93, de 1976), e o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item II).

5. Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — Lenoir Vargas, Presidente, em exercício — Bernardino Viana — Relator — José Fragelli — Almir Pinto — Aderbal Jurema — José Lins — Raimundo Parente — Dirceu Cardoso, com restrições.

PARECER Nº 191, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Tarso Dutra

A Comissão de Economia, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 396, de 1981, do Senhor Presidente da República, apresentou projeto de resolução pelo qual fica a Prefeitura Municipal de Itapira (SP), nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 29.745.360,00 (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A, destinado à execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional "General Euclides Figueiredo" — Programa FINC, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

2. O projeto em pauta está relacionado com a construção e execução de obras de infra-estrutura no conjunto habitacional "General Euclides Figueiredo" — Programa FINC, naquele Município.

3. Informa o Departamento de Operações com Títulos e Valores Mobiliários que a assunção dos compromissos decorrentes das operações sob exame não deverá acarretar à Prefeitura maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios tendo em vista que o orçamento do Município de Itapira (SP) para o exercício de 1981 previu a realização de receita de Cr\$ 352.000,0 mil (deduzidas as operações de crédito) e sua margem de poupança (Cr\$ 111.267,5 mil) mostra-se bastante superior ao maior dispêndio que a sua dívida consolidada interna apresentará (Cr\$ 40.315,8 mil, em 1982, após a realização da operação pretendida e autorizada pelo projeto de resolução, ora sob exame.

4. A proposição mereceu da Comissão de Constituição e Justiça o encaminhamento favorável, no que diz respeito aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

5. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de resolução de autoria da Comissão de Economia, ora sob nosso exame.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Tarso Dutra, Relator — Luiz Fernando Freire — Aderbal Jurema — Raimundo Parente — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canellas.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 1982

Acrescenta parágrafo ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho o parágrafo seguinte:

"§ 6º O empregador diligenciará a homologação da rescisão dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da assinatura do pedido de demissão ou do recibo de quitação, sob pena

de responder pelo pagamento dos juros de mora de 1% ao dia, salvo se o atraso ocorrer por culpa do empregado."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Ao estabelecer a obrigatoriedade da homologação da rescisão do contrato de trabalho, se o empregado tiver mais de um ano de serviço, deixou o legislador, inexplicavelmente, de fixar um prazo para o cumprimento da exigência.

Com isso, possibilitou que, à margem da lei, vingassem práticas lesivas aos interesses dos empregados.

Assim é que se o empregador deve efetuar pagamento ao empregado, em virtude da rescisão, não raro tarda em fazê-lo, protelando a homologação, especialmente quando se trata de despedida em massa. Em alguns casos ocorrem atrasos de um mês ou mais, ficando o empregado, injusta e absurdamente, à mercê da disposição patronal.

Impõe-se, evidentemente a adoção da medida aqui projetada.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1982. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 477. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.

§ 2º O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas (V. Súmula TST 41, no apêndice).

§ 3º Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo Representante do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz.

§ 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.

§ 5º Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado (Redação art. e §§ Lei nº 5.584, 26-6-70. DOU 29-6-70, LTr 34/521).

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Luiz Fernando Freire.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREQUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREQUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Tendo sido ultrapassado o tempo destinado à Hora do Expediente e havendo inscrições para breves comunicações, consulto o Plenário sobre a possibilidade de prorrogar a Hora do Expediente por 15 minutos.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Está aprovada.

Peço a compreensão dos Srs. Senadores inscritos para que essas breves comunicações sejam feitas dentro do prazo ora prorrogado.

Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo, nesta comunicação que passarei a fazer no Senado Federal, registrar um evento de significativo valor histórico e muito ligado à catolicidade do povo brasileiro, cuja Pátria nasceu sob o signo da Cruz.

Domingo passado quando assistia a missa, como o faço costumeiramente, na Capelinha de Fátima, deparei-me ao ler o jornalzinho "Informativo do Povo de Deus", com um escrito, onde insere estava a magnífica oração pronunciada pelo inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek, de saudosas memórias, quando da celebração da Primeira Missa, em solo da nascente capital da República brasileira.

O fato se revestia, para nós brasileiros, de elevada significação, pela coincidência com a data da celebração do primeiro ato religioso mandado rezar por Pedro Álvares Cabral, em terras de Santa Cruz, a 3 de maio de 1500, marco de fé da nossa gente.

Após transcorridos 482 anos do histórico acontecimento, em que celebrante foi o Frei Henrique de Coimbra, relembramos hoje, que há 25 anos passados, ou seja a 3 de maio de 1957, o prelado brasileiro, D. Carlos Camelo de Vasconcelos Motta, Arcebispo de São Paulo, trazendo consigo a Imagem de Nossa Senhora Aparecida padroeira do Brasil, celebrava em terras desta hoje formosa cidade a primeira missa, perante uma multidão que, de diferentes Estados do Brasil, acorreu a este ponto do planalto central, para assistir o batismo da futura capital brasileira, que já ostentava o nome de Brasília.

A confirmação do espírito de catolicidade de nossa capital se daria com a presença de S. Santidade o Papa João Paulo II, o fazendo quando de sua visita à maior Nação católica do Mundo, o Brasil, diante da Cruz histórica de 3 de maio de 1957. Tão grata efeméride foi esplendidamente saudada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek. Pediria, Sr. Presidente, que me permitisse a leitura de tão importante documento, para que conste dos Anais do Senado Federal.

INFORMATIVO DO POVO DE DEUS FAZ 25 ANOS, A 3 DE MAIO...

Brasília era um marco... Começara o desbravamento do cerrado, sendo que em princípio de 1957, a "Cidade Livre" já apresentava uma população de 5 mil habitantes... Estava na hora da "Primeira Missa"! Nunca nada se fizera nesta Terra, sem que fosse "pelo sinal da Santa Cruz". Este aspecto foi acentuado oportunamente e ouvido com emoção, na Esplanada dos Ministérios, pela voz do Santo Padre João Paulo II, diante da Cruz histórica de 3 de maio de 1957. Deixemos que o saudosos Presidente Juscelino Kubitschek, ele mesmo, descreva com seu estilo característico, revestido de contagiado otimismo e de espírito de Fé em Deus, de devoção a Nossa Senhora Aparecida e de amor ao Brasil e a seu Povo, o memorável acontecimento:

"Havendo estabelecido as bases materiais e humanas da cidade, julguei que havia chegado o momento de proporcionar aos pioneiros um pouco de conforto espiritual, promovendo a realização da Primeira Missa no local onde se erguia a nova capital. Escolhi a data de 3 de maio por me parecer mais expressiva, já que recordava a Missa mandada rezar por Pedro Álvares Cabral. As duas celebrações se equivaliam em simbolismo. A primeira assinalava o descobrimento da Nova Terra; e a segunda, quatrocentos anos mais tarde, lembraria a posse efetiva da totalidade do território nacional.

"Na manhã de 3 de maio, cerca de 15 mil pessoas reuniram-se no Planalto. Durante vários dias, centenas de caminhões e de jipes, assim como de aviões de passageiros e "teco-tecos" despejaram na cidade milhares de visitantes. Eram goianos de todos os quadrantes do Estado, mineiros do Triângulo, criadores da zona de Paracatu e curiosos de muitas unidades da Federação que chegavam para estar presentes à cerimônia histórica. Do Rio, seguiram, igualmente, numerosas pessoas — inclusive figuras expressivas da sociedade carioca —, o que emprestou uma nota de elegância à paisagem rústica do Planalto. Estava presente também uma delegação de índios carajás que os aviadores da FAB haviam levado de Bananal.

Eu deixara o Rio, dois dias antes, tomando o Viscount, com toda a família, às 11 horas da noite, na base aérea do Galeão. O Mi-

nistério comparecera em peso e, também, numerosos jornalistas e fotógrafos. Na manhã de 3 de maio, surpreendi-me com a beleza do espetáculo. No local, onde iria ser rezada a Missa, fora estendido um enorme toldo, e em torno, dele agitavam-se milhares de bandeirinhas coloridas. Viam-se centenas de ônibus... Em torno, espalhava-se um mar de cabeças. Na véspera haviam chegado 3 mil pessoas. Sabiam que não tinham onde dormir e iriam lutar para obter o que comer. Mas, mesmo assim, haviam feito a viagem.

Às 10 horas chegou o Viscount, especialmente enviado a S. Paulo para trazer o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, que traria a Imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil... A Imagem, guardada em redoma com guarnições de metal, fora oferta da cidade de S. Paulo a Brasília e já havia visitado todos os Estados e Territórios brasileiros, na revoadada nacional da aviadora Ada Rogato (Nota: esta Imagem é a que se encontra hoje na Catedral).

Antes da Missa foi batizada a primeira criança nascida na Capital, o menino Brasília Franklin, do qual fui padrinho, e minha esposa Sarah, a madrinha. Ao se aproximar a hora da celebração, a enorme multidão passou a se concentrar sob o gigantesco toldo, esticado na ponta de estacas e sustentado por travessões horizontais. Quatro troncos de árvores serviram de base a uma pedra de mármore, na qual se entronizou a Imagem de N.S. Aparecida. A assistência dispunha de bancos de madeira, com genuflexórios toscos, mas cômodos.

Aproximei-me em companhia da família do local que me havia sido reservado, ao lado dos Ministros e demais altas autoridades. Durante a Missa fez-se ouvir o magnífico coral feminino da Universidade Mineira de Arte e, em seguida, o Cardeal Motta dirigiu-me uma saudação, na qual salientou a importância de Brasília que seria "o acontecimento máximo depois do Ipiranga" e "o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional". E concluiu assim sua oração: "Na Bíblia se lê como Deus plantou, no meio do paraíso terreal, a maravilhosa Árvore da Vida. Brasília é a árvore da vida nacional, providencialmente plantada no Planalto Central da nossa Pátria. Que as bênçãos de Deus e da Virgem Mãe de Deus façam com que Brasília cresça, floresça e frutifique em perene primavera da vida nova do Brasil: *incipit vita nova!*"

Após a Missa, falei aos presentes. Era a primeira vez que fazia um discurso oficial na nova Capital. "Estamos todos nós, altos dignitários da Igreja, Militares, homens de Estado, todos nós aqui" — declarei — "reunidos, vivendo uma hora que a história vai fixar. Hoje é o dia da Santa Cruz, dia em que a Capital recém-nascida recebe o seu batismo cristão; dia em que a cidade do futuro, a cidade que representa o encontro da Pátria brasileira com o seu próprio centro de gravitação, recolhe a sua alma eterna... Dia em que Brasília, ontem apenas uma esperança e hoje, entre todas, a mais nova das filhas do Brasil, começa a erguer-se integrada no espírito cristão, causa, princípio e fundamento da nossa unidade nacional. Dia em que Brasília se torna automaticamente brasileira. Este é o dia do batismo do Brasil novo. É o dia da Esperança. É o dia da cidade que nasce. Que Brasília se modele na conformidade dos altos desígnios do Eterno, que a Providência faça desta nossa cidade terreste um reflexo da Cidade de Deus; que ela cresça sob o signo da Esperança, da Justiça e da Fé!"

Brasília nascia, de fato sob o signo de comunhão social. E, também, sob a Bênção de Deus..." (Do livro "Por que Construí Brasília", pág. 75 ss.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo à palavra, para uma comunicação, ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Teve início, hoje pela manhã, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Energia Nuclear, a discussão do relatório do ilustre Relator, Senador Milton Cubral, das conclusões do estudo e das pesquisas que a Comissão realizou sobre o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Quero chamar a atenção do Senado para que não passe despercebida a discussão desse relatório que abrange um volume de 1072 páginas, e em que somente as conclusões e as recomendações do Sr. Relator ocupam 46 páginas datilografadas, onde S. Ex^a expôs as conclusões a que chegou depois de pes-

quisar o depoimento de cerca de 60 depoentes, tudo que aqui se disse sobre energia nuclear.

Numa hora, Srs. Senadores, em que Angra I, que está atrasada alguns anos da data de sua entrada em ação, gerando energia elétrica, em que Angra I, que não é do Acordo Nuclear, mas que foi construída pela Westinghouse dos Estados Unidos, já revelou dois graves defeitos de construção, em válvulas e na ligação do circuito primário com o circuito secundário de água, e está a exigir da Comissão de Energia Nuclear um estudo pormenorizado, uma visita a Angra dos Reis, a fim de que nós possamos fornecer ao povo brasileiro uma explicação do porquê desses defeitos, uma usina que nos custou tão caro e 10 anos de construção e que no fim entra com apenas 5% da sua capacidade nominal de geração de energia — 5% dos 600 mil megawatts a que ela estava destinada.

Portanto, esses dois defeitos gravíssimos, ou melhor, que podem não ser graves até então, mas que poderão ser gravíssimos amanhã, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve tomar conhecimento deles, a fim de dar conhecimento ao povo da causa desses defeitos, porque são os mesmos repetidos na usina da Suécia, na usina da Espanha e na usina da Suíça. Portanto, os mesmos graves defeitos que paralisaram usinas semelhantes nesses três países que possuem usinas nucleares.

Assim, discutimos hoje dois capítulos do relatório: O primeiro, "a instalação e o desenvolvimento dos trabalhos"; com vários itens. O segundo, "a conjuntura internacional e os aspectos conjunturais da energia". Amanhã, continuaremos, às 9 horas e 30 minutos, discutindo o terceiro capítulo das conclusões: "a conjuntura nacional", em que o Sr. Relator vai estudar o problema da energia nucleoe elétrica, em relação à capacidade e a disponibilidade de aproveitamento de quedas-d'água do Brasil até o ano 2010, e em que vai fazer um enclaxe neste contexto, da necessidade de se instalarem usinas nucleares no nosso País.

Quero dizer que, à primeira vista, nos dois primeiros capítulos, rendo as minhas homenagens e o meu aplauso ao Sr. Relator, que está conduzindo com equilíbrio o trabalho que recebeu apenas ligeiras modificações nos dois primeiros capítulos iniciais. De amanhã em diante, nós esperamos chegar a conclusões outras bem diferentes daquelas que S. Ex^a enumerou no seu trabalho exaustivo, brilhante trabalho, porque através de 1072 páginas examinou tudo que passou por esta Casa, inclusive os diretores de empresas nucleares e de energia elétrica, técnicos, físicos nucleares, físicos nucleares estrangeiros que aqui depuseram, diretores da KWU e todos que aqui passaram, mostrando que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Energia Nuclear se houve bem pelo engrandecimento do Senado da República, e agora, nas conclusões finais que o Sr. Relator apresentou, após 3 anos e 8 meses de trabalho, nós poderemos chegar a resultados que poderão enaltecer aqueles que trabalharam nesta Comissão, não somente o seu Relator, mas todos que dignificaram o Senado tomando parte no seu exaustivo e extenuante trabalho ao longo de 3 anos e 8 meses.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quêrcia, para uma comunicação.

O SR. ORESTES QUÊRCIA (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Todos, provavelmente, devem se recordar de um desgaste que houve com o nosso Partido — o PMDB — por ocasião da votação de uma proposta nossa de emenda constitucional, convocando uma Assembléia Nacional Constituinte. Praticamente fiquei sozinho no plenário da Câmara, e houve uma exploração muito grande, tendo em vista que o PMDB não compareceu para votar nem sequer para discutir, uma proposta que significa o maior *élan* da luta política do PMDB.

Sr. Presidente, baseados neste fato, vimos a esta tribuna para, em rápida comunicação, alertar nossos Líderes do PMDB, visto que as conversas ao pé do ouvido não frutificam, não estão dando resultados.

Vimos declarações recentes do ex-Ministro Armando Falcão. Nelas S. Ex^a afirmava a desnecessidade da revogação da Lei que leva o seu nome. Felizmente, vimos também o Senador Nilo Coelho vir à tribuna, ontem, para dizer que realmente precisamos liberar o rádio e a televisão para os candidatos a cargos eletivos nas eleições de 1982, sem recio de nenhum excesso da parte de quem quer que seja.

Temos também a notícia do Assessor do Presidente da República, Ministro Carlos Ávila, segundo a qual o Governo deverá definir-se sobre a revogação da lei Falcão no mês de maio.

Sr. Presidente, estamos vindo à tribuna, como já dissemos e repetimos, tendo em vista que as conversas ao pé do ouvido não estão frutificando, para alertar as Lideranças de nosso Partido que existe um projeto nosso que revo-

ga a lei Falcão e estabelece critérios, que nos parecem os mais democráticos, para o uso do rádio e da televisão nas próximas eleições para governador e outros cargos.

Este projeto foi aprovado no Senado. É projeto abrangente, dá 60 dias de prazo para os Partidos irem ao rádio, à televisão — debate amplo, da mesma forma como ocorreu em 1974.

Temos insistido no sentido de que a Câmara peça urgência para a discussão deste projeto. É fundamental.

Já falamos muitas vezes com o Presidente do nosso Partido, bem como com o Líder do PMDB na Câmara dos Deputados.

Estamos perdendo uma oportunidade para debater, para discutir, no âmbito do Congresso Nacional, algo fundamental para as eleições de 15 de novembro, exatamente a revogação da Lei Falcão. O projeto estabelece, democraticamente, critérios sobre o acesso dos candidatos, em todos os níveis, ao rádio e à televisão. São critérios democráticos, critérios abertos, critérios realmente que vêm ao encontro das intenções da Oposição, que quer um regime democrático para este País.

Portanto, mais uma vez — e agora publicamente da tribuna, exatamente o local adequado para que possamos vir reclamar alguma coisa, mesmo que seja do âmbito de um partido político — mais uma vez solicitamos aos nossos Líderes para que façam um esforço, pedindo urgência para nosso projeto.

Sabemos que existe um projeto apresentado pelo Partido. A intenção — parece-nos — é de se pedir urgência para este projeto. O projeto de nossa autoria já foi aprovado pelo Senado — é amplo, é magnífico. Não entendemos porque as Lideranças do nosso Partido não se interessam realmente por discutir esse projeto de lei. Se é de autoria de um dos integrantes do Partido, não é por isso que o Partido não pode apoiá-lo.

Já na questão da nossa proposta da emenda constitucional que convocava uma Assembleia Constituinte, ficamos sozinhos, lá no Plenário da Câmara. Gostaríamos que essa história não se repetisse, porquanto a revogação da Lei Falcão é fundamental para o PMDB, é fundamental para a Oposição. Gostaríamos de ver a Oposição lutando por esse objetivo, aproveitando-se de um projeto que já foi aprovado pelo Senado Federal e já está há mais de um ano na Câmara dos Deputados, à espera de tramitação.

Apelamos, portanto, e agora publicamente, para o nosso Partido, o PMDB, e para a Oposição, de maneira geral, no sentido de que façam um esforço, a fim de que seja dado andamento a esse projeto com urgência. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza, para uma comunicação.

O SR. LÁZARO BARBOZA (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Serei efetivamente breve. Ocupo a tribuna para, em primeiro lugar, fazer um apelo, que não é apenas meu, é de todo o povo da cidade de Itumbiara, no meu Estado, importante Município na divisa de Goiás com Minas Gerais e à beira do Rio Paranaíba. Itumbiara vem, de há muito, lutando para que ali seja instalada uma unidade do SENAI, para formação de mão-de-obra industrial especializada. Essa luta — como disse — não é nova.

Itumbiara é Município que se vem desenvolvendo e crescendo muito, é um grande exportador de produtos *in natura*. Agora, muito bem governado pelo grande Prefeito do meu Partido, o companheiro Radivair Miranda Machado, o Município vem-se empenhando pela industrialização da cidade. A instalação da unidade do SENAI é da maior significação para a formação de mão-de-obra especializada no setor industrial. Inclusive a Prefeitura Municipal de Itumbiara já fez a doação do terreno, indispensável à obra, mas até agora o Ministério da Indústria e do Comércio não fez a transferência dos recursos indispensáveis à construção daquela unidade.

Daqui, Sr. Presidente, faço um apelo ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, no sentido de que, mais rápido possível, S. Ex.^a transfira os recursos indispensáveis à construção da unidade do SENAI na cidade de Itumbiara.

Ainda nesta oportunidade, Sr. Presidente, dou conhecimento à Casa de que estou encaminhando à mesa projeto de lei estabelecendo a fixação de uma data para a transferência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.

Brasília já completou 22 anos de existência. É um anseio da classe dos advogados que a Ordem tenha aqui instalado o seu Conselho Federal. Até hoje, de procrastinação em procrastinação, essa medida não foi consubstanciada, com enormes prejuízos para a classe e para o próprio prestígio do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que tanta relevância tem, não apenas na vida jurídica como na vida política e social brasileira.

Faço chegar o projeto às mãos de V. Ex.^a, Sr. Presidente, com a justificativa escrita, dando conta das razões que me levaram à apresentação desta matéria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, para uma comunicação.

O SR. MAURO BENEVIDES (Para breve comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Sob consternação da sociedade cearense, a que serviu com inextinguível devotamento durante toda a sua existência, foi sepultado, ontem, em Fortaleza, o Sr. Miguel Santiago Gurgel do Amaral, coestadano dos mais ilustres, que sempre desfrutou da admiração e do respeito de nossa comunidade.

Dotado de extraordinário dinamismo, já em idade propecta ainda mantinha o mesmo ritmo de atividade, dirigindo instituições de benemerência com invulgar dedicação e espírito público.

Nascido no Município de Aracati, radicou-se, desde cedo, em Fortaleza, destacando-se gradativamente pelo seu talento e operosidade inigualáveis.

Como político, ao lado de Fernandes Távora, José de Borba, Paulo Sarazate e Gentil Barreira, dentre outros, fundou a Seção Estadual da extinta UDN, de cujo Diretório foi Secretário-Geral durante vários períodos.

Em 1957, a convite do inolvidável Raul Pilla, estruturou o Partido Libertador no Ceará, assumindo a coordenação da campanha eleitoral que, no ano seguinte, elegeu Prefeito da Capital o General Cordeiro Neto, num movimento popular de muita ressonância junto a ponderáveis segmentos sociais.

Na administração pública, granjeou prestígio invulgar, notadamente pela magnífica gestão realizada à frente do IPEC, desenvolvendo intensiva programação de trabalho que marcou indelevelmente a sua passagem pela direção daquela autarquia.

Ao aposentar-se no Serviço Público, aceitou o convite que lhe fez o Arcebispo Metropolitano de Fortaleza para ocupar a Provedoria da Santa Casa, notabilizando-se por sua capacidade empreendedora e o apuro com que gerenciou os negócios do centenário nosocômio.

Num estilo peculiaríssimo de administrar, entregava-se, diariamente, pelo espaço de tempo nunca inferior a 15 horas à causa dos pobres, assistindo-os nas diversas enfermarias da Santa Casa e do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo.

Como Mordomo da Misericórdia e seu velho amigo, acompanhei de perto a profícua trajetória cumprida por Miguel Gurgel do Amaral, sempre assinalada pela preocupação constante de atender aos doentes, assegurando-lhes leitos para a recuperação da saúde atingida.

Ao deixar a Provedoria, o saudoso extinto entregava ao seu sucessor uma Santa Casa com aprimorada estrutura organizacional, ao mesmo tempo em que saneava as finanças com esforços inauditos que lhe fizeram tornar-se credor do reconhecimento de seus conterrâneos.

Agravando-se, há dois anos, o seu estado de saúde, ainda lhe pude transportar, ao chegar inopinadamente à sua residência, para uma Clínica Cardiológica, na qual se recuperou alguns dias depois, retornando ao convívio da família e dos incontáveis amigos que lhe seguiam a orientação sábia e prudente, no campo dos encargos político-partidários.

Relembrando, neste instante, a sua figura de cidadão exemplar, homenageio a sua memória imperecível, externando o agradecimento público do Ceará pelo muito que lhe foi dado fazer em favor de nossa terra e sua gente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, destinada à apreciação das seguintes Mensagens Presidenciais:

— Nº 24, de 1982, que submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Antônio Carlos de Abreu e Silva, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia; e

— Nº 29, de 1982, que submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Sérgio de Champerbaud Weguelin Vieira, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Ofício nº 122/82

Brasília, 28 de abril de 1982.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir os nomes dos Senhores Deputados Jairo Magalhães, Túlio Barcelos e Darcílio Ayres, pelo dos Senhores Deputados Joacil Pereira, Ney Ferreira e Ruy Bacelar, respectivamente, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem nº 34/82-CN, que "dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

*É lido o seguinte***PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 1982**

Fixa data para a transferência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil transferir-se-á para Brasília no dia 31 de dezembro de 1983, improrrogavelmente.

Art. 2º O Poder Executivo cumprirá, no prazo que antecede a data fixada no artigo anterior, as incumbências que lhe foram cometidas pelo art. 19 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A medida consubstanciada neste projeto consubstancia reivindicação da classe dos advogados de todo o Brasil, mas é, principalmente, uma iniciativa tomada por solicitação expressa do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás.

Na verdade, tendo a Lei nº 4.215, de 63, determinado que essa transferência se faria tão logo os tribunais superiores estivessem funcionando, todos, em Brasília, nada mais justifica que a esta altura o Conselho Federal da Ordem ainda esteja funcionando no Rio de Janeiro, insistindo recalcitrantemente em ali permanecer.

Os encargos conseqüentes da transferência já foram, pela mesma Lei nº 4.215/63 (art. 19) atribuídos ao Poder Executivo, de sorte que, cumprida aquela exigência — então considerada mais difícil ou mais necessária à localização do Conselho da OAB na nova capital da República, não vemos por que deva a entidade resistir à mudança.

O prazo que aqui deferimos (até o dia 31 de dezembro de 1983) é mais do que suficiente para possibilitar transferência de entidade, por mais difícil e seja.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1982. — *Lázaro Barboza*.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e do Distrito Federal.*)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — José Sarney — Alberto Silva — Mauro Bepevides — Cunha Lima — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Amaral Furlan — Franco Montoro — Benedito Ferreira — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está finda a Hora do Expediente.

Passe-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1981 — Complementar (nº 168/80 — Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, alterando

o Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências, tendo **PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 1.354 a 1.356, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*;

— de *Economia*; e

— de *Finanças*.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 47/82, do Senador José Fragelli, de adiamento da votação para reexame da Comissão de Finanças.)

Em votação o Requerimento nº 47/82, lido em sessão anterior.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Várias vezes tive oportunidade de tratar da matéria desse projeto de lei, que nos vem da Câmara, aliás, encaminhado pelo Poder Executivo.

Se estou solicitando a volta do processo é porque no exame da matéria pude verificar que o projeto, parece-me não foi devidamente aprofundado na sua análise. Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça deve fazer um estudo mais acurado da matéria.

O projeto fala, por exemplo, em normas gerais de Direito Financeiro. Sabemos que o conceito de normas gerais de Direito Financeiro tem sido bastante conflituado. Há mesmo monografias a respeito do conceito de normas gerais de Direito Financeiro, como, por exemplo, um pequeno trabalho, mas precioso, do ex-Governador e ex-Senador da República, Carvalho Pinto. Como esse, há outros estudos sobre esta matéria, Sr. Presidente.

Num estudo que foi encaminhado, acredito, a todos os Srs. Senadores, por uma consultoria econômica, ele lembra, no seu trabalho, o ilustre advogado subscritor, que este projeto agride o art. 23, item II, da Constituição Federal, onde, se determina que o ICM é sempre pago pela diferença, visto tratar-se de imposto não cumulativo, portanto devendo ser abatido o crédito da operação anterior. O projeto objetiva ainda dar um caráter de legalidade a pauta de valores mínimos lançada até aqui através de portarias de secretarias de fazenda e tem ensejado conflito no judiciário entre contribuintes e o Estado. Aliás, a maior virtude do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, quando foi adotado, estava justamente em não ser um tributo cumulativo, como era o Imposto de Vendas e Consignações.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com este projeto de lei, essa virtude primeira e mais festejada do ICM desaparece, porque vai ser cobrado o tributo, o imposto, sobre uma estimativa e quase sempre pelo industrial. Portanto, o comprador irá pagar o imposto do primeiro produtor, fazendo-se uma estimativa as demais operações sobre as quais, por estimativa, há de se cobrar o Imposto de Circulação de Mercadoria.

Alega-se que o projeto visa a desburocratizar. Mas há uma passagem do projeto, Sr. Presidente, que diz: quando houver diferença entre a estimativa feita anteriormente sobre a qual se pagou o tributo e o valor real da operação, há de se cobrar o tributo sobre essa diferença, isto é, entre a estimativa e o valor real.

Agora, vejamos Sr. Presidente e Srs. Senadores, quanta burocracia há de existir; que contabilidade, que escrituração também devem existir para se apurar essa diferença entre a estimativa e o valor real. Como é que, então, vai desaparecer a burocracia? Ela vai ser onerada ainda mais, ela vai ser maior.

Mas, acredito que, sob o ponto de vista constitucional frente ao art. 23, II, da Constituição, este projeto merece um estudo mais aprofundado, sobretudo, Sr. Presidente, sob o aspecto do nosso chamado regime federativo. Acho que o projeto, estabelecendo até isso, até essa competência — que sobrava para o Estado — de regular a cobrança, o mecanismo de recebimento do imposto, até isso passa a ser, agora, da competência de uma lei federal, regulada por uma lei federal. Esse procedimento agride o regime federativo.

Pergunto: o que sobra para os Estados, nessa matéria tributária, para eles regulamentarem, para eles agirem à sua discrição, de acordo com as peculiaridades locais? Nada vai sobrar.

Por essas razões, Sr. Presidente, agora assim emitidas perfunctoriamente, quando já o fiz aqui um pouco mais demoradamente, espero que os Srs. Senadores aproveem o meu requerimento tão-só para isto, para um estudo melhor. Não vai aqui nenhum espírito de oposição, porque esta não é uma matéria política, mas é uma matéria da maior importância para a comunidade, e sobretudo para a economia, e todos aqueles que participam das atividades econômicas no Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra para encanhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, para encaminhar a votação.

O SR. ITAMAR FRANCO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Mais do que justa a pretensão do nobre Senador José Frágelli, só que vamos um pouco mais além. Entendemos que essa proposição, que está hoje submetida ao exame do plenário do Senado Federal, é, no nosso entendimento, arbitrária, abusiva e, sobretudo, injurídica.

Busca-se com a medida facilitar a ação fiscalizadora do Fisco, que destarte ficaria habilitada a promover a cobrança de um crédito diretamente do produtor originário ou do distribuidor mercantil, desonerando-se do pequeno pesado encargo de executar pequenos comerciantes varejistas, nem sempre solventes do ponto de vista patriarcal.

E além do mais, Sr. Presidente, pretende-se com esse projeto — e é isso que o Senado tem que examinar, através da sua Comissão Técnica — a revogação do preceito que outorga a isenção do ICM na entrada de matéria-prima importada diretamente pelos industriais. Quer me parecer, Sr. Presidente, que esse é um ponto da maior atenção e que deve merecer exatamente, na pretensão do Senador José Frágelli, o melhor exame da Comissão Técnica do Senado Federal.

Há outras modificações que se pretendem através desse Projeto de Lei nº 114, oriundo do Senhor Presidente da República e já examinado pela Câmara dos Deputados.

Portanto, a nossa expectativa é no sentido de que a Bancada do Governo, neste instante, aprove o requerimento, ora apresentado à Mesa pelo Senador José Frágelli, embora entendamos que não bastaria, apenas, o exame da Comissão de Finanças. O projeto deveria retornar à Comissão de Constituição e Justiça, porque, como eu já disse, Sr. Presidente, no início destas minhas palavras, ele é um projeto também injurídico. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para o reexame solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 2:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável;

— de Saúde, favorável; e

— de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Frágelli.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Rejeitado.

O Sr. Humberto Lucena — Peço verificação da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Será feita a verificação solicitada.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus devidos lugares, a fim de que possamos fazê-la pelo processo eletrônico. *(Pausa.)*

Como vota o Líder do PDS?

O SR. NILO COELHO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) Como vota o Líder do PMDB?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Como vota o Líder do PT?

O SR. EVANDRO CARREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

VOTA "SIM" O SR. SENADOR:

Humberto Lucena

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Almir Pinto — Aloysio Chaves — Amaral Peixoto — Benedito Ferreira — Bernardino Viana — João Lúcio — Jorge Kalume — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Luiz Cavalcante — Martins Filho — Milton Cabral — Nilo Coelho — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Vai-se proceder à apuração. *(Pausa.)*

Votou Sim, 1 Senador; Não, 14. Não houve abstenção. Total: 15 votos. Não houve quorum regimental.

Verificada a falta de quorum, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campanhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se à nova votação.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 46 minutos a sessão é reaberta às 16 horas e 54 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está reaberta a sessão. Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares para procedermos à votação pelo sistema eletrônico.

Vai-se proceder à votação.

Como vota o Líder do PDS?

O SR. BERNARDINO VIANA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Como vota o Líder do PT? *(Pausa.)*

S. Ex^a não está presente.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Humberto Lucena, Nelson Carneiro

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Aderbal Jurema — Almir Pinto — Aloysio Chaves — Amaral Furlan — Amaral Peixoto — Benedito Ferreira — Bernardino Viana — Gabriel Hermes — João Calmon — João Lúcio — Jorge Kalume — José Lins — José Sarney — Jutahy Magalhães — Lourival Baptista — Luiz Cavalcante — Luiz Freire — Martins Filho — Milton Cabral — Nilo Coelho — Passos Pôrto — Raimundo Parente — Tarso Dutra

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Votaram pela aprovação do projeto 2 Srs. Senadores: pela rejeição 23.

Persiste a falta de número em plenário. Fica, então, adiada a votação da matéria.

Em razão disso, os itens restantes não serão submetidos à consideração do Plenário, uma vez que todas as matérias neles contidas dependem de votação, devendo sua apreciação dar-se na próxima sessão ordinária.

São os seguintes os itens cuja apreciação é adiada

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável; e

— de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e

— de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*;

— de *Legislação Social*;

— de *Serviço Público Civil*; e

— de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Serviço Público Civil*, contrário; e

— de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE, PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evelásio Vieira, por cessão do Senador Teotônio Vilela.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não resta dúvida sobre a existência de um problema habitacional em nosso País. É grande o déficit de moradias, estimado pelas próprias autoridades governamentais do setor entre 6 e 7 milhões de unidades.

Ao lado disso, desde 1964 conta o governo com uma empresa (O Banco Nacional da Habitação), cuja finalidade seria equacionar soluções rápidas e abrangentes para tornar efetivo o acesso à casa própria pela população brasileira mais carente.

A criação dessa entidade significou um passo adiante. No entanto a sua situação nesses dezoito anos deixou muito a desejar, tanto assim que o déficit de habitações constatado quando do encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto do BNH, de oito milhões de moradias, pode-se dizer que retrocedeu em muito pouco, se de fato aconteceu assim.

Quando foi lançada, segundo um documento-chave da época (O Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966), essa programação habitacional era considerada "desejável" nas condições então vigentes de dificuldades de emprego no setor urbano.

Uma outra entidade governamental cuja ação também alcança a produção de moradias é a Caixa Econômica Federal. Esta dispõe de instrumentos de captação de recursos financeiros de primeira ordem, bastando dizer que só em termos de cadernetas de poupança a CEF participa com cerca de 43% do total dos depósitos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos.

No ano de 1981 o total de depósitos obtidos pela Caixa atingiu a 1 trilhão e 300 bilhões de cruzeiros. A poupança participou em 96% desse total, ou seja, captou recursos que chegaram a 1 trilhão e 200 bilhões de cruzeiros.

Para se ter uma idéia do que representa esses números, Sr. Presidente, basta dizer que o volume total de depósitos da CEF, frente à receita efetiva do Tesouro Nacional, que foi de 2 trilhões e 262 bilhões de cruzeiros, alcançou o significativo percentual de 74%.

De maior alcance ainda é o fato de que enquanto a arrecadação federal crescia 91,7% (para uma inflação de 95,2% no ano respectivo), o saldo em cadernetas de poupança tinha um acréscimo de 147% (ou seja, 715 bilhões de cruzeiros a mais em relação a dezembro de 1980).

Sr. Presidente, a política econômica do Governo Federal é hoje voltada para o ajustamento da atividade produtiva brasileira às restrições físicas e financeiras representadas pelo setor externo.

É a dívida externa, são os problemas do balanço de pagamentos, os orientadores das ações governamentais.

Em razão disso desvirtuou-se o papel da Caixa Econômica Federal, ora lançada também na política de apoio ao Setor exportador.

Para 1981 a CEF deveria realizar uma aquisição líquida de títulos públicos junto ao Banco Central da ordem de 100 bilhões de cruzeiros, de forma a contribuir com a política monetária do Governo.

No entanto, esse número foi largamente superado. A Caixa realizou aplicações de 210,2 bilhões de cruzeiros, acima 455% do que fizera em 1980, quando adquiriu títulos federais no valor líquido de 40,2 bilhões de cruzeiros.

Praticamente 30% do saldo em cadernetas de poupança recebeu uma destinação distinta daquela que seria de esperar, isto é, de apoio à construção civil.

O problema no ano corrente recebeu tratamento idêntico. O Orçamento Monetário para 1982, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, fixou em 100 bilhões de cruzeiros a aquisição líquida de títulos públicos junto ao Banco Central pela Caixa Econômica Federal, tendo sido também estabelecido um limite de 16%, no mínimo, dos depósitos em poupança, em função do comportamento desses.

Quer dizer, Sr. Presidente, as medidas necessárias a um revigoreamento da construção civil deixarão de ser colocadas em prática, de vez que continua sendo mais importante para o Governo Federal persistir na sua política do que reduzir o desemprego.

Os recursos para o setor serão, mais uma vez, insuficientes. Ao lado disso poderá a Caixa Econômica Federal adquirir 300, 400 ou 500 bilhões de cruzeiros em títulos federais, para o financiamento de exportações de forma indireta, o que significa em última instância aumentar ainda mais as vantagens dos grupos, principalmente multinacionais, que operam na área de exportação.

O déficit habitacional pode esperar mais um tempo, até que haja condições de dar moradia condigna a todos os brasileiros. E mais grave ainda, o trabalhador desempregado ou subempregado pode também aguardar que os compromissos com os banqueiros internacionais sejam atendidos prontamente, ainda que com o sacrifício seu e dos seus familiares.

Essa política somente pode agravar os problemas sociais, sem conseguir grandes resultados econômicos, como já fartamente tem sido demonstrado.

É hora de mudar essa orientação. Assim é de toda a importância combater o desemprego prioritariamente, gerando bens e serviços. Só assim o País poderá atender concretamente às demandas não só nacionais como externas, o subemprego e o desemprego.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Frágelli. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves. (*Pausa.*)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Lembramos que, antes de 1964, uma das maiores preocupações do Parlamento, em que se destacava o vigilante Deputado sergipano Leite Neto, na Câmara, era a chamada "verdade orçamentária". Naquele tempo, durante o transcurso do exercício, votavam-se verdadeiras "caudas orçamentárias". E a elas se atribuía a maior responsabilidade pela inflação.

Veio o Movimento de Março e, com ele, a famosa Reforma Tributária que ainda hoje padecemos. Não há mais caudas orçamentárias. Os orçamentos, tanto o Anual como o Plurianual, são votados quase sem participação do Congresso, inteiramente elaborados pelo Poder Executivo, para deleite da tecnoburocracia e escarmento de toda a Nação.

Pensou-se que, com a correção monetária da dívida ativa da União, com a redistribuição das incidências e da renda tributária entre as unidades federadas, com o Orçamento Plurianual, teríamos corrigido todas as mazelas fiscais, e o povo deixaria de amaldiçoar a carga tributária brasileira que, se não é a mais pesada do mundo, porque representa — deduzidos incentivos e subsídios — cerca de dezessete por cento do Produto Interno Bruto, quando, em países como a Suécia, ultrapassava os trinta e cinco por cento, é a mais injustamente distribuída.

Aqui, o salário é a principal renda do contribuinte do único tributo direto existente no País, que aprendeu a cobrar, antecipadamente, na fonte de pagamento: o Imposto de Renda.

Falando a respeito do nosso problema fiscal, o economista Fabrício Augusto de Oliveira, Professor da Universidade Católica de Belo Horizonte e autor do livro "A Reforma Tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil", adverte:

"O montante não é excessivo e poderia ser razoavelmente ampliado, sem exceder os limites compatíveis com um país subdesenvolvido. O problema, portanto, não está na carga e sim na necessidade de eliminar a forte regressividade da estrutura tributária nacional, que onera muito os pobres e bem menos os ricos."

Adverte aquele professor que cerca de oitenta por cento da nossa receita fiscal provém de impostos indiretos, que atingem indistintamente ricos e pobres, ressaltando:

"Mais que isso, a injustiça fica patente quando se sabe que o Imposto de Renda, por exemplo, só é progressivo até certo ponto, pois no alto da pirâmide ele acaba sendo congelado em cinquenta e cinco por cento, o que só beneficia as grandes fortunas."

Essas considerações levam à conclusão de que não se torna nem fácil, nem justo, nem rendoso para o Erário taxar os produtos supérfluos. Assinala aquele mestre:

"Tributar mais a circulação e a produção principalmente em época de crise, pode trazer maiores prejuízos do que benefícios aos assalariados. A saída, a meu ver, está numa ampla reforma tributária que corrija as atuais distorções e amplie o universo de atuação da receita até aquelas faixas de ganhos e rendas ainda isentas."

Decerto isso será feito a partir de 1983. O Governo, afinal de contas há de ter-se convencido, pela dura experiência do estado pré-falimentar da Previdência Social, que os pobres não devem pagar pelos ricos.

Não ignorávamos, no Congresso, que havia necessidade de dar recursos para a restauração do sistema previdenciário. Não, no entanto, às custas dos mais pobres. Se o Governo acha difícil taxar os produtos supérfluos, então trate de melhorar a arrecadação, tirando mais dos bancos, das multinacionais, dos lucros das grandes empresas, aumentando inclusive a progressividade do Imposto de Renda.

Hoje a Receita Federal está muito mais aparelhada, com a cibernética e os olhos infalíveis dos computadores, para identificar e punir a sonegação.

Continuamos com impostos injustíssimos e o Professor Augusto Fabrício de Oliveira assinala:

"O IPI ainda admite diferenciações, mas o ICM é muito pior, pois onera de maneira uniforme todos os produtos, com uma taxa de dezesseis por cento, sem diferenciar os do consumo popular daqueles suntuários."

O certo é que a Reforma Tributária foi debatida desde 1955 e veio, doze anos depois, dar o fruto pouco de um Código Tributário, que só empobrecerá mais aos pobres, sem melhorar, proporcionalmente, a arrecadação fiscal, distribuída em detrimento dos municípios.

Portanto, a Revolução de Março continua devendo à Nação a Reforma Tributária que prometeu, quando apenas agravou a injustiça fiscal contra o contribuinte pobre.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Há poucos dias, a cidade de Xapuri — Estado do Acre — viu-se desfalcada de seu filho Júlio de Oliveira, falecido com a idade de 74 anos.

Era empresário que se dedicou ao extrativismo, no seringa São Cristóvão, banhado pelo rio Xapuri, onde também pontificou seu saudoso pai Joaquim de Oliveira, desde o século passado.

Do seu genitor, herdou ainda Júlio de Oliveira a humildade e a grandeza de coração, sempre voltado para o seu semelhante.

Apesar de proprietário, sendo um dos remanescentes do extrativismo, atividade econômica que se encaminha para o ocaso, jamais conseguiu amellar fortuna, prova evidente de que esse ramo de trabalho, sujeito, pela sua própria natureza, a dificuldades e oscilações de toda ordem, inclui-se entre aqueles que não oferecem retorno compensador.

Júlio de Oliveira, porém, nascido em berço humilde, sabia resignar-se, dentro de uma conduta peculiar, aprendida na casa paterna.

Conheci e privei da amizade daquele acreano, a quem admirava pela persistência no desempenho de sua profissão comercial, estando sempre disposto a enfrentar os óbices que se lhe apresentavam no caminho.

A recordação de Júlio de Oliveira fez-me lembrar o pensamento de Schopenhauer:

"O homem mais feliz é aquele que vive a vida sem dores muito grandes, quer físicas, quer morais, e não aquele que desfruta as alegrias mais vivas ou os prazeres mais intensos."

Direi que, se Xapuri deplorou o seu desaparecimento, pela estima que desfrutava entre seus coestadianos, por outro lado, sua numerosa família ficou inconsolável diante da perda de seu ente querido.

Pranteio a memória de Júlio de Oliveira, pela lealdade com que dirigia seus negócios, pela amizade que sabia cultivar e pela valiosa ajuda expendida em prol de seu município-berço — Xapuri. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Aquele era um dia comum na Cidade do Rio de Janeiro. Mesmo para mim que havia chegado do Nordeste para providenciar a remessa da patrulha moto-mecanizada da Comissão do Vale do São Francisco ao Baixo São Francisco, onde haveríamos de realizar um trabalho pioneiro na recuperação das várzeas de arroz e na racionalização da colheita dessa cultura.

Pela manhã estivera com o Doutor Paulo Peltier de Queiroz, Superintendente da Comissão, para me despedir e este me convidou para, à tarde, assistir à assinatura do contrato entre a Comissão de Localização da nova Capital Federal e a firma norte-americana Donald J. Belcher And Associates, de Ithaca, New York, para a escolha do local onde seria erguida a futura Capital da República.

Assisti ao ato naquela tarde, no Edifício Inúbia, da Presidente Wilson. Não haveria de pensar que naquele instante, naquela modesta solenidade sem qualquer repercussão pública, dava-se o passo inicial e histórico da transferência da Capital, ato que eu não tive condições de avaliar, pela sua singularidade e pela sua grandeza. Ali, o Brasil era a primeira nação na História a basear a seleção do sítio de sua capital em fatores econômicos e científicos, bem como nas condições de clima e beleza.

Pouco anos se passaram para o meu encontro com Brasília. Do Retângulo projetado no Planalto Central, cinco sítios seriam estudados e ao sítio castanho coube a localização do futuro centro cívico.

Vim aqui para assinar a ata de fundação da Cidade, há 22 anos, em nome do povo sergipano que havia me mandado para o Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro. No ano daquela legislatura último no Rio, a Câmara fervilhava entre o populismo de José Talarico e o moralismo udenista da "banda de música". Pouco se falava de mudança da Capital porque poucos acreditavam que o Governo cumprisse a lei "Emival Caiado" e transferisse no 21 de abril de 1960.

Eu procurei me situar no problema; apesar de moço já muito maduro em vida brasileira, inscrevi-me no bloco mudancista, porque sentia que a nova Capital era um instrumento imprescindível ao processo de conquista e de desenvolvimento do País. A UDN, o meu Partido, não era como aparentou àquele tempo contra a mudança do Distrito Federal. Ela advogava uma edificação lenta e uma transferência por etapas dentro de um cronograma financeiro compatível com os recursos da República. Eu, discordava dessa tese porque nesta cultura brasileira de descontinuidade administrativa, a transferência continuaria só no texto constitucional. E me incorporei a luta pela mudança.

Fiquei no Rio, em Santa Tereza, numa casa com vistas para a Baía. Dei-me a engrossar as filas de Copacabana, aonde os congressistas de todo o País iam viver as tão sonhadas noites cariocas. Senti-me um transitório, enquanto

a maioria nem se lembrava que Juscelino acabaria mudando. E foi o que aconteceu.

Anotei, no dia 20 de abril, na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes. Achei inacreditável a arquitetura da Praça. O mundo havia se enriquecido com aqueles monumentos. O Edifício do Congresso Nacional me dava uma sensação de força e de estabilidade, que eu pensava nunca mais ele seria ameaçado pelas crises institucionais.

Fui dormir na casa da W-3, terminada naquela noite, para abrigar os Deputados. Amanhã o 21 de abril escovando os dentes e banhando o rosto numa torneira da avenida. Era a manhã da rendição dos "candangos" à burocracia transferida, toda ela de casaca, fraque e roupa escura.

Pela primeira vez vi os Chefes dos Três Poderes reunidos numa solenidade marcada pela descontração e pela euforia. E a oportunidade de viver uma cena típica da política mineira: quando Juscelino saía do plenário da Câmara, o irreverente Zézinho Bonifácio marchou para ele e proclamou "você é responsável por isto aqui, o maior abacaxi deste século". E Juscelino, encabulado e sorridente, respondeu que a culpa não era dele e sim dos antepassados de José Bonifácio.

Vivi os dias de Brasília, fui Diretor da Companhia que a construiu. Participei de várias iniciativas e eventos pela sua consolidação.

Hoje, envelhecido nesta Cidade de meus filhos e meus netos, sinto que ela também é minha. E que realizou os sonhos de todos nós... (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

No início do mês de março passado denunciei esta Tribuna irregularidades ocorridas em concorrência pública para fornecimento de 25 trens elétricos ao subúrbio de Porto Alegre. Na oportunidade, a MAFERSA S/A, empresa estatal brasileira, que apresentara os preços mais baixos e as melhores condições técnicas, acabou sendo derrotada pela Mitsui Brasileira Importação e Exportação Ltda., empresa multinacional à qual foi encomendada a importação de trens do Japão.

À vista de tais irregularidades, os trabalhadores metalúrgicos moveram uma ação popular com a qual acabam de obter do Juiz da 1ª Vara Civil de Porto Alegre, Dr. José Jatyr Pall'Agno, a decisão de impedir o fechamento do contrato com a Mitsui, como medida de proteção dos trabalhadores contra o desemprego.

Além disso, os deputados estaduais gaúchos constituíram uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os fatos e a Assembléia Legislativa de São Paulo resolveu promover um amplo debate sobre a questão MAFERSA S/A.

Solicito, por isso, aos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Planejamento resposta ao pedido de informações sobre essa matéria formulado nesta Tribuna em 13 de janeiro.

Daf por que, nesta oportunidade, reitero meu integral apoio aos ferroviários empenhados nessa luta, ao mesmo tempo que cumprimento-os pela vitória alcançada na defesa dos seus direitos.

O 450º ANIVERSÁRIO DE ITANHAÉM

Itanhaém, que está comemorando seu 450º aniversário de fundação, é uma bela cidade situada no litoral Sul do Estado do São Paulo, ao lado de São Vicente e Peruíbe.

Com uma população de mais de 15.000 mil habitantes, o município conta com um próspero setor industrial que produz esquadrias de madeira, massas alimentícias, blocos de cimento, artefatos de cerâmica, calçados e colchões, além de estaleiros e da extração de areia e de pedra. O setor agrícola es-

tá voltado para a plantação de bananas e no setor pecuário destaca-se a criação de suínos.

Importante centro turístico da região, Itanhaém possui 26 quilômetros de praia e construção de grande valor histórico, como o Convento de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém e a Igreja Matriz, e tem sua população triplicada nos fins de semana, feriados e temporadas.

Apesar de ter alguns problemas graves, como a ausência de um sistema de esgotos e a insuficiência da rede de água, Itanhaém é uma cidade que contribui de forma significativa para o desenvolvimento do Estado e o justo lazer de sua população. Registro, por isso, nos Anais do Senado os cumprimentos desta Casa pelos 450 anos de existência da cidade.

DIA NACIONAL DA MULHER

A 30 de abril comemora-se o Dia Nacional da Mulher, instituído pela Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980, com o objetivo de estimular a integração da mulher no processo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país.

O movimento feminista no Brasil, apesar de muito recente, conta hoje com um número bastante significativo de entidades que se propõem a lutar pelos direitos da mulher, hoje uma participante ativa da vida nacional.

Ingressando na força de trabalho em número cada vez maior, as mulheres têm sido bem sucedidas em todas as áreas de atuação. Mas essa participação da mulher no mercado de trabalho está a exigir da sociedade um sem número de garantias, entre as quais a mesma valorização profissional e oportunidade de trabalho.

Hoje, apesar de ainda sofrer discriminação, a situação da mulher no Brasil está mudando para melhor, graças ao trabalho pioneiro de um punhado de idealistas que, em todo o país, iniciaram a luta pela emancipação e participação da mulher em todas as atividades econômicas e sociais.

Registro, pois, nos Anais do Senado, minha solidariedade ao movimento feminista, cumprimentando as mulheres brasileiras na data em que são homenageadas por toda a Nação. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 24, de 1982 (nº 79/82, na origem), de 9 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Antônio Carlos de Abreu e Silva, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 29, de 1982 (nº 93/82, na origem), de 23 de março do corrente ano, pela qual o Sr. Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Sérgio de Champerbaud Weguelin Vieira, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.*)

ATA DA 48ª SESSÃO, EM 28 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislativa EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO E PASSOS PÓRTO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carneira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto —

José Lins — Mauro Benevides — Agénor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco —

Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 60 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO DO MINISTRO DA FAZENDA

Nº 243, de 27 de abril de 1982, encaminhando informações daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 1981, de autoria do Senador Leite Chaves, que prorroga, pelo prazo de dois anos, os débitos relativos a custeio do café gado em 1981 e dá outras providências.

(À Comissão de Legislação Social)

OFÍCIO

Do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafa do seguinte projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1982

(Nº 126-B/82, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Está o Senhor Presidente da República autorizado a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, para visitar os Estados Unidos da América do Norte, a convite do Governo daquele País.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(MENSAGEM Nº 156/82, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Convidou-me Sua Excelência o Senhor Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos da América, para uma visita oficial àquele País, a realizar-se em maio de 1982.

Na oportunidade serão examinados temas de interesse das relações entre os dois Países.

No indeclinável dever de aceitar o nobre convite, venho, em cumprimento ao que preceituam os artigos 44, inciso III, e 80, da Constituição, solicitar ao Congresso Nacional a necessária autorização para ausentar-me do País.

Brasília, 20 de abril de 1982. — João Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Do Expediente lido consta o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1982, que de acordo com os arts. 100, inciso I, item 18, e 111, inciso I, alínea g, do Regimento Interno, o projeto será remetido às Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, devendo ser submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, em virtude do que se acha previsto na alínea a do inciso II do art. 388 da Lei Interna.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 68, DE 1982

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "b" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1982 (nº 5.888/82, na Casa de Origem), que altera a redação do art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1982. — Nilo Coelho — Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O requerimento que vem de ser lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 24, de 1982 (nº 79/82, na origem), de 9 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Antônio Carlos de Abreu e Silva, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 29, de 1982 (nº 93/82, na origem), de 23 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Sérgio de Chamberbaud Weguelin Vieira, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

As matérias constantes dos itens 1 e 2 da pauta da presente sessão, nos termos da alínea h do art. 402 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 40 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 50 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia, passa-se à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1982, lido no Expediente, e que, nos termos regimentais, deve ser discutido e votado nesta oportunidade.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1982 (nº 126/82, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte (dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores).

Solicito do nobre Sr. Senador Aloysio Chaves o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALOYSIO CHAVES (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 156, de 1982, solicita ao Congresso Nacional, nos termos dos arts. 41, 111 e 80 da Constituição Federal, autorização para ausentar-se do País, em atendimento a convite que lhe foi formulado pelo Senhor Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, para visitar, em caráter oficial, aquele país amigo, no mês de maio do corrente ano.

A Mensagem Presidencial esclarece que, na oportunidade da visita, "serão examinados temas de interesse das relações entre os dois Países".

Plenamente justificada, assim, a presente solicitação do Senhor Presidente da República, consoante, ainda, as normas expressas nos arts. 41, 111 e 80 da Constituição Federal, opinamos pelo deferimento da autorização, nos termos do pedido constante da Mensagem sob exame.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard, para proferir o parecer da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PAULO BROSSARD (Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Está em exame o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, do ano em curso, projeto originário da Câmara dos Deputados, onde tomou o nº 126.

A sua ementa é esta:

"Autorizo o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte."

A visita oficial do Presidente da República é a convite do Governo dos Estados Unidos da América.

A Mensagem, Sr. Presidente, ou melhor, a ementa do projeto e o seu enunciado, ou o enunciado no seu art. 1º, diz claramente do conteúdo do assunto a ser apreciado por esta Casa.

A mensagem é extremamente breve, eu diria mesmo que é lacônica:

"Convidou-me Sua Excelência o Senhor Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos da América, para uma visita oficial àquele País, a realizar-se em maio de 1982.

Na oportunidade serão examinados temas de interesse das relações entre os dois Países.

No indeclinável dever de aceitar o nobre convite, venho, em cumprimento ao que preceituam os artigos 44, inciso III, e 80 da Constituição, solicitar ao Congresso Nacional a necessária autorização para ausentar-me do País."

Como sabe a Casa o Presidente da República não pode ausentar-se do País sem a anuência do Congresso; é o que está a solicitar, já tendo obtido o voto favorável da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, não tenho dúvida alguma em emitir parecer favorável à proposição. Quer-me parecer que um convite oficial feito por um Governo, e por um Governo de uma Nação importante como são os Estados Unidos da América, é quase um dever de cortesia aceitá-lo.

De mais a mais, são tantos os interesses que interligam os dois Estados que, quer me parecer, há sempre interesse em contactos pessoais entre os Chefes de Estado das respectivas Nações.

Ainda mais, Sr. Presidente, considerando a conjuntura internacional, considerando a situação criada no continente americano, pelos acontecimentos do dia 2 do corrente mês de abril, eu creio que essa visita poderá ter ainda um aspecto mais importante, mais relevante. V. Ex.^a é testemunha, os que frequentam esta Casa são cientes do interesse que vem despertando o caso surgido em torno das ilhas Malvinas ou das ilhas Falkland.

E é natural que despertasse, porque, realmente, é um caso que tem indissociável gravidade e pode tomar feições ainda mais graves.

O Senado sabe que, desde a Regência, o Brasil tem manifestado a sua simpatia pela pretensão argentina em relação às ilhas Falkland. Este é um dado, um dado da nossa História diplomática, da nossa História Política. Desde que surgiu a ocupação das ilhas Malvinas ou ilhas Falkland, pelos ingleses, que o Governo brasileiro, o Governo da Regência fixou esta posição. Este é um dado do problema.

Mas o problema hoje surgido é outro. É que, recorrendo a meios que não são propriamente jurídicos, que não são propriamente os consagrados pelo Direito Internacional, que não são propriamente os consagrados pela Carta das Nações Unidas, que não são também os consagrados pelo Tratado do Rio de Janeiro, a simpática nação vizinha, a qual me ligam tantos vínculos de afeto e de simpatia, tomou a iniciativa de fazer valer o seu direito, ou o seu pretensão direito, de uma forma que não é propriamente a consagrada pelo Direito Internacional.

Isso gerou uma série de ações e reações que vêm absorvendo vivamente a atenção e a competência dos diplomatas das Américas, sem excluir o Ministro que dirige o Serviço de Estrangeiros do nosso País, que neste momento, não se encontra no seu Ministério, mas se encontra em Washington, exatamente em função de reunião da Organização dos Estados Americanos.

De modo, Sr. Presidente que, embora a Mensagem não diga, imagino que até este assunto venha a ser objeto de conversação entre os dois chefes de Estado das mais importantes nações da América do Sul e da América do Norte.

Queira Deus que quando o encontro se der, o assunto já esteja resolvido pelos meios jurídicos, pelos meios diplomáticos.

Queira Deus, que este assunto já seja um tema do passado. De qualquer sorte, quer-me parecer que esse fato, se outros não houvessem, aconselharia que o Chefe de Estado da República brasileira e o Chefe de Estado da República norte-americana tivessem um encontro.

A Mensagem parece que, consagrando uma expressão tradicional ou uma fórmula tradicional diz que, na oportunidade, serão examinados temas de interesse das relações entre os dois países.

Aqui, vai-me perdoar o redator da Mensagem, embora seja esta uma fórmula tradicional, quero manifestar as minhas restrições a essa fórmula, até porque, ela não diz nada.

Teria graça que dois Chefes de Governo, dois Chefes de Estado se encontrassem, por iniciativa de um deles, senão para conversar, para examinar assuntos que fossem do interesse das relações entre os dois países? Isso é o óbvio, isso é o óbvio.

Com o devido respeito, Sr. Presidente — e já um ocasião tive o ensejo de manifestar as minhas reservas à essa fórmula — eu quero repetir, renovar estas reservas nesta ocasião, porque a fórmula empregada não diz coisa algu-

ma. Mas, creio que, talvez por conveniências, não sejam arrolados, não sejam mencionados os temas específicos que devem ser tratados, sem embargo daqueles que, naturalmente, hão de surgir no curso das conversações, porque entendo eu que uma reunião dessa natureza não fica circunscrita, obrigatoriamente, a um tema predeterminado, ou a um temário predeterminado — pode ficar — mas é natural também que fique aberta a pauta para os assuntos que os interlocutores entendam conveniente versar.

Agora, emitindo parecer favorável, Sr. Presidente, à proposição em exame, gostaria de renovar algo que disse em ocasião anterior e que, para gaudio meu, vinha receber a solidariedade do então Presidente do Senado e hoje Presidente da Comissão de Relações Exteriores, do nobre Senador Luís Viana. Eu disse que entendia que depois da visita feita deveria haver um relato ao Senado e à Câmara, ao Congresso, que autorizou o afastamento do Presidente da República do território nacional para uma visita que, evidentemente, não é uma visita turística, nada mais natural, nada mais lógico que um relato, ainda que sucinto, fosse feito ao Congresso para que este tomasse conhecimento, ainda que em resumo, ainda que sucintamente, dos grandes temas tratados pelo Chefe do Governo brasileiro.

Sr. Presidente, já expus este ponto de vista em ocasião anterior e me lembro que o Senador Luiz Viana, depois, externou a sua concordância com este entendimento.

De modo que, Sr. Presidente, não hesito em emitir parecer favorável à proposição, e ao mesmo tempo reiterar este ponto de vista que, penso, não seja um ponto de vista pessoal. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Os pareceres são favoráveis.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Em discussão o projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão.

Em votação,

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como estão.

(*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria via à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, a redação final, que vai ser lida pelo Sr. 1.^o Secretário.

É lida a seguinte:

PARECER Nº 192, DE 1982
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1982 (nº 126/82, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Aderbal Jurema

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1982 (nº 126/82, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1982. — *Laélia de Alcântara, Presidente* — *Aderbal Jurema, Relator* — *Saldanha Derzi.*

ANEXO AO PARECER Nº 192, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1982 (nº 126/82, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso III, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1982

Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o É o Senhor Presidente da República autorizado a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, para visitar os Estados Unidos da América do Norte, a convite do Governo daquele País.

Art. 2.^o Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Achando-se em regime de urgência a matéria cuja redação final acaba de ser lida, deve esta ser submetida imediatamente à deliberação do Plenário.

Em discussão a redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em Votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Vai-se passar, agora, à apreciação do Requerimento nº 68/82, lido no Expediente, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1982.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do Senhor Evandro Carreira.

Aprovado o requerimento, passa-se imediatamente à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1982 (nº 5.888/82, na Casa de origem), que altera a redação do art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.)

Solicito do nobre Senador Aderbal Jurema o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ADERBAL JUREMA (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Projeto sob exame, originário da Câmara dos Deputados, altera a redação do artigo 92 do Código Eleitoral — Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — com o objetivo de estabelecer que, nas eleições proporcionais, cada partido poderá registrar candidatos em número que não exceda ao triplo das vagas a preencher.

A matéria foi aprovada na outra Casa do Legislativo, com parecer favorável da douta comissão de Constituição e Justiça, sem emendas.

Diante do exposto e como inexistem óbices quanto ao aspecto jurídico-constitucional, nosso Parecer é, igualmente, pela aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça conclui favoravelmente ao projeto.

Completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação.

Sobre a mesa, emenda cuja leitura será feita pelo Sr. 1º-Secretário.

E lida a seguinte

EMENDA Nº 1-SUBSTITUTIVO (De Plenário)

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1982, que altera a redação do art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 que instituiu o Código Eleitoral, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 92. Para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional, cada partido poderá registrar candidatos até o limite de:

a) Para a Câmara dos Deputados — o número de lugares a preencher mais um terço, completada a fração;

b) Para as Assembleias Legislativas — o número de lugares a preencher mais a metade, completada a fração;

c) Para as Câmaras de Vereadores — o triplo do número de lugares a preencher.”

Parágrafo único. Nos Territórios Federais, para a Câmara dos Deputados, cada partido poderá registrar o dobro do número de lugares a preencher.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1982. — Nilo Coelho — Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em discussão o projeto e o substitutivo de plenário.

O Sr. Evandro Carreira (PT — AM) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Evandro Carreira, para discutir a matéria.

O SR. EVANDRO CARREIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Tem a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Para discutir o projeto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tive o cuidado de fazer um cálculo do número de candidatos que concorreriam a um pleito na Capital de São Paulo. Seriam 2405 se vitorioso o projeto, tal como elaborado na Câmara dos Deputados. No Rio de Janeiro seriam um pouco menos, seriam 1888, pensando nos candidatos. Mas temos de pensar no eleitor. O eleitor vai se defrontar, numa cabine, com uma lista de candidatos, e a lista de candidatos de São Paulo seria de 2405; aí ele teria de pescar os candidatos em que deveria votar.

Evidentemente que esse texto como veio da Câmara dos Deputados representa uma tentativa de trazer — e faço justiça aos que o aprovaram — de trazer mais elementos novos para a vida pública, de carrear para a atividade partidária muitos dos que até hoje não tiveram essa oportunidade, principalmente em consequência dos candidatos natos que antigamente eram só Deputados, e hoje passaram também a ser os Senadores.

De modo que a emenda, tal como redigida, realmente, só modifica um texto que é o que diz respeito aos Deputados Estaduais.

Como acentuou o nobre Senador, representante do Partido Trabalhista, o nosso bravo representante do Amazonas, Evandro Carreira, quanto a Deputados Federais a situação é a mesma, um terço; quanto a Vereadores é a mesma, é um triplo; mas quanto a Deputados Estaduais, em vez de um terço, aumenta para a metade. É uma novidade que pode causar alguma moessa, alguma dúvida no eleitor, mas certamente não prejudicará os Partidos e possibilitará a presença de maior número de vocações políticas no plano eleitoral.

Acho, Sr. Presidente, que a emenda, tal como redigida, facilitará, não reproduzirá os excessos do texto do Senado e contribuirá para que novas vocações se iniciem na vida pública através das Assembleias Legislativas.

Por isso, Sr. Presidente, voto a favor da emenda, tal como redigida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão da matéria com emenda, deve a Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar sobre esta.

Solicito ao nobre Sr. Senador Aderbal Jurema o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o substitutivo de plenário.

O SR. ADERBAL JUREMA (Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Diante do entendimento das lideranças, do Líder do meu Partido, PDS, Senador Nilo Coelho e do Líder do PMDB Senador Humberto Lucena e como não encontro qualquer razão para não considerá-lo constitucional e jurídico, o meu parecer é favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — O parecer conclui favoravelmente ao substitutivo de plenário. Passa-se à votação da matéria.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.) Aprovado.

Aprovado, contra o voto do nobre Líder Evandro Carreira.

O Sr. Evandro Carreira (PT — AM) — Sr. Presidente, peço verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Solicito aos Srs. Senadores que ocupem seus assentos individuais, para votação nominal. Como vota o nobre Líder do PDS?

O SR. BERNARDINO VIANA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como vota o nobre Líder do PMDB?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Como vota o nobre Líder do Partido dos Trabalhadores?

O SR. EVANDRO CARREIRA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Aderbal Jurema — Affonso Camargo — Agenor Maria — Almir Pinto — Aloysio Chaves — Amaral Furlan — Amaral Peixoto — Benedito Ferreira — Bernardino Viana — Cunha Lima — Dirceu

Cardoso — Evelasio Vieira — Franco Montoro — Gabriel Hermes — Gastão Müller — Helvídio Nunes — Henrique Santillo — Humberto Lucena — João Calmon — João Lucio — Jorge Kalume — José Fragelli — José Lins — José Richa — José Sarney — Jutahy Magalhães — Laélia de Alcântara — Lázaro Barboza — Leite Chaves — Luiz Cavalcante — Martins Filho — Mendes Canale — Milton Cabral — Nelson Carneiro — Paulo Brossard — Pedro Simon — Raimundo Parente — Tancredo Neves — Tarso Dutra — Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Vai-se proceder à apuração. (Pausa.)

Votaram sim 40 Senadores.

Não houve abstenção.

Total 40 votos.

Solicito ao Senador Evandro Carneira que verifique sua votação.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Deixei de votar no painel porque votei como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A área eletrônica do Senado ainda não se preparou para o pluripartidarismo. De modo que as caixetas dos Líderes estão fechadas, evidentemente que a boca não, mas as caixetas estão. Em consequência o voto de V. Exª será considerado "Não".

O Sr. Marcos Freire — Sr. Presidente, pediria a V. Exª, se possível, para computar o meu voto como sim.

Votaram "Sim" 41 Srs. Senadores e "Não" 1.

Votaram 42 Srs. Senadores.

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão de Redação, a fim de ser redigido o vencido, para o turno suplementar. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sobre a mesa, parecer da Comissão de Redação que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 193, DE 1982

Da Comissão de Redação

Redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1982 (nº 5.888/82, na Casa de origem).

Relator: Senador Aderbal Jurema

A Comissão apresenta a redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1982 (nº 5.888/82, na Casa de origem), que altera a redação do art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1982. — Laélia de Alcântara, Presidente — Aderbal Jurema, Relator — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 193, DE 1982

Redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1982 (nº 5.888/82, na Casa de origem), que altera a redação do art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 92. Para as eleições que obedecerem ao sistema proporcional, cada partido poderá registrar candidatos até o limite de:

a) para a Câmara dos Deputados — o número de lugares a preencher mais um terço, completada a fração;

b) para as Assembleias Legislativas — o número de lugares a preencher mais a metade, completada a fração;

c) para as Câmaras de Vereadores — o triplo do número de lugares a preencher.

Parágrafo único. Nos Territórios Federais, para a Câmara dos Deputados, cada partido poderá registrar o dobro do número de lugares a preencher."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à sua imediata apreciação.

Discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro encerrada a discussão.

Encerrada esta, sem emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 318 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil nos últimos 18 anos tem sido um País carente do que chamáramos de ética do poder.

Neste momento, por exemplo, por todos os recantos da Pátria a máquina estatal brasileira foi transformada em máquina eleitoral.

O poder gerir a coisa pública no País, já marcado pelo estigma da ilegitimidade, se o colocamos em termos democráticos, tem agravado seu exercício antiético pelo uso e abuso das verbas públicas, afinal confessado na Capital do meu Estado pelo Ministro Mário Andreazza.

A 5 de abril último, quando lançava o Programa de Assistência aos Municípios, esse Ministro disse, textualmente, que o fazia para que "todo mundo vote no PDS".

É lógica, portanto, a inferência de que a distribuição da verba de 7 bilhões de cruzeiros pelas prefeituras do País vai seguir critérios exclusivamente político-eleitorais incontroláveis e não sujeitos à fiscalização.

As palavras do Ministro Andreazza foram muito claras "para que todo mundo vote no PDS", acrescentando: "...é necessário, é vital que se ganhe a eleição deste ano, pois o Presidente Figueiredo necessita de sustentação política para prosseguir seu trabalho".

E como "o Presidente necessita de sustentação política para prosseguir seu trabalho", o Ministro Andreazza foi a Porto Alegre levar dinheiro a 38 prefeitos "para que todo mundo — as palavras são dele, foram publicadas e não houve desmentido — vote no PDS".

Mas neste mesmo contexto há, ainda, a iniciativa do Banco do Brasil, na aplicação de 2% de seu lucro líquido em 1981 nos municípios com menos de 5 mil habitantes, a tempo de ajudar o PDS.

É o que leio na imprensa (*O Estado de S. Paulo*, edição de 23 de abril último, página 20), informando que essa ajuda do Banco do Brasil ao PDS já conta com uma verba de 2 bilhões, 480 milhões de cruzeiros, para financiar obras e aquisições nessas comunidades, para empréstimos com 20% de correção monetária efetiva.

Então, o Ministro Andreazza — "para que todo mundo vote no PDS" — cuida dos municípios com mais de 5 mil habitantes e o Banco do Brasil — "a tempo de ajudar o PDS" — cuidará daqueles com menos de 5 mil habitantes, com a mesma disposição antiética de uso e abuso dos recursos que são de todos, para pressionar em favor de alguns.

Falamos em ética do poder e sublinhamos o fato de estar ausente dos executivos sofridos pela Nação nos últimos 18 anos, visto que a entendemos com isenção e lisura, equilíbrio e discernimento no trato com recursos gerados pelo trabalho de toda a sociedade brasileira, agora aplicados "para que todo mundo vote no PDS".

Já não bastara a orgia dos "credenciamentos", da Previdência Social, numa simples campanha interna do PDS gaúcho.

O que poderia ter sido um exemplo de vigoroso conteúdo democrático — a prévia do PDS em meu Estado — transformou-se, pelas pressões da máquina estatal, em duvidoso episódio. Foram comprometidos recursos que não pertenciam ao Ministro-Candidato, mas ao todo nacional, para usufruir a vitória da sua insopitável vaidade, ainda que comprada com o dinheiro do povo.

Causa espanto aos democratas fatos como os citados, muito embora eles sejam provas primárias, se colocadas em paralelo com as distorções do processo econômico, que estão agravando a cada dia a qualidade de vida dos assalariados e da classe média, ao mesmo tempo em que privilegia o grupo minoritário ligado ao poder, à sombra do poder e o próprio poder.

A queda desumanizada do poder de compra dos brasileiros, forçada por todos os descaminhos do autoritarismo, é uma realidade sob nossos olhos, em termos de alimentação, educação, saúde e habitação.

Todos estes naturais componentes do desenvolvimento resultaram comprometidos, pela dependência da ação neocolonialista que prejudica o atual regime, tanto externa quanto internamente.

Não há quem ignore, neste País, a crise generalizada decorrente das velhas estruturas, pelo que se impõe a efetivação de Reformas substanciais.

Vargas foi impedido de fazê-las, mas a reação à sua morte afastou da história, por 10 anos, as tentativas de assalto às instituições, na conjura que o levou ao dramático desfecho.

Dez anos depois, tivemos o Movimento de 1964.

O que veio depois — a realidade nua e crua daquele movimento — não é preciso repetir. Sabemos seu significado e o que resultou dele para o Brasil e os brasileiros. Sabemos que Democracia nos deram. Sabemos a que níveis chegou a corrupção. E sabemos o preço cobrado à Nação para impedi-la de pensar em liberdade.

Os brasileiros viram a ocupação dos espaços econômicos nacionais pelas forças do capitalismo estrangeiro, cujo império levou à desnacionalização nossa capacidade produtiva e submeteu os trabalhadores brasileiros ao empobrecimento desumano de que é vítima até hoje.

A classe média, poupada a princípio, foi incluída logo no mesmo processo pauperizante e amarga agora uma situação incontrolável de perda dos valores essenciais. Foi marginalizada na condição histórica de ponto de apoio para erguer e projetar o desenvolvimento social, no complexo de uma civilização democrática.

A concentração da renda e da riqueza; a inflação; o Estado Unitário, buscado pela Reforma Tributária de 68; a proteção aberta aos interesses econômicos externos; a dívida contraída lá fora, que já superou os 60 bilhões de dólares e feita aqui dentro, que os especialistas afirmam chegará ainda este ano aos 8 trilhões de cruzeiros; os salários achatados; os gastos faraônicos do Estado e de suas empresas, protegidos pelos segredos do orçamento monetário — tudo isto e muito mais, que seria interminável, se fôssemos citar por menorizadamente, deu no que deu: o povo empobrecido pela dominação imposta, em revoltante contraste com a riqueza de uma minoria, que o "sistema" protege, como se somente ela fosse a Nação.

Temos diante de nossos olhos o desemprego. Lembramos das primeiras advertências da Oposição para o problema, então nascente e mais facilmente contornável. O Governo investiu no desmentido. Para ele era afirmado um problema setorial, logo resolvido pelas providências que já adotara.

Não esqueçamos, também, quando acusávamos a queda do poder de compra dos assalariados e da classe média e o Governo deu como resposta que se empenhava na luta contra a inflação e, conseqüentemente, todos os estratos sociais estavam chamados a iguais sacrifícios.

Quanto ao desemprego, generalizou-se. É, hoje, a mais violenta arma de decomposição social, montada pela insensibilidade de tecnologias importadas, cuja sofisticação substituiu homens por máquinas, num processo anárquico de procura de mais e maiores lucros, tanto no meio rural como no urbano.

Os sacrifícios que seriam de todos, levaram a fome aos lares mais humildes e privilegiaram com juros escorchantes, uma minoria, reduzindo este País ao reinado da agiotagem.

Isto, somente para ficar na citação dos extremos e não repetir aqui o que o Senado sabe bem e, mais do que nós, seus representantes, sabe o povo, cujas dificuldades desta hora significam bem mais para a mobilização de sua consciência social e política do que os discursos de toda a campanha eleitoral em curso, mesmo se pudéssemos somar todos eles num só.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em outros países criam-se crises bélicas para mascarar o social e o político, vitimados ambos pela insensibilidade dos modelos econômicos geridos de fora para dentro.

No Brasil — historicamente pacifista — as batalhas são outras, muito embora com a mesma finalidade.

A batalha contra a pornografia é um desses descaminhos, a que pretendem levar o povo brasileiro.

Se chegamos ao ponto agora acusado nas altas esferas do Poder imposto à Nação, chegamos porque em determinado momento essa permissividade servia aos interesses da minoria dominante, como agora, a iguais interesses serve a denúncia e nada mais do que a denúncia, pois dela não passou nem passará o autoritarismo vigente.

A Censura tem cortado falas e situações em novelas e proibido filmes nacionais. No entanto, os filmes estrangeiros são respeitados e seguem com suas situações claramente pornográficas e socialmente dissolventes. Da mesma forma, as mensagens comerciais sucedem-se intocáveis, comercializando a nudez e explorando o duplo sentido das falas, como recurso permitido para tirar a atenção do impacto que os preços de usura anunciados, certamente causariam.

Qual a moral de quem fecha os olhos ao livre curso deste tipo de filmes estrangeiros e proíbe a exibição de Prá frente Brasil, em cinemas, com limite de impropriedade?

Mas a pornografia será somente isto? Sexo? Ou imoral é, também, a fome que assalta os lares, ao lado de condições subumanas de moradia?

Imoral, Sr. Presidente e Srs. Senadores, segundo nosso julgamento, é o que está acontecendo nas construções do Pólo Petroquímico, em meu Estado, onde empresas não pagam os salários devidos a seus operários e, quando eles reclamam, os patrões chamam a polícia e ela agride os trabalhadores, com suas armas. Um trabalhador da ULTRATEC — empresa do grupo multinacional Ultragás — recebeu um tiro e, em consequência, teve a perna amputada. Isto não é pornográfico, afinal? É para isto que o povo paga a polícia? Para proteger a exploração e agredir os explorados?

O fato estatístico da Receita do Imposto sobre Operações Financeiras — IOF — tem ultrapassado o IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados — significando essa ultrapassagem o escândalo de uma política de especulação, que rende mais do que a própria produção — esse fato, Sr. Presidente e Srs. Senadores — para nós é imoral, envergonha a Nação e nos dá uma idéia lamentável do futuro que lhe reservam as forças hoje ainda predominantes.

Imoral, também, parece-nos a realidade imposta a cada brasileiro, ganhe menos, ganhe mais ou nada ganhe, de uma dívida externa bem próxima *per capita* dos 600 dólares.

A recessão sofrida é igualmente imoral, sendo, como é, estímulo ao desemprego e, logicamente, disseminadora de miséria.

O crescimento do nosso mercado de trabalho é negativo em 11% mais ou menos. No Rio Grande do Sul, seu percentual está em torno de menos 10%.

Imoral é, igualmente, a proliferação oficializada do subemprego, onde vegetam segmentos cada dia maiores da população ativa, à custa de biscates e sem vínculos empregatícios.

Na região metropolitana gaúcha, segundo recente estudo patrocinado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, o percentual dos subempregados totaliza perto dos 15%, ou sejam, 120 mil gaúchos.

Para nós, isto é imoral.

Imoral é, da mesma forma, o trabalho desumanizado a que submetem a mulher, com discriminações de toda a ordem, que partem da fixação do horário para beber água e vão à instalação de relógios-ponto à parte dos banheiros femininos.

Em termos de salários, as práticas contra a mulher que trabalha chegam ao cúmulo de não as incluir no cumprimento dos dissídios coletivos, deixando de pagar-lhes o piso salarial ajustado judicialmente.

Tudo isto ocorre sob as vistas de uma tão numerosa e bem remunerada quanto inoperante — cega, surda e muda — fiscalização do Ministério do Trabalho, por suas Delegacias Regionais.

Quando o Governo afirma, na tentativa de justificar sua incapacidade, que a crise é importada e deriva, conseqüentemente, dos índices da inflação e da recessão ocorrentes no mundo capitalista, a nosso ver, coloca os brasileiros diante de outra — talvez a mais séria evidência da insinceridade que se enquistou no poder por força do arbítrio absoluto.

Esquece o Governo os anos do falso milagre econômico, em que nos desafiavam a abrir as janelas do conhecimento e olhar o mundo lá fora, mergulhado em crise, enquanto nós, por obra e graça da sapiência dos governantes impostos vivíamos o "mar de rosas" do então chamado desenvolvimento econômico e social, que acumulava resultados, para posterior redistribuição.

Os resultados nunca foram redistribuídos.

Com a mesma sem-cerimônia diz — e hoje o contrário de ontem: acusa-se o mundo exterior e suas dificuldades, pelos problemas agora sofridos pela Nação, quando antes, esses problemas não importavam.

Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Devo dar por finda minha presença na mais alta Tribuna do País.

Não o farei, entretanto, sem antes citar três exemplos de práticas antiéticas, mesmo a nível governamental.

Primeiro, o "Pacote da Previdência", de manifesta imoralidade. O Governo retira dos aposentados, sem respeito ao que já deram ao País, para dar de mão-beijada às empresas exportadoras do subconsumo nacional, que ele mesmo promove, com a injustiça dos salários defasados e essa impositiva recessão, que leva ao subemprego e ao desemprego.

Segundo, os incentivos à exportação, cujas novas modalidades, estão sendo montadas a toque-de-caixa, são ditos para proteger nossa indústria de bens de capital.

No entanto, quando não seria necessário qualquer atitude paternalista, mas, tão-somente, o reconhecimento do resultado de uma concorrência internacional, o Governo humilha-se diante do Banco Mundial e aceita suas impositivas desmoralizantes das leis brasileiras.

Refiro-me ao caso da imoralidade administrativa, adulterando o parecer da Comissão de Licitação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, que julgou vencedora a proposta da estatal MAFERSA, para a compra de 25 trens-unidades elétricos.

Ameaçado pelo Banco Mundial, que aceitava qualquer resultado, desde que a empresa japonesa Mitsui fosse declarada vencedora, a direção da TRENSURB, na hora de homologar o parecer da Comissão de Licitação, alterou-o, passando a Mitsui do 3º para o 1º lugar.

A MAFERSA impetrou Mandado de Segurança perante o Fórum de Porto Alegre, obtendo a liminar 24 horas após. No entanto, por ordem do Presidente do nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico o advogado e procurador da estatal MAFERSA voltou a juízo para desistir da impetração e requerer que sobre ela caísse "o perpétuo silêncio".

A razão da indústria nacional é tão manifesta que uma Ação Popular, intentada pelos operários da MAFERSA, ameaçados de desemprego pela falta de encomendas, também obteve a medida liminar, sustentando a adjudicação do contrato para a multinacional Mitsui.

Então, em nosso cúmulo de absurdos, o Governo, por seus escalões inferiores, desenvolveu na imprensa uma campanha de intrigas entre operários igualmente sofridos, brasileiros todos, sejam paulistas ou gaúchos.

Duas atitudes: diante do Banco Mundial e da Mitsui, o Governo aceita tudo perante a empresa nacional e seus trabalhadores, ergue a voz para advogar interesses que agredem as leis brasileiras e deixam ao desamparo — neste e em muitos outros casos — nossa indústria de base.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a nosso julgamento e, temos certeza, do povo brasileiro, não existe imoralidade maior do que a disposição governamental de montar, com seus pacotes eleitorais, armadilhas políticas à livre e soberana manifestação eleitoral do povo brasileiro.

Falamos pelos gaúchos, na qualidade que nos honra de ser um de seus representantes nesta Casa do Congresso Nacional — o Senado.

Os oposicionistas gaúchos não querem leis para que esta ou aquela parcela político-partidária tenha a antecipação da vitória.

Os gaúchos querem leis isentas e não ações e reações nervosas do titular do Executivo Federal às posições democráticas assumidas pelo Legislativo, como foi o caso de nossa recusa ao instituto da sublegenda.

Se tantos, hoje, comerciam a pornografia em prejuízo dos conceitos morais, historicamente informados pelo sentido cristão do povo brasileiro, que se deite um olhar — agora o convite é nosso — sobre quem assim procede.

Não será difícil — ver se os olhos não estiverem vendados pela subserviência a multinacionais — a raiz desta situação moralmente constrangedora.

Lembre-se o Governo que as multinacionais, somadas mundialmente, criaram, para a dissolução social dos países que exploram, uma secretíssima Divisão do Lazer.

Compraram as distribuidoras de filmes; compraram os produtores de filmes; compraram o controle de revistas eróticas e os anúncios produzidos, com vistas ao consumismo que alimenta seus lucros, os Colegas conhecem tão bem quanto nós e sabem como são, o que exploram e os objetivos a que visam.

O presidente da estatal EMBRAFILME foi levado à demissão por ter financiado parte da produção de "Prá Frente Brasil".

Não discutimos a medida, muito embora sem compreender o espanto do "sistema" diante da reprodução cinematográfica de fatos por todos conhecidos e lamentados.

O que nos deixa sem entender mais nada, principalmente a gongórica campanha moralista, desencadeada pelo próprio General-Presidente, é nunca terem se preocupado com a EMBRAFILME, enquanto o ex-presidente e outros anteriores a ele, financiaram com dinheiros públicos a produção de pornochanchadas.

Realmente, não é de entender. Salvo se o entendimento de pornografia, na semântica do "sistema", seja diferente daquele do povo brasileiro. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 64, de 1982, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do artigo 18 do Regimento Interno, a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, para comparecer ao plenário do Senado Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a posição do Governo brasileiro em face do conflito entre a Argentina e a Inglaterra com a recente invasão das ilhas Malvinas.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Saúde*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*;
- de *Legislação Social*;
- de *Serviço Público Civil*; e
- de *Finanças*.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Serviço Público Civil*, contrário; e
- de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 20 minutos.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 27-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MARCOS FREIRE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estou chegando do Nordeste e posso comunicar à Casa que, após tanto tempo de estiagem prolongada, começa a chover no interior da Região, especialmente no Agreste e no Sertão de Pernambuco. Essa boa notícia que vem compensar uma série de novas nem sempre satisfatórias, precisa ser acoplada com um pedido — que encaminho às autoridades bancárias deste País — no sentido de que facilitem o necessário crédito, rápido financiamento de custeio para os agricultores, que estão, exatamente, na fase do plantio, para aproveitar as chuvas que ocorrem. A notícia, no entanto, é que há limitação desses recursos, criando novas dificuldades ao homem do campo, no momento em que todas as facilidades precisam ser oferecidas.

Sr. Presidente, se essa notícia é alvissareira, temos, lamentavelmente, que registrar, também, que o Nordeste sofreu um novo golpe, um novo golpe partido, novamente, do poder central, que desfalcou recursos a ele destinados.

Nós sabemos que o mecanismo de incentivos fiscais foi criado para propiciar o desenvolvimento da Região e que os recursos, dos então famosos artigos nº 34 e 18, que se destinavam 100% para o Nordeste, terminaram hoje — embora sob outra forma, que é o FINOR — reduzidos a cerca de apenas 20%.

Ainda no início deste ano, no período de Convocação Extraordinária do Congresso Nacional, tivemos o ensejo de dizer que a fixação do orçamento do FINOR, em 1982, na base de 70 bilhões de cruzeiros, não satisfazia às solicitações havidas por parte da agência desenvolvimentista, que é a SUDENE. Aliás, a fixação dos orçamentos do FINOR constitui uma já triste história de não-atendimento aos pleitos legítimos do órgão técnico. Para 1979, como já assinalamos em outras oportunidades, solicitava-se 16 bilhões e nos era fixado um orçamento de apenas 13 bilhões. Para o ano seguinte, 1980, pedia-se 32 bilhões, o que corresponderia tão-somente a uma adequação do requerido no período anterior, se levássemos em consideração o índice inflacionário da época; mas, em vez dos 32 bilhões, nos foram destinados apenas 16 bilhões. Para 1981, requereu-se 48 bilhões e fomos alocados com 32 bilhões. Finalmente, para este ano de 1982, solicitava-se 96 bilhões de cruzeiros e o orçamento fixado foi, após ingente luta, da qual participaram lideranças empresariais e políticas da Região, de apenas 70 bilhões.

Se levarmos em consideração que o desenvolvimento da Região depende, sobretudo, do fortalecimento que se possa dar às pequenas e médias empresas, concluiremos, facilmente, que o mecanismo de incentivos fiscais está distorcido pela faculdade que têm os grandes grupos financeiros, de aplicarem, diretamente, os seus recursos. Com isso, beneficiam-se empresas de maior porte econômico, admitindo-se que, em função desta destinação discriminária — cujo dinheiro não fica à disposição da SUDENE para a aplicação, conforme julgue mais oportuno o órgão desenvolvimentista — ocorre o que se denomina reciprocidade das firmas beneficiadas em relação aos que as beneficiou — particularmente, os bancos que destinam os seus recursos vultosos para as referidas empresas.

Sr. Presidente, tal fato, que já comentamos da tribuna parlamentar em ocasião pretérita, atinge a pureza do FINOR, desse mecanismo, deste processo, que visou, exatamente, a evitar os inconvenientes dos outrora escritórios particulares, que aplicavam os recursos provindos das deduções do Imposto de Renda, ficando com parcela substancial dos recursos, através das famosas comissões que tanto se combateu. E agora, de uma certa forma, esses desvios, que estamos assinalando, atingem, por assim dizer, o espírito da criação do FINOR.

Registre-se que as pequenas e as médias empresas contam com recursos insuficientes para o seu atendimento, enquanto as grandes empresas estão com recursos folgados, essas indicações diretas, por parte dos grandes bancos, vindo privilegiar os grandes grupos, em detrimento, exatamente, daquela faixa do empresariado nacional, cujas necessidades atendidas representariam, sem dúvidas, uma maneira melhor de atender ao problema social do desemprego.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se esses fatos já mereceram nossos reparos anteriormente, desejo, nesta ocasião, trazer, aqui, uma nova expressão de inconformismo, como representante do Nordeste, diante de mais um Decreto-lei baixado pelo Senhor Presidente da República — o de número 1.932, do último dia 30, em que se cria incentivos fiscais para projetos situados na área da Amazônia Oriental. Investe-se uma vez mais na mesma fonte de recursos que teria, prioritariamente, de ser destinada ao Nordeste, porque este mecanismo de incentivos fiscais — repita-se — foi feito para a nossa Região e, com esse Decreto-lei, o que acontece é que novas opções podem ser feitas para beneficiar Jari e Carajás, em detrimento dos recursos regionais do Nordeste.

Isto implica, exatamente, no agravamento da desigualdade regional, quando se calcula que cerca de 15 bilhões de cruzeiros serão destinados para outras áreas, provindos, como disse, da mesma fonte de renda que é, exatamente, aquela dos mecanismos de incentivos fiscais de que se beneficia o FINOR. Assinale-se que já houve um levante de protestos por parte da classe política e de lideranças empresariais, inclusive por parte de entidades que representam a comunidade nordestina. A FIESP — Federação de Indústrias do Estado de Pernambuco, chegou a se manifestar no sentido de que o Presidente da República revogasse o mal-fadado Decreto-lei nº 1.932, já que não se tem esperança de que a representação parlamentar....

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE — Um instante, nobre Senador. Ouvirei V. Ex^a tão logo conclua meu pensamento.

Portanto, não se tem a esperança de que a representação parlamentar que apóia o Governo, inclusive aquela que vem da região nordestina, pratique este ato inédito que seria o de rejeitar um Decreto-lei presidencial. Daí por que a Federação de Indústrias do Estado de Pernambuco chegou a solicitar que o próprio Presidente da República se sensibilizasse para uma revogação deste ato que, realmente, é lesivo aos interesses do Nordeste.

Ouçó, agora, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Marcos Freire, este assunto é importante e merece um comentário, o qual deveria fazer depois que V. Ex^a se pronunciar, se houver tempo, ainda hoje, porque tem um profundo interesse para nós do Nordeste. Tendo que comparecer, entretanto, a uma reunião com alguns prefeitos que se encontram aqui em Brasília, deixaria a resposta para depois, mesmo porque é um assunto que precisa ser esclarecido. Eu gostaria apenas de adiantar a V. Ex^a que a SUDENE já fez um pronunciamento, através do seu Superintendente, sobre esse Decreto nº 1.932. O Decreto não vai ter praticamente nenhuma influência sobre a arrecadação do FINOR ou de qualquer dos fundos de investimento da Amazônia e do FISET. Essa avaliação foi feita; pessoalmente, estive analisando o problema nos Ministérios e, de acordo com o artigo 1º, as únicas empresas que poderão receber aquele benefício serão aquelas indicadas pelos Ministros do Planejamento e do Interior. A empresa que vai receber o benefício é o Jari, exclusivamente. E tem 23 participantes, dos quais 22 não farão uso do decreto; apenas 1 o fará, um órgão oficial, o qual tem saldo de acordo com a participação nos incentivos. De acordo com a própria declaração do Superintendente e do Ministro, o decreto não terá influência sobre a arrecadação do FINOR que, aliás, este ano é de 92 bilhões de cruzeiros.

O SR. MARCOS FREIRE — Agradeço a intervenção do Senador José Lins que, no entanto, *data venia*, não me convence. Primeiro; o número apontado pelo ilustre Senador do Ceará não corresponde ao orçamento do FINOR. Como nós dissemos, a SUDENE solicitou realmente uma fixação do teto na base de 96 milhões, e não 92 bilhões de cruzeiros. Acontece que, a exemplo dos anos anteriores, a SUDENE pede uma coisa e recebe outra — e já pede, Sr. Presidente e Srs. Senadores, dentro de uma ótica modesta, porque sabe que a prioridade do Governo Federal não está no Nordeste. Em 1979, como já lembrei de início, pediu 16 bilhões e lhe deram 13. No ano seguinte, com a inflação na base de 100%, a SUDENE, que tinha pedido 16 no ano anterior, pediu 32; portanto, foi só uma adequação ao processo inflacionário. Mas, pedindo 32, deram-lhe 16 bilhões, metade do que pediu. No ano seguinte, pedindo 48 bilhões, deram-lhe 32 bilhões. Este ano pediu 96 e lhe fixaram o Orçamento na base de 70 bilhões.

Reafirmo, portanto, *data venia* da informação do Senador José Lins, não ser verdade que o Orçamento do FINOR esteja na base de 90 e tantos bilhões. Este foi o pedido, mas foi negado, foi cortado o Orçamento do FINOR. Este é um aspecto.

Por outro lado, sabemos que o orçamento para as pequenas e as médias empresas é deficitário: não corresponde às necessidades, aos pedidos, aos compromissos da SUDENE para com elas. E será, como eu disse, através das pequenas e médias empresas que nós poderemos mudar a face do Nordeste, num desenvolvimento que implique em maior absorção de mão-de-obra, num maior incentivo ao empresariado local pequeno, que não tenha ligações com os grandes grupos econômicos do Sul do País.

Finalmente, não me parece que tenha procedência a afirmativa do Senador José Lins repetindo declarações anteriores do Ministro do Interior, de que esse decreto-lei não atingirá em nada ao Nordeste.

Ora, se o dinheiro, se os recursos saem da mesma fonte de renda, evidente que alguém irá perder, porque se criou um novo beneficiário para os recursos deduzidos do Imposto de Renda.

O Sr. Milton Cabral — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE — Ouço o ilustre Senador Milton Cabral.

O Sr. Milton Cabral — Nós, do PDS da Paraíba, em várias oportunidades, Senador Marcos Freire, temos reclamado a insuficiência de investimentos na região nordestina. Esta é uma argumentação antiga no Plenário do Senado. Desde 1971, quando aqui cheguei, ano a ano nós reclamamos a insuficiência de investimentos. Não sei exatamente se a cifra é de 96 bilhões ou 92 bilhões, ou 76 bilhões reservados para o FINOR.

O SR. MARCOS FREIRE — São 70 bilhões apenas.

O Sr. Milton Cabral — Acredito que outros recursos da União compensem talvez alguma deficiência nessa cifra, mas o fato é que, se fizermos uma análise de distribuição *per capita* dos recursos da União, na região nordestina iremos verificar que realmente a região não tem sido privilegiada, sobretudo quando o problema é agravado pela existência de uma população numerosa, de uma população pobre. Lembro-me de que uma das sugestões levantadas aqui no Plenário — inclusive abordamos isso — foi a mobilização dos recursos do Fundo 157 que, no nosso entender, deveria ser reservado para investimentos nas regiões carentes de desenvolvimento. Esse Fundo hoje dá mais de 30 bilhões de cruzeiros de receita. E se nós analisarmos as suas aplicações, nós verificamos que os bancos, os quais são os seus coetores, investem nas grandes empresas nacionais, todas elas situadas no Centro-Sul do País. Quer dizer, a região nordestina não se beneficia do Fundo 157. E como o Fundo 157 é originado da contribuição da pessoa física, que tem isenção de Imposto de Renda, era muito justo que esses recursos fossem canalizados para as regiões carentes de desenvolvimento do País, principalmente da região nordestina. De forma que V. Ex^a aborda um tema que merece reflexão e nos do PDS temos o mesmo interesse de V. Ex^a Muito obrigado.

O SR. MARCOS FREIRE — Agradeço ao Senador Milton Cabral que traz à apreciação um outro aspecto da política desenvolvimentista do Nordeste mostrando que não é apenas em relação a esse programa específico do FINOR que há uma preterição dos reais interesses do Nordeste. Realmente, ao longo de toda a nossa atividade parlamentar, temos mostrado como o problema do Nordeste apresenta seus aspectos de preterição, não apenas no que diz respeito aos recursos propriamente ditos; mas é também, um problema de desprestígio a nível institucional, dos órgãos desenvolvimentistas da região, e, ao mesmo tempo, um problema de natureza estrutural. Os graves problemas do Nordeste não são enfrentados e esse aspecto que estamos analisando no dia de hoje é apenas um entre uma multiplicidade deles.

O Sr. Gilvan Rocha — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE — Ouço o ilustre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha — É salutar, nobre Líder, ouvir de um nome do Partido do Governo a constatação de que o Nordeste continua a ser o filho espúrio da Nação. Mas é preciso que S. Ex^a acrescente, como V. Ex^a fez agora com muita propriedade, que o problema é estrutural, fundamentalmente. É um problema de direcionamento político, que não interessa à programática do Governo resolver. Senão, vejamos. Todos sabemos que a reformulação das cadeiras que houve aqui no Congresso visava aumentar as cadeiras do Nordeste, que é uma região regada tranquilamente pelo Governo como o tradicional currul de votos, já que o Governo é o maior empregador, e que, devolvendo recursos, naturalmente numa proporção muito mais baixa do que arrecada, continua com a sua política paternalista, no sentido de cultivar o pouco desenvolvimento do Nordeste, para que seja sua fonte de votos. Isto é necessário que se acrescente, quando se reconhece que na ótica puramente econômica somos deserdados, toda vez, é preciso acrescentar, que o Governo cultua esse tipo de política para que o Nordeste continue a dar-lhe vitórias. Entretanto, também é prudente acrescentar que o povo do Nordeste, por não ser parvo, já sentiu isso, e pode dar uma contundente resposta nas eleições que se aproximam.

O SR. MARCOS FREIRE — Agradeço ao nobre Senador Gilvan Rocha a colaboração que ele traz ao nosso pronunciamento, e que seria de desejar é que se o PDS participa destas apreensões e reconhece o tratamento discriminatório que o Nordeste recebe do Governo Federal, que colaborasse conosco na rejeição de decretos-leis como este que estamos analisando e que representa, na verdade, um atentado a mais contra o Nordeste. O fato de o Governo e de o Ministro do Interior dizerem que de qualquer forma o Decreto-lei nº 1.932 não atingirá o Nordeste porque o Governo banca os 70 bilhões do orçamento do FINOR, isso é muito relativo, porque nós sabemos que, já no ano passado, as opções pelo FINOR ultrapassaram o teto prefixado pelo Governo, quer dizer, nós tivemos alguns bilhões a mais, independentemente da referida previsão.

Ora, se agora com este decreto-lei há uma evasão de recursos para o Jari, portanto saindo da fonte onde o Nordeste vai buscar recursos para o FINOR, o que acontece é o seguinte: é que se nós não realizarmos o orçamento

dos 70 milhões, o Governo pode até vir, através de suas empresas que têm deduções do Imposto de Renda a fazer, completar aqueles 70 bilhões. Mas se não fosse esse decreto-lei, as opções do FINOR poderiam ir além do prefixado a exemplo do que ocorreu em 1981. Então, o fato de o Governo garantir, agora, os 70 bilhões, não implica em dizer que nós não estamos sendo prejudicados com este decreto porque a expectativa — inclusive temos informações dos órgãos técnicos da SUDENE a respeito — é que as opções pelo FINOR iriam ultrapassar, este ano, vários bilhões de cruzeiros do orçamento de 70 que foi fixado pelo Governo. E advirta-se, sempre, o que a SUDENE havia solicitado não foram 70 bilhões. A SUDENE solicitou, oficialmente, 96 bilhões, sobre cujo pleito fizemos pronunciamento no início deste ano, quando da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional. Essa quantia de 70 bilhões já foi, pois, uma redução drástica imposta pelo Governo Federal.

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE — Ouço o ilustre Senador Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Pediria a V. Ex^a que concluisse o seu pronunciamento porque o seu tempo já está esgotado e temos outros oradores inscritos.

O SR. MARCOS FREIRE — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Teotônio Vilela — Nobre Senador Marcos Freire, é sempre doloroso termos que tratar de medidas governamentais para o Nordeste. Nunca chega ao nosso conhecimento uma medida salutar, uma notícia agradável com a qual pudéssemos nos congratular com as autoridades. Há, de fato, uma determinação sistemática de se criarem obstáculos à vida do homem nordestino. Isto está provado. Não adianta dizer que o Governo não tem dinheiro, como disse o General Figueiredo quando andou visitando as frentes das secas, que não podia fazer mais porque não tinha dinheiro. Não adiantam palavras desta ordem, não adianta também dizer que o Governo está fazendo o que pode. Não! O que adianta é analisarmos concretamente o que está acontecendo, o que acontece dia a dia, como, por exemplo, a edição desse decreto-lei. Esse decreto-lei é mortal para a vida do Nordeste, dentro daquelas concepções construídas pela SUDENE. Isso vai por terra. Se a SUDENE já havia perdido a autonomia administrativa, se ela já havia perdido a autonomia política, se ela já havia perdido a autonomia financeira, agora ela perde toda a sua razão de ser. Vai ficar mesmo como um centro de reunião de governadores para que cada um despeje as suas mágoas no final do mês, de uns para outros. Eu quero, daqui, manifestar o meu protesto veemente. Se todos os governos anteriores foram governos malditos para o Nordeste, este é o pior de todos. É pior de todos. Todo o dia comete terríveis atentados à qualidade de vida do nordestino e, por fora, procura dizer que está fazendo o máximo. E ainda apela com o aumento de bancada para o Nordeste, no sentido de que o Nordeste venham a legitimar a situação de poder dominante. Ainda tem mais esta função: apanha e louva. Lavro o meu protesto, em nome da parcela de alagoanos que represento nesta Casa, lavro o meu protesto contra esse decreto-lei, contra a política sistemática do Presidente Figueiredo de aniquilar o cidadão nordestino.

O SR. MARCOS FREIRE — Agradeço a intervenção do ilustre Senador Teotônio Vilela, e concluo acatando a solicitação da Presidência para dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, como lembrou o nobre Senador Teotônio Vilela, o Presidente muitas vezes vai ao Nordeste e se diz condoído com nossa situação, mas também afirma que não dispõe de recursos para o Nordeste. Ao mesmo tempo, compromissos vultosos são assumidos cujos resultados talvez vão-se projetar para o século 21. Enquanto isso, o nordestino está desempregado. Calcula-se que, no Nordeste, 29% da população economicamente ativa está no desemprego aberto ou disfarçado; há gente morrendo de fome na minha região.

Concluo, Sr. Presidente, renovando o apelo anterior. Está chovendo no interior do meu Estado. Na terra ressequida por longos anos de estiagem, o agricultor precisa plantar. No entanto, bancos oficiais estão dizendo que não têm recursos sequer para o financiamento de custeio para que os homens do campo possam lançar na terra a semente. Ou a semente é lançada agora, ou perde a época de ser plantada.

O Banco do Brasil foi muito pródigo em episódios anteriores, inclusive aquele que culminou no famoso "escândalo da mandioca", quando milhões e milhões foram distribuídos entre afiliados políticos, que levantaram empréstimo para plantar mandioca e mandioca não plantaram. Escândalo que já custou tanta dor à família nordestina, inclusive com o assassinato do Procurador-Geral Pedro Jorge, que estava apurando os nomes dos culpados, a fim de responsabilizá-los e puni-los, e por isso mesmo ele, na véspera mesmo de sua morte, foi afastado pelo Procurador-Geral da República, sob o argumento de que ele estava sendo parcial na investigação dos fatos. Como se não fosse da obrigação de um procurador que vai apurar casos de corrupção,

como ocorreu na agência do Banco do Brasil, da cidade de Floresta, a obrigação do Procurador de ser parcial, parcial no sentido de, em nome da lei e da sociedade, procurar ir ao fundo do poço para punir culpados, sejam eles quais forem. Aproveito a oportunidade para renovar a denúncia que fiz do seu trucidamento, da tribuna do Congresso Nacional, no próprio dia de seu sepultamento, cobrando a responsabilização dos culpados.

Pois bem, o Banco do Brasil, que foi tão pródigo na distribuição daquele dinheiro maldito — dinheiro que deveria ser destinado ao povo e que terminou culminando na morte trágica do Procurador Pedro Jorge —, precisa ter a sensibilidade, quando a chuva está caindo, de não dizer que não tem recursos para o custeio dos agricultores que precisam plantar as suas roças. Este é o apelo que reitero para que se aproveite o inverno que está lá e que não sei se vai durar, para que o agricultor não seja, mais uma vez, frustrado.

Em relação ao Decreto-lei nº 1.932, de 30 de março de 1982, que ele não prospere, que a Bancada do PDS, que através da voz de um dos seus líderes disse aqui que também o PDS se preocupa com o tratamento que o Governo Federal dá ao Nordeste, que essa Bancada do PDS venha aqui para derrubar esse decreto-lei, ou que, então, o Presidente da República se antecipe e, atendendo ao apelo da Federação da Indústria do Estado de Pernambuco, revogue esse decreto. Prevê-se 15 bilhões de sangria dessa fonte de renda que poderia ir para o Nordeste.

Portanto, Sr. Presidente, venho da minha região e trago a boa nova de que há chuvas no interior do meu Estado, no agreste e no sertão. E se o Nordeste começa a ficar molhado outra vez, é necessário que as instituições oficiais de crédito estejam presentes, nesta hora, não dizendo haver dificuldades e escassez de recursos, mas que não se perca esse ensejo para ajudar, como é preciso se ajudar, o agricultor de Pernambuco e de todo o Nordeste.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 27-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. LEITE CHAVES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A Casa se honra em receber centenas de prefeitos, representantes também de governos das diversas Unidades da Federação. Buscam eles, suasoramente, conseguir do Senado a aprovação de uma centena de empréstimos que, pelas razões mais conhecidas, não têm sido votados nestes últimos meses.

Sr. Presidente, o instante é muito oportuno para que façamos um apanhado acerca das causas determinantes da resistência do Senado à concessão de inúmeros projetos desta natureza.

Em 1975, quando chegamos aqui, no Senado, esses empréstimos eram examinados com celeridade, mas com muita seriedade pela Comissão de Constituição e Justiça. Nós examinávamos à luz da Resolução nº 69 — não estou bem a par do número — a capacidade de endividamento dos Estados e quando os mesmos começaram a ultrapassar aqueles limites pedíamos informações, então, vem o Executivo e, através da sua Bancada, elimina a Resolução.

A partir de então, qualquer empréstimo do FAS, do BNH, transitaria aqui por uma mera formalidade sem que se perquirisse mais acerca dos requisitos de validade, dos pressupostos necessários à sua concessão.

E assim vai evoluindo. O Estado do Paraná, que tenho a honra de representar nesta Casa, recorreu a sucessivos empréstimos externos. Chegou mesmo quase a ultrapassar os empréstimos obtidos pelo Estado de São Paulo. E se fossem descontados aqueles empréstimos concedidos ao metrô, eu creio mesmo que o Estado do Paraná seria o maior devedor externo do País. E seguramente, em relação ao seu orçamento, o mais comprometido de todos.

Mas os pedidos de empréstimo do Estado do Paraná, Sr. Presidente, chegaram a uma incomum sucessão nesta Casa. Mal se concedia um, logo em seguida chegava outro. Aproveitava o Governador, homem forte do regime, a sua influência nos escalões secundários do Governo, para obter rapidez na tramitação desses empréstimos.

Um deles veio sem que tivesse uma finalidade de logo definida. Era um empréstimo sem clara finalidade. Foi quando, na Comissão, levantamos dúvida a esse respeito e pedimos esclarecimentos, mas, os esclarecimentos não vieram. A despeito disso, a influência do Governador, na sua bancada oficial, fez com que o empréstimo fosse aprovado e dois chegaram a sê-lo, sem comprovação nenhuma daqueles requisitos que nós exigíamos. Um deles de 100 milhões de dólares e outro de 60 milhões de dólares. Estou falando em dólar e não em cruzeiros. Isso, já depois que o Estado do Paraná estava devendo 630 milhões de dólares autorizados por esta Casa. O Governador que vier a assumir o governo do Paraná não terá condições de pagar dívidas desta natureza nos próximos 10 anos.

Pois bem, Sr. Presidente, a despeito de longo parecer de nossa lavra na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto foi aprovado. A nossa bancada, inclusive, nos apoiou, levantou dúvidas, mas a bancada oficial, atendendo a pedidos do Ministro, aprovou de inopino aquele financiamento, aqueles empréstimos.

Tempos após a concessão, fizemos requerimento ao Senado, pedindo que o Governo do Estado, na forma da Constituição, fosse instado a prestar contas da aplicação dos empréstimos. E o requerimento foi acolhido; a Casa Civil da Presidência da República recebeu o ofício e interpelou o Governo. Decorreu o prazo regimental e não houve a prestação de contas; decorreu o dobro do prazo e não houve a prestação de contas.

Então, o Presidente da Casa me deu conhecimento, através de ofício, de que, a despeito das intimações, o Governador Ney Braga não prestou conta, não deu atenção alguma àquela determinação do Senado. E, como se isso não bastasse, mais um empréstimo aqui chegou. E porque isso poderia ser invocado novamente, violentou o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça uma tradição de seriedade daquele órgão. O Senador Aloysio Chaves, numa incomum preocupação de servir ao seu amigo de Governo, ousou trazer para o plenário do Senado parecer para que os Senadores assinassem, sem que houvesse discussão prévia, na Comissão de Constituição e Justiça, como sempre ocorreu com todas as matérias, quaisquer que fossem a sua natureza. Aliás, houve até mesmo uma *capitis diminutio* da imagem deste Senador, no conceito dos seus colegas. O fato foi aqui invocado, foi objeto de discussão e de acirrados debates.

Mas, Sr. Presidente, esse projeto foi aprovado dessa forma. Foram 40 milhões de dólares, sem que o Governador prestasse contas ao Senado dos empréstimos anteriores e, no momento, mais 40 milhões estão aqui no Senado aguardando aprovação e, diariamente, há pressão para que seja aprovado.

Na época desse empréstimo de 40 milhões, Sr. Presidente, que subrepticamente chegou a Plenário, nós votamos contra, dizendo que o Governador, não prestou contas dos anteriores. Então, S. Ex^a, o Governador fez campanha intensa no Paraná deturpando o meu posicionamento. Veja o que estamparam os jornais: "Leite Chaves vota contra o Paraná". Então é uma maneira de coagir e a notícia saiu, repito, em todos os jornais. Mas dei conhecimento ao Senado, por diversas vezes, do meu parecer na Comissão, parecer muito longo, parecer fundamentado, que vou transcrever nos Anais.

Sr. Presidente, ao tempo do meu voto em separado, vencido, a Casa tomou conhecimento, também de matéria publicada no *O Estado de S. Paulo*, mostrando que o Governador estava desviando dinheiro do Estado do Paraná, senão para o seu bolso, mas para outras finalidades.

Esses empréstimos são adstritos a fins específicos. Então, os empréstimos são destinados a outras finalidades, o Senado pode arguir, pode até levantar suspeita, pode até negar aprovação a outros financiamentos.

Pois bem, enquanto o Estado do Paraná chegou a tomar esses empréstimos, 643 milhões e 700 mil dólares, equivalentes a 96 bilhões 555 milhões de cruzeiros, uma monstruosidade, como é que o Governador procedia? Os Senadores têm conhecimento; matéria publicitária inaudita, jamais vista no Estado do Paraná, como, por exemplo, a que mostro ao Senado:

"GALLUP: no Paraná, com Saul e Ney, o PDS é o que mais cresce."

Isso é uma página da *Folha de Londrina*. Aqui é uma página do *Correio Braziliense*, a mesma propaganda. Os Srs. estão vendo que é matéria paga, jornal nenhum teria interesse em difundir uma pesquisa dessas. Matéria igual na *Folha de S. Paulo*, no *Estado de S. Paulo*, no *Jornal do Brasil*, *Gazeta do Povo*; em todos os jornais do interior, matéria dessa natureza.

Os Srs. sabem quanto custa uma página dessas no *Estado de S. Paulo*? Dez milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, isso era o que saía. Mas se o Estado toma empréstimos, recorre a empréstimos desse vulto para serem pagos em dólares no que diz respeito a juros, comissões e prestações, então, como é que se justifica essa profusão? Então, nós fizemos o seguinte: procuramos, perguntamos, ficamos curiosos. Quem é que paga isso? É o Estado, são as Secretarias, são os Departamentos, são firmas particulares? Se são firmas particulares, que interesse têm elas no desembolso de importâncias tão vultosas? Então, elas estão auferindo vantagens nos serviços prestados ao Estado, o que é incompatível com a moral administrativa.

Mas, como se não bastasse, Sr. Presidente, nós constatávamos que havia uma profusão de placas em todo o Paraná com o nome do Governador.

Vejam V. Ex^{as}: isto aqui é uma fábrica; (o orador exhibe fotos) essa fábrica trabalhava noite e dia, produzindo placas, placas oficiais para o Estado do Paraná e aqui, ao mesmo lado, placas de "Ney e Saul, em 1982". Essas placas, feitas em fábricas as mais diversas, eram transportadas pelos órgãos oficiais, como V. Ex^{as} veem. Isso é uma placa enorme, ocuparia todo o recinto

do Senado: "O Governo é a soma de todos para construir o presente e o futuro. Ney Braga"; Sistema de abastecimento de água, Santa Mariana. Ampliação do sistema para atendimento a 20 mil e oitocentos habitantes. Investimento: 86 milhões e 100 mil cruzeiros". Embaixo, a placa: "Ney e Saul em 1982". Vejam V. Ex^{ts} que são as mesmas placas, as mesmas cores, o uso da mesma estrutura e a própria SANEPAR é que mandava confeccionar, transportar para o local de difusão essas placas.

Outra coisa: na televisão, rádio e jornal, no Paraná, não divulgava outra coisa a não ser *slogans* eleitorais de Ney Braga e seu candidato Saul Rays. Então, como o Senado não conseguiu que o Governador prestasse contas daquelas vultosas concessões feitas em dólares, eu me senti no dever de tomar o caminho da lei, porque nós, Senadores, não exercemos o nosso mandato apenas no recinto do Senado. Onde estivermos, estaremos no exercício do mandato público, que não se adstringe exclusivamente ao Estado e sim a todo o País.

Sr. Presidente, a Lei nº 1.709, diz que quando houver desvio, — e o desvio não é necessariamente para o bolso — dúvida acerca da aplicação dos recursos públicos, qualquer um do povo poderá promover a responsabilidade do Governador, perante a Assembléia Legislativa — para fins de *impeachment* —, e, simultaneamente, o processo criminal. Ora eu, como cidadão, tinha o direito de interpelar, e, como Senador, tinha o dever, mesmo porque eu não conseguia, mesmo com o meu mandato, mesmo com a aprovação da Casa, que o Governador prestasse contas. Então poderia, diretamente, promover a responsabilidade administrativa, pela Assembléia Legislativa, sem prejuízo do procedimento criminal. Isso eu poderia fazer. Só os indícios, Para o processo criminal, não precisa a prova robusta, basta a prova indiciária. Então, ao invés de fazer diretamente o processo, eu tive a cautela de fazer uma interpelação judicial; interpelar o Governador para que ele dissesse, em juízo, quais as fontes pagadoras dessa publicidade. Primeiro, se isso era real, se havia interesse para o Estado, e quem pagou? Foi pago por quem? E como se explicariam aquelas placas profusas, difundidas em todo o Estado? Então, fiz a interpelação. A interpelação não é uma ação. A interpelação é um processo preliminar. A interpelação judicial pode ser mesmo até um pretexto para a defesa de quem queira se valer daquela oportunidade. E o governador honesto, acusado, ou sob suspeita, poderia prestar contas de imediato no próprio Tribunal, ou nos autos, ou em autos apartados. Quer dizer, fiz de acordo com a própria lei. Interpeleio-o, para que dissesse sobre aquilo. Poderia responder em autos apartados e poderia não responder; só que o silêncio poderia implicar num comprometimento maior.

Então, com essa cautela eu queria que não se dissesse: "Não Senador foi estabonado, apresentando um negócio sem fundamento". A interpelação era o pretexto para que eu fosse à Assembléia com uma prova mais robusta. Pois bem, entrei com a interpelação, o Tribunal recebeu e, estranhamente o desembargador indeferiu sob a alegação de que a interpelação judicial é somente para fins cambiários, somente para fins de caracterização da mora de dever de títulos cambiários. Achei aquilo a coisa mais estranha do mundo. Aliás, os advogados do Paraná estranharam aquilo, porque no mesmo dia em que o Tribunal do Paraná dizia que interpelação é só para fins cambiários, os jornais publicavam: "Maluf interpela Lula na Justiça, por declarações".

O código de Processo Civil, que é lei nacional, era aplicado em São Paulo, no Paraná, não; no Paraná era só para fins cambiários.

Mas, eu não aceitei aquela decisão, achando-a sobretudo estranha. Eu sempre fui advogado, e não é a primeira vez que modificarei acórdãos do Tribunal do Paraná. Isso é comum na vida profissional. Eu não me conformei, repito, e fiz, no próprio Tribunal um agravo, dizendo o seguinte:

O Agravante jamais poderia aceitar o entendimento de que a interpelação judicial se confina tão só ao campo do direito cambiário para que se perquiria sobre a intenção do devedor de pagar ou não o débito.

A lição de Carneiro de Lacerda, mencionada na parte conclusiva do despacho, erige aquela finalidade como primordial, mas não como exclusiva. Se o protesto tem por escopo a manifestação da vontade de quem o formula, a interpelação busca, por sua vez, provocar a emissão da vontade daquele contra quem é requerida. Isso para preservação de um direito ou mesmo elucidação ou inquestionabilidade de sua prova.

Não fora assim e jamais poderia o titular de uma obrigação de fazer ou de não fazer provocar o ânimo da outra parte antes de promover a efetiva execução da obrigação. O interpelado não está obrigado à resposta, mas o silêncio poderá ser interpretado contra o seu interesse.

Prova inafastável de que a interpelação tem finalidade mais elástica do que a dada pelo r. despacho agravado pode ser encontrada em De Plácido e Silva na forma seguinte: —

gresso ao Governo, acerca de certos negócios públicos, já realizados ou que pretendem fazer (Voc. Jur. pág. 852).

Veja V. Ex^{ts}: a lição chega a calhar. Vejam V. Ex^{ts} como o Tribunal se sai: e aí continuo:

Lição mais adequada não poderia ocorrer. E nem se diga que a matéria envolva indagação aprofundada. Constantemente está sendo pleiteada em todas as instâncias, sendo objeto de comentários de rua, ou mesmo de jornais, como é prova o anexo recorte do *Jornal de Brasília* de 19-3-82, com o seguinte título: —

"MALUF INTERPELA LULA NA JUSTIÇA POR DECLARAÇÃO"

A lei processual é a mesma, não se podendo dizer que em São Paulo ela vija por forma diversa do Paraná.

A diferença é que ali está sendo invocada por um Governador contra um operário; aqui, contra um Governador, igualmente escolhido por processo indireto.

A finalidade não é de ordem cambial e sim para fins criminais, como o é também a da presente interpelação. O Agravante não acolhe igualmente o argumento de falta de legítimo interesse. Ele é corrente, legítimo e manifesto. Se a Lei nº 1.079 assegura a qualquer cidadão o direito de representar contra o Governador perante a Assembléia Legislativa, sem prejuízo do procedimento criminal, ali também previsto, como negar o uso da interpelação, que é direito menor, preparatório e cautelar para exercício daquele, de natureza substantiva?

E nem se diga que o interesse tenha de ser econômico, exclusivamente. Qualquer que seja a sua natureza, conquanto direito. Até mesmo os direitos políticos e fundamentalmente estes, como mostra Pontes de Miranda na seguinte lição:

"Legítimo interesse, e dúvidas e incertezas que criam óbices à constituição de negócio jurídico. — É evidente que se há de exigir o interesse legítimo de quem quer protestar, bem assim afastar-se qualquer protesto que possa levar a não se constituir negócio jurídico que seja lícito. O interesse concerne à própria vida, à liberdade, a qualquer dos direitos fundamentais, aos *direitos políticos*, à honra e à incolumidade individual, ou da família, e não só aos bens, de que exsurgem direitos reais ou pessoais. Todos os interesses, aí, são interesses jurídicos, expressão preferível a "interesse legítimo" (Tomo I, págs. XXX e XXXIII, 121 s., 159, 211 s.).

O interesse jurídico, digo legítimo, é pré-processual e processual, posto que exista no direito material" (Com. aos arts. 869/870, pág. 331).

E termino:

Se a lei confere a todo o cidadão o direito de fiscalizar, até mesmo por via direta a probidade na aplicação do dinheiro público, como no caso da ação popular, como negar-lhe a interpelação que busca exatamente explicitar a prova e seus indícios?

O Agravante, como cidadão tem o direito e, como Senador, tem o dever de promover tal responsabilidade, pois a sua ação não se confina aos limites do legislativo. A finalidade da interpelação é específica: ensejar posterior denúncia do Governador perante a Assembléia Legislativa (Lei nº 1.079, art. 75) e abertura de inquérito contra ambos os Interpelados por improbidade e malversação do dinheiro público (Lei nº 1.079, art. 78).

Por todas estas razões espera o recebimento do presente agravo, na forma da disposição regimental referida, para o fim de ser reformulado o respeitável despacho agravado e feitas, em consequência, as interpelações requeridas.

Se diverso for o entendimento de V. Ex^{ts}, pede que os autos se apresentem em mesa para reforma de decisão como prevê o artigo 213 e parágrafos do Regimento desse Egrégio Tribunal.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 23 de março de 1982. — *Francisco Leite Chaves*, Advogado, atuando em nome próprio, na defesa do interesse público.

Então, o Tribunal unanimemente, rejeita. Aliás toda unanimidade é suspeita; nunca vi unanimidade de 20 Desembargadores.

Mas, qual foi a razão, agora? Foi aquela de que interpelação é só para fim cambial? Não! Inventaram outra coisa completamente diferente, dizendo que o processo teria de ser apresentado à Assembléia Legislativa e não ao Tribunal, quando na Assembléia Legislativa teria de ser a denúncia apresentada de forma concreta e aqui estou formalizando uma interpelação, apenas para fortalecer a minha posição na denúncia perante a Assembléia. Como não

o seguinte: no dia que formos governantes em alguns Estados, alterarmos a Constituição para os que Desembargadores sejam nomeados, como os Senadores, com a participação do Legislativo e não somente do Executivo, em razão do que, muitos deles, se acham no dever de serem muito solícitos ao longo dos anos. Não é que eu queira dizer isso com o Tribunal do Paraná, onde militei muitas vezes, muitas decisões alterei, muitas foram confirmadas e pelo qual tenho respeito. Não é este o caso. Mas há uma vinculação muito grande. Eu apenas faço esta observação porque no instante em que os Desembargadores do Tribunal de Justiça fossem indicados à Assembleia Legislativa, em lista tripartite, tendo esta o direito de escolha, jamais haveria qualquer vinculação de reconhecimento entre o nomeando e o órgão nomeante. A própria indicação é feita por forma secreta.

É uma coisa a ser considerada nos futuros governos do PMDB. Esses casos ocorrem em toda parte. É por isso que se diz que o judiciário, hoje, é um apêndice do Executivo. E isto quase em todos os níveis, sobretudo nos níveis estaduais.

Então, Sr. Presidente, vou recorrer ao Supremo, pois não encontro nenhum elemento de convicção nessa decisão do Tribunal de Justiça do Paraná.

A interpelação é mais do que razoável, cabível. Jamais se nega uma interpelação, mesmo porque o interpelado não está obrigado à resposta. É coisa estranha, sobretudo quando fundamentada quanto esta, e quando as razões da recusa foram as mais singelas e inaceitáveis possíveis.

Na notificação, a gente dá conhecimento de uma vontade; na interpelação a gente suscita uma vontade, promove a manifestação de uma vontade. Eu fiz isso para que se exercitasse o meu direito de cidadão perante a Assembleia do Estado do Paraná. Mas com razões profusas, abundantes, porque são páginas inteiras do *O Estado de S. Paulo*, da *Folha de S. Paulo*.

Então, o Estado do Paraná toma empréstimo todo dia, publica isso e ninguém sabe quem é que paga? Quem paga isso? São verdadeiras fábulas, fortunas, placas como essas iam surgindo aos milhares, e essa notificação as deteve. O Governador conseguiu escapar do Tribunal, mas ele está sendo julgado, no Paraná, por um tribunal muito mais sério, muito mais grave, que é o tribunal da opinião pública.

Srs. Senadores, eu fui o Senador mais votado na história do Paraná. Quer dizer, eleito não tenho condições de obter uma interpelação. E o Governador, que não é votado, é nomeado, isto é, assumiu o Governo sem votação, sem dizer ao povo o que ia fazer, sai sem prestar contas.

Tenho a certeza de que jamais Governador nosso, nenhum, que surgir desse Partido ou dessa Oposição, jamais se recusará a prestar contas. Basta que se levante uma suspeita. O que levamos da vida pública é o respeito público. Então, já pensou o Governador se homiziar, fugir, negaciar, ter influências para não ser notificado?

Sr. Presidente, eu estou fazendo este pronunciamento, e peço a transcrição da minha petição inicial, onde estão referidas todas as concessões feitas, todas as resoluções através das quais o Paraná terminou por obter empréstimos da ordem de seiscentos e quarenta e três milhões e setecentos mil dólares. E aqui está o ofício do Senado, dando conta de que ele não prestou contas, Ofício SM-166 de 23-4-1981, assinado pelo Senador Jarbas Passarinho:

SM/166

Em 23 de abril de 1981

A Sua Excelência o Senhor
Senador Leite Chaves

Senhor Senador:

Em atendimento ao disposto no Requerimento de Informações nº 552, de 1980, tive o ensejo de solicitar, na forma regimental, através dos Ofícios nºs SM-667 e SM/106, respectivamente de 1-12-80 e 16-3-81, o pronunciamento do Poder Executivo sobre a aplicação dos recursos financeiros liberados pelas Resoluções nºs 31 e 87, de 1979, ao Governo do Estado do Paraná.

2. Nesta oportunidade, informo que, até a presente data, não foram respondidos aqueles expedientes.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador Jarbas Passarinho, Presidente.

A consequência jurídica disto é o *impêachment*, inclusive, crime de responsabilidade com base na Lei nº 1.079, do próprio Chefe da Casa Civil da Presidência da República, porque a intimação é feita através dele. É a primeira vez, pelo menos em oito anos que estou nesta Casa, que vejo um Governador ser intimado a prestar contas e não o faz. E o pior, o Senado somente aprova requerimento dessa natureza, quando há suspeitas, quando, de uma certa forma, ele tem interesse em que o Governador se defenda, esclareça.

Sr. Presidente, esse é um dos primeiros casos. E é dentro desse quadro que nos visitam prefeitos de todo País, para que o Senado aprove financia-

mentos que estão congestionando as nossas prateleiras. E, por sinal, muitos prefeitos terminam os seus mandatos e outros terão que sair agora no dia 14 de maio para desincompatibilizar-se.

Logo, houve razões para que o Senado tivesse essa cautela, inclusive dessa natureza. Muitos desses financiamentos obtidos pelo Governador do Estado do Paraná foram aplicados por prefeituras em quê? Em fontes luminosas, onde não há nem água e em iluminação feérica.

Numa noite dessas, eu atravessava uma das cidades nossas, Xambré, onde observei uma iluminação profusa no centro da cidade. Então é uma cidade pobre, com adjacências comprometidas, mas que possui uma iluminação feérica. E, por ironia, o que aquilo iluminava eram duas famílias de bóias-frias, tirando de frio, ao pé dos postes que iluminavam a cidade.

Srs. Senadores, essas obras caríssimas estão sendo pagas em dólar. E o pior, o pagamento tem que ser feito em dólar, os juros em dólar, as comissões em dólar. E se pede prestação de contas, que não é uma prestação de contas exaustiva, é apenas a demonstração de que as finalidades dos empréstimos foram atendidas.

O governador, não tendo condições, de o fazer procurou meios indiretos inclusive fugindo a essa interpelação que será objeto de recurso para o Supremo. Seguramente, o Presidente do Tribunal de Justiça recusará a acolhida mas eu entrarei com agravo e o Supremo haverá de determinar sua subida.

A exemplo do Paraná outros Estados também desviaram empréstimos para fins eleitorais. O nobre Senador Humberto Lucena está acusando o Governador da Paraíba, pela prática de atos semelhantes. Então, como é que o Senado, diante de fatos desta natureza, poderá se curvar ao número de prefeitos, pois muitos deles já obtiveram, também, empréstimos e não têm condições de prestar contas igualmente? Estes empréstimos foram concedidos, digamos, de acordo com a simpatia do próprio Ministro da Fazenda, a prefeitos e governadores e já com a delineada finalidade de que eles possam usá-los com objetivos políticos e eleitorais.

Não quero dizer que o governador tenha embolsado esse dinheiro, mas lhe deu finalidade paralela.

Outra coisa: não posso compreender até hoje como o Governo do Estado entrega cheques a prefeitos sem recibo nenhum. Entrega cheques ao portador, vultosos, para fazerem obras vultosas, obras às vezes voluptuárias em cidades pequenas, conquanto constem placas como essas, com o nome do Governador — Ney Braga — e do seu candidato ao Governo do Estado, Sr. Saul Ruiz, quer dizer, é um homem que pretende ser candidato ao Governo do Estado, e que jamais disputou um mandato eletivo, sempre foi subalterno, e subalterno ao Governador Ney Braga.

O cargo de governador pressupõe independência política, mas este aqui é um subalterno mesmo, um funcionário subalterno que não fez outra coisa na vida a não ser ser fiel ao chefe e, como recompensa, tem essa indicação.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é isto o que me cabe trazer ao conhecimento do Senado, e este processo está à disposição de todos aqui, sobretudo, no momento em que, muitos prefeitos, diversos governadores, nos estão pressionando para a todo custo aprovarmos esses empréstimos.

O Sr. José Richa — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Com todo prazer, nobre Senador José Richa.

O Sr. José Richa — Eu quero me solidarizar com o pronunciamento de V. Ex^a que traz ao conhecimento do Senado uma questão de tanta gravidade como esta. Não sou jurista e, por isso, não entro na forma dessa interpelação judicial. Entretanto, com relação ao mérito, V. Ex^a tem toda a razão. É fato público e notório, o Paraná inteiro sabe que todo o arrazoado que V. Ex^a se utiliza para fazer essa interpelação judicial são propositadas, da mais alta seriedade, porque todos sabem. Lá em Paranaguá toda a população sabe que é a administração do porto de Paranaguá que faz essas placas. Em outras regiões todos sabem que são os distritos rodoviários, subordinados ao Departamento de Estrada de Rodagem, que fazem placas. Todo mundo sabe quem paga essas publicações, como essa que V. Ex^a exibiu aqui a Casa, publicado em todos os jornais do Brasil, uma pesquisa encomendada a um instituto que, certamente, não a está fazendo pelos belos olhos do Governador do Paraná, que deve ter recebido — e pelo conceito profissional dessa empresa deve ter recebido muito, recebido muito bem, do governador ou sei lá de quem. V. Ex^a fez muito bem em interpelar judicialmente. É estranhável, que antes mesmo do próprio tribunal conceder, ele próprio não se antecipe e explique. Isso é obrigação de todo homem público quando interpelado por qualquer cidadão, quanto mais ainda por um Senador da República, como é V. Ex^a. Imagine um governador que não tivesse nada a temer, que estivesse com o seu governo todo ele bem ajustado, dentro dos cânones morais; ele próprio teria se antecipado e teria explicado, não apenas pessoalmente a V. Ex^a mas através da própria Imprensa, essa interpelação. Entretanto, não o fez. Ele se cala; pura e

simplesmente se cala, e o Tribunal, não sei por que razões — por isso que disse a V. Exª que, não sendo jurista — não queria analisar a fórmula dessa interpelação judicial para saber, para julgar se tinha ou não razão de denegá-la. Entretanto, no mérito da questão, V. Exª tem toda a razão e tem a inteira solidariedade de todos nós, do seu Partido, e de todos os homens independentes que querem seriedade na função pública, de todo o estado do Paraná.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Exª E, outra coisa, digo a V. Exª que os Advogados do Paraná, tomando conhecimento da decisão do Tribunal, se manifestaram surpresos não entenderam a decisão. E o próprio governador, indiretamente, através de propostas, procurava desdenhar a natureza dessa proposição.

Está ela aqui à disposição do Senado, do serviço Jurídico do Senado. Já disse que não fui outra coisa na vida, ao longo dos anos, senão advogado e me preparei para isso. Formei-me numa faculdade com toda a dedicação; terminei um curso de doutorado na Faculdade Nacional de Direito, onde também me formei. Fui advogado do Banco do Brasil, de onde estou me aposentando, pois de 30 anos, quer dizer, 20 anos como advogado e 10 anos como escriturário, os Senhores sabem, do rigor da Casa. Sou extremamente rigoroso no exercício da minha atividade de advogado, jamais faria uma graciosidade.

Mas, Sr. Presidente, estranhei que o Tribunal, primeiro negasse essa interpelação; segundo, que alterasse as razões de decidir julgamento de agravo. Primeiro deu uma razão, depois que esta ficou patenteada como inaceitável procurou dar outra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que os prefeitos estão aqui no Senado para fazer essa pressão, sinto-me no dever de invocar esse processo. Aliás sem que haja uma prestação de contas dos empréstimos anteriores, das entidades que já tenham sido beneficiadas, o Senado não tem condição de fazer concessão alguma, sobretudo em empréstimos externo.

Essas verbas estão sendo usadas ilícitamente, com finalidades eleitorais, como no Paraná.

Senhores, aqui estão as provas, e o Paraná sabe disso, o consenso público sabe disso. Aliás, o fato é notório. Eu não precisava, para isso, invocar nada, porque o Paraná sabe, porque a televisão, de manhã, de tarde e de noite, não fala de outra coisa. As placas profusas e os jornais, a grande imprensa nacional!

Sr. Presidente, há interesse para o Estado de São Paulo na difusão de pesquisa acerca da boa posição eleitoral do Governador do Paraná? No Estado do Rio de Janeiro? Mas, são páginas inteiras de matéria publicada.

O processo está às ordens da Casa para isso. De maneira que temos motivo de ser cautelosos no que diz respeito à concessão desses financiamentos. Creio que não devamos ser contra a aprovação de todos, de uma maneira genérica, como é a posição do Senador Dirceu Cardoso. Mas, temos que ter critérios, como vinhamos fazendo, quer dizer, tem-se que selecionar. A própria lei estabelece critérios e nos comete responsabilidades.

Não podemos deixar de conceder alguns, mas o Paraná está com mais um de 40 milhões de dólares aqui. O governador não prestou contas, nem disse que custeou essas despesas de publicidade.

Pode ser aprovado um empréstimo desses depois que o Estado tomou 630 milhões de dólares?

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LEITE CHAVES — Pois não.

O Sr. Alberto Silva — Estou ouvindo, com o maior interesse, o discurso de V. Exª E, com relação a essa parte em que V. Exª diz que devemos ter cautela quanto a esses empréstimos, principalmente com aqueles que não prestaram contas e com relação à aplicação anterior, quero citar um caso concreto: no meu Estado, demos, aqui, um empréstimo de 20 milhões de dólares. Havia um plano, que foi aprovado na comissão própria, e aqui o plano de aplicação. Mas o plano foi mudado pelo governador, depois de aprovado aqui. Veja bem: depois de aprovado, foi mudado, e eu tenho informações, inclusive de deputados nossos, na Assembleia, que já interpelaram o governador para dizer onde foram aplicados os 20 milhões de dólares e realmente não se sabe. De modo que novos empréstimos estão sendo pedidos para o meu Estado. Eu acho que V. Exª tem toda a razão: nós deveríamos, pelo menos, saber em que foram aplicados os empréstimos anteriores, antes de concedermos novos.

O SR. LEITE CHAVES — Agradeço a V. Exª O que V. Exª disse é o que o Senador Humberto Lucena tem dito, a diversos outros Senadores.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo que se incorpore ao meu discurso a petição inicial da minha interpelação e os diversos documentos que a instruem.

Muito grato a V. Exª e aos Senadores da Casa. (Muito bem!)

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO.)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Francisco Leite Chaves, brasileiro, casado, advogado, exercendo atualmente o mandato de Senador pelo Estado do Paraná, com residência nesta cidade à Rua Visconde de Rio Branco nº 1655, ap. 84, fonê 234-9682, atuando, neste caso, na defesa do interesse público (Lei 1.079, de 10.04.50, art. 75), vem respeitosamente à presença de V. Exª, na conformidade do que dispõem os artigos 867 e seguintes do CPC promover a interpelação do Exª Sr. Ney Aminthas de Barros Braga, brasileiro, casado, Governador do Estado do Paraná e do Dr. Saul Raiz, brasileiro, casado, engenheiro, ambos domiciliados e residentes nesta cidade, nos endereços abaixo, pelas razões seguintes:

Como vê V. Exª da documentação anexa, originária do Senado, tem o Paraná recorrido a freqüentes empréstimos externos em dólar e para ser pago em dólar, inclusive no que toca aos juros e às comissões.

No momento os empréstimos contraídos por essa modalidade montam a US\$ 603.700.000,00, aprovados mediante as seguintes resoluções:

Resolução nº 21/73 —	US\$ 3.000.000,00
Resolução nº 61/72 —	US\$ 8.000.000,00
Resolução nº 64/73 —	US\$ 10.000.000,00
Resolução nº 61/74 —	US\$ 50.000.000,00
Resolução nº 43/76 —	US\$ 100.000.000,00
Resolução nº 77/77 —	US\$ 10.600.000,00
Resolução nº 111/77 —	US\$ 22.800.000,00
Resolução nº 50/77 —	US\$ 65.000.000,00
Resolução nº 77/78 —	US\$ 13.300.000,00
Resolução nº 60/78 —	US\$ 30.000.000,00
Resolução nº 31/79 —	US\$ 100.000.000,00
Resolução nº 87/79 —	US\$ 61.000.000,00
Resolução nº 107/80 —	US\$ 50.000.000,00
Resolução nº 02/81 —	US\$ 80.000.000,00

Sendo constante o recurso a esse expediente, gravoso para o Estado, que terá de pagar débitos em dólar mediante a arrecadação de ICM, em cruzeiros crescentemente desvalorizado, o Senado, na conformidade do que estabelece a Constituição e o seu regimento interno, intimou o Sr. Governador para prestar contas do últimos empréstimos concedidos, no valor de US\$ 161.000.000,00 (US\$ 100.000.000,00 aprovados pela Res. 31/79 e US\$ 61.000.000,00 pela Res. 87/79), tendo decorrido o prazo regulamentar sem que a prestação de contas fosse realizada, como informa o Ofício SM/166, de 23-4-81, do Senado, de teor seguinte:

“Senhor Senador. Em atendimento ao disposto no Requerimento de Informações nº 552, de 1980, tive o ensejo de solicitar, na forma regimental, através dos Ofícios nºs SM-667 e SM-106, respectivamente de 1-12-80 e 16-3-81, o pronunciamento do Poder Executivo sobre a aplicação dos recursos financeiros liberados pelas Resoluções nºs 31 e 87, de 1979, ao Governo do Estado do Paraná. Nesta oportunidade, informo que, até a presente data, não foram respondidos aqueles expedientes. Apresento a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. Senador Jarbas Passarinho. Presidente”. (- V. anexo).

Além da grave omissão por si bastante para a apuração do crime de responsabilidade do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República (Lei nº 1079, art. 13, item 4º) através de quem é feita a intimação par os esclarecimentos ao Senado, o Governador está com mais um pedido de empréstimo no valor de US\$ 40.000.000,00, o que elevaria o montante nominal da dívida a US\$ 643.700.000,00 equivalente à astronômica cifra de Cr\$ 96.555.000.000,00, ao câmbio oficial.

Mesmo sem prestar contas ao Senado da utilização desses empréstimos, o Governador do Estado tem desferido um dos mais caros e suntuosos festivos de promoção pessoal e do ex-Secretário, ambos engajados em campanha para o Senado e o Governo, respectivamente.

Se o Estado do Paraná tem recorrido a empréstimos sucessivos, sejam internos, sejam externos, é por que não dispõe de meios próprios para realizar as suas metas administrativas. Isso é mais do que lógico.

Ora, se para a realização de obras essenciais inexistente dinheiro, como pode lançar mão o Estado de enormes somas para divulgação dessas obras e sobretudo promoção pessoal e política de seu Governador?

O próprio signatário fica sem condição de esclarecer o Senado sobre tais empréstimos, sobretudo à ocasião em que são discutidos. E não podendo votá-los sobretudo os últimos, pela suspeita que pesa sobre a sua aplicação, tem sido surpreendido por profusa matéria difundida na imprensa, pelo próprio Governador, que por tal forma deseja continuar recebendo empréstimos sem prestação de contas, coagindo parlamentares a aprová-los pela censura indireta que promove, de que é prova matéria anexa, com o título "Leite Chaves vota contra o Paraná", quando a posição do signatário é exatamente de defesa dos interesses do Estado.

A promoção do Governador e de seu ex-Secretário Saul Raiz é notória, sendo feita através de todas as rádios do Estado, de todos os Canais de Televisão, em horário nobre; na imprensa do Estado (de circulação municipal e estadual) e também na imprensa nacional, onde acabou recentemente de publicar resultado de pesquisa favorável ao seu nome, como se vê da *Folha de S. Paulo*, do *Correio Braziliense*, da *Folha de Londrina*, entre outros.

A lei protege por duas vias os bens e recursos do Estado contra a ação dos administradores improbos. Uma, por via administrativa, que é a apuração do crime de responsabilidade (Lei 1079, de 10-4-50, art. 75) a outra através do processo comum (art. 78), com as sanções civis e criminais previstas na legislação federal. Embora simples indícios e fatos notórios sejam elementos suficientes para a instauração de processo dessa natureza, pretende o signatário se acautelar em relação a todas as provas, promovendo antes a interpelação dos requeridos para que se manifestem sobre os fatos invocados, negando-os, inclusive, se o puderem, como também sobre a legitimidade das propagandas aqui anexadas, a título de ilustrações.

Nesta conformidade requer a V. Ex.^a que promova a interpelação dos requeridos para que no prazo de 48 horas prestem ao Juízo os seguintes esclarecimentos:

- Em nome de quem estão sendo pagas essas despesas de divulgação do Estado, suas secretarias, órgãos e serviços, contendo promoção pessoal dos requeridos e a quanto montam elas?
- Qual o interesse para o Estado na divulgação de pesquisa realizada pela GALLUP sobre a posição eleitoral Saul-Ney e publicada em toda a grande imprensa nacional, inclusive no *Correio Braziliense* e na *Folha de S. Paulo*, de 21-2-82, conforme comprovantes anexos?
- Qual o custo de tais publicações, quem as pagou e por quem foram autorizadas?
- Quais os demais órgãos, além dos citados, naturalmente, em que a pesquisa foi divulgada?
- Como se vê da fotografia anexa, autêntica, casa comercial que confecciona placas de órgãos oficiais é a mesma que executá placas eleitorais em nome dos Requeridos. Que outra coincidência poderia explicar o fato além de presumida vantagem na realização do serviço.

Feitas as interpelações, requer a V. Ex.^a que no prazo de 48 horas lhe sejam os autos devolvidos, independentemente de traslado, na conformidade do que estabelece o artigo 872 do Código de Processo Civil.

Aduz por último que o Dr. Saul Raiz tem residência à Rua Brigadeiro Franco nº 1.909, enquanto o Governador Ney Braga tem-na no Palácio Iguaçu, gozando este de foro privilegiado pela prerrogativa da função (CPP, art. 87). É em razão disso que esta interpelação terá de processar-se através dessa Egrégia Corte.

Nestes termos

Pede e Espera Deferimento.

Curitiba, 11 de março de 1982. — *Francisco Leite Chaves*, Advogado
OAB-PR. 2232.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Ata da 20.^a Assembléia Geral Ordinária, realizada em 31 de março de 1982.

Às nove horas do dia trinta e um de março de mil novecentos e oitenta e dois, na sede do Instituto de Previdência dos Congressistas, no vigésimo quinto andar do anexo I da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Senhor Deputado Bento Gonçalves, com a presença de vinte e nove contribuintes obrigatórios e de vinte e dois contribuintes facultativos, num total de cinquenta e um contribuintes, realizou-se a Assembléia Geral, com o objetivo de, consoante o estabelecido no artigo catorze, alínea "c", da Lei número quatro mil duzentos e oitenta e quatro, de mil novecentos e sessenta e três, regulamentado pelo artigo dezessete, alínea "c", do Regimento Básico e cumprindo o disposto no artigo quinto, inciso I, da lei número seis mil e dezessete, de trinta e um de dezembro de mil novecentos e setenta e três, dar a conhecer

o Relatório da Presidência referente ao exercício de mil novecentos e oitenta e um. Aberta a sessão o senhor Presidente faz a leitura do Relatório que é aprovado por unanimidade e será publicado à parte. Em continuação, relata: na tomada de posição a que somos chamados, para fixar as metas que se impõem ao Instituto, com a maior urgência, esperamos a indispensável colaboração e apoio. O IPC, ao final do exercício, apresentou um déficit que já vinha se caracterizando desde o exercício anterior, face, principalmente, à redução do número de contribuintes e elevação do número de beneficiários. Esse fato, tendente a apresentar-se, em proporção cada vez maior, ao fim de cada ano, aumentará, sobremaneira, o déficit vigente, que somado a outras peculiaridades do problema, levaram a Administração do IPC a tomar medidas para prevenir e corrigir a defasagem existente entre o que pagamos e o que arrecadamos. Na consciência que todos temos dessa realidade, foi que nos voltamos para o estudo da questão, em profundidade, indo à procura das soluções racionais e técnicas necessárias através de completo trabalho atuarial feito por dois renomados técnicos do maior conceito no País, com experiência em estudo e planejamento realizados para grandes instituições previdenciárias. Face a apreciação e avaliação dos programas executados tornou-se imperativo, pelas circunstâncias dos crescentes encargos sem a cobertura necessária de recursos, ameaçando a vida da Instituição, da qual dependem centenas de beneficiários, a elaboração e aprovação pelo Conselho Deliberativo do projeto de Lei número cinco mil quinhentos e quarenta e cinco, de mil novecentos e oitenta e um, apresentado à Câmara dos Deputados em novembro de mil novecentos e oitenta e um, que além de atender às reivindicações dos senhores parlamentares, que poderão averbar tempo de mandato municipal ou estadual e de funcionários desejosos de pertencerem ao quadro de segurados facultativos do IPC, virá, a médio prazo, assim esperamos, sanar as dificuldades financeiras desta Instituição fazendo com que a receita cresça e seja alcançado o necessário equilíbrio entre despesa e arrecadação. Espera-se ainda, que quando for aprovado o projeto, o déficit técnico atualmente detectado pelos técnicos atuariais, seja superado no decorrer de no máximo duas legislaturas, ou seja, num prazo aproximado de oito anos, sendo que a partir daí, de conformidade com a mesma orientação atuarial, já tenhamos captado recursos necessários para mantermos uma reserva técnica que assegure a normalidade da vida do Instituto. Cumpre-nos destacar que os serviços internos do IPC aumentaram consideravelmente e prevendo que, com a aprovação do projeto de lei retromencionado, haverá cada vez mais um volume maior de trabalho, ampliamos e estamos modernizando a estrutura da nossa administração. Porém, para ficarmos devidamente aparelhados, é necessário que as Presidências das Casas do Congresso Nacional, promovam diligências a fim de providenciar o material e os recursos humanos já solicitados, uma vez que a demora do atendimento já se faz sentir na rotina administrativa interna deste órgão. Esperando ter-nos feito entender, quando procuramos enfatizar até mesmo com redundância a gravidade do momento da nossa previdência, facultamos a palavra a quem dela queira fazer uso, ocasião em que o senhor Deputado Rosembugo Romano fala em nome de seus pares e de todos presentes — conhecidos são os problemas sérios que muito cedo atingiram a Previdência Social do Brasil, com não poderia deixar de ser, refletem-se também no IPC, portanto a gravidade do momento demonstrado pelo ilustre Presidente, Deputado Bento Gonçalves, urge em que devamos nos unir para defesa dos interesses comuns. Dou testemunho do esforço, laboriosidade e sacrifício do atuante e dinâmico Presidente, a fim de alcançar os resultados que se podem depreender do Relatório, prova evidente de uma boa administração, mesmo tendo que enfrentar as mais variadas adversidades, prejudicando até mesmo sua vida operante de político, uma vez que, por força das circunstâncias foi forçado a deixá-la à parte, para se tornar um "expert" em assuntos de previdência, administrando nossos interesses junto ao IPC. Esse homem dá exemplo de sacrifício, dedicação, com seu coração imenso, magnífico, competente, honesto, evocando sempre seu espírito humanitário, pensa e se preocupa com o bem-estar das famílias dos segurados. Por tudo isto e ainda pela demonstração de eficiência, zelo, dedicação com que desempenha o seu cargo, peço que a Assembléia aprove um voto de louvor para o senhor Presidente, o que de pronto, é aprovado, unanimemente. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra o senhor Presidente, finalizando agradece as honrosas palavras com que foi agraciado e diz que suas preocupações e esforços estarão sempre voltados para o trabalho que se fizer necessário para a consolidação financeira e aprimoramento do IPC, pois é à força de coragem, de muito trabalho e de persistência que esperamos vencer as adversidades. Nada mais havendo a tratar, às doze horas é encerrada a reunião. E, para constar, eu Pedro Alves de Freitas, Secretário, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente. Ass: Deputado Bento Gonçalves, Presidente.

RELATÓRIO

(1º de janeiro a 31 de dezembro de 1981)

Aos Segurados do

Instituto de Previdência dos Congressistas—IPC.

1. Apresentação

Como Presidente reeleito para o biênio 1981/1983, e consoante o estabelecido no art. 14, alínea "c", da Lei nº 4.284/63, regulamentado pelo art. 17, alínea "c" do Regimento Básico, cumprimos o disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 6.017, de 31 de dezembro de 1973, apresentando aos senhores segurados o relatório das atividades do primeiro ano do nosso segundo mandato, consecutivo, neste Instituto.

O Instituto de Previdência dos Congressistas, criado pela Lei nº 4.284, de 20 de novembro de 1963, alterada pelas Leis nºs 4.937, de 18-3-1966, 5.896, de 5-7-1973, 6.017, de 31-12-1973, 6.311, de 16-12-1975, 6.497, de 7-12-1977 e 6.677, de 24-7-1979, tem como função precípua o amparo dos parlamentares — segurados obrigatórios — funcionários, — segurados facultativos — do Congresso Nacional e respectivos beneficiários.

2. Administração

A administração atual do IPC eleita, respectivamente, pelo Senado Federal e Assembleia Geral, está assim constituída:

Presidente: Deputado Bento Gonçalves

Vice-Presidente: Senador Passos Pôrto

Conselho Deliberativo:

Efetivos:

Senador Nelson Carneiro

Senador Bernardino Viana

Senador Affonso Camargo

Deputado Sebastião Andrade

Deputado Theodorico Ferrão

Deputado Renato Azeredo

Deputado Pedro Faria

Deputado Aldo Fagundes

Deputado Jádor Barbalho

Suplentes:

Senador José Lins

Senadora Eunice Michiles

Senador Agenor Maria

Deputado Raul Bernardo

Deputado Maurício Fruct

Deputado Alceu Collares

Deputado Tertuliano Azevedo

Deputado Hugo Napoleão

Deputado Cardoso Alves

A eleição do Presidente e Vice-Presidente se deu em sessão do Senado Federal em 16 de junho de 1981; — a do Conselho, pela Assembleia Geral em 25 de junho de 1981.

O Conselho Deliberativo elegeu como Tesoureiro efetivo o Senador Ivandro Cunha Lima, Tesoureiros substitutos o Deputado Furtado Leite e o funcionário da Câmara dos Deputados, Dr. Luiz Vasconcelos, sendo este Diretor da Assessoria de Orçamento.

3. Quadro Social

O número de segurados do IPC é o seguinte:

Contribuintes Obrigatórios	487
Contribuintes Facultativos	540
Funcionários integralizando carência	02
Ex-parlamentares integralizando carência	08
Pensionistas:	
Ex-parlamentares	505
Ex-funcionários	468
Outros beneficiários:	
Viúvas, filhos menores e filhas solteiras	433
Beneficiários especiais	13
Total	2.456

4. Assistência Social

4.1 Benefícios

No ano transato, cumprindo os objetivos sociais a que foi destinado, o Instituto manteve, como vem mantendo, seus pagamentos rigorosamente em dia, efetuando todos os benefícios assegurados em lei, a saber:

4.1.1. Pensões

No que concerne a pensões, principal finalidade da criação deste Instituto, em decorrência de progressão de ex-funcionários — pensionistas — e reajustes concedidos nos termos da Lei nº 5.896/73, houve um considerável aumento nos encargos mensais relativo a folha de pagamento, sendo destinado no ano precedente a soma de Cr\$ 377.586.919,40 (trezentos e setenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e dezenove cruzeiros e quarenta centavos).

4.1.2. Auxílio-doença

No Fundo Assistencial, foi ampliado dentro das limitações financeiras do IPC, a ajuda aos segurados e seus beneficiários em casos de tratamento de saúde, através do auxílio-doença. A assistência ainda é pequena, em vista da fonte geradora ser uma percentagem dos juros auferidos pelo Instituto. Este auxílio é deferido mediante requerimento do interessado, ao qual deverá anexar originais de recibos e notas de despesas especificadas, excluindo-se do cálculo as despesas relativas a acompanhantes e extraordinários.

De conformidade com o estabelecido na Resolução nº 71/80, os auxílios-doenças concedidos foram no valor Cr\$ 4.931.636,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta e seis cruzeiros).

4.1.3. Auxílio-Funeral

Em caso de morte do contribuinte ou pensionista contribuinte, o IPC, concederá auxílio-funeral correspondente a 01 (um) mês de subsídios, vencimento-base ou pensão, pago à pessoa que houver custeado as despesas dos funerais, desde que qualquer entidade pública não haja custeado tais despesas ou dado idêntico auxílio. De acordo com o que determina a Lei nº 4.937/66, este órgão pagou a importância de Cr\$ 18.735,00 (dezoito mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiros), referente a auxílio-funeral.

4.1.4. Seguro de Vida

Nos termos da alínea "e", do artigo 6º, da Lei nº 4.937/66, regulamentado pelo artigo 61, do Regimento Básico do IPC, foi efetuado pagamento no valor de Cr\$ 1.980.643,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil, seiscentos e quarenta e três cruzeiros) referente a seguro de vida.

4.1.5. Pecúlio Parlamentar

Instituído pelo Decreto Legislativo número 96, de 12 de novembro de 1975, confere ao IPC a incumbência de pagar aos beneficiários de parlamentar falecido no exercício do mandato, um pecúlio formado pelo desconto de duas diárias de cada parlamentar do Congresso Nacional. Que foi plenamente cumprido, tendo sido transferido aos beneficiários de memoráveis parlamentares, a importância total de Cr\$ 10.311.985,00 (dez milhões, trezentos e onze mil, novecentos e oitenta e cinco cruzeiros).

Os benefícios pagos atingiram um montante de Cr\$ 394.829.918,40 (trezentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e dezoito cruzeiros e quarenta centavos), contra Cr\$ 179.068.571,34 (cento e setenta e nove milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e um cruzeiros e trinta e quatro centavos), do ano anterior, registrando-se, assim, um aumento de 120,49%.

4.2. Apólices de Seguros

No setor de seguros, foi estipulado uma quarta apólice de seguro coletivo, com a companhia de seguros Aliança da Bahia, que virá proporcionar aos seguros escolha mais ampla e maior faixa de seguros.

A comissão do IPC neste setor, ficou assim totalizada:

Cia. Sul América	Cr\$ 878.090,10
Cia. Internacional	Cr\$ 640.556,47
Cia. Brasil de Seguros	Cr\$ 10.451,61
Cia. Atlântica Boa-Vista	Cr\$ 584.627,72
Total	Cr\$ 2.113.725,90

(dois milhões, cento e treze mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros e noventa centavos).

4.3. Empréstimos

No que concerne a empréstimos, fizemos de empréstimos simples consignados em folha de pagamento o valor total de Cr\$ 131.629.278,00 (cento e trinta e um milhões, seiscentos e vinte e nove mil, duzentos e setenta e oito cruzeiros).

Através de financiamento especial para aquisição de veículo, no mesmo período, alienamos 59 veículos, no valor global de Cr\$ 11.012.004,00 (onze milhões, doze mil, e quatro cruzeiros).

Tivemos, ainda, empréstimos pessoais pelo Fundo Assistencial, cujo valor foi de Cr\$ 190.132.883,00 (cento e noventa milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e três cruzeiros), que somados aos demais, evidenciam um relevante plano de financiamento aos segurados e não segurados, atingindo o montante de Cr\$ 332.774.165,00 (trezentos e trinta e dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e sessenta e cinco cruzeiros), o que é razoável para uma Instituição de pequeno porte, com finalidades sociais e com compromissos financeiros mensais a saldar.

5. Investimentos

No presente exercício só fizemos uma aquisição. Adquirimos uma máquina Processadora Eletrônica PROLÓGICA, Referência ALPHA CARD pelo custo total de Cr\$ 828.000,00, (oitocentos e vinte e oito mil cruzeiros).

Os imóveis estão alugados, dando uma renda mensal superior a Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros). Mais importante ainda é a valorização rápida desses imóveis.

Prosseguindo a política progressiva de aplicação dos recursos disponíveis nas modalidades de depósitos a prazo fixo, open market, cadernetas de poupança e ações do Banco do Brasil, o Instituto obteve uma receita de juros da ordem de Cr\$ 59.548.503,13 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quinhentos e três cruzeiros e treze centavos), em 1981. Resta, ainda, aplicado um saldo de Cr\$ 64.696.807,52 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e sete cruzeiros e cinquenta e dois centavos), a ser resgatado no ano em curso.

6. Panorama

Conseguimos a ampliação das nossas instalações com a concessão pela Câmara dos Deputados de um pavimento no Anexo I, 2º andar, onde já estamos funcionando desde outubro do ano precedente.

Para ficarmos devidamente aparelhados, é necessário que as Presidências das Casas do Congresso Nacional, promovam diligências a fim de providenciar o material e os recursos humanos já solicitados, uma vez que a demora no atendimento já se faz sentir na rotina administrativa interna deste órgão.

O IPC vem sendo campo de controvérsias e de maus augúrios. Muitos prevêem o seu colapso e a sua insolvência, apesar da luta insana dessa Presidência e do Conselho na busca de uma solução para o déficit técnico vigente. Uma receita inelástica, limitada, uma vez que foi vedado pela Lei nº 6.497/77, o ingresso de contribuintes facultativos, conseqüentemente, existe uma despesa crescente, de sempre novos pensionistas, que precisa de novas fontes de recurso. Daí surgiu o plano de recuperação econômico-financeira através da consolidação das Leis do IPC consoante o Projeto de Lei nº 5.545/81, do Deputado Bento Gonçalves, que foi apresentado à Câmara dos Deputados em 10 de novembro de 1981. No referido projeto fizemos uma revisão e consolidação em toda a legislação deste órgão, procurando corrigir as liberalidades e distorções existentes, apoiados no talento do Conselho, sobretudo calcado em completo estudo atuarial realizado por dois renomados técnicos atuariais do País e na experiência do funcionalismo do Instituto. O projeto de lei encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados e temos esperança de que seja aprovado, no máximo, até meados de abril de 1982. Promulgada a nova lei, sua aplicação a médio prazo virá sanar as dificuldades e abrir grandes perspectivas ao IPC, no seu plano de seguridade social e maior assistência aos seus contribuintes.

Com vistas a reforço financeiro, solicitamos dos ilustres parlamentares dotações de subvenções em favor do IPC. Nosso apelo, embora tenha sido feito com a máxima clareza e insistência, colocando, inclusive, as dificuldades enfrentadas pela nossa previdência, ficou aquém do esperado, proporcionando, apenas, o ingresso de Cr\$ 16.818.000,00 (dezesseis milhões, oitocentos e dezoito mil cruzeiros), contra Cr\$ 16.240.000,00 (dezesseis milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), arrecadadas no exercício passado.

Ainda com a finalidade de carrear recursos, estamos promovendo gestões junto às Mesas das duas Casas do Congresso Nacional para encontrarmos uma fórmula capaz de completar o orçamento desta Instituição. Estas providências, bem como outras de natureza técnico-atuarial, objetivam os reajustes das pensões, que não atendem a realidade econômico-social em comparação com a espiral inflacionária atual.

No entanto, com toda essa problemática para solucionar, temos certeza de que o IPC prosseguirá, os órgãos de previdência são assim mesmo, cheios de dificuldades e percalços.

7. Análise

O resultado apresentado pelo IPC no decorrer do ano de 1981 não foi dos mais favoráveis. O Superávit de Cr\$ 75.542.881,93 (setenta e cinco mi-

lhões, quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e um cruzeiros e noventa e três centavos) foi 13,83% inferior ao alcançado em 1980.

O fator determinante na diminuição desse resultado foi sem dúvida o crescimento desproporcional verificado com o pagamento de pensões a ex-contribuintes obrigatórios e facultativos no valor de Cr\$ 316.011.042,40 (trezentos e dezesseis milhões, onze mil, quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), representando um incremento de 102,41%, sem contar com o desembolso observado com as pensões a beneficiários que também teve um expressivo aumento de 109,47%, passando de Cr\$ 28.954.570,00, (vinte e oito milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta cruzeiros) para Cr\$ 60.651.838,00 (sessenta milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e oito cruzeiros).

Com essa breve introdução justifica-se plenamente o crescimento de 105,13% no total das Despesas, enquanto que as receitas totais evoluíram tão-somente 68,36%, sendo respectivamente, Cr\$ 195.972.008,53 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e setenta e dois mil, oito cruzeiros e cinquenta e três centavos) e Cr\$ 401.990.056,83 (quatrocentos e um milhões, novecentos e noventa mil, cinquenta e seis cruzeiros e oitenta e três centavos) em 1980 e Cr\$ 283.634.934,56 (duzentos e oitenta e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, novecentos e trinta e quatro cruzeiros e cinquenta e seis centavos) e Cr\$ 477.532.938,76 (quatrocentos e setenta e sete milhões, quinhentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta e oito cruzeiros e setenta e seis centavos) em 1981.

Em 1980 as receitas Ipeceanas estavam assim representadas: 29,40% na rubrica tributária, 24,68% na patrimonial, 45,05% nas transferências correntes, 0,47% nas diversas e 0,40% nos serviços operacionais, que no final do ano foi desativada.

No ano seguinte passamos, respectivamente, à seguinte distribuição: 28,93%, 28,71%, 41,75% e 0,61% ou seja: a queda observada nas receitas tributárias e de Transferências Correntes foi compensada com a melhor performance da receita patrimonial.

O aumento concedido em 1981 pelo Governo Federal ao funcionalismo civil da União e que, em cumprimento ao que determina a Lei nº 5.896/73, também, foi aplicado aos nossos pensionistas, redundando em um aumento em nossa folha de pensão da ordem de 103,54%, totalizando esses encargos em 1980 Cr\$ 185.509.586,58 (cento e oitenta e cinco milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e oitenta e seis cruzeiros e cinquenta e oito centavos) e em 1981 Cr\$ 377.586.919,40 (trezentos e setenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e dezenove cruzeiros e quarenta centavos), não havendo, em contrapartida, um acréscimo compatível nas Receitas Tributárias e de Transferências Correntes, que são as responsáveis, originalmente, para fazer face a esses dispêndios.

Em 1980 essas receitas correspondiam, em relação as pensões, a 44,75% e 68,56% sendo que, em 1981, tais percentuais caíram para 36,40% e 52,52%, o que vale dizer: em 1980, esses ingressos que proporcionaram um excedente de 13,31% no ano seguinte não acompanharam a evolução das pensões e corresponderam apenas a 88,92% desses gastos, gerando uma defasagem de quase 25%, o que evidencia a cambaleante situação previdenciária deste Instituto.

Na receita patrimonial onde estão agregados os lucros normais das operações do IPC observou-se em 1980 um total de Cr\$ 70.002.878,94 (setenta milhões, dois mil, oitocentos e setenta e oito cruzeiros e noventa e quatro centavos) e em 1981 Cr\$ 137.112.188,85 (cento e trinta e sete milhões, cento e doze mil, cento e oitenta e oito cruzeiros e oitenta e cinco centavos), isto é, apresentou um crescimento de 95,87%, sendo que a componente juros de empréstimos simples evoluiu nada menos que 140,40%, o que, em muito, contribuiu para compensar as perdas originárias com os pagamentos de pensões.

No que diz respeito às Despesas, os grupos de custeio e de Transferências Correntes apresentaram crescimentos percentuais de 111,94 e 195,02, passando a primeira de Cr\$ 3.139.027,79 (três milhões, cento e trinta e nove mil, vinte e sete cruzeiros e setenta e nove centavos) para Cr\$ 6.652.877,99 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e sete cruzeiros e noventa e nove centavos) enquanto que a segunda passava de Cr\$ 192.832.980,74 (cento e noventa e dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil, novecentos e oitenta cruzeiros e setenta e quatro centavos) para Cr\$ 395.337.178,84, (trezentos e noventa e cinco milhões, trezentos e trinta e sete mil, cento e setenta e oito cruzeiros e oitenta e quatro centavos.)

O pagamento de pensões a ex-contribuintes obrigatórios em 1980 correspondia, em relação ao total das Despesas, a 40,69%, caindo no ano seguinte para 35,84% tendo, por outro lado, os gastos com pensões a ex-contribuintes facultativos, aumentado de 38,97% para 42,77%, sendo o principal motivo de apreensão, pois não há rotatividade nesse grupo de contribuintes.

No tocante ao Balanço Patrimonial encerrado em dezembro de 1980, podemos dizer, em rápidas pinceladas, que os Bens e os Direitos representavam 25,03% e 74,97% do total do ativo, valendo, por outro lado, as obrigações 4,75%.

No ano posterior, esses indicadores passaram a ser 21,32; 78,68% e 2,90%, ou melhor: a redução observada nos Bens foi perfeitamente compensada com o aumento verificado nos Direitos, associados com a sensível redução nas obrigações.

8. Conclusão

Temos dado assistência permanente e assídua ao Instituto, mantendo a sua atividade em dia e com atendimentos rápidos, precisos e objetivos. Ninguém procurou o Instituto que não fosse recebido, ouvido e atendido com presteza.

Não é possível administrar sem apoio e sem compreensão, sem dignidade e sem respeito, sem amor e sem isenção.

Queremos ressaltar que o nosso trabalho, no IPC, desde quando iniciamos nossa gestão pela primeira vez em março de 1979, foi sempre um traba-

lho de equipe, pelo que o êxito que porventura tenhamos obtido deverá ser atribuído, também, aos esforços dos senhores Conselheiros, dos funcionários das duas casas colocadas à disposição deste Instituto, aos quais consignamos, publicamente, o nosso reconhecimento e, mercê de Deus, esperamos que quando da eleição da nova Presidência, a realizar-se em março/1983, o IPC, esteja mais sólido e mais forte do que nunca.

Ao final deste breve relatório, destacamos os justos e indispensáveis agradecimentos aos Poderes Executivos e Judiciário que sempre prestigiaram e prestigiam esta Instituição; às Mesas das duas Casas do Congresso Nacional, pelo apoio, compreensão e espírito colaborador manifestados, bem como aos Diretores-gerais e, conseqüentemente, aos funcionários; ao Conselho Deliberativo, sempre solícito e interessado na defesa do órgão; ao corpo administrativo do IPC, constituído de eficientes e leais servidores; aos segurados contribuintes, pensionistas, sempre solidários e compreensivos.

Brasília, DF, 31 de março de 1982. — *Deputado Benito Gonçalves, Presidente.*



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 051

SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1982

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso III da Constituição, é eu, Jarbas Passarinho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1982

Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte.

Art. 1º É o Senhor Presidente da República autorizado a ausentar-se do País no decurso do mês de maio de 1982, para visitar os Estados Unidos da América do Norte, a convite do Governo daquele País.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de abril de 1982. — Senador *Jarbas Passarinho*, Presidente.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 49ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria:

— Mensagem nº 315/81 (nº 494/81, na origem).

1.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 63/82, de autoria do Sr. Senador Jai-son Barreto, que dispõe sobre o registro de nascimento de filho brasileiro ausente do País por motivo de natureza política.

— Projeto de Lei do Senado nº 64/82, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

— Projeto de Lei do Senado nº 65/82, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, que dispõe sobre a responsabilidade subsidiária dos acionistas ou sócios das empresas pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício.

— Projeto de Lei do Senado nº 66/82, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que faculta às donas-de-casa a filiação à Previdência Social.

1.2.3 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados

De substituição de membro em comissão mista.

1.2.4 — Comunicação

Do Sr. Senador José Fragelli, que se ausentará do País.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Dia do Trabalho.

SENADOR EVANDRO CARREIRA, como Líder do PT — Aspirações do trabalhador brasileiro, face às comemorações do Dia do Trabalho.

SENADOR PAULO BROSSARD — Análise dos atos do Senhor Presidente da República, em relação ao seu gesto de mãos estendidas à Oposição.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.7 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 67/82, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que institui seguro que garanta a quitação do contrato de compra de lote urbano a prestações, no caso de morte do adquirente.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 64/82, de autoria do Senador Humberto Lucena solicitando, nos termos do artigo 18 do Regimento Interno, a convocação

do Ministro de Estado das Relações Exteriores, para comparecer ao plenário do Senado Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a posição do Governo brasileiro em face do conflito entre a Argentina e a Inglaterra com a recente invasão das Ilhas Malvinas. **Aprovado.**

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica. **Votação adiada** por falta de *quorum*, tendo usado da palavra no seu encaminhamento o Sr. Mauro Benevides.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, patrono da Força Armada Aérea Brasileira. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Votação adiada** por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. **Discussão sobrestada** por falta de *quorum* para votação do Requerimento nº 35/82.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JOSÉ RICHIA — Análise das condições de vida do brasileiro, face ao atual modelo econômico adotado pelo Governo.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Necessidade de se corrigir distorções que menciona, no que concerne à concessão de vantagens pecuniárias entre trabalhadores e servidores públicos.

SENADOR ITAMAR FRANCO — Exposição de pintores mineiros na Galeria de Artes Oscar Seráfico, nesta Capital.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Decisão do Conselho Monetário Nacional autorizando a criação de novas agências do Banco do Brasil.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Dia Nacional da Mulher.

SENADORA LAÉLIA DE ALCÂNTARA — Dia do Trabalho.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 50ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 1982

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Pareceres

Referentes à seguinte matéria:

— Mensagem nº 334/81 (nº 517/81, na origem).

2.2.2 — Requerimentos

Nº 69/82, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 118/81, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.

— Nº 70/82, de urgência, para o Projeto de Lei do Senado nº 25/82, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1981 (nº 89/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo sobre cooperação econômica e industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, concluído em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1981 (nº 93/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo para a concessão de privilégios e imunidades à Secretaria do Comitê de Ação para o estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana — RITLA, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Sistema Latino-Americano — SELA, em Caracas, a 3 de fevereiro de 1981. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1980 (nº 44/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980. **Aprovada.** À promulgação.

— Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1981 (nº 74/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de Previdência Social, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980. **Aprovada.** À promulgação.

2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 118/81, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 69/82, lido no Expediente. **Aprovado**, com emenda, após pareceres das comissões competentes sobre a emenda. À Comissão de Redação.

— Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118/81, em regime de urgência. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 25/82, em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 70/82, lido no Expediente. **Aprovado**, após pareceres das comissões competentes, tendo usado da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Dirceu Cardoso. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 25/82, em regime de urgência. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21/81, constante do item 1 da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 71/82. À promulgação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22/81, constante do item 2 da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 72/82. À promulgação.

2.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR GILVAN ROCHA, em explicação pessoal — Considerações sobre referências feitas pelo Sr. Senador Dirceu Cardoso, no encaminhamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 25/82.

SENADOR FRANCO MONTORO — Propondo à Presidência do Senado sejam votados, em regime de urgência, projetos de lei sobre a estabilidade no emprego.

2.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Luiz Fernando Freire, proferido na sessão de 28-4-82.

— Do Sr. Senador Humberto Lucena, proferido na sessão de 28-4-82.

4 — ATAS DE COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS POLÍTICOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 49ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILVAN ROCHA, CUNHA LIMA

JORGE KALUME E ITAMAR FRANCO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Affonso Camargo — Evelásio Vieira — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES NºS 194, 195 e 196 DE 1982

Parecer nº 194, de 1982

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 315 de 1981 (nº 494/81, no origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões e setenta e sete mil cruzeiros)

Relator: Senador Lomanto Júnior

Com a Mensagem nº 315/81, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal, pleito da Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN), que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, a seguinte operação de crédito:

“Características da operação:

A — Valor: Cr\$ 10.077.000,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 1 ano

2 — de amortização: 10 anos

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a.;

2 — Correção monetária 40% do índice de variação das

ORTNs;

D — Garantia:

Quotas do Fundo de Participação dos Municípios — FPM;

E — Destinação dos recursos: Construção de centro de abastecimento.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pleito, por entendê-lo técnica e financeiramente viável, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, o empreendimento a ser financiado pela presente operação de crédito se enquadra nas normas e diretrizes do FAS e criará melhores condições para o abastecimento da população do Município destinatário do empréstimo.

Ante o exposto, somos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1982

Autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN) a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões e setenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro

de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões e setenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — AS, destinado à Construção de um centro de abastecimento, naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1981. — José Richa, Presidente — Lomanto Júnior, Relator — Benedito Canelas — Alberto Silva — Luiz Cavalcante — José Caixeta — José Fragelli.

PARECERES NºS 195 E 196, DE 1982

Projeto de Resolução nº 34, de 1982, da Comissão de Economia que “autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN), a elevar em Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões, setenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna”.

PARECER Nº 195, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Benedito Canelas

O Projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 315/81, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Santana do Matos a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões e setenta e sete mil cruzeiros) destinado a financiar a construção de centro de abastecimento, naquele Município.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por consequente, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar, verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo nenhum óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto é jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 1981. — Aloysio Chaves, Presidente — Benedito Canelas, Relator — Aderbal Jurema — João Calmon — Lenoir Vargas — Bernardino Viana — Raimundo Parente — Murilo Badaró — Benedito Canelas — José Fragelli — Moacyr Dalla — Tancredo Neves.

PARECER Nº 196, DE 1982

Da Comissão de Municípios

Relator: Senador Raimundo Parente

A matéria sob a nossa apreciação, já exaustivamente analisada pela autora do Projeto de Resolução, em tela, objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Santana do Matos (RN) nos termos do que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 10.077.000,00 (dez milhões e setenta e sete mil cruzeiros) destinada a financiar a construção de centro de abastecimento, naquele Município.

A proposição mereceu a acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a entendeu conforme os cânones legais, pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada será de grande impacto sócio-econômico para a Região beneficiada pelo investimento.

Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação do presente projeto de resolução.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1982. — Lomanto Júnior, Presidente — Raimundo Parente, Relator — Tarso Dutra — Luiz Fernando Freire — Aderbal Jurema — Affonso Camargo — Lenoir Vargas — Moacyr Dalla — Benedito Canelas.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 1982

Dispõe sobre o registro de nascimento de filho de brasileiro ausente do País por motivo de natureza política.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O filho de brasileiro ou brasileira, nascido no estrangeiro, cujos pais não lograram registrá-lo em consulado brasileiro por motivo de natureza política, que venha a residir em território nacional antes de atingir a maioridade, poderá requerer, através dos pais ou responsáveis, no juízo de seu domicílio, que se registre no Ofício do Registro Civil competente, o termo de seu nascimento.

Parágrafo único. Dentro do prazo de quatro anos, depois de atingida a maioridade pelo interessado, deverá ele manifestar a sua opção pela nacionalidade brasileira perante o juízo federal. Deferido o pedido, proceder-se-á ao registro no livro "E" do cartório do 1º Ofício do domicílio do optante.

Art. 2º O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Justiça, regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Dos milhares de brasileiros que tiveram de abandonar o País a partir de 1964, só retornando após a edição da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia — muitos constituíram família no estrangeiro.

Muitos dos filhos desses brasileiros, no entanto, não puderam ter seu nascimento registrado nos consulados ou representações diplomáticas de nosso País, exclusivamente por razões de natureza política. As autoridades diplomáticas e consulares brasileiras tinham instruções para assim agir, por determinação do regime ditatorial que então vigorava no Brasil.

Pois bem, com a deflagração do processo de abertura democrática e a anistia, a quase totalidade dos brasileiros que residia no exterior voltou ao Brasil. Seus filhos, no entanto, embora brasileiros por inalienável direito, não gozam, ainda, dessa cidadania.

É que os cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais recusam-se a promover o necessário registro do termo de nascimento, eis que a Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973) é omissa a respeito dos brasileiros ausentes do País por motivos políticos, que tiveram filhos no estrangeiro, não registrados em consulado nacional.

Ora, se com a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, os pais foram anistiados, cumpre, agora, anistiar seus filhos, que nenhuma responsabilidade têm pela eventual atividade política de seus genitores, nem muito menos pelo regime repressivo que vigorou no Brasil durante tantos anos.

Nesse contexto, devem ter direito ao registro de seu nascimento no Brasil, tal como preconiza a proposição que, ainda, prevê que até quatro anos após completarem a maioridade, poderão manifestar opção definitiva pela cidadania brasileira.

Em se tratando de medida das mais justas, que complementa a anistia consubstanciada na Lei nº 6.683/79, temos convicção de que a iniciativa merecerá a aprovação dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — *Jaison Barreto.*

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 1982

Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 660. Os vogais das Juntas e os seus suplentes serão eleitos pelas associações sindicais de Primeiro Grau, em reunião convocada pelo Presidente do Tribunal Regional da respectiva jurisdição, observado o disposto pelo art. 524 e seus §§ 1º a 3º."

"Art. 662. Recebendo o resultado da eleição de que trata o art. 660, o Presidente do Tribunal Regional homologará os nomes dos vogais e dos respectivos suplentes eleitos, dentro de cinco dias, expedindo para cada um deles um título, cuja apresentação lhes garantirá a posse.

Parágrafo único. Na falta da indicação de vogais e suplentes pelos sindicatos, ou nas localidades onde estão estes não existirem, serão os representantes livremente designados pelo Presidente do

Tribunal Regional, observados os requisitos exigidos para o exercício da função."

"Art. 663.

§ 2º Na falta do suplente, por impedimento, renúncia ou morte, serão eleitos novo vogal e respectivo suplente, pela forma estabelecida no art. 660."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O sistema vigente, para a designação dos vogais e respectivos suplentes das Juntas de Conciliação e Julgamento, segundo acreditamos, está definitivamente superado pelo tempo e deve ser substituído por outro mais afinado com o desenvolvimento da atividade sindical moderna.

Segundo estabelecem os dispositivos que o projeto almeja modificar, a escolha dos vogais e suplentes é precedida de uma lista elaborada pelas associações sindicais de Primeiro Grau e remetida ao Presidente do Tribunal Regional da respectiva jurisdição.

Feito isso, o Presidente do Tribunal Regional escolherá, dentre os nomes constantes da lista, aqueles que desempenharão as funções de vogal e suplente, expedindo-lhes um título, mediante o qual serão empossados pelo Juiz Presidente da Junta em que irão atuar.

Desde logo, diríamos que o processo de escolha começa mal. A lista, que deverá ser encaminhada ao Tribunal Regional, é composta de três nomes eleitos de acordo com o disposto pelo art. 524 e seus §§ 1º a 3º, da CLT.

Ora, é de se presumir que os candidatos recebam número diferente de votos, colocando-se os eleitos em primeiro, segundo e terceiro lugar.

Tal ordem, todavia, não precisa ser observada pelo Presidente do Tribunal Regional que, de resto, desconhece a escala do volume de votos, eis que a lista remetida é composta de três nomes, sem mais especificações.

Sendo assim, pode ser escolhido o terceiro colocado nas eleições do sindicato, em detrimento dos que obtiveram maior número de votos.

Portanto, o processo de escolha já começa de maneira profundamente antidemocrática, fato que destoa das melhores tradições nacionais.

Por outro lado, a escolha não é do Tribunal Regional, mas das associações sindicais. O vogal é representante das categorias profissionais, não do Tribunal.

Disso decorre que os sindicatos devem eleger o vogal e seu suplente, encaminhando os nomes para homologação do Presidente do Tribunal Regional, a quem apenas caberá pronunciamento sobre a observância dos requisitos essenciais para o processo eleitoral recém praticado.

Se a eleição foi legítima, os eleitos serão homologados e empossados. Nada mais.

Parece-nos que a fórmula proposta é a única capaz de dar autenticidade à representação profissional nos órgãos do trabalho.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — *Neilson Carneiro.*

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Dos Vogais das Juntas

Art. 660. Os vogais das Juntas são designados pelo Presidente do Tribunal Regional da respectiva jurisdição.

Art. 662. A escolha dos vogais das Juntas e seus suplentes far-se-á dentre os nomes constantes das listas que, para esse efeito, forem encaminhadas pelas associações sindicais de primeiro grau ao presidente do Tribunal Regional.

§ 1º Para esse fim, cada sindicato de empregados e de empregadores, com base territorial extensiva à área de jurisdição da Junta, no todo ou em parte, procederá, na ocasião determinada pelo Presidente do Tribunal Regional, à escolha de três nomes que comporão a lista, aplicando-se à eleição o disposto no art. 524 e seus §§ 1º a 3º (Redação deste § L. 5.657, 4-6-71, DOU 8-6-71, LTr 35/495).

§ 2º Recebidas as listas pelo presidente do Tribunal Regional, designará este, dentro de cinco dias, os nomes dos vogais e dos respectivos suplentes, expedindo para cada um deles um título, mediante a apresentação do qual será empossado.

§ 3º Dentro de quinze dias, contados da data da posse, pode ser contestada a investidura do vogal ou do suplente, por qualquer interessado, sem

efeito suspensivo, por meio de representação escrita, dirigida ao presidente do Tribunal Regional.

§ 4º Recebida a contestação, o presidente do Tribunal designará imediatamente relator, o qual, se houver necessidade de ouvir testemunhas ou de proceder a quaisquer diligências, providenciará para que tudo se realize com a maior brevidade, submetendo, por fim, a contestação ao parecer do Tribunal, na primeira sessão (Redação deste § L 2.244, 23-6-54, DOU 30-6-54).

§ 5º Se o Tribunal julgar procedente a contestação, o presidente providenciará a designação de novo vogal ou suplente (Redação deste § DL 229, 28-2-67, DOU 28-2-67, LTr. 31/137).

§ 6º Em falta de indicação pelos sindicatos, de nomes para representantes das respectivas categorias profissionais e econômicas nas Juntas de Conciliação e Julgamento, ou nas localidades onde não existirem sindicatos, serão esses representantes livremente designados pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho, observados os requisitos exigidos para o exercício de função (§ acrescentado pelo DL 229, 28-2-67, OU 28-2-67, LTr 31/137).

Art. 663. A investidura dos vogais das Juntas e seus suplentes é de 3 (três) anos, podendo, entretanto, ser dispensado, a pedido, aquele que tiver servido, sem interrupção, durante metade desse período.

§ 1º Na hipótese da dispensa do vogal a que alude este artigo, assim como nos casos de impedimento, morte ou renúncia, sua substituição far-se-á pelo suplente, mediante convocação do presidente da Junta (Redação art. e § 1º L 2.244, 23-6-54, DOU 30-6-54).

§ 2º Na falta do suplente, por impedimento, morte ou renúncia, serão designados novo vogal e o respectivo suplente, dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 662, servindo os designados até o fim do período.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 1982

Dispõe sobre a responsabilidade subsidiária dos acionistas ou sócios das empresas pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescentado o seguinte parágrafo 3º, ao artigo 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho:

“§ 3º Os acionistas ou sócios das empresas enunciadas no parágrafo anterior que detenham pelo menos 10% (dez por cento) do capital social serão, em qualquer hipótese, subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício”.

Artigo 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Ninguém ignora que o Brasil atravessa uma fase extremamente dedicada do ponto de vista econômico. As empresas privadas, sustentáculo de toda a ordem vigente no plano mercantil, se deparam com dificuldades crescentes fruto de uma conjuntura adversa quer no plano interno quer no plano internacional. A política recessiva, conscientemente adotada pelas autoridades federais, vem agravando de forma assustadora o calamitoso quadro social que assola nosso País e cujas maiores vítimas sempre são os menos favorecidos.

O número de empresas que apresentam um estado de insolvência ou correm o inímite risco de se encontrarem em tal situação aumenta diuturnamente. Com os elevados índices de desemprego que pairam no mercado, são os trabalhadores freqüentemente levados a suportar a inadimplência salarial na esperança de que os dias vindouros se revelem mais promissores para os negócios da empresa. Isto, entretanto, nem sempre ocorre os obreiros, quando vêm frustradas todas as perspectivas ou chegam ao ponto de exaustão, acabam por recorrer ao Judiciário a fim de haver o que lhes cabe de direito.

A “praxis” do foro trabalhista está a revelar que inúmeros pleitos, embora merecendo acolhida no tocante ao mérito, redundam em decisões inócuas visto a impossibilidade de se executar o objeto da condenação por inexistir patrimônio suficiente em nome da firma. A legislação brasileira, no particular do sistema financeiro, procurou sanar tal anomalia instituindo a responsabilidade solidária dos diretores e gerentes pelas dívidas e obrigações assumidas em nome da empresa (Lei nº 1.808, de 7-1-53). Acreditamos que o princípio é salutar e deve ser entendido às obrigações trabalhistas de um modo geral de sorte que a satisfação dos direitos arduamente adquiridos pelos empregados não permaneçam ao sabor das circunstâncias econômicas conjunturais.

O projeto ora apresentado tem por escopo fundamental dar maior garantia de solvabilidade ao crédito trabalhista. Se o lucro empresarial justifica-se em função do risco que a atividade compreende, não deve o empregado,

que dele não participa, nem direta nem indiretamente, ser onerado com as eventuais desventuras de um empreendimento. O salário é, na maioria das vezes, a única fonte de renda do empregado e nestas condições passa a ser vital para a própria sobrevivência. O ordenamento jurídico não pode ignorar esta dramática realidade continuando a dispensar aos créditos desta natureza o mesmo tratamento deferido aos demais.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — Itamar Franco.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

§ 1º Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

LEI Nº 1.808, DE 7 DE JANEIRO DE 1953

Dispõe sobre a responsabilidade de diretores de bancos e casas bancárias, e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça, e de Legislação Social.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 1982

Faculta às donas-de-casa a filiação à Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As donas-de-casa poderão, facultativamente, filiar-se à Previdência Social.

Art. 2º A contribuição previdenciária dos segurados facultativos de que trata o artigo anterior será idêntica à dos trabalhadores autônomos.

Art. 3º São assegurados às donas-de-casa que se filiarem à Previdência Social todos os benefícios previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e legislação complementar.

Art. 4º O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Previdência e Assistência Social, regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

No mundo contemporâneo, tornou-se a mulher uma extraordinária força de trabalho, colaborando decisivamente com o homem e a família dentro e fora do lar, exercendo os mais diversos ofícios.

Número substancial de mulheres, no entanto, continua a exercer atividades exclusivamente no lar, dedicando-se à árduas e pouco reconhecidas atividades domésticas.

Tais mulheres, cuja atividade, não raras vezes, é até mais exaustiva do que a das que militam fora de casa, não têm quaisquer direitos previdenciários, sofrendo um injusto e inadmissível desprezo do legislador e, por que não dizer, da própria sociedade que, preconceitosamente, não lhe proporciona o devido reconhecimento.

Essa situação, temos para nós, não pôde perpetuar-se, particularmente no momento histórico em que estamos vivendo, quando a mulher se emancipa, rompendo as amarras sócio-econômicas que a atrelaram, durante séculos, ao homem, numa posição subalterna.

Nesse contexto, nossa preocupação é ensinar à valorosa dona-de-casa, que com tanto sacrifício se dedica diuturnamente aos afazeres domésticos, o direito de, facultativamente, filiar-se à Previdência Social.

A esse respeito, a propositura preceitua que a contribuição por elas devida será idêntica à dos trabalhadores autônomos, pelo que farão elas jus a todas as benesses previdenciárias.

A medida, temos convicção, fará justiça às donas-de-casa, que não podem continuar à margem da Previdência Social.

Tais razões nos dão a certeza de que a iniciativa merecerá o apoio dos ilustres membros da Câmara Alta.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — *Orestes Quêrcia.*

(*Às Comissões de Constituições e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Ofício nº 126/82

Brasília, 29 de abril de 1982.

Senhor Presidente:

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir o nome do Senhor Deputado Jorge Arbage, pelo do Senhor Deputado Nilson Gibson, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem nº 34/82-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.910/81, que “dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Em 29 de abril de 1982

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa a partir do dia 1º/maio/1982, para breve viagem ao estrangeiro, a convite do Governo Italiano.

Atenciosas saudações — *José Fragelli.*

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — A Presidência fica ciente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Humberto Lucena, por cessão do nobre Sr. Senador José Fragelli.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Comemora-se no próximo sábado, 1º de maio, o Dia do Trabalhador. Considerando-se, como já tive oportunidade de registrar nesta Casa, que uma das características de nosso País tem sido a perda de sua própria memória — muitas vezes com a colaboração de parte daqueles que *escrevem*, mas, não necessariamente, *fazem* a História — é sempre oportuno lembrar, desde logo, que não é acidentalmente que o 1º de maio foi consagrado como Dia do Trabalhador. O 1º de maio é na verdade um símbolo da resistência e da luta dos trabalhadores pelos seus direitos e algumas das razões que provocaram sua escolha estão ainda, infelizmente, presentes entre nós.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: O 1º de maio tem a sua origem na luta dos operários norte-americanos pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e pela proteção da mulher operária. Uma greve geral convocada com esse objetivo e iniciada exatamente a 1º de maio de 1886, teve um trágico fim que provocou a incriminação de oito líderes sindicais americanos — os famosos “Oito de Chicago” — cinco deles condenados à força, tendo sido a pena executada em 1887 apesar do fato que formalmente ocasionou todo o processo — uma bomba lançada ao fim de um comício pacífico provocando a morte de sete policiais — jamais ter sido devidamente esclarecido.

Como se vê, é e preciso que a memória histórica não se perca, existe uma ampla significação de luta e resistência operária no 1º de maio que um Congresso Internacional de Trabalhadores, realizado em Paris em 1890, sabiamente consagrou ao trabalhador e que o Brasil também comemora desde 1902.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é das mais felizes a situação do trabalhador brasileiro neste 1º de maio de 1982. As oposições têm insistido nisso já de há muito tempo. O seu dia será comemorado num Brasil que apresenta hoje as maiores taxas de desemprego já registradas entre nós; que mantém uma Lei de Greve draconiana, em claro desacordo com o próprio texto constitucional em vigor; com um FGTS que na verdade tira a garantia do emprego; sem a existência de um seguro-desemprego e com uma política salarial

que, contraditória e cinicamente, se apresenta como “redistribuidora de renda” e na verdade é apenas uma má “redistribuidora de salários”.

Acredito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que uma forma de o PMDB mostrar sua solidariedade aos trabalhadores que realmente fazem a história deste País, é denunciar hoje mais uma flagrante contradição entre o discurso e a ação do Poder que aí está. De fato, especialmente neste ano eleitoral, quase sempre o anúncio de medidas de política econômica ou fiscal, do atual Governo, as vinculam aos segmentos da população assalariada com rendimentos brutos iguais ou inferiores a três salários mínimos. Essa faixa de assalariados, em face da brutal concentração de renda que caracteriza o “modelo” brasileiro, compreende entre 90 e 95% do total de assalariados do País. Sempre essas medidas penalizam os assalariados de faixa superior àquela e são anunciadas como medidas de “redistribuição de renda”. Assim foi com a lei de reajustes semestrais de salários, com o aumento das taxas de contribuição para a previdência social; assim tem sido com a política de financiamento da Caixa Econômica Federal e do Sistema Financeiro de Habitação. Além disso, os bens de consumo típicos da classe média têm sido qualificados pejorativamente como *supérfluos*, uma categoria de bens até há pouco tempo estranha à microeconomia, pelo menos com essa designação!

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por maior que seja o consumismo da classe média brasileira — de resto, induzida a isso pelo próprio Governo, como forma de viabilização, por exemplo, de uma indústria automobilística em prejuízo da produção de tratores e implementos agrícolas, de que necessitávamos tanto —, não pode falar de bens *supérfluos* quem, durante anos, se jacta de haver construído uma ativa indústria de armamentos. Não pode falar de bens *supérfluos* quem, para continuar viabilizando a mesma indústria automobilística, lança um programa de produção de álcool que, a par de acelerar o processo de degradação ambiental, por via do lançamento nos rios do vinhoto (doze litros de poluente para um litro de álcool), também destina à produção de combustível as terras empregadas anteriormente para a produção de alimentos, conseguindo, com isso, atingir ao mesmo tempo dois registros paradoxais: a colheita das maiores safras agrícolas e dos maiores índices de aumento do custo de vida da história brasileira.

O que na verdade se esconde, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que a distribuição de renda genuína é aquela que se dá entre *capital* e *trabalho* e não entre rendimentos de assalariados. Esse jogo maquiavélico de palavras praticado pelo Governo esconde ainda outros propósitos. Em primeiro lugar, procura manipular a frustração e a revolta do povo, através de uma perversa discriminação entre segmentos da classe trabalhadora, tentando alinhar entre os ricos — que são, esses sim, os grandes beneficiários do “modelo” — a faixa de empregados de maior nível de rendimento; em segundo lugar, cria mais uma discriminação entre empresas, penalizando a pequena e média empresas nacionais e favorecendo a grande empresa, onde se destaca, como vanguarda, a empresa multinacional. De fato, é na pequena e média empresa nacional, de baixo nível de capitalização e de tecnologia que se concentra a população assalariada de remuneração mais baixa, enquanto os níveis de remuneração mais altos se encontram nas empresas estatais, na grande empresa privada e na empresa multinacional. Evidentemente, o nivelamento dos salários realizado por baixo, em face dessa distribuição da mão-de-obra, eleva os custos reais do fator trabalho nas pequenas e médias empresas e, em contrapartida, reduz o custo real desse mesmo fator de produção na grande empresa.

Quem se der ao trabalho de comparar a relação entre valores salariais tomadas as faixas mais altas e as mais baixas vigentes no Brasil, e cotejar com a mesma relação em outros Países, constatará claramente uma distorção na situação brasileira. Entretanto, se se compararem os valores salariais praticados no Brasil com o custo da vida no País, dificilmente se pode falar aqui de uma faixa de empregados privilegiados. Na verdade, os salários são baixos para todos, exceto para alguns trabalhadores que, de tão poucos, quase que podem ser citados pelo nome.

Mesmo assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda que se pudesse falar de uma distorção real, essa situação teria sido criada pelo próprio “modelo” do Governo, na medida em que se fez necessário como instrumento político de apoio a uma devastadora estratégia econômica. Com efeito, entre 1967 e 1973, quando se construiu e entrou em declínio o “milagre” brasileiro (inventado, diga-se de passagem, pelos mesmos burocratas que administram a atual recessão), o aparecimento de altas remunerações de empregados foi um expediente através do qual se buscou cooptar a classe média brasileira, em particular procurou-se cooptar os melhores quadros da juventude universitária e técnica, aqueles que detinham maior potencial crítico, acenando-lhes com um futuro em que todos seriam brilhantes executivos ou técnicos de alta cotação no mundo empresarial e no Governo.

É sempre bom recuperar-se a memória do período e lembrar-se que, naquela época, à "população de baixa renda" — eufemismo criado pela tecnoburocracia do Poder para substituir alusões à pobreza e à miséria — aplicava-se a política de repressão ou, no melhor dos casos, de correções salariais com bases em índices falsificados do custo de vida, o que acabou sendo revelado por uma fonte insuspeita: o Banco Mundial. Hoje, ao mergulharmos na recessão, que é um produto natural do "milagre" e não propriamente da desgastada *crise do petróleo*, já não podendo retirar mais da "população de baixa renda", sob pena de levá-la à inanção, começa a estação de caça à classe média e à faixa de assalariados supostamente detentora de privilégios. Em lugar da repressão, agora manipula-se os segmentos de remuneração mais baixa, prometendo-lhes uma *estranha* distribuição de renda que consiste em penalizar os níveis de remuneração superiores a cinco salários mínimos. Porém, sem afetar de nenhum modo o grande capital, muito menos os fantásticos lucros dos bancos, realizados por conta de uma taxa de juros, que atinge, neste momento, patamares jamais vistos aqui (200% ao ano).

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há que ser considerado além disso, que o salário do trabalhador especializado, seja ele um técnico ou um executivo, não remunera apenas o seu esforço de trabalho imediato; parte do seu salário remunera o investimento realizado por esse trabalhador ou por sua família em sua formação, especialmente cara e seletiva no Brasil, onde a educação — um direito fundamental do homem moderno — e o treinamento profissional se tornaram objeto de um dos mais prósperos ramos de negócio do qual, aliás, segundo defende o atual Ministro da Educação e Cultura, as universidades públicas deveriam participar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não pode haver dúvida que a afirmação de que existe necessariamente "redistribuição de renda" quando se pratica a "redistribuição de salários", é falsa, inteiramente falsa. Os últimos dados disponíveis através da RAIS — Relação Anual de Informações Sociais, e do IBGE, foram objeto de artigo altamente técnico do economista João Sabóia, publicado na *Folha de S. Paulo* do dia 11 último. Afirma ele:

"A atuação da política salarial se faz diretamente sobre a distribuição das remunerações, e só indiretamente sobre a distribuição da renda. Em outras palavras, ela atua sobre as remunerações do trabalho que, embora bastante desiguais, estão melhor distribuídas do que a renda em geral. Na realidade, mesmo sobre as remunerações o efeito da política salarial é limitado, na medida em que elas incluem os salários dos servidores públicos e outras parcelas da remuneração dos empregados não sujeitas às correções semestrais determinadas pela atual legislação salarial.

Observa-se, por outro lado, que existe uma série de rendimentos do trabalho não computados nos dados da RAIS, não estando também submetidos aos reajustes da política salarial. Nos referimos aos rendimentos auferidos no mercado informal do trabalho que atingem uma enorme faixa de trabalhadores remunerados abaixo do salário mínimo.

Verifica-se, portanto, que a relação entre a política salarial e a melhoria da distribuição da renda é bem mais complexa do que pode parecer à primeira vista".

Fica portanto claro, Sr. Presidente, Srs. Senadores que uma verdadeira distribuição de renda, aquela que realmente interessa ao historicamente sacrificado trabalhador brasileiro, não será obtida através da redistribuição do salário dos próprios trabalhadores. Essa distribuição virá, sem dúvida, com a total reformulação de nossa política econômica.

O Sr. Lázaro Barboza — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não. Ouço, com muita honra, o aparte de V. Ex^a, eminente Senador Lázaro Barboza?

O Sr. Lázaro Barboza — Eminente Senador Humberto Lucena, não precisaria apartear V. Ex^a para demonstrar a minha solidariedade ao trabalhador brasileiro, sobretudo pela próxima passagem do dia 1º de maio, porque V. Ex^a, como Líder, fala por todos nós da Bancada do PMDB. Mas aproveito, nobre Senador, o discurso de V. Ex^a, para fazer daqui um pedido, em nome dos trabalhadores deste País, à bancada do PDS, para que concordem em aprovar o projeto de lei de nossa autoria que compatibiliza o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço com o instituto da estabilidade, instituto que desde a sua revogação tem sido o responsável pelo desemprego de uma grande massa de brasileiros, sobretudo aqueles pais de família já na faixa dos 40

anos de idade que enfrentam dificuldades enormes para serem recontratados. Milhares e milhares de pais de famílias, quando os filhos já estão adolescentes, na hora de entrarem para as Universidades, quando os encargos de famílias são mais elevados, se vêem jogados no beco do desemprego, graças ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que foi dado com uma das mãos, para que o Governo retirasse com a outra, o instituto da estabilidade, este sim, protetor dos interesses do trabalhador brasileiro.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a contribuição de V. Ex^a ao meu pronunciamento, em nome da bancada do PMDB do Senado, pela passagem do dia do trabalhador a 1º de maio próximo.

V. Ex^a não poderia dar uma colaboração maior, pois enfatiza a necessidade imperiosa de se restabelecer na nossa Consolidação das Leis do Trabalho, ao lado do instituto do Fundo de Garantia, o qual foi uma inovação criada no Brasil pelo ex-Ministro Roberto Campos a partir de 1965, o instituto da estabilidade. Este, sim, é o único que assegura realmente ao trabalhador a sua tranquilidade e a de sua família. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a esta altura, já está praticamente consagrado como o grande fator da maior rotatividade de mão-de-obra no mercado de trabalho brasileiro.

Portanto, faz-se necessária a aprovação do projeto de V. Ex^a. E não somente do projeto de V. Ex^a, como de outras proposições de iniciativa de Senadores da Oposição que visam a atualizar a nossa Consolidação das Leis do Trabalho, que está tão envelhecida, está tão *démodé*, que já foi inclusive fruto de um estudo do próprio Ministério do Trabalho, que através de um grupo especializado se propôs à tarefa de reformulá-la, enviando mesmo ao Congresso um anteprojeto que há mais de dois anos se encontra na nossa Comissão de Legislação Social, sem que até hoje o Governo se dignasse a transformá-lo numa mensagem ao Congresso Nacional, para efeito de modernização da nossa Consolidação das Leis do Trabalho.

O Sr. Henrique Santillo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço, com muito prazer, V. Ex^a, nobre Senador Henrique Santillo.

O Sr. Henrique Santillo — Não há, realmente, motivo de regozijo para os trabalhadores brasileiros, o 1º de maio deste ano, como bem disse V. Ex^a, em nome do PMDB. A garroteá-los ainda aí se encontram dispositivos legais, como a Lei da Greve, como os dispositivos draconianos da CLT, que ferem profundamente a autonomia sindical, e a própria Lei de Segurança Nacional. Através deste breve aparte a V. Ex^a, ao mesmo tempo em que, sem necessidade, é óbvio, solidarizo-me com suas palavras, gostaria de fazer um apelo ao Congresso Nacional, como um todo, para que possamos reformular a Lei de Greve, para que possamos reformular os dispositivos da CLT que ferem, que violentam a autonomia sindical, e para que possamos reformular todos os dispositivos da famigerada Lei de Segurança Nacional que, também, sobre as cabeças dos trabalhadores brasileiros está suspensa como uma ameaça permanente, como poder intimidatório constante. Hoje, no Brasil, são raras as categorias profissionais que podem, em algumas circunstâncias, declararem-se em greve. Sempre se consideram esses movimentos ilegais. Agora mesmo — veja V. Ex^a —, os professores das redes de ensino estadual e municipal do meu Estado, já há alguns dias em greve, acabam de ter o seu movimento considerado ilegal pelo Ministério do Trabalho. E o governo estadual, com base nisso, deu início a um processo de demissão em massa de quase todos os professores goianos, como punição, como repressão absurda. Veja V. Ex^a, portanto, que este é o momento azado, o momento oportuno para que nós todos, através de suas palavras, verberemos nossa voz ao lado dos trabalhadores brasileiros. Que não sejamos apenas discursivos, todos nós, membros deste Congresso, mas que façamos como o PMDB está fazendo, como os partidos da Oposição estão fazendo, que, além da solidariedade discursiva, também nos encaminhe aos movimentos sociais, e, abraçados com os trabalhadores, congregados com os trabalhadores, ampliemos até mesmo a nossa representatividade. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Henrique Santillo, que, com a sua palavra veemente, vem ao encontro do pronunciamento que faço neste instante em homenagem ao Dia do Trabalhador, no próximo sábado. V. Ex^a faz bem em rememorar esses instrumentos garroteadores das liberdades públicas, meros instrumentos do autoritarismo que ainda persiste neste País, que são, entre outros, a Lei de Greve, a própria Consolidação das Leis do Trabalho e a famigerada Lei de Segurança Nacional. Quantas e quantas vítimas não estão aí pelos caminhos, atingidas pelo arbítrio, perseguidas por processos injustos, condenadas a penas infamantes só pelo fato de terem levantado a sua voz, de terem participado desses movi-

mentos sociais a que se referiu V. Ex^a e que hoje fazem parte de um contexto moderno da sociedade brasileira, aguerrida e rebelada contra o que aí está! Quantas e quantas vítimas, nobre Senador Henrique Santillo, não está aí e merecem, neste instante, a nossa reverência e a nossa solidariedade!

Desejo, inclusive, levar, em nome de toda a nossa Bancada, como Líder do PMDB no Senado, o nosso total apoio ao movimento grevista dos professores de Goiás, por encará-lo como um instrumento de luta em defesa de direitos individuais e sociais legítimos que, infelizmente, não estão sendo considerados e respeitados pela atual ordem de coisas que o sistema dominante de poder insiste em manter no Brasil, à revelia do povo e de sua soberania.

Ouçoo o nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a fala em nome de todos nós para lembrar, no Congresso, o Dia do Trabalhador, o 1º de Maio. O discurso de V. Ex^a e os apertes que recebeu estão tendo uma significação eminentemente prática. Não é apenas uma comemoração histórica do 1º de Maio, medidas concretas estão sendo lembradas. Nesta mesma linha de considerações, ao mesmo tempo em que congratulo com o brilho com que V. Ex^a, em nosso nome, saudou o trabalhador brasileiro, sugeriria uma medida concreta: o nobre Senador Lázaro Barboza acaba de lembrar alguns projetos sobre estabilidade e a modificação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Há, hoje, um certo consenso, entre as diversas bancadas, na Comissão de Legislação Social, e até numa Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta pela própria Bancada do Governo, em torno do problema do desemprego. Neste sentido, há vários projetos prontos para uma deliberação do Senado e, futuramente, da Câmara. A proposta que faço, nobre Líder Humberto Lucena, é que, mediante um acordo de Liderança entre V. Ex^a e o Líder da Maioria e os demais líderes que hoje integram esta Casa, se coloquem na Ordem do dia de uma das próximas sessões, os vários projetos que cuidam de restabelecer a estabilidade do trabalhador brasileiro. Eu tenho em mãos um projeto que foi apresentado por mim, em nome da Bancada do MDB quando Líder, que dispõe que o empregado não poderá ser despedido arbitrariamente. Isto é, ele só poderá ser despedido por motivo de falta disciplinar ou por dificuldade econômico-financeira por parte da empresa, devidamente comprovada. Esta proposta havia sido feita ao próprio Ministro pela sua assessoria. No encaminhamento do anteprojeto ao Congresso, houve uma omissão a esse respeito e que foi sanada com essa apresentação. Este Projeto tem o número 55, é de 1980, e estabelece a garantia de emprego. Este projeto é outros que foram lembrados sobre essa matéria poderiam, numa das sessões do Senado, em regime de urgência e através de acordo de lideranças, ser objeto de deliberação. Seria uma forma de o Congresso Nacional não apenas se congratular com o trabalhador brasileiro na luta que trava pelos seus direitos, mas também uma contribuição concreta, dentro da sua alçada, para atender a esta reivindicação fundamental que é a mais importante das reivindicações de todas as categorias de empregados e de grande número de categorias de empregadores deste País. Congratulo-me com V. Ex^a e integro este meu apoio ao brilhante discurso que V. Ex^a faz neste momento.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Recebo, com a maior atenção, o apelo de V. Ex^a e o transito de público, desta tribuna, à Liderança do Governo no Senado Federal, na expectativa de que haja a necessária sensibilidade para a solução desses problemas sociais que dizem tão de perto aos interesses dos trabalhadores brasileiros.

Não me surpreende a postulação de V. Ex^a, nobre Senador Franco Montoro, porque o conhecimento de longa data. V. Ex^a é ex-Líder do nosso Partido no Senado Federal, parlamentar atuante e democrata dos mais combativos, e por isso mesmo candidato em potencial do PMDB ao Governo de São Paulo, condição que já coloca V. Ex^a numa situação privilegiada nas pesquisas de opinião pública daquele Estado, justamente porque V. Ex^a tem sido um autêntico defensor do povo, da grande massa dos trabalhadores brasileiros.

Concluo, Sr. Presidente.

Recorro aqui ao documento "Esperança e Mudança" recentemente divulgado pelo PMDB contendo propostas alternativas de Governo e que vem sendo atualmente discutido em Seminário promovidos por todo o País. No que se refere à política de redistribuição de renda, o documento é claro e diz:

"A política de redistribuição de renda deve fundar-se em três pilares básicos:

1º — Em Reformas Econômicas e Institucionais, notadamente na Reforma Tributária e Financeira, na Reforma Agrária e Fundiária, na Reforma da Previdência Social e da Legislação Trabalhista.

A Reforma Tributária e Financeira visa corrigir a dramática e iníqua regressividade tributária existente e busca implantar, simultaneamente, uma desconcentração fiscal em favor dos Estados e Municípios para que possam

enfrentar os problemas regionais, locais e urbanos, que dizem respeito diretamente à qualidade da vida das populações mais desfavorecidas.

A Reforma Agrária e Fundiária visa criar condições afetivas de acesso à propriedade da terra rural e urbana. Para isso, torna-se urgente a criação de mecanismos legais rápidos e justos para assegurar a posse da terra, legitimando os títulos de propriedade aos que efetivamente nela trabalham. A terra não pode ser uma reserva de valor para o seu proprietário quando é um instrumento de trabalho; nem, tampouco, pode ser usada como forma de especulação capitalista nas cidades, marginalizando milhões de brasileiros do direito à habitação condigna.

A Reforma da Previdência Social busca implantar um sistema justo de financiamento e de distribuição dos benefícios de forma a favorecer as faixas de baixa renda.

A reforma da Legislação Trabalhista visa constituir um Sistema Sindical Livre, autônomo, democrático. Este Sistema, baseado na autonomia Sindical e nucleado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) deve assegurar mecanismos e poder efetivo de negociação e de recursos à greve de garantia de salários reais crescentes, que acompanhem o crescimento da produtividade e da acumulação da riqueza social.

2º — O segundo pilar fundamental reside na adoção de uma nova lei salarial que proteja todos os segmentos assalariados e faixas salariais dos efeitos corrosivos da inflação. Outras mudanças urgentes e imediatas são necessárias para coibir a rotatividade deletéria a que as empresas submetem a força de trabalho e eliminar a incúria com respeito às condições de trabalho e acidentes. Este é, sem dúvida, o ponto de partida para uma política efetiva de redistribuição da renda com elevação da participação dos salários dos trabalhadores na renda nacional.

3º — Finalmente, a redistribuição da renda deve ser materializada através de um programa de políticas sociais de longo alcance, visando atacar, de forma simultânea, todos os problemas sociais de vulto como a saúde pública, a educação, a habitação popular, o saneamento básico, os transportes coletivos urbanos, a proteção ao meio ambiente."

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao registrar nesta Casa a passagem de mais um dia 1º de maio, julguei convenientemente apresentar não só outra denúncia da contradição permanente entre o discurso oficial e a ação do Governo, como também apresentar as propostas alternativas do PMDB para uma real distribuição de renda neste País. Fica a esperança de que a nossa luta, comprometida com as verdadeiras lutas do trabalhador brasileiro, antecipe o dia em que o Poder esteja de fato voltado para aqueles que realmente constroem este País e fazem a sua história.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carneira, que falará como Líder do Partido dos Trabalhadores.

O SR. EVANDRO CARREIRA (Como Líder do PT, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Partido dos Trabalhadores pretende assinalar o transcurso do próximo 1º de maio não com comemorações ou festas laudatórias, mas carpindo todo o sofrimento que o trabalhador tem amargado ao longo destes séculos, desde o início da civilização industrial, atraindo para as megalópoles a mão-de-obra barata, nova forma de exploração branca, a grande escravatura branca, da qual o trabalhador vem tentando libertar-se, num esforço hercúleo e denodado.

Todo este esforço dos trabalhadores tem sido desviado através de uma farsa legislativa, todo este esforço tem sido desarticulado através de propostas que não batem em favor dos seus autênticos anseios.

Depois de tanto sofrimento, conseguiu o trabalhador brasileiro, no dia 11 de fevereiro de 1982, obter o registro definitivo do seu Partido, do autêntico Partido dos Trabalhadores, que tem por proposta fundamental não a utópica e quixotesca atitude verbalista de simples derrubada Lei de Greve e da Lei da Segurança Nacional, mas uma proposta verdadeira, substancial que é a organização do trabalhador pela base, isto é, derrubada dessas leis e de todos os artifícios que pretendem atemorizar ou escravizar o trabalhador. E o trabalhador brasileiro, depois de toda uma gama de sofrimento, de tortura e de sacrifício, concluiu que só há uma hipótese, só há um caminho, só há uma maneira de libertar o trabalhador: é através do próprio trabalhador.

Compreendeu a grande mensagem de Giordano Bruno, que concluiu, diante do estamento dominante: "pura tolice, pedir ao poder que renuncie ao próprio poder".

Chegou o trabalhador à conclusão de que só ele, é que pode construir o seu processo de afirmação e não esperar que o capitalismo ou as elites dominantes venham a lhe conceder o favor de ocupar um lugar na sociedade e alcançar a desejada justiça social. Concluiu que este caminho tem que ser traçado com base na sua organização, organização que tem que acontecer nas fábricas, nos subúrbios, em todas as comunidades onde ele opera e atua, isto é, os núcleos de base, nas suas comunidades de base.

Enquanto o trabalhador não se organizar pela base, enquanto ele não se estruturar pela base, será sempre massa de manobra das elites que, através de discursos empolados, ficam a reivindicar e a pedir do todo-poderoso, dos aristocratas e dos mandões que a Lei de Greve, que a Lei de Segurança Nacional, que a Lei de Imprensa, que a lei esta ou aquela sejam revogadas como dádiva, como benesse, como oferenda no altar de sacrifício do 1º de maio.

O trabalhador concluiu que tudo isto não passa de uma farsa engendrada para iludi-lo e manter as elites no poder.

Concluiu Sr. Presidente e Srs. Senadores, que só há um caminho para a transformação da sociedade, em direção à justiça social, é através do próprio trabalhador organizado na base. No dia em que o trabalhador se organizar na base, ele terá retaguarda, ele terá apoio para qualquer movimento e nenhuma outra classe poderá tentar um confronto com o trabalhador no dia em que souber que ele está organizado pela base.

Citei, aqui, Sr. Presidente, um exemplo, que é dos nossos dias: o 5º exército maior do Mundo, que era o Exército do Irã, coadjuvado pela maior corte de alcagüetes do Planeta que era a Savak, cerca de 250 mil informantes apoiavam o 5º exército do Mundo no entanto, O Islamismo, sob o carisma e a força de um homem durante 15 anos exilado em Paris, conseguiu, através das mesquitas e da doutrina religiosa, organizar o povo iraniano para a grande revolta. Eu quando ela aconteceu, o 5º exército do Mundo, os 250 mil alcagüetes não puderam resistir à força do Islamismo organizado pela base.

Isto aconteceu do ponto de vista religioso.

Hoje, o que os trabalhadores brasileiros querem, estão conscientes disto e ninguém vai enganá-los com promessas falazes, é a transformação da sociedade, tendo como pedra fundamental as comunidades de base. Nas fábricas, nos subúrbios, em toda parte onde ele esteja, organizará o seu núcleo de base e, através dele vai se unir, como uma teia de aranha poderosa, em torno do Partido dos Trabalhadores, para obter esta transformação ansiada que há de dar a justiça social ao trabalhador.

O trabalhador brasileiro está consciente da sua decisão e dela ninguém o demoverá.

Asseguro desta tribuna do Senado que não tardará o dia, em que o trabalhador estará no poder e esta palavra trabalhador desaparecerá, porque só ouviremos uma — o participante, o participante da riqueza nacional, o sócio da riqueza nacional. Este será o trabalhador do futuro e este trabalhador comemora o 1º de maio não com cirandas nem festas, ele comemora com um grande carpir, um grande soluço e um grande anseio por este 15 de novembro de 1982. (Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Itamar Franco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 21 e 22, de 1981, e à apreciação das redações finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 9, de 1980, e 4, de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 1982

Institui seguro que garanta a quitação do contrato de compra de lote urbano a prestações, no caso de morte do adquirente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 26 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, o seguinte § 3º:

§ 3º Seguro de vida de renda temporária, nas condições fixadas em regulamento e obedecidos, no que couberem, os critérios para a realização de seguro nos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (art. 14 da Lei nº 4.380, de 1964), integrará obri-

gatoriamente os contratos de aquisição de lotes urbanos a prazo, devendo o valor total do prêmio respectivo ser dividido pelo número de prestações, para ser pago simultaneamente com essas".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O objetivo do presente projeto é instituir seguro que garanta a quitação do contrato de compra de lote urbano a prestações, no caso de morte do adquirente.

A Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, trata, como se sabe, de disciplinar o parcelamento do solo urbano, em substituição ao antigo Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.

E a idéia do presente projeto, resultante de sugestão que nos foi enviada por lideranças políticas da cidade de São Roque, particularmente os senhores Márcio Benedito Infanti e João Carlos Infanti, consiste em introduzir na referida lei dispositivo que, a exemplo do determinado no art. 14 da Lei nº 4.380/64, institua a obrigatoriedade de um seguro que cubra, nos casos de aquisição de lotes em prestações, o risco de falecimento do adquirente.

Trata-se de seguro com evidente alcance social, já que as famílias das pessoas que adquirirem terrenos em loteamentos urbanos poderão gozar de certa tranquilidade, mesmo diante da morte do chefe, garantida que estará a quitação do contrato pelo seguro.

Trata-se, assim, de estender ao comprador do terreno o sistema que atualmente vigora quando se adquire moradia própria com recursos do BNH.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — *Franco Montoro.*

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

Art. 26. Os compromissos de compra e venda, as cessões ou promessas de cessão poderão ser feitos por escritura pública ou por instrumento particular, de acordo com o modelo depositado na forma do inciso VI do art. 18 e conterão, pelo menos, as seguintes indicações:

I — nome, registro civil, cadastro fiscal no Ministério da Fazenda, nacionalidade, estado civil e residência dos contratantes;

II — denominação e situação do loteamento, número e data de inscrição;

III — descrição do lote ou dos lotes que forem objeto de compromissos, confrontações, área e outras características;

IV — preço, prazo, forma e local de pagamento bem como a importância do sinal;

V — taxa de juros incidentes sobre o débito em aberto e sobre as prestações vencidas e não pagas, bem como a cláusula penal, nunca excedente a 10% (dez por cento) do débito e só exigível nos casos de intervenção judicial ou de mora superior a 3 (três) meses;

VI — indicação sobre a quem incumbe o pagamento dos impostos e taxas incidentes sobre o lote compromissado;

VII — declaração das restrições urbanísticas convencionais do loteamento, supletivas da legislação pertinente.

§ 1º O contrato deverá ser firmado em 3 (três) vias ou extraídas em 3 (três) traslados, sendo um para cada parte e o terceiro para arquivo no registro imobiliário, após o registro e anotações devidas.

§ 2º Quando o contrato houver sido firmado por procurador de qualquer das partes, será obrigatório o arquivamento da procuração no registro imobiliário.

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências.

Art. 26. O Poder Executivo transferirá, dentro de um ano, para o patrimônio do Banco Nacional da Habitação, terrenos de propriedade da União Federal que não sejam necessários aos serviços públicos federais ou que possam ser vendidos para realizar recursos líquidos destinados ao aumento do Capital do Banco, desde que se prestem à construção de conjuntos residenciais de interesse social.

§ 1º O Banco poderá igualmente receber dos Governos Estaduais, Municipais e particulares ou de entidades de direito privado, estes sob a forma de doações, terras ou terrenos rurais ou urbanos, apropriados para a construção de imóveis.

§ 2º No caso de doações previstas no parágrafo anterior nenhum ônus recairá sobre o doador de terras ou terrenos recebidos pelo Banco.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

— Eunice Michiles — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Mauro Benevides — Martins Filho — Aderbal Jurema — Marcos Freire — João Lúcio — Gilvan Rocha — Lomanto Júnior — João Calmon — Amaral Peixoto — Benedito Ferreira — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — José Richa — Leite Chaves — Jaison Barreto — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 64, de 1982, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do artigo 18 do Regimento Interno, a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, para comparecer ao plenário do Senado Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a posição do Governo brasileiro em face do conflito entre a Argentina e a Inglaterra com a recente invasão das ilhas Malvinas.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do Regimento Interno, a matéria depende para sua aprovação do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Casa, em chamada nominal.

Entretanto, havendo acordo das Lideranças, a votação se realizará pelo processo simbólico.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Presidência tomará as medidas necessárias ao cumprimento da deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Item 2:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável;

— de Saúde, favorável; e

— de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

Em votação o projeto, em primeiro turno.

O Sr. Mauro Benevides — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Após ter sido apreciado pelas Comissões de Constituição e Justiça, que lhe reconheceu a constitucionalidade e juridicidade, a de Legislação Social, que emitiu parecer favorável, da mesma forma como o fizeram as de Saúde e de Finanças, vem à votação neste instante o projeto de minha autoria, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário brasileiro.

Trata-se de uma antiga reivindicação da classe, defendida em sucessivos congressos realizados em várias Capitais do País, que após 3 anos de tramitação nesta Casa legislativa, é submetida, neste instante, a votos no Plenário do Senado da República.

Há 40 dias esta proposição se encontra inserida na Ordem do Dia, sem que tenhamos obtido quorum, por uma posição assumida pela Liderança da Maioria, que não parece inclinada a admiti-la, assegurando, portanto, o seu acolhimento.

Faço, neste instante, um novo e veemente apelo ao Líder do Partido Democrático Social nesta Casa, no sentido de que assegure com o seu voto a aprovação do Projeto nº 13 e, dessa forma, permita que o Senado vá ao encontro de uma aspiração justa e legítima de milhões de comerciários do País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

O Sr. Mauro Benevides — Peço verificação de quorum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Vai-se proceder à verificação solicitada.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares para a votação que será realizada pelo processo eletrônico. (Pausa.)

Como vota o Líder do PDS?

O SR. BERNARDINO VIANA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. MAURO BENEVIDES — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Como vota o Líder do PT?

O SR. EVANDRO CARREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Procede-se à votação

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Agenor Maria — Dirceu Cardoso — Evandro Carreira — Henrique Santillo — Humberto Lucena — José Richa — Laélia de Alcântara — Leite Chaves — Luiz Freire — Marcos Freire — Mauro Benevides — Nelson Carneiro — Pedro Simon — Teotônio Vilela.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Aderbal Jurema — Alberto Silva — Amaral Peixoto — Bernardino Viana — Eunice Michiles — Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Votaram "sim" 14 Srs. Senadores; "não" 6.

Não houve quorum.

Nos termos regimentais, a Presidência irá suspender a sessão por 10 minutos e acionar as campanhas para chamar ao plenário os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17 horas e 35 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Está reaberta a sessão.

Sendo evidente a falta de quorum, a Presidência se dispensa de repetir a votação.

A votação do projeto fica adiada para a próxima sessão ordinária, juntamente com os demais itens da pauta, cujas matérias dependem de votação.

São os seguintes os demais itens cuja votação é adiada:

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de Legislação Social, favorável; e

— de Finanças, favorável.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e

— de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

8

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Passada a Ordem do Dia, vamos voltar à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa.

O SR. JOSÉ RICA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No último dia 10 de abril completou 44 anos o Decreto-lei nº 399, através do qual o então Presidente Getúlio Vargas instituiu o salário mínimo no Brasil e determinou a ração base que cada trabalhador tem o direito de comer mensalmente.

De acordo com essa legislação, ainda em vigor, cada trabalhador tem o direito de receber uma quantia mensal suficiente para adquirir, gastando apenas 55% do salário mínimo, a seguinte quantidade de alimentos:

- 6 quilos e 600 gramas de carne
- 4 quilos e meio de feijão
- 2 quilos de arroz
- 9 quilos e 900 gramas de legumes
- 6 quilos de pão
- 90 frutas (e aqui é bom acentuar que o cálculo não foi feito tendo por base as chamadas frutas européias, como a maçã, pêra, pêssego, uva etc., mas, sim, bananas, laranjas, abacate, abacaxi)
- 750 gramas de manteiga
- 750 gramas de banha ou óleo
- 2 pacotes de fósforos
- 1 bujão de gás
- 7 litros de leite
- 1 quilo e meio de farinha
- 6 quilos de batata
- 1/2 quilo de café
- 3 quilos de açúcar

— 1/2 quilo de sal

— 30 quilowatts de eletricidade

Cálculos efetuados pelo DIEESE, de São Paulo, em fevereiro do corrente ano, a preços então correntes na capital paulista, demonstraram que o atual salário mínimo ali, de Cr\$ 11.928,00, para proporcionar pelo menos a Ração Essencial Mínima a uma família de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças (que consumissem igual a um adulto) teria de ser, repetimos, em fevereiro de 82, de Cr\$ 40.417,00 para poder, com 55% dele comprar os alimentos mínimos de três rações para manter aquelas pessoas.

No início do ano passado, a Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor, um órgão técnico permanente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, realizou uma pesquisa a respeito do poder aquisitivo da população de renda mais baixa em Porto Alegre, abrangendo 12 vilas da chamada "Grande Porto Alegre", objetivando o levantamento da cesta básica destas populações mais carentes. A intenção foi determinar quanto elas realmente consomem e comparar com as quantidades previstas no Decreto-lei nº 399.

Segundo a reportagem que a propósito publicou a revista "Consumidor", edição de maio/junho de 1981, concluiu-se que o baixo padrão de consumo é o ponto mais relevante de seus dados. A pesquisa determinou também que 54% destas populações pesquisadas é de menores de 21 anos e que apenas 1% está desempregada. Por outro lado, o estabelecimento de uma renda média individual de Cr\$ 3.242,31 mensais acusou que o grande problema é a renda baixa e não o desemprego.

Em março último, o presidente do Instituto de Alimentação e Nutrição — INAN — órgão do Ministério da Saúde, portanto, do Governo, revelava a *O Globo* que o brasileiro está trocando carne de boi por frango, manteiga por margarina, numa tentativa de reduzir as despesas com alimentação, mas, como acentuava, sua maior preocupação era "a redução acentuada do consumo de leite e feijão, este último, até pouco tempo, um dos pilares da alimentação do brasileiro". E prossegue: Segundo o presidente do Instituto, Bertoldo Kruse Grande de Arruda, dois terços das famílias brasileiras não ingerem o mínimo de alimentos calóricos recomendado. Como eles não comem o suficiente, seus organismos utilizam a proteína ingerida como caloria. Com isso, a insuficiência do consumo de alimentos energéticos diminui, mas a baixa ingestão de proteínas aproveitáveis como tal pelo organismo impede o desenvolvimento físico e mental do brasileiro nos níveis desejáveis. E conclui essa parte com esta edificante declaração: "Segundo estudos realizados pelo INAN, o estado nutricional em que se encontra o brasileiro é fruto principalmente dos níveis de renda". Evidentemente, dos baixos níveis de renda.

O Sr. Henrique Santillo — V. Exª concede um aparte?

O SR. JOSÉ RICA — Pois não.

O Sr. Henrique Santillo — Apenas para enfatizar a importância do seu discurso, nobre Senador. Veja V. Exª que enquanto essas estatísticas estão nos indicando — e são estatísticas oficiais — que 2/3 das nossas crianças, sobretudo de zero a sete anos, estão numa faixa maior ou menor de processos de desnutrição, nós verificamos exatamente que é de zero a sete anos que se formam e se ampliam as circunvoluções cerebrais da criança, e o que a desnutrição protéica provoca nesta idade, nesta faixa etária é irreversível e irreversível, não há condições de reversibilidade, afetando, portanto, o quociente intelectual da pessoa. É isto o que estamos fazendo com a nossa população. E tudo se resume na situação de miséria, como bem disse V. Exª e o próprio homem do Governo, da situação de miséria em que se encontram hoje 2/3 da população brasileira.

O SR. JOSÉ RICA — V. Exª tem toda razão e eu faço, inclusive mais adiante do meu discurso, uma referência a isto. E é estarrecedor. E V. Exª, como médico que é, sabe e nós também, por dever de ofício, sabemos que exatamente nessa faixa dos 0-7 anos, se a criança não receber alimentação adequada e exatamente na fase em que os seus neurônios estão se formando, eles não se formam por inteiro, por completo. E, a partir daí, é um ser humano com deficiência mental, porque jamais a partir dos sete anos se pode recuperar, se pode repor aquilo que, por falta de nutrição adequada se deixou de formar até aos sete anos de idade.

Mas, continuando, Sr. Presidente.

A reportagem do matutino carioca sobre o que pensa o presidente do INAN informa ainda que em São Paulo, por exemplo, as associações de feirantes, através do seu sindicato, divulgaram quedas verificadas no volume de vendas entre 20 e 50%, conforme o produto. No caso das frutas e verduras, em relação ao ano de 1980, a diminuição é de 30 a 40%, e na parte dos derivados de bovinos e aves, e a queda foi de 50%.

Esclarece o presidente do INAN que a Fundação Getúlio Vargas apurou, estudando o consumo de alimentos no Rio de Janeiro, que a demanda de alimentos vem sempre acompanhada de um crescimento rápido de preços.

Assim, por exemplo, quando o consumidor sai de um produto porque se tornou inacessível à sua bolsa e passa a consumir outro similar ou da mesma espécie por ser mais barato, logo este último sofre um rápido encarecimento. Diante disso, conclui o presidente do INAN: "Caso esta tendência seja mantida, os alimentos básicos poderão, num futuro próximo, compor o elenco de produtos pouco acessíveis ao consumidor de menor renda, como já vem ocorrendo em relação ao feijão. A partir daí, caso isto ocorra, só restará às classes de menor poder aquisitivo diminuir cada vez mais as quantidades, com agravamento do seu estado nutricional".

Ainda na mesma página, *O Globo* traz uma matéria a respeito de uma pesquisa realizada pela Secretaria Estadual de Saúde, de São Paulo, tendo como base diversos municípios da região da Grande São Paulo, de acordo com a qual apurou-se a incidência de 40 a 60 por cento de crianças desnutridas. Ora, como acentua na reportagem a chefe do Instituto de Saúde daquela Secretaria, Aldônia Kalil, um alto coeficiente de mortalidade infantil representa um baixo nível de saúde, pois crianças subnutridas apresentam quadros mais graves de moléstias infecciosas, como: sarampo, coqueluche e doenças do aparelho respiratório e digestivo, que frequentemente levam à morte. E de acordo com os dados oferecidos à reportagem, a região do ABC e Moji das Cruzes, locais de grande concentração industrial e significativa parcela da população vivendo em favelas, e a que apresenta maior índice de mortalidade infantil no Estado: 72 óbitos para cada mil nascidos vivos. Em seguida vem o Vale da Ribeira, área tida como a mais atrasada e pobre de São Paulo, com 65 por mil, seguida do município da própria capital do Estado, com 64 por mil. Estes dados, diz o jornal, de acordo com Aldônia, que reconhece ter havido uma melhora nos últimos anos, "indicam que o Estado de São Paulo tem um baixo nível de saúde e alta incidência de desnutrição". E a própria diretora do Instituto de Saúde apontou dados de mortalidade infantil da Suécia — considerado padrão — para apoiar sua afirmação: 13 por mil. A Finlândia, com 14,5 por mil; o Japão com 15 por mil, o Canadá com 20 por mil e até a Venezuela com 41,5 por mil contra 58,5 do Estado de São Paulo como um todo.

E é a própria nutricionista Aldônia Kalil que alerta quanto aos perigos da desnutrição: "No primeiro ano de vida, o cérebro cresce dois terços do tamanho total. Para isso, ele necessita de grande quantidade de proteína que, quando não é fornecida pela alimentação, provoca danos irreversíveis. O indivíduo pode não ficar débil mental, mas terá dificuldade em raciocinar, e servirá apenas para trabalhos manuais.

Atentem V. Ex^{ts}, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para o triste futuro que está reservado ao nosso país!

Mas continuemos a examinar outros fatos.

No Paraná, a desnutrição é o maior indicador de mortalidade infantil, onde morreram, em 1979, 11.023 crianças com menos de 12 anos de idade, o equivalente a 70 óbitos para cada mil nascidos com vida, conforme dados do Departamento Materno-Infantil da Secretaria de Saúde, fornecidos ao matutino carioca pela responsável pelo setor, Zilda Arns Neumann. A propósito do assunto, a reportagem ouviu o pediatra curitibano Antônio Serur, e, segundo ele, a longo prazo, o indivíduo desnutrido vai caminhando a uma posição mais baixa na camada populacional, com reflexos até econômicos, aludindo ao fato de que ele passa a ser um fator deficiente de produção ou mesmo improdutivo, passando ser dependente da assistência social, com evidentes ônus para o país.

É bom acentuar que esses dados se referem a Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, mas a média nacional é de 100 mortos por mil nascidos vivos, no primeiro ano de vida, conforme revelação do presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Guillard Martins Alves, em declarações à imprensa, no início deste mês, por ocasião da visita do chefe do Serviço de Nutrição da Organização Mundial de Saúde no Brasil, Moisés Behar.

O Sr. Gilvan Rocha — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. JOSÉ RICHIA — Ouço o nobre Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha — V. Ex^a volta a um assunto que sempre foi da primeira preocupação da Oposição brasileira, principalmente por nós outros ligados à área de saúde, no Brasil. Não é a primeira vez que se diz isso e nem será a última. Mas, infelizmente, o governo faz ouvidos moucos a isso. O nosso Ministério da Saúde, que deveria ser mais propriamente chamado Ministério da Vacina, porque não faz mais nada do que isso.

O Sr. JOSÉ RICHIA — Nem isso faz bem.

O Sr. Gilvan Rocha — Nem isso faz bem — Continua sendo o filho enjeitado deste Governo imprevidente que aí está. E o pior, nobre Senador, é que parece que essa irresponsabilidade chega a tal tamanho que entra no terreno da insanidade. Há poucos dias eu lia, na imprensa, o registro de um convênio que o Governo brasileiro está fazendo, ou já fez, com um organismo interna-

cional, para fazer um inquérito para saber se as nossas crianças são desnutridas. Parece uma piada, nobre Senador.

O Sr. JOSÉ RICHIA — E de muito mau gosto.

O Sr. Gilvan Rocha — ...isso acontecer no meu Estado. Técnicos americanos, inclusive, fazendo um recenseamento para saber se os nossos famintos barrigudinhos tinham ou não deficiência alimentar. Vê V. Ex^a que parece, para tristeza nossa, verdadeira aquela advertência do Presidente Charles de Gaulle: "Este não pode ser um país sério". E aí está a resposta que a Oposição dá à incompetência deste Governo, à crítica que o Presidente nos fez ontem, que não oferecemos soluções. Qual é a solução do País da maior área agricultável do mundo, Ex^a, se não proporcionar alimentos para os seus filhos? Todos nós, que temos experiência fora do Brasil, ficamos envergonhados quando em congressos médicos ou em outros encontros, apontam em nosso rosto, como um dos maiores índices de mortalidade infantil do mundo como, igualmente ficamos envergonhados como eu fiquei, na Arábia Saudita, quando perguntado o porque da seca do Nordeste, uma região daquelas, onde passa um dos maiores rios do mundo. Igualmente, ficamos envergonhados quando nos apontam no rosto, País da maior área agricultável do mundo, capaz de ter duas safras por ano, nós temos um dos piores índices nutricionais e um dos mais vergonhosos índices de mortalidade infantil. Faz muito V. Ex^a falar novamente sobre esse assunto, mesmo que seja para esta Casa vazia do Governo. Mas, nos Anais, ficará a marca da preocupação de V. Ex^a e dos seus colegas que não se conformam nem se conformarão com esse estado de absoluta improbidade governamental, porque quem faz isso, também, não é bobo.

O Sr. JOSÉ RICHIA — V. Ex^a tem toda razão nobre Senador Gilvan Rocha. Agradeço sobremaneira o aparte de V. Ex^a que veio enriquecer meu discurso.

Num país de maior extensão do mundo em terras agricultáveis, que é capaz, como muito bem acentuou V. Ex^a, de produzir até duas safras por ano, grande parte disso se debita à insensibilidade do Governo, que não se preocupa com os aspectos sociais da administração pública, e às administrações autoritárias que por aí vêm se sucedendo, pois se preocupam muito mais, o que é característica de todo regime político autoritário, com as obras faraônicas, grandiosas e esquecendo-se do essencial. Em primeiro lugar, eu debito à insensibilidade do Governo, mas também debito à incompetência do Governo. Talvez uma coisa decorra da outra, porque constantemente, também, Estados produtores vêm suas produções apodrecendo enquanto que, em outras regiões, populações carentes passam necessidades.

Continuo, Sr. Presidente, na minha análise, para citar uma outra pesquisa. Esta ainda mais impressionante. Dela dá conta o jornal *O Estado de São Paulo* edição do dia 1º de abril, sob o título "Pesquisa Revela Geração Nanica":

"Uma geração nanica está sendo criada no País e a causa principal é a deficiência alimentar do brasileiro", assim começa a reportagem de *O Estado de São Paulo*, que prossegue: "A evidência desse fato já foi constatada por algumas pesquisas realizadas em Pernambuco, pois uma delas, conduzida pelo Professor Nelson Chaves, da Universidade Federal daquele Estado, sobre nutrição, com dados levantados na Zona da Mata, mostra que as pessoas nessa região estão diminuindo de tamanho e por uma diferença de apenas três centímetros ainda não são consideradas anãs".

Segundo o jornal, a pesquisa revela também que as mulheres começam a ter filhos aos 15 anos, com problemas de gestação, e um quinto dessas crianças morre antes de completar um ano de vida. Os sobreviventes não têm melhor sorte, pois 70% tornam-se desnutridos permanentes. Nelson Chaves é enfático nas suas conclusões: "É preciso fazer-se alguma coisa de imediato, pois, do contrário, tere-mos no futuro uma significativa população de nanicos e idiotas".

Isto é estarrecedor, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Diante desse quadro aqui apenas levemente pincelado cabem inúmeras indagações e comentários. A primeira pergunta vem logo à tona. De quem a culpa? Por que isso está acontecendo?

Por mais que o Governo negue, entendemos que a culpa por inteiro é do modelo econômico, fruto do modelo político imposto ao País há 18 anos pelo autoritarismo ainda vigente.

Foi esse modelo econômico que privilegiou a concentração excessiva de renda, fazendo com que a parcela de um por cento mais rica da população economicamente ativa cerca de 430 mil pessoas — que detinham, em 1960, 11,9% da renda nacional, passasse a deter, em 1980, 16,9% dessa renda, enquanto que os 50% mais pobres, que detinham há vinte anos 17,4% da renda nacional, passassem a deter, em 1980, apenas 12,6% do total.

Foi esse modelo econômico que proporcionou a concentração da propriedade em mãos de alguns, favorecendo principalmente os grandes grupos multinacionais, que hoje dominam e ditam as normas da economia brasileira, isto, sim, um atentado à segurança nacional.

Foi este modelo econômico que propiciou, e este modelo político deu cobertura, as grandes fraudes, os grandes golpes contra os cofres públicos, mantendo tudo na mais absoluta e desavergonhada impunidade.

Foi este modelo econômico que desencadeou a mais violenta recessão de que já se teve notícia no país, dando como resultado um crescimento negativo do Produto Interno Bruto, pela primeira vez no pós-guerra, tudo para atender à filosofia do Fundo Monetário Internacional e endividando o País cada vez mais.

É este modelo econômico, sustentado e fruto do modelo político em vigor que, para atender à voracidade do capital externo de empréstimo, paga os maiores *spreads* para obter novos empréstimos destinados ao pagamento de juros sobre juros e, para forçar as empresas nacionais e multinacionais que aqui operam a conseguir mais dinheiro no exterior, força as taxas de juros internos para a estratosfera, estrangulando a incipiente economia nacional.

É este modelo econômico que está inviabilizando totalmente a agricultura de subsistência, a agricultura de alimentos para o povo, e, por isso, eles estão ficando fora do alcance da maioria da população.

O Sr. Gilvan Rocha — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ RICHIA — Com todo o prazer.

O Sr. Gilvan Rocha — Peço desculpas por interromper tão repetidamente o discurso de V. Ex^a, mas isso serve com atestado do interesse que o discurso de V. Ex^a causa nesse pequeno, infelizmente pequeno auditório. V. Ex^a descreve uma situação, de uma maneira geral, V. Ex^a que é representante de um dos Estados mais ricos do País, imagine V. Ex^a o que não acontece no Nordeste. Sabe qual a solução que estão dando para essas coisas nobre Senador? No meu Estado, cujo índice de definhamento físico da população é absolutamente alarmante, o Governo fez uma batalha publicitária para inventar uma coisa chamada "vaca mecânica". São as soluções dos tecnocratas, que querem fazer graça com a minha região, uma região empobrecida por mais de três séculos, com a tradição de agricultura, tradição que, por esse modelo imposto, se tentou desviar para a industrialização absolutamente desmotivada. Tanto isso é verdade que no meu Estado — pasme V. Ex^a — um Estado do Nordeste empobrecido, instalaram, entre outras, uma indústria de corda e violão, uma indústria de tampa de garrafa e uma indústria de papel-carbono, as quais quebraram, como se esperava. Então, não se pode levar a sério um Governo que toma providências como essa, tentando industrializar tortamente um estado por vocação Estado agrícola, e quer resolver os problemas com frente de trabalho que sabemos, inclusive, ser um fator imenso de corrupção, com o cânavial do todo poderoso senhor-de-engenho de minha terra, e com a vaca mecânica. Então, o mínimo que se pode dizer, nesse sentido, deste Governo, é que este Governo é uma piada, nobre Senador.

O SR. JOSÉ RICHIA — V. Ex^a tem toda razão, mais uma vez. V. Ex^a quis se desculpar pela nova interrupção, mas V. Ex^a, oportunamente, e de forma tão competente, enriquece mais o nosso discurso, acrescentando através de depoimentos vivos, da sua região, com exemplos que ajudam a elucidar ainda mais a vexatória situação em que nos encontramos.

É este modelo econômico, fruto do modelo político em vigor, imposto por este Governo, que tudo faz para impedir a livre manifestação do povo sobre seu destino, que está empobrecendo cada vez mais os mais pobres e enriquecendo cada vez mais os mais ricos; que está tornando esta nação uma nação doente, faminta, miserável; que está elitizando cada vez mais o desfrute da vida, segregando dos frutos do trabalho nacional a quase totalidade dos que os produzem com seu suor, sua saúde, seu desgaste físico e mental.

É o modelo econômico, é o modelo político, é o governo, enfim, o grande culpado por esse quadro sombrio de miséria, de fome e de doença, imposto pelos que, há 18 anos, dirigem autoritariamente o país e lançam mão de todas as manobras para não permitir a participação do povo na condução de seu destino.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos às vésperas...

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ RICHIA — Com muito prazer.

O Sr. Agenor Maria — Senador José Richia, entre os dados salientados por V. Ex^a nos quais 1% da população dispõe de uma renda superior a 50%, este fato é uma demonstração cabal de que o modelo econômico vigente em nosso País atenta contra a própria Segurança Nacional. Congratulo-me com o discurso de V. Ex^a, pois acredito que esse assunto, assunto dessa importância social, é de magna importância e é muito oportuno, na realidade e para o

instante que estamos vivendo, porque se nós que representamos, na essência, as aspirações populares, não nos preocuparmos com esse assunto, será o Governo que vai se preocupar, pois ele é o grande responsável por essa situação? Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSÉ RICHIA — V. Ex^a diz bem, o Governo é responsável por essa situação. Isso, não há como negar. Ao longo desses 18 anos, o Governo tudo pôde; os Governos que se sucederam ao longo desses 18 de período autoritário, tudo puderam, ninguém atrapalhou, até mesmo, sob o ângulo de análise deles, o Congresso, que em todas as democracias ajuda no desenvolvimento e, sobretudo, na condução do desenvolvimento econômico para não haver distorções, sobretudo com relação à aplicação e a existência da justiça social, o Congresso, aqui, é visto de maneira diferente daquela que os grandes estadistas vêem como uma instituição desta natureza, pois até mesmo o Congresso, sem prerrogativas, não teve forças, sequer, para influir no rumo dos acontecimentos. Então, o Governo que tudo pôde, não pode, nesta altura, eximir-se da responsabilidade, por inteiro, do quadro que está aí sendo pintado.

Dezoito anos depois eles deixam o Brasil numa situação muito pior do que aquela situação que, a juízo deles, teria justificado uma revolução.

Então, o quadro, na verdade, Sr. Senador Agenor Maria, é sombrio, e se isto não atenta para a Segurança Nacional eu não sei o que atenta. V. Ex^a coloca bem. Se este quadro de crescente miséria não é o que mais nos deve preocupar, com relação ao problema da segurança nacional; se a crescente desnacionalização da nossa economia que produz esta situação de miséria quase absoluta do nosso povo. Se não é isso que está atentando contra a segurança nacional, então é preciso que os grandes homens deste planeta comecem a repensar numa nova definição para o conceito de segurança nacional.

O Sr. Evelásio Vieira — Permite-me V. Ex^a?

O SR. JOSÉ RICHIA — Com prazer.

O Sr. Evelásio Vieira — É evidente que V. Ex^a está preocupado com a segurança interna, porque com a externa não há problema, porque não temos Malvinas por aqui.

O SR. JOSÉ RICHIA — Claro.

O Sr. Henrique Santillo — V. Ex^a concede um aparte?

O SR. JOSÉ RICHIA — Pois não.

O Sr. Henrique Santillo — Inequivocamente, atentaram contra a segurança e a soberania nacional. V. Ex^a acaba de descrever um quadro que é dramático, real, e cujo responsável, o único responsável, é o Governo que aí está; é este Governo que se prolonga por mais de dezoito anos, mesmo com os Srs. Presidentes da República sendo paulatinamente ou periodicamente substituídos, porque na verdade foi sempre o mesmo grupo, cujos elementos se revezaram no exercício do Poder, e com os mesmos compromissos. Compromissos alienantes, compromissos com o capitalismo selvagem, dependente, concentrador de riquezas. V. Ex^a se referiu aos grandes e dramáticos problemas sociais existentes neste País. Veja bem, ainda agora, nos dias atuais, paradoxalmente ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira conquista espaços políticos, este Governo, que perdura por longos dezoito anos, continua mais do que nunca, autoritariamente, decidindo quanto às questões econômicas e sociais do País, de forma hermeticamente fechada. São apenas reduzidos grupos de tecnocratas ligados hoje a SEPLAN, ao Ministro Delfim Netto, com respaldo em algumas forças econômicas situadas no Brasil, que estão decidindo para as próximas duas décadas deste País, autocraticamente. Estão decidindo quanto a gigantescos, megalomaniacos projetos de investimentos baseados, fundamentados em novos financiamentos internacionais, que vão triplicar a dívida externa brasileira. Megalomaniacos, gigantescos projetos! E veja bem V. Ex^a selecionados apenas os trinta maiores, estarão representando investimentos, nos próximos dez anos, de cerca de trezentos e vinte bilhões de dólares, incluindo-se os custos financeiros, ou seja os juros que deverão ser pagos pelos financiamentos externos que o Governo pretende fazer na próxima década. Então veja V. Ex^a que isso tudo, esse montante de investimento megalomaniaco, investimento que nós sabemos perfeitamente que será irrealizável, mas que permitirá à autocracia que aí se encontra estabelecer, ela mesma, de forma fechada, as prioridades de avanço de um projeto, de recuo de outro, de extinção de um outro, de revogação de um outro, mas sempre de forma fechada, não ouvindo, já não diremos a sociedade como um todo, os empresários, os trabalhadores, os agricultores, os profissionais liberais. Já não diremos esses, mas não ouvimos nem ao menos o Congresso Nacional. E, eu diria, nem ao menos o seu Partido de apoio político, nesta Casa. Nem o PDS é ouvido, porque quantas vezes nós já ouvimos as declarações de Senadores e Deputados do próprio PDS contrários a isso tudo e alegando que eles e o seu Partido não são ouvidos. Então, veja V. Ex^a, estão tantando, mais uma vez, aprofun-

dar, de forma definitiva, o capitalismo dependente, atrelado ao imperialismo econômico, dependente do imperialismo econômico, sugador de nossas riquezas. No ano passado, este País pagou quase dez bilhões de dólares só em juros de suas dívidas, sem contar os lucros remetidos pelas multinacionais, os superfaturamentos, sem contar o pagamento de tecnologia, de pacote tecnológico que importamos, sem contar uma série de outros itens que permitem evasão de nossas riquezas e boa parte de nosso PIB. Então, esta é a grande questão como V. Ex^a está colocando e que precisaria ser discutida pelo Congresso Nacional. O primeiro passo objetivo seria o próprio PDS compreender e com urgência que o Congresso Nacional precisa readquirir determinadas prerrogativas que lhes foram usurpadas para que possamos, pelo menos, começar a interferir no estabelecimento de uma política econômica para este País. Os tecnocratas não podem continuar sozinhos respaldados em forças espúrias ditando todas as normas de política econômica com exclusividade.

O SR. JOSÉ RICHIA — Exatamente. A colocação de V. Ex^a — muito lúcida, como sempre — nos enche de preocupação. Estamos preocupados exatamente com essas colocações que V. Ex^a procede neste instante.

É que o atual grupo dominante, a despeito do tempo prolongado com que está no exercício do Poder e cometendo uma série de desmandos, está, o que é pior ainda, comprometendo, lá, muito na frente, o futuro deste País, com esses projetos megalomaniacos e grandiosos, atrelando muitas vezes o Brasil a compromissos de longo prazo com questões que bem poderiam ir sendo decididas ao longo do tempo, sem precisar comprometer muito, lá para frente, os interesses do País.

E estes fatos aliados à tremenda desorganização da sociedade brasileira que, neste período autoritário, se procedeu, nos faz pensar e até nos indagar: O que será deste País na hora — e há de ter uma hora — em que houver normalidade, em que o poder puder ser disputado por outros grupos que não apenas esses que estão aí se sucedendo no poder há 18 anos, o que será deste País, quando, certamente, eles próprios, talvez, vão nos cobrar, vão cobrar da Oposição, as soluções imediatas que não vão poder vir, no tempo rápido em que o País está precisando que venham?

Então, isto nos preocupa. Eu, por exemplo, freqüentemente, perco horas em reflexão sobre o que será de nós, membros do PMDB, que certamente vamos ter a vitória em alguns Estados do Brasil...

O Sr. Gabriel Hermes — Eu poderia responder a V. Ex^a

O Sr. Affonso Camargo — ... na maioria dos Estados do Brasil.

O SR. JOSÉ RICHIA — Na maioria dos Estados do Brasil, como lembra o Senador Affonso Camargo e, com esta desorganização toda, mesmo sendo uma pequena fatia do poder que vai estar em disputa neste 15 de Novembro, que grande tarefa há de nos esperar para, pelo menos, tentar nos Estados, onde a Oposição, fiel às suas pregações, vai mudar o estilo de governo, organizando a sociedade e fazendo-a partícipe ativa das questões e das decisões a nível dos governos estaduais.

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ RICHIA — Vou, antes, ceder ao Senador Gabriel Hermes, pedindo apenas que S. Ex^a seja breve, porque temos poucos minutos para o encerramento da sessão.

O Sr. Gabriel Hermes — Serei breve, nobre Senador. Eu estava realmente assistindo, digamos assim, a este quase festival de tristezas que V. Ex^a e nossos ilustres colegas do PMDB estavam demonstrando.

O SR. JOSÉ RICHIA — Mas, a tristeza não é para com o País, que este tem condições de se recuperar. A tristeza é com relação aos que estão hoje no poder. A esses sim.

O Sr. Gabriel Hermes — Posso dizer a V. Ex^a que também temos todas as preocupações que V. Ex^a tem. E não sou eu apenas, até o Senhor Presidente da República, quando V. Ex^a...

O SR. JOSÉ RICHIA — Mas, não é até, deveria ser principalmente.

O Sr. Gabriel Hermes — Principalmente, o Senhor Presidente da República, e eu até, quando V. Ex^a fazia a pergunta: O que será de nós? Lembrei-me do Senhor Presidente da República, no Rio Grande do Sul, há um dia, dizendo que até gostaria que alguns dos Srs., membros da Oposição, tomassem parte do Governo para... Veja bem, o convite de Sua Excelência estava conciliando. Agora, posso garantir a V. Ex^a o seguinte: quando V. Ex^as puderem tomar parte do Governo, porque eu infelizmente verifiquei que não vai ser ainda dessa vez que V. Ex^as irão ganhar as eleições, V. Ex^as vão encontrar, realmente, isso — teremos que fazer justiça neste festival de tristeza — nunca se construiu uma base de infra-estrutura como está construindo este Governo, no setor hidrelétrico, no setor da minha zona e, principalmente de Carajás, que atinge o nosso querido colega que se afastou há pouco, de Goiás

e Mato Grosso. O que era Goiás em 1964, e o que é Goiás hoje? O que era Mato Grosso, e o que é hoje? O que era a Região do Pará, onde nasce Carajás? Para aqui, apenas para deixar quase que como um conforto a V. Ex^a Se V. Ex^a ganhar o governo, e tenho muita simpatia pelo meu nobre colega e lamento que, talvez, isso não aconteça, V. Ex^a pode ficar certo de que este País vai para frente. Ninguém vai parar o Brasil, e a infra-estrutura foi preparada exatamente por este Governo. Não tomo mais o tempo de V. Ex^a

O SR. JOSÉ RICHIA — Infra-estrutura que não está servindo aos interesses brasileiros, porque, até mesmo, um dos poucos exemplos que S. Ex^a citou, de grande desenvolvimento, que foi o setor energético, está servindo a quem? As empresas multinacionais que, com energia subsidiada pelos aumentos que os brasileiros pagam, estão lá se instalando na própria região do Senador Gabriel Hermes, lá pelas bandas do Pará.

O Sr. Gilvan Rocha — É aquela velha questão de ver crescer o bolo para depois dividir. Acontece que o bolo foi para o forno e queimou-se todo, porque a recessão que está aí...

O SR. JOSÉ RICHIA — Não, não queimou não. Foi levado daqui do Brasil para outros. São outros povos e outras nações que estão comendo o bolo...

O Sr. Gilvan Rocha — Exatamente.

O SR. JOSÉ RICHIA — ... que eles estavam preparando para depois distribuir aos brasileiros e que os brasileiros se surpreenderam, porque, depois de 18 anos, verificaram que não existe bolo algum, que outros já comeram.

O Sr. Gilvan Rocha — Exatamente. E ainda tem mais, nobre Senador, todos sabemos da queda do consumo da energia elétrica, por exemplo. No meu Estado, por exemplo, sabe-se que o que cresceu mesmo foram concordatas e duplicatas não pagas.

O SR. JOSÉ RICHIA — É, exato.

O Sr. Gabriel Hermes — Mas, apesar disso, o Estado de S. Ex^a ainda é um Estado que o Brasil se honra de ter, dentro do Nordeste, como um dos Estados de posição econômica sólida. Lamentavelmente...

O Sr. Gilvan Rocha — Em palavra bonita, isso é uma beleza. Com esse palavreado, nós estamos acostumados.

O Sr. Gabriel Hermes — ... nobre Senador, os elementos estão aí. Vamos ficar os dois de acordo, pois precisamos nos unir para fazer alguma coisa mais para o povo pequenino, vista que a riqueza do Brasil cresce.

O SR. JOSÉ RICHIA — Cresceu, mas foi apenas usufruída por um pequeno número da burguesia nacional e principalmente da internacional.

Mas, Sr. Presidente, premido pelo tempo, vou encerrar, dizendo que estamos às vésperas do Primeiro de maio, Dia do Trabalhador.

A ele, a nossa homenagem.

Gostariamos, sinceramente, como brasileiro e patriota, de nos congratularmos com ele pelas conquistas sociais que já tivesse obtido.

Entretanto, o quadro que o trabalhador tem diante de si é extremamente penoso, com o seu salário perdendo poder aquisitivo a cada dia, pela inflação; com as suas perspectivas de progresso e bem-estar esmagadas pelo achatamento salarial a que tem estado sujeito há 18 anos; com a fome que tem passado, pelo decréscimo de sua renda; com a falta de cuidados de saúde, em que pese uma Previdência Social onerosíssima, custeada com o suor de seu rosto; com a marginalização social a que tem estado submetido estes anos todos, por imposição do modelo econômico em vigor. E, finalmente, com a marginalização política que lhe quer impor o autoritarismo, impedindo-o de livremente manifestar nas urnas sua vontade e suas aspirações.

Diante desse panorama, só temos a lamentar que o povo brasileiro tenha sido submetido a tais vexames e que mais esse Primeiro de maio seja de desencanto para a grande massa trabalhadora. Provavelmente, amanhã, já será anunciado o novo salário-mínimo e, em que pese todas as circunstâncias apontadas, os novos votos são para que os dirigentes do País tenham a sensibilidade de decretá-lo em níveis condizentes com a dignidade humana, pois, como ficou demonstrado, apenas para atender às necessidades mínimas de uma família de dois adultos e duas crianças, ele deveria situar-se acima de 40 mil cruzeiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Lamentavelmente, os brasileiros não verão aprovada emenda de nossa autoria e aproveitada pelo relator Deputado Jorge Arbage, que permitia aos

eleitores de Brasília votar nos candidatos de Governador a Deputado Estadual dos seus Estados de origem.

Também hoje, ao que tudo indica, os funcionários públicos não verão aprovada a Emenda Constitucional, que lhes estende o direito ao 13º salário, levando essa laboriosa e dedicada classe a mais uma decepção, dentre tantas que vem sofrendo, como por exemplo o reajuste semestral de salários, o direito a sindicalização e outros mais.

Na parte referente ao 13º salário, não entendemos a posição dos que, além de obrigar as empresas particulares ao pagamento do 13º salário, impedem que alcancem os estatutários, já que efetua esse pagamento aos seus servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, assim como lhes paga reajuste semestral.

A ausência dos parlamentares nas sessões do Congresso Nacional, quando essas matérias são votadas, nada constroem e, além de ferir direitos, oferece aos interessados uma imagem que não prestigia nosso Parlamento. Entendemos que ao Governo, como à Oposição, cabe o direito de ser a favor ou contra qualquer proposição, mas é de seu dever estar presente nas sessões do Congresso ou em cada Casa do Legislativo, para manifestar, através de seu voto, a posição que defende.

Somos todos contra o decurso de prazo, mas contribuimos para a existência desse artifício, quando não comparecemos para votar as matérias em pauta, a favor ou contra.

Nossa Constituição assegura a todos, os mesmos direitos e, no entanto, na prática somente alguns são beneficiados. Os brasileiros não podem votar, os funcionários públicos não têm direito ao 13º salário e ao reajuste semestral, os aposentados da previdência são obrigados a pagar 5 e 3% sobre os minguados produtos da aposentadoria e da pensão, enquanto outros têm o direito de deduzir do imposto de renda 770 mil cruzeiros dos proventos de aposentadoria.

Nossa Constituição precisa ser revista para que essas distorções sejam suprimidas e para que de fato todos tenham os mesmos direitos em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Minas cultua as suas mais legítimas tradições com desvelo e dedicação, pois dela sempre extrai — como lição histórica — a essência e o *substratum* para formular as conquistas e os valores do presente.

A alma mineira, mediterrânea, contemplativa, modulada pelo perfil de suas montanhas majestosas é tão rica e fértil quanto às riquezas telúricas que seu solo guarda e conserva, como o ferro, o ouro e o diamante.

O barroco mineiro universalizou-se como forma de arte e de sentir de um povo. Ouro Preto, para orgulho nosso, é hoje monumento mundial.

No seu extenso e valioso acervo artístico, na arquitetura como nas artes plásticas, pontuam artistas de renomada expressão, desde Aleijadinho e Mestre Ataíde, até hoje a jovens talentos como Carlos Bracher e tantos outros.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, três extraordinários pintores mineiros — Maria Helena Andrés, Chico Ferreira e Yara Tupinambá — amplamente premiados em várias vernissagens nacionais — oriundos de uma nova geração artística em plena efervescência e criatividade, expõem seus excelentes trabalhos no Oscar Seráfico Galeria de Arte desta Capital.

De Chico Ferreira, por exemplo, o grande Scliar disse que “gosta de pintar, tem e transmite o prazer da matéria, dos valores das pinceladas. Trata-se de um sensorial. Seus quadros são daqueles que os olhos gostam de viajar descobrindo também a inteligência e o lúdico da pintura”.

Chico Ferreira realizou exposições nas principais galerias de arte do País, como Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Galeria Paulo Prado de São Paulo, Palácio das Artes de Belo Horizonte, Museu de Arte Moderna de São Paulo, etc.

Yara Tupinambá recebeu prêmios de grande significação como Medalha de Ouro do XII Salão de Belas Artes de Curitiba, Palma de ouro do Palácio das Artes de Belo Horizonte, Prêmio Especial Pascoal Carlos Magno, Prêmio de Desenho no Salão de Pernambuco e tantos outros.

A conceituada crítica paulista Aracy Amaral afirma que “Maria Helena Andrés, sobretudo em suas grandes telas, com domínio perfeito da técnica, espatulada, organizada e rítmica, obtém efeitos de grande beleza cromática”.

Laureada também em inúmeras exposições no Brasil, destaca-se a Menção Honrosa do Salão Nacional de Arte Moderna, muito elogiada pela crítica brasileira, face suas concepções de forma e técnica as mais avançadas.

Ao abordar desta tribuna essa vernissage que hoje se inaugura em Brasília, do que existe na melhor pintura mineira, é para deixar registrado,

nos Anais da Casa, o valor e o trabalho desses artistas de Minas, cujas criações vêm engrandecendo ainda mais a cultura e arte em nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Assomo a tribuna para uma rápida comunicação, relativa a uma notícia que acabo de receber, confirmando a auspiciosa decisão do Conselho Monetário Nacional, o qual, em sua última reunião, ontem realizada, autorizou a criação de novas agências do Banco do Brasil, ampliando a rede atualmente existente.

Assim é que, focalizando especificamente o Estado de Sergipe, serão criadas 21 agências, das quais 17 são consideradas como pioneiras — isto é, as agências a serem instaladas em praças onde inexistem estabelecimentos bancários, ou haja apenas em funcionamento.

Os Municípios selecionados em Sergipe, para instalação das novas agências programadas pelo Banco do Brasil, constam da relação anexa, cuja incorporação ao texto deste breve pronunciamento solicito, neste momento, e na qual se contém dados a respeito da população e número de imóveis rurais existentes nos referidos Municípios.

Evidentemente, a decisão do Conselho Monetário Nacional é da maior importância, pelas suas repercussões a curto prazo e consequências imediatas, no concernente à disseminação dos créditos, empréstimos e financiamentos destinados às lavouras, à criação do gado, e às atividades agropecuárias e industriais, em geral, naqueles Municípios, contribuindo para estimular o desenvolvimento econômico do Estado.

Congratulo-me, nesta oportunidade, com o Presidente Oswaldo Collin, em cuja gestão, o Banco do Brasil se expande e fortalece, através de sua crescente rede de agências e postos avançados de crédito, em todas as unidades da Federação Brasileira e, de maneira especial, com o Presidente João Baptista Figueiredo pelo seu decisivo apoio no sentido de ampliar, em todo o Brasil, criação de novas agências bancárias indispensáveis à aceleração do processo do desenvolvimento global do País.

São os seguintes os Municípios beneficiados:

Araújo — Campo do Brito — Caribá — Gararu — Itaporanga D'Ajuda — Japarutuba — Moita Bonita — Monte Alegre de Sergipe — Neópolis — Nossa Senhora Aparecida — Nossa Senhora das Dores — Nossa Senhora de Lourdes — Nossa Senhora do Socorro — Pacatuva — Poço Redondo — Riachão do Dantas — Salgado — São Cristóvam — Simão Dias — Tomar do Geru — Umbaúba.

Era esta, Sr. Presidente, a breve comunicação que desejava fazer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 30 do corrente mês, assinala-se, por determinação legal, um acontecimento muito importante para todos nós, ou seja, o “Dia Nacional da Müller”, previsto pela Lei nº 6.791, de 9 de junho de 1980.

O artigo 1º da referida Lei diz o seguinte: “Fica instituído o Dia Nacional da Mulher, a ser comemorado anualmente na data de 30 de abril do calendário oficial, tendo como objetivo estimular a integração da mulher no processo de desenvolvimento”.

Aqui, em Brasília e naturalmente em todo o Brasil, vais-e comemorar, com destaque, tão importante data, havendo como é natural a participação do Congresso Nacional que abrigará, nos dias 30 de abril, 1º e 2 de maio, a 1ª Mostra de Arte Feminina”, prestigiando assim, este Poder, a mulher, integrando-a ao processo de desenvolvimento artístico, através do Legislativo.

Vamos transcrever, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que afirma a Associação da Mulher Profissional e de Negócio do Brasil — Distrito Federal, quando assinala e enfatiza o “Dia Nacional da Mulher”.

São as seguintes as palavras:

DIA NACIONAL DA MULHER

A Associação da Mulher Profissional e de Negócios do Brasil — DF, enfatiza o Dia Nacional da Mulher — 30 de abril — para conscientizar a Mulher Brasileira da sua real necessidade de participação no processo de desenvolvimento econômico, social, político, cultural e moral do País.

Atualmente as mulheres têm conseguido com muita luta se afirmarem socialmente através de seu desempenho ocupacional.

Dados recentes, mostram que a presença da Mulher como participante ativa da vida econômica tem contribuído para o aumento da renda familiar em razão do crescente número de mulheres casadas que hoje trabalham. Disso gera maior tolerância ante o desemprego. Os casais que trabalham são mais protegidos contra o desemprego do que as famílias em que apenas uma pessoa trabalha, visto que, se um perde o emprego, o outro continua empregado.

É gratificante constatar que a Mulher da América Latina está mudando, é claro para melhor, em todas as atividades econômicas e sociais.

Essa força de trabalho está aumentando acentuadamente e é ainda mais rápido o crescimento da participação das mulheres mais jovens.

O processo de emancipação e participação da Mulher no mercado de trabalho deve ter uma garantia de novas regras na divisão de trabalho mais justa, para que a Mulher mereça a mesma valorização profissional e oportunidade de trabalho segundo sua capacidade sem prejuízo de suas outras atribuições naturais.

É provado que a Mulher tem sido bem sucedida em todas as áreas de atuação não havendo razões para um tratamento diferenciado quanto a aptidão competência para as mais variadas funções.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta forma singela, porém com a marca da sinceridade, deixa-se registrado nos Anais desta Casa do Congresso Nacional, tão significativa efeméride ou seja o "Dia Nacional da Mulher", cuja apologia, seria por demais exagerado querer-se fazer, pois, a mulher é a origem da vida humana, a mulher é nossa mãe, mulher é a inspiradora de todos os impulsos bons do homem, sendo a matriz da vida humana ela é o símbolo, indiscutivelmente, da paz e do amor.

O PMDB, através da minha palavra, associa-se às homenagens que serão amanhã prestadas à mulher, no dia consagrado a elas, por determinação legal, embora, a nosso ver, todos os dias são de homenagem as nossas genitoras e portanto, a mulher.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra à nobre Senadora Laélia de Alcântara.

A SR. LAÉLIA DE ALCÂNTARA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Por ocasião do lançamento, no ano passado, da Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa João Paulo II, sobre o trabalho humano, "*Laborem Exercens*", em comemoração ao nonagésimo aniversário da *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, o saudoso Senador Adalberto Sena saudou aquele evento com palavras repassadas de alegria e esperança.

Quando se aproxima o 1º de Maio, data em que todo o mundo comemora o "Dia do Trabalho", nada mais oportuno do que destacar a importância daquele documento pontifício, e convidar nossos dirigentes para que, naquele dia, reflitam sobre os sábios ensinamentos nele contidos.

A leitura refletida da Encíclica de João Paulo se torna, na atual conjuntura nacional, mais oportuna porque coincide com uma das mais difíceis fases da vida social do País, marcada pelo altíssimo índice de dois milhões e meio de desempregados, da alarmante taxa de sub-emprego, das demissões em massa dos trabalhadores urbanos e da marginalização de milhares de bóias-frias entregues à própria sorte.

Chamado ao trabalho, "uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas", e que constitui, mesmo, em certo sentido a sua própria natureza, no dizer da encíclica papal, somente o homem tem a capacidade de realizá-lo, preenchendo, ao mesmo tempo, com ele, a sua existência e a de sua família. Daí, a alta dignidade de que se reveste o trabalho. É ele, de fato, o grande meio dado ao homem para dominar a terra.

Contudo, sendo o trabalho a magna questão social de nosso tempo, e a "chave essencial" de todos os outros problemas sociais, precisa ele ser encarado, sobretudo do ponto de vista do bem do homem, enquanto fator capaz de tornar a vida humana mais digna, já que é como pessoa que o homem é sujeito do trabalho.

Por esta ótica cristã do trabalho é que se há de condená-lo como mercadoria, *sui generis*, ou uma força anônima, e o trabalhador como uma simples peça na engrenagem da grande máquina de produção de bens.

Neste sentido é que devem ser condenados não só o coletivismo comunista, escravizador do homem e do produto de seu trabalho, como o capitalismo espoliador do valor do trabalho humano, com o seu economismo materialista.

O trabalho é uma vocação universal e tem um valor moral específico. Sabem-no bem os que se devotam às atividades intelectuais, os trabalhadores braçais, os cientistas, os responsáveis pelos destinos sociais do homem, os profissionais liberais, as mulheres que, como disse João Paulo II, "por vezes, sem um devido reconhecimento por parte da sociedade e, até mesmo, em alguns casos, dos próprios familiares, suportam dia a dia as cansaças e a responsabilidade do arranjo da casa e da educação dos filhos".

No Dia do Trabalho, precisamos reconhecer o princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital, princípio que diz respeito diretamente ao próprio sucesso da produção. Precisamos ver, no trabalho, a causa eficiente primária da produção, e no capital, como conjunto dos meios de produção, apenas a sua causa instrumental.

Só assim, podemos comemorar dignamente o trabalho e o trabalhador, criado à imagem e semelhança de Deus, e por Ele destinado a dominar a terra.

Só assim haverá menos perseguição ao trabalhador, mais teto para os sem teto, mais propriedade para os sem propriedade, mais direito para os que não têm direito, menos expulsões de posseiros, de peões das terras das multinacionais que as utilizam indevidamente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima, a realizar-se hoje às 18 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1981 (nº 89/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, concluído em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 86-A e 87, de 1982, das Comissões:

- de Relações Exteriores; e
- de Economia.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1981 (nº 93/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para a Concessão de Privilegios e Imunidades à Secretaria do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana — RITLA, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Sistema Latino-Americano — SELA, em Caracas, a 3 de fevereiro de 1981, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 88 e 89, das Comissões:

- de Relações Exteriores; e
- de Constituição e Justiça.

— 3 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 187, de 1982), do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1980 (nº 44/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.

— 4 —

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 188, de 1982), do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1981 (nº 74/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrada a sessão. (*Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.*)

ATA DA 50ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DO SR. JORGE KALUME

ÀS 18 HORAS E 35 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 57 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES NºS 197 E 198, DE 1982

PARECER Nº 197, DE 1982

Da Comissão de Economia. Sobre a Mensagem nº 334, de 1981 (nº 517/81 — na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizado o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 541.004.400,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, quatro mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Bernardino Viana

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja o Governo do Estado de Pernambuco autorizado a elevar em Cr\$ 541.004.400,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, quatro mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimos no valor global acima junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

2. Características das operações:

Operação I

A — Valor: Cr\$ 348.198.200,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 24 meses;

2 — de amortização: 144 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a.;

2 — correção monetária: 60% do índice de variação trimestral das ORTN;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM;

E — Destinação dos recursos: construção e equipamentos de 62 mercados públicos, em Municípios do interior do Estado;

Operação II

A — Valor: Cr\$ 96.000.800,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 24 meses;

2 — de amortização: 144 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a.;

2 — correção monetária: 40% do índice de variação trimestral das ORTN;

D — Garantia: vinculação de quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM;

E — Destinação dos recursos: construção e aquisição de equipamentos de Escolas Rurais em 62 Municípios do Estado;

Operação III

A — Valor: Cr\$ 96.805.400,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 24 meses;

2 — de amortização: 144 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a.;

2 — correção monetária: 60% do índice de variação trimestral das ORTN;

D — Garantia: vinculação de parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM;

E — Destinação dos recursos: construção de um Centro Artesanal.

3. Segundo o parecer apresentado pelo Órgão financiador, as operações de crédito sob exame são viáveis econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei nº 8.464, de 20-11-80 autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 289/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito, formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) Parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao Pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seria ultrapassado o teto que lhe foi fixado pelo item I, do art. 2º da Res. nº 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de operações extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II e III) fixados no art. 2º da Res. nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Banco Nacional da Habitação.

7. Além da característica das operações — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 1981

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 541.004.400,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, quatro mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 541.004.400,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, quatro mil e quatrocentos cruzeiros) o montante global de sua dívida consolidada, para contratar empréstimos no valor global acima, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinados à construção e equipamento de 62 mercados públicos e 62 escolas rurais em municípios do Estado, bem como construção de um Centro Artesanal, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — *José Richa*, Presidente — *Bernardino Viana*, Relator — *Alberto Silva* — *José Fragelli* — *Luiz Cavalcante* — *Benedito Ferreira*.

PARECER Nº 198, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 35, de 1982, da Comissão de Economia, que "autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 541.004.400,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, quatro mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna".

Relator: Senador Aderbal Jurema

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 334/81 do Senhor Presidente da República, autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operações de crédito no valor de Cr\$ 541.004.400,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, quatro mil e quatrocentos cruzeiros) destinadas à construção e equipamentos de 62 mercados públicos do Estado, bem como construção de um Centro Artesanal.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1982 — *Aloysio Chaves*, Presidente — *Aderbal Jurema*, Relator — *Leite Chaves* — *João Calmon* — *Almir Pinto* — *José Fragelli* — *Raimundo Parente* — *Bernardino Viana* — *Dirceu Cardoso*, contra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 69, DE 1982

Senhor Presidente:

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1981, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — *Nilo Coelho* — *Humberto Lucena*.

REQUERIMENTO Nº 70, DE 1982

Senhor Presidente:

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1982, de autoria da Comissão Diretora, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — *Nilo Coelho* — *Humberto Lucena*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Os requerimentos que vêm de ser lidos serão objeto de deliberação após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1981 (nº 89/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, concluído em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981, tendo *Pareceres favoráveis*; sob nºs 86-A e 87, de 1982, das Comissões:

— de Relações Exteriores; e
— de Economia.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária do dia 15 do corrente.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1981 (nº 93/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para a Concessão de Privilégios e Imunidades à Secretaria do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana — RITLA, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Sistema Latino-Americano — SELA, em Caracas, a 3 de fevereiro de 1981, tendo *Pareceres favoráveis*, sob nºs 88 e 89, de 1982, das Comissões:

— de Relações Exteriores; e
— de Constituição e Justiça.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão extraordinária do dia 15 do corrente.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 187, de 1982), do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1980 (nº 44/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1980 (nº 44/80, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, na Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1982

Aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Item 4:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 188, de 1982), do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1981 (nº 74/80, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação Final do Projeto Legislativo nº 4, de 1981 (nº 74/80, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1982

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Previdência Social, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980.

Art. 2º Este Decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia, passa-se à apreciação do requerimento de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1981.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria, que constou da Ordem do Dia da sessão extraordinária de 5 de dezembro último, quando teve a discussão encerrada e a votação adiada em virtude do recebimento de emenda.

Votação, em turno único, do Projeto de lei da Câmara nº 118, de 1981 (nº 5.330/81, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 1.395 e 1.396, de 1981, das Comissões:

— *De Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável; e

— *De Serviço Público Civil*, favorável;

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil sobre a emenda de Plenário.

Solicito ao nobre Sr. Senador Aderbal Jurema o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda.

O SR. ADERBAL JUREMA (Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Há uma emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1981.

Inclua-se, onde couber:

“Artigo — Os funcionários federais, estaduais e municipais, pertencentes a outros órgãos da Administração Pública e que presentemente estiverem prestando serviços aos Tribunais Regionais Eleitorais, poderão concorrer à transposição ou à transformação dos respectivos cargos dos Quadros permanentes dos Tribunais.”

A justificativa seria feita oralmente pelos autores da emenda, Senadores Humberto Lucena e Mauro Benevides.

A Comissão de Constituição e Justiça nada tem a opor, por considerá-la constitucional e jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Solicito ao nobre Senador Bernardino Viana o parecer da Comissão de Serviço Público Civil sobre a emenda.

O SR. BERNARDINO VIANA (Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Originário da Câmara, o presente projeto de lei que nesta Casa tomou o nº 118, “Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências”.

Aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil, recebeu em Plenário a seguinte emenda de autoria dos nobres Senhores Senadores Humberto Lucena e Mauro Benevides.

“Artigo — Os funcionários federais estaduais e municipais, pertencentes a outros órgãos de Administração Pública e que presentemente estiverem prestando serviços aos Tribunais Eleitorais, poderão concorrer à transposição ou à transformação dos respectivos cargos dos Quadros Permanentes dos Tribunais.”

Na sua justificativa oral aqui em Plenário, o ilustre Senador Humberto Lucena, defendeu a emenda com o argumento de que “várias leis esparsas que têm tratado da criação de cargos e de reclassificação de servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais, à medida em que vão sendo sancionadas pelo Senhor Presidente da República, em relação a esse ou àquele Estado, já no momento dois ou três, têm incluído dispositivo semelhante a esta”.

Portanto o objeto da emenda não inova, mas reproduz medidas semelhantes que foram adotadas no passado. E ademais, transposição ou a transformação, tal como está prevista na Emenda, é facultativa.

Em face do exposto, meu parecer é pelo acolhimento da Emenda nº 1, de Plenário.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Os pareceres são favoráveis à emenda de Plenário.

Completada a instrução da matéria, passa-se à votação do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 118, de 1981

(nº 5.330/81, na Casa de origem)

De iniciativa do Sr. Presidente da República

Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O afastamento de servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e das autarquias, para prestar serviços à Justiça Eleitoral, dar-se-á na forma estabelecida por esta lei.

Art. 2º As requisições para os Cartórios Eleitorais deverão recair em servidor lotado na área de jurisdição do respectivo Juízo Eleitoral, salvo em casos especiais, a critério do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º As requisições serão feitas pelo prazo de um ano, prorrogável, e não excederão a um servidor por 10.000 (dez mil) ou fração superior a 5.000 (cinco mil) eleitores inscritos na Zona Eleitoral.

§ 2º Independentemente da proporção prevista no parágrafo anterior, admitir-se-á a requisição de um servidor.

Art. 3º No caso de acúmulo ocasional de serviço na Zona Eleitoral e observado o disposto no art. 2º e seus parágrafos desta lei, poderão ser requisitados outros servidores pelo prazo máximo e improrrogável de 6 (seis) meses.

§ 1º Os limites estabelecidos nos parágrafos do artigo anterior só poderão ser excedidos em casos excepcionais, a juízo do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º Esgotado o prazo de 6 (seis) meses, o servidor será desligado automaticamente da Justiça Eleitoral, retornando à sua repartição de origem.

§ 3º Na hipótese prevista neste artigo, somente após decorrido um ano poderá haver nova requisição do mesmo servidor.

Art. 4º Exceto no caso de nomeação para cargo em comissão, as requisições para as Secretarias dos Tribunais Eleitorais serão feitas por prazo certo, não excedente de um ano.

Parágrafo único. Esgotado o prazo fixado neste artigo, proceder-se-á na forma dos §§ 2º e 3º do artigo anterior.

Art. 5º Os servidores atualmente requisitados para as Secretarias dos Tribunais Eleitorais poderão ter suas requisições renovadas anualmente.

Art. 6º Os servidores atualmente requisitados para os Cartórios Eleitorais, em número excedente ao fixado nos limites estabelecidos no art. 2º desta lei, deverão ser desligados pelos respectivos Tribunais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta lei, retornando às suas repartições de origem.

Art. 7º Ressalvada a hipótese do artigo anterior, os prazos de requisição dos servidores atualmente à disposição da Justiça Eleitoral consideram-se iniciados na data da entrada em vigor deste lei.

Art. 8º Salvo na hipótese de nomeação para cargo em comissão, não serão requisitados ocupantes de cargos isolados, de cargos ou empregos técnicos ou científicos, e de quaisquer cargos ou empregos do magistério federal, estadual ou municipal.

Art. 9º O servidor requisitado para o serviço eleitoral conservará os direitos e vantagens inerentes ao exercício de seu cargo ou emprego.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis nºs 6.678, de 14 de agosto de 1979, e 6.862, de 26 de novembro de 1980.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovados o projeto e a emenda, a matéria vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Sobre a mesa, redação final de matéria em regime de urgência, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 199, DE 1982
Da Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1981 (nº 5.330/81, na Casa de origem).

Relator: Senador Bernardino Viana

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1981 (nº 5.330/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. — *Laélia de Alcântara*, Presidente — *Bernardino Viana*, Relator — *Aderbal Jurema*.

ANEXO AO PARECER Nº 199, DE 1982

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1981 (nº 5.330/81, na Casa de origem), que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.

Emenda nº 1

(Corresponde à emenda nº 1 de Plenário)

Inclua-se, onde couber:

“Art. Os funcionários federais, estaduais e municipais, pertencentes a outros órgãos da Administração Pública e que presentemente estiverem prestando serviços aos Tribunais Regionais Eleitorais, poderão concorrer à transposição ou à transformação dos respectivos cargos dos Quadros Permanentes dos Tribunais.”

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Achando-se em regime de urgência a proposição cuja redação final acaba de ser lida, deve esta ser submetida imediatamente à apreciação do Plenário.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Vai-se passar agora, à apreciação do requerimento de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1982.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1982, de autoria da Comissão Diretora, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências (dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças).

Sobre a mesa os pareceres, que serão lidos pelo Senhor Primeiro-Secretário.

São lidos os seguintes

PARECERES NºS 200 e 201, DE 1982

sobre o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1982, que “reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal e dá outras providências”.

PARECER Nº 200, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Bernardino Viana

De autoria da douda Comissão Diretora da Casa, o Projeto sob exame reajusta os valores dos servidores ativos e inativos do Senado Federal.

2. Na justificação, aduz-se que o projeto, em obediência a dispositivos constitucionais, aplica no âmbito do Senado Federal os reajustes efetuados nos vencimentos dos funcionários do Poder Executivo.

3. De fato, o art. 98 da Constituição prevê a paridade de vencimentos dos servidores dos Três Poderes, tendo como paradigma os vencimentos dos cargos e funções análogos do funcionalismo do Poder Executivo, dispondo o art. 42, item IX, sobre a competência privativa do Senado Federal para “propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos”.

Editado pelo Executivo o Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões e dá outras providências”, o presente Projeto efetua o mesmo reajuste, em bases semelhantes, para os servidores desta Casa.

Não há ressalvas a fazer quanto aos aspectos de técnica legislativa e regimental.

No mérito (art. 100, item I, nº 6, do Regimento Interno), a proposição é oportuna e conveniente, pois leva em conta a realidade inflacionária em que vivemos, não sendo possíveis, devido às barreiras constitucionais, reajustes em níveis mais elevados que os já adotados pelo paradigma.

4. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto, por constitucional, jurídico, regimental, de boa técnica legislativa e, no mérito, oportuno e conveniente.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1982. — *Aloysio Chaves*, Presidente — *Bernardino Viana*, Relator — *Aderbal Jurema* — *Leite Chaves* — *João Calmon* — *Almir Pinto* — *José Fragelli* — *Raimundo Parente*.

PARECER Nº 201, DE 1982

Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Almir Pinto

Na forma regimental vem a exame da Comissão de Finanças o projeto que reajusta os vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal e dá outras providências.

A proposição é de iniciativa da Comissão Diretora que assim a justifica:

“Consoante a política de paridade retributiva estabelecida pelo art. 98 da Constituição Federal, para as áreas administrativas dos Três Poderes, a Comissão Diretora do Senado Federal, à vista da edição do Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981 — que reajustou os valores de vencimentos dos servidores do Poder Executivo — elaborou o presente projeto de lei que, com idêntica finalidade, atualiza, nas mesmas bases, e com igual vigência, os vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, mediante iniciativa fundada na outorga expressa no art. 42, IX, da Carta Magna.

Trata-se, como se vê, de providência decorrente de imperativo de ordem constitucional, justificada plenamente, na sua origem, como fator de correção salarial no índice aproximado de desvalorização do poder aquisitivo da moeda, no curso do exercício financeiro”.

Objetiva o projeto reajustar vencimentos e proventos de servidores do Senado Federal, da mesma forma como concedido aos funcionários do Poder Executivo.

Trata-se de atualização dos valores de remuneração em face da acentuada desvalorização do poder aquisitivo da moeda brasileira.

São duas parcelas de 40% (quarenta por cento) vigorando a primeira a partir de 1º de janeiro de 1982 e a segunda a partir de 1º de maio de 1982.

Prevê o artigo 2º a elevação do salário família para Cr\$ 600,00 (seiscientos cruzeiros).

A lei retroagirá seus efeitos a 1º de janeiro de 1982, sendo que as despesas decorrentes de sua aplicação correrão à conta do Orçamento da União para o exercício de 1982.

Em face das razões expostas, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1982.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. — *Franco Montoro*, Presidente — *Almir Pinto*, Relator — *Tancredo Neves* — *Afonso Camargo* — *Amaral Peixoto* — *Gabriel Hermes* — *Mauro Benevides* — *Martins Filho* — *Lomanto Júnior*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça conclui pela constitucionalidade e juridicidade do projeto.

O parecer da Comissão de Finanças conclui pela sua aprovação.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto, em turno único.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O Sr. Dirceu Cardoso — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso, para encaminhar a votação.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Inscrito para falar há vários dias, para uma resposta a informações do 2º-Vice-Presidente da Casa, a respeito de dados referentes a funcionários admitidos no Serviço Médico, não tenho tido oportunidade, e nem vou ter agora, de dar a resposta adequada e conveniente.

Estou com todos os dados coletados, coligidos, arrumados, prontos, estudados e darei a resposta, quando, numa hora em que a minha inscrição para falar, com um número razoável de Senadores presentes, eu possa oferecê-la à consciência do Senado e da Nação.

Quero apenas dizer que, tendo estudado, como tenho, porfiadamente, a situação da Casa, devo dar uma resposta categorizada às increpações que me foram feitas, a respeito dos funcionários da Casa e do Serviço Médico. O projeto sobre os funcionários, e os dados que tenho recolhido nos diversos órgãos da Casa, através dos dias, vão me fornecer o embasamento para um pronunciamento circunstanciado a respeito. Quero convocar o Senado para, na primeira oportunidade da qual serei o juiz, não é a pressão de fora, nem daqui, eu é que vou ser o juiz da hora em que vou dar essa resposta.

Gostaria que estivesse presente o Presidente da Casa, mas, como é difícil que estejam presentes o Presidente e o Vice-Presidente, eu apenas quero avisar, prevenir que não me esqueci, estou bem lembrado, estou com ela candente na minha cabeça, estou com as provas arrumadas, suscitadas, perquiridas, pesquisadas, estudadas, anotadas e vou dar essa resposta.

Sr. Presidente, como passam-se os dias, e aqui, às vezes, quando chega a minha inscrição, sou o último orador, havendo apenas um ou dois aqui no plenário, não que eu queira assistência, mas eu quero que ouçam algumas verdades duras, duríssimas, que vão ser ditas. Então, quero a oportunidade em que se acham presentes o Presidente e o Vice-Presidente, porque não está esquecida, nem deslemburada essa minha advertência, vou dar a resposta. Estou com os dados em mãos, a respeito do Serviço Médico, quando atribuída a mim uma declaração que nós vamos, então, refutar. Mas quero, Sr. Presidente, fazer mais uma declaração ao Senado; não tenho compromisso com o Senado, tenho compromisso é com o povo que me mandou para aqui.

Pode ficar zangado quem quiser, posso até ser visto como um cidadão incômodo, mas quero cumprir meu dever e vou cumpri-lo até o fim do meu mandato, até o dia 5 de dezembro, vou cumpri-lo religiosamente aqui nesta Casa, haja o que houver; lamentavelmente, vou ter que dialogar com um membro do meu Partido, que me fez acusações, com as quais não estou de acordo, nem as mereço, porque não fiz nenhuma a ele. Depois, ciente daquilo, é que voltei a responder.

Então, Sr. Presidente, não quero discutir nada, quero apenas aproveitar o ensejo em que se discute o reajuste de proventos dos servidores ativos e inativos do Senado e dá outras providências, assunto que abordaremos aqui nesta Casa, para, com dados irrefutáveis, não são meus, porque os busquei nos diversos Departamentos do Senado, dar então a resposta cabal, áspere, mas verdadeira, sobre determinadas situações na Casa.

Sr. Presidente, já que a Mesa forneceu-me a oportunidade de buscar esses dados através dos serviços do PRODASEN, que é um Departamento da Casa, tenho-me servido tanto quanto possível desses serviços para buscar alguns dados que complementem a minha indagação. Estou com eles em mãos, não vou dar hoje, amanhã é sexta-feira, é possível que eu não dê, mas fica aprazado o Senado para comigo e eu para com o Senado, para que eu dê essa resposta; de cuja oportunidade eu sou o juiz que guarda a injúria da véspera e quero respondê-la na hora em que eu achar preciso.

Assim, Sr. Presidente, sirvo-me desta oportunidade e quero comunicar ao Sr. Vice-Presidente que talvez não seja amanhã, mas da semana que vem em diante nós daremos as explicações que eu deveria dar a respeito de um assunto sobre o qual não prestei declarações à imprensa, não dei informações à imprensa, não dei audiência, não dei entrevista à imprensa, vez que atribuíram declarações a mim — declarações que não fiz.

Mas os dados estão aqui e nós os relataremos no momento oportuno — e na oportunidade serei o juiz. Na próxima semana, se Deus quiser, nós tere-

mos um momento azado para dar uma satisfação, que a minha dignidade está a me exigir, ao Senado ao qual pertencço. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Sobre a mesa, a redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 202, DE 1982

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1982.

Relator: Senador João Calmon

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1982, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. — Laélia de Alcântara, Presidente — João Calmon, Relator — Bernardino Viana.

ANEXO AO PARECER Nº 202, DE 1982

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1982, que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, decorrentes da aplicação da Lei nº 6.908, de 21 de maio de 1981, ficam reajustados em:

I — 40% (quarenta por cento) a partir de 1º de janeiro de 1982; e

II — 40% (quarenta por cento) a partir de 1º de maio de 1982.

§ 1º O percentual fixado pelo item II incidirá sobre os valores resultantes do reajuste de que trata o item I.

§ 2º Em decorrência do disposto neste artigo, os vencimentos do pessoal em atividade constante dos Anexos da Lei nº 6.908, de 21 de maio de 1981, vigorarão com os valores fixados nos Anexos desta Lei, sobre os quais incidirão os percentuais de representação mensal neles estabelecidos.

§ 3º Serão descontadas, dos reajustamentos ora estabelecidos, quaisquer antecipações retributivas que tenham sido efetuadas com base nas majorações autorizadas pelo Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981.

Art. 2º É elevado para Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) mensais, por dependente, o valor do salário-família.

Art. 3º Nos cálculos decorrentes da execução desta Lei, serão desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá à conta do Orçamento da União para o exercício de 1982.

Art. 5º Esta Lei vigora a partir de 1º de janeiro de 1982.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO Y

QUADRO PERMANENTE

GRUPO: Direção e Assessoramento Superiores

CÓDIGO: DAS

NÍVEIS	VENCIMENTO OU SALÁRIO MENSAL - Cr\$		REPRESENTAÇÃO MENSAL
	A partir de 01/01/82	A partir de 01/05/82	
DAS-1	104.547,00	146.365,00	20%
DAS-2	123.557,00	172.979,00	35%
DAS-3	137.816,00	192.942,00	45%
DAS-4	161.578,00	226.209,00	50%
DAS-5	171.082,00	239.514,00	55%
DAS-6	190.094,00	266.131,00	60%

ANEXOS II

CARGOS OU EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR			CARGOS OU EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO		
REFERÊNCIA	VENCIMENTO OU SALÁRIO - Cr\$		REFERÊNCIA	VENCIMENTO OU SALÁRIO - Cr\$	
	A partir de 01/01/82	A partir de 01/05/82		A partir de 01/01/82	A partir de 01/05/82
NS-1	40.287,00	56.401,00	NM-1	13.913,00	19.478,00
NS-2	43.335,00	60.649,00	NM-2	14.623,00	20.472,00
NS-3	45.498,00	63.697,00	NM-3	15.360,00	21.504,00
NS-4	47.766,00	66.872,00	NM-4	16.111,00	22.595,00
NS-5	50.164,00	70.229,00	NM-5	16.917,00	23.683,00
NS-6	52.656,00	73.718,00	NM-6	17.768,00	24.875,00
NS-7	55.295,00	77.413,00	NM-7	18.485,00	25.879,00
NS-8	58.055,00	81.277,00	NM-8	19.308,00	27.031,00
NS-9	60.295,00	84.413,00	NM-9	20.176,00	28.246,00
NS-10	63.306,00	88.628,00	NM-10	20.977,00	29.367,00
NS-11	65.731,00	92.023,00	NM-11	21.803,00	30.924,00
NS-12	69.035,00	96.649,00	NM-12	22.646,00	31.784,00
NS-13	71.660,00	100.324,00	NM-13	23.545,00	32.983,00
NS-14	75.244,00	105.341,00	NM-14	24.476,00	34.298,00
NS-15	78.570,00	109.998,00	NM-15	25.433,00	35.606,00
NS-16	82.034,00	114.847,00	NM-16	26.418,00	36.989,00
NS-17	85.640,00	119.896,00	NM-17	27.307,00	38.229,00
NS-18	89.916,00	125.882,00	NM-18	28.368,00	39.715,00
NS-19	94.413,00	132.178,00	NM-19	29.467,00	41.253,00
NS-20	99.143,00	136.800,00	NM-20	30.709,00	43.070,00
NS-21	104.091,00	145.727,00	NM-21	32.313,00	45.238,00
NS-22	109.306,00	153.028,00	NM-22	33.913,00	47.506,00
NS-23	114.758,00	160.661,00	NM-23	35.632,00	49.884,00
NS-24	120.493,00	168.690,00	NM-24	37.431,00	52.403,00
NS-25	126.525,00	177.135,00	NM-25	39.397,00	55.829,00
			NM-26	41.269,00	57.776,00
			NM-27	43.335,00	60.809,00
			NM-28	45.408,00	63.907,00
			NM-29	47.760,00	66.872,00
			NM-30	50.164,00	70.229,00
			NM-31	52.656,00	73.718,00
			NM-32	55.674,00	79.343,00
			NM-33	61.809,00	86.520,00
			NM-34	67.383,00	94.336,00
			NM-35	73.451,00	102.831,00

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Achaando-se em regime de urgência a proposição cuja redação final acaba de ser lida, deverá ser submetida imediatamente à apreciação do Plenário.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Sobre a mesa, redações finais de matérias aprovadas da Ordem do Dia da presente sessão, que, nos termos do parágrafo único, do art. 355, do Regimento Interno se não houver objeção do Plenário, serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário. (Pausa.)

São lidas as seguintes

PARECER Nº 203, DE 1982

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1981 (nº 89/81, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1981 (nº 89/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de

Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, concluído em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.

Sala das Comissões, 29-4-82. — Laélia de Alcântara, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — Aderbal Jurema.

ANEXO AO PARECER Nº 203, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1981 (nº 89/81, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1982

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.

Art. 2º Esse Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 204, DE 1982

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1981 (nº 93/81, na Câmara dos Deputados).

Relator: Aderbal Jurema

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo Nº 22, de 1981 (nº 93/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para Concessão de Privilégios e Imunidades à Secretaria do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana — RITLA, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Sistema Latino-Americano — SELA, em Caracas, a 3 de fevereiro de 1981.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. — *Laélia de Alcântara*, Presidente — *Aderbal Jurema*, Relator — *Saldanha Derzi*.

ANEXO AO PARECER Nº 204, DE 1982

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1981 (nº 93/81, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1982

Aprova o texto do Acordo para Concessão de Privilégios e Imunidades à Secretaria do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana — RITLA, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Sistema Latino-Americano — SELA, em Caracas, a 3 de fevereiro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo para a Concessão de Privilégios e Imunidades à Secretaria do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana — RITLA, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Sistema Latino-Americano — SELA, em Caracas, a 3 de fevereiro de 1981.

Art. 2º Esse Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — As redações finais lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO Nº 71, DE 1982

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1981.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — *Jutahy Magalhães*.

REQUERIMENTO Nº 72, DE 1982

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1981.

Sala das Sessões, 29 de abril de 1982. — *Jutahy Magalhães*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Face à deliberação do Plenário passa-se à imediata apreciação das redações finais.

Em discussão a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21/81. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à promulgação.

O SR. Presidente (Jorge Kalume) — Em discussão a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 22/81. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

O SR. Gilvan Rocha — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Rocha, para uma explicação pessoal.

O SR. GILVAN ROCHA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Os Srs. Senadores Orestes Quêrcia e Franco Montoro enviaram à Mesa projetos cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 259, III, a, 3, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente. As proposições serão enunciadas na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No Dia do Trabalho e numa justa homenagem a todos os trabalhadores do Brasil, gostaria de propor à Presidência do Senado que sejam votados, em regime de urgência, os projetos de lei sobre a estabilidade no emprego que tramitam nas Comissões e expressam a maior reivindicação da classe trabalhadora.

Esta seria uma forma concreta do Congresso Nacional homenagear o trabalhador brasileiro, não só através de festas e congratulações, mas agindo dentro de suas atribuições. Entre os muitos projetos cito o de nº 55, de 1980, de minha autoria e que estabelece a garantia no emprego.

De acordo com este projeto o trabalhador não poderá sofrer despedida arbitrária. O projeto prevê que o empregador só poderá despedir por motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro, devidamente comprovado perante a Justiça trabalhista.

Este projeto foi apresentado com base em recentes sugestões dos professores de Direito do Trabalho, Amaury Mascaro Nascimento, da Universidade de São Paulo, e Renato Rua de Almeida, da Universidade Católica de São Paulo, e corresponde à proposta do ilustre jurista e professor Délio Maranhão, oferecida à Comissão Ministerial incumbida de elaborar o anteprojeto de reforma da CLT, conforme consta do Relatório daquela Comissão, publicado no *Diário Oficial* da União de 2-5-79, em Suplemento.

A proposta limita o poder de despedida do empregador, condicionando-o a determinados motivos, ocasionados pelo empregado ou decorrentes da atividade empresarial.

Essa orientação segue os ditames do direito comparado moderno e as diretrizes programáticas da Organização Internacional do Trabalho, buscando pautar a legislação brasileira de acordo com os princípios de Justiça e da finalidade social da empresa.

Aos que se mostram relutantes em adotar a medida ora preconizada, é oportuno lembrar a opinião de técnicos renomados, como o Dr. James C. Abegglen, formado pela Universidade de Chicago, professor do Massachusetts Institute of Technology e atual vice-Presidente da Boston Consulting Group, Inc. Em trabalho publicado na revista "*Scientific American*", março, 1970, analisando as causas e perspectivas do surpreendente desenvolvimento econômico japonês, prevê o ilustre professor que aquele país terá condições de manter, pelo menos até o final do século, um ritmo de crescimento do PNB da ordem de 15% ao ano, tornando-se, já por volta de 1988, a nação de maior renda *per capita* de todo o mundo, superando mesmo os Estados Unidos. E como uma das causas fundamentais desse sucesso espetacular, coloca o regime de emprego adotado no Japão: "O operário, o técnico, o empregado de escritório e o administrador japoneses são contratados por toda a vida, ou pelo menos por todo o prazo de existência da empresa empregadora".

A garantia do emprego é hoje a mais sentida reivindicação dos trabalhadores brasileiros. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo PARECERES, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que acrescenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LUIZ FERNANDO FREIRE NA SESSÃO DE 28-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na semana que passou, ocupei a tribuna desta Casa para, como afirmei naquela oportunidade como cidadão e parlamentar, manifestar as minhas preocupações como a situação que se desenrola no Atlântico Sul pela disputa das ilhas Falklands ou Malvinas. Hoje, Sr. Presidente, volto a esta tribuna, quando os acontecimentos na área de conflito evoluiu para o estado de guerra; já estabelecido pelas forças em operações militares naquela região.

Não interessa mais, Sr. Presidente, continuarmos no exame do que determinou a origem da questão. Agora, em face do novo quadro, o que interessa é verificarmos o que poderá suceder de agora em diante, sem que nos esqueçamos das palavras do secretário Haig, voluntário mediador do problema, que alertava há dias atrás que o tempo estava passando velozmente.

As operações militares de grande vulto já foram iniciadas e a cada instante ficarão mais tênues as linhas que separam os dois países dos seus pontos de entendimentos, para a guerra total ainda não declarada.

Vejam, Srs. Senadores, a que ponto chegamos. Acostumados a manter o foco de nossas atenções voltado para as intermináveis áreas de conflitos em todo o mundo, vivemos neste momento o clima de perigo e ameaça que esta incrível disputa, nesta incrível aventura, veio submeter os povos da América do Sul.

Já verificamos, Sr. Presidente, com que facilidade foram violados os tratados diversos, desde o Trabalho do Rio de Janeiro, como a carta da Organização dos Estados Americanos, e a própria carta da ONU. Lamentável e grotesco é ouvirmos agora, daqueles que violaram os tratados, a invocação dos mesmos tratados violados em sua defesa. Encontra-se reunida em Washington a Organização dos Estados Americanos, onde voltam a ser apresentadas as mesmas razões que pretensamente justificam a invasão das ilhas pelas forças argentinas. Pretendem, então, os detonadores da paz na América do Sul, apenas por contarem agora com uma caixa de ressonância maior, a própria OEA, obter a razão que lhes falta na justificativa impossível da ação de força a que inconseqüentemente se propuseram.

Os passos mal preparados, mal-avaliados e conseqüentemente mal sucedidos tornam-se a cada minuto mais problemáticos de serem reformulados.

A perspectiva de um apoio militar das demais Nações Americanas já não parece tão provável. Cada Estado americano necessita, além de resolver os seus problemas internos, manter a sua credibilidade internacional. Não se poderia supor fosse utilizada uma Organização criada para a defesa da paz, na proteção dos arroubos bélicos de um ou mais de seus membros.

O Sr. Almir Pinto — V. Exª me permite?

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Com muito prazer, nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Lamento interromper um pouco o discurso de V. Exª, que é muito oportuno, mas como V. Exª falou na OEA, eu já tinha pensado e comentado com alguns dos meus companheiros, nossos colegas, o comportamento das duas grandes organizações internacionais — a ONU e a OEA. São duas grandes organizações, aliás, que no meu entender demoraram um pouco a tomar uma atitude em relação a isto que está acontecendo. A OEA, por exemplo, veio se manifestar muito tarde, praticamente quando já estavam em franco estado de beligerância a Inglaterra e a Argentina, a Inglaterra retomando as Geórgias e a Argentina fazendo finca pé nas Malvinas! Então, dizia eu em conversa com os meus companheiros, com o nobre Senador Agenor Maria que, nos termos em que estão as coisas, só havia um recurso: a ONU agir como o fez em Gaza. Mandar retirar a esquadra inglesa do Atlântico Sul e as tropas argentinas das Malvinas e colocar lá uma força da própria Organização para que assim possa processar-se o entendimento, isto porque em estado de beligerância é muito difícil chegar-se a um acordo. Retirem-se as duas forças em luta e lá se instale uma força neutra da ONU ou da OEA. O resultado certamente seria benéfico para o nosso continente e para o Atlântico Sul. Este foi sempre o meu ponto de vista, aliás já externado

a alguns colegas. Não sou diplomata, mas está claro, que outra saída dificilmente se encontrará porque em jogo está a honra dos dois países beligerantes.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Fico muito grato ao seu aparte e concordo com V. Ex^a quando se refere que houve uma certa demora em que tanto a ONU como a OEA viessem a participar diretamente para resolver esse problema. Acontece que não é possível que se mantenha de prontidão nenhuma organização, prevendo casos como esse que aconteceu. E a hipótese formulada por V. Ex^a, de que haja uma força da ONU, isto é questão que já está pendente no Conselho de Segurança da ONU e que, uma vez aprovada, os dois países terão que se submeter, à força, até, neste caso, se houver uma força da ONU determinada para ir para as Malvinas.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Pois não, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — (Pausa.) Esse meu embaraço em começar o aparte, demonstra um certo constrangimento, uma certa hesitação. Mas não posso deixar de fazer reparos à atitude do Itamaraty, no caso, porque, desde o primeiro momento, ele, pela voz do nosso Chanceler, estabeleceu uma premissa: é que a Argentina tem o direito líquido e certo às Malvinas...

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — O que não cabe ao Itamaraty.

O Sr. Luiz Cavalcante — ... ora, isto é justamente o fulcro da questão. Desde 1833 que as Malvinas estão em poder da Inglaterra, portanto, há 149 anos...

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Pacificamente.

O Sr. Luiz Cavalcante — As Malvinas distam 600 Km da costa Argentina. Mas a Argentina não tem pretensões somente sobre elas, mas tem também sobre as Geórgias, que distam 3.200 Km da sua costa, e sobre as Ilhas Sandwich, que distam 4.000 Km...

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — E talvez sobre outras áreas também, ainda não identificadas.

O Sr. Luiz Cavalcante — Pois bem, eminente colega, para mostrar bem a importância e a ordem de grandeza dessa distância de 3.200 quilômetros que separa a Argentina das Geórgias, basta dizer que esta distância é maior do que a distância que separa o Brasil da África, porque a cidade de Natal dista de Freetown, Capital da Serra Leoa, de apenas de 2.900 quilômetros. Sendo assim, seria o caso de Serra Leoa ter pretensões de soberania sobre o Brasil ou o inverso. Então, a meu ver, a Chancelaria brasileira estimulou a Argentina a persistir na sua duvidosa reivindicação. Ainda ontem, o projeto de resolução redigido conjuntamente pelo Brasil e pelo Peru, no seu item 4, diz:

"4. Deplorar a adoção, por membros da Comunidade Econômica Europeia, de medidas coercitivas de caráter econômico e político que prejudicam o povo argentino."

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — O que é um prejulgamento.

O Sr. Luiz Cavalcante — Deplora profundamente — veja bem — o procedimento da Comunidade Econômica Europeia, mas não deplora igualmente o fato de a Argentina não ter atendido à Resolução nº 502, das Nações Unidas, que mandou a Argentina retirar-se imediatamente das Ilhas Falklands.

V. Ex^a faz muito bem em voltar a este tema, e agradeço-lhe a oportunidade de mais uma vez frisar a minha opinião sobre essa contenda. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — É uma honra. Fico muito grato a V. Ex^a pelo aparte que veio honrar o meu discurso e a ajudar no raciocínio que me proponho desenvolver.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Pois não.

O Sr. Itamar Franco — Primeiro gostaria de dizer a V. Ex^a que é sempre oportuno ouvir no Senado federal o toque de um discurso sobre problemas internacionais. Normalmente, o Senado tem-se esquecido da política internacional. E agora, evidentemente, preocupado com o problema das Malvinas, esse assunto voltou a merecer do Senado a merecida atenção. Mas, esse des-caso nosso da política externa, nobre Senador Luiz Fernando Freire, é tão grande que mostra exatamente a pouca importância que o Itamaraty dá ao Congresso Nacional. Não adianta lembrarmos aqui a posição de nosso Chanceler que, convidado, ou convocado, foi primeiro a Washington; depois é que vai comunicar ao Congresso Nacional o voto brasileiro, sobretudo o dado ontem, pela madrugada, na Organização dos Estados Americanos. Esse é um

outro problema que o Senado um dia vai ter que verificar a importância dele, ao contrário do que aconteceu com Thomas Enders, homem designado para os assuntos latino-americanos, que teve que comparecer imediatamente ao Congresso Americano tão logo regressou de Buenos Aires. Mas esse é outro aspecto. O importante é que lembrou-se aqui do problema da ONU. A ONU, tão logo tomou conhecimento da invasão pelas Forças Armadas Argentinas, reuniu o seu Conselho de Segurança e imediatamente baixou a Instrução nº 502.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Por causa das forças da ONU é que estão pendente ainda.

O Sr. Itamar Franco — Exatamente. A instrução nº 502 foi clara: cessar as hostilidades e a retirada das forças argentinas das Malvinas, ou das Ilhas Falkland, no caso dos ingleses. Então, a ONU não falou, mas é claro que a organização mundial não tem essa força imperativa.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Nem está permanentemente de prontidão.

O Sr. Itamar Franco — Aí é que está um aspecto relevante: a meu ver, a política do Governo é contraditória. Ele devia, no meu entendimento, deveria ter solicitado imediatamente a aplicação de quê? Aí sim, o artigo 52 da carta da Organização das Nações Unidas, que permitiria o quê?, o bloqueio da área através de forças internacionais e essas forças internacionais, sendo essa região próxima do Atlântico Sul, possivelmente seriam formadas pelos países latino-americanos. Então, não há como contestar a ação da ONU, há sim que dizer exatamente qual a posição brasileira. Ele reconhece a soberania? Ele vai permitir, se essa confrontação for adiante, o envio de tropas? E aí sim o Congresso nacional será chamado a opinar. E nós vamos opinar como, apenas através da leitura dos jornais?, perguntaria eu a V. Ex^a

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Muito obrigado ao aparte de V. Ex^a nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Almir Pinto — V. Ex^a me permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero dizer a V. Ex^a, após haver apreendido o pensamento do nobre colega Senador Itamar Franco que, no meu entender, a ONU deveria ter-se antecipado ao ato de beligerância. Aí sim, porque não adianta apenas falar, dizer que se vai fazer isso, fazer aquilo, sem tomar medidas práticas, porque depois de começada a guerra é muito mais difícil chegar-se a um acordo.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Senador, permita-me discordar, porque aí só se fosse com bola de cristal, porque, uma vez que essa questão vem sendo discutida há anos em todos os fóruns internacionais, ela não poderia prever que se chegasse a esse ponto.

O Sr. Almir Pinto — Seria uma espécie de fiadora, pois não é interessante deixar que a crise evolua. Mas, depois que a Inglaterra deslocou uma frota de quarenta e oito navios de guerra, arcando com uma despesa fantástica e como a própria Ministra Thatcher disse que não podiam ficar com os navios parados. As despesas foram muito grandes com o deslocamento da esquadra e o único meio de se ressarcir daquela despesa é invadir as Ilhas Malvinas. Por conseguinte, nos parece, agora, uma crise sem solução.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Senador Itamar Franco, vou, ao mesmo tempo que agradecer o aparte de V. Ex^a, fazer só um reparo ao aparte do nobre colega, no que se refere à convocação do Ministro para vir ao Senado. Não tenho procuração para defender o Sr. Ministro, mas estou de acordo com V. Ex^a de que é necessário que o Senado seja informado, especialmente porque esta sempre foi, em todos os tempos do País, a Casa do Congresso que teve mais participação nos problemas internacionais, a partir da indicação de embaixadores, que é o Senado quem aprova. Sabemos muito pouco realmente do que cada embaixador desses representa ou vai representar quando sai daqui.

No que se refere à convocação do Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, S. Ex^a estava disposto a vir e teria dito até a data, mas não veio porque a reunião da OEA, solicitada pela Argentina, marcada pela OEA, determinava a presença do nosso Chanceler em Washington. E eu já soube ontem, não oficialmente, que nos próximos dias o Ministro virá aqui para prestar os esclarecimentos necessários à convocação que lhe foi feita.

O Sr. Itamar Franco — Permite-me V. Ex^a um aparte? (Assentimento do orador.) — Logo no início do conflito, mesmo não fazendo parte da Comissão de Relações Exteriores, eu fui aquela Comissão e sugeri ao Sr. Presidente que fizesse um convite — porque naquela altura nós não poderíamos fazer uma convocação — e a minha sugestão foi aprovada, inclusive pela unanimidade da Comissão de Relações Exteriores. Isto se deu aproximadamente há cerca de dez dias. Já lá se vão dez dias do início da pretensa convocação ou convite ao Sr. Ministro das Relações Exteriores. Eu nada tenho contra o Sr.

Ministro, ao contrário, inclusive soube que o Sr. Ministro se propôs em vir ao Congresso tão logo recebeu esse convite. Lamentavelmente, é o que digo a V. Ex*, é o pouco interesse que tem o Senado Federal em assuntos dessa natureza, que só agora começa a ter o seu interesse redobrado face à ação armada que se desenvolve praticamente às costas do nosso País. O reparo que fica Senador Luiz Fernando Freire, é exatamente esse: é que não há realmente do Congresso Nacional e particularmente do Senado o mínimo enfoque em relação à política internacional. Mais ainda, quando há esse enfoque, o Itamaraty tem-se negado a dar informações. E veja V. Ex* que eu tenho chamado a atenção aqui em duas viagens de S. Ex* o Senhor Presidente da República, uma delas feita exatamente à Argentina, quando foram assinados acordos e protocolos com o desconhecimento do Congresso Nacional. E hoje se inventou, vamos dizer, através da diplomacia, aquilo que eles chamam de acordos-quadros, que não têm que vir ao Congresso, o que nós lamentamos e que achamos absurdo, além dos pedidos de informação que nós parlamentares fazemos e que o Itamaraty pouco responde. Então, era exatamente a colocação que eu queria fazer a V. Ex*, mais uma vez cumprimento-o por debater este assunto, por trazer a política internacional ao debate no grande plenário do Senado Federal.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Muito obrigado a V. Ex*

O Sr. Luiz Cavalcante — Meu eminente xará, Senador Luiz Fernando, permita-me fazer um comentário ao aparte do Colega Senador Itamar Franco.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Ex* reclama o fato de nós estarmos marginalizados nessa contenda, e com razão, Senador Itamar Franco, pois quando o Ministro aqui vier — o Ministro Saraiva Guerreiro — explicar o caso, é a mesma coisa que se dar clister em defunto: não vai produzir mais efeito, porque os fatos estarão consumados. (Risos.)

O Sr. Itamar Franco — Concorro com V. Ex*, e foi este exatamente o sentido do meu aparte: o Congresso é sempre o último a saber, quando sabe!

O Sr. Agenor Maria — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex*, nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria — Nobre Senador Luiz Fernando Freire, é muito louvável e oportuno o discurso de V. Ex*, como é louvável o empenho que o mundo todo faz no sentido da pacificação entre a Inglaterra e a Argentina. É louvável o procedimento do TIAR. Nós temos que convir que, no começo deste mês, a Argentina que por várias gerações manteve um tratado de amizade e de comércio com a Inglaterra, aceitando a Inglaterra como dona das Malvinas por muito tempo, por muitos séculos, se arma, chega nas Malvinas, prende toda a guarnição inglesa, arria a bandeira inglesa, asteia a sua bandeira, faz uma festa de contentamento e alegria em toda a Argentina, e o mundo quer que a Inglaterra aceite isto pacificamente.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — É verdade...

O Sr. Agenor Maria — É preciso que se compreenda que, acima de qualquer coisa, o que paira são as forças argentinas dentro das Malvinas, o pavilhão inglês arriado e lá, ostensivamente, impavidamente, a bandeira argentina. Se querem paz, pacificação, acordo, é o que está proposto aí: a Inglaterra está pronta a retirar a esquadra desde que a Argentina retire suas forças de dentro das Malvinas. Feito isto, acredito que virá a pacificação. Caso contrário — como a Primeira Ministra Margaret Thatcher está dizendo — a esquadra não poderá ficar em pleno mar, a 13 mil quilômetros da Inglaterra, esperando indefinidamente que a Argentina resolva tratar do problema. Muito obrigado a V. Ex*

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — A situação interna da Argentina, que atravessa acentuada crise institucional, com uma taxa de inflação de 143 por cento e 13 por cento de taxa de desemprego é mais permanente, do que o sonho instalado no povo que se reúne na Plaza de Mayo. Diversos setores responsáveis da Argentina, começam a manifestar-se, a despeito do controle do Governo sobre a opinião de cada um, como verificamos ontem, pela brutal prisão de um jornalista brasileiro do Estado de S. Paulo, que sem maior razão foi covardemente preso pelos órgãos de segurança daquele país. Na edição da revista Manchete desta semana, o ex-Chanceler e ex-Embaixador da Argentina no Brasil, Oscar Camillion, afirma que "no dia 30 de março houve uma manifestação popular na Plaza de Mayo que demonstrava já não ter o Governo, fôlego para continuar adiante que" em 15 dias mais, eles voltarão a Plaza de Mayo, e então, poderá tira-los de lá? "Talvez,

Sr. Presidente, uma nova operação militar argentina, ocupando um outro território, acalme a delirante massa que se reúne na Plaza de Mayo, massa esta que já se caracterizou como uma voraz devoradora de regimes e governos. O próprio Sr. Oscar Camillion ainda em sua entrevista afirma que "se a Argentina ficar com as Malvinas, será mais fácil acertar o problema do canal de Beagle com o Chile, porque estaremos satisfeitos com uma posição mais importante no sul". Esta afirmativa é perigosamente de duplo sentido. Lembre-me, Sr. Presidente, o final dos anos 30, os tempos que precederam a II Guerra Mundial. Sempre qualificando cada nova conquista como a última, o Fuhrer procedia a invasão do Sudeto, remilitarizava a Renania, e anexava a Áustria. A cada passo, seguia-se uma justificativa e os povos do mundo inteiro, complacentemente esperavam que ainda se pudessem modificar os rumos da política alemã de então. A invasão da Polónia, Sr. Presidente, foi o começo do fim do sonho. A mesma Inglaterra que disse *basta* a Hitler, é a que poderá estar dizendo *basta* a um possível expansionismo argentino.

O Sr. Lázaro Barboza — Permite V. Ex* um aparte?

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Pois não, nobre Senador Lázaro Barboza.

O Sr. Lázaro Barboza — Eminente Senador, estou ouvindo com atenção o discurso de V. Ex* que, seguramente, comunga das preocupações de todos nós com a ameaça de um conflito de extrema gravidade no continente americano. O Brasil, quer pela sua condição de maior país sul-americano, quer pela sua condição de vizinho de um dos países envolvidos no conflito, que exerce aí um papel de neutralidade, embora signatário do Tratado do Rio de Janeiro...

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Que determina essa condição.

O Sr. Lázaro Barboza — ... que determina essa condição, o Brasil não deve apenas se escudar nessa neutralidade, deve evitar esforços a fim de evitar o pior, porque são inúmeros os problemas latentes do Continente Americano. V. Ex* mesmo assinalou uma posição, lendo, segundo depreendi, entrevista de um diplomata...

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Ex-Embaixador da Argentina no Brasil e ex-Chanteler.

O Sr. Lázaro Barboza — ... em que sobre o problema do Canal de Beagle, há uma diferença existente entre o Chile e a própria Argentina. Não é só. Há o problema, por exemplo, de Belize, uma espécie de fogo num monturo a queimar por baixo; a independência de Belize até hoje não foi absolvida por um de seus vizinhos, há o problema da saída para o mar pleiteada, há tanto tempo, pela Bolívia, há o conflito latente entre Equador e Peru, por causa de uma região de fronteira na Amazônia; há o problema da Venezuela com a Guiana. Dependendo da sorte deste quadro que aí está, o continente Sul-Americano poderá ser sacudido por violências inauditas e pode transformar-se, todo ele, num vulcão, envolvido não apenas em querelas como em guerras fratricidas. O risco que envolve o Brasil, a partir desses conflitos iminentes que poderão vir a tona, dependendo dos desdobramentos que o confronto Argentina-Inglaterra venha a sofrer, sem dúvida alguma será da maior gravidade.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Verá V. Ex* que, no decorrer do meu discurso, entrarei justamente nestes aspectos que o nobre colega levanta.

O Sr. Lázaro Barboza — Por isso que entendo que ao Brasil não basta apenas a posição de neutralidade. É preciso que o Brasil procure exercer o máximo de influência possível, a fim de evitar o espectro da guerra no Continente.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Muito obrigado a V. Ex* pelo seu aparte, que vem ilustrar meu discurso.

Uma vez claramente violados os artigos da Carta das Nações Unidas que vedam expressamente o uso da força, se ousarmos apoiar as razões invocadas por nossos vizinhos, o que será da América Latina, quando todas as questões de limites forem reavivadas?

Parece até que o Senador Lázaro Barboza conseguiu antecipar a leitura do meu discurso.

O Tratado de Tordesilhas determinava que pertenceriam a Portugal todas as terras descobertas até 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, e que daí em diante, a oeste do fictício meridiano, pertenceriam a Espanha. Este Tratado foi anos mais tarde praticamente anulado pelo Tratado de Madri, e subsequentemente pelo Tratado de Santo. Ildenfonso em 1777, que passou então a ser demarcador de limites dos povos americanos, quando perdemos uma imensa parte do nosso território. Explodindo em 1801 a guerra entre Portugal

e Espanha, aquele território, à época o território das Missões, foi de novo pela força das armas reconquistado pelos portugueses. O território das Missões, é aonde se encontra hoje o grande Estado do Rio Grande do Sul. Ora, Sr. Presidente, a darmos razão a pretensão Argentina, baseada em seu próprio raciocínio, o que nos garantiria que não seríamos nós próprios que poderíamos vir a estrangular a doutrina que hoje defendemos? Sob qual argumento recusaríamos à Argentina a devolução do território das Missões? Através de solicitação à OEA? Pedindo apoio a qual de nossas posições, a de hoje, ou a da hipótese mencionada?

Veja, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um curioso aspecto da questão. E existem razões que me levam a levantar esta especulação Sr. Presidente? Acredito que sim.

Para todo movimento de grande envergadura, normalmente procura-se mobilizar a opinião pública. Uma vez formada o que se estabeleceu chamar de opinião pública, torna-se muito mais fácil justificar qualquer absurdo.

Aqui, Sr. Presidente, um exemplo de como se prepara a opinião pública para uma possível justificativa de futuros envoltimentos bélicos da Argentina. A revista Argentina "Gente", sob o título que nunca deve voltar a suceder, apresenta dez mapas da Argentina, assinalando o que era, o que é, e o que poderia ser o território daquele país. Nestes mapas o que se verifica são as profundas marcas de resistência aos limites estabelecidos através de acordos diversos entre a Argentina e os países limítrofes. O que se depreende, é o inconformismo argentino ante a perda dos territórios assinalados e a preparação psicológica para novas empreitadas militares, que esperamos não venham a ocorrer, pelo pano de amostra que foi demonstrado pela reação inglesa no caso das Falklands.

O problema territorial argentino é latente. No próprio acordo sobre a Antártida, assinado na ONU em 1975, quando era Chanceler do Brasil o grande Ministro Azeredo da Silveira, ficou estabelecido que nenhuma das nações que subscreveram aquele acordo faria reivindicação de soberania sobre aquela área até 1990. Tenho comigo também este acordo. Apesar de ser signatário do acordo, a Argentina já reclama a soberania sobre 2 milhões de km quadrados naquela região.

Sr. Presidente, estamos presentemente com a Organização dos Estados Americanos em reunião. Não desejo alongar-me neste meu pronunciamento, até porque as decisões sobre o problema ainda não foram tomadas. Acredito, Sr. Presidente, que a Organização dos Estados Americanos não poderá deixar de sugerir, tanto à Argentina quanto à Inglaterra, que procurem resolver a questão das ilhas pacificamente. Não poderia fugir ao seu papel de organismo dedicado à causa da paz. Daí condenar a Inglaterra por reocupar à força a região que estava sob seu domínio pacificamente há 150 anos e que a força lhe havia sido tomada, seria quando pouco uma manifestação injusta e parcial, e que poderia, para tumultuar ainda mais este já intrincado problema, trazer em apoio à Inglaterra todos os países da OTAN, criando o embaraço impossível, de colocar em conflito dois organismos da importância da OEA e da OTAN.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Leite Chaves — Anteontem eu me entretive num discurso no Senado acerca deste problema. Limitei-me a uma apreciação constitucional do problema, e terminava por dizer que o Brasil estava inteiramente impossibilitado de participar de qualquer decisão que a OEA viesse a tomar baseada no TIAR, a não ser que essa Organização tivesse outra conceituação sobre a guerra de conquista. Chegamos à conclusão de que há dúvida sobre a soberania da Argentina. Fazendo um histórico desde a descoberta até os dias atuais, não há um ato claro que caracterize a soberania da Argentina sobre aquelas ilhas. Inclusive na Primeira Guerra Mundial a Inglaterra travou uma das maiores batalhas com a Alemanha nas Falklands — quatro navios alemães foram afundados, um fugiu — e a Argentina jamais invocou soberania sobre a região, e estava numa situação de neutralidade. Agora, de inopino, assume esse procedimento. Seria realmente do povo argentino ou do governo argentino?! Não seria a necessidade de um respaldo popular para um governo que está em desespero?! Já pensou se no Brasil, por qualquer motivo, o governo militar aqui, para adquirir respaldo, invadisse a Guiana Francesa e depois invocasse a OEA?! Temos que atuar aqui logicamente e não politicamente, como a OEA está querendo fazer. O caso aqui é lógico e jurídico. A Constituição nossa é clara neste sentido — não podemos, mesmo em interesse próprio, nos envolver em guerra de conquista, e muito menos nos aventurar, ao lado de quem quer que seja, com essa finalidade. Além do mais, estou notando que estão desviando o conceito de colonialismo. Quando é que um país ou

uma porção de terra no mundo é colônia? Quando tem possibilidade de ser um país independente e, mesmo assim, está sujeito a outro país. Um rochedo, um grupo de ilhas onde existem mil pessoas pode aspirar à soberania ou independência?! Esse caso tem que ser encarado com muita clareza pelo Senado Federal. Essa questão de solidariedade continental, violentando direitos, não está bem. Tem que ser muito claro essa questão.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — Muito grato a V. Ex^a pelo aparte ao meu pronunciamento. Demonstra que V. Ex^a está inteiramente de acordo com a minha opinião. Voltem os Argentinos a discutir os seus problemas internacionais dentro do foro apropriado que são as Nações Unidas, e merecerão o apoio das demais nações às suas pretensões, pelo menos o respeito que merece todo e qualquer país que mantém com dignidade os compromissos assumidos nos tratados que assina.

Quanto ao Brasil, Sr. Presidente, já declarou que aceita a tese argentina de reivindicação da soberania das ilhas. É um ponto de vista, do qual pessoalmente discordo, mas "democraticamente" aceito. Daí a apoiar ou liderar um movimento na América Latina que viesse a concordar com uma flagrante violação do Direito Internacional seria um perigoso e inconcebível passo que nos colocaria em lugar que não merecemos no conceito das nações. (*Muito bem! Palmas.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 28-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. HUMBERTO LUCENA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não é sem constrangimento que ocupo a mais alta tribuna do País para abordar tema relacionado com a política paraibana. Faço-o contudo no cumprimento de meu dever como Senador que recebeu um mandato do povo da Paraíba e a ele cabe representar com correção e dignidade.

Há algum tempo que o Sr. Governador do meu Estado, no auge da sua insolência e do seu desespero, desencadeou contra mim uma campanha vil e solerte através de meios de comunicação social que ele tenta monopolizar à custa de vultosas verbas de publicidade oficial, numa megalomania e num narcisismo nunca dantes conhecidos na Paraíba. Chegou até mesmo ao ponto de acusar-me, no plenário do Conselho Deliberativo da SUDENE, de praticar um "crime contra o Nordeste", porque estaria obstruindo, como Líder do PMDB no Senado, os empréstimos a Estados da Região.

É interessante observar, desde logo, que o Sr. Governador nunca levantou sua voz naquele colegiado regional para reivindicar a devolução ao Nordeste dos incentivos fiscais desviados para outras regiões ou para outros setores de nossa economia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o PMDB, no Senado, sempre considerou questão aberta a votação dos empréstimos externos e internos, aos Estados e Municípios, até meados do ano passado, ficando cada membro da Bancada com inteira liberdade de ação.

Entretanto, a partir da edição do pacote eleitoral de novembro, que impôs à Nação a vinculação total de votos, com a conseqüente proibição das ligações partidárias, a Bancada do PMDB — num legítimo protesto contra os abusivos e revoltantes casuísmos eleitorais do Governo para dividir e esmagar as oposições — decidiu fazer obstrução total à Ordem do Dia do Senado. Nunca houve, portanto, como não poderia haver, o objetivo de se impedir, especificamente, a aprovação de empréstimos aos Estados e Municípios.

E, aliás, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a partir de julho de 1981, nenhum empréstimo ao Governo da Paraíba constou sequer da Ordem do Dia do Senado, conforme certidão anexa.

Refiro-me apenas à Paraíba, porque, quanto aos demais Estados, cada Senador assumirá, naturalmente, a sua responsabilidade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que sei sobre os empréstimos à Paraíba é que, em 1979, foi aprovado, por votação simbólica, um financiamento externo da ordem de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), como posso comprovar também por certidão anexa do Senado. Nessa ocasião, achava-me no exterior em missão parlamentar, mas quem articulou a aprovação da matéria foi o Senador Cunha Lima, do PMDB da Paraíba, que, pela sua atuação, recebeu inclusive, os maiores elogios do Sr. Governador do meu Estado. E, a propósito, convém lembrar não só que o então Senador Maurício Leite, do PDS da Paraíba, combateu tenazmente a concessão desse empréstimo, mas também que o Sr. Governador do Estado, que já começava a perder totalmente a sua serenidade, chegou ao cúmulo de chamar o Senado, naquela ocasião, de "vergonha nacional", o que levou o Senador Alexandre Costa, 1^o Secretário, a lhe endereçar veemente telex em que o interpelava sobre a in-

júria assacada contra a instituição e, bem assim, o Senador Dirceu Cardoso a proferir enérgico discurso protestando contra aquelas palavras infamantes.

Posteriormente, em junho de 1981, o Senado apreciou novo empréstimo externo à Paraíba, no valor também de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), para financiar Programas de Agroindústria, Irrigação, Consolidação de Núcleos Industriais e de Aproveitamento Agroeconômico.

Lembro-me que recebi um apelo, por telefone, do Sr. Governador do meu Estado, solicitando-me apoio. Respondi-lhe que acima das nossas divergências políticas estava a Paraíba. Examinei o pleito, com interesse, e dei o meu voto favorável ao empréstimo como posso provar com certidão do Senado acompanhada da cópia da verificação eletrônica da votação, onde se lê que eu e o Senador Cunha Lima aprovamos o Projeto de Resolução nº 54/81 que autorizou a concessão de mais esse financiamento externo à Paraíba.

Depois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em novembro do ano próximo passado, chegaram ao Senado mais dois pedidos de empréstimos do Governo da Paraíba. O primeiro, mais uma vez, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares), destinado a programa rodoviário, a programa especial de desenvolvimento econômico-social e à amortização de empréstimo externo. O segundo no valor de Cr\$ 749.781.000,00 (setecentos e quarenta e nove milhões e setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), para implantação do programa de melhoria dos serviços de saúde e expansão de rede de atendimento do Estado, mediante a garantia das quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM.

Tanto um como outro, porém, até a presente data, não foram submetidos à apreciação do Plenário do Senado, conforme certidão anexa, sendo de salientar, quanto ao empréstimo interno à Caixa Econômica Federal, de Cr\$ 749.781.000,00 (setecentos e quarenta e nove milhões e setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), que a mensagem respectiva foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia, e que, neste último órgão técnico, o relator da matéria, até a presente data, não proferiu o seu parecer.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, se nos casos anteriores não me opus à aprovação dos empréstimos à Paraíba, desta vez tenho que assumir uma atitude bem diferente.

Em primeiro lugar, vamos examinar, friamente, a posição da Paraíba, quanto ao endividamento externo e interno.

As informações constantes dos documentos oficiais publicados são suficientes para uma idéia do que está acontecendo com a administração das finanças da Paraíba e denunciam claramente que a gestão do endividamento já penetrou os limites da imprudência, comprometendo seriamente os Governos seguintes e onerando os contribuintes por muitos anos futuros.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, segundo o balancete de 31 de dezembro de 1981, publicado no *Diário Oficial* de 17 de março último, a dívida fundada em dólares do Estado da Paraíba, de responsabilidade da administração direta — excluindo portanto as autarquias e sociedades de economia mista cujas obrigações financeiras não são publicadas — alcançava o valor de 49,4 milhões de dólares correspondendo, na época, a 6,3 bilhões de cruzeiros (dólar oficial cotado a Cr\$ 127,80).

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Com muito prazer.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Líder, V. Ex^a está fazendo um discurso geral fundado em fatos, em decisões e em votos proferidos por V. Ex^a quando aqui se discutiu empréstimos à Paraíba. De fato, nada mais foi e aconteceu do que V. Ex^a relatou. V. Ex^a votou favoravelmente ao empréstimo, enquanto nós outros combatíamos esse empréstimo. Quero crer — V. Ex^a há de se lembrar que esse dinheiro que o Sr. Governador da Paraíba pretendia, de empréstimo, era para construir um centro cívico — não me recordo bem — onde S. Ex^a pudesse tocar o seu violoncelo. Parece que S. Ex^a é um artista de violoncelo. Queria tocar o violoncelo e acabou tocando mesmo, porque o Senado concedeu-lhe o empréstimo. Agora, quer um outro. E recordo-me, agora de Nero. Quando pôs fogo em Roma, tocava uma lira e dizia: "Que grande artista o mundo vai perder!" Pois bem, se nós não emprestarmos o dinheiro à Paraíba, o Sr. Governador Burity vai dizer: "que grande artista a Paraíba vai perder!" Pois não poderá tocar violoncelo e quero crer que S. Ex^a não poderá tocar, de fato, violoncelo. As acusações que S. Ex^a fez são acusações infundadas e mentirosas. E o que V. Ex^a acabou de dizer é outro fato: S. Ex^a disse em jornal da Paraíba e no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, que o Senado é uma vergonha porque não havia dado o empréstimo a tempo certo, como havia solicitado. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a é de uma veracidade cristalina. V. Ex^a e o nobre Senador Cunha Lima votaram favoravelmente ao empréstimo. Este foi combatido à época, pelo nobre Senador Maurício Leite e por nós. Lutamos contra esse empréstimo. S. Ex^a está querendo novo em-

préstimo, esquecido de que chamou o Senado de vergonha nacional. E hoje, os Srs. Senadores, aqui, porfiam em dar novo empréstimo ao Sr. Burity, esse artista que a Paraíba vai perder. Quis se candidatar a Deputado Federal, mas parece que não viu chance e vai ficar até o fim do governo. A Paraíba vai perder um novo Deputado federal, mas vai ficar com um bom tocador de violoncelo.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço o aparte de V. Ex^a ao discurso que estou pronunciando.

O Sr. Milton Cabral — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Peço a V. Ex^a que aguarde o desenvolvimento do meu raciocínio. Oportunamente darei o aparte solicitado.

Desse valor de 49,4 milhões de dólares, 40,3 milhões correspondem a empréstimos contratados pelo Governo que aí está. Isto significa que no dia 31 de dezembro do ano passado o atual Governador do Estado já era responsável por 81,5% do endividamento total do Estado em moeda externa. Admitindo-se a correção cambial e os juros nesses quase 4 meses decorridos da data do balancete, um cálculo aproximado, a menor, indica que as obrigações no exterior representam hoje, para o Estado da Paraíba, cerca de Cr\$ 7,5 bilhões de cruzeiros, aproximando-se dos 20% dos gastos totais do Estado estimados para 1982 (Cr\$ 39 bilhões).

O quadro de endividamento crescente não se restringe aos financiamentos em dólares. O Estado também acelerou o ritmo de seus empréstimos nas duas "moedas fortes" que o sistema financeiro adotou para defender o dinheiro dos organismos financiadores dos riscos da inflação — UPC e a ORTN. A primeira é reajustável a cada trimestre, a segunda tem seu valor alterado mensalmente. De janeiro a março as duas se tornaram mais caras de 16 a 17%.

É ainda o balancete de 31 de dezembro de 1981 que revela que, ao fim do ano passado, os contratos vigentes da administração direta da Paraíba, firmados entre 1972 e 1981, que integravam a dívida fundada em UPCs, acusavam um saldo devedor, naquela data, de 3.357.585 (três milhões trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco) UPCs, aproximadamente 3,4 bilhões de cruzeiros, dos quais 37,3% de responsabilidade da presente administração. Com relação à dívida fundada em ORTNs, o saldo devedor dos contratos com diversas instituições de crédito (BNDE, BNB, Caixa Econômica e Banco Econômico) equivalia a 2.310.417 (dois milhões trezentos e dez mil, quatrocentos e dezessete) ORTNs, valendo então 3,2 bilhões de cruzeiros, dos quais, 96,1% contraídos pelo atual Governador. Registre-se que, destes empréstimos em ORTNs, mais de 1 bilhão de cruzeiros já se incluíam no saldo devedor à conta de recursos contratados diretamente para aplicação no Espaço Cultural.

Para atender aos encargos da dívida — amortizações, juros e acessórios — o orçamento estadual de 1982 adota uma previsão de 3,34 bilhões de cruzeiros que representam 19% da receita prevista do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), praticamente a única fonte interna de recursos do Governo estadual e aquela que pode assegurar efetivamente a capacidade de pagamento das dívidas assumidas. Pois bem, essa previsão representa um acréscimo de 90% em relação à situação encontrada em 31 de dezembro de 1980 (10% do ICM).

Por isso é uma temeridade aceitar que o Estado eleve em mais 40% sua dívida fundada em dólares mediante a contratação de mais 20 milhões de dólares de empréstimo. Tanto se justifica essa cautela quanto se conhece — e o próprio Governo o confessa nas previsões orçamentárias e na justificativa ao Senado — que parte desses 20 milhões de dólares já se destina a atender aos encargos assumidos com os empréstimos anteriores. Vale dizer, o Estado insiste em envolver-se na mesma situação dramática em que se encontra o País, obrigado a novamente endividar-se no exterior para pagar as dívidas já contraídas lá fora.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, confirma-se deste modo a suspeita que se tinha, desde o início dessa política de endividamento inconsequente, que a abertura para os Estados de facilidades de negociações de empréstimos com banqueiros de outros países tem como objetivo socorrer o Governo da União na sua fome de divisas que a economia do país, condenada à recessão, não tem condições de prover para manter o equilíbrio de nossas contas externas.

No caso da Paraíba, a verdade se exprime rudemente quando se confirma que o Governo atual se endivida por endividar-se, pois não tem nenhum plano de desenvolvimento que possa absorver tamanho volume de recursos em inversões reprodutivas. Basta mencionar que o Sr. Governador do Estado só conseguiu formular um plano de aplicação para a primeira parcela de 20 milhões de dólares dos 40 milhões recebidos até agora. A segunda parcela de 20 milhões não teve, até o momento, seu plano de aplicação publicado sabendo-se que está sendo utilizada de forma indiscriminada, atendendo-se a

tudo, inclusive ao reforço dos gastos que se multiplicam com a implantação do Espaço Cultural.

A pressão por recursos gerados no próprio Estado vai, em consequência, crescendo gradativamente. No ano passado o Governo fechou o exercício devendo 1,158 bilhões de cruzeiros ao BNB e ao Banco do Brasil a título de antecipações de receita. Este ano a situação tende a se agravar e o Estado terá, certamente, dificuldades para manter seus gastos rotineiros.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando se procura sustentar o endividamento em limites aceitáveis defende-se a manutenção dos gastos de custeio do Estado a níveis normais, sem o sacrifício de suas funções e garantindo-se inclusive o pagamento do funcionalismo. E, por outro lado, evita-se que, ao fim de seu mandato, um Governo que não tem uma política de endividamento venha a converter em gastos suntuários recursos que poderão no futuro representar o resíduo crítico de uma poupança que deverá ser orientada exclusivamente para o desenvolvimento do Estado. Os que postulam o Governo da Paraíba, em qualquer partido, estão obrigados a considerar, com seriedade e apreensão, a grave situação econômica financeira do Estado.

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Milton Cabral — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Concedo o aparte, em primeiro lugar, ao nobre Senador Milton Cabral.

O Sr. Milton Cabral — Senador Humberto Lucena, estou acompanhando atentamente o discurso que V. Ex^a faz neste momento, e como representante do Estado da Paraíba nesta Casa, sou obrigado evidentemente a discordar de algumas colocações do discurso de V. Ex^a, com relação a cifras. Em primeiro lugar, Senador, V. Ex^a diz que o Estado da Paraíba contratou 49 milhões de dólares.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Quem diz não sou eu. É o balancete publicado pelo *Diário Oficial* da Paraíba e, bem assim, as certidões do Senado.

O Sr. Milton Cabral — Acontece que, desses 49 milhões de dólares, 20 milhões estão aqui, aguardando a aprovação do Senado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a se engana. Com esses 20 milhões a nossa dívida externa passa a 69 milhões.

O Sr. Milton Cabral — Não. Passa a 49 milhões.

O SR. HUMBERTO LUCENA — A 69 milhões, Senador.

O Sr. Milton Cabral — Não, passa a 49 milhões.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Não, a 69 milhões.

O Sr. Milton Cabral — Bom, esse é o número que tenho.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Duas parcelas de 20 milhões já foram contratadas, com autorização do Senado.

O Sr. Milton Cabral — Não. Saiu uma parcela de 20; a segunda é que está para sair.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Votamos uma em 1979 e outra em 1980.

O Sr. Milton Cabral — Uma saiu, pois V. Ex^a declarou que aprovou, e a segunda está em tramitação.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Não! Houve um empréstimo em 1979 e outro empréstimo em 1980, nobre Senador, de 20 milhões de dólares cada um. Em 1979 quem estava no Senado, no seu lugar, era o nobre Senador Maurício Leite.

O Sr. Milton Cabral — Foram os primeiros 20 milhões.

O SR. HUMBERTO LUCENA — E os segundos, em 1980.

O Sr. Milton Cabral — Bom. O número que tenho é esse. Eu posso voltar em outra oportunidade.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Os 20 milhões de dólares que dependem ainda do Senado, evidentemente, não foram contratados. Com mais esse empréstimo, repito, o endividamento externo da Paraíba chegará a 69 milhões de dólares.

O Sr. Milton Cabral — Não foram contratados. Esse era o reparo inicial.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Nobre Senador, a Assembléia da Paraíba autorizou o Governo do Estado a contrair empréstimos em dólares até o valor de 80 milhões.

O Sr. Milton Cabral — De qualquer maneira, nobre Senador, segundo a análise do Banco Central e conforme o autorizado pelo Conselho Monetário

Nacional, o endividamento do Estado da Paraíba não chegou ainda a 50% da sua capacidade de endividamento. Portanto, não é uma situação alarmante; não chegou a 50% da sua capacidade de endividamento. V. Ex^a sabe que a região nordestina vem padecendo de há algum tempo de grave crise econômica, problema de secas, de queda de produção. Enfim, V. Ex^a sabe tanto quanto eu, como este plenário sabe e todos os Senadores da Oposição da região nordestina, como os do PDS, têm reclamado a assistência do Governo Federal àquela região. Pois bem, somente de interesse da região nordestina, estão paralisados no Senado Federal cerca de 51 bilhões de empréstimos. E é de se notar que no nosso caso particular, o caso do nosso Estado, por falta exatamente da chegada desses recursos que estão sendo solicitados, algumas estradas estão sendo paralisadas e cerca de quatro mil trabalhadores já foram despedidos exatamente em consequência dessa situação. O fato de o Estado pleitear novas entradas de recursos através de financiamento para realimentar, para rolar a sua dívida interna e externa, esse é um fato admissível, porque qualquer instituição privada ou pública, num momento de crise, tem que se valer de novos aportes de recursos para manter a sua dívida em ordem e isto não significa nenhum descalabro. A empresa privada faz isso, a empresa estatal também, os governos estaduais fazem isso e o governo da União também faz isso. E não é só o Brasil, todos os países fazem isto. O problema é a administração da dívida, isto que é o importante. E manter essa dívida dentro de uma capacidade de endividamento, que é o nosso caso, que não chegou ainda a 50%. Então, eu queria apenas, por enquanto, apresentar estes esclarecimentos que deverão fazer parte do discurso que V. Ex^a está pronunciando. Muito grato.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Compreendo perfeitamente o esforço de V. Ex^a, nobre Senador Milton Cabral, para defender o Sr. Governador da Paraíba. V. Ex^a está exercendo um dever de ofício. Tanto assim que começou o seu aparte dizendo que, como representante da Paraíba, se sentia obrigado a intervir no meu pronunciamento.

Evidentemente, V. Ex^a traz números, em relação ao Nordeste, que não me dizem respeito. O que há da parte do PMDB é um posicionamento político com relação aos empréstimos de todos os Estados. Portanto, não adianta essa insistência em que estou prejudicando o Nordeste. Não! O que eu não desejo é onerar ainda mais as finanças do meu Estado, com novos empréstimos.

O Sr. Evelásio Vieira — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Mauro Benevides — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Primeiramente concedo o aparte ao Senador Mauro Benevides; em seguida, ouvirei V. Ex^a, Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Humberto Lucena, eu já tive a oportunidade de ressaltar, nesta Casa, aquilo que se constitui competência nossa em termos de apreciar a concessão de autorização para empréstimos externos. Se é certo que cabe ao Senado proceder a essas autorizações, por outro lado, é inadmitida, em razão de princípios relacionados com a autonomia dos Estados e municípios, a fiscalização a ser exercida sobre o cumprimento exato daqueles planos de aplicação que orientam a postulação de cada Estado e de cada Município. O Senado concede a autorização, os planos de aplicação discriminam obras de relevância para cada comunidade, mas o Senado, sob pena de cometer infulgência ao princípio da autonomia dos Estados, não pode saber se a destinação será cumprida com a correta aplicação daqueles recursos; essa competência é dos Tribunais de Contas, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais. Portanto, o Senado concede autorizações e não tem condições de exercer o controle e a fiscalização da aplicação desses recursos. Outro aspecto que desejo chamar a atenção de V. Ex^a, é que para elidir a exigência Constitucional da autorização, por parte do Senado, no ano passado, o Banco Central, através de uma portaria onde um ato normativo, permitiu que os bancos de desenvolvimento contrassem empréstimos externos sem o crivo do Senado Federal. Já agora, os Governadores já partiram para outra linha de atuação para a obtenção de recursos, diante da posição assumida pelo Senado Federal, eles iniciaram a colocação no mercado daquelas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional de cada unidade da Federação, tornando ainda assim mais insuportável a situação financeira desses Estados e dificultando, consequentemente, as futuras administrações. Também sob esses aspectos, V. Ex^a poderia se deter, neste instante em que, com muita lucidez e brilhantismo que lhe é proverbial, aprecia esse problema da nossa posição em relação aos empréstimos concedidos a Estados e municípios.

O Sr. Lomanto Júnior — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sou muito grato às colocações de V. Ex^a, nobre Senador Mauro Benevides, que vêm em apoio ao pronunciamento que ora faço.

Quanto ao final das suas palavras, no que tange às obrigações reajustáveis, para emití-las, os Governos estaduais necessitam também da autorização do Senado Federal. Sem ela, absolutamente, não podem fazer a emissão. Tanto é assim que estão aqui pendentes de aprovação, no Senado Federal, pedidos de autorização para emissões desse tipo, dos Governos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

Ouçõ o nobre Senador Evelásio Vieira, que já me havia solicitado o aparte anteriormente e, em seguida, o Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Evelásio Vieira — Senador Humberto Lucena, desejo comentar, rapidamente, a intervenção do Senador Milton Cabral. O Brasil tem, hoje, uma dívida na ordem de 70 bilhões de dólares, incluindo a dívida a curto prazo e a médio prazo. Essa dívida não vai a 5% da capacidade de endividamento do Brasil, mas ocorre que a dívida externa nos obriga, obriga o Governo brasileiro a novas e especiais concessões às empresas multinacionais. Obriga-nos a entregar matérias-primas, produtos elaborados e semi-elaborados a preços de banana, a preços vis. O endividamento externo brasileiro não vai a 5% da capacidade do endividamento do Brasil, mas nos levou a um desemprego de cinco milhões de trabalhadores brasileiros e a um regime de subemprego que atinge 16 milhões de brasileiros. Mas há uma tranquilidade para nós, deve haver uma tranquilidade para os paraibanos: a partir do ano que vem a Paraíba terá um governador que saberá reabilitar a Paraíba, saberá praticar o saneamento das finanças naquele Estado, vai saber administrar, com sabedoria, aquele importante Estado, porque já está em marcha a candidatura do Deputado Antônio Mariz para administrar aquele Estado com a bandeira do PMDB.

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a, tem feito pronunciamentos sucessivos nesta tribuna sobre a economia do País com muita proficiência. Agora profere seu aparte e completa assim, em relação ao endividamento externo do Brasil, a resposta que dei ao aparte do nobre Senador Milton Cabral.

Ouçõ o nobre Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Lomanto Júnior — Nobre Senador Humberto Lucena, não é meu propósito interferir ou mesmo analisar o discurso de V. Ex^a no que tange ao empréstimo, especificamente, destinado ao seu Estado, à Paraíba. Lamento, entretanto, que o Senado — que, sem dúvida alguma, tem como específica entre as suas atribuições, a de velar pelo princípio da federação brasileira, pois somos diretamente os representantes dos Estados — continue a atentar contra a autonomia dos Estados, não respeitando o princípio federativo brasileiro. Eu não me refiro aos empréstimos externos, quanto a estes, é verdade, o Senado não pode abrir mão, e se porventura empréstimos externos estão sendo realizados sem a sua anuência, sem a sua aprovação, é claro que esses empréstimos estão sendo feitos ilegalmente. Agora eu quero me situar dentro daquele aspecto que tem sido a razão de ser de toda a minha existência política, para que a autonomia municipal, consagrada em todos os textos constitucionais brasileiros, não continue a ser uma farsa, não continue a ser um engodo, não continue a ser uma inverdade. Os municípios, quando necessitam contratar empréstimos, têm um órgão eleito pelo povo e esse órgão é a Câmara de Vereadores, que examina o empréstimo, que analisa o seu plano de aplicação. Portanto, a simples aprovação pela Câmara Municipal esgota o poder do município em contratar esse empréstimo. É, sem dúvida alguma, uma ignomínia que o Senado continue a insistir, invadindo e invalidando a autonomia municipal como, também, o Senado comete o mesmo equívoco em relação à Assembleia Legislativa, que é o órgão responsável pela autorização dos empréstimos estaduais — refiro-me aos empréstimos internos —, o Senado insistir em desrespeitar, mesmo, o princípio federativo, exigindo a sua aprovação, exigindo que esse empréstimo seja, por aqui, analisado. Disse bem o nobre Senador Mauro Benevides, argumentou com muita proficiência e, mais do que isto, deu uma lição a todos nós, que o Senado precisa compreender isto. Ora, os municípios estão esvaídos, os Estados estão empobrecidos. Por que não concedermos esses empréstimos internos? Eu apelaria para V. Ex^a! Deixemos para debater os empréstimos externos porque, estes, realmente, implicam no aumento da dívida do país, mas quanto a esses empréstimos internos, nós devemos respeitar a autonomia municipal, nós devemos respeitar a autonomia dos Estados, porque só assim nós seremos dignos da Federação que juramos defender. Era o que eu queria dizer a V. Ex^a, agradecendo e pedindo desculpas por ter sido mais longo do que desejava, sem que, de leve, fosse minha intenção prejudicar ou perturbar o curso do magnífico pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Só que V. Ex^a, nobre Senador Lomanto Júnior, com as suas palavras, me convida a fazer um outro discurso. Eu estou tratando de uma matéria específica em relação aos empréstimos do meu Estado e V. Ex^a me convoca para uma discussão mais ampla. Considero-me também um municipalista como V. Ex^a. Sou bastante sensível aos pleitos dos Srs. prefeitos municipais. Agora estou no momento jungido a uma decisão de minha Bancada que, ainda ontem, conforme proposta que entreguei à Liderança do PDS, no Senado, numa abertura de sua posição obstrucionista, decidiu aprovar, prioritariamente, todos os empréstimos aos municípios, de até 50 milhões de cruzeiros.

O Sr. Lomanto Júnior — Seria muito mais lógico que aprovássemos todos os empréstimos internos.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Lembro a V. Ex^a que essa decisão implica na aprovação de cerca de 132 empréstimos aos municípios, sendo que nós temos, em tramitação na Casa, em torno de 300.

Agora, quanto mais, se V. Ex^a pretende ampliar esse número, eu apenas lembraria a V. Ex^a — sem querer de maneira alguma manter o debate, porque não pretendo sair do curso de minhas considerações sobre a Paraíba — que a maioria desta Casa não é nossa, não é do PMDB; é do PDS. V. Ex^as têm 37 Srs. Senadores, dos quais apenas 4 em campanha de reeleição ou para a disputa dos governos estaduais.

O Sr. Lomanto Júnior — A responsabilidade desta Casa não é apenas da Maioria; ela engloba todos os seus integrantes.

O SR. HUMBERTO LUCENA — A Oposição conta com 30 Senadores ao todo, dos quais 19 em campanha aberta para a reeleição ao Senado e para os governos de Estado. Veja V. Ex^a que a responsabilidade está definida.

O Sr. Marcos Freire — V. Ex^a já viu Maioria responsabilizar Minoria por não aprovar uma matéria? Onde é que já se viu uma coisa dessas?!

O Sr. Lomanto Júnior — A responsabilidade é do Senado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — É o caso, nobre Senador Marcos Freire.

O Sr. Milton Cabral — Permite V. Ex^a?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Concedo um novo aparte ao nobre Senador Milton Cabral.

O Sr. Milton Cabral — Senador Humberto Lucena, atendendo à citação do Senador Evelásio Vieira, eu queria acrescentar o seguinte: o endividamento nacional de 60 ou 70 bilhões de cruzeiros nada tem a ver com a exportação de matérias-primas que, na sua opinião, é entregue a preços vis às multinacionais. O mercado internacional é amplo, o Brasil tem relações comerciais com quase todos os países do mundo e os preços não dependem de injunções dessa natureza. Não há a menor procedência o argumento de S. Ex^a. No caso estadual, é evidente que o Governo de Estado, o Governador Tarcísio Burty, está lutando desesperadamente para manter um mínimo de sobrevivência da economia estadual. E, repetindo o que eu já disse antes, diante da crise evidente que atravessa a região há longo tempo, não há outros meios a não ser apelar para financiamentos internos e externos. A Maioria aqui, do PDS desta Casa, nada mais faz do que atender às necessidades do povo deste País, sobretudo das regiões mais atrasadas. O PDS deve assumir a responsabilidade mesmo por esses empréstimos, porque ele está lutando para ajudar os Estados e Municípios.

O Sr. Marcos Freire — No entanto, não o tem feito, porque ele — o PDS — não comparece para votar os empréstimos.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Realmente a responsabilidade, pela falta de fórum é toda do PDS, nobre Senador.

O Sr. Milton Cabral — V. Ex^a sabe que temos uma maioria de 2 Senadores e é muito comum Senadores doentes, ausentes por esta ou aquela razão, que não têm nenhuma conotação com posição política ou qualquer coisa desse tipo porque, na realidade, o empenho da Maioria do PDS é ajudar os Estados e Municípios, os quais deveriam receber da Oposição um mínimo de solidariedade nesse empenho.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Só que a maioria não é apenas de 2 Senadores; é de 7. A Oposição tem 30 Senadores e o PDS dispõe de 37.

O SR. PRESIDENTE (Gilvan Rocha) — Solicito ao nobre Líder não aceitar mais apartes e concluir o seu pronunciamento, porque o tempo de V. Ex^a já foi ultrapassado.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Agradeço a advertência de V. Ex^a e conto com a compreensão dos meus nobres pares.

Sr. Presidente, permita-me apenas ouvir os dois apertes finais dos Senadores Marcos Freire e Agenor Maria.

O Sr. Marcos Freire — Só para registrar, Senador Humberto Lucena, conclui-se das palavras dos representantes do PDS que, talvez, mais fraco, mais frágil que os municípios só mesmo o PDS, porque não tem força exatamente para ajudar, como disseram que era o seu propósito, os municípios. Quer dizer, se uma Maioria — passam-se os meses, passam anos — não consegue exatamente aprovar matéria em torno das quais eles dizem que têm interesse, então é porque realmente o PDS é mais frágil do que os próprios municípios.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Mas, quando o PDS quis aprovar o nome do Ministro Alfredo Buzaid, os seus Senadores vieram sôfregos ao plenário e deram uma Maioria tranqüila.

O Sr. Marcos Freire — Então a história não está bem contada.

O Sr. Lomanto Júnior (Fora do microfone) — Com esse Regimento, não há maioria aqui que consiga aprovar nada!

O SR. HUMBERTO LUCENA — V. Ex^a está dando um aparte fora do microfone e sem permissão do orador.

O Sr. Marcos Freire — O caso enfocado por V. Ex^a desmente as palavras do Senador Lomanto Júnior.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ouço o nobre Senador Agenor Maria.

O Sr. Agenor Maria — Nobre Senador Humberto Lucena, a melhor maneira dos municipalistas do Governo ajudarem os municípios brasileiros é mudar essa filosofia tributária que está aí empobrecendo estes municípios e centralizando nas mãos do Governo Federal toda a economia do País. A melhor maneira seria esta. Se o Senador Lomanto Júnior quer ajudar os municípios e os municipalistas, a partir de hoje junte-se aos prefeitos, vá ao Presidente da República e imponha a modificação dessa filosofia que empobrece o município brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. HUMBERTO LUCENA — Completando o pensamento de V. Ex^a, Senador Agenor Maria, nós do PMDB — e creio que de todos os demais partidos de Oposição — votaríamos com agrado, com alegria mesmo, em prazo de urgência urgentíssima, uma proposta de emenda da constitucional do Governo que promovesse, através de uma reforma tributária, uma nova distribuição de rendas para fortalecer as finanças dos Estados e dos municípios, retirando-os da condição de pedintes perante a União, perante os bancos oficiais, perante o Senado.

Prossigo, Sr. Presidente.

Em suma, o atual Governador da Paraíba, em menos de três anos de Governo, aumentou em 81,5% o endividamento do Estado em moeda estrangeira. Ao assumir o Governo, a dívida externa da Paraíba era de US\$ 9,000,000.00 (nove milhões de dólares). Até agora elevou-a para US\$ 49,400,000.00 (quarenta e nove milhões e quatrocentos mil dólares), quer mais US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares), e ainda pode pedir mais US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares), de acordo com decisão da Assembleia Legislativa do Estado, a quem solicitou autorização para financiamentos externos até US\$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares).

No que tange ao endividamento interno pretende acrescentá-lo em mais de Cr\$ 749.781.000,00 (setecentos e quarenta e nove milhões e setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), dando como garantia à Caixa Econômica Federal as quotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias — ICM.

Ora, Sr. Presidente, Srs Senadores, foi o próprio Sr. Governador da Paraíba, ao responder entrevista coletiva que concedi à imprensa do meu Estado, aliás com palavras desabridas que não se compadecem com a compostura que deve manter um chefe de Estado, quem afirmou, categoricamente, que a receita proveniente do ICM só dá para pagar bem o funcionalismo do Estado. Como então S. Ex^a oferece as quotas do ICM da Paraíba em garantia desse empréstimo à Caixa Econômica Federal? Das duas uma: ou o Governo do Estado honrará o seu compromisso com a Caixa Econômica Federal e atrasará o pagamento do funcionalismo ou, então manterá em dia o funcionalismo, mas não terá condições de resgatar as parcelas do empréstimo à Caixa Econômica Federal!

E não se deve esquecer que os empréstimos externos já contraídos e por contrair só poderão ser pagos também com recursos do ICM.

Ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Sr. Governador da Paraíba está em fim de mandato, com poucos meses de governo, o que quer dizer que esses empréstimos agravarão de tal sorte a situação financeira que o Governador eleito a 15 de novembro próximo não terá condições de administrar o Estado. Passará todo o tempo de sua gestão pagando compromissos assumidos no Governo anterior.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que parece certo, incontestável mesmo, é que o Sr. Governador do Estado, convencido da vitória do PMDB na eleição para o Governo resolveu fazer uma política de "terra arrasada" para dificultar a tarefa do futuro governante da Paraíba. Tanto assim que, inescrupulosamente, colocou toda máquina administrativa do Estado a serviço da campanha do PDS e dos seus candidatos. Nunca se nomeou e se contratou tanto na Paraíba. É uma política de clientela desenfreada que, cada dia que passa, sacrifica mais os cofres do Estado.

Isto, sem falar nos gastos excessivos com a propaganda oficial. Agora mesmo após a divulgação de sua imagem colorida em anúncio de 2 páginas na revista *Veja*, ao preço módico de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), numa ostentação abusiva de sua vaidade pessoal, o Sr. governador do Estado, aproveitando aquela criação publicitária, resolveu exibi-la em dezenas de *out-doors* por todos os recantos da capital e do interior da Paraíba, apesar de dizer que não é candidato a nenhum posto eletivo.

Anúncio semelhante, em preto e branco, foi também publicado na revista *Visão*.

Aliás, a respeito da publicidade oficial, a coisa já chegou a tomar ares de escândalo na Paraíba, quando o atual Governador foi obrigado a demitir de suas funções o seu primeiro Secretário de Comunicação Social, Sr. Carlos Roberto de Oliveira, que fora flagrado em processo de grave corrupção administrativa, comprovado por fita magnética devidamente gravada e até hoje guardada a sete chaves pelos autores da denúncia que, vez por outra, ameaçam divulgar o seu conteúdo.

A propósito ainda da orgia publicitária do Sr. Governador do meu Estado, trago o testemunho até de titulares de órgãos federais do primeiro escalão, segundo informe publicado pela *Folha de S. Paulo*, na sua seção "Painel", edição de 15 do corrente, nos seguintes termos:

"Números da exibição

O Palácio do Planalto não está vendo com bons olhos a massa de propaganda pessoal que alguns governadores de Estado estão promovendo pelos jornais, rádio e televisão.

Existe até um órgão federal, qual suspeito seja do SNI — que está fazendo completo levantamento desses gastos, para posterior "cobrança" dos responsáveis. Folheando matéria publicitária numa revista de circulação nacional, paga pelo Governo da Paraíba, o dirigente do órgão desabafou: "Isto é um absurdo".

Por sua vez, *O Estado de S. Paulo*, do dia 25 último, ao anunciar a possível renúncia de alguns Governadores que pretendiam disputar postos eletivos, abriu espaço para esta notícia:

"O Governador da Paraíba, Tarcísio Burity, tem concentrado de tal sorte a propaganda oficial sobre sua administração e sua personalidade, que se suspeita esteja plantando a semente de sua candidatura a Deputado federal".

Aliás, o eminente jurista Dalmo Dallari, em artigo publicado no *Folha de S. Paulo*, de 25 deste mês, sob o título "O direito de ter direitos", a certa altura afirma:

"Outra idéia fundamental é que o direito seja para todos. Assim, é contra o direito democrático a existência de privilégios obtidos e desfrutados através do artifício das formalidades, quando é evidente a imoralidade de tais privilégios. Isso acontece, por exemplo, quando o dinheiro do povo é usado para programação pessoal de Governantes, visando satisfazer vaidades, bem como para fins contrários ao interesse público, como o enriquecimento de pessoas ligadas ao Governo ou a compra de consciências. Em todos esses casos podem haver regras formais que protejam a imoralidade, dando-lhe sustentação legal. Mas essas regras serão anti-democráticas, ainda que tenham a aparência de regras jurídicas".

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Infelizmente, o que vem ocorrendo na Paraíba não é privilégio de meu Estado neste ano eleitoral.

Projeto recentemente apresentado na Câmara Federal pelo Deputado Audálio Dantas, PMDB-SP, pretende exatamente vedar a propaganda paga

por órgãos de Administração Pública Federal, Estadual e Municipal com indicações de nomes de autoridades ou administradores.

Em sua justificativa ao Deputado salienta com propriedade que "os detentores do Poder utilizam-se da publicidade comercial para enaltecer suas pessoas e o grupo político-partidário ao qual se encontram vinculados, procurando "vender" uma imagem positiva.

Tal procedimento, além de configurar mau uso dos dinheiros públicos, pois seguramente verbas de vulto são desviadas para essa "campanha", constitui, ainda, uma forma de viciar o processo eleitoral, o que se nos afigura inadmissível.

Somente no Estado de Minas Gerais, que de tantos e graves problemas se ressentia, o Governador Francelino Pereira, de acordo com denúncia formulada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 3 de janeiro de 1982, gastou cerca de quinhentos milhões de cruzeiros para melhorar sua imagem e promover os candidatos oficiais.

Em São Paulo, o Governador Paulo Maluf, utilizando-se de empresas como a VASP, o BANESPA, a CESP, a SABESP, a Caixa Econômica Estadual, e várias outras, vem promovendo agressiva campanha de publicidade, visando a sua promoção pessoal, em todo o País.

Além das verbas de propagandas gastas nos jornais e rádios privados, essa verdadeira escalada de corrupção eleitoral atinge os veículos de comunicação social pertencentes ao Governo, como é o caso da Rádio Televisão Cultura, em São Paulo."

E prossegue o Deputado Audálio Dantas em sua justificativa:

"No Paraná, no Rio Grande do Sul e em outros Estados e Municípios, o panorama é o mesmo, bastando ressaltar-se que Rondônia, Estado que acaba de ser criado, já esbanja seus poucos recursos com a promoção pessoal do coronel nomeado Governador.

Os casos aqui mencionados configuram não apenas corrupção administrativa em alta escala, mas, basicamente, um grave vício no processo eleitoral e na lisura das eleições a serem realizadas proximamente."

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que não quero, nem posso, nem devo, dentro desse contexto é, aí sim, cometer um crime contra a Paraíba e o seu povo, aprovando novos pedidos de empréstimos ao meu Estado. Pesei bastante a minha responsabilidade e decidi antecipar hoje desta tribuna, que desta vez, darei o meu voto contrário a esses financiamentos, quando eles forem finalmente incluídos na Ordem do Dia.

Não devo contribuir, com o meu apoio, para deteriorar ainda mais a situação financeira da Paraíba. Os paraibanos me conhecem e sabem que não assumiria semelhante atitude se não fosse para preservar os altos interesses do Estado.

Quanto às obras que eventualmente seriam feitas com os recursos desses empréstimos, muitas delas poderão ser custeadas por recursos federais através de convênios com o Estado. E as que porventura não forem concluídas ficarão para o futuro Governo, cujo titular será eleito pelo voto soberano do povo, ainda este ano.

Aliás, a título de ilustração, o Sr. Governador da Paraíba embargou a entrega pelo Ministério do Interior a cerca de 10 (dez) municípios dirigidos por prefeitos do PMDB, de recursos do Programa de Assistência aos Municípios, sob o argumento de que os prefeitos não mereciam a sua confiança. E como quer S. Ex^a que nós, do PMDB, lhe abramos um crédito de confiança?

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Se o Sr. Governador da Paraíba pretende a aprovação dos seus pedidos de empréstimos que apele aos 37 Senadores do PDS que são a maioria mais que absoluta do Senado Federal, para que lhes assegurem a sua presença e o seu apoio. Quanto a nós, do PMDB, não permitiremos, com o nosso voto, que se leve a Paraíba ao total descalabro administrativo; numa gestão ruínoza aos interesses do Estado, que abandonou as prioridades básicas dos setores econômico e social, de um povo pobre e quase miserável, para entregar-se, de corpo e alma, à construção de um Espaço Cultural que é, sem dúvida alguma, uma obra faraônica que agride as populações carentes do Estado e não tem similar no País e, talvez, na América Latina.

O mais lamentável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que, também na Paraíba, é cada vez maior a contradição e o abismo entre o discurso do Sr. Governador e a sua ação político-administrativa.

O Sr. Marcos Freire — Não é só no Estado da Paraíba, nobre Senador.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Muito grato a V. Ex^a

Senão, vejamos. Ao assumir o governo da Paraíba, o Sr. Tarcisio Burity, ainda sob o tremendo impacto da surpresa de sua escolha biônica, proclamou categoricamente:

"Não compreendo Democracia sem o respeito aos direitos das minorias;"

"Não compreendo Democracia sem oposição aguerrida e fiscalizadora dos atos governamentais;"

"Não compreendo Democracia sem imprensa livre e independente, que informe corretamente a opinião pública, a fim de que esta possa julgar a ação administrativa, para que o povo saiba o que se faz em seu benefício."

Enquanto isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a terrível intolerância do Sr. Governador da Paraíba para com as críticas da oposição cresce dia a dia, a ponto de perder totalmente a sua serenidade e, até mesmo, a compostura que lhe exige o cargo, para usar contra os seus adversários uma linguagem de arceiro, numa demonstração de total desequilíbrio emocional e até mesmo de grave perturbação psicológica.

Ademais, como muito bem denunciou o futuro Governador da Paraíba, Deputado Antônio Mariz, o Sr. Governador do Estado "está tentando controlar abusivamente os meios de comunicação local, através do esbanjamento de verbas publicitárias". A sua insânia, nesse setor, não tem limites, pois inúmeras vezes, para impedir a execução de contratos dos veículos de radiodifusão com o PMDB, não vacilou em requisitar, por conta do dinheiro do povo, exatamente a mesma data e horário para fazer sua propaganda oficial.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Este era o pronunciamento que julguei necessário fazer hoje, nesta Casa, repito, com certo constrangimento, por abordar tema político do meu Estado, para responder às constantes e infundadas acusações que à minha pessoa tem sido feitas pelo Sr. Governador da Paraíba.

Ao longo de mais de 30 anos de minha vida de homem público, no exercício dos diversos mandatos que recebi do povo de meu Estado, sempre mantive com os meus adversários políticos um debate vigoroso e franco, porém dentro de um alto nível, que estou convencido deve ser o nível do debate político entre adversários leais, que não temem o julgamento soberano do povo através do voto livre. Não tem sido esse, infelizmente, o comportamento do atual Governador de meu Estado, aliás escolhido indiretamente em 1978.

Não vejo a hora, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, das eleições de 1982, para que o povo da Paraíba mostre ao Brasil, mais uma vez, que continua fiel às suas melhores tradições cívicas, numa linha de rebeldia e altivez que não se coaduna com os desmandos administrativos que infelicitam, já por longo tempo, a nossa terra e o seu povo bravo e forte. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal da parte interessada, que o Projeto de Resolução nº 141, de mil novecentos e setenta e nove (de autoria da Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer nº 1.068, de mil novecentos e setenta e nove), que autorizava o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos), para financiar projetos de desenvolvimento econômico social do Estado foi aprovado, sem discussão, na sessão extraordinária de vinte e nove de novembro de mil novecentos e setenta e nove, em votação simbólica, transformando-se na Resolução nº 130, de mil novecentos e setenta e nove; publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção II) de primeiro de dezembro de mil novecentos e setenta e nove, página 6.589. E por ser verdade, eu, Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente Certidão, que vai por mim assinada e autenticada pelo Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal. Senado Federal, em quinze de abril de mil novecentos e oitenta e dois. Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa, Senador Cunha Lima, Primeiro-Secretário.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal da parte interessada, que o Projeto de Resolução nº 54, de mil novecentos e oitenta e um, que autorizava o Governo do Estado da Paraíba a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos), destinado a Programas Estaduais de Investimento, foi apreciado por esta Casa na sessão or-

dinária de vinte e nove de junho de mil novecentos e oitenta e um, obtendo trinta e um votos SIM, um abstenção e oito votos NÃO, tendo-se transformado na Resolução nº 43, de mil novecentos e oitenta e um, publicado no Diário do Congresso Nacional de sete de julho de mil novecentos e oitenta e um, página 12.568. E por ser verdade, eu, Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente Certidão, que vai por mim assinada e autenticada pelo Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal. Senado Federal, em quatorze de abril de mil novecentos e oitenta e dois. Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa, Senador Cunha Lima, Primeiro-Secretário.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal da parte interessada, que o Ofício nº S/38, de mil novecentos e oitenta e um, (nº 588, de três de novembro de mil novecentos e oitenta e um, na origem), do Governo do Estado da Paraíba, solicitando autorização do Senado Federal para que aquele Estado possa contratar operação de crédito, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares americanos), destinado ao Programa de Investimento do Estado, foi recebido e lido na sessão de vinte e sete de novembro de mil novecentos e oitenta e um, publicado em avulsos e despachados às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça. Certifico, ainda, que a Comissão de Finanças, examinando o referido Ofício, apresentou, como conclusão de seu parecer nº 1.390, de mil novecentos e oitenta e um, o Projeto de Resolução nº 247, de mil novecentos e oitenta e um, concedendo a autorização solicitada. Estudada pela Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto recebeu deste órgão técnico o parecer nº 1.391, de mil novecentos e oitenta e um, pela constitucionalidade e juridicidade; pronto para inclusão em Ordem do Dia, o Projeto de Resolução nº 247 de mil novecentos e oitenta e um, encontra-se na Secretaria-Geral da Mesa, não tendo, até a presente data, sido submetido à apreciação pelo Plenário. E por ser verdade, eu, Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente Certidão, que vai por mim assinada e autenticada pelo Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal. Senado Federal, em quatorze de abril de mil novecentos e oitenta e dois. Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa, Senador Cunha Lima, Primeiro-Secretário.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal da parte interessada, que a Mensagem nº 390, de mil novecentos e oitenta e um, (nº 588, de primeiro de dezembro de mil novecentos e oitenta e um, na Presidência da República), propondo ao Senado Federal seja autorizado o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 749.781.000,00 (setecentos e quarenta e nove milhões e setecentos e oitenta e um mil cruzeiros), para os fins que especifica, foi recebida e lida na sessão ordinária do dia dois de dezembro de mil novecentos e oitenta e um, publicada em avulsos e despachada às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça. Certifico, ainda, que a referida Mensagem se encontra, na presente data, distribuída ao Relator na comissão de Economia, Senador Milton Cabral, que ainda não apresentou seu Relatório àquele Órgão Técnico. E por ser verdade, eu, Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa, lavrei a presente Certidão, que vai por mim assinada e autenticada pelo Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal. Senado

Federal, em quatorze de abril de mil novecentos e oitenta e dois. Nerione Nunes Cardoso, Secretário-Geral da Mesa, Senador Cunha Lima, Primeiro-Secretário.

VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO

Item 23 da pauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54, DE 1981

Sim — 31
Abstenção — 1
Não — 8
Total — 40

NOMES:

Aberbal Jurema — S
Alberto Silva — N
Alexandre Costa — S
Aloysio Chaves — S
Amaral Furlan — N
Arno Damiani — S
Benedito Canelas — S
Bernadino Viana — S
Cunha Lima — S
Dinarte Mariz — S
Dirceu Cardoso — N
Eunice Michiles — S
Evilasio Vieira — N
Gabriel Hermes — S
Helvidio Nunes — S
Hugo Ramos — N
Humberto Lucena — S
João Calmon — S
João Lucio — S
Jorge Kalume — S
José Caixeta — S
José Fragelli — S
José Lins — S
José Sarney — S
Laelia de Alcantara — A
Lázaro Barbosa — N
Leite Chaves — S
Lomanto Junior — S
Lourival Baptista — S
Luiz Cavalcante — S
Martins Filho — S
Moacyr Dalla — S
Nilo Coelho — S
Orestes Quêrcia — S
Passos Pôrto — S
Paulo Brossard — N
Pedro Simon — N
Raimundo Parente — S
Tancredo Neves — S
Vicente Vuolo — S

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 02, de 1982, que "Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando em cada unidade da federação um "Centro de Treinamento e Educação de Trânsito".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1982

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de mil noventos e oitenta e dois, às dezessete horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume, Eunice Michiles, Raimundo Parente, Passos Pôrto Mauro Benevides e Deputados Nasser Almeida, Josué de Souza, Horácio Matos, Raul Bernardo, Saramago Pinheiro, Isaac Newton e Octacílio Almeida, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Propos-

ta de Delegação Legislativa nº 02, de 1982, que "Propõe a delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando em cada unidade da federação um "Centro de Treinamento e Educação de Trânsito".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Calmon, Lourival Baptista, Leite Chaves, Lázaro Barboza, Mendes Canale, Alberto Silva e Deputados Walter Garcia, Tidei de Lima, Mário Stamm e Juarez Baptista.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Passos Pôrto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Passos Pôrto convida o Senhor Deputado Octacílio Almeida para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Leite Chaves	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senadora Eunice Michiles	10 votos
Em branco	2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Leite Chaves e Eunice Michiles.

Assumindo a Presidência a Senhora Senadora Eunice Michiles agradece, em nome do Senhor Senador Leite Chaves e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Nasser Almeida para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de lei nº 2, de 1982-(CN), que "dispõe sobre a transferência de ações da COALBRA — Coque e Alcool da Madeira S/A, de propriedade do IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, para a União Federal, e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1982

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Luiz Cavalcante, Almir Pinto, José Lins, Gabriel Hermes, Lourival Baptista, Agenor Maria, Affonso Camargo e Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Osvaldo Coelho, Ronan Tito e Arnaldo Schmitt, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de lei nº 2, de 1982-(CN), que "dispõe sobre a transferência de ações da COALBRA — Coque e Alcool da Madeira S/A, de propriedade do IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, para a União Federal, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lenoir Vargas, Leite Chaves, Teotônio Vilela, Lázaro Barboza e Deputados Sebastião Andrade, Delson Scarano, José Amorim, Mário Frota e Ubaldio Dantas.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado Osvaldo Coelho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica haver recebido Ofícios da Liderança do Partido Democrático Social — (PDS), no Senado Federal, indicando o Senhor Senador Lourival Baptista para integrar a Comissão, em substituição ao Senhor Senador Jutahy Magalhães; e da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — (PMDB), na Câmara dos Deputados, indicando o Senhor Deputado Ronan Tito para integrar a Comissão, em substituição ao Senhor Deputado Modesto da Silveira.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica que, em virtude da substituição do Senhor Deputado Modesto da Silveira, anteriormente eleito titular da Presidência da Comissão, irá proceder eleição para preenchimento do cargo vago. Distribuídas as cédulas, o Senhor Deputado Osvaldo Coelho convida o Senhor Deputado Arnaldo Schmitt para funcionar como escrutinador. Procedida a eleição, é o Senhor Deputado Ronan Tito eleito por unanimidade.

Assumindo a Presidência, o Senhor Deputado Ronan Tito agradece a honra com que foi distinguido, e concede a palavra ao Relator da matéria, Senador Almir Pinto, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2, de 1982-(CN).

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Frederic Pinheiro Barreira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1982, que "acrescenta parágrafo único ao artigo 85 da Constituição Federal".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1982

Aos trinta dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, Aderbal Jurema, Lourival Baptista, Jorge Kalume, Almir Pinto, Lázaro Barboza, Laélia de Alcântara, Franco Montoro, Agenor Maria, e Deputados José Machado, Pinheiro Machado e Mário Moreira, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 1982, que "acrescenta parágrafo único ao artigo 85 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Raimundo Parente, José Richa e Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Marcelo Linhares, Adalberto Camargo, Igo Losso, Jorge Ueque, Cristina Tavares e Lúcio Cioni.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Mário Moreira para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Lázaro Barboza	11 votos
Em branco	01 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Almir Pinto	11 votos
Em branco	01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Lázaro Barboza e Almir Pinto.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Lázaro Barboza agradece, em nome do Senhor Senador Almir Pinto e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Adalberto Camargo para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1982, que "altera a redação do artigo 169 da Constituição Federal, determinando o monopólio da União na comercialização de álcool carburante no território nacional".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1982

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Martins Filho, Raimundo Parente, Passos Pôrto, Jorge Kalume, José Lins, Henrique Santillo, Teotônio Vilela, Laélia de Alcântara, Leite Chaves e Deputados Odulfo Domingues, Antônio Morimoto e Jorge Vargas, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1982, que "altera a redação do artigo 169 da Constituição Federal, determinando o monopólio da União na comercialização de álcool carburante no território nacional".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Lúcio, Mendes Canale e Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Guido Arantes, José Amorim, Horácio Hortiz, Marcelo Cordeiro, Hélio Duque e Celso Carvalho.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Passos Pôrto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as

cédulas, o Senhor Senador Passos Pôrto convida o Senhor Deputado Antônio Morimoto para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Leite Chaves	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Raimundo Parente	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente, os Senhores Senadores Leite Chaves e Raimundo Parente.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Leite Chaves agradece, em nome do Senhor Senador Raimundo Parente e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Odulfo Domingues para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 8, de 1982 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.889, de 12 de novembro de 1981, que "cancela débitos para com as autarquias federais e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1982

Aos trinta dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, Lourival Baptista, Jutahy Magalhães, Raimundo Parente, Gabriel Hermes, Aloysio Chaves, Mauro Benevides, Affonso Camargo, Henrique Santillo e Deputados Manoel Ribeiro, Ludgero Raulino e Ubaldo Dantas, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 8, de 1982 (CN), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.889, de 12 de novembro de 1981, que "cancela débitos para com as autarquias federais e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Marcos Freire e Deputados Afro Stefanini, Ney Ferreira, Hermes Macedo, Maluly Neto, Jorge Uequed, Francisco Libardoni, Paulo Borges e Milton Figueiredo.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Gabriel Hermes, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Gabriel Hermes convida o Senhor Deputado Ludgero Raulino para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Affonso Camargo	11 votos.
Em branco	1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Raimundo Parente	10 votos.
Senador Mauro Benevides	2 votos.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Affonso Camargo e Raimundo Parente.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Affonso Camargo agradece, em nome do Senhor Senador Raimundo Parente e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Manoel Ribeiro para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, João Hélio Carvalho Rocha, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 10, de 1982- (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.891, de 15 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de borderôs e ingressos padronizados, de emissão da EMBRAFILME, pelas salas exibidoras nacionais".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1982

Aos trinta dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Moacyr Dalla, Lenoir Vargas, João Calmon, Jutahy Magalhães, Jorge Kalume, Leite Chaves, Henrique Santillo, Laélia de Alcântara e Deputados Aluizio Bezerra, Edson Vidigal, Fernando Magalhães e Luiz Vasconcelos, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 10, de 1982- (CN), do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.891, de 15 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de borderôs e ingressos padronizados, de emissão da EMBRAFILME, pelas salas exibidoras nacionais".

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Octávio Cardoso, Dirceu Cardoso, Mendes Canale e Deputados Vivaldo Frota, Pedro Carolo, Pedro Collin, Antônio Pontes, Audálio Dantas, Hildérico Oliveira e Pedro Sampaio.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lenoir Vargas que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lenoir Vargas convida o Senhor Deputado Aluizio Bezerra para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Mendes Canale	10 votos.
Em branco	2 votos.

Para Vice-Presidente:

Senador Moacyr Dalla	10 votos.
Em branco	2 votos.

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Mendes Canale e Moacyr Dalla.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Moacyr Dalla, tendo em vista a ausência do Senhor Mendes Canale, agradece, em nome do Senhor Senador Mendes Canale e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Antônio Pontes para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, João Hélio Carvalho Rocha, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 01, de 1982-CN, que "altera a Lei nº 5.919, de 17 de setembro de 1973, para autorizar o Poder Executivo a transferir o controle acionário de empresas subsidiárias da Siderurgia Brasileira S/A — SIDERBRÁS e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1982

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Luiz Fernando Freire, Jorge Kalume, Bernardino Viana, Aderbal Jurema, Almir Pinto, Octávio Cardoso, Roberto Saturnino, Agenor Maria, Henrique Santillo e Deputados Paulino Cicero, Christiano Dias Lopes e Arnaldo Schmitt, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 01, de 1982-CN, que "altera a Lei nº 5.919, de 17 de setembro de 1973, para autorizar o Poder Executivo a transferir o controle acionário de empresas subsidiárias da Siderurgia Brasileira S/A — SIDERBRÁS e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Nelson Carneiro, Affonso Camargo e Deputados Adhemar Ghisi, Cardoso

de Almeida, Antonio Ferreira, Cláudio Strassburger, Roberto Freire, Fued Dib, Ralph Biasi e Oswaldo Lima.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Henrique Santillo, que, solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica o recebimento de Ofícios das Lideranças do Partido Democrático Social, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, indicando os Senhores Senadores Luiz Fernando Freire, Almir Pinto e Deputados Adhemar Ghisi e Christiano Dias Lopes, para integrem a Comissão, em substituição aos Senhores Senadores Murilo Badaró e Jutahy Magalhães e Deputados Josias Leite e Darcilio Ayres, respectivamente.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Paulino Cícero, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei nº 01, de 1982-CN, na forma apresentada.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, com restrições do Senhor Deputado Christiano Dias Lopes quanto ao artigo 2º do Projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 12, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.892, de 16 de dezembro de 1981, que "estimula a capitalização das empresas mediante isenção de imposto de renda sobre lucros decorrentes da alienação de imóveis e de participações societárias, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 1982

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dez horas e trinta minutos, na Sala de reuniões, da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Martins Filho, Luiz Cavalcante, Jorge Kalume, Gabriel Hermes, João Lúcio, Afonso Camargo, Lázaro Barboza, Franco Montoro e Deputados Nasser Almeida, Vingt Rosado e Raimundo Diniz, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 12, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.892, de 16 de dezembro de 1981, que "estimula a capitalização das empresas mediante isenção de imposto de renda sobre lucros decorrentes da alienação de imóveis e de participações societárias, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Mendes Canale, Orestes Quêrcia e Deputados Magno Bacelar, Jorge Paulo, Roberto Galvani, Iturival Nascimento, Antônio Anibelli, Ralph Biasi, Caio Pompeu e Luiz Baccarini.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Luiz Cavalcante que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Luiz Cavalcante convida o Senhor Deputado Raimundo Diniz para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Iturival Nascimento 11 votos

Em branco 01 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Nasser Almeida 11 votos

Em branco 01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Iturival Nascimento e Nasser Almeida.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Nasser Almeida Vice-Presidente, no exercício da Presidência, agradece, em nome do Senhor Deputado Iturival Nascimento e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Jutahy Magalhães para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a mensagem nº 14, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.894, de 16 de dezembro de 1981, que "institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 1982

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às onze horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lins, Raimundo Parente, Moacyr Dalla, Jutahy Magalhães, Lourival Baptista, Jorge Kalume, Afonso Camargo, Henrique Santillo, Itamar Franco e Deputados Adriano Valente, Cardoso Alves e Mário Frota, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 14, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.894, de 16 de dezembro de 1981, que "Institui incentivos fiscais para empresas exportadoras de produtos manufaturados e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Mendes Canale, Gilvan Rocha e Deputados Antônio Amaral, Hugo Rodrigues da Cunha, Delson Scarano, Milvernes Lima, Amílcar de Queiroz, Sérgio Ferrara, Horácio Ortiz e Milton Figueiredo.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jorge Kalume, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Jorge Kalume convida o Senhor Deputado Mário Moreira para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Sérgio Ferrara 12 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Adriano Valente 11 votos

Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Sérgio Ferrara e Adriano Valente.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Adriano Valente agradece, em nome do Deputado Sérgio Ferrara e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Lourival Baptista para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 16, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 1982

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume, Luiz Cavalcante, Bernardino Viana, João Lúcio, Jutahy Magalhães, Gastão Müller, Mauro Benevides, Evelásio Vieira, Alberto Silva e Deputados Francisco Leão, Gomes da Silva e José Costa, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 16, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que "Dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Martins Filho, Franco Montoro e Deputados Inocêncio Oliveira, João Faustino, Theodorico Ferraço, Mendes de Melo, Rubem Figueiró, Nabor Júnior, Pedro Faria e Jorge Vargas.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Gastão Müller, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Gastão Müller convida o Senhor Deputado Francisco Iêso para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado José Costa	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Gomes da Silva	12 votos
-------------------------------	----------

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados José Costa e Gomes da Silva.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado José Costa agradece, em nome do Senhor Deputado Gomes da Silva e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Jutahy Magalhães para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Frederic Pinheiro Barreira, assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 17, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.897, de 17 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a composição da Categoria Direção Superior do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Ministério Público Federal, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 1982

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Moacyr Dalla, Raimundo Parente, José Lins, Jutahy Magalhães, Passos Pôrto, Laélia de Alcântara, Saldanha Derzi e Deputados Nêlio Lobato, Marcelo Linhares, Epitácio Cafeteira e Amadeu Gears, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 17, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.897, de 17 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre a composição da Categoria Direção Superior do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Ministério Público Federal, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lázaro Barboza, Gilvan Rocha, Franco Montoro e Deputados Emílio Perondi, Ruy Silva, José Torres, Antônio Pontes, Juarez Furtado, Jorge Gama e Peixoto Filho.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Passos Pôrto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Passos Pôrto convida o Senhor Deputado Epitácio Cafeteira para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senadora Laélia de Alcântara	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador José Lins	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, a Senhora Senadora Laélia de Alcântara e Senador José Lins.

Assumindo a Presidência, a Senhora Senadora Laélia de Alcântara agradece, em nome do Senhor Senador José Lins e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Antônio Pontes para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1982-CN, que "dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 1982

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dez horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardino Viana, Aderbal Jurema, Passos Pôrto, Raimundo Parente, José Richa, Alberto Silva, Afonso Camargo e Deputados Nilson Gibson, Mendes de Melo, Amadeu Gears, Eloar Guazelli e Adhemar Santillo, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1982-CN, que "dispõe sobre a fixação do valor das anuidades e taxas devidas aos órgãos fiscalizadores do exercício profissional".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Almir Pinto, José Lins, Mendes Canale, Gastão Müller e Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Paulino Cícero, Antônio Pontes, Pedro Lucena e Airtton Sandoval.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Alberto Silva, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Alberto Silva convida o Senhor Deputado Eloar Guazelli para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Amadeu Gears	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Aderbal Jurema	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputado Amadeu Gears e Senador Aderbal Jurema.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Amadeu Gears agradece, em nome do Senhor Senador Aderbal Jurema e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Nilson Gibson para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1982-CN, que "dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos, e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 1982

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às nove horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Henrique Santillo, Laélia de Alcântara, Lázaro Barboza, Itamar Franco e Deputados Antônio Russo, Waldir Walter, Adhemar Santillo e Edson Vidigal, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1982-CN, que "dispõe sobre filiação partidária em caso de incorporação de partidos políticos, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Passos Pôrto, Bernardino Viana, Jorge Kalume, Almir Pinto, Agenor Maria e Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Jorge Arbage, Isaac Newton, Nilson Gibson, Oswaldo Melo e Aldo Fagundes.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Lourival Baptista, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente comunica o recebimento de Ofícios das Lideranças do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no Senado Federal, indicando os Senhores Senadores Lázaro Barboza, Laélia de Alcântara e Agenor Maria, para integrarem a Comissão, em substituição aos Senhores Senadores Mauro Benevides, Affonso Camargo e Mendes Canale; na Câmara dos Deputados, indicando os Senhores Deputados Adhemar Santillo, Waldir Walter e Edson Vidigal, em substituição aos Senhores Deputados Modesto da Silveira, João Linhares e Walber Guimarães, anteriormente designados.

Comunica, ainda, o Senhor Presidente, que a presente Sessão destina-se à apreciação de requerimento de autoria do Senhor Senador Henrique Santillo, no qual solicita sejam convidados a prestar esclarecimentos sobre a matéria, perante esta Comissão, os Senhores Doutor João Leitão de Abreu, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República; Doutor Ibrahim Abi-Ackel, Ministro de Estado da Justiça; Senador José Sarney, Presidente do Diretório Nacional do Partido Democrático Social; Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e, finalmente, o Doutor Bernardo Cabral, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.

O Senhor Presidente esclarece que com a presença de, apenas, nove Senhores Parlamentares, não será possível a deliberação, por parte da Comissão sobre o supracitado requerimento, marcando-se, oportunamente, uma nova reunião para este fim.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1982, que "revoga a alínea "a" do § 3º do artigo 147 da Constituição da República Federativa do Brasil".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1982

Aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezessete horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Helvídio Nunes, João Lúcio, Jorge Kalume, Raimundo Parente, Affonso Camargo, Henrique Santillo, Franco Montoro, Mauro Benevides e Deputados Josias Leite, José Mendonça Bezerra, Amadeu Gera e Roberto Freire, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1982, que "revoga a alínea "a" do § 3º do artigo 147 da Constituição da República Federativa do Brasil".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Aderbal Jurema, Eunice Michiles, Teotônio Vilela e Deputados Jairo Magalhães, Oswaldo Coelho, Francisco Rossi, Natal Gale, Antônio Russo, Rossemburgo Romano e Oswaldo Macedo.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jorge Kalume, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Jorge Kalume convida o Senhor Deputado Amadeu Gera para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Roberto Freire 11 votos

Deputado Oswaldo Macedo 01 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Oswaldo Coelho 11 votos

Deputado Jairo Magalhães 01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Roberto Freire e Oswaldo Coelho.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Roberto Freire agradece, em nome do Senhor Deputado Oswaldo Coelho e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Helvídio Nunes para relatar a Proposta.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1981, que "acrescenta parágrafo ao artigo 153 da Constituição Federal".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1982

Aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezessete horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardino Viana, Moacyr Dalla, Jorge Kalume, João Lúcio, Lourival Baptista, João Calmon, José Richa, Lázaro Barboza e os Senhores Deputados Nosser Almeida, Nilson Gibson, Elquisson Soares e Arnaldo Schmitt, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1982, que "acrescenta parágrafo ao artigo 153 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Leite Chaves, Agenor Maria, José Fragelli e os Senhores Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, Gomes da Silva, Guido Arantes, Jackson Barreto, Carlos Bezerra e Edson Vidigal.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado Arnaldo Schmitt, que, solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica o recebimento do Ofício da Liderança do Partido Democrático Social, na Câmara dos Deputados, indicando os Senhores Deputados Nosser Almeida e Nilson Gibson, para integrarem a Comissão, em substituição aos Senhores Deputados Adalberto Camargo e Darcílio Ayres, respectivamente.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Bernardino Viana, que emite parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1982, na forma apresentada.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1982, que "dispõe sobre inelegibilidade por parentesco".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1982

Aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aloysio Chaves, Raimundo Parente, Aderbal Jurema, José Lins, Lenoir Vargas, Dirceu Cardoso, Henrique Santillo, Franco Montoro e os Senhores Deputados Leorne Belém, José Mendonça, Tarcísio Delgado e Louremberg Nunes Rocha, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1982, que "dispõe sobre inelegibilidade por parentesco".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Canelas, Orestes Quêrcia, Tancredo Neves e os Senhores Deputados Josias Leite, Antônio Morimoto, Claudino Sales, Oswaldo Melo, Antônio Russo, Mário Frota e Jorge Moura.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Lenoir Vargas, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica o recebimento de Ofício da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador Henrique Santillo para integrar a Comissão, em substituição ao Senhor Senador Nelson Carneiro, anteriormente designado.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Senhor Deputado Leorne Belém, que emite parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1982.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a

presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 8, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.889, de 12 de novembro de 1981, que "cancela débitos para com as autarquias federais e dá outras providências".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1982

Aos treze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Passos Pôrto, Lourival Baptista, Jutahy Magalhães, Raimundo Parente, Gabriel Hermes, Aloysio Chaves, Mauro Benevides, Affonso Camargo e os Senhores Deputados Afonso Stefanini, Manoel Ribeiro, Ludgero Raulino e Ubaldo Dantas, reúne-se a Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 8, de 1982-CN, do Senhor Presidente submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.889, de 12 de novembro de 1981, que "cancela débitos para com as autarquias federais e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Saldanha Derzi, Marcos Freire, Henrique Santillo e os Senhores Deputados Ney Ferreira, Hermes Macedo, Maluly Neto, Jorge Uequed, Francisco Libardoni, Paulo Borges e Milton Figueiredo.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Senador Affonso Camargo, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado Manoel Ribeiro, que emite parecer favorável à Mensagem nº 8, de 1982-CN, nos termos de Projeto de Decreto Legislativo que oferece como conclusão.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, João Hélio Carvalho Rocha, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 21, de 1982-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1979, (nº 1.849/76, na origem), que "estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos, em concursos públicos".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1982

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões, da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardino Viana, Moacyr Dalla e Deputados Nilson Gibson e João Gilberto, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 21, de 1982-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1979, (nº 1.849/76 na origem), que "estabelece normas sobre a documentação exigida aos candidatos, em concursos públicos".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Moacyr Dalla, que declara instalada a Comissão.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Lázaro Barboza e Deputado Djalma Bessa.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Moacyr Dalla convida o Senhor Deputado Nilson Gibson para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente
Deputado João Gilberto 3 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:
Deputado Nilson Gibson 3 votos
Em branco 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados João Gilberto e Nilson Gibson.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado João Gilberto agradece, em nome do Senhor Deputado Nilson Gibson e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos a designa o Senhor Senador Bernardino Viana para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 29, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.907, de 28 de dezembro de 1981, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1982

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lins, Almir Pinto, Jorge Kalume, Passos Pôrto, Jutahy Magalhães, Moacyr Dalla, Laélia de Alcântara, Saldanha Derzi, José Fragelli, Mendes Canale e Deputados Ronaldo Ferreira Dias, Juarez Furtado, Gilson de Barros e Iturival Nascimento, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 29, de 1982-CN, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.907, de 28 de dezembro de 1981, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Affonso Camargo e Deputados Josias Leite, Jairo Magalhães, João Clímaco, Ubaldo Barê, Adalberto Camargo, Fernando Cunha e Paulo Borges.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Gilson de Barros para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador Mendes Canale 12 votos
Senador José Fragelli 2 votos

Para Vice-Presidente:
Senador Passos Pôrto 13 votos
Senador Jutahy Magalhães 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Mendes Canale e Passos Pôrto.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Mendes Canale agradece, em nome do Senhor Senador Passos Pôrto e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Ronaldo Ferreira Dias para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1982, que "dá nova redação ao § 4º do art. 175 da Constituição Federal".

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1982

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume, João Lúcio, Lourival Baptista, José Lins, Passos Pôrto, Gabriel Hermes, Lázaro Barboza, Alberto Silva e Deputados Josias Leite, Evandro Ayres de Moura, José de Castro Coimbra e Carlos Santos, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1982, que "dá nova redação ao § 4º do art. 175 da Constituição Federal".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Nelson Carneiro, Agenor Maria, Itamar Franco e Deputados Jairo Magalhães, Simão Sessim, Waldemir Belinati, Ruy Codo, Ernesto de Marco, Luiz Leal e Pinheiro Machado.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Senador Lourival Baptista, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, tendo em vista o Senhor Presidente da Comissão, Senador Itamar Franco, encontrar-se presidindo a Sessão Ordinária do Senado Federal, no mesmo horário da presente reunião. A seguir, o Senhor Presidente, Senador Lourival Baptista, solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente comunica haver recebido Ofício da Liderança do Partido Democrático Social — PDS, no Senado Federal, indicando o Senhor Senador José Lins para integrar a Comissão, em substituição ao Senhor Senador Almir Pinto.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente comunica que irá redistribuir a matéria ao Senhor Deputado Evandro Ayres de Moura.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator da matéria, Deputado Evandro Ayres de Moura, que emite parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1982.

Posto em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, João Hélio Carvalho Rocha, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 18, de 1982, que “alteram o artigo 25, “caput”, da Constituição, modificado pelas Emendas Constitucionais nºs 5 e 17”.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1982

Aos vinte dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e dois, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala da Comissão de Fi-

nanças, presentes os Senhores Senadores Bernardino Viana, José Lins, Jorge Kalume, Lomanto Júnior, José Richa, Henrique Santillo, Alberto Silva, Laélia de Alcântara e Deputados Josias Leite, José Carlos Fagundes, Juarez Furtado e Juarez Batista, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 16 e 18, de 1982, que “altera o artigo 25, “caput”, da Constituição, modificado pelas Emendas Constitucionais nºs 5 a 17”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Canelas, João Lúcio, Mendes Canale e Deputados Jairo Magalhães, Antônio Ferreira, João Clímaco, Roberto Galvani, Aldo Fagundes, Antônio Russo e Ubaldo Dantas.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jorge Kalume, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Jorge Kalume, convida o Senhor Deputado Juarez Furtado para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Alberto Silva	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Bernardino Viana	11 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Alberto Silva e Bernardino Viana.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Alberto Silva agradece, em nome do Senhor Senador Bernardino Viana e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Josias Leite para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros da Comissão e irá à publicação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 052

SÁBADO, 1º DE MAIO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 51ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Mensagem nº 353/81 (nº 544/81, na origem); e Projetos de Lei da Câmara nºs 125/81, 132/81, 8/82 e 10/82.

1.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 68/82, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que limita o reajustamento das prestações relativas à casa própria.

— Projeto de Lei do Senado nº 69/82, de autoria do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que altera a redação do § 2º do art. 15, da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.

— Projeto de Lei do Senado nº 70/82, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que concede benefício fiscal às empresas de qualquer natureza que recrutarem menores carentes, na forma que especifica.

— Projeto de Lei do Senado nº 71/82, de autoria do Sr. Senador Humberto Lucena, que introduz alteração na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de considerar crime contra a economia popular a cobrança de taxa de juros acima de 4% ao mês.

1.2.3 — Requerimento

Nº 73/82, de autoria do Sr. Senador Jorge Kalume e outros, solicitando que seja realizada sessão especial para homenagear o Professor Eurípedes de Jesus Zerbini, pelos seus 70 anos de vida.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — Dia do Trabalho

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Situação em que se encontram os trabalhadores do País, a propósito do Dia do Trabalho. Considerações sobre a greve do magistério do Estado de Goiás.

SENADOR DIRCEU CARDOSO — Decisão da Argentina em aceitar a mediação das Nações Unidas no conflito sobre a posse das ilhas Falkland/Malvinas. Posição de S. Ex.ª com relação ao acordo celebrado entre as lideranças partidárias da Casa, no que diz respeito aos pedidos de empréstimo formulados por Estados e Municípios.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho para fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Armada Aérea Brasileira. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. *Votação adiada por falta de quorum.*

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. *Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 35/82.*

1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

Requerimento nº 73/82. *Votação adiada por falta de quorum.*

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR LOMANTO JÚNIOR — Necrológico do Desembargador Aderbal Gonçalves.

SENADOR GABRIEL HERMES — Semana de Exaltação à Classe dos Contadores do Brasil, recentemente realizada na cidade de Fortaleza-CE.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Estado de beligerância existente entre a Argentina e a Inglaterra.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Apresentando sugestão visando modificar os critérios adotados pelo BNH, nos reajustes das prestações do Sistema Financeiro de Habitação.

SENADOR LEITE CHAVES — Situação de extrema perseguição em que se encontram os adeptos da seita dos Bahá'is no Irã.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Missão desempenhada em Brasília pelo Secretário de Agricultura do Estado de Sergipe, visando obter, do Governo Federal, providências que visem atenuar os efeitos da estiagem que se verifica naquele Estado.

SENADORA EUNICE MICHILES — Dia Nacional da Mulher.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÕES

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 51ª SESSÃO, EM 30 DE ABRIL DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JORGE KALUME, ADERBAL JUREMA E LUIZ CAVALCANTE

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Benardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Amaral Furlan — Henrique Santillo — José Fragelli — Afonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos
O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES Nºs 205 E 206, DE 1982

PARECER Nº 205, DE 1982
Da Comissão de Economia

Sobre a Mensagem nº 353, de 1981 (nº 544/81 na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizado o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Relator: Senador Bernardino Viana

O Senhor Presidente da República encaminha a exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição), proposta no sentido de que seja o Governo do Estado de Pernambuco autorizado a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

“Características da operação:

A — Valor : Cr\$ 18.714.000,00;

B — Prazos:

1 — de carência: 12 meses;

2 — de amortização: 48 meses;

C — Encargos:

1 — juros de 6% a.a.;

2 — correção monetária: 60% do índice de variação trimestral das ORTN;

D — Garantia: Imposto sobre Circulação de Mercadorias;

E — Destinação dos recursos: aquisição de unidades móveis para qualificação profissional.

Segundo o parecer apresentado pelo órgão financiador, a operação de crédito sob exame é viável econômica e financeiramente.

4. O processo é acompanhado dos seguintes elementos principais:

a) Lei nº 8.464, d, 20-11-80, autorizadora da operação;

b) Exposição de Motivos (EM nº 312/81) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda ao Exmº. Senhor Presidente da República, comunicando que o Conselho Monetário Nacional, ao apreciar a proposta, manifestou-se favoravelmente ao pleito formulado conforme o art. 2º da Res. nº 93, de 1976, do Senado Federal; e

c) parecer do Banco Central do Brasil — Departamento da Dívida Pública, favorável ao pleito.

5. Considerado todo o endividamento da referida entidade (intra + extralimite + operação sob exame), verifica-se que seriam ultrapassados os tetos que lhe foram fixados pelos itens I e II do art. 2º da Res. nº 62, de 1975.

6. Trata-se, entretanto, de uma operação extralimite a que, por força das disposições contidas no art. 2º da Res. nº 93, de 1976, não se aplicam os citados limites (itens I, II, e III) fixados no art. 2º da Res. nº 62, de 1975, ambas do Senado Federal, haja vista que os recursos a serem repassados provêm do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

7. Além da característica da operação — extralimite — e segundo conclusão do Departamento da Dívida Pública, a assunção do compromisso sob exame não deverá acarretar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

8. Atendidas as exigências das normas vigentes e as disposições do Regimento Interno, concluímos pelo acolhimento da presente mensagem, na forma do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 1982.

Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, para contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à aquisição de unidades móveis para qualificação profissional, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de março de 1982. — José Richa, Presidente — Bernardino Viana, Relator — Alberto Silva — José Fragelli — Luiz Cavalcante — Benedito Ferreira.

PARECER Nº 206, DE 1982

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 36, de 1982, da Comissão de Economia, que “autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna”.

Relator: Senador Aderbal Jurema

O projeto sob exame, de autoria da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu parecer sobre a Mensagem nº 353/81 do Senhor Presidente da República, autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 18.714.000,00 (dezoito milhões, setecentos e quatorze mil cruzeiros) destinada à aquisição de unidades móveis para qualificação profissional.

O pedido de autorização foi formulado nos termos do preceituado no parágrafo único do artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não-observância dos limites fixados pelo artigo 2º da Resolução nº 62, de 28-10-75, também da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Do ponto de vista que nos compete examinar verifica-se que todas as formalidades foram atendidas, não havendo óbice à tramitação normal da presente proposição, porquanto jurídica, constitucional e de boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1982. — Aloysio Chaves, Presidente — Aderbal Jurema, Relator — Leite Chaves — João Calmon — Almir Pinto — José Fragelli — Raimundo Parente — Bernardino Viana.

PARECERES Nºs 207 E 208, DE 1982

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1981 (nº 4.457-B, de 1981, na Câmara dos Deputados), que "autoriza a doação, à Sociedade Brasileira de Geografia, do domínio útil do terreno que menciona, situado no Município e Estado do Rio de Janeiro".

PARECER Nº 207, DE 1982**Da Comissão de Educação e Cultura**

Relator: Senador *Aderbal Jurema*

Através da Mensagem nº 146/81, o Senhor Presidente da República, nos termos do artigo 51 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei que autoriza a doação à Sociedade Brasileira de Geografia do domínio do terreno que menciona.

Em sua Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República, o Ministro de Estado da Fazenda diz que: "No anexo processo, cogita-se da doação à Sociedade Brasileira de Geografia do domínio útil do terreno situado na Praça da República, nº 54, Município e Estado do Rio de Janeiro".

Diz, ainda, que por meio do Decreto-lei nº 9.049, de 11 de março de 1946, obteve essa entidade, então denominada "Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro", a cessão, sob regime de aforamento, do terreno de acréscimos de marinha, situado na Avenida General Justo, na mesma cidade.

Afirma, mais adiante, a Exposição de Motivos que, em lei de dezembro de 1963, o aludido terreno foi entregue ao Ministério da Marinha, para, ali, ser construída a Casa do Marinheiro, recebendo a Sociedade Brasileira de Geografia, a título de compensação, o imóvel situado na Praça da República, nº 54.

Entretanto verificou-se que a cessão do terreno, sob o regime de aforamento, seria inexecutável, por deter a União Federal apenas o seu domínio útil, pertencendo ao Município do Rio de Janeiro o domínio direto.

Assim, concluiu-se ser a doação do domínio útil a solução mais aconselhável à pretensão da requerente, fato que conta com a sua anuência.

O Serviço do Patrimônio da União e a Secretaria Geral do Ministério da Fazenda opinaram no sentido de que fosse doado, mediante lei, o domínio útil do terreno em apreço àquela Sociedade, cabendo-lhe o ônus do pagamento de foros que viessem a ser cobrados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, bem como de laudêmios, nas mesmas circunstâncias.

O artigo 3º do projeto diz que a doação efetivar-se-á mediante contrato a lavrar-se em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União, tornando-se nula, sem direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, revertendo o imóvel ao patrimônio da União, se lhe vier a ser dada destinação diversa da prevista no artigo 2º da lei, ou, ainda, se ocorrer inadimplência de cláusula contratual.

Assim, todas as exigências legais para aprovação da iniciativa, no tocante à pretendida doação foram observadas, não havendo qualquer óbice a que se seja autorizada a doação.

Isto posto, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 11 de março de 1982. — *João Calmon*, Presidente eventual — *Aderbal Jurema*, Relator — *Gabriel Hermes* — *João Lúcio* — *Lo-manto Júnior*.

PARECER Nº 208, DE 1982**Da Comissão de Finanças**

Relator: Senador *Tancredo Neves*

Na forma regimental vem ao exame da Comissão de Finanças o projeto de lei que autoriza a doação, à Sociedade Brasileira de Geografia, do domínio útil do terreno que menciona, situado no Município e Estado do Rio de Janeiro.

A proposição é de iniciativa do Poder Executivo, estando acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, que afirma:

"No anexo processo, cogita-se da doação à Sociedade Brasileira de Geografia do domínio útil do terreno situado na Praça da República nº 54, Município e Estado do Rio de Janeiro.

2. Através do Decreto-lei nº 9.049, de 11 de março de 1946, obteve essa entidade, então denominada "Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro", a cessão, sob o regime de aforamento, do terreno de acréscimos de marinha, situado na Avenida General Justo, na mesma cidade.

3. Ocorre, porém, que, em 13 de dezembro de 1963, o aludido terreno foi entregue ao Ministério da Marinha, para, ali, construir a

Casa do Marinheiro, recebendo a Sociedade Brasileira de Geografia, a título de compensação, o imóvel situado na Praça da República nº 54.

4. No que tange à cessão, sob o regime de aforamento, do terreno aludido àquela entidade, verificou-se ser isto inexecutável, por deter a União Federal, apenas, o domínio útil do mesmo, pertencendo ao Município do Rio de Janeiro o domínio direto.

5. Por esta razão, concluiu-se ser a doação do referido domínio útil a solução mais aconselhável à pretensão da requerente, que a isto anuiu.

6. O domínio útil do bem de que se trata pertence à União Federal, em face da oficialização da Faculdade Livre de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, a quem estava aforado aquele terreno, conforme Carta de Traspasse e Aforamento de Terreno de Sessmarias Municipais, datada de 9 de agosto de 1920, ocorrendo a incorporação ao Patrimônio Nacional, mercê do Decreto nº 20.902, de 31 de dezembro de 1931.

7. O Serviço do Patrimônio da União e a Secretaria-Geral deste Ministério, considerando ser a Sociedade Brasileira de Geografia, entidade de utilidade pública, assim reconhecida pelo Decreto nº 3.440, de 27 de dezembro de 1917, opinam seja doado, através de lei, o domínio útil do terreno em apreço àquela Sociedade, cabendo-lhe o ônus do pagamento de foros que vierem a ser cobrados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, bem como de laudêmios, nas mesmas circunstâncias."

Na Câmara dos Deputados o projeto tramitou pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e Finanças, onde obteve pareceres favoráveis. Em Plenário a matéria colheu aprovação na Sessão de 3 de dezembro de 1981.

Em sua tramitação no Senado Federal o projeto recebeu parecer da Comissão de Educação e Cultura pela aprovação.

Sem dúvida, a Sociedade Brasileira de Geografia vem dando inestimável colaboração ao desenvolvimento dos estudos de geografia em nosso País, o que a faz merecedora da doação proposta.

Será o imóvel destinado à construção e instalação da sede da mencionada entidade, podendo esta alienar frações ideais do domínio útil do terreno visando obter recursos necessários à realização deste objetivo.

Prevê o artigo 3º do projeto que a doação se fará por contrato em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União, tornando-se nula se houver destinação diversa da prevista ou inadimplência contratual.

Foram observadas plenamente as exigências legais relativas à doação, cabendo ao Congresso Nacional dar a imprescindível autorização legislativa para que o Poder Executivo proceda à doação do imóvel.

Sob o aspecto financeiro — competência regimental da Comissão de Finanças — nada temos a opor ao projeto sob exame.

Ante as razões expostas, manifestamo-nos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. — *Franco Montoro*, Presidente — *Tancredo Neves*, Relator — *Afonso Camargo* — *Raimundo Parente* — *Bernardino Viana* — *Gabriel Hermes* — *Amaral Peixoto* — *Mauro Benevides* — *José Fragelli* — *Almir Pinto*.

PARECERES Nºs 209 E 210, DE 1982

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1981 (nº 5.104-B, de 1981, na Câmara dos Deputados), que "autoriza a doação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte de Imóvel situado no Município de Natal, Rio Grande do Norte".

PARECER Nº 209, DE 1982**Da Comissão de Educação e Cultura**

Relator: Senador *Aderbal Jurema*

Nos termos do artigo 51 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, projeto de lei que autoriza a doação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de imóvel situado no Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Em sua Exposição de Motivos, o Senhor Ministro de Estado da Fazenda diz que: "No anexo processo, cogita-se do pedido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no sentido de que lhe seja doado imóvel constituído

por terreno com 2.540,50 m² e benfeitorias, situado na Avenida Rio Branco nº 743, Bairro da Cidade Alta, Município de Natal, RN".

Afirma, ainda, que a referida área se encontra gravada em nome da União Federal, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Natal, RN, no Livro nº 2, matrícula nº 2.224, sob o nº R-1-2.224, em 22 de março de 1972, segundo autorização presidencial contida no Decreto nº 83.098, de 29-1-79.

Declara, ainda, que vários órgãos daquela Universidade ocupam o imóvel, motivo pelo qual o Serviço de Patrimônio da União e a Secretaria Geral do Ministério da Fazenda, em vista do interesse público da solicitação, opinam a favor da doação.

No artigo 3º do projeto está a cláusula de reversão do imóvel à União no caso de ser-lhe dada destinação diversa da prevista na lei ou de descumprimento de cláusula contratual pela donatária.

Isto posto, e considerando que o Projeto tem por objetivo atender a uma exigência legal, e a doação ser conveniente às partes interessadas, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 11 de março de 1982. — *João Calmon*, Presidente, eventual — *Aderbal Jurema*, Relator — *Gabriel Hermes* — *João Lúcio* — *Lo-manto Júnior*.

PARECER Nº 210, DE 1982 Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Raimundo Parente

Em exame o Projeto de Lei que autoriza a doação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte de imóvel situado no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

A proposição é de iniciativa do Senhor Presidente da República, que a submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 51 da Constituição, devidamente acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, que afirma:

No anexo processo, cogita-se do pedido da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no sentido de que lhe seja doado o imóvel, constituído por terreno com 2.540,50 m² e benfeitorias, situado na Avenida Rio Branco Nº 743 Bairro da Cidade Alta, Município de Natal, RN.

2. A propósito, cumpre registrar que a referida área encontra-se gravada em nome da União Federal, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Natal — RN, no Livro nº 2, matrícula nº 2.224, sob o nº R-1-2.224, em 22-3-72, segundo autorização presidencial contida no Decreto nº 83.098, de 29-1-79.

3. Por outro lado, há que ressaltar a ocupação do referido imóvel por vários órgãos daquela Universidade, motivo pelo qual o Serviço do Patrimônio da União e a Secretaria Geral deste Ministério, em vista do interesse público da solicitação, opinam favoravelmente à mesma."

Na Câmara dos Deputados, a matéria obteve pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, e de Finanças, tendo sido aprovada em Plenário, na sessão de 3 de dezembro de 1981.

Em sua tramitação no Senado Federal, manifestou-se a Comissão de Educação e Cultura pela aprovação do projeto.

Realizaram-se estudos e manifestações favoráveis à doação proposta, por parte dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda.

Demonstrado o interesse público da medida proposta, justifica-se a autorização legislativa para que o Poder Executivo efetive a doação.

O artigo 3º do projeto prevê a reversão do imóvel à União, em caso de destinação diversa da prevista ou se ocorrer inadiplência de cláusula do contrato de transferência.

No que diz respeito ao aspecto financeiro, nada temos a opor à tramitação do projeto.

Ante as razões apresentadas, concluímos pela aprovação do projeto sob exame.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. — *Franco Montoro*, Presidente — *Raimundo Parente*, Relator — *Afonso Camargo* — *Tancredo Neves* — *Amaral Peixoto* — *Gabriel Hermes* — *Almir Pinto* — *José Fragelli* — *Mauro Benevides*.

PARECER Nº 211, DE 1982

Da Comissão de Finanças. Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 08, de 1982 (nº 4.741-B, de 1981, na Câmara dos Deputados), que "concede pensão especial vitalícia ao Doutor Gratuliano da Costa Brito e dá outras providências".

Relator: Senador Almir Pinto

Sob exame o projeto de lei que concede pensão especial vitalícia ao Doutor Gratuliano da Costa Brito e dá outras providências.

Trata-se de proposição de iniciativa do Senhor Presidente da República, que a submete à deliberação do Congresso Nacional nos termos do artigo 51 da Constituição, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, que diz:

"Gratuliano da Costa Brito, em requerimento dirigido a esta Secretaria de Estado, alegando haver exercido serviços públicos de natureza Municipal, Estadual e Federal, altas funções do Poder Executivo, qual a de Interventor Federal na Paraíba, mandato legislativo federal, como Deputado, e finalmente membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), inclusive com a responsabilidade de Presidente do Órgão a que a Nação confia a repressão ao abuso do poder econômico, em virtude de sua exoneração da Presidência do aludido Conselho, por decreto de 08 de janeiro de 1980, após 25 anos, 9 meses e dez dias de vida pública, sendo 16 (dezesseis) anos de serviços prestados ao CADE e à revolução no festim dos Presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel, requereu sua aposentadoria no cargo de Membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com as vantagens relativas ao exercício da Presidência, que ocupou por mais de cinco anos.

Dada a complexidade da matéria, em face da legislação disciplinadora da aposentadoria, encaminhou-se o processo concernente ao assunto em pauta ao egrégio Tribunal de Contas da União, tendo em vista a necessidade de perfeita consonância nas interpretações das leis com o pensamento e a orientação das autoridades que darão a solução final.

Naquela Corte de Contas, o Ministro-Relator, Doutor Luiz Octávio Gallotti, em seu voto, manifestou-se nos seguintes termos:

"Reconheço e proclamo a delicadeza da situação que colhe o ilustre Requerente, ao termo de longa e profícua vida pública, sem a titularidade de cargo de provimento efetivo ou vitalício.

A hipótese é peculiar, mas não é única.

Recoerdo o episódio do saudoso Ministro Antônio Francisco Carvalho que, ao atingir a idade limite, em 1958 vinha servindo à Justiça do Trabalho desde 1932, com uma interrupção única, quando representante, também classista, na Câmara dos Deputados.

Atento a essa circunstância e revelando-se inviável o deferimento de aposentadoria, o então Consultor-Geral da República, hoje insigne Ministro Victor Nunes Leal, concordou com a promoção de benefício, mediante a elaboração da lei especial que veio a tomar o nº 4.113, de 17-8-62, outorgando, ao mencionado ex-magistrado temporário, individualmente designado, pensão vitalícia em valor determinado, reversível, pela metade, por morte, à esposa e filhos do beneficiário (cfr. Ofício nº 162, de 4-4-60, autor citado, in "Pareceres do Consultor-Geral da República", Vol. Único).

Voltando à hipótese atual, penso que, no âmbito da competência do Tribunal, não há o que deliberar, na presente assentada.

Não desconheço a existência de antecedentes, impregnados de liberalidade, onde aqui já admitiu consulta, de modo a implicar a edição de atos concessórios, sobretudo em tema de pensão, já versado na jurisprudência desta Corte."

Em face de todo o exposto, esta Secretaria de Estado, ao submeter o assunto à consideração de Vossa Excelência, considerando os importantes serviços prestados ao País pelo requerente, tem a honra de sugerir a remessa ao Congresso Nacional de anteprojeto de lei, concedendo ao Doutor Gratuliano da Costa Brito pensão vitalícia, a exemplo do que ocorreu com o Ministro Antônio Francisco Carvalho.

Na Câmara dos Deputados o projeto obteve pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, colhendo aprovação do Plenário em sessão de 3 de março último.

A pensão vitalícia contida na proposição é de 5 (cinco) vezes o maior salário mínimo vigente no País, transmitindo-se, por morte, à esposa na base de 50% (cinquenta por cento), atendidas as exigências legais.

É a pensão benefício inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, inclusive pensão previdenciária, ressalvada a opção, conforme prevê o artigo 2º da proposição.

Sob o aspecto financeiro — competência regimental desta Comissão — vale destacar que as despesas decorrentes da lei correrão à conta de Encargos Gerais da União, recursos sob a supervisão do Ministério da Fazenda.

Contém o projeto medida de grande justiça para com servidor que exerceu cargos de relevo na Administração Pública, já havendo precedente legal na concessão de pensão especial vitalícia.

À vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. — *Franco Montoro*, Presidente — *Almir Pinto*, Relator — *Gabriel Hermes* — *Amaral Peixoto* — *Afonso Camargo* — *Raimundo Parente* — *Bernardino Viana* — *Amaral Furlan* — *José Fragelli* — *Mauro Benevides*.

PARECER Nº 212, DE 1982

Da Comissão de Educação e Cultura. Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1982 (nº 4.608-B, de 1981, na Câmara dos Deputados), que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — Rio Grande do Sul".

Relator: Senador Tarso Dutra

O projeto em estudo, de autoria do ilustre Deputado Alcebiades de Oliveira, tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, na cidade de Santo Ângelo — Rio Grande do Sul.

Em sua justificação o autor do projeto diz ser necessária a instituição de uma universidade em Santo Ângelo, por se constituir aquela cidade em pólo de influência regional, congregando interesses nacionais e internacionais por sua vizinhança com a Argentina.

Argumenta ainda que a Região Noroeste do Rio Grande do Sul compreende extensa área produtiva, com excelente potencial para o desenvolvimento sócio-econômico abrangendo 20 municípios das Missões, da Grande Santa Rosa, do Alto Uruguai, do Planalto Médio, e do Vale do Jaguarí, exercendo ainda forte influência sobre áreas vizinhas no Estado de Santa Catarina.

Salienta, ainda, o autor do projeto, que já existe na cidade de Santo Ângelo um grupo universitário formado pela FUNDAMES, pessoa jurídica de direito privado, instituída, pela Prefeitura de Santo Ângelo e Associação Missioneira de Ensino Superior, responsável pela manutenção de uma federação de escolas sob a denominação de Faculdades Integradas de Santo Ângelo.

Ressalta ainda a favor do projeto o argumento de que Santo Ângelo é o 12º Município em rendas do Rio Grande do Sul, e tem uma população de 100 mil habitantes, possuindo 30 mil estudantes em seus diversos níveis e 220 escolas.

Dispõe o município de infra-estrutura privilegiada, sediando unidades de todos os órgãos estaduais e federais, um Quartel General do Exército com jurisdição sobre 75 municípios, e uma completa malha rodoviária que liga a cidade às demais áreas do Estado, e, inclusive, à fronteira com a Argentina.

O projeto pretende possibilitar para aquela área um investimento importante, pois os municípios não poderão realizar, em face de suas dificuldades financeiras, as inversões necessárias para manutenção do crescente desenvolvimento educacional e cultural da Região.

Assim sendo, e por julgarmos a proposição justa e oportuna, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, 29 de abril de 1982. *Aderbal Jurema*, Presidente — *Tarso Dutra*, Relator — *Laélia de Alcântara* — *João Calmon* — *João Lúcio*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 1982

Limita o reajustamento das prestações relativas à casa própria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os reajustamentos relativos à correção monetária nos contratos de financiamento habitacional não poderão ser superiores ao índice de reajustamento do salário mínimo.

Art. 2º As disposições da presente lei aplicam-se aos contratos de financiamento habitacional em vigor.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O problema da habitação preocupa, hoje, milhões de brasileiros. A casa é o espaço vital da família e a aquisição da moradia está sendo dificultada por uma legislação que precisa ser corrigida.

É o caso, principalmente, dos reajustes relativos à correção monetária, que vem, com razão suscitando reclamações e protestos em todo o País.

A correção monetária, presentemente, está baseada no valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro nacional em função das quais variam as chamadas Unidades Padrão de Capital (UPC).

Ora, é absolutamente inaceitável que a correção monetária aplicada pelo BNH seja percentualmente superior ao aumento do salário mínimo, sob pena de condenar grande parte dos mutuários da casa própria à insolvência, como freqüentemente vem ocorrendo.

Impõe-se, portanto, limitar os reajustamentos dos financiamentos habitacionais, como o faz o presente projeto.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1982. — *Franco Montoro*.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 1982

Altera a redação do § 2º do art. 15, da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 15, da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 15.

§ 2º A correção monetária do aluguel não poderá ultrapassar a metade da variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Em concordância com o estatuído no parágrafo 2º do artigo 15, da Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana, a correção monetária do aluguel não poderá ultrapassar a variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

Assim, nos termos dessa disposição legal, todos os contratos de locação urbana, invariavelmente, são reajustados com base na variação do valor nominal da ORTN, majorando-se de maneira exorbitante os aluguéis, o que torna o seu pagamento um ônus insuportável para a grande maioria dos locatários.

Que a variação do valor nominal da ORTN seja aplicada para corrigir monetariamente empréstimos, financiamentos e operações afins, parece-nos razoável como compensação pela desvalorização monetária decorrente da inflação.

Mas, aplicar-se esse mesmo critério às locações urbanas é literalmente absurdo, além de essencialmente anti-social, eis que o valor dos aluguéis é majorado excessivamente, dando azo à esdrúxula situação de ser mais conveniente ao inquilino desocupar o imóvel alugando outro idêntico, por preço substancialmente inferior.

Trata-se, autenticamente, de um paradoxo engendrado pela tecnocracia nacional: um aluguel de Cr\$ 30.000,00, por exemplo, quando corrigido mo-

netariamente, será mojado para aproximadamente Cr\$ 55.000,00, enquanto que um imóvel equivalente, para primeira locação, é oferecido a Cr\$ 40.000,00! — É evidente que ao inquilino não resta outra alternativa — senão a de desocupar o imóvel.

Essa situação, temos para nós, embora prejudique preponderantemente os inquilinos, também não é favorável aos locadores que, com a desocupação dos imóveis até então alugados, são forçados a promover nova locação com locatário diverso, com novas despesas, inclusive referente a pintura e reparos no prédio a ser locado.

A nós nos parece que o mais razoável, no caso, seria aplicar-se, nos casos de renovação ou reajuste dos aluguéis, fórmula que permitisse majoração não superior à metade da variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

Com a adoção dessa medida, os aluguéis seriam reajustados em níveis compatíveis com as disponibilidades dos inquilinos, evitando-se a crise social que a cada momento mais se agrava em decorrência do critério vigente para a correção do valor dos aluguéis.

Em se tratando de providência que ensejará positivas repercussões de caráter social, esperamos que a iniciativa merecerá a acolhida dos dignos membros desta Casa.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1982. — *Orestes Quêrcia.*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.649, DE 16 DE MAIO DE 1979

Regula a locação predial e dá outras providências.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. É livre a convenção do aluguel.

§ 1º A correção monetária do aluguel somente poderá ser exigida quando o contrato a estipular, fixando a época em que efetuada as condições a que ficará sujeita.

§ 2º A correção monetária do aluguel não poderá ultrapassar a variação do valor nominal da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 31 do Decreto nº 24.150, de 20 de abril de 1934, é admitida a correção dos aluguéis, na forma e pelos índices que o contrato fixar, limitada pelo disposto no § 2º deste artigo.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Economia*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 1982

Concede benefício fiscal às empresas de qualquer natureza que recrutarem menores carentes, na forma que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas de qualquer natureza que recrutarem, a seu serviço, menores carentes, na forma desta lei, terão direito de descontar até 20% (vinte por cento) do Imposto de Renda devido, em cada exercício financeiro.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se menor carente o que encontre em estado de abandono, o infrator e o cuja família não tenha condições econômicas de sustentá-lo e educá-lo adequadamente.

Art. 2º Somente poderão ser recrutados pelas empresas os menores com idade entre 10 (dez) e 17 (dezesete) anos, aos quais será obrigatoriamente ensinado um ofício que os habilite ao exercício de uma profissão.

§ 1º Os menores cumprirão jornada diária de aprendizado e trabalho de 6 (seis) horas.

§ 2º Os menores terão direito a alimentação e a ajuda de custo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo regional.

Art. 3º Com a assistência do Juízo da Vara de Menores da respectiva comarca, a empresa assumirá compromisso, ao recrutar o menor carente, de cumprir as determinações desta lei, assim como de mantê-lo a seu serviço pelo prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. O prazo a que alude este artigo poderá deixar de ser cumprido quando, a critério do Juízo da Vara de Menores da comarca, a conduta do menor carente justificar a medida.

Art. 4º O benefício fiscal previsto no art. 1º, até o limite ali fixado, obedecerá a percentuais equivalentes ao número de menores carentes recrutados, em forma a ser determinada pelo Poder Executivo, em regulamento.

Art. 5º O Poder Executivo, ouvidos os Ministérios do Trabalho, da Previdência e Assistência Social, e da Fazenda, regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Provavelmente o mais grave dentre os tantos problemas com que se defronta esta Nação é, irrecusavelmente, o do menor carente.

Consoante estimativas de instituições especializadas no trato do problema do menor, há, no Brasil, cerca de trinta milhões de menores carentes, abrangendo os que se encontram em estado de abandono, os infratores e os vinculados a famílias em estado de pobreza, sem condições de sustentá-los e educá-los adequadamente.

Em verdade, a cada dia aumenta, nas ruas das grandes cidades brasileiras, o contingente de “tombadinhos”, que se corrompem rapidamente e passam a cometer toda sorte de infrações.

O Poder Público, lamentavelmente, muito pouco tem feito para enfrentar esse magno problema, que vem assumindo, a cada momento, maiores proporções, lançando-nos numa situação social quase apocalíptica.

Nesse contexto, é fundamental que uma série de medidas sejam adotadas, a fim de que milhões de brasileiros menores não sejam relegados à marginalidade, incorporando-se à sociedade que hoje ainda os considera como reclusos.

A providência alvitrada nesta proposição tem exatamente esse objetivo, pois visa estimular as empresas de qualquer natureza a recrutar menores carentes, com idade entre dez e dezessete anos, ensinando-lhes um ofício e dando-lhes uma ocupação, pelo prazo de dois anos, a fim de que possam vir a tornar-se detentores de uma profissão.

Dentre o elenco de medidas preconizadas no projetado, determina-se que as empresas poderão descontar até vinte por cento do Imposto de Renda devido no exercício financeiro, em função dos menores carentes recrutados, que deverão ter direito à alimentação, ao aprendizado de um ofício e a ajuda de custo equivalente a meio salário mínimo.

Temos convicção de que a iniciativa, de alguma forma, colaborará para que diminua o substancial número de menores carentes, o que, evidentemente, ensejará positivas repercussões de caráter social.

Assinale-se, por derradeiro, que a proposição inspirou-se em sugestão que nos foi apresentada pela Câmara Municipal de Miracema, Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista apelo do Rotary Club local, que encetou campanha em favor do menor carente.

Por todas as razões indicadas, temos certeza de que a propositura merecerá o apoio dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1982. — *Nelson Carneiro.*

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Economia e de Finanças.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 71, DE 1982

Introduz alteração na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de considerar crime contra a economia popular a cobrança de taxa de juros acima de 4% ao mês.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A alínea a do art. 4º da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, passa a vigorar com a seguinte redação:

“a) cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dívidas em dinheiro, superiores a quatro por cento (4%) ao mês; cobrar ágio superior à taxa oficial de câmbio, sobre a quantia permutada por moeda estrangeira, ou ainda, emprestar sob penhor que seja privativo de instituição oficial de crédito;”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Diz o art. 4º, a, da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, em sua redação vigente que:

“Art. 4º Constitui crime da mesma natureza (vale dizer, contra a economia popular) a usura pecuniária ou real, assim considerando:

a) cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dívidas em dinheiro, superiores à taxa permitida por lei;

(Parênteses e grifo nossos.)

Assim, o que o projeto pretende é, apenas, substituir no texto a expressão "superiores à taxa permitida por lei" por "superiores a quatro por cento ao mês".

A expressão "juros legais", ou "juros permitidos em lei", ou, ainda, "juros da lei", prevista no Código Civil ou na Lei de Usura, encontra-se verdadeiramente abalada, desprestigiada, nos dias que correm, máxime porque as próprias autoridades econômicas e financeiras do Governo, tolerando certos juros altíssimos cobrados por bancos e demais instituições financeiras, acabam por convalidar todo tipo de abuso praticado contra a economia popular em matéria de remuneração do capital.

Ademais, a atividade especulativa do empréstimo do dinheiro não necessita, a nosso ver, de ser melhormente remunerada. Quatro por cento ao mês é mais do que vantajoso, sob pena de darmos maior importância a essa atividade do que às verdadeiramente produtivas.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1982. — *Humberto Lucena.*

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951

Altera dispositivos da Legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.

Art. 4º Constitui crime da mesma natureza a usura pecuniária ou real, assim se considerando:

a) cobrar juros, comissões ou descontos percentuais, sobre dívidas em dinheiro, superiores à taxa permitida por lei; cobrar ágio superior à taxa oficial de câmbio, sobre quantia permutada por moeda estrangeira; ou, ainda, emprestar sob penhor que seja privativo de instituição oficial de crédito;

b) obter ou estipular, em qualquer contrato, abusando da premente necessidade, inexperiência ou leviandade de outra parte, lucro patrimonial que exceda o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida.

Pena: detenção de seis meses a dois anos e multa de cinco mil a vinte mil cruzeiros.

§ 1º Nas mesmas penas incorrerão os procuradores, mandatários ou mediadores que intervierem na operação usurária, bem como os cessionários de crédito usurário que ciente de sua natureza ilícita, o fizerem valer em sucessiva transmissão ou execução judicial.

§ 2º São circunstâncias agravantes do crime de usura:

I — ser cometido em época de grave crise econômica;

II — ocasionar grave dano individual;

III — dissimular-se a natureza usurária do contrato;

IV — quando cometido:

a) por militar, funcionário público, ministro de culto religioso; por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima;

b) em detrimento de operário ou de agricultor; de menor de 18 anos ou de deficiente mental, interdito ou não.

§ 3º A estipulação de juros ou lucros usurários será nula, devendo o Juiz ajustá-los à medida legal, ou, caso já tenha sido cumprida, ordenar a restituição da quantia paga em excesso, com os juros legais a contar da data do pagamento indevido.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 73, DE 1982

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos que em 10 de maio de 1982 seja realizada sessão especial para homenagear o Professor Eurípedes de Jesus Zerbini pelos seus 70 anos de vida e pelos grandes serviços prestados à Medicina Brasileira e Mundial.

Sala das Sessões, 30 de abril de 1982. — *Jorge Kalume — Aderbal Jurema — Raimundo Parente — Lomanto Júnior — José Sarney — Jutahy Magalhães — Gabriel Torres.*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — De acordo com o art. 279, item I, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia.

O Sr. Jorge Kalume deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Aderbal Jurema.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, por cessão do nobre Senador Luiz Cavalcante, que falará pela Liderança da Maioria.

O SR. JORGE KALUME (Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O operário brasileiro comemora amanhã o seu dia oficial. Indentificado com os anseios dessa classe, que representa um dos importantes segmentos da nossa nacionalidade, pelo seu trabalho em prol do Brasil, quero saudar esses valorosos patriotas, os quais diuturnamente estão voltados para um labor edificante e construtivo.

Com a revolução industrial, no século dezoito, os nossos governantes passaram a preocupar-se com o novo sistema de relações que se estabelecera e com a maneira mais indicada de corresponder a esse equilíbrio entre o trabalho e o capital, para que pudessem caminhar juntos, uma vez que são dependentes um do outro.

Na brilhante definição de Rui Barbosa:

"O trabalho não é castigo, é a santificação da criatura. Tudo o que se amontoa pelo trabalho é justo. Tudo o que se assenta no trabalho é útil. Por isso a riqueza, por isso o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais, como ele, necessários, benfazejos, como ele. Ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza."

E as naturais lutas de classes sociais, que constantemente despontavam no mundo ocidental, contribuíram para o surgimento de medidas que atendessem aos interesses dos prejudicados.

O Papa Leão XIII, em 1891, deu uma magnífica contribuição através da encíclica *Rerum Novarum*, para dirimir os conflitos sociais. E lentamente, a humanidade, no afã de auxiliar-se, vai legislando até alcançar o progresso que as leis de hoje oferecem, principalmente às brasileiras. E em abono à nossa tese, diz o Ministro Murilo Macedo:

"Os avanços na área trabalhista desapontam e frustram os falsos líderes que sempre viram na desordem e esperança de seu sucesso."

E adiciona:

"O Brasil se ordena na área trabalhista, a despeito de suas indiscutíveis dificuldades econômicas."

E o Ministro Macedo, dentro da lógica e da sinceridade de seus propósitos, com o seu espírito de justiça, afirmou:

"É inquestionável a melhoria que se observa no relacionamento do capital com o trabalho."

O trabalhador brasileiro tem sido, a partir da década de trinta, olhado com especial cuidado por parte dos legisladores, dando-lhe melhores condições através de estatutos jurídicos, constantemente aperfeiçoados.

A Revolução de 1964 não vacilou em dar continuidade a essa política, adequando-a às necessidades da nossa época. E vale lembrar a ampliação da Justiça do Trabalho, maior assistência nos campos médicos, dentários, escolar, inclusive ao ruralista, a quem foi proporcionada aposentadoria, através do FUNRURAL.

O Presidente João Figueiredo considerou a nova política salarial como "um passo decisivo para tranquilizar a área trabalhista".

E dentre outros benefícios da administração do Presidente Figueiredo, soma-se a correção semestral automática, viabilizando o diálogo e facilitando a negociação entre as partes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia dessa confraternização, vou à majestosa Amazônia, na qual se insere o meu Estado — o Acre — e orgulhosamente me congratulo com os seus trabalhadores e trabalhadoras das cidades e da parte rural, especialmente os seringueiros e agricultores, para também reafirmar-lhes a minha confiança no trabalho que desenvolvem, somada ao meu apoio nas suas causas justas.

Sempre preocupado com o trabalhador rural foi que, quando Deputado em 1963, apresentei inspirado Projeto, o de nº 282, o qual serviu de suporte para a Lei do FUNRURAL; e agora no Senado, movido pelo mesmo sentimento de solidariedade cristã que nutro por esses abnegados da selva, fiz novas proposições criando o Dia Nacional do Seringueiro e da aposentadoria do Soldado da Borracha, as quais obtiveram guarida por esta Casa.

São formas de retribuir o sacrifício que esses operários dos seringais fizeram, dando sua contribuição especialmente no momento da hecatombe mundial.

Que o Dia do Trabalho inspire os nossos trabalhadores, dando-lhes sempre a disposição de que necessitam para um desempenho cada vez mais positivo em benefício do nosso País, sob as bênçãos de Deus. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. (*Pausa.*)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lázaro Barboza. (*Pausa.*)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Penso não haver dúvida de não estarem os trabalhadores brasileiros, neste 1º de maio, se regozijando com o seu dia. A par de tantos problemas sociais, ao lado de tantas crises, continuam os trabalhadores não participando do processo de abertura. A abertura não os atingiu, a abertura não os favoreceu, a abertura não chegou até a imensa multidão de trabalhadores deste País, rurais e urbanos. Parece-me certo que estes trabalhadores, setores altamente majoritários da sociedade brasileira, estão caminhando celeremente para um processo de organização, de mobilização que lhes garanta serem co-participes do processo nacional, sobretudo quanto às decisões do Governo e, principalmente, quanto à participação no grande bolo da riqueza nacional, criada pelo seu trabalho, é bem verdade que coadjuvado grandemente pelos investimentos de capital e pelo avanço tecnológico.

Vejamos nós que perduram ainda, em todo o arcabouço jurídico brasileiro, uma porção de diplomas legais que são coercitivos sobre os trabalhadores brasileiros — a Lei de Greve, os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei de Segurança Nacional, enfim, uma série de legislações que impedem os trabalhadores de se organizarem de modo autônomo, independente, na paz, na ordem, procurando se mobilizar no sentido de ganhar mais espaço político neste País.

São poucas as categorias profissionais ainda que podem, pelos motivos mais justos, declarar-se em greve ou em movimento paredista, sem que sejam ilegais; ilegalidade declarada por um simples ato do Ministro do Trabalho, por uma simples resolução assinada pelo Ministro do Trabalho.

Não seria nem mesmo preciso dizer que o poder de pressão dos trabalhadores na organização da sociedade brasileira, diante do estado que a dirige, é extremamente pequeno. É lógico que diríamos estar a sociedade, no seu conjunto, hoje, neste País, procurando aumentar o seu poder de pressão. Também não seria uma inverdade afirmar-se que os próprios empresários detêm um poder de pressão pequeno, reduzido, um poder de pressão social ou política sobre aqueles que detêm o poder sobre os núcleos decisórios de Governo, neste País. Mas, sem sombra de dúvida, levando-se em conta mesmo esse reduzido poder de pressão que tem a sociedade no seu conjunto, os trabalhadores brasileiros continuam sendo os grandes marginalizados em todo esse processo: quer político, quer social, quer culturalmente e sobretudo economicamente.

Há, como eu disse, e nós todos os reconhecemos, dispositivos legais que são draconianos, são extremamente coercitivos sobre a massa trabalhadora, impedindo-a de mobilizar-se naquele ritmo que seria desejável para a Nação; não para a busca de anarquia — porque esta leva a coisas irreversíveis — mas, para o estabelecimento de uma sociedade democrática. A par do estado democrático que buscamos — e nós o faremos através de eleições livres, independentes, conquistadas pelo povo — há que se buscar também uma democratização das próprias estruturas sociais, da própria sociedade. E aí entram as massas trabalhadoras que são majoritárias, as quais precisarão ter um espaço extremamente grande de atuação político-social neste País, para fazerem valer os seus direitos. Agora mesmo, nestes dias, encontram-se em greve os professores do meu Estado. São quase 30 mil professores das redes estaduais e municipais do ensino, que estão todos paralisados já há dez dias.

No dia 20 de março ocupei esta tribuna para advertir o Ministério da Educação e Cultura e o próprio Ministério do Trabalho sobre esse processo de mobilização que ocorria no meu Estado: os professores organizados através do centro de professores do Estado de Goiás procurando pelo menos o diálogo com o Governo estadual. Eles queriam uma audiência com o Governador para em cima de uma mesa, democraticamente, dialogarem a respeito de suas reivindicações básicas e objetivas. Todas elas centradas no aumento de vencimentos, no estabelecimento da carreira do magistério e no término do indesejável, do nocivo tráfico de influência político-partidária nas atividades educacionais do meu Estado. Enfim o que queriam, basicamente, era a valorização do professor. Mas, não foram recebidos pelo Governador. Não há de ser dessa forma que estaremos construindo uma democracia. Não fo-

ram sequer recebidos pelo Governador! Acabou não lhes restando outro recurso senão declararem-se em greve, mesmo sabendo conscientemente que uma greve de professores, neste País, pela Lei de Greve, ela é considerada ilegal. Declararam-se em greve e retornei à tribuna para dizer que não lhes havia restado outro recurso, senão a declaração de greve e que eles a fariam de forma absolutamente pacífica e disciplinada, mas que estavam defendendo um direito legítimo dessa classe superdesvalorizada neste País que é o magistério, o que é também indiscutível!

Vejam os Senhores que, logo após, o Ministério do Trabalho — e ao Ministério bastaram apenas setenta e duas horas — esse Ministério, através do Ministro Murilo Macedo, declarou a greve desses professores, ilegal. Dentro da lei. Bom. Dentro dos estreitos limites da lei. E é bom que se faça um parêntese...

O Sr. Lomanto Júnior — V. Exª me permite um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — ... é uma lei que depende, para a sua execução, de um juízo do Ministro do Trabalho. Portanto, ele pode acioná-la algumas horas ou alguns minutos após a deflagração de uma greve, ou um mês depois. Ela não estabelece limite do tempo para que o Ministro declare, através de uma Resolução, a ilegalidade de um movimento grevista nela baseado. Mas, setenta e duas horas depois, o Ministro Murilo Macedo declarou o movimento dos professores do meu Estado, trinta mil em movimento paredista, ilegal. E a partir daí, o Governo do Estado deixou de procurar dialogar, buscar entendimento, reconhecer as lideranças, porque para isto está aí o Estado: reconhecer as lideranças dos setores sociais — a liderança do CPEG.

Ora, um Centro de Professores do Estado de Goiás, uma entidade privada que consegue levar quase todo os professores a uma greve é porque tem representatividade; é óbvio. Tem-se que reconhecer o CPEG as lideranças do movimento grevista de várias cidades do Estado e dialogar com elas. Ao contrário disso, Sr. Presidente, começaram a ser demitidos ilegalmente, irresponsavelmente de modo indiscriminado, os professores.

Só ontem, apenas no dia de ontem, o Estado demitiu cerca de 130 professores da rede estadual, assim, de uma canetada apenas. Então, esta é a forma como são tratados os trabalhadores, veja bem, os trabalhadores da área intelectual. Porque os operários, como agora há pouco tempo aconteceu com a CIFERAL — alguns trabalhadores dessa empresa tentaram pedir auxílio, esmolas nas ruas do Rio de Janeiro: o que ocorreu com esses trabalhadores, esses operários da CIFERAL? Sobre eles colocaram a Polícia Militar com cães, bombas de gás lacrimogênio, fuzis, baionetas, etc. Quero dizer, quero chamar a atenção desta Casa, de todo o Ministério do Trabalho para fatos concretos, reais e por isto estou usando da palavra, sem fazer um discurso da apologia do trabalho, sem fazer um discurso que pudesse projetar no futuro, a respeito do peso da representação dos trabalhadores deste País, num Partido que seria seu, ou em vários partidos, os quais tentariam representá-los, numa sociedade pluralista.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Mas cito esses fatos concretos que estão ocorrendo com os trabalhadores brasileiros, nesta atualidade em que vivemos. Gostaria, antes de ouvir o aparte do eminente Senador Lomanto Júnior, de fazer um apelo ao Sr. Ministro do Trabalho e ao Ministro da Educação e Cultura deste País e pedir-lhes que tomem providências urgentes no sentido de interferir junto ao Governo do meu Estado para que ele anule imediatamente as demissões feitas e volte a dialogar — volte não; desculpem, o termo foi incorreto — ele inicie, ele admita iniciar o processo de diálogo com a liderança dos professores para que eles voltem às salas de aula, porque eles, eles os professores, têm hoje o apoio da população goiana.

Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Lomanto Júnior — Eu não quero, em absoluto, interromper e nem mesmo desviar o curso do pronunciamento de V. Exª o qual efetivamente aborda um problema da mais alta relevância ou problemas da mais alta relevância. No meu Estado está ocorrendo a mesma coisa: os professores entraram em greve. Naturalmente esta falta de diálogo deve ser uma das causas de que esta greve venha se prolongando e envolva assim quase todo o professorado. Este diálogo é imperioso em todos os setores, quanto mais numa classe da mais alta importância, a qual presta os serviços mais relevantes como é a classe do professor. O professor sempre marginalizado, e me refiro, em primeiro lugar, ao abandonado, ao injustiçado professor primário, ao forjador, diria mesmo, ao formador da mentalidade das nossas gerações. Quem de nós não se recorda com ternura e com profundo agradecimento daquele mestre-escola que lá no mais distante recanto da nossa Pátria, lá onde nascemos, quem se esquece daquele professor que nos orientou, que nos encaminhou, que nos abriu, por assim dizer, os olhos para contemplar as primeiras belezas

da vida? É preciso uma atenção maior para com a classe do professorado, é preciso o reconhecimento da Nação para com essa gente, para com esse professor que quantas vezes veste a roupagem do sacrifício, imola a sua mocidade, a sua saúde, a sua própria vida até, em favor das gerações brasileiras. Não basta o diálogo, porque este é uma obrigação de cada governante, sobretudo para com essa numerosa e importante classe, é preciso também uma providência, que se faz urgente, pois vem sendo retardada ao longo do tempo, num reconhecimento ao trabalho extraordinário, à missão quase sacerdotal, e eu diria sacerdotal, do professor, do homem que ensina e que ajuda a forjar e a formar a mentalidade de nossa Pátria. Quero me solidarizar com as palavras de V. Exª Na ora em que conclama, na hora em que apela para que se faça justiça ao professor, associe-me às palavras oportunas de V. Exª 9. Quereria apenas, já agora ao final, e o meu aparte se torna longo, mas tal é a importância do pronunciamento de V. Exª, que, quanto aos trabalhadores de um modo geral, verdade se diga, é preciso que também se faça justiça ao Governo, que se corrigiu, de um tempo para cá, pelo menos, instituiu-se uma política salarial mais justa, mais humana e mais consentânea com a realidade econômica deste País. Estamos pelo menos corrigindo os males da inflação, estamos procurando repor os prejuízos que os trabalhadores têm tido com a mal-fadada inflação. Neste ponto, temos que ter uma palavra de justiça e de louvor à providência adotada pelo Governo, e nós estamos certos de que ela deva se estender a todas as classes dos trabalhadores, mas também concordo com V. Exª que está tardando, e muito, uma correção na Consolidação das Leis do Trabalho, para que, como disse V. Exª, dispositivos draconianos, injustos, venham cercear, impedir que os trabalhadores recorram ao que lhes é mais legítimo, o direito de greve, que é a forma de ele protestar, de manifestar a sua desaprovação pela maneira com que vem sendo conduzida a sua vida e o tratamento que a empresa vem a ele dispensando. É urgente que se faça uma revisão na Consolidação das Leis do Trabalho, para que estas injustiças não persistam e para que, sobretudo, os trabalhadores reconquistem o seu direito, que todos reconhecemos, como dos mais justos, o direito de greve, a maior arma com que o trabalhador conta para conquistar as suas reivindicações. Cumprimento V. Exª pelo seu pronunciamento e acredito que as suas palavras calarão profundamente junto às autoridades responsáveis por esse setor. Apenas lhe peço que faça justiça à nova política salarial, que se não é a ideal, que se não é aquela desejada no sentido de uma melhor distribuição da riqueza do País, ao menos ela impede que os trabalhadores, no regime inflacionário que vivemos, percam, pelo menos substancialmente, parte do seu ganho anual.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — O seu aparte deu ao meu despretensioso discurso subsídios valiosíssimos, eminente Senador Lomanto Júnior. Concordo, na íntegra, com todos os conceitos emitidos por V. Exª. Gostaria, ainda, de adiantar a V. Exª que eu mesmo já tive oportunidade de, inclusive desta tribuna, elogiar, de certa feita, o Ministro do Trabalho, o Sr. Murilo Macedo, por ter ele se colocado em defesa desta legislação salarial que aí está, que é incompleta, que ainda não satisfaz os trabalhadores, mas que foi, sem dúvida, alguma conquista, a defesa que ele promove contra grupos, que nós sabemos, dentro do próprio Governo, que se mobilizam, permanentemente, para fazê-la retornar ao estado anterior. É lógico que sabemos que essa legislação salarial tem falhas enormes, se ela é distributiva, de certo modo ela o faz dentro da faixa dos assalariados.

Eu não diria aqui, para não ser exagerado, que ela tenta redistribuir a miséria. Aí talvez eu exagerasse um pouco, mas não estaria muito longe da verdade. Nós pregamos, nós lutamos para que haja uma redistribuição de renda, neste País, que obviamente inclua aqueles que tenham rendimentos de capital. E isso essa legislação não fez. Pelo contrário, nos últimos dois anos, digo a V. Exª com absoluta convicção, mais do que na década de 1970, que foi horrível, houve uma concentração de rendimentos neste País, dado mesmo ao processo inflacionário avassalador dos últimos dois anos.

Amanhã, o Presidente da República vai anunciar à Nação os novos índices do salário mínimo, através de decreto que ontem mesmo ele assinou, distribuído em três regiões: na primeira, de Cr\$ 11.928,00 passará para Cr\$ 16.608,00; na segunda, de Cr\$ 10.200,00 passará para Cr\$ 14.400,00; e na terceira, de Cr\$ 9.732,00 passará para Cr\$ 13.920,00.

Eu não precisaria recorrer a *O Globo*, edição de hoje, para dizer que este salário mínimo, o maior salário mínimo, de Cr\$ 16.608,00, não é nem mesmo suficiente para alimentar uma família de duas ou três pessoas. *O Globo* traz uma pesquisa, realizada pelo próprio jornal, creio eu, já que não cita fontes, e conclui que hoje, no Rio de Janeiro, seriam necessários Cr\$ 18.445,50 apenas para a alimentação básica mínima de um casal e dois filhos.

Segundo o jornal, esses cálculos tomam por base o Decreto-lei de 30 de abril de 1938, que regulamentou o salário mínimo no País. Ele prevê que para atender as necessidades mínimas de alimentação

de uma pessoa são necessários por mês: seis quilos e meio de carne, sete litros e meio de leite, quatro quilos e meio de feijão, três quilos de arroz, um quilo e meio de farinha de trigo, seis quilos de batata, nove quilos de tomate, seis quilos de pão, 600 gramas de café, sete dúzias e meia de banana, três quilos de açúcar, 750 gramas de banha e 750 gramas de manteiga.

E isto no Rio, hoje, para 3 pessoas, significaria Cr\$ 18.445,50. "Acréscendo-se o necessário para o transporte, educação, saúde e outras despesas essenciais à vida, o salário mínimo deveria ser de Cr\$ 38.348,23," segundo o jornal *O Globo* de hoje.

Mas, enquanto isto ocorre, vejamos bem os Srs. Senadores como é este modelo, extremamente rígido, na medida em que de 6 em 6 meses os salários são reajustados (até 3 mínimos, com 10% sobre INPS; de 3 a 10 com 100% do INPS sem nenhum acréscimo, e a partir daí com descontos violentíssimos sobre algumas camadas da classe média assalariada, que está perdendo violentamente o poder aquisitivo, principalmente porque a inflação está violenta, está avassaladora, está no patamar dos 100%, ou em torno dos 100%) enquanto isto ocorre, vejamos bem, novos aumentos.

"As tarifas de energia elétrica serão aumentadas agora, início de maio, em 23,5%. Como já tiveram um aumento de 16,5% em fevereiro, o aumento acumulado será de 43,8% contra 21,6% de inflação.

Indústria automobilística. Os automóveis sofrerão novo aumento de preço. Serão aumentados de tal modo que a elevação acumulada dos preços, neste primeiro quadrimestre do ano, será de 29,8%, mais uma vez contra uma inflação de 21,8%. Todas as marcas serão aumentadas.

No ano passado, por exemplo, as tarifas de energia elétrica tiveram um aumento acumulado anual de 137%, contra uma inflação de 95%. E os carros, 134% no ano de 1981, contra uma inflação de 95%.

Para se ter uma idéia da rigidez deste modelo que perpetua a injustiça, que acaba anulando por completo qualquer reajuste salarial, a não ser que ele fosse móvel, e que se fizesse automaticamente, sempre que a inflação fosse superior a 5, a 10%, para que não perdesse o trabalhador assalariado o poder aquisitivo, para se ter uma idéia da rigidez deste modelo, basta consultarmos, por exemplo, os aumentos neste último quadrimestre, aumentos acumulados de todos os bens de consumo neste País, sobretudo os bens de consumo duráveis. Foram quase dez pontos acima do índice inflacionário no mesmo período, sem contar a defasagem do INPC, sobre o qual os salários são reajustados, que sempre esteve abaixo alguns pontos do índice inflacionário neste País.

Para se ter uma idéia de como as coisas funcionam de como as coisas continuam funcionando, de como este modelo continua sendo dirigido de forma autocrática, basta dizer que um homem como o Senador Lomanto Júnior não é ouvido, o eminente Senador Lomanto Júnior, com toda a sua experiência, ex-governador de um grande Estado deste País, vice-Líder, parlamentar com experiência invejável de várias legislaturas, político, acreditado, já com meio século de experiência de atividade pública, o Senador Lomanto Júnior não é ouvido! O Senador Gabriel Hermes, é vice-Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, com uma carreira política invejável, meio século de luta e de experiência com a vida pública; o Senador Albano Franco, é do PDS, da bancada do lado de lá, esteve por alguns dias representando o seu estado como Senador, S. Exª é Presidente da Confederação Nacional das Indústrias deste País, e esteve há poucos dias, na Imprensa, dizendo que nós não somos ouvidos para nada, para nenhum processo de decisão na área econômica ou social.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Exª uma rápida intervenção?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Quero V. Exª com imenso prazer.

O Sr. Lomanto Júnior — Só para reificar e agradecer a V. Exª a generosa referência à minha pessoa, e dizer que ainda não cheguei a meio século de vivência política, mas já ultrapassei os trinta e cinco anos, praticamente, de oito mandatos eletivos...

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Esteja certo V. Exª que houve um lapso de minha parte, porque eu o considero um jovem...

O Sr. Lomanto Júnior — Estou apenas ultrapassando um pouco meio século de idade (Risos). Muito obrigado a V. Exª

O SR. HENRIQUE SANTILLO — E por isso mesmo, V. Exª tem amplíssimas condições de ser o candidato do PDS a Governador da Bahia, e voltar a governar aquele Estado.

O Sr. Lomanto Júnior — Muito obrigado.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Sr. Presidente, para se ter uma idéia de como as coisas continuam sendo decididas, e falando eu sobre os trabalhadores, nesta tarde, como as coisas continuam sendo decididas sem que os trabalhadores sejam ouvidos, e sem que os empresários sejam ouvidos, e não apenas os empresários, mas o próprio Partido do Governo com assento nesta e na outra Casa do Congresso Nacional, vou ler aqui uma breve matéria, publicada pelo *Jornal do Brasil* de ontem, que me despertou muito a atenção, porque ela confirma tudo aquilo que nós estamos dizendo, permanentemente, em tese. É o fato confirmando a tese:

Governo estuda caso Mafersa

Porto Alegre — O Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, afirmou ontem que a participação da empresa japonesa Mitsui no fornecimento das 25 composições elétricas para o trem metropolitano de Porto Alegre não é irreversível. Assegurou que o Governo está defendendo as empresas nacionais e poderá ser pedida uma revisão dos critérios do Banco Mundial, em benefício da Mafersa, empresa estatal de São Paulo.

A Mafersa venceu a concorrência internacional feita pela Trens Urbanos de Porto Alegre — Trensurb, mas, ao ser encaminhado o resultado ao Banco Mundial — que financiará trem metropolitano — o resultado não foi aceito: o Banco exclui algumas taxas dos custos finais e deu a vitória à Mitsui. O presidente da Mafersa, José Viana, impetrou mandado de segurança contra o resultado e, um dia após ter obtido a liminar favorável da Justiça, o retirou a pedido do presidente do BNDE, segundo revelou na CEI da Assembleia Legislativa gaúcha.

Creio que esta matéria dispensa comentários. Coisas como estas já estão acontecendo há muito tempo neste País, às dezenas, às enxuradas, às cachoeiradas. É o modelo capitalista selvagem dependente, aprofundado de forma autoritária pelos governos pós-1964. Insere-se neste mesmo processo aquele conjunto de gigantescos projetos, de projetos megalomaniacos que o Governo continua decidindo às salas fechadas, hermeticamente fechadas, à revelia da Nação e do Congresso Nacional, para definir o espectro econômico dos próximos 20 anos deste País. Quer dizer, com as vistas voltadas para o aprofundamento no modelo, para torná-lo irreversível — caminho de ida sem volta, sem desvios, sem bifurcações. É o que pretende.

Por isso, a área política do Governo, porque esta não é compromissada diretamente com esse processo, a área política não é ouvida, pois, se ouvida, obrigaria o Governo a tomar um rumo diferente na política econômica, não por demagogia eleitoral, não por preocupação em ganhar eleições. Por quê? Porque, comprometida com os interesses nacionais — estou certo, por sua esmagadora maioria — estaria, tanto quanto nós, oposicionistas, tentando buscar novos caminhos para o desenvolvimento nacional.

O Sr. Lomanto Júnior — V. Exª me permite?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Lomanto Júnior — Não tenho nada a discordar no discurso de V. Exª. Queria apenas que V. Exª remontasse ao Brasil-colônia essas injustiças. Realmente o problema de distribuição da riqueza neste País não vem e não se deve limitar ao período de 64. Vamos analisar toda a História deste País, desde o Brasil-colônia. Vemos que a nossa distribuição de rendas era injusta. Concorro inteiramente com V. Exª. Este País precisa realmente de fazer uma reforma. Precisamos realmente de reformas profundas, para que a riqueza deste País não seja privilégio de poucos, mas que seja um bem que Deus nos proporcionou e que a todos seja distribuída, pelos menos, de maneira mais justa. Só discordo de V. Exª quando limita o período de 64, pois se vem fazendo, sem dúvida alguma, algum esforço no sentido de se corrigir essas injustiças. Se verificarmos as reformas que foram feitas — a própria reforma tributária, pensou-se em dividir, mas, depois, sofreu também impactos, retrocessos e terminou não surtindo o efeito que o Presidente Castello Branco, naquela época, almejava; a reforma bancária, a própria estrutura agrária — veremos que temos as leis mais avançadas. Efetivamente precisamos cumpri-las, precisamos pô-las em execução. V. Exª tem inteira razão em fazer um discurso sem radicalismos. V. Exª está fazendo uma análise correta da situação dos trabalhadores, da distribuição de renda. Concorro com V. Exª — aí estou integralmente com V. Exª — que, a área política fosse mais ouvida, mais escutada — é preciso que seja ouvida e mais escutada —, porque, efetivamente, quem construiu a riqueza deste País, quem sugeriu as leis oportunas que aí estão, temos que fazer justiça, esse crédito é da área política. Todas as vezes em que a área política é marginalizada, todas as vezes em que ela é malsinada, injustamente malsinada, o que vemos são os erros cometidos, são as providências que, às vezes, são tomadas para beneficiar esse ou aquele setor, ou mesmo

esse ou aquele setor político, o que verificamos, na expressão vulgar, é que o tiro tem saído pela culatra. Portanto, cumprimento V. Exª pelo seu discurso. A área política precisa assumir, cada vez mais, a responsabilidade das providências, das reformas neste País, porque temos uma vivência. V. Exª é um homem que tem realmente vários mandatos. Adquiri minha maioria civil já enfrentando a vida pública, acumulei, ao longo de trinta e cinco anos de mandato, essa experiência. Posso dizer a V. Exª, sem vaidade, que sou homem público que passou por todas as funções deste País sempre pelo julgamento popular, pelo voto do povo. Deus há de permitir que eu encerre a minha vida pública sempre inspirado e eleito pelo povo. Não conheço, Senador Henrique Santillo, o sabor de uma nomeação. Durante toda esta minha vida pública, ainda não tive nada entregue na bandeja. Conquistei os mandatos, todos eles, pela confiança popular e pela manifestação do povo. Por isso que tenho obrigações. Não coonesto, não apóio, não concordo realmente com o estado de coisas que ainda se insiste em manter neste País. Tenho responsabilidades, como bem disse V. Exª, de ser um dos Vice-Líderes do Governo, mas não concordo *in totum* com a falta, às vezes, de execução e com o envio, a remessa de legislação que não convém, que não é realmente compatível com o desenvolvimento democrático deste País. Estamos vivendo uma fase diferente. O Brasil está marchando para aperfeiçoar-se democraticamente, mas é preciso que a classe política participe mais deste aperfeiçoamento, porque — aí sim — erros serão evitados e não estaremos nós, os homens do Governo, a ouvir críticas, se o Governo atentar para esses fatos, ouvir e assessorar-se dos homens que realmente fizeram da política a razão de ser da sua vida. Encontre-me entre os mais modestos, mas, nos cargos que tenho exercido com dignidade e com honestidade, tenho sido julgado, todas as vezes, pelo povo da minha terra. Trago a V. Exª a minha solidariedade, quando se refere que a área política não está sendo escutada devidamente. Por isto que, às vezes, até com a decisão e com a vontade de acertar, continua a se cometer erros. Esta é a posição em que me encontro. Também reclamo a participação do setor político, porque este setor acumulou experiências durante uma longa existência, acumulou experiências durante longos mandatos exercidos, e são, sem dúvida alguma — estes, sim —, os assessores que podem levar ao Governo as sugestões oportunas, justas, e apontar o caminho certo, e não tecnocratas improvisados, tecnocratas improvisados de última hora, apenas porque têm um título ou porque fizeram cursos de pós-graduação, mas que não tiveram o batismo de fogo da experiência no trato cotidiano com a vida pública. Esses tecnocratas estão conduzindo — e quantas vezes têm conduzido — este País, de 1964 para cá ou antes de 1964, a erros que são atribuídos aos políticos, que de nada participaram e que, às vezes, não foram ouvidos, não foram escutados, quando sabemos que esses políticos acumularam um cabedal de experiências.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Nobre Senador Lomanto Júnior, mais uma vez, por justiça, agradeço a V. Exª o aparte, só com um pequeno reparo — se me permitir.

Não sou daqueles que dividem a história brasileira entre pré-64 e pós-64. Afirmo — e temos condições de demonstrar — é que no período pós-64 houve um aprofundamento desse processo, acelerou-se a implantação desse processo, desse modelo a que nos estamos referindo, ambos, neste desprezível discurso.

Foi para isso mesmo que se implantou o regime político sob qual vivemos nesta época, porque, sem aquele regime político em alguns períodos chegou a ser totalitário, isso seria impossível ao Governo, porque a sociedade brasileira reagiria das mais diferentes formas. Sem violentas repressões, a sociedade reagiria, os trabalhadores reagiriam.

Veja bem V. Exª: de 1960 a 1980, são as próprias estatísticas oficiais que nos dão a demonstração inequívoca de que houve uma concentração maior de rendimentos. No topo da pirâmide as rendas nacionais concentraram-se com mais violência.

Ora, ninguém está aqui para dizer que isso se iniciou depois de 64. Até culturalmente somos um País colonizado, como somos um País colonizado economicamente. E não somos apenas após-64. Somos historicamente colonizados. Gritar o verdadeiro grito de independência cabe a nós todos. Também V. Exª está com inteira razão quando diz que a área política tem que ser ouvida, tem que participar. E de que modo? A meu ver, fortalecendo o Congresso Nacional, fazendo o Congresso Nacional readquirir, com urgência, determinadas prerrogativas que são indispensáveis, inclusive para que ele amplie a sua representatividade, para que o Congresso Nacional tenha condições de participar, efetivamente, com a participação de todos os Partidos políticos, numa sociedade pluralista, de todo aquele processo decisório que define a política econômica do País, a política social do País, a política institucional do País, enfim, a vida do País.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HENRIQUE SANTILLO — V. Ex* há de permitir, Sr. Presidente, apesar de o sinal já estar a indicar o fim do meu tempo, que eu ouça, neste final de discurso, o aparte, que muito me honrará, do Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes — Nobre Senador, V. Ex* vai-me permitir que, ao final do oportuno discurso de V. Ex*, me congratule, principalmente quando diz que nós precisamos fortalecer o Congresso Nacional. Meu nobre Senador, eu que já tenho realmente uma longa vida, embora diga normalmente aos meus amigos mais novos e mais velhos que me considero um jovem ancião, cheio de entusiasmo e otimismo, nesta altura da vida, permita que eu diga a V. Ex* que esta Casa, essas Casas do mundo inteiro que se chamam Congresso, em todas as situações difíceis, e acentuadamente a nossa, elas equilibraram a vida do País. Quando nós falamos em fortalecer o Congresso devemos fazê-lo com toda fé, com toda consciência e a certeza de que estamos pedindo uma coisa boa para o nosso País. Eu me lembro de passagens notáveis da minha vida, sobretudo da minha vida política. Quantas vezes o Congresso salvou este País de situações muito dolorosas, de ditaduras talvez, pedaços muitíssimo difíceis. Lembro-me das operações que foram feitas dentro desta Casa, no Rio de Janeiro, acentuadamente, quando tivemos de modificar, várias vezes, as situações consideradas intransponíveis, como sejam aquelas de ter que tirar um Presidente, que, num determinado momento, se tornava capaz de levar o País a uma situação de revolta ou de intranquilidade. Tudo feito fora, forças militares movimentadas, homens públicos e a posição nacional completamente tomada pela agitação promovida por alguns homens; o Congresso, tranquilamente, resolvia como se fosse um tribunal, dava soluções. Soluções como aquela de que eu participei, de ver sair um Carlos Luz, que era um Presidente legítimo, um João Golart, um Jânio Quadros, um Café Filho, e, finalmente, tantos outros Presidentes que, num determinado momento, precisavam. Tinha que se dar uma solução e as soluções dadas pelo Congresso foram aceitas pela Nação brasileira como soluções legítimas, que legitimaram uma posição e permitiram que o País caminhasse e se tranquilizasse. Então, quero, dentro do discurso de V. Ex*, roubar esse pedaço final em que V. Ex* falou em fortalecer o Congresso, porque ele é uma Casa útil a esta Nação. Tivessem sido ouvidos os Congressos da Argentina e da Inglaterra e possivelmente esses dois povos, essas duas nações não estariam intranquilizadas e vendo-se às portas de uma mortandade, tantos jovens que talvez não estão participando daquilo que decidiram alguns governantes dos dois países. Congratulo-me com V. Ex* Vamos fortalecer o Congresso.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — V. Ex* não roubou nada, Senador Gabriel Hermes. V. Ex*, ao contrário, deu ao meu, como já disse, despretensioso discurso, um fecho de ouro. Eu me calaria por aqui se não tivesse, neste final, que registrar a profunda angústia com que hei de ver, amanhã, passar o 1º de maio, e estou certo de que milhões de trabalhadores brasileiros também estarão na mesma situação. Entre eles, os professores do meu Estado, em greve, considerada ilegal, pela legislação vigente, injusta, draconiana, e tendo sobre suas cabeças a permanente espada da intimidação das demissões indiscriminadas, em massa.

Ao registrar esta lamentação, quero traduzi-la como protesto e, mais uma vez, também registro um apelo às autoridades deste País, ao Ministro do Trabalho, ao Ministro da Educação e Cultura que interfiram junto ao Governo de Goiás, no sentido de que essas injustiças sejam reparadas. Muito obrigado. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

O SR. DIRCEU CARDOSO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de abordar o assunto que me traz à tribuna quero, como sul-americano, me regozijar diante da notícia que leio aqui no boletim do noticiário internacional, que traz o seguinte telegrama:

“SP49

Segundo Lead ONU (SP 45)

Nações Unidas, 30 (UPI) — Argentina anunciou hoje que aceita a resolução do conselho de segurança que exige sua retirada das Ilhas Malvinas e pediu as Nações Unidas que intervenham no conflito.

Mds1356Hrs

Primeiro Lead ONU (SP 4)

Nações Unidas, 30 (UPI) — O chanceler Argentino Nicanor Costa Mendez disse hoje que seu país aceita a mediação das Nações Unidas na crise das Ilhas Malvinas, o que poderá significar que a ONU assumirá interinamente o governo das Ilhas.”

Sr. Presidente, como brasileiro, como sul-americano, e como cidadão do Mundo, eu quero regozijar-me, nesta véspera do dia do trabalho, por essa decisão argentina que pode pôr fim a um conflito que se achava iminente, conflito este com consequência imprevisíveis para a Argentina e para os países sul-americanos deste Cone Sul do Continente, que nos poderiam arrastar a situações embaraçosas ou conflitantes e sempre prejudiciais ao nosso País.

Como cidadão do Mundo, vejo que se chegou a um acordo. A Argentina reconheceu que as suas razões não eram razões totais, integrais e vai-se retirar de uma ocupação que ela fez *manu militari*, resolvendo o conflito e colocando-o na alçada da ONU, a Organização internacional, que vai gerir ou superintender ou presidir a esse dissídio internacional, pondo fim a um conflito que, embora não se tenha iniciado verdadeiramente, poderia arrastar ambos os países a situações desagradáveis e desastrosas.

Assim, sem comentários, porque a atitude não merece comentários, quero, como Senador, endereçar uma mensagem fraterna ao Governo argentino por essa atitude de compreensão, uma atitude de humildade, mas de reconhecimento à gravidade de uma hora que o Mundo poderia viver com consequências trágicas para todos nós.

A ser verdadeira essa notícia que o boletim — não são os jornais — interno do Senado nos distribui, eu desejo, Sr. Presidente, manifestar a minha satisfação para aquele fim de um conflito que ameaçava a nossa segurança, a nossa posição e a vida da nossa mocidade.

Nós que acompanhamos a última guerra, porque durante a primeira nós éramos crianças de colo, vimos que só no primeiro dia do desembarque na Normandia, na reconquista da Europa pelas tropas aliadas, em que tomaram parte 2 mil navios, 12 mil aviões e 2 milhões de homens, cerca de 20 mil cadáveres juncaram as areias brancas das praias da Normandia no primeiro dia de luta, 20 mil jovens pagaram com o tributo de sua vida naquele primeiro dia de luta ou de enfrentamento das forças invasoras com as forças alemãs que defendiam o continente europeu.

Assim, Sr. Presidente, nós que já vimos, na Segunda Grande Guerra, 50 milhões de pessoas morrerem no teatro da guerra e longe do teatro da guerra, 50 milhões de vítimas, a metade da população do Brasil, jovens que perderam suas vidas, enchendo de mágoa, de desespero suas famílias, apenas pela idéia malsã de um homem que desejava conquistar o mundo; nós, que vimos isto, que assistimos a isto, vemos na atitude da Argentina uma atitude cristã, bela, embora de humildade, mas impediu que se derramasse sangue num conflito de consequências sérias, imprevisíveis e desastrosas para ambos os lados e principalmente para o Continente Sul-Americano.

Sr. Presidente, o assunto da minha inscrição é o acordo feito pelas Bancadas do PMDB e do PDS, a respeito dos empréstimos. Recebi hoje, pela manhã, do Vice-Líder da Bancada do meu Partido, do Senador Henrique Santillo, uma comunicação em que S. Ex* diz: “Estou lhe enviando cópia do termo de compromisso...”. O termo de compromisso, portanto, é a ratificação daquilo que se negociou e está agora em letra de forma neste comunicado de cinco itens:

“a Votação prioritária de empréstimos internos aos Estados e Municípios, não ultrapassando, cada um, o valor de cinquenta milhões de cruzeiros;”

Com relação à letra a vê-se que se estabeleceu um teto; ambas as Bancadas resolveram que todos os empréstimos até cinquenta milhões terão a possibilidade de votação por ambas as Bancadas aqui em plenário. Quer dizer, o parâmetro estabelecido foi o de cinquenta milhões de cruzeiros. Não a finalidade social, ou humanitária, ou que o município seja mais pobre, ou que os municípios de renda menor que pudessem conseguir tais empréstimos. Também seria um critério, seria uma componente de um novo sistema de estudos em que se atenderia a pobreza, ou a menor significação econômica de cada município.

a) Votação prioritária de empréstimos internos aos Estados e Municípios, não ultrapassando cada um o valor de cinquenta milhões de cruzeiros;

b) Aprovação dos seguintes projetos considerados de relevante interesse público:

— Projeto de Resolução nº 160/81

UNICAMP (SP) — Valor Cr\$ 772.500.000,00

— Projeto de Resolução nº 18/82

Rio de Janeiro — Valor US\$ 20.000.000,00

— Projeto de Resolução nº 243/81

Rio Grande do Sul — Valor Cr\$ 2.505.952.900,00

c) A inclusão em pauta, no presente ano, de qualquer outro projeto fica na dependência de acordo direto entre os líderes;

Os projetos de 50 milhões são o "Abre-te Sésamo". Podem vir outros projetos de outra natureza, projetos externos ou internacionais, com outras justificações.

d) Elaboração das pautas das Sessões, de comum acordo, pelas lideranças, respeitada sempre que possível, a ordem cronológica de recebimento das mensagens pelo Senado e contendo, no mínimo, dez projetos de empréstimos por Sessão, escolhidos conforme as alíneas anteriores;

e) Estabelecimento, mediante acordo da liderança, de períodos para esforços concentrados, de modo a evitar-se a falta de *quorum*, indispensável à decisão majoritária.

Esta é a comunicação que recebi. Como tenho mantido, antes da decisão da Bancada e desde o início de votação de projetos tais na Casa, uma posição contrária aos empréstimos — não porque sou contra os interesses do município ou contra os interesses do Estado, mas porque sou a favor daqueles que serão prejudicados com qualquer liberação de dinheiro, isto é, a classe menos favorecida, a classe pobre de nosso País — não dei a minha aquiescência nem aprovei esses itens, nem essa decisão da minha Bancada. Disse mesmo, na reunião da Bancada, que votaria com a minha Bancada, se assim o exigisse o interesse partidário; sem a minha Bancada, se me motivassem outros princípios e contra a minha Bancada se, na defesa desses princípios e das idéias que tenho, tivesse de tomar uma atitude mais séria.

Portanto, estou desligado de qualquer compromisso da minha Bancada com a Bancada do Governo, na questão dos empréstimos. Vou continuar a minha marcha, a minha decisão, o meu itinerário cívico e político contra os empréstimos. Vou pedir verificações, não se votará nada sem trinta e quatro senadores no plenário — com as duas Bancadas isso ficou facilitado grandemente — vou encaminhar as votações, fazer tudo aquilo que fazia, antes da Bancada do meu Partido ter reconhecido a necessidade de aprovar empréstimos, depois a necessidade de não aprovar empréstimos e agora a necessidade de aprovar os empréstimos até 50 milhões.

Portanto, não mudei eu; mudou a Bancada do meu Partido. E aqueles princípios pelos quais nós combatíamos em relação aos empréstimos estão agora cinzelados numa decisão: aqueles empréstimos no valor até de 50 milhões — podem ser para fazer uma estrada, para fazer um chafariz, para fazer uma ponte, tudo o que se quiser a destinação não importa, o que importa é o valor do empréstimo de 50 milhões; também não importa se o município é grande, pequeno, rico ou pobre, o que importa é o montante do empréstimo: até 50 milhões.

Não sei se o meu nobre Líder poderia dizer se nós teremos empréstimos logo na segunda-feira da próxima semana. Eu indago, porque, fim de semana, pouca gente está aqui no plenário. Se nós tivermos gente aqui no plenário...

O Sr. Henrique Santillo — Inicialmente, foi uma proposta e esta se transformou num termo de compromisso. E um dos itens estabelece o acordo entre os Líderes para as semanas de esforço concentrado. Na próxima semana, no entanto, não será. Entretanto, o Vice-Líder da Bancada do PDS, Senador José Lins, disse ontem que estava convocando os companheiros da Bancada para estarem aqui na próxima semana. Então, é quase certo, que na próxima terça-feira, já serão incluídos os dez primeiros projetos.

O Sr. Luiz Cavalcante — Nobre Senador Dirceu Cardoso, V. Exª me permite? (Assentimento do orador.) — O documento que V. Exª recebeu, se não for reservado no item que vou perquirir, diz alguma coisa contra os empréstimos externos?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Especificadamente contra empréstimos externos, não.

Diz aqui: votação prioritariamente de empréstimos internos até 50 milhões. Mas, quanto a empréstimos externos, não diz.

Eu não li os jornais de hoje, mas o nosso Líder poderia dar uma explicação, se há ou não menção.

O Sr. Henrique Santillo — Se V. Exª me permitir...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O Sr. Henrique Santillo — Perfeito! Porque, ao que me disseram, a Bancada do Partido Democrático Social teria se reunido ontem, eu não sei se para examinar essa proposta ou não, o certo é que após a reunião fui procurado pelo Senador José Lins para me comunicar que o PDS estava de acordo com a proposta que o PMDB havia apresentado. A proposta do PMDB não faz referência direta a empréstimos externos, no entanto estabelece, num dos seus itens, que qualquer outro projeto, além destes estabelecidos no item 1º, dependerá de acordo comum entre os Líderes. A Bancada do PMDB tem uma posição, a meu ver inarredável, quanto aos empréstimos ex-

ternos; ela é contrária, e portanto, o líder, ao fazer o acordo, obviamente se colocará contrariamente à inclusão de qualquer empréstimo externo que não os casos considerados especialíssimos, e nós consideramos que entre todos os 315 projetos que estão tramitando hoje, nesta Casa, apenas um empréstimo externo seria especialíssimo: que é este de 120 milhões de dólares para o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Com muito prazer.

O Sr. Gabriel Hermes — Apenas para um esclarecimento. Não percebi bem a posição de V. Exª é contrário a todos os empréstimos, qualquer que seja a solicitação, mesmo considerando e tendo-se estudado, inclusive com os companheiros atuais de V. Exª, que são recursos necessários para solucionar problemas de município, de prefeituras, V. Exª é contra todos?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Sou. Era exatamente isto que eu ia explicar. O meu pronunciamento, hoje, é neste sentido.

O Sr. Gabriel Hermes — Apenas, lembro a V. Exª que era esta a posição da Argentina até poucos instantes, mas, em determinado momento, nobre Senador, ela compreendeu que era preferível salvar a vida daqueles homens, daqueles jovens, daquelas criaturas que precisavam de ser amparadas. Ela sentiu que a consciência de toda a humanidade era contrária, sentiu que seria necessário procurar uma solução. E eu apelaria a V. Exª, ponderando com este problema internacional que estava e está incomodando a todos nós.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Darei uma explicação a V. Exª, que invoca a Argentina. A Argentina de Sarmiento não é a mesma Argentina de Galtieri. É como a Inglaterra da Rainha Vitória, que não é a mesma Inglaterra da Rainha Ana, ou melhor, a Inglaterra da Rainha Vitória não é a mesma Inglaterra da Rainha Elizabeth, são as mesmas Inglaterras, mas não é a mesma coisa.

O Sr. Gabriel Hermes — Ambas colonialistas.

O SR. DIRCEU CARDOSO — No caso, aqui, não tem nada de Colonialismo. É outra coisa que estamos discutindo. Devo dizer a V. Exª

Tenho uma posição, Sr. Presidente, já manifestada aqui, e esta bancada já cansou de me ouvir, mas está fazendo ouvido mouco ou ouvido de mercador, sem saber. Sou contra, pelo seguinte: não sou contra municípios nem Estado algum; todo empréstimo é uma liberação de recursos, todo, desde o particular é uma liberação de recursos. Desde o dinheiro que o pai dá ao filho, desde a mesada que ele libera até o empréstimo internacional em dólares, em marco, em yens, em coroas, em escudo, em lira, em franco, em libra e assim por diante, qualquer empréstimo libera recursos. E esse recurso, liberado além da necessidade, é inflacionário. É por isso que voto contra os empréstimos. Se V. Exª não sabia, é possível que talvez V. Exª estivesse ausente nessas discussões, visitando o seu castanhal, o seu bacabal lá no Pará. Mas, fica avisado, então, que continuo, não mudei; mudou a minha Bancada. A minha Bancada já foi a favor, a princípio; depois, ficou contra; depois, ficou a favor dos empréstimos de novo. Mudou; eu não.

Devo dizer mais a V. Exª que sei que a repercussão na minha vida pública tem sido danosa a mim, porque estão mandando lá para os meus municípios toda essa correspondência de prefeitos. Não tem importância, quando se toma uma atitude a gente não tem que ver se isso prejudica ou não prejudica. Tomei a atitude e ela é consciente. Eu disse: voto com o meu Partido, necessariamente; sem o meu Partido, obrigatoriamente; e contra o meu Partido, forçosamente, quando assim o exigir o meu pensamento, o meu princípio e a minha idéia. Isso, Sr. Presidente, não foi dito aqui, foi dito na minha Bancada na hora em que tomou essa decisão. Até disse mais: se isso for colocado em termos de fidelidade partidária, então, a coisa tem mais consequência. Não estou defendendo o meu mandato nem a minha reeleição; se eu voltar, bem, se não voltar, dá na mesma coisa. Por isso que quero cumprir até o fim o meu dever.

Saiba o nobre Senador Gabriel Hermes, que não estou aqui favorável a município algum, estou favorável ao povo. Todo dinheiro liberado agora porta uma carga inflacionária, até o dinheiro gasto na sua família, na minha família, na nossa família. Até o excedente do gasto é inflacionário, todo dinheiro que se libera. Nós temos aqui, Sr. Presidente, um município que está liberando; o prefeito veio de São Paulo aqui 15 vezes. Dinheiro para quê, Sr. Presidente? Para um estádio, sendo que a cidade já tem dois; ele quer construir o terceiro. É o Prefeito de Rio Claro, São Paulo, uma cidade grande, importante, que já tem dois estádios e ele quer construir o terceiro estádio. Um outro quer urbanizar um loteamento que ele foi sócio. O que é isso, Sr. Presidente? Os nossos ilustres colegas não sabem, mas eu recebo correspondência de todos os municípios, há de ter gente contra estes empréstimos também lá, inclusive de vereadores das Câmaras municipais, contrários aos prefeitos.

Senador, evite que haja esse empréstimo, porque ele não vai pagar a dívida; o município está com um endividamento tremendo e ele ainda vai dificultar o quinto prefeito que virá depois dele. O quinto depois dele; não é o segundo, não. São empréstimos com 20 anos de carência. E o governador, da mesma maneira.

Há um governador, o Governador do Rio Grande do Norte, que está pedindo empréstimo para fazer um espaço cultural. Fui ver, fui suscitar a curiosidade; por que espaço cultural? Espaço cultural é uma construção moderníssima, ultramoderna, Sr. Presidente, onde se exibirão artistas, dançarinos, músicos, etc. Então, fui procurar saber e verifiquei que o prefeito é um exímio tocador de violoncelo. Já pediu um empréstimo, no ano passado, de 20 milhões de dólares para concluir esta obra e não concluiu. Agora, está pedindo mais alguns milhões de dólares para concluir o espaço cultural, onde S. Exª vai se exibir para seus coestaduanos, alisando as cordas de um magnífico violoncelo. É um artista e quer um espaço cultural. Não é centro de convenções, não é centro de cultura, é espaço cultural. Por aí a gente vê que é mesmo uma literatura musical. Isso é o mesmo que uma sinfonia de Beethoven, uma fuga de Bach ou uma construção musical de Mozart. O nosso governador é dado ao violoncelo e quer tocar para o povo de João Pessoa, sua capital, no seu espaço cultural, mostrar suas virtudes de grande virtuose do violoncelo.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Pois não.

O Sr. José Fragelli — Realmente, devemos ter um pouco mais de cuidado na concessão desses empréstimos. Quero lembrar o caso de Mato Grosso do Sul. Foi concedido um empréstimo de 20 milhões de dólares, ao tempo do Governador Marcelo Miranda. Combati, com os meus companheiros da Bancada, tanto quanto possível, o empréstimo de 30 milhões de dólares ao nosso Estado, que passou. Mas, o descalabro da gestão financeira de Mato Grosso do Sul é tão conhecido — eu gostaria que os Srs. Senadores prestassem atenção a este ponto — que aprovado o empréstimo de 30 milhões pelo Senado, no ano passado, para Mato Grosso do Sul, o Governo do Estado só levantou 10 milhões de dólares. Os outros 20 milhões ainda não foram levantados e já tem aqui mais um pedido de 60 ou 70 milhões — está aí na mesa — já foi aprovado pela Assembleia mais um de 100 milhões de dólares. Posso garantir a V. Exª — colhi esses dados agora — Mato Grosso do Sul está arrecadando, por mês, 24 bilhões; paga 23 ao funcionalismo público. Não entendo como é que esses estudos, que vêm do Banco Central, sobre viabilidade financeira ainda dão a Mato Grosso do Sul a capacidade de fazer mais um empréstimo de 60 ou 70 e mais um de 100 milhões de dólares. Aliás, parece que este último não chegou ao Banco Central ou está no Banco Central. Não é possível que um Estado, que arrecada por mês 24 e paga 23 para o pessoal, esteja em condições financeiras de fazer novos empréstimos de milhões de dólares. Alguma coisa está podre no reino da Dinamarca.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Alguma coisa está podre é no reino do pantanal.

O Sr. José Fragelli — Agora, eu confesso que não participo bem do ponto de vista de V. Exª; há empréstimos que nós devemos estudar e que poderão ser aprovados, no meu modo de sentir, conforme seja a destinação desse recurso. Há necessidade maior e menor e, realmente temos que ver os resultados econômicos, financeiros, benéficos que possam resultar desses empréstimos. De um modo geral, eu participo do ponto de vista de V. Exª, mas admito exceções a essa regra.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Agradeço o aparte de V. Exª

O PDS sempre aprova os empréstimos para liberação do dinheiro. Isto é uma política de terra arrasada. Sr. Presidente, começa por aí; os governadores, hoje, não são legítimos governadores, alguns foram até prorrogados, os prefeitos vão ter mais dois anos de mandato, e querem deixar as dívidas para os colegas que o sucederem, não o imediato, até o quinto prefeito, pois existem empréstimos com 20 anos de prazo; eles arrasam a todos, até o quinto prefeito na geração vindoura.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — V. Exª está falando dentro da Ordem do Dia. O seu tempo é de 30 minutos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Vou fazer uma consideração. Isso também não é confidencial, mas na discussão da nossa Bancada, alguns governadores acharam — dois governadores — que nos Estados deles, em que são candidatos a governador, havia pressão de alguns municípios no sentido de que os empréstimos salssem, porque, de outra maneira, não poderiam pagar os seus funcionários. Mas se um Estado precisa de um empréstimo para pagar funcionário, então é uma situação vergonhosa para o Estado. Mas o nobre Líder Henrique Santillo, o nobre Senador José Fragelli, eu e mais o Senador Cunha Lima, todos nós dissemos ali coisas contrárias às que aqui se di-

zem: que, nos nossos Estados, não querem empréstimos. No meu Estado o povo, em todos os municípios, pede para não emprestar. Houve um, não sei se foi o nobre Senador José Fragelli, que disse assim: Se é para pagar o funcionário, devo dizer; eu sou funcionário, que não me pague, mas que não venha com empréstimo.

Portanto, eu também recebo correspondência de todos os municípios. Há até um prefeito interessado num loteamento, e esse empréstimo é para o loteamento, e é um empréstimo de bilhões de cruzeiros. Ele virá aqui e vai ouvir isso no dia, infelizmente, na cara. Eu vou ler, inclusive, a ação penal a que ele responde. Porque, se ele vem aqui fazer pressão, então, vou ler. A ação penal quem me enviou foi um vereador dizendo que não emprestasse o dinheiro, não desse o dinheiro, fizesse força para não emprestar o dinheiro porque ele vai ser malbaratado. A situação do Município também é final.

O Sr. Lomanto Júnior — Permite V. Exª um aparte?

O SR. DIRCEU CARDOSO — Concedo o aparte ao nobre Senador Lomanto Júnior.

O Sr. Lomanto Júnior — Nobre Senador Dirceu Cardoso, sabe V. Exª da admiração que tenho pela sua pessoa e acompanhamento o seu trabalho há muito tempo. V. Exª, se não me engano, começou lutando na Associação Brasileira de Municípios...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Quero dizer a V. Exª, sem nenhuma modestia que, não sei porque milagre, cheguei a ser Vice-Presidente da Associação Brasileira de Municípios, entidade que V. Exª presidiu com tanto brilhantismo, tanto dinamismo, tanta força construtiva. Eu fui Vice-Presidente da AMB, quando era prefeito de um pequeno município do meu Estado.

O Sr. Lomanto Júnior — V. Exª marcou sua vida sempre...

O SR. DIRCEU CARDOSO — E agora estou marcando a minha morte contra os empréstimos.

O Sr. Lomanto Júnior — ...com brilhantismo: a sua vida de jovem, de homem maduro. V. Exª está em plena maturidade física e política. V. Exª sempre marcou a sua existência por um amor ao município, V. Exª trilhou os mesmos caminhos que eu trilhei nesses quase...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, longe disso, os meus caminhos são tortuosos, cheio de urzes, cheio de espinhos...

O Sr. Lomanto Júnior — Não é verdade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — O de V. Exª é uma estrada larga, batida, ao Governo do Estado, candidato a Ministro, etc. E agora, candidato a Líder da Oposição, que acho difícil... (Risos.)

O Sr. Lomanto Júnior — Veja V. Exª como a gente contemplando assim...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu quero ver a posição de V. Exª, porque nós temos empréstimos ao Estado da Bahia. Foi o mais ferrenho adversário que eu tive aqui e quando V. Exª alteava a sua voz, ressoando nessa concha do Senado, a minha firmeza tremia, e quase me fugia, como de fato, algumas vezes, fugiu. Eu quero ver quando vierem os empréstimos à Bahia...

O Sr. Lomanto Júnior — Mas não desvie o curso do aparte — eu vou dar a V. Exª a minha posição sobre a Bahia, ao final. Como eu ia dizendo, V. Exª marcou toda a sua existência por uma fidelidade a um princípio, eu diria mesmo, porque eu elegi esse princípio, como uma filosofia política de toda a minha vida, que é a filosofia que eu chamo de municipalismo: fortalecimento dos municípios. É dar aos municípios, que são, sem dúvida alguma, a célula do próprio organismo nacional, aquela vitalidade necessária, para que o organismo, cada vez mais, se fortaleça. Evidentemente, esses empréstimos são paliativos, mas são paliativos necessários e indispensáveis neste injusto regime de distribuição de renda em que vivemos. Não canso de repetir que a União leva a parte do leão; os Estados recolhem uma pequena parcela e os municípios recolhem as migalhas do banquete orçamentário do País. Por isso é que estranho. Acho que V. Exª é um dos homens de melhor formação moral — não sei quem possa ter melhor formação moral — e melhor desenvoltura espiritual de V. Exª nesta Casa. V. Exª é homem puro e é verdade.

O SR. DIRCEU CARDOSO — É ilusão de V. Exª. Pergunte aos seus companheiros de Bancada e a mais uns outros da Mesa.

O Sr. Lomanto Júnior — Dentro da concepção com que encaramos a personalidade humana, V. Exª é um homem puro. V. Exª é conhecido e reconhecido há muito tempo como homem de virtudes peregrinas, como homem de um caráter que todos se habituaram a admirar. Eu mesmo me incluo dentre esses todos e me incluo numa posição, desculpe-me, até de relevo na admi-

ração à sua personalidade. Queria fazer um apelo ao nobre Senador Dirceu Cardoso...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Com essa conversa, acho que V. Exª está vindo mesmo para a Oposição.

O Sr. Lomanto Júnior — Sou um homem cuja posição de Líder do Governo não estabelece fronteiras, nem abismos, nem muros para que eu reconheça os erros e critique, — (*Muito bem!*) — em certos momentos, os desacertos do próprio Governo que sigo.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Muito bem!

O Sr. Lomanto Júnior — Sempre me mantive numa posição de não dizer além a tudo. É por isso que eu tenho o reconhecimento do povo baiano, é por isso que eu tenho a aprovação, pois todas as vezes em que pleiteio o julgamento popular, eu tenho sempre a resposta afirmativa do povo baiano. Oito vezes eu me submeti a esse julgamento, e o povo disse sim, inclusive da última vez em que o povo me mandou para aqui com a votação mais expressiva, a maior votação que um Senador obteve na última eleição, proporcionalmente, nas fronteiras do seu Estado. Creio que isso decorre, não das minhas qualidades, as quais são as mais modestas possíveis, mas da minha fidelidade à causa do povo — (*Muito bem!*) — e do meu inconformismo, às vezes manifestado até dentro do meu próprio Partido e da minha própria agremiação. Antes de lhe fazer, aliás, vou deixar para analisar os caminhos tortuosos a que V. Exª se referiu, no final do meu aparte. Temos tempo. O Presidente é generoso e hoje estamos numa sessão em que debatemos problemas importantes e mais um minuto, dez minutos... Quantas vezes nós temos aqui parado, como ontem, quando paramos aqui, para ouvir um discurso durante duas horas e meia. Se V. Exª hoje ultrapassar os limites de alguns minutos, nesta tarde de sexta-feira, num debate proveitoso, apenas este aparte longo, nós estaremos aqui prestando serviços mesmo nesta tarde de sexta-feira.

O SR. DIRCEU CARDOSO — V. Exª não se esqueça: Quem manobra a guilhotina do tempo é o Presidente, não é V. Exª

O Sr. Lomanto Júnior — É verdade. Já olhei para S. Exª O Sr. Presidente, e senti na sua expressão a generosidade e a tolerância. Então, Senador Dirceu Cardoso, deixe-me fazer-lhe meu apelo: analise os projetos. V. Exª que é um estudioso, um homem cuidadoso, um homem que tem o senso de justiça aguçado, analise cada projeto. Há projetos com três, quatro anos, os quais as prefeituras mandaram para esta Casa e que estão naquela expectativa: anunciaram às suas comunidades que iriam resolver os seus problemas, e alguns iniciaram até os serviços com pequeninas parcelas de recursos municipais. Examine um a um. Não faça assim um julgamento total. Não se ponha numa posição que contraria a sua personalidade. V. Exª está se violentando. Conheço V. Exª está se violentando, tomando uma posição hermética, uma posição radical, uma posição que não é — porque eu lhe conheço e a Casa toda lhe conhece — consentânea com a sua formação de parlamentar admirável, de homem que realmente não radicaliza posições. Eu lhe faço um apelo para que examine cada projeto. Vou lhe responder agora. V. Exª disse que seu caminho, como os meus, também são espinhosos. Às vezes, a gente à distância...

O SR. DIRCEU CARDOSO — Os meus chegam a se unir à minha frente. O meu caminho eu abro com o meu andar.

O Sr. Lomanto Júnior — É verdade, V. Exª realmente é um lutador. Mas às vezes, à distância, analisamos o comportamento dos outros e pensamos que os seus caminhos são atapetados de flores. Os meus não têm sido evidentemente somente de espinhos, mas tenho sangrado os meus pés, muitas vezes, na longa caminhada da vida pública. Como disse há pouco ao nobre Senador Henrique Santillo, eu nunca recebi nada de bandeja. Não conheço o sabor de uma nomeação durante 35 anos de militância política: sempre julgado pelo crivo popular, hoje, se decepções eu as tenho — e quantas eu as tenho acumulado ao longo desta vida — eu só não tenho decepção, Exª, com uma instituição: o povo. Este nunca me faltou! Este é a fonte perene de minha inspiração, este é o estímulo que eu tenho recebido na minha vida. Ainda agora, quando se fecham os caminhos, quando jogam, estabelecem abismos para que possa disputar a preferência popular, quando há prepotência, quando o mandonismo, quando o abuso do poder procura por todos os meios evitar que eu chegue até a um novo julgamento popular, e o povo me chamando! E o povo conclamando e o povo acenando! Acenando como, Exª? Através de todas as pesquisas, sejam oficiais, sejam por órgãos especializados, quando o povo conclama para que eu volte ao Governo: tremem os poderosos! Tremem os que têm, nesta hora, o poder e fecham os meus caminhos para que eu não seja, novamente, julgado pelo povo. Mas, ao empréstimo da Bahia, com

toda esta restrição que venho sofrendo, com toda esta *via-crucis* que estou palmilhando, ao empréstimo da Bahia, o qual se destina a obras proveitosas para o meu Estado, eu não recusarei a minha aprovação! Não recusarei porque se transformou no meu algoz e no principal impecilho para que eu seja julgado pelo povo; se isto vai me prejudicar, tenho que votar favoravelmente porque irá beneficiar a uma camada da minha população. Ateontem, nobre Senador Dirceu Cardoso, recebi três projetos de duas prefeituras — uma do interior do Estado e a outra da prefeitura da capital, isto é, exercida por um delegado, por um elemento nomeado pelo Governo do Estado recebi para relatar na Comissão de Economia. Examinei o projeto. Debrucei-me estudando a conveniência da sua aprovação, vi o seu plano de aplicação e confesso, confesso com todas as marcas que tenho, com tudo que venho sofrendo e não sei se um homem pode acumular tanto sofrimento. O que tenho sofrido nesses últimos meses, vendo o povo me chamar para voltar a dirigir o Estado e vendo um cidadão usando um poder que o povo não lhe deu, porque se ele estivesse ali em nome do povo eu aceitaria porque, pelo menos, era um delegado, e embora não cumprindo as determinações daquele povo, que ele havia recebido, ele usava todos os meios, todos os processos, todos os caminhos para impedir este novo julgamento a que o povo baiano deseja me submeter. Pois, apesar de tudo isso, relatei favorável ao projeto da Prefeitura de Salvador, e montava, se não me engano, a quase 5 bilhões de cruzeiros. Porque eu vi que aqueles recursos se destinavam à prefeitura de uma Capital que é um relicário para este País, mas cuja arrecadação não atende, não é suficiente para resolver ou atenuar problemas de uma Capital que caminha para dois milhões de habitantes. Pois bem, Senador Dirceu Cardoso, os meus caminhos não são atapetados de flores, são espinhos que sangram os meus pés. Esses 35 anos são 35 anos sofridos e vividos, injustiçados pelos homens, sobretudo pelos homens que detêm o poder, e, às vezes, esse poder não emana do povo, mas justificado pelo povo que ainda é, ainda continuará a ser, enquanto eu viver, a fonte perene de inspiração da minha vida. A ele eu sou escravo, a ele eu obedeco. Vote ao menos, Senador Dirceu Cardoso, para esses prefeitos que foram eleitos pelo povo, que passaram pelo crivo popular, ajude essas prefeituras que, neste momento, estão com suas finanças reduzidas, e precisam do apoio do Senado, deste Senado que não tem autoridade, deste Senado que não tem competência para julgar esses empréstimos.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não apoiado!

O Sr. Lomanto Júnior — Porque é esse mesmo Senado que consignou na Constituição brasileira a autonomia municipal, e se as Câmaras de Vereadores apoiaram, examinaram, aprovaram, esse plano de aplicação, e se o Senado invalida, ofende, ameaça essa autonomia que ao menos não ameace, não ofenda os interesses dos municípios, já que ele tomou a si, também aquela responsabilidade, nos empréstimos internos que devem ser julgados apenas pelas Câmaras Municipais e pelas Assembleias Legislativas. O Senado não tem competência para examinar, não pode ter competência, senão ele está desmentindo a própria Federação brasileira, está desmentido aquele princípio da autonomia municipal consagrada em nossa Constituição. É um apelo que faço a V. Exª, que é um homem realmente bom, um homem cujas qualidades todos nós proclamamos e reconhecemos. Não criamos problemas, nesta hora, aos desgraçados, empobrecidos municípios brasileiros.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Recebo, com certa emoção, esse apelo de V. Exª, vindo de quem vem, de tanto gabarito, tanta emoção, tanta força de linguagem, tanta expressão, tanta sinceridade. Mas, devo dizer a V. Exª, não posso atender a nenhum prefeito eleito, porque os prefeitos que estão no Brasil, hoje, não são eleitos. Todos, do número um ao quatro mil município, todos eles não são eleitos. Atenderia o seu pedido, se eles fossem eleitos, mas eles não receberam o crivo do povo, não receberam a chancela do povo. Talvez V. Exª, no calor da improvisação, tenha se enganado. Conheço V. Exª na improvisação. Conheço V. Exª não é daqui do plenário, não, conheci V. Exª numa noite memorável da minha vida, eu, membro do MDB e V. Exª da ARENA, no Município de Itabuna, na praça, ouvi um discurso de V. Exª e me retirei do comício porque se continuasse ouvindo passaria para a ARENA, tal o seu poder de convencimento; e, na ocasião, disse-me o prefeito: "Esse homem arranca pedra da rua".

Pois bem, nobre Senador, mas os prefeitos não são eleitos...

O Sr. Lomanto Júnior — Foram.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não foram, não. Tiveram seus mandatos prorrogados, são todos biônicos. Todos vivem esses dois anos de bioncidade. Nunca falei aqui em biônico, respeito o Senador "biônico", porque re-

conheço que foi uma fase da vida institucional brasileira, nunca disse isso. Ainda outro dia recebi uma agressão de um Senador "biônico", mas não tive coragem de dizer, e não o farei até o fim. Mas os prefeitos não são eleitos, tiveram seus mandatos prorrogados, caiu do céu a nomeação deles.

Nobre Senador, todos os projetos recebe uma pasta minha com estudos, dou toda informação quando discuto, todas as informações: a destinação, o juro, qual foi a conclusão do Banco Central, do banco que vai emprestar o dinheiro etc. Todos são estudados. Não faço nada em cima da perna. Por isso acordo de manhã e, enquanto outros Senadores estão se deliciando com o ar da manhã, tomando ares, exercitando as suas forças para aqui exercitar os seus mandatos, eu estou na minha banca estudando desde a manhã, depois do banho lustral da água fria da madrugada de Brasília, estudando todos esses projetos.

Sr. Presidente, sei que está acabando o meu tempo. Eu recebo o aparte, não sou um homem ruim porque sou contra empréstimo, sou bom para com o povo brasileiro. Todo tostão que nós liberamos fazemos mais pobre os pobres — todo tostão que nós liberamos. E, nobre Senador Lomanto Júnior, eu sei que o caminho de V. Exª tem sido não um caminho de urzes, de tropeços, de pedras, de obstáculos e de abatimentos. O caminho de V. Exª tem sido uma estrada larga e vitoriosa.

V. Exª, no sentido goethiano, é um homem faústico, é um homem que o povo iria lhe dar a oportunidade de se rejuvenescer no Governo, voltar às primeiras idades. Só não volta porque o Governador colocou, como um passo de mágica, um Clérison no seu caminho, e esse Clérison é pior do que o maior obstáculo, de que uma fortaleza. Mas faço votos de que na Convenção o seu nome granjeie aquela popularidade que eu, seu vizinho de fronteira, sei que palpa na alma e na gratidão do povo baiano, principalmente na zona sul, limítrofe com o meu Estado, onde sei que V. Exª é um ídolo, mas não é um ídolo de pés de barro, é o ídolo que foi buscar sempre o objeto dessa idolatria no banho lustral das urnas, sempre no banho lustral das urnas. Não foi o delegado da confiança escolhido no bolso do colete, ou, às vezes, algum Governador arrancado do bolso de trás, cada protuberância..., e imposto aos Estados. Portanto, espero que o povo baiano, na convenção de maio, possa lhe dar uma primavera de maio para V. Exª rejuvenescer.

O Sr. Lomanto Júnior — Espero que não seja uma primavera de praga.

O SR. DIRCEU CARDOSO — Não, de maio, uma primavera de maio. Que V. Exª rejuvenesça como as flores da Bahia, beijada por aquele ar que Rui saudou na volta à Bahia. Mas cuide bem, Sr. Governador, muitas vezes, no caminho de volta, nós perdemos o rumo de casa.

Sr. Presidente, concluindo.

Continuo, portanto, estudando os projetos, mas divirjo da orientação da minha Bancada. Mas acho que cedemos à pressão de candidatos a Governadores que, pressionados nos seus Estados, não suportaram sua pressão. Eu suporto, Sr. Presidente, uma pressão de centenas de atmosferas por polegada quadrada de pele. Imagine, quantas vezes, até na minha orientação partidária, até isso, quando um vulto grande da República me disse, quando era independente, para ser mais opositorista do que a Oposição, pediu-me que eu passasse para o PDS, e eu me recordei...

O Sr. Lomanto Júnior — Eu mesmo fiz este apelo a V. Exª

O SR. DIRCEU CARDOSO — ...como passar para o PDS, eu, um homem que luta, contra os empréstimos e amanhã o povo vendo-me, aqui votando a favor dos empréstimos? Mas não luto por ser ruim, eu sou a favor do povo, do sofrido. O meu voto, tenho dito aqui, não tem lágrima, não tem choro de criança, que chora pelo leite, pelo pão, pelo angu ou pelo feijão, pela carne não se diz porque isso é luxo que não entra na casa do pobre.

Todo dinheiro que liberamos — e nós liberamos mais do que a Casa da Moeda libera por ano — nós liberamos em empréstimos, jogando em circulação esse dinheiro; água mais, torna menor o poder aquisitivo desses desgraçados cruzeiros que o nosso pária social recebe.

Portanto, Sr. Presidente, eu sou grato a isso, vou até o fim, que isso valha a minha crucificação, não importa. Se deixar esta Casa, não deixo com muita saudade...

O Sr. Lomanto Júnior — Mas nós sentiremos saudades de V. Exª

O SR. DIRCEU CARDOSO — Eu ia explicar; de alguns companheiros, de muitos aqui também não terei saudades; pelo contrário, até. O mesmo pensamento que têm para comigo eu tenho para com eles: se desaparecerem para mim é, também, a mesma coisa.

Sou sincero, Sr. Presidente, o que eu não sinto eu não digo, mas o que eu sinto, só se me matarem, mas eu digo.

Então, Sr. Presidente, é a afirmação que eu faço, mas acho que, cedendo às pressões, principalmente dos jornais, é porque ainda não chegou ao povo a nossa missão; somos contra os empréstimos para não desvalorizar mais o cruzeiro, para não tirar mais um miligrama de leite de cada boquinha faminta, não tirar um grão de feijão de cada mesa onde falta o feijão, de não tirar um pouquinho de luz da luz bruxuleante da lamparina de querosene que ilumina as nossas choupanas, os tugúrias onde parece que vivem, mas vegetam milhões de brasileiros. Este é o meu voto, Sr. Presidente, e vou até o fim, que isso me custe a crucificação, não importa, eu passo, mas o Senado há de continuar, e há de continuar outros Senadores que vão perfilar esta luta, marchar por esses caminhos, embora, Sr. Presidente, sejam áspersos e difíceis, íngremes e quase intransponíveis, mas paga o esforço. Eu não encontro caminho na minha frente, o meu caminho eu abro com o meu andar. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há *quorum* para deliberação.

Nestas condições, as matérias da pauta de hoje, todos dependentes de votação, não serão submetidas ao Plenário, ficando sua apreciação para a próxima sessão.

São os seguintes os itens cuja apreciação é adiada:

1

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Saúde*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável; e
- de *Finanças*, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, contrário; e
- de Economia, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Esgotada a Ordem do Dia.

O Requerimento nº 73/82, lido no Expediente, que, nos termos regimentais, deveria ser apreciado nesta oportunidade, tem sua votação adiada para a próxima sessão, por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior, para uma comunicação.

O SR. LOMANTO JÚNIOR (Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

É um registro que faço com o mais profundo pesar.

Faleceu, na Capital do meu Estado, o Desembargador Aderbal Gonçalves, emérito professor de Direito, que inclusive dirigiu, com sabedoria, a Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

Pontificou no Tribunal de Justiça do meu Estado com aquela dignidade que honra a quem, por ventura, tenha a oportunidade de vestir a toga de juiz.

Foi um grande juiz e atingiu as culminâncias da Justiça, sendo nomeado, por merecimento, desembargador do tribunal da minha terra.

Privei da sua amizade, tive oportunidade de tê-lo como amigo e quantas vezes, como governador do Estado, recorri à sua sabedoria, assessorando-me em assuntos da mais alta relevância e do interesse do Estado.

Foi meu amigo e um amigo que me deixa saudosos ao tomar conhecimento da sua morte. Não pude prestar-lhe a minha última homenagem, pois quando recebi a comunicação já o seu corpo inerte tinha baixado à sepultura.

Só me resta usar da tribuna que o povo me concedeu para manifestar o meu sentimento e acredito que, como representante da Bahia, eu o faço em nome do seu povo.

Já aposentado do Tribunal de Justiça continuava, entretanto, a alegrar, a emitir, a dar os seus conselhos, a quantos o procuravam para pedir luzes, para pedir assessoramento, para pedir um conselho, dentro do setor da Justiça, em que ele, realmente, foi uma figura responsável, atingindo as suas culminâncias.

Quero manifestar aqui, nesta tarde, o meu profundo pesar. Quero registrar aqui o falecimento do Desembargador Aderbal Gonçalves e endereçar, desta tribuna, as minhas condolências, o meu pesar, a minha saudade, pedindo a Deus, como homem religioso que sou e que ainda há pouco, numa dessas sessões, eu disse que essa vida, esse vale de lágrimas, pelo qual todos passamos, esta vida que é uma passagem para a outra, que é a vida eterna, onde o homem encontrará aquela paz de espírito de que ele tanto carece, e que por mais que almeje nesta vida terrena ele não consegue.

Que Deus console, que Deus proporcione o conforto àquela família chorosa e enlutada, àquela família que perdeu o seu chefe, à sua esposa, a seus familiares, aos seus amigos, a todos, enfim, que lamentam e choram a perda que foi grande para a Justiça, para as Letras e para os seus amigos.

O Sr. Dirceu Cardoso — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Ouço o nobre Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso — Nobre Senador Lomanto Júnior, a Bahia tem um condão; fala não só pela Bahia, fala por todos aqueles estados que são seus vizinhos. A morte, na Bahia, não é a morte de um vulto baiano, é a morte de um vulto regional e, às vezes, nacional. Quatro ou cinco capitais dos nossos Estados são pontos dominantes na vida brasileira: Rio de Janeiro, São Paulo, a Bahia Recife e Porto Alegre. Ali é que vão buscar as autoridades maiores da República para fazê-los Ministros do Supremo Tribunal Federal. O Desembargador Aderbal Gonçalves, é dessas figuras ilustres que honraram o Tribunal da Bahia. Nós, seus vizinhos, que temos tido oportunidade de ler, através da imprensa que cuida das decisões do ilustrado Tribunal da Bahia, conhecíamos as decisões de Aderbal Gonçalves. Aceite V. Exª, também, o pesar do meu Estado pela grande perda que as letras jurídicas baianas sofrem, não apenas elas, mas as letras jurídicas de nosso País com a morte do ilustre e saudosos Desembargador Aderbal Gonçalves. Devo dizer a V. Exª, — mas estamos em fim de mandato — que até eu gostaria, se Deus me desse essa ventura, de poder ouvir o meu necrológio pela sua voz, porque acho esse dom, essa palavra sonora e encantadora, envolvente, palavra quente, comovente e aliciadora, seria um prazer imenso se eu, antes de morrer, ouvisse, pelo menos, o necrológio traçado por V. Exª. Quero crer que V. Exª está prestando uma grande homenagem à família enlutada com essas palavras tão magníficas, tão densas, tão palpitantes de emoção e de sentimento, rendendo uma homenagem ao grande vulto das letras jurídicas da Bahia.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Agradeço muito sensibilizado a solidariedade do representante do Espírito Santo. O Estado de V. Exª tem um privilégio, um grande privilégio. V. Exª citou grandes unidades da Federação mas nenhuma delas, tem o privilégio de ter o nome de Espírito Santo, uma das pessoas da Santíssima Trindade. V. Exª me inspira neste momento, com as suas palavras carinhosas, por demais generosas a meu respeito ao solidarizar-se nesta homenagem póstuma que faço a Aderbal Gonçalves.

Que o divino Espírito Santo possa iluminar os caminhos que ele iniciou a sua grande viagem, a sua última viagem para a sua definitiva morada, que é aquela reservada aos homens que cumpriram com o seu dever, aos homens que, no exercício da sua atividade não praticaram a injustiça. E eu creio que, iluminada pelas luzes do Divino Espírito Santo, a alma de Aderbal Gonçalves há de chegar àquela mansão que lhe aguarda, a mansão reservada aos bons, aos dignos, aos que exerceram com altivez o alto munus da justiça.

São os votos finais que faço, nessas palavras derradeiras, que pronuncio, na última homenagem que presto àquele queridíssimo amigo. E essas palavras finais devem ser ditas com unção e ajoelho-me, neste momento, simbolicamente, a minha encontra-se ajoelhada, para pedir ao Senhor dos Senhores que facilite a sua caminhada, que o Espírito Santo ilumine a sua travessia e que ele, realmente, chegue à sua última morada e possa viver, no convívio dos bons, a vida eterna que só é reservada para quem, nesta passagem, soube cumprir o seu dever.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Brasília amanheceu com ventos frios e inteiramente nublada, não se vendo parte alguma de seu céu azul, que nesta época é um dos encantos de nossa Capital. A tristeza aqui refletida pela nebulosidade parece traduzir a amargura de todos os corações brasileiros por ver expirar-se o prazo de negociações e iniciar-se a fase bélica entre amigos e irmãos nossos, os argentinos e os ingleses.

A partir de hoje não se pode prever o que virá a acontecer, não só entre os dois países em litígio, mas para toda a humanidade, como bem observou ontem, em magnífico discurso, o ilustre Senador Paulo Brossard, ao afirmar que no dia 2 de abril se instalou uma alteração imprevisível em todo o mundo.

Os órgãos internacionais foram impotentes para evitar o conflito, tanto o específico do continente, a OEA, como o maior, a ONU, cujas recomendações não foram acatadas pelas partes.

Há quase um mês, o que existe de positivo para evitar essa guerra ou pelo menos minimizá-la, são as orações, em todas as religiões, diariamente, as preces pedindo a Deus que ilumine os homens para que não se repita, já agora com maior gravidade diante dos sofisticados instrumentos, o terror da segunda guerra mundial.

Juntamo-nos a todos aqueles que esperam ainda um milagre e pedimos a Deus não permita que a violência se sobreponha ao diálogo e à concórdia, e assim evitando o sacrifício de enormes contingentes de moços, tão necessários não só ao desenvolvimento do mundo, mas e principalmente, ao convívio de seus entes queridos, voltando a paz às famílias hoje em sobressalto.

E fazemos esse apelo no Dia da Mulher, que, mãe, esposa e filha, sofre as incertezas da hora presente e teme que, na América do Sul, se crie mais uma frente de batalha, ensanguentando um mundo já marcado por tantas angústias e tantas dores.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Prevê-se que o reajuste das prestações do Sistema Financeiro de Habitação, a ser cobrado a partir de 1º de julho, será de, no máximo, setenta e dois por cento, inferior, portanto, à correção monetária dos aluguéis, prevista em cerca em noventa por cento.

Não há negar o relacionamento entre as duas matérias, pois, num e noutro caso, o problema se refere às despesas com a moradia, com a diferença de que, no caso dos mutuários do BNH, algum dia lhes será adjudicada a propriedade da residência que adquiriram.

Assim, aquela diferença teria uma boa explicação teórica.

Acontece, no entanto, na prática, que a situação de fato dos aluguéis não está sendo totalmente regulada pelas revisões legais permissíveis, mas os reajustes se processam, na maior parte das vezes, em níveis inferiores ao legalmente permitido, ou seja, de acordo com as possibilidades do mercado e na base de entendimentos entre o proprietário e o inquilino, com a interferência ou não das firmas locadoras, que intermedeiam essas operações.

Informa-se que a classe média alta é a que está com o maior número de inadimplentes, diante do Sistema Financeiro de Habitação, o que se explica pelo fato de as correções salariais serem, quase sempre, inversamente proporcionais aos vencimentos. Corrigidos os salários maiores, mesmo semestralmente, abaixo do INPC, a defasagem se amplia, a cada seis meses, com os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação cada vez mais impossibilitados de saldar seus compromissos com o BNH, daí o crescente aumento do número de inadimplências.

O assunto envolve, claramente, matéria financeira, onde a iniciativa legislativa é exclusiva do Executivo.

Diante disso, endereçamos um apelo às autoridades do BNH, no sentido de estudar uma fórmula de aumentar as prestações dos mutuários segundo o nível do aumento salarial, principalmente quando, ao fazerem o contrato, tiveram de comprovar sua renda familiar.

Não é justo que alguém comece o contrato vinculando vinte por cento dos seus vencimentos a sua execução e que estes ganhos, reduzido pela inflação o seu poder aquisitivo sem a exata correção salarial, sofram uma vinculação progressiva, de vinte e cinco, trinta e até trinta e cinco por cento, a cada reajuste.

Essa defasagem tende a agravar o problema da inadimplência, que não apenas prejudica o mutuário, mas conduz a dificuldades financeiras o sistema, a menos que se pretenda, judicialmente, a retomada da habitação financiada.

Esperamos que o Governo estude uma providência que reduza o número dos inadimplentes do Sistema Financeiro de Habitação, que crescem de número na classe média e não apenas nas de baixa renda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Chega-me às mãos candente pedido da Assembléia Espiritual Nacional dos Bahá'is do Brasil para que registre no Senado a situação de extrema perseguição em que se encontram os adeptos dessa religião no Irã, País em que foi ela fundada em 1844 por Baha'Ullah.

O apelo vem instruído com manifestações da ONU nesse sentido e com circunstanciado relatório das pessoas mortas, seqüestradas, arrestadas, con-

denadas sem processo e sumariamente executadas depois de terem os seus bens confiscados.

Entre essas pessoas encontra-se grande parte das figuras mais proeminentes da Religião, perseguidas exclusivamente em razão de sua fé.

São mostradas fotografias também da destruição de templos e locais sagrados, inclusive a própria residência em que nasceu o fundador dessa religião, minoritária é certa, mas possuindo milhares de templos em diversas partes do mundo.

A situação já é conhecida do público brasileiro. *O Globo* em sua edição de 10-1-82 divulgou matéria originária de Londres com seguinte título: "Baha'is do Irã, uma Fé Perseguida e Massacrada".

Tenho em mãos, e integrará este discurso, a relação dos membros dessa religião assassinados no Irã desde 1978, cujo número atinge a 81. As mortes foram ocasionadas por tortura, fogo, fome, apedrejamento, assassinato. Constam da relação tanto as datas quanto os lugares das execuções.

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU manifestou-se por diversas vezes sobre o assunto. E o Senado não poderia ficar indiferente a situação por tal maneira terrível, não só pelo seu dever de defesa dos direitos humanos como pela liberdade constitucional que se concede aos cultos religiosos no País. A religião Baha'is já dispõe de 700 comunidades no Brasil, distribuídas por todos os Estados da Federação.

De hoje até o dia 2 de maio próximo essa Organização Religiosa estará realizando em S. Paulo, no Instituto Paulo VI, a sua 22ª Convenção Nacional. E nesse momento não poderia faltar a nossa solidariedade de brasileiros e o nosso ardente desejo de que tanta violência e tanto sofrimento cessem em relação aos adeptos dessa religião, justamente no País de nascimento de seu fundador e onde teve ele a inspiração para criá-la e difundi-la pelo mundo.

Faço também um apelo ao Ministro Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, para que use de sua influência junto à Embaixada local do Irã, manifestando nossa preocupação em relação aos Baha'is, que têm representação legítima e legal no Brasil.

Concluo, Senhor Presidente, requerendo que, na forma regimental, constem de meu discurso, como parte integrante, a reportagem do jornal *O Globo* de 10-1-82; uma carta da Assembléia Espiritual Nacional dos Bahá'is do Brasil, firmada por seu secretário Osmar Mendes; projeto de resolução apresentado à ONU, Comissão de Direitos Humanos em 4-3-82 e uma relação dos mortos no Irã desde 1978. (*Muito bem!*)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO:

BAHA'IS DO IRÃ, UMA FÉ PERSEGUIDA E MASSACRADA

Londres (*O Globo*) — Em pouco mais de um mês 20 seguidores da fé Baha'is Irã foram fuzilados e enterrados secretamente em cemitérios reservados a "infiéis", segundo relatório divulgado em Londres por porta-vozes dessa religião. O relatório diz que as vítimas — oito delas líderes do movimento baha'is no país e até uma mulher — foram condenadas sem que lhes fossem feitas acusações formais e sem direito de defesa.

Embora o presidente do Supremo Tribunal do Irã, Aiatola Moussavi Ardabili, tenha declarado que os sentenciados "foram declarados culpados de espionagem para países estrangeiros", exilados iranianos na Inglaterra disseram que as execuções decretadas por motivos religiosos e fazem parte de uma repressão em grande escala contra a fé Baha-i, que não poupa sequer mulheres e crianças.

Mais de cem anos

As execuções da baha'is após julgamentos sumaríssimos pelos tribunais revolucionários islâmicos são apenas mais um capítulo de uma longa história de perseguições e violências, que teve início praticamente com o nascimento da fé Baha-i no Irã, há mais de cem anos. Segundo os líderes da instituição, as perseguições têm origem unicamente, no preconceito religioso, de vez que os baha'is são considerados "uma seita herética do Islamismo", sem qualquer proteção da lei.

A Constituição da República Islâmica do Irã reconhece e protege minorias religiosas como o Cristianismo, Judaísmo e Zoroastrismo, mas excede a fé Baha'i, justamente a mais numerosa com cerca de 300 mil seguidores. "Esses cidadãos todos iranianos natos dedicados ao bem-estar da nação e alheios a qualquer atividade subversiva, estão sendo vítimas de uma perseguição tão intensa, sistemática, e de tão vasto alcance que prenuncia a erradicação da comunidade baha'i como minoria religiosa no País", diz um relatório apresentado pelo escritório da Comunidade Mundial Baha'i nas Nações Unidas.

O relatório salienta que a falta de proteção constitucional para os baha'is — jamais existente — "tem permitido que sucessivos governos ponham em prática disposições discriminatórias que solapam os direitos e liberdades bási-

cas dos membros da comunidade, tornando-os oficialmente cidadãos de segunda classe" Essa exclusão da proteção da lei, acrescenta o relatório, "encoraja ações violentas por parte de fanáticos e criminosos, confiantes em sua impunidade e certos de que não sofrerão represálias, dada a natureza pacífica e tolerante dos baha'is".

20 mil mortos

Citando jornais da época e correspondência diplomática, os dirigentes baha'is revelam que só nos primeiros anos da religião, mais de 20 mil seguidores foram declarados herejes e assassinados com requintes de crueldade. Uma carta do século passado do adido militar da Embaixada da Áustria em Teerã dizia "...o bazar está iluminado com infelizes vítimas, porque tanto da esquerda quanto da direita, o povo faz furor em seus peitos, enfiando pavios acesos em suas feridas. Eu vi alguns serem arrastados em correntes pelo bazar nos quais os pavios ardiam tão profundamente que a gordura fritava convulsivamente nas feridas..."

A repressão se manteve ao longo dos anos, entremeada por sangrentos expurgos, mesmo durante o período da monarquia Pahlavi, quando o Irã mais se aproximou do Ocidente. Reproduções de documentos oficiais mostram discriminação contra os membros "da depravada seita Baha'i, proibidos de negociar imóveis, demitidos de cargos públicos ou impedidos de ter acesso a eles. Empresas dirigidas por baha'is ou que os empregam não podem fazer negócios com o Governo e as escolas da fé Baha'i foram fechadas ou transformadas em estabelecimentos de ensino islâmico.

Onda de violência

Um dos documentos mostrados pelos baha'is é um pedido da Sociedade para Propagação do Islã a Savak (extinta polícia secreta) "para atacar de forma sistemática os baha'is". Esse pedido, ainda no regime do xá Reza Pahlavi, desencadeou uma onda de violência até hoje mantida e que se traduziu em prisões em massa, execuções, fechamento de escolas e templos, profanação de cemitérios e tumbas e destruição de residências.

No campo dos direitos civis e religiosos, a Comunidade Mundial Baha'i denuncia o não-reconhecimento de seus casamentos, restrição às heranças, proibição de tirar carteira de identidade e passaporte, proibição de sepultamentos nos termos de sua fé, privação de aposentadorias e veto a seus livros e artigos na imprensa. Além disso, os baha'is não podem fazer reuniões públicas, são proibidos de divulgar sua fé e sua intervenção em serviços humanitários ou trabalhos de assistência social é proibida enquanto comunidade, que não é reconhecida.

Ao denunciarem à ONU e outras entidades internacionais essas perseguições como "parte de um vasto plano de total aniquilamento da comunidade" no Irã, os líderes da fé baha'i apresentaram uma relação nominal das vítimas do atual regime iraniano: 97 pessoas oficialmente executadas, 14 desaparecidas e centenas nas prisões. Citaram ainda trechos de entrevistas do aiatola Khomeini, líder máximo do país, nas quais ele afirma que "os baha'is são uma facção política danosa e não serão aceitos nem poderão praticar sua religião".

Princípios da Fé

A fé Baha'i, também conhecida como Comunidade Mundial Baha'i, é uma religião independente aberta a todas as classes sociais, que tem seguidores em 173 países e territórios, abrangendo cerca de 1.600 grupos étnicos e tribos. Seus ensinamentos são a unidade de Deus, da religião e da humanidade, sob os princípios básicos que a verdade religiosa não é absoluta; que a Revelação Divina é um processo contínuo e em progressão; que todas as grandes religiões mundiais são divinas na origem; e, finalmente, que os ensinamentos de todas elas representam diferentes etapas na evolução espiritual do ser humano.

Os baha'is sustentam que o propósito da religião é promover a unidade e a harmonia e que ela constitui o instrumento mais eficaz para a paz e o progresso de todos. Dedicam-se à promoção de qualidades como a honestidade, confiança, justiça e compaixão, um trabalho que consideram expressão da adoração a Deus.

A fé Baha'i condena qualquer preconceito de raça, credo, classe social, nacionalidade e sexo; condena também todas as formas de superstição que afetem a livre busca da verdade e a harmonia entre religião, ciência e razão. Para os baha'is, todo indivíduo tem direito a desenvolver seus talentos não só como satisfação e promoção pessoal, mas visando ao enriquecimento da sociedade em geral. E, dentro desse princípio, a educação deve ser obrigatória e universal.

Sem ligação com governos e mantida exclusivamente por doações voluntárias, a fé baha'i não permite a seus seguidores participar de partidos políticos ou aceitar cargos políticos. Um baha'i, além de rezar diariamente e de jejuar uma vez por ano, deve ser monógamo e casar-se apenas mediante o con-

sentimento dos pais. Para o divórcio, exige-se um ano de separação, findo o qual, se não houver entendimento, ele será homologado. Bebidas alcoólicas e drogas são proibidas.

História

A fé Baha'i foi fundada na Pérsia (hoje Irã) em meados do século passado por Mirza Husayn, conhecido como Baha'Ullah ("A Glória de Deus"). A palavra baha'i deriva de Baha (Glória) e significa "seguidor de Baha'Ullah". A religião Baha'i está intimamente ligada à fé Babi, fundada em 1844 por Mirza Ali-Muhammad, que se declarou precursor do profeta que inauguraria uma era de paz para a humanidade.

Baha'Ullah, que foi exilado da Pérsia e viveu em várias cidades do Império Otomano até morrer na Palestina em 1892, nomeou sucessor seu filho mais velho, Abdul Baha (1844-1921) que, por sua vez, designou seu neto Shoghi Effendi (1896-1957) para interpretar os ensinamentos da Fé. Hoje, a Comunidade Mundial baha'i é dirigida pela Casa Universal da Justiça, sediada em Haifa, Israel. Seus braços em 120 países são as Assembléias Espirituais nacionais que, por sua vez, dirigem 26 mil Assembléias Espirituais Locais. Todos os dirigentes da fé Baha'i são eleitos por voto secreto.

ASSEMBLÉIA ESPIRITUAL NACIONAL DOS BAHÁ'IS DO BRASIL

Rio de Janeiro, 31 de março de 1982.

Muito estimado Senador,

O seu nome foi-nos indicado pela Srª Guitty Milani, de Vitória, e também pelo filho dela, o jovem Peyman, que lhe visitou em Londrina, ambos Bahá'ís, e que lhe falaram da atual onda de perseguições religiosas contra a comunidade bahá'is no Irã.

Como o Senhor demonstrou interesse em saber mais sobre este assunto, inclusive documentadamente, e como recebemos há poucos dias cópia da recente resolução da Comissão de Direitos Humanos, das Nações Unidas, reunida em Genebra, pedindo ações contra a situação vigente no Irã, principalmente no que tange às perseguições religiosas e em particular com relação à perseguição sistemática contra os Bahá'ís, esta Assembléia Nacional decidiu lhe enviar dita cópia e outros materiais sobre o assunto, para sua apreciação.

Estamos certos que o senhor saberá aproveitar bem tal material, defensor que é da justiça e do direito.

Permanecemos ao seu inteiro dispor, para quaisquer informações adicionais, e gostaríamos de receber notícias suas sobre qualquer pronunciamento que deseje fazer com relação ao assunto.

Com nossas saudações, cordiais, e nossos respeitos, firmamo-nos mui Atenciosamente, — Osmar Mendes, sec. nac.

NACIONES UNIDAS CONSEJO ECONOMICO Y SOCIAL COMISION DE DERECHOS HUMANOS 38º PERÍODO DE SESSIONES TEMA 12 DEL PROGRAMA

Cuestion de la Violacion de los Derechos Humanos y las Libertades Fundamentales em cualquier parte del mundo, y em particular em los Países y Territorios Coloniales y Dependientes

Alemania, República Federal de; Austrália; Canadá; Costa Rica; Dinamarca; Irlanda*; Noruega*; Países Bajos; Reino Unido de Grand Bretaña e Irlanda del Norte: proyecto de resolución

La Comisión de Derechos Humanos,

Inspirandose em los principios consagrados em la Carta de las Naciones Unidas y la Declaración Universal de Derechos Humanos*,

Advertiendo que es imprescindible que todos los Estados Miembros de las Naciones Unidas cumplan con la obligación que les imponen los instrumentos internacionales de promover y fomentar el respeto de los derechos humanos y de las libertades fundamentales de todos sin distinción de ninguna clase, Recordando la resolución 36/55, em la que la Asamblea General proclamó la Declaración sobre la Eliminación de Todas las Formas de Intolerancia y Discriminación Fundadas en la Religión o las Convicciones,

Recordando asimismo la resolución 36/22 de la Asamblea General sobre la práctica de las ejecuciones arbitrarias o sumarias,

* De conformidad con el párrafo 3 del artículo 69 del reglamento de las comisiones orgánicas del Consejo Económico y Social.

1/ Resolución 217 A (III) de la Asamblea General.

2/ E/CN. 4/1517.

Teniendo en cuenta la resolución 8 (XXXIV), em que la Subcomisión de Prevención de Discriminaciones y Protección a las Minorías expresó su profunda inquietud por la peligrosa situación en que se encuentran los bahá'ís em el Irán, así como el informe preparado por el Secretario General en cumplimiento de esa resolución.

1. Expresa su profunda preocupación ante las noticias que se siguen recibiendo acerca de las graves violaciones de los derechos humanos y las libertades fundamentales em el Irán, tales como las ejecuciones arbitrarias o sumarias;

2. Encarece al Gobierno del Irán que, em cuanto Estado Parte em el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos, respete y garantice a todos los individuos que se encuentren en su territorio, y estén sujetos a su jurisdicción, los derechos reconocidos em ese Pacto, sin distinción algunas de raza, color, sexo, idioma, religión, opinión política o de otra índole, origen nacional o social, posición económica o cualquier otra condición social;

3. Pide al Secretario General que establezca contactos directos com el Gobierno del Irán acerca de la situación imperante em ese país em la esfera de los derechos humanos y prosiga sus esfuerzos encaminados a lograr que se garantice a los bahá'ís el pleno ejercicio de sus derechos humanos y libertades fundamentales;

4. Pide al Secretario General que presente a la Comisión de Derechos Humanos em su 39º período de sesiones um informe preparado com toda la información disponible, incluso la información sobre los contactos directos que haya podido establecer com el Gobierno del Irán acerca de la situación general de los derechos humanos em ese país;

5. Invita al Gobierno del Irán a que preste su colaboración al Secretario General;

6. Decide seguir estudiando em su 39º período de sesiones la situación de los derechos humanos y las libertades fundamentales em el Irán.

Bahá'ís muertos em Iran desde 1978

Nombre	Fecha	Lugar	Notas
1. Sr. Ahmad Isma'ili	1978	Ahram	
2. Sr. Diya'u'llah Haqiqat	12 ago. 1978	Jahrum	Muerto por motocicleta
3. Sr. Yusef Huseini	27 ago. 1978	Shahrizad	Quemado
4. Sr. Akhavan-i-Kathiri	27 ago. 1978	Shahrizad	Quemado
5. Sr. Hagi-Muhammad 'Azizi	10 oct. 1978	Murumaj	Colpeado
6. Sr. Hatan Ruzdih	dic. 1978	Buyr-Ahmad	Muerto a manos de la muchedumbre
7. Sr. Jan 'Ali Ruzdih	dic. 1978	Buyr-Ahmad	Muerto a manos de la muchedumbre
8. Sr. Ghir-Muhammad Pishdast	dic. 1978	Buyr-Ahmad	Muerto a manos de la muchedumbre
9. Sr. Sifatu'llah Fahandish	14 dic. 1978	Shiraz	Muerto a manos de la muchedumbre
10. Sr. Fahandish	14 dic. 1978	Shiraz	Muerto a manos de la muchedumbre
11. Sr. Faris Afzani	22 dic. 1978	Miyani-Du'ab	Muerto a manos de la muchedumbre y sus cuerpos quemados
12. Sr. Khosraw Afzani	22 dic. 1978	Miyani-Du'ab	Muerto a manos de la muchedumbre y sus cuerpos quemados
13. Sr. Ibrahim Maderi	1979	Hier, Khurasan	
14. Sr. Husayn Shakeri	2 abril 1979	Ushnaviysh	
15. Sr. Bahar Vujdani	27 sep. 1979	Nahabad	Ajusticiado
16. Sr. 'Ali Sattaradish	28 oct. 1979	Bukun	Ajusticiado
17. Sr. 'Asanatu'llah Fahandish	14 dic. 1979	Shiraz	Ajusticiado
18. Sr. Habib'u'llah Panahi	4 feb. 1980	Urumiysh	Asesinado
19. Sr. Ghulam-Husayn 'Azami	6 mayo 1980	Teheran	Ajusticiado
20. Sr. Sadi'u'llah Yazdani	6 mayo 1980	Teheran	Ajusticiado
21. Sr. 'Ali-Akbar Mu'ini	6 mayo 1980	Teheran	Ajusticiado
22. Sr. 'Ali-Akbar Khursandi	9 mayo 1980	Teheran	Torturado y colgado
23. Sr. Faris Bayani	11 mayo 1980	Firanshahr	Ajusticiado
24. Sr. Mir-Asadu'llah Khatibari	18 mayo 1980	Andran, Kirjand	Apesado
25. Sr. Hasan Isma'iliadish	jun. 1980	Sanandaj	Ajusticiado
26. Sr. Yusuf Gubhani	27 jun. 1980	Teheran	Ajusticiado
27. Sr. Farzaneh Samandari	14 jul. 1980	Tabriz	Ajusticiado
28. Sr. Yadvu'llah Asadi	16 jul. 1980	Tabriz	Ajusticiado
29. Sr. 'Ali Dadash-Akbari	16 jul. 1980	Rasht	Ajusticiado
30. Sr. Yadvu'llah Mahdubiyani	30 jul. 1980	Teheran	Ajusticiado
31. Sr. Dhabihu'llah Mu'mini	15 ago. 1980	Teheran	Ajusticiado
32. Sr. Muryu'llah Akbar-Khosravi	8 sep. 1980	Yazd	Ajusticiado
33. Sr. Mahmud Hasanradish	8 sep. 1980	Yazd	Ajusticiado
34. Sr. 'Azimu'llah Dhabubiyani	8 sep. 1980	Yazd	Ajusticiado
35. Sr. Farzaydan Faridani	8 sep. 1980	Yazd	Ajusticiado
36. Sr. 'Abdu'l-Vahab Kazizi	8 sep. 1980	Yazd	Ajusticiado
37. Sr. Jalal Mostaghi	8 sep. 1980	Yazd	Ajusticiado
38. Sr. 'Ali Mostafaei	8 sep. 1980	Yazd	Ajusticiado
39. Sr. Rida Piruzi	9 nov. 1980	Tabriz	Ajusticiado
40. Sr. Mahmud-Husayn Mu'mini	23 nov. 1980	Nak, Kirjand	Quemado
41. Sr. Shikar-Hisa Mu'mini	23 nov. 1980	Nak, Kirjand	Quemado
42. Sr. Bihruz Sana'i	17 dic. 1980	Teheran	Ajusticiado
43. Sr. Manuchehr Hakim	12 ene. 1981	Teheran	Asesinado
44. Sr. Mithi Anvari	17 mar. 1981	Shiraz	Ajusticiado
45. Sr. Hidayatu'llah Dighani	17 mar. 1981	Shiraz	Ajusticiado
46. Sr. Nuraniyyih Yarehshir	30 abr. 1981	Teheran	Asesinado
47. Sr. Yadvu'llah Vahdat	30 abr. 1981	Shiraz	Ajusticiado
48. Sr. Sattar Khushku	30 abr. 1981	Shiraz	Ajusticiado
49. Sr. Dhanu'llah Mithi-Zadish	30 abr. 1981	Shiraz	Ajusticiado
50. Sr. Shurab (Muhammad) Nabishi	14 jun. 1981	Hamadan	Torturado y ajusticiado
51. Sr. Husayn Khadili	14 jun. 1981	Hamadan	Torturado y ajusticiado
52. Sr. Farzatu'llah Khuzayn	14 jun. 1981	Hamadan	Torturado y ajusticiado
53. Sr. Firuz Mu'ini	14 jun. 1981	Hamadan	Torturado y ajusticiado
54. Sr. Nasir Vafa'i	14 jun. 1981	Hamadan	Torturado y ajusticiado
55. Sr. Husayn Mutlag	14 jun. 1981	Hamadan	Torturado y ajusticiado
56. Sr. Suhayl (Muhammad-Baqir) Nabishi	14 jun. 1981	Hamadan	Torturado y ajusticiado
57. Sr. Husayn 'Alaviyan	23 jun. 1981	Teheran	Ajusticiado
58. Sr. Bashim Farmani	23 jun. 1981	Teheran	Ajusticiado
59. Sr. Farhang Havaddat	23 jun. 1981	Teheran	Ajusticiado
60. Sr. Nasir Farhang	24 jun. 1981	Teheran	Ajusticiado
61. Sr. Sadi'u'llah Farid	24 jun. 1981	Teheran	Ajusticiado
62. Sr. Yadvu'llah Pustchi	24 jun. 1981	Teheran	Ajusticiado
63. Sr. Vargu Tilyaniyan (Tilyani)	24 jun. 1981	Teheran	Ajusticiado
64. Sr. Kamal-u-Din Bakhtavar	26 jul. 1981	Mashad	Ajusticiado
65. Sr. Ni'atu'llah Katib-por Shadish	26 jul. 1981	Mashad	Ajusticiado
66. Sr. Allah-Vardi Mithaqi	29 jul. 1981	Tabriz	Ajusticiado
67. Sr. Manuchehr Khadi'i	29 jul. 1981	Tabriz	Ajusticiado
68. Sr. 'Abdu'l-'Ali Asadyari	29 jul. 1981	Tabriz	Ajusticiado

Esta lista actualiza la previamente publicada em el Apéndice II del Informe original fechado junio 1981.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Encontra-se em Brasília o Secretário da Agricultura de Sergipe, agrônomo Luiz Ferreira, em viagem oficial destinada a expor aos órgãos federais, diretamente vinculados ao problema, a situação decorrente da prolongada seca que vem gerando, com suas nefastas consequências, uma situação de calamidade para a agropecuária e, sobretudo, os pequenos produtores rurais do Estado.

Depois de manter contatos com a bancada sergipana no Senado e na Câmara dos Deputados, o Secretário da Agricultura de Sergipe entregou, ontem, aos Ministros do Interior Mario Andreazza, e da Agricultura, Amaury Stabile, documentos contendo as reivindicações prioritárias destinadas a atenuar os efeitos das estiagens que estão desestabilizando e deteriorando a economia rural, notadamente nas micro-regiões sertanejas.

Dentre as providências solicitadas pelo Secretário Luiz Ferreira, destacam-se, como as mais urgentes, a composição das dívidas vigentes e a vencer, o estabelecimento de linhas de créditos com juros subsidiados de 12% ao ano para construção de aguadas, a compra de rações, aluguel de pastagens e capital de giro.

Além do apoio financeiro, diversas outras providências são indicadas, visando socorrer as populações flageladas.

Merece, por conseguinte, registro especial, nos limites deste breve pronunciamento, a missão que vem desempenhando nesta capital o Secretário Luiz Ferreira junto aos órgãos e principais autoridades das quais dependem as medidas destinadas ao urgente atendimento das reivindicações encaminhadas, com o integral apoio das bancadas de Sergipe no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles.

A SR. EUNICE MICHILES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Comemorando este ano o Dia Nacional da Mulher, a Associação da Mulher Profissional e de Negócios do Brasil, constituída de engenheiras, professoras, economistas, jornalistas, advogadas, parlamentares, funcionárias públicas, técnicas de vários níveis, profissionais autônomas, médicas, sociólogas, escritoras, intérpretes e donas de casa, realiza, a partir de hoje, a I Mostra de Arte Feminina, no Salão Negro do Congresso Nacional e às vinte horas, uma reunião solene no Auditório Nobre da Associação Comercial, no Palácio do Comércio.

Depois da apresentação de um trio de sopró e de violino, da posse das novas sócias, haverá uma homenagem às Mulheres Destaques e a apresentação de um filme de curta metragem.

A I Mostra de Arte Feminina se estenderá até o dia 2 de maio, revelando autênticos valores artísticos do nosso sexo.

A Lei nº 6.791, de 1980, ao instituir o "Dia Nacional da Mulher", no dia 30 de abril, afirmou seu objetivo de "estimular a integração da mulher no processo de desenvolvimento".

Acreditamos, Sr. Presidente, que nunca houve solução de continuidade nesse processo, porque o desenvolvimento não existe sem as instituições familiar e educacional, onde a presença feminina se afirmou, sempre, em plenitude, ao longo da nossa história.

Temos heroínas enfermeiras, como Ana Nery, mas também aquelas que empunharam armas na Bahia e em Pernambuco, lutando contra os invasores; hoje elas prestam serviço às Forças Armadas, disputam cargos na diplomacia, ocupam lugar na Academia Brasileira de Letras, embora não haja notícia

de uma Governadora, de uma Presidente da República, de uma mulher no Supremo Tribunal Federal.

Isso significa que temos, ainda, um longo caminho a palmilhar.

Significa, também, que o nosso silêncio, ante o patriarcalismo nacional, nunca traduziu conformidade, mas o desejo de obter, paulatinamente, sem choques, a conquista de todos os direitos da mulher, em igualdade com os homens, uma vez que somos, como dizia Platão, "duas metades que se procuram e se completam no tempo e no espaço".

A própria fundação, em Brasília, da Associação da Mulher Profissional e de Negócios no Brasil representa mais uma etapa em nossa luta, que pretende, apenas, a superação de preconceitos machistas, incompatíveis com o desenvolvimento atual da sociedade brasileira.

Queremos demonstrar o quanto, fora do lar e da escola, dos hospitais e ambulatórios, das creches e dos asilos, também podemos fazer pelo desenvolvimento deste País.

Congratulo-me, Sr. Presidente, com as nossas patricias, pela comemoração, hoje, do Dia Nacional da Mulher.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a Sessão de segunda-feira, dia 3 de maio, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Saúde*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e

— de *Educação e Cultura*, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECER, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável; e

— de *Finanças*, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*;

— de *Legislação Social*;

— de *Serviço Público Civil*; e

— de *Finanças*.

7

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

— de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de *Legislação Social*, favorável;

— de *Serviço Público Civil*, contrário; e

— de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas.*)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1982

Às onze horas do dia quinze de abril de mil novecentos e oitenta e dois, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência, na forma do § 3º do art. 93 do Regimento Interno, do Senhor Senador Luiz Cavalcante, com a presença dos Srs. Senadores Aloysio Chaves, Lázaro Barboza, Lomanto Júnior e Alberto Silva, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Vicente Vuolo, Benedito Ferreira, Milton Cabral e Gastão Müller.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador Luiz Cavalcante, concede a palavra ao Sr. Senador Lázaro Barboza, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1981, que "Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo — SAR, concluída em Hamburgo, a 27 de abril de 1979, entre o Brasil e diversos países". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado, por

unanimidade. Prosseguindo com a palavra, o Sr. Senador Lázaro Barboza, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1981, que "Aprova os textos das Resoluções A4-1, que modifica o artigo 13, e A4-3, que introduz o artigo 12-bis no Estatuto da Comissão Latino-Americana da Aviação Civil — CLAC, aprovadas pela 4ª assembléia do referido organismo internacional, realizada em Bogotá, de 1º a 5 de dezembro de 1980". Posto em discussão e, em seguida, em votação, é o parecer aprovado, por unanimidade. Ainda com a palavra, o Sr. Senador Lázaro Barboza, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1981, que "Aprova o texto das notas trocadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980, que introduzem modificações no convênio sobre Transporte Marítimo, concluído entre os dois países a 25 de abril de 1974". Não há debates, e o parecer do Relator é aprovado por unanimidade. Prosseguindo o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Aloysio Chaves, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1981, que "Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bélgica, em Bruxelas, a 19 de setembro de 1980". Não há debates, e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade.

A seguir o Sr. Senador Luiz Cavalcante, solicita ao Sr. Senador Aloysio Chaves, que assumia a presidência, para que possa relatar matérias constantes da pauta. Já na Presidência, o Sr. Senador Aloysio Chaves concede a palavra ao Sr. Senador Luiz Cavalcante, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1981, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, pelo qual se coordena a distribuição de canais para o serviço Móvel Marítimo, na faixa de 2065 a 2107 KHz, concluído em Montevidéu, a 08 de julho de 1980". Não há debates, e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade. Ainda com a palavra o Sr. Senador Luiz Cavalcante, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1981, que "Aprova o Texto do Acordo de Cooperação Amazônica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981". Não há debates, e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade. Prosseguindo, o Sr. Senador Luiz Cavalcante reassume a Presidência, e concede a palavra ao Sr. Senador Lomanto Júnior, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1981, que "Aprova o texto das notas trocadas em 16 de junho de 1980, em Brasília, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, pelas quais foram introduzidas modificações no texto do convênio sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois Países". Não há debates, e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade. Prosseguindo o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Alberto Silva, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1981, que "Aprova o texto do Protocolo de Emenda que modifica o artigo 14 da Convenção para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimo, de 23 de setembro de 1910, concluído em Bruxelas, a 27 de maio de 1967". Não há debates, e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade. Continuando o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Alberto Silva, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1981, que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Coordenação de Consignações e Uso dos Canais da Radiofusão Sonora em Frequência Modulada, na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz), concluído em Montevidéu, a 8 de julho de 1980". Não há debates, e o parecer do Relator é aprovado, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcelino dos Santos Camello, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1982

Às nove horas do dia quatorze de abril de mil novecentos e oitenta e dois, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores José Richa, Presidente, Luiz Cavalcante, Bernardino Viana, Gabriel Hermes, Affonso Camargo e Lenoir Vargas, reúne-se a Comissão de Economia.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores José Lins, Milton Cabral, Benedito Ferreira, Teotônio Vilela, Pedro Simon, José Fragelli e Alberto Silva.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

São apreciadas as seguintes matérias:

MENSAGEM Nº 18/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Go-

verno do Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 39.930.000,00.

Relator: Senador Luiz Cavalcante

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

MENSAGEM Nº 09/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 130.279.719,24.

Relator: Senador Alberto Silva

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

MENSAGEM Nº 07/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 589.700.000,00.

Relator: Senador Gabriel Hermes

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

MENSAGEM Nº 08/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado a Prefeitura Municipal de Caarapó (MS), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 40.600.000,00.

Relator: Senador Affonso Camargo

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

MENSAGEM Nº 12/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado a Prefeitura Municipal de Pedro Avelino (RN), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 11.620.000,00.

Relator: Senador Affonso Camargo

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

MENSAGEM Nº 06/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado a Prefeitura Municipal de Barroso (MG), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 173.514.600,00.

Relator: Senador Bernardino Viana

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

MENSAGEM Nº 20/82.

Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 64.104.000,00.

Relator: Senador Bernardino Viana

Parecer: Favorável, concluindo por apresentar um Projeto de Resolução.

Conclusão: Aprovação do parecer do Relator.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.